

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DISCURSOS ACADÊMICOS

Tomo VII

1996-2011



Rio de Janeiro
2011

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DIRETORIA DE 2010

Presidente: *Marcos Vinícios Vilaça*
Secretária-Geral: *Ana Maria Machado*
Primeiro-Secretário: *Domício Proença Filho*
Segundo-Secretário: *Murilo Melo Filho*
Diretor-Tesoureiro: *Geraldo Holanda Cavalcanti*

PUBLICAÇÕES DA ABL

Produção editorial
Monique Cordeiro F. Mendes

Revisão
Fábio Frohwein

Capa e Editoração eletrônica
Maanaim Informática Ltda.

DISCURSOS ACADÊMICOS – ISSN 1677-7239

Sede da ABL: Avenida Presidente Wilson, 203
Castelo – 20030-021
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (0xx21) 3974-2500 / Fax : (0xx21) 2220-6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
Site: <http://www.academia.org.br>

DISCURSOS ACADÊMICOS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

MEMBROS EFETIVOS – 2011

Affonso Arinos de Mello Franco
Alberto da Costa e Silva
Alberto Venancio Filho
Alfredo Bosi
Ana Maria Machado
Antonio Carlos Secchin
Ariano Suassuna
Arnaldo Niskier
Candido Mendes de Almeida
Carlos Heitor Cony
Carlos Nejar
Celso Lafer
Cícero Sandroni
Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
Domício Proença Filho
Eduardo Portella
Evanildo Cavalcante Bechara
Evaristo de Moraes Filho
Geraldo Holanda Cavalcanti
Helio Jaguaribe
Ivan Junqueira
Ivo Pitanguy
João de Scantimburgo
João Ubaldo Ribeiro
José Murilo de Carvalho
José Sarney
Lêdo Ivo
Luiz Paulo Horta
Lygia Fagundes Telles
Marco Lucchesi
Marco Maciel
Marcos Vinícios Vilaça
Merval Pereira
Murilo Melo Filho
Nélida Piñon
Nelson Pereira dos Santos
Paulo Coelho
Sábato Magaldi
Sergio Paulo Rouanet
Tarcísio Padilha

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Antonio Carlos Secchin
José Murilo de Carvalho
Marco Lucchesi

SUMÁRIO

<i>D. Lucas Moreira Neves, O.P. (18 de outubro de 1996)</i>	
I - Discurso de D. Lucas Moreira Neves, O.P.	3
II - Resposta do Sr. Marcos Almir Madeira	23
<i>Tarcísio Padilha (13 de junho de 1997)</i>	
I - Discurso do Sr. Tarcísio Padilha	37
II - Resposta do Sr. Arnaldo Niskier	63
<i>Antonio Olinto (12 de setembro de 1997)</i>	
I - Discurso do Sr. Antonio Olinto	77
II - Resposta do Sr. Geraldo França de Lima	95
<i>Celso Furtado (31 de outubro de 1997)</i>	
I - Discurso do Sr. Celso Furtado	109
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella	119
<i>Pe. Fernando Bastos de Ávila (12 de novembro de 1997)</i>	
I - Discurso do Pe. Fernando Bastos de Ávila	129
II - Resposta do Sr. Alberto Venancio Filho	179
<i>Evandro Lins e Silva (11 de agosto de 1998)</i>	
I - Discurso do Sr. Evandro Lins e Silva	195
II - Resposta do Sr. Josué Montello	219
<i>Murilo Melo Filho (07 de junho de 1999)</i>	
I - Discurso do Sr. Murilo Melo Filho	235
II - Resposta do Sr. Arnaldo Niskier	261
<i>Roberto Campos (26 de outubro de 1999)</i>	
I - Discurso do Sr. Roberto Campos	273
II - Resposta do Sr. Antonio Olinto	299
<i>Afonso Arinos de Mello Franco (26 de novembro de 1999)</i>	
I - Discurso do Sr. Afonso Arinos de Mello Franco	313
II - Resposta do Sr. José Sarney	333
<i>Carlos Heitor Cony (31 de maio de 2000)</i>	

I - Discurso do Sr. Carlos Heitor Cony	351
II - Resposta do Sr. Arnaldo Niskier	363
<i>Ivan Junqueira</i> (07 de julho de 2000)	
I - Discurso do Sr. Ivan Junqueira	377
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella	419
<i>Alberto da Costa e Silva</i> (17 de novembro de 2000)	
I - Discurso do Sr. Alberto da Costa e Silva	429
II - Resposta do Sr. Marcos Vinícios Vilaça	439
<i>Evanildo Cavalcante Bechara</i> (25 de maio de 2001)	
I - Discurso do Sr. Evanildo Cavalcante Bechara	453
II - Resposta do Sr. Sérgio Corrêa da Costa	469
<i>Zélia Gattai</i> (21 de maio de 2002)	
I - Discurso da Sra. Zélia Gattai	487
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella	503
<i>Raymundo Faoro</i> (17 de setembro de 2002)	
I - Discurso do Sr. Raymundo Faoro.....	513
II - Resposta do Sr. Evandro Lins e Silva.....	527
<i>Paulo Coelho</i> (28 de outubro de 2002)	
I - Discurso do Sr. Paulo Coelho	551
II - Resposta do Sr. Arnaldo Niskier	563
<i>Ana Maria Machado</i> (29 de agosto de 2003)	
I - Discurso da Sra. Ana Maria Machado	575
II - Resposta do Sr. Tarcísio Padilha	591
<i>Alfredo Bosi</i> (30 de setembro de 2003)	
I - Discurso do Sr. Alfredo Bosi	615
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella	635
<i>Moacyr Scliar</i> (22 de outubro de 2003)	
I - Discurso do Sr. Moacyr Scliar	647
II - Resposta do Sr. Carlos Nejar	655
<i>Cícero Sandroni</i> (24 de novembro de 2003)	
I - Discurso do Sr. Cícero Sandroni	669
II - Resposta do Sr. Candido Mendes de Almeida	697
<i>Marco Maciel</i> (03 de maio de 2004)	
I - Discurso do Sr. Marco Maciel	709

II - Resposta do Sr. Marcos Vinícios Vilaça	733
<i>Antonio Carlos Secchin</i> (06 de agosto de 2004)	
I - Discurso do Sr. Antonio Carlos Secchin	751
II - Resposta do Sr. Ivan Junqueira	769
<i>José Murilo de Carvalho</i> (10 de setembro de 2004)	
I - Discurso do Sr. José Murilo de Carvalho	785
II - Resposta do Sr. Affonso Arinos de Mello Franco	803
<i>Helio Jaguaribe</i> (22 de julho de 2005)	
I - Discurso do Sr. Helio Jaguaribe	819
II - Resposta do Sr. Candido Mendes de Almeida	831
<i>Nelson Pereira dos Santos</i> (17 de julho de 2006)	
I - Discurso do Sr. Nelson Pereira dos Santos	843
II - Resposta do Sr. Cícero Sandroni	859
<i>Domício Proença Filho</i> (28 de julho de 2006)	
I - Discurso do Sr. Domício Proença Filho	879
II - Resposta do Sr. Evanildo Cavalcante Bechara	911
<i>José Mindlin</i> (10 de outubro de 2006)	
I - Discurso do Sr. José Mindlin	923
II - Resposta do Sr. Alberto da Costa e Silva	937
<i>Celso Lafer</i> (1.º de dezembro de 2006)	
I - Discurso do Sr. Celso Lafer	945
II - Resposta do Sr. Alberto Venancio Filho	969
<i>Luiz Paulo Horta</i> (28 de novembro de 2008)	
I - Discurso do Sr. Luiz Paulo Horta	983
II - Resposta do Sr. Tarcísio Padilha	1001
<i>Cleonice Serôa da Motta Berardinelli</i> (05 de abril de 2010)	
I - Discurso da Sra. Cleonice Serôa da Motta Berardinelli	1017
II - Resposta do Sr. Affonso Arinos de Mello Franco	1031
<i>Geraldo Holanda Cavalcanti</i> (18 de outubro de 2010)	
I - Discurso do Sr. Geraldo Holanda Cavalcanti	1045
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella	1063
<i>Marco Lucchesi</i> (20 de maio de 2011)	
I - Discurso do Sr. Marco Lucchesi	1081

II - Resposta do Sr. Tarcísio Padilha	I099
<i>Merval Pereira</i> (23 de setembro de 2011)	
I - Discurso do Sr. Merval Pereira	II13
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella	II33

APRESENTAÇÃO

Em respeito à periodicidade das últimas publicações, estes *Discursos Acadêmicos* alcançam agora o Tomo VII, abrangendo quinze anos de atividade (1996-2011).

Trata-se de uma obra que, inspirada pela arte retórica, dedica-se à tessitura dos discursos de recepção e de resposta, marca indelével desta Casa, fundada em 1897, pelo ilustre escritor e orador Machado de Assis.

Para tanto, oportuniza-se a leitura de textos que iluminam aspectos da vida e da bibliografia dos novos Confrades, bem como estes são convidados a reverenciar, através de seus textos, a memória dos predecessores de sua Cadeira. Uma prática salutar que traz em si mesma a possibilidade de mirar a nossa história – da Academia Brasileira de Letras e, sobretudo, do Brasil – não com os saudosos olhos do passado, mas com o crítico pensar do presente.

Especialmente, há de se apreender neste sétimo Tomo, que se inicia com a recepção de Dom Lucas Moreira Neves, em 1996, e se encerra com a posse do jornalista Merval Pereira, em 2011, para além das letras ficcionais, a crença humanística, artística, na coexistência da tradição acadêmica com a dinâmica vida em sociedade, resultando desta união a liturgia da palavra e uma irrevogável fé nas ideias.

Fica, pois, definitivamente desfeita a imagem de uma Academia enclausurada num passadismo estéril: nossa Casa, como o Jano mitológico, se abastece do passado, fomenta o presente e nutre o futuro. É justamente pelo intuito de superar as amarras temporais que a Academia se firma como um reduto digno e superior da imortalidade.

Rio de Janeiro, novembro de 2011

MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

Presidente da Academia Brasileira de Letras

NOTA EDITORIAL

Desta coleção, o Tomo I compreende o período de 1897 a 1919; o Tomo II, um período de dezesseis anos; e, nos subsequentes, o período é de quinze anos, conforme abaixo:

Tomo I - 1897-1919
Tomo II - 1920-1935
Tomo III - 1936-1950
Tomo IV - 1951-1965
Tomo V - 1966-1980
Tomo VI - 1981-1995
Tomo VII - 1996-2011

Rio de Janeiro, novembro de 2011

MARCO LUCCHESI

Comissão de Publicações da ABL

Discurso de
D. LUCAS MOREIRA NEVES, O.P.

e

Resposta do
SR. MARCOS ALMIR MADEIRA

*Sessão solene extraordinária
do dia 18 de outubro de 1996*

I

DISCURSO DE D. LUCAS MOREIRA NEVES, O.P.

MISSÃO DA ACADEMIA: REESCREVER O FUTURO

Sra. presidente,
Sr. representante do Exmo. Presidente da República,
Senhoras e senhores acadêmicos,
Senhores cardeais,
Senhores governadores de Minas Gerais e da Bahia,
Sra. prefeita e Sr. prefeito eleito de Salvador,
Digníssimas autoridades civis e militares,
Senhores embaixadores,
Sra. Risoleta Tolentino Neves,
Queridos familiares,
Senhoras e senhores,

UM AGRADECIMENTO

Não é por subserviência ao protocolo ou às boas maneiras. Nem por mera obediência à liturgia de um ato solene como este. Se, no limiar do meu discurso, coloco uma palavra de agradecimento, é por um impulso interior de total sinceridade: porque credito à vossa generosidade e fidalguia, senhoras e

senhores acadêmicos, o gesto que me abriu a porta desta Casa. Por ela, passaram, nos seus quase cem anos, brasileiros que, por muitos títulos, honraram e engrandeceram a Academia, honrando e engrandecendo, através dela, o seu país. Graças a vós, ingresso na antiga, numerosa e prestigiosa família acadêmica à qual pertenceram aqueles antepassados à qual pertenceis. Faço-o sem vaidade alguma, mas confiante e feliz por colocar-me a serviço daquilo que a Academia significa para o País e para a sociedade brasileira, em virtude da sua vocação original.

VOCAÇÃO E MISSÃO DA ACADEMIA

Para melhor conhecer essa vocação, senhoras e senhores acadêmicos, atento à orientação de alguns de vós, vim ter a esta Casa, uma semana apenas depois de eleito. Vim como se fizesse uma viagem entre as suas paredes. E, visto que era, na folhinha, 25 de julho, o dia de São Tiago, Sra. Presidente, minha viagem adquiriu um toque da milenar romaria compostelana. Ou, se preferis outra imagem, ao ritmo das passadas ao largo da geografia física desta antiga sede da representação da França na Exposição de 1922, cumpri uma invisível e reveladora expedição: a que me levou a explorar o próprio ser, a substância da Academia.

Sei que, como todas as Academias do mundo, de Platão para cá, também esta se inspira no faustoso Palácio e no mítico Jardim de Academio, abrigo, cenáculo e teatro de acaloradas discussões entre os mais notáveis mestres do pensamento ático: dele, do proprietário da casa e do jardim, a Academia tira o seu nome. Sei que esse simples nome suscita, pelo menos da Renascença até nossos dias, imagens das mais variadas: de reflexão filosófica e teológica e de pesquisa científica; de Artes Bélicas ou de Belas-Artes; de Ginástica e Musculação ou de Dança; de Culinária ou de Artesanato... Sei também quais são as ideias que muitos fazem das academias: que são grêmios elitistas e estanques, de uns poucos privilegiados; que são torres de marfim inacessíveis; que são paraísos deleitáveis, Olimpos ou Empíreos, mas distantes do dia a dia e do terra a terra do comum dos mortais; que são cumes altaneiros e soberbos mas destacados da planura.

Isto, o que dizem. Mas, no meu itinerário pelas salas do *Petit Trianon*, minha pergunta era outra: *Academia Brasileira de Letras, que dizes de ti mesma?* Ora, desde então e ao longo destes meses, adquiri uma convicção, que me atrevo a

partilhar convosco (e é a única ambição deste discurso): esta Academia, para nada dizer das outras, se define por um *constante e aplicado serviço à Cultura*. Para isso, ela nasceu e existe: como *testemunha e promotora de Cultura neste País*. Ainda que fosse só por isso, ela tem um compromisso com o País. Um compromisso com o futuro do País. Por esta razão, se tivesse que dar um título a este discurso, eu o chamaria: MISSÃO DA ACADEMIA: REESCREVER O FUTURO DO BRASIL.

Testemunha e promotora de Cultura.

MAS, O QUE É CULTURA?

Jamais, como neste nosso tempo, o homem tomou tanta consciência do alcance, da necessidade e da urgência da *Cultura*. Toda pessoa humana é feita de cultura e é fruto da Cultura. Sem essa, a pessoa se encontra a meio caminho da sua autorrealização, e a sociedade, coletividade de pessoas, não possui a plenitude do seu ser e da sua função. Fique dito, com isso, que a Cultura é riqueza e patrimônio, objetivo e necessidade, direito e obrigação de cada indivíduo da comunidade humana.

No *plano pessoal*, a Cultura é o *cultivo* (as duas palavras têm a mesma raiz) de todos os componentes da pessoa. Do *corpo* e de toda a *corporeidade* (equilíbrio físico, saúde e bem-estar, higiene, esforço e repouso). Do *espírito*, intimamente unido ao corpo, com suas potências e faculdades: de inteligência ou razão e vontade, de memória e fantasia, de sensibilidade e de afetividade. Cada um desses valores nasce carregado de imensas possibilidades, mas não as efetivará se não forem cuidadosamente cultivados.

No *plano social ou comunitário*, a Cultura é o amoroso e incessante cultivo de outros tantos valores: História e tradições, sentimentos religiosos e crenças, ritos e símbolos, senso de Deus ou do Sagrado, usos e costumes, folclore, expressões artísticas de todos os gêneros, traços de caráter, cosmovisão e sentido da vida, razões de rir e de chorar, amores e desamores, qualidades e defeitos de um povo, raça ou nação. Tal cultura precisa ser preservada, mesmo quando aprimorada no encontro ou no entrechoque, no diálogo ou no caldeamento com outras culturas; com o Evangelho ou outros textos sagrados; com o progresso científico e tecnológico; com a modernidade e o pós-moderno.

Pobre a comunidade humana – cidade, Estado, Nação, civilização – que, por insensibilidade ou inadvertência, por menosprezo ou desatenção, põe a perder ou deixa perderem-se os ingredientes essenciais e inalienáveis da sua cultura!

Num certo nível de profundidade (ou, se se preferir, numa certa altitude), *Cultura e Humanismo* se identificam. Pois, que é o *Humanismo* senão o conjunto dos fatores que permitem ao homem viver e conviver segundo toda a plenitude da sua dignidade de pessoa humana, de cidadão e – para quem tem fé – de filho de Deus? Uma cultura é tanto mais valiosa quanto mais ela contribui para a mais alta afirmação do homem: só pode ser refratária e infensa à Cultura uma corrente filosófica que, afiliando-se, com ou sem razão, a um ou outro *maître à penser*, proclama a impossibilidade de uma existência humana específica ou, pelo menos, anuncia a “morte do homem” logo depois da morte de Deus. Ao contrário, um humanismo é tanto mais pleno quanto mais *se baseia em e conduz a* verdadeiros valores como o “esplendor da verdade” e o “evangelho (= alegre anúncio) da vida”, do sentido e da qualidade da vida. Em valores como a justiça e a liberdade, o respeito mútuo, a solidariedade e o amor. Numa cultura e visão humanística cristã, num humanismo pleno, Cristo, *perfectus Deus et perfectus homo*, é o ápice, o ideal e o paradigma da realização do homem: “O mistério do homem só se esclarece no contacto com o mistério do Verbo Encarnado” (*Gaudium et Spes*). Tal humanismo acontece quando as dimensões mencionadas há poucos instantes sobrepujam as ameaças e tentações de exclusão, opressão e dominação do homem sobre o homem. Vivemos uma cultura e um humanismo que, por excluírem o Absoluto e a Transcendência em nome de uma imanência sem grandeza, acabam por ser hostis ao homem. É atual a antiga palavra de Julien Benda quando denunciava *les pentes inhumaines* de um certo humanismo. Como é atual a observação de Henri de Lubac, sobre *le drame de l’humanisme athée*, o que não quer dizer que homens, que se professam ateus, não descubram, vivam e promovam, por caminhos diferentes, o sentido cristão da Cultura.

CULTURA CLÁSSICA, CULTURA POPULAR

Nesta altura do discurso, não é supérfluo, antes é conveniente, enfatizar que *cultura* não é sinônimo de *erudição*. Pode haver pessoas e coletividades privi-

legiadas pela formação intelectual, científica ou clássica, carentes, porém, de não poucos daqueles elementos que caracterizam uma verdadeira cultura. E pode haver, vice-versa, pessoas ou estamentos da sociedade privados do cabedal de conhecimentos que lhes permitiriam serem chamadas “cultas”, no sentido erudito do termo, mas que possuem dimensões humanas, sociais, morais e religiosas que constituem verdadeira cultura. É, pois, indispensável admitir que existe uma autêntica Cultura Popular, diferente da Cultura Clássica, mas não inferior a ela. Num país e num povo como o nosso, não é difícil compreender o que acabamos de dizer.

Creio – se me é permitida, nesta hora e neste lugar, uma tal profissão de fé –, creio que *Cultura Clássica* ou *Erudita* e *Cultura Popular* não se rejeitam nem se excluem – antes se atraem e se completam, fecundam-se mutuamente e mutuamente se enriquecem. Creio que uma Academia como esta, que amamos, apreciamos e admiramos, não surgiu nem tem vivido seus noventa e nove anos num dourado isolamento, de costas para a realidade popular, como se fosse um país estranhando o outro. Creio que os brasileiros acadêmicos aceitam sê-lo com os olhos postos em todos os seus concidadãos, também (e, até diria, de modo preferencial) naqueles que estão à margem de uma certa cultura e correm o perigo de não conseguirem valorizar a sua própria cultura. Vejo, pois, a Academia como uma espécie de usina ou laboratório onde mulheres e homens, predestinados a um nível excepcional de Cultura Clássica e Erudita, sentem-se inderrogavelmente aliados e comprometidos com um mundo de concidadãos ameaçados de invencível indigência cultural.

CULTURA, LETRAS E ARTES: CINCO MODELOS

Ora, faz parte da *Cultura*, enquanto direito de cada um e dever de todos, todo serviço qualificado que se preste às Letras e às Artes, da Poesia ao Romance, da Dramaturgia à Ensaística, da Oratória à Crônica. Por isso, não só rende homenagem, mas serve dignamente à Cultura uma Casa como esta, dedicada ao cultivo das Letras, não no sentido estreito da projeção de alguns, mas na busca esforçada do benefício de todos.

Neste ponto, apraz-me evocar a memória, exaltar as figuras e pôr na devida evidência as pessoas de cinco ilustres brasileiros ligados à Cadeira 12

para a qual vosso benévolo sufrágio me conduziu e que passo hoje a ocupar, lisonjeado e estimulado pela nobre linhagem que cada um deles contribuiu a tecer.

FRANÇA JÚNIOR

Concebida a Academia Brasileira de Letras e escolhidos nomes de insígnies escritores já falecidos como patronos das quarenta Cadeiras, coube à I2 o patrocínio do escritor e dramaturgo Joaquim José da França Júnior. Vasta, significativa, influente cultura teatral foi o forte deste carioca nascido em 1838 e falecido em Caldas (MG) em 1890, na força dos seus 52 anos. Na falta de uma minuciosa biografia, é possível – e é agradável – ler interessantes monografias sobre França Júnior. Leem-se com emoção, sobretudo quando postas em confronto, como num jogo de espelhos, a mais antiga, de 1906, sob a pena incomparável do grande Artur Azevedo, e, mais recente e das mais instigantes, a que lhe consagrou o ilustre teatrólogo e crítico, nosso colega de Academia, Sábato Magaldi. Este último estudo, “Fixação de costumes” (publicado em *Panorama do Teatro Brasileiro*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, sem data (1962), I.^a edição), é comovida homenagem ao dramaturgo. Mas é também uma análise percuciente da obra de um literato da mesma estatura de Martins Pena e do citado Artur Azevedo, com os quais forma a tríade máxima na criação e no desenvolvimento de um teatro tipicamente brasileiro. Em textos elaborados com arte, de ótima carpintaria teatral, nos quais a graça e o humorismo das situações convivem com uma visão amarga, quase cínica, da vida, França Júnior retrata aquele que lhe parece ser o *homo brasiliensis*. Assim, põe sua criatividade e seu atrevimento a serviço da cultura de um povo: vida familiar, aventuras políticas, situações, costumes formam a teia desta cultura que o comediógrafo descreve em perfeita linguagem teatral. No curto espaço de uma breve vida, foi bastante ampla a criação literária de França Júnior, de *A República Modelo* (1861), aos *Ingleses na Costa* (1864); de *O Defeito da Família* e *Direito por Linhas Tortas* (1870) a *O Tipo Brasileiro* (1872) e *Às Doutoradas*. Reverencio a memória e a presença literária do Patrono França Júnior.

URBANO DUARTE

Pelo misterioso mundo do Teatro, passou também o primeiro ocupante, ou fundador, da Cadeira I2 (circunstância agradável a quem, como eu, começou seu ministério de sacerdote no meio teatral, orientado pelo hoje Acadêmico de França, o dominicano Pe. Carré). Mas foi sobretudo jornalista e folhetinista o baiano Urbano Duarte, colega de Rui Barbosa nos bancos escolares, nascido na cidade de Lençóis a 31 de dezembro de 1855 e falecido no Rio de Janeiro a 10 de novembro de 1902, seis anos apenas após a fundação desta Casa, aos 57 anos de idade. Quem lhe estudou a biografia apontou na figura do escritor algumas antinomias que contribuíram pra dar-lhe maior relevo: fundamentalmente triste, ele escreveu para fazer rir; descrevendo a superfície das pessoas e dos acontecimentos, era capaz como ninguém de colher o fundo mais íntimo delas e deles; da observação picante dos tipos e costumes, salta para a luta antiescravagista e abolicionista, sobretudo no drama “A Família Salazar”, rebatizado depois como “O Escravocrata”. Por quase vinte anos, soma a Literatura com a Ciência e une às duas a carreira militar. É possível que a ABL se veja interpelada, um dia, a reunir em volumes os escritos esparsos deste fundador.

AUGUSTO DE LIMA

A um Urbano Duarte quase sempre esfuziante, sucede na Cadeira I2 o mineiro de Nova Lima (1860), falecido no Rio de Janeiro (1934), o contido, meio taciturno Antônio Augusto de Lima. No belo discurso de entrada na Academia, este delineia, com arte e sinceridade, o perfil do predecessor: é um texto notável este, no qual Augusto se confessa, por muitos títulos, próximo de Urbano, mas nos antípodas dele por ter sido ele um humorista, substituído por um melancólico confesso e professo. Introspectivo, meio solitário, satírico, ele se compara com outros mineiros: Pe. Correia de Almeida e Cláudio Manuel. Não sei se essas etiquetas se ajustam mesmo em Augusto de Lima ou se são, em grande parte, atitude de mineiridade. O que sei é que este meu coestaduano representa, na vocação cultural da Academia, um serviço qualificado à Cultura na área, ao mesmo tempo, da Poesia (*Contemporâneas, Símbolos,*

Poesias, Tiradentes), do Direito (como fundador de Faculdade em Minas e como promotor público) e da Política (como deputado federal por 23 anos). Ousaria dizer que também na área da Filosofia – e de uma filosofia deliberadamente cristã, na qual ele foi conhecido e admirado por muitos, em compensação vantajosa da incompreensão e rejeição de outros.

VÍTOR VIANA

A Augusto de Lima sucede Vítor Viana. No seu discurso de posse, este homem de letras bastante conhecido no seu tempo faz questão de evidenciar, sem ambiguidade, o campo cultural no qual atuou por vários anos: “Peço licença para considerar a distinção [de ser recebido na Academia] como uma homenagem à minha profissão de jornalista.” E acrescenta com justificado orgulho: “O jornalismo é um gênero literário [...] e os articulistas e cronistas são bem homens de letras. Hoje não se sabe onde acaba o jornal e começa o livro.” Saúdo com respeito este predecessor na Cadeira I2 e o faço com prazer, já que meu caminho para a Academia passou, sem dúvida, pelos livros nos quais se transformou minha bissemanal colaboração em dez jornais do País. Saúdo a quem, descrevendo-se como autor de trabalhos sobre Sociologia, Economia Política, Ciência do Governo e da Administração, Filosofia, Psicologia, Crítica Literária, aponta o Jornalismo como profissão principal e se orgulha de ocupar uma cadeira que teve como patrono, fundador e último ocupante, antes deles, três jornalistas.

MACEDO SOARES

Em 1937, é eleito para a Academia Brasileira de Letras o único ocupante da Cadeira I2 que cheguei a conhecer, embora à distância. Refiro-me ao paulista José Carlos de Macedo Soares. Como definir sua carreira e as etapas do seu variado e complexo serviço à sua Pátria? Como apontar as várias facetas da sua cultura pessoal, graças às quais ele prestou inestimável serviço à Cultura Brasileira? Foi um cultor do Direito no qual foi bacharel saído da famosa Faculdade do Largo de São Francisco (1905). Foi catedrático de

Economia e Finanças na Álvares Penteado e de Direito na PUC de São Paulo. Foi político nos tempos de estudante (Centro Acadêmico XI de Agosto) e no exercício de cargos executivos (secretário do Interior e Justiça, ministro da Justiça em dois governos, interventor federal em São Paulo nos governos Linhares e Dutra). Foi notável diplomata, quer participando de encontros internacionais, quer ensinando, quer exercendo por duas vezes o cargo de ministro das Relações Exteriores, em épocas e circunstâncias difíceis e com uma competência e um senso diplomático raramente vistos. À ABL, ele trouxe a contribuição do seu saber e o testemunho de uma personalidade do mais alto nível.

Ao focalizar, sob as cintilações desta noite de gala, com as rápidas pinceladas que o discurso permite, os vultos venerandos de nobres antepassados, desejei recordar o que fizeram pela Cultura. Desejei também render um preito de gratidão aos seus familiares mais ou menos próximos, porventura ainda em vida e presentes em nosso meio. Eles deram brilho à Academia — é justo que ela não os deixe em imerecido esquecimento.

CULTURA E EDUCAÇÃO

Antes, porém, de pronunciar mais um, o sexto e derradeiro nome, nesta lista, por muitos títulos luzidia e respeitável, permito-me externar o pensamento que me acompanhou na evocação de cada um deles: a impressão dominadora de que *não há Cultura sem Educação como não há Educação que não produza Cultura*. Por isso, uma Academia comprometida em detectar as raízes mais profundas e determinantes da Cultura em um país, em elaborar e promover, em difundir e alargar essa cultura, não pode deixar de comprometer-se também com a *Educação*. À minha interrogação — *Academia Brasileira de Letras, que dizes de ti mesma?* —, ouvi claramente a resposta: *Procuro ser válido instrumento de Educação, a serviço de todo um povo*.

Falo de *Educação* no sentido mais profundo, mais abrangente e mais nobre do termo, no sentido etimológico de *e-ducere*, ou seja, fazer emergir, tirar de dentro, levar a uma certa plenitude, potenciais já existentes no educando. Isso supõe informação, instrução, comunicação do saber, mas é muito mais: é fazer eclodir um homem maduro e acabado do homem em germinação e crescimento.

Assim conceituada, a Educação não é um luxo para alguns, mas uma necessidade e exigência de todos. Pois cada ser humano só pode ser fruto de capacidades ou faculdades inatas (físicas e espirituais, mentais, psíquicas, afetivas, morais, religiosas) e de educação e desenvolvimento das mesmas.

Sem a possibilidade de explicitá-lo minuciosamente, convém entretanto lembrar um conceito básico: o protagonista verdadeiro da Educação é o próprio educando – ao educador cabe o trabalho quase artesanal de tirar de dentro do educando a pessoa humana que ali é gestada. Compreendo o sentido desta gestação cada vez que, em um museu de Florença, contemplo os grandes blocos de mármore dos quais Michelangelo começou a extrair outras tantas estátuas: aos trabalhos inacabados alguém deu o nome de *le prigioni*, querendo ressaltar que, em cada bloco, está encarcerada uma obra-prima, invisível, que o artista deve libertar. Assim o educando nas mãos do educador.

Este educador é múltiplo e uno. *Múltiplo* porque, segundo as diferentes fases da sua vida, o educando precisará de diferentes pessoas, grupos e até instituições que o ajudem a atingir sua plenitude. *Uno* porque qualquer antagonismo ou dicotomia entre os educadores só pode produzir malefícios no educando, sendo o pior deles uma sorte de esquizofrenia pedagógica de dramáticas consequências. Fazem parte da unidade na multiplicidade da Educação, antes de tudo, os pais que, tendo dado a vida biológica e espiritual, têm o dever de educar para a vida, dando um sentido à vida. Além dos pais, é primeira educadora, também, toda a constelação familiar como o é o espaço, ambiente e clima da família. Educadora é, em seguida, a Escola que para isso (e não só para a instrução e o ensino sistemático) deve estar preparada. Educadoras podem e devem ser as comunidades eclesiais; educadores, os grupos informais nos quais o educando vive parte mais ou menos significativa da sua existência; educadores deveriam ser (e seria dramático se não o fossem) os meios de comunicação social ou *mass media*. Aqui, não vacilo em dizer que não poucas instituições sociais, embora não sejam classificadas como educacionais ou pedagógicas, são chamadas a fornecer subsídios válidos para a Educação: entre elas estão, sem dúvida, as academias como esta que hoje nos abriga. A este propósito, alegra-me a certeza de que, contrariamente ao que se pode ouvir ou ler aqui ou ali, esta Academia não é um círculo de “perfeitos”, hermeticamente fechado, insulado e distante do País real, às

voltas com graves problemas no plano da Educação, inclusive com o drama do analfabetismo de uma parte consistente da população. É instituição voltada para a Educação Nacional.

E como não ressaltar, com a devida ênfase, o papel do Estado? A respeito deste, é preciso pôr em evidência, neste momento, quatro aspectos essenciais. Primeiro, que é seu indeclinável dever oferecer aos cidadãos, como parte insubstituível da própria cidadania, educação completa, gratuita, obrigatória e de boa qualidade. Segundo aspecto: que as diretrizes e bases da Educação encontrem o justo equilíbrio entre o Ensino Primário, Secundário e Universitário, com especial atenção ao Básico; que não se descure o Ensino Profissional sob o pretexto de cuidar do Intelectual. Terceiro: que seja garantido a todo educando que, por si ou pelos pais, optem pela educação fornecida pela escola particular, confessional ou não, o acesso a ela; esta deve ser objeto de uma justa e apropriada legislação que impeça qualquer tipo de mercantilização do Ensino; por outro lado, porém, como acontece nas melhores democracias, uma forma adequada de subsídio estatal deve permitir o acesso à escola particular, mesmo a educandos que não têm condições financeiras para isso. E quarto, delicado aspecto: que se encontrem caminhos de justiça, liberdade e verdadeira democracia com relação ao Ensino Religioso nas escolas, respeitado o pluralismo e a liberdade em matéria de Culto e Religião; isto porque uma educação não é de qualidade total se não educa também o senso religioso, conatural ao homem.

Sublinhados esses aspectos, entre muitos outros que os limites do discurso me obrigam a omitir, faço, de bom grado, uma proclamação. Como brasileiro e como pastor, como intelectual e, agora, como acadêmico, estou firmemente persuadido de que alimentação (comida) e Educação constituem a prioridade absoluta no Brasil democrático; erradicar a miséria (a fome) e erradicar o analfabetismo, deve ser a grande luta. Em outros termos, estou convencido de que sem a Educação não se faz nem a libertação, nem a promoção humana, nem a revolução de que o povo precisa e que o povo reclama. Neste sentido, a revolução do livro e da pena é a primeira e indispensável revolução. Educação em vista da cidadania plena e de uma democracia real e não meramente formal, tal deve ser o programa primordial. Sem esse programa, qualquer outro projeto político ou social

corre o risco de esvaziar-se e perder-se por falta dos elementos e recursos humanos, que são básicos.

ABGAR RENAULT: UM SER POLIÉDRICO

As singelas reflexões que ousei trazer a este lugar e no contexto do meu ingresso nesta Casa têm o condão de fazer ressurgir em meio a nós, há dez meses da sua morte, duplamente imortal, no plano da fé e no plano acadêmico, o Prof. Abgar de Castro Araújo Renault.

Com os mais deferentes e cordiais cumprimentos aos digníssimos familiares e parentes do pranteado homem de letras e aos acadêmicos que gozaram da sua amizade, declaro que o orgulho de ingressar no quadro desta Academia se amplia e se eleva com o outro: o de suceder na Academia a um brasileiro como este. Penso nele ao falar de Cultura e, ainda mais, de Educação, porque considero que os seus múltiplos títulos conduzem para o de educador e neste encontram seu ponto culminante.

Por muito tempo, como a grande maioria dos brasileiros, de Abgar Renault só conheci o nome glorioso e as obras presentes nas livrarias e redações de revistas. Só pouco a pouco, sobretudo depois que Irmã Morte lhe cerrou os olhos e a boca e paralisou-lhe os gestos e o andar, tornei-me atento aos traços marcantes da sua personalidade.

Percebi então que existe o Abgar Renault *pessoa humana*, rica de qualidades que, no dizer de quem privou de sua intimidade, compensaram abundantemente os naturais defeitos. Meu coestadano, das Minas Gerais, nasceu ele a 15 de abril de 1901, na cidade de Barbacena. Por este lado, sinto profundas afinidades com aquele que veio ao mundo a cerca de cinquenta quilômetros da minha São João del Rei natal. Trazemos ambos das Alterosas, das encostas da Mantiqueira e dos Campos das Vertentes, traços caracteriais comuns: certa interioridade; um jeito comedido, tendendo mais à discrição do que ao exibicionismo; um aparente desinteresse mas, na verdade, uma real abertura aos outros. Sobre o homem Abgar, falou Paulo Nathanael de Souza Pereira na melancólica despedida que lhe fez quando ele deixou o Conselho Federal de Educação: melancólica mas não desconsolada porque — dizia — “aquele que parte, entre nós permanecerá, pois é poeta e só a santos e poetas concedeu o

Todo-Poderoso a ubíqua capacidade de permanecer sem necessariamente estar.” É nesta homenagem que Paulo Nathanael descreve o homem Abgar com os traços do *Les Caractères* de La Bruyère (cf. *Falas*, p. 96): “A grandeza verdadeira é livre, mansa, familiar [...] nada perde em ser vista de perto: quanto mais conhecida mais admirada. [...] Os bons parecem grandes e muito grandes sem nos fazer sentir que somos pequenos.”

O VERNACULISTA

Existe o Abgar *vernaculista*, *perfeito cultor da Língua Portuguesa*, igual a outros, mas inferior a nenhum. Sem purismo nem requintes exibicionistas, ele ficará como um dos que, no seu tempo, *melhor* usaram a Língua Portuguesa tal como falada no Brasil. *Melhor*, que dizer: com mais propriedade, mais elegância, maior riqueza vocabular, limpidez e pureza na expressão das ideias. Sua prosa permanece exemplar, embora inimitável.

O POETA

Existe o *Abgar poeta*. Poeta quando, traduzindo os mais notáveis poetas ingleses e americanos, franceses e alemães, recria com sua inspiração a deles e encontra na nossa língua as palavras que deram magia e alumbramento à poesia original. Carlos Drummond de Andrade comentou, a este propósito: “Rigorosamente, Abgar não traduziu os poemas; fê-los de novo.” Poeta, e dos melhores, quando escreve seus próprios poemas. Admiro na lírica “renaultiana” a capacidade de levantar delicadamente o véu que cobre, não a epiderme do homem, mas seus sentimentos mais profundos, seus medos e ansiedades, seus desejos, suas paixões, suas buscas ardentes, suas alegrias e esperanças, as fontes da vida presente e as de uma certa eternidade. Talvez por isso, sua poesia é profundamente perturbadora, embora na forma não se mostre agitada nem sísmica. Quem se interessa por Poesia Contemporânea no Brasil precisa conhecer a obra poética de Abgar.

Ler os XXIV *Sonetos Antigos*, bem-sucedidos pastiches de inspiração camonianiana, e, por contraste, *Sofotulafai* e outros poemas que levam Solange Ribeiro de Oliveira a falar da “modernidade” de Abgar.

Descobrir nele algo de Juan de la Cruz: é *sanjuanísta* um quê de *noche oscura*, mas constelada, que envolve toda a sua *Obra Poética*, na qual é frequentíssimo o uso do substantivo *noite* e do adjetivo *noturno*.

Deixar-se impregnar pela lírica de “O Filho Morto” (em *A Lápide sob a Lua*):

Vejo o corpo morto da tua mocidade
Dormindo sem sono a sua construção de ossos e músculos
Estás ferido e dóis e nem te queixas e não choras.

Não me é dado saber quais foram as relações do homem Abgar com seu Deus, na intimidade da sua vida religiosa e da sua oração. Espero que tenham sido filiais e o sejam ainda mais, agora que, rasgados os véus da fé, ele O contempla face a face.

Quanto ao poeta Abgar, nos poucos mais densos poemas explicitamente religiosos, ele fala de Deus sem pronunciar-lhe sequer o Santo Nome: só o uso da maiúscula nos pronomes indica de Quem está falando. Deus é, para o poeta, o “Ignotus” – o desconhecido –, como diz o título de um poema do volume *Íntimo Poço*:

Eu não sei quem Tu és.
Mas sei que Tu existes
e sei que és Tu que acendes as estrelas lá no alto,
o lume, às vezes, da alegria na pobreza dos meus olhos tristes.
Eu não Te vejo, eu não Te falo, senão no silêncio secular
das noites insones e profundas
(...) Eu Te quero e Te temo (...)
sinto o Teu resplendor doer em minha tórpida cegueira
ouço o rumor augural dos remos do teu barco, lento e lento
a ferir, com seu ritmo de Absoluto,
a água noturna do meu pensamento.

É portanto Alguém que não se vê, não por ser escuro e sombrio, mas porque ofusca, de tão fulgurante que é. No entanto, o desconhecido se faz “Presença” (na mesma coletânea):

Trago-te comigo como a palavra traz em si a ideia e
tal a sombra supõe a luz sem vê-la,
sinto-Te em mim perpetuamente, sem saber o que és,
nem o que buscas,
sei apenas que estás aqui, ao redor de mim e em mim.
Instinto ou consciência, ventura ou dor,
eu não posso fugir-Te nem escapar-Te, ó ignoto esplendor.

Os versos citados indicam que as relações do poeta Abgar Renault com seu Deus foram marcadas mais pela dor e por uma certa ansiedade do que por uma deliciosa espontaneidade. Isso se confirma nos dois versos postos como epígrafe do livro *A Lápide sob a Lua*, na *Obra Poética*:

Tombo, Senhor, submisso, mas inconformado na
desesperança
e não te reconheço na cruel desnecessidade da tua lança.

Confirma-o, ainda mais, o soneto “*Ad te clamamus*”:

...se alheio ao nosso amargo sobressalto
sempre és maior, mais trágico e mais alto
que a nossa inútil desesperação.

De todo modo, alegre perceber que, num certo sentido, toda a poesia de Abgar tem algo de religioso e até de litúrgico e ritual, mesmo quando não fala explicitamente o nome de Deus. Pois versa sempre sobre as raízes ou as nascentes ocultas do homem – e, portanto, sobre sua sede de Absoluto e de Transcendente, sobre seu senso religioso.

Quem faz essa leitura é forçado a admitir que Abgar Renault situa-se entre os nossos melhores poetas (Fausto Cunha), “um dos três maiores poetas da Língua Portuguesa em nosso tempo, na honrosa companhia de Carlos Drummond de Andrade e Fernando Pessoa” (Fernando Sabino). Admitir, mais, com Antonio Olinto, “estar bem perto de nós o maior poeta vivo do Brasil”. É, sem dúvida, um “poeta maior”. Admiro na estética deste poeta maior a irresistível sugestão das imagens simples e caseiras para propor paisagens interiores das mais humanas.

ABGAR, O HUMANISTA

Para falar de um outro traço na fisionomia de Abar Renault, convido-vos, senhoras e senhores, a considerar comigo uma semelhança e uma diferença entre os conceitos de *Antropologia* e de *Humanismo*. A semelhança: baseados na raiz grega de *ánthropos* ou na latina *humanum*, ambos têm por objeto e ponto de referência o homem. A diferença está em que a *Antropologia* é uma ciência que, com instrumental filosófico, teológico e bíblico, cultural, psicológico e biológico (daí os vários horizontes antropológicos), investiga sobre as origens do homem, sua natureza, suas condições, seu destino: o Humanismo é uma *atitude* ou *postura* intelectual, moral ou espiritual, é uma *visão das coisas* e da *História*, é uma *estratégia* ou um *projeto* para conduzir a sociedade ou construir uma nova sociedade. É uma compreensão do mundo: um mundo que nas suas estruturas e instituições, na sua autoconsciência e na sua vivência vise não tanto à perfeição técnico-científica mas à realização de *todos os valores* — individuais, familiares, sociais, morais, religiosos, espirituais —, graças aos quais uma pessoa humana se realiza plenamente.

O *antropólogo* reflete, estuda, discorre, ensina sobre o ser humano e realiza assim obra científica de elevado alcance, usando inclusive pesquisas e conclusões de outras ciências. Neste sentido, após a Teologia, a Antropologia pode ser considerada a mais nobre na hierarquia das Ciências. O *humanista*, por tudo o que faz, escreve, diz, tem em vista a pessoa e a comunidade humana e edifica um mundo para o homem. O *humanista* é alguém capaz não tanto de discorrer sobre o homem, mas de colaborar eficazmente, pela reflexão e pela ação, para que um número cada vez maior de pessoas humanas se realize na sociedade e no mundo.

Um *humanista* deve, pois, obrigatoriamente possuir uma determinada visão do homem e agir em consonância com ela. Tal visão resulta de algumas variantes e, segundo essas, seu humanismo pode ser materialista ou espiritualista, determinista ou fruto da liberdade, pagã ou cristã. O humanismo de Abar Renault pode ser definido como espiritualista, teológico e cristão: ele não rejeita nem condena outras modalidades de Humanismo, mas, afirmando a que lhe é própria, pratica sincera abertura para o diálogo com as demais.

Não classificaria Abar como um antropólogo. Mas não hesito em qualificá-lo como um verdadeiro humanista.

UM NOTÁVEL EDUCADOR

Abgar Renault, o homem profundamente humano, o poeta, o humanista, mas também o servidor público, o político, o jurista, o filósofo metafísico: tudo converge para o Abgar educador tal como o descreve Paulo Nathanael Pereira de Souza na “Homenagem a Abgar Renault” no seu livro *Falas*.

Educador ele o foi em três dimensões superpostas.

Primeiro, na sala de aulas e em contato com os alunos, como o faz a partir de 1923, ensinando Inglês e Português entre outros a Francisco Clementino San Tiago Dantas, em aulas particulares; a partir de 1927, na Escola Normal Modelo e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte; a partir de 1935, na Universidade da Prefeitura de Rio de Janeiro; em 1945 e 1960, como *visiting professor*, nos Estados Unidos. Por tudo isso, recebe o título de Professor Emérito da UFMG e a Medalha de Honra ao Mérito.

É educador também em elevados postos em várias administrações: secretário do ministro de Educação Francisco Campos (1930); membro do Conselho Federal de Educação (1938); assistente do secretário de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro; secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, no governo Milton Campos (1947); ministro da Educação no governo Milton Campos; representante do Brasil na Conferência Geral da UNESCO. Nesta linha, ele é também membro fundador da Universidade Federal de Minas Gerais.

Educador, ele o é igualmente quando escreve e publica artigos, comentários e juízos críticos sobre Educação. Na extensa bibliografia levantada cuidadosamente por Solange Ribeiro de Oliveira e Affonso Henrique Tamm Renault, constam, entre dezenas de outros escritos, *A Palavra e a Ação*, *Missões da Universidade*, *O Ensino Técnico e a Cultura Geral*. Nesses escritos, transparece toda a sua ânsia por uma educação realmente formadora de pessoas. Em dois textos seus, lê-se com emoção o que ele revela sobre sua vocação pessoal de educador e sobre a maneira como a entendeu e viveu: um o que ele intitulou simplesmente “Depoimento”, no qual atribuiu ao pai Léon “o gosto pelos estudos e interesses pelas causas da Educação”; o outro, o emocionado discurso que proferiu ao despedir-se do Conselho Federal de Educação em 1982. Acredito que somente sua modéstia e a ausência, nele, de tudo que parecesse cabotinismo e autoprojeção impediram que, em vida, fosse retumbantemente reconhe-

cido como um dos maiores e melhores educadores que o País já teve. Mas a faixa do País que, contra a vontade dele, o consagrou como poeta maior, o erigiu também como um eminente educador.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Senhoras e senhores acadêmicos, vosso gesto de grandeza, ao eleger para vossa agremiação este pastor e ministro da Igreja Católica Apostólica Romana, trouxe-lhe muitos motivos de gratidão. Entre todos, sobressai a oportunidade, que lhe proporcionastes, de aproximar-se da figura, por muitos títulos admirável, de Abgar Renault. Na impossibilidade de referir-me ao meu ilustre predecessor, neste discurso, de modo tão minucioso, como desejaria, assumo comigo mesmo o compromisso de fazê-lo em uma próxima ocasião. Por agora, restam-me a honra e o prazer de reverenciá-lo com o mais sincero apreço, na memória e na saudade, em comunhão com seus familiares, com seus colegas de Academia, com todos quantos o admiraram e lhe quiseram (e lhe querem) bem.

HOMENAGEM

E seja-me permitido, no momento final deste discurso, quebrando talvez o protocolo, exaltar duas figuras do episcopado brasileiro que me precederam nesta Casa: D. Silvério Gomes Pimenta, o arcebispo negro, santo e sábio, de Mariana, Arquidiocese em que eu nasceria três anos após a sua morte, e D. Francisco de Aquino Correia, arcebispo salesiano de Cuiabá. Curvo-me, reverente, perante esses dois irmãos bispos, agradecidos pelo lustre que deram à Igreja, à Academia e à Pátria. Em gesto de afetuosa fraternidade, saúdo também o monge-poeta meu coestaduano, chamado, há anos, a integrar esta Casa.

OFERENDA

Não resisto ao prazer de transferir as honras e as alegrias da investidura acadêmica, nesta noite inesquecível, a dois homens e duas mulheres que tomo

como verdadeiros símbolos. Eles são Fr. Jordano Noordermeer, franciscano holandês, que vive, em São João del Rei, o plácido e radioso crepúsculo dos seus 86 anos bem soados e bem vividos, e o Prof. Antônio Augusto de Assis: ambos foram meus professores no então chamado Gymnasio Santo Antônio de São João del Rei. Elas são Margarida Moreira Neves, obscura professora primária em São João del Rei, minha mãe e, a todos os títulos, minha principal educadora, e D. Clotilde Oliveira, minha professora primária no Grupo Escolar João dos Santos, que me ensinou as primeiras letras de 1934 a 1936 – e que, lúcida e ativa, aqui estaria entre nós, não fosse um luto recente e o temor de emocionar-se demais diante do antigo aluno transformado em acadêmico. Recebam elas, em nome de todas as professoras primárias do Brasil, o preito de infinito carinho e imorredoura gratidão do novo acadêmico.

E cesso agora as palavras com um *post scriptum* de Blaise Pascal (ou seria de Antônio Vieira?) em uma carta: “Desculpai-me ter sido extenso: não tive tempo de ser breve.”

Cesso as palavras porque percebo ser hora de colocar-me à disposição dos insignes colegas acadêmicos na ingente tarefa de ajudar o País a REESCREVER (OU REINVENTAR) O FUTURO.

II

RESPOSTA DO SR. MARCOS ALMIR MADEIRA

AO ESCRITOR, AO PRELADO, AO CIDADÃO

Sr. D. Lucas Moreira Neves, Eminentíssimo confrade: lembro-me de tudo e de quase todos, muito apesar da idade. Era eu um colegial e cursava meus 12 anos.

As folhinhas de 1928 marcavam 18 de outubro e registravam que aquele era o Dia do Santo Doutor: São Lucas, patrono dos médicos. Muito por isso o diretor do ginásio, o Bittencourt Silva, em Niterói, minha cidade-berço, convidou o senhor bispo diocesano, D. José Pereira Alves, a fazer sua bem esperada visita ao educandário, já então histórico. Para saudar o prelado, de inteligência e simpatia claras, designara o diretor do colégio um aluno terceiranista, orador oficial da União dos Moços Católicos. Era eu próprio, rigorosamente.

Falei o que pude e como pude. Penteei a frase e arredondei a voz (não valeriam estridências no louvor a Sua Exa. Reverendíssima) e tudo coube em quatro tiras de papel, que além de pautadas, tinham sido extraídas, não sei porquê, de um caderno de Física. Foram lidas prudentemente – ia dizer inevitavelmente pelo meu diretor, que apenas podou a adjetivação gordurosa, enxundiosa.

Era aquele um dos pecados literários bem inerentes aos noviços da oratória imberbe ou da literatura garota. Mas, ainda assim, como admitir que o orador calouro lesasse a virtude da boa medida e do recato verbal, naquelas circunstâncias?...

Uma outra indagação, que lhe faço comovidamente, Eminentíssimo confrade: como poderia futurar o colegial de 1928 que, decorridos 68 anos daquela saudação a Sua Exa. Reverendíssima o bispo de Niterói, viesse receber, na Academia Brasileira, Sua Eminência, o senhor cardeal primaz do Brasil?

Seja como seja, D. Lucas Moreira Neves, quero dar-lhe garantia plena: serei módico nos adjetivos; guardei a receita estilística do bom diretor do meu ginásio. Estou certo: não foi acaso a sobriedade o segredo da arte literária de Machado de Assis?

Queira consentir, já agora, numa evocação pessoal – ia eu dizer filial: neste dia de São Lucas e de sua inspirada posse acadêmica, penso em meu pai, santo leigo que se deu à Medicina, abalizando-se na Pediatria. E não saberia omitir que, nesta Casa, a eloquência do acadêmico João Neves da Fontoura apontou nos pediatras genuínos uma “vocação de anjo da guarda”.

Há destinos amáveis: trago para esta tribuna um rosário de coincidências.

Bem me honro e prezo de lhe dizer a palavra de saudação da Academia Brasileira, no bom momento em que vem suceder ao poeta, educador e ensaísta Abgar Renault. Foi ele quem aqui me recebeu – outra coincidência de seda.

É hora de lhe dizer que, sufragando Vossa Eminência, votou a Academia no prelado escritor e, pela primeira vez, num príncipe do reino de Deus.

Recebendo o Cardeal Tisserant na Academia Francesa, naquele 20 de junho de 1962, o Conde Wladimir d'Ormesson rematou seu discurso com um nítido *mot d'esprit*: *L'immortalité que nous vous offrons est relative et surtout éphémère. Mais toute votre vie est tendue vers ceile qui n'aura pas de fin...*

Quanto a nós, neste *Petit Trianon*, estamos em crer que não seria de bom gosto, ou bom aviso, filosofar esta noite sobre a nossa imortalidade e ainda bem menos sobre a outra... Aqui se encontram três cardeais e caberia evocar aquela pergunta lírica de Maeterlink: “Como ensinar aos pássaros a teoria do voo?”

Uma academia deve ser prudente. Prudência, a “boa prudência”, que aparece em meditações do Velho Horácio, é para nós estrela gêmea da harmonia, na constelação das virtudes e prendas desta Casa exponencial.

Sob essas inspirações que vêm do fundo do tempo, deixa nossa Academia de filosofar sobre a imortalidade – preserva-se ... e confessa, para ser veraz, que mais grato lhe é dizer da sua personalidade literária, da sua obra e do significado da sua eleição.

Um registro da nossa imprensa concluiu que ela fora justa pela sua “alta condição eclesiástica e por seus méritos de *literato*”.

No que lhe toca, a designação de *literato* não calha, não se compadece com as revelações do seu *tônus* estilístico.

Vem a ponto ressaltar que me valho da qualificação de *literato* como expressão de dandismo, de maneirismo, de rococó transplantado, tropical, patente na inchação da frase, na alegoria das hipérboles, a mesma com que o tribuno ingênuo de certas áreas rurais pontificava no coreto com a sua eloquência engomada, sua literatura de domingo... É claro que o jornalista fez uso da expressão inadequada, com a mesma naturalidade com que a empregaram Nabuco, Carlos de Laet, Humberto de Campos, José Veríssimo, em cuja época tinha o vocábulo outro curso e sentido. Também assim apalavra *tribuno*. Quase desapareceu do nosso mercado verbal. É que passou a caracterizar em nossa vida intelectual de hoje, como aconteceu ao *literato*, o ciclo precisamente do maneirismo, do artificialismo luxento, da literatura incomunicativa, em que o autor só a si mesmo se via, esquecido ou desdenhoso do conselho de Nabuco: “Escrever para o leitor.” E exatamente isso o que faz Vossa Eminência com mestria e boa pena — pena do não *literato*, pena de escritor.

Já me acudiu registrar num prefácio a perícia da sua arte literária, sob o regime da Crônica. Mas o cronista, no seu caso, está a serviço, em folhas da Imprensa, do que tem de mais alto a arte de pensar. O instrumento é ela, a crônica límpida, lúcida, lisa, sem arabescos e expedita, comunicativa por definição: mas o desígnio do escritor, sua ideia-mater, seu ponto *cardeal* (permita-me) ressumbram nitidamente na sua faina literária: servir à comunidade, ao Brasil-Nação e ao Brasil-Estado, sob a inspiração permanente da palavra divina e dessas cartas à humanidade, que são as encíclicas sábias e sólidas, moldadas numa filosofia da ética de viver e conviver, na dedução sociológica das realidades que marcam a vida de cada um, cada dia — vida de todos os homens, todas as mulheres, todas as crianças de um mundo que não quer apenas durar, mas realmente viver; viver sob Estado justo, sem temer o dia seguinte, sem medo de amanhecer; mundo que sofre e ainda sonha, apesar das democracias unilaterais e contraditórias. Nenhum tema de urgência social deixou de ser versado pelo chefe da Sé Primacial: em vez de crônica diletante, a crônica militante, a crônica pastoral, sem que o pastor se transfunda por inteiro na página, inoculando no tecido da frase o jeito, os modos e — por que não dizer?

— os vezos do ofício venerável. Deformações ou cacoetes da profissão, todos os temos: bacharéis (estou aludindo aos que respiram no clima do foro), militares, clérigos e — *the last* — desta vez *the least* — tecnocratas... Como no caju, tão nosso, na linguagem também às vezes sentimos a cica da profissão. Exceção auspiciosa, a prosa de Vossa Eminência nos vem imune, enxuta de traços ou tiques do ofício. Não há sermão na sua escrita; ou, se o temos, e bem é que o tenhamos aqui e ali, não nos vem no rigor da comunicação eclesiástica; vem com o sabor de certas coisas implícitas, diluído na água, também ela benta, de um estilo próprio. Até mesmo o conselho do cardeal arcebispo tem o toque de um cidadão como tantos outros. A bem pensar, nem há conselhos; o que há é o correto alinhamento de fatos, coisas, instituições, circunstâncias, que são a matéria-prima de um pensamento medular, um feixe de princípios de raiz. No cronista de sumo e brilho, saúda a Academia Brasileira o escritor de ideias. E, porque assim é esse escritor, brinda igualmente o ensaísta, que no cronista se alonga, como uma vocação paralela. Sim, porque ensaios, variando apenas de extensão, vêm a ser quase sempre os seus escritos. No geral, trazem advertências e propostas de palpitante interesse coletivo. Quando não, até mesmo denúncias generosas, de serena energia, a serviço do bem comum. Está nele um *clama ne cesses* da Igreja Católica, que a história não dissocia da ética social, presente no que tem de mais profundo a moral cristã, tão palpitante de atualidade na advertência irresistível de São Paulo: “Cristo é tudo em todos.” Diluem-se nessa mensagem de amor os preconceitos de raça, de classe e de crença. Fundado na sua altíssima filosofia, deixou-nos São Paulo esta exortação, misto de sabedoria e beleza: “Rendamos graças ao Criador pela infinita variedade das suas criaturas.” Esse é um outro mundo de ideias que o cardeal escritor já tem transferido para o seu ensaio crônica. E estima a Academia dizer-lhe que a força e solidez dos conceitos, reflexões críticas e apelos nunca lhes sacrificaram a construção literária, a comunicabilidade, a simpatia verbal precisamente. E que o cronista se impõe. Daí, como me ocorreu notar em passado recente, a sua capacidade de motivação — motivação rápida, pronta. E o insigne confrade, em gênero e escopo, o escritor que se dá. Parece que seu desejo é dialogar com o leitor — conversar na página. Vai nisso a feliz confirmação de que existe uma sociabilidade literária — afabilidade no papel. E o sucessor ideal de Abgar Renault é portador dessas virtudes, tão inerentes aos cronistas autênticos. Mas o homem de pensamento, que o cronista abriga,

consolida seu prestígio intelectual no País e sua posição em nossa melhor ensaística, pelas nobres manifestações do escritor cidadão, atento à problemática do homem e da sociedade, nestes dias dormentes – aquele *socially active citizen*, tão recomendado por cientistas políticos dos Estados Unidos. (De vez em quando, direi alguma coisa em Inglês para que meus amigos norte-americanos não ponham em dúvida minha educação e modernidade.)

Do seu vivo sentido literário, D. Lucas, fazem uma prova clara o zelo e a graça com que batiza suas obras. Tem nisso a boa companhia do sempre lembrado Gilberto Freyre. A conquista do leitor e o natural empenho em lhe abrir o apetite intelectual também se podem associar à escolha dos títulos. São fatores predisponentes, sem dúvida. *Casa-Grande & Senzala* faz mais que denominar; provoca. *Com o Olhar de Pastor*, Eminência, é um dos seus achados mais engenhosos. Se houvesse preferido *olhos*, em vez de *olhar*, a opção não teria a mesma carga efetiva. *Com olhos* significaria apenas a visão do autor quanto a certos temas ou problemas; já com o *olhar* infunde a sensação bem humana do pastoreio; sensação de que o pastor, ante suas ovelhas, em verdade assiste e zela.

Em *O Alferes e o Presidente*, há um discreto começo de pitoresco. Ou isso ou um pique na curiosidade do leitor, algo de inesperado. Creia que as minhas inclinações muito especiais por esse livro, eu as confesso agora, não porque esteja em presença do prefaciador.

Beirando ainda mais o bom pitoresco – e o pitoresco era o mais frequente nos títulos do singular Gilberto Freyre – vejo no seu elenco literário *O Homem Descartável*, páginas que bem revelam, de par com o próprio pitoresco, um complemento de ironia oportuna, que acaba piedosa. De toda maneira, aí aparece o cardeal, no interesse social da sua doutrina e maior popularidade da sua Igreja, a advertir de perigos e ilusões, que uma certa corrente de um certo modernismo não aprendeu a descartar...

Está pensando igualmente a Academia em dois outros dos seus livros, cuja nítida preocupação literária vem também estampada na capa. E o talento no rosto de cada volume, a sensibilidade na frente. Um: *Pôr do sol em Reritiba*. Outro: *Vigilante desde a Aurora*. Há nesses dois títulos um quer que seja de paisagístico, uma intenção implícita de convidar o leitor a fruir o sabor e o perfume da natureza. É a vocação do escritor em campo (ia eu dizer *no campo*). Em qualquer hipótese, a sugestão do contraste entre o grito do dia e o sussurro da noite. Lembro-me de uma meditação de D. Aquino Correia, quando aqui

mesmo falou da “poética melancolia dos poentes”. E o Cardeal Baudrillart na Academia Francesa? Disse tudo e disse bem : “*Tout est beau dans la nature, même la mort du jour.*”

À segunda edição de *Crônicas do Reino de Deus*, deu Vossa Eminência outro nome. Ficou sendo *A Semente é a Palavra*. Em ambos os títulos, há uma precisão bonita. Mas, no último, a nota de criatividade é mais viva, com a doce vantagem de ampliar a presença divina na *semeadura* que se faz *verbo*. Em *Crônicas do Reino de Deus*, vê o leitor um servo de Cristo; em *A Semente é a Palavra*, vê de mãos dadas o prelado e o escritor, o sentido litúrgico e o tino literário. É a comunhão dos pendores. E não haveria como esquecer, bem especialmente nesta Casa, que os templos do catolicismo são também templos de arte. Nossa Igreja dá ao seu fiel, além de tudo o mais, a profunda sensação do belo. É esteticamente fascinante. O poder de conquistar as almas pelo estilo da sua revelação litúrgica completa-se e doura-se na arte da sua decoração, dos seus objetos, seus utensílios, na santidade dos materiais, no espírito das coisas, coisas de um mesmo espírito.

Ao egrégio colega, não faltou o acuro do escritor pedagógico, do didata da sua Igreja. Dois livros o demonstraram: *Restaurar a Família em Cristo* e *Sacerdotes a Serviço da Família*. Folga a Academia em assinalar que nessas duas obras de divulgação e de ensino básico não há, não poderia haver a monotonia, ou certas fealdades que tantas vezes indis põem os compêndios com os leitores a motivar; são, ao fim de contas, leitores amofinados, ou, na tribuna, costumam ser repetitivos. *Bis repetita placet...* A Vossa Eminência, prelado e mineiro, vem de molde este latim. Até porque, como ensinava Montalverne, há também uma arte no repetir – ou para melhor: uma repetição artística. É a sua, de escritor bafejado por uma educação literária, que ficou sendo o verniz da sensibilidade de nascença. Já a conhecíamos também em língua italiana, naquele retrato que nos deu de Paulo VI: *Profilo di un Pastore*.

Tive o privilégio de conhecer o Papa Paulo VI, quando ainda cardeal Montini, por ocasião de sua visita ao Rio, numa recepção na nunciatura, em Santa Teresa. Veio-me, ali, uma nova confirmação de que a finura pode estar em tudo; saboreei, naquela embaixada, o mais discreto, o mais suave, o mais ameno vatapá – eu ia dizer, presidente Nélide Piñon, o mais acadêmico de quantos me foi dado fruir... como que a dignificação do picante. E mais: servido artisticamente o quitute em tigelinhas decoradas a primor, capazes de faze-

rem concorrência às do acervo da Sra. Roberto Marinho, cuja ausência involuntária todos lastimamos. Não me importo de repetir: finura pode estar em tudo. E o ponto mais alto: a palavra do cardeal Legado, também para encanto (não marcial) do Marechal Juárez Távora sobre o que Sua Eminência chamou a “força da natureza ciclópica na floresta da Tijuca” – uma página literária que deitou ouro puro na conversa inesperada.

Vossa Eminência, Sr. D. Lucas, não frequenta o ensaio biográfico, mas, para algum observador surpreso por sua presença no gênero, já teria pronta a resposta, e seria colhida no relicário de Dante: *Anche io sono pittore...* Pintar foi o que fez o biógrafo do Santo Padre, a começar pela habilidade no jogo da cor, na dosagem dos matizes, como convinha ao Sumo Vigário de Cristo.

Mas o Eminentíssimo confrade já incursionou por terreno escorregadio, e sem queda: fez traduções. Foi assim quando trasladou para o Português as ideias que o Cardeal Sueneus, da Bélgica, enfeixou no seu livro *L’Eglise en État de Mission*. Assim, por igual, ao traduzir *Prières*, de Michael Quoist, título que teve a excelente lembrança de substituir por *Poemas para Rezar*. Mais um primoroso achado literário que brotou de sua pena, título que se diria repousante ou em que repousa a alma do leitor. E me vem agora à memória, a propósito da sua estilística nos títulos, certo diálogo entre Humberto de Campos e Monteiro Lobato. Humberto informava do desejo de ver publicado novo livro seu. – Você é dos bons – expandiu-se Lobato, para logo indagar: – Como se chama o livro? E Humberto: – Ainda não escolhi título. O criador de Jeca Tatu fechou a conversa: – Então comece do começo. Escolha um título bem traquejado e depois me fale. O que o personalíssimo editor não poderia imaginar era que o seminarista Moreira Neves viesse a concorrer, precisamente na estilística dos títulos, com Gilberto de Mello Freyre, autor, dentre tantas outras obras, daquele *Guia Prático, Histórico e Sentimental do Recife*, único no gênero.

Pensa agora a Academia nos serviços de peso que poderia Vossa Eminência prestar à Crítica Literária entre nós. Não creio que seria a Crítica Tradicional, fundada em análises particularistas. Sua exegese não seria também a anatomia do texto em termos apenas de estilo e tema. A rigor, seria a Crítica Literária a serviço da crítica de certas ideias; ou literária na forma e filosófica pelo curso do argumento. Em qualquer hipótese, lucraria a nossa Literatura, em termos de hermenêutica mais larga. Disso, aliás, temos já algumas mostras auspiciosas. A última, creio, foi a sua aguda reflexão, exatamente crítica, em

torno da espiritualidade de Machado de Assis, a falar pela boca de Bentinho, no *Dom Casmurro*. A curiosa figura da ficção machadiana encarna uma diferente e corajosa filosofia da dor – e está nisso a singularidade do seu enfoque, D. Lucas Moreira Neves. Machado fez ali, da sua trama romanesca, harmonioso pretexto para traçar um quadro de espiritualização do sofrimento. E Bentinho é o veículo. Vossa Eminência soube vê-lo a essa luz. Viu “claro e quieto”, como diria o próprio Machado...

Da sua sensibilidade de escritor, da qualidade da sua execução literária, assim no Ensaio como na Crônica de tese, da coloquialidade e sobriedade mineiras do seu verbo, ninguém, de boa mente, faria dúvidas. Aí estão, pelas prateleiras do País, seus nove livros de criação pessoal e duas traduções do Francês. Chega, assim, à nossa Confraria, trazendo bagagem “de boa conta e nota”, como certamente diria Fr. Luiz de Souza, e talvez dissesse o Pe. Manuel Bernardes, dois clássicos de um passado bem distante. Já Agripino Grieco, língua sem papas, estaria a dizer que seu cabedal “tem a vantagem de esclarecer os críticos de porta de café”.

Mas a sua consagração acadêmica explica-se ainda pelo alto nível de exponência no ofício que abraçou. Disse neste Salão Nobre o nosso Afrânio Peixoto que a *ordem*, no Ocidente, estava apoiada em três pilares: na Academia Francesa, a ordem intelectual; na Câmara dos Lordes, a ordem política; no Vaticano, a ordem moral. Vossa Eminência, o primeiro cardeal que aqui recebeu a bênção leiga do voto, vem a ser para nós, na trilogia de Afrânio Peixoto, uma dupla e caríssima presença: o Vaticano, sua Suprema Sé, e a Academia, fundada por um príncipe da Igreja Católica, cintilam nas matrizes da sua formação espiritual.

Da França – “a Santa Madre intelectual dos povos latinos”, para recordar Rui Barbosa – em boa hora nos veio o modelo acadêmico. E ela nos deu também a base física, deu-nos a casa – esta onde instalamos o nosso “condomínio vitalício”, como diria Alcântara Machado. Mais que tudo isso: transmitiu-nos uma filosofia do espírito acadêmico, senão mesmo do espírito *à la longue* – aquele que não comporta emblemas ou achegas designativas –, e vem a ser a pura força do que tem de mais profundo o sentimento humano: o anseio pela correção de rumos e ideias em busca da felicidade das criaturas. Há todo um espírito no âmago das mudanças de que brota a justiça entre os homens; justiça que vem a ser suporte moral da própria liberdade, seu conteúdo ético,

seu óleo cristão, justiça para todos, extensiva, sólida, social; justiça profunda e larga, para que a liberdade, a suspirada liberdade das criaturas, não se dilua num vago estado de espírito ou não se perca em simples agitação no espaço, sem realidade no tempo.

Livre-nos Deus do pecado político de pregarmos o imobilismo, o enquistamento em conceitos e preceitos que a vida foi denunciando e afinal revogou. Um belo exemplo de receptividade aos imperativos de retificação social e política está na atitude histórica da Igreja Católica ante os direitos propriamente sociais. E o contraste passou também à História: enquanto a Constituição Brasileira de 1891 não continha um só dispositivo sobre relações entre capital e trabalho, patrão e empregado, assistência e proteção ao operariado, a encíclica *Rerum Novarum* entrava no debate do século, lançando *urbi et orbi*, no mesmo ano de 1891, quatro meses após a promulgação da nossa Lei Magna, um legítimo e avisado código de justiça social. Corrigia-se a hipertrofia do individualismo. Socializavam-se as oportunidades de acesso ao bem-estar coletivo, aquilo que para Jacques Maritain era “dever e reclamo” e, no Brasil, só a Revolução de 1930 viria institucionalizar, incorporando cristãmente ao centro do Estado valores humanos dispersos na vida: o proletário, a mulher e a criança.

Mas a festa desta noite aviva nosso compromisso de fidelidade aos valores que plasmaram nossa formação. Como Graça Aranha, em seu libelo sob este mesmo teto, não queremos a insularidade no painel cultural do passado, só por ser passado. Mas teremos de reconhecer, bem especialmente nesta Casa, que o processo de desespirtualização e alienação, notadamente nas camadas jovens do País, vai crescendo numa temperatura de febre, ostentando, não raro, feições de um paroxismo tragicômico.

Estão no auge a poluição da palavra, a licenciosidade programada, a mediocrização estabelecida, erigida até mesmo em gênero literário; a imbecilização do humor, o embrutecimento ou a quase animalização do gosto na música, na recreação mecanizada, na decoração da casa e do corpo, nas vestes tanto mais regressivas ou selvagens quanto mais sumárias; na culinária tanto menos alimentícia quanto mais anunciada e às vezes tão sintética como amostra grátis.

É triste verificar que tudo isso perfaz um grosseiro processo de transplantação cultural, em que a menos culpada é nossa gente moça, como a maior parte da própria porção madura do povo, já intoxicadas pelo mais insidioso

narcótico destes dias: a propaganda mercantil invasora. É a desnaturação cultural, acionada pelos instrumentos de mecanização das ideias e até do lazer. Ela aí está, ostensiva e torrencial. O ponto é resguardar pela contrapropaganda, a partir da primeira escola, as matrizes e motivações do nosso estilo de vida, tudo aquilo que compõe a gama dos nossos hábitos, no elementar da vida de cada dia. É nas coisas simples em que se reflete a sensibilidade coletiva, é nesse leque de realidades vividas pelo tempo adentro que se identificam os fundamentos endógenos da Cultura. Não seria preciso dizer que o essencial será impedir, pela ação do poder público, o aprofundamento da rotura desses padrões. Uma sociedade pode medir o índice de sua desintegração pela descaracterização das rotinas essenciais ou pelo abandono das formas materiais e imateriais da própria Cultura.

Sua investidura acadêmica, D. Lucas Moreira Neves, acontece em momento de agressão cultural, e ainda estão nubladas as nossas esperanças. Mas resta o consolo de sabermos que esta Casa existe e com ela o sentido e o sentimento de uma responsabilidade histórica, em termos claros de resguardo da inteligência polida pela Cultura e daquele Humanismo forte e latino, ponto alto no Catecismo Filosófico que nos legou o autor do *Diário de um Pároco de Aldeia*, aquele Georges Bernanos, romântico na própria severidade. Mesmo a festa desta noite, pela expressão cultural do seu próprio rito, é uma réplica a certos pressupostos de uma modernidade equivocada.

Por igual consoladora, foi a eleição de V. Eminência. Faz bem à Academia Brasileira poder reverenciar na galeria dos seus titulares um dignitário do Espírito e seu servidor de cada hora. Porque academia é isto: um núcleo que não se dá à vulgaridade, seja na palavra, seja nas ideias, assim no trato como na atitude perante a instituição e seus ditames. Ou isso ou a conclusão de Manuel Bandeira, moderno e insuspeito. Academia, opinava ele na sua graça veterana, é “centro de bons costumes literários”. E Joaquim Nabuco, após dizer da tradição e seus valores, alertou nesta sala: “Uma academia sem antiguidade é como uma religião sem mistério.”

Na concepção do grande homem, antiguidade não era retrocesso ou imobilismo. Não. O esteta da Abolição falou de antiguidade, pensando na sedimentação de uma cultura, para preservação de um certo espírito, que não terei por que definir agora...

A fabulação, sabemos todos, começa na infância e frequentemente recomeça na velhice. Serei a confirmação, para lhe rogar, Sr. D. Lucas Moreira Neves: *não nos deixe cair* em contradição com o espírito de Academus, *mas nos livre do mal* de o desservir, cuidando favorecê-lo.

It audatia est, Eminentia...

A cerimônia vai findando, mas nossa alegria e as luzes da Casa continuarão acesas, a começar pela Sala dos Poetas Românticos, de um lado, e, de outro, pela que tem o nome do mestre do nativismo literário no Brasil: Alencar.

Vamos todos, *na paz* da amizade, ao escritor, ao cardeal, ao cidadão, trindade exemplar.

Vamos ao pastor mor da Bahia. Nossa homenagem é uma expressão de nacionalidade. Pois não foi na Bahia que tudo começou para o Brasil?... Sob a mesma emoção, lembra a Academia que em Minas Gerais viu a primeira luz o menino Luiz. E hoje D. Lucas, o Primaz.

Minas é a arca da tradição libertadora e a sabedoria do equilíbrio, da serenidade, frutos, creio, de um bucolismo ancestral, de uma vocação campesina, de um sentido rural da vida. E na Literatura, como na Política, teria de refletir-se esse senso de moderação, até mesmo na opção pelo Modernismo. Um exemplo, e dos mais altos, está na poesia de Abgar Renault, parceiro afetuosamente de Carlos Drummond de Andrade no lançamento da proposta modernista em Belo Horizonte. Seu antecessor, Acadêmico D. Lucas Moreira Neves, foi uma conjunção de pendores, aquele equilíbrio mineiro entre as formas do moderno e as do eterno, a aliança dos valores contrastantes: entre o Modernismo aditivo ou supletivo e o outro, apenas supressivo ou predatório. Num, o ímpeto da inovação pela inovação; noutro, a assimilação do novo e a consciência do imperecível. O caríssimo confrade vem suceder a um devoto da conciliação e da harmonia, na Cadeira que lhe cabia de todo o direito, assim pelo sentido da sua vida como pelo espírito da sua obra. Acadêmico por definição e excelência, aqui o temos conosco e na muito especial companhia de um monge poeta, nosso D. Marcos Barbosa, recebido neste mesmo Salão pelo sempre presente Alceu Amoroso Lima, que Vossa Eminência teve a elegância cívica, a retidão e a serena altivez de escolher para seu paraninfo, no ato da sagração episcopal, em 1967, quando o pensador líder sofria o veto político de um regime de exceção.

Em nosso Trianon, a eleição do pastor, estilista do Ensaio e da Crônica, foi apenas o esmalte de uma decisão altamente majoritária – uma decisão tácita, que o pleito somente formalizou. A votação não foi como tantas outras. Fluiu – não em mar picado, mas em mansidão de lagoa; fluiu sem hiatos nem tropeços; deslizou. Nada mais natural: é muito sua esta Casa. Sempre foi.

Discurso do
SR. TARCÍSIO PADILHA

e

Resposta do
SR. ARNALDO NISKIER

*Sessão solene extraordinária
do dia 13 de junho de 1997*

I

DISCURSO DO SR. TARCÍSIO PADILHA

INTRODUÇÃO

A luz se insinuava por baixo da porta. Resguardado, nas noites insones, um leitor voraz se deleitava, tendo ao lado a mesa de cabeceira repleta de livros. Este quadro me despertou para a Cultura. O personagem era meu pai, que nos lia, nos saraus literários, Eça de Queirós e Machado de Assis. No fim da puberdade, Dostoyevsky, Tolstói, Shakespeare, Cervantes vieram me fazer companhia, alargando o meu horizonte e me transportando para o mundo do imaginário, o verdadeiro universo humano. Consciente de que o homem é um *animal symbolicum*, na esteira de Ernst Cassirer, cuidei que a palavra seria inevitavelmente o centro gravitacional de meu caminhar. A pergunta de Heidegger “Quando é que as palavras nos conduzirão à palavra?” passou a ser também a minha indagação, na certeza de que a riqueza do real nos fala bem mais do inefável do que dos limites de sua transparência conceitual.

A Cultura Brasileira vicejou neste espaço privilegiado da palavra ao longo de cem anos. Aqui medrou como em terra nativa o que explica o fascínio sobre mim exercido pelos que se devotam à missão de escrever como resultado da imperiosa necessidade de comunicar pela palavra o sumo de suas vivências. Ao transpor os umbrais deste salão nobre, impossível é permanecer álgido ante o peso que dele emana, a evocar os que timbraram em modelar a cultura maior do País. É fácil justificar o quanto se impõe penetrar neste augusto recinto dominado por uma emoção nimamente forte. Os sentimentos

que me acodem em nada obstruem o anseio de me adentrar em seu regaço acolhedor, como uma forma de me reconhecer a mim mesmo como um ser que, ao se identificar com o seu núcleo cultural, nele sempre pretendeu fazer a morada habitual do espírito.

Como não agradecer aos ilustres pares me haverem distinguido com sua escolha respondendo ao meu aceno com o sim da confiança fraterna? Cabe, pois, esta palavra intacta e intocada de responsabilidade – em seu sentido etimológico – como única forma de dar curso à gratidão que experimento neste instante marcado por um tocante sinete ontológico.

À honra de ingressar nesta Casa de elevado porte cultural, acresço a alegria de ser recebido por um prezado amigo e ilustre educador, o Acadêmico Arnaldo Niskier. A ele ficaremos todos para sempre devedores da contribuição lúcida no domínio educacional e ao seu talento de homem de ação, que vem sistematicamente unindo a *theoria* à *praxis*.

A Casa de Machado de Assis atinge o patamar do centenário. A Lúcio de Mendonça, juntou-se o autor de *Dom Casmurro* para edificar o cerne da Academia Brasileira. Transmitiu-lhe a herança de sua incomparável obra literária, que nos deve balizar o esforço continuado de perfilhar sempre em favor da língua de que ele foi inquestionável expoente. Um século decorreu desde aquele então em que poucos pavimentaram a estrada real que chegaria até este ano memorável, quando a majestosa Instituição de nossas Letras, sintonizada com a modernidade, docemente e porejando sabedoria, reconhece que mãos femininas melhor lhe poderiam festejar a efeméride. Cabe repisar a oportuna observação do filósofo Abelardo Lobato: “A característica de nossa era é a emergência do feminino no horizonte do humano.”

Parece não mais admitir-se que o País, com uma literatura de repercussão mundial, ainda não detenha o merecido título conferido pela Academia Sueca de Letras. E, se, por esta Academia Brasileira, desfilaram duas centenas e meia de escritores dentre os que mais preluziram em nossa cultura, com predomínio marcadamente literário, é da Casa de Machado de Assis que deverá brotar aquele que, representando as Letras, ostentará o honroso Prêmio Nobel de Literatura.

Um cultor da Filosofia se pergunta em seu limiar qual é o grau de complexidade dominante na esfera especulativa e no domínio das Letras, por onde tráfego, como bandeirante, desde a mais tenra idade. A Literatura, por sua

natureza, se abre espontaneamente para a contradição e densidade da condição humana. *Eros* e *Thánatos*. Vida e morte. Amor e ódio. Imersos numa permanente e desafiadora tensão dialética. Nela não se encontram referenciais a lhe delimitar a área de abrangência. O romancista, o contista, o poeta, o dramaturgo partem a rigor do nada na esfera dos princípios e dos valores. Tudo deles se exige na tessitura da trama ficcionista. É como se exaurissem o âmago do próprio eu, transplantando para a limpidez original das folhas em branco a riqueza das experiências que sua alma sensível conseguiu amealhar. É desafio paroxístico, e quem se dedica à Filosofia se admira ante a grandeza da criação literária e está persuadido de que a sua meditação se enriquecerá ao contato com as letras. A menção traduz o respeito que a Filosofia, por nosso intermédio, tributa à Literatura.

Permiti, senhores acadêmicos, que vos apresente uma expressão que me atrevi a criar. É o neologismo *ontoética*, visceralmente relevante em meu itinerário filosófico. *Ontoética* sublinha a consciência de que o ser pessoal não nos é ofertado como uma edificação acabada, senão que flui do encontro entre obstáculo e valor. É a superação do primeiro que enseja a criação gradativa do segundo, enquanto categoria ao mesmo tempo teórica e prática, representativa da dinâmica que preside *pari passu* à vida consciente e livre. Esta manifesta o ser que somos em suas modulações preñes de afirmação a atestar que é permanentemente balizado pelo primado do espírito nas oscilações do tempo.

Há tempo para tudo, para nascer, para sorver a vida da infância inconsciente de seu próprio potencial. Tempo para mergulhar no mistério existencial e partir para a grande aventura do viver teleologicamente, respondendo ao apelo de mais-ser. Tempo de consolidação do ideal que, qual luz a alumiar nossos caminhos, nos impele para a busca da harmonia que uma certa sabedoria permite se vá insinuando nos refolhos da alma. Tempo da doce ou amarga solidão do repassar as cenas vividas com intensidade, os momentos privilegiados em que pusemos todas as nossas complacências. Tempo de mirar os altiplanos que nos aguardam, olvidando a planície que nos ocupou quase que permanentemente a atenção prioritária do espírito.

A espessa floresta com que principiei o itinerário não me permitia olhar continuamente para o alto. Já agora, as folhas cederam ao imperativo do tempo biológico e histórico e abriram uma clareira para a visão superior que os filósofos e teólogos denominam transcendência. É certo que a experiência direta e imediata nos segrega na horizontalidade do cotidiano. Momentos há

em que os episódios singelos e rotineiros escapam do espectro pessoal e desdobram ante nosso olhar perquiridor a viga mestra que tudo sustém, que é mesmo a razão de ser da historicidade de cada um de nós. Em que os seres parecem ganhar brilho novo. Secretam uma luz antes insuspeitada.

Reconhecemos no desdobramento existencial o privilégio ontológico do instante. A construção do ser se tece em unidades fugidias de tempo, em instantes privilegiados. São aqueles em que queremos o nosso destino como se nós mesmos o houvéssemos previamente delineado, em que se aproximam a vocação e o destino, nesta perfectibilidade a que tendemos. Nesta busca que jamais alcança o ápice do Tabor.

Inútil imaginar que os grandes eventos, com todo o cortejo de pirotecnia que lhes possamos adicionar, retratam o ser pessoal. Trazem aqui e ali alegrias passageiras. Somente nos deixando envolver pela magnitude do nosso próprio mistério é que a nossa vida ganha seu significado e as marcas e cicatrizes epidérmicas evidenciam seu valor meramente relativo.

Cabe aqui uma palavra de saudade a Henri Gouhier, membro da *Académie Française* e professor da Sorbonne, a quem devo a crença que comecei a admitir em minhas possibilidades na intrincada área de minha eleição prioritária: a Filosofia. Até o nosso encontro, circulava em meu labor especulativo sem um aval, na solidão amarga do desconforto em cotejar a grandeza da empreitada e o vazio, o silêncio reinante à volta no relativo às minhas preocupações obsedantes. Foram momentos de sofrimento intelectual. Aí emerge a figura do mestre e amigo e me confirma na fé filosófica. Assegura-me que o caminho percorrido não resultaria em pura perda. É a razão deste preito de gratidão a quem, como poucos pensadores dentre os numerosos com os quais convivi, soube conciliar a profundidade especulativa com a clareza das ideias, a capacidade de pesquisar com uma espécie de sabedoria que lhe permitiu ser um dos mais competentes professores de Filosofia Moderna, além de arguto crítico teatral.

O tomismo já não me satisfazia. Adentrei-me nos páramos do pensamento moderno e contemporâneo, quando o pós-guerra gerou uma renovação agonística da Filosofia. A vida, que jamais se havia entremostrado em sua alegria infantil, em virtude da precoce orfandade materna, me ofereceu a face dolorosa do convite à seriedade existencial, sem concessões à mocidade biológica que então experimentava. Anos de meditação se passaram, e o jovem estu-

dioso da Filosofia prosseguiu em sua caminhada e no esforço diuturno de submeter os seus atos às convicções *ontoéticas* que já havia bosquejado.

O PATRONO: ÁLVARES DE AZEVEDO

A Cadeira 2 – de que hoje me aproximo com a firme determinação de procurar honrar-lhe as tradições – teve como patrono o jovem e sofrido poeta Álvares de Azevedo.

Sua curta passagem pela Literatura, que nele se confundiu com a própria vida, jamais pôde dissociar-se da morte sempre à espreita.

O encontro de Álvares de Azevedo com a morte se deu quando ele ainda emergia para a vida, nos seus quatro anos. Ao contemplar, no leito, o irmãozinho inerte com o selo da morte, tentou falar-lhe. A morte, que tão cedo se instalou na alma infantil, ali resolvera fazer para sempre o seu ninho.

Sua formação humanística forneceu-lhe os instrumentos para a grande empreitada literária a encetar. Registre-se uma forte pitada humorística que lhe cinzelou o perfil, expresso em caricaturas que certamente não lhe granjearam popularidade. Vicente de Azevedo afiança: “É sabido que foi ele o introdutor do humor na Literatura Nacional.”

Álvares de Azevedo mergulhou na leitura dos clássicos, sinuosamente folheando os livros sagrados, a dramaturgia de Shakespeare, as obras de Goethe e, sobretudo, os poemas de Byron. Lamartine, Tasso e Leopardi foram também seus companheiros nas noites de insônia donde decolava para as arremetidas da Poesia com que pavimentou o seu definitivo lugar na galeria dos grandes nomes de nossa Literatura.

Dedilhando sua lira, escreveu o poeta:

Só levo uma saudade – é dessas sombras
Que eu sentia velar nas noites minhas...
De ti, ó minha mãe, pobre coitada,
Que por minha tristeza te definhas!

No leito de morte, vemos sua mãe acompanhá-lo durante 45 dias. No supremo momento do viver-morrer, o jovem delicadamente afasta sua mãe,

poupando-a do instante derradeiro, como que a lhe dizer que, dela havendo recebido a vida, só ela não poderia viver-lhe a morte. É um desfecho de sabor assinaladamente romântico.

O ultrarromantismo de Álvares de Azevedo revela um manifesto pendor para o subjetivismo, uma espécie de evasão metafísica, em que o sonho, a *rêverie* ocupam os espaços de seu ver-se-estar. No fundo, a morte desempenha o papel principal, pela indefinição de seus contornos. Isso porque somente detectamos a morte do outro. A morte em si rompe os grilhões da racionalidade, altera todas as sistemáticas e tudo cria nesta transição especial em que se esvaem todas as possibilidades de antevisão do que ela possa ser ou do que cuidamos que ela venha a ser. É o desconhecido que atormenta a inteligência brilhante do poeta, cuja fragilidade física prenuncia o desenlace precoce.

A antropologia filosófica se debate com a questão atinente à natureza do homem, esse ser de contradição que mescla a imperfeição de sua conduta com aspirações e anseios de plenitude. Em parte, o óbice maior à compreensão da morte promana de uma concepção que parece confundir os dois sentidos de que se reveste a ideia de corpo, que em alemão encontrou a distinção especulativamente necessária entre *Leib* e *Körper*. Da identificação, ou pelo menos, da falta de clareza na delimitação conceitual, surgiu uma espécie de imortalidade biológica, que obstrui o canal de compreensão da finitude do ser humano e instiga a recusa da morte.

A morte é uma tragédia metaempírica, frisou Vladimir Jankélevitch. Transcende os parâmetros da vida sensorial e animal, alçando-se ao plano de sua superação, como destino calçado na vocação de cada ser humano. Daí se segue a ruptura da crítica que usualmente cerca aqueles que morrem. Desapareceu o antagonismo e remanesce o retrato, agora sem retoques, que fixa em definitivo a feição ontológica de cada um de nós.

Foi na morte vivida conscientemente que Álvares de Azevedo melhor espelhou a sua obra literária. Deu-lhe plena substância, uma vez que o seu ser se reconheceu na obra encetada. O que ratifica o sentir de Octavio Paz, para quem “os poetas não têm biografia. A sua obra é a sua biografia”.

O fluir da vida deu consistência aos versos pungentes que nos legou. Nele, a existência não pode ser mensurada pelos anos vividos, mas pela intensidade do viver, do sorver cada minuto com voracidade, renunciando a redução do tempo como imperativo do ritmo vital que se impôs. Há uma tensão

dialética entre a vida que fremia em seu peito e a morte que ao longe, inexorável, clamava nas sombras por seus direitos. Dante o explicita em seu *opus magnum*, ao sentenciar: “Do viver que é um correr em direção à morte.”

A afetividade peculiar de Álvares de Azevedo, ao que tudo indica, sempre o inibiu de se realizar no amor que ele, tão romanticamente, enalteceu. Confirma-se a tese de que o ultrarromantismo padece das vicissitudes oriundas da nebulosidade dos sentimentos, da impossibilidade de serem os mesmos encarados e, no caso de Álvares de Azevedo, vividos. La Rochefoucauld o reconheceu: “Nem o sol, nem a morte podem ser olhados fixamente.” Há que se falar em um certo descompasso entre a elevação de sentimentos e um prosaísmo que se insinua na obra do jovem romântico. De um lado, pululam confissões do poeta repassadas de transparente pureza, páginas que destoam dessa harmonia afetiva e até incidem na vulgaridade e, finalmente, o permanente aceno de sua companheira inseparável, a morte.

A passagem meteórica de Álvares de Azevedo pela terra dos homens robusteceu o romantismo de sua obra. Isso porque a morte jovem já é por si mesma romântica. Parece que sua breve vida representou um prefácio da obra que geraria caso a sorte lhe houvesse alongado os anos.

O FUNDADOR: COELHO NETO

A Cadeira 2 teve a fundá-la Coelho Neto. Foi um polígrafo que sugou o ofício da pena à exaustão. Suas *opera omnia* equivalem a uma enciclopédia. Parece um Plutão redivivo, como “personificação divina da fecundidade da terra e garantia da abundância das colheitas”. São mais de 120 títulos, afora cerca de 8 mil artigos para periódicos.

Coelho Neto viveu da pena e versou vários gêneros literários, notabilizando-se pelo seu esmero na construção de seus textos, muitos deles repassados de helenismo. Suas obras ganharam o mundo. Versões em idiomas estrangeiros transportaram sua poesia e sua prosa para a Europa. Esta Academia, que o teve como presidente, indicou-o em sua sessão de 7 de dezembro de 1932 para candidato ao Prêmio Nobel de Literatura.

Talvez se possa configurar o seu perfil assinalando o papel da palavra erudita e até arcaica de que habitualmente se valia. O fervor em privilegiar a

expressão gongórica contribuiu, em alguns casos, para a crítica acerba de quantos avistaram no vocabulário enxundioso de Coelho Neto um jacá sem fundo.

Sua energia inesgotável se distribuiu por tarefas múltiplas, atestando seu ímpeto participativo. É relevante assinalar o seu empenho em estar sempre presente na vida do País e em sua Cultura. O que elucida a dispersão que o levou a percorrer todos os gêneros literários e a exercer as mais diversas funções. É conhecido o juízo de valor de Alceu Amoroso Lima a respeito do fértil escritor. De um lado, o crítico lhe reconhece as virtudes “porque ele nos dá o exemplo de uma longa vida dedicada às letras, de um político que levou ao Parlamento um espírito de poeta, uma palavra ornada de cultor da língua, um alto carinho artístico e literário”. Mas o mesmo Alceu lhe exprobra o que denomina sensualismo verbal, considerando que “Coelho Neto é vencido pela seiva das palavras que o assaltam e lhe ofuscam a emoção”. O reparo tem em mira a nimiedade de texto em detrimento da consistência das ideias. Haveria uma adiposidade verbal em visível desproporção ao conteúdo ideológico dos textos de Coelho Neto. Mais tarde, Alceu irá mitigar a limites mais toleráveis as reservas iniciais. No fundo, persiste na memória cultural a inclusão do escritor maranhense entre os chamados passadistas ao tempo da eclosão do Modernismo.

Até o aparecimento do Modernismo, Coelho Neto pontificava no meio cultural. A partir dos discursos de Graça Aranha, das críticas de Oswald de Andrade, foi definhando o seu prestígio. Mais tarde, assentada a poeira da Crítica, Coelho Neto começou a ser reabilitado aos poucos, e Otávio de Faria contribuiu para que tal ocorresse. José Guilherme Merquior volta, porém, à carga, ao falar da revalorização do *kitsch* acadêmico. Ironicamente, mas sem feridade, escreveu: “Espera-se para breve a reentronização de Coelho Neto.” O que revela o caráter controverso da obra do fundador da Cadeira 2.

É imperioso acentuar a presença de Coelho Neto ao lado de José do Patrocínio na luta tenaz pela abolição. Seu mutuamente rico convívio com Euclides da Cunha. Sua tendência francamente republicana, sua pobreza honrada e a profusão de cargos em que se empenhou, sem prejuízo de uma obra tão extensa quanto diversificada. Sua pobreza era quase que um imperativo de seu existir. Indagado certa feita se morava em casa própria, retrucou: “Casa própria tenho no cemitério... Não sou tão pobre assim: tenho, pelo menos, onde cair morto.”

Seu vocabulário era tão rico que, num sarau em casa de Coelho Neto, Martins Fontes anotou 218 verbos a merecerem registro. Seu sucessor nesta Casa, João Neves da Fontoura, no elogio de Coelho Neto, disse bem do especial acervo vocabular do escritor e tribuno: “No manejo da palavra tem [...] um rival, mas a simples menção do seu nome vale pelo mais alto louvor. É Rui Barbosa.”

Filho de um comerciante português e de uma índia, Coelho Neto trazia no sangue a riqueza da miscigenação, o que nos aclara a sua versatilidade e improvisação. Mas o apego ao tradicionalismo irá soffrear a evolução de Coelho Neto em direção à modernidade. Sua moldura permaneceu intacta nas vertentes do passado.

Classificam-no como eclético, por força dos passeios pelos gêneros literários que cultivou, bem como por acentos românticos mesclados a um realismo que não encobre traços do barroco. Talvez melhor se poderia entender o ecletismo do escritor como uma maneira de não optar filosoficamente por uma corrente de pensamento, quem sabe mesclando os afluentes de uma caudal indefinida?

O ecletismo em nossa cultura promana, de preferência, do vazo de assentir e pugnar por teses na sua individualidade, sem atentar devidamente para a sua adequação a um sistema de ideias metodologicamente estruturado numa inequívoca travacão lógica. Razão assiste a Sergio Buarque de Holanda quando sustenta que, entre nós, a maioria dos homens de grande talento incorre em contradições de que não têm consciência. Não há que estranhar-se a sinuosidade da obra de Coelho Neto no relativo à falta de nitescência na opção propriamente literária e à dispersão no campo das ideias.

A presença de Coelho Neto na Literatura será sempre associada à sua paixão pela palavra, pelo vocábulo, nomeadamente pelas expressões arrancadas ao definitivo ostracismo. A ressurreição da língua consumida pelo tempo foi obra a que dedicou o seu insuperável vigor. Increpações se sucederam a este pendor natural, sem que ele arredasse pé de revolver a língua, como quem revolve a terra, cuidando que os arcaísmos têm vida longa, mesmo que a *intelligentsia* lhes haja assinado atestado de óbito. Afrânio Coutinho visualiza nessa incoercível inclinação responsabilidade não pequena pelo divórcio entre a língua falada e a escrita, o que, segundo ele, “atravancou o processo da expressão brasileira”.

Foi prosador, poeta, jornalista, professor, político, orador, amante dos desportos, exemplar chefe de família, dominado por um acendrado espírito

cívico, consoante a visão analítica que Paulo Coelho Neto nos oferece da vida e da obra de seu pai.

Coelho Neto tem lugar cativo em nossas letras, cabendo destacar-se as obras *Rei Negro*, *A Conquista*, *Inverno em Flor*, *Miragem*, *O Sertão*, *Fogo Fátuo*, *O Polvo*, este escrito em apenas 15 dias.

Para atestar o reconhecimento de seus méritos, Coelho Neto foi agraciado com 71 condecorações e títulos honoríficos. Sua atuação como jornalista fê-lo escrever para 57 jornais. Ocupou 26 diferentes cargos de relevo. Peças de teatro, às vezes escritas em dois dias, traduções de seus escritos em sete idiomas, incluindo-se o Esperanto, revelam o quanto penetrou, mesmo em terras estrangeiras, a obra ciclópica do maior polígrafo de que há registro nos fastos da Literatura Brasileira.

Nada melhor, porém, do que deixar falar o próprio escritor. Pinçamos aqui e ali algumas sentenças que caracterizam o seu estilo e o espírito que presidiu à sua elaboração. Em *A Bico de Pena*: “A alma rumina – no fim da vida ela apenas se alimenta de saudades”; “A eternidade é um oceano sem praias”; “Que é a ideia sem a palavra? Uma alma errante”; “A velhice é a caricatura da infância”. Em *Lanterna Mágica*: “Foi a Poesia que pôs os deuses no céu, foi a Lenda que pôs os deuses na terra”. Em *Fogo Fátuo*: “Discursos lidos são pássaros de gaiola. O improvisado é o pássaro livre, de voo largo, cantando no espaço, ao sol.”

A ansiada participação cultural, política, desportiva do País desabrochou em Coelho Neto o grande *orator*. Amante da cultura grega, por vezes ele nos relembra a eloquência ática. No concernente ao apuro da forma, é uma espécie de Isócrates redivivo, para quem o conteúdo importava menos do que a beleza estética do discurso. É oportuno recordar que a retórica demorou a se impor entre os gregos. Aristóteles assinala que isso se deveu à abolição da tirania.

Os eventos cívicos se prestaram especialmente para que Coelho Neto externasse os seus invulgares dotes oratórios. Ao lado de Joaquim Nabuco, de Teixeira Mendes, de Tobias Barreto, de Rui Barbosa, Coelho Neto figura entre os grandes de nossa eloquência. Seu desmedido arco vocabular, seu empenho de ordenar ritmicamente as frases, ensejando uma musicalidade que a sua dicção favorecia, garantiram ao polígrafo sua inclusão entre os mais prodigiosos oradores de nossa História. Ele próprio chegou a calcular em mais de 3 mil os discursos que proferiu de improvisado. O que daria para acrescentar mais de cem títulos à sua coleção ímpar de publicações.

JOÃO NEVES DA FONTOURA

João Neves da Fontoura foi, antes de tudo, um tribuno. E um tribuno político, parlamentar. A retórica haveria de modelar-lhe a alma e marcar sua passagem pela vida pública e pelas letras.

O campo retórico não pode ser visualizado univocamente. Após o dealbar da retórica na Sicília, com Corax e Tisia à frente, procedeu-se a uma fratura na unidade de forma e conteúdo, por obra e graça de Trasímano e Górgias. É certo que Platão reagiu contra o corte transversal entre a verdade e a beleza e reuniu-as num patamar superior. Mas foi com Aristóteles que a *bene dicendi scientia* de Quintiliano logrará a abordagem simples e escorreita, sem os acidentes de rota de uma concepção mais abrangente e ambiciosa. Rezou o Estagirita que a retórica é singelamente a arte de “persuadir tudo que um caso determinado comporta de persuasivo”. A oposição entre o formalismo e a unidade retórica encontrou a necessária conciliação na pena do *Philosophus*, como por antonomásia lhe chamavam na era medieval.

Ao talentoso tribuno gaúcho, bem caberiam as encomiásticas menções que ele, com justiça, endereçou à figura tutelar de Rui Barbosa. Como, por exemplo: “A oratória era cor predominante entre os matizes do espectro solar de sua inteligência.” E em outra passagem: “Em Rui, o orador é talvez tudo, porque tudo ou quase tudo versou através da palavra falada.”

Além do diplomata, do orador político, Neves da Fontoura deve figurar como historiador, particularmente pelos dois alentados volumes de suas *Memórias* contendo estudo quiçá definitivo sobre Borges de Medeiros. Quem quiser conhecer os pródromos da Revolução de 30, as peculiaridades da Política Gaúcha, ou ver de perto o rosto dos pró-homens daquele período de nossa História não poderá passar ao largo das *Memórias* de João Neves da Fontoura.

À sua arguta observação, não transitaram incolumemente os fatos que tisonaram a devastadora Segunda Guerra Mundial e seus reflexos em nossa civilização. A transposição de acordos bilaterais para a multilateralidade foi por ele judiciosamente analisada, abrindo novos horizontes para a apreciação em bloco da política internacional. Por igual, não escapou ao seu olhar inquiridor a diferença estrutural entre a nossa e a federação norte-americana, em que se abalança a atribuir à nossa foros de cidadania.

JOÃO GUIMARÃES ROSA

A menção ao nome de Guimarães Rosa nos transporta para os píncaros de nossas Letras. A Literatura desempenhou em sua vida o papel de Hera, a única deusa do Olimpo efetivamente casada. Criador de um estilo próprio haurido do linguajar do sertão, o escritor nele descobriu a riqueza de um vocabulário em que as palavras e as expressões ganharam um elastério inédito. À primeira vista, a obra ficcionista de Rosa nos remeteria ao Regionalismo. O linguajar francamente dominado por estruturas arrancadas ao ostracismo dos baús linguísticos, com manifesta presença de arcaísmos, compôs um quadro referencial que ensejou o aparente paradoxo de uma obra de cunho regional aberta à universalidade. Josué Montello andou bem avisado quando distinguiu o provinciano do provincial. Para o provinciano, “só existirá a província”; para o provincial, “a província conterà também o universo, na complexidade da condição humana”.

Numa abordagem perfunctória, não se detecta na obra rosiana a visão abrangente que lhe apontamos. Um exame mais atento evidencia a temática do homem como tal encoberto pela caligem momentânea e extrínseca do viver localizado. É certo que a narrativa transcorre sempre no sertão, mas este é o palco da condição humana e não o elo intrínseco do viver cotidiano, o horizonte limitado pela singela aparência dos seres que percorrem os espaços geográficos privilegiados nos textos do escritor mineiro.

Outro dado que considero relevante na prosa rosiana é o que chamaria a categoria do surpreendente. Sucedem-se as curvas fechadas no itinerário estilístico do autor de *Sagarana*, que geram um tênue desconforto pela forma abrupta com que irrompem no espírito do leitor. Logo, ele irá acomodar-se com a finura do artifício que, no fundo, irradia a complexidade do real fugidio pelo qual transitamos nesta arena de contradições em que se tece o destino humano. Eis um exemplo do surpreendente: “... E ele estava com raiva tanta, que tudo quanto falava ficava sendo verdade.” E mais: “... O espaço é tão calado, que ali passa o sussurro de meia-noite às nove horas.” Adiante, lê-se: “Mas, então foi que eu fiquei sabendo que tem também anjo-da-guarda de onça!...” Outro trecho: “Um cachorro soletrava, longe, um mesmo nome, sem sentido. E ia, no alto do mato, a lentidão da lua.” “Peso de dias tão compridos – dezembro foi, parou no meio.” Há expressões curiosas, como: “aquilo

foi um buracão de tempo”, “aquele dia era uma véspera”; “... Não sabia que a vida era do tamanhinho só menos do que um minuto...”; “só achamos o nada dele”; “o amor só mente para dizer maior verdade”; “Ribaldo, hoje-em-dia eu nem sei o que sei, e o que soubesse, deixei de saber o que sabia...”

Provérbios respeitáveis pela sua durabilidade, pela resistência à corrosão do tempo, esfarinham-se na pena do mineiro ilustre, abrindo-nos de par em par uma nova perspectiva na trilha do paradoxo, que nos lembra os escritos de Chesterton. E o curioso é que temas havidos como transcendentais espocam a cada passo e deitam suas raízes nos contos e romances de Rosa, sem que o escritor os revista das galas inerentes à sua jerarquia. Deus, o homem, o diabo percorrem as páginas plenas de originalidade de nosso autor, sem sentirmos o coração bater mais rápido, até porque a referência é passageira, às vezes diáfana, sempre surpreendente. Esta categoria irá acompanhar os passos do grande romancista que hoje podemos incluir, sem hesitação, na galeria dos clássicos de nossas Letras. Não me causou qualquer surpresa quando, em 1965, li com orgulho que Guimarães Rosa figurou entre os cinco escritores estrangeiros mais celebrados na Alemanha.

Já em seu discurso de posse, Rosa, com chispas de remoque, pôs em realce a transitoriedade da vida e da glória. Em seu momento pleno de sentido como coroamento de uma vida de escritor, o genial mineiro nos brinda com a sentença: “A gente morre é para provar que viveu.” A morte não é alçada à condição de dona da festa da historicidade de cada ser humano. A prioridade é a vida, é o sorver até o último alento o ar em que Anaxímenes identificou o estofo do ser. Rosa poderia subscrever a conhecida sentença de Montaigne: “Meu ofício, minha arte, é viver.” Conquanto viver seja muito perigoso, Rosa nos convida ao banquete da vida que, se já traz em seu bojo o decreto da morte – “a morte de cada um já está em edital” –, nem por isso deixa de assinalar que “a morte é para os que morrem”. E com um quê de malícia, “só que, às vezes, por mais auxiliar, Deus espalha, no meio, um pingado de pimenta...” E em outra passagem: “...O diabo, é às brutas; mas Deus é traíçoeiro!... Deus vem vindo: ninguém não vê. Ele faz é na lei de mansinho – assim é o milagre. E Deus ataca bonito, se divertindo, se economiza.”

A atividade humana desenhada pelo viver consubstancia patente risco para Rosa. Apreendeu o singular escritor a lição de Kierkegaard de que “a vida é uma aventura que todo homem deve arrostar se não quiser perder-se”. Mas a

vida não se adstringe a um viver racionalmente, ao explicitar no cotidiano uma espécie de equação limitadora. É de libertação que se trata, corroborando a forte palavra de Nietzsche: “O segredo para colher a maior fecundidade, a maior fruição da existência, consiste em viver perigosamente.” Guimarães Rosa estava a meio caminho da teoria do risco existencial de Peter Wust. Para o filósofo de Münster, a busca da segurança na humana condição encontra no limite a insegurança essencial. Inspirado em Santo Agostinho, o autor de *Ungewissheit und Wagnis (Incerteza e Risco)* vai ao extremo de sustentar que somente nos é dado sorver a temporalidade afrontando todos os riscos e bosquejando os contornos da *securitas insecuritatis*.

O escritor joga com as palavras, enriquece-as com expressões exógenas. Onomatopeias, aliteraões pululam a evidenciar um apuro da técnica estilística raras vezes encontradiço na língua de Eça de Queirós. Sua obra ratifica a assertiva de Ludwig Wittgenstein: “Os limites de minha linguagem são os limites de meu próprio mundo.”

Poucas vezes nos defrontamos com um escritor que recobrisse a relevância dos temas com recurso constante no linguajar regional. Muitos outros há que percorreram esta difícil empreitada e tiveram êxito. O chamado Romance Regional vicejou entre nós num arco extremamente rico e variado. Em Guimarães Rosa, a articulação do Romance Regional com a universalidade toca as franjas da perfeição e nos convida a meditar sobre os desafios da existência, a partir da espontaneidade do caboclo, que expressa o mistério e o desafio da suposta singeleza do cotidiano.

Decididamente, Rosa leu Plotino. Não apenas porque o cita como epígrafe. É que dele promana a aragem de uma teologia negativa que foi gestada nas oficinas do grande filósofo neoplatônico. Como não perceber que o Deus retratado por Rosa carece de traços definidos? Como não captar a mensagem de que Deus não é cognoscível com as armas de que dispomos? A racionalidade não é rejeitada, mas circunscrita às suas fronteiras naturais, sem a amplitude desmedida dos racionalistas. Há uma imbricação metafísica entre a criatura e o Criador, e é somente nesta mescla de cunho apenas aparentemente panteístico que se apresenta o Deus de Rosa, no meio dos paradoxos que ele manejou com mestria. Julgo que o panteísmo se assimila a uma forma elegante de nos descartarmos de Deus. Afinal, não é mais adequado dizer de Deus o que Ele não é do que aquilo que Ele efetivamente é? Assim terá pensado Rosa, e senti-

mos que o mistério do Ser recebe tratamento consentâneo com a sua transcendência, conquanto as expressões usadas não nos ofereçam de pronto tal impressão. É preciso saber ler e entreler os escritos do romancista, penetrar no âmago da aparente simplicidade com que aqui e ali nos desvela o Ser no qual, em que pesem aparências em contrário, revelou a sua interioridade objetiva, para me servir de uma expressão cara a Michele Federico Sciacca. Parece que Rosa deu as mãos ao teólogo protestante Karl Barth, para o qual “só Deus fala de Deus”. Não se trata da presença ignorada de Deus, sobre a qual versou com proficiência Viktor Frankl, mas da confissão lapidar de nosso acanhado horizonte na abordagem temática da transcendência. Por detrás de uma linguagem rica e criativa, permeia nas obras de Rosa a nítida consciência de que, como frisou Schopenhauer, “o homem é um animal metafísico”.

A obra portentosa de Guimarães Rosa dificilmente encontrará quem lhe possa captar o universo de beleza artística e de profundidade humana. Talvez sua vida tenha sido demasiadamente curta – sem falar na fulminante passagem por esta Casa –, permitindo-nos prever novos desdobramentos de sua criatividade *hors concours*. O tempo que mediou entre sua eleição e a posse nesta Casa se explicou pelo seu pressentimento de que o começo e o fim da vida nesta Academia deveriam quase se superpor.

Quase ousou afiançar que o viver sempre presente em seus escritos acenou-nos com a ânsia de um viver alegre e espontâneo. Quem sabe Rosa, anos mais tarde, não se encontraria com Paul Claudel ao privilegiar a categoria da alegria? Já Charles du Bos, que nos legou radioso exemplo de devoção à Cultura e à Fé, com clarividência assentiu ser a alegria “a primeira e última palavra de Claudel”. A meu ver, o solitário romancista mineiro, que viveu inteiramente voltado para a meditação e elaboração de suas obras, vinculando-se à vida e buscando sorver-lhe os instantes fugidios, aplainou as arestas para o advento de um período feito de aurora, de luz, de alegria. Em abono desta assertiva falam alto as cartas trocadas com Edoardo Bizzarri, o tradutor de seus livros para o italiano. Henri Bergson apontou o critério basilar da autorrealização ao sentenciar: a natureza “nos avisa por um sinal preciso que nosso destino foi alcançado. Este final é a alegria”. Mas a alegria é irmã gêmea da beleza, como sublinhou Keats: “Uma realidade plena de beleza é uma alegria para sempre.”

No centenário desta Academia, os deuses acordaram que não poderia faltar uma palavra sobre João Guimarães Rosa, que, tangenciando a genialida-

de, modelou uma nova linguagem, plasmou formas ricas e inéditas de expressar o humano pulsar e transitou pela vida, contando estórias que falam bem alto do valor universal de sua obra.

MÁRIO PALMÉRIO

O ofício de escrever usualmente se nos impõe de modo imperativo desde os albos da mocidade, vincando o nosso espírito a ponto de aprisioná-lo de modo definitivo. E, à medida que o tempo passa, a sensibilidade vai apurando o dizer. O aprimoramento resgata uma espécie de sabedoria congênita que proveio da vocação. É excepcional o caso dos que amadureceram para as Letras na absoluta solidão, sem a experiência de transpor para o papel sedutor as palavras com que transferiram a outrem as suas vivências.

Como Pedro Nava, Mário Palmério principiou pelo fim. Nasceu feito. Acabado. O noviciado sequer começou, e a ordenação a todos surpreendeu. O primeiro livro já surgiu com o reconhecimento de seu valor. Como obra-prima, e ainda com a novidade do romance eleitoral, na avaliação de Wilson Martins.

Mineiro do Triângulo, Palmério se adentrou no Brasil real, que insistiu em conhecer como poucos. Sua aventura amazônica tem sabor ciclópico. É tentativa de ver pelo avesso e conferir a grandeza do desafio que teima em se afirmar ante indesejável pressão externa. Como não perceber em Palmério, como antes em Euclides da Cunha, na ânsia de penetrar na profundidade geográfica do mistério, o desejo de confrontar a pequenez humana com as águas e as terras que nos falam dos espaços sem limites? Pascal sentenciou: “O silêncio dos espaços infinitos me aterroriza.” Em Mário Palmério, o efeito do comércio fraterno com o espaço grandioso foi inverso: sentiu-se atraído e não temeroso de arrostar o mundo ignoto e misterioso.

Dois mineiros, Guimarães Rosa e Mário Palmério. O primeiro é escritor pela graça de Deus. Simplesmente não lhe sobejava um palmo decisório na contracorrente de seu múnus natural. Daí o isolamento e aprofundamento de seu ser. Mário Palmério revela pendor marcante para o convívio e para a ação. Guimarães Rosa vislumbra no conhecimento uma forma de ação, a ação da inteligência. Isso porque não se sentia atraído por qualquer forma de disper-

são. Mário Palmério se lança com ímpeto quase juvenil a empreendimentos concretos a serem implantados na terra dos homens.

Palmério se afirmava nas suas realizações. Sorveu a vida mais na concretude do agir do que na penumbra do pensar. As cores berrantes do real lhe falavam mais diretamente ao espírito do que o lusco-fusco em que se detêm e, por vezes, se enredam as inteligências e sensibilidades sequiosas do silêncio interior. Do silêncio que opera o milagre da criação.

As duas vertentes da mineiridade literária reafirmam a fecundidade da alma dos patrícios que, das Alterosas, ganharam o País com a riqueza de seu legado. E, hoje, alegra-nos o ensejo de entremostrear nos dois exemplos o quanto o Brasil deve aos seus irmãos mineiros.

Não são muito frequentes os casos de intelectuais que participam da vida pública. A convivência entre o intelectual e o homem público nos remete à questão de fundo entre o Saber e o Poder. Eduardo Portella situa a difícil relação ao salientar que “O intelectual [...] vem a ser aquele que aprende — aprende perguntando, duvidando. O ser destituído de dúvidas é puro Poder. E, quando o Saber incerto se faz o Poder certo, inadiável se torna reinventar o Saber”.

Mário Palmério soube dosar os reclamos da Literatura com as exigências do Poder, por força de sua especial capacidade de conviver, de abrir portas com a espontaneidade do homem do interior, que sabe o quanto a simplicidade, no balanço final das relações humanas, surpreende os especialistas na enganadora arte de ocultar suas ambições.

Foi deputado federal em três mandatos sucessivos, até que entendeu chegado o momento de rasgar outra janela para o mundo. O que atestou uma certa inapetência política que muito o impeliu a viver uma multiplicidade de papéis, o que seria inviável num político profissional. Como deputado, exerceu a vice-presidência da Comissão de Educação da Câmara Federal e a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, ocasião em que fez aprovar medidas que traduziram sua preocupação com os excedentes dos vestibulares. Revelou sensibilidade antecipando uma solução para a crise educacional dos anos de 1960, que iria deflagrar no terceiro grau. Seu radar educacional indicou picadas no sentido da democratização de oportunidades educacionais que se iria impor à consciência nacional. Anos após o seu afastamento do Congresso, Mário Palmério assistirá à eclosão de escolas superiores em todo o País, a confirmar a necessidade que ele já sabia imperiosa de uma abertura das univer-

sidades e escolas de terceiro grau à juventude até então em grande parte marginalizada do processo educacional.

Sua luta mais aguerrida irá ferir-se na defesa da emancipação do Triângulo Mineiro, que Palmério em nenhum momento compreendeu como movimento separatista. Das vezes em que assomou à tribuna da Câmara dos Deputados, a maioria de seus discursos revelou uma preocupação centrada na defesa dos interesses da região que representava. Reagindo contra severo editorial de *Correio da Manhã*, o então parlamentar sustentou a necessidade inadiável de se processar a emancipação do Triângulo, em obediência aos estudos do IBGE, que recomendavam uma nova redistribuição do território nacional.

Sua atuação na Câmara dos Deputados levou-o a profligar com veemência o anticomunismo cego e discriminador que, em seu entender, grassava nas Minas Gerais.

Afastando-se definitivamente da vida político-partidária, imergiu na vida diplomática como embaixador no Paraguai. Sua virtude congênita para o comércio com os semelhantes persistiu a lhe dar dividendos na nova carreira. As relações diplomáticas, especialmente as culturais, entre o Brasil e o Paraguai sofreram ponderável incremento nos dois anos em que permaneceu à frente da legação do Brasil em Assunção. Nesta curta estada em terras guaranis, o romancista reformou a sede da embaixada e concluiu o Colégio Experimental a ser doado ao Paraguai. A ponte internacional que une os dois países foi ultimada durante a gestão de irrequieto embaixador em Assunção.

Contam amigos paraguaios que Palmério, com invulgar facilidade, transformava meros conhecidos de ontem em velhos amigos. Sua informalidade e sua jovialidade geraram um grupo de intelectuais e artistas à sua volta. Rodeado deles, compunha músicas que ainda hoje são tocadas em solo paraguaio, revelando o quanto sua atuação diplomática foi facilitada pelo seu valor e pela invulgar capacidade de se relacionar com pessoas. Palmério compôs letras e músicas de várias guaranias e polcas. “Saudade” é o título da guarania que marcou para sempre a presença do escritor-boêmio e que foi considerada uma das vinte mais famosas de todos os tempos. Eis a letra de “Saudade”:

*Si insistes en saber lo que es saudade,
Tendrás que antes de todo conocer,
Sentir lo que es querer, lo que es ternura,
Tener por bien un puro amor, vivir!
Después comprenderás lo que es saudade
Después que hayas perdido aquel amor
Saudade es soledad, melancolia,
Es lejanía, es recordar, sufrir!*

Como tocava de ouvido, Palmério recorria ao músico Neneco Norton, que transpunha para a partitura a criação musical do embaixador. Ouvido a respeito de Palmério – que chegava a acordá-lo de madrugada para acompanhá-lo em suas refregas musicais –, assim se pronunciou o maestro paraguaio: “*Fué un excelente amigo, [...] pasé unos momentos muy lindos con él, pero me cansé mucho porque era un bohemio que a veces no paraba.*”

Palmério tinha um indomável espírito de aventura. Ao ensejo de curta permanência em Lisboa, o romancista manifestou o desejo de viajar pelas províncias ultramarinas. Medidas oficiais foram tomadas, e o escritor seguiu para Angola. Chegado a São Paulo de Luanda, o romancista resolveu se adentrar em território angolano, para visitar algumas tribos, sem disso dar ciência a quem quer que fosse. A família, não sabendo do paradeiro do escritor, recorreu à embaixada em Lisboa, que buscou por todas as formas localizá-lo. O que, afinal, ocorreu. Eis que, num certo dia, Palmério telefonou da capital angolana, alegre e fagueiro, como se nada de extraordinário houvesse no fato de simplesmente desaparecer sem deixar indicações de seu destino. No telefonema, o encapelado viajante não só manifestou sua inebriante alegria com a empreitada, como resolveu voltar de Luanda para o Rio, num cargueiro da Petrobrás, deixando estupefatos os diplomatas brasileiros que o esperavam em Portugal.

Em Manaus, fez construir um barco, aparelhou-o com piano, TV, serviço de radiofonia, um punhado de livros e demais apetrechos da civilização e ganhou mundo, percorrendo a Amazônia com o mesmo ímpeto aventureiro que revelara em Angola. E também se repetiram os desaparecimentos súbitos!

Viveu a virtude pioneira do filosofar consoante Platão nos ensinou: a admiração, esta capacidade de se surpreender com o mundo à volta, como se

ele fosse um espectador-criador, como se a visão da realidade se superpusesse ao ato de lhe repassar a vida e o seu colorido.

Essa convivência com o real e mais uma permanente curiosidade levaram Palmério a solicitar a elaboração de um dicionário de termos bizarros utilizados pelos portugueses. Foi atendido, e a ele o romancista recorria com frequência.

É conhecida sua fascinação pela Amazônia. Considerava-a fantástica, mas nunca escreveu nada sobre ela. Sua condição de boêmio certamente muito contribuiu para que a sua rica passagem pela Amazônia não viesse a ser transplantada para o papel. O período sabático de Palmério na Amazônia passou *in albis* pelos fastos de nossa Literatura, o que é de lamentar-se, dados o fulgor da pena do romancista e seu agudo senso de observação, fonte segura de que o fruto de sua experiência teria constituído importante repositório de dados e de análises sobre a região dos mil rios caudalosos.

Gostava de adjetivar muito suas frases. Era um vezo que derivava de sua extroversão e da exuberância de um temperamento irrequieto.

No plano do saber, Mário Palmério se adentrou na órbita educacional, realizando o prodígio de implantar uma universidade, em Uberaba, a partir de um pequeno colégio. Em 1947, foi autorizada a funcionar a Faculdade de Odontologia, que seria seguida pela de Direito e pelo curso de Medicina. Aos poucos, outras unidades universitárias se vão anexando ao arbusto por maneira a que o conglomerado educacional ascenda da condição de faculdades integradas para o nível máximo de universidade. Universidade fala de arejamento, de abertura à pesquisa, de criatividade. E aqui se afirma de corpo inteiro esta capacidade de realizar que bem caracteriza o autor de *Vila dos Confins*. Mário Palmério, de modo mais discreto, nos recorda Darcy Ribeiro, para quem o fazimento constituía uma exigência de seu ímpeto interior de transportar para o real suas concepções ousadas no campo da Educação.

Mário Palmério foi, antes de tudo, um escritor. Legou-nos dois títulos, *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*. O primeiro veio a lume em 1956, ano em que Guimarães Rosa, já célebre, lançava seu importante romance *Grande Sertão – Veredas*. A acolhida da crítica à obra de Guimarães Rosa não deixou espaço para uma avaliação adequada do primeiro romance de Mário Palmério. Não obstante se tratar de uma obra original, somente aos poucos é que se volveram as atenções para o desconhecido autor do Triângulo Mineiro. O ano de 1956 propiciou assim, consoante o juízo de Wilson Martins, a superestimação do

novo livro de Guimarães Rosa, em prejuízo do reconhecimento da obra inicial de Palmério.

Numa entrevista, Palmério revelou suas preferências literárias, destacando-se os nomes de Jack London, Hemingway, Monteiro Lobato e Aquilino Ribeiro.

Era um ser telúrico, e seus romances o comprovam. Rachel de Queiroz, com razão, assentiu: “A primeira qualidade que me impressionou no escritor Mário Palmério foi este cheiro de terra, que o seu livro traz, tão autêntico.” Se, de um lado, assinala-se o caráter sertanista de Palmério, de outro, a primeira dama de nossa Literatura timbra em reconhecer no romancista mineiro a condição de escritor. É que *Vila dos Confins* emergiu para nossas Letras após um processo de decantação, em que passou da condição de documentário político para obra de ficção. Daí decorreu a ausência das emoções fortes, da dramaticidade presente na obra literária, a percorrer os escaninhos da alma humana e sua feição agonística. Esta nos parece a razão do pitoresco sobrelevar na narrativa os arremedos da configuração dramática do texto.

Vila dos Confins retrata a efervescência de um novo município às vésperas de seu primeiro pleito eleitoral. Longe do cosmopolitismo das grandes cidades, nele se revela de corpo inteiro o *hinterland* do País, com as limitações e os hábitos arraigados de um povoado em que um fato corriqueiro assume as proporções de um acontecimento. Como autêntico romance regional, *Vila dos Confins* põe a nu o homem simples e mesmo primitivo do interior, com seus sonhos e decepções nas curvas de uma estória profundamente humana. Seus personagens nos transmitem o realismo dos rostos delineados pelo autor. A natureza é descrita com rara competência e precisão. As árvores, as folhagens, os rios e seus meneios perigosos, a *boa constrictor* e sua arte de bem escolher a presa são descritos com mestria e nos transportam para o sertão longínquo do Brasil real, espontâneo, com suas dores e suas alegrias, suas alianças políticas espúrias e as traições inevitáveis. A política é o centro do romance, e a política como paixão, como jogo em que muitos arriscam todas as fichas. Assim, o deputado federal, já acostumado às benesses do Rio de Janeiro, retorna à sua fonte eleitoral para comandar o processo político local e manter a sua base. Conta com aliados fiéis e outros nem tanto. O personagem Pé de Meia é o artífice do alistamento eleitoral. Pacientemente, ensina os eleitores, quase sempre analfabetos, a preencher formulários e desenhar o nome. As reações são autênticas. A mão pesada que treme, os comentários ante cada curva das letras:

“Este é o tal do gê? Gostei dele: uma simpatia de letra.” A narração de Pé de Meia orientando os caboclos a garrunchar o nome é uma faísca de realismo do sertão com o seu linguajar, seu ritmo. “Pé de Meia não deixa afrouxar o emba-lo.” É então que pega “no mãozão cascudo... Vai chofreando a bicha, para cima e para baixo, caminhando com ela sobre o papel... primeiro a foice espigada do jota; depois, a laçada bamba do ó; em seguida, mais duas voltas grandes, repassadas e atreladas uma à outra. Mas ainda falta o remate: o urubuzinho do til”.

A região “é um mundão largado de não acabar mais”. É “o Sertão dos Confins magro de boas terras”. Daí o desenvolvimento da caça e da pesca.

É genuinamente espontâneo o relato da caminhada interminável de Xixi Piriá que, de casa em casa, traz as encomendas e vende suas quinquilharias pelas fazendas e pelos lugarejos, sempre a revelar sua fina psicologia.

O rio Urucanã desempenha papel saliente. Cenas importantes se passam em suas águas ou em suas margens. É lá que Paulo Santos, o deputado federal, se abre com o padre alemão que funciona como a consciência moral daquele espaço perdido da civilização. Parece que o rio centraliza os mistérios que suas águas profundas escondem e, assim, se presta à revelação do recesso das almas dos personagens.

O fluir das águas, seus rumores, sua profundidade nos recordam o rio Moldávia de Smetana. É como se Palmério transplantasse para o romance a música do compositor tcheco. O escritor pinta com cores vivas a luta da sucuri com o boi que ela irá vencer. É página antológica do romance, em que à competência específica do escritor se adiciona a arte de dizer, de nos fazer reviver a cena feroz. Suponho que a luta entre a cobra grande e a sua vítima simboliza a tentação e a fragilidade, esta espécie de tensão que acompanha inevitavelmente os passos do ser humano em sua esperança na superação das circunstâncias negativas que lhe obstruem o caminho em direção à sua afirmação.

O rio nos lembra o fragmento de Heráclito segundo o qual não podemos tomar banho duas vezes no mesmo rio, pois as águas rolam sem interrupção de seu fluxo. É o dinamismo do ser, é o símbolo da ação que permeia a alma trepidante de Palmério, nada afeito ao imobilismo do ser de Parmênides.

Vila dos Confins é o documento fidedigno da atividade política do interior, com todos os ingredientes das confabulações, dos pequenos interesses em jogo, numa atmosfera feita de radicalismos, de fidelidades raras e de infidelidades originadas no imediatismo dos que nada possuem e tudo jogam na car-

tada eleitoral que, por primeira vez, lhes bate às portas. De um lado, o deputado Santos; do outro, Chico Bento, apoiado no centro do Poder Político. E a vida rural vê o seu rumo ser arrastado para a aventura de um futuro incerto, com a exacerbação das paixões e as armações forjadas, buscando a vitória a qualquer preço, e em que os eleitores são simples massa de manobra dos grupos em conflito.

Tudo se passa no âmbito municipal, cabendo a respeito pinçar uma passagem da curta e lúcida crônica de Rubem Braga sobre *Vila dos Confins*: “Quando ouço dizer essa beleza de coisa – que o município é a célula *mater* da nação – sempre temos a vontade de chamar a nação para ver a cara de sua progenitora.”

Palmério não se insinua nas dobras de seus romances. Deixa fluir a narrativa, por maneira a lhe assegurar a necessária autonomia. A inserção do romancista na trama ficcional constitui em geral uma indébita invasão, a menos que a obra vise a uma dupla finalidade, a de expressar a imaginação do autor no encontro com o imaginário e a floração de uma ética reparadora, como foi o caso da ciclópica série de romances que compuseram a *Tragédia Burguesa* de Otávio de Faria.

Chapadão do Bugre recompõe o tecido vocabular de nosso interior, de que constituem exemplos frisantes expressões como: “O caminho que eu cortei tava sem sintoma”, “Ia deixando que o Zé Calixto espalhasse o fiz-e-aconteci particular lá dele”, “Era como se fosse um descuidoso caminho aberto de recém”, “...O bom gênio da polícia – acomodada e pouca”, “Viagem de boca não faz despesa”.

Em seu segundo romance, Palmério alonga a narrativa, multiplicando os pormenores sem perder o prumo do rico linguajar colhido em suas andanças costumeiras pelo Brasil profundo. Os matizes consuetudinários emergem nitidamente, e o viés político também comparece sem a ênfase de *Vila dos Confins*. A distinção entre os dois romances parece situar-se na síntese maior do primeiro e no teor analítico do segundo, em que tem inequívoco realce o sentimento de vingança. Frise-se, porém, que a obsessão de José de Arimateia, em seu itinerário fatal a caminho da desforra e da recuperação de sua honra, não foi cinzelado em brasa viva. Aqui e ali percebe-se em Palmério o quanto a natureza disputa com o homem lugar de destaque em seus romances. Em *Chapadão do Bugre*, a mula Camurça, que carrega no lombo a vindita potencial de seu dono, constitui personagem de relevo na trama romanceada, chegando ao extremo de externar afeição por José de Arimateia e repúdio por Seu

Persilva. Em *Vila dos Confins*, a presença da natureza é patente, mas se diversifica. Em *Chapadão do Bugre*, parece concentrar-se no animal que livrou da morte o personagem principal em mais de uma oportunidade, mas não pode evitar o desfecho dramático do romance.

A variedade de facetas do escritor mineiro expressou sua riqueza humana e a capacidade de acolher o outro por reconhecer que a sociedade é uma *communio personarum*.

Espírito aventureiro, parlamentar, diplomata, educador, homem de letras, Mário Palmério conquistou lugar de destaque em nossa cultura, e esta Casa lhe registra com orgulho a contribuição literária.

CONCLUSÃO

Sra. Presidente Nélida Piñon,
Senhores acadêmicos,
Minhas senhoras e meus senhores,

Percorremos juntos o itinerário dos que abrilhantaram a Cadeira 2, a ser hoje preenchida. Com estilos, temperamentos, culturas díspares, cada qual, o patrono, o fundador e seus demais ocupantes, trouxe relevante contribuição à Literatura Brasileira. Nos limites de minhas possibilidades, forcejarei por sempre lhes honrar a tradição.

Num mundo por vezes sulcado por dogmatismos e fanatismos, plenos de esterilidade, impende ampliar espaço para uma atitude libertária capaz de acolher a diferença e conviver com a dissensão.

Como Casa da Cultura, esta Academia é o ponto de encontro de todos os desencontros, o *tópos* adequado ao debate entre correntes de pensamento e o recanto privilegiado do apuro literário.

Jamais nos seria lícito temer o advento da dúvida metódica, sinal inequívoco da presença do espírito na riqueza da multiplicidade possível de enfoques e de opções várias no plano intelectual. Acima das ideias está o pensar, tarefa própria do homem intrinsecamente considerado. Foi a lição de Unamuno: “Não tendes ideias. As ideias vos impedem de pensar.” Pensar a realidade e não pré-fabricá-la nas oficinas dos fundamentalismos constitui

seguramente um dos compromissos prioritários da era atual, em particular dos intelectuais de todos os matizes. Caso as ideias espelhem a apreensão do ser, desempenharão elas o papel de fase embrionária do saber articulado até atingir o seu clímax num sistema coerente apto a desnudar o real em clima de inequívoca logicidade. Se porventura as ideias compuserem o mosaico dos ideários, configurando um pensamento cristalizado e pretensamente autônomo, será a hora de bradar o alerta dos que intentam proteger a sociedade de iniciativas liberticidas e cuidam sempre relevante deixar as portas livres para o pensar que flui da criatividade.

A promoção do diálogo intersubjetivo é condição de possibilidade da explicitação da liberdade e fator condicionante da vigência democrática.

O Brasil engatinha em seu itinerário democrático, por força da quase total carência de uma consciente e atuante cidadania, com garantia objetiva dos direitos humanos. Muito há que caminhar em direção à plenitude do sistema que mais de perto consulta as necessidades de afirmação da pessoa humana em suas variegadas dimensões. Acaso ainda não somos prisioneiros da *trahison des clercs*? Parece-nos que perdura o alheamento das elites relativamente ao dever inadiável de estender as benesses da democracia à multidão de deserdados, que clamam, sem forças e a mendigar representação política, pelos mais elementares direitos da cidadania.

Não há como adiar-se mais a implantação da justiça social a cujo respeito todos estão teoricamente de acordo, mas alguns parece entenderem que ainda dispomos da eternidade para a implantação das reformas inadiáveis e indispensáveis ao nivelamento de todos numa cidadania comum. Sem discriminação, sem privilégios.

É chegado o momento de encerrarmos esta fala com uma mensagem de irrestrita fé no ser humano, em suas possibilidades de explicitar a riqueza potencial que promana do generoso ato criador. O mal, o sofrimento, a injustiça integram, é certo, a condição humana. Mas cremos que a força imponderável do amor alui as estruturas negativas e gera uma atmosfera feita de contiguidade com a plenitude, desviando-se da rota do niilismo convidativo. Cumpre desenvolver um esforço continuado por submeter nossos atos “à parte superior da alma que não se nutre, a não ser de fome”, no sentir de Simone Weil.

Muitas vezes não nos falta a fé. Nem o amor, tão presente em nossas vidas. Mas, ao longe, obstruímos o caminho para o advento da esperança, a

virtude mais difícil. Ela é tecido do nosso ser, cerne de nossa identidade. Falamos da transtemporalidade de nosso destino. Acena para o nosso mais-ser. É ela a garantia da consistência do nosso viver no cotidiano dos atos rotineiros com que tecemos a urdidura de nosso perfil existencial. Há que nela depositar toda a nossa energia espiritual, conduzindo-nos maviosamente aos umbrais de nossa identidade ontológica, para aí encontrar o outro, sem cuja visão profunda permaneceremos pobres e isolados, formando com os demais seres sem alma um imenso arquipélago de solidões.

Para ultrapassar os óbices que se antepõem ao nosso caminhar, a esperança é a virtude peregrina capaz de nos assegurar, por antecipação, a crença num porvir em que os anseios de hoje amanhecerão como radiosa realidade.

II

RESPOSTA DO SR. ARNALDO NISKIER

“Com os humildes está a sabedoria.”

Livro dos Provérbios

*Le propre de la philosophie est de nous faire remonter jusqu'à la source ému-
vante de notre être individuel et secret qui cherche toujours, disait Kierkegaard, sa rela-
tion absolue avec l'Absolu.*

Esta foi a epígrafe da tese de doutoramento e de cátedra do nosso novo acadêmico. A lembrança do pensador francês Louis Lavelle marcou o meu primeiro encontro com Tarcísio Meirelles Padilha. Estávamos no ano de 1955 e ele defendia, no auditório do Instituto Lafayette, no Rio de Janeiro, a cátedra de História da Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Distrito Federal, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi um concurso memorável, em que o jovem candidato, então com 27 anos de idade e disputando com o Prof. Homero Johas, de São Paulo, ganhou a cátedra de forma brilhante. Tirou nota dez em todas as provas, tornando-se doutor em Filosofia.

Recordo que o Prof. Júlio Barata, membro da banca examinadora, presidi-
da pelo meu inesquecível Mestre Ney Cidade Palmeiro, elogiou em particu-
lar o trecho em que afirmastes enfaticamente que “é na História da Filosofia
que se percebe melhor a entrosagem do relativo com o absoluto, no que tange
às indagações do espírito humano”. Para concluir que a ambição de um filóso-

fo (e Tarcísio Padilha é um filósofo) deve ser a de falar a verdade eterna, dentro da problemática do seu tempo.

Certamente, ainda novo em idade, Tarcísio Padilha ficou marcado pela Filosofia de Louis Lavelle e, numa dinâmica inversa, marcou o meu espírito de estudante, que aplaudia silenciosamente o brilho com que vossas ideias foram defendidas. Foi o primeiro e definitivo encontro. A vida permitiu que nossos destinos se cruzassem, de forma permanente. Fui seu aluno por duas vezes na Universidade que ambos ajudamos a construir.

Agora, eis-nos de novo frente a frente. Saúdo a vossa consagradora chegada à Casa de Machado de Assis da mesma forma que Platão recebia os discípulos na Academia da velha Grécia: “Aqui só entra quem for geômetra.” Pois aqui só entra quem for escritor, no vosso caso, autor de uma série de obras fundamentais sobre Educação e Filosofia. Sois filósofo, escritor e educador, com uma grande contribuição à *philosophia perennis* em nosso país.

Se devemos saudar, com muita esperança, quem chega a esta Casa, cercado de tanta admiração, não se pode deixar de proclamar o quanto sofremos a perda do inesquecível escritor Mário Palmério, vosso antecessor na Cadeira 2. Autor inspirado de *Chapadão do Bugre* e *Vila dos Confins*, também ele figura de relevo da Educação Brasileira, pelo complexo universitário criado em Uberaba, Minas Gerais, hoje descansa na eternidade. Certamente, estará sorrindo para esta feliz continuidade, armada pela sabedoria com que a Academia Brasileira de Letras, aos 100 anos de vida, decide sobre o seu destino. Palmério e Padilha são figuras equivalentes e respeitáveis. Cabe ao segundo o privilégio de tomar posse, numa solenidade tão significativa, em plena comemoração do nosso I Centenário. Mas todos os 252 acadêmicos que por aqui passaram, como é o caso de Mário Palmério, estão conosco, neste momento de justificada emoção.

UMA FILOSOFIA DA ESPERANÇA

A contribuição de Tarcísio Padilha à Cultura Brasileira comemorou cinquenta anos e se fez por intermédio de dezenas de crônicas e sete livros publicados, entre os quais pode-se destacar *Uma Filosofia da Esperança*, obra lançada em 1982, e que levou a *Encyclopédie Philosophique Universelle*, de Paris, a incluir o

autor entre os 5 mil filósofos mais importantes de todos os tempos, desde a remota Filosofia Oriental.

Trata-se de uma reflexão voltada para a primazia da “ordem do coração”, da intimidade e dos valores, em que se mostra acima de tudo um metafísico, de reflexão centrada na subjetividade humana. Assim, ele afirma que ser-no-mundo é uma constante busca da eternidade. São vossas palavras: “nem o passado, nem o futuro nos falam de uma eternidade que, incansavelmente, buscamos. Só o instante-encruzilhada do tempo com a eternidade fornece à nossa existência a matéria-prima do agir livre, com que se tece a trama do nosso destino.”

Homem equilibrado, sempre longe do radicalismo dos extremos, considera que toda ideologia enseja um fechamento do homem sobre si mesmo. E nessa posição, em que procura valorizar o homem brasileiro, sugerindo o diálogo consigo mesmo, com o outro e com Deus, tem a boa companhia de outros filósofos da Casa de Machado de Assis, entre os quais Miguel Reale, Evaristo de Moraes Filho, João de Scantimburgo e Sergio Paulo Rouanet.

No âmbito de uma Filosofia Existencial, figura a riqueza da esperança como fonte de indagação metafísica. De forma original, são combatidas com veemência, em *Uma Filosofia da Esperança*, todas as formas de pessimismo, sem acomodação ao ceticismo desagregador.

A filosofia da esperança de Tarcísio Padilha é uma forma original de redescoberta do sentido da existência, longe das características do negativismo. Ao entregar-vos ao estudo dos grandes mestres da interioridade (Sócrates, Agostinho, Pascal, Kierkegaard, Unamuno, Marcel, Lavelle, etc.), alcançastes as raízes mais profundas da esperança humana. Somente do encontro com Deus, nasce aquele confiante abandono do que se chama esperança.

Para inferir que assim se valoriza o primado do homem no mundo por meio da Filosofia Existencial, objeto da reflexão metafísica, unindo *theoria* e *praxis*. Contra o monólogo ideológico estéril, pode-se afirmar que o homem encarna a esperança em seu ser-mais e no Ser que é o Todo do Ser. Valoriza-se a fé cristã que confirma sua esperança e seus objetivos: enriquecer a participação existencial dos seres humanos no mundo, preservar a dignidade da pessoa humana, salvar o homem moderno da sua angústia, promover o espaço e o tempo da intersubjetividade dialogal e considerá-los como um vetor da democratização.

FILOSOFIA: MODA OU MODISMO

Por estar na moda ou por um processo natural de amadurecimento, fala-se muito em Filosofia. Aliás, Machado de Assis já afirmava, no século passado, que há filosofia em todas as coisas. E isso me foi lembrado recentemente, numa gostosa conversa matinal, pelo Acadêmico Josué Montello, aqui presente.

Na feira filosófica, encontramos de tudo: Ceticismo, Probabilismo, Agnosticismo, Realismo, Idealismo, Filosofia Analítica, Deísmo, Teísmo, Ateísmo, etc., variando a escola de acordo com o pensador que nos visita, ou o livro que nos chega via Internet.

O fenômeno será positivo como moda, pois ela confirma uma acentuada preocupação com o mundo do pensamento, ainda que adstrita a uma corrente de ideias.

Já o modismo, como afirma Padilha, é uma espécie de busca do palco momentaneamente iluminado por um pensador, cuja vida útil em geral não ultrapassa um lustro.

É saudável que a Filosofia ocupe a mente dos homens, para que haja melhor uso da inteligência, maior coerência de modo geral e, nas opções religiosas, melhor compreensão do papel da Ciência e das Artes na vida humana.

Os desafios do fim do milênio mexem com a cabeça das pessoas. Tudo enseja um aprofundamento freudiano ou lacaniano. Assim como Illich falou na desescolarização, hoje cita-se a desconstrução, com o risco muito sério de se estar correndo atrás do nada.

A afetividade eventualmente descuidada pelos filósofos ganha espaço na vendagem de livros de autoestima. Por serem obras de oportunidade, não resistirão à poeira do tempo.

Anotamos pensadores que nos têm visitado, aqui disseminando suas ideias, como Noam Chomsky, Alain Badiou, Alain Touraine, Edgar Morin (o homem do olimpismo moderno), Claude Lévi-Strauss, Karl Popper, e muitos outros.

Esse *frenesi*, alcançado por uma certa aura de ceticismo, não é de todo negativo, pois enseja maior discussão sobre o mistério do ser e da existência, no possibilismo gnoseológico, na normatividade ética e jurídica, na visão global da sociedade e do Estado. É um período de indisfarçável riqueza cultural.

Todos nos questionamos a respeito do conhecimento, do ser, da existência, dos valores. Se tudo é questionável, à Filosofia compete a tare-

fa primacial de buscar respostas ou de mostrar os limites do humano entendimento.

Se a moda filosófica invade as universidades, o fato pode ser saudado como um sintoma de que os nossos jovens finalmente se entregam à reflexão crítica que os fará melhores e mais felizes.

LIBERTAÇÃO E LIBERDADE

Tarcísio Meirelles Padilha, casado com a sua doce Ruth, fibra de moabitã numa aparência de enganosa fragilidade, reúne o moderno e o eterno, no amor que devota à terra fluminense que o viu nascer e aqui realizar a sua obra notável. Ele encarna a expressão da *philosophia cordis*, que se tornou arcabouço do homem brasileiro.

Saudando José do Patrocínio e Levi Carneiro, figuras emblemáticas desta Casa, ao entrar para a Academia Fluminense de Letras, Padilha lembrou-se dos conceitos de libertação e liberdade, mostrando que é na liberdade da pessoa, e não simplesmente do indivíduo, como também pensamos, que se irão traduzir o sentir e o pulsar da modernidade.

Pudestes concluir que a liberdade é uma das potências do eu, e este não é fenômeno de nada. Antes, a consciência de si é o princípio da caminhada metafísica do ser pessoal.

José do Patrocínio mostrou que a libertação traduz a inquestionável necessidade de inaugurar no Brasil o reino da igualdade. Somente assim se poderia alcançar a verdadeira alforria que teima em adiar a sua plena vigência entre nós. Já Levi Carneiro, preocupado com a Educação Brasileira, vislumbrava na liberdade político-jurídica a condição *sine qua non* da afirmação da Democracia como regime político e como forma de vida. A um e outro, Tarcísio Padilha homenageia como cultores da liberdade, juntando-os a Montesquieu, para quem “a liberdade filosófica consiste no exercício da vontade, ou pelo menos na opinião de que exercemos nossa vontade; a liberdade política consiste na segurança ou, pelo menos, na opinião de que se tem segurança”.

O mundo parece sofrer atualmente uma crise de identidade. Valores são dessacralizados, como se assim se abrisse espaço para a inevitável

Sociedade da Informação. O vazio axiológico não é o melhor caminho para a Tecnologia.

Aqui abro um necessário parêntese para lembrar que, em recente conferência na Confederação Nacional do Comércio, tive o meu texto sobre o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro enriquecido por um aparte desse intelectual admirável que é o Pe. Fernando Bastos de Ávila. Segundo ele, todo o progresso só é válido se se fizer em função do homem, para a valorização do espírito humano, e não da máquina.

Se Nietzsche decretou a morte de Deus, a esse pensamento se pode contrapor a afirmação de Foucault: “Não, o homem é que morreu.” Vivemos um período de eclipse, felizmente reversível, em que Deus e os homens manterão sua essência religiosa. E poderemos valorizar a liberdade como dom divino, portanto, de consciente e rica participação criadora. Assim se chegará com maior felicidade à libertação.

ECOLOGIA DO CONHECIMENTO

Com a capacidade de ver longe, percebestes que a juventude brasileira tomou uma adequada consciência de cunho preservacionista. A legislação protetora do meio ambiente apenas iniciou a sua caminhada na fixação de normas rigorosas e objetivas em defesa da Natureza.

Além da poluição ambiental, há uma nova modalidade de distorção, exigindo atenção à Ecologia do Conhecimento. Há que discernir entre informação e conhecimento, sabendo-se que aquela é matéria-prima deste.

A invasão de informações, como ocorre com a existência da diabólica Internet, pode colocar a inteligência na defensiva, por vezes inviabilizando a estruturação do conhecimento.

O excesso de informações enseja uma autêntica arteriosclerose, dificultando a livre circulação do conhecimento. Essa obstrução, positivamente, não é desejável.

No plano especulativo, informações em excesso quebram o necessário equilíbrio entre razão e experiência. O processo de elaboração mental torna-se presa fácil do “achismo” cultural ou o que Tarcísio Padilha chama apropriadamente de opinismo esterilizante e forçosamente dogmático. São vossas palavras:

A passagem abrupta de uma premissa a conclusões, sem que cuidemos do tratamento lógico-metodológico correspondente gera filosofias fragmentadas e destituídas de organicidade e, portanto, de credibilidade. Sua vigência se deve, por vezes, aos modismos... *Vient de paraître* não pode constituir critério de avaliação de filósofos e de sistemas filosóficos.

A questão se agrava com a realidade de que, entre nós, já existe em alguns casos o emprego excessivo da Internet. O Brasil tem mais de 200 mil endereços eletrônicos, com a propensão de chegar rapidamente ao incrível número de 1 milhão. A ciência mostra que, a despeito do fascínio da escola virtual, o excesso de informações pode provocar malefícios à saúde do usuário.

O que se deseja é o equilíbrio entre a necessária captação de dados e o exercício da reflexão crítica, para que se viva a harmonia entre o *lógos* e o empírico. Assim se evitará a erudição vazia, e se promoverá a vivificação dos conhecimentos que embasam a Cultura. Esta, sim, é vida e riqueza do espírito.

A CONTRIBUIÇÃO JUDAICA

Em Tarcísio Padilha, convivem o moderno e o eterno. Assim, compreendeu com facilidade o Povo Eleito, responsável pelo monoteísmo, retratado por Guimarães Rosa quando o fazendeiro Cara de Bronze pede ao subalterno:

- Vá buscar para mim o *quem* das coisas.
- O *quem* é o ilimitado, o infinito, o transcendente.

Crítico do Nazismo e da Solução Final concebida nas oficinas da malignidade em que se transformou o regime que atormentou o planeta, em seus doze anos de vigência absoluta, Padilha interpretou as palavras de Theodor Adorno, filósofo alemão da escola de Frankfurt, para quem, depois de Auschwitz, não se poderia mais idoneamente falar em Filosofia. Pois a “Filosofia da Esperança” é um formal desmentido à tese de Adorno.

Seis milhões de vidas arrancadas dos seus lares e sacrificadas com perversidade, embora o povo judeu tenha oferecido à humanidade, ao longo do tempo, vultos notáveis que engrandeceram o patrimônio cultural comum. Não é sem razão que Sua Santidade o Papa João Paulo II sugere que se preste mais atenção às ideias “dos nossos irmãos mais velhos, os judeus”.

Lembra Tarcísio Padilha:

Não nos arreceamos de sustentar que a ausência de tais expoentes judeus empobreceria significativamente o teor de criatividade da humanidade como um todo. Bastaria citar, na Filosofia, Moisés, Maimônides, Baruch Spinoza, Henri Bergson, Edmund Husserl, Karl Popper, Hanna Arendt, Martin Buber, Emmanuel Levinas, Ludwig Wittgenstein, Max Scheler.

Padilha lembra, na Medicina, Zelman Waksman, Jonas Salk e Albert Sabin; na Psicanálise, Sigmund Freud, Alfred Adler, Viktor Frankl; na Música, Gustav Mahler, Arnold Schönberg, George Gerschwin; na Pintura, Marc Chagall e Amedeo Modigliani; e ainda, na Literatura, Herald Pinter, Saul Bellow, Franz Kafka; nas Ciências Sociais, Claude Lévi-Strauss e Émile Durkheim; na Linguística, Noam Chomsky; na Física, Albert Einstein.

Podem ser citados ainda Walter Benjamin, Karl Marx, Trotsky e um grande número de detentores do Prêmio Nobel, para oferecer uma pequena amostra da contribuição expressiva dos judeus, em diversificados domínios, o que prova, no dizer do novo membro desta Casa, que “a nossa Cultura é, antes de tudo, judaico-cristã”. Para adicionar que o racismo e o fanatismo, qualquer que seja o disfarce, agredem a singularidade da presença humana no planeta.

Se, no dizer de Lewis Thomas, precisamos de toda espécie de cérebros, incluindo poetas, artistas, músicos e filósofos, como justificar a violência, que, de tão recente, ainda permanece viva na memória de cada um de nós?

É certo que, assim, se torna mais transparente o protesto da Acadêmica Rachel de Queiroz contra tais atrocidades, muito pouco dignas do que se espera dos seres humanos. Só uma forte e constante vigilância impedirá que o Holocausto se repita.

EDUCAÇÃO E FILOSOFIA

Sr. Tarcísio Meirelles Padilha,

Sois escritor, educador e filósofo. Vossa obra encontra-se à tona, na Cultura Brasileira, não precisando de arqueólogos para localizá-la, como acon-

teceu recentemente em Atenas, quando se buscava o lugar exato em que Aristóteles instalou o seu célebre liceu, no ano 335 a.C.

De semelhante com o pensador grego, a vossa atividade exotérica, marcada pela presença dos milhares de alunos aos quais, em vossa fecunda vida de magistérios ensinastes o senso da medida e da proporção expresso na *metriôfes* e o claro exercício da cidadania contido na *energeia*, inspirada por motivações éticas que plasmaram a vossa personalidade.

Sois, na verdade, um filósofo da Educação, preocupado com a formação moral, intelectual e espiritual do ser humano. Daí ser natural o vosso empenho em conciliar o Humanismo com os reclamos da Modernidade, pugnando sempre por uma educação democrática e basicamente portadora de valores, como sempre defenderam pensadores católicos do Centro D. Vital, entre os quais Jackson de Figueiredo, Gustavo Corção, Alceu Amoroso Lima e Lourenço Filho.

Se a Educação é um ato moral e social, é natural que não se deixe dominar, por exemplo, pela Economia, pois não há sentido em se fazer do homem apenas um instrumento do desenvolvimento econômico. Talvez aqui se encontre a razão do vosso encontro com a Filosofia do Espírito, inspirada em Louis Lavelle. O primado do espírito – e não do desenvolvimento científico e tecnológico – sobre a conduta humana.

São aspectos que poderiam ser muito enriquecidos se déssemos maior atenção à Educação Religiosa, hoje alvo de uma desarrazoada restrição oficial. Se é certo que ela começa em casa e tem nos templos o seu *locus* adequado, não vemos por que a Escola deva estar ausente desse processo de construção de valores. O Governo deve colaborar para que isso ocorra.

Como percebeu o Prof. Newton Sucupira, ao saudar-vos, na posse da Academia Brasileira de Educação, o germe da vossa filosofia de pensador católico, de vossa metafísica humanista, pode ser representado pela trilogia Transcendência, Participação e Esperança, elementos que são fundamentais em vossa obra, em que “o pessimismo cessa tão logo começamos a agir, a amar e a esperar”.

O compromisso com a Educação para a liberdade é o vosso *leitmotiv* enriquecido espiritualmente pelo exemplo de sacrifício de Edith Stein, filósofa e pedagoga-mártir de Auschwitz, que ligou a sorte da tarefa educacional à fé,

quando sustentou que o educador cuja fé pedagógica tenha esmorecido, nesse mesmo instante deixou de ser um educador.

Em vossa obra, encontramos o *mínus* de uma nova *paidéia*, um novo desafio que conclama os educadores à tarefa maior de humanização da juventude, como queria Rousseau ao pugnar pela reforma da Educação, sem esquecer o ideal da Pedagogia Platônica: “O fim da Educação é a formação do homem ético.”

O EXEMPLO DA FAMÍLIA

Sra. Presidente Nélida Piñon, que com tanto brilho dirige as comemorações do nosso I Centenário,

Senhores acadêmicos,

Senhoras e senhores,

A Academia Brasileira de Letras recebe hoje em seus quadros uma pessoa completa, na acepção de Rousseau: “Tudo o que um homem deve ser, ele saberá sê-lo.” Desde cedo, vossa família compreendeu que o homem só se torna homem pela Educação, como repetia Kant, sempre lembrado pelo educador D. Lourenço de Almeida Prado nas lições admiráveis que deixou no Conselho Federal de Educação, a que também pertenceu Tarcísio Padilha, de 1970 a 1982.

Vossa vida e o vosso exemplo cabem neste pensamento de Cícero: “*Honor praeium virtutis*”, ou seja, “a honra é o prêmio da virtude”.

Alcançastes a glória deste momento, mas não estais sozinho, na cintilante vida de educador, filósofo, conferencista e escritor. Se a Educação se faz no lar e na escola, como está no texto do Concílio Ecumênico Vaticano II, recebestes dos vossos pais Raymundo e Mayard, da vossa mulher Ruth Maria, dos vossos seis filhos e onze netos toda a soma necessária de inspirações que tornaram admirável a vossa personalidade e a vossa travessia.

Estudastes o primário em Campinas (SP) e o secundário no Colégio Santo Inácio, da Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, obtendo o certificado de conclusão em 1946. Depois, na PUC-RJ, concluístes com brilho os cursos de bacharel em Filosofia, Direito e Ciências Sociais, obtendo a licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense. Uma carreira coerente e bem-sucedida, que se consolidou no exercício do magistério na

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na PUC-RJ, na UFRJ, na Universidade Santa Úrsula e na Universidade Gama Filho, além da Escola Superior de Guerra.

Como presidente da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, do Centro D. Vital, do Instituto Brasileiro de Filosofia e da revista *Presença Filosófica*, Tarcísio Padilha honra o Brasil com seus trabalhos, que se estendem igualmente ao Pontifício Conselho para a Família, com sede no Vaticano, nomeado por sua Santidade o Papa João Paulo II. Associações de Filosofia brasileiras e internacionais contam com a vossa dedicada e inteligente colaboração, levando a outras paragens a expressão do nosso pensamento filosófico, transformando-vos consagradoramente num *maître à penser*, longe da tentação da desesperança. Fostes o primeiro brasileiro a integrar a *Fédération Internationale des Sociétés de Philosophie*, primeiro como diretor e depois como vice-presidente, cargo que ocupou em mais duas entidades: a *Union Mondiale des Sociétés Catholiques de Philosophie* e a *Metaphysical International Society*.

Por outro lado, vimo-nos solidariamente envolvidos, em 1980, na campanha pela volta da Filosofia às escolas públicas do Ensino Médio do Rio de Janeiro. Uma tentativa vitoriosa da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, que então dirigíamos, mas que somente se viabilizou pela determinação do mestre a quem recorremos. A Filosofia voltou a figurar nos currículos de outras unidades da Federação – e ali também estava a vossa mão generosa, enérgica e competente.

ÉTICA E NATUREZA HUMANA

Voltamos a Louis Lavelle, cuja filosofia é tentativa constante de superar antinomias. Ao homem atormentado do século XX, propunha ele a escolha entre um dentre os dois únicos caminhos possíveis:

Não há senão duas filosofias entre as quais é necessário escolher: a de Protágoras, segundo a qual o homem é a medida de todas as coisas, mas a medida que ele se dá é também a própria medida; e a de Platão, que é também a de Descartes, para quem a medida de todas as coisas é Deus e não o homem, mas um Deus que se deixa participar pelo homem, que não é somente o Deus dos filósofos – o Deus das almas simples

e vigorosas, que sabem que a verdade e o bem estão acima delas e que não se recusam jamais àqueles que as buscam com coragem e humildade.

Podemos concluir que a Ética está na moda. Para Tarcísio Padilha, “falar em Ética é penetrar no âmago da natureza humana”. A essência do homem perdura por intermédio das transformações, pelas quais os valores nela lastreados atravessam os tempos, resistindo a todas as tentativas de alijá-los ou de ignorá-los. Justiça, caridade e prudência são virtudes peregrinas que, ao lado de outras, se impõem aos homens de todos os tempos.

Recebemos hoje, com muita alegria, na Casa de Machado de Assis, um escritor, educador e filósofo que fez da grandeza em todos os seus atos a motivação da sua exemplar existência. Aqui, lembrando Stendhal, ele continuará a viver, escrever e amar, ministrando permanentes lições de convívio.

Sr. Tarcísio Meirelles Padilha,

a Academia Brasileira de Letras, sob as bênçãos de Deus, no ano do seu I Centenário, vos acolhe de braços abertos.

Sede bem-vindo!

Discurso do
SR. ANTONIO OLINTO

e

Resposta do
SR. GERALDO FRANÇA DE LIMA

*Sessão solene extraordinária
do dia 12 de setembro de 1997*

I

DISCURSO DO SR. ANTONIO OLINTO

Chego a vós, senhores acadêmicos e meus confrades, em tempos de mudança. Chego a vós no início do segundo centenário da Academia Brasileira de Letras, sou mesmo o primeiro a ter sido eleito e a tomar posse depois das comemorações dos cem anos desta Instituição. Aqui chego no momento em que o Brasil adota o exercício da memória como instrumento da identidade nacional. Existimos, porque temos memória, porque a usamos contra o esquecimento. Dizia Antônio Vieira: “Tudo cura o tempo, tudo faz esquecer, tudo gasta, tudo digere, tudo acaba.”

Sabemos, no entanto, que a memória vence o tempo. A memória é o antitempo, o remédio para as fissuras do tempo, e só na memória palpita uma possível imortalidade.

Chego à Academia a três anos do fim do século e do milênio, quando o velho instrumento de Guttenberg penetra em novas dimensões de feitura, sem perder sua instrumentabilidade impressora, sua formatação de superfície lisa sobre a qual se inserem as letras, os símbolos, os números, os desenhos, os traços geométricos. A palavra é a semente de tudo, e ela se imprime na tela, no papel, no couro, na areia de Iperoig. A luz que sobre ela incide é a da vela, a do dia nascendo, a do dia morrendo, a do holofote, a da máquina receptora de imagens. Ganhamos velocidade na reprodução dos textos, o que não deixa de ajudar na sua criação. A memória passou a explodir em rápidas iluminações que em si não superam as de Rimbaud, mas que as levam com mais rapidez a olhos longínquos. A vitória sobre o tempo – transitória como tudo o que

dura – influi em nossa avaliação de pessoas e acontecimentos, de ontem e de hoje, talvez até de anteontem e de amanhã.

Mas não há tempo sem espaço. Espaço é tempo medido em linhas tangíveis e concretas, espaço é tempo transformado em corpo. Cuidai que não justaponho os dois conceitos e as duas palavras por simples malabarismo: é que o espaço a que me refiro é o espaço brasileiro, o País em si, na sua largueza física, na sua diversidade, na sua unidade, no seu chão, nas suas águas, na sua fauna, nas suas flores, nos seus frutos e na massa compacta e firme de sua gente. É o espaço brasileiro jungido a um tempo brasileiro, e nessa união existimos, com nossa presença e nossa memória. Nessa união, juntam-se verdades do tempo e verdades do espaço.

A memória brasileira palpita principalmente nos cem anos desta Academia. É a memória nua e crua tanto quanto a memória glorificada. A memória do sonho tanto quanto a memória da sombra. Em seus arquivos e na obra de seus membros, erguem-se os dois Brasis, o Brasil que sonha e o Brasil que pensa. Há muito descobrimos que precisamos de ambos. Sem o primeiro, não conseguimos pensar grande no planejamento da terra em que nossos descendentes viverão. Sem o segundo, não saberemos como chegar lá. Estamos, assim, na grande casa em que o ser brasileiro ganha memória do passado e memória do futuro, tanto do futuro provisório como do que esteja contido em cada ato que hoje façamos, nas decisões do momento, no que pensamos, no que escrevemos, no que fazemos.

Temos conosco um Brasil criado por Machado de Assis, que nos previu e entendeu, mais do que isto, nos plasmou e nos fez. Num belo trabalho de pesquisa e criação, nosso companheiro Josué Montello pinçou a memória de Machado, num levantamento analítico a que deu o nome de *Memórias Póstumas de Machado de Assis*. Qualquer que seja o ângulo em que pensemos Machado, lá estão suas memórias de um Brasil do século XIX, não mais o do tempo do Rei, como informava Manuel Antônio de Almeida, mas o do Imperador e do País independente. Poesia ou Prosa, ficção ou registro histórico, análises críticas ou crônicas do dia-a-dia, em todos os gêneros literários em que exerceu denso conhecimento do ser humano e uma compaixão cética pelas suas fraquezas, Machado de Assis mostra, pelas mãos de Josué Montello, a memória de um país que atingia a idade madura.

Chego à Academia Brasileira de Letras com as memórias de Machado de Assis e de todos os que por ela passaram e nela estão. Essa memória coletiva nos empurra para a frente. Percorrerei uma parte da memória desta Casa ao falar de cada um dos brasileiros que pertenceram à minha Cadeira, a 8. Vereis que uma faixa de nosso pensamento nela se concentra, do poeta Cláudio Manuel da Costa nos tempos da Inconfidência, passando pelo poeta Alberto de Oliveira, que, nascido no século XIX, viveria até o limiar do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937, pelo pensador social Oliveira Vianna, cujo passamento se deu em 1951, pelo jornalista e cronista Austregésilo de Athayde, que dirigiu e mudou esta Casa durante quase 34 anos de sua presidência, e finalmente Antonio Callado, romancista, teatrólogo, jornalista e analista político, de saudosa memória, morto em janeiro último. São mais de duzentos anos de nossa História intelectual e política, vistos através de uma Cadeira desta Casa. Mas não é somente ela que nos oferece um panorama, um retrato deste País de Língua Portuguesa e de múltiplas misturas étnicas e pensamentais. Todas as outras 39 cadeiras têm características parecidas, com os patronos escolhidos desde o mais antigo, Gregório de Matos, nascido em 1623, até o que cessara de existir menos de dois anos antes de fundada a Academia Brasileira de Letras, Raul Pompeia, morto em 1895.

Como se sabe, cada fundador desta Academia escolheu, entre escritores brasileiros mortos, um nome para patrocinar sua Cadeira. Era, assim, natural houvesse uma acentuada afinidade entre o acadêmico e seu patrono. A indicação de Cláudio Manuel da Costa por Alberto de Oliveira surgiu como resultado dessa afinidade, tal era a admiração do segundo pelo primeiro. Ambos poetas, ligados por um culto à forma, diferente em cada caso, mas semelhante no que representava como reação a modismos anteriores: num, o classicismo europeu, principalmente o Gongorismo Espanhol – e noutro, o Romantismo.

Depois que o movimento arcádico apareceu em 1690, fundado por um grupo de 14 poetas, nos salões que a Rainha Christina da Suécia mantinha em Roma, o Arcadismo logo se expandiu pelos países latinos, vindo a chegar a Portugal no século seguinte.

Numa evocação à parte, registre-se que o nosso Antônio Vieira, quando em Roma, esteve e falou no Palácio de Christina, que, depois de haver sido rainha em sua terra, assumira o papel de mecenas na Cidade Eterna.

No momento em que as arcádias se tornaram realidade em Portugal, lá estava Cláudio Manuel da Costa, que, nascido perto de Mariana, Minas Gerais, estudava em Coimbra. A Arcádia fora uma região da Grécia cujos habitantes, em geral pastores, eram hábeis no canto e na flauta. Cláudio Manuel da Costa mergulhou na poética da moda, passou a ver pastores e deuses gregos nas margens do Mondego. Sentia-se infeliz por não poder transplantar para Minas Gerais as imagens daquele “paraíso de inocência e felicidade”, tal como fora a Arcádia grega classificada e como os árcades de Portugal viam sua terra. De volta ao Brasil, quisera ser padre, mas não conseguira inscrever-se no seminário de Mariana, aquietando-se em Vila Rica, onde continuou fazendo o que mais sabia e queria fazer: poemas. Melancólicos e líricos, são dele alguns dos melhores sonetos da Língua Portuguesa. Dirigia-se à Natureza, como no seu belo soneto que tem estes quatro versos:

Para cantar de amor tenros cuidados,
Tomo entre vós, ó montes, o instrumento,
Ouvi pois o meu fúnebre lamento;
Se é que de compaixão sois animados.

Ou no soneto de amor que diz:

Nize? Nize? Onde estás? Aonde espera
Achar-te uma alma que por ti suspira;
Se quanto a vista se dilata, e gira,
Tanto mais de encontrar-te desespera.

Embora obediente aos cânones arcádicos, procurou o poeta, no poema “Vila Rica”, abandonar o espaço pastoril da Europa e mostrar realidades brasileiras como as descrições que faz de um engenho de açúcar e da cata do ouro:

Da mole produção da cana loira
Verdeja algum terreno, outro se doira;

E, logo depois, fala na “ardente fornalha” e nos “brancos torrões”, que sofrem “estímulos do fogo”. Em outros versos, descreve os serviços

que o trabalhador nas minas faz nas serras e morros para a extração do ouro e canta a forma:

Com que o sábio mineiro entre o cascalho
Busca o loiro metal.

Partícipe do movimento da Conjuração de Vila Rica, preso, suicidou-se ou foi morto. Qualquer haja sido o modo de seu fim, pode o poeta ser considerado um mártir da nossa Independência, juntamente com Tiradentes.

Alberto de Oliveira viveria em outro tempo. Nasceu quando o Brasil autônomo completava 35 anos. Acentuavam-se as mudanças, mas Alberto de Oliveira atravessou-as todas com um firme propósito: a determinação de ser poeta. Pode-se dizer que ele só teve uma ideologia: a da forma perfeita, a do verso de mármore, independente e puro. Foi, nesse particular, mais parnasiano do que os outros dois líderes da escola, Olavo Bilac e Raimundo Correia. Escolhia a palavra pelo seu peso no verso e por todos os escaninhos sonoros de seu ritmo, quase que numa valorização exclusiva do som puro sobre os significados. Ao entrevistar, em 1950, o poeta Paul Eluard, em Paris, dele ouvi esta definição: “Poesia é a linguagem que canta.”

Isto dito por quem era, após a suposta morte do Parnasianismo, revela a permanência, em secretos compartimentos da memória, de técnicas antigas que um escritor pega, às vezes séculos mais tarde, para renovar a expressão literária de seu tempo. Não se duvida haja Alberto de Oliveira atingido um ápice da Poética Brasileira. Seu soneto “Vaso grego”, em estilo diferente, pode ser posto ao lado da famosa ode à urna grega de Keats cujo verso *A thing of beauty is a joy for ever* virou filosofia de vida. Eis o primeiro quarteto de “Vaso grego”:

Essa, de áureos relevos, trabalhada
De divas mãos, brilhantes copa, um dia,
Já de aos deuses servir como cansada,
Vinda do Olimpo, a um novo deus servia.

Pertencente a uma família de 17 irmãos e irmãs, em que todos faziam Poesia, poucos poetas nossos tiveram participação tão viva na Literatura de um tempo como Alberto de Oliveira, cujas palavras raras, confirmando sua adesão às normas parnasianas, levavam, e ainda levam, muitos leitores ao

dicionário. Usava termos assim: *úsnea* (líquen, penugem), *lisins* (veios da pedra), *esconsa* (inclinada, oblíqua) ou *puníce* (vermelho, cor de romã).

Como neste verso em que aparecem duas dessas palavras:

O gotear dos *lisins* de *esconsa* pedra.

É como se tentasse mostrar que o som de uma palavra insinua um pouco do que significa, numa onomatopoética além do signo imediato. E um poeta de outra vertente, Mário de Andrade, em sua “Carta Aberta a Alberto de Oliveira”, pôde dizer: “Quando releio ‘Por Amor de uma Lágrima’, certas páginas do *Livro de Ema*, aquela sublime ‘Voz das Árvores’, a admirável ‘Sala de Baile’, bem sei que tenho um poeta junto de mim.”

A “Voz das Árvores”, que Mário de Andrade chama de “sublime”, é este poema de amor à Margarida:

Acordo à noite assustado.
Ouço lá fora um lamento...
Quem geme tão tarde? O vento?
Não. É um canto prolongado
— Hino imenso a envolver toda a montanha:
São, em música estranha,
Jamais ouvida,
As árvores, ao luar que nasce e as beija,
Em surdina cantando,
Como um bando
De vozes numa igreja:
Margarida! Margarida!

José Francisco de Oliveira Vianna, nascido no ocaso do Império — e um de seus livros mais representativos tem precisamente esse título —, sucedeu a Alberto de Oliveira na Cadeira 8, numa espécie de homenagem ao seu antecessor. Ambos fluminenses de Saquarema, ao longo dos anos de 1920 e 1930, amigos de Oliveira Vianna insistiram em que ele se candidatasse à Academia. Entre eles, o que mais veementemente argumentava em favor dessa candidatura era Alberto de Oliveira. Morto este, decidiu José Francisco inscrever-se na vaga. Sociólogo e pensador político dos mais lúcidos deste País, tinha Oliveira

Vianna uma postura sacerdotal, visível em tudo o que fazia – no seu estilo de vida, no seu trabalho de escritor, em suas pesquisas, no modo como sentiu e entendeu o Brasil. O autor de *Instituições Políticas Brasileiras*, cuja formação intelectual se deu em plena República, viu a terra dele, e nossa, como um todo, percebendo, em cada fase do desenvolvimento brasileiro, uma afirmação nativista e um esforço de expansão que levava os colonizadores a esquecer o confinamento ibérico para pensar o novo território em termos de uma expansão maior. Conseguiram, assim, ir além do limite de Tordesilhas e estabelecer as bases de um país de dimensões continentais, de Língua Portuguesa, cercado de unidades políticas menores, de Língua Espanhola – todos, porém, de germe ibérico, romano-visigótico-árabe. Constatou Oliveira Vianna que nossa elite se preocupava mais com o estudo minucioso da realidade europeia do que com a análise de acontecimentos brasileiros. Cito-o: “Ainda somos um dos povos que menos estudam a si mesmos: quase tudo ignoramos em relação à nossa terra, à nossa raça, às nossas tradições, à nossa vida, enfim, como agregado humano independente.”

Entre o primeiro pós-guerra de nosso tempo, quando Oliveira Vianna escreveu essas palavras, e hoje, muita coisa mudou. Pensamos bem mais brasileiromente do que então, mas, do ponto de vista histórico, ainda não nos demos conta de que a memória vence o tempo. Somos todos testemunhas, em nossos dias, de que uma boa parte da comunidade cultural brasileira desconhece a história do nosso Império e, quanto ao século XIX, sabe mais de Disraeli e Gladstone na Inglaterra e das transformações políticas francesas pós-1870 do que sobre os gabinetes Saraiva, Ouro Preto, Zacharias, Sinimbu, no Segundo Império Brasileiro. Há também nisso um velho patrulhamento da República e dos republicanos brasileiros contra o Império e tudo o que a ele dissesse respeito.

Quem de fato conhece hoje entre nós a história de nosso Parlamentarismo e de que modo influiu ele nas instituições políticas de que dispomos neste final de milênio?

A análise que Oliveira Vianna fez dos partidos políticos de seu tempo não precisa de acréscimos: continuamos no mesmo ponto em que estávamos quando da queda do Gabinete Zacharias em 1868 – isto é, os partidos políticos não eram, como ainda não o são, intérpretes de uma diretriz de governo definida.

A obra-prima de Oliveira Vianna é principalmente *Populações Meridionais do Brasil*, largo panorama de um povo em formação. Alfredo de Taunay classificou-o como “livro de Sociologia aplicada à História”. Era mesmo na História que Oliveira Vianna se apoiava para suas pesquisas, sabedor de que a História é tempo inamovível, mesmo quando morto. Ninguém se mostrou mais nacionalista nesses estudos do que ele. Basta que se atente para o modo como apresentava a evolução de nosso pensamento político e os acontecimentos por ela provocados. Para ele, não existiam séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Havia apenas um tempo, o tempo brasileiro, concentrado no País, com exclusão de tudo o mais. Assim falava em século I para definir o que ocorreu no Brasil entre 1501 e 1600. Os seiscentos seriam o século II. Tinha a opinião de que nosso século mais forte e mais significativo fora o século III, o do ouro, do diamante, do Aleijadinho, o da conjuração mineira, o dos poetas Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa, Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, o de Tiradentes. De outro modo, não pensou o Prof. C.R. Boxer, do King’s College, da Universidade de Londres, que no excelente livro *The Golden Age of Brazil*, publicado quarenta anos depois do mais conhecido trabalho de Oliveira Vianna, chamava esse mesmo período de “Idade do Ouro”, no duplo sentido de ter sido o da grande produção do metal mas também o da importância daquela conjuntura histórica da colônia. O ouro brasileiro enriqueceu setores decisivos da Europa de então e ajudou a financiar a revolução industrial da Inglaterra. O nosso século IV, de Dom João VI, da Independência, dos imperadores e da República, marcaria o começo do exercício de uma autonomia difícil, e foi no seu livro *O Ocaso do Império* que Oliveira Vianna analisou esse período, tendo como lema o que diz no prefácio dessa obra: “[...] há os que historiam fatos e os que historiam ideias. Neste livro, eu procuro de preferência historiar ideias.”

Seu objetivo era: “definir, de maneira precisa, o papel exercido na queda da Monarquia pela ideia federativa, pela ideia republicana...”

Agora que terminamos o nosso século V e nos aproximamos de novo milênio que será o século VI brasileiro, essa classificação pode ensinar-nos a adotar uma concentração em nossos problemas, em nossas opções, nossas necessidades absolutas, em nosso povo – por muito que precisemos de referências técnicas, financeiras e/ou ideológicas de fora.

Vale a pena mencionar, no caso de Oliveira Vianna, uma característica, talvez mania, sestro, no escrever. Jamais usava a letra “A” para iniciar frase ou parágrafo. Sua boa prosa tinha de achar subterfúgios na colocação dos vocábulos a fim de evitar um “A” inicial. Às vezes mudava de termo ao começar frase ou título, como *O Ocaso do Império* em vez de “A Queda do Império”. De vez em quando, depara-se com um “A” no início e, vai-se ver, é uma transcrição de texto de outro autor.

Com a morte de Oliveira Vianna, eleito para sucedê-lo, transformou-se Belarmino Maria Austregésilo de Athayde na figura mais importante da Academia Brasileira de Letras ao longo de mais de três décadas. Escolhido para presidente desta Casa em 1959, manteve-se no cargo até seu passamento, em 13 de setembro de 1993. Nesse período, mudou a Casa de Machado de Assis, dando-lhe nova estrutura.

O que é hoje a Academia, sua presença arquitetônica no Centro do Rio de Janeiro, a extraordinária ampliação do seu espaço e o consequente poderio material do seu patrimônio – tudo isto devemos à capacidade de direção e de administração de Austregésilo de Athayde.

Seu chão foi o Jornalismo. Realizou-se na literatura feita para jornal. Por volta de 1951, diante do preconceito – então mais forte que hoje – de que Jornalismo era uma forma inferior de escrita, escrevi uma série de artigos que foram, logo depois, colocados num livro chamado *Jornalismo e Literatura*. Defendi a tese de que Jornalismo é Literatura, passível de tanta qualidade como qualquer outro gênero literário. O que o distingue de outras formas de escritura é que Jornalismo é Literatura sob pressão – pressão do tempo e pressão do espaço. Há um tempo definido, intransferível quase sempre, dentro do qual a obra tem de ser entregue, e a matéria deve ocupar um espaço limitado. Essas duas pressões determinam em geral a feitura da obra que, mais do que outras, precisa ser enxuta e concreta. Contudo, a Poesia integra também o elenco de possibilidades jornalísticas, e nisto se destaca o gênero brasileiro por excelência, a Crônica de Jornal, que, de Machado de Assis até hoje, deu um toque especial à nossa Literatura. Situou-se nesse terreno a atividade permanente de Austregésilo de Athayde, que escreveu incessantemente no *Jornal do Commercio* artigos e crônicas, de assuntos vários, no espaço hoje ocupado por Carlos Heitor Cony. Todos os que fazemos ou fizemos Jornalismo profissional – no meu caso, assinei uma coluna diária, “Porta de Livraria”, durante 25

anos – conhecemos a tensão capaz de nos dominar sempre que temos de escrever artigo ou editorial em cima da hora.

Desde a I Guerra Mundial, a palavra de Austregésilo de Athayde analisava lucidamente o Brasil. A palavra e ação. Jornalista e escritor, foi ele, imutavelmente, por mais de setenta anos, o jornalista brasileiro por excelência. Relendo o que escreveu e repensando o que fez, talvez seja melhor chamá-lo de o brasileiro por excelência.

Mencionei a palavra e a ação. É que nele as duas se juntavam. Não só a ação política, mas a de responsável por jornais e pela condução da mais prestigiosa instituição cultural da nossa gente, a Casa de Machado. Exilado por suas ideias, manteve Austregésilo de Athayde uma presença jornalística permanente, de tal modo que o espaço do *Jornal do Commercio*, em que assinava seus artigos, guarda a visão aberta e clara que tinha de nosso tempo e de nossos problemas.

O destino ou Deus (era ex-seminarista e Deus deve ter destacado um anjo da guarda lúcido para o acompanhar), um ou outro, repito, ou os dois, levaram-no à comissão dos direitos humanos da ONU, onde deixou a assinatura brasileira mais importante do nosso tempo.

Sua atividade como repórter colocou-o em contato com homens e acontecimentos em várias partes do mundo. Entrevistou Einstein nos Estados Unidos e quis saber se, depois de haver chegado à teoria da relatividade, ainda acreditava em Deus. Resposta de Albert Einstein: “– Claro. Deus é o absoluto.”

Estilo, tinha-o direto e sem enfeites. Como um Stendhal do Jornalismo. Não caía, contudo, no abandono total do adjetivo nem adotava a indiferença fria de quem tudo vê de cima. Pois nele preponderava o entusiasmo, no escrever e no pensar. Era entusiasmado no mostrar o que fazemos e por que o fazemos. Num de seus últimos artigos, sobre o livro *Carta aos Futuros Analfabetos*, do francês Paul Guth, repetia o que foi o tema de toda a sua vida: só a Educação pode salvar uma comunidade.

Guardamos dele a lição que nos deixou, de uma incessante luta em favor do avanço brasileiro, na direção de uma sociedade justa e próspera. Torno a dizer aqui a palavra que a ele sempre vi associada: entusiasmo, que vem do grego *Theo*, “Deus”. Ter entusiasmo é “ter Deus em si”. Pois Austregésilo de Athayde foi um brasileiro com entusiasmo no entendimento grego da palavra.

Antonio Callado, quarto ocupante da Cadeira 8, firmou-se, ao longo de mais de cinco décadas, como ponto de referência inconsútil com a própria

Cultura Brasileira. Do jornal passou ao Romance e ao Teatro, em cada atividade impondo uma severa militância de quem não se eximia de suas responsabilidades para com o próximo e para com seu País. Homem de nosso tempo, sentia-se inteiramente identificado com ele. Quando nasceu, em 1917, o mundo estava em guerra. Era um novo tipo de luta, com novidades mortíferas. A morte não mais surgia apenas do Sul ou do Norte, do Oeste ou do Leste. Agora vinha também do céu. Pela primeira vez, aviões soltavam bombas sobre civis, e estranhos carros de combate, semelhantes a animais antediluvianos revestidos de metal, esmagavam gente, casas, camas, pratos de comida, vasos, brinquedos de crianças.

Toda uma geração, nascida em fins do século XIX, morria nos campos de batalha. Escritores, jovens e não tanto, eram interrompidos em sua prosa ou em sua poesia para empunhar instrumentos de destruição. Na França, Charles Péguy, na Inglaterra, Rupert Brooks – foram alguns dos que não mais pegariam na palavra para exprimir o muitas vezes inexprimível.

Naquele janeiro de 1917, ano conturbado e confuso, que prenunciava tempos difíceis, nascia no Brasil (em Niterói, Estado do Rio), o futuro escritor Antonio Callado, cujo destino seria o de analisar e entender, com um misto de vigor e compaixão, as fraquezas e grandezas de nosso tempo. Para isto existia – e para escrever, sem medo nem remorso em entrevista que, em 1972, dei a um jornal de Luanda, em Angola, perguntaram-me qual era a missão de quem escreve. Respondi: “– Cabe ao escritor dizer que o rei está nu.”

Insisti posteriormente, várias vezes, nessa tese, que é hoje um lugar-comum. A ninguém conheci, como Antonio Callado, no meu tempo de vida, com mais liberdade interior para dizer verdades como essa. Muito cedo se iniciou no Jornalismo, setor em que essa liberdade se tornou mais necessária àquilo que podemos chamar de causa pública. O que dele primeiro li – e nunca mais me esqueci – foi uma crônica publicada em seção chamada “Gong”, no *Globo*, final dos anos de 1930. Era sobre o filme “O Morro dos Ventos Uivantes”, na versão de William Wyler, que então alegrava os admiradores de Emily Brontë.

Em 1941, houve a mudança que marcaria a vida de Antonio Callado. Foi então contratado pela BBC de Londres para ali trabalhar. A Europa se achava de novo em guerra, e Londres era a parte do mundo que mais sentia seus efeitos. As qualidades inatas de cavalheirismo, que havia em Antonio

Callado, ganharam novo tom na Inglaterra, de onde voltou com o equilíbrio e a tranquilidade de um *gentleman*. Jamais abandonou, porém, sua força de lutador.

Depois do volume *O Esqueleto da Lagoa Verde*, livro de jornalismo puro, sobre o desaparecimento do Coronel Fawcett na Amazônia, publicou um romance, *Assunção de Salviano*, logo seguido de outro, *A Madona de Cedro*, que revelavam o alto nível de realização literária que o novo escritor vinha a atingir. A nitidez com que formava seus personagens mostrava que um novo tipo de narrador aparecia na Ficção Brasileira. Sua preocupação com a justiça levou-o a um interesse no Catolicismo de que esse romance é um exemplo maior. O trecho final do livro, de contida e ao mesmo tempo veemente beleza, talvez nos dê a chave do enigma, porque então o que chamamos de interesse de Antonio Callado no Catolicismo parece ser uma, até certo ponto, apaixonada curiosidade pelo fenômeno religioso em geral (como o que, no campo da História, revela Toynbee). Quando o personagem de nome Delfino sai pelas ruas de Congonhas do Campo carregando a grande cruz de madeira de Feliciano Mendes, é o Calvário que o romancista encena. Misturando as trivialidades de uma cidade pequena – com as zombarias dos garotos, os pontos de referência das casas comerciais e de pessoas nas esquinas –, é a via-crúcis que um homem do século XX segue ali. E, sem insistir muito no fato, Antonio Callado faz sua personagem sofrer três quedas sob a cruz. Numa delas, é o jornalista, que tentara entrevistar o homem da cruz, quem o ajuda a se erguer. Poucos romances brasileiros atingiram tal beleza no seu clímax. O simbólico e o cotidiano se unem, nesse final do livro, de tal maneira, e com tão intensa emoção, que, como em toda boa história, os acontecimentos parecem ter convergido para aquele momento, os fatos anteriores – e foram muitos – como que existiram apenas para criar aquele caminho de um Gólgota mineiro.

O futuro criador de Nando pertencia, porém, a outra luta, a luta pela justiça. Justiça política, justiça social, justiça *tout court*. Acima de tudo, justiça imediata. Sua peça mais importante, “Pedro Mico”, seria escrita no mesmo ano de *A Madona de Cedro*, em 1957, quando Callado chegava aos 40 anos, isto é, à metade exata de seu tempo de vida. Seguiu-se um tempo de jornalismo para, já depois do movimento de 1964 e da perseguição das forças e homens no poder contra a obra e a pessoa de Callado, surgir o romance que o tornou conhecido além-fronteiras, *Quarup*.

Quarup invade a Literatura Brasileira com um vigor e uma violência que nela raramente havíamos tido antes. Força da natureza, tornado, tempestade furiosa, coisa indomada, *Quarup*, lançado em 1967 – pouco mais de um século depois de *Iracema* – que é de 1865 –, recolheu o indígena brasileiro, romantizado no Segundo Império, e deixou-o vestido com suas tradições nuas, presença indestrutível em nossa Cultura. Pegado a uma visão total do Brasil, apanha-o Antonio Callado numa hora de crise, num momento heroico e de luta em que nossa gente se dividia perante o autoritarismo que nos era imposto, alguns achando a situação transitória, outros opinando que, sem luta, essa transitoriedade poderia tornar-se permanente, pelo menos tão permanente ao ponto de engolir duas ou mais gerações. Sabe-se hoje que o romance *Quarup* foi um dos mais contundentes instrumentos dessa oposição. Nele havia também, contudo, ou *pour cause*, o traço de misticismo que despontara em *Assunção de Salviano* e *A Madona de Cedro*. O personagem principal do romance não apenas é um padre católico, imerso no combate ao arbítrio, mas também interessado em discussões maiores sobre a vida religiosa, como a de possível crença matriarcal numa verdadeira matriologia, uma preeminência mariana sobre qualquer outra figura do calendário hagiológico da Igreja Católica, na certeza de que Maria, a Virgem, não é superada sequer pela divindade. Trechos de Antônio Vieira aparecem nas discussões sobre o assunto, quando personagens citam palavras do pregador a respeito.

Não se tenha, por isso, a ideia de que Antonio Callado haja escrito, em *Quarup*, um tratado teológico. O romance apresenta, na verdade, um estilo revolucionário, de que o indígena brasileiro faz parte, junto com uma classe média intelectual que, a exemplo de seu equivalente em outros países da América Latina, resolve intervir na composição dos quadros decisórios de cada um. Sob esse aspecto, em *Quarup*, o Brasil se levanta, de corpo inteiro, para julgar e enfrentar uma perigosa ameaça à liberdade.

Cassado em 1969, lança o romancista, dois anos depois, o romance *Bar Dom Juan*, em que a geração dele, e minha, fala pelo Brasil. Outras narrativas se acrescentariam à sua obra – *Sempreviva*, *A Expedição Montaigne*, *Concerto Carioca*, além de um policial, *Memórias de Alberham House*, em que, num regresso ao passado, usa Londres como espaço da história. Achava Callado que seu melhor livro era o que veio a publicar em 1976, *Reflexos do Baile*. Com ele concordo, principalmente por causa da linha poética e do estilo novo com que analisa

um tempo e seus desencontros. É romance de uma perfeita estrutura ficcional, que deverá ser mais agudamente compreendido no decorrer do século VI da nossa era particular. Dos menos citados dos livros de Callado, *Retrato de Portinari* é uma obra singular. Panegírico diferente, nela a figura do nosso grande pintor assume o aspecto, correto e concreto, do artista que vive para cumprir sua missão de pintar e, através dela, contribuir para, como diria Teilhard de Chardin, hominizar o homem. A escolha de Portinari para escrever sua única biografia revela o temperamento de um escritor em sua afinidade com um mestre da pintura que dizia: “O artista é um homem diferente dos demais, pois retém a visão de uma criança.”

Esta era também a visão de Antonio Callado, e sabemos que é na infância que sentimos com mais veemência a falta de justiça – e com mais barulho lutamos contra ela. Acima de tudo, é com os olhos da criança que percebemos a nudez do rei.

Formou Antonio Callado, com Ana Arruda Callado, um casal de escritores, dos muitos que temos tido na Literatura Brasileira, de Raimundo Magalhães Júnior e Lúcia Benedetti a Jorge Amado e Zélia Gattai.

Chego à Academia numa data que faz parte da minha memória pessoal. Pois há 42 anos – em 12 de setembro de 1955 – conheci Zora, Zora Seljan, que se tornou minha mulher. Antigo ditado popular parece ter recebido o acréscimo de uma palavra ultimamente. Este: atrás de todo homem realizado há sempre uma grande mulher. Agora a frase é: atrás de todo homem realizado há sempre uma grande mulher – exausta. Creio que, nesse particular, nossas tarefas foram sempre levadas a efeito com alegria, e a dois. Num dos nossos aniversários de casamento, um grupo de amigos promoveu jantar ao fim do qual muitos fizeram discursos, em geral curtos. O de Zora foi curtíssimo. Disse: “Muito obrigada, Antonio Olinto, por me ter feito rir durante 40 anos.”

Tempos de mudança eram aqueles em que a geração a que pertencemos começou a escrever e a dizer ao que vinha. Chamaram-na de “geração 45”. Exatamente em 1945, fundamos – Antonio Fraga e eu, com Luciano Maurício, Ernande Soares, Aldyr Custódio, Hélio Justiniano da Rocha e a participação de Levy Meneses, Paulo Armando e Maria Elvira Pires de Sá – um Grupo Malraux, que montou, no Rio de Janeiro, em 10 de maio daquele ano, uma exposição de Poesia. Veja-se a data: dois dias após o fim da guerra na Europa. André Malraux significava, para nós, o equilíbrio entre a medita-

ção e a ação. Terminava também naquele ano o ciclo Getúlio Vargas, iniciado em 1930 e institucionalizado a partir de 1937.

O desejo de unir a ação à meditação pode ter sido a marca de nosso tempo. Possivelmente a marca de 1945. O mesmo desejo pode ter-me conduzido à África, onde se acha uma das matrizes da alma brasileira.

Para escrever meu livro mais recente, *Alcacer-Kibir*, fiz extensas pesquisas, inclusive na crônica “Jornada del-rei D. Sebastião à África”, na qual encontrei diálogo entre o rei e D. Álvaro da Silva, Conde de Port’Alegre. Tentava este dissuadir D. Sebastião de invadir a África e pôr em perigo a segurança de Portugal. Indignado, o rei exclamou: “– Que coisa sois os homens?” Ao que D. Álvaro retrucou: “– Sabe Vossa Majestade que coisa são os homens? É que não há rei sem eles.”

Há momentos em que precisamos perguntar: que coisa somos os brasileiros?

Antes de tudo, somos uma cultura mista. Com isso, quero dizer que somos uma cultura internacionalizada. Nossa raiz-mater, Portugal, deu-nos uma linguagem e uma linhagem. O segundo elemento constitutivo da Cultura Brasileira, o indígena, legou-nos aquilo que Lévi-Strauss chama de “pensamento selvagem”. Pensamos selvagemmente. O pensamento selvagem pensa diferente. O pensamento selvagem é. O pensamento selvagem esfacela a dicotomia sujeito-objeto. A mente que pensa, diante do objeto pensado, transforma-se naquilo que pensa, passa imediatamente a ser a mesa, o rio, a mandioca, a flauta, a dança.

O africano, parte integrante da Cultura Brasileira, está conosco, geograficamente, há milhões de anos. Pois há milhões de anos, antes da separação dos continentes, a parte saliente do hoje Brasil vivia encravada na reentrância da África Ocidental de agora. Somos, assim, Brasil e África, por diferenças que possam existir nas características de raça, hábitos, ritmo de desenvolvimento, na História e nas instituições de cada parte separada – somos assim, repita-se, o mesmo chão, pertencemos a húmus de calor idêntico: a África é a outra face geográfica do Brasil.

Quando lá moramos, Zora e eu, nas andanças que empreendemos – pesquisando, fazendo conferências, encontrando gente –, se nos interessava identificar algumas raízes africanas do Brasil, acabamos por também achar raízes brasileiras na África. A partir de Lagos, capital da Nigéria, onde estivemos de 1962 a 1964, foi fácil verificar a influência brasileira numa série de aspectos, como a Arquitetura, a Religião, a Língua, a Alimentação, as Festas, o Folclore.

O grande espanto que a Nigéria e o Benin provocam no brasileiro é a existência, em Lagos e em Porto Novo, de bumbas-meu-boi, estruturados e amados por grande número de descendentes de ex-escravos brasileiros. Ainda hoje há um grito de guerra em ruas de Lagos quando o bumba-meu-boi sai, com gente exclamando: “Olá-lá-lá, brasileiro está na rua.”

Na África, senti-me fisgado, arpoado, preso, marcado para o resto da vida. Por onde caminhei depois, comigo veio a África, com sua quentura, suas cores, sua gente, seus cheiros, seus gestos, seu ritmo.

Essa presença africana, intensamente vivida, juntou-se à minha infância e adolescência passadas em seminário católico, preparando-me para ser padre, o que me tornou impermeável a muitas vaidades. Conversando certa vez com Alceu Amoroso Lima, tentei explicar-lhe por que nem sempre certas benesses me alegravam tanto quanto deviam. É que, depois de ter desejado o sacerdócio, com a certeza de que iria ser intermediário entre Deus e os homens, com o poder de perdoar pecados, tudo o mais parece pequeno. As duas experiências, a do seminário e a da África, se completaram, dando-me a convicção de que não podemos continuar esmagados pela injustiça e pela discriminação que nos cercam.

Estamos na Casa que norteia e orienta, analisa e impulsiona, discute e concilia, honra e enobrece. Estamos no fim de um século e de um milênio, do século XX para todos e do século V de Oliveira Vianna.

A nossa geração – que nos abrange a todos, dos mais jovens aos menos – terá de usar total determinação no esforço de criar condições, reais e imediatas, para que toda a nossa população possa participar integralmente das produções do País, do pão à Poesia.

Senhores acadêmicos, sou-vos grato pela escolha de meu nome para membro efetivo desta Casa e por me haverdes, com isso, permitido acesso ao que de imortalidade possamos tirar do tempo. Chego a este momento pela mão de Geraldo França de Lima, escritor que, desde o romance *Serras Azuis*, nos anos de 1950, já marcara seu lugar na lista das obras permanentes da Ficção Brasileira. É alegria e honra ser por ele recebido em vosso nome.

Diante de vós, talvez se possa imaginar como será o Brasil do futuro. O pensamento múltiplo, diversificado, conservador ou novidadeiro, que esteja conosco, sugere a invenção de um modo de ser brasileiro, que já existe, mas pode precisar de novas contribuições e acertos. Foi o que senti ao ler, antes da posse de hoje, quase uma centena de discursos feitos por acadêmicos de ante-

ontem, de ontem e de agora. Neles vibra uma agitação permanente que nos indica mais uma direção do que uma estrada. Para levarmos esse movimento à frente, teremos de escrever. É nosso chamado, é o nosso mistério, é a nossa única vitória contra o tempo.

Em 12 de setembro de 1955, uma escritora e um escritor se conheceram no Rio de Janeiro e desde então dedicaram seus livros um ao outro, em amorosa reciprocidade. Dirijo, por isso, a Zora, neste final de minha fala, uma frase também curta e simples: “Muito obrigado, Zora, por ter me feito escrever durante 42 anos”.

II

RESPOSTA DO SR. GERALDO FRANÇA DE LIMA

Sr. Antonio Olinto,

Desde que, nas condições em que me encontro, me convidastes para receber-vos no instante de vossa sagração acadêmica, implicitamente dispensastes um discurso que, pela forma, pelo conteúdo, pela essência, pelo brilho e pelo esmero de sua composição artística, estivesse à altura da pompa e da gala desta noite em que vos tomais consórcio ilustre desta centenária companhia.

Tentei declinar deste momento que, se para mim é honroso, para vós inesquecível. Fostes mais forte do que eu e agora aqui me tendes. Chegais a esta Casa pela cuidadosa e laboriosa obra literária que vindes realizando com paciência e carinho através de uma longa jornada inteiramente dedicada à Cultura e ao amanhã das Letras.

Curiosas e inexplicáveis as estradas de nossa vida, a princípio nos parecem retas, destorcem, bifurcam nas surpresas que se justificam sob o vasto espaço que se chama acaso.

Sem dúvida o que surge em determinado instante, num célere faiscar de olhos, se amplia num acontecimento transcendente com repercussões posteriores.

Será acaso, será destino?

Sem querer entrar em contradições teóricas, inclino-me pelo livre-arbítrio, porque temos a capacidade de escolher, de discernir. Incontestavelmente um mistério envolvido nas brumas desvia nossos passos, e, por mais que queiramos obedecer à orça imaginada, nos desligamos do rumo que tencionávamos seguir.

Será o encontro do homem consigo mesmo ou a situação apontada por Guimarães Rosa referente ao aventureiro que, ao iniciar a nado a travessia de um rio, assinala no barranco o ponto em que quer chegar e, no entanto, vai dar metros além.

Como as águas que o levaram, as circunstâncias de nós se apoderam e teimosamente nos arrastam.

Será isto fatalismo?

Não – respondo eu.

É a vocação que como um botão de rosa vai crescendo, vai constituindo-se, vai compondo-se até triunfalmente abrir-se na beleza espontânea de uma flor.

Um poeta de Minas Gerais, Honório Armond, a quem caberia justa nomeada nas Letras Nacionais e que preferiu ocultar-se na paz bucólica das montanhas de Barbacena, encontrou também o mistério que se esconde nas brumas e nô-lo revela nestes versos que não são de protesto, mas ao contrário de tranquila aceitação:

Fatalidade em vão nós te evitamos!
Em vão traçamos nós retos caminhos
Mas de que servirão nossos reclamos
Se estes caminhos pelos quais nós vamos
Enche-os tu de meandros e de espinhos?

Deduz-se que para o poeta os meandros são desvios imperceptíveis e os espinhos o embate que se dá dentro do próprio eu.

Sentia-o também Goethe no *Fausto* ao afirmar que duas almas viviam no seu peito. Talvez o bem e o mal, o sim e o não.

A maior luta de um homem é consigo mesmo entre querer e realizar, insistir e não conseguir. Triunfa aquele que atende à sua vocação. *Vocatur*, ser chamado, e para as Letras, Sr. Antonio Olinto, fostes sorteado. De uma forma lenta, ouvistes os sonidos longínquos da vossa chamada.

Muitas voltas destes, estágios e tentativas, mas enfim nas Letras vos realizastes numa obra peregrina e copiosa.

No capítulo das guerras púnicas, Cipião, o Africano, deixou na Ibéria contingentes romanos de soldados e mercenários misturando o *sermo castrensis* e o *sermo plebeius* com os elementos fonéticos locais de onde nasceu o linguajar

das Hispânicas e deste a nossa Língua. Quando Portugal se constituiu, a Língua já se revestia de roupagens próprias numa evolução lenta e contínua.

No século XV, os portugueses se fizeram aos mares d'outrem nunca navegados, e a Língua depois de ter passado pela África chegou à Ásia e desembarcou na Terra de Santa Cruz.

No século XVI, Camões, o maior épico da Renascença, salvando das águas revoltas do oceano os *Lusíadas*, salva também a Língua Portuguesa e dá-lhe foros de beleza, de suavidade, de independência, de “turba de alto clangor”, tornando-a cantante e forte.

Sr. Antonio Olinto,

Esta Língua é o nosso instrumento de trabalho e é ela que vos traz de Ubá a esta Academia secular.

Meu caro consócio,

Ambos somos mineiros, e basta esta circunstância para que entre nós se estabeleçam laços estreitos e indestrutíveis de afinidades plurais.

A Cultura Mineira, eu diria, os hábitos mineiros são simples, mas revelam peculiaridades alicerçadas na sua psicologia e na sua estrutura social. O mineiro é o homem da convivência amena, ama a ordem e detesta o que lhe parece espalhafatoso, contrário à sua maneira de ser. Gosta da fartura e do adorno do seu lar, é prudente e reservado.

Em pleno regime colonial, sopita em Minas um núcleo cultural em que esplendem a Pintura, a Arquitetura, a Escultura, a Literatura e a Música Barroca. A mais antiga orquestra de toda a América nasceu em São João del Rei e até hoje existe.

Os seminários instituíram o gosto pelo Latim, e Saint-Hilaire registra as casas da província em que se ouvia fluentemente o Francês.

A história política de Minas se inicia com a Inconfidência. Preservamos o respeito a uma noção verdadeira de todas as atividades, mas, se as circunstâncias impõem aos mineiros a restauração da lei desrespeitada ou da ordem ameaçada, não fugiremos à luta, e ainda mais uma vez Guimarães Rosa com precisão habitual: “Mas sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, peleja e faz.”

O mineiro sente fascinação pela Literatura, tem um xodó pelo poeta, pelo orador, pelo escritor, parecem-lhes seres privilegiados. A Academia tem para ele a altitude de um Olimpo. De resto, as academias constituem uma das mais belas tradições de nossas Letras. Mal se formavam na Europa, não tardou, repercutiram no Brasil, e vamos encontrá-las na Bahia e no Rio. Grêmios ingênuos formados por espíritos simplórios dominados por um acendrado respeito às Letras. Só esta motivação absolve seus modestos membros de qualquer pretensão vaidosa. A Academia significava para eles a nave de um templo onde se pudesse homenagear a deusa das Letras.

A França ensaiava seu domínio intelectual sobre o mundo, quando despontou a sua Academia.

Organismo composto de homens com suas fraquezas e suas exaltações certamente terá claudicado na escolha de seus membros.

Vultos preclaros por motivos que a lógica não explica não lograram o assento naquela loja literária.

Alguém que jamais conheceu o sucesso assim redigiu seu magoado epitáfio:

*Ci gît Pirron qui ne fût rien
Pas même academicien.*

As investidas sem razão e com perfídia não cessavam de alvejar a Academia Francesa, e então um dos seus membros compôs com graça e humor estes versos precisos:

*Quand nous sommes quarante,
Tout le monde se moque de nous;
Alors que nous devenons trente et neuf
Tout le monde est à nos genoux.*

Há cem anos, ao cabo de várias tentativas, Lúcio de Mendonça e Medeiros e Albuquerque fundaram esta Casa, que também teve seus adversários e detratores, cujos nomes se esfarelaram na esteira do tempo.

Nossos cem anos representam um quinto da existência do nosso País.

Hoje, mais do que nunca, faz-se mister a vigilância atenta na defesa dos valores superiores e sociogeográficos de nosso idioma em face da permissividade antissintática, com que a alvejam os meios de comunicação.

Nada mais procedente do que a aspiração de um autor à auréola acadêmica. Todo aquele que preza a sua obra deseja vê-la aceita pelo voto deste colegiado. Longe de ser elitista, longe de posições predispostamente sectárias, a Academia Brasileira de Letras, esta a que ora pertenceis, ainda que pareça um paradoxo, é a mais democrática de todas as instituições nacionais. Não opõe veto à inscrição de qualquer pretendente, e aqui dentro não se formam núcleos de apoio ou células de conspiração contra um candidato. Lêdo Ivo afirmou que um candidato pode ser estadista, diplomata, militar, máximo homem de letras, cientista, clérigo, magistrado, mestre de finanças, mas que, uma vez eleito, passa a ser única e exclusivamente acadêmico.

As universidades se formaram sob a evocação da *alma mater* e a Academia sob a evocação do espírito acadêmico, que é simples, ou seja, a convivência harmoniosa e a rigorosa fidelidade às Letras.

Sr. Antonio Olinto,

Vossa paixão pelas Letras inicia-se no lar materno, pois que, para espanto de vossa família, aos três anos conheceis as letras do alfabeto e precocemente já formáveis frases com sentido nítido e completo.

Nascestes em Ubá, na mata mineira onde a fazenda constituía a maior expressão econômica do município. No tempo da monocultura, os campos retinham o homem, as cidades eram tranquilas, hospitaleiras e risonhas.

Fostes estudar no Seminário de Campos, passastes para o de Belo Horizonte e, finalmente, completastes vossa preparação eclesiástica no Seminário de São Paulo. Mas não vos sentíeis capaz de assumir o sacerdócio católico e em boa paz com a Igreja o deixastes. Viestes para o Rio e na sequência natural dos fatos, dono de invejável formação humanística, fostes lecionar. Estabelecido nesta cidade, organizadas as vossas atividades de magistério, pudestes então convosco encontrar e abraçastes a carreira das Letras, que tem sido o vosso pão e o vosso vinho. Apareceis organizando uma exposição de Poesia sob a égide de Malraux, e este acontecimento lítero-artístico ocorreu dois dias após o término da guerra de 1939. Em 10 de maio de 1945, dáveis o primeiro passo no caminho da Arte Literária.

Crítico, poeta, contista, romancista, ensaísta, conferencista, biógrafo e jornalista, vossa atividade neste campo não sofreu solução de continuidade.

Vosso talento na Crítica foi imediatamente reconhecido, e no jornal *O Globo* mantivestes uma coluna privativa, “Porta de Livraria”, em que comentáveis autores, muitos principiantes, assustados e apreensivos.

Era no tempo dos grandes suplementos literários, e a sua leitura aos sábados e domingos se impunha como festa da inteligência.

Fostes um crítico analítico, impessoal e imparcial, jamais vos deixastes levar pela emoção. Soubestes com habilidade separar o escritor da sua obra. A pessoa física do autor não vos interessava, queríeis conhecer, analisar a peça escrita. Nunca deixastes de salientar os elementos afluídos. Mesmo discordando, vossa sentença era polida, acaso encorajadora, respeitando a capacidade criadora de todo aquele que não temia atirar-se no torvelinho da audácia.

“Porta de Livraria”, sem negar ou desconhecer outros méritos, é das marcas mais expressivas da vossa atividade de beletista. No vosso magnífico trabalho sobre André Gide, manejaes a pena com um profundo conhecimento da matéria, porque o estudado apresenta muitas vezes, na sua obra, aspectos que aparentemente se chocam, mas ao contrário possuem uma fluidez reta e contínua. André Gide foi e será sempre uma presença marcante.

Sois grande no Conto. Não há gênero que demande tantos cuidados como requer o Conto, como um relógio de peças mínimas em que cada uma destas tem de ser rigorosamente encaixada, tal como a palavra certa, na sua colocação precisa, pois ao contrário se perderia o equilíbrio narrativo.

Na Poesia, vosso estro nada fica a dever ao estro de nossos grandes poetas. Considero a Poesia Brasileira das mais belas e tocantes. Observava Bernanos que a terra brasileira, por seus atrativos, pelo seu telúrico poder de assimilação e sobretudo pela suavidade da nossa alma, é uma sugestão permanente ao verso. Quem lê vossa poesia não a esquece, porque ela envolve o leitor numa intensa emoção.

Vossa poligrafia literária compreende conferências em que versais temas atraentes intimamente ligados à nossa terra. Centenas de palestras vindes pronunciando, posso dizer sem exagero, nas universidades da América, da Europa, da Ásia e da África.

Com uma fertilidade impressionante, nunca vos repetistes. Se a originalidade não é fácil, sabeis de tal modo trabalhá-la, que nas vossas mãos constantemente se renova.

Poliglota, soubestes traduzir com fidelidade o texto vernáculo sem contorcê-lo, nem alterá-lo.

Como adido cultural em Lagos e em Londres, divulgastes, com incessante atuação, não só os escritores como igualmente o Brasil em toda sua formação econômica e cultural.

Sr. Antonio Olinto,

Tendes praticado todos os gêneros da Literatura, tão vasta e comprida é a vossa obra que só por amostragem posso inseri-la nesta saudação. Tenho para mim que o fulgor do vosso talento criador se acusa na prosa dos vossos romances, todos eles revestidos da característica essencial – a forma, o tema e a mensagem. Transportais para cada um deles não só experiência e vivência, mas ainda o poderio de vossa imaginação, sabendo criar um universo fictício que perfeitamente se aproxima da realidade. Vosso romance *Copacabana* é uma fotografia tão bem tirada, tão bem revelada, que não necessita de retoques. O *Cinema de Ubá* retrata não só a casa de projeção daquela cidade, mas os cines de todas as cidades interioranas – o filme, o piano, o violino. Esse cinema é parte integrante de vossa infância. Propriedade de vosso pai, para lá leváveis vossos companheiros daquela quadra.

Extraordinário veículo de cultura o cinema, tanto o mudo quanto o sonoro!

Tempo de Palhaço é a realidade de braço com a fantasia. O mineiro de Piau deixa Minas, vai para Paris, se envolve nas manifestações estudantis de protesto a propósito do 14 de julho e acaba matriculando-se numa escola de palhaço em Londres, integrando-se na nobre profissão que só deseja fazer o bem através do riso.

Sr. Antonio Olinto,

Em 1961, Tancredo Neves vos nomeou adido cultural em Lagos. Por sua natureza um cargo de divulgação da inteligência brasileira, não vos esquecendo de vossa obrigação primacial, mergulhastes na alma da África, continente espoliado.

Iniciada a colonização da América Atlântica, o negro foi trazido para cá como escravo e força de trabalho.

A ambição argentária reduziu a África numa praça de negócios, explorando todas as suas fontes de riqueza, desde as minerais até a maior, que é o homem. Ignoraram os valores estruturais da raça camítica, a força de seus elementos morais, com suas lendas, com sua religião, com suas tradições tão fortes que, apesar da escravidão, se mantiveram acesos e sobrevivem até hoje em toda a América.

De vossa ternura pela África, nasce a trilogia *A Casa da Água*, *O Rei de Keto* e *Trono de Vidro*, que formam a saga de uma das mais belas aventuras com o espírito de uma gesta moderna. Extraordinária sequência de fatos que tiram a escrava do Piau com sua família e a levam de volta à África com os seus.

Sancionada a Lei da Abolição, se deslocam daquele lugarejo e tomam na Bahia um veleiro que durante seis meses ara os mares que levam à Nigéria.

Travessia de “tanta tormenta e tanto dano” com a morte apercebida. Tudo suportaram com estoicismo, porque a viagem da esperança compensa todos os males.

Mariana, que foi escrava, imediatamente se integra nas suas origens, e a ideia de construir um poço para vender água torna-a tão rica e poderosa que passa a influir na vida da nação.

O segundo romance da trilogia é *O Rei de Keto*. A neta de Mariana, também chamada Mariana (filha de Sebastian), estuda em Paris e volta à África, onde faz amizade com Abioran, mulher de mercado, e resolve acompanhar as mulheres que nos quatro dias da semana iorubá mudam de cidade em cidade para vender nos mercados locais, voltando no quinto dia ao mercado n.º I, situado em Keto, reino de onde vieram escravos para o Brasil. Com estes, veio também a religião dos Orixás. Abioran sonha em ver seu filho rei de Keto.

No terceiro romance da trilogia, *Trono de Vidro*, depois da morte de Sebastian, o país chamado Zorei cai nas mãos de uma série de ditadores. A filha, Mariana, resolve enfrentar o último deles e candidatar-se à Presidência da República do Zorei. Organiza um partido, faz a campanha e durante esta o ditador morre num desastre de avião; Mariana é eleita presidente e como tal vai às Nações Unidas e na volta aceita convite para visitar o Brasil. Vai ao Piau, terra da avó, hospeda-se como presidente onde sua avó foi escrava. De volta ao seu país, é vítima de um atentado político, mas não morre, e o

romance termina com as meditações de Mariana, a presidente, ao lado de sua avó, a velha Mariana, agora com 98 anos.

A África que conhecíamos antes da vossa trilogia era o continente dos predadores, dos matadores de elefante, dos desalmados exploradores do negro, enfim a África inviável ou então só possível se se submetesse ao guante dos colonialistas insaciáveis.

Sr. Antonio Olinto,

Sois um africanista que traçastes da África um perfil exato, defendeis os valores da cultura local, dais-nos uma África humana, esperançosa de viver em paz com seus mitos, com seus deuses, com suas tradições.

Vossa atividade é incansável. Não há muito elaborastes uma história da Literatura Brasileira em que mais uma vez mostrastes vossa capacidade de reflexão, de análise e de julgamento, que se inclui na vossa folha de serviços às Letras Brasileiras. Publicada na Itália, não só alcançou sucesso como se tornou fecunda fonte de informações.

Vossa obra está traduzida em todos os continentes, em dezenove línguas, discutida, comentada em mais de setenta universidades, e, sem exagero, sois um dos brasileiros mais lidos no exterior. Possuís o raro dom de saber comunicar-vos não só no vernáculo, quanto em Inglês, Francês, Espanhol e Italiano, que com sobrançeria dominais.

Na Inglaterra, fundastes um jornal em Língua Inglesa, *Brazilian Gazette*, veículo de curso rápido e com seleta receptividade.

Fui, como fostes, professor de História, já estudada sob os postulados modernos, que afastam a narrativa e exigem o debate profundo da razão dos fatos. Na sua apreciação, tanto fria quanto objetiva, Chesterton, tão amado e querido por nosso inesquecível Alceu, ensina que só existe uma lei histórica, o imprevisto.

Sem dúvida, por mais que veladamente a Espanha viesse conspirando contra a independência de Portugal, jamais se admitiu que um dia o Velho Reino, por um inesperado erro na batalha de Alcacer-Kibir, favorecesse às artinhosas maquinações da corte de Madri. Este episódio histórico desenvolveis no vosso último romance, *Alcacer-Kibir*. Soubestes escrevê-lo com maestria, fugindo da seca efabulação. Nele introduzistes ajustadas linhas de ficção, sem, contudo, prejudicar aquele imprevisto estratégico no

solo da África, que tão fortemente beneficiou o Brasil, eliminando a linha de Tordesilhas, que reduzia o nosso território a pouco mais de dois milhões de quilômetros quadrados.

As vossas páginas emocionam tanto, como as aventuras fantásticas da trama e dos rasgos dos destemidos enamorados da morte.

Sr. Antonio Olinto,

Vossas atividades gerais não se cingiram ao nobre ofício de escritor, se bem que esta foi a linha norteadora de vossas ações.

Diretor do Serviço de Documentação do Ministério da Viação, criastes ali um instrumento de divulgação, a revista *Brasil Constrói*, em Português, Francês e Inglês, e mais adiante publicastes igualmente ricos volumes daquela secretaria de estudos sob a adequada denominação “Coleção Mauá”.

Preocupado com a dificuldade de autores encontrarem seus editores, tivestes a iniciativa de instituir prêmios literários e dentre esses o Walmap, até então o de maior valor econômico, com larga repercussão nacional e mesmo internacional.

A Academia Brasileira de Letras vos observava com interesse e na primeira oportunidade vos concedeu o prêmio Machado de Assis, reservado para o conjunto de obras.

Na vossa caminhada ascensional, tendes tido ao vosso lado extraordinário vulto de mulher, a vossa mulher Zora Seljan.

Escritora, também polígrafa, também teatróloga, com peças encenadas em Londres, coroadas de justo e merecido sucesso.

Possuidora de grande cultura, soube entender-vos e compreender-vos, proporcionando-vos sobretudo um lar feliz. Sempre junto de vós, tem sido a estrela que ilumina vossos caminhos. Administradora eficiente, está ao vosso lado na direção do jornal *Brazilian Gazette* e jamais permitiu que nas horas difíceis, comuns a todos os homens, o desânimo vos dominasse.

Mineira de Ouro Preto, pode sentir-se orgulhosa de ser conterrânea do árcade Cláudio Manuel da Costa, podendo para seu gáudio repetir:

Destes penhascos fez a natureza
O berço em que nasci...

Vossa mulher e vós vos completais numa afinidade que vos mantém unidos.

Sr. Antonio Olinto,

Nesta noite, a Academia Brasileira de Letras se engrandece, pois vem nela conviver um espírito de autêntica formação humanística, de extraordinária atividade intelectual, de rara sensibilidade que moldura seus livros com o mais puro labor artístico.

Esta Casa está feliz, porque de agora em diante é também vossa.

Discurso do
SR. CELSO FURTADO

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária
do dia 31 de outubro de 1997*

I

DISCURSO DO SR. CELSO FURTADO

Sra. Presidente da Academia Brasileira de Letras,
Senhoras e senhores acadêmicos,
Minhas senhoras, meus senhores,

Tornou-se lugar-comum falar de Homem do Renascimento a propósito dessas personalidades que marcam um certo momento da formação de uma cultura, ocupando um espaço que amplia o horizonte daquilo que seus contemporâneos admitem como possível.

Esses indivíduos excepcionais são, com frequência, inconformados e revoltados, e quase sempre infensos às regras convencionais da convivência social. A capacidade de assimilar tais indivíduos indica a plasticidade de uma cultura e sua aptidão para avançar na criação de novos valores.

Em minha geração, conheci poucas figuras com esse talento proteico, e é com prazer que destaco dentre elas Darcy Ribeiro. Nessa opinião sobre a personalidade desse brasileiro tão singular, não estou sozinho. Recordo-me de que, nos idos dos anos de 1960, comentei com o grande antropólogo norte-americano Charles Wagley um livro recente de Darcy: “É muita audácia criar categorias para abarcar o processo civilizatório num horizonte de tempo tão amplo”, observei. E ele redarguiu sem vacilar: “Há pessoas que se podem permitir essas audácias: são os autênticos gênios”.

Wagley era um profundo conhecedor da obra antropológica de Darcy, e eu praticamente a desconhecia. Senti-me confortado na opinião a que chegara

intuitivamente de que Darcy era alguém que marcaria nosso País pelo pensamento e pela ação.

Meus primeiros contatos pessoais com ele deram-se no âmbito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em reuniões organizadas para debater o projeto de criação da Universidade de Brasília. Nessa época, eu já conhecia de experiência, como estudante graduado, as Universidades de Paris e de Cambridge, Inglaterra, e havia visitado as universidades de mais prestígio nos Estados Unidos. Estava, portanto, condicionado para aceitar modelos clássicos que cristalizam experiências de outras culturas. Esses modelos pouco interesse despertavam em Darcy, que tinha um propósito claro: criar uma universidade com a função prioritária de pensar o Brasil que estava emergindo do impacto da nova Capital em construção. Deveria contar com centros de excelência, mas, acima de tudo, teria de contribuir para repensar o País em rápida transformação.

Darcy estava convencido de que vivíamos um processo revolucionário e que à nova universidade cabia um papel importante nesse processo. O vigor e a originalidade do pensamento de Darcy vinham de que este se alimentava amplamente de sonhos generosos. Uma conversa que tive com Jean-Paul Sartre, que acabava de visitar Brasília, confirmou-me essa opinião. Referindo-se à concepção arquitetônica de Brasília, Sartre observou: é esplêndida, mas destina-se a uma sociedade que não existe no Brasil. O sonho de Darcy era o mesmo de Oscar Niemeyer. E como não reconhecer que são esses sonhadores que preparam as sociedades para as lutas, que produzem suas melhores conquistas?

Essas impressões se firmaram pouco tempo depois, quando participamos da experiência de governo parlamentarista no gabinete Hermes Lima. Coube-me, como ministro do Planejamento, preparar o projeto de plano de governo que serviria de plataforma à campanha eleitoral do presidente João Goulart, visando restaurar o regime presidencial. Nessa época, já se admitia como evidente que o Brasil somente superaria o subdesenvolvimento se realizasse reformas estruturais profundas.

Uma das vantagens do governo de gabinete reside em que todos os ministros são corresponsáveis das decisões mais importantes e trabalham em equipe para superar as divergências e acordar seus pontos de vista. Integram esse gabinete ministerial pessoas de elevado nível intelectual e competência técnica, como os engenheiros Hélio de Almeida e Eliezer Batista da Silva, o

economista Otávio Dias Carneiro, dentre outros. Darcy Ribeiro ocupava a pasta da Educação.

Houve, de início, um intercâmbio de opiniões em torno da política a ser seguida e das metas a serem propostas. Abri o debate fazendo algumas ponderações metodológicas e introduzi o conceito econômico de custo de oportunidade: havia que partir de uma estimativa do volume global de recursos com que poderia contar o Estado, uma vez definido o esforço de poupança que se pretendia requerer da sociedade. Não se podia perder de vista que o montante de recursos destinados a um setor condicionava a disponibilidade de recursos dos demais setores.

Como coordenador, eu sugeri que cada ministério institísse um grupo de trabalho para preparar seu próprio projeto de plano setorial. Posto que ainda não dispúnhamos de uma estimativa global de recursos, eu me permitia recomendar que começássemos trabalhando com duas hipóteses: uma de metas máximas e outra de metas mínimas a alcançar.

Lembrei que o ingrediente “tempo” desempenha papel fundamental no planejamento e que num mundo em rápida transformação, como o da Economia Brasileira, ter na devida conta essa variável é particularmente difícil.

Quando iniciei a análise dos projetos de planos setoriais, fui agradavelmente surpreendido pelo esplêndido trabalho realizado pela equipe de Darcy. A reflexão introdutória sobre o papel estratégico da Educação num projeto de autêntico desenvolvimento econômico e social revelava uma percepção profunda das especificidades de nossa Cultura e, em particular, de traços acabrunhantes de uma herança histórica com raízes na escravidão.

Mas não me escapou o irrealismo dos objetivos colimados: as metas mínimas de Darcy superavam os valores máximos com que eu trabalhava e que deveriam ser rebaixados em face dos constrangimentos financeiros que começavam a se manifestar. Tudo o que ele fazia estava impregnado do sopro utópico que emanava de sua imaginação. Minha formação de economista prevenia-me contra o uso imoderado da fantasia. Hoje me dou conta de que a diferença essencial que existia entre nós dois estava em que eu tinha percepção crítica da nossa realidade social, mas dela partia e a ela me adaptava, ao passo que Darcy a rejeitava e alimentava a esperança de transformá-la radicalmente.

Darcy Ribeiro foi o primeiro pensador que, entre nós, partiu dos processos de *desestruturação* para captar o sentido global da formação de nossa Cultura. Afastando-se do que era corrente no mundo universitário, ele não se armou de conceitos e teorias legitimadores do saber científico de sua época para abordar a realidade social que o preocupava.

E isso, graças a uma circunstância particular: o seu *Weltanschauung* filosófico era derivado do Marxismo, e este era de escassa valia na análise das estruturas tribais objeto de seu estudo. Mas o Marxismo vacinou-o contra a visão sociológica funcionalista que prevalecia em sua época, e isso permitiu-lhe ver como tragédia histórica os processos de deculturação entre os remanescentes dos povos indígenas que observou de perto. Sua visão dos primórdios de nosso processo histórico está marcada por esse ingrediente de tragédia que é a hecatombe de valores que caracteriza a formação inicial da Cultura Brasileira.

“Nas sociedades nacionais originadas de feitorias” – nos diz Darcy, referindo-se ao que ele chama de *Povos Novos* –, “a Cultura se plasma como uma criação espúria porque nasce condicionada pela dominação colonial”.

Ele nos explica que o negro e o índio eram “desumanizados” ao serem tratados como coisa ou como bicho. Assim, a Cultura Brasileira só tem como constantes “seu caráter espúrio, sua condição de cultura defasada e as consequências vicissitudes de uma cultura alienada”.

Esse quadro de denúncia e de revolta surge como pano de fundo de uma visão positiva daquilo que ele chama de “cultura vulgar”, na qual se manifestaria “a força criativa do povo brasileiro”.

“Foi por meio dessa cultura vulgar – recheada de elementos indígenas e africanos – que o povo brasileiro edificou, com os pobres tijolos e cimentos de que dispunha, a Cultura Nacional no que tinha de assentado na terra e de significativo para toda a população” – nos diz Darcy.

Em contraste com essa visão positiva do povo, esboça-se uma outra, negativa, das classes dominantes que seriam alienadas, portanto, inconformadas, “cegas para os valores de sua terra e de sua gente”, e inaptas para propor-se um projeto nacional de desenvolvimento autônomo.

Disso resulta que Darcy haja enveredado por um desvio intelectual, a exemplo de outros grandes pensadores do Terceiro Mundo. Ao adotarem uma Filosofia da História segundo a qual todos os povos estão destinados a um futuro radioso, sempre que disponham de uma classe social capaz de lide-

rar um processo revolucionário inovador, criaram eles a dependência com respeito ao advento dessa força transformadora e purificadora da sociedade.

Assim, os países de industrialização tardia, com classe trabalhadora industrial raquítica e grandes massas marginalizadas, passariam a depender de outras forças sociais para forjarem um projeto de autotransformação. Se as forças sociais dominantes são incapazes de produzir esse projeto, os respectivos povos estariam condenados a permanecer dependentes ou subdesenvolvidos.

Darcy percebe o impasse a que levava essa *démarche* intelectual. E por isso reconhece que o nosso futuro não pode ser outro senão a “integração na civilização industrial moderna”. E faz um último voto que o devolve à sua escatologia original, ao afirmar que estamos condenados a atuar, mais cedo ou mais tarde, como opositores históricos do sistema de dominação internacional que está longe da nossa dependência.

* * *

É de particular significação o fato de que Darcy haja coroado sua fecunda atividade com uma obra admirável de legislador no campo da Educação. Tudo o que ele realizou tem, com efeito, a marca do Mestre, preocupado em abrir caminhos construtivos às novas gerações deste País ainda em formação.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela qual ele lutou oito anos no Congresso Nacional – os últimos de sua vida “de lutas, de muitos fracassos e umas poucas vitórias”, como ele modestamente reconheceu –, essa lei traduz sua fé de que é pela Educação que cabe corrigir as deformações que nos vêm de uma herança histórica com raízes na escravidão. O investimento nas pessoas humanas – elevação do nível educacional do povo – é condição necessária, nos ensina ele, para cimentar as instituições democráticas, cuja solidez requer uma sociedade civil capaz de defender seus valores.

“É notório” – nos diz Darcy – “o fato de que a Educação Brasileira está muito aquém do desenvolvimento socioeconômico que já alcançamos, e constitui, por isso, fator de atraso e subdesenvolvimento que a nova Lei aponta caminhos para superar”.

Com sua fé no avanço das técnicas, ele chama a atenção para o ponto da nova lei que preconiza a Educação a Distância com base no uso das novas tec-

nologias didáticas do rádio e da televisão. Sempre prevalecia em sua visão utópica uma confiança entranhada no futuro de nosso País.

* * *

Mas não cabe refletir sobre a obra de Darcy Ribeiro sem levar em conta a prova decisiva a que ele foi submetido quando tomou conhecimento abruptamente de que os seus dias de vida podiam estar contados. Estávamos em Paris, onde eu era um professor exilado, e ele ministrava um ciclo de conferências, quando recebeu a notícia de que era portador de um câncer no pulmão e de que a única chance de prolongar a vida era aceitar o risco de se submeter à ablação desse pulmão o mais rápido possível.

Nessa época, ele se empenhava, nas condições adversas de um exílio que já se prolongava por cerca de um decênio, na construção de uma obra ambiciosa que teve seu primeiro pilar no *Processo Civilizatório*, publicado em 1968. Contou-me que interpelara o médico francês sobre o tempo de que poderia dispor para escrever uma obra que já tinha esboçada na mente. E acrescentou para mim: “sinto-me predestinado a escrever um livro que traduza a essência do trabalho intelectual que realizei em toda a minha vida.”

Lembro esse episódio para assinalar que Darcy, passados os 50 anos, considerava que o principal de sua obra ainda estava por vir. O formidável trabalho etnológico que produzira durante muitos anos, ele o realizou balançando-se na rede em aldeias indígenas, para usar suas próprias expressões.

A riquíssima experiência que acumulara de vivência no mundo dos índios o impregnara profundamente e o levava a pensar que estava preparado para aventurar-se na tentativa temerária de reproduzir em sua globalidade o sistema de valores de uma cultura indígena exemplar. Ora, esse sonho de muitos antropólogos jamais fora plenamente realizado.

Atrevo-me a pensar que foi a experiência de viver a morte antecipada que precipitou Darcy na maravilhosa aventura de montagem intelectual do edifício de uma cultura há milênios cristalizada, a partir do esboço de personagens captadas ao vivo. A comprovação de seu gênio está na intuição que o iluminou, de que, para realizar essa obra, deveria valer-se da dupla linguagem da Etnografia e da Ficção Literária, do que resultou essa criação vertiginosa que é *Maíra*. A desnorteante construção do romance se apoia no contraponto

de duas criaturas humanas desgarradas de suas matrizes culturais e em luta desesperada para recuperar a própria identidade.

A jovem loura – Alma – e o jovem indígena – Isaías – são levados por forças de um destino sem apelo, pois quem se desgarra de suas raízes culturais está perdido. Alma pensa encontrar a salvação realizando-se na plenitude como fêmea para quem nada que é humano é estranho, num retorno ao vigor da natureza primeva. Isaías perde-se como um sonâmbulo na tentativa vã de integrar o imaginário de duas culturas em uma mesma metafísica. E os dois são arrastados inexoravelmente à autodestruição, rejeitados pelos mundos místicos em que se haviam refugiado.

Combinar os recursos de duas linguagens – a filosófica e a literária – é experiência de que temos belos exemplos desde os *Diálogos* de Platão até o teatro de Sartre. Mas integrar duas linguagens que traduzem dois sistemas de Cultura, isto é, os valores de dois mundos essencialmente distintos é uma aventura intelectual, creio, sem precedente. Dou ênfase a essa constatação factual porque foi a partir dela que me convenci do valor universal da obra de Darcy Ribeiro.

* * *

Senhoras e senhores acadêmicos,
Senhoras e senhores,

O Patrono desta Cadeira – Fagundes Varela – figura em nossa História Literária como um romântico tardio. Quando ele, com menos de 20 anos, estreia com a publicação de poemas, em 1860, já estava amortecida entre nós a tradição byroniana, lembra-nos Antonio Candido. Contudo, esse lírico exaltado produziu em sua curta vida uma obra que inclui poemas de reconhecido refinamento formal e elevada inspiração.

Versos de extraordinária sonoridade em estrofes de rimas internas, como os seguintes:

Nas horas tardias que a noite desmaia,
Que rolam na praia mil vagas azuis,

A lua cercada de pálida chama
Nos mares derrama seu pranto de luz,

Eu vi entre as flores de névoas imensas,
Que em grutas extensas se elevam no ar,
Um corpo de fada, serena dormida,
Tranquila sorrindo num brando sonhar.

Fagundes Varela, que se consumiu com a intensidade de uma chama, foi marcado por profundo sentimento de brasilidade, sendo, portanto, um autêntico precursor de Darcy Ribeiro.

* * *

O fundador desta Cadeira II foi um antepassado meu, Lúcio Furtado de Mendonça, de quem possivelmente herdei os pendores memorialísticos, o gosto malsucedido pela Ficção Literária e uma irreprimível sensibilidade social. Esse socialista declarado empenhou-se na criação desta Academia, e certamente a ele mais do que a ninguém devemos a existência desta nobre Instituição.

Também tenho uma dívida para com o segundo ocupante da Cadeira II, o renomado jurista Pedro Lessa. Nos primórdios de minha formação filosófica, recebi forte influência positivista, que sempre considerei benéfica, pois, graças a ela, cedo percebi o valor do método das Ciências Experimentais. Mas foi lendo Pedro Lessa que também tomei contato com o pensamento de Kant e comecei a perceber que há mais mistérios no céu e na terra do que pensa a vã Ciência Natural, se me permitem a paráfrase.

O ocupante seguinte desta Cadeira seria Eduardo Pires Ramos, que faleceu antes de ser recebido. Sua reduzida obra foi celebrada pelo apurado estilo e fino uso da sátira. A ele se deve a iniciativa do projeto de lei que reconheceu esta Academia como Instituição de interesse público.

João Luís Alves, a quem coube a Cadeira que não chegou a ocupar Eduardo Ramos, notabilizou-se por sua oratória parlamentar.

Como para confirmar a amplitude do espectro de sensibilidades que abarca esta Casa, que vem de completar cem anos, ao sisudo João Luís Alves sucedeu o alegre trovador Adelmar Tavares.

Antecedeu Darcy Ribeiro o celebrado neurologista e refinado humanista Deolindo Augusto de Nunes Couto. Sua presença serviu por muitos anos para confirmar a imagem desta Academia como congregação de valores representativos da vida cultural de nosso País e não apenas como prestigioso cenáculo de letrados.

* * *

Senhoras e senhores acadêmicos,
Senhoras e senhores,

Estou convencido de que é cada vez mais modesto o papel que cabe a nós, intelectuais, nessa “tecnópolis” em que os homens ingressaram de forma irreversível. O homem moderno fez um pacto faustiano com a razão técnica, e seu destino parece cada vez mais determinado por forças que escapam a seu controle. O custo ecológico de nosso compulsivo avanço tecnológico se manifesta de forma alarmante. A Engenharia Genética está criando tanta incerteza sobre o futuro do gênero humano quanto aquela que a acumulação de artefatos termonucleares já havia engendrado.

Que as civilizações são mortais é uma advertência que nos fez Paul Valéry desde albores do século que se despede. Mas que a humanidade como um todo também seja mortal é algo que coube à nossa geração descobrir. Assegurar a sobrevivência da espécie será, no futuro, um objetivo maior da cooperação internacional.

Temos, portanto, de reconhecer que a paz e a cooperação entre os povos tornaram-se uma condição de sobrevivência.

Faço essas lucubrações para enfatizar a responsabilidade que nos advém coletivamente, como seres humanos, na construção de um mundo cada vez mais interdependente. O homem é uma força transformadora deste mundo. Cabe-lhe, portanto, parte de responsabilidade na descoberta dos caminhos que percorrerá. O avanço das técnicas reduz o espaço de iniciativa individual e amplia o alcance das decisões coletivas. Daí a urgência de que nos entendamos sobre os valores universais e de que avancemos na construção do quadro institucional que assegure o acesso ecumênico aos direitos fundamentais de mulheres e homens.

Em síntese, as ameaças criadas pelos avanços das técnicas puseram os homens diante da disjuntiva de ter de enfrentar os riscos de autodestruir-se ou de partir para a construção de um mundo solidário.

Darcy Ribeiro chegara à conclusão idêntica observando as grandes disparidades de culturas, raças e heranças históricas que constituíram o magma formativo do povo brasileiro. Nosso povo deverá escolher entre mergulhar no tribalismo ou encetar a modelagem de uma nova civilização caldeando valores díspares.

Se prevalece o tribalismo, está ameaçada a sobrevivência do Brasil como ator histórico.

Afirmar que o domínio avassalador da razão técnica limita cada vez mais o espaço em que atuam os seres humanos. Quero concluir estas palavras lembrando que o homem é um processo alimentado por um gênio criativo que sempre nos surpreenderá. Cabe às instituições culturais, como a esta Academia, velar para que essa chama criativa se mantenha acesa e ilumine as áreas mais nobres do ser humano. E, somente se mantivermos essa lucidez, seremos coautores de nosso próprio destino.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

A Academia Brasileira de Letras recebe hoje parte substancial da construção brasileira contemporânea. Recebe Celso Furtado. E com ele, e nele, recebe o intelectual enraizado, nem messiânico, nem profético, mas tão somente, e sobretudo, o servidor público, o cidadão alistado, mobilizado segundo as vicissitudes e as exigências da nossa modernidade insubmissa. Não do nosso Modernismo verde e amarelo, indisfarçadamente cafeicultor, impulsivamente patriótico, propenso à tagarelice e à galhofa. Justamente o que faltou a este Modernismo – sob tantos aspectos – transformador foram as indispensáveis quotas de modernidade, que o tornariam mais lucidamente universal, mais civilizadamente urbanizado, mais culturalmente plural. Faltou uma dose maior de modernidade no Modernismo Brasileiro. Ela só chegaria posteriormente, embora progressivamente.

Chegaria com os poetas, com os narradores, com os artistas, com as três interpretações emblemáticas que irrompem nos anos 1930 e que trazem as assinaturas, já de si reveladoras, de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. São interpretações do Brasil que inauguram, cada qual a seu modo, um novo estatuto hermenêutico.

Celso Furtado, pela sua própria inserção geracional, chegaria depois. O seu clássico-moderno *Formação Econômica do Brasil* é de 1959. Aí se instaura uma percepção outra, no interior da qual a economicidade denega a contabilidade, e o social, mais o seu mediador insubstituível, o Estado, assume os papéis principais da cena histórica.

A vida de Celso Furtado se distingue pela infatigável peleja, pela vontade jamais enfraquecida, de combinar e conduzir, no projeto brasileiro, de modo algum insensível ao latino-americano e ao internacional, democracia e justiça social. São instâncias éticas e políticas, com as quais vive pela vida afora, levando juntos a ancestralidade nordestina e, se me permitir Carlos Drummond de Andrade, o “sentimento do mundo”.

Há no nordestino uma espécie de pré-história, de imaginário coletivo cravado no fundo da memória, que termina desempenhando uma função altamente pedagógica. As dificuldades, a corrida de obstáculos, que constituem o próprio Nordeste, são igualmente, e duramente, fontes de saber. “Nascer no Nordeste” – diz Celso Furtado, em texto ao qual não falta a qualidade literária – “é não conhecer a infância. A gente, ali, já nasce adulto.” E acrescenta, em frases que recolho arbitrariamente:

o convívio com a miséria nos retira o encantamento da infância. Comecei a entender as palavras ouvindo falar de mortes. De mortes por doenças, pelos tiros, pela fome. No Nordeste, somos adultos, porque a consciência do mundo é a consciência do risco, do perigo e do precário. Não há meninos no sertão. Há adultos prematuros, velhos prematuros, mortos prematuros.

Sou tentado a supor que, aí, a realidade social precede ou inspira a teoria social. Ao contrário do que parece acontecer com o conhecimento acadêmico. Um dos fatores de crise desse conhecimento reside no fato de que ele se compraz em pressupor, deixando-se levar pelo irremediavelmente contemplativo.

É fácil identificar, nesse Nordeste distante, o permanente estado de guerra. Logo, para Celso Furtado, a guerra era sua velha conhecida. Mesmo assim, sem que levassem em conta o que poderia ser redundância pouco ou nada imaginosa, ele foi convocado e integrou a Força Expedicionária Brasileira. Participou do *front* aliado na Segunda Guerra Mundial. São contingências vitais diante das quais ele costuma comportar-se integralmente. Mas na verdade a sua frente sempre foi, e continua sendo, a frente da paz. Pode-se até falar no alistamento voluntário no pelotão da paz. Não a paz das retóricas perdulárias e insinceras. Tampouco a paz passiva dos proprietários de castelos no ar, porém a paz consistente, fundada na redução das desigualdades, nas solidariedades ampliadas, nas chances educacionais fortalecidas.

A constelação que envolve as obrigações formadoras, o seu amplo entendimento do papel da Educação mostram como ele é capaz de diferenciar recursos humanos e recursos profissionais. O programa educacional democrático e republicano destaca o cidadão como alvo prioritário. Educar consiste em formar o cidadão. O cidadão inclui o profissional e o ultrapassa.

A compreensão de que a Cultura fortalece a Educação tornou-se uma exigência do próprio desenvolvimento. Identificar hoje *deficit* cultural nesse ou naquele projeto, nessa ou naquela ação, ou ainda na reflexão pedagógica, significa desobstruir o caminho do desenvolvimento humano, perceber o perigo que representa o modelo unidimensional de desenvolvimento, cada vez mais esvaziado de intersubjetividade, de afetividade, de eticidade, enfim.

II

O objeto da reflexão de Celso Furtado, certamente objeto-sujeito, é o Brasil. O Brasil contextualizado, regionalmente e internacionalmente. O seu vigor interpretativo consegue vencer a inapetência reflexiva da Economia. E todos nós sabemos que só as grandes construções críticas conseguem transpor os limites de suas disciplinas de origem. Por isso, com ele, a economia deixa de lado a sua prepotência congênita, a sua solidão arrogante, e se torna uma disciplina operacional. Jamais inútil, nem tampouco absolutamente impositiva, como se imaginou nos seus intermináveis dias de glória. Furtado compreendeu logo as carências das disciplinas ortodoxas, incapazes de dar conta de fenômenos complexos ou de situações perplexas. Nunca o atraiu o fato econômico no seu isolamento autossuficiente e na sua paranoia claustrofóbica. Prefere ser, e esta opção se torna imediatamente clara, o pensador estratégico, localizado e historicizado, que se recusa a cair na vala comum dos tecnocratas impermeáveis à História, esses mesmos que gesticulam e se debatem contra o fundo falso da nossa contemporaneidade.

Celso Furtado é o político que pensa, o que já é em si um acontecimento pouco frequente, ou pelo menos extravagante, e busca o poder peio que neste possa haver, e não raro há, de serventia pública. À capacidade de pensar e, nos prazos convenientes, repensar, se junta a compreensão transitiva da função pública.

A ação coletiva nunca é uma prática em si. É, antes, um trabalho para o outro. Furtado a entendeu assim, nos seus mais diferentes desempenhos, acadêmicos e executivos, no Brasil e no exterior, no governo e no exílio. A sua conselheira, nesse empreendimento levado a efeito em regime de urgência, foi a História, acompanhada do seu mais apurado olhar político. É quando a leitura econômica da História cede lugar à leitura histórica da Economia.

III

Embora sua genealogia moderna seja facilmente identificável, Celso Furtado guarda a distância regulamentar com respeito à versão fechadamente iluminista ou ilustrada do intelectual. Chega mesmo a descrever do poder transformador da ação intelectual todo-poderosa. “Estamos numa época histórica – diz ele à Revista *Novos Estudos*, do CEBRAP, em 1995 – do declínio total da influência dos intelectuais, que espero seja passageira.” A sua própria concepção do homem deixa de ser a essência mais ou menos intocável, para se tornar o projeto político socialmente encarnado. Fica como que abandonado o lado ocioso dos filosofemas da consciência, descendentes do racionalismo puro ou do idealismo abstrato. É nesse sentido que avança o seu pensamento estratégico, jamais resignado diante dos regimes de exclusão. A exclusão, a intercepção ou a não inclusão constituem males sociais com os quais em nenhum instante compactua. Por isso, frequentemente, retoma aquela compreensão compartilhada com Raul Prebisch: “o problema fundamental da América Latina não é econômico; é político.”

Em função desse quadro, ou dessa hipótese reflexiva, verifica-se uma alteração nos perfis, outrora estáveis, do intelectual e do economista. Ambos perderam muito do que fora, em outros tempos, o sentido da vontade pública.

A figura do intelectual nos oferece um eletroencefalograma extremamente arritmico. Oscila entre o beletista e o especialista precocemente aposentado, com ou sem honrarias, com ou sem os benefícios da aposentadoria; o *chômeur* do espírito, aquele que assistiu, perplexo, ao deslocamento do seu virtuosismo pela sofreguidão da cultura virtual; e finalmente aquele que pressurosamente se fez a relíquia tombada ou autotombada. Esse desenho sucinto se vê agravado pela vertiginosa eclosão do perito, o portador do conhecimento

apenas funcional, todo voltado para uma aspiração de rentabilidade, ou duvidosa ou equívoca, porque toda ela engendrada à revelia de solidariedades sociais. Celso Furtado não pertence a nenhuma dessas espécies, cada dia mais estranhas, embora por razões diferentes. Ele é antes o ator social dessacralizado, investido de obrigações intersubjetivas, interpessoais, interculturais, visíveis a olho nu.

Já no plano mais específico da Economia, Celso Furtado se distingue enquanto economista público. É que nessa curva derradeira da modernidade, os economistas se dividem em públicos e privados. Os primeiros são públicos não porque excluem a esfera privada, mas porque se destacam pelo exercício incessante da liberdade. Os segundos são privados não só porque defendem interesses apenas privados, mas porque se mostram excessivamente dependentes de suas carreiras pessoais. A Economia foi das primeiras ciências a ser privatizada. A mais recente é a Informática.

IV

Transcorrido o período apologético da ideia de desenvolvimento, menos ou mais independente, mais ou menos dependente, já se pode flexibilizar, matizar, pluralizar, o que fora um conceito uniforme e, consequentemente, incapaz de compreender a rede de mutações que o envolvia e condicionava. É o que vem acontecendo com a obra de Celso Furtado, em diversas pontuações, em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, *Dialética do Desenvolvimento*, *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, ou em estudos mais recentes.

O desenvolvimento sempre foi pensado a partir de si mesmo, como projeção inevitável e infalível do núcleo hegemônico. Hoje talvez se possa dizer que, mesmo nos instantes mais bem-intencionados, foi uma ideia retirada do fundo do baú da história dos vencedores. Aqui, portanto, cabe um registro, que merece especial atenção. Foi Celso Furtado e seus colegas da CEPAL que iniciaram o trabalho de deslocamento, de desapropriação intelectual, historicamente plantado. Ainda há pouco dizia ele, em texto preparado por solicitação do Banco Mundial: “Minha indagação partia da ideia de que o subdesenvolvimento, por sua especificidade, estava fora do alcance explicativo das teorias do crescimento econômico.” E acrescentava:

No esforço de interrogar a História como economista, cedo me convenci de que os conceitos de que me estava servindo eram fruto da observação das estruturas sociais que se haviam formado com o capitalismo industrial. O entendimento das estruturas sociais engendradas pela expansão internacional do capitalismo

— continua Furtado —

impunha uma apreciação crítica desse quadro conceitual. A denúncia feita por Prebisch em 1949 do ‘falso universalismo’ da Ciência Econômica apontava nessa direção.

Assim convencido, Celso Furtado leva adiante notável esforço de redução crítica sem cair nas malhas do nominalismo ocioso. Digo isto porque, quando a noção de desenvolvimento recorre ao adjetivo — sustentável, durável — é porque a sua substantividade está comprometida. As cicatrizes do desenvolvimento selvagem continuam sangrando, indiferentes aos apelos da ética, das desigualdades, dos direitos humanos, do meio ambiente. Como então falar em “sustentabilidade”? Celso Furtado sabe e nos ensina que já é hora de gerar a axiologia do desenvolvimento, apoiada na força aglutinadora dos valores “pós-materiais”, no enlace moral da racionalidade, no respeito à intersubjetividade.

V

Outra das linhas de força do pensamento de Furtado vem a ser a percepção aguda da trama que envolve e confronta Estados nacionais mais ou menos indefesos e grandes empresas internacionais. A valorização do papel político e econômico do Estado, da qual nunca se acham ausentes certos impulsos keynesianos iniciais, nunca o deixa abraçar o diagnóstico fácil e engenhoso do estado terminal que o paleoliberalismo pretende consagrar. Ele identifica a complexidade dos nossos dias. Evita sempre a impugnação de iniciativas inesperadas. E jamais confunde o Estado e suas perversões burocráticas e clientelísticas. Isto não quer dizer que a nação deva prescindir da racionalidade do Estado. Ela deve apenas corrigir os sinais frequentemente trocados. É da nação, hoje internacionalmente constelada, que o Estado pode receber a sua legitimidade. Daí a maneira como Celso Furtado se mostra tão sensível aos apelos de setores não organizados da sociedade e à emergência de organizações pouco previsíveis.

Celso Furtado reconhece a inevitabilidade da internacionalização. Mesmo assim, continua admitindo a força integradora do mercado interno e estabelecendo dissociações profundas entre cidadãos e consumidores. O dinamismo do espaço público na terceira modernidade balança a dicotomia sedentária que incompatibilizou o Estado e o mercado. Mas não autoriza a anulação do primeiro pelo segundo. É mais ou menos nessa linha que Furtado se opõe ao hedonismo autoilusório (*self-illusionary hedonism*), esse motor da sociedade pós-moderna, agora basicamente representado pelo consumismo *kamikaze* da classe média. É verdade que os capitalistas retardatários, no Capitalismo avançado, de tal maneira se confundiram com a classe média, na sua irresistível tentativa turística, que geraram uma patologia ainda não suficientemente pesquisada.

Além da sua obra marcadamente técnica, Celso Furtado escreveu *Contos de um Expedicionário*, nos quais a agudeza literária se alia à complexa apreensão das relações interpessoais, às vezes explícitas, não raro implícitas. Escreveu igualmente livros de memórias, como *A Fantasia Organizada*, *A Fantasia Desfeita*, *Os Ares do Mundo*.

Tenho a tendência a imaginar que as memórias ficaram prejudicadas pela pouca credibilidade dos chamados gêneros pessoais. Aqui não. Aqui o gênero pessoal é tratado com severo escrúpulo impessoal. Furtado escreve com o passado as memórias do futuro. Daí, provavelmente, o crédito de confiança que abre para a utopia. Os diários, as autobiografias, os jornais, as memórias são expressões, em geral egocêntricas, do delírio individualista. Mas elas podem igualmente ser o testemunho da época, a harmonização correta do indivíduo e da História. Talvez possamos admitir que as memórias costumam ser de três tipos: a memória reconstrutiva, que repõe e valoriza; a memória dissociativa, que afasta e fratura, tão conhecida da Psicanálise Francesa; e a memória reprodutiva, que apenas copia, fotograficamente, as limitações próprias da fotografia. A memorialística de Celso Furtado, nem dissociativa nem reprodutiva, é antes reconstrutiva. Rememora para prosseguir.

Ortega y Gasset excusa-se de evitar a memória, afirmando que não dispunha de tempo para voltar ao passado. Este perigo sempre existe. Mas Furtado conseguiu escrever a memória para a frente, jamais colada à pura individualidade autocentrada e, por isso mesmo, sedentária. Ele não pertence àquela espécie dos que nasceram meramente para recordar. Não se inclui entre os memorialistas *full time*. Ele se inscreve entre os que vieram ao mundo para dar forma social à esperança.

VI

Tudo indica que essa tarefa de reconstrução, histórica e social, corresponde a um propósito de reinvenção da democracia, nessa longa jornada que vai da democratização da terra ao direito à imagem, e em função da qual a nação de cidadãos se internacionaliza, sem deixar que se percam traços identitários inegociáveis. Como se, diante de uma interpelação maniqueísta, o sertanejo paraibano respondesse: entre a nação e o mundo, eu fico com os dois.

Discurso do
PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA

e

Resposta do
SR. ALBERTO VENANCIO FILHO

*Sessão solene extraordinária
do dia 12 de novembro de 1997*

I

DISCURSO DO PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA

Excelentíssima Sra. Presidente Nélida Piñon,
Senhores membros da mesa,
Autoridades,
Prezados acadêmicos,
Minhas senhoras e meus senhores,

Fui eleito pelos prezados acadêmicos para a Cadeira I5, vaga pela morte de D. Marcos Barbosa. Devo confessar-vos, com toda a simplicidade, a inibição que sinto provocada por compreensíveis constrangimentos.

Meu primeiro constrangimento vem do fato de que todos os acadêmicos que me precederam nesta Cadeira foram poetas, desde Olavo Bilac, o Fundador, que escolheu Gonçalves Dias como Patrono, até meu caro predecessor, D. Marcos Barbosa, depois de passarem Amadeu Amaral, Guilherme de Almeida e Odylo Costa, filho. Recordo hoje a memória deles prosaicamente, ou seja, numa prosa modesta que contrasta com a cintilância poética de meus predecessores.

Aliás, quando Olavo Bilac morreu, em 1918, foi levantada a ideia de que a Cadeira I5 ficasse sempre vaga, porque, como disse Amadeu Amaral em seu discurso de posse, “nenhum poeta parecia ainda digno de sentar-se na Cadeira de Bilac, como o mereceria alguém que não fosse poeta de todo?” Ora, este é precisamente o meu caso. Em recente conferência, sobre os poetas da Academia, o Acadêmico Lêdo Ivo chamou a atenção para a redução do

número de acadêmicos que dedicaram à Poesia a parte mais importante de sua produção literária. Eles teriam sido nove, na fundação, um século atrás, e hoje seriam apenas três. Assim, minha eleição para a Cadeira I5, sempre ocupada por poetas, pode até parecer o resultado de uma conspiração prosaica.

Sofro ainda um outro motivo de constrangimento ao suceder D. Marcos Barbosa, aqui recebido no dia 5 de maio de 1980 com a saudação de Alceu Amoroso Lima: “Sr. D. Marcos Barbosa, monge da Ordem de São Bento e Poeta da Ordem dos Trovadores do Reino de Deus...”

A resposta de Alceu ao discurso inaugural de D. Marcos é de uma beleza só atingível por um grande talento iluminado por uma grande amizade. Aliás, por significativa coincidência, para a qual me alertou o caro amigo Prof. Candido Mendes de Almeida, irmão de meu irmão jesuíta, D. Luciano Mendes de Almeida, minha eleição ocorreu no dia 14 de agosto, dia do décimo quarto aniversário da morte de Alceu.

Vejo nessa coincidência como que uma advertência, um apelo, para exaltar a memória daquele que Mestre Alceu aqui recebera com tão grande brilho. Tenho plena consciência, porém, de que para tanto faltam-me o seu engenho e sua arte.

Entretanto, uma observação de Odylo Costa, filho, em seu discurso de posse, ameniza o meu constrangimento. Ele discorda de seu antecessor Guilherme de Almeida, que considerava a Cadeira I5 a Cadeira da Poesia. “Não é só a Poesia que define esta Cadeira, nem ela é, entre todas, a Cadeira da Poesia”. Confirma sua observação com exemplos: “[...] da Poesia também poderiam ser as que têm como patronos Castro Alves, ou Álvares de Azevedo ou Fagundes Varela, ou Casimiro de Abreu [...]” e conclui: “nem esta Cadeira é, entre todas, a da Poesia, nem foram apenas poetas os que, como ele – Guilherme de Almeida – me antecederam.”

Todos eles foram homens de jornal, com intensa atividade em órgãos da Imprensa, que influenciaram profundamente a opinião pública, tais como *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*, *Correio da Tarde*, *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Gazeta de Notícias* e tantos outros.

Muitos deles foram verdadeiros ativistas cívicos. Envolveram-se em campanhas de expressiva importância para a promoção cultural e política do povo, mobilizando a opinião pública, inclusive, pelo vigor de seu estilo poético. Entre eles, destacam-se as figuras de Gonçalves Dias, Olavo Bilac e do

próprio Guilherme de Almeida. A ideia de considerar a Cadeira 15 como a Cadeira da Poesia foi retomada no discurso de D. Marcos Barbosa, que era poeta.

Eu não consegui ser poeta, conquanto a ideia tenha seduzido minha juventude. Confesso-vos que perpetrei alguns versos juvenis – quantos aqui não os terão perpetrado? –, mas foram versos muito mais impregnados pelas humanidades clássicas em que me formara do que na beleza poética dos imortais que aqui me precederam. Na austeridade da formação jesuítica de então, ali só penetravam textos não só castiços, mas principalmente castos, o que impunha severos limites à minha iniciação literária, como é fácil de compreender. Não me dava ainda bem conta da verdade austera do dito latino: *Poeta nascitur; orator fit*. Não nasci poeta. Os versos então perpetrados não ressoaram além das ameias clericais em que vivia. Traí de certo modo as esperanças de meu pai, “clínico” de profissão, mas poeta por inclinação. Ele sucumbiu ao vazo da época, ao “sonetismo” ironizado com tanta elegância por Peregrino Júnior, saudando o Acadêmico Odylo Costa, filho. Meu pai também deixou sonetos, inéditos, marcados pela tristeza. Pela sua silenciosa discrição, nunca vim a saber se, não seguindo sua carreira e seus pendores, tenha eu sido a causa de sua secreta melancolia.

Tenho assim, portanto, consciência dos motivos pelos quais não pudei frustrar a confiança que em mim depositaram os prezados acadêmicos elegendo a mim, que não sou nem poeta bissexto, para uma Cadeira até hoje ocupada por poetas, os quais, porém, não foram só poetas.

MEUS PREDECESSORES

O fundador da Cadeira 15 foi Olavo Bilac, que escolheu como Patrono Gonçalves Dias. A Bilac, sucedeu Amadeu Amaral, seguido de Guilherme de Almeida, Odylo Costa, filho e D. Marcos Barbosa.

Guilherme de Almeida teve a ideia de definir o legado literário que caracterizava melhor cada um de seus antecessores. A Gonçalves Dias atribuiu o ritmo; a Olavo Bilac, o lirismo; e a Amadeu Amaral, a primazia do pensamento.

Odylo Costa, filho retoma a ideia de seu predecessor definindo-a, porém, com mais precisão. Para ele, Gonçalves Dias inaugura no Brasil a

Poesia Romântica; Olavo Bilac é o parnasiano por excelência; Amadeu Amaral se desprende dos rigores da métrica para dar mais liberdade à expressão clara do pensamento e, em seu discurso de posse, diz: “Poderia acrescentar que Guilherme foi o sentimento.”

ANTÔNIO GONÇALVES DIAS

O ritmo não foi só uma das características de seu verso, de sua poesia. Foi também a característica de sua vida, escandida, nos seus 41 anos, por uma alternância cruel de reveses, de glórias e fracassos, de êxitos e desastres na vida pública, como acentuou Olavo Bilac em discurso de homenagem ao patrono por ele escolhido para a Cadeira 15, revezes principalmente devidos a envolvimento e turbulências amorosas.

O perfeito domínio da língua e do ritmo que tanto impressionava o austero Alexandre Herculano aparece com maestria, a meu ver sem igual, na sua poesia. A tempestade, a segunda que ele dedicara ao tema. Parte da descrição da aurora radiosa, em versos dissílabos:

Um raio
Fulgura
No espaço
Esperso
De luz,
E trêmulo
E puro
Se aviva
Se esquiva
Rutila
Seduz

Utiliza toda a variedade métrica, culminando com desabar da tempestade descrita em versos de onze sílabas:

Nos últimos cimos dos montes erguidos
Já silva, já ruge do vento o pegão;
Estorcem-se os leques dos verdes palmares

Volteiam, rebramam, doudejam nos ares
Até que lascados baqueiam no chão.

Percorre de volta a mesma escala métrica, até fechar a poesia também com fugidios versos dissílabos:

A folha
Luzente
Do orvalho
Nitente
A gota
Retrai,
Vacila
Palpita
Mais grossa
Hesita
E treme
E cai

Entretanto, já no Prólogo da primeira edição de seus *Primeiros Cantos*, ele mesmo, em 1846, quando tinha apenas 23 anos, faz a revelação surpreendente da origem secreta de sua vocação poética:

Com a vida isolada que vivo, gosto de afastar os olhos de sobre a nossa arena política, para ler em minha alma, reduzindo a linguagem harmoniosa e candente o pensamento que me vem de improviso e as ideias que em mim desperta a vista de uma paisagem ou do oceano, o aspecto, enfim, da Natureza. Casar assim o pensamento com o sentimento, o coração com o entendimento, a ideia com a paixão, colorir tudo com a imaginação, fundir tudo isto com a vida e com a natureza, purificar tudo com o sentimento da religião e da divindade, eis a Poesia, a Poesia grande e santa, a Poesia como eu a compreendo sem a poder definir, como eu a sinto sem a poder traduzir.

Não tenho a pretensão de fazer aqui o encômio do patrono, já feito com tanta beleza pelo próprio D. Marcos Barbosa em seu discurso de posse nesta Academia, em 5 de maio de 1980.

Limito-me apenas a referir-me a certos aspectos da vida de Gonçalves Dias, que mais impressionam, especialmente sua intensa atividade na vida pública e a preservação de sua vocação poética.

Formou-se em Direito em Coimbra, com 17 anos, em 1840. Exerceu atividades de Magistério, como professor de Latim e de História do Brasil no Colégio Pedro II.

Com um Canto Inaugural em memória do Cônego Januário da Cunha Barbosa, entra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1847.

É enviado às províncias do Norte do Brasil, com incumbência de estudar a situação da instrução primária, secundária e profissional. Em 1854, foi à Europa para avaliar precisamente os métodos de instrução pública. A incumbência o levou a visitar Portugal, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha. Aproveita esta viagem para publicar em Leipzig um dicionário da Língua Tupi, 1857.

De volta ao Rio, em 1858, é enviado mais uma vez ao Norte, como membro da Comissão Científica de Exploração da Riqueza Amazônica, só regressando em 1861, já debilitado pela doença. Em busca de tratamento, viaja no ano seguinte, outra vez à Europa, de onde voltaria para morrer no naufrágio do *Ville de Bourgogne*, já às vistas de suas plagas de origens, em 1864 (*Grandes Poetas Românticos do Brasil*, São Paulo, Edições LEP, 1949).

Causa espanto verificar como Gonçalves Dias, de saúde frágil, marcado pela discriminação racial de sua ascendência mestiça, com tantas responsabilidades burocráticas, nos tenha deixado um tão caudaloso legado literário, de poesias, poemas, sonetos, cantos de saudade, de amor à Pátria e a outros amores, de traduções primorosas dos originais de Heine, Dante, Lope de Vega, num domínio total da metrficação. Era um paisagista admirável e um apaixonado sentimental e, se projetou, sobre muitas de suas obras, a luz crepuscular de um panteísmo difuso, não diluiu a referência a um Deus pessoal, como aparece nos seus *Cantos*, na poesia intitulada *A Ideia de Deus* (o.c., p. 383). Foi o que captou Carlos Magalhães de Azeredo, como o confessa em seu discurso de saudação a Amadeu Amaral:

Imergi-me com Gonçalves Dias [...] e senti com ele como, partindo do encanto familiar da florzinha nascida no nosso jardim ou da palmeira que se ergue de um recanto da nossa chácara para o espaço, podemos abranger pelo olhar e pelo sonho um espaço muito mais amplo, indefinido, todo o espaço, acolher no nosso coração os vales, os montes, os bosques, e os rios, as nuvens e os ventos e os astros e a causa das causas que em tudo vive e espera, aquele Agente universal e eterno de que fala o florentino: “*L’amor che muove il sole e l’altre stelle*” (*Discursos Acadêmicos*, vol. IV, pp. 254-255).

Gonçalves Dias viveu muitos anos na Europa, no século em que ela se afirmara como a metrópole cultural do Ocidente. Ele sentia ali uma condescendente displicência para com as periferias culturais, inclusive as Américas. Foi este sentimento ou ressentimento que teria influenciado o seu americanismo. Foi “o amor da gente americana”, como observa Olavo Bilac em seu discurso, antes citado, gente americana vilipendiada na Europa, que Gonçalves Dias quis resgatar em suas obras mais vigorosas: “Os Timbiras”, infelizmente inacabada, e principalmente “I-Juca-Pirama”, segundo Bilac: “obra-prima do maior poeta de nossa terra”. Foi este americanismo de Gonçalves Dias que inspirou o soneto do autor das *Panólias*:

A GONÇALVES DIAS

Celebraste o domínio soberano
Das grandes tribus, o tropel fremente
Da guerra bruta, o entrechocar insano
Dos tacapes vibrados rijamente,

O maracá e as flechas, o estridente
Troar da inúbia, e o kanitar indiano...
E, eternizando o povo americano,
Vives eterno em teu poema ingente.

Estes revoltos, largos rios, estas
Zonas fecundas, estas seculares
Verdejantes e amplíssimas florestas

Guardam teu nome; e a lyra que pulsaste
Inda se escuta, a derramar nos ares
O estridor das batalhas que cantaste.

OLAVO BILAC

Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, o verso alexandrino já começa pelo nome. Certamente foi o mais brilhante poeta da era clássica de nosso

Lirismo, antes da ruptura ocorrida na Semana da Arte Moderna. Bilac morreu, com efeito, em 1918.

Bilac é o poeta parnasiano por excelência. Distancia-se de nosso Lirismo Romântico, pela busca de uma poesia mais objetiva e pelo cuidado no cultivo da forma poética. Ninguém utilizou com mais perfeição o verso dodecassílabo, o alexandrino, cujo ritmo mais se aproxima do hexâmetro latino da grande epopeia, a *Encida*, de Virgílio.

Mas não só de versos viveu Bilac. O pai, o médico Dr. Guimarães Bilac, era um homem austero que impunha ao filho uma formação acadêmica e haveria de se indignar com sua boemia. Não conseguiu terminar o curso de Medicina no Rio e foi para São Paulo com o propósito de se formar em Direito. Do Direito mesmo, pouco se ocupou, mergulhado na Literatura, especialmente a francesa: Gautier, Victor Hugo, Leconte de Lisle, que rompera com o Romantismo e reunira um grupo de poetas que formaram exatamente a Escola Parnasiana. Tenho sérias suspeitas da influência do poeta dos *Poèmes barbares* (1862) sobre o futuro autor do “Caçador de Esmeraldas”. Volta para o Rio e abandona definitivamente qualquer preocupação com o bacharelado e mergulha na boemia tão repudiada por seu pai. Sobre essa boemia dos poetas da época, aos quais se associava Bilac, diria Odylo Costa, filho, em seu discurso de posse: “Todos riam, sabiam rir. As tristezas ficavam para os versos.”

Começou então uma intensa atividade jornalística, em muitos órgãos e revistas da capital e dos estados, e, através de seus artigos, envolve-se em debates políticos e participa de inúmeras iniciativas administrativas e promocionais, como a remodelação da cidade, a campanha contra o analfabetismo e pelo serviço militar: “Quer um Brasil sem analfabetos, sem arrivistas, sem morfina e sem tango”, na citação do mesmo Odylo Costa, filho.

Aliás, desde a juventude, como o nota Amadeu Amaral no belo discurso de posse, como sucessor de Bilac, este, “de par com a luta contra a escravidão e contra a Monarquia, punha na atmosfera uma permanente vibração de energias insurrecionais, a revolta contra as estreitezas e as escurezas do espírito burguês, em regra escravocrata e monárquico...” (*Discursos Acadêmicos*, vol. IV, p. 209.)

É o mesmo Amadeu Amaral que detecta com lucidez a transformação que se operava na Poesia Brasileira, evoluindo dos lirismos convencionais para a Corrente Parnasiana pela atuação decisiva de Olavo Bilac:

O fundo era velho e pobre: atitudes românticas, de fatalismo filosófico, de pieguice amorosa, de democratismo verboso; o tom, declamatório e maquinal; os temas, estafados; as pinturas, artificiais; as imagens, oratórias e gastas; as cadências, infantis; os metros, cambaios; as rimas, enfim, demasiado insignificantes para serem metidas tão à força.

Desta crítica mordaz, escapavam Gonçalves Dias e Castro Alves. A reação não se faria esperar canalizada pelo Parnasianismo:

modificaram-se as atitudes, balizaram-se novos rumos, refez-se a provisão dos assuntos gerais, reeducou-se a técnica transviada e claudicante. Sobretudo, procurou-se, a exemplo dos mestres franceses em voga, a recortada precisão das ideias, o relevo forte da imagem, a cadência sacudida e vivaz do verso, o ressaír pontiagudo da rima — cada coisa bem limada, bem acabada, bem repolida e cada coisa no seu justo lugar (*Ibid.*, p. 213).

Se Bilac representou essa renovação da forma de nosso Lirismo, foi devido à profunda evolução interior que marcou sua vida, provocando um impulso ascensional também no conteúdo de sua vasta produção literária.

Apesar de ter sofrido muito a influência do Positivismo Comtiano e do Materialismo de Guerra Junqueiro, passou por uma evolução interior que Amadeu Amaral soube também registrar:

subindo da juventude à maturidade, ele subiu do materialismo alado, onde predominou o sensualismo — de seus primeiros dias, a uma alta espiritualidade, onde entrelaçou as flores mais finas do sonho pagão com as flores mais viçosas do Cristianismo... E essa constante ascensão ele a fez por uma escada de estrelas (*Ibid.*, pp. 221,226).

Ora, direis ouvir estrelas!

...

Pois só quem ama pode ter ouvido

Capaz de ouvir e de entender estrelas.

(*Via Láctea*)

Na fase de minha vida em que trabalhei como professor do curso de Retórica, devia preparar cada ano, com meus alunos jesuítas, uma representação teatral. No primeiro ano, fiz representar uma montagem dialogal, com tradução simultânea por microfones, da “Anábase”, de Xenofonte, com o desfecho emocionante do “Thálassa, Thálassa”. O tema, aliás, o mar, inspirou

também um dos belos poemas de meu predecessor D. Marcos Barbosa. No segundo ano, fizemos, com a mesma técnica, uma representação de *O Santo Graal*, que o caro Pe. Augusto Magne acabara de publicar, inclusive com músicas de fundo do “Lohengrin” e “Taunhäuser”, pela banda local da Eutuérpia. No terceiro ano, enfim, deslumbrado pela beleza do “Caçador de Esmeraldas”, montei a peça que intitulei “Auto de Nossa Vida”, de futuros caçadores de almas.

Ah! Quem te vira assim, no alvorecer da vida
Bruta Pátria, no berço, entre as selvas dormida,
No virginal pudor das primitivas eras,
Quando aos beijos do sol, mal compreendendo o anseio,
Do mundo por nascer que trazias no seio,
Reboavas ao tropel dos índios e das feras.

Para surpresa minha, esse pudor virginal, esses beijos, seios e anseios escandalizaram o pudor clerical de meu Superior eclesiástico, que recomendou a supressão da estrofe impudica. Mas ficou o delírio:

Verdes, os astros no alto abrem-se em verdes chamas
Verdes, na verde mata, embalam-se as ramas
E flores verdes no ar brandamente se movem,
Chispam verdes fuzis riscando o céu sombrio,
Em esmeraldas flui a água verde do rio
E do céu, todo verde, as esmeraldas chovem.
E é uma ressurreição! O corpo se levanta...

A ideia de ressurreição tinha ressonâncias bíblicas. Meu auto foi aprovado e, com ele, a minha pobre obra-prima mutilada.

AMADEU AMARAL

Dos poetas que ocuparam a Cadeira 15, Amadeu Amaral é talvez aquele cujas obras, ao menos fora de São Paulo, tiveram menor ressonância. No entanto, nas qualificações definidas por Guilherme de Almeida, ele se destaca,

de maneira clara, como o poeta que se despojou deliberadamente da sofisticação parnasiana, no intuito de preservar o vigor do pensamento, a primazia do conteúdo sobre a forma.

Não era fácil suceder a um Olavo Bilac. Contudo, pela praxe protocolar de o acadêmico fazer o elogio ao seu predecessor, nenhum dos ocupantes da Cadeira 15 desempenhou esta tarefa com mais brilho e pertinência do que Amadeu Amaral.

Ele, que nasceu em São Paulo em 1875, ali viveu, trabalhou e publicou suas numerosas obras poéticas, sofria uma certa amargura pelo desinteresse e despreço do público pela Poesia. Em seus Estudos e Notas de Literatura que editou com o título de *Elogio da Mediocridade*, dedica um capítulo ao “Calvário dos Poetas”,

cuja sina dolorosa constituía [...] uma admirável prova de coragem moral, de uma serena e persistente coragem, coragem estúpida porque a ninguém e a nada aproveita o fazer um cidadão tão completo sacrifício do seu tempo, da sua saúde, do seu sossego, do seu futuro e de sua reputação (pp. 18 e 19).

Foi a Academia Brasileira de Letras que reconheceria o valor dessa coragem, recebendo-o entre os seus membros já em 1919, como sucessor de Olavo Bilac.

Aquela amargura fechou-o, nos inícios de sua produção literária, em uma reclusão quase monástica. É o que atesta Carlos Magalhães de Azeredo no discurso em resposta ao novo acadêmico.

Desta fase é sua primeira obra poética, *Urzes* (1899), opúsculo que revela uma certa imaturidade, a qual Azeredo, com elegante franqueza, não deixa de criticar: “a língua é, a espaços, tosca, a metáfora é rebelde ou canhestra, o ritmo... trai... um árduo esforço de adaptação” (*Discursos Acadêmicos*, vol. IV, p. 238).

Passaram-se onze anos até a publicação de seu segundo livro de poesias, *Névoas*, no qual o autor já manifesta um pleno domínio da arte mais sublime da palavra. Só em 1917, apareceria a sua terceira coletânea poética, *Espumas*, onde já surge o poeta que se impunha como digno sucessor de Olavo Bilac. Só em 1931, dois anos após sua morte, é editado o volume *Poesias*, com suas obras poéticas dispersas, inclusive com sua última poesia, “O açude”, que revela a frustração interior que tanto o atormentava.

O Açude

Que me importa o rumor transitório ou perene,
que afetuoso me exalte ou duro me condene?
Que a obra pereça ou dure e brilhe ainda,
se findou para mim, desde que a dei por finda?
Certo é doce pensar, numa volúpia calma
que a feitura, onde estão pedaços de nossa alma
há de permanecer, forte – quais penedias
sob inquieto caudal – sob o dobrar dos dias.
Certo é doce a quimera. Às vezes a quimera é
todo o bem do herói, que, na treva, ainda espera
ver de brusco raiar, do atro horizonte ao nível
o encantado fulgor de uma aurora impossível...

Entretanto, nem só na Poesia ele atingiu níveis de excelência, mas como prosador, estimulado talvez pela queixa de Carlos Magalhães de Azeredo, afirmou também sua presença na Literatura. Além de uma intensa atividade jornalística durante vinte anos, no *O Estado de S. Paulo* e na *Gazeta de Notícias*, do Rio, além do *Elogio da Mediocridade*, já citado, publicado em 1924, dedicara-se ao estudo do folclore paulista em *A Poesia da Vida* (1921), da linguagem e das tradições das populações humildes em *O Dialeto Caipira e Tradições Populares*, edições de textos dispersos por ele deixados. Em sua atividade jornalística, bateu-se por campanhas cívicas decisivas para resgatar nossa democracia vacilante, como foi o caso da luta pelo voto secreto e os debates que deflagraram a revolução constitucionalista de 1932 (ver Discurso de Odylo Costa, filho, *Discursos Acadêmicos*, vol. VII, p. 524).

Aquilo que para Amadeu Amaral parecia uma quimera, o encantado fulgor de uma aurora impossível, tornou-se realidade, fulgiu do horizonte ao nível, quando foi acolhido com tanta cordialidade por esta Academia nas palavras de Carlos Magalhães de Azeredo:

A Academia quis consagrar [...] sobretudo o valor intrínseco dos vossos escritos. Assim, vos chamamos para aqui, como companheiro excelente, correligionário e irmão de armas, a fim de conosco discorrerdes dos altos anelos do espírito, a fim de combaterdes conosco os justos combates contra o materialismo dos critérios e das cobiças que, pela errada ou deficiente compreensão deste momento histórico, ameaça,

hoje, talvez mais que nunca, a personalidade intelectual e moral da nossa pátria (*Discursos Acadêmicos*, vol. IV, p. 249).

Entretanto, foi Guilherme de Almeida, em seu discurso de posse, que formulou uma análise inexcédível em pertinência e elegância, da obra de Amadeu Amaral (*Discursos Acadêmicos*, vol. VII, p. 254 e ss.). É o sonhador, é o apóstolo, que ensina: “Basta crer na beleza, ama o que é forte e puro, odeia o que é perverso”; é o crente do anseio ascensional de uma fé que não verga; é o sábio que repreende a tristeza dos fúteis; é o amigo em quem constantemente o amigo “procura a mão serena que o procura; é o poeta: é o justo, é o puro, é o bom; é o humilde entre as glórias do mundo; é o lutador que resume seu sentido de vida nos versos finais”:

Tudo quanto me alenta o esforço é o
próprio esforço...
O esforço é bom quando nos ergue e nos
arrasta no turbilhão da vida e do sonho!
E isso basta.

GUILHERME DE ALMEIDA

Guilherme de Almeida inaugurou a ideia de definir uma característica essencial de seus predecessores: Gonçalves Dias, o ritmo; Olavo Bilac, a forma parnasiana; Amadeu Amaral, a primazia do pensamento sobre as constrições formais. Odylo Costa, filho, que o sucederia em 1969, diz em seu discurso de posse: “Guilherme foi o sentimento” (*Discursos Acadêmicos*, vol. XIX, p. 516).

Entendo o sentimento atribuído a Guilherme de Almeida quase que como um elã vital impetuoso que o lançou na multiplicidade de causas, de compromissos e de instituições em que se envolveu, ela que arrebatou, numa evolução surpreendente, sua trajetória poética, arraigada em sua paixão pela Língua de Portugal, cuja beleza o poeta exaltou nesta Academia:

Aduada generosamente de sangues invasores derramados em lutas escuras, aí vicejava uma língua abundante, compósita, variada e versátil; à policromia, à flexibilidade, à inquietude, ao bulício, à vivacidade imitativa do Latim, juntara-se a aspereza

de tropel das línguas germânicas despejadas do Norte brumoso em hordas de vândalos, suevos e alanos, que roem ruivos, bruscos, brutos, esporeando ancas, entre estrépitos bárbaros de corcéis sem brida, brandir de montantes brunidos, roçar rústico de adagas e toques roucos de toscas buzinas; juntara-se também a languidez cantante da modulada algaravia mourisca, cheia de estalidos de almenaras, tatar de estandartes nas albarrãs das alcovas, bandurras e arrabis tangidos sobre alcatifas e alfombras, nos pátios coloridos de pavões, alfaias, esmaltes, azulejos e cheiros de sândalo, cânfora, almíscar, rosas e granadas... (*Discursos Acadêmicos*, vol. VII, p. 244).

Esta Língua de Portugal, enriquecida no Brasil pela enorme influência indígena e negra, às quais Guilherme de Almeida não se refere aqui, seria o instrumento de uma prosa e de uma poesia que o levariam aos cimos da Literatura Brasileira.

Formado em Direito, em São Paulo, em 1912, dedicou-se à imprensa, trabalhando em todos os jornais paulistas e colaborando com grande número de instituições nacionais e estrangeiras.

Creio que poucos membros desta Academia tenham acumulado tantos títulos acadêmicos e tantas condecorações como ele. Foi membro da Union Cultural de Sevilha; do Seminário de Estudos Galegos de Santiago de Compostela; do Instituto de Coimbra; Comendador da Ordem de Santiago da Espada, Portugal; Grande Oficial da Coroa da Romênia; Cavaleiro da Legião de Honra, França; Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo, Portugal; Grande Oficial do Mérito da Síria; Comendador da Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, dentre outras.

Foi um apaixonado pela heráldica e autor dos brasões de várias cidades brasileiras, inclusive São Paulo e Brasília.

Envolveu-se na Revolução Constitucionalista e, todos os anos, em 9 de julho, recitava a “Oração à última trincheira”, junto ao túmulo dos heróis de 1932, como, mais tarde, foi o autor da “Canção do expedicionário” cantada pelos pracinhas brasileiros na guerra contra o Eixo.

Mas Guilherme de Almeida foi, acima de tudo, um poeta. Aliás, ele mesmo disse: “Para mim nada existe fora da Poesia” (citado por Odylo Costa, filho, *ibid.*, p. 529).

Com efeito, como vimos acima, seu texto sobre a Língua de Portugal é de uma extraordinária beleza poética.

Em seu discurso de posse, observa, com um certo reducionismo retórica, que a muda importada da Língua de Portugal, por três séculos, pareceu seca e morta. Era preciso que surgisse um Gonçalves Dias “porque nas suas veias estava consumado, pelo rito amoroso da mestiçagem, o milagre da raça”. Ele já era o Brasil. Guilherme de Almeida é tão espontaneamente poeta que o texto, sobre o primeiro romântico brasileiro, flui marcado pela cadência do mesmo ritmo do verso de Gonçalves Dias: “Cantou, no assovio dos ventos sedosos que passam nas folhas moventes e frescas, a ígara que voga na fuga dos rios; a voz da Mãe d’Água nas listas correntes, que lavam e levam seus finos cabelos; a flecha que foge; Tupã nos trovões.”

É também em versos, e versos alexandrinos, que o seu discurso celebra o parnasianismo de Olavo Bilac:

Agora, num gemido, uma alma inquieta passa: e há nas vozes da terra um desejo mudo; há palavras de fé que nunca foram ditas; há confissões de amor que morrem na garganta... A Pátria é uma mulher, é a namorada verdade, que mostra ao bandeirante, entre as selvas dormida, o mundo por nascer que trazia no seio... (*Ibid.*, p. 249).

De Amadeu Amaral, Guilherme fala com especial carinho, porque o conheceu pessoalmente:

Alto e calmo. Alto como uma aspiração para o céu; calmo como uma conformação com o mundo... Há pureza e inteligência e resignação no seu perfil certo de águia prisioneira... Fala e é como se estivesse dizendo uma prece... Amadeu foi justamente o poeta que nunca pareceu um poeta. Porque ele foi um poeta. A sua vida e sua obra dizem isso. Numa e noutra nunca houve cabotinismo nem coube nunca a maldade... Não pode haver poesia verdadeira onde não há a bondade. Porque a bondade é a forma inteligente da beleza e a beleza é todo e único material de todo puro artista. (*Ibid.*, p. 251).

Neste elogio ao amigo, que abdicava do preciosismo da forma para preservar a verdade do pensamento, Guilherme de Almeida, talvez sem se dar conta, formulava a tese fundamental da metafísica aristotélica: os valores supremos são inseparáveis: na perfeita unidade se integram a beleza, a bondade e a verdade supremas.

A trajetória poética de Guilherme de Almeida foi acidentada. Partiu da Poesia Lírica fiel aos cânones convencionais na qual atingiu culminâncias ful-

gurantes, já perceptíveis em seus primeiros versos do livro *Nós*, de 1917; mais refinadas na *Dança das Horas* (1919); *Messidor* (1920); *Livro de Horas de Sóror Dolorosa* (1920), que ele considerava seu livro predileto; *Era uma Vez* (1922) e *A Frauta que eu Perdi* (1924), do qual recitou algumas poesias, no meio de vaia, na Semana de Arte Moderna. Da Poesia Lírica inicial, evolui na linha do Modernismo triunfante, quando publica, dentre outras, as duas mais importantes: *Meu e Raça*, ambos em 1925.

Aos poucos, entretanto, volta às suas origens líricas, sem perder o contato com seus companheiros do Modernismo. É intenso, nessa época, seu trabalho de traduções em Prosa e Verso. Publica *Poemas Escolhidos* (1931); *Acaso* (1938); *O Anjo de Sol* (1951) e *Pequeno Romanceiro* (1957).

Uma obra poética tão rica e tão brilhante havia de merecer-lhe, em 16 de setembro de 1959, o título de Príncipe dos Poetas Brasileiros, em eleição da qual participaram Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho e o próprio Mário de Andrade. Seus últimos livros de Poesia foram: *Rua* (1961) e *Rosamor* (1965), nos quais ele já parecia pressentir o fim:

E há para o voo aceso numa aurora,
Pressentimentos de asa nos meus ombros
Quando a Moça da Foice me namora.
Deixem-me descansar.
...
Já fiz o que tinha de fazer.

Era a madrugada de 11 de julho de 1969.

ODYLO COSTA, FILHO

Odylo é o penúltimo escritor que me precedeu nessa Cadeira, também ele, como seus antecessores, com uma rica produção literária, mas, sobretudo, poética. Foi ele que atribuiu a Guilherme de Almeida, como definição característica de seu estilo e de sua vida, o sentimento. Não gostaria que com ele a tradição terminasse. Antecipo-me assim a explicitar a nota essencial que, para mim, caracteriza os meus dois antecessores: Odylo Costa, filho, a magnanimidade; D. Marcos Barbosa, a oblação.

Odylo é maranhense, de São Luís, como o Patrono, Gonçalves Dias, onde veio à luz em 1914. Nascia com a Primeira Guerra Mundial, demonstração devastadora de ambições e de rancores, que já prenunciava a Segunda, mais terrível, quando Odylo, já no Rio de Janeiro, se dedicava ao Jornalismo, onde entrara em 1931 pela mão do Acadêmico Félix Pacheco, para a redação do *Jornal do Commercio*.

Sua vida era quase totalmente absorvida por atividades burocráticas e pelos setores de Jornalismo e de Radiodifusão. Não abandonava, entretanto, uma quase secreta atividade literária, que desabrocharia, em 1949, na peça infantil “O Balão que Caiu no Mar”, inspirada em um poema de Manuel Bandeira, que viria a ser seu maior amigo. Foi Manuel Bandeira que incluiu, na sua *Antologia dos Poetas Brasileiros Bissexto Contemporâneos*, poemas inéditos de Odylo.

Em 1942, casara-se com Nazareth, à qual Peregrino Júnior haveria de se referir na resposta ao discurso de posse de Odylo na Academia: “boa, doce, tranquila, de uma suave e autêntica beleza, sem artifício nem ostentação, foi também a dona de sua vida e a fiandeira de sua glória” (*Discursos Acadêmicos*, vol. XXI, p. 65).

No Rio, a família se instalara em Santa Teresa, onde cresce o lar harmonioso e fecundo, e se reuniam os amigos de Odylo. É ali que o casal, em 1963, é ferido pela dor. Morre sua filhinha Maria Aurora, a suave e longa aurora que levou 11 anos para amanhecer no céu. Ali os atinge o golpe fulminante da morte heroica do filho mais velho, também chamado Odylo. Heroica é também a reação do pai: de resignação, de perdão e de apelo pungente pela salvação dos meninos de rua, como o assassino de seu filho.

O sofrimento assumido pelo casal, com tão emocionante magnanimidade, leva Odylo a reduzir suas atividades burocráticas, a recolher-se no silêncio, no qual criaria poemas admiráveis, que Manuel Bandeira colocava “entre os mais belos da Língua Portuguesa” (cfr. *Anuário da ABL*, 1970, p. 81).

O Soneto de Job

Este grito, que é rio amargo, choro
que não é meu apenas, mas de todos
que o filtro das insônias decantou,
ouve-o, Senhor, que é grito de infelizes.

Perdi-me e te procuro pela névoa
no céu em fogo, no calado mar
a Teus pés volto. Faça-se o que queres
Tanto me deste que por mais que tires

Sempre me resta do que Tu me deste
Deus necessita do perdão dos homens
E é esse perdão que venho Te trazer

Com o coração rasgado, mas ao alto
Senhor, Te entrego os filhos que levaste
pelo amor dos meus filhos que ficaram.

O drama emocionou a opinião pública e despertou um movimento em defesa da criança abandonada, que resultou na criação da Comissão do Bem-estar do Menor.

Recolhido em sua dor, resolveu retomar uma história inacabada que lera para Odylinho, o qual lhe pedira que a terminasse. Daí nasceu a novela “A Faca e o Rio” e, com ela, sua vocação de ficcionista, que o levaria a elaborar depois *A Invenção da Ilha da Madeira* e, sob a forma de um canto de Natal, a *História de Seu Tomé meu Pai e minha Mãe Maria*.

Mas Odylo Costa, filho, foi sobretudo poeta; poeta, como disse Alceu, de poucos versos e muita poesia. Sua atividade literária foi incentivada pelo contato com seus amigos de Portugal, nos anos de 1965 a 1967, onde foi adido cultural da Embaixada do Brasil, quando editou *Tempo de Lisboa e outros Poemas*. Suas outras principais obras poéticas foram: *Cantiga Incompleta*, com prefácio de Heráclio Sales (1971); *Os Bichos no Céu* (1974), poemas com ilustrações de sua esposa Nazareth; *Notícias de Amor* (1976); *A Vida de Nossa Senhora*, com ilustrações de Nazareth (1977); e *Boca da Noite* (1979), cujo manuscrito foi por ele entregue à Editora Salamandra poucos dias antes de sua morte. Ao texto, a Editora acrescentou ainda dois poemas compostos pouco depois da entrega do manuscrito. Um destes poemas, intitulado “Insônia”, contém estrofes que parecem soar como um presságio:

E me faço a pior das companhias.
Foi-se-me o gosto do viver terrestre,
já nem quero fugir para alegrias
de sol urbano ou de ventura agreste.

Fujo de mim. Minhas recordações têm um travo
terrível de água morta.
Ó vinde a mim, novas fabulações,
e me guiai para a celeste porta.

Uma semana depois, em 19 de agosto de 1979, a porta celeste abrir-se-ia para ele. Conheci pessoalmente os dois últimos ocupantes desta Cadeira 15: Odylo Costa, filho, e D. Marcos Barbosa. O primeiro, conheci nas circunstâncias atormentadas pela dor, na missa que celebrei pelo filho. O segundo, conheci nesta Academia.

São símbolos de duas opções de vida que têm, contudo, um postulado comum. Odylo se refere à sua opção numa passagem emocionante do discurso no dia de sua posse:

Foi a vida que me transformou [...] em poeta contumaz. Ela, a vida, me devolveu em verso as coroas de areia e as canoas no rio, meu carneiro no quintal, o cavalo pequeno galopando na chapada, meu pai, severo, minha mãe paciente. E os olhos puros com que um dia vi adolescente aquela que é hoje minha mulher... A poesia me dá de novo uma existência inteira, até mesmo os filhos que perdi e entrego a Deus, a quem rezo ainda hoje o Padre Nosso que aprendi pequeno, não só pelos que me restam como pelos outros, os outros meninos deste meu país.

A opção de Odylo foi por Nazareth, opção que ele exalta com emocionante beleza no seu soneto “Fidelidade”, do qual recordo os últimos tercetos:

Molhamos nosso pão cotidiano
na vontade de Deus aceita e clara,
que nos fazia para sempre um,

E de tal forma o próprio ser humano
Mudou-se em nós que nada mais separa
o que era dois e hoje é apenas um.

Pela sua opção de vida, D. Marcos Barbosa renunciou à família, cuja beleza tanto exaltou em palavras e escritos, e consagrou-se à vida monacal. Não lhe foi uma opção fácil e só assumida quando se convenceu de que a dedicação à vida contemplativa não exigiria a renúncia a seu culto ao ideal da

beleza artística. O próprio D. Marcos, num diálogo representado no encerramento do II Congresso dos Religiosos, em São Paulo (1956), revela o sentido profundo de sua vida na resposta generosa ao apelo do Mestre:

Se queres ser perfeito
vaí, corre, voa
vende tudo que tens
e dá tudo aos pobres.

Eles partiram tristes
porque tinham muitos bens

Vós também
ireis, acaso, deixar-me?
Senhor, nós deixamos tudo e te seguimos
Meu Deus e meu tudo.

D. Marcos deixou tudo, como os apóstolos, para seguir o Mestre:

Deixaram tudo...
umas redes, uns peixes,
umas terras
um pai
uma noiva
uma profissão
um sonho.

As duas opções, entretanto, de Odylo e de D. Marcos, têm um postulado comum, que dá a eles toda a sua beleza e que formularia nestes termos: eles sabiam que a suprema expressão da liberdade é a decisão, a coragem de assumir compromissos irreversíveis. Com todas as alegrias e tribulações, eles foram fiéis até o fim: Odylo e Nazareth e D. Marcos, monge da Ordem de São Bento e Poeta da Ordem dos Trovadores de Deus. Eles sabiam que o amor é que dá sentido à vida e é mais importante que a vida, palavras do Pe. João Bosco Burnier S.J. poucos dias antes de ser assassinado.

É a D. Marcos Barbosa que desejo agora referir-me quando ocuparei sua Cadeira, precisamente no dia em que, se vivo fosse, completaria 82 anos de idade.

D. MARCOS BARBOSA, O.S.B.

A primeira e mais intrigante indagação refere-se precisamente à sua opção de vida. Num Brasil que, como ressaltava Alceu Amoroso Lima, em seu discurso em resposta ao novo acadêmico, enfrentava desafios novos, aquele jovem prendado, fazendo seu curso de Direito e já atraindo as atenções pelo charme de seu trato e de seus primeiros ensaios literários; no momento em que parecia tão importante permanecer nas lides da ação, este jovem deixa tudo, opta pela vida contemplativa e se recolhe ao silêncio claustral do Mosteiro de São Bento. Sua opção seria uma fuga das responsabilidades, seria um distanciamento dos compromissos com as angústias e esperanças de tantos que dele tanto esperavam?

Consideraria mesquinha tal interpretação do gesto difícil e nobre de D. Marcos Barbosa, optando pela vida contemplativa. Foi em um jesuíta, talvez o mais fulgurante pensador jesuíta deste século, que encontrei a mais linda interpretação da opção das almas contemplativas. Refiro-me a Pierre Teilhard de Chardin S.J., que deles escreveu: deixando a planície da ação imediata e buscando os cimos da vida contemplativa, *Elles respirent pour nous les plus purs courants de la haute atmosphère*. Os cimos cobertos de neves eternas não são utilizáveis para a agricultura que sacia a fome dos homens; parecem uma grandiosa e inútil exibição do esplendor da Natureza. No entanto, é deles que as planícies e os campos recebem as correntes límpidas que os fecundam.

No momento em que o jovem Lauro Barbosa, orientado por Alceu Amoroso Lima, compreendeu claramente que sua opção pela vida monástica não implicava a exigência da renúncia, mas, ao contrário, a exaltação de seu culto à beleza literária, ele não hesitou. Foi este o sentido profundo da opção daquele jovem que, em 1939, ingressava na Ordem de São Bento.

Não gozei de maior intimidade com o futuro acadêmico, mas, através de seus escritos, tive a impressão de surpreender que ele viveu, no seu íntimo, aquela inefável e decisiva experiência que o gênio da patrística latina, Santo

Agostinho, exprimia nas suas confissões: “*Quam suave mihi subito factum est carere suavitatibus nugarum; et quod ammittere metus fuerat jam dimittere gaudium erat*” (“Como, de repente, se tomou tão suave para mim carecer das suavidades mesquinhas e, de tudo aquilo que tinha tanto medo de perder, abri mão com tanta alegria”).

O mosteiro beneditino do Rio de Janeiro fora fundado em 25 de março de 1590, como consta da belíssima edição da obra *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590-1990*, Studio HMF, com prefácio de Lúcio Costa, e texto de D. Mateus Ramalho Rocha O. S. B..

No mosteiro, se conserva e se venera a imagem de Nossa Senhora de Montserrat. Por uma surpreendente coincidência, foi na noite de 24 para 25 de março de 1522 que um cavaleiro basco de nome Inigo de Loyola, no mosteiro beneditino, não longe de Barcelona, diante da estátua da mesma Virgem Maria de Montserrat, fez sua vigília de armas e ali depositou sua espada. Despojado de suas insígnias e vestes de nobreza, recolheu-se a Manresa, onde assumiria o compromisso decisivo de sua vida: de cavaleiro de um rei terreno, consagra-se como cavaleiro do Reino de Cristo. Aquela vigília de armas foi o início de uma evolução interior que culminaria com a instituição que Inácio de Loyola haveria de ver aprovada em 1540, pelo Papa Paulo III, Farnese, a Companhia de Jesus. A esse cavaleiro, Inácio de Loyola, D. Marcos Barbosa haveria de se referir, muitos anos depois, em seu livro *Poemas para Crianças e alguns Adultos*, com a poesia: “Um coxo que vai longe”. Como São Bento, sobre a derrocada da Roma Imperial, tinha expandido a primavera monacal de sua Ordem, assim esse cavaleiro de Loyola haveria de trazer novas forças à Roma Pontifícia ameaçada pela corrupção interna e pelo impacto da Reforma Protestante. Hoje, o primeiro membro dessa Companhia de Jesus, que germinou aos pés da Virgem de Montserrat, ingressa nessa Academia, sucedendo a um beneditino da Abadia do Rio de Janeiro, de Nossa Senhora de Montserrat.

REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

Lauro de Araújo Barbosa nasceu em Cristina, Minas Gerais, em 12 de novembro de 1915. Estaria, assim, completando hoje 82 anos. Fez seus estudos ginasiais em Itajubá e, em 1934, vem para o Rio, onde inicia seu aprendizado jurídico na recém-fundada Universidade do Distrito Federal.

São desta época seus primeiros ensaios literários quando, na capital da República, ainda se sentiam as agitações que iriam modificar os rumos de nossa história política e cultural. Eram os impactos da Semana de Arte Moderna, que criara tantas turbulências, no meio literário e cultural, inclusive como antes notava, em um dos mais brilhantes acadêmicos da Cadeira 15, Guilherme de Almeida. No campo político, eram as turbulências da Revolução de 1930, a reação constitucionalista de 1932, na qual também se envolveram Amadeu Amaral e sobretudo Guilherme de Almeida. Era a surda insatisfação nos quartéis que explodiria na chamada Intentona Comunista de 1935, ou seja, no ano seguinte da chegada ao Rio de Lauro Araújo Barbosa: era a efervescência da Ação Integralista Brasileira, que ofereceria o pretexto final para a imposição do Estado Novo, em 1937.

Entrementes, nosso jovem mineiro se aproximara do Centro D. Vital, fundado em 1920 por Jackson de Figueiredo e que, desde 1932, funcionava no Paço da Cidade, onde em 1938 fora criada a mais antiga instituição cultural da América Latina, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi ali que, em 1934, conta Alceu, “me defrontei de imprevisto com um jovem pálido, tímido e desconhecido que, sem qualquer apresentação, vinha bater à nossa porta, como tantos outros de uma nova geração insatisfeita com a disponibilidade filosófica e religiosa e principalmente com a substituição de um Império anacrônico por uma República burguesa” (resposta de Alceu ao discurso de posse de D. Marcos Barbosa – *Discursos Acadêmicos*, vol. XXIII, p. 175). Era o momento em que, por iniciativa do Papa Pio XI, se expandia a Ação Católica, a maior mobilização do laicato católico no mundo. No Brasil, ela também se desenvolvia sob a liderança de D. Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, que nomeara Alceu Amoroso Lima Presidente da Ação Católica Brasileira. E Alceu convida aquele jovem mineiro “tímido e pálido” para ser seu secretário. Uma nova vida começava para ele.

Situava-se num ponto privilegiado de convergência e de irradiação. Diria mesmo que estava no centro de um tornado de poderosas forças de aspiração ascensional, forças de renovação cultural e filosófica, forças da renovação religiosa e litúrgica.

Saindo da metáfora para a História, é imperiosa a referência a nomes como os de Jacques Maritain e D. Martinho Michler O.S.B.. De Paris, se irra-

diara o pensamento do primeiro, com *Les Degrés du Savoir* (1932) e *L'Humanisme Intégral* (1936).

De Beuron, com D. Martinho Michler O.S.B., vinha a renovação da vida monástica e da beleza da liturgia, da mesma Beuron, aliás, de onde ressoava o encanto genial e irreverente dos “Carmina Burana”.

Deste frêmito espiritual e cultural, em cujo centro se destacava a figura de Alceu, surge um laicato católico, do qual uma parte iria, com o próprio Alceu, colaborar com Pe. Leonel Franca S.J. na fundação da primeira Universidade Católica do Brasil, e outra parte, composta especialmente de jovens, procuraria na vida monástica a busca de novos horizontes. Entre esses jovens, estava Lauro de Araújo Barbosa, que, terminado o curso jurídico, trabalhara no escritório de advocacia de José Nabuco, mas, em 1939, ingressa na Ordem de São Bento, no Mosteiro do Rio de Janeiro, onde se ordenou sacerdote em 1947.

Ali, sob o signo beneditino do *ora et labora*, D. Marcos Barbosa orou e trabalhou durante 58 anos de uma vida que “melhor atendia às duas vocações inatas que trazíeis, em vosso coração e em vossa inteligência: a de uma profunda e espontânea espiritualidade e a de uma veia poética irresistível”, como disse Alceu Amoroso Lima ao recebê-lo, no dia 5 de maio de 1980.

Aqui a figura de D. Marcos Barbosa avulta como o homem da palavra escrita. Para além deste cenáculo cultural, como ainda para além do mosteiro ao qual se recolheu, o nome de D. Marcos Barbosa ressoa como o homem da palavra falada.

O homem da palavra escrita, o homem da palavra falada, são duas facetas do cristal luminoso que procurarei refletir, mesmo sem o brilho que merece.

D. MARCOS, TRADUTOR

Ele foi um tradutor primoroso e fiel, não um *traditore*.

A obra cuja tradução, revista por ele, e pela qual maior gratidão lhe deve a Igreja Católica no Brasil, foi certamente *Os Salmos*, que, juntamente com o *Cântico dos Cânticos*, foram considerados, ou seja, *cum-sideribus*, com os astros, as mais cintilantes fulgurações do Lirismo no horizonte da Cultura Bíblico-Cristã. A versão dos *Salmos* lhe foi solicitada pelas Edições Loyola, como ele mesmo informa na Introdução, que lhe propuseram dar uma redação literária

e poética à tradução do texto hebraico publicada, em 1951, pelo jesuíta Pe. Ernesto Vogt S.J., Reitor do Instituto Bíblico de Roma. A tradução de D. Marcos, publicada em 1977, com muitas reedições, foi o texto que, desde então, veio sempre sendo aperfeiçoado. Assim, não é exagero dizer que hoje a Igreja Católica orante, no Brasil, salmodia com as preces cuja letra original lhe foi legada por ele.

D. Marcos vertera para o Português, de Maurice Druon, *O Menino do Dedo Verde*, hoje na 59.^a edição, e, de Antoine de Saint-Exupéry, *O Pequeno Príncipe*, 44.^a edição, 1997. Não são textos ingênuos. São símbolos da inocência que tem a intuição dos sentidos essenciais e da relatividade dos valores. Traduziu ainda: *Orações da Arca*, de Carmen Bernos de Gasztold; *Marcelino Pão e Vinho*, de Josemaria Sanchez da Silva; *O Pão da Vida*, de François Mauriac. Fez uma adaptação das obras do Pe. Marcel Marie Desmarais: *Pílulas de Otimismo*, em três volumes, e *Clínica do Coração*.

Entretanto, Paul Claudel foi o autor francês do qual traduziu mais obras: *O Anúncio Feito a Maria*; *Joana d'Arc entre as Chamas*; *Via Sacra*; *O Diálogo de Santa Escolástica com seu Irmão*, *São Bento*, texto do qual fez a tradução em versos.

O ano de 1955, pouco depois de D. Marcos começar suas crônicas radiofônicas, foi um ano inclemente e simbólico para as Letras Francesas. Nele, Paul Claudel, um gênio vulcânico, se extingue na Quarta-Feira de Cinzas. Nele, Pierre Teilhard de Chardin S.J., uma fulguração radiosa, se apaga na luminosa manhã do Domingo da Páscoa da Ressurreição.

Lamentavelmente foi Paul Claudel que lhe causou a mais profunda mágoa, à qual se refere em sua crônica radiofônica publicada na revista *A Ordem* de 8 de março de 1955. A notícia da morte de Claudel, ocorrida poucos dias antes, em 23 de fevereiro, deixara-o embaraçado, como ele mesmo o narra em seu artigo “Amigo”:

Terei eu o direito de colocar sob a rubrica de amigo o genial poeta, aquele que grandes espíritos consideram superior a Dante e capaz de dialogar, através dos séculos, com os maiores trágicos gregos? Terei eu o direito de usar esse adjetivo em relação a quem recebeu com tão pouco interesse a visita de um Tristão de Athayde, talvez o maior divulgador entre nós de sua obra genial? Creio que sim. Que Claudel é meu amigo pelo muito que me deu na sua obra. Foi bom que eu não o conhecesse, que eu pouco me informasse de sua aparência distante, de suas atitudes antipáticas. Pois nada

disso me impediu de receber em cheio o choque de sua poesia, o turbilhão de seu gênio (*A Ordem*, maio de 1955).

De Teilhard de Chardin S.J., D. Marcos Barbosa não conhecia então os trabalhos. Suas teses sobre a cosmogênese, a antropogênese e a cristogênese foram julgadas perigosamente avançadas pelo Superior Geral da Companhia de Jesus, que lhe vetara a publicação de livros ou artigos. No entanto, foi Teilhard que deu uma das mais belas interpretações da beleza da vida monástica. Num momento em que um intenso ativismo pastoral agitava a França, considerada *pays de mission*, não faltaram os que depreciassem a vocação contemplativa como uma forma de alienação das urgências eclesiais. Na publicação póstuma da correspondência de Teilhard, encontra-se a expressão antes citada de sua certeza da importância, para a Igreja, das vocações contemplativas.

D. Marcos Barbosa não guardou ressentimentos das atitudes de Paul Claudel, que morrera com 87 anos, quando orientava os ensaios da peça “Jeanne d’Arc au Bûcher”, no momento em que a heroína acabava de pronunciar, nos versos traduzidos por D. Marcos:

Como é belo viver e como a glória de Deus
é imensa. Mas como é bom também morrer
quando se acaba bem
e sobre nós se estende pouco a pouco
o obscurecimento de uma sombra escura.

“À sombra de Deus sentou-se o grande poeta, comenta D. Marcos, que encheu o mundo de uma luz que não se apaga, acesa na fé e no gênio.” (*A Ordem*, maio de 1955, p. 345).

D. MARCOS, AUTOR

D. Marcos escreveu em Prosa e Verso. É a única divisão excludente que é possível fazer de sua obra literária. Entretanto, ele se notabilizou mais como poeta. Foi em versos que compôs hinos, grande variedade de autos, além de suas numerosas obras poéticas. Aliás, seu primeiro livro, *Teatro*, publicado no ano mesmo de sua ordenação sacerdotal, 1947, prefaciado por Gustavo

Corção, recém-convertido, era uma coletânea de pequenos autos em verso, representados no próprio mosteiro.

No mesmo gênero literário dos autos, que lembram muito os do Pe. José de Anchieta, ele publicou vários outros livros, entre os quais menciono, como os mais expressivos e os mais representados: *Mãe Nossa que Estais no Céu*, publicado em Belo Horizonte, s.d.; *Para a Noite de Natal*, Petrópolis, Editora Vozes (1963); *Para Preparar e Celebrar a Páscoa*, ibid. (1964); *A Noite Será como o Dia*, publicado em 1959 e reeditado em 1968; *Um Menino nos Foi Dado*, organizado por Lúcia Benedetti, in *Teatro Infantil* (1974).

As obras em prosa que tiveram maior influência na formação do laicato católico foram *O Livro do Peregrino*, publicado em 1955; *O Livro da Família Cristã*, prefaciado por D. Hélder Câmara; *Um Encontro com Deus*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio (1991), que publicara, em 1985, *Nossos Amigos, os Santos*. Colaborou também em estudos de natureza cultural, como: *Manifestações de Autonomia Literária / Escola Mineira e outros Movimentos*, in *História da Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Fename/CFC-1973; *A Arte Sacra*, Rio de Janeiro (1976), Coleção “Tema Atual”.

A maior parte, porém, dos seus escritos em prosa foram as crônicas radiofônicas publicados em *A Ordem e Encontro Marcado*, lidas durante quase quarenta anos na Rádio Jornal do Brasil, e depois na Rádio Catedral, e nos artigos que publicava semanalmente, no mesmo *Jornal do Brasil*.

D. Marcos Barbosa foi, antes de tudo, um poeta, autor inclusive do hino do 36.º Congresso Eucarístico Internacional de 1955, hino traduzido em várias línguas, inclusive em Latim, pelo próprio D. Marcos, e em Inglês por Thomas Merton, que nascera, como ele, em 1915, e com ele mantinha fraternal amizade.

DOM MARCOS BARBOSA, POETA

D. Marcos Barbosa como poeta não teve pretensões nem épicas nem trágicas. Seu lirismo se fez sentir em sua palavra escrita e em sua palavra falada, nas crônicas, nos autos, nos oratórios e poemas.

Seu culto à beleza não era o efeito de um fútil esteticismo literário. Era fruto da certeza de sua convicção metafísica antes referida, de que os supre-

mos valores universais são inseparáveis: a suprema unidade é o supremo bem, a suprema verdade, a suprema beleza. A fidelidade a essa suprema beleza como critério de vida já é um culto de adoração à suprema e única bondade, à suprema e única verdade, fidelidade na qual hauria a força para sua opção de vida.

Ele é um poeta, e a primeira característica que nele me impressiona é a simplicidade, a total ausência de vaidade, diria mesmo, a inocência.

Falei em inocência. O termo se presta a uma ambiguidade semântica, pela proximidade de suas raízes etimológicas latinas: *nocere* e *noscere*. Apenas uma letra, um “s”, as distingue. D. Marcos foi um inocente, alguém incapaz de *nocere*, de fazer mal a quem quer fosse e sempre disposto a prestar a mais cordial satisfação a quem um mal-entendido pudesse eventualmente ter magoado. Entretanto, neste cenáculo do culto às Letras, permito-me pedir licença aos austeros zeladores da autenticidade semântica, para relacionar inocentemente a inocência também com o *noscere*, mais próximo do radical grego *gnosco*, gnóstico, mas usado em Latim no verbo *cognoscere*, conhecer. Neste sentido também, D. Marcos Barbosa foi um inocente. Sem se envolver em sofisticados debates gnósticos, ele se dirigia, *ex abundantia cordis*, aos inocentes, àqueles que só entendem um gesto, uma palavra de ternura e compaixão. O inocente tem o dom, como ele, D. Marcos, de se extasiar ante as belezas singelas, por exemplo, as flores:

As muitas flores conversam
no silêncio do jardim:
Todos que passam me aspiram!
Diz a primeira. O jasmim.

Eu reino como rainha
e sou por isso orgulhosa,
Qual outra a mim se compara?
pergunta, insolente, a rosa.

Da orquídea sofisticada
à repetitiva hortênsia,
gabam todos seus encantos
numa fútil concorrência.

Porém, oculta entre as folhas,
uma flor nos desconcerta:
a violeta quer dar-nos
o prazer da descoberta.

A expressão, porém, mais singela desta inocência literária de D. Marcos talvez seja o livro *As Vinte e Seis Andorinhas*, no qual evoca a lembrança de um menino que viu sua mãe sorrindo lendo um livro que, para seu espanto, não tinha figuras. A mãe explica que as letrinhas escondiam histórias que faziam rir ou chorar. O menino aprendeu a ler e a escrever aquelas letrinhas:

As letras são como flores,
formando um belo buquê
que o grego chama alfabeto
e o português ABC.

O menino tornou-se escritor. Chamava-se Gustavo Corção, que haveria de prefaciá-lo primeiro livro de D. Marcos.

A Poesia, para D. Marcos, “não é apenas a plenitude do homem, ela é a sombra de Deus, o apelo de Deus, o limiar do paraíso e do mistério, a própria porta do céu.” (“A escolha da poesia”, *A Ordem*, 1961, p. 226).

O lirismo de D. Marcos se revela também no que chamaria um certo detalhismo descritivo dos fenômenos e dos gestos. Só a inocência das crianças e dos humildes, tão próxima do *humus*, do chão, pode captar os detalhes, os pormenores, que não chamam a atenção dos que se deixam envolver no turbilhão das preocupações cotidianas:

Do céu desceu a chuva
a gota entrou no chão
a vinha deu a uva
a espiga deu o pão.

O homem com carinho
curvou a rude mão
da uva faz o vinho
do trigo faz o pão.

(*Hino do Congresso Eucarístico*, cantado por milhões de fiéis no altar do Aterro.)

Iludir-se-ia, entretanto, quem visse em D. Marcos Barbosa o poeta de pequenas poesias bem metrificadas e rimadas. Ele é também o poeta dos êxtases ante a beleza cósmica e a tragédia humana. Soube inclusive livrar-se dos rigores prosódicos convencionais. A beleza o seduziu, como ele mesmo confidencia no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Arte, em 12 de setembro de 1985: “só foi capaz de deixar de repelir o chamado de Deus, quando a Ordem de São Bento lhe revelou que a beleza, apesar de tudo, não fora de todo banida da Casa do Senhor.” Eis um exemplo de seu êxtase ante o mistério da beleza e da dor:

Mar, misterioso mar

Profundezas misteriosas do mar,
que ninguém jamais viu,
onde apenas penetra
quando as ondas são claras,
nas noites de lua,
o olhar apagado
dos mártires cegos.

Mar,

quantas túnicas guardas no teu fundo
das virgens que se despiram,
quantos corpos de recém-nascidos
que os peixes não ousaram tocar.

Por isso, mar, és negro no teu fundo
e quando todos dormem tranquilos
na noite quieta,
na noite de estrelas
só tu te agitas.

Mar, misterioso mar,
de quantos corpos de suicidas
és o habitáculo profundo?
Quantos buscaram em ti o esquecimento?

Mar terrível
Mar monstruoso
Os que morrem em ti
não têm a calma tranquila,
o sono abençoado à sombra da cruz.

Mar, belo mar selvagem,
que inspirastes os poetas de todos os tempos
e deste ao cetro do rei
as pérolas do teu seio.

Mar terrível, mar de pecados e lamentos
chorando de noite
batendo no peito das rochas
mas sempre seduzindo os viajores incautos
e as mulheres desiludidas.

Quando repousarás, ó mar?
Quando serás tranquilo como os olhos mortos
e o gesto sereno dos santos?

Para que habite em ti,
como no princípio,
quando as coisas não eram
o Espírito vermelho
que vaga no mundo
turbando os homens?

(Poemas do Reino de Deus)

A segunda característica que destaco em D. Marcos é a simpatia. Também aqui me refiro às origens semânticas do termo grego: *syn* + *pathein*, sofrer com; partilhar dos mesmos sentimentos. Na sua vida, encarnou a inspiração do lema do monge da Ordem de São Bento: *Succisa virescit*, a planta cortada rebrota verdejante. O sofrimento, longo sofrimento, que o golpeava nunca o impediu de florescer de novo em sua intensa e múltipla operosidade, em suas crônicas radiofônicas, seus poemas, sua atividade jornalística, seus artigos, seus autos, sua correspondência. Foi somente nos últimos três anos de sua vida que a dependência do tratamento reduziu seu ritmo de trabalho, mas

nunca lhe arrefeceu a certeza de que, golpeado pela dor, haveria de reverdecer na plenitude instantânea da glória.

Respeito sinceramente aqueles que não compartilham das convicções religiosas dele e minhas, mas seria injusto para com ele, se omitisse a referência ao lado luminoso de sua fé, à imagem de serena beleza de sua devoção, à vertente sofrida de sua simpatia para com os que sofrem.

Essa característica de D. Marcos, de saber como o Apóstolo Paulo *flere cum flentibus; gaudere cum gaudentibus* (chorar com os que choram; alegrar-se com os que se alegram), transcende sua atividade poética e manifesta-se em toda a variedade de formas de comunicação por ele usadas, na palavra escrita e falada.

O amor, mais forte do que a morte, inspirara já ao jovem Lauro Araújo Barbosa, recém-chegado das Minas Gerais, a Poesia, na qual Antônio Corrêa de Oliveira via a promessa de um grande poeta e que o autor oferecia para ser publicada na revista *A Ordem* em 1937, dois anos antes de sua entrada no Mosteiro. Alceu, que atesta o fato, vê no poema uma sublimação de amores adolescentes no mais puro amor celeste. Vejo no poema a afirmação da certeza cristã no destino definitivo da criatura humana, como o revela o próprio título, o repto mais frontal, mais ousado da fé à inexorabilidade cósmica:

Ressurreição da carne

Teu corpo
Perfeito como o vaso do oleiro
Em que bebi a essência de tu' alma
Há de voltar ao solo
De onde vem a argila.

Tuas mãos,
Que se erguem numa oferta,
E se puseram sobre as minhas num gesto de noivado,
Hão de tomar-se um húmus,
De onde vem o lírio.

Teu cabelo,
Que cobria tua cabeça como um véu,
Diante da minha majestade de homem,
Há de voltar às minas
De onde vem o ouro.

Teus olhos,
Carvões desoladores,
Que queimaram a minh'alma e purificaram o meu corpo,
Se apagarão no céu,
De onde vem a luz.

Tua boca,
Livro purpúreo
Que guardava as palavras da Sabedoria,
Mergulhará no mar
De onde o coral vem.

Teus gestos, sóbrios como um culto,
Que marcaram o limite do meu mundo
Hão de perder-se no espaço
Como um voo ferido.

Tua voz,
Que aplacava a minha ira
E chegava à torre do meu exílio,
Há de se partir como a corda
De onde vem o som.

Teus passos,
Que marcaram sulcos na minha carne,
Hão de se perder como o rastro do peregrino,
Que a areia do deserto apaga
Na direção incerta.

Mas um dia,
Ao soar das trombetas,
As tuas partículas desagregadas,
Entradas na formação de outros mundos,
De novo formarão um todo perfeito,
Sem ruga e sem mancha.

Então os anjos,
Com as suas asas de fogo,
Longas e rubras,
Formarão um círculo em torno do teu corpo

Para defendê-lo;
E ele será como a cidade invicta,
Onde ninguém penetra.

Mas quando eu chegar,
Transfigurado,
Na minha veste de núpcias,
Os anjos se afastarão,
Silenciosos, ...

E eu, comovido,
Ante a tua beleza,
Que nada iguala,
Apenas tocarei, com medo,
A orla do teu vestido.

Entrando no Mosteiro, na Ordem de São Bento, o jovem percorre seus anos de formação monástica e vai descobrindo novas e secretas fontes de inspiração, na liturgia e na sua nova opção de vida.

E não demorava muito para que iniciasse sua trajetória de escritor “numa linguagem saborosa, moderna, viva, plástica, diáfana...” que lhe permitiu construir uma obra discreta, feita de sutileza, de pureza, de angelitude, no sentido da leveza e da extrema delicadeza, como dele escreveu Antônio Carlos Villaça.

Publicou muitos autos, especialmente para o Natal e para festas de Nossa Senhora, como o que narra o diálogo dela com José.

José: Chegamos de fato a uma gruta
transformada em estábulo.

Maria: Sinto agora meu filho
estremecer em meu regaço
Ouço a voz de meu filhinho
dizer baixinho:
É aqui.

José: Não quis nascer como Deus,
não quis nascer como rei,

não quis nascer como pastor,
quis nascer como pobre.

Maria: É aqui. É aqui.

(Natal de 1960.)

Tais versos foram escritos muito antes de a Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam) ter proclamado no México, em Puebla, 1978, “a opção preferencial pelos pobres”.

O mais longo e mais lindo auto de D. Marcos, sobre aquela que era sua mais secreta e amorosa devoção, é o auto “Maria, Mãe de Deus e dos Homens”, que, aliás, inclui textos de Gabriela Mistral e Cecília Meireles e reconstitui todos os episódios da vida mariana, do *Fiat* que tornou possível o maior evento de toda a História do Cosmo, a construção célula por célula, nas entranhas virginais, do corpo do Filho do Homem - Filho de Deus; do *Fiat* até a espada da dor que lhe traspassa o coração, aos pés da cruz onde seu filho se imola pela redenção do mundo, a cruz, o símbolo geometricamente mais perfeito: um eixo horizontal que abraça todas as latitudes cortado pelo eixo vertical que atravessa todas as longitudes (cfr.: *A Ordem*, 1961).

Sobre os autos de D. Marcos Barbosa ninguém escreveu com tanta beleza e lucidez quanto Sábato Magaldi, no Ciclo de Conferências do Centenário da Academia Brasileira de Letras, sobre o tema “Os Dramaturgos”.

A “simpatia”, segunda característica de D. Marcos, o mostra solidário com a dor humana. Em seu programa da Rádio Jornal do Brasil, não se perdia em especulações eruditas, mas levava conforto ao sofrimento e alento às alegrias. Seus milhares de ouvintes experimentaram uma espécie de sentimento de orfandade com o silêncio final dos *Encontros Marcados*, transmitidos por quase quarenta anos.

Esta solidariedade com o sofrimento também é tema de muitas de suas mensagens radiofônicas, reproduzidas pela revista *A Ordem*, como as mensagens sobre a morte do repórter e fotógrafo Luciano Carneiro e ao casal Celso Augusto Fontenelle e Lia Duarte Pereira pela morte do filhinho em 1957.

D. Marcos, em seus artigos e alocações, dedicou um carinho especial ao amor humano, consagrado, pelo sacramento do Matrimônio, à família cristã, através de inúmeros autos, poemas, recitais, homilias, como a pronunciada no

Mosteiro, em abril de 1957, quando abençoava o casamento de Marcílio Marques Moreira e Maria Luiza Oliveira Pena. Essa preocupação com a obra-prima da Cultura Cristã, que é o lar cristão, a família cristã, era-lhe talvez inspirada por um sentido premonitório das graves crises que a família enfrenta hoje e que motivou a convocação aqui para o Rio de Janeiro do II Encontro Internacional sobre a Família, presidido pelo Sumo Pontífice, João Paulo II.

É a esse amor consagrado na família que ele dedicou uma das suas mais belas poesias:

O ouro do amor

Ouro saído das minas
o que na terra vais ser?
Serei do rei a coroa,
o cetro do seu poder.

Ouro saído das minas
qual na terra o teu destino?
Serei do poeta a pena,
jorrando o verso divino.

Ouro saído da terra,
na terra qual o teu fado?
Serei um par de alianças
para selar um noivado.

Um foi ouro do poder,
outro foi ouro de glória,
mas foi o ouro do amor
que teve a mais bela história!

Foi quando o império passou
e foi o poema olvidado,
que o amor estava, brilhando
nos filhos transfigurado...

“Per dipingere le cose del Cristo, bisogna vivere con il Cristo.” Permito-me parafrasear esta frase atribuída a Fra Angelico: também para cantar as coisas do

Cristo, é preciso viver com o Cristo, como o fez D. Marcos Barbosa. Quem percorre sua obra tem a impressão de que a vocação à vida monástica representou uma ruptura, quem sabe, uma ruptura heroica, em sua evolução poética. Sua facilidade em versejar, sua inspiração artística não são mais levadas a revelar sentimentos e emoções. Ele as dedica inteiramente a serem instrumentos, no sentido melódico do termo, do anúncio, à Cultura Moderna, da mensagem religiosa do Reino de Deus, em versos bem-comportados: boa prosódia, metrificados e de rimas simples. O monge capturou o trovador.

“Esse poeta das coisas simples e das coisas mais altas, dos mistérios e das claridades”, citando José Arthur Rios e Rui Domingues, esconde aí o seu mais íntimo segredo: viver com o Cristo, amar o que Ele amou, desde sua Mãe Santíssima até os seus irmãozinhos mais pobres, passando pelo todo imenso sofrimento humano, iluminado também por radiosas alegrias.

É esta união entre Poesia e Fé que fez toda a beleza da obra desse Monge da Ordem de São Bento e desse Poeta da Ordem dos Trovadores do Reino de Deus. Mais de quatrocentas pessoas estiveram presentes no seu sepultamento no próprio Mosteiro, no dia 5 de março de 1997, quando passou para a plenitude instantânea da imortalidade que não tem ocaso.

Senhora presidente, senhores membros da mesa, prezados acadêmicos, caros parentes e amigos,

Nesta Academia Brasileira de Letras, na qual sou hoje recebido, prece-deram-me quatro membros do clero católico: D. Silvério Gomes Pimenta, do clero diocesano, primeiro arcebispo de Mariana, que tomou posse em 1920, recebido por Carlos de Laet na Cadeira 19; D. Francisco de Aquino Correia, da Ordem Salesiana, segundo arcebispo de Cuiabá, recebido em 1937 por Ataulfo de Paiva, na Cadeira 34; D. Marcos Barbosa, da Ordem de São Bento, recebido na Cadeira 15 por Alceu Amoroso Lima, em 1980; e D. Lucas Moreira Neves, da Ordem Dominicana, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil empossado em 1996 na Cadeira 12, saudado por Marcos Almir Madeira.

Sou, assim, o primeiro da Companhia de Jesus a ingressar na Academia.

O presente ano, 1997, é particularmente auspicioso pelo número de centenários que nele se celebram: o próprio centenário de nossa Academia, o centenário de seu decano, Barbosa Lima Sobrinho, e, permitam-me evocar

dois outros especialmente caros para mim: o 4.º centenário do Beato José de Anchieta e o 3.º centenário de Antônio Vieira, dois membros da Companhia de Jesus, que se assinalaram por sua contribuição à Cultura Brasileira.

José de Anchieta, de ancestrais de origem ibérica, basca, nascido em Tenerife, em 1534, chegou a nossas plagas, a Bahia de Todos os Santos, em 1553. Dedicou à Terra de Santa Cruz 42 anos de sua vida. Ocupou-se, com sacrifícios heroicos, da instrução e catequese dos colonos e dos índios, na linha precursora do que chamamos hoje a inculturação. Redigia com fluência em Português, Latim e Tupi-Guarani. Compôs cancioneros, poemas e autos, muitos deles recitados e representados no Pátio do Colégio de Piratininga, em torno do qual cresceria a cidade de São Paulo. Foi autor de uma gramática e de um vocabulário da Língua Tupi, “a língua mais falada na costa brasileira”, como escreveria mais tarde. Em Latim, compôs, entre outras obras, o primeiro poema escrito em nossa pátria: “De beata virgine Dei matre Maria”. O poema foi composto em dísticos, sequências de hexâmetros e pentâmetros, num total de 5.785 versos, divididos em cinco cantos e uma dedicatória final à Virgem Maria. A obra foi traduzida no Brasil com o título: “Poema da Virgem”. Composto por José de Anchieta quando refém dos selvagens em Iperoig. Texto latino e versão portuguesa do Pe. Armando Cardoso S.J.. Edição do Arquivo Nacional, 1949, Rio de Janeiro.

Anchieta abriu no Rio de Janeiro a Santa Casa de Misericórdia e construiu em Salvador, Bahia, a Igreja do Colégio dos Jesuítas, o qual, um século depois, receberia um ilustre aluno de nome Antônio Vieira.

Na Capitania de São Vicente, fundou as aldeias de Barueri e Guarulhos. Conseguiu a colaboração dos índios tupis na luta contra os flibusteiros ingleses e os corsários franceses, que já se haviam instalado na Bahia de Guanabara.

Na Capitania do Espírito Santo, criou as aldeias de Guarapari, Cricaré, Reis Magos, São Mateus e Reritiba, hoje Anchieta, onde morreria em 9 de junho de 1597.

José de Anchieta pode ser considerado um dos fundadores da Literatura Brasileira. Sabia transmitir sua mensagem numa linguagem simples que o povo humilde entendia, linguagem musical, com os coros e danças de seus autos representados principalmente em Piratininga e Maniçoba, hoje Itu. Sobre os autos do Pe. Anchieta, não posso deixar de fazer especial menção ao erudito estudo de Luísa Trias Folch e Nicolás Extremera Tapia, da Universidade de

Granada: “O teatro do Pe. Anchieta, recursos dramáticos para a evangelização”, texto editado em 1997 pelos Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, realizado no ano passado aqui no Rio de Janeiro.

Foi um missionário incansável que, apesar de sua saúde precária, aglutinou os grupos étnicos dos colonos portugueses, dos índios e dos mamelucos aos quais se associariam, mais tarde, os negros, pardos e cafuzos. Esta foi a matriz étnica da nação brasileira, para cuja formação foi decisiva a ação catequética de Anchieta.

O Brasil, pelas suas mais conspícuas instituições culturais, como esta Academia e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vem rendendo um preito de gratidão a José de Anchieta, cuja ação missionária tanto contribuiu para preservar a unidade territorial de nossa pátria no momento em que o Novo Mundo começava a se integrar à Civilização Ocidental.

Muitos ilustres poetas brasileiros renderam sentida homenagem a seu predecessor. Em 1864, no Canto X de sua epopeia, *A Confederação dos Tamoios*, a ele se refere Domingos José Gonçalves de Magalhães, Patrono da Cadeira 9.

Quando, entre o céu e o mar, o sol no ocaso
seus últimos fulgores dardejava
tingindo o berço seu de um mesto roxo;
nestas plácidas horas em que os bosques
se cobrem de sombria majestade
e a voz ressoa das sonoras brenhas
como da sonolenta Natureza
melancólicas preces do repouso;
ia o vate cristão meditabundo
vagar sozinho na deserta praia,
co’ a mente cheia do celeste assunto,
que em versos de seus lábios derramava,
ao gemebundo som da undosa orquestra.
Como por vê-lo e admirar-lhe os passos,
entre os círios do céu se erguia a lua,
longa zona argentina refletindo
sobre o mar salpicado de ardentia:
disseras ser um rio de luz pura,
que de vulcão celeste a flux surgindo,

em campo diamantino deslizava!
Ao fulgor dessa luz tão cara aos vates,
ele co' o seu bordão ia escrevendo
seus espontâneos versos sobre a areia,
que das vagas os beijos alisaram;
e na firme memória recolhendo
essa correta página deixava
que o mar na enchente lhe varresse os traços.

Em 1875, Fagundes Varela, patrono da Cadeira II, no seu extenso poema, em dez cantos, *Anchieta ou o Evangelho nas Selvas*, deixou-se arrebatado pelo seu esto romântico, para muito além da realidade histórica e da precisão exegética. Não deixou, entretanto, de dedicar-lhe uma piedosa invocação:

Alma inspirada de Anchieta ilustre,
espírito do apóstolo das selvas!
sábio e cantor, luzeiro do futuro!
Tu, que nas solidões do Novo Mundo
sobre as alvas areias, borrifadas
das escumas do mar, traçastes os versos
do poema da Virgem e ensinaste
aos povos do deserto a lei sublime
que ao reino do Senhor conduz os seres;
ensina à minha musa timorata
a linguagem celeste que falavas!
Dá-lhe a doce expressão, a graça infinda,
a força, a eloquência e a verdade
dessas singelas narrações, que à noite
fazias nos outeiros, nas florestas,
às multidões que ouvindo-te choravam,
e pediam as águas do batismo!

Em 1902, nas *Poesias Completas – Ocidentais*, o fundador desta Academia consagra a Anchieta uma de suas mais enternecidas composições. Assim escrevia Machado de Assis:

Esse que as vestes ásperas cingia,
e a viva flor da ardente juventude
dentro do peito a todos escondia.

Que em página de areia vasta e rude
os versos escrevia e encomendava
à mente, como esforço de virtude;

Esses nos rios de Babel achava
Jerusalém, cantos primitivos
e novamente aos ares os cantava

Não procedia então como os cativos
de Sião, consumidos de saudades,
velados de tristeza e pensativos.

Os cantos de outro clima e de outra idade
ensinava sorrindo às novas gentes
pela língua do amor e da piedade.

E iam caindo os versos excelentes
no abençoado chão, e iam caindo
do mesmo modo as místicas sementes.

Nas florestas, os pássaros, ouvindo
o nome de Jesus e os seus louvores,
iam cantando o mesmo canto lindo.

Eram as notas como alheias flores
que verdejam no meio de verduras
de diversas origens e primores.

Anchieta, soltando as vozes puras,
achas outra Sião neste hemisfério
e a mesma fé e igual amor apuras.

Certo, ferindo as cordas do saltério,
unicamente contas divulgá-la
a palavra cristã e o seu mistério.

Trepar não cuidas a luzente escala
que aos heróis cabe e leva à clara esfera
onde eterna se faz a humana fala.

Onde os tempos não são esta quimera
que apenas brilha e logo se esvaece
como folhas de escassa primavera.

Onde nada se perde nem se esquece
e no dorso dos séculos trazido
o nome de Anchieta resplandece
ao vivo nome do Brasil unido.

Três dos ilustres ocupantes desta Cadeira I5, para a qual a Academia
elegeu um irmão de Anchieta, da Companhia de Jesus, a ele dedicaram poesias,
a começar pelo próprio fundador, Olavo Bilac:

Anchieta

Cavaleiro da mística aventura,
Herói cristão, nas provações atrozés
Sonhas, casando a tua voz às vozes
Dos ventos e dos rios na espessura:

Entrando as brenhas, teu amor procura
Os índios, ora filhos, ora algozes,
Aves pela inocência, e onças ferozes
Pela bruteza, na floresta escura.

Semeador de esperanças e quimeras,
Bandeirante de “entradas” mais suaves,
Nos espinhos a carne dilaceras:

E, por que as almas e os sertões desbraves,
Cantas: Orfeu humanizando as feras,
São Francisco de Assis pregando às aves...

Guilherme de Almeida rende homenagem ao fundador de Piratininga:

Prece a Anchieta

Santo, erguestes a cruz na selva escura;
herói, plantastes nossa velha aldeia;

mestre, ensinastes a doutrina pura;
poeta, escrevestes versos sobre a areia!

Golpeia a cruz a foice inculta e dura;
invade a vila multidão alheia;
morre a voz sábia entre a distância e a altura;
apaga o poema a onda espumante e cheia...

Santo, herói, mestre e poeta: – pela glória
que deste a esta terra e à sua história,
pela dor que sofremos sempre sós;

Pelo bem que quisestes a este povo,
Novo Batista deste Mundo Novo,
Padre José de Anchieta, orai por nós.

Para encerrar, não podia faltar a palavra de meu irmão de sacerdócio, da
Ordem de São Bento, D. Marcos Barbosa:

Um poema na areia

Anchieta escreve na areia,
e onda vai, onda vem,
O mar rouba à terra os versos:
Maria é dele também.

O poema vai se apagando,
porém o poeta o decora,
e seu coração é um búzio
só de louvor à Senhora.

A que nasceu sem pecado,
à que virgem deu à luz,
e, como estrela, se é noite,
o barco ao porto conduz.

Como pisou a serpente,
esmaga na terra o mal
e sobre os filhos se inclina
na luz de cada natal.

Não posso também omitir uma referência a outro jesuíta, no III centenário de sua morte, Antônio Vieira, declarado por Fernando Pessoa Imperador da Língua Portuguesa.

A homenagem a Vieira é para mim mais fácil, porque basta associar-me aos muitos que já celebraram sua importância para a Literatura Portuguesa e tanto contribuíram para exaltá-la.

Permitam-me fazer uma referência inicial àquele do qual guardo a mais antiga memória, o velho Pe. Luiz Gonzaga Cabral S.J., autor do livro *Vieira, Pregador*, antigo reitor do Colégio Antônio Vieira na Bahia.

Entre outros, dele foram alunos vários membros desta Academia: Herberto Sales, como consta de seu discurso na Universidade da Bahia, agradecendo o título de Doutor *Honoris Causa*; Jorge Amado, que fugiu em tempo do colégio para a universidade da vida, como ele mesmo o atesta em *O Menino Grapiúna*; Anísio Teixeira, a quem o referido Pe. Cabral fez de tudo para atraí-lo à Companhia de Jesus, como o narra outro acadêmico, Hermes Lima, em *Anísio Teixeira – Estadista da Educação*. Aliás, sobre ele, não posso omitir referência à obra de Luiz Viana Filho: *Anísio Teixeira – A Polêmica da Educação*.

Amadeu Amaral, sucessor de Bilac nesta Cadeira 15, em seus *Estudos e Notas de Literatura*, publicado em 1924, sob o título de *O Elogio da Mediocridade*, de que já fiz menção, responde à dura crítica que do Pe. Antônio Vieira fizera Paulo Prado, em artigo do jornal *O Estado de S. Paulo*, acusando-o de “político tortuoso em sua retórica teatral”. Diz, de Vieira, Amadeu Amaral:

O seu estilo já é o comentário perpétuo de um caráter: sempre homogêneo, sempre igual, sempre o mesmo nas muitas dezenas de longos sermões pregados. É sempre o mesmo no desapego ascético das palavras, das galas e dos arrebiques, é sempre o mesmo a servir-se do vocabulário como coisa indispensável à comunicação das ideias e só na medida do indispensável; é sempre a mesma designação precisa e inconfundível das coisas, chamando ao parvo, parvo; ao ladrão, ladrão; à mentira, mentira; é sempre a mesma elocução desempeçada, correntia, viva, natural, feita de pensamento e de justeza, sem mais literatura, de ordinário, que aquela pedida pela expressão exata do que se tem para dizer (*Op. cit.*, p. 155).

Vieira, missionário incansável, grande pregador, gozava de alto prestígio, que o arrastou a envolver-se na ação política pela qual receberia acerbas críticas.

No entanto, o mesmo Amadeu Amaral destaca também grandes acertos de sua intrepidez e lisura:

Incomodou [...] os que desfrutavam, ciosos, os doces favores do paço [...]. Incomodou, com seu fulgor e com sua crítica, os literatos eclesiásticos e civis do seu tempo. Incomodou a nobreza [...] com o aço acuminado de suas ironias. Incomodou os traficantes de carne humana; incomodou os caçadores de índios e de negros, incomodou diplomatas com suas intromissões nos negócios; incomodou os funcionários com sua incansável atividade nos assuntos do Estado. Incomodou, em suma, toda gente [...]. (Ibid., p. 165).

Vieira, que nascera em Lisboa em 1609 e viera para o Brasil com 6 anos, aos 15 anos entrava na Companhia de Jesus. Defendeu destemidamente a liberdade dos índios nos longos anos de missionário aqui vividos.

Amadeu Amaral consagra a importância de sua obra:

A vida dos grandes homens não termina com a morte do corpo. Eles continuam a viver e a agir, incorporados ao patrimônio das aquisições humanas [...] modificando ideias e ações, guiando inteligências e latejando até, por uma eucaristia estranha, na própria substância dos espíritos que os devoram (Ibid., p. 164).

Ao Pe. Antônio Vieira, o prezado professor e amigo Gladstone Chaves de Melo, austero defensor de nossa pureza linguística, dedicou vários estudos, nos seus longos anos de Magistério. Não quis omitir-se na celebração do terceiro centenário de Vieira, publicando na *Carta Mensal* da Confederação Nacional do Comércio o artigo intitulado “Vieira e o sermão do bom ladrão”, vigorosa e esmagadora objurgatória contra os corruptos e corruptores impunes. Sem querer acentuar muito a atualidade do Sermão, talvez porque o seu título continha um adjetivo não muito atual, o “bom” ladrão, não deixa de observar que o texto “parece retratar os nossos dias marcados pela mais ruíno-sa voragem dos tranquilos assaltantes da fazenda pública”.

A Antônio Vieira, nossa Academia dedicou todo um número de sua *Revista Brasileira*, publicado no primeiro trimestre deste ano centenário. Nele colaboraram: João de Scantimburgo, com o “O tempo em sermão do Pe. Antônio Vieira”; o Rev. José Gonçalves Salvador, “O Pe. Antônio Vieira e os cristãos-novos”; Leodegário A. de Azevedo Filho, “Arte, tópica e método no

sermão da sexagésima”; Silvio Elia, “O enigma da *Arte de Furtar*”; Ivan Lins, “Atualidade do Pe. Antônio Vieira, S.J.”; Ernesto Pereira Carneiro, “O Pe. Antônio Vieira, clássico da Língua Portuguesa”. Com tão ilustres autores de temas tão pertinentes no estudo da vida e obra de Antônio Vieira, foram convidados a colaborar dois jesuítas, como ele. O primeiro foi o Pe. Armando Cardoso S.J., que publicara o texto latino e com sua tradução portuguesa do “Poema da Virgem”, de Anchieta, e que redigiu o artigo “O Pe. Antônio Vieira, missionário da Amazônia”; o segundo convidado foi o Pe. Hélio Abranches Viotti S.J., que procurara dar a Anchieta o devido relevo, o qual não lhe fora conferido por Serafim Leite S.J. em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (1947), escreve o artigo intitulado “Vieira, através de sua brasilidade”.

A tão eminentes estudiosos da obra de Vieira, devo associar a Profa. Sônia Salomão, Presidente do Centro de Estudos Antônio Vieira, que acaba de publicar: “Sermão da sexagésima com rara tradução italiana de 1668” (Gráfica do Senado, 112 p., 1997). Trata-se do texto talvez mais famoso de Vieira, o Sermão pregado em 1655, na Capela Real de Lisboa, sobre a parábola evangélica: a semente é a Palavra de Deus. Nota a Profa. Sônia que a tradução italiana, que não foi redigida por Pe. Antônio Vieira, é “mais fiel ao sermão originariamente proferido do que a edição portuguesa”. Com efeito, este fora editado em 1679, quando o autor julgou prudente omitir nomes e expressões mais veementes, de vez que as razões de sua veemência contra os que não combatiam como ele a escravização dos índios tinham sido, até certo ponto, atenuadas.

Vieira legou às nossas Letras mais de duzentos sermões e de quinhentas cartas. Assumiu vários cargos e múltiplos encargos a serviço da Coroa Portuguesa em missões diplomáticas na França, Holanda, Inglaterra e Itália. Envolveu-se também em complicações doutrinárias que o obrigaram a ir para Roma, onde viveu de 1669 a 1675, até obter do Sumo Pontífice Clemente X o breve que o absolvía das acusações que o tinham levado à prisão, por ordem da Inquisição. “Esta o acusava de defender teses tendentes a conciliar o Judaísmo ou a admissão de algumas de suas práticas com lugares das Escrituras restritos à exegese católica.”

É a análise do Prof. Alcir Pécora, da Universidade de Campinas, dos textos expostos por Vieira na carta “Esperança de Portugal, Quinto Império do Mundo” dirigida à rainha D. Luísa de Gusmão, em abril de 1659, como na obra *Clavis Prophetarum*, a ser editada ainda este ano em Portugal. Obra

inacabada, foi considerada por Vieira como sua obra mais importante e significativa.

A ideia de Vieira se fixava na convicção de que a glória de Portugal seria garantida pelo êxito no comércio internacional: “Portugal não se pode conservar sem muito dinheiro e para o haver não há meio mais eficaz que o do comércio e para o comércio não há outros homens de igual cabedal e indústria, aos da nação judaica.”

Toda a força oratória de Vieira se empenhava “na criação de condições favoráveis ao fortalecimento de Portugal e à expansão universal da fé”, e para ele “o instrumento fundamental para reparar-se o estado miserável do Reino sempre era o capital judeu”. (“A exegese do capital”, Alcir Pécora – artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, 13/7/1997).

Em Roma, foi pregador da Rainha Cristina, da Suécia, convertida ao Catolicismo, cujo salão reunia grande número de intelectuais. Pronunciava seus sermões na Igreja de Santo Andre della Valle, gigantesco templo situado na atual Via Vittorio Emmanuele, que transbordava de fiéis desejosos de ouvi-lo.

Em 1675, com o breve pontifício, voltou a Lisboa, de onde embarcou para o Brasil em 1681, para dedicar-se à revisão de seus sermões “restituídos e escritos a partir dos seus 71 anos”, como atesta o artigo do Prof. Gladstone Chaves de Melo, ou seja, dedicou a seus sermões os últimos anos de sua vida.

Pe. Antônio Vieira dava mais importância à grandeza e à justiça das causas que entendia dever defender do que a qualquer pretensão de vaidade literária. É o que se infere das palavras com que apresentava a edição de seus sermões, citadas pela Profa. Sônia Salomão: “Se gostas da affectação, pompa de palavras e do estylo que chamam culto, não me leyas.”

Morreu na Bahia, em 18 de julho de 1697, com 89 anos. Como irmão de Ordem de Antônio Vieira S.J., não posso omitir um aspecto de sua vida certamente o mais profundo: com seus erros e acertos, em suas lutas e andanças, Vieira conservou a fé: *fidem servavit*. A expressão mais emocionante e mais patética desta fé encontra-se no sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda, sermão pregado diante do Santíssimo Sacramento exposto na Sé da Bahia e que passou para tantas antologias sob o nome de “Apóstrofe Atrevida”.

A leitura dos sermões de Vieira desperta três grandes impressões. A primeira é o extraordinário conhecimento escriturístico do autor. A segunda se

refere ao fato de que, com tal conhecimento, Vieira se permite, com frequência, um certo contorcionismo exegético, pelo qual, de textos claros e simples, ele sabe extrair mirabolantes elucubrações. Terceira impressão: tudo, porém, é feito por Vieira numa linguagem tão escorreita que mesmo os eruditos hermenêutas modernos o leem com benevolente complacência.

Como dizia, de início, todos os que me precederam na Cadeira I5 foram poetas, sem omitir o Patrono, Gonçalves Dias, que inaugurava entre nós o Romantismo. O Fundador, Olavo Bilac, se alça às alturas parnasianas consagradas às musas. É sucedido por Amadeu Amaral, “modelador da poesia inteligente dessa terra”, como o saudaria seu sucessor Guilherme de Almeida, coroado como Príncipe dos Poetas Brasileiros. Veio depois Odylo Costa, filho, com sua poesia marcada pela beleza trágica da dor, e, enfim, D. Marcos Barbosa O.S.B., com sua poesia iluminada pela beleza serena da contemplação. Já em resposta a seu discurso de posse, Alceu Amoroso Lima, em 1980, projetava sua trajetória acadêmica à luz do alvorecer do terceiro milênio. Essa alvorada se aproxima.

A Instituição na qual hoje sou acolhido tão cordialmente pelo meu prestimoso e dedicado amigo e agora prezado colega, Prof. Alberto Venancio Filho, a Academia Brasileira de Letras, através das grandes figuras que por ela passaram no seu primeiro século de existência, desempenhou com brilho e empenho sua missão estatutária.

Entretanto, no exercício dessa missão e de sua responsabilidade pela Língua Portuguesa e pelas Letras Brasileiras, ela jamais foi uma Instituição alienada da vida concreta e dos grandes desafios com que se defrontavam o Brasil e o mundo.

Os seis poetas, meus predecessores, foram intérpretes, cada um em seu estilo próprio, das angústias, tribulações e também alegrias e esperanças de seu tempo.

Não sou poeta, mas simples escritor, que, com a sinceridade de seu compromisso, procurará compensar sua prosa sem brilho.

Vivemos neste final de século e milênio, numa fase de aceleração crescente dos processos históricos, provocada especialmente pela rapidez do progresso científico e tecnológico, a qual, em uma geração, acumulou mais conquistas do que todas as obtidas desde o início da era moderna.

Esta aceleração provocou graves impactos, principalmente no plano social e cultural.

No plano social, o grande desafio com que nos defrontamos provém do risco de que cada vez mais rapidamente se reduzam os prazos por uma solução não convulsional de nossos problemas, aos quais se referiu o Santo Pe. João Paulo II, em 2 de outubro de 1997, no discurso de sua chegada ao Brasil. No passado, superamos de modo pacífico e incruento desafios históricos que, em outros países das Américas, só foram superados por lutas sangrentas, não obstante dolorosos conflitos que ainda hoje nos entristecem.

No plano cultural, os impactos são mais profundos e mais universais, despertando processos irreversíveis, cujas consequências são, entretanto, para nós imprevisíveis, tais como a ampliação gigantesca do poder da Informática e dos meios de comunicação de massa, enfatizando a primazia das imagens, para o público anônimo, sobre as ideias, para os senhores do Poder. São cada vez mais rápidas as possibilidades de multiplicar as infinitas combinações possíveis dos sinais sonoros. No entanto, haverão de conservar sua beleza eterna os concertos de Bach, as sonatas de Mozart, as sinfonias de Beethoven. Com os sinais visuais, haverá de processar-se, através da Informática, uma evolução ainda mais radical. No entanto, conservarão também sua beleza imortal as grandes obras clássicas da Poesia e da Prosa, uma epopeia de Homero, uma tragédia de Sófocles, um discurso de Demóstenes ou de Cícero, um soneto de Machado de Assis.

Aqui reside a missão essencial desta Academia por ser ela sua causa constitutiva, sua própria razão de ser.

Tenho a convicção de que a Academia Brasileira de Letras, que ora me recebe, será arauto de uma afirmação serena e imparcial, na sua tradição de superar sempre os desafios com que se defronta com a mesma dignidade e independência com que os enfrentou em seu passado centenário.

Senhora presidente, senhores acadêmicos, prezados amigos, que aqui vieram por esta cerimônia,

Com a reserva já antes feita de meu respeito para com aqueles que não compartilham de minhas convicções, terminando, tomo a liberdade de sintetizar a mensagem que constituiu o sentido de toda a minha opção de vida: a

certeza de um destino, de uma plenitude instantânea de vida além da morte, destino que espera os que aceitaram o ideal da solidariedade. Nós nos realizamos na medida em que empenhamos nossos esforços para que o outro se realize em sua inalienável identidade. Este é o sentido da vida e da imortalidade. Neste pequeno planeta azul, arrastado em um turbilhão de galáxias, ou solitários nos perdemos ou nos salvamos solidários.

II

RESPOSTA DO SR. ALBERTO VENANCIO FILHO

Sr. Pe. Fernando Bastos de Ávila,

Sursum Corda!

A Academia recebe hoje um sacerdote da Companhia de Jesus, que é ao mesmo tempo um pensador, um humanista, um sociólogo e um militante na luta pela justiça social.

No discurso de posse, ao suceder a Afonso Arinos de Melo Franco na Cadeira 25, referi-me à “figura exemplar do Pe. Fernando Bastos de Ávila, que algum dia espero ter como nosso colega”. Passado um lustro, esse vaticínio se confirma, e a Academia vos acolhe com júbilo.

Mencionava a vossa presença na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais criada em 1985 pelo nosso confrade, o Presidente José Sarney, atendendo ao desígnio do Presidente Tancredo Neves, e foi presidida pelo nosso confrade, meu saudoso e inesquecível Mestre Afonso Arinos de Melo Franco, justamente denominada Comissão Afonso Arinos.

Eleito, o Presidente Tancredo Neves sentiu a necessidade da elaboração de texto básico a servir de orientação aos trabalhos da futura Assembleia Constituinte, tal como ocorrera em 1933 com a chamada Comissão do Itamaraty, presidida por Afrânio de Melo Franco. Para a presidência, o nome de Afonso Arinos se impunha e tive a honra de ser, por sua indicação, um dos membros.

A Comissão realizou trabalho meritório, mas optando pela adoção do regime parlamentarista, o projeto não foi encaminhado à Assembleia Constituinte, embora tivesse servido de guia para muitos dos dispositivos constitucionais.

Afonso Arinos exerceu a presidência, respeitando as normas regimentares não como chefe autoritário que quisesse impor suas posições, mas como sutil harmonizador de disputas, com a autoridade pessoal e moral para superar divergências que em certos momentos pareciam intransponíveis.

Entendia também que a presidência não exigia a presença constante na direção dos debates e dentre os cinquenta e um membros delegava essa função ao nosso novo confrade. Atuastes com inexcelável competência e em questões delicadas como a do casamento exercestes função conciliadora, sendo responsável pela fórmula da união estável hoje constante de artigo da atual Constituição.

Nascido no Bairro de Copacabana em 1918, a vocação religiosa deveu-se à devoção de sua mãe, D. Cinira Muniz Freire Bastos de Ávila, que desejava o único filho na Companhia de Jesus. Seu pai, o Prof. José Bastos de Ávila, de família de Petrópolis, veio estudar Medicina no Rio, acolhido na residência de Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, e da mulher, tia Amália. Do tio Edmundo, combativo e valoroso jornalista, guardastes da meninice as melhores recordações. Formado, dedicou-se vosso pai a questões de Anatomia, assistente de Fróes da Fonseca, na trilha do nosso confrade Roquette Pinto, no pioneirismo dos estudos de Antropologia Física entre nós.

Em 1932, o Prof. José Bastos de Ávila recebeu desta Casa o prêmio Ramos Paz com o livro *No Pacoval do Carimbé*, estudo sobre a Arte Marajoara. Assim vossas ligações com a Academia têm já 65 anos. Em 1936, Francisco Venancio Filho obtinha o prêmio Francisco Alves, com o estudo sobre a “Disseminação do Ensino Primário”. José Bastos de Ávila e Francisco Venancio Filho: que grandes professores! que grandes mestres! que grandes pais! A devoção filial é assim uma das muitas afinidades que nos ligam.

Realizastes estudos secundários no Colégio Santo Inácio, onde tivestes como colegas o ilustre Prof. e Médico Clementino Fraga Filho e o Embaixador Antônio Corrêa do Lago. Os colegas de então já observavam o caráter reservado e discreto do aluno e que se destacava nos estudos. Ingressastes, em 1930, na Escola Apostólica de Friburgo e, em 1935, no noviciado da Companhia de Jesus.

O cenário que encontrastes naquela cidade não deve ter diferido da descrição trinta anos atrás de Rui Barbosa:

Destes cimos, onde estas serranias verdejantes encontraram, afinal, a sua mais bela coroa, o Colégio Anchieta nos estende à distância os braços. Onde quer que estejamos, e por mais que nos afastemos, o esmalte destes longes azulados se nos avizinha, desenhando-se no horizonte mais próximo, como um panorama familiar. Ao respirarmos, de manhãzinha, a primeira aragem do dia, a janela que abrimos nos olha para as montanhas de Friburgo, para as devesas destes cabeços de esmeralda, que se recortam aqui no espaço transparente, para a *Village* suíça dos primeiros colonos destes sítios, agora transformada pela mão criadora dos descendentes de Anchieta.

Findos dezesseis anos em 1945, com o término da guerra, seguistes para Roma com o Pe. Henrique Lima Vaz, seu amigo de todos os tempos, e o Pe. Penido Burnier – sacrificado no regime militar – para concluir o mestrado em Filosofia e Teologia. Os três jesuítas que viajaram no navio *Désirade* correspondiam a uma vocação individual que os conduziu ao ingresso na Companhia de Jesus; distinguem-se dos universitários da década anterior, que empolgados pelo movimento da Ação Católica e da presença de um beneditino alemão de grande valor, D. Martim Michler, ingressaram na Ordem de São Bento, entre os quais o vosso saudoso antecessor D. Marcos Barbosa, de quem acabais de traçar um perfil primoroso.

Chegando ao porto de Havre, a demorada travessia até a Itália vos deixou as marcas profundas de penúria do mundo europeu. O Pe. Henrique Lima Vaz, amigo há cinquenta anos, prestou depoimento:

Nossa convivência mais intensa começou na verdade em fins de 1945, quando viajamos juntos para Roma a fim de cursar Teologia na Universidade Gregoriana em companhia do Pe. João Bosco Penido Burnier, que mais tarde daria sua vida como mártir da caridade em Mato Grosso. A partir de então, nossas vidas, embora por caminhos diversos em termos de vocação intelectual e de ocupações, correm em estrita afinidade de ideias e de comum visão das coisas e do mundo. Desde os primeiros tempos de nossa convivência, uma profunda amizade deitou raízes em nossas almas, fortaleceu e cresceu como uma grande árvore a cuja sombra nos acolhemos nos momentos de alegria e preocupações.

Recebestes a ordenação sacerdotal em 1948 com os paramentos preparados por D. Cinira e no dia seguinte, em modesta igreja de Roma, destes comunhão a vossos pais. Ao final de quatro anos de estudos teológicos, seguistes para Florença em regime probatório de um ano e colaborastes na direção de um reformatório, tendo nessa ocasião a experiência do encontro do jovem menino Pierino.

Estáveis destinado aos estudos de Pedagogia, mas com a morte repentina do Pe. Eduardo Lustosa vos encaminhastes para as Ciências Sociais, que cursastes na Universidade de Louvain. Terminados os estudos, defendestes tese, “O Problema da Imigração”, aprovada com *la plus haute distinction*, e realizastes estágios na França sob a orientação dos professores Alfred Sauvy e Jean Forastié.

Nessa época, chegava a Bruxelas jovem diplomata brasileiro como primeiro secretário. Procurou se informar sobre a reduzida colônia brasileira e soube estarem estudando dois jesuítas, o Pe. Pedro Beltrão e o novo acadêmico. Aproximou-se de ambos e com frequência aos domingos, no arremedo de feijoada, conversavam na Rua Johann Jordaens, 6, sobre assuntos de Filosofia, se detendo na obra de Kierkegaard, na tradução inglesa *Either/Or*. Foi com orgulho que o diplomata brasileiro soube que obtivestes a láurea mais elevada. O jovem primeiro secretário é hoje o ex-ministro de Estado e Embaixador Mario Gibson Alves Barboza.

De volta ao Brasil em 1954, ingressastes no corpo docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, num magistério de quarenta anos, ensinando em várias unidades Sociologia, Ética e Doutrina Social da Igreja, a discipulado de centenas de estudantes.

O caráter embrionário dos Estudos Sociais e a compartimentação disciplinar levaram-no a criar o Instituto de Estudos Políticos e Sociais, como centro aglutinador de que fostes diretor até a extinção, em 1967. O Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC, ou, como era chamado, a Escola do Pe. Ávila, formou uma geração de cientistas sociais que têm se destacado nos meios universitários e acadêmicos. Um deles, o conceituado antropólogo Otávio Velho deporia sobre o professor: “elegância e humor serviam de veículo para sua inteligência e sensibilidade”. E explicava: “a espiritualidade era um dos aspectos (na verdade sopro vital) do Pe. Ávila que não era possível para nós apreciar na época em sua plenitude.”

Do vosso trabalho na Escola de Estudos Políticos e Sociais da PUC, surgiu a Revista *Síntese* – Síntese Política, Econômica e Social, do mais alto padrão, publicando, em dez anos, quarenta números. Incumbia-se da síntese política o nosso Confrade João Neves da Fontoura. No necrológio sem assinatura, mas certamente de vossa autoria, diríeis:

O ilustre e saudoso brasileiro assegurou desde a primeira hora intenso apoio à iniciativa do lançamento desta revista. Esteve a seu cargo até que a grave moléstia de que veio a sucumbir o obrigasse a interromper suas atividades a redação da síntese política. A morte de João Neves da Fontoura representa assim também para esta Casa a perda de um colaborador eminente a cujo espírito público e vocação democrática ficamos a dever inestimável colaboração.

Em 1967, o Superior-Geral da Companhia de Jesus, Pe. Pedro Arrupe, aprovou a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES, à semelhança da instituição congênere Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento – ILADES, com sede em Santiago do Chile. Fostes nomeado em 1968 Primeiro Diretor do IBRADES, instituição destinada a assessorar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, na área dos problemas sociais. O IBRADES, que dirigistes por muitos anos, foi vigoroso centro de treinamento de pessoal e de realização de pesquisas de alto teor.

Ali pagastes o tributo da coerência e independência. Certo dia, preparáveis conferência a ser proferida na Escola Superior de Guerra, quando o prédio da Rua Bambina foi cercado por oficiais que prenderam todos os presentes, inclusive dois altos dignitários da Igreja que acorreram em socorro de seus colegas. A prisão durou o dia todo para que as gavetas da instituição fossem inteiramente vasculhadas à procura de documentos subversivos. Nada foi poupado, nada foi esquecido, e ao final malas e malas de documentos foram apreendidas. Com a modéstia de sempre, telefonastes para o general Augusto Fragoso, comandante da ESG, explicando a impossibilidade de fazer a conferência pela falta de material, e nem a interferência desse e de outros ilustres generais pôde impedir a prisão de três alunos e o vosso interrogatório no Inquérito Policial Militar. No julgamento na Auditoria Militar, foi vosso advogado Heleno Fragoso. Ilustre penalista, pertencia à escola de Evaristo de Moraes (pai) e de Mário Bulhões Pedreira e que hoje se prolonga na figura exemplar de Evandro Lins e Silva, que pela frequência às nossas sessões já

parece ser um dos nossos. Heleno Fragoso encerrou a questão, ao declarar que todo brasileiro deveria ser processado por um IPM, pois o inquérito concluía com frase lapidar: “Das investigações realizadas verificamos que nenhuma atuação subversiva foi apurada, mas potencialmente o IBRADES pode ser um centro subversivo.”

Em 1965, o Governo Federal introduziu no currículo da escola secundária a cadeira de Moral e Civismo. A Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME, do Ministério da Educação, precisou preparar livro-texto. Fostes indicado para a tarefa, mas sugeristes a feitura não de um manual, mas de pequena enciclopédia que abrangesse a disciplina em todos os aspectos. Organizastes pequena equipe e pedistes a colaboração de especialistas, publicando a primeira edição em 1967.

Ao realizar viagem de estudos aos Estados Unidos, vos foi mostrado em universidade americana a manchete de prestigioso jornal brasileiro: “O Crime do Padre Ávila”, certamente de autoria de leitor de Eça de Queirós. Suspendestes a viagem, voltando imediatamente ao Brasil e fostes interpelado por oficial do Exército, que arguia o caráter subversivo do volume, exemplificando com os verbetes aborto e marxismo. Indagastes se os verbetes de forte crítica tinham sido lidos, mas nenhuma explicação foi satisfatória. O Ministério da Educação determinou a apreensão dos volumes com comunicação de sobrestar a divulgação, que foi entendida como distribuição mais célebre, provocando a divulgação de 250 mil exemplares da primeira edição. Só em 1972, a obra seria reeditada por iniciativa do Ministro Jarbas Passarinho e constitui até hoje volume de grande interesse.

Por ocasião do centenário da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII publicada em 1891, preparastes a *Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja*, documento magnífico de divulgação. Redigistes a maioria dos verbetes, tendo como fonte a *Enciclopédia de Moral e Civismo* e a *Katholiches Social Lexicon*, coleções de documentos sociais pontifícios e várias obras da doutrina. Contastes com colaborações especiais, sendo o verbete sobre nosso confrade Alceu Amoroso Lima escrito por nosso querido confrade Evaristo de Moraes Filho.

A vossa obra – quinze livros publicados e numerosos ensaios, artigos e conferências – pode ser classificada em quatro grupos: Sociologia Teórica, Problemas Brasileiros, História e o Social Humanismo com a análise da doutrina social da Igreja.

No campo da Sociologia Teórica, a principal obra é *Introdução à Sociologia*, publicada em 1962 pela Editora Agir e hoje na oitava edição. Trata-se de magnífica síntese, livro didático excelente, que numa perspectiva weberiana incorpora as melhores contribuições atuais e imprime ao tema um sentido social humanista. Em cada edição são atualizados os textos, e na última introduzistes valioso capítulo sobre o plano cultural, no exame da crise da Cultura.

No campo da Sociologia Aplicada, os problemas de imigração despertaram inicialmente o vosso interesse, podendo citar, além da tese de doutorado, *L'Immigration au Brésil – Contribution à une Théorie Générale de l'Immigration*, publicada pela Editora Agir em 1956, *Economic Impact of Immigration – The Brazilian Immigration Problem*, Haia, 1954, e *Immigration in Latin America*, Washington, 1954. Esses trabalhos, examinando em profundidade a matéria, contêm extensa bibliografia, e na tese de 1954 é citado trabalho de jovem economista brasileiro, hoje o nosso confrade Celso Furtado.

Os problemas do subdesenvolvimento brasileiro, com ênfase nos aspectos sociais, passaram a ser tema de fundo de vossa pregação, como, entre outros, o capítulo XV - Políticas Sociais – no livro *Brasil – Reforma ou Caos*, organizado por Helio Jaguaribe em 1989. Em vários trabalhos, tendes analisado o desafio da pobreza e com lógica implacável e dados idôneos comprovais que extinguir a miséria é mais econômico do que mantê-la.

No campo da História, por iniciativa do nosso saudoso confrade Francisco de Assis Barbosa, organizastes para o Congresso Nacional três importantes obras, *O Clero no Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados*, cinco volumes; *O Clero no Parlamento Brasileiro, Senado do Império*, dois volumes; e *O Clero no Parlamento Brasileiro, A Igreja e o Estado na Constituinte de 91*, um volume. No laborioso trabalho de pesquisa de dez anos, reunistes documentação expressiva sobre o papel do clero no Império. Este levantamento exaustivo que chamastes de “modesta contribuição” contou com a colaboração do então diretor da Casa de Rui Barbosa, nosso saudoso confrade Américo Jacobina Lacombe, e de eruditos prefácios de Francisco de Assis Barbosa. Na introdução de vossa autoria “Sacerdócio e Política”, analisastes a contribuição do clero à formação política do País, acentuando o papel relevante que desempenhou no passado. Mas apontastes a perda da influência, afirmando: “encerraram-se as peregrinações à Canossa”.

Desta expressiva atividade intelectual que abriu as portas para a eleição para esta Casa, um tema se destaca de forma singular, a doutrina social da Igreja, da qual sois hoje em dia entre nós a figura mais destacada. O livro *O Pensamento Social Cristão antes de Marx*, de 1972, teve enorme repercussão, obra inteiramente esgotada, e representou em expressão antiga “uma voz serena num debate apaixonado”.

Um socialista de formação marxista, Leandro Konder, assinalou: “nosso jesuíta se insurgia, suave porém firmemente, contra a imposição do maniqueísmo”. Aditava: “o Pe. Ávila sabia que o seu livro tinha algo de explosivo” e prevendo este fato escreveu no prefácio que “desejava que o volume fosse lido com a mesma desprevenção com que fora escrito”. Exilado na Europa, o socialista assinalava a emoção com que lera o livro, transmitindo esta impressão a seus amigos, pois um autor que não tinha nenhum envolvimento político conosco se expressava a respeito do nosso complexo universo com equilíbrio admirável. Com a autoridade do seu saber e da sua isenção, o Pe. Ávila contribuía para desmoralizar a perseguição sistemática e virulenta desencadeada contra nós.

Em outros livros e em numerosos artigos e conferências, tendes sido o propugnador desses princípios que se expressam sobretudo no livro *Solidarismo*, de 1963, edição revista e aumentada de livro anterior, *Neocapitalismo, Socialismo e Solidarismo*. Do primeiro capítulo “O Brasil diante de suas alternativas históricas”, ao assinalar que “o fenômeno mais característico da dinâmica social é, a nosso ver, a conscientização das massas” ao capítulo final sobre o manifesto solidarista, analisastes com isenção e imparcialidade as doutrinas do Capitalismo e Comunismo, apontando as deficiências graves de um e de outro, para se estender nas ideias do solidarismo, que nas suas palavras têm como categorias básicas a pessoa humana e a comunidade humana.

Afirmais:

O solidarismo sabe que as estruturas sociais vigentes não oferecem possibilidades reais para a realização desses direitos. Por isso, ele é essencialmente um protesto que se traduz num programa de reforma. O solidarismo não é mero moralismo. É reformismo radical. O solidarismo é o ideal a que, confusa e inconscientemente, aspiram todos que anseiam por um Brasil democrático e cristão.

As vossas preocupações se têm estendido também para o problema da Ética e da Transcendência, examinando essa intrincada conceituação filosófica com realismo e abrangência, e com atenção às realidades do mundo contemporâneo.

A vossa capacidade de ação se estendeu a várias instituições; fostes o inspirador da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas; participais da diretoria do Instituto de Estudos Políticos e Sociais – IEPES, que tem como decano o Prof. Helio Jaguaribe. Nesse colegiado, ao qual pertencem Roberto Paulo Cezar de Andrade, Israel Klabin, Alfredo Lamy Filho, Paulo Moura, Ítalo Viola e Vicente Barreto e o orador que vos fala, o vosso judicioso conselho é sempre ouvido com maior proveito. Integrais ativamente o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, no qual tendes proferido expressivas conferências sobre os problemas sociais brasileiros. São inúmeras as outras associações nacionais e estrangeiras a que pertenceis. Dentro da Igreja, fostes assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB durante vários anos, elaborando anualmente análise sobre a situação política e social do país, que poderia ser assinada por qualquer comentarista de relevo, algumas das quais incluídas no livro *A Igreja e o Estudo no Brasil*. Ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro D. Eugênio de Araújo Sales, impossibilitado de comparecer e representado por D. Romeu Brigante, tendes dado uma inestimável colaboração, organizando a Pastoral da Cultura, promovendo no Sumaré reuniões de intelectuais da qual participaram muitos acadêmicos. Sois membro da Comissão Justiça e Paz, nomeado em 1990 por João Paulo II, com sede em Roma, hoje um dos seus relatores.

As galas do poder jamais vos atraíram e o recusastes por duas vezes; a primeira no Governo Castelo Branco, quando o Comandante do 1.º Exército vos convidou para conferencista e em momento de crise estudantil vos convocou para debelá-la como Ministro da Educação. Pela segunda vez, durante a Presidência de nosso confrade José Sarney, a mediação de um amigo comum vos chamou para o mesmo posto. Em ambos os momentos recusastes com o argumento principal do caráter confessional que teria a nomeação, inconveniente à postura do governo. Tivestes presente a ironia de Edmundo da Luz Pinto: “amigos do poder... decepção na certa”. Mas nunca recusastes a colaboração desinteressada, pois, em 1958, participastes da Comissão que elaborou o anteprojeto do Código Penitenciário e em 1969 fazendo parte do grupo que preparou o projeto da reforma universitária.

Helio Jaguaribe destacou bem as características da obra e da vida do novo acadêmico: “aguda lucidez, rigoroso senso ético, e transbordante generosidade”, apontando como raramente essas qualidades se conjugam numa mesma pessoa. A lucidez se encontra presente em todos os atos de vossa vida, na análise percuciente que fazeis em vossos trabalhos e no agradável convívio pessoal dos que de vós se aproximam. O senso ético também está patente em todos os momentos de vossa vida como expressão de uma personalidade que se pauta pelos mais rigorosos princípios de conduta. E a vossa generosidade como forma espontânea do ser se revela nos atos de vida, seja participando em conclave com as personalidades mais eminentes, seja na rua dirigindo-vos a um popular ou a uma pessoa de posses modestas. Concluiria Helio Jaguaribe: “coração de franciscano com alma de jesuíta”.

O Pe. Henrique Lima Vaz aponta

o perfil do humanista, um dos mais acabados entre os que o Brasil tem conhecido. Humanista, Fernando Bastos de Ávila o é pela sua excepcional formação clássica e pela consigna do *humani nihil alienum* que emoldura seu espírito aberto e generoso. Humanista também pela sua inteligência admiravelmente lúcida, na qual o claro fluxo das ideias corre sem ambiguidades, illogicismos e obscuridades inúteis.

Termina o depoimento

com a sentença de cunho agostiniano, com que São Gregório Magno caracterizou a forma mais alta do conhecimento: *Amor ipse notitia est* — O próprio amor é saber. Fórmula perfeita do humanismo cristão e que resume tudo que poderia dizer sobre meu amigo Pe. Fernando Bastos de Ávila.

Fundada esta Academia em 1897, somente em 1919 foi eleito o primeiro prelado, D. Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo de Mariana, recebido pelo Presidente Carlos de Laet. É de se indagar o motivo dessa longa ausência, a atribuir-se aos efeitos longínquos da questão religiosa ou à recente separação da Igreja e do Estado. A presença de D. Silvério foi curta, pois faleceu em 1922. Em 1926, era eleito D. Aquino Correia, Bispo de Cuiabá, que chegou a essa alta dignidade com apenas 29 anos. Foi membro da Academia até 1956, e só em 1980 foi eleito o monge beneditino D. Marcos Barbosa.

D. Aquino Correia aqui permaneceu quase trinta anos, e D. Marcos Barbosa nos honrou com a presença dezesseis anos. Esperamos, assim, que o vosso convívio nesta Casa seja também prolongado.

Ao ingressar nesta Casa o primeiro membro da Companhia de Jesus, cabe assinalar que não são novas as relações entre as duas instituições. Em 1923, Afrânio Peixoto, ao realizar extraordinária gestão como presidente da Casa, organizou a Biblioteca de Cultura Nacional, que em 1931 passou a ter o seu nome. Cultor da História, incluiu entre as seções da coleção a de História para a qual convidou Capistrano de Abreu. Este não pôde se desincumbir da tarefa e indicou Rodolfo Garcia e Eugênio de Castro, que organizaram edições de volumes valiosos de História Brasileira, entre eles os três volumes de *Cartas Jesuíticas*, compreendendo as *Cartas do Brasil*, as *Cartas Avulsas* e as *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre José de Anchieta*. Desses volumes, diria Capistrano de Abreu: “reunir essas cartas, esses escritos vários [...] é uma dívida que não admite moratória”.

No prefácio do primeiro volume, afirmou Afrânio Peixoto:

Os documentos jesuíticos não são apenas história do Brasil: são essenciais à ética brasileira. [...] Interpretando o sentimento comum, rematamos que o cumprimento desse dever não vai sem emoção, a que sempre suscitam a justiça e a gratidão [...].

No segundo volume, mencionava: “inapreciáveis documentos de História, Geografia e Etnografia são as crônicas, cartas, informações escritas sobre o Brasil e os Brasis nesse primeiro contato com a civilização. São livros fundamentais. Os nossos “clássicos”, documentos do primeiro século.” E fazendo resumo histórico:

Vieram os Jesuítas. Veio com eles a Virtude. Para os colonos, que a esqueciam e repudiavam, passada a Linha. Para os índios, canibais, intemperantes, sensuais, que jamais conheceram freio ou reserva. Não só a virtude, porém a justiça ou a equidade entre as duas raças – Brancos e Negros. Depois foram mestres e instruíram filhos de reinóis, os primeiros brasileiros, e instruíram os brasis, pais e filhos, forros e escravos, aprendendo a Língua da terra, e pela Gramática, a Lógica, o Latim, passando o Humanismo para chegar à Teologia Moral e à Filosofia. Educaram costumes, inteligência e sentidos. Mas não só a alma. Também o corpo. Os jesuítas foram edificadores de casas, igrejas, colégios, até de cidades.

Disse Capistrano de Abreu que “seria presunçoso quem pretendesse escrever a História do Brasil antes que se escrevesse a História da Companhia de Jesus no Brasil”. Esta tarefa foi realizada em dez volumes com mãos de mestre pelo Pe. Serafim Leite – outro elo da Companhia com esta Casa, pois sócio correspondente ocupando a Cadeira I, cujo Patrono é Alexandre de Gusmão, ocupada posteriormente por Bartolomeu Mitre, Gonçalves Viana e Alberto de Oliveira. Os dez volumes da obra do Pe. Serafim Leite documentam a atividade da Companhia no Brasil e a contribuição fundamental que exerceu durante vários séculos.

É digno de nota também que a vossa posse transcorra no ano do quadricentenário da morte de José de Anchieta e tricentenário da morte de Antônio Vieira, dois jesuítas que escreveram páginas memoráveis da História do Brasil. Anchieta foi o autor da gramática da Língua Tupi e escreveu os poemas e versos que iniciaram o período da Literatura no Brasil. O Pe. Antônio Vieira, memorável orador sacro, escrevendo em linguagem perfeita, que ainda hoje nos encanta, seria representativo daqueles que cuidaram, nos termos do nosso estatuto centenário, da defesa da Língua e da Literatura Nacional.

O vosso ingresso na Academia Brasileira de Letras neste ano representa a ligação feliz dos feitos da Companhia de Jesus no panorama brasileiro e a contribuição que tem dado à Cultura de nosso País. Pertenceis a essa ilustre estirpe e aqui chegais com cabedal de trabalhos e como expressão de uma vida exemplar para participar de nossos trabalhos e trazer a contribuição de vosso sábio conselho e da vossa sólida cultura.

Afirmam os Evangelhos que “a Casa de Deus tem muitas moradas”, e vos sentireis bem na Academia, morada da Cultura e da Língua Brasileira. Não estais em ambiente estranho, pois conviveis com muitos dos nossos há algum tempo. Aqui está o vosso colega de sacerdócio, D. Lucas Moreira Neves, Cardeal Primaz do Brasil, e aqui estão dois expoentes do laicato católico, Candido Mendes e Tarcísio Padilha. Aqui está também a presença de Alceu Amoroso Lima, que aqui ingressou em 1935, por instâncias do Cardeal D. Sebastião Leme permanecendo até 1983, e se tornou um dos acadêmicos mais presentes no convívio das quintas-feiras, e se destacou em especial nas conferências que proferiu.

Aqui vos aguardavam os colegas da Comissão Afonso Arinos, companheiros que apreciaram naquele instante o vosso espírito de harmonizador de

controvérsias: o nosso Decano Barbosa Lima Sobrinho, Jorge Amado, Miguel Reale, Eduardo Portella, Evaristo de Moraes Filho, Candido Mendes, Celso Furtado e o orador que ora vos recebe.

Aqui vos recebem os acadêmicos que cativastes na campanha eleitoral: Lygia Fagundes Telles e Geraldo França de Lima.

E do vosso longo e profícuo magistério aqui estão dois alunos, aguardando ouvir as vossas lições de hoje e de sempre, da Pontifícia Universidade Católica: a Presidente desta Casa, a acadêmica Nélida Piñon, e do Instituto Rio Branco, o nosso Confrade Sergio Paulo Rouanet.

E estaria alguém com a maior alegria, mas que se cansou de esperar... e foi embora. Quero crer que quando fostes me convocar na minha banca de advogado, onde pontificam dois expoentes da profissão, José Luiz Bulhões Pedreira e Antonio Fernando de Bulhões Carvalho, quisestes que representasse este vicariato afetivo e intelectual. Refiro-me ao grande patriota e nosso ilustre Confrade Afonso Arinos de Melo Franco.

Não há nesta Casa, Sr. Pe. Fernando Bastos de Ávila, cadeiras exclusivistas, mas algumas delas têm uma sequência harmoniosa. Ao tomar posse na Cadeira 17, Roquette-Pinto referiu-se à Cadeira dos professores, e a tradição se manteve com Álvaro Lins e o atual ocupante Antonio Houaiss. O saudoso confrade e meu querido amigo Marques Rebelo, ao empossar-se na Cadeira 9, mencionava a Cadeira dos cariocas, tradição mantida com o ingresso de nosso Confrade Carlos Chagas Filho. Ao assumir a Cadeira 25, denominei-a a Cadeira dos profissionais do Direito, pois, com exceção de José Lins do Rego, todos eles foram homens das Letras Jurídicas.

A Cadeira 15 na qual hoje vos empossais tem uma filiação perfeita de grandes poetas, de Gonçalves Dias Patrono, Olavo Bilac, primeiro ocupante, Amadeu Amaral, Guilherme de Almeida, o nosso querido Odylo Costa, filho, que tanta falta nos faz, e o saudoso D. Marcos Barbosa.

Ao serdes eleito, fizestes a confidência de que vos sentistes como uma ilha de Prosa num arquipélago de Poesia. Cometestes equívoco, pois a Poesia não está apenas nos versos dos vates, mas em todos os recantos da vida na qual os poetas se inspiram. A vossa vida também é uma lição de Poesia no estilo elegante em que escreveis vossos trabalhos, na permanente lição de vossa vida exemplar e na dedicação com os semelhantes, cujas dores e sofrimentos passam a ser os vossos. Do sentido emotivo e tocante de vossas homilias, já

houve alguém, ao ouvir uma delas, a pedir que sejas o oficiante na missa de sétimo dia. O nosso Confrade Magalhães de Azeredo, no discurso de recepção ao vosso antecessor Amadeu Amaral, complementou esta ideia: “A Poesia é irmã gêmea da prece; são as duas asas da alma e a levantam do contingente ao absoluto, do transitório ao eterno.”

O nosso Confrade Josué Montello, quando da morte de D. Marcos Barbosa, comentou que

sempre que a Academia perde um dos seus membros, e esse companheiro soube ser um modelo de confrade, cada um de seus colegas naturalmente se interroga, sabendo que terá de escolher alguém que, pelo seu nome, por sua obra e seu bom convívio, corresponda ao acadêmico que se foi.

Tenho a impressão, se não a certeza, de que no pensamento do nosso Vice-Decano estava o vosso nome.

É hora de concluir, mas não o posso fazer, diante da beleza desta festa e da personalidade de nosso confrade, com minhas modestas e desataviadas palavras. Valho-me das expressões do grande Presidente Carlos de Laet ao receber D. Silvério Gomes Pimenta:

Sacerdote de uma religião de paz, de concórdia e de bênçãos, grata vos seja a tolerância dos que não creem, e todavia vos elegeram; abençoa a nós, os que, apesar de tudo, ainda cremos *immota fides*, e a uns e outros cingi em amistoso amplexo, a todos os que congozados vos recebemos, e com as modestas palmas de minhas palavras exornamos o vosso triunfo. Sede muito bem-vindo!

Discurso do
SR. EVANDRO LINS E SILVA

e

Resposta do
SR. JOSUÉ MONTELLO

*Sessão solene extraordinária
do dia 11 de agosto de 1998*

I

DISCURSO DO SR. EVANDRO LINS E SILVA

Senhores acadêmicos,

Foi longo o percurso e demorado o tempo para chegar às culminâncias desta tribuna e me incorporar à vossa ilustre Companhia. Parti da Ilha de Santa Isabel, no delta do Rio Parnaíba, nos longes do Piauí, e muitas escalas fiz pelo caminho, numa sucessão de acasos felizes, que hoje se alteia ao páramo, nesta Academia, com o fardão, o colar, o diploma e a espada, sinetes do galardão consagrador com que o vosso acolhimento generoso premiou uma vida de trabalho intelectual, cívico e profissional de um antigo bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Tenho o vosso gesto, que tanto me desvanece e me comove, como o coroamento da carreira de um devotado cascabulho do Direito, que, passados 67 anos, não arrefeceu o ânimo para continuar na liça, em defesa da liberdade individual e dos direitos da cidadania, agora acrescida, por força de meu ingresso nesta Casa, da dedicação à cultura da Língua e da Literatura Nacional. Antes de exercer cargos públicos, a minha atividade, de advogado e de professor, só formalmente era privada. Na realidade, pela sua própria motivação social, ela sempre se ligou à vida e à evolução da sociedade. A essas circunstâncias, devo acrescentar uma preocupação constante da problemática política brasileira, nascida, quem sabe, de uma tendência do meu espírito, e assim terei explicado que, mesmo afastado dos encargos formais da vida administrativa e sem o exercício de uma militância político-partidária, sou um homem, no fundo, e em essência, de natureza aberta ao trato da coisa pública.

Como sabeis, antes da veste talar, que hoje envergo, por vossa magnanimidade, três outras usei, a beca de advogado, a beca de Procurador Geral da República e a toga de ministro do Supremo Tribunal Federal e a elas devo, sem dúvida, influência muito importante, senão decisiva, no verdadeiro concurso de títulos, que é a escolha do sucessor de um titular da Academia Brasileira de Letras.

Confesso que entre as aspirações que poderia normalmente alimentar não figurava a de ocupar, algum dia, uma Cadeira de membro efetivo deste Cenáculo. A Corte Suprema, segundo supunha, havia sido o apogeu, o topo, o final da escalada, tanto que escrevi em livro (*A Defesa tem a Palavra*) esta epígrafe:

Supremo Tribunal Federal, ponto de chegada, cume, envaidecedor coroamento de uma carreira, cátedra maior, cenário político, poder da República. Intérprete da Constituição, para a preservação de seus princípios e para a garantia das liberdades públicas, a Corte foi-lhe fiel e arrostou difíceis transe. Estavam tranquilos os seus juizes, mas sabiam que era “a calma no meio de um furacão”. Não foi suficiente a força moral do Poder Judiciário para deter os ímpetos da intolerância e do despotismo contra as instituições democráticas. O resto é história.

O SUPREMO E A ACADEMIA

A marcha, porém, não estava terminada. Não me acudiu que Themis e Minerva, de vez em quando, aqui se encontram, como aconteceu em outras ocasiões, desde os primórdios da formação desta Academia. Repete-se, nesta noite de ufanía e desvanecimento, para este vosso novo confrade, o entrelaçamento episódico entre as duas instituições, com a pompa e a circunstância do ritual acadêmico. Themis sempre quis contar com os oráculos de Minerva. Com o preclaro confrade Josué Montello, principal historiador desta Instituição, aprendi que foi Lúcio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, o idealizador da criação da Academia Brasileira de Letras. Na ata da primeira sessão preparatória, para a concretização da ideia, realizada em 15 de dezembro de 1896, está consignado: “é aclamado presidente o senhor Machado de Assis”, que “convida para secretários os senhores Rodrigo Octavio e Pedro Rabelo”.

São sete atas das sessões preparatórias, presididas por Machado de Assis. Houve o consenso, desde o primeiro instante, de que a ele cabia a presidência da nova instituição, que congregava as figuras mais representativas da inteligência brasileira.

O carisma de Machado de Assis impôs-se, de súbito, a sua personalidade de escritor maior, o seu dom de comando, a sua energia serena, a sua capacidade de harmonizar inevitáveis litígios nos desencontros de feitios e temperamentos diversos daquele grupo de intelectuais, as suas qualidades de liderança, tudo, tudo que os seus biógrafos, Josué Montello à frente, como o mais autorizado de todos, registram, ao traçar o perfil psicológico do patrono desta Casa, que a ele se deve, *magna pars*, o prestígio que ela passou a ter, desde o começo, como o sodalício mais importante da inteligência e da Cultura do País.

Lúcio de Mendonça, a essa época, já era ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado e empossado que fora em 24 de abril de 1895, no governo de Prudente de Moraes. Como assinalam seus filhos Edgard e Carlos Sussekind de Mendonça, em pequena biografia do pai,

o que o arrebatava, o que mais o apaixonava, por este tempo, é a ideia da criação da Academia. A documentação do seu esforço já está hoje toda feita. Mesmo ao reconhecimento da sua prioridade, como idealizador, e de sua dedicação em realizá-la nada há que acrescentar.

O próprio Machado de Assis, segundo essa biografia, num almoço por ele presidido e oferecido a Lúcio de Mendonça, pela primeira vez, proclamou-o, em público, “o verdadeiro fundador da Academia Brasileira” (p. 68).

No discurso de recepção a Aníbal Freire, o nosso saudoso confrade e grande orador João Neves da Fontoura, no trecho intitulado “A Academia e o Supremo Tribunal”, disse:

Há mesmo entre a Academia e o Tribunal uma certa e antiga contiguidade: quando os juízes não entraram na Academia, foram os acadêmicos que entraram no Tribunal. Pois não nasceu a Academia, antes de qualquer outra, da inspiração de Lúcio de Mendonça? Morto este, a Academia vai buscar-lhe, como sucessor, o grande Pedro Lessa. Depois, são os acadêmicos João Luís Alves, Ataulfo de Paiva e Rodrigo Octavio que passam a honrar as bancas da Corte Suprema.

Hoje, a lista está acrescida de Cândido Motta Filho, Hermes Lima e Oscar Dias Corrêa, ministros do Supremo Tribunal, professores de Direito, os dois primeiros falecidos, e o último ainda honrando uma das cadeiras desta Casa, todos ex-ministros de Estado e autores de valiosas obras de Direito e de ensaios.

Voltando a Lúcio de Mendonça, uma afinidade nos liga, como vejo no livro de seus filhos. “A princípio advoga só no crime. Vive à espera dos júris. Recebe cartas dos detentos que lhe escrevem das cadeias. Não são constituintes que lhe rendam muito” (p. 26). Outro laço de simpatia por sua figura é que fui amigo e companheiro de escritório, juntamente com Roberto Lyra, de seu filho Carlos Sussekind de Mendonça.¹

JURISTAS E ADVOGADOS NA ACADEMIA

Se havia contiguidade entre o Supremo e a Academia, também sempre houve uma natural aproximação entre os advogados e a Casa de Machado de Assis. Digo natural, porque os advogados, pela própria natureza da profissão que exercem, são obrigados a escrever e a discursar todos os dias. É certo que nem por escrever ou falar todos os dias, o bacharel ou o advogado se credenciará ao ingresso na Academia. Sobre esse tema há uma brilhante conferência pronunciada no ciclo Cem Anos de Cultura Brasileira, comemorativo do I Centenário da Academia Brasileira de Letras, pelo ilustre Confrade Alberto Venancio Filho.

O “estilo forense”, normalmente, não seduz, é produzido, em geral de modo tosco, rotineiro, cheio de lugares-comuns, fórmulas repetitivas, sem nenhum encanto. É o que San Tiago Dantas chamava “boca de foro”, o jargão profissional, que coloca em forma os modelos adotados nos trabalhos judiciais. A essa gíria os iconoclastas costumam aplicar a sátira de Lima Barreto: “Para eles (os doutores javaneses) é boa literatura a que é constituída por vas-

¹ Do escritório, também faziam parte Ademar Tavares, que foi membro do Ministério Público, desembargador e membro efetivo desta Academia, e José Pereira Lira, ministro do Tribunal de Contas da União, chefe da Casa Civil do Presidente Eurico Dutra e professor de Direito Civil da UERJ e da Universidade de Brasília.

tas compilações de cousas de sua profissão, escritas laboriosamente em um jargão enfadonho com fingimento de língua arcaica” (*Histórias e sonhos*, p. 55).

Dessa caricatura, fugiram, para honra e glória da profissão, advogados inúmeros, a começar pelo maior de todos, o nunca assaz lembrado Rui Barbosa, cuja obra é motivo de orgulho para todos nós e paradigma para quem quiser escrever com correção e brilho a Língua Portuguesa.

Os bacharéis sempre estiveram presentes entre vós, mesmo os que tomaram outros rumos que não a Advocacia ou a Magistratura. No começo, nas sessões preparatórias, lá estão as atas, manuscritas, do punho de Rodrigo Octavio, que bem depois passou a ser ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado em 5 de fevereiro de 1929, pelo Presidente Washington Luis, vindo da Consultoria Geral da República, cargo que exercia desde 1911. Neste momento, têm assento nas cadeiras de membros efetivos mais de vinte diplomados em Direito, mais da metade do total dos acadêmicos.

Talvez se possa dizer que Levi Carneiro tenha sido aquele que recebeu as insígnias acadêmicas sobretudo pela sua condição de advogado, de fundador e primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Nessa qualidade, ele representou a sua categoria profissional, como deputado classista, na Constituinte de 1934. Foi ele que deu corpo e alma à entidade que passou a reger o exercício da profissão de advogado, incumbindo-lhe a seleção, defesa e disciplina da classe. Honrou o título de *batonnier* e imprimiu, em Código de Ética específico, regras de conduta perenes para os seus integrantes. O saudoso Acadêmico Alcântara Machado, ao recebê-lo, aqui, bem definiu o pensamento da Academia sobre as qualidades do advogado para con dignamente integrá-la:

Só o leguleio e o rábula poderão satisfazer-se com o manuseio das leis, o convívio mesquinho dos comentários, o espiolhamento dos julgados. Para quem exerce honestamente a advocacia é necessidade vital fazer nas altas esferas da doutrina uma provisão diária de ideias gerais. Não lhe basta, porém, o conhecimento do Direito, por mais intenso e largo que seja. Ir-se-á definhando pouco a pouco, asfixiado insensivelmente no ar confinado da especialidade, se não mantiver escancaradas, de par em par, aos quatro ventos, as janelas do espírito.

Que diremos agora, diante da complexidade crescente das relações jurídicas e quando o Estado se arroga a competência de regulamentar os

próprios fatos da Natureza, desde o volume das safras até à reprodução da espécie? E como se há de ensimesmar, indiferente ao que passa lá fora, um homem arriscado a discutir com os técnicos no nível e no crime problemas de Psiquiatria e de Balística, de Contabilidade Mercantil e de Genética, de Arte e de Finanças?

Aqui posso contar-vos um episódio, do qual participei, ocorrido há mais de meio século, que liga o nome de Austregésilo de Athayde, que depois viria a ser presidente desta Instituição, durante 33 anos, de modo indireto, à Ordem dos Advogados. Em dezembro de 1944, foram presos cinco cidadãos ilustres da República, que combatiam a ditadura de então – o Estado Novo: os jornalistas Austregésilo de Athayde e Rafael Corrêa de Oliveira, os advogados Dario de Almeida Magalhães, Adauto Lúcio Cardoso e Virgílio de Melo Franco. Adauto era membro do Conselho Secional da Ordem, de que eu também fazia parte. O Conselho reuniu-se extraordinariamente, e houve protestos veementes contra a arbitrariedade da prisão. Estava suspenso o *habeas corpus* para as prisões de natureza política. A Ordem não o patrocinaria, mas a reunião inspirou outra solução. Seria requerido *habeas corpus*, como um documento de denúncia, de desmascaramento da ditadura e da violência praticada, subscrito por todos os advogados que o quisessem assinar.

Centenas de advogados subscreveram a petição que tive a honra de redigir. Com muito orgulho, trago no meu currículo, este crachá: fui advogado de Austregésilo de Athayde.

Muitos advogados têm chegado aos píncaros da fama, pela descoberta de solução para temas os mais variados, e oferecendo contribuições notáveis, em questões complexas ainda não resolvidas pelas pesquisas e estudos dos especialistas. Enrico Altavilla, num livro clássico – *Psicologia Judiciária* –, mostra como a questão técnica há de ser tratada pelo advogado, havendo casos notáveis de assimilação da matéria, provocando manifestações surpreendentes: “As discussões sobre Odontologia, Arte Naval, etc., de Gaetano Manfredi, constituíram verdadeiras monografias científicas, diante das quais se inclinaram os mais profundos e competentes especialistas das matérias.”

A Academia Francesa, ao longo de sua história, elegeu muitos dos seus integrantes entre magistrados e advogados. A relação que consegui, através da advogada paulista Olívia Raposo da Silva Telles, a quem agradeço a colaboração, contém os nomes de dezenas de juristas e advogados, muitos deles de

projeção universal, como Corneille, Montesquieu, D'Aguesseau, Tocqueville, Berryer, Poincaré, Malesherbes, De Sèze, Henri Robert, Maurice Garçon...

Malesherbes e De Sèze defenderam Luís XVI perante o Tribunal Revolucionário. O rei foi condenado à morte, e Malesherbes também foi guilhotinado porque o defendeu. Quanto a De Sèze, também esteve preso, mas foi depois libertado.

Os dois últimos da lista – Henri Robert e Maurice Garçon – sempre foram autores constantes das minhas leituras em torno da profissão, sobre a qual o primeiro escreveu um livro clássico – *L'Avocat*, repositório inigualável de observações aparentemente destinada aos jovens advogados, mas que é uma obra escrita com graça e leveza e é lida prazerosamente pelos não iniciados nos temas forenses. Henri Robert ainda é autor de outro livro clássico, *Os Grandes Processos da História*, que seduz e encanta a qualquer tipo de leitor.

Maurice Garçon é escritor notável, autor de livros de grande sucesso: *Eloquência Judiciária*, *Procès Sombres*, *Lettres ouvertes à la Justice*, *Defense de la Liberté Individuelle* e o notável *Plaidoyers Chimériques*, que são defesas de personagens da Literatura, de Electra, Otelo, Julien Sorel, Don José, Lafcadio... Dentro dessa mesma ordem de ideias, há o livro famoso de Enrico Ferri, *Os Criminosos na Arte e na Literatura*, onde são analisados os criminosos nas artes decorativas, os assassinatos incestuosos na tragédia grega, a trilogia de Shakespeare – *Macbeth*, *Hamlet* e *Otelo* –, *Os Bandidos*, de Schiller, os crimes nos romances e nos dramas judiciais, *O Último Dia de um Condenado*, de Victor Hugo; os criminosos nos romances de Zola, *Thérèse Raquin*, *Germinal* e *Besta Humana*; nos romances de Bourget, de Coppel, de d'Annunzio, de Ibsen, de Tolstoi, de Dostoyevsky.

Faço o registro e puxo a brasa para a minha sardinha: Henri Robert, Maurice Garçon e Enrico Ferri foram advogados criminalistas...

Malesherbes, também, ligado aos enciclopedistas, teve atuação muito destacada na divulgação do pequeno grande livro *Dos Delitos e das Penas*, de Cesare Beccaria, editado em 1764 e que ainda não perdeu a atualidade, porque é a base, o alicerce, o sustentáculo de um novo Direito Penal, que enfrentou as concepções atrasadas e os métodos tenebrosos dos praxistas da Idade Média, no combate à pena de morte, por sua pregação abolida em toda a Europa ocidental e na maior parte do mundo.

O PATRONO ADELINO FONTOURA

No Livro do Centenário da Academia, Josué Montello assinala que, na sua criação, prevaleceram os fatores de ordem cordial sobre os de ordem intelectual, tanto em relação aos seus fundadores quanto à escolha dos patronos das diversas cadeiras. E frisa que Adelino Fontoura foi um dos beneficiários desse “critério afetivo”, apesar de seus “escassos méritos intelectuais”.

Afonso Taunay, sucessor de Luís Murat, não lhe encontrou obra ou atividade que pudesse justificar um comentário a seu respeito. Ivan Lins, no discurso de posse, sucedendo a Afonso Taunay, principia a sua fala, com ironia, invocando observação de Afrânio Peixoto, segundo a qual pessoas como Adelino Fontoura se têm valido da Academia como um seguro de vida literária, que lhe garante a imortalidade: “Não fosse ele patrono da Cadeira I, ninguém saberia nem mesmo da sua existência.”

O espírito pesquisador de Ivan Lins fê-lo descobrir dados pessoais e quase toda a produção literária de Adelino, através de Múcio Leão, que honrou uma das cadeiras, de 1934 a 1969, e foi presidente da Academia em 1944. Ficou apurado que o patrono da Cadeira I nasceu no Maranhão, em 1859, veio para o Rio de Janeiro aos vinte anos, era amigo de infância de Artur Azevedo, trabalhou no comércio e se iniciou na imprensa no jornal *O Combate*, de Lopes Trovão, consagrado à propaganda republicana. Depois, a convite de Ferreira de Menezes, que muito o apreciava, passou a trabalhar na redação da *Gazeta da Tarde*, e “foi aí que desabrochou plenamente o incontestável talento de Adelino”. Ivan Lins ainda informa que ele publicou em *O Combate* o terceiro capítulo de *O Embroglio*, romance que seria escrito por vinte autores e cujos capítulos um e dois já haviam saído antes, da autoria de Araripe Júnior e José do Patrocínio.

João Ribeiro, que o conheceu, diz que ele lhe dava a impressão de “um sujeito de bom gosto nas letras, mas ignorante e talvez presumido”.

Ivan Lins ainda transcreve a opinião de Aluísio Azevedo sobre o patrono da Cadeira que hoje passo a ocupar e onde o perfil de Adelino Fontoura é apresentado como sendo um grande espírito de contradição:

Ele deixa transparecer o seu talento, porque supõe que com isso desagrada. No dia em que se convencesse que o desejavam inteligente ele se fingiria estúpido.

Tudo, menos concordar com a opinião pública! Entretanto, quer ele queira, quer não queira, há de ser fatalmente um talento de primeira mão. Mas o seu talento vê uma légua adiante da sua instrução. Fontoura o que possui não vem de fora, vem de dentro. Tirem-lhe o grande espírito original, que constitui a sua individualidade artística, e ele ficará reduzido a um tipo rabugento e vulgar. Com um pouco de trabalho poderia ser uma das rodas principais da geração antipática ao Sr. Sílvio Romero, mas Fontoura aborrece o trabalho de paciência e deixa que o talento vague a seu bel-prazer. Adora o Ramalho Ortigão e tem vinte e três anos incompletos. Sabe fazer versos, e, quando alguém o desagradar, ele ataca seis adjetivos e oito advérbios explosivos, que atordoam o adversário. De resto um caráter perfeito. Tem garras ferinas no estilo, mas penugens angélicas no coração. Uma mulher dificilmente o amaria, porém qualquer criança o adora.

Adelino Fontoura morreu tuberculoso aos 25 anos de idade e, segundo o discurso de Ivan Lins, é o único patrono da Academia que não deixou nenhum livro publicado, e só pelo depoimento dos que com ele conviveram se pode ajuizar do seu valor.

O certo é que Adelino Fontoura causou uma forte impressão, por seu talento pessoal, junto à intelectualidade do seu tempo, o que atenua, de certo modo, a estranheza por sua escolha para patrono da Cadeira I. Ele devia estar atravessando uma aura popular no momento em que Luís Murat indicou o seu nome. É o que se pode razoavelmente presumir. Decerto, a razão do coração deve ter prevalecido, porque ele, embora bom poeta, não tinha a nomeada, a obra ou o prestígio intelectual exigível para ser padroeiro de uma curul da Academia. Murat deixou-se influenciar pelo sentimento. A escolha de Adelino Fontoura era mais uma homenagem do que o reconhecimento das qualidades excepcionais que todos imaginam deversem ornar a personalidade de um patrono.

LUÍS MURAT

É o fundador da Cadeira I. Tanto Afonso Taunay, seu sucessor, quanto Ivan Lins, que o sucedeu, fizeram ambos demorada apreciação sobre a vida e a obra de Luís Murat. Taunay destaca, no adolescente, a inteligência agílida e penetrante, aliada à exuberância do temperamento, que o levava a destaque

merecido entre mestres e colegas, na Faculdade de Direito de São Paulo. Ainda preparatoriano, fundou o *Ensaio Literário*, órgão do Clube Literário do Curso Anexo, que tinha como dístico, no alto da primeira folha, “o homem nasceu para o trabalho, como as aves para o voo”. Taunay observa que “o mote calhava bem às tendências do estreante que, de fato, sempre se mostraria, durante meio século, o escritor apaixonado no manejo da pena”.

Formado em Direito, Murat passou a advogar no Rio de Janeiro, quando se operava acentuada renovação intelectual, na década em que se abolia a escravidão e se proclamava a República. Havia um ambiente de agitação política, a que aderiu, com entusiasmo, o fundador de nossa Cadeira. Publicou o primeiro livro em 1885, aos 25 anos de idade – *Os Quatro Poemas* – com um duro prefácio, em linguagem violenta, num estilo rococó, cheio de ornatos, contra os possíveis ou futuros críticos de sua obra.

Houve resposta, à altura da agressão, e Murat replicou, usando a mesma contundência do prefácio, rompendo “com a rapaziada de sua geração, por quem, como era de esperar, não se viu poupado”.

Murat publicou depois *A Última Morte de Tiradentes*, muito criticada por Taunay, que a considera inverossímil e estrambótica, assinalando que o próprio Murat a refundiu 25 anos depois.

José Veríssimo comparou-o a Casimiro de Abreu e recebeu resposta áspera: “Não sou discípulo de Casimiro de Abreu nem de ninguém: *mon verre n'est pas grand, mais je bois dans mon verre*.”

Veio a República, e Murat teve reconhecida a sua dedicação à causa, com a escolha para compor a delegação fluminense à Assembleia Constituinte,

onde se revelou, ainda segundo Taunay, parlamentar saliente, orador fogoso, espontâneo, fluentíssimo possuidor de vocabulário opulento, angariado pelo exercício contínuo da Poesia e da rebusca da Linguagem.

Antes imprimira o primeiro tomo de *Ondas* em que se lhe acentuara a feição filosófica da poesia. (Taunay)

Em seguida às peripécias da Política, quando ficou ao lado de Deodoro contra Floriano, Murat exilou-se no Prata. Taunay faz uma exposição extensa e magnífica sobre esse exílio, que tornava Murat infelicíssimo, com o reavivamento de antiga paixão da mocidade e escrevia os versos de “Sara”. Floriano

sufocou a revolta da marinha e do federalismo rio-grandense. Murat voltou e foi absolvido por um júri paranaense.

Deixando a Política, voltou à Poesia e publicou o segundo e o terceiro tomos de *Ondas*, firmando neste último a “feição filosófica” de sua poesia. (Taunay.)

Retornou à Política, em 1909, fez tenaz oposição ao governo de Hermes da Fonseca.

Em 1917, empolgado pelas doutrinas de Emanuel Swedenborg, fez profissão de fé religiosa e a elas se dedicou “com as veras do habitual arrebatamento”. Dessa religião, talvez haja sido ele o único seguidor de renome no Brasil.

Luís Murat teve um sucessor que não só lhe traçou um perfil magnífico, mas deu, também, no seu discurso de louvor, uma dimensão à altura da personalidade do sucedido.

AFONSO TAUNAY

No discurso de posse nesta Academia, Ivan Lins fez uma longa exposição em que o perfil de Afonso de Taunay aparece de modo tão completo e perfeito que os sucessores seguintes quase se sentem dispensados de focalizar a sua personalidade e a sua obra, porque nada de novo podem trazer ao vosso conhecimento.

Essa a razão pela qual pouco direi sobre a figura do notável historiador que foi o segundo ocupante da Cadeira I. A ele se deve a reorganização do Museu Paulista, onde revelou aptidão incomum de administrador. Ivan Lins registra uma excentricidade de Afonso Taunay: ele não admitiu o retrato da Marquesa de Santos na galeria do Museu, conservando-o no chão, num canto do almoxarifado.

Ao substituí-lo, Sérgio Buarque de Holanda revogou a discriminação e mandou colocar o retrato da Marquesa ao lado dos demais. Mais tarde, visitando o Museu, Taunay estranhou a presença, na galeria, do retrato “condenado”, não se conteve e exclamou: “Mas, então penduraram o retrato dessa tipa! Não ofenderão os melindres das famílias de São Paulo?”

Taunay publicou vários trabalhos e livros de História e é realmente um culto conhecedor dos fastos do passado. Ivan Lins salienta que ele “quase sem o perceber, estabeleceu uma nova era em nossa Historiografia e trabalhou para que outros, valendo-se dos tesouros por ele desencavados, possam fazer livros e mais livros em que somente terão de preocupar-se com a forma e a apresentação, interpretando e sintetizando os documentos que generosamente pôs ao alcance de todos”. Os escritos de Taunay chegam a uma centena e meia de volumes, e foi notável a sua contribuição para os *Anais do Museu Paulista*, onde publicou tantos documentos preciosos.

Ivan Lins ainda destaca a prodigiosa memória de Afonso Taunay para “reter nomes, datas e fatos”, e “conservou-a até os seus últimos dias”.

Taunay deixou o professorado, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo para não abandonar a direção do Museu, que foi a grande paixão de sua vida.

Afonso Taunay era apontado unanimemente

há vários anos como o nosso maior historiador, e desde 1944, ao ser eleito membro da American Historical Association, por proposta de historiadores do valor de uma Bernadotte Schmitt, de um Valdo Leland e de um Guy Stanton Ford, pode antecipadamente ouvir a voz consagradora da posteridade, que tal é, para os vivos, no dizer de Capistrano, a voz do estrangeiro.

Afonso Taunay mereceu a imortalidade que lhe destes e honrou a Cadeira Acadêmica em que se assentou, durante 46 anos, por vossa escolha.

IVAN LINS

De Ivan Monteiro de Barros Lins, posso falar sem consulta a qualquer documento. É só puxar pela memória, fechar os olhos e lembrar. A nossa aproximação vem de longa data, desde 1930, das minhas frequentes visitas à sua casa, onde também morava o seu irmão – Miguel –, meu colega de Faculdade, meu amigo durante mais de cinquenta anos, amizade que durou até a sua morte, há dois anos. Desde aí, Ivan já era um estudioso, um leitor compulsivo dos clássicos, aprendia latim com o pai, ministro Edmundo Lins,

então presidente do Supremo Tribunal Federal, homem de grande saber, de cultura enciclopédica. Tornara-se um humanista. Numa das estantes do meu escritório, há uma prateleira repleta de livros de Ivan Lins. Levanto, apanho um deles e leio, na dedicatória afetuosa, que até o nome Lins, indicador de longínquo parentesco, como seu pai tinha descoberto em alfarrábios de onde tirava os elementos para levantar a árvore genealógica da família, era razão para fortalecer os vínculos de afeição que nos prendiam. É uma amizade hereditária que se vem transmitindo às novas gerações.

Ivan Lins tinha, como poucos, as qualidades para integrar a Academia. Era um humanista, com um currículo invejável. Mais do que isso, era autor de obras clássicas como *Thomas Morus e a Utopia*, *Aspectos do Padre Antônio Vieira*, *História do Positivismo no Brasil*, *Erasmus, Descartes – Época, Vida e Obra*; *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*, *Lope de Vega*; e mais e mais. Ivan Lins era, sem dúvida, um candidato *bors concours* à Academia. E o prêmio lhe veio por um reconhecimento natural de seu valor, valor autêntico, comprovado por obras valiosas de um escritor de eleição, que sempre atuou nas mais altas atmosferas morais e mentais. Intelectuais como Ivan Lins são candidatos natos à Academia.

Por uma coincidência extraordinária, fui advogado de Ivan Lins num processo movido por um filho de Agripino Grieco, quando este faleceu, sob a alegação de injuriar a memória do morto, injúria que estaria contida num artigo de jornal, onde havia uma apreciação crítica sobre a obra de um literato e se constituía num direito de quem comenta e faz história sobre a personalidade de um escritor. Em vários trechos dessa defesa, é invocada a condição de Ivan Lins, como membro da Academia, e é lembrada uma carta do próprio Agripino dirigida a Ivan, reconhecendo nele “uma alma sem linhas oblíquas, sem recantos de sombra” não havendo nos seus livros “palavras que apunhallem e envenenem”. O processo era, realmente, uma inversão de valores. O morto – dito injuriado – fez da irreverência, do sarcasmo e do epigrama o seu próprio estilo literário, a razão do seu êxito como escritor. Ivan Lins, homem reto e bom, viveu estudando para produzir uma obra literária inconfundível e séria, como ensaísta, crítico, historiador e filósofo. O outro foi, sem dúvida, um notável epigramista, que feriu, agrediu e ofendeu, sem contemplação, mortos e vivos, com o dito malévolo, com o trocadilho faceto, com a zombaria chocarreira, com o gracejo atrevido, com a chalaça grosseira. Nessa defesa, mencionamos vários acadêmicos que haviam sido vítimas das aleivosias de

Agripino, como Viriato Correia, Múcio Leão, João Ribeiro, Jorge de Lima, Rodrigo Octavio.

O Tribunal Federal de Recursos, foro privativo, à época, para julgar os conselheiros dos Tribunais de Contas, repeliu a queixa e absolveu Ivan Lins.

Vinte e cinco anos depois, a Academia me elege, por uma combinação caprichosa do destino, para ocupar a mesma Cadeira em que aqui se assentou o meu amigo e cliente ocasional, o erudito Ivan Monteiro de Barros Lins.

PERSONALIDADE DE BERNARDO ÉLIS

Bernardo Élis, quando aqui chegou, veio acompanhado de uma vasta e bela obra literária, que o colocava entre os grandes escritores de sua geração. No discurso de recepção, o saudoso Acadêmico Aurélio Buarque de Holanda fez um magnífico estudo de todos os livros do nosso confrade. Em determinado momento, quando fazia objeções à sua linguagem popular, não se conteve e, num arroubo, exclamou:

... o santo de Bernardo é forte, Sr. Presidente. Eu, que estou aqui a opor-lhe algumas reservas, se pego a reler um conto seu, ou o seu romance, sinto que há no diabo do homem algo de um poder mágico. É a magia do criador poderoso que ele é. Criador e estilista dos grandes, dos altos, dos sérios deste País.

Pois é dessa extraordinária figura de intelectual, privilegiado homem de letras, talentoso semeador de Cultura e de beleza, fascinante incitador de emoções, que hoje tenho de apreciar a personalidade e a obra.

Bernardo Élis Fleury Curado, é seu nome por extenso, nasceu em 1915, e um traço característico de sua personalidade, no depoimento de seus biógrafos e de seus amigos, era uma invencível timidez.

A Profa. Nelly Alves de Almeida, no livro *Presença Literária de Bernardo Élis – Antologia*, escreve que ele, “dono de grande inteligência e séria timidez, traz, neste último fator, uma das características mais fortes de sua personalidade” (p. II).

De seu amigo o escritor Gabriel Nascente, de quem obtive preciosas informações, também recebi carta, onde destaca: “Homem de pouca conversa, silencioso e tímido, estupidamente tímido.”

Sua viúva e prima, a artista plástica Maria Carmelita Fleury Curado, enviando-me dados sobre a personalidade do marido, frisou a sua “simplicidade”, ele “não foi somente um escritor, foi dono de uma vasta cultura” e “sua grande alma era retratada na sua figura física, altaneira, nobre, sem ser orgulhosa”. Informa, ainda, que “ele foi um cidadão que sempre esteve na vanguarda de novas tendências socioeconômicas e políticas do País”. Dela ouvi que ele foi do “Partidão”, isto é, do Partido Comunista Brasileiro. Em outubro de 1964, foi aposentado na Escola Técnica de Goiânia e demitido de sua cadeira na Universidade Federal de Goiás. O *Diário da Manhã*, de Goiânia, do dia seguinte à sua morte, dedica várias páginas ao escritor, e entre o noticiário está a referência a um relatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) revelando a sua participação na fundação, em 17 de março de 1946, da seção regional do Partido Comunista.

A Profa. Nelly Alves de Almeida, na apresentação de seu livro, resume, em traços largos, dados pessoais de Bernardo Élis:

Fez primeira comunhão, andou a cavalo, viajou de caminhão, Ford modelo T, que transportava malas de correio... tomou bomba nos exames de admissão ao ginásio, graças às complicações de um maldito carroção... banhou-se gostosamente nos rios, fez pescarias, misturou-se às gentes simples, sonhou muito e leu demais. Andou a braços com Victor Hugo, Camões, Bernardes, Balzac, Flaubert, Drummond de Andrade, José Américo de Almeida, Machado de Assis e muita “gente boa”. Teve conhecimento das marchas e contramarchas da Coluna Prestes e andou se escondendo, com a família, ora aqui, ora ali, tanto dos revoltosos como das tropas legalistas. Viveu vida de gente do mato, lidou com campeios, desleitamentos, plantios de roças, assistiu a “festas rodeias”, onde, sem dúvida, colheu muito do que, hoje, salta em profusão em suas produções literárias, através da linguagem, dos temas, das mensagens que o engrandecem.

E esta curiosidade, que, até agora, não tínhamos lido em canto nenhum:

Estudou flauta e quis também aprender bombardino com pretensão de integrar a ‘Banda 13 de Maio’, de Corumbá... Sonhou com cidades grandes, teve paixão pela obra dos modernistas, a cujo lado, hoje, caminha levado pelo sucesso. Assistiu às lutas para a mudança da Capital do Estado. Sofreu dificuldades financeiras. Trabalhou em jornais. Foi escrivão do crime e até prefeito de Goiânia por duas vezes. Sonhou com a cidade do Rio de Janeiro, antes de conhecê-la. Viu de perto Mário de Andrade, Graciliano e teve carta elogiosa de Monteiro Lobato. Colecionou prêmios honrosos

que elevam nossa Literatura. É ocupante da Cadeira I8, na Associação Goiana de Letras – e já foi seu presidente. (p. 11 e 12.)

O pai, Érico José Curado, comerciante, era poeta de projeção nos meios intelectuais do Estado e dedicou um soneto (genetliaco) ao filho quando este nasceu.

Em 1930, já lia Camões, Machado de Assis, Vieira, Pe. Manuel Bernardes. Em 1933, as suas leituras eram de livros de Zola, Victor Hugo, José Américo de Almeida.

Em 1935, passou a trabalhar na redação do jornal oposicionista *A Voz do Povo*.

Com uma intensa atividade intelectual, foi ao Rio de Janeiro, em 1943, já com os dois primeiros livros – *Primeira Chuva* (poesia) e *Ermos e Gerais* (contos).

A saída de *Ermos e Gerais* encontrou calorosas manifestações críticas, altamente favoráveis, de Tristão de Athayde, Mário de Andrade, Rosário Fusco, Herman Lima...

Já formado em Direito, tendo sido o orador da turma, passou a advogar em todo o Estado e a frequentar congressos de escritores e jornalistas. Em 1953, viajou à Europa e foi à União Soviética.

Continuou a desenvolver intensa atividade intelectual e, em 1956, publicou o seu romance *O Tronco*, editado pela Livraria Martins, de São Paulo, por interferência de Jorge Amado, segundo a informação da Profa. Nelly Alves de Almeida, livro que teve muito sucesso.

A partir de 1961, passou a lecionar a cadeira de Geografia Humana, para a qual foi nomeado professor e vice-diretor do Centro de Estudos Brasileiros.

Não cessa a atividade intelectual de Bernardo Élis, e, em 1965, ganha o Prêmio José Lins do Rego, com o livro *Veranico de Janeiro*, com a Comissão Julgadora composta por Herman Lima, Valdemar Cavalcanti e Otto Lara Resende.

Nos anos seguintes, recebeu o Prêmio Jabuti, conferido pela Câmara Brasileira do Livro, de São Paulo, considerando *Veranico de Janeiro* o melhor livro de contos do ano.

Em 1967, passou a lecionar a cadeira de Literatura Brasileira, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Goiás (Católica).

Nesse ano, recebeu o Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, pelo livro de contos *Caminhos e Descaminhos*.

Foi paraninfo e patrono de formandos de várias faculdades e fazia frequentemente conferências em grêmios literários e bibliotecas.

O currículo de Bernardo Élis é imenso. Dificilmente se encontrará um intelectual – mormente dos estados menos desenvolvidos – que tenha tido uma atuação igual à sua, com o reconhecimento ainda em vida da excepcionalidade do seu preparo, da sua competência e da sua criatividade.

A ENTRADA NA ACADEMIA

Com a publicação de tantos livros e com a conquista de tantos prêmios literários, Bernardo Élis tentou três vezes o ingresso na Academia, e da última vez o seu concorrente era o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek. Foi um pleito renhido, e Bernardo proclamado vencedor. Só refiro esse episódio pela circunstância de Juscelino ter praticado um gesto de fidalguia e delicadeza, que só enaltece a sua figura de homem civilizado, superior, sem ressentimento: compareceu à posse de seu antagonista, cumprimentou-o e “foi ruidosamente aplaudido, de pé” (Gabriel Nascente). O Dr. José Luiz Bittencourt, ex-vice governador de Goiás, também registrou o acontecimento, em artigo publicado no jornal de Goiânia *O Popular*, de 16 de janeiro de 1998:

Compartilhei da alegria de todos quando, já iniciada a cerimônia, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, solene, majestoso, altaneiro, elegante e nobre, desfilou pelo salão principal da Casa de Machado de Assis e se acercou do adversário no pleito acadêmico para cumprimentá-lo efusivamente. Uma cena que jamais esqueci, pois naquele instante a velha Diamantina, a tradicional Goiás e a histórica Corumbá se abraçavam numa mineiridade goiana...

AINDA ALGUNS TRAÇOS DE SUA PERSONALIDADE

Agora, no fim da vida, aceitou o convite do governador do Estado para presidir a Fundação Cultural Pedro Ludovico e sofreu uma terrível pressão dos artistas e dos escritores para deixar o cargo. Assim, compelido e atacado,

pediu demissão. Sofreu muito com isso e disse a Gabriel Nascente, três dias antes de morrer: “Já não sinto mais nada pela vida. E tudo, em mim, tem gosto de sabão da terra.” Tudo indica que estava sob forte crise depressiva. Andava às voltas com ideias de suicídio e chegou a dizer confidencialmente: “Eu só não me mato com revólver porque tenho medo do estampido da bala.” Comenta Nascente: “Ele tinha coisas assim satânicas e jocosas. Tinha tão grande ódio da espécie humana que vivia exorcizando a sua própria presença.”

Todos salientam a dedicação e o carinho com que o tratou até a morte sua esposa e prima, a ex-freira Maria Carmelita Fleury Curado. Ele fora casado, antes, com a poetisa Violeta Metran (já falecida), de quem teve três filhos: Ivo, Sílas e Simeão.

A OBRA DE BERNARDO ÉLIS

Bernardo Élis teve consagração subitânea, com a publicação de seu primeiro livro – *Ermos e Gerais* – saudado imediatamente e com entusiasmo por Monteiro Lobato, que vaticinava: “[...] teremos em Bernardo Élis o mais prodigioso escritor do Brasil moderno, o primeiro grande manejador de imensa massa de dores, estupidez crassa e tragédia que é o imenso Brasil analfabeto do interior...”

A unanimidade da crítica aplaudiu o livro, e o Acadêmico Francisco de Assis Barbosa fez uma apreciação laudatória, dando ao nosso homenageado o pioneirismo em novo ciclo da Ficção Literária Brasileira:

Desde 1944, com *Ermos e Gerais*, Bernardo Élis se tornou vanguardeiro de um novo ciclo da Ficção Brasileira – o do sertanismo goiano-mineiro. Cronologicamente, é ele o primeiro. Vieram depois Guimarães Rosa (*Sagarana* é de 1946), Mário Palmério (*Vila dos Confins*, em 1956) e José J. Veiga (*Os Cavalinhos de Platiplanto*, 1959). E a literatura do Oeste passou a competir em prestígio e significado nacional com a literatura do Nordeste... *Ermos e Gerais* bem que pode ser considerado o marco deste da nossa rosa-dos-ventos literária, uma antecipação, tal como *A Bagaceira* para o ciclo nordestino.

Quando da posse de Bernardo Élis, o discurso de recepção de Aurélio Buarque de Holanda fez um primoroso exame de toda a sua obra e comparou a ascensão de Élis àquela que fizera Machado de Assis, com pertinácia e confiança. Aqui, sem estabelecer paralelo, faço o registro de que o escritor goiano

tinha o mesmo defeito de elocução do nosso patrono: também sofria de gagueira, não muito acentuada.

Alceu Amoroso Lima recebeu com entusiasmo a criação linguística de Bernardo Élis:

Acostumou-se, desde menino, a falar a língua do povo e a sentir de perto o drama dos pobres, dos injustiçados, dos perseguidos. Assimilou tudo isso de tal modo, tanto a realidade social inumana, como a expressão linguística extremamente humana daquele povo, que no dia em que a sua vocação literária irreversível despertou, o que nos deu foi ao mesmo tempo uma obra de verdade social impressionante e uma criação linguística de uma beleza e de uma originalidade absolutamente singulares.

O estudo do seu estilo já está em ponto de merecer uma análise linguística científica, tal a sutileza da sua oralidade... É uma fusão rara entre o culto e o falar popular.

E Antonio Candido, autor do hoje clássico *Formação da Literatura Brasileira*, afirmou: “A minha impressão é que subiu a uma altura de mestre original com *Veranico de Janeiro*, e que na Literatura Brasileira poucos podem gabar-se de ter encontrado uma fórmula narrativa tão eficiente.”

Ninguém mais autorizado que Guimarães Rosa, de seu naipe de escritor, sobre o emprego de uma linguagem ao mesmo tempo culta e popular. Rosa ficou fascinado com uma segunda leitura de *O Tronco* e escreveu a Bernardo Élis dizendo que o fez “com a mesma viva admiração de quem se entusiasma com uma urdidura bela, palpitante, nova”. E é hiperbólico quando refere que se deliciou com o livro *Caminhos e Descaminhos*: “Formidável aquele conto (‘Aqui, ali, acolá?’) dos índios, da indiazinha com a veadinha. *Ninguém, em país nenhum, nenhum tempo, parte alguma, escreveu coisa melhor!*” (grifo nosso).

Cada conto de Bernardo Élis é um artefato produzido por seu engenho e imaginação para penetrar e ficar na memória do leitor. Ninguém esquece mais o seu enredo e os seus personagens.

Aurélio, no discurso do dia da posse do saudoso confrade a quem hoje sucedo, transcreveu trechos de muitos deles. De certo terão sido os que mais o agradaram, como “Rosa”, por exemplo. E lá está escrito:

“Rosa” é um pedaço da Natureza. Uma força da Natureza. No conto que lhe traz o nome, não só os seres humanos, mas a Natureza toda, animais, vegetais, coisas,

são personagens. Toda aquela armação de tempestade é antológica: antológica é a história inteira. Os pios aflitos dos sabiás-de-rabo-mole “varavam o coração de Rosa e punham em suas feições uma sombra de bruteza e dor”.

O talento de Bernardo Élis tem uma vocação dirigida para representar o trágico e transmite ao leitor a sensação das angústias, sofrimentos e desgraças dos seus personagens.

Muitos outros contos do nosso homenageado, talvez possamos dizer *todos*, têm a marca do seu alto poder de descrição. Por exemplo “A enxada”, que Aurélio Buarque de Holanda considera “o mais aclamado sobretudo (creio) pelo seu alto teor e substância social, pela extraordinária pungência que o assinala. É um ferrete. Conto rico, soberbo, mas igualado por outros...”

Quando Élis morreu, o editor da revista do *Diário da Manhã*, de Goiânia, Welliton Carlos, escreveu um artigo magnífico comparando “A enxada” a um dos filmes mais importantes do cinema italiano, “Ladrões de Bicicleta”, de Vittorio de Sica. O personagem do filme é um operário que, logo depois da guerra, sem emprego, para sustentar a família, adquire, com o maior sacrifício, uma bicicleta de segunda mão como instrumento de trabalho, mas ela foi roubada no primeiro dia, tirando-lhe o único meio de subsistência de que podia dispor num país que saíra derrotado da guerra. O jornalista mostra a similitude: “A enxada é para o homem do campo o mesmo que a bicicleta representa para o operário da Roma urbana.” O conto de Bernardo Élis é comovente, dramático, é a estória da amargura de um homem que precisa trabalhar e não consegue o instrumento necessário, é “um personagem de fazer inveja aos mineiros de *Germinal*, obra-prima do mestre Émile Zola... deve ser difícil encontrar alguém no mundo que tenha sofrido tanto como os tipos encontrados nos causos (*sic*) contados pelo maior escritor goiano”.

Gilberto Mendonça Teles, no seu trabalho “O Conto Brasileiro em Goiás”, fala de “A Enxada”, para dizer que Bernardo Élis aí aparece,

novamente em contato com a preocupação social, neorrealista e praxista na sua filosofia literária, agnóstico no caracterizar a vida e a alma das suas personagens, comprazendo-se na exploração do grotesco e desumano, como aqueles farrapos humanos de “A Enxada”, cujas mãos se transformam na enxada negada pelo patrão e se exibem como “duas bolas de lama, de cujas rachaduras um sangue grosso corria e pingava, de mistura com pelancas penduradas, tacos de unhas, pedaços de nervos e ossos”.

Esse conto é, talvez, o mais dramático e característico do “humor negro” em Bernardo Élis, preocupado sempre com o fundo social de sua obra, onde as personagens são sempre os párias, indigentes, loucos, agregados miseráveis, enfim, toda uma galeria de personagens neonaturalistas, teratológicas, com suas taras e problemas, numa visão macabra e terrível do mundo, como se não houvesse, nunca, para o homem pobre a beleza da felicidade material, porquanto a outra felicidade, aquela que mais se identifica com a natureza do espírito, esta parece completamente alheia à obra de Bernardo Élis.

Vale dizer, ainda, para concluir, que o conto “A Enxada” termina acentuando e dando continuidade a um estado de vida de conformação na pobreza, de resignação no medo, numa passagem realmente admirável e também cinematográfica – o bobo carregando a mãe nas costas, pedindo esmolas – que não deixa de ter grande semelhança com um episódio dos retirantes, em *A Bagaceira*, numa possível influência de leitura.

O *Tronco* foi o livro com que Bernardo Élis estreou como romancista e, segundo Gilberto Mendonça Teles, aproveitando fatos reais da história de Goiás, ocorridos por volta de 1920, no município de Dianópolis, no norte do Estado, que deu lugar “a polêmicas, principalmente por andarem os críticos confundindo História e Ficção, como se o romancista, em vez de romancista, fosse historiador”. E acrescenta:

Estruturalmente tradicional (na linha tradicional da Novelística Brasileira), mas vazado numa linguagem plasticamente satisfatória, o romance de Bernardo se inscreve entre aquelas obras que, sem constituírem grandes mensagens humanas, têm o mérito de permanecer como documento, ilustrativo de uma época e de uma sociedade. Mas, além disso, *O Tronco* é portador de um material de fundo político-social que se reacende e se transforma num conflito de força dramática admirável e terrivelmente humana.

O POETA

Bernardo Élis também foi bom poeta (*Primeira Chuva*). Para a minha sensibilidade, prefiro os seus contos, que foi o que ele de melhor produziu. Na ordem do meu gosto, depois vêm os romances, especialmente *O Tronco*, se bem que me tenha agradado muito o outro – *Chegou o Governador*. A poesia não tem o vigor, a chama, o calor que ele imprime à prosa, em que é, na opinião

geral, a que me agrego, um grande escritor. Mereceu a distinção que a Academia lhe conferiu.

CONCLUSÃO

Há um simbolismo na escolha do dia de hoje para esta cerimônia. Em 11 de agosto de 1827, fundavam-se os cursos jurídicos no Brasil, e se instalavam as Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda. Para um bacharel, nada poderia haver de mais significativo do que esta data, em que recebo a nímia distinção que me outorgastes. Pela data, pelo evento em si mesmo, pelos personagens em cena, olho para trás e não posso deixar de ligar esta festa à Ordem dos Advogados do Brasil, de cuja criação sou contemporâneo, pois comecei a minha carreira, na tribuna do júri, quando ela estava sendo fundada e instalada por Levi Carneiro, primeiro *batonnier* da classe, que honrou uma das cadeiras desta Academia; dela fiz parte como conselheiro regional e federal durante mais de vinte anos, em épocas diversas, e dela recebi a láurea maior da medalha Rui Barbosa, que me dá a regalia de participar de suas reuniões, como se membro nato fosse; a ela prestei serviços no curso deste século tão atribulado e tão cheio de turbulências, em períodos ditatoriais, na defesa da liberdade e da cidadania de perseguidos políticos; a ela, na pessoa do presidente Reginaldo Oscar de Castro, faço uma saudação especial, e a quem peço que transmita a todos os advogados, dos mais distantes rincões aos grandes centros do país, a mensagem de um dos decanos da profissão que, apesar dos temores e inquietações que o mundo atravessa, numa fase de profunda transição, em que estão sendo abaladas estruturas e conceitos de poder, continua fiel ao ideário democrático que Rui Barbosa nos legou, a democracia social, por ele pregada no famoso discurso de 1919, quatro anos antes de morrer, quando frisou “a incomensurável transformação das noções jurídicas do individualismo, restringida agora por uma extensão cada vez maior dos direitos sociais”. As incertezas e nuvens que ainda me preocupam, entretanto, não alteram a minha fé no futuro. Como Miguel Torga, continuarei “com a mesma pertinácia a ser sinaleiro da esperança no caminho de quantos, neste vale de lágrimas, desesperaram de a encontrar”.

Não me sentiria bem se, neste discurso, não fizesse uma referência aos que, no limiar da carreira, me mostraram a porta de entrada e serviram de inspiração e modelo a um atrevido principiante: Antônio Eugênio Magarinos Torres, juiz presidente do Tribunal do Júri e meu padrinho de formatura; João da Costa Pinto, advogado não diplomado, que me ensinou o caminho da tribuna do júri; Evaristo de Moraes, a maior formação de advogado criminal do Brasil, 41^o Acadêmico, pela obra que deixou, pela atuação profissional e pelo prestígio intelectual de que desfrutava (não foi acadêmico, mas mandou o filho, seu herdeiro pelo talento e pela cultura, para a Cadeira 40); Roberto Lyra e Mário Bulhões Pedreira, que só não estão na Cadeira 41, porque ela já está ocupada pelo velho Evaristo...

Se mencionei tanta gente, devo uma palavra à minha mulher, Musa, companheira de quarenta e um anos, que, se viva fosse, este discurso teria certamente um condimento de Proust (ela era proustiana, de fé), um dedo de Anatole, uma pitada de Eça, um tempero de Machado de Assis e talvez um soneto de Camões e um verso de Guerra Junqueiro, de Drummond ou de João Cabral...

Dirijo, agora, comovido agradecimento a todos os que compareceram a esta solenidade, autoridades que compõem a mesa, parentes, amigos e colegas, prestigiando-a com a sua presença.

Senhores acadêmicos,

Subi em todas as tribunas do Poder Judiciário. Foi o meu cotidiano durante mais de meio século. Nessas andanças, para dar uma notícia de sua abrangência, posso dizer-vos: fui do marítimo ao canônico. Sim, um acidente no mar e uma anulação de casamento religioso. Falei desde a mais modesta pretoria até a Corte Suprema. Falei perante o Senado e em Comissões Parlamentares de Inquérito. Falei no odioso Tribunal de Segurança Nacional, no tribunal de justiça esportiva e até em alguns comícios. Falei vezes sem conta no Tribunal do Júri e falei em julgamento fictício de uma personagem de Shakespeare. Quando leio no livro de Maurice Garçon – *Plaidoyers Chimériques* – que ele fez a defesa de Otelo, o passional da tragédia de Shakespeare, diante do público de uma universidade, vem-me à mente uma saudosa evocação do passado. Por instância de Pascoal Carlos Magno, poeta, diplomata e grande incentivador das artes, vi-me, certo dia de 1958, no palco do belo Teatro Santa Isabel, no

Recife, para fazer a defesa de Hamlet, outro personagem famoso criado pelo genial dramaturgo inglês. Lá estavam Sérgio Cardoso, seu consagrado intérprete, e Carlos Araújo Lima, talentoso criminalista, com o encargo da acusação.

Maurice Garçon, com o seu talento incomum, dirigiu-se aos juízes imaginários de Veneza e disse que a causa a ser por eles julgada era daquelas “em que, se a razão está revoltada, o coração se recusa a condenar”. Aqui, o advogado, sem os ornatos e louçanias do estilo do mestre francês, fez ardorosa defesa, que sustentou a inexigibilidade de outra conduta, nas circunstâncias em que agiu o louco personagem da tragédia.

Hoje o discurso é diferente: não estamos em assembleia de magistrados ou em suas variantes profissionais ou simuladas. Quem ascende a esta tribuna, recebe o batismo da imortalidade acadêmica e dela desce ungido com a sagração do dito desvanecedor de Machado de Assis: “Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.”

II

RESPOSTA DO SR. JOSUÉ MONTELLO

O primeiro advogado que apareceu nesta Academia, antes mesmo de ser ela inaugurada, e ainda sem ter onde abrigar-se, trouxe consigo uma singularidade, sob forma de três linhas exemplarmente sóbrias e que acompanhavam um cheque de cem mil réis, diretamente entregue a Machado de Assis.

A quantia, se hoje nos parece módica, mesmo substituída pela nova moeda, daria certamente para o primeiro chá acadêmico. As três linhas da carta diziam assim: “Ao Exmo. Senhor Machado de Assis – o Dr. Coelho Rodrigues cumprimenta e avisa, da parte de um anônimo, que tem para as despesas de instalação da sua nova Academia 100\$000. 18.12.1896.”

Conquanto chegassem em boa hora, podendo dar mesmo para os primeiros gastos da Instituição, o cheque e a carta foram recebidos com explicável desconfiança. Pretenderia o primeiro mecenas entrar aqui por essa porta estreita? Antes mesmo de instalar-se, a Academia já teria em si, como as demais academias do mundo, o pendor natural para identificar seus futuros pretendentes.

Ao Dr. Coelho Rodrigues, sobravam os méritos para ser bem acolhido. Mas a verdade é que ele se atrasara no caminho. Já o quadro da Academia estava completo. Entretanto, ele próprio, ao ver que a Instituição, embora por nascer, ou por isso mesmo, tardava em agradecer o cheque, apressou-se em mandar nova carta, dirigindo-se também a Machado de Assis – a quem chama de comendador – e era tão sóbria quanto a anterior: “A pessoa que, por meu intermédio, ofereceu-lhe a quantia de 100\$000, para as despesas de instalação

do futuro Instituto, não é candidato à imortalidade.” E concluía: “Pode, pois, receber o cheque ou devolvê-lo.”

A Academia aprendeu a lição: desde a sua fundação, jamais recusou benemerências. Sobretudo agora, quando aproveita a oportunidade para declarar, na posse de outro advogado, que continua aberto o voluntariado, quanto aos novos doadores. Mas sem compromissos, como no caso do Dr. Coelho Rodrigues.

Piauiense de nascimento, tal como o confrade que recebemos nesta noite, o Dr. Coelho Rodrigues era bacharel em Direito, pela Faculdade do Recife, e seu futuro professor, e depois, no Rio de Janeiro, advogado militante, ainda como o confrade que hoje investimos na sucessão de Bernardo Élis. Era também um humanista de excepcional valor, a quem a Cultura Brasileira devia a tradução latina das *Institutas do Imperador Justiniano*, acrescidas de comentários elucidativos e publicadas no Recife, em 1881. No plano político, representou no Senado a sua província natal, em duas legislaturas, além de ter sido prefeito do Distrito Federal quando a República amanhecia.

Assim, por todos os seus títulos, e ainda com os que ainda viriam, como a sua participação na elaboração de nosso Código Civil (antes que Clóvis Beviláqua nos proporcionasse o seu texto exemplar), o Dr. Coelho Rodrigues teria as credenciais que o habilitariam a ser um dos acadêmicos das primeiras horas. Retardando-se em fazer sentir que também aspirava a que se lembrassem dele, protelara a oportunidade de ser também escolhido. Mas a Academia não se esqueceu de seu primeiro benfeitor. Afrânio Peixoto, em 1923, mandou pintar-lhe o retrato pelo jovem Portinari, ainda na fase de sua pintura acadêmica. E coube a mim, como presidente da Academia, proporcionar a esse retrato o lugar adequado, na Sala dos Fundadores, neste mesmo pavimento, na vizinhança da Sala Machado de Assis.

Está ele ali, em espaço análogo ao do Ministro Sampaio Vidal, também benemérito desta Instituição. Sinal de que a Academia, se não chamou o Dr. Coelho Rodrigues para o seu quadro de membros efetivos, soube corresponder-lhe ao gesto generoso, quando – supomos – já ele teria desaparecido e estaria a estudar aquela geologia do Campo-Santo a que se refere Machado de Assis.

Bem sabeis que a Academia exige, para admitir um grande nome em seu quadro de membros efetivos, no momento da inscrição ao pleito respectivo, a obra publicada, confirmativa do mérito do candidato. De modo significativo,

sempre tivemos aqui juristas e advogados, ontem como hoje, e de que nos desvanecemos. Lúcio de Mendonça, de quem partiu a ideia da fundação da Academia, chegou ao pináculo do Supremo Tribunal Federal, a que também chegastes, meu eminente Confrade Evandro Lins e Silva, para aqui encontrardes um colega, Oscar Dias Corrêa, e por idênticas razões: o vosso saber e a vossa vida pública.

Na fase em que não tinha onde instalar-se, a Academia teve por abrigo, nas suas sessões obstinadas, o escritório de advocacia do Dr. Rodrigo Octavio, na Rua da Quitanda, a poucos passos da Rua do Ouvidor, pequeno, aconchegado, mas onde cabiam, com a necessária boa vontade, os abnegados que Machado de Assis já então presidia. Em redor, nas paredes que limitavam a sala, destacava-se o adorno dos retratos de alguns escritores, oriundos da desfeita redação da extinta *Revista Brasileira*, que deixara de circular, por falta de recursos pecuniários.

Foi ali que Madame Rodrigo Octavio, visitando o marido em companhia do filho menino, e que seria nosso futuro colega, Rodrigo Octavio Filho, viu que o garoto se pusera a olhar, com dobrada atenção, a galeria de retratos. E o menino muito vivo, querendo saber quem eram eles, entre os clientes de seu pai, subitamente perguntou à senhora:

— Minha mãe, quem são esses gatunos?

Em compensação, ali mesmo, noutra oportunidade, nosso Confrade Carlos de Laet, já de vista fraca, mas sempre aguerrido, entrou na sala aconchegada e foi apertando uma por uma, à medida que os cumprimentava, a mão de cada confrade, até que, de repente, se deu conta de que estava defronte de José do Patrocínio, com quem acabara de travar renhidíssima polêmica, por entre os mais aguerridos desaforos.

E já com a mão estendida, sem poder desfazer o gesto, não hesitou na pergunta cautelosa:

— Companheiro, estamos de bem ou estamos de mal?

E Patrocínio, apertando a mão do confrade:

— De bem, companheiro!

Assim é hoje, e sempre, a Academia. Posso dizê-lo, meu caro confrade, com a minha própria experiência. Certa vez, acusado por um inimigo crônico, em artigo assinado no jornal de nosso Confrade Roberto Marinho, aqui presente, de estar recebendo, como embaixador em Paris, uma gorda bolada em

dólar, muito acima do meu ordenado diplomático, tive um encontro convoso, promovido por Austregésilo de Athayde, numa das salas de vosso escritório, no Centro da Cidade. Tínheis lido o artigo absurdo. E eu vos disse de minha intenção em processar o meu acusador. Prudentemente, e com a experiência de quem me conhecia, e mais a experiência de ter sido nosso ministro das Relações Exteriores, não hesitastes na solidariedade ao amigo e admirador, prontificando-vos a pôr na cadeia o meu gratuito acusador. E logo acrescentastes:

— Conheço o Itamaraty, por ter sido seu ministro, e sei que ali não lhe pagariam absurdos. E conheço você, para saber que seria incapaz de cometer qualquer desonestidade. Mas, daqui a tempos, você próprio já terá esquecido esse agravo.

Sim, esqueci. De propósito, já não me recordo. Só guardei comigo o conselho generoso que hoje aqui relembro, para vos dizer de meus agradecimentos por me ter poupado levar adiante a ira ocasional.

Certa vez, ouvimos aqui, numa conferência, pela palavra de Levi Carneiro, nosso saudoso confrade e meu querido amigo, esta definição perfeita e que viera das fontes clássicas: “O advogado tem de ser o homem de bem, com o dom da palavra.” E é isso que tendes sido, por toda a vida, na vossa luta em favor do direito alheio ou da humanização da pena excessiva. E para isso nada vos faltou, meu caro confrade.

Cada um de nós, depois de ler *Minha Formação*, há de ter guardado na memória esta conclusão de Joaquim Nabuco, no capítulo sobre Massangana, e com a qual abre o mais belo trecho do velho livro: “O traço todo da vida é para muitos um desenho da criança esquecido pelo homem, e ao qual este terá sempre de se cingir sem o saber.”

Nosso Machado de Assis, mais sóbrio, mais contido, chegou à mesma conclusão por um caminho mais curto, recorrendo a Longfellow, quando nos diz, nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que a criança é o pai do homem.

Uma das maravilhas da criação é precisamente essa. Cumpre a cada um de nós resguardar em si a criança que foi. Nela, está a chave da felicidade futura. Quem não soube guardar em seu íntimo, como substância fundamental do próprio ser, o menino ou a menina que sempre nos acompanha, e que nos adverte, e que nos restitui a nós mesmos, não decifrou o enigma de seu futuro, sem o qual nunca seremos felizes. Por isso, quando vemos um senhor ou uma senhora levando pela mão uma criança, e ambos sorrindo, e ambos conversan-

do, podemos afirmar que são dois meninos ou meninas que ali vão, levando em si o comprazimento da vida.

A vossa vida, meu caro Confrade Evandro Lins e Silva, não tem mistérios: nasceste em Parnaíba e sois assim piauiense de nascimento, para dar um novo motivo de orgulho à terra natal. Eu, porém, como maranhense, quero chamar para minha terra o melhor de vossas glórias, nas lutas e nos triunfos que a exornam, para dizer-vos que o meu Maranhão vos preparou para as glórias futuras que tão bem soubestes conquistar. Ali transcorreu a vossa infância, incluindo o carneirinho que vos levava a passear como se adivinhasse as glórias desta noite. Foi o vosso primeiro prêmio. E outros viriam ainda ali, incluindo as vicissitudes.

Devo acentuar que ainda há de existir em Parnaíba, florindo, dando frutos, o cajueiro plantado ali por nosso Confrade Humberto de Campos, que fez o contrário do que fizestes na vossa juventude: nasceu no Maranhão e foi ser menino em Parnaíba, enquanto vós, nascido em Parnaíba, fostes ser menino no Maranhão. Guardastes, assim, na vossa memória, as imagens que se completam e que seriam amalgamadas às que viriam do Recife reencontrado e do Rio de Janeiro afinal descoberto, para ser o cenário adequado de vossas lutas e de vossas glórias. Só vos peço que acrediteis em mim: hoje, sois aqui o mais novo, o que acabou de chegar e para ser nosso companheiro, dando-nos todas as glórias de vosso passado.

Cumpre-me salientar também que, para o vosso nascimento, as circunstâncias acumularam as dificuldades para que, desde esse instante inaugural, constituísseis o resultado de uma vitória da energia e da tenacidade sobre os obstáculos. Tivestes a oportunidade de gritar como se quisésseis anunciar que seria essa a vossa vocação — já que, como advogado futuro, devíeis ter os pulmões ajustados ao momento em que o grito faz parte da peroração.

Quando íeis sair cá fora, deixando para trás o aconchego providencial que Diderot definiu como o primeiro abrigo do homem, que é a mulher, eis que vosso pai, novato no lugar, recebeu a notícia de que o médico apalavrado para vos receber estava fora, sem condições de vir a tempo de dar-vos as boas-vindas, como estou fazendo agora. Homem decidido, o Dr. Raul Lins e Silva não hesitou: consultou as notas manuscritas que havia tomado, prevendo a eventualidade da emergência, e foi ele que vos recebeu, para serdes o que seríeis, com a identidade do sangue e da vocação: vosso pai, como juiz munici-

pal; vós, como advogado. Ou melhor, para usarmos a expressão do Dr. Fábio Konder Comparato: advogado permanente do interesse público. Tudo quanto soubestes ser, nos postos que conquistastes por vossos méritos e nas missões que vos foram confiadas, fostes o homem da lei, a serviço das dignidades essenciais, sempre orientado no sentido da grandeza fundamental da condição humana.

Chegais aqui, meu nobre confrade, para vos integrardes na tradição deixada pelos mestres do Direito que por aqui passaram, como um Clóvis Beviláqua, um Pedro Lessa, um Cândido Motta Filho, um Hermes Lima, um Pontes de Miranda, um Afonso Pena Junior, um Alcântara Machado, um Oliveira Vianna, um Rui Barbosa, um Lúcio de Mendonça, um Pedro Calmon, um Lafayette Rodrigues Pereira, um Aníbal Freire, um Levi Carneiro, para apenas citar alguns nomes, entre as glórias desaparecidas e de que nos desvanecemos.

Tivestes um mestre, que vos transmitiu, com a sua experiência, o seu saber e a sua voz poderosa, o segredo da palavra que se exalta para ser mais convincente, nas horas em que a eloquência faz parte da acusação ou da defesa, e se apoia nos limites da fragilidade humana. Refiro-me a Evaristo de Moraes, cujo físico compacto e cuja voz veemente, harmonizados, já constituíam, na tribuna forense, boa parte da defesa ou da acusação. O complemento vinha por si, na impostação adequada, nos gestos, na mímica e sobretudo no movimento das mãos que completavam o olhar, a cabeça erguida, o busto em desafio. Dele se poderia dizer o que disse Camilo Castelo Branco de um de seus personagens: cabia-lhe muito ar no peito.

Algumas vezes me encontrei com ele na Livraria Quaresma, na Rua São José, aonde eu também ia em busca dos livros raros, confiando na generosidade do velho José de Matos, dono da loja.

Por vezes, quando passo por seu busto, na Cinelândia, quase tenho a tentação de lhe falar, não obstante os seus graves bigodes. E bem compreendo, meu caro confrade, o tom de voz emotivo com que algumas vezes vos ouvi evocá-lo, animado por vossas lembranças. O retrato que melhor o representa, no meu modo de ver, é aquele em que o velho Evaristo nos aparece na página de abertura de um de seus livros, *Minhas Prisões e outros Assuntos Contemporâneos*, e em que ele é bem ele, inclusive na gravatinha borboleta e no olhar tranqüilo.

Na segunda edição das *Reminiscências de um Rábula Criminalista*, livro modelar em que Evaristo de Moraes repassou as suas experiências vividas, deixastes o vosso depoimento sobre o mestre: “Evaristo de Moraes foi o mais completo

advogado criminal que conheci.” E concluístes, reconhecendo mais uma vez o que ele significou na vossa vida profissional: “Fui e continuo sendo seu discípulo aplicado.”

O foro sempre foi uma escola de tribunos. Quem leu o *Essai sur l'Éloquence Judiciaire*, de Maurice Garçon, poderá ter recolhido algumas lições essenciais para a controvérsia forense, mas nada suplantará certamente as lições ao vivo, com um grande advogado na tribuna. Nela conquistastes os vossos mais assinalados triunfos. Em algumas das questões em que fostes o interveniente, e que pareceriam causas ingratas, vós soubestes conciliar a palavra e a lei e com isto engrandecestes o vosso acervo de vitórias irrecusáveis.

Toda a vossa vida pública é, em verdade, uma sucessão de triunfos, mesmo ao desabarem sobre vós os excessos do poder militar. Tivestes nessa hora a companhia de Hermes Lima e de Victor Nunes Leal, modelos de dignidade, de competência e de correção na vida pública, notadamente nos altos postos de que foram arrancados e a que emprestavam a colaboração superior de sua cultura e da sua experiência.

No caso de Hermes Lima, o ato discricionário quase coincidiu com as glórias desta Casa. E o que ficou em nossa memória, além do rigor de uma vida límpida e de triunfos sucessivos, foi o esplendor das luzes da Academia, com os seus salões repletos e o ressoar das palmas na noite de sua posse como sucessor de Afonso Pena Junior.

Se não podemos acolher, com igual reconhecimento, o exemplar Victor Nunes Leal, a razão é simples: foi ele que não se lembrou de vir ter conosco.

E se, no vosso caso, meu caro Confrade Evandro Lins e Silva, só hoje recebeis, de nossa parte, a reparação merecida, fostes vós que vos retardastes, para corresponder a outros triunfos no vosso caminho.

Lembro-me bem de que, para a sucessão de nosso Confrade Bernardo Élis, ao ser indagado por Alberto Venancio Filho sobre quem poríamos no lugar do companheiro desaparecido, não hesitei na escolha:

– Evandro Lins e Silva – respondi.

Hermes Lima, no seu livro de memórias *Travessia*, publicado em 1974, por José Olympio, teve oportunidade de recordar que, na sessão solene do Supremo Tribunal Federal, em 5 de fevereiro de 1969, o Ministro Luís Galotti, ao passar a presidência ao Ministro Oswaldo Trigueiros, no discurso que então proferiu, teve a oportunidade de erguer mais a voz para esta afirmação:

Os ministros Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva foram aposentados pelo Governo da Revolução por serem considerados incompatíveis com ela. Os atos de aposentadoria, por dispositivo expresso do Ato n.º 5, estão excluídos da apreciação judicial. Isso não nos inibe, entretanto, de render a homenagem devida aos méritos de Suas Excelências, que dignamente exerceram a Judicatura e não foram daqui afastados por qualquer motivo que lhes atinja a honra de magistrados, pois nenhum de tal natureza foi sequer apontado.

Assim, qualquer um dos três, alcançado pelo ato discricionário, saiu dali com a cabeça erguida, fiel a si mesmo, com a sua dignidade e a sua convicção democrática.

Aqui nos desvanecemos de que o ato de reparação à injustiça de que foi vítima Hermes Lima, como se não bastasse a provação da Ilha Grande, em que foi companheiro de Graciliano Ramos e de Orígenes Lessa, coube a esta Academia, na noite de 18 de dezembro de 1968, logo acompanhado pelo Ato Institucional n.º 5, que aposentou três de seus grandes ministros. Por isso, o que ficou na nossa memória, após a punição imerecida, foi a festa acadêmica, aureolada com o ressoar das palmas efusivas de todos nós, seus confrades, e dos amigos e admiradores que também acorreram aos nossos salões para aplaudir-lhe a investidura gloriosa. Se o poder passageiro o repelia, esta Casa o consagrava, entre as glórias nacionais, e dele se orgulhava, como hoje se orgulha, por idênticas razões, de Evandro Lins e Silva.

No vosso caso, meu caro confrade, a festa de hoje, embora não constitua mais uma reparação, como ocorreu com Hermes Lima, ou poderia ter acontecido com Victor Nunes Leal, é o coroamento de todos os vossos triunfos, a que só faltava a glória da Casa de Machado de Assis.

É este também o vosso lugar.

Nosso Confrade Alberto Venancio Filho publicou recentemente um primoroso estudo sobre *Os Juristas e a Academia*, para evidenciar que, desde 1897, quando esta Instituição foi criada, transitam por aqui os bacharéis e doutores em Direito, a que não faltaram, como não faltam agora, e já assinalei, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.

Podeis reconhecer assim que sempre estivemos à vossa espera.

Um dos mestres da Literatura Espanhola, integrante da geração de 1898, Pio Baroja, adverte-nos, no início de suas memórias, para o fato de que nós, escritores, começamos a escrevê-las precisamente quando não a temos.

Ele próprio principiou a escrever as suas já octogenário. E daí resultou, nos cento e tantos volumes de sua bibliografia, o mais encantador de seus livros.

Premuni-me em tempo, substituindo minhas memórias pelo meu Diário. Mas ficou em mim a convicção de que, sempre que volvemos ao nosso próprio passado, há ali lembranças bem guardadas que nos restituem a nós mesmos e que refluem à nossa consciência, íntegras, objetivas, ainda banhadas por uma claridade propícia.

Devo ressaltar aqui que vossa memória, apurada pelo tirocínio de toda uma vida de lutas pelo direito alheio, quer como advogado, quer como magistrado, sem vos descuidardes de pugnar por vossas convicções, quer no plano político, quer no plano pessoal, andava a reclamar a pena do memorialista para nos proporcionar a visão de conjunto que dá às vidas exemplarmente vividas o relevo da obra de arte.

Quer pelo contributo das circunstâncias, quer pela determinação da vontade, quer pela diretriz imposta por vossa condição de homem de bem, a vida que realizastes, bravamente, dignamente, só reclamava a oportunidade da recordação dirigida para nos revelar a sua unidade admirável a que a Academia soube ser sensível, no momento próprio, para adornar-se também com os vossos triunfos.

Aqui estais agora para conviver conosco. O tribuno dos júris populares, o mestre da palavra instantânea a serviço do Direito e da verdade, o combatente das grandes causas apaixonantes, também sensível à Política Internacional nas horas polêmicas, como ministro de Estado, fazem parte agora do patrimônio moral e intelectual de que também nos orgulhamos.

Bem inspirados andaram os dirigentes do CPDOC quando vos chamaram para que indagassem sobre a vossa vida. Quem viveu uma existência como a vossa, digna, superior, exemplar, não podia deixar que o tempo a desfizesse com a implacabilidade da areia resvalando na ampulheta. Era preciso que a consciência histórica de vossos admiradores encontrasse os intérpretes adequados para vos inquirir, para vos interrogar, para vos desafiar, a fim de que o testemunho precioso aflorasse na unidade do depoimento exemplar. E isso foi levado a bom termo pela Fundação Getúlio Vargas, a que ficamos a dever mais esta obra benemérita: *O Salão dos Passos Perdidos*, e a que a Nova Fronteira associou o selo de suas edições.

Três mulheres competentes, diante de uma vida como a vossa, tinham de fazer o que fizeram Marly Motta, Verena Alberti e Dora Rocha, quando vos interrogaram, sem levar em conta a sucessão das horas disponíveis, sobre a vossa origem, a vossa formação, as vossas ideias, as vossas lutas, as vossas convicções. E daí resultou, não um livro comum, mas uma obra de arte. A despeito de ter sido oralizada, não deixou de constituir o relato necessário, a que soubestes dar o relevo e o traço finamente trabalhados, extraídos de vosso mundo de recordações, para que viessem ter a esta Casa, que é agora a vossa casa.

Estou a lembrar-me de um romancista chileno, Eduardo Barrios, a quem devemos a invenção de um velho padre, personagem de um de seus romances, e que, depois de ouvir boa parte da longa fila das confessadas do dia, saiu subitamente da guarita do confessorário, com as mãos na cabeça, indignado, gritando:

— Tragam-me pecados novos! Tragam-me pecados novos!

Não trouxestes pecados, quando as três amigas vos interrogaram. Trouxestes, sim, toda uma vida de lutas sucessivas, com as quais se constitui o acervo de conquistas do homem de bem.

O que vos digo agora, exprimindo-vos a minha admiração, poderia ser a simples transposição do que escrevi sobre a vossa personalidade e as vossas lutas, na coluna de jornal em que só disse minhas verdades e minhas convicções, ao longo de trinta e oito anos de colaboração contínua. Duas vezes exprimi ali o meu aplauso às vossas obras e às vossas atitudes: uma, em 1980; outra, em 1992.

Bastar-me-ia repetir agora o meu louvor de ontem, para deixar expresso, mais uma vez, o meu júbilo pessoal pela vida exemplar que realizastes e com a qual tivemos hoje o pretexto para esta consagração.

Permiti que vos lembre o que disse em 1980, quando fui buscar no mestre adequado a analogia da experiência apropriada:

Quem leu *A Comédia Humana* jamais esquecerá a cena em que, em plena madrugada, o coronel Chabert, muito pálido, expõe ao advogado Derville o seu problema aflitivo, que se resumia em ser tido e dado como morto, sem encontrar a solidariedade de ninguém. Ouvindo-o e olhando-o, Derville tem a instantânea visão de sua miséria, e decide patrocinar-lhe a causa, embora sabendo que será áspera a luta para levá-la adiante. E Balzac observa: “Uma coisa digna de reparo é a intrepidez natural dos advogados. Quer pelo hábito de receber grande número de pessoas, quer pelo profun-

do sentimento da proteção que as leis lhes conferem, quer pela confiança em seu ministério, eles entram por toda parte sem nada temer, como os padres e os médicos.” Por fim, indaga o romancista: “Não serão os advogados de certo modo homens de Estado, com a responsabilidade de cuidar de assuntos privados?” Daí a grandeza de Derville, reconhecida prontamente por Chabert: “O senhor foi, até hoje, a única pessoa que pacientemente me escutou.”

Permiti agora que aproveite esta oportunidade para uma confissão de ordem pessoal, diretamente ligada à vossa condição de homem da lei, como magistrado, e como profissional do Direito, como advogado.

Bem sabeis que, para quem tem o hábito da leitura, todo texto impresso nos atrai. Há tempos, na fazenda de um amigo, como seu hóspede, dei por mim à procura de um texto qualquer para distrair minha curiosidade da escrita alheia. Tudo quanto encontrei se limitava a pequenas publicações sobre o plantio da soja e a criação de gado. E eis que, na ânsia de distrair os olhos e a curiosidade sempre viva, dei com um exemplar do Código Civil, na edição do Dr. Paulo de Lacerda. Abri-o ao acaso e pude prontamente reconhecer que, em cada artigo, lido salteadamente, aflorava um romance, à espera de que a minha imaginação o desenvolvesse. E foi no artigo 219, completado pelo artigo seguinte, que prontamente me fixei. Refere-se esse artigo aos chamados erros essenciais de pessoa no ato conjugal. Tudo rematado por algo que ficou a teimar em mim, com a lembrança contrastante da permissividade atual, ainda que na moda, e em virtude da qual, entre os chamados erros essenciais de pessoa, figura o defloramento da mulher ignorado pelo marido.

Foi ali que confirmei minha convicção de que, em todo artigo do Código Civil, há realmente um romance à espera de seu romancista. E daí eu ter escrito *A Décima Noite*, no qual a noiva, filha única de um velho advogado, deixa de entregar-se ao marido na noite nupcial, levando-o à suspeita de que ela só irá entregar-se na décima noite. Ou seja, quando findar o prazo da prescrição.

Esse romance, ao que parece, deixou de ser atual para ser histórico, por força das mudanças que se processaram, se não estou em erro, em nossos usos e costumes.

A solução de desencontro, inspirador do conflito, já não me lembro bem qual foi. O que posso afirmar é que tudo se resolveu de forma civilizada, tal como mandava a imaginação do romancista — quase a me compelir a entregar a causa ao Dr. Evandro Lins e Silva.

O verdadeiro advogado, meu nobre confrade, como sabeis, nunca se afasta de sua genuína condição. Quem lê a obra de Rui Barbosa, e tem olhos para ver e ouvidos para ouvir, prontamente reconhece que, em tudo quanto lhe saiu da pena incomparável, o advogado está presente, com a sua palavra exata, com seu raciocínio vigilante.

Mesmo no momento culminante de seu Jubileu Cívico, quando se dirige a Deus para agradecer as messes recebidas, irrompe em Rui o advogado veemente, com a causa na ponta da língua. Assim:

Senhor, se a quem nada tem com que pagar, ainda será lícita a ousadia de pedir, daí que, hoje, daqui, do alto desta solenidade, cujo esplendor só a vós pode ser tributado, juntemos todas as nossas orações às que se elevam aos vossos pés, de todos os cantos do planeta, pela regeneração de vossa obra inenarrável, desnaturada hoje totalmente com a renascença do antigo paganismo da política anticristã, que banuiu a moral, o direito e a verdade, substituídas pelo interesse, pela servidão e pela mentira.

Rui, nesse texto, denuncia, argumenta, reclama, e é assim em tudo quanto lhe fluíu da pena, porque, nele, é o advogado que fala, por instinto, por vocação. Mesmo quando discute o texto do Código, na controvérsia com seu mestre Ernesto Carneiro Ribeiro, faz dos clássicos portugueses as leis em que se apoia.

Já o nosso José de Alencar será diferente. Sua pena se dissocia do escritor quando é o advogado que fala. Ele próprio, numa das questões em que foi o advogado, teve a oportunidade de definir esse outro caminho de suas lutas forenses:

Vou falar-vos – disse ele, diante dos juízes, alteando mais a voz – a linguagem calma, fria e severa da jurisprudência. Se eu tivesse a fortuna de possuir uma dessas palavras que arrebatam e comovem, não a quisera neste momento. Só há uma eloquência digna deste recinto: é a eloquência da verdade, e esta é singela, despida de ornatos: nua como a própria verdade.

Seria esse o estilo de Clóvis Beviláqua, e não o de Rui Barbosa. Mas é interessante reconhecer, no jurista e no advogado José de Alencar, a outra forma de si próprio, contrastando o advogado com o escritor, para identificá-

-lo por fim com o tribuno que ele também foi, sobretudo quando falou como ministro da Justiça e soube confundir os seus opositores.

No vosso caso, meu caro confrade, para quem teve o privilégio de ouvir-vos, prontamente reconheceu que ficastes fiel, como orador, a uma forma de eloquência que sempre soube encontrar, nos momentos exatos, a veemência do patriota indignado, como quando assomastes à tribuna do Senado para vos baterdes contra o político que havia desencantado a Nação. Nessa oportunidade, o vosso verdadeiro constituinte tinha este nome coletivo: o Povo Brasileiro.

E foi então que pudemos reconhecer em vós a palavra do tribuno que falava por vossos patrícios, sobretudo no instante das exaltações supremas. Nunca, antes, eu vos havia visto assim. Quase que podemos afirmar que foi aos gritos que tirastes um governante do Poder. E essa foi a vossa maior vitória.

Estávamos, desde então, à vossa espera.

As palmas que ides ouvir, inclusive as minhas, têm efeito retroativo.

Discurso do
SR. MURILO MELO FILHO

e

Resposta do
SR. ARNALDO NISKIER

*Sessão solene extraordinária
do dia 07 de junho de 1999*

I

DISCURSO DO SR. MURILO MELO FILHO

Quando, há poucos minutos, entrei neste Salão, sob tantas palmas generosas e trazido pelas mãos fraternais da Acadêmica Lygia Fagundes Telles e dos Acadêmicos Antonio Olinto e Lêdo Ivo. Quando me deparei com tantos rostos caros ao meu coração. Quando me reencontrei com tantos acadêmicos cultos e inteligentes. Quando vi essa mesa e essas cadeiras ocupadas por pessoas tão queridas e tão importantes. Quando tudo isto acabou de acontecer, numa sucessão de rápidos segundos, tive de fazer um esforço muito grande para resistir a tantas emoções e para simplesmente não chorar.

Sr. Acadêmico Arnaldo Niskier, Presidente da Academia Brasileira de Letras,

Sr. Senador Geraldo Melo, Vice-Presidente do Senado e representante do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional,

Sr. Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales,

Sr. Governador Garibaldi Filho, do meu Rio Grande do Norte,

Sr. Senador Edison Lobão,

Sr. Prefeito Luiz Paulo Conde, da Cidade do Rio de Janeiro,

Sr. Ministro Fontes de Alencar,

Senhores parlamentares,

Senhores comandantes militares, representantes dos seus ministros,

Demais autoridades,
Senhores acadêmicos,
Minhas senhoras e meus senhores,
Meus amigos,

Aqui estou chegando, após uma longa e penosa caminhada, que começou aos 12 anos de idade, quando, ainda de calças curtas (e lá na minha querida Cidade de Natal) entrei, pela primeira vez, na redação de um jornal, *O Diário*, para ganhar o então rico salário de 50 mil réis por mês.

Natal era, nessa época, em 1940, uma cidade de 50 mil habitantes, que iria enfrentar os anos duríssimos da Segunda Grande Guerra.

Mas, já era a Cidade do Sol; a lapinha, a pastorinha e a Cidade-Presépio.

Cidade menina, Cidade mulher, dengosa e faceira, quase erótica e sensual.

Cidade de Mestre Luís da Câmara Cascudo, das praias lindas, das dunas brancas e selvagens, dos mares de sargaços, dos pescadores corajosos, dos cajueiros enfeitados, das mangueiras exóticas, dos coqueirais luxuriantes.

Cidade heroica, que resistiu aos holandeses e que iria transformar-se no Trampolim da Vitória.

Cidade sentinela avançada do Brasil no rumo da África.

Cidade de gente acolhedora, cativante e hospitaleira.

Quem vai a Natal não a esquece jamais.

E quem sai de Natal, como eu saí, há tantos anos, sempre se lembra dela.

Porque Deus, quando criou o mundo, certamente deve ter caprichado nos cenários da minha terra querida, dando-lhes contornos e paisagens de uma beleza incomparável.

Ali ficaram as minhas raízes, as minhas origens, os meus pais, irmãos, primos e sobrinhos, pessoas caras à minha lembrança, às quais quero um bem muito grande e das quais sinto enormes saudades.

Senhores acadêmicos,

Sinto-me feliz e realizado, porque há cinquenta anos eu ambiciono esta Academia, eu cultivo esta Academia e eu sonho com esta Academia.

(Dizem, aliás, que as coisas, na vida, ambicionadas, cultivadas e sonhadas, ao serem conquistadas, têm um sabor todo especial.)

Lembro-me bem dos meus tempos de adolescente, aqui no Rio de Janeiro, recém-chegado de Natal, quando, embevecido, assistia àquelas posses formais e cerimoniais de novos acadêmicos e, certa vez, prometi a mim mesmo:

– Quem sabe se eu, algum dia, não chegarei aqui?

E hoje, meio século depois, cheguei, eleito pelo voto livre, generoso, soberano e independente dos membros desta Academia, e assumindo este mandato, que não tem prazo para terminar, porque é vitalício.

Tenho fundadas esperanças de ser pelo menos um bom acadêmico, digno da vossa confiança e de ajudar-vos a executar os fabulosos projetos que todos nós temos o direito de esperar da vossa inteligência e do vosso patriotismo.

Vamos conviver juntos e vamos nos amparar mutuamente pelo resto de nossas vidas, num ambiente de muito coleguismo, com pessoas agradáveis, sábias e talentosas, como são os membros da Casa de Machado de Assis – esta Suprema Corte da Cultura e da inteligência brasileiras.

Tive nessa minha campanha a grande felicidade de enfrentar um candidato correto e digno, o Embaixador Alberto da Costa e Silva, com o qual travei um duelo democrático, no mais alto nível, como a nossa Academia tanto merece.

Uma semana antes da eleição, fui visitá-lo. E nossa conversa foi tão edificante, que merecia até ter sido gravada. À saída, assumimos um compromisso de honra: qualquer um de nós dois, que não vencesse a eleição, iria à residência do vencedor, para cumprimentá-lo.

E ele, na companhia do Acadêmico Candido Mendes de Almeida, foi à minha casa. E, com o Acadêmico Alberto Venancio Filho, brindou numa taça de champanhe à minha vitória. E hoje, aqui veio, para prestigiar a minha posse.

Houve um dia, durante essa campanha, em que o desânimo e o desespero quase tomaram conta de mim, porque eu achava simplesmente que não ia vencê-la. Nesse dia, fui à minha igreja, ajoelhei-me, rezei, comunguei e entreguei o destino e a sorte da minha candidatura ao meu Deus, ao meu Cristo, aos meus padrinhos e protetores lá de cima. Seria o que eles bem decidissem. Vi, depois, que eles decidiram em meu favor.

Porque justamente uma das minhas promessas feitas lá para cima foi a de que – caso me elegeisse – o dia da posse começaria com uma Missa em Ação de Graças.

Podeis, então, imaginar facilmente, minhas senhoras e meus senhores, a minha profunda emoção de católico, quando assisti, na manhã de hoje, a essa Missa ser celebrada pelo Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, meu conterrâneo, meu pastor e meu fraterno amigo há tantos anos, aqui presente.

Meus queridos confrades,

Nesta Academia, encontro caminhantes e andarilhos de outras peregrinações reunidos nesta noite, com tantos e tão carinhosos amigos, para recepcionar este novo peregrino, que está sendo entronizado neste templo de deuses terrestres.

Aqui me encontro, quase no fim de uma áspera e sofrida maratona pelo Brasil e pelo mundo inteiro, com algumas turbulências e acidentes de percurso.

Durante essa jornada – não raro, em areias movediças –, muito andei, muito vaguei e muito peregrinei.

Como um ousado viandante, trago na sola dos sapatos aquilo que o nosso Manuel Bandeira chamou de “a poeira das extensas estradas percorridas”.

Esta viagem, porém, com a mesma náutica e a mesma viseira, vai prosseguir ao nível de uma travessia sem retorno.

Ela, por vezes, singrou uma rota de mares encapelados, com tempestades e vendavais, mas hoje aqui se ancora na enseada e no porto seguro do vosso cais e do vosso refúgio.

Enfim, cá estou, nesta tribuna que é um dos melhores incentivos ao meu jornalismo e uma das maiores recompensas da minha existência.

Deus tem sido muito pródigo comigo.

Entre as Suas Graças e Generosidades, esta talvez seja uma das mais abençoadas, que foi justamente a de ter-me trazido para o vosso convívio.

Afinal, senhores acadêmicos, aqui me tendes e eis-me a vosso serviço. Muito desejei estar convosco e muito ansiei por este momento. Eu queria humildemente ficar em vossa companhia, para formar, ombro a ombro, ao vosso lado.

Por isto, candidatei-me e conquistei os vossos votos.

Por isto, também, abreviei o quanto pude o prazo entre a minha eleição e esta posse. Os 74 dias que decorreram entre elas foram contados, minuto a minuto.

O meu coração está plantado agora, neste recinto imortal. Aqui, não me considero um estranho no ninho. Estou ingressando numa confraria de irmãos e amigos da adolescência e da maturidade, antigos colegas, aparências e figuras familiares, como as vossas, pessoas ligadas a mim por laços de uma profunda afeição.

Declino, com reverência, os nomes de alguns membros emblemáticos desta Academia, que aqui se encontram:

Arnaldo Niskier, Tarcísio Padilha, Marcos Vilaça, Evandro Lins e Silva, Antonio Olinto, Geraldo França de Lima, João de Scantimburgo, Alberto Venancio Filho, Candido Mendes de Almeida, Carlos Nejar, Celso Furtado, Pe. Fernando Bastos de Ávila, João Ubaldo Ribeiro, José Sarney, Josué Montello, Lêdo Ivo, Lygia Fagundes Telles, Marcos Almir Madeira, Oscar Dias Corrêa, Rachel de Queiroz e Sábato Magaldi.

Representamos todos os segmentos notáveis, profissionais e intelectuais da nossa sociedade: as Artes, a Advocacia, a Igreja, a Literatura, a Diplomacia, o Magistério, a Magistratura, a Medicina, a Política, a Economia, o Jornalismo, o Teatro, a Poesia e o Romance.

Temos os nomes marcados para sempre como ocupantes dessas cadeiras.

É como se estivéssemos imunes ao esquecimento. Cultivamos a esperança de que nem tudo desaparecerá conosco e de que teremos uma sobrevivência na lembrança da posteridade, embora ocorra que não mais estaremos vivos para presenciá-la.

Para nós, imortais, o tempo se transfigura em eternidade. Pois a imortalidade é a vida contínua e eterna.

Todos os povos e religiões nela acreditam: desde os gregos de Aristóteles, de Sócrates e de Platão, até os romanos de Júlio César, de Marco Antônio e de Otávio Augusto, passando pelos cristãos de Cristo, pelos judeus de Moisés, pelos muçulmanos de Maomé, pelos budistas do Buddha, pelos hindus dos Vedas e pelos brâmanes do Ramayana.

Nós, acadêmicos, apesar de imortais, somos efêmeros e transitórios. Só as academias são duradouras e permanentes.

Elas raramente procuram candidatos. São eles que têm de bater às suas portas, sempre abertas a todas as candidaturas justas e respeitáveis, democraticamente apresentadas.

Há 102 anos, somos aqui apenas quarenta membros titulares, numa população de 160 milhões de habitantes, com a média de um acadêmico para cada grupo de 4 milhões de compatriotas e numa proporção que aumenta muito os nossos compromissos e deveres diante da Nação e da Sociedade brasileiras.

As Academias de Letras estão divididas somente e sempre entre os que se vão e os que estão chegando.

Elas têm apenas uma síndrome e um tabu: o de que, aqui dentro, não se deve falar em vagas, pelo menos enquanto elas não existirem. Como ocupante desta Cadeira 20, envio, desde já, um aviso aos candidatos e aos pretendentes: “Não tenciono desocupá-la tão cedo.”

Porque os candidatos geralmente vislumbram nos Acadêmicos apenas dois Vês: o V de vaga e o V de voto.

Um acadêmico muito irônico costumava aconselhar os seus colegas, quando atravessassem uma rua, a terem cuidado com o tráfego e a disparada dos automóveis, porque, afinal de contas, somos imortais, sim, mas não tanto. Não somos imorríveis...

Antes do nosso Mausoléu, no Cemitério de São João Batista, dizia o Acadêmico e Confrade Olavo Bilac:

– Somos imortais porque não temos onde cair mortos...

Sr. Presidente Arnaldo Niskier,

Esta Academia, fundada há quase 102 anos, no dia 20 de julho de 1897, por iniciativa de Lúcio de Mendonça, foi presidida, durante os seus primeiros onze anos, por Machado de Assis, vosso memorável antecessor nessa Presidência, que, no discurso inaugural, e, sinteticamente, como sempre, já definira o seu grande objetivo, com esta frase quase bíblica: “Conservar, no meio da federação política, a Unidade literária”, como guardião das mais sagradas relíquias da inteligência e da sabedoria.

E, também, com uma tenaz vigilância do Idioma e da Literatura nacionais, esta Casa tem sido um desmentido vivo aos vaticínios pessimistas que

preveem vida curta aos organismos literários, porque sobrevive há mais de um século, sempre fortalecida na veneração de todo o País.

Transformada numa instituição de respeito, ela foi, é e será eternamente uma inexpugnável cidadela intelectual.

Sempre admirei as suas tradições e cerimônias, os seus cultos e protocolos. Para mim, ela continua a mesma, indene e a salvo das convulsões e dos temporais políticos, como um santuário de valores eternos e imortais.

Esta nossa é uma Academia sólida e dinâmica, ao mesmo tempo tradicional e moderna. E resistente às intempéries, que, vez por outra, açoitam os alicerces da nossa nacionalidade.

Ela não se encastela numa torre de marfim, nem se enclausura num cenáculo hermético e inacessível, preferindo ser uma partícipe atuante e presente em todo o universo brasileiro.

Acima das divergências e dos passageiros anos de nossas existências fugazes, vamos aqui, pouco a pouco, sem maiores ambições, construindo o perfil da nossa própria imortalidade, que não se choca com a imortalidade dos céus, porque é humana e terrena. Neste *Petit Trianon*, esta maravilhosa réplica do palácio de Maria Antonieta, em Versalhes, doado pela França em 1923, após o centenário da nossa Independência, e que mantém até hoje as linhas originais de sua arquitetura clássica, traçadas por Gabriel, o grande arquiteto francês. Neste *Petit Trianon*, repito, a nossa imortalidade, que também não é física, reside precisamente na certeza e na garantia de que, dentro destas quatro paredes, seremos lembrados carinhosamente. E para sempre.

Aqui não se aperfeiçoam os escritores, os poetas e os jornalistas, que já chegam feitos, para encontrar a tranquilidade e a contemplação da obra realizada, como reconhecimento dos galardões e da glória.

A esta Casa, com o seu lema latino *Ad Immortalitatem* (Para a Imortalidade) e o seu brasão com uma coroa de louros, estou chegando com os olhos bem abertos da minh'alma, ávidos, jejunos e sedentos de novos estímulos, que tantos talentos juntos podem oferecer.

O meu coração e a minha cabeça ainda são jovens e curiosos, testemunhando a rápida evolução de uma Humanidade em crise permanente.

Estou entrando nesta Casa nem muito cedo, nem muito tarde, nem muito moço, nem velho ainda, mas naquela idade ideal e adequada a receber, como recebo nesta noite, a recompensa acadêmica.

Esta Academia preenche os sonhos de quem, como eu, não tem nem nunca teve pretensões políticas, ou ambições de fortuna e de riqueza pessoais, embora reconheça nos líderes políticos e nos brasileiros que as possuem, como conquistas justas, honestas e legítimas.

Não tenho mais tempo nem idade para ser um homem rico. Resta-me, então, viver de alegrias e felicidades, como as que me são dadas neste momento.

Senhores membros da Mesa,

Esta Academia nasceu jovem. Quando a instalou, o seu primeiro Presidente, Machado de Assis, que hoje nos parece um ancião, tinha 58 anos de idade.

E, para patronos de suas cadeiras, foram escolhidos nomes de intelectuais, que, aliás, quando ela foi fundada, já estavam todos mortos e alguns, moços, tinham morrido até com bem poucos anos de vida: Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu, com 21 anos; Junqueira Freire, com 23; Castro Alves, com apenas 24 anos; Adelino Fontoura, 25; Pardal Mallet e Manuel Antônio de Almeida, 30; Teófilo Dias e Raul Pompeia, 32; Martins Pena, 33; Fagundes Varela, 34; Tavares Bastos, 36; Laurindo Rabelo, 38; e Gonçalves Dias, com 41 anos.

Era a própria mocidade, paraninfando a imortalidade.

Minhas senhoras e meus senhores,

Legítimas sucessoras das Arcádias do século XVIII, as atuais Academias de Letras não são maniqueístas e almejam objetivos que só serão atingidos daqui a quatro ou cinco gerações, quando muitos anos já terão decorrido depois de nós.

O católico francês Charles Péguy chamava a atenção para o instante em que o homem maduro verifica, certo dia, surpreso e melancólico, que a juventude ficou para trás. E o gênio alemão, nascido em Frankfurt An Main e chamado Johann Wolfgang von Goethe, que é hoje mais atual do que nunca, tenta no seu *Fausto* vender a alma ao demônio Mefistófeles, numa troca com a imortalidade, em cujo sonho encontramos a mais feliz das ilusões do outono e a mais alegre das antevisões do inverno. Dizia Goethe: “Aí vindes ... outra vez ... inquietas sombras ...”

Senhores confrades,

Ao longo dos séculos, a Cultura e a Política têm andado sempre de mãos juntas:

O Pantheon grego representa a política de Atenas.

As pirâmides do Egito refletem a política dos Faraós.

A renovação artística, literária e científica da Renascença, que produziu os gênios italianos de Leonardo da Vinci, Miguelângelo, Fra Angélico, Ariosto, Maquiavel, Boticelli, Rafael, Tintoretto, Giotto e Ticiano; o holandês Erasmo de Rotterdam; o alemão Gutenberg; os espanhóis Cervantes e El Greco; os portugueses Gil Vicente e Camões, toda essa Renascença genial e brilhante foi também o saldo da orientação dos seus protetores, os papas Júlio II e Leão X.

O talento francês, que gerou o brilho de Montesquieu, Voltaire, Montaigne, Descartes, Molière, Rabelais, Racine, Rousseau, Diderot, Chateaubriand, Stendhal, Balzac, Dumas, Flaubert, Victor Hugo, Rimbaud e Maupassant é o retrato da política dos reis Luíses de França.

Meus caros colegas,

Mandam a tradição e os costumes desta Casa que eu evoque os meus predecessores nesta Cadeira.

Começo, então, pelo primeiro deles, que foi o seu patrono, Joaquim Manuel de Macedo, um grande romancista, nascido aqui bem perto, em Itaboraí, autor de alguns clássicos, como *A Moreninha*, *O Moço Louro*, *Os dois Amores*, *As Mulheres de Mantilha* e outros romances de grande êxito, além de ter sido um precursor do romanesco televisivo e sentimental, hoje muito ao gosto popular.

SALVADOR DE MENDONÇA

O Fundador da Cadeira, e seu primeiro ocupante, foi Salvador de Mendonça, outro fluminense, também de Itaboraí, conterrâneo de Macedo, e que foi: escritor, escrevendo o romance *Marabá*; jornalista, trabalhando no jornal *A República*; e diplomata, servindo, como côsul-geral do Brasil em

Baltimore, onde se empenhou junto ao governo dos Estados Unidos, pelo reconhecimento do regime republicano no Brasil.

Imitando os exemplos de Homero na *Ilíada* e na *Odisseia* e do poeta Milton, de *O Paraíso Perdido*, enfrentou heroicamente a sua deficiência e falta da visão, refugiando-se nas lembranças do seu mundo interior, consolando-se com suas filhas e cultivando suas roseiras. Plantou um jardim inteiro, de rosas. Tudo abandonou para recolher-se à escuridão dos seus olhos fechados à luz do dia, mas bem abertos à contemplação e ao sonho de uma imaginação fértil e produtiva.

EMÍLIO DE MENEZES

O segundo ocupante da Cadeira foi Emílio de Menezes, único filho varão numa irmandade de oito mulheres e pioneiro da boemia intelectual da época. Curitibano, era, antes de tudo, um excêntrico no ser e no trajar, com roupas e sapatos de cores berrantes, gravata borboleta, bigode abundante e louro, rosto redondo e vermelho, gordo, barrigudo e flácido, mordaz, malicioso e satírico. Mas era ao mesmo tempo modesto, terno, magnânimo e compadecido. Não via defeitos nos amigos, mas também não vislumbrava virtudes nos inimigos.

Segundo Humberto de Campos, seu sucessor nesta Cadeira, Emílio de Menezes era “um homicida da palavra, simultaneamente, um leão e um cordeiro. Feria ou elogiava. Alternava a brutidão e a meiguice. Sua espada era de aço ou uma pluma. Sua estátua, se viesse a ter algum dia, deveria, como a de Harmódio em Atenas, trazer um punhal e um ramalhete”.

É extenso e variado o seu repertório de epigramas, sátiras e ironias. Certo dia, ouvindo exagerados elogios a um escritor, Emílio comparou-o a alguns edifícios da Avenida Rio Branco: “Tem muita frente e pouco fundo.” E, apontando para um desafeto, famoso porque não pagava suas contas, comentou: “Ele até parece um botão. Não paga nem a casa em que mora.”

Noutra ocasião, um conterrâneo o convidou: “Vamos tomar um aperitivo. Quero dar-te a honra da minha companhia.” E Emílio, impiedoso:

– Mas logo, honra?... Queres dar-me justamente uma coisa da qual tanto precisas?...

Ao ouvir certo crítico dizer que ele era um ladrão da honra alheia, Emílio não se conteve:

– Em matéria de honra, você pode despreocupar-se, porque nada tem para ser roubado.

Certo dia, Emílio era o quarto passageiro no banco de um bonde, e uma artista muito conhecida e muito volumosa tentou sentar-se ao seu lado, quando no banco traseiro havia apenas três passageiros, além de uma vaga. E Emílio protestou:

– Oh! Atriz, atroz, atrás, há três.

Noutra tarde, estava ele novamente num bonde, quando entraram duas senhoras suficientemente gordas para fazerem o banco dianteiro desabar com tanto peso. E Emílio, inclemente:

– É a primeira vez na vida que vejo um banco quebrar por excesso de fundos.

Seus críticos diziam que ele era mais um caricaturista implacável do que um humorista talentoso, sustentando que não tinha a graça de um Miguel de Cervantes, de um Jonathan Swift, de um William Thacheray, de um Lawrence Sterne, de um Thomas Carlyle, de um Décimo Juvenal ou de um Homero.

Para sua posse nesta Cadeira 20, escreveu um discurso agressivo e inconveniente, cortado pelo presidente da Academia, que o considerou aberrante para as praxes acadêmicas e aconselhou sua reformulação. Emílio recusou-se a ler o texto censurado e, doente, escreveu uma carta, empossando-se.

Mas a verdade é que ele foi um inspirado poeta, discípulo do Parnasianismo de Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia, com sonetos perfeitos, compostos de 14 versos, rimas simétricas e impecáveis.

HUMBERTO DE CAMPOS

“Não cheguei muito alto, nem muito perto, porque vim de muito baixo e de muito longe.” Assim se definia o terceiro ocupante desta Cadeira, Humberto de Campos Veras, um maranhense nascido na cidade de Miritiba, que hoje tem o seu nome. Praticante de alfaiate, caixeiro de loja, lavador de pratos, era também um poeta parnasiano, que reagiu contra o lirismo românti-

co e que passou a cultivar uma poesia impessoal e erudita, com grande apuro da forma; autor de sonetos maravilhosos mas nostálgicos, pessimistas e melancólicos, saudado efusivamente por Carlos de Laet e Medeiros e Albuquerque, no Brasil, além de Guerra Junqueiro e Fialho de Almeida, em Portugal.

Foi depois prosador, contista e jornalista, em *O Imparcial*, ao lado de Osório Duque-Estrada e Coelho Neto, adotando o pseudônimo de “Conselheiro XX”, um cronista licencioso, fescenino, lascivo, maldoso, quase obsceno, com livros de grande êxito, que se esgotavam em tiragens surpreendentes e incomuns para a época: *Grãos de Mostarda*, *Seara de Booz* e *Mealheiro de Agripa*, com 10 mil exemplares, cada; *Um Sonho de Pobre*, 14 mil; *A Bacia de Pilatos*, 15 mil; *Gansos do Capitólio*, com 16 mil; *A Serpente de Bronze*, 18 mil; *Carvalhos e Rosciras* e *Tonel de Diógenes*, 20 mil exemplares, cada; *À Sombra das Tamareiras*, 21 mil; *Os Párias*, *Destinos* e *Sombras que Sofrem*, 28 mil, cada; *Memórias Inacabadas*, 30 mil; e o I.º volume de suas *Memórias*, com 51 mil exemplares.

Em 1919, aos 33 anos, no auge do prestígio intelectual, elegeu-se para esta Cadeira 20.

Foi também um pioneiro na luta pela reforma agrária, contra os latifúndios, a favor da distribuição de terras, de mais escolas e hospitais. Dizia: “Não nasci para ser amigo dos opressores, mas para companheiro dos desgraçados.”

Aos quarenta anos, em 1926, viu-se escolhido para ser deputado federal pelo Maranhão, mas a Revolução de 30 o cassou. No ostracismo e já pobre, sobrevieram-lhe um tumor no cérebro e uma acromegalia: gigantismo de crescimento nos ossos da face e nas extremidades dos dedos.

Escreveu, então: “Manhãs neurastênicas. Noites sofridas. Síncopes dos nervos, do cérebro e da vontade. Ânias de choro. Desejos de sono.” E versou: “Quem por aí se afoite / Não faça barulho enorme. / Pois esta é a primeira noite / Que Humberto de Campos dorme.”

Mas, para enfrentar as dores e padecimentos de doenças cruéis e incuráveis, imperava nele o espírito do nordestino forte, que deixou uma imorredoura mensagem de simpatia, de amor à vida e de otimismo, até diante do impossível.

Humberto de Campos foi um arquétipo perfeito do intelectual, que morreu em 1934, com apenas 48 anos, após ter escrito 52 livros, todos de enorme sucesso.

MÚCIO LEÃO

Múcio Leão, o quarto ocupante desta Cadeira, foi também, como Emílio de Menezes, o único filho homem numa família de nove irmãs.

Como jornalista, trabalhou no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil* e fundou, com Cassiano Ricardo e Ribeiro Couto, o jornal *A Manhã*, renovando as técnicas e métodos da imprensa de sua época.

Como poeta, produziu *Os Ensaíos*, *Os Países Inexistentes* e *Tesouro Recôndito*. Como escritor, publicou *Promessa Inútil*, *Prêmio de Pureza* e *No Fim do Caminho*, além de *Castigada*, um romance social na linha do romancista nordestino, dos nossos Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, de Amando Fontes e Graciliano Ramos. Reuniu ainda as *Obras Completas* de João Ribeiro.

Dirigiu o Suplemento *Autores & Livros*, cuja matéria reuniu em uma obra crítica de II volumes, utilíssimos até hoje.

Como corajoso maratonista, fez a pé, na companhia do nosso respeitável decano Barbosa Lima Sobrinho, o percurso de oitenta quilômetros entre o Recife e a cidade de Goiana.

Deixou vasta bagagem literária. Foi um incansável polígrafo, em cuja sepultura, parafraseando Afrânio Peixoto, poderia ter sido gravada uma curta inscrição: “Viveu e escreveu.”

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

O quinto e último ocupante desta Cadeira foi o meu antecessor direto, o Acadêmico Aurélio de Lyra Tavares.

Nascido em João Pessoa, era irmão de João Lyra Filho e de Roberto Lyra, meu professor de Direito Penal, e foi o quinto paraibano a ter assento nesta Academia. Os outros quatro conterrâneos, que o antecederam, foram: Pereira da Silva, Assis Chateaubriand, José Lins do Rego e José Américo de Almeida, além de mais dois: Ariano Suassuna e Celso Furtado, que lhe foram posteriores e aos quais fez questão de dar os seus votos.

Não foi o primeiro militar a empossar-se aqui. Antes dele, tinham sido fundadores e primeiros ocupantes o Visconde de Taunay, da *Retirada da Laguna*, e o Major Urbano Duarte, além dos acadêmicos: o Tenente Euclides

da Cunha, o Coronel Gregório Fonseca, os Generais Dantas Barreto e Lauro Müller e o Almirante Artur de Jaceguai.

Mais ou menos nessa mesma época, a Academia Francesa era integrada pelos marechais Liautey, Franchet, Foch, Pétain, Joffre, Juin e pelo General Weygand.

Lyra Tavares costumava referir-se ao discurso de Joaquim Nabuco, pronunciado na sessão inaugural desta Academia, quando, como seu Secretário-Geral, e na presença de acadêmicos monarquistas e republicanos, sustentou: “Nesta Academia, não deve haver política, mesmo quando temos de concordar na discordância.”

E repetia uma opinião de Stendhal, citada pelo Confrade Josué Montello, que é, por sinal, o nosso maior estudioso da obra stendhaliana. Eis a opinião: “A política na literatura é um tiro de pistola, disparado num concerto.”

O Acadêmico Lyra Tavares diplomou-se em três cursos: era engenheiro, bacharel em Direito e militar. Chegou a general de exército e o representou na Junta Militar que governou o Brasil durante sessenta dias, de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969, um período de muitas injustiças, cassações, sequestros e violências.

Seus colegas do triunvirato militar ofereceram-lhe a Presidência da República, que ele simplesmente recusou, preferindo ser embaixador do Brasil na França, durante os quatro anos seguintes, quando, com seu prestígio entre os governos militares, conseguiu do então Ministro Delfim Neto o dinheiro suficiente para a compra da nova sede da Embaixada Brasileira em Paris, que se transferiu da Avenue Montaigne, 45, para o Cours Albert Premier, em frente ao Sena.

Sua vida está na raiz de grandes polêmicas e divergências políticas.

Josué Montello revelou-me que, certa vez, o nosso inesquecível Antônio Houaiss estava em Paris e à noite, quando regressou ao hotel, teve a feliz surpresa de encontrar na Portaria um envelope com os votos de Lyra Tavares para sua candidatura a esta Academia. O último voto dado por ele, aqui, foi para eleger Celso Furtado, seu conterrâneo.

Escreveu poesias como diletante, sem pretensão de ser um poeta, escondendo-se atrás de pseudônimos.

Sua obra não é muito conhecida, mas, dos vários livros publicados, um se tornou referência: *A Engenharia Portuguesa na Construção do Brasil*, editado em Lisboa, sobre as fortificações construídas ao tempo do Brasil-Colônia, na foz dos principais rios brasileiros.

Escreveu também *O Brasil da Minha Geração*, *A Amazônia de Júlio Verne* e *Quatro Anos na Alemanha Ocupada*.

Escreveu ainda *Território Nacional – Soberania e Domínio da União*, um livro citado por Gilberto Amado na Guerra das Lagostas e que analisa os problemas das ilhas brasileiras no Atlântico, a Plataforma Continental e as duzentas milhas.

Até mesmo, porque sou o sucessor nesta Cadeira 20, eu aqui não fui seu confrade. Mas os acadêmicos que falaram sobre ele durante a “sessão de saudade”, realizada aqui no dia seguinte ao de sua morte, são unânimes em dizer que se tratava de um acadêmico afável, de trato ameno e atencioso.

O Acadêmico e General Aurélio de Lyra Tavares entrou aqui em meio a muitas críticas, mas saiu daqui deixando boas lembranças.

Meu querido irmão, Acadêmico Arnaldo Niskier,

Nosso afeto comum nasceu nas salas da velha oficina da Rua Frei Caneca, onde a Bloch Editores ensaiava então os seus primeiros passos. Temos muitas afinidades: a infância pobre e desvalida; a juventude de muita luta e de muita obstinação; a maturidade de imensas conquistas, como têm sido as vossas: de professor catedrático da Universidade do Rio de Janeiro; de Secretário de Estado por duas vezes: de Ciência e Tecnologia e da Educação; escritor de importantes obras infantis e educacionais; membro notável desta Academia Brasileira de Letras e, há um ano e meio, seu presidente trabalhador, eficiente, talentoso e criativo, com os cursos, conferências, seminários, o Banco de Dados, a Galeria Manuel Bandeira, o Espaço Machado de Assis, a Livraria Acadêmica, os Vocabulários Ortográfico e Onomástico, o Grande Dicionário da Academia, a transladação dos restos mortais de Carolina e de Machado para o Mausoléu, enfim, um grande consolidador da obra dos seus predecessores, os acadêmicos Austregésilo de Athayde, Josué Montello, Antônio Houaiss e Nélida Piñon.

Mas, destaque, sobretudo, a postura do homem inteiro e integral, de corpo e alma, como vós tendes sido até hoje, competente, sério, limpo, transparente, justo, sensato, equilibrado, sério, afetuoso e decente, companheiro insuperável, um paradigma de retidão e de compostura, irmão exemplar e muito querido ao meu coração, que Deus e a vida me deram. (*Palmas.*)

E, antes de tudo, também, o chefe de família dedicado e atento; marido de Ruth; pai de Celso, Andreia e Sandra; e avô de cinco netas, todos coesos numa família unida e fraterna.

Já sei que o vosso discurso de saudação a este confrade, vosso amigo muito especial, a ser proferido por um singular e estupendo orador, vai emocionar-me profundamente.

É a emoção própria de um jovem humilde e modesto, que, aos 18 anos, saiu lá da sua Cidade de Natal, para enfrentar, aqui no sul do país, os perigosos desafios da vida. Eu era apenas um personagem a mais no extenso fabulário e no êxodo da minha geração de jovens nômades do Nordeste, que vinham batalhar por um lugar ao sol na selva das cidades grandes.

Hoje em dia, quando vejo a perplexidade e a indecisão de alguns moços de 20 e até de alguns homens de 30 anos, sem saberem ao certo o que querem e para onde vão, eu me pergunto a mim mesmo o que se passava na cabeça daquele rapaz lá de Natal que, menino ainda, e já naquele tempo, decidira ser jornalista no Rio de Janeiro.

Agora, transcorridos tantos anos, volto o meu pensamento para as angústias e sofrimentos que enfrentei nesta assustadora megalópole.

O moço tímido das peladas nos areais do bairro do Tirol, lá em Natal, via-se, de um momento para outro, aterrorizado ante os arranha-céus da cidade grande, tendo diante de si apenas uma opção e uma alternativa: vencer ou vencer.

Relembro, então, as madrugadas nas redações dos jornais, as aulas noturnas na Faculdade de Direito, geralmente dormindo sobre as carteiras, vencido pelo sono e pelo cansaço, o escasso dinheiro para a passagem do bonde e as cansativas marchas dos domingos na Infantaria do CPOR.

Certa vez, reuni os meus filhos para contar-lhes toda esta dolorosa odisseia e ouvi de um deles a seguinte pergunta:

— Pai, quer dizer, então, que, para conseguirmos o que o senhor conseguiu na vida, nós temos de enfrentar tudo isto? Nós desistimos.

E eu, que pensava estimulá-los, calei a boca. Mas hoje vos confesso sinceramente, senhores acadêmicos, que tudo aquilo valeu a pena.

Os espinhos da juventude, como as flores de François Malherbe, desabrocham agora na maturidade, quando já começamos a dar um balanço sobre o passado, e vemos, felizes, que de nada temos para nos arrepender.

Nem do casamento que, há 40 anos, celebrei com esta mesma mulher, Norma, companheira admirável e que está aqui presente. (*Palmas.*) Nem dos três filhos que juntos tivemos. Nem da religião católica que abracei e que até hoje professo com tanto fervor. Muito menos do Jornalismo, a profissão que escolhi desde criança e sobre a qual peço a vossa paciência e permissão para falar um pouco. Pois, afinal de contas, esse Jornalismo me deu acesso a reis, rainhas, príncipes, ditadores, governadores, senadores, deputados federais, primeiros-ministros, presidentes da República, chefes de Estado e de Governo, homens todo-poderosos, que entrevistei pessoalmente, ao longo destes 50 anos de trabalhos jornalísticos.

Em audiências, contatos, entrevistas, recepções e visitas, encontrei-me com alguns dos líderes que escreveram a História do mundo nesta segunda metade do século XX: os presidentes Eisenhower, Kennedy, Nixon e Reagan, na Casa Branca; os presidentes Charles de Gaulle e Giscard d'Estaing, no Palais de l'Élysée, em Paris; Salazar, Caetano e Mário Soares, em Lisboa; Thatcher, em Londres; Adenauer, em Bonn; Golda Meir, Moshe Dayan, Yitzhak Rabin e Shimon Peres, em Jerusalém; Albert Sabin no Instituto Weizman de Ciências; Nasser e Anwar-El-Sadat, no Cairo; Indira Ghandi, em Nova Delhi; Fidel Castro e Che Guevara, em Havana; Perón e Evita, em Buenos Aires; o General Van Thieu, no Vietnã do Sul e Ho Chi Minh, no Vietnã do Norte; Elizabeth II, Craveiro Lopes, Selassie e Sukarno, em Brasília.

Sempre em missões jornalísticas, acompanhei os presidentes Café Filho e Juscelino Kubitschek a Portugal; Jânio Quadros a Cuba; João Goulart aos Estados Unidos, México e Chile; Ernesto Geisel à Inglaterra e à França; o nosso José Sarney a Portugal, Estados Unidos e Japão.

Como repórter e correspondente internacional, cobri a guerra do Vietnã, em 1967, em Hanói e Saigon, com o fotógrafo Gervásio Baptista, que está morando atualmente em Brasília; e fui o primeiro jornalista brasileiro a cobrir a guerra do Camboja, em 1973, com o fotógrafo Antônio Rudge, tendo chegado a Phnom-Penh, via Tóquio.

Conheci os picos gelados de Zermat, na Suíça, e as geleiras de Anchorage, no Pólo Ártico; o calor da Galileia, do Mar Morto e das tórridas plantações de cacau na Costa do Marfim, e o frio de Londres e de Los Angeles; a neve de Kiev, Leningrado e dos Montes do Ural na antiga União Soviética, e as nevascas de Helsinque e de Oslo; os templos budistas de

Angkor e de Phnom-Penh, no Camboja; de Bangkok, na Tailândia, e de Kyoto, no Japão; os lugares santos de Roma e de Jerusalém.

O amor ao jornal, à revista e à televisão ofereceu-me tudo isto, a que a rigor, pelas minhas origens humildes e modestas, eu não teria direito na vida. Ele não me deu riquezas, faustos, nem opulências, mas me proporcionou uma estabilidade profissional suficiente para dar à minha família uma vida digna, com conforto e bem-estar.

Por tudo isto, nunca fui outra coisa na vida senão jornalista, tentando devolver à minha profissão, em dedicação e em trabalho, tudo quanto até hoje tenho recebido dela, que considero uma profissão fascinante e maravilhosa, quando exercida com correção, dignidade e entusiasmo. Esse jornalismo tem sido a minha própria razão de ser, de existir, de lutar e de viver. Por ele, bem cedo começou a minha vida. Por ele, vivi. Por ele, lutei. Por ele, sofri. Por ele, triunfei.

Aquela decisão de ser jornalista no Rio de Janeiro, a que me referi antes, já me fizera amigo e colaborador de Carlos Lacerda e de Aluizio Alves, na *Tribuna da Imprensa*; dos futuros acadêmicos Assis Chateaubriand, Austregésilo de Athayde e Elmano Cardim, nos *Diários Associados* e no *Jornal do Commercio*; do nosso acadêmico Roberto Marinho, em *O Globo*; e de Júlio de Mesquita Filho, em *O Estado de S. Paulo*.

Essa decisão de ser jornalista também me aproximou da revista *Manchete*, de Adolpho Bloch e de Juscelino Kubitschek (*palmas*), aos quais me liguei, durante mais de trinta anos, com uma amizade de muito afeto, carinho, lealdade e ternura. A eles dois, quis sempre um bem enorme.

Deles dois, de Adolpho e de JK, sinto, ainda hoje, saudades imensas, pela obra magistral que realizaram, mas sobretudo pela grandeza e pela coragem do seu espírito de incomparáveis construtores.

Senhor Presidente Arnaldo Niskier,

Assim como a demagogia é uma doença da Democracia, assim também o sensacionalismo é uma enfermidade da Imprensa Livre.

No dia em que Napoleão fugiu da ilha de Elba, o jornal *Moniteur*, que se editava em Paris, deu a seguinte manchete: “O Antropófago saiu da sua toca”. Quando Napoleão desembarcou no Continente Europeu, o mesmo jornal publicou a seguinte notícia: “O Tirano acaba de desembarcar”. E, ao longo

dos famosos 100 dias, as manchetes daquele jornal se sucediam no mesmo tom, enquanto Napoleão estava longe: “O Bandido pernitoou na Cidade de Lyon”. “O Monstro foi visto a 90 km de Paris”. “O Aventureiro avança a passos largos, mas nunca entrará na Capital”.

Acontece, porém, que Bonaparte ia mesmo entrar em Paris. E as notícias daquele jornal já se modificavam (e como se modificavam...): “O Imperador chegou a Fontainebleau”. E afinal a grande manchete: “Sua Majestade Imperial, sob aclamação dos seus fiéis súditos, desfilou ontem gloriosamente sob o Arco do Triunfo”.

Ainda há pouco tempo, o *Time* de Londres matou um inglês por engano. O homem apareceu depois na redação do jornal solicitando um desmentido. Afinal, ele estava tão vivo quanto qualquer um de nós. E ouviu do diretor, Thomas Norton, a seguinte resposta: “Desmentir não podemos jamais. Podemos, quando muito, dar a notícia do seu novo nascimento.”

E há, na imprensa brasileira, um caso igualmente famoso e lamentável: o nosso centenário *Jornal do Commercio* publicou certo dia que: “O Imperador Pedro II, acidentado, passeou ontem na Quinta da Boa Vista com apoio em duas maletas”, em vez de duas muletas, evidentemente. Retificou no dia seguinte: “O Imperador Pedro II, acidentado, passeou anteontem na Quinta da Boa Vista com apoio em duas mulatas.”

Foi o caso típico da emenda pior do que o soneto. Se tivesse sido ao menos com Pedro I, ainda bem. Mas logo com Pedro II, aquele que se apresentava como um modelo de virtudes...

Meus amigos,

O Jornalismo sensacionalista nasceu na imprensa americana, com a saga de William Randolph Hearst, que começou com um pequeno jornal, o *San Francisco Examiner*, deixado em herança pelo seu pai, um rico proprietário de minas de ouro na Califórnia. Tornou-se, pouco a pouco, dono de uma poderosa cadeia de cinquenta jornais e quarenta estações de rádio. Invadiu Nova York com o maior sensacionalismo possível, explorando sobretudo o sexo e expondo todas as mazelas e todas as misérias da sociedade americana.

Excitou tanto a opinião pública e pressionou de tal forma o governo que levou os Estados Unidos à guerra contra a Espanha, para, entre outras coisas, vender armamentos aos espanhóis. Aos seus correspondentes de guerra, que lhe telegrafavam de Havana, dizendo: “Aqui tudo bem. Queremos voltar.” Ele respondia: “Fiquem aí. Forneçam as reportagens, que eu fornecerei a guerra.” Hearst foi retratado por Orson Welles no filme *Cidadão Kane*.

Minhas senhoras e meus senhores,

O Acadêmico e nosso Confrade Rui Barbosa, que presidiu esta Academia durante dez anos e que foi, portanto, Senhor Presidente, um dos vossos antecessores nessa presidência, o grande Rui Barbosa definia o jornalista como sendo um político do povo e se definia a si próprio como um zelador da Nação, um dos seus olhos, um dos seus ouvidos, a sua boca e até o seu nariz, porque, afinal, é pela imprensa honesta que a Nação respira.

Nos meus cinquenta anos de profissão, cheguei à conclusão de que um jornalista não se reconhece nem mesmo pelo que chega a escrever, e muito menos pelos títulos pomposos que possa ostentar, mas pela capacidade de entregar-se inteiramente ao cumprimento de sua missão.

Na cínica definição de John Lester, um inglês muito irônico e muito mordaz, com o qual evidentemente não concordamos, “Jornalismo é a arte de escrever, mediante pagamento e mediante salário, sobre assuntos dos quais os jornalistas geralmente entendem muito pouco”.

Sempre entendi que o autêntico escritor e o verdadeiro jornalista têm graves deveres com a Família, com o País e com a Sociedade.

Nós, escritores e jornalistas, vivemos da palavra e para a palavra, que nos foi fornecida, para que tentássemos imitar a lição de Deus, quando, no início do mundo, retirou da palavra e do verbo divinos todas as suas criações.

Olhando para trás, vejo agora, com alegria, que, em mim, não restou nenhum bloqueio, nenhum choque, nenhuma diferença, nenhuma incoerência e nenhuma ruptura, entre o menino de ontem, que fui, e o homem de hoje que sou, mas apenas algumas dezenas de anos, vividos com bastante intensidade, ao lado de compromissos sagrados com a dignidade, com a gratidão e com a

honradez, pontos cardeais, um azimute, uma Bíblia, uma bússola, um ideário e um norte, que têm balizado, sinalizado e vocalizado a minha vida inteira.

Senhores acadêmicos,

Elegestes para ser vosso confrade e estais empossando nesta noite um homem como eu, que foi até agora, única e exclusivamente, um jornalista profissional e participante do seu tempo, do seu povo e do seu país, envolvido com os dramas de um velho mundo, de um velho século e de um velho milênio, que se debatem nos estertores de uma agonia, *in extremis*, ao lado de um mundo novo, de um novo século e de um novo milênio, que aí estão nascendo, dentro de mais alguns meses, envoltos em grandes esperanças.

Minhas senhoras e meus senhores,

Alguns de nós, aqui presentes, pertencemos a uma geração atormentada e aflita, que mal abria os olhos para a vida e já se defrontava:

- com a revolução tenentista de 1930;
- com a revolução constitucionalista de 1932;
- com a intentona comunista de 1935;
- com a ditadura estado-novista de 1937;
- com o golpe-de-mão integralista de 1938;
- com a Segunda Grande Guerra, de 1939 a 1945;
- com a deposição do Presidente Getúlio Vargas em 45, a sua volta triunfal em 50 e o seu dramático suicídio em 54;
- com a derrubada de dois Presidentes: Carlos Luz e Café Filho em 55;
- com a tumultuada posse do Presidente Juscelino Kubitschek em 56, as revoltas de Jacareacanga em 56, de Aragarças em 59 e a inauguração de Brasília em 60;
- com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, após sete meses de atribulado governo, em 61;
- com a destituição do Presidente João Goulart em 64;
- com os vinte e um anos de governos militares, de 64 a 85;

– com a doença, o sofrimento e a morte do Presidente Tancredo Neves em 85;

– com a megacrise e o impedimento do Presidente Fernando Collor em 92;

– e, mais recentemente ainda, a trágica morte do Presidente Ulysses Guimarães num desastre de helicóptero.

Há quase setenta anos, portanto, desde 1930, o Brasil vem vivendo e sobrevivendo a uma perigosa escalada de agudas, de graves e de sucessivas crises políticas.

Nesse mesmo espaço de setenta anos, tivemos dezenove presidentes da República, além de três primeiros-ministros: Tancredo Neves, Hermes Lima e Brochado da Rocha.

– Tivemos cinco Constituições: as de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988.

– Tivemos sete moedas: o Mil-réis, o Cruzeiro, o Cruzeiro Novo, o Cruzado, o Novo Cruzado, a URV e o Real.

– Tivemos uma inflação de quase oitenta por cento ao mês e de quase 3 mil por cento ao ano.

Pergunto: como foi possível sobreviver a tudo isto?

No transcurso da nossa geração, Sr. Presidente, estamos sendo contemporâneos também de vários conflitos armados: a Segunda Grande Guerra Mundial; as guerras da Coreia, do Vietnã e do Camboja, (que eu vi de perto); as guerras de Israel, do Líbano, Irã-Iraque, do Golfo Pérsico, do Afeganistão, de Angola, dos Balcãs, da Bósnia e da Iugoslávia, as guerras das Malvinas, da Nicarágua, de Ruanda e da Somália.

Na tresleitura de todas essas tragédias, não vimos nem ouvimos as trombetas do Apocalipse ou do Armagedom, nem as do Arcanjo ou do Juízo Final, e muito menos as profecias de Nostradamus, mas temos estado bem perto de todos eles.

Testemunhamos também, com alguns rápidos *intermezzos*: a explosão de duas bombas atômicas; as revoluções dos celulares, da clonagem, da cibernética, da informática, da Internet, dos satélites, das televisões e das telecomunicações; as revoluções do computador, dos foguetes, das viagens interplanetárias e dos passeios na Lua e, já agora, também, em Marte; as revoluções do aborto, do divórcio, das drogas, das pílulas e da Aids.

A rigor, esta deveria ter sido uma evolução mais lenta, menos cruel e menos perversa, ao longo de duas ou de três gerações. Mas, não. Ela se proces-

sou no decurso e no espaço de uma geração apenas, justamente a nossa, que foi educada na velha, na rígida e na pertinaz escola da disciplina, do respeito e da hierarquia, mas que teve de fazer um esforço enorme sobre si mesma para readaptar-se, para coabitar, para coexistir, para conviver e para aceitar a nova ordem de coisas: os novos fetiches, *punks*, *funks*, góticos, carismas, credos, mitos, modismos, tótems, questionamentos, as novas liberalidades e até mesmo o novo vocabulário.

Meus amigos,

Certa noite, lá em Natal, quando eu me encaminhava para tomar posse na Academia Norte-Riograndense de Letras, da qual sou também, com muito orgulho, membro titular, seu presidente, o Acadêmico Diógenes da Cunha Lima, e seu vice-presidente, o Acadêmico Paulo Macedo, bateram carinhosamente no meu ombro e disseram o seguinte:

– Vá, Murilo, vá colher os frutos do que você semeou durante todos estes anos.

Aquelas foram palavras generosas que reproduzo agora, com tanto prazer, mas ao mesmo tempo com tanta humildade. É que talvez esteja se encerrando na minha vida, como na vida de alguns aqui presentes, a fase dura e difícil do plantio, da adubação e da sementeira e que esteja começando a fase mais amena da safra e da colheita.

Pois o Deus Todo-Poderoso, o Deus de todos nós, decidiu na Sua Suprema Bondade que eu vivesse até hoje. Valeu a pena, então, ter vivido e ter sobrevivido a todos estes anos, de tantas batalhas, de tantas lutas, de tantos trabalhos e de tantas viagens, para estar hoje aqui assumindo este mandato de acadêmico, para estar hoje aqui falando desta que é uma das mais altas tribunas deste país e para estar hoje aqui recebendo tantas e tão cativantes homenagens, nascidas nas vossas mentes e nos vossos corações.

Poderia até mesmo repetir André Gide, quando, em Estocolmo, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura de 1947, afirmou o seguinte: “Pouco fiz na vida para tanto merecer.”

E eu acrescentaria: “Reconheço e verifico, hoje, que a vida me deu muito mais do que realmente mereço.”

Sr. Presidente Arnaldo Niskier,
Senhores Senadores Geraldo Melo e Edison Lobão,
Sr. Governador Garibaldi Filho, do meu querido Rio Grande do Norte,
Sr. Cardeal-Arcebispo D. Eugênio Sales,
Sr. Prefeito Luiz Paulo Conde,
Sr. Ministro Fontes de Alencar,
Senhores comandantes militares,
Demais autoridades,
Senhores acadêmicos,
Minhas senhoras e meus senhores,
Meus amigos,

Em nome da memória de minha mãe, Hermínia, cujo nome rima um pouco com o de uma grande heroína, a braços, no seu sacrifício diário, para educar sete filhos assaz trabalhosos.

Em nome da memória do meu pai, Murilo Melo, de quem herdei não apenas o nome, mas também um legado de muita dignidade, honradez e trabalho.

Em nome dos meus tios, Emília e João Vieira Leite, aos quais tanto devo.

Em nome de minha mulher, de meus filhos, de meus netos, de meus irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, primos e sobrinhos, e de toda a minha família, aqui reunida.

Em nome dos muitos amigos e companheiros, que, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, passando por Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Porto Alegre, em nome de todos esses amigos que tanto me ajudaram nesta caminhada até aqui (aquela longa e penosa caminhada a que me referi no começo).

Em nome de todos eles, só me resta agradecer, sensibilizado e do fundo do coração, a honrosa presença de todos quantos aqui compareceram para dividir comigo a alegria e a felicidade desta noite inesquecível.

E que me escutaram com tanta paciência.

Peço a todos, humildemente, milhões de desculpas por não ter tido tempo de ser breve e de falar pouco. Falei demais.

É que eu tinha tantas coisas para vos contar e para vos dizer...

Mas devo concluir estas palavras, Sr. Presidente, que espero não tenham sido demasiado enfadonhas, dizendo-vos, não apenas como membro desta Academia, o que muito me honra e enobrece, mas dizendo-vos sobretudo como jornalista político, que sempre fui e sempre serei — e é como jornalista político que vos falo agora —, dizendo-vos que o Brasil de hoje tem pressa de queimar etapas e dar o seu grande salto.

Teremos de fazer, nestes próximos vinte anos, quase tudo quanto as Nações hoje já desenvolvidas levaram duzentos anos para realizar.

A atual geração de brasileiros, da qual todos nós aqui presentes somos líderes e participantes, viu-se de uma hora para outra chamada a cumprir uma fascinante missão no plano do desafio: a missão de dizer se ela foi, ou não, competente para construir uma sociedade cristã, uma sociedade digna, uma sociedade justa, uma sociedade moderna e uma sociedade progressista, que as gerações anteriores, por motivos que não nos cabe discutir, não puderam edificar.

Por todas estas razões, estamos já agora, aqui nesta Academia Brasileira de Letras, aqui nesta Cidade e neste Estado do Rio de Janeiro e aqui também neste país chamado Brasil; estamos já agora, independentemente de facções ideológicas ou de partidos políticos, de crises, de corrupções, de CPIs ou de problemas transitórios; estamos já agora, definitivamente resolvidos a provar a nossa capacidade como Povo e a nossa viabilidade como Nação.

Pois, a nossa mensagem é de grandeza, como de grandeza tem sido, nestes últimos cem anos, a mensagem desta Academia.

A nossa bandeira é de otimismo.

A nossa hora e vez é de participação.

Já e aqui.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. ARNALDO NISKIER

Como uma predestinação, o Sr. Murilo Melo Filho jamais pensou em outra profissão que não fosse o Jornalismo. Assim realizou uma belíssima e consagrada carreira.

Viestes do vosso amado Rio Grande do Norte, para conquistar a cidade cosmopolita e misteriosa; penastes, naquele início espinhoso dos nordestinos, para depois vos consagrar como um astro de primeira grandeza nessa atividade sacrificada e, ao mesmo tempo, gratificante. Hoje, sois seguramente um dos maiores jornalistas políticos do País, com uma notável aura de credibilidade e respeito.

Nossa amizade data dos primeiros tempos da revista *Manchete*. Transferido por Adolpho Bloch para Brasília, antes mesmo da inauguração da Capital, respirastes com dificuldade a poeira vermelha da tabatinga, que se tornou o combustível da vossa integral adesão ao sonho maior de Juscelino Kubitschek de Oliveira, vosso grande e querido amigo.

Eram tempos difíceis. Formara-se uma poderosa resistência à construção de Brasília, muitos chegando a considerá-la uma loucura. Com a identificação de Bloch ao projeto de JK, sem que tenha auferido qualquer vantagem material, fostes deslocado para o Planalto Central. O então Chefe de Reportagem recebia as matérias destinadas à revista, ao lado da vossa atraente e saudosa seção de notas curtas, intitulada “Posto de Escuta”. Fostes pioneiro nesse tipo de Jornalismo.

Ao recordar esses tempos gloriosos, vividos na companhia da vossa dedicada Norma, posso contar um fato que presenciei, no final da década de

50. Adolpho Bloch, com o seu jeito muito peculiar, de olhos baixos, resmungou, enviando um bilhete para o jovem repórter:

“Murilo, aí vai a nossa lancha para Brasília. Não faça economia em matéria de relações públicas. Use-a à vontade no lago. Por falta de relações públicas, os judeus perderam Jesus Cristo.”

E completou:

“Um homem daqueles nós jamais deveríamos ter perdido.”

Como jornalista, seguistes as instruções do chefe, para vos tornar um ponto de referência na Capital. Escrevendo de forma rápida, com um estilo pessoal inconfundível e dono de uma integridade insuperável, logo vos tornastes o principal arauto da construção, vivendo tempos gloriosos. Se o brasileiro, a partir daí, adquiriu uma patriótica autoestima, pode-se creditar-vos uma fundamental parcela, aliás, sempre reconhecida por JK, sobretudo depois que, vítima da inveja e do receio do retorno, foi lamentavelmente cassado por algos que se perderam no tempo e no espaço. Quem deles hoje se lembra?

Alongando um pouco mais esse momento da vida do nosso novo acadêmico, devo contar um segredo jamais revelado. JK foi acusado seguidamente de ser dono da sétima fortuna do mundo. Teria tanto dinheiro que desconhecera o total. Tudo intriga. Juscelino era um homem inteiramente voltado para a sua obra. Aí, sim, considerava-se um milionário, e a história provou isso.

Quando foi cassado, vítima de um ato político da pior inspiração, precisou sair do País (com o que jamais se conformou) e não dispunha de mínimos recursos para se sustentar lá fora. Vivemos, então, eu e o Sr. Murilo Melo Filho, uma terrível experiência. Seguidas vezes, viajamos para a Europa e os Estados Unidos, como emissários de Adolpho Bloch, levando pequenas quantias em dinheiro, para que JK tivesse um mínimo de conforto no seu triste exílio. Lembro da nossa chegada, de uma feita, em Nova York. Ele estava numa aula de inglês, fez questão de nos receber, sobretudo porque morria de saudades da terra e queria notícias frescas.

Deve-se frisar que esses gestos não eram de retribuição por benefícios recebidos, até porque isso nunca houve. A revista era grata ao desenvolvimento operado na Era JK, o que propiciou a ampliação das suas tiragens, até chegar a incríveis 250 mil exemplares semanais, enquanto os seus concorrentes desciam de circulação em virtude de críticas amargas que faziam à construção da nova Capital.

Devo saudar, neste momento de glória do Sr. Murilo Melo Filho, também a vossa personalidade reta, sem medo, amiga, um homem talhado para o convívio dos que hoje fazem da Casa de Machado de Assis parte ponderável das suas vidas.

O ESCRITOR

Destacado jornalista, nem por isso deixastes de inscrever o vosso nome na galeria dos grandes ensaístas brasileiros, no campo da Comunicação. Autor de doze livros, o primeiro dos quais fizemos em parceria: *Cinco Dias de Junho*, em 1967. Fui buscar na minha biblioteca o autógrafo com que vós, na ocasião, me homenageastes: “Ao irmão, coautor e principal responsável por este cometimento, o abraço fraterno do Murilo.”

Depois vieram outros êxitos literários, como *Reportagens que Abalaram o Brasil* e *O Assunto é Padre*, em regime de coautoria. Para chegar ao vosso clássico *O Desafio Brasileiro*, que alcançou 16 edições, com quase 100 mil exemplares. A razão desse sucesso? A análise realista, que fizestes, em 1970, das virtualidades do nosso país. Para concluir, a trinta anos do final do milênio, com uma visão objetiva do Brasil:

Temos problemas enormes. Mas quem não os tem? Até hoje, nenhuma nação, nenhuma empresa, nenhum indivíduo descobriu a fórmula mágica de progredir sem sacrificar-se... O Brasil continua falando demais e fazendo de menos... No fim deste século, teremos de prestar contas à nossa geração e dizer ao mundo se fomos competentes para construir uma grande sociedade ou se seremos sempre (e apenas) o país do futuro.

Sábias palavras, que ainda continuam atuais.

Na lista dos vossos livros, podemos acrescentar o *The Brazilian Challenge* e *O Milagre Brasileiro*, este com dez edições e 50 mil exemplares, além de prêmios da Academia Brasileira de Letras e da Câmara Brasileira do Livro. Depois vieram *O Modelo Brasileiro*, *O Progresso Brasileiro*, *Memória Viva*, *Meu Rio Grande do Norte* e o recente *Testemunho Político*, em que mostrais, na plenitude, a vossa vivência de repórter consagrado. Descreveis os bastidores da política brasileira, de 1930 a 1965, com o realismo de quem viveu os fatos “por dentro”, com inti-

midade, como talvez nenhum outro escritor ou jornalista tenha feito. Disse-vos, depois de ler a vossa obra mais importante, que me sentia como se tivesse sido transportado, num tapete mágico, para a época em que tudo aconteceu. A instigante técnica de entremear, em cortes no tempo e desdobramentos paralelos, os episódios políticos tornou a obra ainda mais atraente. A ponto de merecer do Presidente e Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho esta frase definitiva:

Estamos diante de uma preciosa obra de memorialística, em que se enlaçam decisivos fatos políticos com acontecimentos importantes na vida de um repórter nascido em Natal, nordestino como eu e que, também como eu, enfrentou tempos duros e difíceis no Rio de Janeiro.

Amigo íntimo do poeta Augusto Frederico Schmidt, que conheci em vossa casa, no bairro de Laranjeiras, dele recolhestes uma espécie de programa para o patriotismo de todas as horas. Está nestes versos em prosa:

O sinal terrível do nosso tempo é a
ausência de grandeza. Todos se
recusam a ser grandes. Não quero,
porém, que meu país seja um
mendigo ingrato, uma coisa
insignificante, ou a pátria dos
recalcados e dos raivosos, mas uma
nação positiva e criadora, amante
do seu destino.

A FAMÍLIA

Sou testemunha do quanto, Sr. Murilo Melo Filho, sois católico apostólico romano. Fizemos viagens, e em todas elas reservastes espaço, em geral bem cedo, para as missas de que jamais abristes mão. Esse fervor religioso é o mesmo da vossa amada Norma e dos filhos Nelson, Fátima e Sérgio, hoje felizes com a glória do seu patriarca.

Se os vossos pais Murilo Melo e Hermínia ainda estivessem no mundo dos vivos, certamente, vibrariam com esta solenidade; de toda forma, eles aqui

estão representados pelos irmãos Carlos Herilo, Hênio, Elma, Ilma, Ana Emília e Eduardo, unidíssimos, como é característico das famílias nordestinas. Os vossos netos Janaína e Bernardo, ainda hoje inocentes, crescerão para entender na plenitude o significado de ser membro da Academia Brasileira de Letras.

Tendes um estilo próprio de escrever, o vosso português é de uma limpidez absoluta, o que naturalmente engrossará a relação dos imortais que se comprometem a lutar pela valorização da Língua Portuguesa, compromisso primeiro assumido por Machado de Assis ao aceitar a presidência da ABL.

Vivemos um momento de desrespeito ao nosso idioma. Enquanto outros países, como Portugal e França, demonstram grande interesse na aproximação com o Brasil até mesmo para enfrentar, nos limites da crescente latinidade, a extraordinária presença da Língua Inglesa, internamente sofremos o bombardeio do mau uso do vernáculo, que se faz de modo variado, na fala e na escrita.

Não se pode aceitar simplesmente a ideia de que o povo tem o direito de falar como quiser. Se assim fosse, teríamos de abandonar o entendimento do que seja norma culta, para apenas nos limitarmos à discutível dualidade do que é adequado ou não adequado. Uma forma de desintegrar o País, do ponto de vista linguístico, como se estivéssemos defendendo uma política tribal, em que os dialetos se dividem de forma desintegradora. Não é o que se deve pretender para o Brasil, cuja exemplar unidade é devida à manutenção do seu território e de uma língua única, aqui trabalhada de forma competente, durante os dois primeiros séculos da nossa existência, pela colaboração da Companhia de Jesus, responsável também pela unidade religiosa.

Se fomos competentes para chegar até os 500 anos com essas características de integração, falando a mesma língua que se entende em todo o País de 8,5 milhões de km², não se pode hoje, em nome de um estranho modernismo, abrir mão dessa conquista. É a grande missão da Academia, na manutenção dos princípios que marcam a Língua Portuguesa.

Homem afeiçoadíssimo à família e à vossa cidade de Natal, Sr. Murilo Melo Filho, vivestes histórias antológicas. Como a que aconteceu com o vosso tio Múcio. Ele sempre desejou conhecer o Recife. Era o seu sonho de consumo. Passou meses preparando-se para o grande dia. Comprou um terno de linho branco S-I20, sapatos de bico fino, um chapéu panamá especialíssimo e viajou alegre e feliz, não sem que antes a mulher tivesse feito mil recomendações, meio desconfiada de tanta preparação.

Ao chegar ao Recife, tio Múcio imaginou de que maneira poderia exibir tamanha elegância. Achou que só poderia ser no estribo de um bonde. Dito e feito: o bonde aproximou-se, e tio Múcio nem esperou que ele parasse no ponto. Agarrou-se no estribo, mas tinha chovido muito, estava escorregadio; ele acabou se estatelando no chão, bem em cima de uma poça de lama. O terno ficou sujo, o chapéu amassou, a elegância acabou-se. Só ocorreu a tio Múcio um pensamento, com o qual ele concluiu a sua aventura: “Nessa hora, lá em Natal, minha mulher deve estar dizendo: o Múcio tá é gozando o Recife...”

O REPÓRTER

Viestes para o Rio aos 18 anos, para tentar a vida. O vosso primeiro emprego foi no IBGE, depois no Ministério da Marinha, sempre como datilógrafo. Depois, começastes a vossa carreira jornalística. *Correio da Noite*, *Tribuna de Imprensa*, *Jornal do Commercio*, *O Estado de S. Paulo*, *TV Rio* e *Manchete*.

Talvez não exista outro repórter político, no Brasil, que tenha convivido com tantas e tão diversificadas personalidades. Fazem parte da relação: Carlos Lacerda, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart, Itamar Franco, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, além de John Kennedy, Richard Nixon, Ronald Reagan, Charles de Gaulle e Giscard d’Estaing.

Estivestes em algumas guerras localizadas, como as do Vietnã (1967), Camboja e Laos (1973), vivendo as emoções e os perigos a que somos levados pela irracionalidade humana. Mas tivestes a compensação de ver também os picos gelados de Zermat, na Suíça, e as planícies imensas da Califórnia, nos Estados Unidos; os desertos de Nevada e do Saara; os templos sagrados de Angkor e de Kyoto; os lugares exóticos de Bangkok e de Phnom-Penh; as geleiras de Anchorage no Polo Ártico e as tórridas plantações de cacau na Costa do Marfim; o frio de São Petersburgo e de Kiev e o calor bíblico da Galileia e do Mar Morto; o misticismo do Vaticano e de Jerusalém; as ruas do Harlem e do Cairo – enfim, boa parte do mundo a que pudestes ter acesso como repórter curioso e cheio de energia criadora.

Por isso mesmo, concordo com o Acadêmico Antonio Olinto, na conceituação do Jornalismo como “literatura sob pressão”. Afirmou o autor de *A Casa da Água* que a história literária e política do Brasil se acha tão intimamente ligada ao Jornalismo que não há um só acontecimento, avanço, mudança do País que a imprensa não tenha dirigido e comandado.

A partir de Hipólito José da Costa e culminando, já na Independência, com Evaristo da Veiga, levamos para as páginas periódicas toda a nossa problemática e nelas depositamos nossas esperanças e frustrações. Continuamos a fazer a mesma coisa ao longo dos últimos dois séculos. É natural, assim, que a Academia Brasileira de Letras se constituísse, desde o começo, de escritores que buscavam a transparência do jornal para discutir rumos e resolver os problemas imediatos do País.

Seguis, assim, a tradição de Hipólito José da Costa, de Evaristo da Veiga, de Carlos de Laet, de João do Rio, de Elmano Cardim, de Múcio Leão, para chegar ao nosso patriarca tão querido e respeitado que é Barbosa Lima Sobrinho, glória maior da Imprensa Brasileira de todos os tempos. E na vossa retidão que todos nos miramos e mais particularmente nos vossos cinquenta anos de Jornalismo combativo.

Na verdade, como nos disse o romancista e cronista Carlos Heitor Cony:

Murilo é jornalista desde o berço. Cedo ingressou na profissão que exerce com brilho e carisma. Atravessou a história recente do País, dela participando em alguns momentos cruciais, pois sua área preferencial foi o Jornalismo Político. Mas nunca usou a sua pena para proveito próprio ou para injustiçar quem quer que seja.

É um prêmio ao vosso caráter, por todos admirado. O autor de *Quase Memória* estende o comentário sobre o colega de profissão, com uma brilhante síntese: “Murilo maneja com sobriedade um estilo objetivo, elegante, correto nas informações, isento nos comentários. Sua obra é uma referência indispensável ao historiador e uma agradável leitura para qualquer leitor.”

Reconhecido pela vossa competência, fostes eleito membro titular do Pen Club do Brasil, numa histórica solenidade em que tive a honra de ser o orador, além de membro efetivo da Academia Norte-Riograndense de Letras, onde sucedestes a Nilo Pereira, na Cadeira I9. Como se fosse uma progressão natural, agora chegais, para nossa alegria, à Cadeira 20 da Academia Brasileira

de Letras, sucedendo ao Acadêmico Aurélio de Lyra Tavares, um dos grandes historiadores do Exército Brasileiro.

A LATINIDADE

Acadêmico Murilo Melo Filho,

Estamos hoje aqui celebrando a glória da vossa entrada na Casa de Machado de Assis. Sou testemunha do vosso interesse pelo destino desta instituição e do carinho com que, como jornalista e escritor, colaborastes para a divulgação das suas teses, entre as quais a defesa da latinidade. Foram incontáveis as nossas conversas, na paradisíaca cidade de Teresópolis, sobre o que deve ser feito, no sentido de enriquecer a língua nascida em Roma e projetada com tanto vigor pelo mundo inteiro. O tema foi objeto de uma conferência, em março deste ano, na Universidade de Coimbra, em que buscamos a parceria de Portugal para o projeto de expansão da Língua Portuguesa, hoje falada por 200 milhões de pessoas. Por que não realizar um esforço especial e estratégico para o resgate da nossa importância junto a comunidades, como, por exemplo, as de Goa, Macau e Timor Leste, no sentido de fazê-las voltar plenamente à nossa cultura? Não seria uma boa razão para dar mais vida à Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, em que o Governo Brasileiro parece agora empenhado?

Na visita que nos fez, por ocasião da Bienal Internacional do Livro, o escritor José Saramago, laureado com o Prêmio Nobel de Literatura, afirmou enfaticamente: “Chegamos ao momento em que a História exige que tomemos decisões. Há uma grande ansiedade pelo destino da nossa língua. Qual é futuro da língua em que somos capazes, verdadeiramente, de pensar e de sentir?”

O autor de *Memorial do Convento* exigiu atitudes de todos nós. Palavras foram ditas, em diversas ocasiões, mas não significaram a abertura de portas. “Não se andou um passo”, disse ele. Propôs – e foi aceito pela Academia Brasileira de Letras que andássemos juntos, para levar os livros às pessoas. Livros mais baratos e de distribuição generosa, como se poderia tratar numa original feira só de escritores do mundo lusófono, a realizar-se no Rio de Janeiro, iniciativa a que imediatamente demos a nossa total adesão. Isso sig-

nifica, Sr. Murilo Melo Filho, que algo começou a mudar, e é para esse desafio que sois convocado, logo de saída, como se fosse o compromisso número um da vossa vida acadêmica, que certamente será fecunda, como é característica da vossa existência.

Latinidade e globalização constituem expressões que devem caminhar juntas, em nossa preocupação. A União Latina, pelo que nos conta o Embaixador Geraldo Cavalcanti, está empenhada na valorização dos países de língua e cultura latina, fiéis a valores espirituais fundados na civilização humanista, que devemos respeitar, ao lado dos notórios avanços científicos e tecnológicos da humanidade. Nada será mais importante do que fazer avançar a ciência sem prejuízo dos códigos que coloquem o homem no centro de todas as nossas preocupações. É com essa visão muito nítida que devemos buscar o futuro da Humanidade.

Segundo René-Jean Dupuy, da Academia de Direito Internacional de Haia, “para o latino, a História é herança e não profecia. O latino acredita na inteligência e na virtude do raciocínio, mas não para privilegiar a teoria e sim para aproveitar a experiência”. Podemos conceituar, como Jorge Luis Borges, que a latinidade não tem e nem deve ter qualquer sentido étnico.

Se pensarmos na força do pluralismo linguístico, sob inspiração da latinidade, dentro de dez anos poderemos ter 500 milhões de falantes do Espanhol, 250 milhões os de Francês e 280 milhões os de Português, totalizando mais de 1 bilhão de falantes de línguas latinas, ou seja, cerca de 18% da população mundial, ocupando uma área correspondente a 26% da superfície terrestre. Já imaginastes o que isso pode representar em termos de cultivo da nossa civilização e do que ela representará para a Humanidade?

Temos um compromisso civilizatório mais que evidente. Como a montagem de um banco de dados linguísticos, em que o português participaria com 400 mil termos (só o nosso Vocabulário Ortográfico registra 360 mil), o mesmo número para o Italiano e 350 mil para o Espanhol, além de 60 mil para o Romeno. A União Latina empenha-se na realização desse projeto, que pode nos unir, da mesma forma que tentamos, em nossa comunidade, o Acordo Ortográfico de Unificação da Língua Portuguesa, que um dia se tornará realidade, com respeito à proclamada variedade cultural que nasceu com o modelo político instaurado pela civilização romana. São fatos e desafios que respondem pela nossa fidelidade à civilização latina.

CONCLUSÃO

Acadêmico Murilo Melo Filho,

Nós vos recebemos de braços abertos e o coração cheio de esperança. Sabemos da vossa disposição de colaborar e o entusiasmo com que aderis a todas as nobres causas em que vos tendes empenhado. A Academia Brasileira e de Letras precisa da vossa energia e do vosso talento, no cumprimento das missões estatutárias que marcam a sua trajetória, a partir da inspiração dos seus primeiros líderes, à frente dos quais lembramos Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco e Machado de Assis.

A chegada de mais um membro efetivo é sempre motivo de muito regozijo, especialmente quando se trata de uma personalidade com tantas e notáveis qualidades morais e profissionais.

Sede bem-vindo à Casa de Machado de Assis, que vos abraça com a certeza de que ganha uma figura verdadeiramente notável da Cultura Brasileira. Estamos todos felizes.

Discurso do
SR. ROBERTO CAMPOS

e

Resposta do
SR. ANTONIO OLINTO

*Sessão solene extraordinária
do dia 26 de outubro de 1999*

I

DISCURSO DO SR. ROBERTO CAMPOS

Tristes são as pessoas e as coisas consideradas sem ênfase. Assim versejou o grande Carlos Drummond de Andrade. A julgar pelo tumulto ideológico que suscitou minha campanha para este calmo sodalício, não sou uma pessoa considerada sem ênfase. Chego à Academia em idade crepuscular, o que tem a vantagem de permitir-me saborear melhor um dos poucos prazeres – a Cultura – que sobrevivem à desconstrução da juventude.

Refocilando a memória, verifico que a primeira pessoa que fez perpassar um sopro de ambição acadêmica em minha mente, até então entupida pelas miudezas do pragmatismo econômico, foi Rachel de Queiroz.

Lá se vai mais de um decênio. Visitei-a. Falávamos generalidades sobre o Brasil e sobre a trágica morte de um comum amigo, o Presidente Castelo Branco, cuja ascensão ao poder foi um acidente benigno de liderança e cujo desaparecimento, um acidente maligno da História. Se vivo, talvez influenciasse para encurtar o período de excepcionalidade militar, que ele, receoso da corrupção do poder, queria breve, suficiente apenas para evitar um autoritarismo de esquerda.

Subitamente, numa guinada reflexiva, Rachel me perguntou:

– Você já pensou em candidatar-se à Academia de Letras?

– Não – respondi-lhe. – Não acredito que tenha obra suficiente e cargo de outros requisitos.

– Da obra – disse-me ela – não cabe a você julgar, e sim aos acadêmicos. Os requisitos são dois. Providenciar um cadáver e não ser uma personalidade muito controvertida.

– Não passo neste vestibular, respondi-lhe. Providenciar um cadáver depende do Criador, e não desejo que ele se apresse. Não ser personalidade controvertida depende dos outros. Lembre-se – acrescentei – do que dizia nosso amigo, o Presidente Castelo: “Não é verdade que eu seja teimoso; teimoso é quem teima comigo.” O mesmo digo eu: “Não sou controvertido. Controvertido é quem controverte comigo.”

Anos depois, em 1991, o Criador fez sua tarefa em momento errado e em relação à pessoa errada. As Parcas roubaram de nosso convívio, aos 49 anos, José Guilherme Merquior, um gênio do “liberismo” – expressão que ele preferia ao liberalismo, para demonstrar que não era liberal apenas na política, mas também na economia. Convivi muito com dois grandes liberistas de minha geração – Merquior e Mário Henrique Simonsen. Com o desaparecimento de ambos, em plena produtividade, também morri um pouco.

Merquior, ocupante da Cadeira 36 desta Academia, tinha sido meu conselheiro diplomático, quando exerci a função de embaixador em Londres, posto que deixei, em 1982, para candidatar-me ao Senado Federal por Mato Grosso.

Tive o bom senso de dispensá-lo da rotina da Embaixada, encorajando-o a fazer seu doutorado em Sociologia e Política na London School of Economics.

– Sua tese doutoral contribuirá mais para a Cultura Brasileira – disse-lhe eu – que os relatórios diplomáticos que dormirão o sono dos justos nos arquivos do Itamaraty.

Previ corretamente. A tese de Merquior – *Rousseau and Weber – Two Studies in the Theory of Legitimacy* – escrita em inglês erudito, que humilhava os nativos monoglotas, se tornou parte da bibliografia básica em várias universidades europeias.

Encorajado por sua viúva Hilda e por acadêmicos amigos, e rompendo inibições que me tornam antipático para disfarçar timidez, candidatei-me a esta Academia na vaga de Merquior. Ninguém foi eleito na primeira rodada, em abril de 1991, e eu desisti da luta, reconhecendo a preferência da Casa pelo meu amigo João de Scantimburgo, filósofo e historiador, cuja *História do Liberalismo no Brasil* se tornou referência para os estudiosos das ideias liberais. Um ano depois, cometi a imprudência de candidatar-me à Cadeira 13, quan-

do deveria estar me aplicando mais às campanhas políticas. Tinha sido encorajado por esse benevolente promotor de ambições acadêmicas, que é Jorge Amado, de quem me fiz amigo em Londres, quando, indiferente à bagatela de Picadilly Circus, escrevia, hospedado na casa de Antonio Olinto, o romance *Tieta do Agreste*. Mas tanto Jorge, por benevolência, como eu, por imodéstia, sobre-estimávamos meus méritos. Foi a Academia que ganhou com a recepção de um novo talento, Sergio Rouanet, filósofo iluminista, opção, aliás, racional num país que de tantas luzes carece. Minha mulher Stella, que com sereno realismo se opusera às minhas ambições acadêmicas, passou-me um pito, usando a expressão “academiabilidade”, que ouvira de Gilberto Amado: – Entre os seus vários dotes, meu caro, não se inclui o da “academiabilidade”, sussurrou-me ela.

Relato essas peripécias para demonstrar que nas porfias acadêmicas não fui um “cão de açougue”. Manuel Bandeira, conta-nos Lêdo Ivo, assim chamava os “candidatos ao vosso convívio, antecipadamente vitoriosos”. Esses não deixam para os rivais nem ossos nem esperanças...

Transcorreu depois um longo intervalo em que me dediquei a ganhar eleições para a Câmara Federal. Tarefa mais fácil, sem dúvida, pois como dizia Napoleão Bonaparte, “em política, a estupidez não é um *handicap*”. Até porque, segundo Kruchev, os políticos podem prometer pontes onde não há rios.

Sobre a dura porfia de ingressar neste cenáculo, não há autoridade maior que Juscelino Kubitschek. Tendo vencido por centenas de milhares de votos eleições para governador de Minas e para presidente da República, perdeu por um sufrágio sua eleição para a Cadeira I deste sodalício.

Passaram-se os anos, mas não passou de todo a tentação. Ela foi ressuscitada por três amigos que eu chamarei de “os três mosqueteiros” – Antonio Olinto, Tarcísio Padilha e Murilo Melo Filho – sob a neutralidade simpática do Presidente Arnaldo Niskier. Esmeraram-se eles em demonstrar-me que os tempos tinham mudado. Muitas das minhas teses heréticas ficaram consensuais, e meu grau de “academiabilidade” melhorara a ponto de não inspirar cuidados.

Havia, entretanto, um veto doméstico. Faríamos, Stella e eu, este ano, 60 anos de casados, o que, nesta era de rotatividade matrimonial, é um feito portentoso, que rouba, entretanto, ao marido a qualidade de macho dominador. Stella tinha sua autoridade reforçada por desmentirmos brilhantemente o sarcasmo de Nelson Rodrigues, que numa rodada de uísque vespertino comigo e meu cunhado, o saudoso cineasta Flávio Tambellini, respondeu indigna-

do a um cliente em mesa vizinha que lhe entregou um convite para uma festa de Bodas de Ouro: “Viver com a mesma mulher durante meio século é cinismo ou falta de imaginação.”

Vendo-me prestes a sucumbir à tentação de buscar a imortalidade acadêmica, Stella protestou:

– Só pode ser ambição senil. E desnecessária, pois você vive dizendo que a generosa Constituição de 1988, em seu Artigo 230, tornou imortais todos os idosos brasileiros, garantindo-lhes “o direito à vida”.

Respondi-lhe ter a imortalidade literária um sabor especial, por ser um julgamento histórico, superior às vulgaridades constitucionais que frequentemente não “pegam”. Não haveria, aliás, perigo de vaidade senil, pois nunca me esquecera da resposta de Olavo Bilac, um dos fundadores da Academia, a quem lhe perguntou se não era insólita arrogância dos acadêmicos inscreverem em seu brasão “AD IMMORTALITATEM”:

– Não – disse Bilac. – Os acadêmicos são imortais, porque não têm onde cair mortos...

Existiram, certamente, cenáculos de apelação menos pretensiosa, como fez notar Afrânio Peixoto em sua introdução aos volumes que compendiam vossos discursos acadêmicos. Relata-nos ele que em Portugal surgiu, em 1647, a Academia dos “Generosos”, seguida pela dos “Singulares” em 1663. “Confiados” se chamavam os acadêmicos de Pavia; “Declarados”, os de Sena; “Elevados”, os de Ferrara; “Inflamados”, os de Pádua; “Unidos”, os de Veneza. Em 1724, criou-se na Bahia a “Academia Brasília dos Esquecidos”, ressuscitada depois sob o nome de “Academia Brasília dos Renascidos”. No Rio de Janeiro, em 1736, se instalava a “Academia dos Felizes”; e em 1751, a dos “Seletos”. A mais bizarra de todas foi a dos “Rebeldes”, uma aventura juvenil de Jorge Amado, criada em Salvador, para rebater o formalismo e suposto elitismo da Academia Brasileira de Letras. Teve precária existência, de 1928 a 1930, reunindo-se numa sala de sessões espíritas, sob os eflúvios de Alan Kardec. Jorge Amado depois criou júzo, sendo eleito “imortal” nesta Academia, em 1961, da qual é membro querido e respeitado. Durante certo tempo, foi chique entre os intelectuais de esquerda desdenharem o venerando grêmio de Machado de Assis, mas vários sucumbiram ao seu encantamento, como Antonio Callado, Antônio Houaiss, Darcy Ribeiro e Dias Gomes.

Minha paz familiar foi restaurada graças a um telefonema de Rachel de Queiroz, que estava então pastoreando rebanhos em sua fazenda no Ceará. Com sua infinita e doce persuasão, induziu-nos todos a crer que minha candidatura a esta Academia deixara de ser uma ideia fora do lugar.

Para minha surpresa, que me rejuvenesceu, pois ser jovem é apenas a capacidade de ter surpresa, deflagrou-se, anunciada minha pretensão à vaga de Dias Gomes, uma ridícula batalha ideológica, que, magnificada pela mídia, me transformaria numa ameaça à paz e à elegância deste cenáculo.

Velho e cansado de brigas, visitei então o Presidente Niskier e os membros da Diretoria, para ofertar-lhes minha renúncia à candidatura. Encontrei pronta reação dos ilustres confrades:

– A Academia Brasileira de Letras – disseram-me – nasceu ecumênica e assim continuará. Não aceitamos vetos de nenhuma ideologia, e não há reserva de mercado para nenhuma seita política. A Academia é um templo de comunhão cultural e não uma arena de gladiadores políticos.

E lembraram-me que, em seu nascimento, esta Casa fundiu, numa comunhão de interesses culturais, dois grupos políticos radicalmente opostos – os republicanos e os monarquistas – sem que houvesse jamais desrespeito ao congraçamento cultural. Republicanos eram Rui Barbosa, Lúcio Mendonça, Medeiros e Albuquerque e Graça Aranha. Monarquistas eram Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Carlos de Laet e Affonso Celso.

Conviveram depois em plena tranquilidade “florianistas”, como Artur Azevedo e Coelho Neto, e “antiflorianistas”, como Rui Barbosa, Olavo Bilac e José do Patrocínio.

– Aliás, – acrescentou o Presidente Niskier – essa tradição de abertura ecumênica é tão forte que se criou a liturgia de incineração de votos, convencionando-se que o candidato vitorioso foi eleito por unanimidade.

Verifiquei depois, lendo a interessante autobiografia de Dias Gomes, que ele também sofrera impugnações ideológicas, quando sucedeu a Adonias Filho, por estar no lado oposto do espectro político. Multiplicaram-se cartas à Academia, protestando contra a sua eleição.

No meu caso, a querela foi muito mais estridente. Aliás, como alvo de personalismos injuriosos, ganhei todos os campeonatos desta Pátria amada, sofrendo patrulhamentos e recebendo xingamentos tanto da esquerda radical como dos nacionalistas de direita. O mais inteligente dos críticos à minha

política econômica, quando Ministro do Planejamento, foi, sem dúvida, Carlos Lacerda. Esse esmagador polemista disse uma vez, provocando “suspense” na audiência: “Tenho a maior admiração pelo Dr. Campos... pela sua absoluta imparcialidade: mata imparcialmente os ricos, de raiva, e os pobres, de fome.” Não pude excogitar de imediato outra resposta, senão dizer que “a fúria da seta dignificava o alvo”.

Mas o argumento fundamental que me fez desistir da desistência foi o da rotatividade da Cadeira 2I. Tanto Álvaro Moreyra como Adonias Filho e Dias Gomes, em seus discursos de posse, rotularam-na de “cadeira da liberdade”. Poder-se-ia chamá-la também de “cadeira do ecletismo”. Seu membro fundador foi José do Patrocínio, um liberal abolicionista. Escolheu para patrono Joaquim Serra, também um abolicionista que cultivava a filosofia platônica e se declarava positivista. O segundo ocupante foi Mário de Alencar, tão recluso em seus pendores, que se poderia chamar de neutralista. O terceiro foi Olegário Mariano, um conservador getulista. O quarto foi Álvaro Moreyra, o primeiro a se declarar comunista. O quinto foi Adonias Filho, um ex-integralista, partidário da Revolução de 1964. Sucedeu-lhe Dias Gomes, que se inscrevera no Partido Comunista no final da II Guerra.

Mantido o precedente da alternância, seria a hora e vez de um conservador ou de um liberal. Diferem os dois em que o conservador quer preservar o *status quo*, enquanto o liberal aceita mudanças, desde que emanadas do mercado competitivo ou provindas do voto democrático. Defino-me como um “liberista” que vê no governo um mal necessário. Às vezes, absolutamente necessário.

Descobri algumas afinidades com Dias Gomes. Ambos tivemos educação religiosa, ele num colégio marista, enquanto eu completei dez anos em seminário católico, graduando-me em Filosofia e Teologia. Foram anos de retiro e castidade, durante os quais acumulei um enorme direito de pecar, que nunca pude usar, por falta de cooperação complacente.

Dizia-se, na minha adolescência, que um cavalheiro completo tinha que ter um diploma de bacharel, vestígios de uma doença do sexo e escrever um poema. Enclausurado num mosteiro, desqualifiquei-me nos dois primeiros requisitos, mas cometi alguns poemetos sob a forma de *baikais* que, para bem da Humanidade, consignei à lata de lixo. Só me lembro de um *baikai*, de duvidoso gosto, mas não de todo inimaginoso:

Lança os teus olhos ao mar pela hora redonda.
E aprende na folha que cai a geometria da queda.

Dias Gomes também cometeu romances juvenis, sobre os quais talvez consentisse em dizer: “esqueçam o que escrevi”.

Cometemos, assim, ambos, erros de vocação. Ele estagiou por dois meses numa escola de cadetes, fez curso preparatório para Engenharia e cursou até o 3.º ano de Direito, quando, finalmente, descobriu que sua verdadeira vocação era a Arte Teatral. Desdobrar-se-ia depois no rádio e na televisão, com igual brilhantismo e incrível produtividade.

Eu, de teólogo, tratando como diz Anatole France *avec une minutieuse exactitude de l'inconnaissable*, passei à Economia, que dizem ser a “ciência de alcançar a miséria com o auxílio da Estatística”.

Dias Gomes e eu tivemos a mesma votação nesta Academia, indicando que os acadêmicos são tão maus profetas quanto os economistas, pois nossos respectivos aliados nos prediziam vitórias consagradoras.

Isso me faz lembrar uma estória contada por um querido amigo, o pediatra Rinaldo de Lamare, sobre a Academia Nacional de Medicina, veneranda instituição que já completou 172 anos. Revoltado por sucessivos repúdios à sua pretensão de figurar entre os 100 acadêmicos, assim se pronunciou um esculápio frustrado:

— A Academia é um grupo de médicos de indiscutível valor profissional, de justificada vaidade profissional e de incompreensível falsidade eleitoral.

Nossas percepções do mundo, sempre antagônicas, se adoçaram nas refregas do mundo real. Dias Gomes, que se considerava um subversivo vocacional, aderiu ao comunismo em 1945 e, sem ser um ativista ou fanático, nele permaneceu até 1971, desviando-se da linha do partido ao protestar em 1966 contra o mau tratamento dado aos escritores soviéticos. Custou a aceitar a morte da “ilusão”, reconhecendo afinal a incompatibilidade básica entre sua vigorosa luta pela preservação da dignidade do ser humano e contra qualquer forma de intolerância com as brutalidades do socialismo real e seu arsenal de expurgos, *gulags* e submissão das artes aos dogmas do PCUS. O comunismo se tornou mundialmente uma espécie de religião leiga, tendo o Kremlin, como o Vaticano, o *Das Kapital* por bíblia e a ditadura do proletariado como a “parousia”.

Em novembro de 1996, em entrevista dada a Ana Madureira de Pinho, na *Revista de Domingo do Jornal do Brasil*, Dias Gomes declarou:

– Não sou comunista, porque o comunismo é uma utopia, nunca existiu em nenhum país do mundo comunista. Me considero um homem de esquerda, antidogmático. Uma vez me defini para amigos: um “anarco-marxista-ecumênico-sensual” (esse jogo de palavras me faz lembrar a definição por Eliezer Batista do sistema político de invasão de poderes criado pela Constituição de 1988: uma “surubocracia anarco-sindical”).

E continuou:

– Sou um homem aberto hoje em dia. Muitas ideias foram reformuladas, mas continuo um homem de esquerda. Isso se você considera ser de esquerda somente sonhar com uma sociedade mais justa e mais liberta.

Se o comunismo nunca existiu, tem razão o historiador francês ex-comunista François Furet, ao escrever seu monumental tratado do arrependimento: *Le passé d'une illusion*. Essa ilusão custou ao mundo quase 100 milhões de vítimas. Das grandes ideologias mundiais não cristãs, o marxismo-leninismo foi a mais sangrenta e mais curta – setenta e dois anos. O islamismo está ainda em expansão e durou quatorze séculos. O budismo e confucionismo sobrevivem há cerca de vinte e quatro ou vinte e cinco séculos.

Mas Dias Gomes exagera no seu réquiem do comunismo. No museu de obsoletismos políticos, sobrevivem dois espécimes: Cuba e Coreia do Norte. E curiosamente algumas universidades públicas brasileiras tornaram-se o último refúgio do profetismo e da vulgata marxista.

Dias Gomes, que se autodescreve como um “proibido precoce”, teve peças censuradas ou proibidas pelos dois Governos Vargas, por vários governos militares e até mesmo por Carlos Lacerda, como governador da Guanabara. Confessa, entretanto, uma frustração:

– Não ter sido preso é uma falha na minha biografia que me envergonha, uma injusta lacuna. Por tudo que fiz, sem modéstia, eu acho que merecia uma honrosa cadeia (*O Dia*, 30 de abril de 1998).

Eu não tive necessidade de retratação, porque nunca cedi a radicalismos nem de direita, nem de esquerda. Minha punição foi não passar de uma carreira pública medíocre, por insistir em dizer a verdade antes do tempo, pecado que a política não perdoa. Quando jovem, no início da II Guerra, parecia ine-

vitável a vitória do Eixo sobre as “democracias decadentes”. Mas eu respondia aos que assim profetizavam:

– Hitler é apenas um Napoleão que nasceu falando alemão, com a vantagem de não ter feito nada comparável ao Código Napoleônico.

Também não me iludi com o totalitarismo de esquerda, por um raciocínio simples. Deus não é socialista. Criou os homens profundamente desiguais. Tudo que se pode fazer é administrar humanamente essa desigualdade, buscando igualar as oportunidades, sem impor resultados. De outra maneira, estaríamos brincando de Deus, ao tentarmos refabricar o homem. É o que tentaram fazer Marx e Lenin, com os resultados conhecidos: despotismo e empobrecimento. Isso me levou, ainda jovem, a acreditar que o sistema político ideal seria o Capitalismo Democrático, isto é, o casamento da Democracia Política com a Economia de Mercado. Parodiando Churchill, pode-se dizer que o Capitalismo é o pior dos sistemas econômicos, exceto todos os outros; e a democracia é o pior sistema político, excetuado todos os outros.

Mas se não tive de recitar o *confiteor* por ter optado pelo sistema errado, fui obrigado a fazer retificações de rumo. Em minha juventude, acreditava no Estado planejador e motor do desenvolvimento. Curiosamente, meu desapontamento começou quando, como Ministro do Planejamento, visitei a União Soviética em 1965. Assustei-me com a presunção dos burocratas do *Gosplan*. Ignorando o consumidor, eles planejavam, com ridícula minúcia, a quantidade e a qualidade dos bens de consumo. Acabavam produzindo o que o consumidor não queria consumir. E verifiquei que o planejamento central já era ridicularizado na sabedoria das anedotas populares. Chiste corrente em Moscou, originário da rádio Yerevan, da capital da Armênia, dizia que uma professora pedira a um de seus alunos para conjugar o verbo “planejar”. Mal começou o aluno a balbuciar “eu planejo, tu planejas, ele planeja...”, a professora perguntou-lhe: “Que tempo do verbo é esse?” “– Tempo perdido”, respondeu o aluno.

Embrenhei-me depois na leitura dos liberais austríacos, como Von Mises e Hayek, convencendo-me de que planos de governo são “sonhos com data marcada”. Antes, queria que o governo fosse um engenheiro social, modelando o desenvolvimento. Hoje rezo para que ele seja apenas um jardineiro, adubando o solo, extraindo ervas daninhas e deixando as plantas crescerem... E um samaritano competente, para cuidar do social.

OS PARADOXOS DE KENNEDY

Um dos mais embaraçosos episódios de minha carreira diplomática, quando embaixador em Washington, foram duas inesperadas indagações que me fez o Presidente Kennedy, ao fim de uma conversa relativa à implementação do acordo Kennedy-Goulart sobre a transformação, em nacionalizações negociadas, das encampações confiscatórias feitas pelo Governador Brizola de empresas americanas de telefonia e eletricidade. Eliminar-se-ia, assim, uma área de atrito.

Ao me despedir, Kennedy dardejou-me duas instigantes perguntas:

— Por que, no Brasil e na América Latina, há um viés favorável, entre estudantes, escritores e artistas, ao modelo soviético, maquiado de “socialismo real”? Deveria ser o contrário — disse ele. — Os estudantes adoram mudanças, e a sociedade mais experimental do mundo são os Estados Unidos, com sua multiplicidade de raças e religiões, pluralismo político e abertura a inovações. Quanto aos escritores e artistas... presume-se que desejem liberdade criadora de pensamento e expressão. É precisamente isso que inexistente na União Soviética, onde a doutrina do “realismo socialista” condena o individualismo criador e transforma artes e artistas em instrumentos de propaganda partidária, sob pena de patrulhamento, *gulags*, exílios e privação dos direitos civis...

Confesso que fiquei embaraçado, sem resposta direta àquilo que chamei de “paradoxos de Kennedy”.

— Quanto aos jovens, — balbuciei — parece que a rebeldia natural da idade se transforma em preconceito contra o mais forte e o mais poderoso. Os mais poderosos só podem aspirar a ser respeitados, nunca amados. A juventude tem encanto por utopias, e o capitalismo é rico na produção de mercadorias, porém não na produção de mitos. Para os jovens, a fórmula do dinamite é mais fácil que a do cimento armado. E acrescentei que talvez Bernard Shaw tivesse razão ao dizer que a juventude é uma coisa maravilhosa, sendo pena desperdiçá-la nas crianças.

Mais difícil, acrescentei, é explicar a abundância de intelectuais de esquerda. E, bancando o erudito, citei a teoria de Raymond Aron, cujo livro *L'Opium des Intellectuels* eu conhecia bem, por ter prefaciado a edição brasileira. Diz Aron que o surgimento do “socialismo real” criou mitos substitutivos dos velhos deuses do Iluminismo: o Progresso, a Razão e o Povo. Os novos deuses seriam: o mito da Esquerda, o da Revolução e o do Proletariado. Os intelectuais se seduziram por uma espécie de romantismo revolucionário, considerando

as reformas “enfadonhas e prosaicas” e a revolução “excitante e poética”. O culto marxista da revolução violenta virou uma espécie de refúgio do pensamento utópico.

Para um político pragmático como Kennedy, interessado na melhoria imediata da imagem de seu país entre os latino-americanos, minhas divagações eram um lance errado. Ele queria respostas, e eu desovava perplexidades.

Há um outro paradoxo que Kennedy não mencionou. É que os socialistas, que tanto falam nas massas, não foram os criadores nem do consumo de massa, nem da cultura de massa. Essas massificações equalizantes foram produzidas pela cultura individualista americana. Hollywood foi uma criação de judeus provindos em grande parte dos guetos da Europa Oriental, vítimas de pobreza e discriminação e por isso obcecados com a ideia de criar fábricas de sonhos. O cinema, originado no Ocidente, talvez tenha sido a primeira “cultura de massa” do mundo, agora ampliada pela televisão e pela Internet, também em criações capitalistas.

Meditei muito ao longo de vários anos e até hoje não tenho respostas. Como explicar a mansa aceitação entre nós da cultura americana do jazz, do rock, do fast food, do cinema, acoplada a uma rejeição zangada da cultura do Capitalismo Democrático que lhes deu origem?

Como explicar que intelectuais de esquerda, que em seu país lutaram pela liberdade criadora e pela dignidade da pessoa humana, tivessem simpatizado, ao longo de vários anos de guerra fria, com um sistema que institucionalizava a delação, a censura, os expurgos e os *gulags*? Um sistema tão repressivo que levou ao suicídio grandes poetas como Maiakovski e Ossip Mandelstan; que submeteu à censura política óperas de Shostakovich e obrigou filósofos como George Lukács a humilhantes retratações?

É uma espécie de esquizofrenia ideológica, que se traduziu em mutilação de corpos e almas em nome da utopia. É por isso que não gosto das utopias. Como disse o politólogo Ralf Dahrendorf: “Nada mais antiliberal que a utopia, que não deixa lugar para o erro nem para a correção.”

A CADEIRA DA LIBERDADE

O fundador da “cadeira da liberdade” foi José do Patrocínio, jornalista, panfletário, romancista e sobretudo formidável orador. Na tribuna, chama-

vam-no de “Tigre”. O título que mais prezava era o de “Herói da Abolição”. Contribuíra tanto ou mais que Nabuco ou Rui Barbosa para a liberação de 1,6 milhão de escravos em 1888. Era capaz de incendiar multidões quando descrevia o sofrimento dos escravos, a mutilação de suas vidas e a desumanidade da opressão. Ao ouvi-lo, Euclides da Cunha o descrevia como um “tumulto feito homem”. Melhor orador e jornalista que romancista, legou-nos quatro romances, dois dos quais são uma mistura de grito de angústia e panfleto social. O primeiro, *Motta Coqueiro*, é um libelo contra a pena de morte. O segundo é um pungente relato do sofrimento imposto pela grande seca do Nordeste em 1877. Uma coisa interessante é a denúncia por Patrocínio da corrupção das “comissões de socorro”, que intermediavam as verbas entre o “Retirante” e o “Estado”. Eram um sorvedouro, fazendo com que os assistentes ficassem melhor que os assistidos. Hoje, 122 anos depois, continuamos despreparados para as secas, e ainda se fala na “indústria da seca”, pois há enorme vazamento de recursos em benefício de intermediários, burocratas e políticos. Isso testemunha que nossa capacidade de indignação é muito maior que nossa capacidade de organização.

José do Patrocínio morreu de tuberculose, cirrose e, por que não dizê-lo?, também de pobreza. Esgotara-se sua grande tarefa salvacionista, e com ela murchou seu poder de mobilização. Vivia num casebre e sobrevivia de biscates jornalísticos. Daí, como relata seu filho, uma tragédia irônica. Ao morrer, em 1905, redescobriu-se o “Grande Homem”. Providenciaram-se funerais de estado, coches de gala, crepes nos lampiões, cavalos cobertos de pluma negra e seu corpo embalsamado ficou exposto numa igreja por quinze dias. Mas no oitavo dia após a morte, sua família teve de deixar o casebre em que vivia, sob mandado de despejo.

José do Patrocínio escolheu para patrono Joaquim Serra, poeta, jornalista e dramaturgo (foi um dos fundadores do Teatro de Revista) mas sobretudo um colega de combate nas lutas em favor da Abolição. Segundo André Rebouças, foi o político que mais escreveu contra os escravocratas. Era um filósofo platônico, que se seduziu pelo positivismo de Augusto Comte. Se outros títulos lhe faltassem, bastaria lembrar que a legenda republicana “Ordem e Progresso” foi título do jornal de província que fundara em 1862.

Mário de Alencar foi o segundo ocupante da Cadeira. Tímido e recluso, ofuscado pela imagem do pai, José de Alencar. Eram dois momentos do Brasil. O pai trouxe-nos a imagística do Brasil primitivo e bravio, com caciques, lutas na selva e cachoeiras selvagens. Mário de Alencar, de outro lado, fazia do culto da beleza moral seu estilo de vida. Seu modelo era Sócrates, sábio em vida para ser corajoso na morte. Versava, com um toque de pessimismo que o aproximava de Machado de Assis, temas da vida urbana na Poesia e na Ensaística. Curiosamente, tendo publicado seus primeiros versos – “Lágrimas” – aos 15 anos, por timidez e excessiva autocrítica, publicou muito menos do que escreveu. Coube a seus filhos promover a edição do romance *Sombra*, além dos poemas “Goethe” e “Prometeu”. Como disse Álvaro de Almeida, detestava oradores e jornalistas e metia-se na solidão para ser livre.

O terceiro ocupante foi Olegário Mariano, poeta vocacional. Dizia: “Não pretendo ser mais que um poeta, bastando-me pouco para conseguir tudo.” Essa posição é corajosa, pois os poetas, como nada nesse mundo, não têm aceitação unânime. Lembra-nos Gustavo Barroso: “Platão queria banir de sua república ideal os poetas como inimigos da verdade. E Santo Agostinho propunha infamá-los – como aos comediantes.”

Olegário foi talvez o último dos parnasianos. Ainda aprisionado pelo culto das formas, sem o verso solto do Modernismo, que surgiria com Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Ao contrário de seu antecessor, que tinha uma visão pessimista da peripécia humana, Olegário era essencialmente um lírico otimista, de bem com a vida. Foi o poeta das cigarras, dos pássaros, dos cães de rua, dos nomes femininos e dos rios solenes, que moldam as cidades. Releio-o com nostalgia e um certo grau de manso desconforto, pois sempre preferi a diligência das formigas à displicência das cigarras. Alguns dos seus versos são dos mais belos que já vi, como no diálogo das duas sombras no “Água Corrente”:

Eu nasci de uma lágrima. Sou flama
Do teu incêndio que devora.
Vivo dos olhos tristes de quem ama,
Para os olhos nevoentos de quem chora.

Personalidade curiosa foi o quarto ocupante, Álvaro Moreyra, jornalista, poeta e teatrólogo que, transposta a fase boêmia da juventude, seduziu-se pela utopia social da Revolução de outubro de 1917. Declarava-se comunista, mas era mais pose que convicção, pois não tinha suficiente capacidade de odiar para se engajar na luta de classes. Pedia bênção a Deus todos os dias e tinha intimidade com os santos, particularmente São Francisco de Assis, que ele chamava de “Chiquinho”. O franciscano, amante dos pobres, dos pássaros e da “Soror Acqua”, foi uma espécie de ecologista medieval, pois assim cantou no “Cantico del sole”:

*Laudato sia il mio signore per suora acqua,
La quale é molto utile et humile et pretiosa et casta.*

Poeta e depois prosador, Álvaro fabricou alguns dos mais belos poemas que conheci, como por exemplo, no seu livro *A Lenda das Rosas*:

Pobre cega, porque choram tanto assim estes teus olhos?
Não, os meus olhos não choram
são as lágrimas que choram
Com saudade dos meus olhos.”

Álvaro era um poderoso fazedor de aforismos, como este: “O meu maior prazer é mudar de opinião. Com esse prazer vou evitando a velhice.”

E confirmou isso. Depois da Poesia e do Jornalismo, dedicou-se, a partir de 1927, à criação teatral, com seu “Teatro de Brinquedo”, que tinha uma legenda de Goethe: “A humanidade divide-se em duas espécies: a dos bonecos, que representa um papel aprendido, e a dos naturais, espécie mais numerosa, de entes que vivem e morrem como Deus os fez.”

Dias Gomes considera que com o “Teatro de Brinquedo” Álvaro contribuiu para que o Teatro, a única arte que não participara da Semana de Arte Moderna, começasse uma tarefa de renovação que possibilitaria depois a revolução cênica e dramática dos anos 50 e 60.

O quarto ocupante da Cadeira foi Adonias Filho. Pertencia, em Salvador, à “Ação Integralista”, sem que isso embaraçasse sua amizade com Jorge Amado, que labutava na “Juventude Comunista”. Quando ingressou nesta Academia, já um dos próceres importantes da Revolução de 1964, insis-

tiu em ser recepcionado por Jorge Amado, que então era considerado, em alguns círculos militares, como “subversivo pornógrafo”.

Adonias pertencia à geração literariamente fecunda da região dos cacaueiros. Foi um romancista antirromântico, como dizia Jorge Amado, num mundo de espanto e de terror, onde “os seres não são de bondade e ternura, mas sobreviventes que podem virar algozes”. Sua significação especial é que marcou uma espécie de “divisor de águas”. Ao contrário da literatura dos anos 30, em que a natureza bela e seivosa parecia mais importante que o homem, na literatura de Adonias prevalece o bicho homem, sem doçura e esperança, face a tabuleiros árduos e vazios, onde a enxada tinha sempre como alternativa o punhal.

Adonias procurou dar dimensão universal ao regionalismo. Rachel de Queiroz nele descobre traços dostoiévskianos diferentemente infletidos. No mestre russo, os elementos dramáticos são impregnados de conflitos religiosos e morais – pecados que levam à danação –, enquanto que as personagens de Adonias são ligadas a códigos de instinto, na disputa pela terra, sob as agressões do desemprego, desesperança e vingança. Alguns, como nota Dias Gomes, consideram sua prosa enxuta e sincopada, comparável à de Machado de Assis, Graciliano e Guimarães Rosa, sem ter jamais alcançado prestígio remotamente parecido. Talvez tenha havido uma censura recôndita por causa do seu passado integralista, absurdamente considerado como um desencajamento das questões sociais.

Seus primeiros romances, os da zona cacaueira, como *Corpo Vivo* e *Memórias de Lázaro*, são romances de vingança e desesperança. Há depois romances da raça negra, da saga de liberação frustrada e finalmente uma terceira fase, a do romance *O Forte*, passado em Salvador, e já impregnado de paixão, misticismo e rendição à esperança.

À parte o mérito literário de seu estilo de tragédia grega, Adonias sempre conseguiu superar disputas ideológicas de personalismo injurioso ou censura à criação cultural. Como disse Dias Gomes: “Saltando o largo fosso das ideologias, mas distinguindo amigos e inimigos, usou seu prestígio para reparar injustiças, defender perseguidos, evitar crueldades.”

Inclusive, conta-nos Jorge Amado, “sustando processos de alguns intelectuais de esquerda que o haviam maltratado e deles se vingariam se chegasse ao poder...”

O CASAL DE DRAMATURGOS

Dizia Langston Hughes, grande poeta negro americano, que “a boa canção é aquela que fica zumbindo teimosamente nos nossos ouvidos”. Grande peça teatral é aquela que consegue transformar figuras do palco em presenças do nosso cotidiano e peças do nosso folclore. Sob esse aspecto, Dias Gomes é um grande dramaturgo. Suas criaturas no teatro, e depois no cinema e televisão, “Zé do Burro”, “Branca Dias”, “Odorico, o Bem-Amado”, “Roque Santeiro” e a “Viúva Porcina”, são hoje inquilinos de nossa paisagem.

É impossível analisar a vida e a obra de Dias Gomes sem mencionar Janete Emmer, sua esposa por trinta e três anos, que adotou o sobrenome artístico de Clair, apaixonada que era pelo “Clair de Lune”, de Debussy.

Se Dias Gomes foi um inovador como dramaturgo, Janete foi pioneira nas telenovelas, com sucessos inesquecíveis tais como “Irmãos Coragem”, “Selva de Pedra”, “O Astro” e “Pecado Capital”. Esta foi escrita apressadamente para a TV Globo, a fim de substituir a peça “Roque Santeiro”, de seu marido, que ficou suspensa por dez anos, no período mais obscurantista da censura militar. Depois de 1985, Roque Santeiro tornou-se um grande sucesso televisivo.

Dias Gomes se descreve, em sua interessante e provocante autobiografia, como “um perseguido precoce”. Escreveu sua primeira peça, a “Comédia dos Moralistas”, aos quinze anos, e a peça “Pé de Cabra”, aos dezoito. Esta fora encomendada por Jaime Costa por antagonismo a Procópio Ferreira e ironicamente acabou por este próprio encenada, quando Dias Gomes não passava dos vinte anos. Não sem castração pela censura, de dez páginas, incidente que ensinou Dias Gomes a driblar os censores de vários governos, todos de saudável burrice na prática do *métier*. A peça foi considerada “marxista” numa época em que Dias Gomes nem sequer lera Marx.

É difícil escolher, na vasta produção do dramaturgo, as melhores obras. Diga-se de início que, apesar de sua versatilidade, escrevendo tanto para o teatro como para o rádio e a televisão, Dias sempre considerou o Teatro sua principal vocação. Dizia que o Teatro é a única arte que usa como expressão “a criatura viva, sensível e mortal”. Outras artes como o Cinema, a Pintura, a Escultura, refletem a criatura humana através de imagens captadas, mas não a

apresentam viva. Acrescentava que à televisão faltava “poder de conscientização” e “perenidade”, enquanto “o teatro respira eternidade”. Inconscientemente, Dias Gomes incide num elitismo subliminar. É verdade que o Teatro foi originalmente uma arte comunal e, portanto, “popular”, como nos anfiteatros gregos. Mas gradualmente se tornou uma arte intimista, frequentada pela elite burguesa. A democratização da mensagem viria com a televisão e hoje a Internet, ambas invenções capitalistas.

Jorge Amado escolheu dez peças como sendo o núcleo central da obra de Dias: “O Pagador de Promessas”, “A Revolução dos Beatos”, “O Bem-Amado”, “O Berço do Herói”, “A Invasão”, “O Túnel”, “Os Campeões do Mundo”, “Amor em Campo Minado” e “Meu Reino por um Cavalo”. Leon Liday, o teatrólogo que mais conhece e admira a obra de Dias Gomes, elege como suas preferidas “O Pagador de Promessas”, “O Berço do Herói” e “Vargas”.

“O Pagador” seria nitidamente realista, “O Berço do Herói” e “O Santo Inquérito” nitidamente expressionistas. Aquela, uma sátira mordaz, e a segunda, um drama histórico-lendário altamente surrealista. Vargas é também um drama histórico-lendário, porém musicalizado sob a forma de um samba-enredo.

Minhas preferências são pelo tríptico “O Pagador de Promessas”, “O Santo Inquérito” e “A Revolução dos Beatos”. As duas primeiras são chamadas por Anatol Rosenfeld, o grande crítico teatral, de “misticismo popular”.

“O Pagador”, esclarece Dias Gomes, em resposta a alguns críticos, “não é uma peça anticlerical. É uma peça contra a ignorância e o fanatismo, uma fábula sobre a liberdade de escolha.” Versa três conflitos. O primeiro é o do Catolicismo com o Sincretismo, advindo da mistura dos símbolos cristãos (Santa Bárbara) com o Candomblé (Iansã); o segundo é o do conflito entre o simplismo sincero do sertanejo e o formalismo inflexível do clérigo; o terceiro é o choque psicológico e moral resultante da incapacidade de comunicação entre a ingenuidade cabocla e a malta de jornalistas, rufiões e prostitutas da cidade. Esses exploram o exoticismo arcaico da pobreza do Zé do Burro de caminhar 43 quilômetros, dilacerando seus ombros sob cruz pesada, para cumprir promessa feita a Santa Bárbara (ou Iansã) por ter salvo o burro Nicolau. Há um toque rousseunista no contraste entre o camponês puro e a cidade perversa. O burro humaniza o homem, e os homens emburrecidos sacrificam “Zé”, o pagador de promessa.

A cena do Zé do Burro, que só cumpriu seu rígido voto depois de morto, quando a multidão arromba as portas da igreja, é de grande pungência.

Isso explica o enorme sucesso da peça aqui e no exterior. Desde sua estreia em 1960, foi traduzida para mais de dez línguas e exibida pelo menos seis vezes nos Estados Unidos e em numerosos outros países dos dois lados da guerra fria. Ganhou em 1962 o prêmio Palma de Ouro do Festival de Cannes, numa versão cinematográfica dirigida por Anselmo Duarte. Isso atesta que Dias Gomes conseguiu transformar um drama regional num apelo universal contra a intolerância.

A segunda peça de minha preferência é “O Santo Inquérito”. A Inquisição não é peculiaridade católica, pois os puritanos de Massachusetts queimaram as bruxas de Salém, em 1692, evento recordado pelo grande dramaturgo americano, Arthur Miller, em sua peça “Crucible”.

O “Santo Inquérito” versa um tema diferente: a colisão entre o sexo e a religião. A bela Branca Dias, que foi vista banhando-se nua à luz do luar, cometeu dois erros: aprendeu a ler, o que lhe facultava leituras proibidas, e beijou na boca o padre Bernardo para livrá-lo do afogamento. Esse piedoso ato de salvação é visto como concupiscência. Branca acaba perdendo as pessoas que mais amava por causa da obsessão de padre Bernardo, que por ela desenvolveu desejos pecaminosos. Oficial do Santo Ofício, procurou induzi-la no processo a retratar-se de faltas que não praticara, como se a confissão do próximo fosse uma autopurificação do pecador.

A terceira peça de minha trilogia é “A Revolução dos Beatos”. Se “O Pagador” é um libelo trágico contra o misticismo fanático, “A Revolução dos Beatos” é um libelo satírico contra a manipulação política do fanatismo religioso. Dessa arma satírica Dias Gomes depois se utilizaria habilmente em peças como “Odorico, o Bem-Amado” e “Roque Santeiro”.

Curioso truque de Dias Gomes é a “animalização da bondade”. Em “O Pagador”, é o burro Nicolau que tem “alma de gente”, e na “Revolução dos Beatos” é o Boi Santo, presenteado pelo político Flório ao Padre Cícero, que fazia milagres. Atendendo, inclusive, à safada súplica de Bastião para induzir Zabelinha a se enrabichar por ele.

O último texto que eu gostaria de comentar é a autobiografia de Dias Gomes, uma mistura deliciosa de humor, história familiar e engajamento político-literário.

O TEXTO SEM CONTEXTO

Comentei com maravilhamento alguns textos de Dias Gomes. Falta falar sobre o contexto histórico dos anos da guerra fria, que ele e eu vivenciamos, fazendo ambos apostas divergentes sobre o curso da História.

Tanto em seu discurso de posse nesta Academia como em sua autobiografia, Dias Gomes desfolha um libelo contra os chamados “anos de chumbo” do período militar, com seus excessos repressivos e mutilação das liberdades, esquecendo-se de interpretar a peripécia brasileira no contexto da guerra fria. Não se mencionam sequer minimamente alguns aspectos construtivos, como o fato de o Brasil nesses anos ter passado da retaguarda incaracterística dos emergentes para a posição de oitava potência industrial do mundo. E tudo se passa como se o autoritarismo no Brasil fosse uma exótica perversão somente acontecida no Trópico do Capricórnio.

Um mínimo de análise histórica comparativa teria levado Dias Gomes a fazer um balanço mais benigno. Samuel Huntington, o famoso politólogo de Harvard, defendeu a tese das ondas e refluxos periódicos da democratização no mundo. Na década dos 1960 e começo dos 1970, teria havido uma guinada autoritária mundial, de tal forma que um terço das socialdemocracias que funcionavam no pós-guerra acabasse interrompendo seus processos democráticos.

Na América Latina, surgiram vários regimes, que O'Donnell e Huntington chamam de “autoritarismos burocráticos”. No Brasil e Bolívia, em 1964; na Argentina, em 1966; no Peru, em 1968; no Equador, em 1972; no Uruguai, em 1973. Houve golpes militares na Coreia do Sul em 1961; na Indonésia em 1965; na Grécia em 1966. Em 1975, foi imposta a lei marcial nas Filipinas, e Indira Gandhi declarava um regime de emergência na Índia. A rigor, o pioneirismo da guinada autoritária, desta vez em favor da esquerda, foi o de Fidel Castro em Cuba, o qual ascendeu ao poder em 1959, aderiu ao comunismo pouco depois e aparentemente não tem planos para deixar o poder.

É paradisíaca a visão até hoje mantida por vários intelectuais de esquerda que o Brasil em 1964 tinha uma opção tranquila entre a liberal-democracia e a social-democracia. A real opção era entre um autoritarismo de esquerda e um autoritarismo de centro-direita, que se dizia transicional. No Brasil, tivemos um autoritarismo encabulado, que se sabia biodegradável, que admitia o pluripartidarismo, que mantinha, ainda que manipuladas, instituições demo-

cráticas, que postulava a restauração democrática como objetivo último da evolução social. Isso é diferente dos autoritarismos totalitários, ideologicamente rígidos, sanguinários quanto a dissidentes e convictos de que o determinismo histórico asseguraria a ditadura da classe eleita – o proletariado.

Melancólicas veramente eram nossas alternativas nos primeiros anos da década dos 1960, quando a guerra fria atingia seu apogeu: ou anos de chumbo ou anos de aço. Alhures, os anos de aço duraram 72 anos na União Soviética, quase meio século na Cortina de Ferro, e ainda há espécimes ditatoriais sobreviventes.

Dias Gomes tem razão em verberar, a *posteriori*, a idiotice da censura, o sofrimento de idealistas torturados, o amargor dos exilados. Que esses dilaceramentos do tecido social não se repitam mais.

Mas os anos de chumbo tiveram derretimentos que jamais ocorreriam se tivéssemos “anos de aço”. Um “derretedor de chumbo” já citado foi Adonias Filho, que combatia as ideologias, mas respeitava os ideólogos.

Outro foi nosso ilustre Confrade Roberto Marinho. As “Organizações Globo”, tidas como bastião do capitalismo reacionário, deram, no interregno autoritário, guarida a vários intelectuais e artistas de esquerda, que receberam sustento sem exigência de conformismo esterilizante.

Desde 1969, foi lá que se abrigaram Dias Gomes e Janete, por quase três décadas, para produzir obras que serão o encanto de várias gerações. Não sofreram constrangimentos ideológicos, como reconhece o próprio Dias. E os profissionais da organização ajudaram-no muitas vezes a driblar a censura e a preservar, sob pseudônimos, a mensagem fundamental do dramaturgo.

Uma vez, conversando com o nosso ilustre confrade Roberto Marinho, apontei-lhe contradições entre o tom conservador dos editoriais, de um lado, e os cabeçalhos e noticiários enviezados, de outro, que desmereciam a classe empresarial e as ideias liberais.

Definitivamente, nosso confiável confrade nem sempre dá conselhos confiáveis. Quando lhe pedi que partilhasse comigo o segredo de sua fecunda longevidade, respondeu-me: saltar a cavalo e fazer pesca submarina.

– Logo eu... que não gosto de cavalos e detesto o cheiro de peixe.

Digo estas coisas para acentuar o contraste entre a repressão dos “anos de chumbo” e o que seria a repressão dos “anos de aço”, que teríamos de atravessar se vitoriosa a aposta de muitos de nossos intelectuais na opção comunista. Consideremos o diferencial de sofrimento.

Dois dos maiores nomes da Literatura mundial – Boris Pasternak e Soljenitsin – ganharam o Prêmio Nobel em 1958 e 1975, respectivamente, durante os anos de aço. E experimentaram incríveis perseguições. Foram ambos expulsos da União dos Escritores Soviéticos, o que naquele regime fechado significa desemprego e morte civil. Soljenitsin foi preso em 1974, acusado de traição pela publicação, no exterior, de sua grande obra *O Arquipélago Gulag*. Na Rússia somente 25 anos depois foi autorizada sua publicação na revista literária *Novy Mir*. Foi exilado da União Soviética, passando a viver nos Estados Unidos e só então pôde ter acesso ao seu Prêmio Nobel.

Pasternak teve de renunciar ao Prêmio Nobel. Sua obra-prima *Dr. Jivago*, que chegara ao exterior em 1957, através de manuscritos contrabandeados, só foi autorizada na Rússia em 1985, 28 anos depois! Consta que só escapou dos expurgos de Stalin, nos anos 30, porque havia traduzido para o russo poemas de poetas georgianos, compatriotas de Stalin.

Dolorosa foi a carreira de Ana Akhmatova, talvez a maior poetisa russa desde Puskhin. Seu marido foi executado em 1921; e seu filho, preso e exilado para a Sibéria em 1949, ambos por “não conformistas”. O Comitê Central do Partido Comunista condenou sua obra poética em 1946 por seu “eroticismo, misticismo e indiferença política”. Foi também expulsa da União dos Escritores Soviéticos e por três anos proibida de escrever qualquer coisa. Sua mais longa obra, *Poema sem Herói*, escrita entre 1940 e 1962, só teve sua publicação autorizada 14 anos depois.

Outra grande figura da física nuclear, Sakharov, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1975, foi em 1980 despojado de todos os seus títulos e vantagens como grande cientista e exilado para a cidade fechada de Gorki. Só em 1986, após a glasnost de Gorbachev, foi autorizado a retornar a Moscou.

Definitivamente os “anos de aço” foram mais brutais que os “anos de chumbo”. Nem adianta dizer que a utopia socialista não se realizou na Rússia, mas realizar-se-ia alhures. Há uma brutalidade ínsita no marxismo-leninismo, que se manifestou tanto no socialismo louro da Europa Oriental, como no socialismo moreno do Caribe, no socialismo negro dos africanos e no socialismo amarelo da China e do Vietnã. A violência é da natureza da besta...

CONVITE TRISTE

Agora que conheço bem a obra de Dias Gomes, lamento não tê-lo conhecido em pessoa. Minha paisagem humana e cultural ficou com isto muito mais pobre. Se o encontrasse, seduzi-lo-ia para um encontro de fim de tarde, recitando-lhe o “Convite triste”, de Carlos Drummond de Andrade:

Meu amigo, vamos sofrer,
vamos beber, vamos ler jornal,
vamos dizer que a vida é ruim,
meu amigo, vamos sofrer.

Vamos fazer um poema
ou qualquer outra besteira...
Vamos, beber uísque, vamos...

Eu lhe prometeria que não seria uísque nacional e que falaríamos mal do governo, qualquer governo. Pois, como dizia Milton Campos, “falar mal do governo é uma coisa tão gostosa que não pode ser privilégio da oposição”.

Certo estou que ao fim de algumas rodadas, talvez na curva do conhaque, estaríamos do mesmo lado da cerca, concordando com as seguintes premissas:

– Todas as revoluções passam, e, como nos alertou Franz Kafka, “só fica o lodo de uma nova burocracia”;

– Só há uma coisa errada com a palavra revolução. É a letra R;

– Há gente demais levantando muros e gente de menos construindo pontes.

Que pena, não ter tido um “papo-cabeça” com Dias Gomes. Que pena, meu Deus...

NA VIRADA DO MILÊNIO

Espera-se de um economista que diga algo sobre perspectivas econômicas. Hesito em fazê-lo, não só porque é perigoso profetizar (especialmente sobre o futuro), como porque minha profissão não está em odor de santidade. Diz o populacho que nossos prognósticos são ainda menos confiáveis que as previsões meteorológicas do INPE e que quem acredita nos planejadores eco-

nômicos deveria olhar para o camelo: “é um cavalo desenhado por um comitê de economistas”.

Chego a esta Academia em fim de século e começo de milênio.

Este século foi o pior dos séculos. Este século foi o melhor dos séculos... Foi o pior dos séculos, porque, em duas guerras mundiais e em conflitos ideológicos, religiosos, raciais e tribais, estima-se que pereceram cerca de 170 milhões de pessoas. Mais que o total de mortos em guerras, desastres e pestes desde o começo da História humana. E foi também o melhor dos séculos, porque nele houve coisas milagrosas:

- A descoberta do segredo do átomo (para o bem ou para o mal);
- A descoberta do segredo da vida (a dupla hélice);
- A morte da distância e o encurtamento do tempo;
- A escapulida de nossa prisão orbital, para bolinarmos outros planetas e, quiçá, estrelas;
- O rompimento, por centenas de milhões de pessoas, dos grilhões da pobreza ancestral.

A pobreza deixou de ser uma fatalidade, para se tornar o subproduto de opções erradas e os desvios de comportamento. Conhece-se, hoje, a grande síntese do crescimento: estabilidade de preços na macroeconomia; competição na microeconomia; abertura internacional; e investimentos maciços no capital humano. “De nada valem a torre nem a nave”, dizia Sófocles, “sem o homem.”

A sociedade do próximo milênio será uma sociedade globalizada e digitalizada. Ignorar essas coisas seria automutilação. Nossa linguagem girará em termos de bits, muito mais que de “átomos”. Na era digital, até os “literatos” terão de virar “digeratos”.

A primeira coisa a fazer-se no Brasil é abandonarmos a chupeta das utopias em favor da bigorna do realismo.

É tempo de balanço e autocrítica. E, sobretudo, de ginástica institucional, a fim de nos prepararmos para a quarta onda de crescimento do pós-guerra, que provavelmente advirá na primeira década do milênio, apoiada em três revoluções tecnológicas:

- A revolução da Internet, que eliminará vários constrangimentos de tempo e espaço;

– A revolução da Engenharia Genética, que, depois do fracasso da engenharia social em reformar o homem moral, pode ter sucesso na reformatação do homem físico; e

– A revolução da Nanotecnologia que, pela miniaturização, substituirá nos produtos cada vez mais o insumo físico pelo insumo cognitivo.

Para a minha geração, confiante em que o Brasil chegaria ao ano 2000 não como país emergente, e sim como grande potência, forte e justa, este fim de século é melancólico. Estamos ainda longe demais da riqueza atingível e perto demais da pobreza corrigível. Minha geração falhou. *Confiteor*.

Agradeço aos benévols confrades terem aceito em sua grei uma personalidade controvertida. Prometo-vos, em verdade vos prometo, agir como os muçulmanos que descalçam suas sandálias na porta da mesquita, para não contaminá-la com a poeira, o barro e o estrume das ruas. Descalçarei minhas botas ideológicas nos umbrais desta Casa. E aqui obedecerei fielmente à regra de Joaquim Nabuco, em seu discurso inaugural de secretário-geral, na sessão de 20 de julho de 1897:

Eu confio que sentiremos todos o prazer de concordar em discordar; essa desinteligência essencial é a condição da nossa utilidade, o que nos preservará da “uniformidade acadêmica”. Mas o desacordo tem também o seu limite, sem o que começaríamos logo por uma dissidência.

Interpreto meu ingresso nesta Academia menos como uma sóbria avaliação de meus méritos pessoais do que como uma homenagem ao meu Estado natal – Mato Grosso – que nos 102 anos de vida deste sodalício só teve um representante, D. Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, falecido em 1956. Era filósofo, escritor e poeta, capaz de versejar com igual *aisance* em Latim e em Português. Personalidade eminente e pacificadora, foi também presidente do Estado, em situação emergencial, unindo assim o poder espiritual do arcebispado com o poder temporal da governança. Essa fusão dos dois poderes era privilégio dos papas antigos.

Certamente não espero repetir tal façanha, mas espero não desmerecer da presença culta de D. Aquino neste sodalício, nem apequenar a representação de meu Estado.

Agradeço a presença do governador em exercício de Mato Grosso, José Rogério Salles, e do eminente presidente da Academia Matogrossense de Letras, João Alberto Gomes Novis Monteiro, da qual me honro de ser membro.

Tenho também uma cidade-pátria adotiva, o Rio de Janeiro. Seu ilustre prefeito aqui presente, Luiz Paulo Conde, urbanista de reputação que já transpôs nossas fronteiras, costuma honrar-me dizendo que sou senador pelo Rio de Janeiro, pois ganhei eleições aqui na metrópole, perdendo no resto do Estado, porque nem todo o mundo tem o bom gosto dos cariocas...

Agradeço ao excelentíssimo senhor Presidente da República ter enviado como seu representante o ilustre Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, meu dileto amigo, com quem fiz várias campanhas políticas, de resultados curiosos: eu pedia votos para mim, e os votos iam para ele...

Com Fernando Henrique, convivi oito anos no Senado Federal, e tínhamos férvidos debates sobre capitalismo e liberalismo. Referindo-se ele a um artigo que escrevi sobre liberalismo, disse que, apesar de algumas discordâncias, considerava-o de alto nível. Ao que lhe respondi: – Pudera... escrito no avião, entre Brasília e Rio, a 10 mil metros de altitude, só poderia ser de alto nível...

Agradeço ainda a presença do ilustre Senador Antônio Carlos Magalhães, presidente do Congresso, meu velho amigo de andanças e paranças, cujo filho Luiz Eduardo até hoje relembro com dolorida saudade. Agradeço também a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Michel Temer, sob cujas ordens trabalhei. Poderá ele atestar que fui um deputado presente e diligente e diria até agradável, pois não aborrecia o Plenário com grandes falações.

Agradeço, finalmente, à minha família, Stella, Roberto, Sandra e Luiz Fernando, por tolerarem minhas ausências e impaciências ao longo de campanhas políticas e acadêmicas.

Para os que me consideram proprietário de uma visão pessimista da História, não gostaria de terminar o milênio com uma nota melancólica. E usarei uma expressão do grande filósofo liberal Raymond Aron, menos popular que Sartre em seus dias, mas muito mais correto em suas previsões de futuro: “Nós perdemos o gosto das profecias, mas não esqueçamos o dever da esperança.”

II

RESPOSTA DO SR. ANTONIO OLINTO

A afluência dos que hoje acudiram ao chamado feito pela Casa de Machado de Assis para vossa posse, Sr. Roberto Campos, atesta o plano de influência que vossa lucidez suscitou nos brasileiros deste século. No momento em que entraís para a Academia Brasileira de Letras, faltam poucos meses para o término dos Novecentos. Fim-começo, começo-fim, é hora de um exame de consciência. É também hora de mudança. Para as transformações por que passou o pensamento brasileiro nas últimas décadas, muito contribuístes, e é delas que me parece mister fale o que vos saúda nesta recepção, Sr. Acadêmico Roberto Campos. Chamo-vos agora assim para, como romancista e narrador, contar a vossa história.

Corria a segunda década do século quando nascestes, em pleno centro geográfico da América do Sul, na cidade de Cuiabá, de família que residira perto dali, no distrito de Livramento, terra dos índios Terena. Da região terena foi também Rondon, brasileiro por excelência. Aos cinco anos de vossa idade, perdestes o pai, o Prof. Waldomiro Campos. Vossa mãe, Honorina de Campos, alojou-se na fazenda de parentes em Mato Grosso, perto de Corumbá, onde fizestes o curso primário, mas, não desejando viver como a parte pobre da família, D. Honorina pegou os dois filhos, vós e vossa irmã Catarina – que até hoje chamais de Catitinha – e fez uma longa viagem que durava mais de quinze dias, da fazenda no interior matogrossense até São Paulo. Eram três dias de carro de boi, cinco de vapor, uma semana de trenzinho Maria Fumaça, até Bauru, e, num trem melhor, daí até a cidade de São Paulo,

onde D. Honorina estudou numa academia de corte e costura e, com essa profissão, emigrou para Guaxupé, no sul de Minas. Veja-se a época. Era 1927, Guaxupé estava no auge da cultura do café. No mesmo ano, saí eu de Ubá para Juiz de Fora, onde meu pai, que trabalhava na distribuição de filmes para cinemas do interior, procurava uma nova atividade em sua profissão de contador.

Veio a crise de 1929, que abalou a vida de todo o mundo, principalmente a da classe intermediária. Com a crise, o problema era: como estudar? Estudo tinha preço alto. D. Honorina fez o mesmo que minha mãe Áurea: colocou-vos no seminário. Seguindo uma tradição que vinha do Império, jovens brasileiros da classe média-média costumavam ser encaminhados pelos pais a seminários católicos, nem sempre em busca do sacerdócio, mais por causa da gratuidade dos estudos. Assim foi que vós, no sul de Minas Gerais, e este que vos recebe, em Campos, norte do Estado do Rio, nos vimos fazendo o Seminário Menor e tendo aulas diárias de Latim, ouvindo missas todas as manhãs e fazendo sermões para os fiéis da redondeza, o que pode ter-nos ajudado a criar um espírito de disciplina, difícil de se adquirir em colégios comuns. No seminário da Gameleira, em Belo Horizonte, estudamos juntos, vós, Teologia, e este que vos fala, Filosofia, num período em que parecíamos prestes a reconquistar tempos democráticos, mas, reclusos e com os minutos inteiramente tomados por estudos e orações, nem sempre atentávamos para o que ocorria no corpo do Brasil. De lá fostes, sem batina, para Batatais, onde conhecestes e namorastes Stella Ferrari Tambellini. Pouco depois, chegáveis ao Rio de Janeiro e aqui nos encontramos, como professores, no Colégio Santa Cecília e no curso Mattos. Fizestes então o concurso direto para o Itamaraty, e lá estive, para assistir a vossa posse, num grupo que Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, chamou de “os 18 do Forte”.

Já com um *status* diplomático resolvido, viajastes para Batatais, de onde voltastes casado com Stella, que vos acompanha desde então. Era em 1939.

Estávamos sob o domínio do Estado Novo, a guerra viria ampliar o tempo de Getúlio Vargas no poder, já que os Aliados precisavam de apoio fora dos campos do conflito, na Europa e na Ásia, mas isso não evitou que o fim da guerra derrubasse a ditadura Vargas. Foi o tempo de uma nova poesia no Brasil quando João Cabral de Melo Neto compôs seus primeiros poemas, e a “Geração de 45” aguçava seus instrumentos. Guimarães Rosa escreveria os contos de *Sagarana* em 1940, só vindo a publicá-los em 1946. Enquanto isso,

estáveis em Washington, como Terceiro Secretário, e ali vos formastes em Economia para fazer, em seguida, cursos de pós-graduação na Universidade de Columbia. Com os estudos humanísticos de colégios católicos, especializações em Filosofia e Teologia, acrescentastes a esses conhecimentos um novo patamar cultural, erguendo assim um edifício que vos preparava para um trabalho que o Brasil exigiria de vós já no começo do segundo pós-guerra do século. Foi então a época das grandes reuniões que mudariam o mundo. Estivestes em Bretton Woods. Ali conhecestes Eugênio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões, cujas ideias combinavam, nos pontos principais, com as vossas, na luta para encontrar os caminhos que levassem o Brasil a uma posição de prover o essencial para a grande maioria de seu povo. Pois então vossa filosofia de vida já se havia desenvolvido, na base de uma lucidez de pensamento rara no Brasil. Como definir vossa filosofia? Vejo-a como adepta do pensamento crítico.

Aponta-nos Karl Popper a necessidade – básica para quem pensa – de termos consciência das diferenças entre o pensamento crítico e o pensamento dogmático. O pensamento dogmático – dono da verdade e do futuro – já causou perseguições, torturas, assassinios. Ao contrário do estímulo à violência, o pensamento crítico está mais afeito às duras tarefas de esclarecer, mostrar defeitos, melhorar, enfim mudar sem matar. Em casos concretos, mostra Popper “a atitude dogmática” de pensadores e líderes de nosso tempo, inclusive as de Marx, Freud e Adler, diversas da posição aberta de “experimentos cruciais” de Einstein, de quem cita a frase: “Não pode haver melhor destino para uma teoria física do que abrir caminho para uma teoria mais simples, na qual sobreviva, como caso-limite.”

Daí o descobrirmos que só o pensamento crítico aprende. O dogmático recusa-se a aprender e repele o novo, principalmente se nele vê perigo para sua inamovível postura. Essa recusa vai até o momento em que a realidade derruba o dogma, tal como às vezes derruba muros. Ao invés de implantar *slogans* no pensamento das pessoas, o pensamento crítico, porque aprende, também ensina, e o ensino *propõe*, não *impõe*, mudanças de rumos, ideias e ações.

Estará o Brasil, no limiar do ano 2000, suficientemente provido desse necessário ingrediente social e pessoal que é o pensamento livre? Se eu tivesse de escolher alguém que haja trabalhado, incessantemente, com lucidez e alegria, inteligência e imaginação, para convencer e propor a seus patrícios – isto é, os que têm a mesma pátria – de que fora da liberdade não há saída – e de

que o pensamento livre é a base da liberdade –, eu optaria pelo vosso nome, Acadêmico Roberto Campos. Em artigos e discursos, aulas e conferências, livros e declarações muitas, em conversas tanto como em ações, tende-vos empenhado em exorcizar os preconceitos de uma cultura que tem o hábito de se entusiasmar pelo discurso vazio.

Ninguém tentou mudar o discurso vazio do país, mais do que vós, numa atividade constante, empreendida sob a égide da mudança.

Voltando à minha narração, acabada a guerra e terminados os planos destinados a pôr de novo o mundo em bases seguras, inclusive o Plano Marshall, que salvou a Europa, passastes a integrar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que viria a publicar dezessete preciosos volumes de análise, avaliação e planejamento da economia brasileira. Esse trabalho levou-nos à criação do BNDE, de que fostes sucessivamente superintendente e presidente. O relatório da Comissão Mista serviria também de base ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que elaborastes juntamente com Lucas Lopes. Não havíeis chegado ainda então aos quarenta anos, e vosso nome já se tornara o símbolo de uma linha de ação. Tornara-se também um símbolo de inteligência autodepreciativa, com uma boa dose de humildade, virtude que deve ter-vos sido inculcada nos tempos de seminário e que nenhum mal faz aos que a mantêm e cultivam. Vossos artigos e livros, tanto quanto vossa atuação em postos de direção, revelam que a inteligência é, em vós, aguçada por uma dose justa de imaginação, misturada a uma visão concentrada de problemas objetivos, e sabemos que sem imaginação muitas qualidades de análise e previsão deixam de funcionar.

Finda a era Juscelino Kubitschek, fostes enviado por Jânio Quadros para negociar a dívida externa brasileira na Europa e, logo em seguida, assumistes o posto de Embaixador do Brasil em Washington, onde havíeis, no começo dos anos 1940, iniciado vossa vida diplomática no exterior. Com as mudanças de 1964, Castelo Branco assumiu a Presidência da República e vos convocou para organizar um ministério novo na administração brasileira, o do Planejamento. Nele criastes o Banco Central, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o Banco da Habitação, a Caderneta de Poupança, elaborastes o Estatuto da Terra e reduzistes, em menos de três anos, a inflação brasileira de 100% a 25% ao ano. Governo provocado por um movimento de revolta, e não por eleição popular, como haviam sido os cinco anteriores, de Gaspar Dutra a João Goulart, teve dificuldades de relacionamento com políti-

cos ligados ao espírito democrático anterior e optou pelo sistema de cassações dos direitos políticos de muitos deles. Foi então que vos recusastes a assinar o documento de cassação de Juscelino Kubitschek, com quem havíeis trabalhado na elaboração e redação do Plano de Metas e na condução do BNDE. Dissestes então a Castelo Branco: “Não posso assinar. Se o Presidente faz questão de unanimidade, entrego em suas mãos o meu cargo de Ministro do Planejamento.” Ao que o Presidente Castelo Branco retrucou: “Vote com a sua consciência, Roberto. E, por favor, continue ministro.” Entendo ter sido, aquele, um momento de grandeza nos difíceis dias que todos enfrentávamos.

Foi então que também colaborastes, com vossa autoridade e assinatura, para a concessão, pelo Presidente Castelo Branco, do terreno adjunto ao Petit Trianon, ato que permitiu a expansão das atividades da Academia Brasileira de Letras.

O perigo de sociedade fechada nos cercava por todos os lados, fosse o da situação, fosse o da oposição, violenta ou moderada, ao governo forte da época. O livro de Karl R. Popper, *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, teria servido de alerta, já que, tendo escrito uma história do historicismo, de Platão a Hegel e Marx, Popper se colocava na posição de que a sociedade fechada era essencialmente inimiga da liberdade e partidária de um controle, quase sempre absoluto, do governo sobre a sociedade inteira.

Quase sozinho, lutastes pela sociedade aberta e ficastes por isso marcado, como se crime fosse desejar a liberdade, primeiro item do tríptico da Revolução Francesa, básico para que se chegue ao segundo, igualdade, e ao terceiro, fraternidade. Depois de sete anos, sete meses e sete dias como embaixador do Brasil em Londres (não creio haja a menor explicação racional para esse número), ingressastes em nova fase de vossa vida: a de congressista. Passastes dezesseis anos no Parlamento, os primeiros oito como senador por Mato Grosso e as duas legislaturas seguintes como deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em vosso discurso de estreia no Senado Federal, fizestes uma análise precisa da situação brasileira, com toques de humor e de ironia. Era o ano de 1983, no último período do regime iniciado em 1964, e vossas palavras começaram com a citação de excertos de antigos discursos, os de Cunha Matos e Evaristo da Veiga, em acalorado debate sobre a “Moratória”, na Câmara dos Deputados da Regência Trina Permanente, no Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1831, precisamente 152 anos antes do discurso que pronunciáveis naquele instante. A frase antiga dizia: “A nossa situação atual é crítica.

Não digo que não possamos sair da má posição em que estamos; podemos, tendo economia e juízo; mas é um fato que isto não pode acontecer senão com o tempo.” As mesmas palavras podiam ser repetidas em 1983, ou agora. Usastes também as palavras do filósofo francês: “Nada suponho; nada proponho; exponho.” Expusestes as vossas ideias sobre a situação brasileira e, relembrando-as agora, reconheço que são ainda atuais neste fim de milênio.

Esse vasto panorama de vossa vida se completaria com a mais inesperada tarefa em que vos empenhastes. Trata-se de uma parte de vossa atividade que foi tranquilamente patrulhada, não se devia falar muito no assunto, como se não tivesse acontecido. Saíram, é verdade, algumas notícias na mídia, mas poucas e incompletas. Na luta contra o jugo do dogmatismo, Deng se utilizou de chineses ligados ao mundo ocidental a fim de com eles construir uma ponte que ajudasse o país a vencer as crises dos anos 1960 e parte dos 1970. Assim foi que o empresário e executivo chinês, diretor da China Investment and Trade International Corporation, Sr. Rong Yren, vos convidou para várias visitas à China, a fim de analisar e debater medidas que se integrassem nos planos de Deng Xiaoping. Era uma política de “portas abertas”, que possibilitasse o “salto adiante” e tinha por base um “Programa das Quatro Modernizações” (da agricultura, indústria, tecnologia e defesa). O *slogan* proposto pelo grupo de Deng Xiaoping era “a cada um de acordo com o seu trabalho” e visava chegasse o país a uma “prosperidade comum”. Com o tempo, a filosofia de Xiaoping pregou a adoção de uma “abertura internacional”, inclusive através da contribuição de economistas e técnicos de várias partes do mundo. Nas vossas viagens à China, conhecestes o Socialismo à moda chinesa que vós classificastes de “o mais excitante experimento de engenharia social de nosso tempo”. Assim explicastes, em vosso livro *Ensaíos Imprudentes*, o revisionismo de Deng: “consiste na substituição do dogmatismo marxista por um pragmatismo seletivo, que admite inclusive o uso de certos ‘instrumentos’ capitalistas no interesse da modernização chinesa”.

A par desse esforço, levantou-se na China uma luta em prol da Educação, problema que também nos aflige. Ocorreu há não muito, na pequena cidade alemã de Tombach, perto da fronteira com a França, no Estado de Bade-Württemberg, uma reunião quase secreta, de executivos e intelectuais europeus, para discutir a violência do desafio científico, assunto que também vos tem preocupado, Sr. Roberto Campos, em artigos e conferências. Essa

reunião deu o mote: “As máquinas são decisivas, mas não tanto. Importantes são homens e mulheres educados ao mais alto nível.” Um país com tendência para o surrealismo precisa de lutadores como vós, em todas as frentes, precisa da tranquilidade com que aceitais a missão de sugerir a adoção do pensamento crítico a uma sociedade que sofre a tentação do pensamento errático.

Há que destacar a característica talvez maior de vosso talento: a visão geral das coisas. Há décadas, vínheis dizendo o que poderia acontecer aqui e ali, caso uma situação dada continuasse a se desenvolver numa linha determinada. Agistes como profeta em prever o que aconteceria, ainda antes do fim do milênio, em diversas partes do mundo. Tem-se a impressão de que dispondes de uma visão da realidade e dos possíveis caminhos que sairiam de um tempo daqui e de agora. Sois avesso ao “*wishful thinking*”, expressão que se poderia traduzir por “pensamento desejoso”, isto é, de se acreditar que acontecerá exatamente aquilo que está no desejo de quem pensa. Daí, a clareza de vossos escritos, que vem da *claritas* de São Tomás de Aquino, que foi o vosso chão inicial.

Por causa desse chão, o aprendizado da Economia, posterior a seus tempos de seminário católico, pousou em terreno lavrado pelo exercício da Lógica e pelo vazo do pensamento aberto. No seminário, começastes a escrever, na certeza de que seríeis principalmente escritor, como o sois agora. Lembro-me de, em 1935, me haverdes dado a ler poema vosso, creio que chamado “O Amor Materno”, quando opinei: “É o seu melhor” (eu vos tratava na terceira pessoa e não com o “vós” desta saudação). Respondestes: “O melhor e o último.” Explicastes: “Em poesia, ou gênio ou nada. E eu já descobri que em poesia eu não sou gênio.” Sabemos hoje que sois um mestre da prosa. Tendo percorrido todos os estilos de ensaio e chegado a um primoroso relato autobiográfico, conquistastes um estilo próprio, de severo dominador da palavra. Em *Guia para os Perplexos*, revelastes vossa admiração por Maimônides, o filósofo e médico judeu que morou no Cairo no século XII da Era Cristã. Resolvestes apresentá-lo como o racional por excelência ao tentar imprimir racionalidade à teologia e à ética judaicas. Queria libertar o pensamento judaico do irracionalismo da Cabala. Comentastes: “Maimônides desconfiava do entusiasmo e pregava a moderação. Acreditava que o progresso viria através de um lento e despretensioso avanço da razão.”

Versado em São Tomás de Aquino, vistes no filósofo judeu um companheiro do santo católico, no seu apego à razão. Dizia Maimônides que a cons-

trução da boa sociedade pressupõe não fórmulas messiânicas, mas simplesmente o império da lei. Transcrevestes: “A lei como um todo objetiva duas coisas – o bem-estar da alma e o bem-estar do corpo. O primeiro consiste no desenvolvimento do intelecto humano; o segundo, no melhoramento das relações políticas dos homens entre si.”

Admirais todos os autores que aceitam o primado irreversível da razão. Entre eles o que mais alto sobe na vossa admiração é Friedrich von Hayek, “o homem de ideias que mais bravamente lutou, ao longo de duas gerações atormentadas, pela liberdade do indivíduo contra todas as modas totalitárias, do soviético ao nazismo”.

Repito que, em vossos livros, vindes mostrando um estilo que vos coloca na primeira linha da ensaística brasileira. Todos eles – *Antologia do Bom Senso*, *Guia para os Perplexos*, *Ensaio de História Econômica e Sociologia*, *O Século Esquisito*, *Ensaio Imprudentes*, *Reflexões do Crepúsculo*, *A Técnica e o Riso*, *Do Outro Lado da Cerca*, *Ensaio contra a Maré*, *O Mundo que Vejo e não Desejo*, *Na Virada do Milênio* e “last but not least” *Lanterna na Popa* – impuseram um estilo novo às análises sociais e econômicas escritas no Brasil, ao mesmo tempo em que revelavam uma excelência literária que, no caso de vossa autobiografia *Lanterna na Popa*, ganhou o Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, concedido por esta Academia que ora vos recebe.

Ao longo de todos esses livros, há uma pregação, numa série de análises claras e lúcidas sobre o nosso tempo, sua gente e suas opções. De que maneira classificar vosso estilo? Talvez num misto de Samuel Pepys e Montaigne. De Pepys, tendes o gosto pela precisão da palavra e pela curteza das afirmações, contidas numa técnica literária cujas descrições, mesmo as aparentemente não-opinativas, na verdade insuflam e propõem opiniões. Opinativo sois, pois, com a liberdade de vosso pensamento, poucos são os que revelam no Brasil tanta coragem de pensar a realidade e dizer, bem e com propriedade, o que pensam.

De Montaigne, tendes o espírito humanístico e a sabedoria de concentrar, num ensaio curto, um universo completo de pensamento. A isso, acrescentais uma ironia que assume diversas capas, a ironia direta, a leve, a que se exprime por *jeux de mots*, a que se vale de largas referências a uma cultura ecumênica.

Vosso lado polêmico se assemelha ao de Chesterton, que parece ter, com a realidade, um pacto, com palavras que se juntam para realçar paradoxos e convencer através de duplos sentidos.

O uso que fazeis da palavra é de extrema sabedoria. Há uma perfeita adequação entre o pensamento que defendeis e o modo como o colocais em vocábulos. Exatamente porque o mais difícil dos estilos é o estilo argumentativo, o que usa elementos da Lógica para dar transparência a um argumento, foi que o aprendizado humanístico do seminário se transformou, em vossa linguagem de escritor, numa arma tão poderosa. Junto com a clareza tomista, vós vos adestrastes na direiteza e simplicidade de Descartes. Durante muitos anos, estivestes presente a debates, acordos, contratos, pactos, na tese de que nenhuma sociedade pode sobreviver sem um contrato, e nem foi por outro motivo que Rousseau acabou por se tornar o homem-chave de todo um movimento que é hoje tão forte como no conturbado final do *Ancien Régime*. Nesses contatos e contratos, fostes muitas vezes de extrema severidade, devido à segunda das duas palavras que vos definem: a lucidez e a coerência. A elas, eu juntaria outra: a equanimidade. Se tendes o hábito de escolher a Lógica por base, sabeis também que a realidade pode mostrar outra – e oculta – lógica, surgiu Pascal para realçar a importância de *esprit de finesse* em contraposição ao *esprit de géométrie*, ou talvez não em oposição mas em companhia de. Porque revelastes *finesse* em vossos escritos, ao mesmo tempo em que dizeis, neles e nos debates verbais, exatamente o que julgais certo, sem fantasias nem sombras. Vós mesmo vos definis como um “pregador de ideias”, imbuído talvez demais da “indole da controvérsia” e sem grande “capacidade de acomodação”. Sendo, porém, a controvérsia um elemento eminentemente democratizante, isto vos coloca num *spectrum* político de invejável tolerância.

A vossa obra-prima, *Lanterna na Popa*, jogou no pensamento brasileiro todos os conflitos e perplexidades da nossa história neste século. São páginas de memórias, são análises de gentes e acontecimentos, de atos e omissões, de tempo perdido e às vezes reconquistado. É livro que recupera um período agitado da vida brasileira (quais os que não o foram?), mas que, por sua proximidade e por havermos muitos de nós passado por ele, com maior ou menor consciência do que estivesse acontecendo, sentimo-lo como se fosse a nossa própria história. Falando/escrevendo por vós, falais/escreveis também por nós, e este é o fascínio de vossa narração. De rara beleza, são as páginas sobre vossa infância em Mato Grosso, com as descrições da Nhecolândia, suas figuras desenhadas contra o fundo estranho e belo do Pantanal. Dizeis: “Na minha ótica de primeira infância, o Pantanal me parecia mais perigoso do que

belo.” Havia as cobras (a jararaca, a cascavel e a sucuri), as onças (parda e pintada), as piranhas. O pacu era o peixe democrático, fácil de pescar, as bebidas eram o guaraná ralado e o chimarrão. Afirmais que só viestes a perceber a beleza do Pantanal trinta anos mais tarde – a bela alternância das salinas, lagoas salobras, com praias brancas, as lagoas doces, com vegetação nas margens, e a belíssima revoada das garças, dos tuiuiús e baguaris. Vosso primo e compa-nheiro de quarto no começo de vossa vivência carioca, Manoel de Barros – “o único poeta da família”, dizeis – que vivia em fazenda próxima daquela em que estáveis, assim ver-seja sobre o vosso ambiente infantil: “me criei no Pantanal de Corumbá, entre bichos do chão, pessoas humildes, aves, árvores e rios...”

Ao longo das 1.417 páginas de vossas memórias, louve-se a vossa narra-tiva, que é primorosamente executada. Os personagens – Oswaldo Aranha, Octávio Gouvêa de Bulhões, Eugênio Gudin, Castelo Branco, Margareth Thatcher, John Kennedy, Lord Keynes, Friedrich von Hayet, brasileiros, ingleses, americanos, árabes, indianos, chineses, gente de um sem-número de países, a todos mostrais com a nitidez do bom narrador. Podeis estar certo, Acadêmico Roberto Campos, que *Lanterna na Popa* ficará na Literatura Brasileira – chamemo-lo de literatura, porque literatura é – como um de seus livros decisivos, cuja leitura se tornará obrigatória para o entendimento deste país e deste tempo.

Em vossas múltiplas atividades, demonstrastes ser esta coisa difícil em qualquer época ou lugar: um estadista. Falando, escrevendo, agindo, pensando, dialogando com os mais diversos setores da inteligência de nosso tempo, ten-des sido de inteira coerência, de fidelidade a vossas ideias, na linha do lema de Shakespeare: “*Be faithful to thyself.*” O ser fiel a si mesmo pode, naturalmente, incomodar uma quantidade ponderável de pessoas e de grupos. Daí talvez a explicação das turbulências que vos têm cercado nos últimos sessenta anos, a partir do momento em que, havendo ingressado no Itamaraty, passastes a ter uma presença inarredável nos assuntos deste século.

Sr. Acadêmico Roberto Campos, a Academia Brasileira de Letras vos recebe de braços abertos. Há algum tempo já que ela vos esperava. Sabia a Casa de Machado de Assis que vossa participação em nossas atividades daria realce à luta que empreendemos em favor da Cultura Brasileira e em defesa do idioma Português, que nos une e nos distingue.

Aqui chegais agora, e é como se um destino, previsto e esperado, se cumprisse. Neste momento de alegria para vós e para nós, presto minha homenagem a Stella de Oliveira Campos (*née* Ferrari Tambellini), com quem estais casado há sessenta anos, aos filhos do casal – Sandra, Roberto Campos Jr. e Luís Fernando – e a D. Catarina, vossa irmã.

Acima de tudo, Sr. Acadêmico, endereço minha homenagem à memória de Honorina de Campos que, viúva pobre, educou seus dois filhos, a partir dos cinco anos do menino e dos três da menina, aprendendo e em seguida exercendo a profissão de costureira, para educar Roberto e Catarina. Honorina de Campos morreu aos 97 anos de idade. Quando estava com 92, conversando com o filho, disse: “Estou com muito medo.” Roberto quis saber de quê. Resposta: “Tenho medo de não morrer jamais.” Pois na verdade ela não morreu. Criou e educou seu filho para servir ao Brasil, com a inteligência que, sem ela, poderia não se ter desenvolvido.

Muito obrigado, D. Honorina.

Muito obrigado a todos.

Discurso do
SR. AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

e

Resposta do
SR. JOSÉ SARNEY

*Sessão solene extraordinária
do dia 26 de novembro de 1999*

I

DISCURSO DO SR. AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

Filho e sobrinho-neto de acadêmicos, que estiveram entre os escritores mais acatados do nosso país e cujo nome me honra haver herdado, devo confessar-vos que só há pouco a ideia de ingressar nesta Academia chegou à superfície das minhas aspirações conscientes. Digo-o desprevenidamente, com sincera modéstia. Primeiro, porque sempre julguei existirem, entre nós, outros mais merecedores da alta distinção. Depois, por não haver sido homem de letras com intenção deliberada, porém diplomata e político que sentiu o impulso de fixar, em livros, revistas e jornais, a experiência vária, testemunhada e vivida. Mas não tenho palavras para agradecer o apoio inestimável de todos os amigos que me estimularam e sustentaram a candidatura. Pois é um raro privilégio ser membro da Academia Brasileira de Letras.

Desde os albores da minha formação, o quádruplo destino familiar da diplomacia, da política, das letras, da história e do direito se me apresentou como horizonte incontornável, do qual nunca pretendi desviar-me, mas que, ao contrário, sempre me atraiu. Nossa casa, que era a casa do líder da oposição, foi meta habitual de reuniões políticas – inclusive conspiratórias, durante a ditadura do Estado Novo. Ali, só não se falava em dinheiro e negócios. Por outro lado, da infância à juventude, visitavam-nos com maior ou menor assiduidade, conforme residissem ou não no Rio, escritores nacionais e estrangeiros da mais alta estirpe. Georges Bernanos, por exemplo – contou-me Albert Béguin, seu biógrafo –, morreu sem saber que a fazendola em Cruz das Almas,

subúrbio de Barbacena, de onde ele se deslocava para a granja de Virgílio de Melo Franco sempre que lá nos encontrávamos em férias, custara-lhe a terça parte do preço real, inteirado por Virgílio e mais dois amigos. Stefan Zweig escreveu a Afonso Arinos no dia em que se suicidou, deixando-lhe um rascunho, manuscrito e inacabado, de ensaio sobre Montaigne. Entre os mais próximos, estavam Carolina Nabuco, amável contraparente; minha prima Lúcia Miguel Pereira e Otávio Tarquínio de Souza, tão afetuosos, unidos pela vida, e que a morte não separou; Sergio Buarque de Holanda, casado com outra prima, que me acolhia em São Paulo, disfarçando a erudição profunda com a familiaridade mais espontânea; Alceu Amoroso Lima; Abgar Renault, cuja casa frequentei desde menino; Aníbal Machado, abrindo o lar hospitaleiro aos amigos de todas as idades; Pedro Nava, tratado como um tio adotivo, cúmplice e confidente; Manuel Bandeira, autointitulado “poeta oficial da família”; Gastão Cruls e Carlos Drummond de Andrade. Quando vinham de São Paulo, do Recife e de Porto Alegre, Mário e Oswald de Andrade, Gilberto Freyre e Erico Verissimo apareciam-nos em casa. De José Lins do Rego, fui, na adolescência, como que um filho futebolístico, acompanhando-o, com frequência, aos jogos do nosso clube. No Itamaraty, desfrutei a companhia constante de Guimarães Rosa, que, ao almoçarmos juntos no famigerado Bife de Zinco, punha-me a par do andamento do seu romance e de seus contos; de Vinicius de Moraes, a cujo lado me sentava na Comissão de Organismos Internacionais, donde saíamos para a boêmia das noites do Rio; de João Cabral de Melo Neto, divisor de águas na poesia brasileira, que viajou comigo para o Recife, hospedou-me na casa paterna e me desvendou o poema-diamante, liberto de qualquer ganga impura, filho da injustiça e da miséria, irmão da morte e pai de vidas severinas, agudo como a faca e áspero como a pedra, objetos da sua predileção; dos poetas Ribeiro Couto – quase sempre próximo de Afonso Arinos no tempo e distante no espaço, o que originou fecunda correspondência entre ambos – e Raul Bopp, meu chefe na Embaixada em Viena; do generoso e combativo José Guilherme Merquior (a propósito de quem Raymond Aron afirmou, um dia, a Afonso Arinos: *Ce garçon a tout lu*), lâmpada fulgurante, gastando cedo a resistência que tinha. Na mocidade, ao servir em Roma, frequentei assiduamente o ilustre Magalhães de Azeredo – embaixador aposentado, que ali vivia e era o último fundador remanescente desta Casa (“fundador fundado”, acentuava, modesto, aludindo ao fato de ser um dos

dez escolhidos pelos trinta que tomaram a iniciativa de criar a Academia, para completar quarenta membros efetivos). Lá me tornei, também, muito próximo de Murilo Mendes, professor na Universidade local. Relembro, ainda, os saudosos acadêmicos Odylo Costa, filho, Carlos Castello Branco e Otto Lara Resende, amigos tão queridos e profissionais de imprensa do mais alto nível, com dois dos quais pude colaborar quando dirigiam redações de importantes periódicos. Sem esquecer Rubem Braga, que Afonso Arinos enviou ao Marrocos como embaixador.

Assim, habituara-me, desde cedo, não apenas ao convívio de políticos e diplomatas, como também ao de escritores e jornalistas eminentes. Mas só decidi pleitear o ingresso neste sodalício insigne quando da morte daquele formidável trabalhador, do funcionário exemplar, do professor admirável que foi Antônio Houaiss, a quem me ligava uma amizade de quarenta e cinco anos. Antes, porém, de falar sobre ele, devo lembrar os que o antecederam. E aí veremos que, do patrono ao meu predecessor imediato, foram, sem exceção, homens públicos, devotados ao bem comum, propugnadores e defensores da civilização brasileira, da nossa língua e literatura. No dizer de Houaiss, “todos se puseram a serviço da política de seu país; todos viram na cultura nacional a sua razão maior de ser; todos agiram através de uma visão crítica do nosso meio; todos advogaram uma causa em que creram sem subterfúgios”.

Em Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido na Colônia do Sacramento, que morou e morreu na Inglaterra, o patrocínio intransigente do que julgava melhor convir à sua pátria constituiu a tônica da própria existência. No periódico mensal que fundara, o *Correio Brasiliense*, publicado, de 1808 a 1823, em Londres – para onde fugira, acusado de pertencer à maçonaria, após ter-se evadido dos cárceres da Inquisição em Portugal –, ele revelou, conforme Oliveira Lima, “uma inteligência ilustrada e perfeitamente convencida das suas preferências reformadoras”. “As notícias do *Correio Brasiliense* – notou Varnhagen – tendiam sempre a um fim certo; giravam todas na órbita que o ilustrado redator havia assinado ao Brasil.” Para o Barão Homem de Melo, “pode-se dizer, com segurança, que a educação política da geração que, no Brasil, preparou e realizou a independência foi feita pelo *Correio Brasiliense*”. E Varnhagen juntaria: “Não cremos que nenhum estadista concorresse mais para preparar a formação, no Brasil, de um império constitucional do que o ilustre redator do *Correio Brasiliense*.” Lutou contra o

absolutismo, em prol das instituições civis, encarnadas na monarquia constitucional; condenou a censura intelectual, a escravidão, a intolerância religiosa; defendeu a instituição do tribunal do júri, a liberdade de imprensa, a organização financeira; estimulou a imigração; bateu-se pelo desenvolvimento material, ao apoiar a abertura de estradas e a industrialização. Queria o progresso cultural do país, a fundação de uma universidade. Precursor de Brasília, propôs a transferência da capital para o interior e sua localização “nas cabeceiras do famoso rio São Francisco”. Morava em Londres, era protegido do Duque de Sussex, irmão do Rei Jorge IV, mas nem por isso sobrepunha os interesses britânicos aos nacionais, apesar de haver morrido como cidadão inglês naturalizado, para escapar à repressão lusitana. Sua análise do Tratado de Comércio de 1810 resultou em denúncia implacável contra a subserviência luso-brasileira à diplomacia inglesa. Quando faleceu, já se encontrava a serviço do nosso governo, como auxiliar de legação e encarregado de negócios. José Bonifácio chegou a escrever-lhe, em 1823, informando que o imperador “não duvidará conceder-lhe o Consulado Geral Brasiliense em Londres, o que fica dependendo da sua resposta”. A resposta seria positiva, mas condicional, “até que Sua Majestade Imperial se sirva empregar-me diplomaticamente”. Porém, a morte repentina cortou a nova carreira que se anunciava para Hipólito da Costa.

Como fundador, o sergipano Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero não desmereceu, na veia polêmica, o patrono que elegera. Adepto da Escola do Recife, tomou posição contra o romantismo, denominando a própria postura de “crítico-filosófica”. Com o “critério nacionalístico” que José Veríssimo atribuiu-lhe à crítica, frequentemente agressiva e injusta, sua análise sociológica de autores e obras, eivada de preconceitos, aliás próprios da época, que ele julgava científicos, ressaltou as influências étnicas como base para o estudo dos escritores e das obras literárias, distinguindo entre raças “superiores” e “inferiores” e, contraditoriamente, alertando para o “perigo alemão” no sul do Brasil. Denunciava o “socialismo bastardo”, identificado com a educação e a industrialização. Contudo, o autor da *História da Literatura Brasileira*, dos *Ensaios de Crítica Parlamentar*, dos *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil*, da *Etnografia Brasileira*, dos *Ensaios de Sociologia e Literatura* e de outras obras fixou, através de trabalhos eruditos e de grande fôlego, marcos de preservação e defesa da cultura nacional. Ao apontar a *História da Literatura Brasileira* como o zênite da obra de Sílvio Romero, Laudelino Freire atribuiu muito mais valor e impor-

tância ao historiador do que ao crítico. Wilson Martins qualificou-a como “o primeiro documento importante do nacionalismo como critério de grandeza em criação literária”. E Gilberto Amado, julgando-o “um temperamento hercúleo, um historiador avisado, às vezes profundo”, reconheceu naquele “livro desengonçado e admirável (...) a maior contribuição que ainda tivemos para a compreensão do problema brasileiro, em toda a sua complexidade”. Na escala dos valores intelectuais, Roquette-Pinto considerou-o “um dos mais altos, pela visão larguíssima dos nossos destinos, pelos quadros amplos e seguros da nossa evolução nacional, que ele soube definir à luz de uma cultura formidável”. É de justiça, ainda, assinalar o empenho do deputado federal Sílvio Romero na luta contra os excessos do federalismo, característicos da primeira República e simbolizados na “política dos governadores”.

Sucedeu-lhe o crítico e trovador fluminense Joaquim Osório Duque-Estrada, filho de um tenente-coronel, afilhado do Marquês do Herval, de quem herdou o nome glorioso e que lutou, como jornalista, pela abolição e pela República. Também servidor do Estado como encarregado de negócios no Paraguai, foi defensor estrênuo da identidade e da pureza linguísticas. No discurso de posse, o autor de *Crítica e Polêmica* reconheceu as próprias limitações:

A verdade é que não sou nem nunca tive, sequer, a veleidade ou a preocupação de ser crítico. Pelo que haja feito e pela influência que porventura tenha logrado exercer [...], limito-me a aceitar [...] o único título que com razão e justiça já certa vez me foi [...] conferido por um dos mais afiados escritores da nova geração: o de guarda-noturno da literatura brasileira.

E atribuiu os sufrágios recebidos

mais ao intuito de galardoar apenas uma existência de labor e de sacrifício, consagrada quase toda ao culto da língua e ao progresso intelectual da nossa terra, que ao de recompensar e aplaudir os mínguados méritos do literato e do artista, tão desprovido de títulos quanto de ambições.

Mas Coelho Neto, que o recebeu aqui, temperou-lhe a modéstia, ao lembrar que “viestes polindo a língua, enriquecendo-a de formas cultas, renovando-a nos dizeres, escoimando-a de vícios [...] como escritor, e dos que com mais alinho redigem e com mais austeridade honram a nossa língua”. No magistério,

na crítica, na imprensa, na Academia, Osório Duque-Estrada quis seguir, à risca, o propósito de Machado de Assis, quando fundou esta Casa, de “conservar, no meio da federação política, a unidade literária” e pôde concentrar, tanto nas suas *Noções de História do Brasil*, em *A Abolição* e nas *Leituras Militares* quanto na letra do Hino Nacional, que o celebrizou, toda a força de um nativismo exaltado.

Já o ilustre carioca Edgar Roquette-Pinto ofereceu, sobretudo no seu grande livro, *Rondônia*, contribuição notável à antropologia e à etnografia brasileiras. Obra-prima gerada pela integração de Roquette, em 1912, à missão fecunda com que o general Rondon desbravou e civilizou o Brasil central, *Rondônia* foi o ponto culminante de uma vasta bibliografia, em que se destacam os *Ensaio de Antropologia Brasileira*, os *Ensaio Brasileiros*, *Euclides da Cunha Naturalista*, a *Antropologia*, introdutória ao catálogo das coleções do Museu Nacional, dentre uma grande quantidade de trabalhos dispersos. Aloísio de Castro saudou em Roquette “aquele que no vivo criou aqui essa ciência e o que determinou os elementos para a exata caracterização dos tipos antropológicos da população do Brasil”. Nesse contexto, ninguém batalhou mais do que ele, nos livros, nas aulas, em conferências, pela imprensa, através de experiências e demonstrações científicas, contra o preconceito racista. E foi então que Roquette divergiu do inspirador genial: “Eis aí a grande ilusão de Euclides: considerou inferior gente que só era atrasada; incapazes, homens que só eram ignorantes.” Euclides da Cunha fora o seu profeta; *Os Sertões*, a sua bíblia; o nacionalismo, sua religião. Ao suceder-lhe nesta Academia, Álvaro Lins ressaltou o ideal nacionalista como “a chave principal da corrente, a princípio de influências, depois de comunicação, que fluíu incessantemente, durante pouco mais de cinquenta anos, das páginas dos livros de Euclides para o espírito de Roquette-Pinto”. Diretor do Museu Nacional, Roquette teve o polimorfismo da própria atividade científica reconhecido pela atribuição do seu nome a uma aranha e um cogumelo, a uma borboleta e um pássaro encontrados nas campinas e florestas do sertão. Na literatura, experimentaria a poesia e também o conto, através dos livros *Samambaia* e *Vozes da Minha Terra*, mas não era poeta, nem ficcionista. Pioneiro do rádio e do cinema educativo, Roquette-Pinto fundou, na Academia Brasileira de Ciências, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, hoje Rádio Ministério da Educação, e, mais tarde, a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, que viria, posteriormente, a receber o seu nome. Criou também o Instituto Nacional do Cinema Educativo, do qual seria o

primeiro diretor. Ele sentia a importância da educação das massas e, pensando sempre nos menos favorecidos, buscava desenvolvê-la entre nós. No tocante ao cinema, narra Vinicius de Moraes, desde 1910, Roquette

utilizava projeções em suas conferências do Museu Nacional, quando foi ali criado um serviço de assistência ao ensino das ciências naturais e uma filmoteca especializada. Dois anos mais tarde, abria caminho ao filme documentário brasileiro, trazendo da Rondônia as primeiras películas sobre os índios nhambiquaras, que foram projetadas, em 1913, no salão de conferências da Biblioteca Nacional.

Roquette-Pinto não ocultava sua preocupação absorvente e militante com a justiça. Mas nunca a dissociou da liberdade. No *Credo* professado em 1935, disse acreditar nas leis da sociologia positiva e crer, em consequência, no “advento do proletariado”. Julgava, assim, “que a nobre missão dos intelectuais (...) é o ensino e a cultura dos proletários, preparando-os para quando chegar a sua hora”. Contudo, por ser tão “difícil conciliar os interesses da ordem com os do progresso, muitas vezes antagônicos”, só via “um meio de manter a ordem material: é garantir a mais ampla, absoluta e definitiva liberdade espiritual”. E nele incluiu uma bela profissão de fé nas “mulheres, que são a melhor parte de todas as pátrias”, e nas “crianças, que são a pátria do futuro”. João Neves da Fontoura referiu-se a Roquette como “a um dos maiores brasileiros de todas as épocas, a um dos homens cuja fama não viverá da nossa convencional imortalidade, mas da que ele mesmo conquistou com sua obra imperecível nos variados campos da literatura, da ciência, do magistério”.

Injusto e agressivo como Sílvio Romero foi também, por vezes, o pernambucano Álvaro de Barros Lins, em sua obra extensa, condensada no *Jornal de Crítica*, onde predominava o gosto pela análise moral e psicológica. Porém, desde cedo, nele despontaram os pendores pelo serviço ao bem comum, conforme testemunha o opúsculo que escreveu, ainda estudante, sobre a *Universidade como Escola de Homens Públicos*. Antonio Candido já observara, em Álvaro Lins, o “equilíbrio e a imparcialidade entre o impressionismo estético, que ameaça os grandes individualistas, e a solicitação da atividade no mundo, que arrasta o intelectual para o turbilhão dos acontecimentos e das paixões políticas”. Nomeado embaixador em Lisboa, o excelente biógrafo de *O Barão do Rio Branco* bateu-se bravamente, embora com os excessos característicos do

seu temperamento, pela preservação da generosa tradição brasileira do direito de asilo, concedido ao general Humberto Delgado. Essa defesa intransigente – que lhe custou afinal, pelas resistências despertadas, o próprio posto diplomático –, documentada no livro *Missão em Portugal*, cedo se revelaria tragicamente profética, com o assassinato, pelos sicários da ditadura, daquele chefe militar da oposição portuguesa e de sua secretária brasileira. Álvaro, escrevendo sobre Otto Maria Carpeaux, definiria a nobre missão do lutador em palavras plenamente aplicáveis a si próprio:

A certeza da inanidade da luta não significa nem desistência nem covardia. A luta, apesar de tudo, permanece como uma atitude, como uma afirmação, como um testemunho. A luta de um homem dentro do mundo independe do seu êxito ou da sua utilidade. Mesmo quando tudo estiver perdido, ficará como um exemplo, como uma semente, como um protesto.

Por isso, Houaiss curvou-se, reverente, diante do predecessor, “militante da sua verdade”. Que

dessa militância teve nítida consciência trágica. Tão crescentemente trágica, que num dado momento – o de seus últimos anos – se ilhou na impotência de apegar-se a qualquer valor circulável, o que o levou ao mutismo compulsório de quem, a dizer, diria o que os donos de outras verdades não permitiriam dissesse.

O quinto ocupante dessa cadeira de combatentes foi Antônio Houaiss. E depois, conforme o divino poeta, *più d'onore ancora assai mi fenno, / ch'e sì mi fecer della loro schiera, / sì ch'io fui sesto tra cotanto senno*. (Traduz Oscar Dias Corrêa: “E muito mais ainda honorável, / integraram-me à sua companhia: / o sexto da coorte respeitável.”)

Conheci Houaiss no princípio dos anos cinquenta, quando regressou ao Brasil para defender-se, com quatro outros colegas, de suposto delito de opinião, insustentável perante as leis e regulamentos que regiam o funcionalismo público. O inquérito administrativo do Itamaraty foi clandestino, sem que os acusados dele sequer tivessem conhecimento antes de terminado, e concluiu, colocando-os em disponibilidade inativa não-remunerada, pena inexistente no direito brasileiro. Sancionou-o o presidente Getúlio Vargas, aprovando exposição de motivos do Conselho de Segurança Nacional. Evandro Lins e Silva foi um dos advoga-

dos da defesa no processo, através de mandado de segurança em que o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa, por unanimidade, aos indiciados.

O oportunismo torvo dos que, às vezes, vicejam à sombra de Judas e de Caim, denunciando colegas com a intenção de beneficiar as próprias carreiras, ao se voltar contra Antônio Houaiss, encontrou presa fácil na fome e sede de justiça de quem foi sempre fiel a si mesmo e assim se definiu, no discurso com que tomou posse nesta Casa: “Um homem de seu povo, esse em que nasci e a que pertencço e quero servir, sem [...] cultivar orgulho algum do que quer que seja. Salvo um: o de achar que esta vida humana devia ser digna de ser vivida por todos, sem discriminações.” Noutra ocasião, ele explicaria que

não se trata de mudar o sistema capitalista, mas de corrigir, enfim, seus terríveis e gritantes defeitos, quando se assanha em obter lucros e mais lucros sem ver a face trágica dos explorados — seres humanos, flora, fauna, clima, ambientes, em suma, a própria vivibilidade. É a voracidade na concentração de renda, independente e indiferente a quaisquer consequências sociais. Que, pelo menos, se deem ao povo condições mínimas com que possa sobreviver de forma menos indecorosa. Não na fome, na miséria, nas favelas, nos mocambos, nos becos, nas sarjetas.

Certa vez, Houaiss explicitou o que mais admirava no mundo:

A poesia, a escultura e a pintura são para mim as mais belas formas da sensibilidade e da inteligência humana. (...) Para mim, o ápice da humanidade são os artistas criadores. Não os artistas performáticos ou performânticos, os que executam, mas os que de fato concebem a obra de arte.

Daí, ao ver de Antonio Candido,

seu desejo de que os bens que considera tão elevados sejam compartilhados por todos, como propõe o socialismo. O corte humano da sua inteligência e da sua sensibilidade o leva a querer o fim dessa sociedade discriminadora, redutora, constritora, que torna privilégio de poucos o que deveria ser bem comum.

Embora paralelos e de menor alcance do que a sua grande contribuição ao estudo da nossa língua e literatura, outros trabalhos publicados por Antônio Houaiss dão testemunho de sua permanente preocupação social, que nunca escondeu: *Brasil — o Fracasso do Conservadorismo, Socialismo e Liberdade, Variações em torno*

do *Conceito de Democracia, Socialismo – Vida, Morte e Ressurreição, A Modernidade no Brasil – Conciliação ou Ruptura?* Com o fim do autoritarismo militar em nosso país, ele assumiria a presidência da Comissão Organizadora do Partido Socialista Brasileiro e seria, em seguida, o primeiro presidente na sua nova fase. Mas aquele homem livre repudiava toda forma de opressão. Moacir Félix lembra

a sua assinatura – em 1968 e no número especial da *Revista da Civilização Brasileira* que publicamos sobre a Tchecoslováquia – em nosso manifesto, com a candente afirmação de que ‘socialismo é liberdade’, e expressamente em repulsa contra a intervenção soviética, e a favor, portanto, do amplo movimento econômico-político-cultural denominado ‘a Primavera de Praga’.

Ele se ergueria sempre contra a predominância do ter sobre o ser, a adoração do bezerro de ouro, a teologia do mercado, as políticas indiferentes ao sofrimento humano que provocam.

Antônio era muito próximo da nossa família. Sobre sua cooperação funcional com Afonso Arinos, quando este encabeçava a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, o chefe testemunhou sem rodeios, ao recebê-lo nesta colenda Academia: “Nunca encontrei, no exercício das funções, colaborador mais competente, mais devotado e mais dedicado aos interesses do Brasil e do nosso povo. Ali, também, vossos informes e relatórios eram lições.” E considerou-o “uma das mais lúcidas inteligências do Brasil contemporâneo, infatigável operário da cultura nacional”.

Arinos foi ainda objeto da magistral introdução crítico-biográfica de Antônio Houaiss à segunda edição da biografia paterna que escrevera, *Um Estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu Tempo*. Na redação dos três volumes da *História do Povo Brasileiro* dedicados ao Brasil independente, Afonso voltou a receber importante cooperação de Antônio. A competência dedicada de Francisco de Melo Franco secundou Houaiss, então ministro da Cultura, à frente do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, e, anos depois, no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa, onde está sendo concluído o grande dicionário lusofônico que levará seu nome. E eu tive o duplo privilégio de ocupar-lhe a vaga no Pen Club do Brasil, como sócio titular, quando foi alçado à dignidade de grande benemérito, e de ali saudá-lo pelos seus 80 anos, antes de suceder-lhe nesta Academia, que

por ele chegou a ser tão dignamente presidida. “Aliás – pondera Jorge Amado –, o termo *dignidade* parece feito para ser usado a propósito de Antônio Houaiss.”

Conhecendo-o por tantos anos, e informado, há mais tempo ainda, dos notáveis atributos profissionais e pessoais que o distinguiam, admirava suas qualidades privadas: a delicadeza no trato; a invariável cortesia; a atenção afetuosa; o interesse espontâneo e solidário pelos problemas e aspirações dos amigos e do próximo; a extraordinária capacidade de não demonstrar rancor ou ressentimento contra tantos que o feriram, gratuita e injustamente, por inveja ou vilania; o convívio cordial, sempre respeitoso, espontaneamente democrático, com pessoas de visões e objetivos tão diversos do que pensava e queria da vida; a amável boêmia gastronômica, geradora de livros sobre *A Magia da Cozinha Brasileira* e *A Cerveja – seus Mistérios e sua Origem*. Lêdo Ivo depõe:

Estamos num restaurante. Antônio Houaiss pede rã à provençal e escolhe, com minuciosidade de quem analisa um verbete enciclopédico, o vinho (...) que vamos beber. Nesse refletir, nesse examinar, nesse ponderar e nesse decidir está o segredo de sua vida, de quem nunca está sozinho. Nela, nesta vida, não deve haver momentos perdidos. A cada instante, cabe ser este interrogado como se contivesse toda a nossa existência: o bem e o mal de existir. Na dourada perninha de rã que Antônio Houaiss leva à sua boca de conhecedor do mundo está a resposta para tudo.

Antonio Callado via sob outro ângulo o mesmo

amigo que sabe tantas coisas e parece levitar por cima de todas elas sem esforço, enérgico mas espiritualizado como um colibri. (...) Mas uma coisa aprendi, no meu longo trato com o amigo: ele sabe tanto sobre tantas coisas pelo simples fato de se haver apaixonado perdidamente por cada uma delas. Não foi por querer saber mais do que ninguém, e sim por saber amar com mais força do que nós.

Porém, aqui e agora, é sobre o homem público que desejo discorrer. Homem público, Houaiss o foi pela vida inteira. Desconfio, mesmo, que nunca terá sido outra coisa, no afã constante de adotar e defender com unhas e dentes, como seus, os interesses a longo prazo do Brasil, da nossa cultura e da nossa língua, batendo-se por eles em todos os foros internos e internacionais onde era convocado a lutar, ou mesmo sem ser chamado. Aliás, essa vocação vinha de longe, pois ao fazer o curso primário em escola pública, o de perito-contador e o secundário de madureza em estabelecimentos oficiais, o

superior em universidade estatal, ele teve toda a instrução desligada de influências privatistas. Preparou, assim, um espírito voltado para o bem comum.

Educado e formado pelo ensino público, ao qual forneceu, por sua vez, poderosa contribuição – foi professor concursado de Português aos vinte anos –, Antônio Houaiss manteve uma coerência implacável na luta para desprivatizar o Estado, em todas as áreas nas quais pôde atuar, como professor ou funcionário, em benefício do capital social por excelência, que é o homem. E fez isso, inclusive, na diplomacia, atividade onde me sinto mais à vontade para testemunhar. Ali, segundo o embaixador Saraiva Guerreiro,

em todos os períodos em que enriqueceu nosso serviço diplomático, encantou a chefes e companheiros por sua inteligência e cultura, sua competência e dedicação leal e incansável ao trabalho, sua generosidade e infalível disposição para cooperar e ajudar sempre que surgia a oportunidade. Marcou sempre sua presença como um dos melhores.

Na vida errante de ciganos, característica da carreira diplomática, toda dedicada ao serviço da pátria, mas, quase sempre, longe dela, nunca tive a sorte de trabalhar diretamente com Houaiss, quer no Brasil, quer em postos no exterior. Porém, desde que ingressei na diplomacia, dei-me conta de que, se as nossas tarefas quotidianas fluíam escorreitas, isso se devia, em boa parte, ao seu labor profícuo. Da bibliografia monumental que deixou, provavelmente não constará o *Manual de Serviço* do Itamaraty. Mas era graças a ele, e àquela indispensável consolidação de quatorze mil instruções, que a nossa rotina de trabalho emergia, sem tropeços, do caos dos calhamaços, bem antes que a informatização lhe houvesse imposto outro tipo de ordem, que não quer dizer, necessariamente, progresso. Mais tarde, durante o governo Kubitschek, Antônio trabalharia na montagem do Serviço de Documentação da Presidência da República, editorando discursos, mensagens, documentos em geral e registrando todo o referente à construção e inauguração de Brasília.

Contudo, ele jamais sobrepôs profissão à biografia. E esta chegou ao apogeu no momento exato em que, aparentemente, deixava a vida pública, de novo vítima do arbítrio interno, e agora, também, de intolerável intromissão externa, para prestar os maiores serviços à nossa cultura, já que a atividade funcional lhe era, uma vez mais, injustamente vedada.

Na Organização das Nações Unidas, Houaiss, entre muitas outras tarefas relevantes, participara da comissão então enviada às colônias belgas de Ruanda e Burundi para organizar o armistício e a anistia política que precederam a independência daqueles países centro-africanos. Além disso, fora ativa sua participação no Comitê sobre o Sudoeste Africano (a futura Namíbia) e no Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior. Dessas incursões africanas, recordava, com frequência, o churrasco de hipopótamo que um dia saboreou. Narra o embaixador Vasco Mariz que, em 1960, ano de admissão dos novos estados da África na ONU, viu

numerosas vezes Antônio Houaiss, no salão plenário da Assembleia Geral, completamente cercado por representantes africanos, que vinham buscar dele a orientação sobre como votar em complicados projetos de resolução, naquela intrincada organização da qual tão pouca experiência tinham.

Recorda comentários elogiosos, na sua comissão, sobre o papel importante que Houaiss estava desempenhando junto aos colegas daqueles países e observa que esse esforço redundava em fator de prestígio para a diplomacia brasileira. Mais de uma vez conversaram a respeito, e Antônio contou-lhe “que os diplomatas africanos preferiam consultá-lo, insuspeito e neutro para eles, do que ter de abordar os delegados ingleses ou franceses, que os aconselhariam com interesse e parcialidade”. Porém, Houaiss estivera, também, entre os principais negociadores da resolução da Assembleia Geral intitulada *Declaração de Outorga de Independência a Países e Povos Coloniais*, através da qual a diplomacia brasileira se desatrelou da submissão política ao colonialismo da antiga metrópole e que nos permitiu criar pontes para o relacionamento com os estados surgidos na esteira da descolonização consequente à revolução democrática portuguesa de 1974. Ele defenderia energicamente a nova fase da nossa política externa na Comissão de Tutela e Territórios Não-Autônomos, onde representava a Delegação do Brasil, cumprindo instruções expressas dos seus superiores hierárquicos. A cobrança dessa atuação, em seguida ao levante militar de 1964, por portugueses inconformados e brasileiros submissos, lhe encerraria compulsoriamente, para sempre, a carreira diplomática. O general Castelo Branco suspendeu-lhe os direitos políticos, mas a resposta irretorquível às acusações injustas e ineptas ficou gravada em trabalho magistral, intitu-

lado *A Defesa*, que Antônio Houaiss tivera seis dias para redigir. Suas razões – testemunha Evandro Lins –

se equiparam às mais brilhantes peças já escritas, ao longo da História, em processos de natureza política. São páginas antológicas, no fundo e na forma. A introdução, o vigor e a lógica da argumentação, a resposta elegante, e ao mesmo tempo demolidora, à afronta aos princípios constitucionais de preservação e respeito às convicções políticas, a fina ironia contra o ridículo de imputações pueris, a bravura e a dignidade como se comporta diante do arbítrio e do obscurantismo, a clareza da exposição, tudo faz lembrar o que escreveram os grandes advogados ao enfrentar regimes tirânicos e despóticos.

Antônio nunca teve ilusões quanto ao destino da defesa produzida, pois declarou, como preliminar, que, ao pronunciá-la, fazia-o

com a lúcida consciência de que: a) será ela absolutamente inútil, visto como minha situação foi prejudgada, prejudgamento que serviu de pretexto para a suspensão dos direitos políticos [...]; b) embora inútil esta defesa, sinto-me no dever moral de produzi-la, a fim de que – em vida minha ainda, se possível; *post mortem*, se não – se restabeleçam a verdade e a justiça.

Ferreira Gullar lembra a época subsequente, de

mobilização dos intelectuais e artistas em defesa da liberdade de expressão, em face da censura que estrangulava nosso teatro, nosso cinema, nossa música popular, nossa literatura. [...] As assembleias em que essas questões eram debatidas, e onde se tomavam decisões importantes, não eram fáceis de conduzir. Para fazê-lo, era necessário domínio das questões políticas; equilíbrio, isenção e autoridade perante as diversas correntes políticas. Não por acaso, Antônio Houaiss tornou-se o presidente quase que permanente dessas reuniões, que, graças a ele, conseguiam chegar às conclusões finais sem maiores tropeços.

Voltemos, porém, ao depoimento de Afonso Arinos:

A súbita aposentadoria no serviço público restituiu-vos à exclusiva atividade intelectual da vossa juventude, e foi um bem para a cultura brasileira. É provável que, dedicado ao serviço público como éreis, só muito mais tarde vos sobrasse tempo para os esforços absorventes, a que hoje vos entregais. E não sei se, entre uma carreira e um destino, não ganhastes, e, convosco, o Brasil.

Moacir Werneck concorda: “A diplomacia, a que se dedicava com zelo, correção e competência exemplares, é carreira atraente, mas cercada de cânones inibidores. Ele precisava de outros espaços.”

Desde então, não tem conta o que ficaram a dever-lhe todos aqueles que leem, escrevem, trabalham e estudam em nosso país. Aqui, poderia incluir-se a poderosa empreitada que representou a tradução do *Ulisses*, de James Joyce, na qual Ivo Barroso definiu o seu mérito maior como “o de ter servido de [...] exemplo de que as tarefas impossíveis podem ser finalmente realizadas, se a elas nos atacamos com talento e amor”. Mas o *Novo Dicionário Appleton das Línguas Inglesa e Portuguesa*, por ele editado, já era instrumento obrigatório de trabalho na Embaixada do Brasil em Washington, quando eu ali servia. A *Enciclopédia Barsa*, que dirigiu, a *Grande Enciclopédia Delta-Larousse* e a *Enciclopédia Mirador Internacional*, das quais foi editor-chefe, prestaram os serviços mais relevantes aos estudiosos, ou simplesmente interessados em documentar-se sobre a realidade brasileira e universal. Ainda Ivo Barroso, testemunha pessoal do seu esforço, usa

a metáfora de Sísifo para representar aquele Houaiss-carregador-de-pedras-montanha-acima, trabalhando dia e noite, atolado atrás de montanhas de fichas que a nossa equipe lhe colocava sobre a mesa e ele ia triturando, emendando, sintetizando, enriquecendo com o escalpelo de sua crítica, o diamante de sua cultura, a sensibilidade de seu saber.

Sei que esse stakanovista da língua e da cultura revisou **todos** os verbetes dos vinte volumes da *Enciclopédia Mirador*. Além de editar o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* para a Academia Brasileira de Letras, Houaiss publicou outras enciclopédias e dicionários – *Pequeno*, *Básico*, *Mini*, *Ilustrado*, *Escolar* – como preparação do futuro *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, destinado a ser a obra magna do excelso filólogo, que nele trabalhou até o fim da vida. Não conseguiu, infelizmente, vê-lo terminado, mas adiantou-o a ponto de o Instituto Antônio Houaiss, que fundara, e o Ministério da Cultura poderem programá-lo, sob a orientação do respeitado lexicógrafo Mauro de Sales Vilar, seu sobrinho afim, como ponto expressivo das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Por sua dupla apresentação, impressa e eletrônica – disse Houaiss –, por sua armazenagem de banco de dados, por seu aprofundamento, deverá pôr a lexicografia

da língua portuguesa próxima à altura das línguas de cultura modernas, isto é, gráficas e intercomunicantes entre mais de cem milhões de usuários.

Esta obra de vasta envergadura, que representa um avanço considerável no estudo da etimologia, morfologia e datação do nosso idioma, conta com o apoio de importantes órgãos públicos e entidades privadas de Portugal, onde também será editada.

Nesse ínterim, a roda do destino de Antônio Houaiss dera mais uma volta, e o grande servidor que, para o regime militar, não podia permanecer nos quadros do Itamarati viu essa injustiça clamorosa ser reparada pelo gesto do presidente Itamar Franco de elevá-lo à cúpula oficial da cultura brasileira, como titular do Ministério que dela se ocupa.

Aí, porém, as incompreensões continuaram. A quem tinha o encargo de zelar pela conservação e restauração do patrimônio histórico e artístico nacional, negou-se a verba modesta que pedia, equivalente ao necessário para a construção de meio quilômetro do metrô de Brasília. Ao patrimônio cultural, foram alocados sete milhões de dólares para cuidar de todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, enquanto Portugal, um dos países mais pobres da União Europeia e menor que Pernambuco, destinava, a tal fim, duzentos milhões por ano. Sem desanimar, Houaiss lutou para estruturar racionalmente seu Ministério, reformar a lei de incentivos culturais, revigorar o cinema nacional, preservar o ameaçado plano piloto de Brasília, preparar a recuperação do prédio precursor que abriga o antigo Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Com os recursos ínfimos de que dispunha, fez o que pôde.

É difícil dizer-se qual o maior serviço prestado pelo homem público Antônio Houaiss à coletividade, representada pelos inúmeros discípulos que, durante décadas, receberam e transmitiram seus ensinamentos; pelos milhares de usuários que tiveram os próprios trabalhos fecundados por seus vocabulários, dicionários e enciclopédias; pelos povos africanos, que tanto se valeram da assistência dele recebida, nas Nações Unidas e fora delas, nos momentos decisivos da transição para a independência.

E, aqui, tornamos ao seu labor internacional, de que todos os cidadãos dos sete signatários do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, e decerto, em futuro já não distante, Timor-Leste – se beneficiarão

potencialmente, graças aos esforços empreendidos por este homem do seu povo, mas, também, cidadão do mundo, que foi o maior responsável pela parte brasileira da empreitada. Sergio Rouanet chamou-o

incansável batalhador da unidade ortográfica do português, contra todos os patriotas da língua [...], tanto os nossos, que até hoje levam a sério o projeto alencariano e modernista da constituição de uma língua brasileira, quanto os lusitanos, que pregam um Ipiranga às avessas, gritando ‘aqui d’el rei’ cada vez que uma telenovela de além-mar usa expressões desconhecidas por Castilho.

Em 1986, ele secretariou nossa delegação ao Encontro para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, efetuado no Rio de Janeiro, atuando como seu principal impulsionador e porta-voz. Revisto em Lisboa, em 1990, foi o texto daí resultante subscrito pelos representantes dos sete membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Sendo o português o único idioma culto com ortografia dupla, o Acordo pretende pôr termo a esta situação, por ver na unidade ortográfica condição essencial para que ele se afirme como língua de cultura internacional. Assim, no momento em que, na sua rica diversidade cultural, aquelas nações estiverem utilizando um idioma unificado pelo sistema comum das suas formas gramaticais, e mais de duzentos milhões de cidadãos sul-americanos, africanos e europeus, que já falam a oitava língua mais utilizada no planeta, puderem escrevê-la numa ortografia única, eles o deverão, mais do que a qualquer outro, àquele saudoso confrade. A significação política, cultural e as normas decorrentes do Acordo foram demarcadas por Houaiss, em trabalho que intitulou *A Nova Ortografia da Língua Portuguesa*.

Esta língua, como para Fernando Pessoa, era a sua pátria. Menino ainda, quando passei do curso primário ao ginasial, no colégio onde estudava, um primo mais velho e adiantado advertiu-me: “Que pena, o nosso melhor professor foi-se embora, logo agora que você chegou. Ele ensinava Português, chama-se Antônio Houaiss.” Lecionou Português, Latim e Literatura no magistério secundário oficial do então Distrito Federal; foi membro examinador de Português em vários concursos promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público para preenchimento de cargos oficiais; colaborador permanente do DASP na elaboração de provas de Português; professor contratado pela Divisão Cultural do Ministério das Relações

Exteriores, a fim de ensinar o nosso idioma e dar cursos sobre questões culturais brasileiras no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, de Montevideu; secretário-geral do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, para o qual apresentou tese, tornada base das conclusões, sobre normas do idioma culto usado no Brasil; secretário-geral do Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia; relator da Comissão Nacional para o Estabelecimento de Diretrizes que Promovam o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa; membro da Academia Brasileira de Filologia. No campo dos estudos linguísticos, publicou ainda uma *Tentativa de Descrição do Sistema Vocálico Português Culto na Área dita Carioca*, *Sugestões para uma Política da Língua*, *Introdução Filológica às Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, *A Crise de Nossa Língua de Cultura*, *O Português no Brasil*. Com vistas à interpretação literária de obras clássicas brasileiras, o autor de *Crítica Avulsa* e de *Seis Poetas e um Problema* trabalhou intensamente sobre textos de Silva Alvarenga, Lima Barreto, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Augusto dos Anjos, Carlos Drummond de Andrade, Joaquim Cardozo e João Cabral de Melo Neto. E o fez com tal competência que Eduardo Portella não hesitou em julgar que “o crítico literário Antônio Houaiss pode assim figurar, destacadamente, na galeria dos fundadores de nossa crítica, entre aqueles que souberam ver sem desfigurar, entre os que alcançaram compreender o jogo tenso de língua e linguagem [...]”. Isto para não falar nos seus alentados *Elementos de Bibliologia*, dois volumes dedicados à Ecdótica, ou seja, à difícil “arte de descobrir e corrigir os erros de um texto transmitido, preparando-lhe a edição que se diz edição crítica”, conforme ensina o *Aurélio*, enquanto esperamos pelo Houaiss.

No decorrer da sua extensa travessia, quero crer que a primeira virtude de Antônio Houaiss a saltar aos olhos foi a da esperança. Ele esperou, incansavelmente, a vida inteira. Esperou, jovem filho de imigrantes libaneses nascido no Rio de Janeiro, escalar, pelo próprio esforço e talento, os degraus do saber e da excelência na variedade profícua das atividades que abraçou e fê-lo plenamente. Nunca, porém, para alimentar, com as cintilações do êxito, os louros cedo perecíveis de uma vaidade vazia, e sim cômico de que sua obra aproveitaria ao próximo, à comunidade nacional em que se inseria. Seus dicionários, suas enciclopédias, a incessante atividade docente, os compromissos com a política interna e internacional, sempre denotaram essa esperança no

livre acesso de todos à cultura, na justa distribuição do progresso e na prosperidade do povo brasileiro em geral.

E a esperança sempre renovada nas melhores qualidades do ser humano conduziu-o, naturalmente, à caridade para com o próximo. Como me propus limitar esta saudação ao homem público, passo ao largo, sem ignorá-lo, do amor intenso e profundo pela família, pelos amigos. Fico com a dedicação aos alunos, de que é emblemático o episódio, narrado por Saraiva Guerreiro, do professor dando explicações de última hora aos candidatos a concurso no qual, daí a pouco, ele passaria de mestre a concorrente e poderia ser ultrapassado pelos beneficiários dos esclarecimentos prestados minutos antes. Testemunho a solidariedade com todos os colegas de ofício e profissão, que amparou e estimulou no labor comum; com os ouvintes, que poderiam valer-se de suas preleções; com os leitores capazes de utilizar, em proveito próprio e de terceiros, as lições e a documentação de sua obra extensa. Lembro, enfim, a devoção por aquela humanidade anônima e multiforme dos países subdesenvolvidos, à qual dedicou, sempre que pôde, o desvelo constante das suas ocupações e preocupações funcionais, e, no Brasil, a essência do seu engajamento intelectual e político. A luta de uma vida inteira em defesa da dignidade e dos direitos do próximo tornou-o um humanista na mais pura acepção da palavra.

A esperança e a caridade, somadas, desembocam na fé, pela lógica inerente às virtudes teológicas. Certa vez, Houaiss confidenciou-me, na saudosa lembrança de Ruth, a companheira querida, estar ficando místico. Já próximo ao fim, definia-se como um pós-agnóstico e um pré-cristão. Mas não é que saísse dizendo “Senhor! Senhor!”, sem cumprir os seus preceitos, como se queixa Jesus no Evangelho. Nunca o fez. Seria a fé sem as obras. Ele preferiu inverter os fatores. Sua obra de uma vida inteira – enorme, sofrida, tantas vezes impessoal, de quem escolheu omitir a si mesmo, as referências próprias, a autoimagem refletida no espelho de Narciso, para dar ao outro condições de se afirmar –, essa obra faz resplender a fé fraterna no próximo. E não se pode crer na criatura a esse ponto sem que a elevação espiritual para isso necessária, consciente ou não, roce as fimbrias da Transcendência.

Permitam-me encerrar falando ao velho amigo. Não foi minha intenção resumir, aqui, a vida de um novo Santo Antônio. Nem os santos escapam das imperfeições do criado, que eles conhecem muito melhor do que nós. Quis, apenas, salientar alguns aspetos de uma existência longa e fecunda, exemplar

na coerência, na dignidade, no trabalho, na integridade, na dedicação, na simplicidade, na abnegação, na tolerância, na lealdade, podendo servir de modelo, quer aos desejosos de aperfeiçoar-se nas virtudes do humanismo laico, quer aos aspirantes a trilhar as veredas íngremes que demandam a porta estreita da fé religiosa. Seu exemplo serve aos viandantes dessas trajetórias paralelas, que se encontrarão no infinito. Por ele, somos-lhe todos devedores. A você, humano e humanista Antônio, ninguém poderá perguntar o que fez dos seus talentos.

II

RESPOSTA DO SR. JOSÉ SARNEY

Nossas saudações de chegada, em nome de todos, seus confrades. Agora, na expressão do Marquês de Abrantes, quando presidia o Senado vitalício do Império, podemos dizer a Affonso Arinos de Mello Franco: “Estamos condenados a viver juntos a vida inteira.”

Afrânio Peixoto, com ironia, afirmava que a glória acadêmica era constituída de dois discursos: um, no dia festivo da posse, que o acadêmico chegado ouve, envaidecido, em noite de felicidade e glória; outro, na sucessão, quando não ouve mais, no caminho da morte, eternizado na consagração de uma vida que se encerrou, mas permanece em sua obra.

Mas a Academia é muito mais. É o orgulho de pertencer a uma Casa que só tem deveres com a Cultura, com os valores do espírito, onde são intrusas a Política, ideologias, confissões.

Em nossa pluralidade e diversidade, reside a unidade. Não somos herdeiros nem temos herdeiros, só o dever da continuidade.

Quando tomei posse nesta Casa, há 20 anos — hoje já sou o oitavo mais antigo acadêmico —, contei a história do meu avô Assuéro, nordestino, rígido e rude, da Paraíba, homem castigado pelas secas, que ao saber de minha eleição para a Academia, soltou foguetes de alegria e vivas de felicidade e, indagado, pela sua vizinha da razão da festança e comemoração, respondeu: “Meu neto José entrou para a Academia.” “E o que é Academia, seu Assuéro?”, retrucou dona Tudinha — assim se chamava a amiga, que morava ao lado —, e ele fechou: “Não sei, minha comadre, mas sei que é coisa grande. Muito grande.”

Sr. Acadêmico Affonso Arinos,

A Academia Brasileira de Letras, ao preencher suas vagas, não faz julgamento: promove uma escolha. Às vezes, pela própria necessidade de preencher seus claros, é apontada como autora de injustiças.

Na verdade temos os nossos rituais, que compõem nossa imagem, aos quais não podemos jamais abandonar e, ao contrário, é nosso dever perpetuar.

Esta foi a diretriz que nos deram os fundadores, nas palavras inaugurais de Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Manter a tradição e a continuidade de nossas obrigações e deveres. Como lembrava Olavo Bilac: “Opiniões políticas não importam à Academia, aqui, como no Paraíso e no Inferno, por diversos caminhos se pode chegar.”

Para ser acadêmico, a primeira das vontades é desejar sê-lo. Formalizar a aspiração. Submeter-se ao penoso e insubstituível corredor da eleição, que já foi mais rígido e solene. Isto nos livra de grandes lacunas e erros, pois os que não têm essa aspiração nos eximem da acusação e censura de injustos e discriminatórios.

Quanto gostaríamos de ter tido em nossos quadros Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade, Sergio Buarque de Holanda, Erico Verissimo; e a Academia Francesa, Molière, Descartes, Pascal, La Rochefoucauld, Saint-Simon, Rousseau. Todos ocupam, lá e cá, aquilo que se convencionou chamar a Cadeira 4I, a que nunca está vazia, porque de muitos assentos, sempre ocupados e lembrados.

Nesta noite, cumprimos o mais solene momento de nossas liturgias: receber o novo acadêmico com as luzes e pompas do instante e dar-lhe os louros de sua investidura: a simbologia inexplicável que nos enche a vida: ser acadêmico. Não ser nada e ser tudo.

Manda, também, o nosso costume que o discurso de recepção traga plantadas, em meio aos elogios, algumas farpas, para que a vaidade, bendita qualidade intrínseca de nossas vocações, não seja elevada a extremos e não nos faça perder rumo e cabeça.

Fique tranquilo, essa praxe não terá acolhida. Quebrarei a norma. Trago só louvores à sua chegada, que engrandece nosso quadro, com o seu talento, a sua obra, a sua vida.

Senhores acadêmicos,

Vivemos, hoje, um momento de alegria que tem origem na tristeza e na lembrança de Antônio Houaiss, o sucedido, que foi nosso Presidente e devotado guardião da Língua Portuguesa, preocupação maior de sua obra. Dizia Afrânio Peixoto: “Nossa vida vem de nossos mortos.”

Afonso Arinos, filho, é o terceiro deste nome a pertencer à Academia Brasileira de Letras. Seu tio-avô, Afonso Arinos, foi o primeiro. Era o grande escritor de *Pelo Sertão*, livro que abriga uma das páginas mais belas da Literatura Brasileira, das mais gravadas, mais repetidas, mais recitadas, a “Ode ao Buriti Perdido”. Como recorde minha Profa. Maria Pinho, na escola da pequena vila de Pinheiro, cobrar a lição de decorá-la. E nós repetíamos: “ó epônimo dos campos” [...] “testemunha sobrevivente do drama da conquista”.

Escreveu o *Mestre-de-Campo*, *Ouro! Ouro!*, *Lendas e Tradições Brasileiras*. Tem lugar de honra na História da Literatura Brasileira pelo vigor de sua prosa, a temática da terra e dos costumes. Foi eleito para a Cadeira 40, sendo seu segundo ocupante.

Em 18 de setembro de 1903, ao recebê-lo, Olavo Bilac exaltou a importância da obra de Afonso Arinos para a nacionalidade: “O Brasil foi passado da periferia para o centro, a nacionalização do centro para a sua costa.”

Afonso Arinos conseguia exprimir esse caminho recomposto da poderosa força do sertão como o mais autêntico chão da Literatura Brasileira.

A Cadeira 40, ocupada pelo primeiro Arinos, tem como patrono o Visconde do Rio Branco, escolha de Eduardo Prado para homenagear o Barão do Rio Branco, seu grande amigo. Escolhia o pai para lisonjear o filho. Essa cadeira traz, assim, a marca da Literatura e da Política; da interligação da figura do pai à do filho.

Sempre fui leitor compulsivo de velhos anais. Julgava o Visconde do Rio Branco maior do que o filho. Esse julgamento vinha do brilhantismo dos debates, da sua visão do país, de sua figura de estadista.

Depois, Presidente da República, fiz uma revisão dos meus conceitos. O Barão do Rio Branco foi o maior de todos os brasileiros, na visão estratégica do país. Ele resolveu os problemas do passado, assegurando a tranquilidade e a paz do futuro, que é hoje nosso presente, na consolidação das fronteiras,

na definição e estratificação daquilo que é o Brasil que, sem ele, não existiria nos seus contornos e unidade atuais.

Caros confrades,

Depois do primeiro Arinos, veio o segundo, Afonso Arinos de Melo Franco, pai do novo acadêmico. Afonso!, o grande Afonso. Se tivermos de escolher os três maiores intelectuais brasileiros do século que finda, podemos vacilar em dois, mas certamente, nesta lista, um se chama Afonso. Escreveu mais de cem livros; percorreu, pela inteligência e cultura, todos os ramos do conhecimento. Não há tema de qualquer natureza – filosófico, histórico, jurídico, Ciências Políticas, Sociais, Exatas, literaturas e Arte – que não tenham sido tratados, e bem, por ele.

Escreveu biografias extraordinárias: *Um Estadista da República – Afrânio de Melo Franco*, seu pai; *Rodrigues Alves*, o avô de sua esposa Anah, extraordinária figura de mulher; os quatro volumes de memórias da *Alma do Tempo*, livros nos quais ele, ao falar sobre o passado, refletia sobre o presente e profetizava sobre o futuro.

Em Afonso Arinos, pai, o segundo, toda a sua obra foi de uma grandeza enriquecedora para a inteligência brasileira e para o país. Foi também o político combativo, presente, grande parlamentar que muitas vezes mudou a história do Brasil. Cidadão e patriota, vida edificante de amor à família, ao povo brasileiro, às minorias desprotegidas.

Presidente da República, quis prestar-lhe numa homenagem simbólica tudo que o Brasil lhe devia – mandei inscrever o seu nome no *Livro do Tombo do Mérito Nacional*, o verdadeiro Panteão da Pátria, e entreguei-lhe a condecoração maior, que poucos brasileiros possuem, e disse naquele momento:

“Afonso Arinos é a perpetuidade da inteligência brasileira, a grandeza do sábio, pilar da nacionalidade; a glória de sua vida é patrimônio do Brasil.”

Tenho, como relíquia, o seu livro *Amor a Roma*, do qual escrevi a contracapa, com esta dedicatória: “A José Sarney, cuja amizade é uma das alegrias da minha vida. Afonso Arinos.”

Fui seu amigo e companheiro de lutas. Contra Vargas e nas fileiras da UDN. Mas nunca me senti senão como um devoto. Ele foi sempre para mim santo de altar, e devo-lhe gratidão eterna. Se eu fiz a carreira política nacional

que fiz, recebi o impulso inicial de Odylo Costa, filho, que foi membro desta Casa, secretário de Virgílio de Melo Franco, jornalista e poeta dos maiores do seu tempo.

Foi ele quem me levou a Afonso, e Afonso me acolheu na segunda metade dos anos 1950 – eu, aos 29 anos – e me fez vice-líder da Banda de Música da UDN – onde, menor de todos, tocava reco-reco – ao lado de Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Prado Kelly, Oscar Dias Corrêa, Bilac Pinto, Rondon Pacheco, João Agripino, Herbert Lévy, sob a vigilância de Otávio Mangabeira, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Odilon Braga, Milton Campos, Júlio de Mesquita Filho, Pedro Aleixo.

Em casa de Odylo e Nazareth, em Santa Teresa, conheci Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Carlos Castello Branco, Austregésilo de Athayde, Rachel de Queiroz, Gilberto Amado, Prudente de Moraes Neto, Peregrino Júnior, Jorge Amado, Pedro Nava, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Antônio Alçada Baptista, Carlos Chagas Filho, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Aurélio Buarque, Francisco de Assis Barbosa, José Guilherme Merquior, João Cabral, Osório Borba, Di Cavalcanti, José Rubem Fonseca, Álvaro Pacheco, e tantos grandes nomes, e compartilhei com eles o gosto da convivência.

Por que evocar estes tempos nesta solenidade, coisas que falam de mim? Porque Odylo dizia numa lição de carinho: “Todos somos linha auxiliar da família Melo Franco, que se interliga aos Nabucos numa junção histórica dos que construíram as instituições e participarão das grandes causas nacionais.” Ali, também encontrava os filhos de Joaquim Nabuco, o Monsenhor Nabuco, Carolina, Maurício, José e nosso carinho se derramava avassaladoramente por Maria do Carmo, extraordinária mulher que sem fazer literatura fazia vida literária. Maria do Carmo, que grande criatura humana!

Talvez por esses enredos do destino esteja eu aqui nesta noite, recebendo Affonso Arinos, o Terceiro, com a memória destes meandros das relações e da afeição às pessoas.

Não fiz referência a Josué Montello, porque estou tratando das conexões humanas que me levaram a Affonso Arinos. Josué, para mim, é outra vertente, patrimônio intocável do querer-bem, árvore da amizade em cuja sombra, ao longo da vida inteira, recebi carinho e orgulho de nossas origens, pela sua obra extraordinária, das maiores da Literatura Brasileira.

Senhor Acadêmico Affonso Arinos,

A Academia é feita de luzes e de sombras.

As luzes do presente, as sombras do passado. Nestas noites, as almas dos nossos mortos não buscam a penumbra, não se escondem na escuridão das coisas eternas. Elas aparecem e se mostram sem metafísica na evocação dos fundadores, dos que passaram por todas as cadeiras, dos patronos, dos que fizeram a história do pensamento da Literatura Brasileira.

Portanto, eu vejo sem retórica, na realidade dos olhos, Afonso Arinos, seu pai, eternizado na sua glória, cumprindo a realização de um sonho que também era seu. A consagração de uma extraordinária obra sua, que é o filho, a quem legou o nome, a formação cultural, política e profissional.

Mas as noites da Academia não são frequentadas somente pelos autores. Elas são invadidas pelos personagens que todos criaram. É Vitorino Papa-Rabo, de José Lins, que Afonso Arinos, pai, no dia de sua posse, trouxe para nele fazer o elogio do grande romancista de *Fogo Morto*, a quem sucedia.

A mesma coisa fez Olavo Bilac quando recebeu o primeiro Arinos. Trouxe o *Cuiabano*, Manuel Alves, de *Fatos da Alma Sertaneja*, “arrieiro atrevido, farto de afrontar homens e feras, afrontando as almas penadas de uma tapera mal-assombrada”. Fez sentar no auditório o campeiro Manuel Lúcio, “moço bravo e apaixonado, mal ferido do amor ingrato pela filha de um guarda-mor”. Todos aqui estiveram em 1903, quando o primeiro Arinos tornou-se acadêmico.

Senhores acadêmicos,

Affonso Arinos de Mello Franco é o terceiro a chegar a esta Casa. Traz a força de suas origens, de seus livros e de seus personagens que, na beleza de sua prosa evocativa, são pessoas de carne e osso que ele revive na criação da pena de escritor: seus antepassados, revoltas, gestos de bravura e gosto das coisas do espírito. Falar deles é acrescentar que o novo acadêmico representa esta linha que tanto tem engrandecido o Brasil, nas Letras e na Política: a memorialística.

Dizia Plutarco: “*causa fuit, pater bis*.” Isto não diminui, aumenta a dimensão do homenageado. Não é com outra invocação, senão a de exaltar Affonso Arinos, que lembro Afonso Arinos, o tio-avô e o pai.

A Cadeira em que ele está tomando posse tem Hipólito José da Costa como patrono, o grande jornalista, prócer da campanha da Independência; traz como fundador Sílvio Romero, pensador, ensaísta, crítico, o primeiro historiador da Literatura Brasileira; e seus sucessores: Osório Duque-Estrada, poeta, professor emérito do Colégio Pedro II; Edgar Roquette-Pinto, antropólogo, desbravador do alto sertão do Mato Grosso com Rondon, pedagogo, pioneiro com a radiodifusão educativa; Álvaro Lins, crítico literário arguto, jornalista polêmico, embaixador em Portugal, biógrafo literário de Eça de Queirós; e Antônio Houaiss, enciclopedista, diplomata, nomes que ele tão bem retratou em seu primoroso discurso.

Continuar a linha desse clã é seu encargo.

É ele uma personalidade que se encaixa dentro das melhores e maiores tradições da Academia. Podemos analisar sua vida e obra por três grandes vertentes: o homem de estado, o político, o escritor.

Temos, no homem de estado, o servidor público, o diplomata, o embaixador, o negociador e operador de relações internacionais, marcando sua carreira não pela burocracia, a consumir-se no cotidiano de suas tarefas, mas com espírito público, com posições nítidas, defendendo políticas públicas, colocando ideias claras, voltadas sempre pela compreensão de que os interesses do Brasil não se esgotam nos assuntos específicos do país, mas na visão de sua inserção no mundo, no destino dos homens, na revisão das injustiças, a começar pelas desigualdades sociais.

Affonso Arinos diz no seu livro de memórias dos quarenta anos, *Primo Canto*: “É difícil que alguém, mais do que eu, possa dizer-se — e sentir-se — criado no colo da política, interna e internacional.”

Sua vida está marcada por esta poderosa gravitação de um passado familiar, forte nas duas linhas. Pelo lado materno, seus avós casaram-se na capela do Palácio do Catete (que ele lembra), “entre brocados vermelhos”, a avó filha do Presidente Rodrigues Alves. O mesmo Palácio do Catete onde o neto viria a ser auxiliar direto do Presidente Café Filho, quando teve de acompanhar os episódios dramáticos do II de novembro de 1955 e sentir que o Brasil mudara pouco nos seus costumes políticos do tempo da invasão do Catete, em 14 de novembro de 1907, para derrubar o Presidente Rodrigues Alves, na revolta da vacina, em que até Rui Barbosa, presidente da Academia

por dez anos, essa figura solar do pensamento brasileiro, clamava cheio de indignação:

Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar com a introdução, no meu sangue, de um vírus em cuja influência existem os mais fundados receios de que seja condutor da moléstia, ou da morte. O Estado mata, em nome da lei, os grandes criminosos. Mas não pode, em nome da saúde pública, impor o suicídio aos inocentes... Justa é a resistência popular ... além do apelo às armas.

Rui, contra a vacina.

Mas, se a política estava no seu sangue — oito Melo Franco parlamentares! —, a Literatura ficava no mesmo nível. Seu pai dizia:

De velhos sangues provinciais herdei o duplo destino da Política e das Letras. Não o escolhi, senão o encontrei aberto diante de mim [...] Nas salas do avô ou do pai, discutia-se Política. Nos quartos dos irmãos era Literatura que se debatía, entre efigies de Verlaine, Voltaire, Beethoven, Eça.

Senhores acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores,

Affonso Arinos de Mello Franco não fugiu a este destino. E o confirmou. Como servidor público, um simples funcionário do Estado, como se intitulava na diplomacia, compareceu desde cedo às grandes conferências internacionais convocadas a regular as normas de convivência internacional, em que se debatiam as teses fundamentais do direito internacional, soberania, autodeterminação, não-intervenção; na agenda da modernidade, energia nuclear, direitos do mar, *apartheid*, sistema econômico e financeiro mundial, patrimônio cultural da humanidade em caso de conflito armado, justiça social.

Em todos esses fóruns, Affonso Arinos participava com o peso de grande bagagem intelectual, de sua formação e das ideias do estadista, numa linha de coerência com o seu passado e sua visão do mundo. É assim que se manifesta contra a subordinação das posições brasileiras à consulta à Embaixada Americana:

Quando entrei para o Itamaraty, era um comum embaixador do Brasil na ONU a inteirar-se sobre como deveria proceder consultando a missão americana [...]. Os nossos representantes recebiam [...] instruções no sentido de votar com a Delegação dos Estados Unidos [...]. Eu nunca fora antiamericano [...]. Mas sempre achei que o Brasil, fadado a ser grande potência mundial, não poderia atrelar-se ao destino de qualquer outra nação.

Defende posição independente na política externa e apoia a inclusão de Cuba no sistema pan-americano. Recusa apoiar o acordo nuclear que vedava ao Brasil dedicar-se à pesquisa atômica. Coerente com a linha histórica da família, condena a discriminação racial e enfaticamente defende posições fortes contra o regime do *apartheid* da África do Sul.

Como diplomata, percorre todos os postos da carreira e chega a seu ponto mais alto, embaixador, na Bolívia, na Venezuela, no Vaticano e na Holanda. Afonso Celso, ao receber Otávio Mangabeira, em 1934, falando das relações da Academia com a diplomacia, diz: “Viestes desse viveiro de estadistas que é o Ministério das Relações Exteriores, antigo dos Negócios Estrangeiros.” E acrescenta:

Haverdes vindo de lá, juntaís a vantagem de possuir um nome de família caro às Letras, circunstância não despicienda, pois na Academia Francesa, modelo da nossa, sempre houve uma bancada que atende à linhagem do candidato.

Em Affonso Arinos de Mello Franco o diplomata, o político e o escritor fundem-se numa unidade que, não dispensando o extraordinário berço, não o faz um herdeiro, mas um continuador.

Em toda sua carreira, tem sempre essa preocupação de servir ao Brasil, pugnando por uma linha nacionalista, de independência, e atento na defesa dos interesses nacionais, não um alinhamento automático, mas uma aliança madura e ativa, sem submissões. Aliás, nessa direção, segue os passos do pai e do bisavô Rodrigues Alves, que, na crise do café, os Estados Unidos a confiscarem o produto brasileiro em Nova York, escreveu a Lauro Müller:

Desde que o governo americano fez-nos a afronta de um processo violento e injusto, para servir aos interesses comerciais do seu país [...] os incidentes ocorridos são de tal ordem, que pergunto às vezes a mim mesmo se teríamos acertado com a

política que andamos desenvolvendo nos Estados Unidos [...] não se deve confiar demais no sentimentalismo dos nossos amigos, quando se torna intensa a pressão dos grandes interesses orçamentários e comerciais.

Affonso Arinos combate a participação do Brasil no episódio da República Dominicana, porque feríamos o princípio da “não-interferência em assuntos internos de outros países”.

Como embaixador na Bolívia, esse país sofrido, de instituições instáveis, Affonso Arinos realizou-se, pessoalmente, na carreira. De sua atividade intensa, resultou um livro importante para o continente, *Tempestade no Altiplano*.

Na missão da Bolívia, pôde ver em toda sua dramaticidade o drama latino-americano, o subdesenvolvimento político e a fragilidade dos ideais democráticos diante de uma sociedade dividida pela pobreza, pelo ódio, pela ambição, pelas lutas castrenses, pela ausência da mínima estrutura política para a existência da liberdade e da democracia, pelos ganhos ilícitos, a corrupção generalizada. Tudo sintetiza nestas palavras: “Testemunhei o pacto tácito de assistência mútua entre duas sociedades de celerados, a dos traficantes de cocaína e a dos torturadores e terroristas.”

Affonso Arinos rompeu as camisas-de-força do formalismo das instruções ministeriais e limites da não-ingerência, para cumprir a fidelidade dos seus ideais cristãos e de humanidade.

Em La Paz, foi um abnegado defensor dos direitos humanos. Não na retórica e na teoria, mas na proteção às pessoas: concede asilo, negocia, protege, pondera e, em meio a explosões e revoltas, revela-se grande profissional. Assiste a quase uma dezena de quarteladas e observa o Palácio Queimado, sede da Presidência da República, cumprindo a sua delicada missão de embaixador.

Li, há alguns anos, um livro sobre este palácio. É ele imagem simbólica da história boliviana através das lutas para ocupá-lo. Os dramas, os assassinatos e as batalhas ali travadas pelo poder. Mais de cem golpes. A tragédia do Presidente Blanco Soto, que era assassinado no dia da posse e lançado à rua. Melgarejo, Agustin Morales, Federico Lafaye e tantos nomes da trágica história boliviana.

Senhores acadêmicos,

Falemos do político.

Desde os quatorze anos, entra na atividade partidária. É fundador da juventude udenista, partido criado na clandestinidade pelo seu tio Virgílio e cujo nome foi dado pelo seu pai, Afonso.

Ei-lo testemunha das conspirações, das prisões familiares, das perseguições do Estado Novo.

Na Política, destaca-se o parlamentar. O legislador constitucional da Guanabara e depois o deputado federal. Não se comporta, nessa atividade, na linha serena dos Melos de Paracatu. É mais Alvim.

Odylo Costa, filho, em carta a Carlos Castello Branco, diz os motivos por que vota nele: “Qualidades permanentes, dons literários, vocação política, criatura humana, vida familiar e espiritual exemplares”, para concluir:

um temperamento radical e generoso que nos lembra o nosso Virgílio de Melo Franco: é que este não tinha a paciência de Afonso, pai, mas o temperamento que o tempo não dissolve, dos ancestrais de Paracatu, daqueles que não levam ofensas para guardar.

Afonso Arinos teve logo o contraponto da prova de fogo. Tinha estreitas ligações com Carlos Lacerda, estreitas; mas este era daqueles cuja força extraordinária do talento político se alimentava de lutas e mesmo os companheiros aqueciam-se nele pelo calor, mas não podiam encostar, com medo de se queimarem.

Nosso acadêmico entra em confronto com Lacerda, separam-se, a luta verbal é das mais duras, e Afonso, sem espaço, abandona a UDN; vai para o PDC. Chega à Câmara Federal e, lá, revela-se o deputado combativo, independente. Vota contra a Revolução de 1964, não apoia a intervenção em Goiás e, no seu novo partido, enfrenta Juarez Távora.

De repente, numa dessas crises de escolha, abandona a Política e volta à Diplomacia. Dali, somente se afasta para vir, em devoção comovente, comandar a candidatura do pai, cuja presença eu considerava fundamental na Assembleia Nacional Constituinte. E foi.

A coisa melhor que tem na Constituição de 1988 é o capítulo dos Direitos Individuais, extraordinário texto político, dos melhores em todo o

mundo. Ali está a mão, ou melhor, estão o talento e a cultura de Affonso Arinos de Mello Franco.

Vejamos o escritor. A obra de Affonso Arinos revela o escritor primoroso que se concentra em densos livros. Neles, o estilo foge às tentações do barroco, não permite invasão de adjetivos e afasta por métodos policiais os advérbios. Fica no substancial.

Quero destacar dois pontos altos: o memorialista e o ensaísta. A força inaugural de tudo que escreve é o desejo de fixar o passado, trabalhando e comparando com o presente e deixando meditações para o futuro. Todo memorialista tem que ter o gosto de eternizar fatos, de fixá-los, como se isso fosse a perpetuidade de sentimentos, emoções, ideias. Seu instrumento é a palavra. A palavra escrita, laboriosamente construída.

Um memorialista é um pintor que tem na palavra o pincel e o lápis. Desenha, projeta espaços, objetos, cores. No gênero, seus três livros, *Primo Canto*, *Tempestade no Altiplano* e *Atrás do Espelho são Pontos Altos*.

Depois, na mesma linha, surgem *Três Faces da Liberdade* e *Ribeiro Couto e Afonso Arinos*. Nada de exageros, nem de se perder nas minúcias nem na extensão das formas. Fixa o essencial e nestes textos torna-se um retratista exímio, com traços firmes e simples, como se fossem desenhos de Matisse, suaves, de curvas definidas, mas que não se concluem, apenas dão a visão da forma que deve ser completada pelos olhos de quem vê. No caso, de quem lê.

Nesse aspecto, lembra-nos os famosos retratos de Nabuco, quando, em seu *Um Estadista do Império*, fixou mais com palavras do que com tintas as figuras marcantes da época. São retratos que, em grande poder de síntese, reconstroem a forma física e invadem a alma e a psicologia das pessoas.

Vamos recolher alguns desses momentos.

Começemos pela figura de Churchill. Em companhia de Moniz de Aragão, seu tio, embaixador em Londres, visita a Câmara dos Comuns, na abertura do Parlamento. Em lugar privilegiado, vê o grande homem do século, amargurado com a derrota para Clement Atlee, mas líder da oposição trabalhista, fazendo o discurso de censura!

Como o descreve:

O velho leão rugia... Depois acomodou-se pesadamente num espaço onde caberiam dois deputados. Olhava fixo, para frente e para baixo, como um touro cansado. À impressão de combatividade sucedera outra de quase abulia.

Sobre Juarez Távora:

Vinha de muito longe [...] a legenda desse homem alto e ativo, com um ar de Gengis Khan caboclo, explosivo e organizado, aventureiro e trabalhador, indisciplinado e disciplinador, conspirador e estudioso infatigável, desdenhoso, incorruptível, ambicioso. [...] Presença carismática, geradora de popularidade.

Antônio Houaiss:

[...] carregador de pedras com que ergueu pirâmides no deserto da Cultura Nacional...
[...] A delicadeza no trato, a invariável cortesia, a atenção afetuosa, o interesse solidário pelos problemas e aspirações de amigos e do próximo, a amável boêmia...

Sobre o tio, Virgílio de Melo Franco:

O menino Virgílio, cavalheiresco e irreprimível. Adolescente, apresentado a Pinheiro Machado, ao dizer-lhe que precisava estudar se quisesse ser alguém, retrucou ao caudilho: conhecia exemplos eloquentes em contrário. [...]

Jovem romântico e jogador. Bateu-se em duelo a tiros, às margens do Lago Lemán. [...]

À beira do fogo, os ombros do tio Virgílio me chamaram atenção — estreitos e caídos [...] o homem de extrema bravura, combatividade e autoridade, dava a impressão de frágil força física. [...] Ficava horas a escutá-lo narrando caçadas de onça nas matas do rio Doce ou aventuras e episódios da Revolução de 1930.

E a descrição de sua morte, num texto conciso, despojado, sem emoção e de grande beleza trágica:

Acendeu a luz, apanhou o revólver na mesa de cabeceira e abriu a porta. Era o antigo criado... O bandido, na escada em curva que subia até o patamar para onde se abria o quarto, a silhueta contra o fundo luminoso, disparou com a espingarda de caça de tio Virgílio. Este cambaleou para frente e, quase às cegas, pegou o seu revólver, apoiando-se no corrimão, apertou repetidas vezes o gatilho... Uma delas perfurou o assaltante no ombro, matando-o... As outras se perderam pelas paredes. Virgílio foi

sentando lentamente, apoiado por tia Dulce, e ela apoiou-lhe a cabeça no colo: “Você está ferido, Virgílio?” “Estou, minha filha...” Morreu varado por dezenas de chumbos de caça.

Carlos Lacerda:

O vigor de sua personalidade, a inteligência poderosa, a resposta pronta, imaginosa e contundente, a audácia na ação, a atenção que dava aos moços. [...] Ninguém teve tanta e tão continuada influência no destino da vida brasileira.

(Abro aqui um espaço pessoal para homenagear na saudade a figura extraordinária de Carlos Lacerda.)

Os livros de Affonso Arinos são essencialmente memórias. O instrumento que usa para exercer o ofício de escritor é a evocação. Mas não é só o relato frio dos fatos, o depoimento, a fixação de pessoas. Expõe ideias, comenta os acontecimentos, promove e desperta reflexões e faz Crítica Literária.

Memórias têm relação íntima com a História. Desde a Antiguidade, as primeiras e mais importantes raízes da Literatura Clássica encontram-se em memórias: lembremos Xenofonte e César.

No caminho da humanidade, grandes marcas estão em memórias. Épocas, séculos, dias, acontecimentos, todos guardados em memórias. Richelieu, Mirabeau, Lafayette e tantos outros fizeram Literatura em Memórias.

Um dos maiores monumentos da inteligência humana é o *Mémoire d'Autre-Tombe*, de Chateaubriand, cujas comoventes páginas sobre a infância raramente serão alcançadas na Literatura Universal.

Vi o mar cercar, nas altas marés de Saint-Malo, o túmulo de Chateaubriand, e o que me vinha à mente não era o mar nem ele, eram as suas extraordinárias memórias, gênero literário difícil e eterno, que navega entre o sonho, a história e o difuso lembrar.

Sobre a obra de Affonso Arinos, recolho o abono de Otto Lara Resende, Antônio Carlos Villaça e Carlos Castello Branco. Otto louva-lhe o estilo e a precisão. Vilaça diz textualmente:

Política e Literatura estão harmoniosamente unidas no destino de Afonso Arinos. Diplomacia, Política e Letras lhe compuseram a vida... Desde o livro de

estreia, *Primo Canto*, Afonso Arinos, filho, ia do memorialismo à pura reflexão política.

E Carlos Castello Branco:

Afonso Arinos, pai, e Afonso Arinos, filho, têm temperamentos tão distintos que as obras respectivas se afirmam, normalmente autônomas. [...] Um depoimento pessoal rigorosamente honesto de um homem público que exerce suas missões sempre em estado de consciência.

Mas sua obra, caro confrade, não se esgota aí, embora sua fascinação seja a memorialística.

Eu tenho, no mesmo nível, a avaliação dos seus ensaios históricos, sínteses primorosas de quem conhece a História do Brasil, a formação nacional. São trabalhos de substância. Destaco os ensaios sobre Juarez Távora, Rodrigo Mello Franco de Andrade, A política externa do Chanceler Afonso Arinos, Houaiss nos 80 anos, Virgílio de Melo Franco, Rodrigues Alves, e o primoroso estudo sobre o seu pai, Afonso Arinos, o parlamentar, obra de pesquisa e de estudo, na qual analisa a faceta mais visível do grande orador parlamentar, trabalho que tece com meticulosa isenção, selecionando, num universo incommensurável, *Cem Discursos*. Não são somente discursos, são retalhos da História do Brasil, que Afonso Arinos, filho, pesquisa, redescobre e revela com grande talento.

Acadêmico Affonso Arinos,

Mudo o tratamento. Saio da terceira pessoa e utilizo a segunda.

Vós estais aqui acompanhado dos vossos livros, da vossa vida, da vossa obra, dos filhos e de Bia, aquela que a lenda conta ter infligido uma definitiva derrota a Marta Rocha.

Por maior que seja a glória do vosso pai, não é ela que vos traz à Academia. Ele participa desta noite pelo sangue, pelo amor que vos devotava, pelo orgulho do filho. Mas, também, não podemos esquecê-lo. Ele tem que estar conosco, para vos receber, vaidoso e feliz.

Vejo Affonso, chamo Afonso, convoco Afonso nesta noite que seria a maior alegria de sua vida, para estar aqui, ao meu lado.

Mas não é a ele que invoco para terminar esta saudação de chegada.

São duas figuras femininas: uma, Anah, exemplar apascentadora de vocações. A do marido, pela devoção; a do filho, pelo amor.

A outra mulher, aquela que é tão cara ao Brasil e aos troncos históricos das famílias que construíram a glória e o exemplo dessas montanhas: Minas Gerais. Quando Minas se enfraquece, o Brasil definha. Minas é a união, é a liga inquebrantável que une as fissuras dos Brasis: o do Norte, sertão agreste, e o do Sul. Minas não tem mar, porque o mar é salgado. Minas é doce. Suas águas são as águas da unidade nacional.

Assim vos recebo, trazido por Minas e Anah, e tendo ao meu lado, na soleira da chegada, com a força totêmica das montanhas mineiras, Afonso Arinos, seu pai, mas vestido sem fardão, com a roupa dos Melos, revólver na cinta e de chapéu caído, para dizer que eles são o princípio, no sentimento do amor a Minas, com as marcas da lendária Paracatu.

Bem-vindo!

Muito obrigado.

Discurso do
SR. CARLOS HEITOR CONY

e

Resposta do
SR. ARNALDO NISKIER

*Sessão solene extraordinária
do dia 31 de maio de 2000*

I

DISCURSO DO SR. CARLOS HEITOR CONY

Cinco anos passados, ao receber desta Academia o prêmio Machado de Assis, iniciei meu agradecimento citando o nosso mestre: “A vida não é completamente boa nem completamente má.”

É um pensamento de Quincas Borba, não o homem, mas o cão que tem o mesmo nome do dono. Repito hoje a frase em outras circunstâncias, mas com a mesma convicção.

Seria o caso, senhores acadêmicos, de me render, humildemente e afinal, à generosidade de vossa acolhida nesta Casa.

Não sendo completamente boa nem má, a vida continua a me provocar espanto. Aqui estou eu, na tribuna mais ilustre do País, com minha péssima oratória, tomando posse na Cadeira 3, cujo patrono, Artur de Oliveira, foi definido pelo próprio Machado de Assis como “um saco de espantos”.

Em 1897, quando Lúcio Mendonça e Machado de Assis fundaram esta Academia, ficara estabelecido que cada ocupante escolheria o patrono de sua própria cadeira.

Filinto de Almeida, que integraria a primeira geração de acadêmicos, desejou ter o nome do poeta Gonçalves Crespo associado à sua poltrona. Machado o dissuadiu, alegando que o poeta era português.

O próprio Filinto, nascido em Portugal, já era quase uma exceção, uma vez que os estatutos da Academia estabeleciam a condição de brasileiro nato para seus membros efetivos.

Contudo, seis anos antes, a primeira Constituição republicana, em 1891, dera a condição legal de brasileiro nato aos estrangeiros que aqui viviam à época de sua promulgação.

Vetado o nome por ele escolhido, Filinto aceitou a sugestão de Machado de Assis. E foi assim que Artur de Oliveira, sem obra literária organicamente construída, ficaria ao lado de José de Alencar, Castro Alves, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Tobias Barreto, Gregório de Matos, Cláudio Manuel da Costa, Raul Pompeia, Tomás Antônio Gonzaga, Fagundes Varela e outros nomes maiores de nossa história literária.

De Artur de Oliveira, ficaram textos esparsos que Afrânio Peixoto reuniu em livro honestamente intitulado *Dispersos*. Deve ter sido figura interessante, de conversa fácil e trato cordial.

Cento e três anos depois, eu me pergunto o que seria um “saco de espantos” para um homem como Machado, que de nada e de ninguém se espantava. Devo a Josué Montello uma indicação que, na verdade, não deixa de ser espantosa.

Examinando a correspondência de Gustave Flaubert a Michel Lévy, Josué descobriu uma carta em que o maior romancista daquele tempo apresentava ao editor “o jovem brasileiro, Artur de Oliveira, que já traduziu metade de *Madame Bovary* e pede a sua autorização para publicar uma tradução portuguesa no Brasil”. E Flaubert acrescentava que já lhe dera a sua aprovação.

Não se conhece esta tradução da metade de *Madame Bovary*. Ignoramos se Artur de Oliveira traduziu a outra metade.

Temos assim o “saco de espantos” a patrocinar esta espantosa Cadeira, na qual, com o espanto, dela cadeira, e o meu próprio espanto, passará agora a ser ocupada por mim.

Espantoso também seria o seu primeiro titular.

Poeta parnasiano, dramaturgo, cronista, político, Filinto de Almeida abordou todos os gêneros e em todos se destacou. Teve a vida misturada com sua obra num lance que se tornou um intervalo lírico em nossa nem sempre galante história literária.

Trabalhando na redação de *A Província de S. Paulo*, Filinto recebeu os originais de um romance assinado por uma desconhecida. Logo percebeu que ali havia uma escritora. Após a troca de cartas, a desconhecida acabaria tomando o nome do próprio Filinto, tornando-se, pelo casamento, Júlia Lopes de

Almeida, a romancista que abriria o caminho para grandes sucessoras, como Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Nélida Piñon.

Filinto ocupou a Cadeira 3 durante quase meio século. Não contribuiu pessoalmente para a discutível imortalidade dos membros desta Casa, mas ajudou a formar o mito da longevidade dos acadêmicos.

Sucedeu-lhe Roberto Simonsen, que foi o único a desmentir em público a imortalidade, morrendo aqui mesmo, neste recinto, durante uma sessão em que a Academia homenageava um visitante ilustre.

Engenheiro, industrial, historiador e parlamentar, Roberto Simonsen escreveu a *História Econômica do Brasil* e a *Evolução Industrial do Brasil*, referências obrigatórias de nossa cultura especializada.

No Brasil, foi ele o primeiro a falar em planejamento econômico. E, apesar de sua especialização, é dele o paralelo mais feliz entre o artista e o técnico, o poeta e o cientista. No seu discurso de posse, Simonsen mostrou assombrosa sensibilidade num homem de formação técnica e surpreendente cultura literária num cientista econômico.

Foi sucedido por outro notável: Aníbal Freire da Fonseca.

Deputado federal em diversas legislaturas, membro do Supremo Tribunal Federal, ministro da Fazenda no governo de Artur Bernardes, catedrático de Direito na Faculdade de Recife, diretor do *Jornal do Brasil* em dois períodos, tornou-se mestre de uma geração de juristas e acadêmicos.

Eu o conheci, menino ainda, quando frequentava a antiga redação da Avenida Rio Branco, levado por meu pai que era redator do mesmo jornal. Encontrei-o diversas vezes ao lado de Raul Pederneiras. Ambos se vestiam de preto, chapéu, colete, gravata, sapatos, tudo preto. Tinham alguma coisa dos personagens hieráticos de Eça de Queirós. Meu pai dizia dele que era um bom. E todos dele diziam que era um sábio.

Autor de uma biografia de Rosa e Silva, seu mestre e mais tarde seu sogro, foi homem de grande correção moral. Casado com uma jovem rica, ao enviuvar entregou todos os bens da esposa à família dela.

Como lembrou Alberto Venancio Filho, em belo trabalho biográfico, “parentes de Aníbal Freire foram encontrar, nos guardados da mesa, os botões da grinalda de noiva, enfeites de bolo e outras lembranças do dia de seu casamento, por ele conservados durante mais de meio século de viuvez”.

Já em avançada idade, quando não podia vir à Academia, a Academia ia até ele. Aos sábados, com ele se reuniam Ivan Lins, Marques Rebelo, Cândido Motta Filho, Hermes Lima, José Honório Rodrigues e futuros membros desta Casa.

Dele, guardo uma imagem afetiva. Quando soube que eu iria entrar para o seminário, ele colocou as duas mãos sobre os meus ombros e garantiu que eu ainda seria cardeal.

Como dizia meu pai, foi um homem bom, boníssimo. Mas lamentável profeta.

Em 21 de setembro de 1971, ao empossar-se nesta mesma Cadeira, Herberto Sales teve melhores palavras e melhor estilo para homenagear aqueles que nos foram antecessores. Levo, porém, sobre Herberto, uma involuntária vantagem. Preferia não tê-la.

É o bom assunto que ele me dá.

Este bom assunto é o próprio Herberto Sales, pois me cabe falar sobre um dos escritores contemporâneos cuja obra, traduzida em mais de doze idiomas, representa um dos pontos altos da Ficção Brasileira.

Quero lembrar um pequeno episódio autobiográfico, uma vez que esta parte do protocolo ficará por conta de Arnaldo Niskier, amigo e companheiro há mais de trinta anos, para o qual peço, desde já, que releve a generosidade com que ele me saudará, honrando-me com o brilho de sua inteligência e o favor de sua amizade.

Foi no início dos anos 1960. Entrei na sala do editor Ênio Silveira, na Rua Sete de Setembro, 97, endereço histórico da velha Livraria Civilização Brasileira, na época, a maior e a mais prestigiosa editora do país.

Com aquele estilo direto que lhe era próprio, ele me comunicou: “Você era para mim o autor mais vigoroso surgido no Brasil nos últimos anos. Mas agora apareceu um romancista maior e melhor: Herberto Sales, que ainda não é meu editado, mas o será brevemente.”

O entusiasmo do Ênio se justificava, mas não era correto. Ele acabara de ler *Além dos Marimbus*. Não havia lido, ainda, a obra inaugural, e também obra-prima do escritor baiano, lançado pelas Edições O Cruzeiro.

Publicado em 1944, quando o autor tinha 27 anos, *Cascalho* é o imenso e formidável romance que logo se colocou, com mérito igual, ao lado das grandes obras do nosso ciclo nordestino, iniciado com José Américo de

Almeida e prolongado em Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Adonias Filho e Rachel de Queiroz.

Como os clássicos da Literatura Universal, *Cascalho* tem a sua própria história. Demorarei um pouco a contá-la.

Morando em Andaraí, na região da Chapada Diamantina, Bahia, o jovem Herberto nada conhecia da vida literária do país. Correspondia-se com um escritor que admirava, Marques Rebelo, mas nunca lhe comunicou que estava escrevendo um romance.

Com mais de 650 páginas, o livro finalmente ficou pronto e Herberto enviou-o a um concurso coordenado pela *Revista do Brasil*, da qual Aurélio Buarque de Holanda era secretário. Os jurados não tomaram conhecimento do volumoso original do desconhecido autor.

Na obsessão de catar regionalismos, Aurélio apanhou o original, levou-o para casa e se surpreendeu com a qualidade do texto. Sendo vizinho de Marques Rebelo, com ele comentou a obra que estava lendo. Ficou admirado ao saber que Marques Rebelo correspondia-se com o autor.

Depois de lido pelos dois escritores, o original seria devolvido aos patrocinadores do concurso e desapareceria para sempre.

Enquanto isso, Marques Rebelo, em carta à D. Aurora de Azevedo Sales e não mais ao próprio Herberto, intimou-a a que mandasse o filho para o Rio, juntamente com o original. Teria o prazer de hospedá-lo em sua casa, o tempo que fosse necessário – o que realmente ocorreria, logo depois.

Mas nem Rebelo nem D. Aurora sabiam que Herberto decidira encerrar a carreira literária que sequer começara.

Juntara folhas secas no quintal da casa de sua família, rasgara em quatro partes as 650 páginas da cópia de carbono, a única que lhe restara. Um fósforo, uma pequena fogueira, e – perdoem a imagem sovada – uma Fênix morria para renascer às margens do lendário rio Paraguaçu.

Um fio invisível teceria a novela da qual resultaria uma das obras-primas de nossa Literatura. Aurélio sabia que o original seria jogado fora e decidiu ficar com ele, a fim de se abastecer dos numerosos vocábulos regionais que mais tarde enriqueceriam seu famoso dicionário.

Quando Herberto escreveu a Rebelo, comunicando-lhe que queimara a cópia única de seu livro, foi surpreendido com a revelação de que o original continuava com Aurélio.

Com o prestígio de ambos, não foi difícil encontrar uma brecha no mercado editorial da época. E foi assim que o livro teve um lançamento de primeira classe, numa das bocas de fogo mais importantes daquele tempo, as Edições *O Cruzeiro*, pertencente ao grupo dos *Diários Associados*, que tinha o comando de Assis Chateaubriand. Por coincidência, um futuro acadêmico. Da mesma forma que os três envolvidos na publicação de *Cascalho*: Aurélio, Rebelo e o próprio Herberto Sales.

A consagração seria imediata. O ciclo do romance regional ganhava novo espaço em nossa geografia literária. O cenário não era mais a Várzea do Paraíba, os engenhos e as bagaceiras de José Lins do Rego e José Américo de Almeida. Tampouco era o litoral baiano, águas encantadas por sereias, o chão coberto pelos frutos cor de ouro do cacau, os dois territórios mágicos – mar e terra – que ganhariam o mundo na obra de Jorge Amado.

Nem era a seca que afugentava homens e animais pelas caatingas, o flagelo que daria a Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz o ponto de partida para duas das carreiras mais gloriosas de nossas Letras.

Em *Cascalho*, a fortuna e a maldição estão no ventre da terra. A lenda dos diamantes, fartos e facilmente encontrados até nas moelas das galinhas, na prodigalidade dos aluviões ribeirinhos, atraíam homens e mulheres, velhos e crianças de toda a parte.

Véspera da fortuna imprevista, a miséria permanente acampava no decadente burgo excluído da civilização, povoado de fantasmas sacrificados na dura moenda dos diamantes e carbonados.

A releitura do primeiro livro de Herberto Sales dá a sensação de um anúncio de Guimarães Rosa com seu universo vocabular e sua técnica inovadora.

Além dos Marimbos, o livro que merecidamente me desbancou na preferência do nosso então editor comum, é bem posterior a *Cascalho*. O cenário é o mesmo, mesma a região já exaurida pelas bateias dos faiscadores.

A causa da miséria e violência não é mais o diamante. É a madeira que, nos anos 1920 e 1930, já atraía a cobiça que devastava florestas e matas.

E Herberto Sales, inovando o gênero com a técnica e a linguagem de seu primeiro livro, surpreende o leitor de hoje com a visão pioneira da ecologia que naquele tempo não entrara ainda no vocabulário e na preocupação do homem contemporâneo.

Livro estupendo em todos os sentidos, capaz por si só de garantir a seu autor o lugar que ele já alcançara e no qual mais uma vez se alçava.

Até então, a abordagem crítica via em Herberto Sales mais um regionalista, do porte dos grandes nomes da safra nordestina que emergira na década de 1930.

Mas Herberto tinha mais dentro de si.

O livro seguinte, *Dados Biográficos do Finado Marcelino*, é um romance urbano numa Bahia que ainda não era Salvador e iniciava seu período de metrópole nordestina.

Pela lógica existencial, poderia ter sido este o primeiro romance de Herberto, pois se trata dos anos de formação em que o jovem provinciano chega à cidade grande.

Na figura de um tio, inspirado em personagem real de sua família, Herberto mergulha na sociedade do incipiente capitalismo nacional, criando uma galeria de tipos que mais tarde se tornariam comuns na novelística brasileira.

Há, porém, neste romance urbano de Herberto, o toque da tragédia que ele trouxera de suas origens, no velho Andaraí diamanteiro.

Do ponto de vista crítico, a obra de ficção de Herberto Sales sofreria uma espécie de segundo tempo que não significaria perda de substância e abrangência.

Radicado no Rio a partir de 1948, pouco a pouco seu universo interior expandiu-se não apenas por influência do meio físico da grande cidade, como também pela intimidade com o grupo de amigos que o cercou e o marcaria para sempre.

Já citamos Marques Rebelo e Aurélio Buarque de Holanda, decisivos em sua carreira literária. Herberto confessaria diversas vezes o quanto a sua formação humana e intelectual devia a esses amigos.

Como filólogo, Aurélio sempre o estimulou na busca de sua elaborada linguagem regional. Ficaria lhe devendo um sem número de palavras e expressões que ajudariam a consagrar o monumental dicionário que conhecemos.

Marques Rebelo, porém, era um carioca exaltado e entranhado na obra mestra de Manuel Antônio de Almeida. Seria um contraponto do jovem autor regionalista que ele paternalmente hospedava em sua casa, encaminhando-o no meio social e literário da antiga capital da República.

Homem de sólida formação intelectual, cujo bom gosto foi responsável pela sua fama de maledicente, Marques Rebelo o influenciou de várias manei-

ras, indicando-lhe leituras e transmitindo-lhe a paixão pelo rigor do texto, a integridade da obra literária sem concessões.

Surge, então, na vida e na carreira de Herberto Sales, a figura magra e saborosa de José Cândido de Carvalho, que mais tarde também se tornaria membro desta Academia.

Zé Cândido seria um autor regionalista, mas de um ponto de vista universal, como o próprio Herberto.

Faltando-me credenciais técnicas para analisar criticamente a Literatura Brasileira, mesmo assim não me falta coragem para afirmar que José Cândido de Carvalho e Herberto Sales, autores surgidos na virada dos anos 1940 e 1950, deram dimensão nova à formidável geração nascida nos anos 1930, hoje consagrada como momento excepcional da Cultura Brasileira.

Estava formado o grupo definitivo, em torno do qual a vida e a obra de Herberto Sales prosseguiriam em sua segunda fase. Dataria deste período o aparecimento do contista. Um de seus livros, *O Lobisomem e outros Contos Folclóricos*, apesar de o título ter sido dado pelo editor, não deixou de ser uma homenagem de Herberto a seu companheiro José Cândido de Carvalho que estourara no cenário nacional com o antológico *O Coronel e o Lobisomem*.

Mereceriam um estudo à parte as relações de amizade entre esses quatro futuros acadêmicos. Cada qual a seu modo, em trilhas independentes, marcaria esta fase da inteligência brasileira. O mais surpreendente de todos seria o próprio Herberto, que a partir de certo ponto imprimiria à sua obra um sopro ao mesmo tempo didático, satírico e bíblico.

O Fruto de Vosso Ventre, *Einstein*, *o Minigênio* e *Os Pareceres do Tempo*, romances dos anos 1970 e 1980, revelam o itinerário espiritual e filosófico do autor amadurecido, que transcendia seu universo ficcional e penetrava no sombrio átrio da desventura humana.

Esta fase não mais regionalista, mas vigorosamente pensada e superiormente expressada, teve como inesperado contraponto a intensa produção de Literatura Infantil, na qual se destacam três clássicos. Um deles, *O Sobradinho dos Pardais*, de 1978, venderia em poucos meses mais de 500 mil cópias. Hoje, o livro já vendeu mais de um milhão de exemplares.

Por esse tempo, a convite de Moniz Vianna, diretor de redação, e Fuad Atala, editor do Segundo Caderno, eu me iniciara como cronista no *Correio da*

Manhã, ao lado de Carlos Drummond de Andrade e Otávio de Faria, que também seria membro desta Academia.

Uma tarde, recebi o telefonema de Herberto. Encarregado de organizar uma antologia de crônicas para as Edições de Ouro, ele desejava minha autorização para transcrever não uma, mas oito delas que haviam saído recentemente.

Guardo com carinho esta antologia, feita por Herberto e na qual adquiri, por generosidade dele, um espaço a mais no ofício que exerço até hoje.

Paralelamente à sua carreira de escritor, Herberto Sales exerceu o Jornalismo. Foi diretor e editor dos *Diários Associados*.

Presidiu, durante doze anos, o Instituto Nacional do Livro, em cuja gestão editou numerosos autores clássicos e modernos. Teve a auxiliá-lo, com dedicação e competência, outro acadêmico desta Casa, o contista Bernardo Élis.

Mais tarde, seria adido cultural junto à Embaixada Brasileira na França. Formaria com Josué Montello, então embaixador do Brasil junto à UNESCO, uma dupla que daria àquele período uma constante presença do Brasil no mundo europeu.

Membro desta Academia desde 1971, sendo saudado por Marques Rebelo, Herberto Sales experimentaria em sua estada parisiense o duplo sentimento do dever a cumprir e do exílio a sofrer.

Fiel às raízes, criança que se abria à vida testemunhando a luta dos garimpeiros que escavavam a terra em busca da fortuna que logo se transformaria em maldição, Herberto passaria por doloroso processo interior, revendo valores e ampliando sua perspectiva espiritual.

A morte levaria-lhe os grandes companheiros de jornada.

Sobrara-lhe a família como âncora de seu passado e luz do seu presente.

A despeito de sua obra, vasta e consagrada, traduzida em Inglês, Japonês, Francês, Polonês, Italiano, Tcheco e Chinês, tendo o seu romance de estreia adaptado para o cinema e para história em quadrinhos, Herberto isolou-se da vida literária buscando refúgio em si mesmo, em sua mulher, Juraci, em seus filhos Heloísa, Heitor, Herberto, em seus netos.

Ao deixar Paris, retirou-se para São Pedro da Aldeia, no litoral fluminense, onde reencontraria, nas mangueiras que plantou e nas flores que semeou, uma espécie de retorno ao seu Andaraí natal.

Durante todo esse tempo, em Paris ou em São Pedro da Aldeia, escreveria uma série de confissões e memórias a que daria o título de *Subsidiário*.

Temos aí o homem Herberto Sales diante de si mesmo, atravessando a escura noite da alma.

Suas anotações revelam um certo desencanto do escritor penetrado pela inexorabilidade do fim.

Olhando em volta, da altura humana e intelectual a que atingira, lamentando seus mortos, evocando seus fantasmas, o memorialista adota uma visão amarga, mas de vigorosa dignidade perante o mundo que viu e a vida que viveu.

Não faltam os momentos de depressão, comuns aos que se debruçam sobre si mesmos.

Mas o escritor, que tudo conseguiu do texto literário, o profissional bem-sucedido, o chefe de família admirável que amou e foi amado, o homem que foi Herberto Sales mostra-se à posteridade com uma grandeza que não se limita a si mesmo.

Atinge o tempo que lhe coube, tempo que ele honrou e do qual merece a nossa crescente e emocionada admiração.

Senhores acadêmicos,

Tentei cumprir, da maneira que me foi possível, o dever de casa. Após antigas e bem fundadas hesitações, bati à vossa porta e fui acolhido com pronta generosidade. Nada vos trago além da minha vivência na Literatura e na Imprensa.

Fui educado em seminário, com mestres que não esqueço e dos quais guardo não apenas saudade, mas amizade e memória.

Embora nunca tivesse me candidatado a esta Academia, sempre tive com os acadêmicos uma relação especial.

Herdei de Otto Lara Resende a coluna diária na *Folha de S. Paulo*.

De Austregésilo de Athayde, herdei aquele espaço que durante tantos anos ele enobreceu no *Jornal do Commercio*.

E nesta noite, cercado de parentes e amigos que tanto prezo, sucedo a Herberto Sales na Cadeira 3.

Contudo, a herança mais cara ao meu coração foi a de uma boina basca que eu comprei no Corte Inglês, de Madri, para Raimundo Magalhães Júnior, meu amigo e vizinho de mesa durante vinte anos, na redação e no restaurante de *Manchete*.

Ele usava a boina quando o ar refrigerado estava muito forte. Reclamava de Adolpho Bloch quando o ar estava ligado e reclamava mais ainda quando o ar não estava ligado.

Sempre que se abria uma vaga na Academia, ele me sondava, perguntando se aquela não seria a minha vez. Teve um poderoso aliado nesta pressão. Num momento difícil, quando todas as portas se fechavam para mim, Adolpho me ofereceu a sua casa e o seu carinho.

Tenho a certeza de que Magalhães e Adolpho devem estar reclamando de tanto eu ter demorado a fazer a vontade deles. Deles, recebi amizade e estímulo, só menores diante do amor e carinho que devo à minha mulher Beatriz, aos meus filhos Regina, Verônica e André.

Dou razão aos que estranham minha atividade de jornalista, sendo comum o equívoco sobre minha posição ideológica.

Fiz questão de marcar esta posse para o dia de hoje, final do mês dedicado a Maria – a jovem judia que aceitou participar, com a sua condição humana, no assombroso mistério de fé, no episódio que dividiria a História Universal em antes e depois.

Continuo agnóstico, mas devoto dos meus santos tutelares. Considero-me em processo, doloroso mas sincero, de retorno à fé naquele Deus que o rei e profeta Davi dizia ter alegrado a sua juventude.

Não tenho disciplina mental para ser de esquerda, nem firmeza monolítica para ser de direita. Tampouco me sinto confortável na imobilidade tática, muitas vezes oportunista, do centro.

Encontro em Eça de Queirós, em suas *Notas Contemporâneas*, as palavras que poderiam me definir ideologicamente:

A presença angustiosa das misérias humanas, tanto velho sem lar, tanta criança sem pão, a incapacidade da Monarquia e da República, da Ditadura e da Democracia para realizar a única obra urgente do mundo, a casa para todos, o pão para todos, lentamente me tem tornado um vago anarquista, um anarquista entristecido, humilde e inofensivo.

Menino do Lins de Vasconcelos, sou filho de um jornalista obscuro que transformei num personagem que todas as noites prometia a si mesmo: “Amanhã farei grandes coisas!”

Nunca fez coisas grandes, mas acreditava que viver era uma grande coisa.

Não lhe herdei a pureza nem a sabedoria. Este pai natural foi substituído por um pai espiritual, que colocou no pensamento do cão de Quincas Borba, o próprio cão sendo também Quincas Borba, a frase com que iniciei este discurso e o encerro: a vida não é necessariamente boa nem má.

Sendo este o pensamento de um cão cujo dono era um louco, não restou a Machado de Assis, em cuja Casa estamos hoje reunidos, senão a desculpa de que tudo no homem não passa de uma “poeira de ideias”.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. ARNALDO NISKIER

“Amá-la — foi a resposta e também acredito que ela entendeu isso. Formamos, ela e eu, uma dupla dinâmica contra as ciladas que se armam. E também contra aqueles que não aceitam os que se amam.”

À Mila — Carlos Heitor Cony

Diante da belíssima paisagem da Lagoa Rodrigo de Freitas, visivelmente emocionado, Carlos Heitor Cony mostrava com orgulho o seu chaveiro abençoado: “É de Nossa Senhora de Fátima. Tem me dado muita sorte.”

A revelação provocou um espanto. Na verdade, logo seguido de outro. O acadêmico recém-eleito apontou para uma estante iluminada, à sua frente, e confessou: “Ali estão dois símbolos que me fazem um grande bem: o missal romano e a menorá judaica.”

Sr. Carlos Heitor Cony,

Tendes com a religião alguns paradoxos aparentemente inexplicáveis. Nascestes católico, talvez cristão-novo, com um sobrenome que pode muito bem ser a corruptela ibérica de Cohen, tradicional família hebraica. Proclamai-

vos agnóstico, depois de frequentar o famoso Seminário São José, no Rio, citado por Machado de Assis no clássico *D. Casimiro*. Isso explica muita coisa, sobretudo o que considerais a frase mais inspirada da missa: a que se refere aos mistérios da fé. Lestes no Seminário muitos livros, principalmente os clássicos, em edições antigas e já desgastadas pelas mãos do tempo.

Ainda ouço vossa reiterada afirmação de que o Eterno não existe, mas confessais uma grande afeição pelos santos. Podeis ser enquadrado na frase que se tornou clássica: “Sois agnóstico, graças a Deus.”

Cony, jovem, amou o Todo-Poderoso com muita intensidade, para depois afirmar: “Gastei de forma perdulária minha cota de Deus. A conta foi cancelada.”

A equivocada crença é de que ficastes sem Deus e sem eternidade.

Uma doença, felizmente superada, provocou o justificado protesto: “Considero muito arbítrio, por parte do Criador, isto de excluir alguns do corpo de eleitos.”

Daí a revolta, acompanhada de uma prudente resignação, o que não impediu o vosso apego a certas criaturas de Deus que mereceram o nome de santos ou mesmo Nossa Senhora, cuja data hoje se celebra.

São vossas palavras, numa luxuosa edição da Bíblia:

A figura de Nossa Senhora, mãe de Jesus, me deixa cada dia mais comovido. Pensar naquela humilde mocinha de Israel, totalmente indefesa e humanamente desvalida, que, de repente, recebe uma mensagem espiritual e se descobre prenhe de Deus. É tão extraordinariamente belo que a imaginação humana jamais seria capaz de conceber uma invenção destas. E São José, o modesto carpinteiro, que certamente se apaixonou por aquela menina de 15/16 anos e quis fazer dela a sua mulher... De um dia para outro, se vê envolvido numa história absolutamente fantástica, na maior aventura da humanidade, e se submete com a maior humildade do mundo. A personalidade dos santos é simplesmente fascinante.

Os quase dez anos de seminário, na adolescência, jamais se apagaram da memória do romancista, que recorda com emoção as antífonas à Virgem, suas ladainhas, as polifonias de Perosi, a *Schola Cantorum* e o cantochão da Semana Santa. Ao lado disso, registra-se a enorme influência do Evangelho de São João, que vos aproxima também dos Atos dos Apóstolos e do *Ecclésiastes*, *puncti luminosi* da Bíblia.

Talvez provenha desses tempos inesquecíveis o possível e desejável reencontro com a fé: “Ensinar religião como matéria acadêmica é uma necessidade na formação do ser humano que ambiciona viver e conviver num plano moral.”

Pode ser um Cony de volta à adolescência, com os sonhos que agora retornam, felizmente ainda muito antes do seu crepúsculo.

Nada em Cony é definitivo, a não ser a paixão de 24 anos por sua mulher Beatriz Lajta, que merece desde logo a nossa mais carinhosa homenagem, além dos filhos Regina, Verônica e André, tratados com insuperável desvelo.

Não era vosso desejo candidatar-vos à ABL, resististes bravamente a muitas insinuações. Agora, aqui estais, risonho e feliz. Conquistamos para o nosso convívio de sempre o escritor que Nelson Werneck Sodré chamava de “cronista admirável”. Encarnais, de forma extraordinária – como foi o caso de Émile Zola, lembrado por Victor Hugo –, “um momento da consciência humana”. Nossa luta, agora, será pela vossa conversão. A eternidade já está garantida.

A GLÓRIA ACADÊMICA

Nesta Casa de tantos e tão qualificados romancistas, com que alegria registramos a vossa chegada. Aos 74 anos de idade, alcançais com todos os méritos a glória acadêmica.

Escritor e jornalista, substituíis na Cadeira 3 outro grande escritor e jornalista, cujo nome será permanente em nossa memória: Herberto Sales, o grande autor de *Cascalho* e outros romances para sempre inseridos na bibliografia brasileira.

Chamado por Aurélio Buarque de Holanda de “mestre da prosa”, Herberto foi um homem de muitas afeições e de saudades sem conta. Suas memórias também eram muito apreciadas. De cada uma delas, saía-se gostando mais ainda do autor, para quem “a Literatura é feita de letras e de espinhos”.

Na Academia Brasileira de Letras, hoje com 103 anos de vida, ocorre como que um revezamento. Não se trata propriamente de substituição, mas de continuidade, sobretudo quando são dois profissionais do mesmo ofício. Herberto baiano e Cony carioca, ambos ourives da palavra escrita, irmãos na estima e no estilo que consagrou duas carreiras de sucesso.

Sr. Carlos Heitor Cony,

É antigo o nosso empenho para contar com a vossa presença entre nós. Ganhastes por duas vezes seguidas o Prêmio Manuel Antônio de Almeida, com o romance *A Verdade de Cada Dia*, em 1957, e em 1958 com *Tijolo de Segurança*. O tricampeonato veio com o Prêmio Machado de Assis, numa eleição histórica, em 1996, pelo conjunto da obra. Na ocasião, nesta mesma tribuna, tive a intuição de anunciar o nosso secreto desejo de eleger-vos. O destino, sempre caprichoso, deu-nos agora essa alegria.

Atuante desde 1957, quando publicastes *O Ventre*, considerado por Aníbal Machado “um livro impressionante”, sois autor de 33 livros de gêneros variados, oscilando de romances a oportunos ensaios bibliográficos, como os que deram nova vida aos ex-presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, além do genial Charles Chaplin.

Marcastes a corajosa posição de crítico do regime autoritário, com as crônicas publicadas no bravo e saudoso jornal *Correio da Manhã*, em que trabalhastes como redator, cronista, editorialista e editor. Lá vivestes os momentos gloriosos de *O Ato e o Fato*, hoje um repositório da História do Brasil. E também da defesa inabalável dos direitos humanos, de que sois, na imprensa, um autêntico paladino, desde o início, em 1952, no *Jornal do Brasil*. Vosso estilo consagrou-se na crônica diária do jornal *Folha de S. Paulo*, do qual sois membro do Conselho Editorial, e também na Rede Globo de Televisão, onde praticais inspirado jornalismo eletrônico, depois de uma bela passagem pela teledramaturgia da Rede Manchete de Televisão, no período de 1985 a 1990.

Tivemos o privilégio de conviver, por mais de 30 anos, na revista *Manchete*. Foi lá, na bonita sede do Russell, que conversamos muitas vezes sobre as dificuldades da vida, nossos sonhos e devaneios, e lá pude perceber de forma nítida o vosso amor preferencial pelas figuras literárias dos escritores cariocas Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, Marques Rebelo e Lima Barreto, romancistas que valorizaram o Rio em suas obras. Deste último, recordo o verso oportuno:

Estamos em maio, o mês das flores, o mês do sagrado
pela poesia. Não é sem emoção que o vejo entrar. Há
em minha alma um renovamento; as emoções desabrocham de novo e,
de novo, me chegam revoadas de sonhos.

Pode existir algo de mais significativo, na crônica do grande autor de *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, marcando inclusive o mês de maio, como premonição desta posse?

Tendes uma vasta coleção de sucessos. No momento da saudação, é importante que o orador exerça o direito de proclamar o seu juízo de valor, selecionando os principais e vitoriosos títulos: *Antes, o Verão; Balé Branco; Pessach: a Travessia e Pilatos*.

O ATO E O FATO

Raro é o escritor brasileiro com tantas premiações. O *Quase Memória*, recebido com aplausos gerais, foi escrito em seis meses, num estilo que oscila entre o lírico e o picaresco. Está na 17.^a edição, vendeu mais de 120 mil livros e foi traduzido para o francês por Henri Rillard. Editado em Paris pela exigente Gallimard, mereceu da Câmara Brasileira do Livro o Prêmio Jabuti de 1996 como “melhor livro de ficção do ano”; em 1997, *O Piano e a Orquestra* foi aquinhoadado com o Prêmio Nacional Nestlé de Literatura, mesma láurea recebida mais tarde com *A Casa do Poeta Trágico*. E por último, em 1999, as homenagens ao *Romance sem Palavras*, que recebeu o Prêmio Jabuti. São sete grandes prêmios, na Literatura Brasileira.

Como cronista, publicastes: *Da Arte de Falar Mal; Posto Seis e O Ato e o Fato*. Podemos registrar ainda uma coletânea de crônicas com o título *Os Anos mais Antigos do Passado* e o livro de contos *Babilônia! Babilônia!*

De todas essas obras, algumas das quais vertidas para outros idiomas e inspiradoras de filmes de muito sucesso, surgiram comentários que podem ser lembrados como pontos altos, como fez o Acadêmico Gilberto Amado: “Carlos Heitor Cony representa um momento excepcional da nossa Literatura.”

Para o crítico Wilson Martins, o *Quase Memória* é uma obra-prima, enquanto o cronista Roberto Pompeu de Toledo afirmou que “Cony pega seu tipo inesquecível e o torna tipo inesquecível da Literatura Brasileira”.

Confessais sentir um calafrio, mais na alma do que na espinha, quando sois chamado de intelectual. Não tendes como escapar desse inverno existencial, que, de toda forma, vos salvou de ser maquinista da Central, como chegou a ser um dos primeiros desejos. Sois personagem dos próprios romances,

passados na terra carioca, onde exerceis o duro ofício de viver, como aconteceu com Leonardo, do *Memórias de um Sargento de Milícias*; Brás Cubas em *Memórias Póstumas* e *O Homem que Sabia Javanês*, de Lima Barreto. Para Otto Maria Carpeaux, “Cony é o maior nome do neorrealismo brasileiro”.

Homem afeito às redações desde 1952, quando frequentastes, ao lado do pai mítico, o *Jornal do Brasil*, cedo aprendestes o valor da questão prioritária do convívio. A Academia não julga o valor da obra de ninguém, mas aprova aquele que, sendo um intelectual, é capaz de demonstrar a capacidade de convívio. Não foi de outra maneira que o nosso patrono, Machado de Assis, citou os primeiros tempos da ABL, em carta escrita a Joaquim Nabuco: “A nossa Academia Brasileira tem já o seu aposento, como deve saber. Não é separado, como quiséramos; faz parte de um grande edifício, dado a diversos institutos.”

A despeito do que parecia um convívio promíscuo, ainda assim deu os primeiros passos e depois deitou raízes para ser hoje a mais importante casa de cultura em nosso país. Está no imaginário popular com esse prestígio.

HOMENAGEM AO PAI

O romance *Quase Memória*, que aborda o fascinante universo jornalístico, em estilo meio reportagem, meio crônica e meio ficção, é homenagem à figura paterna. Com ele, viveu momentos de intensa cumplicidade:

Meu pai sempre procurou as coisas e o excesso das coisas. Depois que eu saí do Seminário, esta cumplicidade cresceu mais ainda. Tentei colocar a figura do pai em seu devido lugar.

Quem convive com Cony sabe o quanto ele admirava o pai e as originais histórias de jornalista e boêmio. Sempre nos deliciamos com as evocações sobre o velho Ernesto Cony Filho, a principal das quais referia-se à sua técnica imbatível de construir balões. O retrato dessa realidade, no romance carioca, é um dos pontos mais expressivos da Literatura Brasileira, com algumas lembranças que recordam o *Isaías Caminha*, de Lima Barreto. Vejamos a inspirada recordação de Cony:

Da boca e do rombo que ele abrira na lateral saíam rolos de fumaça, já esbranquiçada, revelando que o monstro entrava em coma. E ele caminhava sobre a sua conquista, em largas passadas, pisando aqui e ali, onde ainda havia vestígio de ar. Tombando, exausto como um touro ensanguentado na arena, o balão se rendeu, vencido, cadáver, animal fatigado que escolhe o lugar onde nasceu para morrer.

Quanta beleza na síntese que recorda a saga dos balões do Rio de Janeiro, hoje quase proibidos: “As gigantescas lanternas coloridas escreviam, nos céus da cidade, uma história de luz e liberdade.”

Se os balões fossem entregues somente a mãos profissionais, como as do pai do Cony, certamente as tragédias seriam evitadas. Eles tomariam sempre o caminho do mar, afundando junto com os sonhos antes iluminados.

Em todos os romances, em que transparecem inspirados momentos de realismo mágico, há um forte teor autobiográfico. No *Pilatos*, alcançastes um momento de ruptura, vivido numa época plenamente feliz. Daí a explicação dos 23 anos de posterior solidão literária: “Eu não tinha mais nada a fazer.”

Sobreveio, então, a dor do envelhecimento e da doença da cadela Mila. Ela passou a dormir de dia, para ficar a vosso lado à noite. A ternura desse enlace expandiu-se até os limites do que pode alcançar o sentimento.

São recordações da era do jornalismo romântico, “quando não havia copidesque, computador ou mesmo carteira assinada”. Jornalismo e arte misturavam-se numa só conspiração.

Como se pode perceber, nesse trecho do premiado romance, em que o pai, professor improvisado, buscou recuperar o tempo perdido na escola não frequentada:

Na véspera da lição, ele deixou escrita no quadro-negro uma mensagem para mim: “Amanhã, às cinco e meia, impreterivelmente, partiremos de casa para os altos do Sumaré, a fim de assistir ao nascer do sol e com ele aprender a orientação sobre o planeta Terra. Traje: esporte. Atenção: acordar meia hora antes da saída, fazer a higiene, tomar café e apresentar-se à sala na hora aprazada. PS: Haverá merenda para o aluno.”

O rigor misturado à preocupação com a necessária aquisição de conhecimentos. Cony costumava dar vexame nos números, mas alegrava o pai nas redações.

Glutão, não poderia perder um passeio ao alto do Sumaré, “a subida na fresca da manhã abrindo o apetite, a beleza do espetáculo, ver o sol nascer em cima da baía, levantando-se das águas, encharcado de mundo, era demais”.

Com nove para dez anos, longe de ser um retardatário na vida, era do pai que vinham as melhores e mais completas lições.

À MILA

Do amigo, há tantos segredos que só uma posse seria pouca para as inevitáveis revelações. Cony singular, uma grande e personalíssima figura humana. Capaz de tudo pelos amigos, devotou-se de corpo e alma a Mila, doce e leal companhia por mais de 13 anos de “chamego e encanto”. Quando a cadelinha *setter* se foi, escrevestes uma das nossas mais pungentes páginas literárias, revelando intimidades jamais confessadas:

Formamos, ela e eu, uma dupla dinâmica contra as ciladas que se armam. E também contra aqueles que não aceitam os que se amam. Quando meu pai morreu, ela se chegou, solidária, encostou sua cabeça em meus joelhos, não exigiu a minha festa, não queria disputar espaço, ser maior do que a minha tristeza.

Passeando na Lagoa Rodrigo de Freitas, Cony considerava-a uma *lady*, uma rainha de Sabá, numa liteira inundada de sol e transportada por súditos imaginários. Para concluir:

Até o último momento, olhou para mim, me escolhendo e me aceitando. Levei-a, em meus braços, apoiada em meu peito. Apertei-a com força, sabendo que ela seria maior do que a saudade.

Publicada a crônica, foram centenas as manifestações de solidariedade.

Nesse momento de pura melancolia, é oportuno relembrar um trecho de *Antes, o Verão*:

Eu restei só. Só, como sempre procurei estar esses últimos dias. Breve virá o jantar e depois iremos cada qual para seu lado. Não sei o sonho que visitará seus olhos. Eu velarei. Gastarei esta última noite horivelmente lúcido, esbarrando em meus

próprios escombros, flagelado pelos meus próprios fantasmas. Se eu gritar mais forte – não há o que temer: é que os fantasmas ou os escombros feriram mais fundo, e irremediavelmente.

Com mais graça e sentimento do que o escritor italiano Umberto Eco.

São compreensíveis as saudades de Austregésilo de Athayde, que se ofereceu espontaneamente para depor a vosso favor, nos idos nebulosos de 1964, e Otto Lara Resende, a quem substituístes na crônica diária da *Folha de S. Paulo*. Dois seres humanos excepcionais, que fazem muita falta à Academia.

Com ódio à violência, mas preocupado, como Graham Greene, com as tormentas da fé, assim vos definistes:

Sou um homem desarmado, não tenho guarda-costas, nem medo. Tenho, isso sim, uma obra literária que, bem ou mal, já me dá uma razoável sobrevivência. Esse o meu patrimônio, essa a minha arma.

A que agora agregamos a honrosa condição de imortal, recebido com toda pompa e circunstância, para saborear conosco o humor machadiano, de que sois igualmente paladino, como *causeur* de primeira ordem.

Torcedor do Fluminense, razoável pianista, um bom pintor influenciado pelo amigo Manabu Mabe, apaixonado pelos clássicos norte-americanos George Gershwin, Cole Porter, Irving Berlin e Jerome Kern, deixastes espaço para amar compositores brasileiros como Noel Rosa, Lamartine Babo e Ary Barroso. Sem esquecer a paixão solitária pela ópera ou o gosto bissexto pela fotografia.

Visitastes, a serviço ou por puro prazer, muitas capitais deste mundo que amamos com restrições. Mas nada que se compare à paradisíaca cidade de Positano, na costa amalfitana, com os seus rochedos impressionantes, impregnados de história. Foi vosso o conselho, jamais esquecido, para que lá fôssemos, eu e Ruth, a hospedar-nos no Hotel San Pietro, ao lado da cinematográfica residência de Zefirelli. Que saudades de Mr. Cinque e de suas riquíssimas histórias, com gosto de Itália, de que sois parte ponderável.

De Havana, trouxestes o hábito de fumar os legítimos cubanos, com a esclarecedora revelação: “Um charuto ajuda a refletir e a curtir os bons momentos da vida.”

O clima é fundamental, como sabemos, nesses pontos luminosos que podem mover a nossa vida. Entre uma baforada e outra do partagás, sois

capaz de vos comover com a melodia insuperável do órgão que marca o *laudamus te, veneramus te, adoramus te*.

Com o sentimento de nostalgia das coisas inacabadas, em *O Piano e a Orquestra*, no ano de 1996, abordastes o “quase Brasil” contemporâneo, em que cenas como a que descreveis constituem realidade do cotidiano do interior, com o clarão do estilo inconfundível:

Trazia o chapéu de imensas abas, abas negras que davam a seu rosto uma palidez sobrenatural. Os olhos eram ferozes, enormes, coruscantes, viam além e mais. A bengala, reforçada com o facão mais poderoso de *O Talho da Serra*, estava colada a seu corpo, escondida pela imensa capa. Da sua figura até então conhecida e desdenhada pelos rodeienses, só tinha mesmo os pés descalços.

Vosso texto – como gosta de afirmar o jornalista Jânio de Freitas – restitui o sabor da leitura, com uma personalíssima artesanía, em que demonstrastes a capacidade de dar transcendência às coisas mais triviais.

Grande contador de histórias, com aquele jeito carioca de ser, gostaríeis de não levar a sério o século em que vivemos. Por isso, já providenciamos para que, como imortal, continueis a viver também no próximo.

UM HOMEM DESARMADO

Fostes vítima do regime militar de 1964, com o sofrimento de prisões absurdas, pois nunca fostes esquerdista.

Homem corajoso, como demonstrastes em várias ocasiões, sempre tivestes ojeriza ao arbítrio. Não sofrestes de radicalismo ideológico, embora nas seis prisões com que fostes galardoado a companhia fosse de primeira: entre outros, Ênio Silveira, Flávio Rangel, Glauber Rocha, Antonio Callado e Joel Silveira, este felizmente ainda vivo e atuante. Entendemos vosso desabafo, proclamando que “a cadeia é o lugar natural de quem protesta publicamente contra as iniquidades do Governo”.

Se a Literatura pode ser concebida como a arte de escrever, sois um completo e consagrado literato, vocacionado para o martírio ideológico (quando a esquerda vos condenava) ou político, em virtude da reação ao regi-

me autoritário. Felizmente, são fases superadas, mas que deixaram marcas profundas no cidadão que é considerado um dos maiores intelectuais brasileiros da atualidade.

Tendes permanente inspiração na Crônica e mais ainda na Literatura, com imenso sucesso de público e de crítica, como se costuma dizer. Daí a repercussão da carta que enviastes ao confrade Ariano Suassuna, reclamando que mais de um terço da humanidade vive na miséria absoluta. A solução é de vossa lavra: “Bastariam 10% da renda líquida dos países desenvolvidos para diminuir ou mesmo acabar com essa chaga social.”

Acrescento a minha preocupação: se até 2010 o mundo contará com mais 1 bilhão de habitantes, como assegurar alimentação para todos?

Se não é factível a proposta do novo acadêmico, que pelo menos ela se fixe como sugestão de quem não se conforma com o quadro de atraso que infelicitava boa parte das nações, sobretudo as que se encontram no Terceiro Mundo.

Sois dono de uma sólida cultura, amalhada nos bons tempos do Seminário; tivestes frequente presença na programação oficial do Teatro Municipal, quando colaborastes com as “demências admiráveis” de Adolpho Bloch. Agora, na era do computador, sem pressa e sem pausa, como recomendava Goethe, teceis as últimas tramas do próximo romance: *Messa pro Papa Marcello*.

O que há de notável na obra é que o personagem João Falcão largou a batina aos 18 anos, proclamando que “Deus acabou”; aos 48 anos de idade, repensa a fé — e não se atreve a dizer o mesmo. Admite a concepção judaico-cristã ocidental, colocando o Divino numa esfera superior, com a visão voltada para a expressão *Cor unum et anima una*, ou seja, um só coração e uma só alma, nesta sociedade de tantos e tão escandalosos desequilíbrios.

Não será o reencontro de Carlos Heitor Cony com a fé antes questionada? Convém lembrar que o pai desejava que ele fosse padre. Mas admitiu: “Filho, se você não quiser ser padre, que ao menos seja um homem de bem.”

Esse extraordinário homem de bem, carioca da gema, anarquista inofensivo, romancista inspirado, com gosto pela solidão, mas admirável no convívio, que hoje, de braços abertos, recebemos com muita alegria — e para sempre — na Casa de Machado de Assis.

Sede bem-vindo, Acadêmico Carlos Heitor Cony.

Discurso do
SR. IVAN JUNQUEIRA

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária do dia
07 de julho de 2000*

I

DISCURSO DO SR. IVAN JUNQUEIRA

Senhores acadêmicos,

A Cadeira 37, para a qual tão generosa e temerariamente me elegestes, está circundada por uma aura de singularidade que não quero aqui deixar sem registro: tem ela como patrono um poeta, e poetas foram o seu fundador, pelo menos durante a juventude coimbrã, e quem tão longamente a ocupou antes de mim, como poeta é quem agora dela toma posse. Curiosamente, essa linhagem literária só foi interrompida por homens que, alguns mais, outros menos, se envolveram com a política e a história, pois delas não se podem desvincular as atividades que exerceram José de Alcântara Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Francisco de Assis Chateaubriand. Devo dizer, todavia, que discordo do juízo deste último quando, em seu discurso de posse, qualificou esta Cadeira como um “paiol de pólvora” e sugeriu que a Academia o elegera “como quem busca uma natureza de equilíbrio para tirar o demônio que há mais de cinquenta anos” a rondava. E dele discordo ainda quando, nesse mesmo discurso, aliás brilhante, se refere à “barulhenta memória” dos que nela se sentaram — é bem de ver que Gonzaga jamais o fez — ou quando insinua que, para compensar esse estigma de perpétua bulha, os acadêmicos, ao elegê-lo, haviam se decidido por aquela “tranquilidade de lago suíço” a que se comparou então Assis Chateaubriand. Teria ele se esquecido de que foi, ao longo de toda a sua vida, uma das mais turbulentas, polêmicas e controversas personagens de nossa história mais recente? Ou do contínuo barulho que

orquestrou enquanto vivo? A ele, sim, senhores acadêmicos, caberia, não no sentido de nenhuma ação deletéria, mas antes no de uma multifária atividade jornalística e empresarial, esse conceito explosivo de “paiol de pólvora”, já que foi, no mais puro e estrito sentido dessa palavra, um subversivo convicto e impenitente que afrontou todas as formas de convencionalismo de seu tempo.

I

Muito embora haja se envolvido na Conjuração Mineira de fins do século XVIII, pouquíssima é a pólvora que lastreia o álgido arcadismo lírico e o comportamento político-social de Tomás Antônio Gonzaga, poeta brasileiro de origem portuguesa, nascido no Porto em 1744 e que aqui esteve pela primeira vez ainda menino, aos oito anos de idade, durante o período de 1751 a 1761, quando concluiu seus primeiros estudos em conventos franciscanos da Bahia, tanto assim que, ao regressar a Portugal, trouxe consigo os certificados de que havia completado os estudos de Filosofia e Retórica, juntamente com os de Latim, indispensáveis para a matrícula na Universidade de Coimbra, pela qual se doutorou. Gonzaga só voltou ao Brasil em 1782, ano em que foi nomeado ouvidor em Vila Rica, atual Ouro Preto, pouco depois de exercer o cargo de juiz em Beja. Tinha, portanto, 38 anos, e ninguém nessa idade será capaz de adquirir espiritualmente outra nacionalidade, razão pela qual permaneceu português no sentimento e na poesia que escreveu. Sabe-se que, ao chegar em Vila Rica, fez amizade com o grupo de poetas liderados por Cláudio Manuel da Costa, que também estudara em Coimbra. Foi ali que Gonzaga conheceu, além de outras musas, Maria Doroteia Joaquina de Seixas, vinte anos mais moça do que ele, a quem dedicou versos sob o nome poético de Dirceu, chamando-a de Marília, e com quem acertou casamento pouco antes de ser nomeado desembargador da relação da Bahia, cargo que não chegou a assumir, pois foi denunciado como participante da Inconfidência Mineira.

Na noite de 21 de maio de 1789, sua casa foi cercada, o poeta preso e enviado para o Rio de Janeiro. Encarcerado por três anos na Ilha das Cobras, foi condenado afinal à prisão perpétua, mas teve a pena comutada em degredo de dez anos em Moçambique. Gonzaga sempre negou sua participação na Inconfidência e fez sua defesa de próprio punho, embora tenha sido esta fir-

mada por José de Oliveira Fagundes, mestre régio de Poética e Retórica. A prisão do poeta deve-se antes às amizades que mantinha com muitas das pessoas envolvidas no movimento, sobretudo os poetas da Arcádia Mineira. Se, como já pretenderam alguns, Gonzaga houvesse de fato enlouquecido naquela distante ilha africana em razão da ausência de sua amada Marília, talvez fosse cabível evocar-se algum rastilho de pólvora. Mas a verdade é bem outra e de descabelada ou romântica pouco tem: em Moçambique, Gonzaga desfrutou de boa situação social e administrativa, casando-se com a filha de um rico mercador e vivendo burguesmente seus últimos anos de existência, o que confere com o que dele diz Rodrigues Lapa na mais autorizada edição dos textos gonzaguianos, quando observa que a obra do poeta, “no que ela tem de mais profundo e certamente mais duradouro, é a viva concretização do ideal familiar e burguês, para que tendiam os espíritos do século XVIII”.

De pólvora, tem muito pouco o arcadismo ilustrado e o neoplatonismo quinhentista de Gonzaga, cuja *Marília de Dirceu*, que alcançou a sexta edição ainda em vida do autor, deixa-se embeber de um sentimento idílico e contemplativo, tendo como pano de fundo o *locus amoenus* da poesia pastoril, neste caso a paisagem de Minas Gerais. É nesse passo oportuno transcrever o que diz a respeito Adelto Gonçalves, autor de *Gonzaga, um Poeta do Iluminismo*, a mais completa e abrangente das biografias do autor, publicada no ano passado, quando sublinha a propósito dos árcades: “De todos, Gonzaga é o mais apegado à tradição clássica no sentimento e na linguagem. São comuns em sua poesia os cenários da vida pastoril, o que significa que também o árcade Domingos dos Reis Quita pode ter contribuído para a sua formação.” Apesar do erotismo e do sentimento elegíaco que afloram em alguns versos da *Marília de Dirceu*, temperados por alusões mitológicas e pelo bucolismo, Gonzaga não deve ser identificado como um pré-romântico. Foi árcade até o fim e como tal se comporta quando escreve os versos satíricos das *Cartas Chilenas*, onde jamais excede a medida neoclássica do Barroco seiscentista português. É que Gonzaga, como todos os demais poetas do período, tem formação clássica e é filho da retórica, disciplina agonizante na segunda metade do século XVIII e que só passaria a ser contestada no limiar do século seguinte, quando surgem as sátiras de estilo realista. Essas *Cartas Chilenas*, cuja autoria foi afinal comprovada pelos estudos de Rodrigues Lapa e Manuel Bandeira, entre outros, denunciam a prudência conservadora do autor, que nelas raramente ultrapassa

o nível das discórdias pessoais, embora todo o poema possa ser entendido como uma sátira aos desmandos do Fanfarrão Minésio, identificado como o governador Luís da Cunha Meneses, desafeto político de Gonzaga. Sem grandes voos filosóficos ou temática arrojada, a poesia de Gonzaga, como a dos demais árcades, valoriza-se através da forma, onde melhor se evidencia o seu engenho poético, que é – repetimos aqui – essencialmente português, apesar da influência que recebeu o autor das modinhas baianas que ouviu na juventude vivida em Salvador. Isso não impede, como agudamente observa Antonio Candido, que Gonzaga seja “um dos sete ou oito poetas que trouxeram alguma coisa à nossa visão do mundo; e, nas literaturas românticas do tempo, forma, sem deslustre, ao lado de um Bocage”. Mas é pouco, muito pouco, para caracterizar como explosivo um temperamento que foi, acima de tudo, bucólico e burguês.

2

É também nenhuma a pólvora que se vê no paiol de preocupações gramaticais e filológicas em que tranquilamente transcorreu a vida de José Júlio da Silva Ramos, o fundador desta Cadeira. Como a de Gonzaga, a formação de Silva Ramos é coimbrã, e, ao longo dela, escreveu o autor alguns poucos versos que reuniu em volume sob o título de *Adejos*, além de outras coletâneas poéticas de menor ou mesmo ínfima importância. Em seu elogio a Silva Ramos, sustenta Alcântara Machado que esse livrinho era bom, ou mesmo muito bom, e emparelha-o com as obras dos grandes líricos portugueses que lhe foram contemporâneos em Coimbra, de Guerra Junqueiro a Gonçalves Crespo, de Gomes Leal ao grandíssimo e solitário Cesário Verde. Historiador exemplar, como sobejamente o atesta *Vida e Morte do Bandeirante*, Alcântara Machado não era, ao que parece, leitor muito exigente de poesia, pois esses versos de Silva Ramos, além de irremediavelmente datados, refletem antes, ou tão somente, os arroubos de um espírito ainda em ebulição e as fundas influências que recebeu em Coimbra, as quais seriam decisivas para a sua sólida formação de gramático e filólogo. Ao contrário de sua análise relativamente à poesia de Silva Ramos, é minudente e grandiosa a reconstituição histórica a que procede Alcântara Machado, em seu discurso de posse, quanto à época

social e ao ambiente literário coimbrão em que se moldou e consolidou a formação de Silva Ramos. Pode-se mesmo dizer que se trata quase de uma biografia do autor durante esses anos cruciais de sua vida e de seu impecável embasamento filológico.

Silva Ramos haverá de se destacar entre nós como gramático e filólogo, tendo realizado importantes estudos sobre a colocação dos pronomes átonos e a gradação do adjetivo em *Pela Vida Fora...*, que publicou em 1922 e onde se lê esta joia de sabedoria e pertinência gramaticais relativa ao tormentoso problema da colocação dos pronomes oblíquos: “Não sou eu” – esclarece o mestre – “quem os coloca: são eles que se colocam por si mesmos, e onde caem, aí ficam”, pois a situação de tais elementos na estrutura da frase “não obedece a normas ditadas pela sintaxe ou pela morfologia”, e sim “ao ritmo, ao número, à cadência” do discurso – enfim, “a princípios do domínio fonético”. Como todos sabemos, na pronúncia lusitana são átonas aquelas formas pronominais, ocorrendo o contrário na fala brasileira. Daí, o fato de serem enclíticas em Portugal e tenderem à próclise no Brasil. Lembre-se ainda que Silva Ramos muito lutou, nesta Academia, pela adoção da ortografia simplificada em todo o território nacional, e vê-se agora que sua lição acabou por vingar.

A Silva Ramos, foi sempre muito caro o que é caro e sagrado a esta Casa: a língua portuguesa, esse sistema cujos fenômenos ele encarou como fatos naturais, e não como criações arbitrárias. Por isso mesmo, é que os estudou tanto nos textos dos grandes escritores quanto na linguagem do povo, pesquisando-lhes o sentido mais profundo e as leis que os regem. Foi medularmente lusófilo, é bem verdade, mas numa época em que sê-lo era exigência de bom-tom e de defesa do idioma, desse mesmo idioma que hoje vai perdendo entre nós em elegância e concisão, em clareza e vernaculidade, sob o absurdo e estúpido pretexto de que um dia chegaremos a uma estupidez ainda maior, ou seja, à estapafúrdia existência de uma língua brasileira, cuja possibilidade é negada com veemência por todos os filólogos, semanticistas e linguistas modernos. A propósito, bastaria o bom senso de um Barbosa Lima Sobrinho, em *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, publicado em 1958 e recentemente reeditado, para atestar a extensão de tamanha falácia. E nesse sentido, ou seja, o da defesa de nossa língua, Silva Ramos foi tão brasileiro quanto qualquer um de nós. Que o diga Manuel Bandeira, um de seus mais ilustres discípulos e, talvez, o poeta poeticamente mais culto dentre todos os

que escreveram esse fluido, maleável e musicalíssimo português do Brasil. É que com Silva Ramos, “pela vida fora”, aprenderam Bandeira e muitos outros a buscar nos novos e antigos padrões do vernáculo, não “a personalidade irregular de um infinito” ou “o atestado de bom comportamento de um pronome”, mas sim as formas superiores que ilustram as ideias, a flexibilidade e a energia, a clareza e a graça, a naturalidade e a transparência, ou seja, esses traços cujo enfraquecimento envelhecem e envilecem a língua portuguesa. E ainda aqui o que vemos não é a explosiva distensão da pólvora, como insinuou Assis Chateaubriand, mas apenas a coesa concentração de um pensamento.

3

A pólvora não frequenta também a trajetória política ou magisterial de José de Alcântara Machado, como tampouco as obras históricas que nos legou, em particular a sua esplêndida *Vida e Morte do Bandeirante*, cujo estilo e cujos pressupostos são antes cautelosos e tradicionalistas do que propriamente revolucionários. E, não obstante, pode-se dele dizer que foi, até certo ponto e em certo sentido, exatamente isto: revolucionário. Provam-no, de forma cabal, dois textos distanciados no tempo: os das introduções que lhe escreveram Sergio Milliet e, mais recentemente, Laura de Mello e Souza. O primeiro observa:

Numa época em que mergulhávamos nas preocupações eruditas, numa época em que os estudos de sociologia não passaram de divagações filosófico-literárias, sobretudo na parte que diz respeito ao condicionamento pelo grupo, à influência determinante dos fatores econômicos e sociais, Alcântara Machado teve a noção muito clara de que o indivíduo é, em última análise, apenas um aspecto subjetivo da cultura.

E em sua obra diz o próprio Alcântara Machado:

Não é frívola a curiosidade que nos leva a inquirir onde moravam os nossos maiores, a maneira por que se alimentavam e vestiam, de que tiravam os meios de subsistência, a concepção que tinham do destino humano. Tudo isso facilita o entendimento do que fizeram ou deixaram de fazer. Só depois de frequentá-los na intimidade e situá-los no cenário em que se moveram, estaremos habilitados a compreender-lhes as atitudes.

É bem de ver, senhores acadêmicos, que outra não seria a orientação triunfante de Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*, quatro anos mais tarde. Pode-se dizer assim que, com a publicação de *Vida e Morte do Bandeirante*, em 1929, iniciava-se o estudo da história social do Brasil graças à análise direta e objetiva dos documentos de ordem cultural, no sentido mais amplo e sociológico da palavra, relativos a um dos períodos mais apaixonantes de nossa história: o bandeirismo.

Se já é agudo e premonitório o texto de Sérgio Milliet, mais fundo ainda mergulha o estudo introdutório de Laura de Mello e Souza, que nos pergunta logo às primeiras páginas de sua sagaz abordagem: “Fomos nós, historiadores dos anos 1980 e 1990, que inventamos *Vida e Morte do Bandeirante*, ou foi esta obra que nos inventou?” O que mais intriga no livrinho de Alcântara Machado, que lhe trouxe imediato prestígio nacional e levou-o a esta Academia, é sua atualidade e seu caráter inovador, já que o autor é um intelectual à moda antiga e figura afinada com a oligarquia de seu estado. Mas esse apego aos valores tradicionais não comprometeu a obra de Alcântara Machado, servindo-lhe antes de estímulo e nutriente, pois seu intuito não é “louvar as elites, às quais pertence, mas compreender a história de São Paulo para melhor compreender a história do Brasil – e, nisto, reside sua feição inequívoca de historiador”. Quase nada em *Vida e Morte do Bandeirante*, pondera Laura de Mello e Souza, lembra o “bandeirismo monumental”, mas sim o cotidiano, “carregado de sustos e incertezas”; não se vê ali a história paulista como um “rosário contínuo de epopeias maravilhosas”, mas, ao contrário, os aspectos mais pedestres da vida no sertão; e a São Paulo de Alcântara Machado “não é opulenta, mas pobre e acanhada, pois as referências sobre o cotidiano, que colhe nos documentos, destroem pragmaticamente as mistificações ideológicas inauguradas pelos linhagistas”.

Assim como Sérgio Milliet, também Laura de Mello e Souza sublinha a precedência do método historiográfico de Alcântara Machado, afirmando que sem ele, além de Capistrano de Abreu e Paulo Prado, seria difícil conceber *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* ou *Açúcar*. É que o autor de *Vida e Morte do Bandeirante* inaugura entre nós “o uso pioneiro e inovador dos inventários e testamentos paulistas”, da mesma forma que Gilberto Freyre o faria com relação aos anúncios de jornais, livros de receitas, diários familiares e toda sorte de documentos menores. Outra particularidade crucial da obra de

Alcântara Machado é que nela não pretendeu o autor “explicar o Brasil, mas uma de suas capitanias, aliás uma das mais afastadas dos centros de poder colonial: São Paulo”. E, ao fazê-lo – quem no-lo diz é ainda Laura de Mello e Souza –, “acabou trazendo novos elementos para se compreender o país: como quase sempre acontece com as análises particularizantes bem-sucedidas, elas acabam sendo básicas para a compreensão dos aspectos mais gerais”. Diz em seguida a autora que o que nos surpreende em *Vida e Morte do Bandeirante*

é a modernidade na escolha do objeto e das fontes, a dissolução das personagens no destino comum da capitania, a valorização de temas até então desconsiderados, uma sensibilidade histórica que, apesar de certos preconceitos, é nossa contemporânea, e que vasculha o nexos das estruturas por detrás de fenômenos aparentemente insignificantes.

E chega mesmo a vaticinar: “Vejo *Vida e Morte do Bandeirante* como a primeira obra da historiografia contemporânea.” Lamente-se aqui, portanto, que, publicado em 1929, o livro de Alcântara Machado, apesar da imediata repercussão nacional que alcançou, foi logo depois mergulhando numa espécie de semiesquecimento, sendo poucos, ou muito poucos, os que dele ainda hoje se lembram.

Jurista, político, historiador e autêntico homem de letras, pai do ficcionista Antônio de Alcântara Machado, prematuramente falecido e muito celebrado pelos modernistas graças aos volumes de contos *Brás, Bexiga e Barra Funda* e *Laranja da China*, Alcântara Machado nos deixou uma obra solitária e pioneira a propósito da qual sublinha Sergio Milliet:

Estilo e linguagem que se podem rotular de clássicos pelo funcionamento da expressão, pela simplicidade da imagem e o pudor da eloquência. E pelas mesmas razões antirromânticas, antibarrocas, modernas integralmente. Ao contrário dos que imaginam escrever bem porque imitam a sintaxe quinhentista e enchem sua literatura de arcaísmos, Alcântara Machado despe a dele de toda indumentária inútil.

Ao meditarmos sobre esse estilo, nunca será demais repetir aqui a antiga lição do velho Boileau, como o faz Milliet ao final de seu estudo: “*Ce que l'on pense bien s'énonce clairement. / Et les mots pour le dire arrivent aisément.*” Como também nunca será demais, em se tratando de alguém que nasceu em Piracicaba, relem-

brar aqui sua inesquecível e emocionada profissão de fé paulista no discurso de posse em que fez o elogio de Silva Ramos:

Paulista sou, há quatrocentos anos. Prendem-me no chão de Piratininga todas as fibras do coração, todos os imperativos raciais. A mesa em que trabalho, a tribuna que ocupo nas escolas, nos tribunais, nas assembleias políticas deitam raízes, como o leito de Ulisses, nas camadas mais profundas do solo, em que dormem para sempre os mortos de que venho. A fala provinciana, que me embalou no berço, descansada e cantada, espero ouvi-la ao despedir-me do mundo, nas orações de agonia. Só em minha terra, de minha terra, para minha terra tenho vivido; e, incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la quanto posso.

4

Haverão decerto percebido os senhores acadêmicos que não venho aqui me alongando sobre a vida de meus antecessores, mas antes sobre a obra literária que nos legaram. E a escolha se deve apenas ao fato de que não somos imortais, ou sequer “imorríveis”, como pretendem alguns. Quando era de penúria a situação financeira desta Casa, o Acadêmico Olavo Bilac, em um de seus chistes, chegou a dizer que éramos imortais porque não tínhamos “onde cair mortos”. Ora direis, agora já temos. Enfim, imortal será, quando e se o for, a obra que porventura deixarmos à posteridade, mas a posteridade não passa de uma esfinge que sempre nos dirá: “Decifra-me. Ou te devoro.” Pouco ou nada sabemos agora daquilo que ficará de tudo o que escrevemos. A momentânea glória de um dia, por mais estrondosa que seja, não nos garante absolutamente nada. Celebradíssimos hoje, muitos dos que o são morderão amanhã o pó de uma prateleira esquecida. E, pior ainda, se essa glória vier depois de nossa morte, é como se houvessem nos ludibriado. Talvez, para iludir essa decepção, tenha Manuel Bandeira escrito o poema que leva o título de “A Morte Absoluta”, em cujos últimos versos se lê:

Morrer tão completamente
Que um dia ao lerem o teu nome num papel
Perguntem: “Quem foi?...”
Morrer mais completamente ainda,
— Sem deixar sequer esse nome.

E, no entanto, Manuel Bandeira foi e decerto continuará a ser um imortal. Mas nem todos nesta Casa deixaram legado semelhante ao seu. Ainda assim, cabe-nos falar das obras, não necessariamente literárias, que lhes ultrapassaram a contingência e a caducidade da vida terrestre e cujas raízes germinaram em nossa história mais recente. É que esta Casa, como bem o sabeis, não abriga apenas escritores, mas também personalidades que se notabilizaram em diversos outros campos do saber humano. A rigor, além de seus discursos e crônicas, Getúlio Vargas e Assis Chateaubriand foram acadêmicos que jamais possuíram uma obra propriamente literária. Mas quem poderia compreender este país sem a histórica contribuição que prestaram no cenário da vida política, no jornalismo e na área empresarial ou mesmo cultural? Não me deterei aqui na vida de um ou de outro, mesmo porque são ambas por demais conhecidas de todos. Quem poderia nos esclarecer mais acerca de Chateaubriand, por exemplo, do que Fernando Morais em seu monumental e definitivo *Chatô, o Rei do Brasil*, publicado em 1994? Ou quem será capaz de dizer hoje mais do que já foi dito e repetido sobre Getúlio Vargas por incontáveis e modelares historiadores ou cientistas políticos? Mas algo sempre fica por dizer. Ou mesmo por repetir. Ou quiçá por comentar. E aqui seria o caso, penso eu, de evocar alguns traços do esplêndido retrato que Chateaubriand, em seu discurso de posse, debuxou a propósito da personalidade política e humana de Vargas. E nem esta, senhores acadêmicos, tem tanto assim de pólvora como a princípio se supôs, muito embora, neste caso, se possa falar de algum “demônio que ronda esta cadeira”. Vejamos, em poucas palavras, o que nos diz Chateaubriand a respeito do “monstro”.

Ao contrário do que muitos imaginam, Vargas era um homem de temperamento frio ou, na melhor das hipóteses, alguém que sempre soube dominar-se. Aparece no cenário político brasileiro num momento em que o mundo estava em convulsão. Bastaria lembrar aqui o advento do capitalismo industrial, mercantil e bancário que eclodira nos Estados Unidos durante a década de 1930, a da grande depressão. Ou a ascensão política de Hitler e Mussolini à frente de regimes totalitários. Ou, ainda, a consolidação sanguinolenta da ditadura stalinista na Rússia soviética. Ou, afinal, a truculência fascista que se abatera sobre a Espanha e Portugal. Vargas surge, portanto, em meio à exaltação das ideologias populares e delas haverá de ser fiel e pertinaz caudatário, não lhe faltando, inclusive, o exercício da ditadura fascista, particularmente entre 1937 e 1945, ou seja, a época do Estado Novo. “Solitário, introvertido,

impenetrável, vivendo dentro de si mesmo, suas duas instâncias, a primeira e a última, era Deus”, como observa Chateaubriand. “Claro, objetivo, místico e elementar”, sublinha seu analista, Vargas exibia, paradoxalmente, dois pólos: o dinâmico e o estático, mas foi no vértice daquele primeiro que transcorreu toda a sua trajetória política, a daquele que tentou, com mão de ferro, socializar o país. Diz ainda Chateaubriand que “a política, em Vargas, era uma plenitude, a sublimação de sua natureza”. Eram poucos os que conheciam “aquele temperamento tímido, reservado, sensitivo” e que “não gostava de agir ostensivamente”. Por isso mesmo, apenas intervinha pessoalmente o mínimo e só se expressava através dos outros, especialmente dos políticos com os quais convivía, mas nos quais jamais confiou, tanto assim que, nos momentos decisivos de sua vida pública, recorria apenas ao povo e às Forças Armadas, como ocorreu em 1930 e em 1937, quando instaurou a ditadura estado-novista.

Afirma Chateaubriand que Vargas só será entendido se o examinarmos sob a perspectiva de um *outlaw*. Daí, seu olímpico desdém pelas constituições que elaboraram os mandatários do povo. Era voraz seu apetite em violar todas as que encontrou em seu caminho. Assim como o nacional-socialismo de inspiração nazista nunca teve uma Constituição, Vargas, que historicamente o precede e que se revelou sensível a várias de suas práticas autoritárias, nunca teve maior apego a esse gênero de literatura. Como um deus que criasse suas próprias leis, Vargas, como esclarece Chateaubriand, “fabrica, ele mesmo, igualmente, as suas”. Mas não acredita nelas, “até porque sua inventiva criadora, no curso da vida, será mais útil ao povo do que as constituições paradas no tempo”. E aqui reside, sem dúvida alguma, o prestígio de que sempre desfrutou junto às massas populares. Diz Chateaubriand:

Foi o primeiro chefe de estado, aqui, a não cruzar os braços diante da injustiça social, a lhe oferecer combate com franqueza e valor. De 1930 a 1945, seu corpo traz a marca do que sente o indelével daquela injustiça. Dar-lhe combate será a sua obsessão; extirpá-la da face do Brasil, a sua luta.

Pode-se dizer que o êxito prodigioso de Vargas radica na circunstância de que ele ascendeu ao poder impregnado pelos filtros do populismo, ou seja, do paroxismo da exaltação das massas. Como o pretende Chateaubriand, ele “era povo e foi povo, desde que em 1927 foi para o governo de sua terra natal

até o dia 24 de agosto de 1954”, quando saiu “da vida para entrar na História”. Sua carta-testamento, embora não traga a sua assinatura – mas aqui o espírito vivifica e a letra mata –, atesta-o de forma cabal, pois foi ela, além de seu gesto extremo, que o devolveu aos braços do povo.

Seu retorno ao poder em 1951, investido das funções de presidente constitucional, deve ser entendido, do ponto de vista do próprio Vargas, como o início do fim, pois cava-se um abismo intransponível entre ele e o regime democrático com o qual será obrigado a conviver. Pergunta Chateaubriand: “Como poderia caber o antigo tirano dentro das instituições recondicionadas, com o Legislativo e o Judiciário como peças suscetíveis de congelar noventa por cento das atribuições de que ele vivia?” Seu Estado Novo ruíra em 1945, e o país voltara a viver com uma Constituição vazada nos moldes do liberalismo que Vargas expurgara em 1937. Há por assim dizer um divórcio profundo entre sua personalidade e o regime que o elegera. Em verdade, Vargas já vive a sua morte, e a ideia da morte, de qualquer morte, traduz invariavelmente, como salienta Chateaubriand, “um estado emocional de alta responsabilidade e de beatitude de espiritualização”. Em certo sentido, Vargas pode ser definido como aquele “homem paciente” de que Ulisses foi o supremo arquétipo entre os antigos gregos, ou seja, uma natureza saturada de heroísmo. É talvez por isso que Chateaubriand, no estupendo perfil que nos traçou do caudilho, alude a uma incompreensão da crítica para com a personalidade de Vargas, que, segundo ele, “não encontra antecedentes em nenhum outro ponto do cosmos latino-americano”. E remata wagnericamente seu discurso de posse, assegurando-nos: “Encontramos no quadro da morte voluntária de Vargas o ritmo da epopeia dos Nibelung. Matando-se, o que ele procura é sobreviver. A ideia da morte deverá ocorrer no ser que se dispôs, graças à plenitude do sofrimento, a encontrar os motivos do renascimento.”

5

Para falar de Assis Chateaubriand, assim como falei brevemente de Vargas através deste e de seu agudíssimo perfil, seguirei os passos de meu antecessor imediato nesta Cadeira, João Cabral de Melo Neto, quando, em seu discurso de posse, sustenta que “a extraordinária presença humana de

Chateaubriand, de quem já se disse que era um ‘homem do Renascimento’, parece pedir que se faça dele um perfil do mesmo tipo do que ele fez, aqui mesmo, de seu antecessor na Academia”. De caso pensado, João Cabral deixou um pouco à margem a figura do homem de ação que foi Chateaubriand para concentrar-se na figura do jornalista e do escritor que igualmente ele foi, justificando a sua escolha com o argumento de que essas duas vertentes andavam à época algo esquecidas. João Cabral não ignorava os riscos que corria, ou seja, os de que sua fala, ao invés de configurar-se como discurso, tangenciasse o ensaio, já que nos daria a ver, não tanto o homem, mas a prosa jornalística e literária que nos legou. Prosa, aliás, ciclópica e variadíssima, da qual é ainda rala a parte que se recolheu em volume. Defendia-se João Cabral com base na alegação de que só estivera pessoalmente uma única vez com Chateaubriand e de que esse diálogo se prolongara “por umas duas horas de monólogo”. Como Benedito Valadares em determinada reunião política, João Cabral, provavelmente, ficou “rouco de tanto ouvir”. Enfim, preferiu o nosso poeta falar de Chateaubriand à distância, isto é, através da singularíssima linguagem escrita de que se valeu o jornalista, do que traçar-lhe um perfil que seria, como o próprio João Cabral admite, apenas anedótico. E penso que andou certo em sua escolha.

Como o próprio Chateaubriand se definiu em um de seus discursos no Senado, tinha ele, acima de tudo, “uma índole de controvérsia”, uma espécie de “paiol de pólvora”, imagem com a qual tentou caracterizar, como já se viu anteriormente, o comportamento explosivo dos ocupantes desta Cadeira. Di-lo bem João Cabral quando observa a propósito da personagem polêmica do autor de *A Morte da Polidez*:

Índole que, sem dúvida nenhuma, Chateaubriand pôde expressar amplamente, pois não sei de jornalista que mais se tenha envolvido em controvérsias, que mais tenha amado a controvérsia. Era como se só concebesse viver nesse clima; e não espanta que, apesar de tudo o que de positivo ele realizou, tenha vindo a ser um dos homens mais controvertidos de nosso tempo.

Uma dessas atitudes controversas, por exemplo, reside no fato de que Chateaubriand jamais se interessou em ser editorialista de nenhum jornal ou de seus próprios jornais, embora para tanto não lhe faltasse talento ou poder empresarial. E entenda-se que ele sempre foi um jornalista de redação, vale

dizer, um jornalista que escrevia cotidianamente. João Cabral estranha esse desinteresse por duas razões mais ou menos óbvias: primeiro, porque o editorial representa o vértice hierárquico de uma categoria, a daqueles que escrevem e argumentam bem; segundo, porque é a tribuna política de qualquer jornal, e Chateaubriand foi, acima de tudo, um jornalista político. Talvez lhe faltasse, como insinua o nosso poeta, a “necessidade mínima de disciplina que o gênero requer”, mas acrescenta que, provavelmente, Chateaubriand não confiava “em sua capacidade de escrever impessoalmente”, já que o editorialismo clássico não admite em sua dicção tudo o que seja timbre ou sotaque pessoal. Por isso mesmo, é que preferiu sempre o artigo assinado, ou seja, um texto que melhor se ajustasse ao estilo daquele profissional de imprensa com o qual Chateaubriand gostava de ser identificado: “simples repórter”. E foi como tal que escreveu seus artigos, suas crônicas, suas impressões de viagem e seus textos polêmicos, preferindo sempre à linguagem das ideias abstratas a linguagem fática do repórter.

Seduz-me sobremodo a análise que, desse ângulo, fez João Cabral da figura do escritor que foi Chateaubriand. Seduz-me, acima de tudo, porque é através dessa figura que se revela a vertente mais especificamente literária desse homem complexo e numeroso, pois, diante de tudo o que realizou nas áreas empresarial e cultural, quase se esquece de que ele foi, desde o início, alguém que se valeu, com talento e imaginação, justamente da palavra escrita, dessa palavra que está na raiz de uma tentacular galáxia que um dia se chamou *Diários Associados*, um conglomerado que, criado em 1924, chegou a reunir 32 jornais, 22 estações de rádio, 16 estações de televisão, 19 revistas, uma agência de notícias e outra de publicidade. É claro que a magnitude desses números, os quais são quase premonitórios da tendência atual que rege as megafusões empresariais, nos remetem antes ao homem de negócios do que propriamente àquele que, em seus momentos mais dramáticos, sempre se socorreu da palavra. E ainda uma vez é João Cabral quem nos esclarece quanto ao valor intrínseco e específico que adquire essa palavra na prosa que nos legou o autor de *A Alemanha*,

sobretudo quando se permite inverter os termos da tendência mais geral e dizer que Chateaubriand foi um grande jornalista não por suas realizações nem por suas lutas, mas, antes de tudo, porque foi um grande escritor em prosa. E grande escritor não por haver escrito conservadoramente, mas sobretudo porque foi um escritor criador: um escritor que soube passar ao lado de todos os rolos compressores a serviço da uniformidade, e, portanto, da pobreza estilística, não pelo puro gosto de subverter regras,

mas porque havia nele essa coisa especial, e rara, que revela, mais do que qualquer outra, o verdadeiro escritor: certa maneira pessoal de usar a linguagem que dá um sotaque original ao que ele escreve.

E há ainda uma outra peculiaridade no estilo de Chateaubriand para a qual nos chama a atenção o seu lúcido e sagaz intérprete: a da oralidade. É que, na condição de jornalista que era também dono de jornais, Chateaubriand escrevia como bem lhe aprouvesse, ou seja, escrevia como quem falava, o que lhe acrescentou à linguagem jornalística o timbre e a dicção da linguagem do Nordeste. Entenda-se que não se trata do uso de uma língua coloquial, e sim falada, sem aquela entonação horizontal, quase chã, de quem conversa. Como pondera João Cabral, nessa língua falada não se percebem os “tons variados de uma conversa, mas o tom único de uma discussão, ou de um debate; e é a língua de uma pessoa que fala como quem discute, como era a própria fala de seu autor, e que discute sempre apaixonadamente”. E o estranho é que nela jamais aflora o tom oracular ou professoral, e menos ainda o de alguém que pretendesse dizer “a palavra definitiva e lapidar”. É sempre, como sustenta João Cabral, “a voz de Chateaubriand, a voz física de quem busca convencer e influenciar alguém”. E aqui reside o segredo mais recôndito da prosa do autor, dessa prosa falada que nele se foi fazendo tão espontânea que, a partir de certo momento, ninguém mais distinguia o que ele escreveu como articulista ou como tribuno, ou o que, eventualmente taquigrafado como discurso de improviso, acabou sendo publicado como artigo de jornal. O que posso aqui repetir, em suma, é que andou certo João Cabral em seu elogio a Chateaubriand, pois, ao deixar um pouco de lado o homem público e o empresário de tantas e cruciais realizações no campo da cultura nacional, realçou-lhe o que de fato mais de perto interessa a esta Casa, vale dizer, o singularíssimo uso que fez da língua, dessa língua falada que o tornou único e inimitável como prosador e jornalista.

João Cabral de Melo Neto, a quem não hesito em situar como o maior de nossos poetas nesta segunda metade de século e fim de milênio, nasceu em

9 de janeiro de 1920 na Rua da Jaqueira, atual Leonardo Cavalcanti, no Recife, e faleceu em 9 de outubro de 1999 no Rio de Janeiro, pouco antes de completar 80 anos. Pelo lado paterno, foi primo de Manuel Bandeira e, pelo materno, de Gilberto Freyre, e a mim me parece que essa ascendência ilustre nos sugere algo de premonitório. Passou a infância em engenhos de açúcar: primeiro, no Poço do Aleixo, em São Lourenço da Mata, e, depois, nos engenhos Pacoval e Dois Irmãos, no município de Moreno. Se lembro aqui esses pormenores, é menos por exigência de ordem biográfica do que, a rigor, por estritas razões de caráter poético, pois, como todos sabemos, considerável parte da poesia que escreveu o autor está indissolivelmente vinculada à sua infância e aos temas e cenários nordestinos. Não é minha intenção traçar aqui nenhum perfil biográfico daquele a quem tenho a alta honra de suceder nesta Cadeira, mesmo porque não sou biógrafo, mas sim, como ele, apenas um poeta. Buscarei, isto sim, senhores acadêmicos, evocar e às vezes analisar, se arte e engenho houver para tanto, a grandíssima poesia que nos deixou. E é nela, não tanto na vida ou na morte do homem que a escreveu, que reside a imortalidade de João Cabral de Melo Neto. Dizem alguns que minha eleição para esta Cadeira foi obra do destino, de um destino com o qual eu não contava, pois, após a derrota para Affonso Arinos de Mello Franco em minha primeira tentativa de ingressar nesta Casa, engolfou-me uma estranha e reconfortante sensação de alívio, a sensação de quem combatera o bom combate e o perdera para um adversário digno, leal e fidalgo de quem, ainda em meio às agruras e alegrias de uma dura e difícil campanha, me tornei amigo fraterno. Não estava em minhas cogitações voltar tão cedo à disputa de uma vaga na Casa de Machado de Assis, mas a mão do destino de súbito nos privou do convívio com João Cabral e me trouxe de volta à pugna acadêmica, cujo resultado todos conhecem. Cabe-me agora fazer o elogio de quem sucedo. É imensa a responsabilidade e pouquíssimo o talento, mas, ainda assim, enfrentemos o desafio. Entendam todos, porém, que se trata apenas do pobre elogio que um poeta menor faz de um poeta maior, de um elogio de quem foi seu pertinaz e aplicado discípulo e que com ele muito aprendeu desse áspero mas venturoso ofício em que consiste a diuturna prática da poesia.

Pouco depois da morte de João Cabral, escrevi brevemente sobre a sua poesia em artigo que se publicou em dezembro do ano passado na imprensa brasileira. Fiz questão de ali deixar claro que, com a morte do autor, se abria

uma lacuna de provimento problemático ou mesmo improvável nos quadros da poesia brasileira contemporânea. É que, a rigor, João Cabral não tem sucessores ou herdeiros em linha direta, mas antes epígonos, pouco importa aqui se talentosos ou não. E isso se dá em razão da exasperante originalidade de seu estilo, o estilo das facas, das lâminas, da lancinante e desértica secura de sua linguagem realista e antilírica, ao arrepio, portanto, de toda uma tradição que não é apenas da língua, mas da índole e do próprio pensamento da língua, cujas matrizes poéticas radicam na melopeia e na logopeia. Toda a poesia de João Cabral, ao contrário, mergulha suas raízes na fanopeia, ou seja, na vertente que expressa uma realidade visual ou visualizável, tal como o vemos em García Lorca e em quase toda a poesia espanhola desde *El Cid*, em boa parte do mosaico alegórico da *Commedia* dantesca e, no âmbito da língua portuguesa, neste solitário e desconcertante Cesário Verde, poeta de um livro só, como Leopardi e Dante Milano. Ademais, a poesia cabralina é sempre concebida, como o pretendiam Leonardo da Vinci, e depois Paul Valéry, no que toca a qualquer realização artística, em termos de uma estrita *cosa mentale*. Ao próprio João Cabral, aprazia repetir – e fê-lo por vezes incontáveis – que, “para mim, a poesia dirige-se à inteligência, através dos sentidos”, ou que “a poesia não é linguagem racional, mas linguagem afetiva. Dirige-se à inteligência, sim, mas através da sensibilidade”. O vezo realístico e antilírico de seu temperamento era tal que o levou a observar, ainda em 1966:

Você vê os gregos, o Pégaso, o cavalo que voa, é o símbolo da poesia. Nós deveríamos botar antes, como símbolo da poesia, a galinha ou o peru - que não voam. Ora, para o poeta, o difícil é não voar, e o esforço que ele deve fazer é esse. O poeta é como o pássaro que tem de andar um quilômetro pelo chão.

Uma reminiscência às avessas, talvez, daquele canhestro e patético “albatroz” baudelairiano que, preso ao chão, sonhava com a altura. Convém esclarecer aqui que essas declarações de João Cabral, bem como muitas outras de que faremos uso, estão reunidas num voluminho precioso que se publicou em 1998 sob o título de *Ideias Fixas de João Cabral de Melo Neto*, de autoria de Félix de Athayde, amigo já falecido do poeta e que com este manteve longo e profícuo convívio, dele recolhendo opiniões e depoimentos que hoje consti-

tuem uma inestimável fonte primária dos pensamentos de João Cabral acerca da arte de fazer versos.

Antes de prosseguirmos, porém, falemos um pouco, ainda que brevemente, sobre a formação de João Cabral antes de estreiar na poesia. No início da década de 1930, a família do poeta se muda do interior para o Recife, e João Cabral cursa o primário no Colégio Marista. Em 1935, arruma tempo para sagrar-se campeão juvenil de futebol pelo Santa Cruz Futebol Clube, da capital pernambucana. Essa paixão pelo futebol, aliás, o acompanhará pela vida afora. Em 1938, João Cabral passa a frequentar a roda literária do Café Lafayette, que se reúne em torno do crítico Willy Lewin e do pintor Vicente do Rego Monteiro. Dois anos depois, viaja com a família para o Rio de Janeiro, onde conhece Murilo Mendes, que o apresenta a Carlos Drummond de Andrade e outros intelectuais que se reuniam no consultório de Jorge de Lima, na Cinelândia. Em 1941, participa do Congresso de Poesia do Recife, no qual apresenta suas “Considerações sobre o Poeta Dormindo”, tese em que aborda as relações entre o sono e a poesia e na qual sustenta: “Há inegavelmente, nos críticos e poetas de hoje, uma decidida preocupação com o sonho. Fala-se nele muito frequentemente. Quando se escrevem poemas, procura-se fazê-lo com a linguagem do sonho.” Datam daí, como se vê, suas relações com o Surrealismo, visíveis nos dois primeiros volumes de versos do autor. Quando João Cabral faz a sua estreia poética com *Pedra do Sono*, em 1942, a situação da poesia brasileira era muito distinta daquela em que a encontraram os modernistas no princípio da década de 1920. O problema da Geração de 45, à qual o autor pertence à sua revelia e sobre a qual pormenorizadamente discorreu, não era demolir o que já fora conquistado pelo Modernismo de 1922, mas sim buscar uma identidade pessoal que permitisse a cada um de seus integrantes individualizar-se entre os grandes poetas que começaram a publicar na década de 1930, os herdeiros do Modernismo, como Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes, Augusto Frederico Schmidt e Jorge de Lima, os quais, é bom que se diga, já encontraram um terreno limpo do hieratismo parnasiano e da evanescente música simbolista, que nada tinha a ver com aquela “*music of poetry*” de que nos fala T.S. Eliot. A tarefa era bem mais árdua do que aquela que realizaram os modernistas de 1922, sobretudo Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Dante Milano, muito embora este último só faça a sua estreia tardiamente, em 1948.

Em *Pedra do Sono* é ainda visível o tributo que João Cabral paga a certa dicção da poesia drummondiana e ao Surrealismo. O próprio poeta o reconhece em diversas entrevistas ou depoimentos, como a que concedeu a Antonio Carlos Secchin, um de seus mais agudos intérpretes e autor de *João Cabral – a Poesia do Menos*. Nela, diz o poeta que “poderia perfeitamente eliminar *Pedra do Sono*” de sua obra, admitindo que, nesse livro, “a influência surrealista é muito forte, mas o Surrealismo só me interessou pelo trabalho de renovação da imagem”. Em outra entrevista, esta a Vinicius de Moraes, afirma que, com *Pedra do Sono*, “minha intenção foi escrever poemas com uma certa atmosfera noturna obtida através de imagens de aparência surrealista”. O ambiente desse primeiro livro de João Cabral é acentuadamente onírico, ou mesmo hipnótico, povoado de pesadelos e alucinações. O poeta parece sonhar ou dormir acordado, como se estivesse em estado de semivigília, buscando cuidadosamente o seu verso com base no conceito tradicional da associação psicológica e, em alguns casos, reflexiva, como se pode ver no poema “Noturno”, em cuja última estrofe se lê:

De madrugada, meus pensamentos soltos
voaram como telegramas
e nas janelas acesas toda noite
o retrato da morta
fez esforços desesperados para fugir.

Mas *Pedra do Sono* já traz em si o germe do construtivismo racionalista que irá caracterizar, a partir de *O Engenheiro*, toda a poesia de João Cabral. Quem o intuiu foi Antonio Candido em artigo que escreveu sobre o livro de estreia do autor, artigo que o próprio João Cabral disse que poderia colocar “como prefácio em minhas poesias completas porque ele previu tudo o que eu ia escrever, a maneira como eu ia escrever e meu primeiro livro não é ainda muito característico de minha maneira posterior, mas ele pressentiu tudo”. É que Antonio Candido, em sua premonitória avaliação crítica, observou que a poesia aparentemente surrealista desse livro era, no fundo, “a poesia de um cubista”. E conclui João Cabral:

De fato, de todas as escolas, estilos de pintura, a coisa que mais me influenciou, mais me marcou, foi o Cubismo. Daí também essa grande influência de Le Corbusier. O Antonio

Candido previu esse meu construtivismo, essa minha preocupação de compor o poema, de não deixar que o poema se fizesse sozinho, de falar das coisas e não de mim.

Entre *Pedra do Sono* e *O Engenheiro*, que virá a lume em 1945, insere-se *Os Três Mal-Amados*, única experiência que levou a cabo o autor no âmbito do poema em prosa, gênero que não o entusiasmava, como ele mesmo admitiu. Na verdade, trata-se de uma peça de teatro hierático que se frustrou e que, no estágio em que se encontrava, foi publicada em 1943, por sugestão de Carlos Drummond de Andrade, na *Revista do Brasil*. Mas não é texto de importância para a compreensão da poesia que João Cabral escreveu posteriormente. A partir de *O Engenheiro*, cujos poemas atestam que a *écriture* de João Cabral jamais foi *automatique*, e sim *artiste*, o autor assume o compromisso com uma práxis a que nunca mais renunciará: poesia é construção, cálculo, projeto planejado em que não cabem os súbitos *éclats* da inspiração ou as névoas do encantamento – enfim, é *cosa metale*. O que se nota nesse livro é o trânsito do poeta entre o irracionalismo do “sono” e do “sonho” e a racionalidade construtivista de um “engenheiro”. O próprio João Cabral diz que *O Engenheiro* “é um livro marcado pela ideia de que um poema pode ser feito apenas com um trabalho de exploração de comportamento das palavras associadas: isto é, através de um trabalho puramente intelectual e voluntário”, acrescentando que “certa preocupação de trocar a atmosfera meio mórbida e noturna do primeiro livro por outra mais solar e clara é o resultado direto de ser este último um livro mais intelectual”. É também a partir de *O Engenheiro* que se percebe o embrião de uma linha evolutiva que marcará toda a poesia do autor, e pode-se mesmo dizer que o caso de João Cabral é particularmente singular, porque talvez seja ele o único poeta desse período – o outro, mas em direção muito distinta, é Ferreira Gullar – que jamais deixou de renovar-se livro após livro. Diz Antônio Houaiss em *Seis Poetas e um Problema* que, ao contrário de *Pedra do Sono*, cujos poemas “não definem, não conceituam, não expressam”, tentando apenas criar e transmitir uma “atmosfera, um clima, um ambiente”, *O Engenheiro* “procura ser um todo objetivo, deliberadamente organizado”, e, em seus poemas, “com efeito, já tudo é possível de clarificação, como exercício para o leitor”. E remata: “Se há hermetismos, são eles decorrentes de uma forma preciosa e arrevesada por determinação; mas a determinação é clara e expressável em termos lógicos.” Exemplo disso seria “A Pequena Ode Mineral”, onde se lê:

Procura a ordem
que vês na pedra:
nada se gasta
mas permanece.

Procura a ordem
desse silêncio
que imóvel fala:
silêncio puro,

de pura espécie,
voz de silêncio,
mais do que a ausência
que as urzes ferem.

Psicologia da Composição com a Fábula de Anfion e Antiode, publicado em 1947, inaugura a terceira fase da produção do poeta, e, a partir daí, são tantos os estudos que procuram interpretar-lhe a poesia que se torna difícil sobre ela dizer algo de novo. Nesse sentido, parecem-me lapidares e insuperáveis os textos que sobre João Cabral escreveram, entre outros, Antônio Houaiss, Antonio Carlos Secchin, Benedito Nunes, João Alexandre Barbosa, Modesto Carone, Lauro Escorel, Eduardo Portella, José Guilherme Merquior, Othon Moacyr Garcia, Augusto e Haroldo de Campos, Sérgio Buarque de Holanda, Eduardo Prado Coelho, Luís Costa Lima, Marly de Oliveira e Marta de Senna. Quem hoje escreve sobre João Cabral, ou quem agora lhe faz o elogio, não pode ignorá-los, pois foram eles que estabeleceram os parâmetros dentro dos quais deverá ser julgada a obra do poeta. Parecem estar todos de acordo com o fato de que *A Psicologia da Composição* introduz um novo elemento na poesia cabralina, ou seja, como o autor “pensa” o poema no momento em que se dispõe a compô-lo. Como se vê, estamos diante de um discurso metalinguístico em que João Cabral tenta encontrar uma razão de ser do poema, especula sobre o acaso (e não, como entenderam alguns, contra o acaso) e promove uma celebração da secura do deserto e da pedra, como se aqui oficiasse uma missa em louvor das características que, a cada passo e a cada vez mais, irá adquirindo sua própria poesia. Tanto assim que dirá, na “Fábula de Anfion”, que seu lema é: “Cultivar o deserto/ como um pomar às avessas.” A “Fábula de Anfion” é importante também, porque, ao contrário do herói de Valéry

diante de Tebas construída, o Anfion de João Cabral aposta na dessacralização da fábula e atira a flauta aos “peixes surdos-mudos do mar”. E nesse gesto, como corretamente sustenta José Guilherme Merquior em *A Astúcia da Mínesse*, o poeta reconhece o símbolo desse “processo múltiplo, maior que o homem, mais amplo que o seu espírito”.

É ainda na *Psicologia da Composição* que João Cabral rompe em definitivo com todo um conjunto de tabus verbais preconcebidos e aceitos em virtude de sua posição no âmbito da escola a que aderira e da qual, logo em seguida, se afastaria por discordar das premissas que fundamentavam seu ideário estético. Pelo menos, é isso o que se vê nos quatro densos e extensos estudos críticos que publicou sobre a Geração de 45. Na “Antiode”, ou seja, a terceira parte da *Psicologia da Composição* e que traz como subtítulo “contra a poesia dita profunda”, essa rejeição ao ideário dos formalistas de 45, dos quais Lêdo Ivo foi um dos poucos que sobreviveram porque se afirmou como poeta para além de sua geração, é sobremodo violenta e ostensiva, pois o que aqui se percebe é um processo de cotejo em que a Poesia, comparada de início a uma flor, se degrada à condição de fezes, isto é, a algo que jamais poderia constar de um inventário de palavras eleitas. Assim, de início se lê na “Antiode”:

Poesia, te escrevia:
flor: conhecendo
que és fezes
como qualquer.

E no fim do poema:

Poesia, te escrevo
agora: fezes, as
fezes vivas que és.
Sei que outras

palavras és, palavras
impossíveis de poema.
Te escrevo, por isso,
fezes, palavra leve

contando com sua
breve. Te escrevo

cuspe, cuspe, não
mais; tão cuspe

como a terceira
(como usá-la num
poema?) a terceira
das virtudes teológicas.

O Cão sem Plumas, publicado em 1950, constitui, com a *Psicologia da Composição* e *O Rio*, o ápice do estilo apolical cabralino e introduz um outro dado novo na poesia do autor: o da fusão do sujeito com o objeto real, ou seja, o rio Capibaribe. Numa entrevista concedida em 1985 a Antonio Carlos Secchin, que este incluiu como apêndice em seu lapidar *João Cabral – a Poesia do Menos*, conta o poeta que *O Cão sem Plumas* “nasceu do choque emocional que experimentei diante de uma estatística publicada em *O Observador Financeiro*. Nela, soube que a expectativa de vida no Recife era de 28 anos, enquanto na Índia era de 29. Nunca tinha suposto algo parecido.” Se transcrevo aqui esse pequeno trecho da entrevista, faço-o apenas, porque ele constitui um dos primeiros indícios de que, a partir de 1950, João Cabral voltará as costas a si mesmo e às suas preocupações pessoais para celebrar, através de sua ótica realista, a miséria e o destino desértico do homem do Nordeste. Assim, talvez mais do que o Capibaribe, esse “cão sem plumas” seja o homem que vive às suas margens, nutrindo-se da lama e dos miasmas que estas lhe oferecem. *O Cão sem Plumas* ostenta um notável avanço na poética do autor no sentido de que, aqui, João Cabral busca uma justificação ética para o destino humano, bem como uma autocrítica de sua obra anterior. Ele mesmo o reconhece numa entrevista em que diz: “A quarta parte de *O Cão sem Plumas* é uma autocrítica da minha poesia anterior.” Ou quando confessa a Vinicius de Moraes em 1953:

Depois, compreendi que aquilo era um beco sem saída, que poderia passar o resto da vida fazendo esses poeminhas amáveis, requintados, dirigidos especialmente a certas almas sutis. Foi daí que resolvi dar meia-volta e enfrentar esse monstro: o assunto, o tema. *O Cão sem Plumas*, meu livro seguinte, escrito em Barcelona, foi a consequência.

É ainda em *O Cão sem Plumas*, como agudamente sublinha Antonio Carlos Secchin, que João Cabral “ultrapassa o território do silêncio anfônico-

co”. Mas, “se o silêncio fora conquistado, a palavra que o desterra também deve sê-lo, sob pena de, levada pelo espetáculo sensível das coisas, não apreender o rigor de máquina que nelas subjaz”. Cumpre então, como o faz Secchin, entender que, superada a poética “negativa” do silêncio, a poética “positiva”, isto é, a que aceita o risco da participação social e denuncia o horror da miséria humana, “não é simples resposta não-dialética, pois recusa, de modo cabal, uma positividade órfica, ávida de integração e celebração da existência”. É tão profunda e radical essa reviravolta no comportamento de João Cabral que Antônio Houaiss foi levado a classificar o livro como “um acontecimento anômalo dentro da poesia brasileira contemporânea”, acrescentando que dele sai o autor com uma lição: a de que, “no dia em que o poeta quiser fazer das populações do Capibaribe o conteúdo do seu poema, nesse dia irá escrevê-lo sem cifras: o homem do Capibaribe estará no centro e a necessidade de afirmar o futuro no fim”.

Contemplado com o prêmio José de Anchieta, do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954, *O Rio*, que o autor concluíra no ano anterior, aborda a mesma realidade do poema precedente e, segundo o próprio João Cabral, “foi feito propositadamente prosaico, rude, tosco, mal-acabado”. *O Rio* é – nem mais, nem menos – a relação de viagem que faz o Capibaribe da nascente à foz, e, porque assim o é, há, com a antropomorfização de seu curso, duas decorrências: a alegoria e o apólogo, ou fábula. E há também aí, como outra vez sabiamente o denuncia Antônio Houaiss, uma finalidade moral: “O rio quer algo – e muito haveria o que dizer sobre a sua vontade.” E há mais: é em *O Rio* que João Cabral começa a cristalizar sua dicção definitiva, sua sintaxe áspera e mineral, a geometria de sua estrofação e os esquemas rímico-métricos de que não mais abriria mão, como o uso sistemático da rima toante e de metros pouco usuais na poesia de língua portuguesa, como os de seis, oito, nove e onze pés, e nunca o decassílabo da tradição camoniana. Como já o dissemos, não apenas o antilirismo e a secura da dicção cabralina, mas também os metros de que se serve o autor chegam mesmo a contrariar a índole da língua. O verso de João Cabral é, de longe, o mais duro e desértico dentre todos os que já se escreveram entre nós, e nele não há, ao contrário do que ocorre em quase toda a nossa poesia, nenhum indício de melopeia. A propósito, o autor sempre afirmou que não era um poeta musical e que nunca teve bom ouvido para a música. Seu verso, o mais medido e calculado de toda a poesia brasileira, é visual, plástico e se insere nas vertentes da fanopeia e da logopeia.

E *O Rio*, em suma, é o paradigma cabal desse comportamento. Todo o poema repousa no sistema hispânico da *arte mayor*, com versos ímpares fixos e versos pares variáveis, mas sempre evitando a redondilha maior, o que, segundo o autor, tornaria o poema “muito rápido”. Assim, os versos ímpares são sempre hexâmetros, enquanto os pares ostentam medida métrica variável. E é isso, de par com a utilização rarefeita da imagem e da metáfora, que confere a *O Rio* uma estranheza quase arcaica, bem como seu pedestre e fibroso prosaísmo “de juta, de aniagem, de saco”, como sustenta o próprio poeta. Enfim, e sempre, uma “poesia do menos”, sem ornato nenhum, como observa Antonio Carlos Secchin. Curiosamente, entretanto, é ele mesmo, João Cabral, quem revela o segredo dessa áspera e desértica tessitura: “Para o ouvido brasileiro, o verso de oito sílabas, sobretudo se você não acentua na quarta sílaba, soa como prosa.” Entenda-se que, mais uma vez, João Cabral, que foi um mestre do prosaico, deixa que seu poema seja contaminado pelo prosaísmo, e o que mais surpreende é que, graças a esse procedimento, consiga o autor arrancar tamanho e tão insólito proveito poético.

O Rio é, portanto, uma tentativa de “fazer um livro poético com assuntos considerados não poéticos, uma reação contra o rumo que tem tomado grande parte da poesia atual: o jogo de palavras e a rotulação das palavras e dos assuntos em poéticos e não poéticos”, como admitiu o próprio João Cabral. Mas boa parte da crítica não o entendeu assim, acusando o poeta de prosaísmo, de incapacidade lírica e de utilizar uma linguagem dura. Essa crítica partiu de preliminares preconceituais cediças, ignorando, inclusive, o que já postulava a respeito o New Criticism, quando chamou a atenção para as nebulosas fronteiras que separam a *poetry* da *fiction*. Ignorando até o que já dissera T.S. Eliot, no memorável ensaio *The Music of Poetry*, a propósito da viabilidade do poema longo, ou seja,

num poema de certa extensão (...), as passagens de menor intensidade serão, com relação ao nível sobre o qual todo o poema opera, prosaicas — isto é, no sentido que o contexto implica, poder-se-ia dizer que nenhum poeta será capaz de escrever um poema longo a menos que seja um mestre do prosaico.

E João Cabral o foi. A crítica a que nos referimos acima incorreu no equívoco de supor que a linguagem poética fosse algo pré-determinado, fixa-

do, canonizado, sistematizado e cuja essência estivesse definida formalmente desde sempre. Ora, como ensina Antônio Houaiss, a “linguagem poética, como sistema de símbolos linguísticos, faz-se cada dia, está em perpétua transformação, não se trata de preencher tais ou quais ‘formas’ com conteúdos verbais mais ou menos novos”. Assim, o que essa crítica não percebeu, e *O Rio* sobejamente o demonstra, é que, se a visão do mundo não é poética, não há veículo que a transforme em poesia; e, se essa visão é poética, mesmo a supressão dos veículos tradicionais de transmissão de poesia não será capaz de invalidá-la. E visão poética é o que não falta em *O Rio*, como o comprova esta pouca e solitária estância:

Casas de lama negra
há plantadas por essas ilhas
(na enchente da maré
elas navegam como ilhas);
casas de lama negra
daquela cidade anfíbia
que existe por debaixo
do Recife contado em Guias.
Nela deságua a gente
(como no mar deságuam rios)
que de longe desceu
em minha companhia;
nela deságua a gente
de existência imprecisa,
no seu chão de lama
entre água e terra indecisa.

A partir de *Paisagens com Figuras*, escrito entre 1954 e 1955, instaura-se, em definitivo, o esquema rímico, métrico e estrófico que irá prevalecer em segmentos consideráveis da futura obra poética do autor, muito embora não se possa ainda aplicar aos poemas desse volume aquela espécie de *poetic principle* que eles antecipam, mas que só será enunciado por João Cabral vinte anos depois, em *Museu de Tudo*:

Dar ao número ímpar
o acabamento do par
então, ao número par
o assentamento do quatro.

É a esta divisa numérico-matemática que obedecem os poemas incluídos em *Quaderna*, *Dois Parlamentos* e, sobretudo, *Serial*. Mas, a propósito de *Paisagens com Figuras*, título que em tudo corrobora a obsessão plástico-visual do autor, vamos aqui abrir um parêntese para que melhor se entenda essa nova etapa da poética cabralina. Refiro-me, nesse passo, à influência que a literatura e a arte espanholas exerceram sobre o estilo de João Cabral quando este, como diplomata, serviu em Barcelona, Madri e Sevilha. O próprio poeta, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, disse: “Foi só na Espanha que tive o primeiro contato com os clássicos. Desde o *Poema do Cid* a Gonzalo de Berceo e ao Século de Ouro, tudo me impressionou fortemente e de certo modo me influenciou.” Em outra entrevista, mais de vinte anos depois, voltará ele a insistir:

E quando cheguei à Espanha, eu comecei a estudar sistematicamente a literatura espanhola. Foi uma coisa que me libertou dessa influência francesa que eu tinha através do Willy Lewin e ao mesmo tempo abriu horizontes para mim enormes. Porque o espanhol (...) tem a literatura mais realista do mundo. Isso foi outra coisa da maior importância para mim, para eu me reforçar no meu anti-idealismo, no meu antiespiritualismo, no meu materialismo.

E não há dúvida de que o realismo e a fanopeia da poesia espanhola, bem como o ritmo do flamenco ou a maneira de ser andaluza, muitíssimo contribuíram para que se acentuassem o antilirismo e a plasticidade visual da poesia cabralina, que se beneficiou ainda do distanciamento que a vida diplomática proporcionou ao autor no que toca à sua visão do Nordeste brasileiro. João Cabral chegou mesmo a dizer que foi a Espanha que lhe deu “um afastamento suficiente, não excessivo, para poder escrever sobre o Nordeste”.

Tais influências são visíveis já em *Paisagens com Figuras*, mas há que ressaltar, neste caso, uma circunstância por assim dizer seminal: é que, ao recebê-las, João Cabral, então com 35 anos, já amadurecera como poeta e, maduro, delas tira um notável proveito, tornando ainda mais seu o que já era seu, sobretudo a sintaxe e a dicção, que adquirem uma dureza de diamante. *Paisagens com Figuras* introduz ainda o tema crucial e recorrente dos “cemitérios pernambucanos” – crucial, acima de tudo, porque lida com a “morte severina” dos retirantes e, a rigor, com a obsidante preocupação da morte do próprio poeta, como ele descobriu em Madri, quando o psicanalista espanhol López Ibor lhe disse durante uma consulta: “O senhor pensa que está falando na morte dos

outros, mas o senhor está falando é na sua morte.” João Cabral tentou defender-se, argumentando que, em *Morte e Vida Severina*, não fala da morte individual, rilkiana, e sim da morte social. Mas López Ibor atalhou: “Aí é que o senhor está enganado. Isso é uma maneira pela qual o senhor está falando na sua morte sem falar, como Rilke, na primeira pessoa. De forma que sua obsessão pela morte é tão grande que o senhor é interessado pela miséria.” E essa morte cemiterial ajusta-se como luva às preocupações plástico-visuais do poeta, capaz de ver que:

Nenhum dos mortos daqui
vem vestido de caixão.
Portanto eles não se enterram,
são derramados no chão.

Vêm em redes de varandas
abertas ao sol e à chuva.
Trazem suas próprias moscas.
O chão lhes vai como luva.

Mortos ao ar livre, que eram,
hoje à terra-livre estão.
São tão da terra que a terra
nem sente sua intrusão.

A propósito dessa trágica e funérea plasticidade, lembre-se o que observa Antônio Houaiss em *Seis Poetas e um Problema*:

(...) a identidade da vida com a morte, da matéria física com a espiritual, da matéria física e espiritual dos corpos humanos com a terra, não é asseverada, afirmada, exposta conclusivamente, mas é — o termo é este mesmo — constatada como fato, como fato visível, descritível, por conseguinte plástico.

Recorde-se também que, em *Paisagens com Figuras*, João Cabral, sempre que pretendeu obter efeitos rítmicos mais definidos, não hesitou em retornar aos metros tradicionais da redondilha e do romance, mas, como ainda uma vez salienta Antônio Houaiss,

a sua repulsa aos apoios fonéticos não necessários à sua visão poética é tal, que raríssimos são os casos de rima, salvo as toantes, e estas são frequentes sobretudo como molde ou 'fôrma' para a obtenção de uma certa fixidez poemática.

E recorde-se, enfim e afinal, um outro princípio operacional cabralino, este mais genérico e de um didatismo tal que constitui, para cada um de nós, poetas, um como que mandamento bíblico, pois nos remete àquela exigência de austeridade e de assepsia expressivas sem o concurso das quais nenhum poeta será capaz de escrever um único verso digno desse nome. João Cabral o proclama nos últimos versos do poema "Alguns toureiros", que aqui transcrevo como bom discípulo que sou:

Mas eu vi Manuel Rodríguez,
Manolete, o mais deserto,
o toureiro mais agudo,
mais mineral e desperto,

o de nervos de madeira,
de punhos secos de fibra,
o de figura de lenha,
lenha seca de caatinga,

o que melhor calculava
o fluido aceiro da vida,
o que com mais precisão
roçava a morte em sua fímbria,

o que à tragédia deu número,
à vertigem, geometria,
decimais à emoção,
e ao susto, peso e medida,

sim, eu vi Manuel Rodríguez,
Manolete, o mais asceta,
não só cultivar sua flor
mas demonstrar aos poetas:

como domar a explosão
com mão serena e contida,

sem deixar que se derrame
a flor que traz escondida,

e como, então, trabalhá-la
com mão certa, pouca e extrema:
sem perfumar sua flor,
sem poetizar seu poema.

O que vale dizer: como escrevê-lo para além de toda a “literatura”. E essa é a grande herança que nos deixa João Cabral: sua linguagem e seu ideal de poesia fluem a contrapelo de toda uma tradição de transbordamento verbal a que sucumbiram não poucos grandes poetas brasileiros desde o Romantismo até agora.

É a morte dos outros (e a dele, João Cabral) que preside o auto de Natal pernambucano *Morte e Vida Severina*, escrito também entre 1954 e 1955. Trata-se de um poema dramático em “voz alta” no qual é visível a tradição pastoril, o que leva o autor a optar por uma linha discursiva próxima à de *O Rio* e que se apoia, predominantemente, no metro da redondilha maior. O poema releva pelo plano da construção dramática, pela emoção concentrada e a densa carga afetiva, pela riqueza imagística e os efeitos plásticos do tipo judicante. Adaptado para o teatro e a televisão, com a venturosa e adequadíssima música de Chico Buarque de Holanda, o poema consagrou o autor em plano nacional e internacional. Trata-se de uma obra-prima que o poeta, curiosamente, jamais reconheceu como tal, tendo chegado mesmo a dizer: “Uma das coisas que me irritam no auto, em *Morte e Vida Severina*, que acho a coisa mais fraca que já fiz, é o aspecto formal.” Tal juízo só tem uma explicação: habituado a toda sorte de dificuldade composicional, João Cabral, porque estava escrevendo para o povo, impôs-se a exigência de ser claro, recorrendo amiúde ao ritmo cantábile das redondilhas, conquanto outros metros sejam aqui utilizados. E o povo agradeceu, enchendo os teatros das capitais. Mas João Cabral tem razão quando lamenta que “a gente para quem eu escrevi nunca tomou conhecimento do auto”. E nem o poderia, pois até hoje não tem sequer o que comer. Ainda assim, disse o poeta que foi “a coisa mais relaxada que escrevi”, tanto que “devo ter reescrito apenas umas seis vezes...”.

Morte e Vida Severina é, acima de tudo, uma obra em que, apesar de seu visceral pessimismo, se celebra a solidariedade humana, sentimento que acompanha o poeta desde *O Cão sem Plumas*. João Cabral sabe que “viver da morte”

é a única escolha que resta aos sobreviventes da região, tanto assim que, pela boca da rezadeira, nos diz:

— Como aqui a morte é tanta,
só é possível trabalhar
nessas profissões que fazem
da morte ofício ou bazar.

E adiante:

Só os roçados da morte
compensam aqui cultivar,
e cultivá-los é fácil:
simples questão de plantar.

E quando alguém ali morre, nem mesmo os amigos que o levaram ao cemitério são capazes de comiseração, mas antes de uma ironia que beira o sarcasmo, esse sarcasmo dos que sabem que toda luta será vã:

— Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
— É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
— Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

Todavia, diante do que restou do corpo devastado desse mísero trabalhador de eito, a cova que lhe coube, exígua, acabará por tornar-se irrestrita:

— É uma cova grande
para teu pouco defunto
mas estarás mais ancho

que estavas no mundo.
— É uma cova grande
para teu defunto parco,
porém mais que no mundo
te sentirás largo.
— É uma cova grande
para tua carne pouca,
mas a terra dada
não se abre a boca.

O texto de *Morte e Vida Severina* assombra os leitores desde o início, pois, já na autoapresentação da personagem, quando esta explica à plateia “quem é e a que vai”, surge em cena um Severino que, como adverte Antonio Carlos Secchin, “quanto mais se define, menos se individualiza, pois seus traços biográficos são sempre partilhados por outros homens”, ou seja, outros Severinos “iguais em tudo” na vida e na sina. Vale a pena recordar aqui o princípio e o fim da fala desse áspero e esquelético Severino “que em vossa presença emigra” e que, quanto mais busca distinguir-se, mais e mais se dissolve no anonimato coletivo:

— O meu nome é Severino
não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria;
como há muitos severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.
Mais isso ainda diz pouco:
há muitos na freguesia,
por causa de um coronel
que se chamou Zacarias
e que foi o mais antigo
senhor desta sesmaria.
Como então dizer quem fala
Ora a Vossas Senhorias?

(...)

Mas, para que me conheçam
melhor vossas senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra.

Ser destituído de tudo, sem identidade pessoal e sem ontologia, e por cujo nome atende não um indivíduo, mas uma legião de desvalidos, este mesmo Severino, ao findar-se o auto, nos pergunta:

– Seu José, mestre carpina,
que diferença faria
se em vez de continuar
tomasse a melhor saída:
a de saltar, numa noite,
fora da ponte e da vida?

As três obras que se seguem na bibliografia de João Cabral de Melo Neto – *Uma Faca Só Lâmina*, de 1955, *Quaderna*, de 1959, e *Dois Parlamentos*, de 1960 – aprofundam e desenvolvem aquele princípio numérico-matemático de estrofação isomórfica. Mas cada uma delas acrescenta, de per si, um novo elemento à poesia do autor. Assim, *Uma Faca Só Lâmina* constitui o vértice de algumas das obsessões que vinham lastreando a poética de João Cabral, daí o subtítulo (serventia das ideias fixas). Em seus dez segmentos, suas 88 estrofes de quatro versos, seus 352 hexassílabos, *Uma Faca Só Lâmina*, cujo título nos sugere de imediato uma clara noção de carência, é, no entender de Antonio Carlos Secchin, “o último poema em que João Cabral focalizou as condições do ‘fazer’ (sem que, insistamos, tal ‘fazer’ seja unicamente ‘poético’, e sem que a preocupação com o ‘comunicar’ não lhe seja correlata)”. E acrescenta:

Se a metalinguagem, explícita ou não, continuará sendo um dos eixos propulsores de seu percurso poético, é *Uma Faca Só Lâmina* o texto mais sistematizado, a matriz de que muitos poemas posteriores se valerão para retomar, numa espécie de diálogo crítico, as ideias propostas neste texto-base.

E daí sua importância para a compreensão da medula estrutural de tudo o que o autor viria ainda a escrever. Em entrevista ao próprio Secchin, diz

João Cabral: “Como estrutura de livro, *A Educação pela Pedra* é minha obra mais tensa. Como verso, *Uma Faca Só Lâmina*.” E a Arnaldo Jabor faz esta surpreendente confissão:

“Uma Faca Só Lâmina” é um poema sobre a obsessão. Mas não é a obsessão metafísica, sobre a condição “vazia” do homem. [...] Você se lembra da última estrofe, quando eu digo: “por fim à realidade, / prima, e tão violenta / que ao tentar apreendê-la / toda imagem rebenta.” Se lembra? Pois saiba que fiz este poema para minha prima mesmo, uma moça linda que não quis dar para mim. Ela é a razão do poema. É um poema de amor.

Vá lá entender-se o que leva a crítica a especular sobre a “razão do poema”.

Em *Quaderna*, publicado quatro anos depois em Portugal, João Cabral retoma um espectro temático que já utilizara em *Paisagens com Figuras*: o Nordeste, a Espanha e o diálogo entre ambos. Esse livro traz também uma novidade: pela primeira vez na obra do autor avulta a presença da mulher como referência direta do poema. Oito dos vinte textos do volume exploram o tema do feminino, mas, como alerta Antonio Carlos Secchin, “o único aspecto verdadeiramente unificador da abordagem do feminino é o *padrão formal* dos poemas a que ele, feminino, comparece”. Assim, o espaço que cabe à mulher inclui poemas que têm oito ou doze estrofes com versos sempre heptassilábicos apoiados numa única rima toante. Indagado por Secchin sobre essa inclusão tardia da temática feminina em seu percurso, João Cabral respondeu: “Na minha poesia, a mulher é um tema a mais, como qualquer outro. Não o utilizo para confessar frustrações amorosas. Descrevo uma mulher sem biografia; o que ela representou na minha vida não vem ao caso.” Mas é tamanha a pulsação lírica que os anima que pelo menos dois desses poemas parecem desmentir o que afirma o poeta. São eles “Estudos para uma bailadora andaluza”, que abre a coletânea, e “Paisagem pelo telefone”. Do primeiro, leio aqui estas três estrofes:

Porém a imagem do fogo
é num ponto desmentida:
que o fogo não é capaz
como ela é, nas *seguiriyas*,

de arrancar-se de si mesmo
numa primeira faísca,
nessa que, quando ela quer,
vem e acende-a fibra a fibra,
que somente ela é capaz
de acender-se estando fria,
de incendiar-se com nada,
de incendiar-se sozinha.

E, de “Paisagem pelo telefone”, as cinco estrofes finais:

Pois, assim, no telefone
tua voz me parecia
como se de tal manhã
estivesses envolvida,

fresca e clara, como se
telefonasses despida,
ou, se vestida, somente
de roupa de banho, mínima,

e que, por mínima, pouco
de tua luz própria tira,
e até mais, quando falavas
no telefone, eu diria

que estavas de todo nua,
só de teu banho vestida,
que é quando tu estás mais clara
pois a água nada embacia,

sim, como o sol sobre a cal,
seis estrofes mais acima,
a água clara não te acende:
libera a luz que já tinhas.

Há ainda em *Quaderna* dois poemas que se poderiam qualificar de metalinguísticos e que nos dizem muito sobre a incessante evolução da poesia cabralina. O primeiro deles é “A palo seco”, cujas imagens nos remetem àque-

le “repertório de ascese” que o autor esgrima desde a “Fábula de Anfion”, mas sem que haja, aqui, nenhum fascínio pelo silêncio, como ocorria no poema anterior. Em “A palo seco”, o poeta não só define o cante e as relações deste com o silêncio, mas também o redefine à luz da possibilidade da voz, dando ainda a ver situações e objetos a palo seco. Veja-se como, logo no início do poema, João Cabral define o cante através de discurso conceitual, associando-o às noções de economia, solidão e claridade:

I.I Se diz a palo seco
o cante sem guitarra;
o cante sem o cante;
o cante sem mais nada;

se diz a palo seco
a esse cante despido;
ao cante que se canta
sob o silêncio a pino.

O outro texto a que me referi leva o título de “Poema(s) da cabra”, onde a secura reaparece como condição de vida e, metaforicamente, de exigência poética. O poema dá a ver ao leitor as paisagens áspers e abruptas do Mediterrâneo e do Nordeste, estabelecendo uma oposição entre o “clássico” e o “sem estilo”, ou seja, entre o Mediterrâneo e o Sertão, como se vê no último segmento do poema, onde a cabra nada mais é que um símbolo das condições de vida nas quais, resignado à sua sina, agoniza o homem nordestino:

O Mediterrâneo é mar clássico
com águas de mármore azul.
Em nada me lembra as águas
sem marca do rio Pajeú.

As ondas do Mediterrâneo
estão no mármore traçadas.
Nos rios do Sertão, se existe,
a água corre despenteada.

As margens do Mediterrâneo
parecem deserto balcão.

Deserto, mas de terras nobres,
não da piçarra do Sertão.

Mas não minto o Mediterrâneo
nem sua atmosfera maior
descrevendo-lhe as cabras negras
em termos das de Moxotó.

Dois Parlamentos, o livro seguinte de João Cabral, envolve a circunstância de ser a obra que assinala o epílogo da vertente iniciada com *O Cão sem Plumas*, isto é, a do poema longo de temática social. Mas, ao contrário das imagens líquidas que embebem *O Rio* e *Morte e Vida Severina*, a matriz metafórica de que se nutre *Dois Parlamentos* é a terra, elemento já visível na primeira parte do livro, que leva o título de “Congresso no Polígono das Secas”. Vale a pena observar que, naquelas duas obras anteriores, o retirante cumpre uma travessia na qual tem como companheiros inseparáveis os rios do Sertão. Mas, em “Congresso no Polígono das Secas”, já não se pode falar em nenhuma travessia humana, mas antes em sua estação terminal, vale dizer: a morte. Assim é que o tema dos “cemitérios gerais” cruza a totalidade das 16 estâncias do poema. Poucas vezes, em toda a sua poesia, João Cabral foi tão *menos* e tão *não* quanto na urdidura desse poema, e esse *não* se dirige apenas à própria morte, que se mostra sob diversas máscaras, nas quais, é bem de ver, tudo é supérfluo diante do despojamento que priva o morto de qualquer ornato ou mesmo “etiqueta”, como se pode ver nestes versos:

— Nestes cemitérios gerais
os mortos não têm o alinho
de vestir-se a rigor
ou mesmo de domingo.
— Os mortos daqui vão despidos
e não só da roupa correta
mas de todas as outras
mínimas etiquetas.

Outro aspecto que não pode ficar sem registro é o da estrutura do poema, que já antecipa o império do número quatro, como veremos, logo depois, em *Serial*. Assim, toda esta primeira parte está baseada no número qua-

tro, enquanto a segunda, que leva o título de “Festa na Casa-Grande”, se apoia no número cinco. A esse respeito, o próprio João Cabral disse, em entrevista a Antonio Carlos Secchin, que, em *Dois Parlamentos*, desenvolveu, “além da preocupação com cada poema, princípios de estruturação da obra globalmente considerada, tanto no nível da estrofação quanto no da métrica”, o que comprova que, para cada uma de suas obras, o poeta se impunha o desafio de uma macroestrutura adrede concebida e partia sempre da ideia do livro como um todo, e não de poemas que se encontrassem dispersos e que fossem depois coligidos em coletâneas.

E assim chegamos a *Serial*, publicado em 1961 e que constitui a suprema instância da obsessão de João Cabral pelo número quatro. Senão, vejamos: o livro está dividido em quatro partes, sob qualquer ângulo que se lhe veja, constando de 16 poemas que se distribuem sempre em quatro partes. Quatro desses poemas têm seis sílabas, quatro têm quatro, quatro têm oito e quatro têm seis ou oito. Quatro poemas estão constituídos de duas quadras cada parte, quatro de seis e quatro de oito. Quatro poemas são unidades objetivas, quatro são fragmentados em quatro partes, quatro são maneiras distintas de ver a mesma coisa, quatro são assonantes. E assim até o fim, somente escapando dessa tirania o poema isolado “Graciliano Ramos”, que homenageia um escritor nordestino acima de tudo realista e antilírico. Esse jugo do número quatro, que, claro está, obedece a um esquema prévio, poderia induzir à suspeita de algo artificioso e passível de perpetuação em termos de modelo. Mas não o é. Quem no-lo explica é Antonio Carlos Secchin, quando sustenta que a atitude seminal do autor é combater a *forma da forma*, pois “essa laboriosa construção, uma vez concluído *Serial*, não mais será utilizada no livro-construção seguinte; desautoriza-se, assim, a perpetuação do modelo, e se parte em busca de novas formas de organização”. E o remate exegetico do mesmo Antonio Carlos Secchin é aqui lapidar:

A poesia cabralina abarca o projeto de um arquissistema, sempre em aberto, tecido a partir da elaboração (e da superação) de sistemas pontuais, identificados com a produção específica de cada livro. A obsessão do rigor ultrapassa qualquer forma que a queira expressar — por mais rigorosa que seja. Desse modo, o rigor vai perdurando para deixar atrás de si o rastro insatisfeito de sua própria trajetória.

Em entrevista que concedeu ao *Diário de Lisboa* em 1966, ano da publicação de *A Educação pela Pedra*, esclarece João Cabral o que pretendeu ao escrever esta obra:

Quis construir todo o livro num dualismo. Aliás, ele esteve por se chamar O Duplo ou a Metade. Assim, a obra compõe-se de 48 poemas: metade deles é sobre Pernambuco, a outra metade, não; metade dos poemas tem 24 versos, a outra metade, 16; metade dos poemas é simétrica, os outros são assimétricos; metade dos poemas associa-se, aglutina-se, outra metade repele-se; e por aí afora...

E por aí também já se vê que o poeta permanece obcecado por suas ideias fixas. *A Educação pela Pedra*, cuja estrutura composicional só encontra paralelo no rigor com que foi urdido *Serial*, é, desse ponto de vista, o livro mais tenso de João Cabral. Quanto ao verso de que se vale aqui o poeta, há nele uma certa distensão métrica que não encontramos em suas outras obras, e uma das propostas formais que aí se fazem é a prática contumaz de um verso que se poderia dizer longo, não sistematicamente isossilábico, mas que se articula sempre nas imediações do endecassílabo, o que ilustra uma óbvia recusa do poeta à tradição melódica do decassílabo camoniano. Ainda uma vez, João Cabral contraria aqui a índole da língua portuguesa, buscando insistentemente uma dureza de dicção que nada tem a ver com a vertente da melopeia, tão cara ao idioma que herdamos de Camões e de todos os grandes poetas que nele se expressaram. Mas é bom que se lembre que essa característica cabralina tem sua origem na áspera e seca linguagem do sertanejo, que é, consabidamente, um homem de poucas e duras palavras. E aqui está a “educação pela pedra” que nos propõe esse mesmo sertanejo quando fala e que, toda vez que o faz, fá-lo pouco e de modo doloroso:

Daí porque o sertanejo fala pouco:
as palavras de pedra ulceram a boca
e no idioma pedra se fala doloroso:
o natural desse idioma fala à força.
Daí também porque ele fala devagar:
tem de pegar as palavras com cuidado,
confeitá-las na língua, rebuçá-las,
pois toma tempo todo esse trabalho.

Tanto quanto qualquer outro de seus livros anteriores ou posteriores, *A Educação pela Pedra* privilegia, no nível da linguagem do poeta, sua busca incessante pelo que há de visual ou visualizável na realidade. Para que possamos compreender melhor esse procedimento, José Guilherme Merquior, em *A Astúcia da Mínesse*, nos remete a uma figura da velha retórica preceptiva, ou seja, a hipotipose, que consiste em “tornar as coisas visíveis e concretas”. Toda a arte estaria assim obrigada a revestir-se de concreção, mas a simples existência desse antigo *tropo* nos recorda quanto a literatura, cuja matéria-prima não é de natureza sensorial, mas de natureza antes simbólica, será capaz de alcançar essa concreção para além do efeito analogicamente “visual”. Ao contrário da poesia de Mallarmé, por exemplo, que instaura uma concreção muito diversa daquela que se deve às volutas sensuais do cultismo gongórico ou à meridianidade do desenho dantesco, toda a *Commedia* pode ser entendida como uma vasta hipotipose. O estilo de Dante chega ao símbolo graças à apresentação direta da fisionomia do mundo, seja este real ou fictício. Não é, portanto, um estilo alusivo, e sim presentativo. Merquior considera que o idioma poético de João Cabral pertence a essa família, acrescentando que ele “reconcilia o esforço da lírica pela abertura de uma nova perspectiva filosófica com o novo gosto pelo perfil saliente dos objetos, pela vividez da cena imediata da experiência”. E é através dessa conversão da autonomia do significante numa “poética da visibilidade”, sempre à margem da quaisquer pressupostos da visão metafísica, que a obra de João Cabral assegura à poesia brasileira um lugar de indiscutível destaque no concerto da tradição contemporânea.

7

Senhores acadêmicos, eu poderia aqui – e bem o sabeis – alongar-me noite e madrugada adentro a discorrer sobre a poesia de João Cabral de Melo Neto, que, depois de *A Educação pela Pedra*, nos legou ainda, entre 1980 e 1993, *Museu de Tudo*, *A Escola das Facas*, *Auto do Frade*, *Crime na Calle Relator* e *Sevilha Andando*. Mas não o farei, pelo menos agora, por duas razões que considero razoáveis. Em primeiro lugar, porque o discurso já se faz longo demais e, conseqüentemente, tedioso. Em segundo lugar, porque atendo aqui a um pedido

do próprio João Cabral. Ele o fez, sem reservas, numa entrevista que concedeu a Rubem Braga em 1976. Nela, diz o poeta:

Considero minha obra acabada aos 45 anos. Não no sentido de que não escreverei mais, nem no de que não publicarei mais. Sim, no sentido de que não me sinto responsável pelo que escrevi e escreverei (talvez) depois dos 45 anos [...]. Mas o que escrevi e talvez escreverei depois de *A Educação pela Pedra* é coisa que escrevi sem a mesma consciência, ou lucidez, do que escrevi antes. Gostaria de ser julgado pelo que escrevi até os 45 anos. Gostaria de ser considerado um autor póstumo: procurarei ignorar o que dizem, o que acham do que ainda posso fazer (e do que fiz depois dos 45 anos, isto é, depois de *A Educação pela Pedra*).

É longa a resposta do poeta a Rubem Braga, mas creio que o essencial está aí. Ela é, como tudo sempre foi em João Cabral, uma lição de humildade, uma lição que só poderia ser dada por um homem e um poeta da sua estatura.

Em toda a minha vida, estive pessoalmente com João Cabral apenas duas vezes: em 1993, quando o entrevistei para a já extinta revista *Piracema*, criada por Ferreira Gullar na Funarte e da qual fui editor; e, em 1999, quando o vi brevemente durante uma visita protocolar de campanha acadêmica. O poeta pareceu-me então desolado com a perda definitiva da visão, o que, para ele, artista essencialmente visual, era como um golpe insuportável. Mas em nenhum momento deu-me a impressão de que morreria em tão curto lapso de tempo. Lembro-me de que o visitei no fim de junho, e o poeta viria a falecer em outubro, cerca de quatro meses depois. E em momento algum, também, passou-me pelo espírito a possibilidade de que viria a sucedê-lo nesta Cadeira. Em virtude desse escasso relacionamento pessoal é que não me dispus a falar do homem João Cabral, e sim da poesia — esta, sim, imortal — que nos legou. Claro está que tudo o que foi dito neste discurso é apenas uma gota d'água no oceano de coisas que ficaram por ser ditas e que outros, bem melhor do que eu, talvez já tenham dito. Escuso-me, portanto, de tudo aquilo que aqui não pude dizer e que talvez devesse ter dito. Faltaram-me arte e engenho para tanto.

Senhores acadêmicos, gostaria de vos agradecer a enfática e generosa acolhida que recebi nesta Casa. Não é todo dia que se consegue alcançar essa surpreendente soma de 32 votos, o que, se muitíssimo me desvaneceu, trouxe-me também imensas responsabilidades. Por muitas razões, penso que não merecia tamanha votação, mas a culpa, neste caso, é toda e apenas vossa. E não

há como vos arrependerdes. Ou, se há, não vos cabe mais nenhum recurso. Para qualquer homem de letras — e sou apenas isto —, ingressar na Casa de Machado de Assis é a honra e o reconhecimento supremos. Devo-os a vós, e a mais ninguém. E aqui estou para iniciar esse convívio até que a morte nos separe. Há nesta cerimônia de posse algo de sacramental e quase litúrgico, algo de que não poderemos jamais nos esquecer, algo que se confunde com a sagração dinástica e que nos torna maiores do que somos, e somos apenas, como disse Camões, “esse bicho da terra tão pequeno”. Tenho ainda a honra de ser aqui recebido não só por um dos maiores ensaístas e homens públicos deste país, mas também por um amigo, por alguém que, quando ainda era ralo e fugaz nosso relacionamento pessoal, me deu a mão num dos momentos mais difíceis de minha vida. E não é de meu feitio esquecer a solidariedade de quem quer que seja. Refiro-me aqui a Eduardo Portella, cujas “dimensões” dispensam quaisquer comentários. Senhores acadêmicos, gostaria de encerrar o meu discurso de posse com o mesmo ânimo que me levou a candidatar-me a uma vaga nesta Academia, esse ânimo que se nutre daquela antiga crença cristã que, melhor do que eu, expressou T.S. Eliot nestes dois versos de “East Coker”, o segundo de seus *Quatro Quartetos*:

A única sabedoria a que podemos aspirar
É a sabedoria da humildade: a humildade é infinita.

II

RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

IVAN JUNQUEIRA E OS NOMES DO TEMPO

Se me pedissem para preceder de um título estas palavras de recepção ao poeta, certamente escolheria: “Ivan Junqueira e os Nomes do Tempo”. Lembrando que os nomes do tempo não são nomeados; são inscrições cravadas, no corpo e na alma ansiosos, da peripécia humana. São sinais extraviados pela desatenção dos homens.

As palavras de boas-vindas, sobretudo quando esforçadamente discretas, estão dispensadas de legendas retóricas, de etiquetas classificatórias, de rótulos frequentemente pretensiosos. Essa é a vantagem que os discursos ensaísticos levam sobre outras práticas verbais. São desempenhos livres, movidos pelas decisões da palavra. No caso da palavra poética – a mais radical de todas as palavras.

I

O percurso que se desdobra desde o primeiro livro, *Os Mortos* (1956-64), até *A Sagração dos Ossos* (1989-94), inscreve a poesia de Ivan Junqueira na linhagem metafísica de corte classicizante. Talvez por isso já o chamaram de “neoclássico” e “neoconservador”. O prefixo “neo” tem se prestado, nas últimas décadas, a todo tipo de contrafação conceitual.

É provável que Ivan Junqueira seja apenas, e mais do que tudo, um poeta moderno. Não digo um poeta modernista, empurrado pela crença nacionalista, pelo prazer da galhofa, pelo desvario da oralidade desenfreada. De modo algum. E neste sentido os modernistas dos anos de chumbo não seriam modernos. Encontraram dificuldades intransponíveis na hora de operarem a tradição. Foram descuidados, sob o pretexto de serem descontraídos. Confundiram, na maior parte das vezes, fundamento com fundamentalismo. Enquanto a proposta moderna, nem “triste”, nem “racista”, nem puramente “festiva”, jamais se compôs com o escândalo, a comiseração ou as estridentes, tão estridentes quanto vazias, patriotadas que se espalharam pelos quatro cantos do país.

Mas convenhamos. Ivan Junqueira preferiu o comedimento, que inclui a paixão, sem cultivar a compaixão. Vejamos a sua “Poética”:

A arte é pura matemática
como de Bach uma tocata
ou de Cézanne a pincelada
exasperada, mas exata.

É mais do que isso: uma abstrata
cosmogonia de fantasmas
que de ti lentos se desgarram
em busca de uma forma clara,

da linha que lhes dê, no espaço,
a geometria das rosáceas,
a curva austera das arcadas
ou o rigor de uma pilastra;

enfim, nada que lembre as dádivas
da natureza, mas a pátina
em que, domada, a vida alastra
a luz e a cor da eternidade,

tal qual se vê nas cariátides
ou nas harpias de um bestiário,
onde a emoção sucumbe à adaga
do pensamento que a trespassa.

Despencam, secas, as grinaldas
que o tempo pendurou na esarpa.
Mas dura e esplende a catedral
que se ergue muito além das árvores.

Estética da parcimônia em oposição à estética da apoteose, vocábulos recuperados e revitalizados, sentimentos contidos e poética apurada, tudo aponta na direção da confluência. Da confluência que abre mão, com muito gosto, das ofertas do supérfluo.

A estridência sempre foi a extensão ociosa, ostensivamente desproporcional, do som que é apenas ruído. Na linha oposta da percepção cortante que só as palavras verticais dispõem. É aí que se move o poema austero de Ivan Junqueira: na composição cuidadosa de formas diversas, na organização fonológica menos previsível, na densidade reflexiva, na severa disciplina do verbo ascético, avesso a qualquer concessão de *marketing* — aquele verbo que, em vez de se conformar com a mudez exaurida, investe no silêncio grávido. Devemos ressaltar aqui o exímio gestor dos deslocamentos qualificativos. A linguagem da paródia, irônica e perquiridora, reconstitui o tempo, morto-vivo, pelas autoestradas que *A Rainha Arcaica* veio a percorrer. Palavras que nunca foram apresentadas antes, ou se cruzaram pela primeira vez, palavras de gerações distantes, de repente estabeleceram inesperado e produtivo regime de parceria.

Aqui talvez convenha um pequeno esclarecimento, para evitar o grande ruído. Comedido nunca chega a ser o que optou por uma economia de guerra. Isto seria simplificar o comedimento. Comedido é o que mantém as suas contas verbais em dia, os que não dilapidam, os que evitam desabar no vermelho. Comedido é aquele que gere a palavra com a sabedoria e a obstinação dos descobridores. É o que sabe praticar a difícil simplicidade que tantos ignoram.

II

Os filósofos da linguagem, mais do que os da consciência, porque a consciência jamais conseguiu proteger-se da irresistível tendência ao isolamento, costumam identificar na poesia um ato de diálogo. O poeta será então um ser em estado de diálogo. Sartre diria: uma espécie condenada a ser dialógica.

Quando a poesia intercepta o diálogo, o poema se vê ameaçado de morte. O poema pode morrer quando, por infringir as regras do diálogo, gagueja, não se faz escutar; ou quando, por inabitual ou ensurdecadora estridência, fere os tímpanos do eventual e desavisado leitor. Já o diálogo interrompe os féretros precipitados e os programas fúnebres agendados por completa ausência de interlocução. Nunca foi, evidentemente, o comportamento de Ivan Junqueira. Ele promove fecundos diálogos, não só nos seus poemas, mediante referências e alusões, como nos textos que escreve sobre seus companheiros de ofício, nacionais e estrangeiros. No seu tão inteligente livro de ensaios *O Fio de Dédalo* (1998), além de nos oferecer testemunhos reveladores sobre a cultura do mundo, nos fala sobre o trabalho da linguagem levado a efeito por Dora Ferreira da Silva, Marco Lucchesi, Antonio Carlos Secchin, Alexei Bueno, Bruno Tolentino ou Ruy Espinheira Filho, membros de uma linha de frente instauradora.

Ivan Junqueira cultivava diversos gêneros.

No ensaio, igualmente se revela a amplitude do seu campo ótico, no interior do qual se misturam erudição e sensibilidade intersubjetiva. Em vez do modelo fechadamente técnico, de *scholars* mais ou menos esquecidos, a lição abertamente comunicativa, saudavelmente infensa ao jargão da academia.

Seria omissão imperdoável o esquecimento do tradutor exemplar que coexiste em Ivan Junqueira. Graças a ele, Leopardi, Baudelaire, Chesterton, Proust, Yourcenar, Eliot, Borges, Thomas vieram para a nossa língua. E se deram muito bem por estas paragens. Graças a ele. É que todo poeta que se preza é também um grande tradutor: traduz seres e coisas, representações não raro ínfimas da realidade, traduz línguas e linguagens, evidências e atmosferas – traduz o silêncio que se oculta nas palavras pronunciadas ou balbuciadas.

O poema resiste à tradução quando se encarcera nas grades da língua. Quando assume a liberdade da linguagem, a tradução se torna imediatamente plausível. Porque a linguagem se encontra ancorada na simultaneidade do tempo, a uma só vez como premonição, esquecimento e memória. Poeta não é somente o que escolheu o verso como forma de composição. É antes aquele que estabeleceu relação fundadora com a linguagem, sensível às confidências e às inconfidências da poesia. A poesia, o estado mais avançado das manifestações da linguagem.

Há qualquer coisa no ar que nos lembra o saudoso poeta de “Alguns toureiros”. Mas Ivan Junqueira soube preservar a distância regulamentar com

relação a João Cabral de Melo Neto. Conseguiu, com eficaz naturalidade, afastar-se da sombra simultaneamente protetora e dominadora do poeta pernambucano. E o fez sem recorrer a nenhum gesto heroico, a nenhuma bravata, a nenhuma providência adicional ou a qualquer habilidade especial. Os poetas se distinguem dos prestidigitadores, porque são mais do que hábeis.

Na verdade, Ivan Junqueira, o herdeiro solidário e altivo, o intérprete perspicaz, o que admira sem anular-se, jamais se afastou do poeta maior. Ivan simplesmente se deixou ser a si mesmo. Tenho razões para imaginar que João Cabral gostaria de estar aqui, nesta noite de confraternização, aplaudindo a Ivan Junqueira.

III

Ainda no seu *O Fio de Dédalo*, no ensaio “Rimbaud – Poesia e Prosa Poética”, Ivan Junqueira nos oferece breve diagnóstico da modernidade, que é também uma fotografia de família da Poesia Moderna no seu amanhecer. “Nunca é tarde ou demais” – diz ele – “recordar que, sem Baudelaire (o de *Les Fleurs du Mal* e dos *Petits Poèmes en Prose*) e Poe (sobretudo o do *Poetic Principle*), e, depois, Rimbaud, Verlaine e Mallarmé” – é ainda o poeta-ensaísta quem avalia –, “não haveria a poesia moderna ou, pelo menos, aquela que, a partir de suas cruciais transgressões, se escreveu em todas as línguas cultas do Ocidente”.

Já no volume anterior, *Prosa Dispersa* (1991), no ensaio “A Modernidade de Baudelaire”, Ivan Junqueira apresentara e endossara as impugnações de Baudelaire à ideia de progresso, lançada à queima-roupa pela civilização industrial. O tempo passou mas o cenário não mudou, pelo menos na proporção do calendário transcorrido.

As cicatrizes do progresso continuam supurando, sem que a modernidade haja cumprido as suas promessas de felicidade.

A inscrição excêntrica do indivíduo tardomoderno ou, como preferem alguns, pós-moderno, não conseguiu estancar a hemorragia moral que, no itinerário que vai dos valores à *performance*, ao desempenho quantificado, passou a obstaculizar as pretensões mais caras ao projeto humano. Quando, coincidentemente, se extraviam os programas narrativos centrados no eixo ético. A poesia assinalou essa desolação, sem se deixar tragar pelo patetismo confessional.

De qualquer modo, a verdade como emanção da autoconsciência cede lugar à verdade como reconstrução intersubjetiva. Diz Hans-Georg Gadamer que foi Nietzsche quem “nos ensinou a duvidar da fundamentação da verdade na autocerteza da própria consciência”. Tudo indica que sim.

A consciência jamais ultrapassara as muralhas da cidadela idealista. Por isso, a cidade moderna amanheceu ferida: a cidade e esses ícones que se vão dispersando no redemoinho da diáspora urbana.

Nesse contexto dilacerado, o verso moderno faz o percurso inverso do cânone. É o reverso do cânone, até a eclosão extrema do virtual. Se é certo que o cânone pressupõe ou implica todo um processo de decantação, então o virtual vem a ser o anticânone. Para infelicidade dos bem-comportados.

Cabe portanto reter a corrida de velocidade na direção do novo; desarticular o fundamentalismo do futuro – essa hipoteca enganosa que mais promete do que cumpre. É o desafio com que se defronta hoje a linguagem da modernidade. E Ivan Junqueira conhece muito bem os “caminhos silvestres” dessa jornada inóspita. Por isso, é atual. O atual não prescinde e nunca se desgarra do seu horizonte de possibilidades. Somente se pode ser atual a partir desse horizonte, da travessia acidentada da finitude humana. Os amnésicos são inatuais.

IV

Com razão, a poesia de Ivan Junqueira é perpassada de melancolia. A melancolia e suas múltiplas intenções se introduziram nas páginas impermeáveis/permeáveis da sua construção poética. Ele, no rastro deixado pelo seu amigo Charles Baudelaire, alegoriza a melancolia, conferindo-lhe um *status* crítico respeitável. Para Baudelaire, a melancolia, no seu jogo polissêmico, espectral, se impunha como insubstituível ingrediente do belo. Pode ser também, na sua cisão estrutural, a sala de espera da morte. Da morte contida, sem melodramas convulsos, ou lágrimas insinceras. Tão somente o avesso da vida, a prova dos nove, a despedida sem lamúria, sem culpa, sem consternação inútil. A silhueta imprecisa, pendular, que as artes picturais expressam e a música registra, agrava a ambiguidade. O olhar abismal da melancolia fere e ao mesmo tempo cicatriza e por isso ainda uma vez intensifica a experiência humana.

É nesse cenário impaciente que a figura do pai adquire insuperada força anímica, ultrapassando os limites da evidência. Como no poema “Meu Pai”, aqui parcialmente convidado:

Eu vi meu pai nas franjas da neblina.
Eram tão frias suas mãos defuntas,
eram terríveis suas órbitas vazias.
Eu vi meu pai, a voz quase inaudível,
chamando-me ao seu colo desvalido
e a fronte me cingindo com um nimbo
de flores e de ramos já sem viço.
Eu vi meu pai. E ele sorria.

Esta mesma temperatura simbólica se mantém ao longo do poema. A série lexical que reúne, no mesmo núcleo semântico, vocábulos como noite, criança, relógio, aurora, alvorada, defunta, luto, confirma que é na morte que o tempo se agudiza. E confere ao poeta poliglota, transtemporal, intercultural, como é Ivan Junqueira, o direito de levar adiante o seu projeto cosmopolita.

Discurso do
SR. ALBERTO DA COSTA E SILVA

e

Resposta do
SR. MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

*Sessão solene extraordinária do dia
17 de novembro de 2000*

I

DISCURSO DO SR. ALBERTO DA COSTA E SILVA

Ponho a mão nessa mão que a saudade deixou para sempre no meu ombro. Nessa mão esquerda que escreveu, quando nasci, uma “Oração Silenciosa”, da qual foi rara a manhã em que não me ouvi a murmurar estes versos:

Reflori em teu ser que meu sangue revela,
Para viver em ti uma vida mais bela.

O sol te acenará dos longes horizontes,
E eu hei de despontar onde quer que despontes.

E contigo serei tudo o que sonhei ser,
Redivivo e imortal no esplendor de teu ser.

Só isto quis e quero: cumprir esse vaticínio, ser o que o meu pai sonhou ser. E, se pedi que me aceitásseis em vossa companhia, foi sobretudo porque ele teria pertencido a esta Casa, se não se tivesse exilado tão pronto de si mesmo.

Também Carlos Chagas Filho, o homem harmonioso a quem aqui sucedo, confessou num de seus livros que insistira em ingressar na Academia, porque as circunstâncias haviam impedido que a ela se candidatasse seu pai. Do filho, o itinerário dos dias foi amorosamente desenhado pela figura paterna, não para lhe repetir o trajeto, mas para lhe continuar o exemplo. E de tal forma se manteve fiel ao que tinha por legado e dever intransferíveis (sobretudo após a morte de quem com ele os partilhava, o seu irmão Evandro), que a

história das ciências no Brasil coincide, neste século, com as biografias conjugadas dos dois Carlos Chagas, o pai e o filho.

Ainda nos seus vinte anos, Carlos Chagas Filho começou a habituar-se à atenção precisa e imaginosa dos laboratórios. De bata, ele ganharia renome internacional com suas pesquisas e descobertas, como as sobre a eletrogênese no órgão elétrico do poraquê e os mecanismos de fixação do curare. De bata, ele está nessa fotografia antiga. Mas é de macacão de trabalho que o vemos nesta outra, de pé, levemente encostado à mesa das retortas, braços cruzados, a perna esquerda flectida, o olhar claro de sonho e certeza. Mais alguns minutos, e voltará aos seus instrumentos ou sairá para a sala de aula na Faculdade de Medicina, catedrático precoce aos 27 anos. Mais um pulsar do tempo, e já estará a aliciar os demais, sobretudo os jovens, para a pesquisa científica, essencial à construção permanente do mundo e do Brasil, pois – e isto parecia dizer-nos a todo instante – um país só se desenvolve de verdade quando descobre e inventa. O Instituto de Biofísica que criou e tem o seu nome é o testemunho mais evidente de sua longa, diversificada e intensa atividade em favor da investigação científica, uma atividade que não se restringiu às nossas fronteiras, mas se estendeu pelo mundo, pois Carlos Chagas Filho foi um grande embaixador da ciência e da cultura brasileiras, muito e muito antes que viesse a chefiar com inextinguível realismo a nossa Delegação junto à UNESCO.

Nisto ajudaram-no o respeito que sempre o acompanhou por toda a parte, o trânsito invulgar que teve nas universidades e centros de saber da Europa e das Américas, o dom, bem seu, de fazer e conservar amigos e de multiplicar-se nos discípulos. Por essas razões e pela solidez de sua fé, Sua Santidade o Papa Paulo VI confiou-lhe a Presidência da Academia Pontifícia de Ciências. Durante os dezesseis anos em que a exerceu, abriu as atividades da Academia para cientistas de outras crenças e de todos os pensamentos. E desses dezesseis anos, de que guardava lembrança mais que afetuosa, tinha sempre presente, entre as suas inúmeras iniciativas, a datação do Santo Sudário, a reabertura do Processo de Galileu e a Declaração sobre a Prevenção da Guerra Nuclear, um texto do qual não se pode retirar nada e ao qual só com muito esforço se pode acrescentar alguma frase.

Uma das funções mais fecundas do diplomata, embora das menos reconhecidas e estudadas, é a de trazer para o seu país o que de novo se pensa, ensaia e pratica em outras partes do mundo. Isso não deixou jamais de fazer,

antes, durante e depois de sua embaixada na UNESCO, Carlos Chagas Filho. Tinha ele por indispensável e sempre urgente que o Brasil estivesse em dia com os desenvolvimentos da ciência, para que deles pudesse prontamente receber os benefícios e a eles pudesse acrescentar os seus modelos de trabalho próprios, as suas comprovações e descobertas.

Embora em campo de atuação diferente, não foi distinto o programa do patrono de sua cadeira nesta Academia, pois a Domingos José Gonçalves de Magalhães devemos nos ter mandado de Paris o Romantismo, com o “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil”, publicado em sua revista *Niterói*, e com o seu livro *Suspiros Poéticos e Saudades*. De Paris, o poeta e diplomata Gonçalves de Magalhães trouxe também a certeza, ortodoxamente romântica, de que nos cabia criar no Brasil uma dramaturgia e um teatro nacionais. E não esperou que outros lhe seguissem a pregação, pois, apenas oito anos após ter-se apresentado em Paris o “Hernani”, de Victor Hugo, pôs em cena, no Rio de Janeiro, com João Caetano, a sua peça “Antônio José, ou o Poeta e a Inquisição”.

Foi de inovador, modernizador e cabeça de escola, a parte de Gonçalves de Magalhães numa das sequências mais importantes de nossa história literária. Sei que está distante da grandeza dos românticos que a ele se seguiram, mas confesso que não consigo deixar de comover-me, ao repetir estes e outros versos do seu poema mais conhecido, “Napoleão em Waterloo”, que decorei, tinha dez anos, e que ficaram em mim como o mais eloquente dos melhores retratos da solidão do Imperador:

Waterloo!... Waterloo!... dizendo, passam.

Aqui morreram de Marengo os bravos!
[...] aqui estava o Gênio das vitórias,
Medindo o campo com seus olhos de águia!
[...]
Ei-lo sentado em cima do rochedo,
Ouvindo o eco fúnebre das ondas,
[...]
Braços cruzados sobre o largo peito,
Qual náufrago escapado da tormenta,
Que as vagas sobre o escolho rejeitaram.

Mais, talvez, do que a leitura dos românticos, o viver no exterior fez com que Gonçalves de Magalhães buscasse reproduzir nos seus versos a luz e as cores de sua terra natal, o Rio de Janeiro. Esta luz de um azul claríssimo, a beirar a suavidade do cinza, não abandonou jamais Carlos Chagas Filho, por onde quer que andasse. À vontade em qualquer lugar do mundo, a sua alma não saía do Rio de sua meninice e adolescência. Nem do Brasil. Amou o seu país, como o amaram Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo e outros companheiros de uma geração à qual, embora uma década mais jovem, pela precocidade de seu acesso à vida criativa, se incorporou. Amou o Brasil, a desculpar-lhe carinhosamente os defeitos e com a convicção de que havia que estudar, e estudar, e estudar, e agir, e agir, e agir, e fazer, e fazer, e fazer, se nos queríamos melhores.

Capaz de caminhar pelas ruas e praças de Paris e de Roma como se fossem suas, ter-lhe-ia sido, porém, extremamente difícil e até penoso desterrar-se numa dessas cidades, como fez o primeiro ocupante desta cadeira 9, o também poeta e diplomata Carlos Magalhães de Azeredo. Também este começou muito cedo e aos 25 anos já fazia parte desta Academia, trazido por seu grande amigo Machado de Assis. Mas, enquanto a precocidade de Carlos Chagas Filho o empurrou para o futuro, a de Magalhães de Azeredo o deixou no passado. E o exílio cobrou-lhe o preço: um esquecimento que, por seus melhores poemas, não merecia. Se tivesse escrito um único livro — e escreveu vários, num estilo ático, preciso, luminoso — e esse único livro tivesse sido *Odes e Elegias*, já tinha por que ser lembrado e lido. Não só pela novidade, ao transplantar para o Português os chamados metros bárbaros de Carducci, mas por uma dicção que se quis tensamente serena, antiga e limpa e que antecipa a de Ricardo Reis. Tanto o nosso poeta quanto aquele que Fernando Pessoa desentranhou de si próprio muito devem, é bem verdade, aos *Poèmes Antiques*, de Leconte de Lisle, e sobretudo às dezoito composições que este reuniu sob o título geral de “Études Latines”, mas em Magalhães de Azeredo e em Ricardo Reis a linguagem concisa veste de rigor e sobriedade a intenção arcaizante. Compare-se “Lydie”, a Lídia que de Leconte de Lisle se passou para Ricardo Reis —

La jeunesse nous quitte, et les Grâces aussi.

[...]

Ceignons nos cheveux blancs de couronnes de roses

– a estes de Carlos Magalhães de Azeredo:

Não me coroes, Alma querida, de rosas; o encanto
Da Juventude é efêmero; e a minha é quase extinta.

Também não me coroes de louros; a Glória não fala
Ao coração, nem o ouve; passa, longínqua e fria.

Coroai-me das heras, que abraçam as graves ruínas:
São da humildade símbolo e da tristeza eterna...

Os temas são antigos, antiga é a musa, e antiga a paisagem da poesia de Magalhães de Azeredo – uma paisagem mediterrânica, tão distinta da brasileira. Carlos Chagas Filho volvia-se para a primeira com admiração comovida, mas era na segunda, embaciada pelo excesso de umidade ao sol, que se encontrava de coração completo.

O Brasil de Carlos Chagas Filho começava no Rio de Janeiro. Quem tiver ouvido ou lido o seu discurso de ingresso nesta Academia recordará o preciso desenho que fez de quem o precedeu na cadeira 9, um outro carioca entranhadamente carioca, Marques Rebelo, que fez desta cidade cenário e personagem. Chagas releu-lhe a obra, a lembrar-se constantemente de si próprio, “por ter pisado os mesmos caminhos”, diz-nos, e “amado as mesmas gentes, árvores, flores, pássaros, mar” – o mar, os pássaros, as flores, as árvores e a gente do nosso Rio, do Rio que foi deles e é também meu, o Rio dos romances e dos contos de Marques Rebelo, o Rio que ainda encontrei, ao chegar, em 1943, do Nordeste.

Carlos Chagas Filho desejou para esta cadeira que fosse uma “cadeira cativa” carioca. Não o desapontará de todo estar eu aqui. Meu pai era de Amarante, no Piauí, de mãe maranhense, e estudou no Recife; minha mãe era de Camocim, no Ceará, criada em Manaus; tive um irmão carioca e dois mineiros, um deles educado em São Luís do Maranhão; de minhas irmãs, uma nasceu no Amazonas e a outra no Rio; deixei de ser gaúcho por três meses e fui nascer em São Paulo. Se me considero piauiense de coração, ancorado, pela infância, em Fortaleza, acabo de esboçar a ficha pessoal e familiar de um verdadeiro cidadão do Rio de Janeiro, cujas velhas ruas mais de uma vez percorri

na companhia de um dos mais fraternos de meus amigos, Herberto Sales, e de um de seus amigos mais fraternos, Marques Rebelo.

De cabelo à escovinha e bigode aparado rente, revejo Marques Rebelo, franzino, o olhar agudíssimo e irônico, a desenhar com mão veloz sobre os papéis que Pascoal Longo punha à nossa frente, de propósito, para as nossas garatujas, durante os programas de debates que organizava na Rádio Ministério da Educação e do qual éramos, Marques Rebelo e eu, assíduos convidados. As caricaturas que tracejava acompanhavam a sua palavra – rápida, desembaraçada, cortante, bem humorada, irreverente, muitas vezes sarcástica e quase sempre feliz e precisa. Pois disto era mestre, falando ou escrevendo: da frase curta, na qual punha tudo o que nela cabia. Ou apenas insinuava – como em tantos de seus diálogos, que saem de bocas vivas. Quem disso duvidasse que releia os três volumes do ciclo de romances que deixou incompleto, *O Espelho Partido*, no qual se refazem e repetem os dias cariocas que precederam e acompanharam a nossa Grande Guerra e as perplexidades, dúvidas, contradições, angústias e expectativas de mais de uma geração.

Em seus contos – e dominou este gênero difícilíssimo –, entretece-se a vivacidade do descritivo e do anedótico a uma doçura condóida pelas coisas, lugares e seres simples, humildes, pequeninos, quase a se esconderem do dia e do sonho, mas que podem, inesperadamente, romper em flores em sua prosa e em bandeirolas coloridas e fogos de bengala. Disso temos multiplicados exemplos num livro que ele provavelmente considerava menor, mas que guardei entre os meus prediletos, *Cenas da Vida Brasileira*. Como que escritas para violão, nessas quase sempre breves impressões de viagem por sua terra – algumas não passam de duas linhas –, cosem-se à ironia diante de igrejas enormes e desajeitadas, a protegerem vilarejos de quarenta casas, a ternura diante de paisagens medíocres ou envergonhadas e o deslumbramento frente a um mar azul ou a uma revoada de garças.

Desde *Oscarina*, Marques Rebelo assumira o encargo de, ao retratar o presente, continuar a escrever o que no futuro se reconheceria como a história íntima do Rio de Janeiro, a retomá-la onde a deixara Lima Barreto, que, por sua vez, recebera a tarefa, ainda que sem o saber, de Machado de Assis e do Coelho Neto de *A Capital Federal*, que a tinham recolhido, também sem o presentirem, de Manuel Antônio de Almeida. O Rio de Marques Rebelo foi sobretudo o da Zona Norte da pequena classe média e de uma gente ainda

mais miúda, sobre cujas poucas esperanças ele se debruçou enternecido, o dos cafés onde grupos se demoravam na conversa em torno da média com pão com manteiga ou do parati, o do namoro de jardim e janela, o do Carnaval na Avenida e no High Life, o do começo e consolidação popular do prestígio do rádio e de seus artistas, tão bem retratados em *A Estrela Sobe* – um Rio de Janeiro onde parecia andar devagar o progresso, mas onde, para repetir uma observação sua, os prédios de apartamentos começavam a substituir as lindas mangueiras.

Ainda havia mangueiras, e abacateiros, e jamelões, na casa do Flamengo onde morava o menino Carlos Chagas Filho. Dela e das outras casas sobre as quais mais tarde escreveria em *Meu Pai* e em *Um Aprendiz de Ciência*, saímos com ele e com o rapazote em quem se tornou, a pé, de bonde, de ônibus de dois andares e de trem da Leopoldina, por um Rio de Janeiro de ruas plácidas, de casarões e bangalôs ao fundo de jardins, de casas térreas e sobrados rentes à calçada, como felizmente ainda sobram uns tantos, alguns com sacadas de ferro e com festões, pinhas ou jaras no alto das fachadas. Mais do que a paisagem, Carlos Chagas Filho nos devolve, nesses dois livros, o espaço, os jogos de luz e sombra, os rumores das salas, das praças e das muradas de praia, e a figura, o andar e os gestos das pessoas que por elas passavam, com uma linguagem tão nítida, que cada palavra cai em suas frases como uma nota de música.

Sempre admirei a precisão e o esmero da escrita dos cientistas. Da prosa de um Rudolfo von Ihering, por exemplo, quando descreve um tipo de mosquito ou o movimento das araras. No caso de Carlos Chagas Filho, não se trataria, porém, de um cientista que punha no papel, com elegância e justeza, o resultado de seus estudos, mas de um cientista que era um escritor, ou, melhor, de um escritor, de um admirável memorialista, que era um grande homem de ciência. Ao ouvir-me dizer isso, Carlos Chagas Filho comentaria, decerto, não ver diferença, na concentração solitária e criadora, entre o laboratório do biofísico e a oficina do poeta. O ensaísta de *Cultura e Ciência* não acreditava na oposição entre humanidades e ciências da natureza, entre invenção e descobrimento, entre ciência e fé. O que escreveu, escreveu bem – na unidade dele próprio. Mas, ao contar a admiração e o enternecimento em que tinha o seu pai e como era a sua mãe, ao descrever a sua família e as grandes amizades com que compôs a vida, ao traçar a história de sua formação, desde o menino bem-nascido – como deviam ser nascidos todos os meninos – até a véspera de

quem quer envelhecer em alegria, as suas sentenças vêm reforçadas de emoção, como se estivesse rezando a sua vida.

Essa emoção funda, ainda que serena, se soletra em cada palavra daquelas páginas antológicas, “A Casa da Rua Paissandu”, que escreveu para o livro *Cozinha do Arco-da-Velha*. A propósito delas, não sei como não repetir o truísmo de que o escritor de verdade é aquele que nos revela o que já sabíamos. Ao contar-nos, comovido, que guardou de sua mãe, Íris, uma imagem de beleza – a de uma jovem enferma, linda, de rosto magro e pálido, “os cabelos negros dispostos de lado sobre o travesseiro” –, uma imagem que iria reencontrar no *Duomo* de Luca, no túmulo esculpido por Jacopo della Quercia para Ilária de Carreto, ele fala por todos os que perdemos nossa mãe – por mim, ao menos, que a perdi e que dela conservo, na eternidade de cada um de meus dias, as suas feições de moça, as suas feições de moça a se sobreporem aos 91 anos de sua face de morta.

Um bom memorialista guarda o tempo; não o perde. Mas, às vezes, tem o pudor de exibir por inteiro a sua recolha de dias felizes. Como sucedeu com Carlos Chagas Filho, em sua autobiografia. Sobre a beleza recebida e aquela que teceu com o fio da alma, passa com breves palavras, recatado e discreto. De seu alumbramento diante da que viria a ser a mulher amada, diz apenas isto: “Vi uma moça que achei linda e dispus-me a dançar com ela”. Só isto, mas isto a ilumina, e isto basta como princípio de relato de um longo e constante reencontro. De Annah e das “quatro filhas únicas”, Maria da Glória, Sílvia Amélia, Anna Margarida e Cristina Izabel, escreve como se seus nomes fossem também adjetivos. Como se cada qual fosse uma forma de amanhecer. Não se derrama sobre nenhuma delas. E, todas as vezes, disfarça de prosa o que se quis poema. Contido, em palavras simples e claras. Como faria o seu grande amigo Manuel Bandeira.

Das duas vezes em que conversei demoradamente com Carlos Chagas Filho, o principal assunto foi Poesia. Falamos de Ribeiro Couto, de Vinicius de Moraes, de Odylo Costa, filho e, sobretudo, de Manuel Bandeira. Deste, posso afiançar que foi um leitor perfeito, excelente leitor que era.

Com seu convívio com os poetas, Chagas decerto compreenderia por que este seu interlocutor procurara a vida inteira, com a sua paixão pela História da África, proteger-se do castigo da poesia – como se história e poesia não viessem, desde Homero e Heródoto, a disputar em nós o sentimento do passado. Ele seria sensível à obstinação com que procurei o quanto pude

escapar do aperreio incessante das palavras que querem dizer para ser. Desde a meninice, elas não me dão sossego, como se eu tivesse herdado com o sangue as revelações luminosas e as aflições abissais da poesia. Da poesia que escutava de meu pai:

Eu sou tal qual o Parnaíba: existe
Dentro em meu ser uma tristeza inata,
Igual, talvez, à que no rio assiste
Ao refletir as árvores, na mata...

O seu destino em retratar consiste,
Porém o rio tudo o que retrata,
De alegre que era, vai tornando triste,
No fluido espelho móvel de ouro e prata...

Parece até que o rio tem saudade
Como eu, que também sou desta maneira,
Saudoso e triste em plena mocidade.

Dá-se em mim o fenômeno sombrio
Da refração das árvores da beira
Na superfície trêmula do rio...

Sonetos como esse, de um alto poeta como Da Costa e Silva, em quem a identificação do eu com a natureza é comparável à dos grandes românticos alemães, não pedem versos que os continuem. Mas, como recebi de meu pai este destino, fiquei a ouvir-lhe a voz em cada um dos poemas que me vi obrigado a escrever. Paradoxalmente, contudo, quem sempre esteve a fugir da febre da poesia, não aspirou a ser senão, em todos os seus dias, poeta. E foi como poeta e filho de poeta que vim pedir que aqui me acolhêsseis.

Chego, para ser recebido por um amigo de meia vida, mas que tenho como da vida inteira. Desde que nos encontramos pela primeira vez, no Recife, faz mais de trinta anos — Marcos Vinícios Vilaça já era então o jovem autor de um livro instigante e envolvente, *Em Torno da Sociologia do Caminhão*, e coautor, com Roberto Cavalcanti de Albuquerque, de um outro, de leitura obrigatória, *Coronel, Coronéis* —, não fizemos mais do que reconhecer as afinidades entre nós e aprofundá-las. Não que sempre vejamos de igual maneira as

manchas na parede, mas é o mesmo o vocabulário com que as descrevemos e explicamos, como se, meninos, tivéssemos percorrido juntos, com Maria do Carmo e Vera, o roteiro dos presépios — e já se estão armando de novo os presépios no nosso sertão —, e lascado piões, e jogado bolinhas de gude. Não pertence ele à raça dos que dividem e, ao dividir, muitas vezes dilaceram, mas, como Carlos Chagas Filho, à linhagem rara dos que somam para multiplicar, atentos não só à riqueza da diversidade, mas sobretudo à força fundadora das semelhanças. Zelador perfeito de suas amizades, Marcos Vinícios Vilaça tem-me acompanhado nos desteros e nas ancoragens. Ele sabe que a diplomacia foi para mim um jamais concluído, porque jamais aceito, aprendizado da ausência e que, ao gastar-me em outras terras,

fui de mim,

por muitos anos,

uma sombra emigrada.

Ele sabe que, ao me aceitar em vossa companhia — e para cada um de vós sai do fundo do coração o meu muito obrigado —, me trouxestes, afinal, de volta à pátria.

II

RESPOSTA DO SR. MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

Quando aqui tomei posse, o Acadêmico José Sarney, no discurso de saudação, quase me estraga a festa e a alegria. Trouxe à lembrança o costume, dentre os elogios da tradição das boas-vindas, de aplicar algumas alfinetadas, coisa leve, para limitar as minhas glórias novas da imortalidade. Fiquei gelado.

Acredito que deixou de lado a ameaça dos reparos, premido por Marly – não desejosa de ver o seu compadre fissurado no júbilo.

Mas do Acadêmico Alberto da Costa e Silva devo expor alguns malogros, para depois cuidar das justas loas.

O nosso novo sócio foi um desastre, no colégio, como jogador de vôlei e futebol. Nem para goleiro ganhou escalação. Também foi recusado como parceiro no tênis. Deram-lhe, quando muito, uma vaga à mesa de pingue-pongue.

Igualmente desastrosas as tentativas de ginasta. No canto orfeônico, então, foi aí um horror de desafinado.

Os professores, no entanto, logo descobriram nele as galas da oratória. Diante das capitulações, era essa a composição vitoriosa. Tanto é assim, que as senhoras e os senhores acabam de escutar uma obra-prima, escrita e dita, a expor a nu e cru a desvantagem em que me encontro. Justifica-se, portanto, esta tentativa de compensação ao revelar alguns insucessos de Alberto da Costa e Silva, poucos, reconheço, porém categóricos.

Cumprida a tradição das alfinetadas, passemos a cuidar da *palavra*, já que estamos na Casa da Palavra. A palavra nos toca e nos tange. Exerce sobre os

acadêmicos o fascínio feminino do claro enigma e da obscura transparência. Excita e entorpece. Inquieta e consola. Faz-nos cativos de sua força e sedução.

A palavra, semente da linguagem humana, é a credencial, única e bastante, que aproxima e identifica o escritor com a Academia.

Não há dificuldade em entender.

Entregamo-nos ao serviço e ao ritual exercício da palavra, em litúrgica reverência ao mistério e ao feitiço vocabular. Herdamos o gosto do desafio do simbólico, que se mostra-esconde na forma verbal significante e se entretece, sinuoso, na costura sintática dos enunciados.

Somos todos irmãos de ofício: *o ofício da palavra*.

A palavra é o *verbo* bíblico, no qual se encerra a ideia primordial de todos os seres criados e que encontramos no início de tudo, como instrumento do querer e do poder divino, registrando no Gênesis a criação do mundo.

Bergson acredita que a palavra representa o ponto máximo de extensão e projeção da consciência humana.

Esta noite é, novamente, do ofício da palavra. Para vos receber, Sr. Alberto da Costa e Silva, o ofício é um santo ofício. Trata-se de saudar alguém que realizou em toda a vida a arte de fazer que as palavras o obedecessem a vida toda. Sois um “senhor de obediências”. Sois homem da palavra e de palavra.

Vieira, o padre imperador do dizer de Fernando Pessoa, ensinou que ao nascer somos filhos dos nossos pais, mais tarde, das nossas obras. Aqui chegais filho de Creuza e Antônio e filho de vossas obras de escritor consagrado.

Ainda que não houvesse o compromisso, é claro, cumpris agora o sonho do velho Da Costa e Silva.

Ele disse, na “Oração Silenciosa”, que não quisestes há pouco recordar na íntegra, por qualquer acanhamento, mas que o faço muito contente:

Sou tão feio, Senhor, e meu filho é tão lindo,
que ele o deve notar, às vezes, me sorrindo...

Fita-me assim, Alberto, e o olhar perscrutador
dirá que vivo em ti, como o aroma na flor.

Reflori em teu ser, que o meu sangue revela,
para viver em ti uma vida mais bela.

A ânsia crepuscular deste sonho possui,
nas clareiras de céu dos teus olhos azuis...

O sol te acenará dos longes horizontes,
e eu hei de despontar onde quer que despontes.

E, contigo, serei tudo que sonhei ser,
redívivo e imortal no esplendor do teu ser!

Flor do meu coração, ó meu lírio entre espinhos,
a vida é tão incerta e há tantos maus caminhos...

Mas, ao olhar-te, medito: “Onde a Fé? Onde o Amor?”
e murmuro, depois, sem que o possas supor:
“Guia o meu filho, que é tão lindo, ó meu Senhor!”

Repito que chegais aqui sob as duas estirpes, a da mente e a do sangue, também como exemplar de uma respeitável estrutura familiar, para cima e para baixo.

A fixação no passado, presente em toda a vossa obra, explica o canto aos netos. O poeta de *As Linhas da Mão* promove uma constante volta à meninice, daí Miguel Sanches Neto ter dito que “a sua fórmula é envelhecer ao lado da infância, e, não, ser uma criança para não envelhecer”.

Ele próprio, o poeta, é quem verseja:

Vou pedir a meu pai
que me esqueça menino.

Ou diz:

Repara, Miguilim, (...) o que é menino
não chega a velho jamais, não adoece
de seriedade, não se pui, não passa,
não usa paletó, nem põe gravata.

Ou mais:

Põe as mãos nos joelhos dos dias. Pede ao tempo:
— Lava a infâmia do espelho.

Outros mais:

E me revejo menino.
Caminho pelas ruas da infância a minha pátria.

Além deste arremate:

Ao menino que fui tudo foi pago.

O novo acadêmico é um poeta com o olho no retrovisor, tecendo sempre, valorizando a trama de várias semânticas.

Vossas memórias de infância parecem tão frescas que nem memória de menino, novinhas quase cruas de tempo, como se tudo fora simples rememorações do ontem vizinho, mescladas também de ídolos como o Capitão Marvel, o Superman, o Príncipe Submarino, a Tocha Humana, ao mesmo tempo que reconhece o quanto lhe foi útil a *História da Literatura Universal*, de John Macy.

O poeta e o memorialista vão entrando pelo tempo, vasculhando e soprando poeira. Mas sem nada de lacrimoso, mesmo ao se deparar com o amargo. Não é de nostalgia que vive. Sabe é tirar dali formas de sonho, compreensivas com a saudade e os enigmas.

Harmonizador de desenhos e cores. Seu tempo não esmerilha, pois tem jeito de conservante. Vossas poesia e prosa não se voltam ao passageiro instante, a menos que a circunstância fique por não abandonar a lembrança.

Antônio Carlos Villaça observou com a sua costumeira proficiência: “Alberto da Costa e Silva preferiu sempre a exigência à facilidade.”

O belo livro de memórias, *Espelho do Príncipe*, que suspeito seja entre todos o mais do vosso agrado, não é mero relato. É pergunta e é achamento. É diálogo com a vida. Explicação de rotas e, ao seu modo, nova espécie de “Livro dos Porquês”. É livro de sociomemória.

Só alguém com grande visão sociológica, que é o vosso caso, poderia nessas reminiscências reservar justo espaço para aquela coceirinha de “bicho-de-pé”; para as odisséias de uma viagem de caminhão nos caminhos poeirentos do Nordeste; para as expressões regionais do tipo: “capiango”, “pexote”, “mouca”; para o mundo que girou ao redor de mercearias e farmácias interiores ou de bairros, do comércio ambulante que passou à porta das casas de

famílias remediadas; dos modos dos homens e das modas das mulheres naquele nosso mundo.

Digo nosso mundo por vos compreender muito mais homem do Setentrião, aquela região que pôs suas digitais em tudo que é vosso, do que dos espaços meridionais de São Paulo, onde nascestes.

Não quero que o raizame de décadas de nossa amizade domine esta fala, mas sei que do mesmo modo que naquele memorial são exatas as dissertações sobre o banho de chuva, a dimensão das revistas em quadrinhos, do seriado no cinema, a broca do dentista, o rádio de galena, a espinhela caída, o bolo de comida amolegado por mãos de amas, o escanchar-se em cavalos, o olho-de-seca-pimenteira, também é clara e clarividente a vossa inconformidade com o homem insultado pela miséria, permitindo-vos a reação indignada tal qual a de um filho da região.

O capítulo do que seja regional nordestino – no âmbito nacional – ou regional brasileiro – no plano das avaliações internacionais – não é em vós um capítulo de pessimismo, mas declaração de amor-próprio.

As memórias são especulação sociológica sem se perder em miudezas, ainda que trate de coisas miúdas. É que em tudo há um sentido de grandeza. Por isso, a marcha do íntimo ao formal é realizada sem forçar conclusões. Tudo tem a naturalidade de um homem sincero.

Dessa sociologia das intimidades, o autor também chega ao institucional. Foi assim que, ao se reportar aos partidos políticos, UDN e PSD, descobri que éramos correligionários. Do glorioso PSD, é claro...

Mas esse homem que põe a sinceridade na rememoração num patamar muito alto, em menino já “pressentia que cada um de nós tem dentro de si uma exigência de pureza e que é preciso dizer-lhe sim, e sim, e sim, e muitas vezes, sim, e para sempre, sim, ou, no minuto da morte, não teremos de nós senão a ausência”.

A contenção do poeta que não se extrema deve ter servido às cautelas e também às eficiências do diplomata, cioso nas análises políticas e na avaliação da administração pública, que põe ao lado dos diagnósticos a sugestão das terapêuticas.

Usastes a Cultura para aliciar na Diplomacia. Esta, exercitastes sem salameleques, mas com educação, com altivez e sem bravatas, com ironia e mordacidade mas sem grosseria e perdularismo. Sem deixar de, se necessário, forçar o tom no combate limpo.

Assim foi na Secretaria de Estado ou em missões em Portugal, Paraguai, Colômbia, Espanha, Nigéria, Venezuela, Itália e Estados Unidos.

Assim tem sido nas lições que passais aos filhos, genro e nora, diplomatas. Assim tem sido na sumarenta produção de textos que fazem dos vossos trabalhos no plano da ciência e da arte políticas um justo orgulho do Itamaraty.

Só que o diplomata não briga com o escritor. Senão, vejamos. Inspeccionando uma repartição do nosso Serviço Exterior, produzistes esse primor lítero-administrativo que, sem poder confessar como o obtive, não posso sonegar ao conhecimento de quantos aqui vieram festejar-vos:

Na sala de espera acanhada, atravancam-se, sobre um carpete velho e sujo, mesas e cadeiras igualmente velhas e sujas. Nas paredes, colam-se papéis por todo os lados, e tudo traduz-se em desalinho. A própria porta de entrada já se abre sobre a mesa de uma das recepcionistas. A outra recepcionista fica no fundo da sala. Entre elas, alinham-se cadeiras de um amarelo manchado e estende-se mesa longa e baixa, lascada em vários pontos, onde são atendidos os que buscam o Consulado. Sentam-se eles numas cadeiras de molas balouçantes, que ameaçam despencar para um dos lados (eu próprio quase caí de uma delas). Senti-me triste e envergonhado com o que é, em última análise, uma sala de visitas e vi brasileiros a olharem ao derredor com estupor.

E no arremate:

Enquanto isso não se dá, recomendamos ao Cônsul-Geral e a todos os funcionários que fizessem um mutirão para retirar das salas tudo o que se considerasse imprestável ou estivesse fora de uso, a fim de que as sardinhas pudessem acomodar-se ao tamanho da lata. Pedimos que descolassem a papelada presa às paredes por fita colante. Que não se obstruíssem as saídas de emergência. Que se fizesse uma revisão do aranhol de fios. Que se emprestasse – e não ignoro a contradição intrínseca na proposta – certo método ao caos.

Tudo foi reformado, e deu-se ordem ao caos.

À Casa de Rio Branco, continuais a servir com uma obstinação de quem se porta a mando de um quase deus. Ninguém mais zeloso dessas tradições de que tanto se orgulha o Brasil.

De minha parte, gosto de dizer que o agir daquela Casa é gesto e voz de que o Brasil sempre se tem honrado, nas suas vertentes de patriotismo e inteligência.

Somente algo se sobrepôs à vossa fidelidade ao Ministério de Relações Exteriores. Foi para o vosso mistério interior que se chama Vera. A vera força, a vera dedicação, a vera inspiração, a única vera Vera.

Para ela, dissestes na fundura do afeto:

... Usa o meu coração
para nos esconder, como os olhos às pálpebras,
do cansaço do tempo, do bolor nos retratos.

Que declaração de amor pode ser mais inteira, mais oferta?
Tem mais:

... e amar-te sabendo que a velhice descobre
a mais bela beleza no teu rosto de jovem.

E ainda:

Dizer jamais de nós
senão o certo:
o céu
e o campo aberto.

Por essas e outras, é que José Guilherme Merquior observou com razão que o poeta de “Ao Lado de Vera” pertence “à raça dos contemplativos ardentes”.

Certo dia, vi o novo acadêmico – Vera também –, os dois em apoteose africana. Vestido de rei nigeriano ou coisa equivalente, pletórico de poder e fé. A túnica comprida, o barrete e o bastão de comando. Tão formoso como agora, acadêmico, ou com o fardão de diplomata, com que foi presenteado, ainda jovem secretário, pelo seu colega o embaixador Vasco Leitão da Cunha.

O autor de *A Enxada e a Lança* bem mereceu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Ifé, na Nigéria. Ninguém pode pretender conhecer de África sem o conhecimento dessa obra fundamental, construída com inteligência crítica, obstinação de pesquisa, graça literária na redação e a impressionante abonação de quase mil obras. É o mais importante estudo, no gênero, que se conhece.

Alberto da Costa e Silva, ao escrevê-lo, compreendeu bem a lição de Ortega y Gasset: “a alma de um povo só é inteligível quando se confrontam suas palavras e suas obras”. Essa mesma atitude, pude testemunhar acompanhando-o em visitas ao Museu do Ouro, em Santa Fé de Bogotá, ou em expedição um seu tanto piedosa, às ruínas de Conímbriga, ou ainda à biblioteca da Universidade de Coimbra. A mesma disposição para o enlace.

Disso tudo, a constatação de que compreendeu bem as clarezas e ambiguidades num mundo de relações intensificadas e soube escoimar a banalidade do valor, o mero localismo do abrangente, a imitação do verdadeiro. Nem homogeneização, nem tribalismo.

Isto porque o exercício da vida para ele cumpriu-se em ler, para entender, e escrever, para explicar. Nas entrelinhas, o trabalho derivando do que aprendia, do que ensinava. Em função dessa realidade, sempre esteve pronto ao espetáculo da vida.

A vossa obra, Acadêmico Alberto da Costa e Silva, tem grande protagonismo na Cultura de Língua Portuguesa. Desejo referir, apenas para exemplificar, a antologia da Poesia Lusitana, que organizastes com Alexei Bueno. Nada da mera preferência aos mais próximos do vosso espírito e logrando não ausentar da seleção uma visão crítica. E também mencionar o magistral pequeno ensaio sobre “Gonçalo Mendes Ramires, Prazeiro na Zambézia”, farto de História, de Sociologia e da demonstração de escritor literário que produz Crítica Literária inteligível, agradável de ler.

Já no campo da crônica, *O Vício da África* se de um lado aponta o pesquisador, de outro não esconde o cronista da circunstância. A esse propósito, vossa amiga, Maria do Carmo Vilaça, “baronesa de Limoeiro” e dançarina de frevo, não concorda muito com a tese, que defendeis, acerca da importação da Costa do Marfim, das matrizes daquela acrobática dança. Controvérsia que, hoje, fica para outra hora.

Falando de nossas origens, diz Alberto da Costa e Silva: “Jamais sabermos o que realmente fomos, se não desfiarmos a História Brasileira pelo menos desde Afonso Henriques, na praia ocidental da Península Ibérica, e desde Nok e a expansão dos bantos, no continente que a nós temos defronte.” Noutro de seus escritos, esta nota explicativa do gilbertólogo em que se transformou: “Meu interesse pela África surgiu nos meus dezesseis anos, com o deslumbramento de *Casa-Grande & Senzala*”. O exemplar fora adquirido na

livraria “A Futurista” – veja-se o nome – que existiu na Praça Saens Peña, aqui no Rio.

O ofício de diplomata favoreceu-vos o conhecimento da África, sobretudo, como referis, “por ser sempre trabalhoso e absorvente”, pois a vossa marca é a da responsabilidade.

Do travejamento das missões que tivestes, resultou uma aliança da inspiração com a expiração do pesquisador mas também do poeta. Por isto, chegais aqui como um múltiplo. Bernardo Carvalho tem toda razão em dizer que a verdadeira Literatura não opera por estreitamentos. São muitas e simultâneas as etapas do vosso destino. Senão, vejamos. Inventor: o poeta; Investigador: o africanólogo; Memorialista: ver *Espelho do Príncipe*; Regionalista: o semipiauiense; Cidadão do Mundo: o embaixador; Artista plástico: o desenhista de formas repletas de singularidades – herança do sangue paterno – alongado nas dedicatórias ilustradas, como em fidelidade a Fernand Léger, que lembrou ser preciso enfeitiçar os muros, além do zelo pela arte gráfica dos próprios livros ou nas ilustrações em álbuns de meninas, onde é incomparável o arlequim que fizestes para Taciana Cecília, minha filha.

Tudo isto sintetizado num cultor e aperfeiçoador de estéticas e num contumaz praticante da ética.

Foi à conta dessas intimidades com a estética que vos conheci. Fostes a Pernambuco tratar de uma exposição da coleção Abelardo Rodrigues, que acabou por ser impecavelmente linda, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. Andáveis pelos caminhos de homens, datas, fatos e feitos da minha terra com ostensivo à vontade, fosse com Pereira da Costa ou Brennand, com os “coronéis do PSD” ou Lula Cardoso Ayres, com Bandeira ou João Cabral, com Mauro Mota ou o Mosteiro de São Bento, em Olinda. O pai, que morara no Recife, reconheceu o quanto Pernambuco lhe foi inspiração e ânimo e o quanto a Faculdade de Direito, onde ensinara o parente Clóvis Beviláqua, lhe sugeria de civismo. Gilberto Freyre, mais do que um mestre, já era a maior de vossas intimidades, em vida e obra, tal como aconteceu para todo o sempre.

Mas o que me encabulara naquele jovem diplomata era o gesto de esfregar na testa, na fronte, o copo com gelo, onde restava abandonado algum drinque.

Que diabo seria aquilo?

Era a enxaqueca.

Afinal de contas, *Espelho do Príncipe* começa assim:

O menino sentia o sol na pálpebra. Doía-lhe a cabeça. Era como se uma colher escavasse a órbita espicaçada pela luz, para trazer na concha, o olho. (...) Tudo que soasse, ainda que um sussurro, espancava-lhe as orelhas, trovejava dentro dele.

Duvido que algum compêndio de medicina explique melhor essa sintomatologia. Duvido. Ainda que, no vosso caso, a enxaqueca tivesse alguma coisa de metafísica.

O menino do livro de memórias tinha de dois para três anos, e era a enxaqueca a mesma doencinha chata do nosso conhecimento tanto tempo depois, no Recife. O diplomata esfregava o copo nas têmporas, mas não perdia a graça com que conversava, nem os bons modos jamais esquecidos. Ia assim até que alegre ouvisse, “dentro dele o assovio da ausência da enxaqueca”.

Outro dos cacoetes do novo acadêmico é o de não se servir de bichos de pena. Seja o fidalgo faisão, seja o proletário inhambu. De pena, nada. Nem no mais disfarçado e bem elaborado prato de banquete ou de ceia íntima.

Por isso, deu voltas às mesas no labor diplomático, fingindo como bom poeta, mas sem comer, à simples desconfiança de que no prato camufladamente estivesse um bicho de pena.

Deixa uma das páginas mais dramáticas da Literatura Brasileira, no descrever o horror que lhe causou, ainda menino, o abate de galinha para regalo de comensais à mesa da família.

Costumo dizer que nela está uma força pungente do mesmo estofo daquela de mestre Graciliano Ramos, ao narrar a morte da cachorra Baleia, em *Vidas Secas*. São dois momentos de beleza trágica e precisão descritivo-estilística que ficarão para sempre.

Como para sempre ficou aquela restrição na palatabilidade do nosso poeta, que carrega com ele um outro fadário, esse da barba, que embranqueceu!

É que, talvez não conheçam todos, a barba vem do medo, do pânico pelo qual passou em terremoto na Venezuela. Depois disso, adotou-a. E com proveito. O amuleto funcionou. Não se encontrou nunca mais, nas andanças mundo afora, com quaisquer graus da escala Richter. E lhe veio outra vantagem. O nosso colega Carlos Heitor Cony acha que a barba lhe dá o perfil ideal, pelos traços de monarca-sábio, para selo postal da Bélgica. O porquê de belga, Cony não explica.

Um ponto a mais de vossa fortuna acadêmica é o de suceder a Carlos Chagas. Esse nosso saudoso confrade esbanjava aquilo que os ingleses – sem que tenhamos um tipo de expressão-síntese igual – chamam de *gallantry*.

Carlos Chagas era a mais bela das convivências de toque aristocrático dos últimos tempos desta Academia. Aristocrata a serviço dos desafortunados. Aristocrata, por integrar grupo familiar com as volutas de beleza das mulheres e de ângulos retos na compostura cívica dos homens, com o brilho de Melos Francos, de Nabucos, além dos Chagas. Comprometido com os despossuídos, pelo labor científico de reduzir os males à saúde, nomeadamente, da gente pobre. O Carlinhos, como Maria do Carmo Nabuco o tratou sempre, teve compostura acadêmica, nos limites que sempre se impôs, o da lealdade e o da dedicação. Era tão bom ouvi-lo dissertar sobre a revolução que provocou na outra Academia, na qual foi performático, a Pontificia. Falava de papas com intimidade de dar inveja. Mas sem vulgaridade, nem exibicionismo. Era um igual a cardeais na fé e naquelas galantes meias *bordeaux*, que só nele podiam cair tão bem!

Saudades do Carlinhos, não é, Annah?

Neste ano, assinalamos o cinquentenário da morte de Da Costa e Silva. Sei que toca a todos nós o dever de registrar a data, para nos juntarmos ao compromisso cultural de continuar a divulgá-lo. A vossa posse nesta Casa de Machado de Assis contempla esse enlace.

“A memória é a sede da alma”, disse Santo Agostinho. Balzac completaria: “A glória é o sol dos mortos.”

Os valores sonoros do poema “Saudade”, que diz “Saudade! Asa de dor do Pensamento!”, são para certos filhos que viram a partida dos seus maiores e para pais desafortunados que perderam filhos, exatidão de dor em corações arranhados, pois como disse Cecília Meireles: “Tudo começa quando se acaba.”

Asseverastes, Acadêmico Alberto da Costa e Silva, que o poeta, quando escreve alguma coisa e se sabe que alguma-coisa é esta, intensifica-se a emoção de quem o lê ou o escuta. Tendes razão. O bom poeta escreve dentro da vida. Isto é o que o distingue do mero poeta.

Pois bem, vestindo as lágrimas e de dentro da vida, como remate adequado ao final desta vossa noite de glória, quando as palmas deste salão deverão de coroar vossa entronização cultural, vamos todos escutar o vosso pai:

Saudade! Olhar de minha mãe rezando,
E o pranto lento deslizando em fio...
Saudade! Amor da minha terra... O rio
Cantigas de águas claras soluçando.

Noites de junho... O caburé com frio,
Ao luar, sobre o arvoredor, piando, piando...
E, ao vento, as folhas lívidas cantando
A saudade imortal de um sol de estio.

Saudade! Asa de dor do Pensamento!
Gemidos vãos de canaviais ao vento...
As mortalhas de névoa sobre a serra...

Saudade! O Parnaíba – velho monge
As barbas brancas alongando... E, ao longe,
O mugido dos bois da minha terra...

Discurso do
SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

e

Resposta do
SR. SERGIO CORRÊA DA COSTA

*Sessão solene extraordinária do dia
25 de maio de 2001*

I

DISCURSO DO SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

Apesar da distância mais ou menos longa do tempo, deveis estar neste momento recordando a emoção indizível por que passastes no ato de vossa posse neste augusto ambiente, repleto de tradições, em que, no dizer de um vosso confrade, fundador da Casa, acabastes “de tirar o bilhete para a imortalidade, na estação conhecida do mundo” por Academia Brasileira de Letras.

Bem podeis avaliar o misto de emoção e de cuidados que deste vosso confrade se apodera na ocasião em que vós me recebeis para um período, que espero longo, de convivência fraterna, de enriquecimento cultural e de trabalho e realizações que todos acreditamos meritórios à luz da sociedade e fortalecedores dos ideais daquele grupo, que transformou o sonho nesta radiosa realidade que é a Academia Brasileira de Letras.

Disse emoção, porque a entrada neste cenáculo assinala o ponto culminante na trajetória do acadêmico; disse cuidados, porque a posse não é um ponto de chegada: é um ponto de início de novas realizações que porão à prova os maiores ou menores méritos que vistes no candidato e que pesaram na vossa escolha.

Contemplo em cada um de vós um a um dos quarenta que puseram em marcha a Instituição que, vos peço licença, para começar a chamar *nossa*; contemplo em vós os sucessores que, enfrentando momentos difíceis, vieram trazendo a *nossa* Instituição ao que ela é hoje, com projeção dentro e fora do País, pela intensa produção de obras literárias e científicas, enriquecida também

pela ação incentivadora de prêmios a consagrados e jovens talentos e pela preservação física do tesouro arquitetônico e artístico que é este Petit Trianon, em cada canto do qual porejam reminiscências dessa Academia Francesa que foi luz e calor para a iniciativa venturosa dos nossos primeiros idealizadores.

Se todas essas razões justificam o misto de emoção e cuidado que neste momento me invade e perturba, não menos é o peso do brilho dos ocupantes da Cadeira em que me entronizastes, desde o patrono escolhido – Raul Pompeia – até meu ilustre antecessor – Afrânio Coutinho, cuja voz de mestre consumado ainda ressoa nas paredes desta Casa e aos ouvidos de quem com ele teve o privilégio de conviver.

RAUL POMPEIA

Afrânio Coutinho encontrou o fio condutor da corrente estética que irmanou os talentos literários integrantes da Cadeira 33: o Impressionismo literário, movimento estético que se não aprisionou nas Letras, mas refulgiu, primeiramente na Pintura, espraçando-se pela Música e outras formas de expressão artística. O Patrono Raul Pompeia, que no juízo sempre milimetrado e nunca benevolente de Capistrano de Abreu era o único dos seus contemporâneos que lhe dera a impressão de gênio, encarnou uma das figuras mais representativas entre nós da estética ideada e praticada pelos irmãos Goncourts, na França, que no brasileiro encontrou rara aptidão da Arte Pictórica, no que apresenta de “pontilhismo” e de “divisionismo”. Afrânio surpreendeu em Pompeia esse filão estético que o impõe como iniciador da Ficção Impressionista na Literatura Brasileira. E, eleito para esta Academia, Afrânio veio ocupar a Cadeira cujo patrono ele tanto pesquisou para apresentá-lo na integridade de sua obra literária.

Até então, ao se falar de Pompeia, vinha apenas à memória *O Ateneu* ou, quando muito, as *Canções sem Metro*. Afrânio, como resultado de vinte anos de trabalho, organizou e dirigiu competente equipe, auxiliado por numerosos devotos da obra pompeiana, de cujo empenho saíram do esquecimento em que jaziam, em páginas de revistas e jornais, as produções que nos ajudam a conhecer de corpo inteiro esse magnífico estilista. Em lúcido e abrangente resumo, Afrânio conceitua as qualidades mestras do seu e do nosso patrono:

A sua “crônica de saudades” obedece à técnica da recuperação do passado, que seria usada pelo impressionista Proust em busca do tempo perdido e como um recurso para encontrar a essência da personalidade. A análise interior e a introspecção condizem nele com a preocupação da escola quanto ao aspecto psicológico. A “escrita artista” veicula a sua obsessão da cor, a que subordina até a solução das metáforas e da sintaxe. Era um visual, atraído pelos gestos, ritmo, movimento, e pelas diferenças de matizes corados, e inclusive na caracterização dos personagens, graças à técnica da caricatura, em que se mostrou exímio. Mas também um auditivo, sensível à “emissão de um som prolongando-se ou baixando, conforme o timbre vocal”. Dominava-o a caça às sensações que registrava com volúpia, como bom discípulo dos Goncourts, o que o sensibilizaria para certas impressões fugazes, que ele próprio referiu na sua obra-prima, aquelas “reminiscências sonoras que ficam perpétuas”, falando numa linguagem que faria inveja a Marcel Proust.¹

DOMÍCIO DA GAMA

A estética impressionista literária da Cadeira 33, auscultada e brilhantemente investigada pelo crivo de Afrânio Coutinho, ia nela incluir a figura e a produção de Domício da Gama. Frequentador das tertúlias de literatos em torno das figuras de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Rodrigo Octavio e José Veríssimo, entre outros, participou da criação da Academia.

Veríssimo, hábil aglutinador de talentos, desejou fazer da *Revista Brasileira*, a partir de 1895, um farol de esperanças e promessas intelectuais no campo literário, a um país que mal saíra da pacificação da guerra civil. Para aglutinar tantos e tão diferenciados talentos, a *Revista* de Veríssimo teve, no dizer de Graça Aranha, o dom da tolerância e da concórdia, que construiu o espaço da convivência mútua, espiritual e laboriosa que sedimentou o grupo inicial e o empurrou à “fundação” da Academia Brasileira.

Se não fora o trágico acontecimento que lhe pusera fim à existência no dia de Natal de 1895, certamente Pompeia figuraria entre os acadêmicos fundadores desta Casa. Presente à memória de vários amigos, é hoje nosso patro-

I COUTINHO, Afrânio. “Discurso de Posse”. In: *Discursos Acadêmicos*, vol. 17, pp. 166-167.

no, depois da disputa amiga que Domício da Gama tivera de travar com Rodrigo Octavio, já que ambos lhe queriam conferir a distinção.

Acertando o passo com as tendências nacionalistas dos escritores da época, Domício da Gama acredita na capacidade criadora da nossa literatura, tanto que, já aos dezoito anos, funda com outros jovens um grêmio para firmar uma literatura nacional independente dos escritores lusitanos.

Notam-se em Domício da Gama, escritor e diplomata, os toques de “escrita artista” que Afrânio Coutinho salientou em Pompeia:

Falam por si as suas crônicas, e, sobretudo, os contos dos volumes de *Contos à Meia-Tinta* e *Histórias Curtas*. Os próprios títulos denunciam a estética do entretom, da meia-tinta, concisão, sugestão, contenção de linguagem, expressão branda levemente sussurrada, dita baixinho, captando impressões sutis e requintadas de paisagens sombrias e silenciosas. Os seus contos são expressões de arte velada criada à sombra da memória, saudade, melancolia, filtrada através de uma sensibilidade esquiva, arte de nuances e meia-luz, de atmosfera e transfiguração, arte sem contornos, vaga, imprecisa e indecisa, arte do fragmento e instantâneo.²

LUÍS EDMUNDO

A revolução estética e literária que dominou o fim do século XIX como onda iconoclasta aos modelos então dominantes – o Naturalismo, em prosa, e o Parnasianismo, em poesia – concretizou-se não só na corrente impressionista, mas também no Simbolismo. Vistas estas tendências por um crítico arguto e competente, facilmente repetiria sobre elas o juízo que formulou Afrânio Coutinho, sem lhes negar a incontestável contribuição ao panorama espiritual e artístico da época:

Suas correntes e escolas literárias não oferecem, em consequência, contornos nítidos, e apresentam, ao contrário, entre si, zonas fronteiriças quando não misturam os respectivos coloridos estéticos, a ponto de os próprios representantes vestirem roupagens diferentes no curso de sua evolução ou participarem das qualidades e características diversas. A famosa antologia *Le Parnasse Contemporain*, lançada entre 1866 e 1876, é o ponto de partida tanto do Parnasianismo quanto do Simbolismo, algumas

2 COUTINHO, Afrânio. *Ibid.*, p. 168.

das principais figuras tendo pertencido aos dois movimentos. Eis aí um dos mais curiosos fatos da História Literária.

E remata o comentário com um dos fundamentos da nova teoria da Crítica Literária:

Aliás, esse e outros exemplos dão razão à Historiografia moderna que se recusa a admitir a noção da delimitação exata entre as épocas literárias, abandonando a ideia de começo e fim em datas fixas. Ao invés, estão mais acordes com a realidade as noções das áreas intermediárias, das gamas estilísticas, das interpenetrações de estéticas, da impureza de estilos ou escolas. A nova Historiografia de cunho estilístico arma-nos, assim, de doutrina muito mais flexível e realista.³

Mais uma vez comparece a esse *continuum* estético e cultural que marca os inícios e o prolongamento da Cadeira 33 (e que foi reconhecido por Afrânio Coutinho) a figura literária e social de Luís Edmundo, que se notabilizou como poeta, teatrólogo, memorialista, jornalista e bibliófilo, cuja produção intelectual não só o guindou à Academia, mas agora mereceu a confirmação de reconhecimento na recentíssima reedição de *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, promovida pelo Conselho Editorial do Senado Federal.

Luís Edmundo fez parte do movimento iconoclasta das novas tendências literárias que tinham por alvo combater os poetas parnasianos e os realistas, bem como todos os que lembravam o modelo burguês, certinho e comportado. Não escapavam aos remoques e injúrias Bilac, Coelho Neto e o próprio Machado de Assis, entre outros. Tudo ao sabor da conspiração boêmia da intelectualidade francesa, que dava, ao fim e ao cabo, um colorido de mocidade revolucionária e reorganizadora dos padrões de um novo mundo, ornado pela deliciosa e frívola orquestração da *belle époque* do início do século XX. Seus quartéis-generais seguiam o modelo parisiense da *rive gauche* e de Montmartre; eram o Café Paris, as confeitarias Pascoal, Colombo e o Lamas, que a boêmia social dos nossos dias pretende aqui e ali reviver sem grande repercussão e sucesso, por lhe faltar quase sempre a munição intelectual e literária daqueles tempos.

3 COUTINHO, Afrânio. *Ibid.*, p. 161-162.

Luís Edmundo, como assinalou Alceu Amoroso Lima, ao lhe analisar o livro *Rosa dos Ventos*, é um impressionista ainda que “pobre de cores”, palavras que podem estender-se a outras obras do nosso acadêmico:

Alimenta-se a poesia do Sr. Luís Edmundo mais de impressões que de sensações. Tudo passa à flor da terra, sem raiz nem sombra. Não há dor nesse livro, nem o mal de *la pensée*, nem entusiasmo, nem alegria. Tudo se esfuma em meias-tintas, escapando à classificação e à memória.⁴

O talento literário em poesia de Luís Edmundo volta-se para o prosador memorialista do Rio de Janeiro, especialmente do século XVIII, à cata do pitoresco e do anedótico, campo em que não deixa mortas ou esquecidas suas raízes impressionistas. Antes pelo contrário, como bem entendeu Afrânio Coutinho:

Ainda aqui o impressionismo de Luís Edmundo presta-se como uma luva aos seus objetivos e cria a sua maneira. Sua obra não é de historiador estrito, mas de um cronista. Os dons do poeta mantêm-se-lhe presentes na evocação do passado, e a imaginação não o abandona, antes lhe serve de instrumento na fixação e interpretação da realidade, esteja ela nos indivíduos, cidades, ruas, sentimentos ou hábitos.⁵

FERNANDO MAGALHÃES

Entre Domício da Gama e Luís Edmundo, ocupa a Cadeira 33 a figura de Fernando Magalhães, cedo devotado, por desejo paterno, às lides e campanhas em prol do aperfeiçoamento técnico e profissional da Medicina. Envolvido com a geração moça do seu tempo e respirando o ar das reformas urbanas por que passava a sua cidade natal, o Rio de Janeiro, e das preocupações intelectuais e literárias, de cunho nacionalista, Fernando Magalhães, ainda que interrompendo a tradição impressionista da criação artística de que vimos falando, soube, nesta Academia, defender os ideais dos fundadores da Instituição. Trouxe na sua bagagem para ingresso nesta Casa, além de consagradas obras na área médica, dois volumes de *Discursos*.

4 LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos Literários*. Ed. org. por Afrânio Coutinho, p. 130.

5 COUTINHO, Afrânio. *Ibid.*, p. 177.

Luís Edmundo, que lhe sucedeu, traça-lhe com justiça essa miniatura de retrato:

Fernando Magalhães foi um grande orador. Nem lhe faltaram a majestade da figura, a física elegância das atitudes e dos gestos, máscara expressiva, voz quente, fluída e bem timbrada. As suas improvisações eram despidas de ênfase, de artifícios dramáticos e da pedanteria alambicada ou pirotécnica tão dos oradores populares. Seu verbo era conciso e desafetado. Uma eloquência aristocrática, cunhada, sempre, em bom estilo literário. Rico vocabulário. Imagens sóbrias, fixadas com proporção e segurança. Orador para elites, dos mais sedutores e dos mais perfeitos que já teve o Brasil.⁶

AFRÂNIO COUTINHO

Como no *Bolero* de Ravel, vim paulatinamente traçando as figuras dos ocupantes da Cadeira 33, principalmente com as luzes e o saber crítico de Afrânio Coutinho. Agora, cabe-me falar dele no coroamento desta retrospectiva.

No brilhante percurso histórico da Cadeira, vem instalar-se a figura emblemática de Afrânio Coutinho, honra desta Casa por dois motivos: um, pela renovação do olhar reflexivo posto na História Literária Brasileira; outro pela renovação do olhar objetivo que lhe pôs à disposição a fundamentação da Teoria Literária que inaugurou definitiva e irreversivelmente no Brasil. Todos os que tivemos a sorte e o privilégio de acompanhar-lhe os passos e os embates pelas páginas de *Correntes Cruzadas* ou pelas conversas informais em livrarias, ou, ainda, pelos cursos universitários iniciais sobre Teoria e Técnica Literária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette, fazemos coro às palavras de outro crítico inteligente e perspicaz, que também honrou este cenáculo, Alceu Amoroso Lima:

Considero Afrânio Coutinho o Copérnico crítico de nosso universo literário. Assim como o grande astrônomo renascentista mudou a figura do nosso cosmos do unicentrismo para o policentrismo, a crítica de Afrânio Coutinho fez o mesmo em face de nossas letras de todos os tempos. Não colocou, no centro delas, nem o próprio crítico, nem os sistemas filosóficos, nem os ambientes sociais, nem mesmo os textos

6 DA COSTA, Luís Edmundo. "Discurso de Posse". In.: *Discursos Acadêmicos*, XII, p. 25.

estudados. E sim o conjunto de todas essas dimensões, a partir das quais pode ser considerada a literatura de um povo.⁷

Desde cedo vocacionado ao estudo e à pesquisa literária, Afrânio não trouxe de sua convivência norte-americana apenas o ideal teórico do *new criticism*, mas, como disse ele num depoimento,

toda uma global doutrinação pela renovação da Crítica Literária, que no Brasil estava dominada pelo Impressionismo, velho e sovado, e, pior ainda, transformado ou degenerado em simples jornalismo, ou achismo, do gostei ou não gostei, praticado à larga pelos donos dos rodapés de Crítica Literária [...]. O que tentei fazer, e, aí de mim, talvez nem por todos entendido, foi a renovação da Crítica. Daí ter denominado a tendência de 'Nova Crítica', a qual não se reduzia ao *new criticism* anglo-americano. As duas não são a mesma coisa. A primeira é uma tendência globalizante; engloba métodos e doutrinas de várias origens.⁸

Afrânio, com a sinceridade que era uma das suas marcas no comércio da convivência social, lembrou a seus pares que a controvérsia que marca seu percurso intelectual é a controvérsia fundamentada na acurada reflexão, na pia crença de suas ideias, e não aquela nascida da prática que ele talvez mais repudiasse no ato crítico: o achismo.

O critério e a honestidade profissional revelados no ato crítico levaram-no a olhar com respeito e admiração o trabalho daqueles que tinham trazido contribuição no preparo do terreno fértil da Teoria da Literatura e da Historiografia Literária, como foi o caso de Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Alceu Amoroso Lima. Dessa atividade, procede o encarecimento da obra ensaística de José de Alencar, injustamente posta de lado, pela fama do romancista.

Contribuiu para uma reconceituação não só da metodologia da Crítica, mas ainda dos gêneros literários. Este movimento de pedra no tabuleiro do xadrez refletir-se-ia em outros domínios; foram particularmente importantes seus subsídios para a revisão dos períodos das fases históricas da Literatura

7 "O Copérnico de Nossas Letras". In: *Miscelânea de Estudos Literários*. Homenagem a Afrânio Coutinho, p. 27.

8 *Id. Ibid.* pp. 491-492.

Brasileira. Também se insere nessa visão estética renovadora a conceituação do estilo *barroco*, tido como decadente, exposta em importante tese de concurso.

Não bastava trabalhar na seara teórica e crítica; impunha-se-lhe dotar a bibliografia de fontes capazes de aprofundar a pesquisa e contribuir decisivamente a estudos posteriores. Assim pensando, ideou uma obra, ainda que prematura, necessária, de colaboração coletiva, entregue cada capítulo ou subseção ao que melhor havia na época de crítica e investigação literária, que se intitulou *A Literatura no Brasil*.

Outro passo nessa direção foi oferecer ao pesquisador e ao público leitor edições confiáveis de escritores brasileiros. Ponto central de suas teses era o privilegiamento da leitura dos textos sobre o conhecimento do autor e de suas obras, das circunstâncias de ordem histórica e social que por vezes as envolvem. Ratificava a lição de Fidelino de Figueiredo segundo a qual ensinar Literatura é ensinar a ler.

Suas qualidades de administrador e o prestígio de que gozava no meio universitário brasileiro e estrangeiro o impuseram às autoridades para, criada a Faculdade de Letras em 1968, ser seu primeiro diretor *pro tempore*, cargo a que Afrânio aplicou idealismo, inteligência e inquebrantável vontade.

Afrânio Coutinho dignificou a Cadeira 33, com o brilho da sua inteligência, e com a força indomável de fazer bem enraizou amizades, enlaçou pessoas no trato de uma convivência civilizada e agora é guia permanente deste seu sucessor.

AS ORIGENS

Vim adolescente do Recife para o Rio de Janeiro, compelido por uma precoce orfandade, filho de pai árabe e mãe maranhense, para concluir a formação na companhia de um tio-avô, também pernambucano: rigoroso na educação e de coração repleto de amor ao próximo.

Nascido no tradicional bairro de São José, cedo acostumei-me aos folgedos infantis da Praça do Mercado e às visitas compenetradas de religiosidade à Igreja de N. S. da Penha.

Embora voltado inicialmente para os segredos da Matemática, a necessidade de atender aos pedidos de colegas menos preparados a ministrar-lhes

aulas de Português e Latim atirou-me aos segredos, mistérios e potencialidades da língua de Machado de Assis e de Virgílio. E essa caminhada frutuosa às ciências da linguagem, começada com meu professor de curso ginásial Odeval Machado, foi definitivamente assentada com o conhecimento pessoal e lições de dois mestres insígnies de como andar por essas veredas com menos tropeços e melhor orientação, o mineiro Lindolfo Gomes e o petropolitano Manuel Said Ali, mestres a quem de público não deixo de reverenciar com o coração confrangido pela saudade.

A essa época, professores do Colégio Militar, reunidos a professores do Colégio Pedro II, do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e de outros estabelecimentos de ensino médio e superior, projetavam as tarefas de um órgão especializado em estudos da linguagem, que acabariam, em 1944, dando origem à Academia Brasileira de Filologia. Era, em geral, constituída de uma geração herdeira do que melhor produziram os primeiros passos de uma gramaticografia cientificamente mais orientada, que tinha à frente as figuras de Júlio Ribeiro, Fausto Barreto, Manuel Pacheco da Silva Júnior, João Ribeiro, Maximino Maciel, Lameira de Andrade, Ventura Bôscoli, e, divididos em Língua e Literatura, Silva Ramos e Carlos de Laet.

Na transição desse grupo inicial, estavam as figuras de Mário Barreto e de Said Ali. A lucidez e perspicácia deste último, alicerçadas nos então modernos estudos que se vinham desenvolvendo na Alemanha, mostraram que não se devia analisar a Língua como o legista faz a autópsia de um cadáver. Não dissociavam o homem pensante da sua psicologia, domínio a que se pode ir para encontrar muitas vezes certos usos novos que destoam da rígida e implacável artinha de puristas e vernaculistas menos avisados. As línguas não são apenas expressão do pensamento intelectual, mas também da emoção e sentimento. Daí dizer Capistrano de Abreu com muita propriedade: “Said Ali não é dos que se comparam; é dos que se separam.”

Criei-me, ouvindo as tertúlias desses filólogos, linguistas e gramáticos. Alguns deles contribuíram com o melhor de sua erudição e competência para esta Academia.

Reconhecendo os méritos dessa geração, a Instituição contou, mais recentemente, com o brilho da inteligência de Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha e Antônio Houaiss.

GRAMÁTICA DESCRITIVA E GRAMÁTICA NORMATIVA

Alguns modernos teóricos mais avisados têm insistido no empobrecimento da investigação linguística quando só toma como objeto de estudo “científico” a língua falada, espontânea e livre, considerando a língua padrão e sua expressão literária artificiais e impostas e, em consequência, a gramática normativa, que dela se ocupa, uma criação espúria, sem fundamento científico e, por isso mesmo, dogmática e antiliberal. Como bem acentua um importante teórico dos nossos dias, Eugenio Coseriu⁹, esquecem-se tais investigadores da dimensão deontica, isto é, o “dever ser” da Língua, da qual a gramática normativa é a manifestação metalinguística, enquanto a língua literária representa o grau mais alto desta mesma dimensão.

Embora afastada da tarefa da Linguística, a língua literária, concebida como manifestação da dimensão deontica da língua, e vilipendiada a gramática normativa como manifestação metalinguística dessa dimensão, ainda assim a língua padrão e suas normas permanecem no cenário de preocupação dos falantes, por injunções de ordem prática no comércio dos homens na sociedade, meio de comunicação que é.

O nosso linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. tem considerações pertinentes a este respeito:

É justo que a gramática normativa dê grande atenção à língua escrita. É ela que a escola tem de ensinar em primeira mão. Acresce o primado da língua escrita nas sociedades do tipo da nossa, dita “civilizada”. Aí, do ponto de vista sociológico, a língua escrita se sobrepõe inelutavelmente à língua oral, pois rege toda a vida geral e superior do país [...]. Dá-se assim uma inversão em termos sociais, da verdade puramente linguística, de que a escrita decorre da fala e é secundária em referência a esta.¹⁰

A Academia, desde a sua fundação, se tem pautado por conseguir a possível unidade linguística; síntese e programa desse ideário estão nas palavras de Machado de Assis, escritas em 1873, mas que guardam impressionante atualidade:

9 “A Língua Literária”. In.: *Na Ponta da Língua*, 2, p. 79.

10 CÂMARA JR., J. Mattoso, *Estrutura da Língua Portuguesa*, p. 10.

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há portanto certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações de linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma.

A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.¹¹

Uma das mais frutíferas lições que trouxe a Linguística moderna foi a consciência, viva até para o falante ingênuo, que distingue o seu modo de falar e o modo dos outros, de que uma língua histórica (Português, Francês, Inglês, Espanhol etc.) é um conjunto de línguas que funcionam a serviço de cada comunidade integrante de uma comunidade maior, nacional. Se por norma se entende a conformidade de usos fixados por uma tradição dentro da comunidade de falantes, conclui-se que não se pode falar de uma só norma para toda a Língua Portuguesa, como para as demais línguas históricas.

Esta concepção veio patentear o quanto andava mal a hierarquização ingênua das línguas e a normatividade dogmática do que se deve dizer e do que se não deve dizer, por acreditar que na língua só haveria uma e única norma – a da língua padrão –, de modo que as construções que dela divergissem ou a ela trouxessem novidade deveriam ser banidas por errôneas.

Destarte, sou de opinião que só cabe à Academia o compromisso com a língua padrão. Estudos descritivos da língua falada – que ocupa boa parte da pesquisa universitária atual – ou descrição de falares regionais mediante gramáticas ou atlas linguísticos, investigações no domínio da Etimologia, entre outras, são tarefas de organismos especializados. A Academia estará atenta a toda essa atividade puramente científica, à medida que a investigação contri-

II *Apud*. S. Silveira. *Trechos Seletos*. 4 ed. p. 196.

bua para desbastar os excessos caprichosos que porventura ocorram na gramática normativa e demarcar-lhe, a esta, os alcances e os limites.

O futuro dicionário da Academia, cujas bases estão já assentadas no que Antenor Nascentes preparou para a Instituição, não terá de ser um *thesaurus*, a competir com os produtos comerciais existentes. Há de ser um léxico de consagração vocabular, com o prestígio e fundamentação da cultura de seus acadêmicos, ao modo do Dicionário de Autoridades da Academia Espanhola.

É com esta nova concepção de língua, que um filólogo pode contribuir junto a seus egrégios confrades para esta Academia continuar, no século nascente, cumprindo o seu preceito estatutário.

Peço licença para pedir a vossa atenção, senhores acadêmicos, na alta sabedoria dos fundadores desta Casa em atribuir-se a si o cultivo, e não o estudo da Língua. Nesta implícita distinção, queriam deixar patente que não lhes cabia a tarefa de técnicos da descrição do idioma, nem tampouco a elaboração de uma gramática, obras que estavam entre as obrigações de outras academias, como a francesa. O próprio dicionário só se apresentou como tarefa acadêmica alguns anos depois da fundação, por seguir a tradição de suas congêneres. Lá fora estas obras foram impostas por circunstâncias históricas que aqui não se repetiam. No caso do Italiano, por exemplo, o *Vocabolario della Crusca*, de 1612, representou uma explicitação oficial ao problema da “questão da língua” sobre a norma linguística, que preocupou os estudiosos e literatos italianos desde todo o século XVI, diante da variedade de dialetos candidatos a exercerem o papel de língua comum de expressão literária.

Muito mais alinhadas com as tarefas idiomáticas da Academia foram as recolhas de brasileirismos para a contribuição “empírica e preliminar” de um futuro dicionário, nas palavras de João Ribeiro.

Infelizmente também não foi avante o levantamento que Euclides da Cunha propusera de um dicionário técnico. Teve melhor destino a participação dos acadêmicos nas propostas que terminaram por consubstanciar a reforma ortográfica de 1943, ainda vigente, com as alterações de 1971, sem que tenhamos até agora conseguido a desejada uniformização gráfica para todos os

domínios da Lusofonia, aparente milagre que algumas línguas de cultura e de grande extensão geográfica já realizaram.

ACADEMIAS: ONTEM E HOJE

No nascedouro italiano, e depois por toda a Europa, a academia, com o Renascimento, constituía o cenáculo que congregava literatos e cientistas dos mais variados ramos do saber. Com o passar dos tempos, foram-se criando instituições com destinações especializadas, o que contribuiu para diminuir a presença da academia, especialmente nos setores das tecnologias. Ainda assim, promoveu a cooperação, desenvolveu e aperfeiçoou o cultivo das chamadas belas-letas, incentivou o cultivo e aperfeiçoamento das línguas nacionais e, quando gozava da proteção e auxílio do governo e de poderosos mecenas, divulgou edições de dicionários, vocabulários, gramáticas e textos criticamente apresentados dos seus escritores mais representativos.

No Brasil, além das Faculdades e Institutos de Letras, fundou-se a Academia Brasileira de Filologia e, nos diversos Estados, as Academias de Língua, quase todas com intensa vida cultural e com a participação dos melhores estudiosos e pesquisadores do país.

Assuntos de linguagem tratados sem o necessário preparo frequentemente aparecem mal resolvidos. Recentemente, a imprensa tem trazido à baila as invasões de estrangeirismos, mormente de procedência da Língua Inglesa, e os pronunciamentos, com raras exceções, repetem os enganos já malsinados por um grande linguista francês do século XIX, Miguel Bréal, no seu *Essai de Sémantique*, cuja primeira edição data do ano da fundação desta centenária Academia. Neste sentido, nosso José de Alencar, em respostas a seus críticos, teceu considerações muito mais lúcidas sobre a introdução do estrangeirismo no Português (no seu tempo eram os francesismos) do que muitos gramáticos da época e alguns do nosso tempo.

Problemas aparentemente fáceis de observação e doutrina como, por exemplo, os brasileirismos, tocam em pontos extremamente complexos de ordem teórica; a consulta à bibliografia pertinente revela-nos o intrincado do problema. Um filólogo que honrou esta Casa, Celso Cunha, pôs à luz a complexidade da questão no estudo *Que É um Brasileirismo*, enquanto outros filólo-

gos, também acadêmicos, João Ribeiro e Heráclito Graça, muito se debateram contra a “patriotite” dos puristas acerca deste ponto. A minha presença na Academia poderá contribuir para estabelecer o conveniente elo e equilíbrio entre os resultados da pesquisa de instituições especializadas, com seus produtos de ciência pura, e o papel institucional da Casa, pelo voto dos acadêmicos, no cultivo e defesa da língua como expressão literária do instinto nacional.

Independentemente das instituições especializadas, poderá a Casa, por proposta do seu filólogo, apresentar a seus pares e à ilustre Academia das Ciências de Lisboa sugestões simplificadoras em aspectos puramente convencionais e práticos ainda presos a tecnicismos que perturbam o homem comum, sem prejuízo naturalmente de pressupostos teóricos. É o caso, por exemplo, do emprego do hífen e do apóstrofo segundo as complicadas exigências do nosso *Formulário Ortográfico*, de 1943, ou mesmo do Acordo de 1991.

Daí a Academia, para a consecução dos preceitos estatutários, ou de outros que seus membros elegerem prioritários para atenderem a novas necessidades, precisar da colaboração de órgãos e de especialistas na programação de atividades e elaboração de obras relacionadas com o cultivo da Língua e da Literatura Nacional.

Senhores e senhoras,

Trago-vos a experiência larga do Magistério Universitário; um conjunto de obras que haveis reputado digno de me fazer ingressar na Casa e participar convosco do seu destino.

Mas, acima de tudo, desejo neste momento manifestar meu mais afetuoso agradecimento ao grupo de amigos que me estimulou a concorrer à Cadeira 33 e a todos vós, por ratificardes o convite com o vosso apoio e a consagração dos vossos votos.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. SERGIO CORRÊA DA COSTA

Sr. Presidente, senhores acadêmicos,
Senhoras e senhores,
Prof. Bechara,

Como recém-chegado à área de Filologia, Lexicografia, por culpa da incursão bissexta a que me atrevi com o livro *Palavras sem Fronteiras*, terei certamente dificuldade em avaliar as vossas obras, obras que vos trouxeram ao nosso convívio em tão bela e unânime eleição.

Meu embaraço me faz lembrar as palavras com que, nesta mesma tribuna, Medeiros e Albuquerque recebeu o vosso antecessor, Fernando Magalhães, obstetra de profissão, diretor da Faculdade de Medicina, fundador da Pró-Matre, celebrado autor de *História da Obstetrícia no Brasil*. Parafraseando Medeiros, poderia dizer-vos que é muito fácil e muito agradável neste recinto citar trechos de contos e romances, sobretudo citar poesias dos novos acadêmicos. Mas, como aludir, aqui, à maioria dos vossos relevantes trabalhos, Prof. Evanildo Bechara? Nem vejo, sequer, como continuar a paráfrase, porque, logo na primeira frase de boas-vindas, Medeiros pôde declarar, incisivo: “Por hoje, meu ilustre colega, tomarei a vossa profissão habitual: eu serei o parteiro.”

E efetivamente assim se comportou, dedicando boa parte do seu discurso não apenas à defesa do controle de natalidade mas à contestação frontal de teses esposadas pelo recém-eleito. Período pré-natal, maternidade voluntária, direitos dos nascituros, infanticídio, tribunal de menores, pediatria, são tópi-

cos levantados na oração de Medeiros, não apenas com ênfase, mas conhecimento até da intimidade do próprio hospital-maternidade dirigido pelo novo acadêmico, pois chegou ao ponto de mencionar o desempenho de médicos, internos e enfermeiras.

Em duas palavras, seguiu-se um debate de igual para igual, a que não posso aspirar neste momento, pois ainda me intimidam os metaplasmos, as flexões marotas do adjetivo ou o fato, que me parece grave, de os morfemas aditivos insistirem no conflito com o morfema zero. E isso sem falar nas consequências da próclise, ou no horizonte estupendo que a todos nós abriria o emprego do pronome tônico pelo átono. É claro que o vírus, a que chamais da contaminação sintática, muito nos preocupa, nos faz pensar em risco iminente para os nossos computadores. Em suma, meu propósito é assinalar que tudo isso, bem como um hino às orações predicativas, à morfossintaxe e aos fonemas surdos pode ser encontrado na vossa *Moderna Gramática Portuguesa*, cujas 37 edições são de fazer inveja à grande maioria dos acadêmicos, a começar pelo que vos recebe.

Apesar de termos aprendido, em Suetônio, que Roma expulsara os gramáticos, por “supérfluos e ocupados em coisas de pouco momento”, acredite, Prof. Bechara, que esta Casa foi sensível aos vossos talentos e à dedicação de toda uma vida ao conhecimento, à análise em profundidade e ao ensino da Língua Portuguesa. Não nos escapou a precocidade dessa fixação, que se revela no ensaio *Fenômenos de Intonação – Um Capítulo de Fonética Expressiva*, escrito aos dezessete anos e, mais adiante, publicado com um prefácio-caução do filólogo mineiro Lindolfo Gomes.

Esse primeiro ensaio já prenuncia o mestre em gestação, a promessa do lexicógrafo, do linguista emérito que hoje acolhemos, e que já então procurava identificar espaços pouco atendidos pelos nossos filólogos, como foi o caso da fonética expressiva. Revela, igualmente, o gosto pelo detalhe morfológico, pelas nuances, pela investigação original, pela coleta de exemplos ilustrativos. Aluno dileto do grande Said Ali, pudestes anotar, a propósito dos efeitos do alargamento das consoantes em línguas semíticas, casos como o que vou citar. O árabe *châbat*, ele golpeava, se pronunciado *châbbat*, significaria “ele golpeava fortemente”. E o jovem pernambucano, futuro acadêmico, já sabia, àquela altura, e o diz sem traço de ostentação, que tal fenômeno era chamado pelos gramáticos franceses de *pluriel brisé*. Na linguagem de hoje, *redoublement de consonne*.

Não escapou, tampouco, à Academia vossa atração pelo Magistério, em que tanto vos distinguistes nas cátedras de Filologia Românica da UERJ e na de Língua Portuguesa do Instituto de Educação. Vosso saber vos levou além de nossas fronteiras, de que são escalas marcantes o aperfeiçoamento em Filologia Românica em Madri, em 1961-62, com Dámaso Alonso, o exercício do cargo de Catedrático Visitante na Universidade de Colônia, na Alemanha, em 1971, e, na década seguinte, na Universidade de Coimbra, onde as lembranças que deixastes foram tão marcantes que, em novembro do ano passado, vos outorgou as insígnias e o diploma de doutor *honoris causa*. Vale mencionar, ainda, que, depois da aposentadoria, isto é da aposentadoria formal, a UERJ e a Universidade Federal Fluminense vos outorgaram o merecido título de Professor Emérito.

Nossos olhos se voltaram, igualmente, para os vossos livros, artigos, ensaios e comunicações, para a vossa *Moderna Gramática*, para as *Lições de Português pela Análise Sintática*, esta em sua 16.^a edição, sem excetuar a Antologia de *Os Lusíadas*, em coautoria com Segismundo Spina. Não nos escapou ao exame de vossa atividade como linguista e mestre a “modernidade”, chame-mo-la assim, ou atualidade do vosso preparo e competência. Navegando, necessariamente, entre tradicionalismo e mudança, soubestes encontrar a divisão justa na coexistência sensata do código escrito, que cumpre preservar, e da prática oral, igualmente digna de acato e consideração.

A quem perguntar pela razão da nossa “marcação” a vosso respeito (perdoe-me a liberdade), responderei sem hesitar: porque esta Casa precisa de um filólogo, de um filólogo do vosso estofo, que nos ajude a continuar cumprindo com os nossos deveres estatutários em matéria de Língua Portuguesa.

A Academia já contou com talentos extraordinários como João Ribeiro, Laudelino Freire, Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha, Antônio Houaiss, credores, não apenas da nossa admiração e respeito, mas da nossa gratidão pelo aporte que trouxeram à defesa e preservação do idioma. Conversando recentemente com o nosso Decano, Josué Montello, lembramos o livro primoroso de Heráclito Graça, *Fatos da Linguagem*, há tantos anos esquecido. Por que não, Prof. Bechara, batermo-nos juntos pela reedição desse livro, já sob a vossa batuta, como uma das vossas primeiras tarefas? Ainda por obra e graça do nosso decano, a Academia dispõe hoje de um setor de lexicografia a que podeis trazer contribuição inestimável.

Direi, finalmente, ao Prof. Bechara que a Cadeira 33, entre outros atrativos, oferece uma espécie de promessa de longevidade, uma vez que Domício nos deixou aos 63 anos, Magalhães aos 66, Luís Edmundo aos 83, e Afrânio Coutinho aos 89, escala invariavelmente ascendente.

* * *

Destino singular, o do fundador da vossa Cadeira. De origem modesta, filho de um imigrante português, Domingos Afonso Forneiro, fez-se jornalista e escritor, foi alçado a funções relevantes na diplomacia brasileira, embaixador em Washington, em Londres, ministro de Estado, Presidente desta Casa. Tudo alcançou sem ter sido propriamente um homem de ação, um lutador como fora seu pai. Este aqui chegou aos 16 anos, em porão de navio (1828), “entre barris de azeite e fardos de bacalhau”, na descrição de uma descendente. Criou sete filhos, educou-os todos em excelentes escolas, à custa de imenso sacrifício. Para não importunar ninguém com convites para padrinho, o velho Forneiro – ateu e maçom, embora devoto de Nossa Senhora do Amparo – decidiu que todos os sete teriam como padrinhos o Pe. Gama e Nossa Senhora, padroeira da matriz de Maricá. Ao penúltimo filho, foi dado o nome Domício da Gama, em homenagem e agradecimento ao bondoso vigário, sete vezes compadre.

O título que Domício deu a um de seus contos – “A força do nome” – sugere-me que esse detalhe batismal tenha tido relevância no sucesso mundano e social que alcançou em Paris: Forneiro *versus* da Gama. Aos ouvidos da roda elegante, aristocrática, sem dúvida esnobe, que encontrou ao chegar como correspondente da *Gazeta de Notícias*, a nobre entonação “da Gama” terá soado muito mais aceitável que o simples “Forneiro”. Ao contrário do Brasil, nos países de Língua Francesa ou Inglesa, os equivalentes locais Boulanger, ou Baker, são correntes e não convidam à galhofa nem à especulação. James Baker, por exemplo, Secretário de Estado da primeira potência mundial, chegou a ser cogitado para a Presidência norte-americana.

O fato é que aos olhos do recém-chegado abriu-se um horizonte insuspeitado. “Rapaz da roça”, lembrou a sobrinha (Maria Luíza Frederica Avé Precht de Mesquita), “engonçado nos ternos de brim cortados e cosidos pela mãe, na máquina de mão, à noite, à luz de lampião de querosene...” Extraordinário que o jovem jornalista, em meio a gente tão sofisticada, ilustre

e rica como a do grupo de Paris, não demonstre a menor timidez e acabe, em três tempos, “adotado” por todos. Eduardo Prado, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Bulhão Pato. O Barão do Rio Branco por ele se afeiçoa. Seu destino estava traçado. Também em três tempos, deixou de ser “engonçado” e passou a se vestir nos melhores alfaiates de Paris ou de Londres. Não tardaria, tampouco, a utilizar um Rolls-Royce e a se tornar *habitué* do Ritz e de outros grandes hotéis da Europa. Seu antigo secretário, Heitor Lyra, lembra que levava o requinte de representação ao ponto de viajar sempre na companhia de um *valet de chambre*. Na síntese de Fernando Magalhães, saltou de “uma infância anônima e aldeã a uma maturidade ornamentada e famosa”.

Mas não lhe teria bastado, como bafejo da sorte, a iniciação jornalística da *Gazeta*, que lhe propiciou a primeira viagem. Domício, como que preparado para o salto quântico, pôde absorver, com surpreendente naturalidade, o choque cultural, social, profissional e humano que o aguardava no outro lado do Atlântico. Neófito no centro de uma constelação de celebridades, não se deixou intimidar. Ao contrário, terá mobilizado seus talentos, sua naturalidade e simpatia, procurando não criar atritos, não importunar, talvez fazer-se útil, prestativo.

O agasalho de Rio Branco, evidentemente, foi o trampolim para culminâncias insuspeitadas. Mas acredito que também tenham sido conquistadas. Sabe-se, por exemplo, que Domício mostrou interesse pela rica coleção de mapas da biblioteca de Eduardo Prado; tê-los-á estudado, ter-se-á familiarizado com as questões de limites que atormentavam o Barão. Medeiros e Albuquerque vai mais longe e se diz convencido de que a colaboração íntima entre os dois não decorreu dos dotes literários de Domício, mas de motivo bem diverso: sabia desenhar e revelou interesse por Cartografia.

O fato é que, embora estranho à bulha esfuziante daqueles tempos e preferindo, por natureza, o convívio dos livros, Domício foi pouco a pouco se deixando envolver por esse ambiente de intensa vibração. Não obstante, a colaboração europeia da *Gazeta*, estudada por Fernando Magalhães, continuou a chegar ao leitor carioca, invariavelmente, no estilo reverente e cauteloso de sempre, “dizendo menos e sugerindo mais, piedoso na maldade, sereno na surpresa, recatado no sofrimento e singelo na emoção”.

Os ensaios jornalísticos que escreveu aos vinte anos, já então sóbrios e contidos, são prenúncios do tom, ou melhor, do semitom, da insinuação sutil

que caracterizam os dois únicos livros que publicou: *Contos à Meia-Tinta*, em 1891; *Histórias Curtas*, três anos depois.

Lúcia Miguel Pereira julgou os contos apenas “estimáveis, posto que talvez intelectualizados demais na concepção, e por demais rebuscados na forma”. Em realidade, digo eu, curto é o livro, pois 12 dos 22 contos são transcrições literais do anterior, como se Domício tivesse querido escapar, a qualquer preço, de possível labéu decorrente da autoria de um livro apenas. Cuidado dispensável. Nesta Casa, tivemos autor de um livro só na pessoa de Afonso Pena Júnior, mas que livro portentoso, *A Arte de Furtar e o seu Autor!*

A eleição de Domício para a Academia, aos 34 anos, ocorreu em 1897, um dos dez escritores escolhidos pelos trinta primeiros para compor o total de quarenta. A posse, somente em junho de 1900. A seu crédito, não tinha mais que o primeiro livro de contos. Mas já não era dono do seu tempo. O “efeito” Rio Branco já se fizera sentir no ano anterior com a primeira nomeação, para o Serviço de Imigração, com sede em Paris.

Com muita argúcia, Medeiros e Albuquerque assinalou que nunca um autor se caracterizou melhor pelo título de suas obras do que Domício. “A concisão explica o título das histórias curtas”, comentou Magalhães,

o receio confirma os contos à meia-tinta. Traços leves, entrecos ligeiros, sensações instantâneas, estendem-se tanto quanto as psicologias complicadas. É a largueza dentro da brevidade: um panorama em poucas linhas, um caráter em duas réplicas. Escreveu como falou: homem de educação esmerada, falava baixinho; baixinho também escreveu, e, na prosa como na conversação, sussurrou deliciosamente, no encanto e na suavidade. Criador imparcial, sente a figura que imagina e o caso que compõe, mas não os carrega nem os deforma com o acessório, por lhe bastar a alusão branda e para não melindrar a argúcia de quem o lê.

O estilo desse par de livros, a linguagem exata e disciplinada, melancólica e enterneceida, em que a ideia é invariavelmente subjugada pela concisão, contrastam com a rica produção epistolar de Domício, mais livre e desimpediada, aberta a comentários imprevistos, a tiradas filosóficas bem-humoradas, impensáveis nos escritos para o grande público.

Não surpreende que Domício não tenha produzido mais. O segundo livro é de 1901, ano divisor de águas. Após a primeira missão em Washington, outras circunstâncias o levariam a postos da maior responsabili-

dade, primeiro como auxiliar direto do Barão e, a seguir, chefe de missão no Peru, na Argentina e nos Estados Unidos, onde substituiu Joaquim Nabuco, por escolha pessoal, honrosíssima, de Rio Branco. Catapultado, assim, às culminâncias da diplomacia brasileira, nada mais natural que fosse chamado a assumir a pasta das Relações Exteriores em 1918, na segunda presidência de Rodrigues Alves. Mas, logo depois, sua estrela deixaria de brilhar.

Começou no episódio da chefia da delegação à Conferência da Paz, em Versalhes. Face à recusa de Rui Barbosa, natural teria sido que Domício, titular da pasta, fosse o escolhido, o que não ocorreu.

Além do argumento – sem dúvida válido – da demora na formulação do convite, agravada por uma nota do *Jornal do Commercio* (24 novembro 1918) que dera como chefe da delegação o ministro do Exterior, pergunto-me se não terá pesado na decisão de Rui, como agravante, a animosidade acadêmica.

Lembro que Rui foi eleito presidente desta Casa, pela segunda vez, em novembro de 1918; e Domício, secretário-geral. Ocupadíssimo em outras frentes, Rui não exerceu, de fato, a presidência, que tocou ao secretário-geral, desde a primeira sessão que se seguiu à eleição. Enfim, um arranjo que dificilmente pode funcionar a contento, como sabemos todos. Este, durou exatamente seis meses. Em 1.º de maio, carta-bomba de Rui. Demitia-se, em caráter irrevogável, não apenas da presidência, mas da própria Academia. A razão? A não aceitação do voto que mandara para a vaga de Alcindo Guanabara, sob a alegação de ter sido transmitido por telegrama. Quinze dias depois, nova eleição. Domício, presidente de fato, tornou-se presidente de direito. Gestão igualmente relâmpago: durou quatro meses. Em 2 de outubro, anuncia, em carta, sua partida para a Europa já no domingo seguinte. Período, reconheçamos, de alta rotatividade. Entra Carlos de Laet.

* * *

(Abro parêntese para uma breve nota: o convite do Presidente Rodrigues Alves a Rui (3.12.1918), amabilíssimo, tinha 16 linhas. A recusa, exatamente, 16 páginas datilografadas, embora a substância estivesse concentrada em poucas palavras categóricas: *Chega tarde em demasia. Se V. Exa. me queria para tão séria empreitada, por que não me deu suas ordens há mais tempo?* Quem, se não Rui, poderia dar-se o luxo de repreender os presidentes?)

Por essa, ou por outras razões, o certo é que Rui cultivou profunda aversão, talvez mesmo ódio, a Domício, contra quem não perdeu oportunidade de fustigar com palavras duríssimas. Não apenas não o poupou em carta ao Presidente Rodrigues Alves, mas até o insultou de público, com o maior destempero. O desejo de chefiar a delegação foi taxado de “felonia”; a justa aspiração de Domício, um ato de “cobiça imoral com que atraía o Conselheiro Rodrigues Alves, uma falcatura”.

Se me permitirem mais um parêntese descontraído, a propósito da Conferência de Versalhes, lembrarei a história que ouvi, mais de uma vez, de Edmundo da Luz Pinto, um dos *causeurs* mais fascinantes que conheci. Segundo ele, Rodrigues Alves, do seu leito de inválido em Guaratinguetá, escreveu a Rui incitando-o a aceitar a chefia da representação brasileira. A carta foi levada pelo filho do Presidente, José (Juquinha), com a recomendação expressa de que fosse entregue pessoalmente a Rui pelo Vice-Presidente Delfim Moreira, no exercício da Presidência. Seria um modo de lisonjear o grande baiano, muito sensível a esse tipo de atenções.

Com seu ar de matuto mineiro, porém finório consumado, Delfim recebeu a carta, concordou plenamente e acompanhou Juquinha até à escada do palácio. Mal havia o visitante começado a descer, um grito de Delfim o fez parar. “Olhe aqui, diga ao Conselheiro (título, àquela altura, mais prestigioso que o de presidente da República) que não faço visita nenhuma. Se fosse ele que subisse as escadas do Rui, ele estaria subindo, mas *eu*, se fizesse o mesmo, estaria descendo.”

Edmundo da Luz Pinto assegurava também possuir cópia fotostática da brevíssima reação do vice-presidente à recusa de Rui. Carta de uma só linha, direta ao ponto: “Ilmo. Sr. Conselheiro Rui Barbosa, sinto muito, mas chorar não posso.” Assinado, Delfim Moreira.

(Uma última nota: O Embaixador Heitor Lyra, que conheceu Domício no Ministério e de quem seria secretário em Londres, lembra em suas memórias que o presidente em exercício “apresentava já os primeiros sintomas do mal que pouco depois o poria apatetado e, por isso, irresponsável”. Mas ainda não inteiramente, como acabamos de ver.)

Uma palavra final sobre o Fundador da Cadeira 33. Tendo ocorrido o falecimento de Rodrigues Alves, nosso Domício foi ocupar a Embaixada em Londres, onde o atingiu, injusta e inopinadamente, a disponibilidade. De volta ao Brasil, nunca mais se refez. Faleceu em menos de um ano. Recentemente, graças ao interesse e diligência do Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, um belo retrato a óleo de Domício foi colocado no Gabinete do Ministro, no Itamaraty, homenagem mais do que merecida.

* * *

Impossível contraste maior que o de Domício com o patrono que ele próprio advogou para a Cadeira 33: Raul Pompeia. Atração de antípoda? Pompeia buscou a morte num dia de alegria; Domício, esperando-a, conformado, em horas de tristeza.

Em seu discurso de posse nesta mesma Cadeira 33, Luís Edmundo se deteve nesta antinomia para uma de suas clarinadas:

Pompeia nos sugere glória esplêndida de um sol em seu pleno fulgor do meio-dia. Domício aquele meio-tom, aquela claridade pálida e medrosa, que a gente vê tinguindo as gazes da manhã. Um era audaz, insólito, imponente; o outro discreto, tímido, nebuloso. Nas letras, Domício ama e cultiva as miniaturas, o ensaio breve, o conto. *Bibelot...* Às responsabilidades do romance receia. Teme as composições de grandes movimentos, a aceitação de numerosos personagens, constituindo-se, como ele próprio diz, no prólogo de um livro, que escreveu com as páginas de álbum.

Se Domício tanto insistiu na escolha de Pompeia — o que não era do seu feitio —, devia ser porque tinha o que dizer. Tentou. Esforçou-se muito em perscrutar esse labirinto emocional imperscrutável, mas se apercebeu de que havia tentado uma missão impossível. Conformou-se em admitir que o elogio de Raul Pompeia não estava feito. Conformou-se em esperar que sua tentativa falha pudesse, e cito, “estimular os mais capazes a erigir-lhe o monumento perene”.

A resposta de Lúcio de Mendonça foi de extrema brevidade, não passou de três páginas. Aliás, nos primeiros anos da Academia os discursos eram particularmente sucintos, tradição que muitos dos presentes lamentarão não tenha continuado. Após quatro parágrafos de boas-vindas, um trovão.

Natal de 1895,

pleno meio-dia de verão, tépido e luminoso entre o aroma dos jasmineiros e o estrí-
duo cantar das cigarras, diz Lúcio; [...] Pois foi no claro céu desse dia que estalou para
mim o raio! entrou-me pelo jardim e pela sala, inesperado, horrível, um mensageiro
fúnebre, um belo rapaz, todo de negro, com lágrimas na face e a voz estrangulada de
soluços; era o irmão de Raul Pompeia; vinha dizer-me, a mandado da família, que o
meu querido amigo acabava de suicidar-se com uma bala de revólver metida no cora-
ção! Parti sem demora para o local da catástrofe; encontrei ainda intacto o cenário do
trágico momento e Raul Pompeia estendido morto, com uma flor de sangue ao lado
esquerdo do peito. A sua bela fisionomia guardava ainda toda a nobreza das feições;
afigurava-me que a todo o instante ia lhe ver cintilar ainda o olhar inteligente e agitar-
-lhe os lábios o sorriso irônico, tão dele! mísera ilusão, que a realidade brutal contra-
dizia e dissipava: pela primeira vez, aquele peito bom e generoso ficava inerte e impas-
sível ao calor do meu abraço!

* * *

Prof. Bechara, o expoente Fernando Magalhães, o obstetra de talento a
que já me referi, enfrentou diretamente o problema e o valor desse termo.
“Ainda não sei,” disse ele, “com o selo dos expoentes, se a palavra vale por um
adorno ou por um labéu.” “Não atino como me aplaudir em função de sinal
algébrico ou de flexão gramatical.”

Mais adiante, ao evocar o vazo secular, no Brasil, de consorciar musas e
males, argumentou:

A medicina curte resignada uma desafeição imerecida. Protestam por vê-la ao
vosso lado, ela que só anseia pelo vosso aconchego. Por que tanta intransigência, quan-
do a tradicional comunhão entre poetas, talvez doentes, e médicos, talvez rimadores,
abrigou sob o mesmo teto, e dentro das mesmas aspirações, homens de pulso e de sen-
timento, firmes igualmente na posologia dos remédios, no trato das doenças, na
cadência da métrica, na pureza dos vocábulos, nos surtos da imaginação e no polimen-
to dos conceitos!

A resposta imediata desta Casa, deu-a Medeiros e Albuquerque:

Fizeste bem em insurgir-vos contra os que, não se sabe com que autoridade,
procuram tutelar-nos, discutindo as nossas escolhas e falando contra o que chamam o
regime dos expoentes; [...] A Academia se sente orgulhosa desses expoentes, que, ao

fino gosto de homens de letras, homens de boas letras, juntam a qualidade de ser os valores mais altos representativos das classes a que pertencem.

Para encerrar, de vez, a questão, conclui:

Se, de fato, nós quiséssemos que aqui ficassem apenas os que são puros letrados, vivendo da Literatura e vivendo para a Literatura, teríamos de dissolver-nos pacificamente. Não ficaria um só. Não ficaria sequer a memória de nenhum dos que já morreram, a começar pelo glorioso presidente que primeiro nos reuniu sob a sua autoridade: Machado de Assis, [...] burocrata minucioso, que passou a vida a informar papéis em um dos Ministérios, remetendo-os, dia a dia, ao respectivo ministro: “Passo às mãos de V. Exa. [...] De acordo com as ordens de V. Exa. V. Exa. decidirá, porém, como entender na sua alta sabedoria...” Dessa alta sabedoria de alguns de seus chefes, como devia sorrir (sorrir apenas, porque na sua infinita discrição, ele não sabia rir), o fino ironista do *Quincas Borba* e de *Brás Cubas*!

O problema não se põe no vosso caso, Prof. Bechara, pois não sendo classificado como literato, *stricto sensu*, não sois tampouco “exponente” uma vez que a vossa especialização se encaixa, por inteiro, no artigo primeiro do nosso Estatuto, segundo o qual a Academia “tem por fim a cultura da Língua e da Literatura Nacional”. Deveis ocupar, assim, um espaço que vos é próprio. A Língua Nacional é o vosso assunto, é o vosso ofício.

Este é o mandato que nos cumpre ter presente a todo momento.

Se a nossa Língua vai mal, não é porque a Cultura dita pós-moderna nos levou a incorporar, por exemplo, os neologismos da comunicação, e sim porque a juventude estudantil lê pouco, fala mal e escreve pior. Uma língua se protege com o estudo e com a consciência de que se trata de um patrimônio essencial. A nossa é das mais belas e ricas, devemos tratá-la com o respeito que merece. Não é levantando barreiras artificiais contra a invasão de termos e expressões de curso internacional que a defenderemos. O caminho certo é conhecê-la melhor. Se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB], promulgada em 1996, dedicou à questão linguística apenas um de seus quase cem artigos, tratemos de corrigir a omissão e de dar um embasamento mais sólido à defesa do idioma.

E a língua do dólar, que invade a tela dos nossos computadores? Isto é inevitável e produz uma série de palavras técnicas que tenderão a se implantar,

ou não, e mesmo a ser usadas como figuras de retórica. Tais palavras serão automaticamente substituídas por outras, segundo a rápida evolução tecnológica. A Internet nasceu e se desenvolveu num caldo de cultura anglo-saxão, e não vejo mal nenhum nessa presença palpitante, exceto os exageros por comodidade, como o recurso a *deletar* e deformações semelhantes. O medo de caminhar para uma forma de esterilização, com risco de esterilidade intelectual, me parece infundado. Acho mesmo que, pelo contrário, a presença dessas “palavras universais”, aqui e acolá, age até como uma espécie de tempero, de estímulo, de enriquecimento das formas de expressão. O acréscimo de colorido tende a aproximar culturas diversas, enriquecendo a todas. Isso porque – não esqueçamos – essas palavras que circulam pelo mundo são portadoras de História e de Cultura.

Sou inteiramente cético quanto à utilidade de se regulamentar, por decreto, a defesa do idioma. Camisas de força, além de inócuas, são contraproducentes. Nossa Língua é suficientemente dotada, sob todos os pontos de vista, para sobreviver às agressões presentes e futuras. Consideremos natural que a geração *dotcom* se delicie com o uso desimpedido da nomenclatura cibernética e pensemos, isso sim, em escorar o idioma mediante a correção das deficiências em nosso sistema educativo.

É, pois, com grande satisfação, Prof. Bechara, que endosso as palavras de Medeiros e Albuquerque, ao dar-vos as boas-vindas nesta Casa.

Minhas lembranças de Luís Edmundo, das vezes que o vi e ouvi no meu tempo de estudante e jovem diplomata, continuam indeléveis. Mal podia acreditar que aquele cronista apaixonado do velho Rio, com a ideia fixa de reconstituir o passado da nossa capital, tivesse sido, na mocidade, um dos cabeças da brigada de choque simbolista empenhada no assalto às casamatas parnasianas. A evocação que dele fez Afrânio Coutinho confere plenamente com a minha:

Bonitão, elegantíssimo, no seu porte de quase um metro e noventa, de pernas tão compridas que antes pareciam andas, sempre trajado no rigor da moda, com um indefectível monóculo, era um dândi, exímio dançarino, enamorado das mulheres, disputado por elas, com a alma e a Poesia aos seus pés, pondo-as em polvorosa nas festas

ou no *footing* das cinco horas na Avenida ou na porta da Colombo. Era um furor. E, de fato, foi o derradeiro representante da geração literária do dandismo.

Embora poeta apreciado, não apenas pelo grande público (quem, da minha geração, não se lembra do soneto “Olhos Tristes”?) mas por eminências do porte de Coelho Neto e Medeiros e Albuquerque, Luís Edmundo será lembrado, sobretudo, como historiador.

Quando publicou o seu grande painel do Rio antigo, sua veia literária foi mais celebrada que as cautelas do historiador. Mas àquela altura – estamos em 1932 – isso ainda não fazia falta. O leitor era muito menos exigente do que hoje e se contentou em se divertir com as pinceladas fortes que compõem a crônica de meio século desta cidade ao tempo dos vice-reis.

Chegamos, assim, ao vosso antecessor imediato, Afrânio Coutinho. Não posso falar sobre ele sem emoção, sem o sentimento de perda de amigo muito próximo, o amigo que escolhi para me receber nesta Companhia.

Afrânio lembra uma linha reta. Incapaz de simulação, de dizer coisa por outra, não ir direto ao ponto. No seu discurso de recepção, em 1962, já as primeiras palavras são como uma flecha lançada ao âmago do Impressionismo em Literatura, larga avenida que escolheu para conduzi-lo ao Patrono Pompeia e ao Fundador Domício. Pompeia, o único dos contemporâneos de Capistrano de Abreu que lhe dera a impressão de gênio, como acaba de lembrar o Prof. Bechara. Domício, a bater-se por tê-lo como patrono da Cadeira, cedendo ao imperativo de secretas e inconscientes afinidades espirituais e estéticas.

Dirigindo-se à Academia, Afrânio evitou rodeios e declarou:

Ao me escolherdes para a vossa ilustre Companhia, elegestes a própria contravérsia. [...] Temperamento de luta, habituado a ser considerado direitista pelos esquerdistas, e esquerdista pelos direitistas, não sou de amaciamento e temporização, mas de tomada de posição, de nítidas opções doutrinárias, por isso despertando sempre divisões, reações e adversários. Minha paixão é o assalto à praça. Capitulada, há que procurar outro motivo para empenhar a pugnacidade ou para a provocação ao debate intelectual permanente e inconformado, renovador e revisionista. Espírito afirmativo, acredito em minhas ideias, sei batalhar por elas e defender o que faço. Acostumei-me a

reunir do outro lado da barricada os adversários, a fim de derrotá-los a todos juntos, recuando sem amargor, nas batalhas perdidas, para no final vencer a guerra. Atinjo, assim, esse momento com a alegria do soldado que chega ao topo da cumeada com a serena postura de quem tem saldadas as dívidas para com Deus e o próximo.

Este parágrafo é um retrato de corpo inteiro, sem retoques, de Afrânio Coutinho, nosso pranteado companheiro.

O belo discurso com que o recebeu Levi Carneiro não é peça de circunstância, mas de análise crítica extremamente desenvolta, de interpretação minuciosa e densa, rica de comentários, reveladora de extrema competência e conhecimento. Polemiza, logo de entrada, com Afrânio, o que considero empresa de alto risco. Diverge aqui, converge acolá, antecipa metas, alterna louvação e reserva, porém em tom invariavelmente cordial. No final, parafraseando outro baiano de gênio (desculpem o pleonasmo) que foi Afrânio Peixoto, Levi declara que havia chegado o momento de o recém-chegado passar de incendiário a bombeiro.

Incendiário, sim, mas que guardava no coração um tesouro de afetividade. Levi Carneiro, em sua garimpagem meticulosa, deteve-se nas dedicatórias de Afrânio, dedicatórias à velha moda, a pessoas de família, ou amigos, e com elas documentou a persistência, ainda que por vezes mal contida, desse traço marcante de sua personalidade.

A oração de boas-vindas prossegue num crescendo:

Através da obra longa e trabalhada, chegastes ao cimo da montanha – que não é o termo da jornada. O sementeiro esclarecido e devotado tem a surpresa de ver a boa semente germinar antes do tempo. Tão cedo começastes vossa tarefa, com tanto ardor vos empenhastes nela que cedo também chegou a hora de encerrá-la, não para o vosso descanso, ainda que merecido, mas para prosseguir em outra, que a complementa.

Para significar que o esforço e aplicação de Afrânio já haviam rendido frutos, e continuariam vivos depois dele, Levi Carneiro passa à evocação dos discípulos que formou e motivou:

Agora, nem estais só, como no início da luta. Surgiram discípulos, colaboradores, continuadores, alguns de grandes méritos. De um desses dissestes que fazia “a primeira demonstração prática da nova crítica brasileira em livro”. É Eduardo Portella,

que tem a mesma vossa orientação doutrinária, provinda de singulares analogias de formação, pelos estudos especializados no estrangeiro – vós nos Estados Unidos, ele na Europa latina – e iniciado no exercício da Crítica Literária depois de vós, ainda mais jovem que vós mesmos. Tão auspiciosa revelação, que tem ele sabido divergir de vós, mestre reconhecido. Nessas divergências se desenvolve, se adapta, se aprimora, vosso ensinamento.

Menos de vinte anos depois, esse dileto continuador, Eduardo Portella, seria aclamado membro desta Casa, estaria ministro da Educação e Cultura, diretor adjunto da UNESCO, celebrado aquém e além-mar.

Pergunto: que melhor prêmio, que melhor recompensa, a quem dedicou tantos anos, mobilizou tanto ardor, assumiu tantos compromissos consigo mesmo e com a Literatura Brasileira? Os que elegeram Afrânio membro da Academia Brasileira não lhe outorgaram apenas um galardão, porém, antes e acima de tudo, um incentivo merecido e oportuno para que prosseguisse até o remate à sua obra.

O Brasil, o Brasil brasileiro, foi o refrão da cruzada de Afrânio, a lança em riste contra hereges e infiéis. Foi o ideal que perseguiu e pelo qual se bateu com ardor e teimosia.

O que nos interessa é o Brasil, é dar solução brasileira aos nossos problemas, equidistantes de Cuba e da Argentina, é pensar o Brasil, afirmá-lo, consolidar-lhe as forças vitais, harmonizar-lhe a vida interior, favorecer uma existência feliz e confortável, livre de sofrimentos e angústias, para o povo. Só um fanatismo deve mover-nos, aquele fanatismo da esperança de que falou Mirabeau.

Para concluir, senhoras e senhores, recordo que a chegada de um novo companheiro não é, apenas, momento de júbilo e de boas-vindas, mas igualmente de homenagem ao que lhe cedeu a Cadeira. A primeira imagem de Afrânio Coutinho que me vem à mente é a de um vulcão, vulcão generoso que o tempo precisou pelejar para acalmar e muitos anos mais para fazer adormecer.

Discurso da
SRA. ZÉLIA GATTAI

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária do dia
21 de maio de 2002*

I

DISCURSO DA SRA. ZÉLIA GATTAI

Exmo. Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras,
Embaixador Alberto da Costa e Silva,
Senhores acadêmicos,
Autoridades aqui presentes e representantes,
Caros amigos, meus senhores, minhas senhoras.

Chego à vossa ilustre Companhia, talvez trazida por uma estrela. Venho para ocupar com orgulho e, sobretudo, com humildade, a Cadeira que foi, durante quarenta anos, de Jorge Amado, Cadeira que tem como Fundador Machado de Assis e cujo Patrono é José de Alencar. Três escritores da minha paixão, escritores da maior grandeza que tiveram, cada qual com seu estilo, o poder de transportar-me em mundos de magia, na emoção da leitura de seus livros a embalar meus sonhos, fazendo-me descobrir a beleza e as maldades da vida.

Também na Cadeira 23 sentou-se, antecedendo Jorge Amado, o importante político baiano, prestigioso e erudito governador da Bahia, Otávio Mangabeira, a quem, nessa minha chegada à vossa Casa, agora também minha, presto homenagem.

Ao falar sobre os três gigantes da Literatura Brasileira, eu deveria dizer frases profundas, poéticas, belas, deveria proferir um discurso com análises e citações, mas, confesso, não sou boa em discursos, a própria expressão “proferir um discurso” me inibe. Não sou conferencista, não nasci com tais dotes,

sou mais de contar histórias. Essa qualidade de contadora de histórias que, bem ou mal executo, trago no sangue.

Nasci na cidade de São Paulo, há muitos e muitos anos, tantos que chega a ser difícil fazer-se um cálculo da distância do tempo. Basta dizer que naquela época as ruas eram iluminadas a lampiões a gás e não havia um único arranha-céu na cidade; acionados por manivelas, apareciam os primeiros automóveis; não existia rádio e, televisão, nem pensar; o cinema, em preto e branco, era mudo.

O maior divertimento das crianças de meus tempos era ouvir histórias.

Um dia mamãe declarou que sua caçula, a última de seus cinco filhos, havia nascido com a estrela. Qual a estrela ela não dizia, mas devia ser uma estrela muito boa. Não entendi, nunca cheguei a tirar a limpo se mamãe regozijava-se diante de tal descoberta ou se não estava de acordo com que apenas a pequena “atrevida” — era como me chamava — fosse agraciada com tal regalia.

Durante anos ouvi D. Angelina, minha mãe, repetir a tal história. Tudo o que acontecia de bom comigo, notas altas na escola, prêmios e elogios, para ela era simplesmente o resultado das artes da dita estrela madrinha. Eu ficava na dúvida: seria possível mesmo que eu possuísse tal proteção? Não podia duvidar, pois já tivera provas de sua eficiência: ela me oferecera espaço para vir ao mundo e viver — eu, que gosto tanto da vida —; ser filha de meus pais, pessoas tão boas que eu tanto amava e, além do mais, que sabiam contar histórias como ninguém. As que ouvíamos, meus irmãos e eu, à noite após o jantar, ora contadas por papai, ora por mamãe, me empolgavam, deixavam-me encantada.

Meu pai emocionava-se ao nos narrar suas próprias histórias. Digo suas próprias histórias, porque acredito que ele as inventava à medida que nos ia contando. Ele próprio se empolgava, e isso eu percebia, nos momentos mais emocionantes, ao notar arrepios em seu pescoço. Embora falasse correntemente o português, papai só contava histórias em italiano, matava dois coelhos com um tiro só: divertia os filhos e ensinava-lhes a sua língua natal.

Com mamãe, a coisa já era diferente: embora também tivesse grande imaginação, preferia nos contar trechos de romances que lia e filmes que assistia às quintas-feiras, na sessão das senhoras e senhoritas. Embora tivesse tido pouco estudo, pois as condições financeiras da família não lhe permitiram frequentar sala de aula por mais de alguns meses, mamãe lia correntemente e nas leituras em voz alta dava ênfase, empolgando a quem a ouvisse.

Minhas irmãs Wanda e Vera me ensinaram a amar a Poesia e a me encantar com romances. Wanda era apaixonada por Castro Alves, sabia seus poemas de cor e salteado. Vera varava as noites lendo romances.

Ainda pequena, eu mal sabia ler e já repetia com emoção poesias de Castro Alves, Guerra Junqueiro, Olavo Bilac, Fagundes Varela e de tantos outros poetas que Wanda me fazia decorar. Graças à Vera, sabia frases inteiras de *O Tronco do Ipê* e de *Iracema*. Brilhava, repetindo com largos gestos, em saraus familiares: “...Ó verdes mares bravios de minha terra natal...” ou “Iracema, a virgem dos lábios de mel...”

Aos dezessete anos, emprestado por um italiano, amigo de meu avô, recebi um livro de Jorge Amado, *Cacau*. O velho Ristori – este era seu nome – estava empolgado com o rapaz que conhecera naqueles dias, vindo do Rio, “Um tal de Jorge Amado, *giovanotto* inteligente, jornalista, escritor, não sei bem...”, dissera. Fiz-lhe perguntas sobre o *giovanotto* inteligente. Percebendo meu interesse, com ar de malícia, o italiano respondeu: “Já se foi, *piccina*, voltou para o Rio.”

Muito cedo, comecei a entender que uma leitura ou uma história só prestam, empolgam e nos fazem sonhar quando transmitidas com prazer e emoção. Eu reforçaria esse conceito agora, valendo-me de experiência própria, experiência de quem, no decorrer de mais de meio século, viveu ao lado de Jorge Amado, vendo-o trabalhar e emocionar-se ao escrever um romance. Quantas vezes o ouvi desabafar, no final de um dia de trabalho? “Este livro me come as carnes...”

Lembro ainda de quando, ao terminar *Dona Flor e seus dois Maridos*, a rir, divertido, satisfeito com a solução de um problema difícil que acabara de resolver, Jorge cobrou de mim, na maior galhofa: “Essa sua amiga, hein, dona Zélia? Revelou-se uma boa descarada, dormiu com Vadinho, gostou, mandou seu preconceito de pequeno-burguesa às favas e ficou com os dois maridos.” Ele sempre dizia: “Uma história, para prender, para prestar, deve ser escrita com prazer e emoção. Deve transmitir coisas vividas intensamente, não apenas de se ter ouvido falar ou como um simples observador que olha superficialmente um acontecimento.”

Na juventude, Jorge conviveu, em Salvador, com crianças de rua que moravam num trapiche abandonado. Sabia tudo sobre suas vidas, e jamais poderia ter escrito um romance como *Capitães da Areia* não fosse esse conhecimento profundo.

Serviu-se de Pedro Arcanjo, personagem de *Tenda dos Milagres*, para dizer o que ele mesmo pensava: “Sou materialista, mas meu materialismo não me limita.” A essa frase atribuída a Pedro Arcanjo, Jorge costumava acrescentar: “Eu não poderia ter a pretensão de ser um romancista da Bahia se não conhecesse por dentro os candomblés.”

Levantado Obá de Xangô no candomblé de Mãe Senhora, no Axé do Opô Afonjá, embora materialista, Jorge frequentou o terreiro sempre que pôde, seguindo seus rituais e preceitos com o maior respeito. Entre os amigos que Jorge mais prezava, estavam as mães de santo Mãe Aninha, Mãe Senhora, Menininha do Gantois, Mãe Stella de Oxóssi, Olga de Alaketu, Mirinha do Portão, Mãe Cleusa, Mãe Carmem e o pai de santo Luiz da Muriçoca.

Em 2001, Jorge Amado e eu comemoramos 56 anos de nosso primeiro encontro. Ele me vira pela primeira vez, em São Paulo, em maio de 1945. De mim, ele não sabia nada, nem podia saber, porque eu era apenas uma simples desconhecida, sem nenhuma credencial. Ele também não sabia que eu possuía uma estrela que o pusera em meu caminho.

Jorge me encontrava pela primeira vez, mas eu o conhecera antes, o vira de longe, no início de 1945, no Teatro Municipal, na abertura do Congresso Brasileiro de Escritores, que se realizava em São Paulo. Admiradora do escritor, ao saber que ele participaria do Congresso, toquei-me para o Municipal e, acanhada, em meio a tantos intelectuais importantes que lotavam o teatro, sentei-me atrás, recolhida na minha timidez, só observando. De longe, vi Jorge Amado cercado de gente, sobretudo de mulheres, belas, cultas e charmosas.

Sentada estava, sentada fiquei. Quem era eu para me aproximar da celebridade? Não era intelectual, não tinha categoria e nem mesmo audácia para me apresentar e dizer-lhe ser uma leitora encantada com seus livros, admiradora de sua valentia, não me aproximei, não tive coragem. Fui embora depois de ouvi-lo falar – Ave-Maria! Que orador entusiasta! Quanto charme!

De Jorge Amado, eu sabia tudo. Já lera seus dez primeiros livros.

Em notícia de jornal, eu soubera que *Capitães da Areia*, *Mar Morto*, *Jubiabá* e outros livros seus haviam sido queimados por imorais e subversivos em frente à Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Salvador, por ordem do Comando da VI Região Militar, a 19 de novembro de 1937.

Por amigos em comum, o poeta Paulo Mendes de Almeida e Aparecida, sua mulher, soubera das prisões de Jorge, de seu exílio na Argentina e no

Uruguai, de sua volta do exílio ao saber que o Presidente Vargas aderira às forças aliadas; soube ainda que, ao regressar, ele passara três meses preso na Casa de Correção, no Rio de Janeiro. Soube também que daí ele fora confinado, tendo como residência obrigatória a cidade de Salvador.

Nos dois anos que passou na Bahia, Jorge Amado voltou às atividades jornalísticas, colaborando em *O Imparcial*, publicando crônicas sobre a guerra. Escreveu, nessa ocasião, *São Jorge dos Ilhéus* e iniciava outro livro, *Bahia de Todos os Santos*, quando, no final de 1944, resolveu, por sua conta e risco, sem pedir permissão a quem quer que fosse, viajar para São Paulo, presidindo uma delegação de intelectuais que participaria do Congresso de Escritores no início do ano.

Em maio de 1945, a notícia da presença de Jorge Amado em São Paulo, participando de movimentos reivindicativos, correu de boca em boca e acabou caindo em meus ouvidos. Ele comandava a organização de um comício-monstro para Luiz Carlos Prestes, que saía da prisão. Estava anunciada a chegada do poeta Pablo Neruda, que, em homenagem a Prestes, declamaria um poema sobre D. Leocádia Prestes durante o comício.

Apresentei-me, em seguida, ao local onde seriam organizados os grupos de trabalho para a realização do tal “comício-monstro”.

Pela primeira vez, eu via Jorge Amado de perto e me encantei. Fiquei pensando: apenas 32 anos, com tantos livros escritos, tantas e tais aventuras...

Estava eu perdida em meus devaneios quando o vi estender a mão para mim: “Você vai trabalhar comigo...” Em seguida, segurou-me pelo braço: “Venha, me acompanhe, vou ditar um comunicado à imprensa”. Parou diante de uma máquina de escrever: “Sente...” Ai, meu Deus! “Eu não sei escrever à máquina...”

“– Não sabe bater à máquina? Que moça mais inútil!”

Me contive para não chorar, e ele, percebendo o meu constrangimento, tratou de desfazer a brincadeira: “– Não pense que vai se livrar de mim assim. Temos muito o que fazer, trabalho é o que não falta. Logo mais, à noite, você vai comigo a um comício na Lapa.”

Jorge sempre me dizia: “Ao pousar, pela primeira vez os olhos em você, meu coração disparou”.

Desse momento em diante, 56 anos se passaram, e eu continuei a seu lado, acompanhando-o.

Por mais de meio século, Jorge Amado foi meu marido, meu mestre, meu amor. Deu-me a mão e conduziu-me por mundos os mais distantes, os mais estranhos, os mais fantásticos. Com Jorge, palmilhei as estradas da vida, do mundo. Por céus, voamos em aviões que rompiam a barreira do som, atravessamos mares tranquilos e, por vezes, encapelados; sobrevoamos montanhas de gelo e neve, enfrentamos um vendaval no deserto de Gobi, na Mongólia, deserto de areias escaldantes e, juntos, com nossos filhos e netos, num navio-gaiola, costeamos a Floresta Amazônica.

Trabalhei com Jorge desde o primeiro livro que escreveu em minha companhia, *Seara Vermelha*, datilografando os originais — agora já doutora em datilografia —, passando-os a limpo das correções feitas à mão.

Envolvida na trama do romance, tomando carinho pelos personagens, tentei salvar a vida de um deles, a de Noca. Jorge então me explicou que a menina tinha vida própria, tudo indicava que ia morrer, e ele não poderia impedir. Que se fosse mudar o rumo de seus personagens, eles deixariam de ter carne e sangue, deixariam de ser criaturas humanas para se tornarem simples fantoches em suas mãos. Aprendi a lição e me convenci a não mais dar palpites.

Na convivência com Jorge, pude constatar ser verdadeira sua afirmação de que os personagens de ficção de seus romances não são pessoas da vida real, mas sim a mistura de muitas delas que ele conhecera no decorrer de sua vida. Ninguém era ninguém. Quando desejava homenagear um amigo, introduzindo-o na trama do romance, dava-lhe nome e sobrenome. Um dos exemplos encontra-se em Tereza Batista, quando ele descreve o casamento da moça com o padeiro Almério. Peço licença para reproduzir aqui essa passagem:

Sentada numa cadeira de braços de alto espaldar, Mãe Senhora rodeada pela corte dos obás... a mãe-pequena Creusa, figurando mãe Menininha do Gantois, Olga de Alaketu toda nos trinquês... Os artistas para quem Tereza posara, Mário Cravo, Carybé, Genaro, Mirabeau e ainda outros esperando a ocasião: Emanuel, Fernando Coelho, Willys e Floriano Teixeira... Junto com os artistas, os literatos a gastar uísque, escolhendo marcas, uns perdulários, uns esnobes: João Ubaldo, Wilson Lins, James Amado, escutavam atentos, Mestre Calá contar pela milésima vez a história verídica da baleia... Assim postos os nomes parece ter havido excesso de homens e falta de mulheres. Engano, pois cada um deles estava com a esposa, alguns com mais de uma. Em nome de Lalu, D. Zélia levou perfume para a noiva e no próprio nome um anel de fantasia...

Ao descobrir meu nome na lista de convidados, fiquei vaidosa mas em seguida não gostei do presente chinfrim que eu iria oferecer à noiva. Parei o trabalho:

“– Jorge, posso te pedir um favor? Me faça dar um presente melhorzinho à Tereza...” Jorge riu:

“– Que luxo é esse, Zélia! Tereza vai adorar o anel.”

Não atendeu ao meu pedido, e eu continuo na história oferecendo um anel de fantasia à moça.

Scara Vermelha, romance que lhe comeu as carnes, foi escrito no Estado do Rio quando, eleito deputado federal por São Paulo, nos mudamos para lá.

Fazendo parte da Comissão de Educação e Cultura na Assembleia Nacional Constituinte, Jorge foi autor de várias emendas aprovadas, como a da liberdade religiosa e a da criação do Salão de Arte Moderna, entre outras, que perduram até hoje.

Num retrocesso democrático no Brasil, em fins de 1947, o registro do Partido Comunista foi cancelado e os parlamentares eleitos por essa legenda, expulsos do Parlamento.

Nos quase dois anos em que o deputado Jorge Amado participou dos trabalhos da elaboração da Constituição, esteve sempre à frente de projetos democráticos com sucesso. Ele sempre dizia: “De uma coisa tenho consciência: ter sido um bom parlamentar, o que me dá prazer, compensa-me dos maus momentos por que passei”.

O ano de 1948 iniciou-se com violência desatada, e, entre outros atos de arbitrariedade, lares de deputados foram invadidos, inclusive nossa casa no Estado do Rio foi invadida, pela madrugada, por policiais, verdadeiros vândalos.

Sem condições de segurança para permanecer no Brasil, Jorge viu-se forçado a abandonar o País e, no mesmo mês de Janeiro, viajou para a Europa. Enfrentaria o inverno e as destruições causadas pela guerra, ainda muito presentes. Com um filho recém-nascido, não pude acompanhá-lo. Só fui ao seu encontro alguns meses depois.

A palavra exílio causa mal-estar, lembra desterro, degredo, prisão. Nos quase cinco anos de exilados, sem poder voltar para o Brasil, procuramos tirar o melhor proveito da situação conseguindo viver intensamente e aprendendo muito.

Conhecemos homens e mulheres dos mais significativos de nossa era. É perigoso citar nomes, porque corre-se o risco de esquecer, às vezes, quem não poderia ser esquecido. Cito, pois, uns poucos, os que estão na ponta da língua: Paul Eluard, Sartre e Simone de Beauvoir, Pablo Picasso, Yves Montand, Ilya Eremburg, Paul Robson, Anna Seghers, Pablo Neruda e Nicolás Guillén, amigos para sempre, até o fim. Membro do bureau do Conselho Mundial da Paz, sediado em Paris, que tinha como presidente Frederic Joliot Curie, Jorge organizava e participava de congressos contra a bomba atômica, realizados em várias partes do mundo. Vivíamos em Paris, de onde viajávamos para terras distantes.

Com Pablo Neruda e Nicolás Guillén, eles também exilados, corremos mundo na luta contra a ameaça das armas nucleares. Pablo Picasso, também ele entusiasta dessa campanha, num traço firme e de grande delicadeza, simbolizou a paz numa pomba branca, levando no bico um ramo de esperança, desenho que o mundo inteiro conhece. A pomba de Picasso recebeu o maior prêmio que o Conselho Mundial da Paz conferia, uma vez por ano, o Prêmio Mundial da Paz, com uma dotação de 15 mil dólares (pagos pelos soviéticos).

O premiado seria escolhido por um júri internacional integrado por dirigentes do movimento da paz. Entre os membros do júri, encontrava-se o acadêmico sueco Arthur Lundkvist, representante dos partidários da paz escandinavos, membro do júri que atribui o Prêmio Nobel de Literatura na Suécia.

Pierre Cot era presidente do júri do Prêmio da Paz e Jorge Amado, secretário-geral.

Apresentado por Lundkvist como candidato ao prêmio naquele ano de 1951, o compositor finlandês Jean Sibelius não pôde concorrer. Antes mesmo que a relação dos candidatos se tornasse oficial, o nome de Sibelius foi cortado pelos soviéticos.

Havia uma razão: famoso compositor, Sibelius compusera canções e hinos de exaltação a seus compatriotas que se batiam contra os exércitos soviéticos na guerra russo-finlandesa de 1939. Sibelius entrara para a lista negra dos russos, que jamais lhes dariam um prêmio. Seu nome foi retirado da lista dos concorrentes antes do julgamento.

Secretário do prêmio, membro do júri, Jorge votou pela pomba da paz de Picasso, a vencedora daquele ano. Quem conheceu o caso de perto soube a razão pela qual nunca deram o Prêmio Nobel a Jorge Amado. Bode expiatório, inocente na questão, Jorge foi considerado por Lundkvist como o responsável pela derrota de Sibelius. Não quis ouvir as explicações de Neruda nem as de Miguel Ángel Asturias, que de tudo sabiam e se dispunham a defender o amigo. Arthur Lundkvist nunca perdoou Jorge Amado.

Nem bem saídos de uma guerra destruidora, passávamos a enfrentar, além do perigo das armas nucleares, a guerra fria.

Depois de vivermos dois anos em Paris, fomos intimados de repente, pela Prefeitura de Polícia, a deixar a França em 15 dias. Motivo? “Vocês viajam demais...” E fim de conversa.

A convite da União dos Escritores Tchecos, fomos viver na Tchecoslováquia, onde passamos mais de dois anos.

Na Tchecoslováquia, nasceu nossa filha Paloma, e Jorge escreveu ainda um romance, *Subterrâneos da Liberdade*, no qual ele narra sua experiência de militante comunista. Escrito em 1950, o livro só foi publicado em 1954.

...

A situação política no país socialista em que vivíamos tornava-se difícil. Depois de experiências positivas que tivéramos do regime, relativas à assistência social, começávamos a enfrentar um clima de desconfiança e medo.

Acompanhávamos de perto os processos de Praga, que puniam, sem dó nem piedade, os chamados, por eles, de traidores, inimigos do socialismo, inimigos de Stalin. Conhecíamos algumas pessoas que haviam sido condenadas e não podíamos acreditar, de jeito nenhum, que fossem traidoras. O ambiente tornava-se pesado, insuportável.

Nunca imaginávamos que tais injustiças e violências pudessem acontecer num país socialista, e uma pergunta pairava no ar: teria valido a pena a nossa abnegação, os sacrifícios de toda uma vida, por uma causa que julgávamos a melhor? Constatávamos que, sendo a melhor causa, os dirigentes é que não

prestavam: incompetentes, sectários, ambiciosos – sobretudo ambiciosos – que, temerosos de perder seus postos de comando, cometiam os maiores crimes.

Em 1952, cheios de dúvidas e de algumas certezas, regressamos ao Brasil, a bordo de um navio italiano, Paloma com menos de um ano, João com menos de cinco.

Em 1955, sem ter tido tempo nem paz para escrever depois que voltara do exílio, Jorge pediu uma reunião com a direção do Partido Comunista. Anunciou seu desligamento de todas as obrigações partidárias; precisava de tempo para escrever: “Cumprir as tarefas que me atribuem, qualquer um pode, porém escrever meus livros, só eu”. Disse e não voltou atrás.

Sem renegar o Partido, nem recuar de suas convicções de que o Socialismo com democracia é o melhor caminho, mas que o Socialismo sem democracia é tão ruim quanto o Fascismo, Jorge afastou-se do Partido. Continuou amigo de Prestes e de Giocondo Dias, homens honestos, íntegros, heroicos, que mereceram o nosso respeito até o fim.

Pessoa de extraordinária importância, Jorge era, no entanto, uma criatura simples, como em geral são os homens verdadeiramente importantes. Sendo um romancista dos mais premiados e condecorados, ele sempre dizia: “Nunca pedi honrarias a ninguém, não pleiteei coisa alguma, nem mesmo insinuei que me dessem prêmios. Se me oferecerem espontaneamente, mesmo que seja uma simples medalha, aceito-a com satisfação e vou recebê-la, seja onde for.”

Em 1958, um novo romance na cabeça, caindo de maduro, foi escrito. Tempo livre pela frente, liberto das amarras do sectarismo, com emoção e alegria, Jorge escreveu *Gabriela, Cravo e Canela*. Trabalhou de uma forma como eu jamais vira, dia e noite batendo nas teclas da pequena máquina com tanta força e entusiasmo que, ao terminar o livro, tinha os dedos em chagas.

Depois de *Gabriela*, lançado com grande sucesso no Brasil, transformado em novela pela televisão Tupi, vendido à Metro Goldwin Meyer para um filme, com traduções de não acabar pelo mundo afora, embalado, Jorge não parou, precisava recuperar o tempo perdido. Escreveu os mais belos romances de nossa Literatura.

Não vou cansá-los, meus amigos, citando aqui, um a um, os títulos, por demais conhecidos, dos dezesseis livros escritos daí por diante.

No ano de 1961, o rapaz que na juventude fora fervoroso participante da Academia dos Rebeldes, na Bahia, elegia-se, já maduro escritor, à Academia dos notáveis e bem comportados, à Academia Brasileira de Letras.

Peço licença, Sr. Presidente, caros confrades e confradeiras, queridos amigos aqui presentes, para reproduzir, neste meu relato, um trecho da abertura do discurso de Jorge Amado ao ser empossado na Cadeira 23 desta nossa Academia:

Chego à vossa ilustre companhia com a tranquila satisfação de ter sido intransigente adversário desta Instituição naquela fase da vida em que devemos ser, necessária e obrigatoriamente, contra o assentado e o definitivo, quando a nossa ânsia de construir encontra sua melhor aplicação na tentativa de liquidar, sem dó nem piedade, o que as gerações anteriores conceberam e construíram.

Na noite de sua posse, pude constatar, no entanto, que os anos haviam passado e Jorge continuava ainda um menino travesso, não temendo o que dele pudessem dizer, não fazendo certas concessões. Já na hora de sair de casa para a cerimônia na Academia, vestido no seu fardão, os belos bordados a ouro sobressaindo-se no tecido verde-escuro, olhava-se no espelho, e eu, então, lhe disse: “Está bonito”.

— Você acha? — respondeu. — Então me dê uma tesoura.

— Para quê? — quis saber.

— Me dê a tesoura e você vai ver.

Enquanto falava, ia desabotoando a veste. Curiosa, entreguei-lhe a tesoura e, para meu espanto, vi que ele cortava o colarinho branco, engomado, duro, rente à parte verde.

Rindo, ele explicou: “Esse danado estava furando meu pescoço. Se alguém quiser reparar, paciência. Eu me sinto melhor agora, à vontade”.

Contando, certa vez, a uma senhora minha conhecida, esposa do grande escritor francês Maurice Druon, membro da Academia Francesa, essa travessura de Jorge, ela riu e me disse:

Ele e meu marido se parecem bastante. Imagine que, há pouco tempo Maurice encontrou num antiquário uma mesa de estilo, muito antiga e muito cara. Apaixonou-se pela mesa e em seguida a comprou: Naquela mesa, daí por diante, escreveria seus livros. Levou-a para seu gabinete e chamou-me em seguida: “Me consiga um serrote”. Não quis nem explicar para que desejava o serrote. “Você vai ver”, foi tudo o que disse. Antes que eu pudesse dissuadi-lo, pôs-se a serrar os pés da mesa. “Era muito alta e incômoda, vou me sentir mais confortável agora”.

Rimos juntas, as duas esposas de escritores tão importantes, homens especiais, a cujas traquinagens tínhamos o privilégio de assistir.

Com a venda de *Gabriela* para a companhia americana, tivemos dinheiro para comprar uma casa na Bahia, onde passamos a viver. Jorge gostava de dizer: “Comprei uma casa com o dinheiro do imperialismo americano.”

Jorge voltava a seu chão, vinha ao encontro de seus personagens nas ladeiras do Pelourinho, no cais do porto, passeando com seu velho amigo, Mirabeau Sampaio, querido e fiel colega de infância. Ria muito, pregando peças a Carybé, artista fantástico, nascido na Argentina, que aqui chegara depois de ter lido *Jubiabá*. Carybé apaixonou-se pela Bahia sem conhecê-la, apenas pela descrição do romance: “Vou ver se esse baiano está dizendo a verdade.” Desembarcou, viu e na Bahia aportou para sempre com Nancy, sua mulher, e seus dois filhos. Ainda outra personalidade trazida por *Jubiabá* à Bahia, para sempre, foi o antropólogo francês Pierre Verger, amigo querido.

Lembro ainda de uma resposta de Jorge ao ser interpelado por sua amizade com Antônio Carlos Magalhães. Livre de todo e qualquer ranço de sectarismo — “o sectarismo limita e idiotiza as pessoas”, costumava dizer —, ele respondeu: “Somos adversários políticos, mas isso não nos impede de sermos amigos, de eu ser seu admirador. Não sou cego”.

Jorge voltava à Bahia, vinha saciar seu desejo de saborear um siri mole ou uma moqueca de peixe, tomar um sorvete de pitanga ou de umbu, vinha lavar os olhos com o rebolar de ancas das baianas a passar em sua frente. Era demais! Não dava conta de tanta inspiração.

Filha de São Paulo, terra do café, acompanhei Jorge à terra do cacau. A Bahia que aprendi a amar através de seus romances abriu-me os braços.

Em nossa casa do Rio Vermelho, vivemos com nossos filhos os melhores anos de nossas vidas. Nela, fincamos os pés para sempre.

Foi na Bahia que, aos 63 anos, escrevi meu primeiro livro. Jamais entrara em minhas cogitações escrever um livro. Quando muito, fizera uma reportagem para uma revista, texto e fotos de minha autoria, sobre a estada de Sartre e Simone de Beauvoir no Brasil, outra sobre Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de Despejo* e mais nada, que me lembre.

Lendo umas páginas que eu havia escrito a pedido de minha filha, uma história acontecida quando criança, Jorge gostou e me aconselhou:

Por que você não escreve um livro sobre tua infância? Será a história da menina pobre, mas de infância rica. Tente. Você poderá contar coisas de tua família de imigrantes italianos. Escreva com palavras simples como a deste texto, sem se preocupar com frases bonitas, sem tentar fazer literatura porque você não é literata. Eu também não sou literato.

A confiança que Jorge depositou em mim assustou-me, comoveu-me, pois o conhecia demais para saber que jamais ele me exporia ao ridículo, aconselhando-me a escrever um livro se não me achasse capaz de fazê-lo.

Com tal credencial, sem ter nenhuma anotação, apenas a memória trabalhando, voltei ao passado, voltei a ser criança, recuperei amigos perdidos na distância do tempo, voltei às ruas mal iluminadas de São Paulo, escrevi meu primeiro livro: *Anarquistas, Graças a Deus*. Jorge só o viu depois de pronto e parece que gostou, pois continuou me incentivando a escrever.

Pedindo desculpas a Jorge, abdiquei de meu nome de casada, nome que tanto prezo, assinando o livro com o de solteira. Não quis andar de muletas escorada por tão famoso marido. Se o livro agradar, pensei, que tenha sucesso pelo que ele valha, não por outro motivo qualquer.

Com uma bagagem tão grande de experiências vividas, uma vida tão longa, de alegrias e sofrimentos, chego agora aos quatorze livros, este último escrito depois de Jorge partir.

Descobri, um dia, que ao escrever minhas memórias consigo escapar do sofrimento numa fuga reparadora. O último livro que publiquei foi escrito num momento dramático de minha vida.

Otimista por natureza, sempre achei que problemas, os mais difíceis, terminam por serem resolvidos. Assim, encarei a doença que afetava Jorge, atacado por uma degenerescência senil da mácula da retina que o impossibilitava de ler e escrever, deixando-o prostrado, o coração reclamando. Já nem sei quanto tempo durou essa agonia. Além da assistência médica permanente de um competente cardiologista sempre a postos, nosso dedicado amigo Jadelson Andrade, do empenho do oftalmologista, amigo querido, Dr. Marcos Ávila, a esforçar-se pela recuperação dos olhos do amigo, não titubeei em apelar para tudo: Roguei a Deus, a um ebó de candomblé, ao espiritismo, a uma pagelança de índio e até à estrela de D. Angelina, que andava arredia, pedi que me ajudassem, fizessem Jorge voltar a ler e a escrever ou ao menos que o fizessem retornar à alegria de viver. Ninguém me ouviu, nem mesmo a estrela, tão eficiente, não deu confiança aos meus apelos, continuou ausente.

Recorri então ao computador, tentando trazer o meu amor de volta à vida, fazendo-o sorrir novamente; lembrando códigos divertidos de nossa família, ele pregando-me peças, comandando a casa como o grande comandante que sempre foi. Por uns poucos meses, consegui salvar-me de uma depressão. Esse livro, escrito em tais circunstâncias, conseguiu ser um livro leve e alegre. Eu o terminei na véspera de Jorge partir.

Ela, a estrela madrinha, que me abandonara no momento em que eu mais precisei de seus préstimos, sumira e, agora, ao ver-me entregue a tanta dor, reapareceu comandando corações de amigos que vieram em meu socorro.

Deles, ouvi dizer que uma cadeira vaga, a que fora ocupada por Jorge, me esperava na Academia Brasileira de Letras: “Pense na satisfação dele ao ver você ocupando a Cadeira 23”, disseram-me: Eduardo Portella, José Sarney, Marcos Vinícios Vilaça, Antonio Olinto, Tarcísio Padilha, Arnaldo Niskier, Nélida Piñon, Murilo Melo Filho, Ivo Pitanguy, Marcos Almir Madeira, Evandro Lins e Silva, Affonso Arinos de Mello Franco, entre outros. Tanto carinho!

Sem saber o que decidir, mais triste do que nunca, envolta em saudades, necessitava escrever, trazer Jorge de volta, mas não era fácil iniciar um novo livro.

Um telefonema de Eduardo Portella, sabedor da minha profunda tristeza, vinha em meu socorro: “– Por que você não escreve ainda um livro sobre ele, Zélia? Você e seus filhos. Fale com João e Paloma. Eles dirão de sua experiência de amor com o pai, você a da amada por mais de meio século, será uma homenagem única!”

A meu pedido, Portella também homenagearia o amigo, escrevendo o prefácio.

Chamei meus filhos para acertar tudo, mas eles já estavam a par do projeto, Eduardo lhes telefonara. Cada qual diante de seu computador, Paloma, João e eu partimos para a nossa viagem de amor. Trabalhamos com entusiasmo, com o coração, e sentimos, os três, que, mesmo depois de ter partido, Jorge permanecia ao nosso lado.

Ao Sr. Presidente da Academia, meu amigo Alberto da Costa e Silva, aos amigos acadêmicos, neste momento de tanta emoção, quero agradecer a homenagem que me prestaram ao votar em mim. Quero dizer da minha satisfação ao nos encontrarmos juntos nesta Casa da mais alta cultura, quando me concedem a honra de sentar na Cadeira que já foi ocupada por grandes homens da Literatura Brasileira e homens da maior dignidade.

Nesta Casa, entrei hoje conduzida pela estrela de D. Angelina e iluminada por outra estrela que surgiu recentemente no céu e que brilha mais do que todas.

Ainda uma vez, obrigada de todo o coração.

II

RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

Sra. Acadêmica Zélia Gattai,

A Academia Brasileira de Letras recebe agora a escritora Zélia Gattai: a romancista, a memorialista, a autora de *Literatura Infanto-Juvenil*, a narradora criativa, fluente e natural. Por detrás dela, é fácil divisar uma outra silhueta muito querida, que não consegue disfarçar o seu regozijo e o seu aplauso, neste momento especial. Refiro-me evidentemente ao irresistível fabulador da Bahia e da liberdade, seus dois temas entranháveis. Aquele que soube cravar em palavras os saberes e os sabores da sua terra e da sua gente, aquele que partiu sem o nosso consentimento e nos deixou o vazio inaceitável.

I

O itinerário de Zélia Gattai talvez deva ser demarcado em dois grandes momentos, em duas saudáveis utopias. Primeiramente, é o embarque da família Gattai no porto de Gênova, no *Città di Roma*, em 1890. Na bagagem, poucos pertences; na alma, muitos sonhos. As justificativas imigratórias se multiplicavam e alimentavam projetos de vida de europeus até então enraizados. Essas justificativas não raro se contradiziam. No caso dos italianos, napolitanos ou toscanos, predominava a esperança de paraísos sociais, que logo se revelaram ilusórios; também a mitificação laboral do Éden tropical, dotado de

condições especiais de trabalho; e finalmente a fuga antecipada dos primeiros esboços fascistas. O imaginário político que recebia impulsos dos casos Dreyfus, na França, e Sacco e Vanzetti, nos Estados Unidos, se associava às utopias da virada do século. A saga de uma Itália transplantada deitava raízes no solo brasileiro. E fertilizava. É provável que a “Colônia Socialista Experimental”, a “Lega Lombarda”, as “Classes Laboriosas” não estejam de todo esquecidas na América Latina. *Anarquistas, Graças a Deus* narra, de modo irretocável, essa façanha libertária dos Gattai. O estilo de Zélia Gattai consegue levar a efeito, com exemplar perícia, a combinação astuciosa de referência histórica e ocorrência cotidiana. É quando a Literatura estabelece um enlace profícuo com a História.

O cenário predominante de toda essa fascinante aventura humana é a cidade de São Paulo, uma São Paulo quase rural, bucólica, e ainda assim trepidante e politicamente inquieta. Os ícones da infância, seres animados e inanimados, a máquina em ascensão, os primeiros deslumbramentos com a velocidade, o bonde e o automóvel, o circo e o cinema, se alternam incessantemente. Tudo isso em meio aos anos de chumbo da Era Vargas, difícil e perigosa travessia, sob o crivo implacável de emergências e de sobrevivências totalitárias, pontilhadas de arbítrios e perseguições. A legitimidade da representação política se debilita cada vez mais para dar lugar à diluição do trabalho intelectual em estruturas autoritárias de governo, à fragilidade e artificialismo das formações partidárias, às oscilações ideológicas do poder em função do cenário internacional, enfim, à brutalidade do aparato repressivo. O capítulo da censura não será nada esquecido na história das ideias ou da carência de ideias no Brasil estadonovista. Como levantar as mazelas desse período sem recorrer à memória de Zélia Gattai? Zélia tinha tudo para perder a esperança ancestral que cresceu com ela. Mas não perdeu. E foi com essa esperança, curtida na militância política, que ela chega a Jorge Amado, no último dia do memorável I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, em 1945. Até hoje não consegui saber quem chegou a quem. O que se deve registrar é que houve imediatamente o intercâmbio, de olhares, de afetos, de esperanças. E essa permuta, real e simbólica, selou a união para sempre. Em *Um Chapéu para Viagem*, estão guardadas essas lembranças difusas e tocantes, tecidas pelo interminável repertório de recordações precisas, de perfis bem desenhados, e enredados com muita alegria, algum sofrimento e nenhuma desolação. Porque o

afeto, mesmo que intenso, quando despojado de artifícios, se encarrega de evitar o excesso ou o desperdício. O mesmo se pode dizer de *Senhora Dona do Baile*, e assim por diante. Predomina, em qualquer hipótese, e face a adversidades ostensivas, o hino à vida, a prosa leve e bem-humorada.

II

Zélia Gattai traz para junto de nós, e nos revela, a diversidade política dessas culturas recém-chegadas, os contrastes e confrontos do Brasil cada vez mais plural. Já não o Brasil das “três raças tristes”, que uma elite intelectualmente sedentária se comprazia em celebrar repetidamente. De lá para cá, muita água, inúmeras culturas, vários idiomas passaram a compartilhar a nossa cotidianidade. Os impactos dos fluxos imigratórios começaram a modificar as lendas institucionalizadas. Os “oriundi”, no enalço mítico da “Colônia Cecília”, renasciam. O conceito de raça começava a mostrar nítidos sinais de cansaço e se viu progressivamente cercado por um contencioso científico comprometedor. Os esforços de compreensão da Cultura privilegiando a categoria raça foram sendo desautorizados pela Ciência. Pela Ciência e pelos acontecimentos. Logo nos apercebemos que as “três raças” não eram tão tristes assim e muito menos tão coesamente tristes. Os anarquistas, graças a Deus, tiveram papel relevante na compreensão das coisas. E juntamente com outras culturas, não só ocidentais como orientais, nos ajudaram a balizar, em outra perspectiva, a História, cujo sentido, único e monopolístico, nos havia sido outorgado de antemão. Foi quando nos inteiramos de que todas as raças, em maior ou menor grau, são racistas. E toda cultura vem a ser, em nível, em dimensão, em cor ou em ritmo, amplamente intercultural.

III

Quando a autobiografia se mistura com a autoficção, verifica-se o alargamento do campo imaginário sem subtração das referências circunstanciais. Avança e adquire maior consistência a articulação bem equilibrada entre a vida da memória e a memória da vida. Mais uma vez, é a palpitação vital, essa

vibração existencial, que prevalece. Como se Zélia se escrevesse o tempo todo, do jeito que ela é, sem recorrer a qualquer truque ou a qualquer encenação fic-tícia. O que se afirma nela, dizia eu ao apresentar o seu livro *Chão de Meninos*, é antes o canto de amor à vida – vida áspera, por vezes desconcertante, cercada de desafios por todos os lados mas, de qualquer modo, vida para ser vivida: de frente, cara à cara. Nenhum abandono, nenhum escapismo, nenhuma dramatização trapaceira. A vida como vontade, imune ao medo e à resignação. Sem permitir que o desânimo contamine episódios frequentemente desanimadores, e sem deixar que o ressentimento substitua a generosidade. A obra de Zélia Gattai é como ela – uma obra de bem com a vida e, por isso mesmo, destinada a nos animar com a séria alegria do viver. Ela se defende dos riscos inerentes ao memorialismo. Nem autocanonização, nem queima de arquivos, nem acerto de contas. A literatura pessoal, por excesso de maquiagem, e por recorrência frequente a várias formas de prótese, tende a ser uma edificação enganosa a serviço da egolatria. Enredada na própria peripécia individual, a fraqueza do proselitismo solitário supõe substituir o vigor do olhar solidário.

E não se pode dizer que tudo fora rosas no caminho dos Amados. Às vezes, eles foram menos amados: pela ditadura, pela tirania, pela intolerância ideológica. Nem por isso, deixaram de acreditar, insisto, nem perderam a esperança. Em que pesem as frequentes trapaças de uma democracia para inglês ver, sem legitimidade e sem vontade.

O *Chão de Meninos* reconstitui o percurso humano, social, político, de Zélia Gattai, e o seu personagem principal é Jorge Amado, esse exemplar criador de personagens. Mas na cena espaçosa dos Gattai Amado os amigos são sempre bem recebidos, alvos de atenções especiais, e nunca extensões de aventuras personalistas ou motivos para rememorações tendenciosas.

O texto de Zélia Gattai está vacinado contra esse vírus do exibicionismo. Um saudável contraponto de cenário imediato e horizonte histórico, de sonho político e realidade nacional, orienta e conduz o trabalho narrativo. A cotidianidade, quando vivida enraizadamente, é o minuto e a permanência; mais do que a usura, é a partilha, talvez a doação. Somente os livros votados a essa proeza silenciosa são capazes de nos acompanhar para sempre. É o que acontece com estas rememorações vincadas sobre a memória da vida.

IV

O memorialismo construiu uma sólida tradição no Brasil contemporâneo. De Joaquim Nabuco a Pedro Nava, se sucede um elenco de memorialistas altamente qualificados. E diversificados. Como a Literatura Brasileira de uma maneira geral. Uma literatura só é grande quando consegue ser diversas literaturas; quando elabora a sua identidade com pedaços de diferenças fecundas. O que desaconselha as comparações excludentes, que tanto seduziram os nossos estudiosos, tomados de um espírito competitivo digno das disputas olímpicas. A mais frequente dessas competições opunha José de Alencar a Machado de Assis. Em vez de celebrarmos os dois, estimulávamos uma contenda ociosa e criticamente insustentável. Felizmente para a Literatura Brasileira, ou “graças a Deus”, como diriam os “anarquistas” de Zélia Gattai, os dois, Machado e Alencar, prosseguem cada vez mais de pé. O mesmo parece acontecer com os nossos memorialistas. São múltiplos e versáteis. E juntos consagram essa espécie literária na nossa contemporaneidade. Devemos incluí-los, em nome da diversidade, e jamais excluí-los, a pretexto da pureza estética, que é tão perigosa quanto a purificação étnica, de triste memória na recente Europa Central.

Zélia Gattai sabe — e pratica esse saber — que nada se levanta e caminha sem a memória, o esquecimento e a esperança. Energias simultâneas na condução do projeto humano. Nas memórias mais difundidas, há sempre uma espécie de filtro intelectual que, sob o argumento de selecionar, corta o fluxo natural da vida e, com alguma frequência, se instala e se degrada no ressentimento. Não é o caso da autora do *Jardim de Inverno*, Aqui a memória tudo faz para tornar o fluxo vital mais gregário, mais salutarmente contagiante. Por isso, memória da vida e vida da memória são termos complementares do acontecimento primacial, tanto mais porque partilhado e procriativo. Não é verdade que o amor cega. Ele amplia a visão. E dedicadamente abre passagem para a esperança.

V

Sob os auspícios da Bahia, o mar, a terra, o interminável revezamento das cores, mais o inegociável compromisso com a liberdade, ela adicionou ou refortaleceu o sopro da esperança. Não a esperança abstrata, alguma quimera

extraviada no tempo e no espaço, mas o possível concreto, o amanhã hoje. Ela é cada vez mais quatro: Zélia, Jorge, João e Paloma. Já não o quarteto da Alexandria, porém o quarteto da Bahia, peregrinando pelos quatro cantos do mundo. Não ousaria excluir dessa radiografia do afeto James Amado, narrador de minha predileção, veraz e incisivo, principalmente em o *Chamado do Mar*. Essa unidade indivisível, em quaisquer que sejam as indicações da meteorologia existencial, resistiu às curvas imprevisíveis do acontecer histórico.

As linguagens obsessivamente introspectivas se detêm e se retêm nas relações fechadamente pessoais. A baixa temperatura afetiva desse tipo de produção textual costuma ignorar os incontornáveis efeitos do afeto e, por outro lado, atirar a memória nos braços do ressentimento. O memorialista autista olha sem ver e fala sem ouvir. Tudo o contrário do que faz Zélia Gattai. Aí o que se observa é a literatura na primeira pessoa, com os olhos abertos para os movimentos e os gestos de todas as pessoas. Alguma coisa como *A Casa do Rio Vermelho*.

Por isso, estamos diante de uma literatura de testemunho e jamais de testamento. O testemunho é a obrigação responsável de depor perante a História. O testamento é a ambição temerária de conduzir a posteridade. Por isso, o testamento interrompe, enquanto o testemunho leva adiante.

VI

Convivi com Zélia Gattai e Jorge Amado nos mais diferentes cenários. No Rio de Janeiro dos Anos Dourados, da Bossa Nova, do Cinema Novo, quando implementávamos imaginariamente a coluna de José Mauro Gonçalves, na *Última Hora*. No Recife, realizamos, em 1960, o I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária. Foi quando trouxemos Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir ao Brasil. Estava por essa época lançando a *Revista Tempo Brasileiro*, e Simone, instada por Zélia, a ela respondeu: “Podem traduzir tudo o que vocês quiserem do *Les Temps Modernes*.” Foi o que fizemos. Na Alemanha, em reunião frankfurtiana de 1970, debatemos a realidade e o dilema da Literatura Latino-Americana, juntamente com Miguel Angel Astúrias, Gabriel García Márquez, Adalberto Ortiz, Adonias Filho, Mário Vargas Llosa, Rafael Gutiérrez Girardot, Jorge Edwards, Manuel Puig. Em Portugal, nem se fala: com Ferreira de Castro, Fernando Namora, Alvaro Salema,

Antônio Alçada Baptista, José Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, José Carlos de Vasconcelos, e tantos outros companheiros de ofício. Foi assim sempre, e em diferentes geografias – *Oropa, França e Bahia*. Em todos os instantes, o jogo tenso de liberdade e esperança. Na independência dos países africanos, na prolongada guerra fria, no governo JK, na renúncia de Jânio, no parlamentarismo clonado, na queda de Jango, na irrupção militar, na campanha pelas “diretas”, na eleição de Tancredo e Sarney, na Comissão Afonso Arinos por uma Constituição renovada, estávamos juntos, lado a lado e o tempo todo, movidos pelo velho sonho democrático, que nunca entendeu democracia sem justiça social.

VII

Enquanto isto, os “chiens de garde” do purismo literário instalavam e faziam progredir o supremo tribunal da alta Literatura. Um tribunal evidentemente sem direito a recursos, onde juízes apressados – não se sabe até hoje com que mandato e qual legitimidade – pronunciavam sentenças categóricas. O governo ilegítimo e dissociativo da alta Literatura pratica uma espécie de terrorismo de Estado, a serviço da exceção cultural. Esses magistrados sem magistratura investiam as suas economias intelectuais – modestas, diga-se de passagem – na Literatura plena, resíduo de tempos opulentos, sem perceber que, com a aceleração dos tempos modernos, a fartura foi se debilitando, e a plenitude se desplenificando.

Antônio Carlos Jobim, poeta e compositor por todos aclamados gostava de se referir, com muito espírito, a certa insatisfação interna diante do êxito externo dos nossos compatriotas. Como se sucesso de público fosse sinônimo de insucesso inventivo. Supondo talvez que, quando o êxito entra por uma porta, a qualidade sai pela outra. Provavelmente traço arcaico do subdesenvolvimento combatido, porém ainda larval.

VIII

Por essas e outras, Zélia Gattai fez a opção mais ao seu feitio e ao gosto das multidões que os Gattai Amado sempre souberam respeitar. Em vez da

Literatura para escritores, a Literatura para leitores – para o leitor médio produtivo, dirão alguns. Daí a sucessão interminável de reedições. Nada a ver com os escritores confidenciais, insulares, que escrevem para si, para o seu prazer egoísta, ou para os sócios privilegiados de algum clube fechado. Zélia Gattai fez o percurso inverso. Das memórias à Literatura para crianças e jovens à *Crônica de uma Namorada* ou ao *Códigos de Família*, o leitor é o tempo todo convidado para participar do encontro afetuoso, espontâneo e particularmente valorizador de sensações e experiências recolhidas no dia-a-dia, graças ao alcance perceptivo e sensorial da narradora que jamais concedeu ao heroísmo balofo e claustrofobo. Ela entendeu cedo a necessidade de abrir as janelas e deixar o ar circular. Isto é a vida. Por isto, o leitor reoxigena o autor. Em nenhum instante, ele deve ser descuidado.

Foram os seus leitores, fiéis e entusiastas, que trouxeram Zélia Gattai Amado até aqui, para que merecidamente transpusesse a porta grande da Casa de Machado de Assis.

Discurso do
SR. RAYMUNDO FAORO

e

Resposta do
SR. EVANDRO LINS E SILVA

*Sessão solene extraordinária
do dia 17 de setembro de 2002*

I

DISCURSO DO SR. RAYMUNDO FAORO

Muitas são as perspectivas, muitos são os caminhos, concomitantes ou sucessivos que iluminam a personalidade literária e política de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho – o Dr. Barbosa para os amigos e admiradores que dele se aproximavam. Os múltiplos caminhos e as perspectivas se irradiam de uma coluna permanente, à qual voltaria sempre, quaisquer que fossem as digressões de sua longa, acidentada e muitas vezes inesperada trajetória. Durante noventa anos, desde os treze, adolescente e ginasiano, até os cento e três – no último dia de sua vida, o *Jornal do Brasil* publicava seu artigo dominical. A aventura dos treze anos, com a fundação de um jornal próprio, pomposamente chamado *A Verdade*, ainda que efêmera a folha, revela e prenuncia a vocação que bate à sua porta com imperioso e estridente chamado. Logo que começa a frequentar a Faculdade de Direito, curso que concluiria com a láurea acadêmica, passou a colaborar para os grandes jornais do Recife, de São Paulo e Porto Alegre. Seus anos de aprendizado, nos quais experimentou as forças, como fazem os bons soldados – diz Severim de Farias – “que antes da batalha, se exercitam em pelejas e escaramuças fingidas, para depois se acharem adestrados nas verdadeiras”. Esse soldado começaria seu combate com as insígnias de marechal já inscritas, mas ainda não visíveis, em sua inquieta e vigorosa palavra. Esse homem longo, saudável e sempre lúcido, não foi um estudioso voltado exclusivamente para os livros, longe do mundo e da vida. Praticou esportes, como jogador profissional de futebol, intrépido e legendário nadador das praias de Olinda. Suas longas e semanais conversas com João

Saldanha, por ele levado ao Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa, se desenvolviam como se fossem entre profissionais.

Recém-saído da Faculdade de Direito, com o domínio do francês, inglês e italiano, preparou-se, com a dedicação de todas as horas, com o sacrifício da pobreza decente de uma casa que precisava de sua ajuda, para o concurso de direito internacional público, já aberto, na secular e tradicional Faculdade de Direito do Recife, herdeira da Faculdade de Olinda. Sua tese, já pronta, versando sobre os bens dos beligerantes, com a qualidade dos trabalhos que resistem ao tempo, não serviria ao fim visado. Jamais revelou a ninguém as circunstâncias e o nome do concorrente, para o qual se voltaram as atenções professorais, que consagravam um candidato e sumariamente excluíam outro. Somente quarenta anos depois, graças ao seu admirador Anísio Teixeira, teria a sua própria cátedra, desta vez dedicada à história das doutrinas econômicas. Os estudos econômicos deram-lhe outra e mais profunda noção das grandes questões nacionais. Mas, ainda que nunca tivesse revelado como se deu a sua preterição na Faculdade de Direito, não é difícil saber o que houve. Uma verba testamentária, dispondo sobre o que era indisponível, um sobrenome que cativou os seus juizes, fechou-lhe as portas à mais legítima das ambições. Ele, sempre combativo e sempre pronto ao combate, não se resignou a esperar outra oportunidade, nem se resignou ao que parecia um decreto do destino. A fortuna, nos seus caprichos e infidelidades, deusa esquivada e carregada de surpresas, o abandonou. O lutador cingiria outra armadura para o próximo confronto. Decidiu dar adeus ao Recife, para nunca mais voltar a nele se fixar, salvo no curto espaço de seu curto e mutilado governo, muito mais tarde. E bem possível que a doce paz acadêmica tenha vislumbreado no jovem candidato o ar de insubordinação e desafio que o distinguiu durante toda a vida.

No Rio de Janeiro, onde chegou em 1921, o *Jornal do Brasil* lhe abriu as portas, inicialmente na reportagem, elevando-o, pouco depois à editoria política. Este um vínculo, raro em nosso país, que dura noventa anos, sempre acolhido pelo jornal, ainda que contrarie a linha que este adota. Vivia o país, nesse tempo, um curso reacionário, ditado pelos três últimos presidentes antes de 30 – Epitácio, Bernardes e Washington Luis. Barbosa Lima, exemplar raro em sua geração, passou incólume entre os extremos que se geravam com a recepção da revolução soviética. Dentro de sua fortaleza liberal, saiu em defesa

da liberdade de imprensa, duramente atacada pelos legionários da reação, movidos pelo medo da mudança do mundo e, em particular, de seu castelo de mandonismo e asfixia política, protegida pela política dos governadores, com o poder de eleger um congressista, tivesse ou não votos, bem como de negar acesso a outro, ainda que majoritário.

Arrancado de sua província, sentir-se-ia, ainda que propícia a carreira, profundamente magoado e ferido pela indesejada inflexão de seus planos de vida. Quisesse ou não, daí por diante seria um exilado, com o olhar que vê o tempo e o mundo de modo indireto, imantado ao futuro e cego ao presente. Na cidade da eterna dor, onde convivem os exilados e os condenados, um pai desesperado, embora com a estrada do futuro aberta diante de si, pergunta se o filho ainda vive, *non fieri le occhi suoi la dolce lume*. Mais adiante, o poeta tropeça com outro florentino, ansioso pelas notícias de sua gente, murado pela condição de exilado — *noi veggiam, come quei c'ha mala luce le cose... che ne son lontano*. Vê as coisas que estão longe, no passado, mas, sobretudo, com a claridade de escassa luz, o futuro. Esse lance, poético pela origem, condicionará a visão cultural de Barbosa Lima, que passa ao largo da fantasia ou da hipótese. Charles Renouvier, num livro de 1876, *Uchronie*, recentemente reeditado, revela o código e a chave dessa incongruente dança do tempo. Nas asas da uchronia — o tempo livre do passado, do presente e do futuro —, construirá as suas utopias, transformando a História numa obra de imaginação, com alicerce na esperança. Em três momentos, os momentos culminantes de seu itinerário intelectual, fixados num retrato não biográfico, encontrou Barbosa Lima o tempo, recriando o passado, deformando o presente e elevando, por obra do futuro, a mais significativa utopia do seu tempo e da nacionalidade. Os três momentos estão situados em montanha de luz — cada vez que delas nos aproximamos, mais distantes ficaremos do destino. Quando se situa fora dos momentos significativos de sua imaginação, desenvolve digressões, que não significam evasivas, nem desvios de seu curso intelectual, mas atividades em que não dispensou o ceticismo, ou nas quais faltou a continuidade ou o empenho de toda uma vida. Seriam acidentes, que seu talento qualificou e engrandeceu — ou, na verdade, um percurso que poderia ter evitado, sem fragmentar a personalidade. Estão, na rubrica das digressões, a estação do poder, o diálogo com os mortos, audível no pórtico da cadeira número seis, que liberalmente me confiastes, e, finalmente, sempre com louvor, seu combate jurídico, incapaz de abalar as

pressões de poderosos grupos estrangeiros, ramificados em todos os poderes e instituições do país.

Perdida e dilacerada sua identidade pernambucana, forçado ao exílio, embora vitorioso, criou, organizou e dilatou, com outro barro, o ducado de Próspero, que seria o refúgio mítico de sua mocidade e a saudade de sua velhice. Nunca mais conseguiria, daí por diante, encontrar a sua terra e a sua gente, senão pela imagem do espelho que estaria em seu lugar. A ilha de Próspero será uma utopia, sem levar em conta a mácula que a cobre, por força de certa teoria, que, murada numa fortaleza havida por inexpugnável, quis desqualificar todas as outras. É claro que a utopia está em lugar da realidade social – a furtiva realidade social, sempre buscada e sempre oculta. A utopia – conforme é assente – configura a incongruência com o estado real da sociedade. É necessário para que a utopia adquira fisionomia que transcenda a realidade, destruindo ou desfigurando o quadro que a reflete.

O ducado de Próspero tem fronteiras móveis e elásticas. Vai do São Francisco ao Maranhão, recriando a hegemonia pernambucana, que se fixou no século XVI. Onde está a utopia nos seus três livros de história, dedicados à sua gente e à sua terra? Onde está a utopia em largas e elegantes narrações, fieis às fontes documentais, onde não se permitiu romancear os fatos ou dar curso à fantasia? Para que a conversão se manifeste – a que vai de Pernambuco às fronteiras da ilha de Próspero –, basta procurar um perfil e reanimar traços apagados. Com finura e sem ostentação literária, inverteu a perspectiva da História consagrada. Nos relatos e nos estudos da História, ainda que o autor seja Oliveira Lima, situam-se as revoluções, as agressões à ordem constituída, como se fossem máculas, infiltrações de ideias estrangeiras, onde não faltará, no fim do século XVIII e começo do XIX, a presença do jacobino. Barbosa Lima leu de forma contrária o curso da História: nas entrelinhas de sua narração, o papel nobre está ocupado pelas revoluções e são elas que ditam o ritmo do passado. Num lance marcado, em alguns passos, pela sutileza, o passado se converte no futuro – completando-se a ucronia, que está na base da utopia. As revoluções são a História – o passado oposto a elas são a excepcionalidade, o perverso quotidiano que assombra o tempo presente. As revoluções se condensam no canto de Ariel – as duras repressões, particularmente a de 1824, expressam a voz mal articulada, violenta e feroz de Caliban. Na vindicação da hegemonia pernambucana, ao Norte e ao Sul, o território está em segundo

plano. O ducado de Próspero se faz com homens que abriram um rumo novo ou um corajoso rumo na construção nacional. Nesse elenco, avulta Evandro Lins e Silva. As suas raízes pernambucanas se prendem na linhagem dos grandes intelectuais pernambucanos. Basta citar, entre sua gente e na sua família, a palavra de um jurista, João Barbalho, cujos comentários à Constituição de 91 tiveram a mesma valia do que o texto comentado. Teria sido seu precursor no Supremo Tribunal Federal, onde mais de um membro de sua família ocupou as cadeiras, nem sempre imunes ao poder desenfreado de abusivos governantes. Seu maior título não virá da consagração profanada da mais alta corte de justiça do país, mas da advocacia, cujos clientes, os dissidentes políticos, encontraram nele, longe de qualquer preocupação material, um baluarte em defesa da utopia de Próspero. Espera-se, para que o país melhor o respeite, a publicação de suas memoráveis defesas, esquecidas pela indesculpável modéstia do exemplar advogado, que sacrificou sua mocidade, o bem-estar de sua família, com a compreensão de sua companheira única, em favor do país — o país que deve estar sempre de pé, apesar dos abalos que o sacodem.

O construtor de utopias nunca deixou de ser o jornalista Barbosa Lima, devotado à sua classe, ocupando nos anos vinte a presidência da Associação Brasileira de Imprensa, que seria, por vinte anos, a paixão de sua velhice combativa. Percorreu todos os degraus do jornalismo. Na reportagem, inventou a notícia — selecionou e garimpou os fatos, que são cegos, e lhes deu a expressão que cala qualquer dúvida possível. Ele não foi o jornalista que morre todos os dias, sem ultrapassar a fugacidade da notícia. Jornalista literário, com a qualificação de seus títulos, egresso da ficção, que abandonou para melhor se dedicar às questões nacionais, não se limitou ao cotidiano, nem à pressão da hora. Os estudos de Antonio Olinto e de Alceu Amoroso Lima, que merecem reedição conjunta, não se desenvolveram em outras reflexões, capazes de qualificar o jornalismo literário, presente em outros países. Há alguma coisa que caracteriza o que jornalístico do que é não jornalístico, alguma coisa indefinida, à espera de quem a caracterize. Por que os *Dez Dias que Balaram o Mundo* é jornalismo e por que *O Mais Longo dos Dias*, que descreve o desembarque na Normandia, não o é. O primeiro revelou uma realidade nova, ou uma versão nova de um movimento social já conhecido, enquanto o outro tardou em manifestar uma versão já conhecida. O major acontecimento, posto diante de Barbosa Lima jornalista, entregue ao seu dia a dia, será a Revolução de 30.

Como a viu? Haverá alguma distorção oblíqua, alguma sombra que não lhe permita vê-la, numa dimensão linear, ferido pela incapacidade de recriar o presente tempo, o tempo que está diante dos olhos, sem se perturbar com *le cose che son lontano*? Inesperadamente, para o homem que iria, mais tarde, atuar politicamente dentro de sua dinâmica, o movimento maior de seu tempo se traduziria numa sátira. A Revolução de 30 – *A Verdade sobre a Revolução de Outubro de 1930*, publicado em 1933, viu na mudança de comando apenas um setor oligárquico que se desgarrou do eixo, para, unindo-se a outro dissidente, impor pelas armas um governo que seria novo na aparência, na verdade velho, tão velho como a República. O tom satírico, retratando, com finura e graça, o tentador mor, Antônio Carlos, o dito chefe civil da Revolução – o homem que pedia a revolução do alto, antes que o povo a fizesse. Getúlio Vargas, o caudilho cerebral, era o espírito do despistamento. Seria verdadeiramente surpreendente se o observador político atilado, não tivesse percebido a dinâmica revolucionária, que, desfigurando-a subjetivamente. O quadro subjetivo corresponde a um quadro social objetivamente existente: a revolução, na véspera de 32 – época que o jornalista fixou – não vivesse um impasse. A sátira, condenando duas cidades sem o predomínio de uma ou outra, realiza, dentro de si, refere Hegel, uma pauta dupla, incapaz de superação. Aludem os estudos hegelianos, desenvolvidos além do campo da estética, que a realidade, ao viver simultaneamente duas oposições inconciliáveis, gera monstruosidades sociais. Tenha-se em conta que a pauta dupla, produz, além da sátira, a utopia. Toda utopia literária uma sátira, mas nem toda sátira uma utopia.

Entre a sátira, em 1932, e a suprema utopia que sua inteligência iria criar, Barbosa Lima esteve em muitos lugares. Em nenhum momento, recolheu-se à sua biblioteca, como se a ação o entediasse. Ele vivia e respirava o universo político, a inquietude do jurista e advogado, o inconformismo de todas as formas de crítica – literária e social. O jornalista, apaixonado por sua profissão, ocupou, ainda não entrado em anos, a presidência da Associação Brasileira de Imprensa, que passaria, a partir de 1978, a ser a sua casa vitalícia. Nessa altura, continuava a ser o mais árduo combatente do nacionalismo brasileiro, deixando atrás de si a política e a advocacia. Coube-lhe o mérito único de reivindicar, na Procuradoria do Estado da então Guanabara, a reversão gratuita dos bens que a *Light*, prestes a findar o prazo da concessão, vendera, dilapidara ou doara a conhecidos construtores. Finda a concessão, o governo bra-

sileiro indenizava a *Light* em duzentos milhões de dólares, cujo destino a revista *Fortune* revelou humoristicamente. Um aventureiro comprou as ações da ex-concessionária, apropriando-se dos duzentos milhões de dólares em caixa, com menos de dois por cento do que se pagou.

Em 1978, eu presidente nacional da OAB, ele da ABI, unimos nossos esforços na direção da abertura do regime militar por meio de uma fresta na sua estrutura inabordável e monolítica. A resistência à ditadura compunha-se de um núcleo de sinceros e devotados lutadores, cercados por uma coligação de suspicácias. Havia uma casta atuante, composta de patrulheiros, que velavam pela nossa pureza democrática. Eles estavam certos à sombra dos combatentes, poderiam construir seus ninhos, à direita, numa árvore que dá acesso pela escada da esquerda. Eram as vocações de almocreves. Passada a emoção daqueles dias, vencidas as angústias das incertezas, apagadas as mágoas da incompreensão, podemos dizer que fomos os *happy few*, que poderiam dizer, como os capitães de Henrique V, que estiveram na nossa Agincourt, a Ordem dos Advogados. Leguei Barbosa Lima aos meus sucessores que lhe testemunharam todas as homenagens maiores de nossa confraternidade. Chamaram-no para, ao lado do presidente da OAB, assinar a petição do *impeachment*, providência que se impunha à dignidade dos brasileiros, depois que Mino Carta, na chefia da redação da revista *Isto É*, apresentara a prova definitiva, concludente e irrefutável da corrupção que medrava no centro do poder.

Barbosa Lima, pelo espaço de trinta anos, exerceu a política, identificando-se com as grandes causas nacionais às de seu Pernambuco. Goethe, que sabia muito de poder numa conversa com Eckermann, observou que o poder é estéril. Na fábula bíblica das árvores, conta-se que as árvores, fartas de agressões e fartas da desordem, decidiram constituir um governo que lhes regesse o destino. Voltaram-se, encantadas com seu porte, ao cipreste, que lhes respondeu não poder abandonar sua função, a de velar pela paz dos cemitérios. Decidiram chamar a oliveira, que recusou o encargo, dizendo que estava ocupada na produção das azeitonas. Seguiram-se as recusas da videira e figueira, até que encontraram no espinheiro, que nada produz, o candidato ideal. Mas tem acontecido que muitas oliveiras se deixaram seduzir pelo poder, ao preço da produção das suas azeitonas.

Aos quarenta anos de idade, Barbosa Lima foi eleito, por esta Casa, para ocupar a Cadeira número seis. A cadeira começa, com um mito, o da infância feliz, no tempo da palmatória, e se encerra com uma utopia. O patrono, Casimiro de Abreu. Ainda hoje vivo na simpatia popular, é um dos poetas que morreram jovens, em torno dos vinte anos, ao lado de Álvares de Azevedo e Castro Alves, piedosamente evocados por Lygia Fagundes Telles, como os que morrem cedo. O elenco deveria abranger também Raul Pompeia, que saiu voluntariamente da vida aos 32 anos. O país não tinha lugar para os poetas, para os gênios e para seus artistas. Que restava a essa geração, que se vivesse, seria alvo da chacota dos parvos, senão a morte, o refugio na *undiscovered country*? O fundador da Cadeira, Teixeira de Melo, supôs ter encontrado a fórmula de ocultar sua condição de poeta – admirado por Machado de Assis –, enquanto exercia medicina em Campos. Se seus clientes suspeitassem que o médico escondia um poeta, fugiriam dele, suspeitosos de serem assassinados.

A figura que, na Cadeira, o fascinou, ao ponto de lhe dedicar, mais tarde um livro, foi a de Artur Silveira da Mota, o Artur Jaceguai, nome que adotou depois de aposentar o baronato. Ele sentiu, filho do planalto paulista, o britânico chamado do mar, – *run away to the sea* – romanticamente, no leitor e tradutor de Byron, o homem que escolheu, num rapto consentido, a companheira de toda sua vida. Na passagem do Humaitá, não era ele o destinado a afrontar a fortaleza. Mas, para que o ataque não se frustrasse, desafiou os fogos da fortaleza, em feito indisciplinado e vitorioso. Jaceguai era um patriota, não um nacionalista, termos que Barbosa Lima nem sempre distingue, em seus numerosos escritos. As guerras holandesas defenderam o patriotismo, a revolução de 1817 tinha, em seu cerne, a nacionalidade. Ele amava sua pátria, à qual se devotou, sem se deixar confundir com os que dizem obedecer à pátria, esteja esta certa ou errada, seja justa ou injusta. Como a pátria não fala, nem sequer ao ouvido dos que a exploram, eles servem todos os ditadores, todos os corruptos, todos os opressores que se escondem, num gesto extremo de canalhice, debaixo de um nome supostamente sagrado.

Esses patriotas, aprendizes de servos, seriam repudiados pelo General Eisenhower, que dizia não querê-los em seus exércitos, compostos de homens livres e de cidadãos responsáveis. O mais ardoroso de nossos patriotas, Afonso Celso, conseguiu organizar o patriotismo, levando-o ao ridículo, em *Porque Me Ufano de Meu País*, que o livro de Euclides da Cunha viria a abalar. Se

nos afrontassem com a glória dos homens do mundo, deveríamos responder com as belezas do país, com grandeza de seu território, com o majestoso Amazonas, assim como outras veneráveis sandices.

Que não falte uma palavra sobre Goulart de Andrade, alagoano, como o mestre da poesia e da prosa, que é Lêdo Ivo. Goulart de Andrade sabia tudo sobre poesia e sobre prosa, devotado aprendiz da última grande geração boêmia. Poeta de um tempo de transição, não manteve, depois da morte, a extraordinária nomeada que lhe devotava o Rio de Janeiro.

Liberto da lida política, que, em certos momentos lhe despertou o ceticismo, o ceticismo do chefe que manda mas sabe que não ele que manda, mas a função pública que momentaneamente representa. Marcos Vinícios Vilaça o surpreendeu num telegrama eleitoral, com todos os temperos de quem dá ordens e com a certeza da lealdade diante do poder. Liberto das atividades jurídicas e de suas decepções e liberto de todos os vínculos com o rei Creonte, o que lhe permitia auxiliar o combate de Antígona, reclamando a justiça social, sem a qual, diz Santo Agostinho, não há paz, partiu para a construção da nacionalidade, na mais pura chama que jamais ardeu na inteligência de um brasileiro.

A avaliação do nacionalismo, vista desde 1968, data do livro que o despertou da hipnose de um falso país, será decepcionante. O nacionalismo nasceu no fim do século XIX e começo do século seguinte, no momento em que as classes e os grupos sociais de toda índole dissolvem as amarras que não permitiam se mover dentro da sociedade estagnada. Esta a hora dos nacionalistas, a hora que as nacionalidades emergem e se engrandecem. Dois foram os nacionalistas dessa primeira hora: Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Não será presunção desta Casa anotar que Machado de Assis foi a testemunha, que se esconderia na casca do observador, do nascimento da nacionalidade. Em 1858, acentuou que, feita a independência política do país, ainda continuávamos alheios a nós mesmos, não existíamos culturalmente, reflexos sem crítica das metrópoles. Mais tarde, reconheceu a existência de um certo *instinto de nacionalismo* — o que está longe de expressar a nacionalidade. Nossos proto-nacionalistas, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, identificariam, principalmente o primeiro, no *bando de ideias novas* que esvoaçou sobre o país, do Norte para o Sul, criou as bases para que a nacionalidade se condensasse e tomasse consciência de si mesmo. Identificou como essência da nacionalidade os cantos e contos populares, fugindo da cultura erudita, das imitações servis. Euclides da

Cunha, num livro que abalou – e ainda hoje e abala – o país, encontrou a nacionalidade fora do litoral, na cultura e na etnia do sertanejo. A manhã promissora durou pouco, mas não foi decepcionante. Não foi decepcionante, porque os próprios portadores da boa nova vieram a público para dizer que o projeto nacionalista era, ao seu tempo, irrealizável.

Numa noite solene, na Academia Brasileira de Letras, casa sempre havida como retirada das emoções públicas e alheia ao debate político, no dia 18 de dezembro de 1906, desmentiu sua nascente tradição de absentismo. Euclides da Cunha ingressava na Academia, recebido por Sílvio Romero. Na mesa, presidindo-a, Afonso Pena. Ao seu lado, sem demonstrar nenhuma emoção, estava Machado de Assis. Euclides da Cunha denunciou o parasitismo de nossa gente, deixando-se levar por coisas novas, bizarras e coloridas postas no mercado por outras nações. Faltava-nos tudo – faltava-nos a Sociedade e faltava-nos o Estado. O Estado brasileiro “reconstruiu-se pelas cimalthas, arriscando-se a ficar nos andaimes altíssimos, luxuosamente armados”. Em outras palavras: não tínhamos História – éramos meros epígonos de uma história que se tornara inadequada ao nosso tempo, herdeiros de um tempo excêntrico. Sílvio Romero bateu com mais energia: batia na tecla patrioteira do “paraíso terreal, da minha terra tem palmeiras”... A reforma de que carecia o país frustrava-se ao “reformular pelas cimalthas”, isto é, mudar e corrigir de cima para baixo, sempre longe do país.

Sílvio Romero provocou sério desconforto no Presidente da República ao desqualificar as reformas de seu antecessor, Rodrigues Alves, e ao atacar a elite palreira que ocupava o centro das decisões políticas. Culminou pelo reconhecimento de que nos faltava Povo – no sentido de povoamento e de densidade política.

A carência de Povo e o excesso de Estado não impedem a emergência do nacionalismo, na verdade um nacionalismo de traçado peculiar, mas não desconhecido na História. Tratar-se-ia, para reproduzir uma imagem de Euclides da Cunha, de um nacionalismo com forma de anticlinal, termo cunhado pela presença de Antônio Conselheiro na sociedade artificial da república nascente. Correspondia ao surgimento inesperado de camadas rochosas antigas removendo as mais recentes. Sempre que nacionalismos são impostos de cima para baixo. Sem corresponder à sua exigência social, provocam uma anticlinal, trazendo à tona categorias sociais desprezadas, sequiosas

de vingança, encarnadas em líderes anacrônicos. A nossa imperfeita nacionalidade nos surpreendeu com algumas tempestuosas anticlinais.

A conjunção das deficiências indicadas por Sílvio Romero e Euclides da Cunha impediram que nosso nacionalismo tivesse uma linha contínua, cortado por ondas desconstruídas e erráticas. Dentro de seus ímpetos, muitas vezes incoerentes, formaram base ideológica de empreendimentos vitais para desenvolvimento, como a siderurgia, o petróleo, a eletricidade, empreendimentos que contariam com a liderança ou a condução do Estado, em vista da escassez de recursos privados. A experiência demonstrou que essa via, ainda que onerosa, é a que menos compromete os usuários ou consumidores, ancorando-os a preços internos. O que se vê, na atualidade, que a globalização, há algum tempo prestigiada, hoje desmascarada, aliena a economia, desviando-a do seu núcleo renovador. Por outro lado, o nacionalismo imperfeitamente realizado apela para substitutos imaginários de sua completude. Os cavaleiros da Távola Redonda saem à demanda do Santo Graal à procura do santuário onde está o cálice da última ceia, consagrado por sangue e vinho. Os Lancelotes procuraram definir a identidade nacional – para Sílvio Romero oculta nos cantos e contos populares. Euclides da Cunha a viu longe do litoral, na imagem do sertanejo. Sérgio Buarque de Holanda a encontrou no *homem cordial*, Barbosa Lima na língua nacional. Lancelote, crivado de pecados, não seria digno da visão sagrada, sem que Percival ou *sir Galaad* se habilitassem para a conquista. Policarpo Quaresma, cujo fuzilamento seria a maior tragédia literária da república nascente, percorreu também seu caminho, na direção da sátira. Queria que, para afirmar a nacionalidade, o país adotasse a língua tupi-guarani.

Todas as linhas traçadas para construir o nacionalismo brasileiro não conseguiram configurar um desenho válido. O nacionalismo de ondas passageiras e fragmentos não teve capacidade para enfrentar os ataques que o afrontaram, estruturados sobre uma ideologia liberal, desnacionalizada e aqui incorporada ao sistema político e econômico.

Barbosa Lima, depois de uma longa jornada de trinta anos de nacionalismo sem espinha dorsal, deliberou criar sua utopia – fonte de futura ideologia. Resgatou Alberto Torres do túmulo conservador onde jazia, para retornar seu reformismo radical. Reconhecia que somos um país sem direção política e sem orientação social econômica. Embora Augusto Comte nunca tenha se

detido no estudo do nacionalismo, Barbosa Lima adotou as bases de sua crítica, particularmente no que diz respeito à organização e reorganização da sociedade. Não aceitaria, está claro, o agrarismo de seu modelo – que, como ele, não se preocupam em distinguir o nacionalismo do patriotismo: o nacionalismo seria um dever do patriotismo. Denuncia os obstáculos, desmistificando ideias e figuras consagradas. Retira da base da nacionalidade o cândido e bom Visconde de Cairu, que, ao ditar um rumo para a economia brasileira, baseou-se nos Estados Unidos – numa corrente que ele não sabia haver sido vencida. Pode-se dizer que nosso pensamento econômico repousa sobre a ignorância. Supondo que Jefferson e não Hamilton teria traçado o rumo da economia. D. João VI, que não lera Cairu, tentou dotar o país com uma siderurgia: o malogro técnico custou ao Brasil mais de cem anos perdidos. A ortodoxia – a inflexível cartilha que privilegiava a hegemonia exterior – deixou perecerem as indústrias de Mauá. Barbosa Lima queria que, em lugar de Cairu, estivesse Alexander Hamilton, que, nos Estados Unidos, com seus subsídios e empréstimos de banco para isso criado, gerou a indústria e criou o empresário. Num livro dedicado ao Japão, editado em 1973, demonstrou que o capital estrangeiro não é capaz de gerar os meios necessários ao desenvolvimento. Sem xenofobia, sem chauvinismo, sem patriotadas e sem ufanismo, criaria um novo nacionalismo.

Nunca, em nenhum tempo, se escreveu tanto com tanta profundidade sobre o nacionalismo do que nos últimos trinta anos. De Anthony Smith a Hroch, de Gellner a Benedict Anderson, e sobretudo de Liah Greenfeld, que demonstrou não haver nenhum país entrado na modernidade senão pelo caminho do nacionalismo, à monumental Enciclopédia de Nacionalismo.

Essa avalanche completa-se com os estudos que mostram as incongruências e as insuficiências da globalização, ora em maré vazante. O fundamentalismo de mercado, cercado de prestígio em seus primeiros momentos, não passa, na visão da atualidade, de uma falácia.

Quem era esse homem que viveu mais do que um século, cercado pelo respeito e pela admiração de seus contemporâneos? Foi, sem dúvida, um intelectual situado acima das classes e das ideologias. Mas, foi muito mais: foi o mensa-

geiro de uma terra incógnita, onde estariam banidas miséria e a injustiça. Sua mensagem falava à imaginação dos homens e despertava a esperança das gerações mais novas. A utopia que construiu move a História e exerce fascínio hipnótico sobre os que a conseguem ver. Mas a utopia que move a História não é a história: a utopia não é realizável, porque, se realizada, funda-se sobre o despotismo. O homem que foi capaz de desenhar uma época e construir os fundamentos de um país chamou-se – quando virá outro? – Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

II

RESPOSTA DO SR. EVANDRO LINS E SILVA

Carregado de sabedoria, santificado de honradez, ungido de brasilidade, morreu Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho após realizar a proeza de ter vivido em três séculos diferentes. Desencantou – diria Guimarães Rosa –, e dele acabais de traçar o perfil, nos moldes do ritual acadêmico, em magistral panegírico. Foi, realmente, um extraordinário exemplar humano, por sua dignidade, por sua intrepidez, por sua cultura, por sua autonomia, por sua coerência. Figura emblemática, pertenceu à Academia Brasileira de Letras durante mais de seis décadas, foi seu presidente e era seu decano.

Esse varão admirável não deixou fortuna, só um bem de raiz, a casa antiga, de moradia, bem simples. Dentro dela, alfaia modestas, nenhum adorno valioso.

O que ele acumulou, avaramente, a vida inteira, foi a biblioteca dispersada por todos os cômodos, em estantes bem cuidadas, livros primorosamente encadernados, os clássicos e os modernos, incunábulo raríssimos, prosa e poesia, alimento e bálsamo de sua curiosidade intelectual. Ávido e guloso de conhecimentos, abasteceu-se e regalou a vida inteira com os acepipes e iguarias dessa despesa, provedora contínua das exigências culturais de seu espírito.

Bens imateriais, deixou-os à larga, inumeráveis, as suas virtudes, caráter inamolgável, hábitos austeros de vida, o seu exemplo de homem símbolo como defensor intransigente da ética e da moralidade no exercício da função pública. Deixou ainda um legado muito valioso entre nós – o decanato – ao ilustre confrade Josué Montello, como se fosse um propósito do acaso para premia-lo, por seu amor a esta Casa, seu ex-presidente, maior historiador da

instituição e da vida e obra de seus vultos proeminentes, autor de uma obra literária, que o coloca entre os maiores escritores do país e de um finíssimo diário em que esquadrinha os fastos da Academia como se fossem os anais dos bastidores da nossa confraria, de presumidos letrados e videntes.

A vaga tinha um quê muito especial, era de um dos nossos abades, que prior já fora e aqui permaneceu mais da metade de sua longa vida, plena de grandes feitos, aureolado por um halo consagrador de autoridade e de respeito, que se projetava por toda a Nação, à qual serviu e defendeu ardorosamente, como jornalista e homem público.

Josué Montello assumiu automaticamente o galarim que lhe coube e seguiu a prática de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco, de atrair, convidar, convocar alguém de indiscutível envergadura para ocupar a cadeira que Barbosa Lima honrou e enalteceu durante mais de meio século. E teve a sabedoria de lembrar o nome de um intelectual, já consagrado pela própria Academia, quando lhe deu o Prêmio José Veríssimo, em 1959, pelo livro *Os Donos do Poder*, um clássico de nossa historiografia – o senhor Raymundo Faoro –, que hoje recebemos com gáudio nesta solenidade. Se digo que Josué Montello teve olho de lince na escolha é porque há muitos pontos de contato, parencas, similitudes entre sucessor e sucedido: ambos historiadores, ambos sociólogos, ambos cientistas políticos, ambos articulistas insignes da nossa imprensa, ambos bacharéis em direito, ambos advogados e, coincidência ainda maior, fizeram ambos a opção profissional pela defesa do erário, do interesse público, como procuradores do município e, depois, quando a capital se mudou para Brasília, do Estado do Rio de Janeiro.

Ao tomar conhecimento do convite, temi pela não confirmação de vossa aquiescência. Tocado pela razão e pelo sentimento, porque a predileção me pareceu sumamente bem inspirada, por vossa obra de pensador político, por vossos talentos, pela admiração que sempre nutri por vossa notável posição no cenário intelectual do país e, particularmente, por vossa atuação de sumo relevo, como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, quando desempenhastes um papel deveras importante para extirpar a ignomínia da tortura, que se praticava, indiscriminadamente, nos quartéis para onde eram levados os presos políticos, o que nos envergonhava ante nós mesmos e ante os olhos do mundo inteiro.

A Academia já vos esperava há muito tempo, desde quando vos concedeu a medalha José Veríssimo. Não sei de aceno tão expressivo como o que vos foi feito naquela ocasião.

Com a vossa inscrição, pela minha condição de advogado, que vos teve como *battonier* e sabia da vossa corajosa, inteligente e eficaz atuação, colocado em posição estratégica, no meio das trevas de uma ditadura, senti o dever e o contentamento de aliar-me aos partidários de vosso triunfo, tal o conjunto de qualidades que sei possuídes para honrar o galardão que ora recebeis. Éreis o diácono ideal, para ocupar o vazio deixado por vosso especial e admirado antecessor, tais os vossos títulos, como escritor primoroso, pelo estilo despojado e, ao mesmo tempo, terso e puro, de vossa obra, pelo conteúdo, extensão e profundidade de invejável cultura humanista nela revelados, e sem favor nem lisonja, por serdes um dos mais destacados intelectuais do Brasil contemporâneo. Por merecimento, já vos recebemos promovido, pelo consenso de vossos confrades, como um dos nossos abades, eleito, paradoxalmente, até pelo voto antecipado de Barbosa Lima Sobrinho, no PEN Clube, quando ali vos saudou, em discurso de recepção. Fiquei desvanecido com a honrosa missão de representar a Academia nesta noite de gala, com toda a pompa da liturgia instituída para a posse de cada novo companheiro de devoção à cultura da língua e da literatura nacional.

Afrânio Peixoto, um dos grandes desta Casa, em todos os tempos, ao discursar neste salão, quando o inaugurou, na sua presidência, deixou bem claro que “a Academia Brasileira recebeu de seus fundadores e da sua missão intelectual, a convicção que suas energias, individual e coletivamente, estão *a serviço da cultura nacional*” (grifo nosso). E, citando Aristóteles, evidenciou que o nosso papel não está limitado a esquemas apriorísticos:

O governo dos melhores, no sentido aristotélico, lá está na sua *Retórica*, é a aristocracia dos mais educados, mais polidos, mais cultos, mais letrados, que, portanto, podem pretender uma orientação eficaz da Pátria: na Academia, e pela Academia, não nos falece a ambição de que sejamos uma mestra de inteligente e liberal direção dos brasileiros, para os grandes destinos da Pátria.

Sendo, pois, uma casa da cultura nacional, a Academia não está indiferente ou cega à realidade social e humana de um mundo atordoado, à procura de rumos, no meio de uma difícil transição, talvez a mais dramática de sua história. Embora comedida e cautelosa, ela não é uma torre de marfim ou uma

redoma de santo e se tem pronunciado, no momento preciso, cauterizando o ato despótico e arbitrário de entidade congênere, através de um dos seus mais notáveis integrantes, o saudoso Alceu Amoroso Lima, figura exponencial da intelectualidade brasileira: “Quando vemos um Pasternak ser levado ao desespero e à morte pela intolerância de uma Academia, é que o espírito dela se ausentou, colocando-a ao serviço do Poder Absoluto e do fanatismo das novas classes.”

Ou, como observou a poeta Myriam Fraga, na Academia Baiana de Letras, às Academias

muito mais que guardiãs da sabedoria cumpre-lhes a função de medianeiras do conhecimento. Não uma fechada confraria, mas uma escola aberta à comunidade, uma diretriz e um exemplo. Não a imortalidade na inércia, mas a permanência no aperfeiçoamento e sua mudança. Impossível fugir à responsabilidade do intelectual frente às novas ameaças que afligem a humanidade. Neste momento a omissão é imperdoável. Às instituições, por seu poder de conduzir e desfraldar bandeiras, estará reservado um desempenho vigoroso no desdobrar do futuro.

Esta é mais uma razão de regozijo, Sr. Raymundo Faoro, por vossa presença entre nós, como grande cientista político, para debater e apontar os caminhos minados de riscos, cuja travessia é o pesado desafio feito aos homens de saber nesta hora crucial para a humanidade.

A GRANDE OBRA DO HISTORIÓGRAFO RAYMUNDO FAORO

O carro chefe de vossa obra, Sr. Raymundo Faoro, é, sem dúvida, o livro *Os Donos do Poder*, uma análise completa da formação do patronato brasileiro, publicado inicialmente em 1958, depois ampliado e refundido em 1974. Por uma armação caprichosa do destino, o inspirador principal das observações iniciais deste discurso é o vosso antecessor. Ao receber-vos, no PEN Clube, Barbosa Lima Sobrinho, partindo da epígrafe do último capítulo de *Os Donos do Poder* – “Uma Viagem Redonda – Do Patrimonialismo aos Estamentos” –, disse que teríeis ido “na companhia do sociólogo alemão Max Weber, que foi para vós, nessa excursão, como a presença de Virgílio para o poeta florentino. Quem sabe se não mereceu a mesma saudação enternecida: *Tu so lo mio maestro e il mio autore?*”.

Estamento: – esclareceis em vosso livro – quadro administrativo e estado maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos.” Já antes havíeis caracterizado a sua origem e a sua distinção da classe e da casta, como sendo palavra “incorporada ao português, por via do espanhol, derivada da mesma raiz da palavra Estado. *Status de stare* – foi sugerida na sociologia moderna por Weber. *Stand-der* – em alemão corresponde ao *état* francês... A tradução da palavra, visto que o conceito é hoje universalmente empregado, causa algumas perplexidades.

Com a vossa probidade intelectual e científica, deixais bem nítido, antecipando-vos a algumas “restrições veementes, talvez mesmo ásperas, que não vos impressionaram, pois que não podíeis ignorar que a História não consegue caber em formas de metal, fabricadas nas oficinas do apriorismo” (Barbosa Lima Sobrinho); vós dizeis que para Marx e Engels, ciosos do bom emprego do conceito *Stand*, comprometido com a realidade pré-capitalista – a burguesia moderna, atualmente uma classe, gerou-se do estamento (o “terceiro estado da política francesa) *anfangs seebst feudales Stand* ”... Clara, para eles, a distinção entre classe e estamento... E registrais, com justeza: “O dogma marxista vê na luta de classes o motor, o centro dinâmico da sociedade.” E provais, nesta síntese do Manifesto Comunista: “A história da sociedade até aqui existente é a história da luta de classes [...] o marxismo reduziu todas as forças sociais a um problema econômico. [...] Atente-se, todavia, que o conceito de classes para Marx e Engels compreende, sem negá-lo, o conceito de estamento.” E a delimitação do conceito de estamento é por vezes *veemente* nas palavras de Marx e Engels: “A burguesia, por ser uma classe (*Klasse*) e não mais um *estamento*, se organiza no plano nacional [...] reconhecem os autores, a independência do Estado das classes, devido a um estágio histórico no qual os estamentos não se convertem em classes.”

O tempo mostrou, com o seu simples decorrer, a incorreção, a injustiça e, especialmente, o erro dos críticos da vossa obra magnífica. O vosso antecessor já havia enxergado o despropósito desse erro. Barbosa Lima Sobrinho está movendo a minha mão para responder a vossos adversários, pois não havíeis pretendido ter achado a pedra filosofal, ou o elixir milagroso, ou o pó cabalístico, para produzir a verdade definitiva. As teses estão sempre sujeitas a debates futuros.

Mesmo os vossos críticos mais destacados fazem sempre a ressalva da importância de *Os donos do poder*, como Francisco Iglésias, que começa as suas observações, por vezes contrárias às posições do autor, neste tom, mais para encomiástico do que para demolidor, em linguagem sem insultos ou contumélia:

Publicado em 1958, o livro *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, foi a revelação de um autor, inscrevendo-se logo entre os indispensáveis ao conhecimento do Brasil. Teve alguns comentários – raros, que não há crítica no país – mas não a análise que merecia; pode-se dizer mesmo que conheceu alguma repercussão, o que não é regra em obras da qualidade da que surgia, sem qualquer concessão ou apelo à popularidade. Dada a modéstia do autor, avesso a aparecer e sem o mínimo de promocional, o livro fez carreira entre os estudiosos mais alertas, notadamente no meio acadêmico: os professores de Ciências Sociais, que o incluíram entre suas leituras básicas. Como esses professores são em número reduzido, que o quadro universitário nativo é convencional e pouco dado a leituras, a carreira não foi fulminante. Pouco a pouco, no entanto, era conhecido pelos especialistas, como se vê em sua frequente citação em quase todas as obras recentes.

Iglésias continua: “Ao questionar o destino que o autor lhe deu, se o fazemos é pelo respeito e até culto por obra que tanto marcou nos desperta desde seu aparecimento”. Destacando a vossa vocação para a literatura, Iglésias assinala, no início da longa crítica ao livro:

O escritor se manteve fiel ao estudo, dedicando-se à ciência social, o que o levou a escrever *Os Donos do Poder* sem desconfiar que produzia algo importante. Não abandonou a literatura, pois no que publica há alguém que sabe escrever, com segurança e estilo. E dedicou o volume a Machado de Assis, revelador de gosto refinado.

Em livro póstumo e recente, *Historiadores do Brasil*, editado no ano 2000, numa reunião de textos inéditos, Francisco Iglésias acentua o “lugar proeminente” de vosso livro, “já clássico na bibliografia, notadamente historiográfica”, e faz entusiástico elogio à obra e ao autor:

Suas virtudes são a extraordinária erudição, o conhecimento de ciências sociais que lhe dão instrumental interpretativo e originalidade de vistas, cujas hipóteses e conjecturas estão em aberta rebeldia aos padrões consagrados... *Os Donos do Poder* é análise sutil, em parte fundada em Weber e em Marx, além do domínio da melhor ciência política contemporânea. Sem falar no conhecimento da bibliografia de história do país, familiar ao

autor. Embora escrito por um jurista também cientista político, é obra eminentemente historiográfica, um dos exemplos mais notáveis de ciência social bem compreendida como totalidade. De fato, Raymundo Faoro é um historiador de primeira grandeza no limitado universo patricio. Mais que cientista social que fez história, é um historiador no cultivo da ciência social no seu todo.

E acrescenta a importância do vosso papel na presidência da OAB, que citaremos mais adiante, quando traçarmos o vosso papel de homem público para a redemocratização do país.

Respondendo a observações feitas sobre os comentários dos que vos queriam filiar servilmente ao notável sociólogo alemão, escrevestes: “Advirto que este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro as sugestões weberianas seguem outro rumo, com novo conteúdo e diverso colorido”, acrescentando que “se afasta do marxismo ortodoxo”.

Barbosa Lima Sobrinho já havia notado que

Max Weber vos deu apenas o método para a pesquisa, como quem empresta uma luneta para a observação de galáxias ignoradas. E havia, no fundo dessa preferência, a recusa de outro método, em que deveriam prevalecer os fatores econômicos, vendo na luta de classes o verdadeiro motor da História [...] Max Weber apenas vos indicou um caminho, e o percorrestes deslumbrado com os panoramas que iam surgindo à margem de vossas pesquisas.

É preciso não esquecer que o vosso antecessor refere um nome, de quem foi testemunha muito próxima da vossa segura participação em acontecimento importantíssimo da vida política do país:

E eu gostaria de recordar a palavra que ouvi daquele piauiense que tanto admirávamos, Sr. Raymundo Faoro, e que era Petrônio Portela. Conquistado pela vossa bravura, impressionado com a vossa cultura e vosso destemor, não conteve o entusiasmo, e nos advertia: – Tomem nota desse nome: Raymundo Faoro. É um dos grandes valores com que conta o Brasil.

Parece misteriosa, ilusória, imaginária, a coincidência desses dois acontecimentos em vossa vida. No PEN Clube, a cadeira a ocupar era a de Pontes Miranda, um dos mais facundos e fecundos juristas brasileiros, que também

foi nosso confrade, e cujo centenário há pouco comemoramos; aqui, ides suceder a quem lá vos saudou, Barbosa Lima Sobrinho, ícone da nacionalidade, figura apostolar, da veneração de todos nós, cidadão cuja morte desfalca o país de um dos seus filhos mais aguerridos na defesa dos interesses nacionais.

Da peroração feita lá, é só trocar o nome do antecessor. Ei-la, substituídos os nomes de Pontes de Miranda e do PEN Clube:

O que dá melhor a medida de nosso apreço, Sr. Raymundo Faoro, é menos a vossa presença ou a vossa escolha do que a sucessão dessa extraordinária figura de Barbosa Lima Sobrinho quando a Academia Brasileira de Letras procurava alguém que dignificasse o posto que viria ocupar, e pudesse prestar, ao seu antecessor, com a substituição, a homenagem que ele tanto merecia.

MACHADO DE ASSIS – *A PIRÂMIDE E O TRAPÉZIO*

No estudo sobre Machado de Assis, revelais ser um dos mais profundos conhecedores de sua obra e nele fazeis um verdadeiro trabalho de ourives, no exame detalhado dos tipos e personagens, que ele criou, através dos quais retratais o seu interesse e preocupação com os problemas políticos e sociais do seu tempo. De começo, advertis que o vosso livro tentará “desvendar, atrás do papel teatral, as funções sociais e espirituais do escritor”, “não o homem e a época, mas o homem e a época que se criaram na tinta e não na vida real”. E para que o leitor melhor compreenda o sentido da obra, no tempo e no espaço, esclareceis:

Nítidamente, há uma estrutura de classes – banqueiros, comerciantes e fazendeiros – sobre outra estrutura de titulares, encobrimo-a e enfumacando-lhe os contornos. É a camada da penumbra que decide os destinos políticos, designa deputados e distribui empregos públicos... a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes a classe perde sua autonomia e desvia-se do seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado.

Fazeis uma observação, atualíssima para os dias de hoje, para a era em que vivemos, da globalização da economia, em que o mundo está engolfado: “Há uma sociedade de classe em plena ascensão, cifrada, nas expressões mais gloriosas, nos banqueiros, nos prósperos comerciantes, nos capitalistas donos

de rendas, nos senhores de terras e de escravos. O dinheiro é a chave e o deus desse mundo, dinheiro que mede todas as coisas e avalia todos os homens.”

Machado de Assis chasqueia desse poderio da moeda, como apontaís, através de um personagem do conto “Anedota pecuniária”, que comentou, no enterro de um amigo: – “Pegavam no caixão de três mil contos!” E como um dos presentes duvidasse, acrescentou: – “Fulano quatrocentos, Sicrano seiscentos..., há dois anos, quando desfez a sociedade com o sogro, ia em mais de quinhentos”... E foi por diante, demonstrando, somando e concluindo: – “Justamente, três mil contos!”

E, assim, de tudo que acontece, apontaís o nosso patrono, ora zurzindo a injustiça social, ora escarnecendo das situações ridículas que se apresentam na sociedade.

Se fôssemos referir todas as manifestações de Machado de Assis, de igual natureza, contidas no vosso livro, levaríamos horas intermináveis, o que seria impróprio nesta solenidade.

Vejamos, por exemplo, o assunto fundamental da escravidão, que vós analisais, em diversas passagens, acentuando que somente Machado de Assis ante “o enquadramento social do trabalhador livre no contexto da miséria”, pôde “medir o escravo sob ângulo original”, e, assim,

insistiu na calamidade que a alforria poderia significar para o cativo. O escravo seria livre, mas ficaria sem trabalho e sem pão, entregue à mendicância. O senhor, só ele, lucraria com o ato de generosidade, ao se desfazer de uma boca inútil, envelhecida ou estropiada no trabalho. A liberdade não passava, nas circunstâncias, de retórica cruel ou de mentira...

Do mergulho profundo na obra pesquisada, chegastes à conclusão de que

seria temerário construir de alguns retalhos soltos, uma teoria social da qual Machado de Assis estava longe, quer por falta de preparo filosófico, quer por aderência aos valores dominantes. Há menos do que uma doutrina na sua obra, e mais do que o protesto intuitivo. Não desconhecia Machado de Assis o confuso rumor que o fim do século XIX projetava da Europa para o mundo, rumor que confundia, apaixonadamente, socialismo, anarquismo e comunismo.

E acrescentais uma circunstância desconhecida do grande público: “Proudhon merece explícita referência, com a observação que, graças a um folheto seu, teve um ‘vislumbre de política’, porque entendeu o rumor e suas causas.” O próprio nome de Marx é evocado, sem que Machado de Assis jamais o tenha lido. Notou que

os socialistas procuravam discernir, atrás dos fatos, de modo mais amplo que os moralistas, amarrados aos motivos das ações como pecados capitais... Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença, é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes não me acontece o contrário!

O sociólogo e cientista político Raymundo Faoro observa, com acuidade:

Tudo está a testemunhar que há, na visão do escritor projetada sobre o problema servil, um processo novo na tomada de conhecimento da realidade. Ao seu cuidado antigo de descobrir na ação o móvel íntimo que desfigura o fato exterior – para quem ‘o nosso espadim é sempre maior do que a espada de Napoleão’ – sobrepõe-se a preocupação de ver, no acontecimento público, as razões, não mais de ordem moral, mas oriundas da organização social. Atrás da alforria do escravo não está apenas a cobiça, mas a tranquila exploração do empregado, que o sistema do salário explica e legítima... Ele, quase solitariamente, vê atrás da liberdade, o fundamento da liberdade, assentado sobre a autonomia econômica. Percebe que a libertação do escravo pode ser apenas um bom negócio para o branco e o caminho da miséria para o preto. A liberdade, a bela e milagrosa liberdade dos comícios e dos panfletos, também ela esconde a escravidão.

Depois dessa constatação, fazeis a correta ponderação do cientista:

Cético com respeito à abolição e às alforrias, a escravidão existe na obra de Machado de Assis, independente de sentimentos. O entusiasmo abolicionista, a piedade com a sorte do escravo, o protesto contra o mau trato, não encontrarão nenhum eco na palavra do escritor, senão em expressões polidamente convencionais.

Diante da abolição consumada, o moralista se apaga, e é esse o vosso comentário:

Parece que o sociólogo usurpa o seu lugar, atento à realidade exterior, fixada na história e na sociedade. O sociólogo tem a função exclusiva, ao contrário de revelar a sociedade, de denunciar a presença de uma trama inacessível à vontade humana e ao protesto. Mostra, sob a aparência de estudioso das instituições sociais, a impotência para reagir diante do monstro inexorável que comanda homens e coisas. As relações sociais, a ordem social, a instituição não são feitas pelo homem; são a ele superiores, esmagando-o, inflexivelmente.

Está enfaticamente registrado no vosso livro que, “antes de tudo Machado de Assis não é uma natureza voltada para a política, como não o era José de Alencar”. Apesar disso, “fora da ficção, em página de raro encanto evocativo, cuidou do velho Senado, apontando-lhe, lucidamente, alguns traços: o conagraçamento, a elevada despreocupação, figuras que perdiam a atualidade, com o curso de longos anos alheados dos acontecimentos”.

Todos os fatos importantes mereciam o seu exame e a sua crítica. Leiam-se as longas páginas escritas sobre o encilhamento, as trocas de favores entre o comércio e a política, a República e seus próceres, Rui Barbosa apontado como o formulador do federalismo. Também aparece Campos Salles, precursor do retorno à estabilidade financeira, e, como lembrais, por “transparente coincidência”, “com a entrega da economia ao setor privado”. Aí aparece a vossa voz de alerta: “Mas não haja ilusões: este aparente liberalismo era apenas o afastamento do Estado – seria uma abstenção vigilante e não o abandono a uma função que o verdadeiro liberalismo acoimaria de ilegítima, monstruosa, irracional.”

Machado de Assis via o aspecto exterior, decorativo e extravagante, como Nabuco e Taunay também viam, “na classe que emergia, classe sem moral, sem escrúpulos, sem maneiras e sem gramática, o fim de uma época e de um estilo”.

E ele ainda revelava, nas suas crônicas e nos seus escritos de então, conhecimento do progresso advindo com as estradas de ferro, segundo o pensamento de Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório.

Machado de Assis, Nabuco e Taunay não se adaptam às novas circunstâncias – dizeis – o primeiro por “seu fino alheamento”. Havia uma mudança, “o encilhamento havia criado uma nova classe – os especuladores... nasceu a questão operária da Bolsa, da febre da agiotagem, os lucros consagradores e rapidíssimos da especulação desenfreada e dos golpes aleatórios e arriscados”.

Machado de Assis “não percebe que, no lugar do velho estamento aristocrático, outro poderia ocupar-lhe o lugar, estamento composto de militares”.

Aí vem toda a história do começo da República, com o poder assumido pelos militares. Machado de Assis não fica indiferente aos acontecimentos e Agripino Grieco, por vós citado, comenta que, aos seus olhos hostis,

a intervenção da espada se equipara à invasão estrangeira... Ao tempo em que desdenha o oficial do Exército, valoriza positivamente o oficial da Armada... Em suma, mais uma vez toma o escritor o escudo de salvaguarda das instituições, finamente advertido da direção do vento contrário. Os militares, por isso — já se observou — não gozam, para ele, de boa imprensa.

Machado de Assis — anotaís — “desqualifica o oficial do Exército com a nota do sarcasmo”, e transcreveis trecho de um texto do escritor que, “nas ocultas nuanças, nos pequenos detalhes” debica de um tenente do exército, como orador numa cerimônia de casamento”.

Há longo trecho do livro sobre Deus e o Diabo, em que o escritor se dedica exclusivamente a apresentar deliciosos textos puramente literários, como “A igreja do diabo”, “Adão e Eva”, Poesias Completas, *Dom Casimiro*, *Iaiá Garcia*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*...

Neste discurso, o objetivo cinge-se a mostrar, através da vossa magistral obra sobre Machado de Assis, a improcedência da crítica ao nosso patrono, quando o apoda de indiferença ou omissão em relação a temas políticos ou sociais.

Aqui, não é possível ignorar ou deixar de referir as *Memórias Póstumas de Machado de Assis*, de Josué Montello, nosso querido decano e também grande conhecedor da obra do padroeiro de nossa Academia.

Josué Montello define-o, sob esse aspecto, empregando uma expressão do próprio Machado, que se inculcava como um “solteirão da política, mas um solteirão antes voluntário que frustrado e, por isso mesmo, sem o travo do desencanto”. E cita o testemunho do saudoso R. Magalhães Júnior, que apurou ter sido Machado de Assis candidato a deputado pelo Segundo Distrito de Minas Gerais.

E acentua:

A política, se não constitui um tema prevalecente na pena do escritor, não deixa de incluir-se no âmbito de sua reflexão e de seu comentário, ajustada ao momento que

passa. Entretanto, não sendo um militante, não foi também um omissor. E sim um homem de seu tempo, aberto às novas ideias, para entendê-las e discuti-las, sem contudo praticá-las.

O PRESIDENTE DA OAB – RAYMUNDO FAORO E SUA MAIOR FAÇANHA COMO HOMEM PÚBLICO

Fostes, Sr. Raymundo Faoro, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil no biênio 1977 a 1979, e aí a vossa atuação contra a ditadura militar instalada no poder passou a destacar-se, em vigorosa posição assumida contra os Atos Institucionais absolutistas e ilegítimos sob os quais se amordaçavam as liberdades públicas de modo tirânico, os cidadãos sem quaisquer garantias, retirados até os chamados predicamentos da magistratura, transformada num organismo inócuo, sem poder político, sem vitaliciedade, com as funções amesquinçadas e limitadas apenas ao julgamento dos litígios de natureza privada. A OAB intimidada e ameaçada tinha a sua ação coarctada pelo arbítrio ilimitado de uma constante suspeição nas suas atividades. A violência contra os advogados defensores de presos políticos chegou à brutalidade da prisão de profissionais que tinham a bravura de enfrentar os sinistros órgãos da repressão política, onde a tortura se instalou, com toda a sua infâmia e ignomínia, como método de investigação criminal. Vivíamos um período de terror, inseguros e assustados, sem esperar uma saída para os teatros de atrocidades em que se transformaram os calabouços civis e as cadeias dos quartéis. Eram os espancamentos de homens e mulheres, velhos e moços, dia e noite, os “paus de arara”, os choques elétricos, o suplício em todos os seus requintes de perversidade, de crueldade, com o cinismo da negação daquilo que a sociedade inteira sabia e as organizações internacionais de direitos humanos denunciavam no mundo inteiro.

A Ordem dos Advogados, sob vossa direção, tornou-se um foco de resistência pacífica contra o regime militar. Foi de lá que partiu a primeira denúncia circunstanciada contra a tortura dos presos políticos. Quando se aproximava a data da Conferência Nacional dos Advogados, em 1978, certos episódios de morte de presos políticos em São Paulo começaram a transpirar e correram rumores de desentendimento entre as autoridades superiores da República. O Presidente Ernesto Geisel, que já demitira, em outubro de 1977,

o ministro da Guerra, opositor da abertura política, demitiu também o general comandante do Exército naquele estado, em seguida ao assassinato de dois presos políticos. A demissão estaria ligada à omissão ou leniência dos demitidos em relação a torturas sofridas por aquelas vítimas da sanha criminosa dos encarregados e participantes das investigações em torno das atividades subversivas dos presos. Voltava-se à época em que os padecimentos impostos aos suspeitos ou acusados eram aterrorizantes, cruéis, bárbaros, um teatro de horrores, como nos tempos de antanho, e o seu “aparato se engrenava no funcionamento político da penalidade”, como retrata Michel Foucault, com a força e o vigor de um estilo incomparável, desde a primeira página de seu livro monumental (*Vigiar e punir*).

Foi na presidência da Ordem dos Advogados do Brasil que vós, Sr. Raymundo Faoro, encontrastes o posto ideal para externar e dar vazão a outra faceta de vossa personalidade: a do homem público, com a capacidade para dar solução aos problemas diagnosticados pela sociedade, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos. Tínheis a visão premonitória de como era possível encontrar solução para o opróbrio da tortura, institucionalizada e ostensiva, mácula que deslustrava a dignidade nacional perante nós mesmos e diante do mundo. Uma facção minoritária, porém afoita e arrogante, se assenhoreara do comando da repressão penal aos adversários da ditadura e, com o manto protetor de superiores omissos ou desatinados e de áulicos, bajuladores e cortesões do poder, praticava atos abjetos e desvairados. Criou-se uma atmosfera de pânico, que era preciso dominar e vencer. Encontrastes a tribuna livre da classe dos advogados e, mesmo sob a ameaça de retaliações, optastes pela resistência. A vossa arma era a palavra, era a denúncia, era sacudir o poncho do bom gaúcho, era desnudar a infâmia da tortura oficializada nas investigações torquemadescas dos quartéis. Fostes, sem dúvida, um dos comandantes da operação contra a violência e a brutalidade, no que tivestes a solidariedade do vosso bravo antecessor, o nunca assaz lembrado Barbosa Lima Sobrinho, e de grande parte da Igreja católica. Foi a união dos três bês, OAB, ABI e CNBB, com o apoio do povo brasileiro. Foi esse movimento em que estáveis na linha de frente que despertou a atenção e a confiança de uma parte dos ocupantes dos postos mais importantes do governo, e, justiça seja feita, o Presidente da República, General Ernesto Geisel, já começara a dar sinais de que não estava de acordo com a estupidez instalada nos porões da repressão. Nessa hora, Sr. Raymundo Faoro, a vossa presença foi importantíssima – digo-o no superlativo –, porque, com

inteligência e sabedoria, sustentastes a fórmula ideal, para desarmar os brutamontes partidários da tortura, com uma providência de ordem legal, com a qual eles ficavam ameaçados de perder os galões se persistissem nas suas práticas odiosas e desumanas. Foi a solução que pregáveis desde muito antes. Era simples e eficaz: bastava restabelecer o *habeas corpus*, na sua plenitude, que a tortura desapareceria dos quartéis, como por encanto, porque, com essa providência, sob a tutela do judiciário, nenhum oficial arriscaria a perda de seu posto e patente, se apanhado pela queixa do torturado ou pelo conhecimento do próprio juiz, obrigado, por lei, a promover a responsabilidade de autor de crime, seja quem for. A segunda providência por vós sempre defendida era o restabelecimento das garantias da magistratura, sem a qual a primeira poderia ser inócua, pois o juiz sem independência não se sentiria protegido para processar quem tinha o poder de demiti-lo através de um *ucasse*, sem direito de defesa.

Soube naquela época que estivestes com o Presidente Geisel, pouco antes da Conferência da OAB em Curitiba, para convidá-lo a presidir a abertura daquele conclave. E nessa ocasião pudestes convencê-lo da eficácia da medida por vós exposta, se restaurado o *habeas corpus* em sua plenitude, porque havia opiniões de autoridades ligadas ao governo no sentido de serem feitas ressalvas, especialmente em relação ao terrorismo. Tivestes a capacidade e a sabedoria de persuadi-lo que o *habeas corpus*, com ressalvas, tiraria a essência do próprio instituto, que, por sua natureza, há de ser amplo. O *habeas corpus* seria desnaturado se trouxesse qualquer restrição no seu bojo. Conhecíeis as lições de Rui Barbosa, patrono dos advogados, membro eminente e fundador desta Casa, seu presidente durante dez anos, em substituição a Machado de Assis, que a dirigiu enquanto viveu. E também conhecíeis a magistral monografia de Pontes de Miranda, a quem substituístes no PEN Clube, na qual se ensina, precisamente, que o *habeas corpus* há de ser sempre interpretado com largueza e extensão.

Basta repassar os Anais da Conferência da OAB, em Curitiba, para ver que a plenitude do *habeas corpus* e a restauração da independência do poder judiciário foram os temas predominantes dos debates. As três últimas páginas desses Anais mostram que fostes vós quem, transformado em

personalidade de estatura nacional, engajou a OAB no diálogo promovido pelo senador Petrônio Portela, conversou com os presidentes Ernesto Geisel e Jimmy Carter, fez-se um interlocutor respeitado e importante nos debates sobre reformas políticas.

E mais: “Faoro é, hoje, provavelmente, uma das melhores expressões brasileiras de homem público, capaz de pensar e agir com humor.” Sua corrosiva ironia o leva a acreditar que os tempos agora são outros, “porque o número de puxa-sacos caiu drasticamente. Sua equação: menos bajuladores, mais fraco o poder” (reportagem da revista *Veja*, de 10.5.78).

Vossa posição, Sr. Raymundo Faoro, já era a de um comando consciente e firmemente disposto a reimplantar o “Estado de Direito”, nome dado como objeto e tema da conferência. E diréis, como lúcido estrategista político: “O raciocínio desaconselha a guerra aberta contra o poder autoritário.” As guerras de movimento, citando o filósofo italiano Antonio Gramsci, “em geral são mal-sucedidas. Derrubadas as muralhas do Estado, surgem as casamatas e fortalezas de uma sociedade civil basicamente conservadora”. E, cientista político, lembráveis: “De 1824 até hoje tivemos no Brasil 94 anos do arbítrio mais descarado, amparado por constituições outorgadas, contra apenas sessenta anos de regimes democráticos, fruto de arranjos entre as elites, sem participação popular.”

A Ordem dos Advogados do Brasil esteve no Rio de Janeiro, onde realizou a sua sessão mensal, quando vos concedeu a Medalha Rui Barbosa, lãurea maior da instituição sob a presidência do advogado Rubens Approbato Machado, que está sentado à mesa diretora, a convite do presidente, em vossa homenagem. E, para prestigiar este ato, estariam presentes os conselheiros federais, não fosse o adiamento da vossa posse em virtude de luto da Academia pelo falecimento de um de seus membros efetivos.

Na Conferência de Curitiba, o assunto dominante foi a restauração do Estado de Direito, que era um tema abrangedor. Forte corrente queria a revogação dos Atos Institucionais e a convocação de uma assembleia constituinte, o que não era descartado por ninguém, mas a vossa opinião era a prioridade a ser dada ao *habeas corpus*, em sua plenitude, e à independência da magistratura. Nesse Congresso, se ficou sabendo que o vosso diálogo com Petrônio Portela vinha desde outubro de 1977.

É simples, por uma simples leitura, verificar que os dois pontos essenciais de vossa posição estão reconhecidos *destacadamente* na própria exposição de motivos do governo para a reforma da Constituição, restabelecendo o *habeas corpus*, sem qualquer ressalva, e as garantias da magistratura.

Foi uma solução surpreendente e alvissareira. A tortura, esse *mal planetário*, como diz Maurice Garçon, citado por outro grande advogado francês,

Alec Mellor, autor de uma monografia sobre o tema, cessou como por encanto, no mesmo instante em que a Emenda Constitucional n. II revogou o Ato Institucional n.º 5.

A Nação vos é devedora de uma contribuição efetiva e inteligente para extinguir tal suplício então usual nos quartéis. A avaliação do resultado de vossa proposta foi um presságio espantoso, um prenúncio do futuro. Tereis agido como vidente, com o dom de um profeta ou com a visão do sociólogo? Dons proféticos muitos têm enxergado nos vossos livros, ensaios, crônicas e artigos. Quase ninguém teria intuído alcance tão largo para a vossa proposição, aparentemente modesta. Só depois se percebeu que ela estava calçada pela outra recomendação: o restabelecimento das prerrogativas do poder judiciário. Não foi o adivinho, nem o mágico, que anteviu a consequência, foi o cientista social, foi o weberiano Raymundo Faoro, que, afeito a ideias claras e procedimentos rigorosos, adotou o racionalismo cartesiano e considerou o problema com a sua especificidade. O vosso raciocínio, assim analisado, justifica plenamente o sucesso, o êxito obtido.

O reconhecimento de que a vossa atuação teve peso específico na redemocratização do país está registrado na obra póstuma de Francisco Iglésias:

Advogado e escritor, ganhou justa notoriedade com o exercício da presidência da OAB; transformou o órgão, erguendo-o à posição de força decisiva no encaminhamento do impasse gerado pelo malogro da ditadura militar – político, econômico, ético. Poucas vezes um homem se projetou tanto, pela inteligência e pela coragem.

A vossa contribuição foi um achado, um “ovo de Colombo”, que remitiu da tortura os que a estavam padecendo e criou uma situação legal que a tornou impraticável daí por diante, a não ser com os riscos e consequências da perda dos galões ou do emprego, para os seus autores.

E agora a prova real da vossa atuação: era Consultor Geral da República o hoje ministro aposentado Rafael Mayer, do Supremo Tribunal Federal, que representou o Presidente Ernesto Geisel na Conferência da OAB, em Curitiba. Também envolvido e conhecedor das *démarches* relacionadas com a atuação dos promotores das articulações para a redemocratização do país, a quem pedi informação sobre aqueles acontecimentos, é um dos poucos sobreviventes da época, e o seu esclarecimento é sumamente valioso, sobre ser de

testemunha de reconhecida idoneidade, de ilibada reputação. O Ministro Rafael Mayer respondeu gentilmente à carta que lhe escrevi, resposta que principia com estas palavras:

Passo-lhe o meu depoimento sobre a participação de Raymundo Faoro no restabelecimento do Estado de Direito, a meu ver decisivo pelo apoio de que o Governo Geisel necessitava para promover a *abertura firme, gradual e constante*, enfrentando a resistência dos *bolsões, sinceros, mas radicais*, como se dizia no linguajar da época.

Para que pôr mais na carta?

É com o maior júbilo que dou a merecida divulgação a esse episódio, pródromo de outros avanços posteriores, como a anistia, por exemplo, de que também fostes arauto, para o restabelecimento do Estado de Direito, que se não é o dos nossos sonhos, pelas injustiças sociais que o corroem, ao menos permite clamar e lutar para corrigir os erros e descaminhos dos nossos dirigentes, incapazes de extinguir a miséria e a fome de milhões de excluídos, ante a indiferença das elites e a incompetência do estamento burocrático tão bem retratadas no vosso clássico *Os donos do poder*.

CONCLUSÃO

Dizeis, caro Confrade Raymundo Faoro, ter lido um livro em que vos atribuíam dom profético. E respondestes, ensinando:

O profeta não é exatamente o que prevê coisas. Isso é uma tradição tardia na história do judaísmo. Profeta é a pessoa que tem uma mensagem e que vem para dizer alguma coisa. É esse o sentido originário da palavra. E que vem, inclusive, para fazer a crítica. Os profetas tinham incolumidade. Tanto que foi um escândalo quando foi morto João Batista. Ele vinha fazer a crítica em termos áspers e foi morto. Isso foi uma violação da imunidade dos profetas, que vinha desde o começo do judaísmo.

Pois bem, quando dais à palavra profeta um sentido além do conceito vulgar de adivinho, e a empregais, semanticamente, com a significação de alguém que tem uma mensagem, que faz uma crítica, não deixais de admitir, *lato sensu*, que possa ser tida como uma profecia a visão ou a expectativa de um acontecimento futuro.

Tanto que temperais a frase com o advérbio exatamente. Vimos que vós, em acontecimento importantíssimo da vida do país, fostes um profeta, no sentido que dais à expressão, consciente e benfazejo, pela mensagem que transmitíeis e pelo desejo e sentimento de vossos concidadãos não contaminados pela perversão de sádicas criaturas, praticantes da torpeza da tortura de seus semelhantes, presos e indefesos.

Como sabeis, Maurice Garçon, o notável advogado criminalista francês, chegou à Academia, em 1947, por seu talento de escritor, que não se limitava a publicar obras ligadas à profissão, como *Eloquence Judiciaire*, *Plaidoyers Chimériques*, *Defense de la Liberté Individuelle*, *Procès Sombre*, todas elas de sabor especial para um seu modesto colega, admirador de seus sucessos e que atuava na mesma área de sua especialidade, num longínquo país sul-americano. Garçon destacou-se como autor de seis ou sete livros em torno da magia negra, da feitiçaria, do Diabo, das ciências ocultas, das religiões primitivas, todos hoje de edições esgotadas, mas de três deles, estou de posse, e o devo à gentileza, à amabilidade e ao empenho de nosso querido Confrade Sergio Corrêa da Costa. Li esses livros, achei-os atraentes, pitorescos, um tanto inquietantes, e neles se diz que a grande época do Diabo teria ocorrido nos séculos XV a XVII.

Com essas leituras, veio-me à mente o conto de Machado de Assis, “A igreja do diabo”, bem apropriado neste difícil momento, em que o mundo atravessa a crise maior de sua história. O Diabo, certo dia, teve a ideia de fundar uma igreja e foi até Deus. No diálogo, escrito com a ironia e a finura de seu gênio, Machado de Assis exprime a pretensão do Diabo: “... vou fundar a minha igreja. Estou cansado da minha desorganização, do meu reinado casual e adventício. É tempo de obter a vitória final e completa.”

“Retórico e sutil! exclamou o Senhor. Vai. Vai, funda a tua igreja; chama todas as virtudes, recolhe todas as franjas, convoca todos os homens... Mas, vai! vai!”

Uma vez na terra, o Diabo “entrou a espalhar uma doutrina nova... era a que podia ser na boca de um espírito de negação... isso quanto à substância, porque, acerca da forma era umas vezes sutil, outras cínicas e deslavadas”.

O Diabo continuou na sua pregação, clamando pela substituição das virtudes aceitas por outras: “a soberba, a luxúria, a preguiça... a avareza... a ira” e, “para rematar a obra... cortar toda a solidariedade humana...” A previsão do Diabo verificou-se... e ele “alçou brados de triunfo”.

Os fiéis do Diabo, “longos anos depois”, foram debandando: “às escondidas praticavam as antigas virtudes”.

O Diabo “voou de novo ao céu, trêmulo de raiva, ansioso de conhecer a causa secreta” de sua derrota. E Deus, “com infinita complacência, disse-lhe... que queres tu, meu pobre Diabo?... é a eterna condição humana”.

Aproveitando o instante favorável, com a contradição de agora, envenenando o ambiente universal, o Diabo parece estar voltando à carga, com toda a força, alçando de novo “brados de triunfo”. Pavorosos atentados terroristas, guerras em andamento, ameaças do emprego de armas nucleares, químicas e biológicas devastadoras, crise econômica estendida a todos os recantos da terra, com a perversa consequência do aumento da miséria, da fome, do desemprego e da criminalidade. Será mesmo a igreja do Diabo, rediviva, a provocar essa onda de insânia, que varre o planeta?

Hoje, desgraçadamente, o mundo é um mundo cão para três quartos de seus habitantes. Não será decerto com a magia negra ou as feitiçarias dos personagens dos livros de Maurice Garçon que vamos abrir vias novas para eliminar erros centenários no longo processo civilizatório da humanidade. André Siegfried ironiza os devaneios literários do novo acadêmico francês, ao saudá-lo, comentando que se sectários numerosos continuam cultuando o poder através de engodos, bruxarias, rezas e amuletos, o mundo pareceria mais explicável se tivesse sido o Diabo e não Deus que o criou. Se o nosso ser espiritual provém, não do Príncipe do bem, mas do Príncipe do mal, Deus nos convida ao afastamento desse mundo, que só se mantém pela concorrência, pela cobiça, pelo ódio, pelo lucro, pelo predomínio do mercado, uma vez que a sobrevivência do mais apto elimina o mais fraco, nessa inglória batalha. Deus nos aparece então não mais como o criador de um Universo que nossa consciência reprova, mas como o chefe da oposição de uma criação maléfica... Todos seguiremos, como Siegfried, o pensamento de Renan: o chefe da oposição tomará um dia o poder, é preciso ajudá-lo... Como agir? Confiamos nos vossos dons, de cientista social para sugerir e indicar as medidas eficazes destinadas a aplacar a intranquilidade universal diante do quadro dramático que está pondo perplexa e inquieta a humanidade. Invoco a lição do grande jurista católico Fábio Konder Comparato, no seu livro mais recente, *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*, onde ele faz magistral diagnóstico da crise atual, que “aponta

para uma espécie de entropia ou desordem universal, causada por carência governativa, tanto no interior das nações quanto na esfera internacional”.

E, após considerações apropriadas, o mestre paulista oferece um roteiro magnífico de humanização do mundo, e concluiu: “O caminho para a instituição de um governo mundial democrático, no seio das Nações Unidas, desenha-se com nitidez, a partir desse diagnóstico.”

É uma alentadora utopia, o sumo da fraternidade humana, um mundo só, a verdade de amanhã.

De qualquer forma, o Diabo será derrotado; “é a eterna contradição humana”, repetirá o Senhor.

Tomai a vossa cadeira, Sr. Raymundo Faoro. Os manes de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Lúcio de Mendonça, Barbosa Lima Sobrinho, Levi Carneiro, fundador da Ordem dos Advogados do Brasil, sob o comando de Maria Pompéia, a mãe de vossos filhos, onde se encontrarem, estarão festejando conosco a vossa glória. As palmas, que agora ouvireis, refletem o contentamento de vossos amigos e admiradores e são também dirigidas à Academia, que não vos premiou mais cedo, porque só agora viestes receber a consagração do vosso merecimento.

Discurso do
SR. PAULO COELHO

e

Resposta do
SR. ARNALDO NISKIER

*Sessão solene extraordinária do dia
28 de outubro de 2002*

I

DISCURSO DO SR. PAULO COELHO

SIC TRANSIT GLORIA MUNDI. Dessa maneira, São Paulo define a condição humana em uma de suas epístolas: a glória do mundo é transitória. E, mesmo sabendo disso, o homem sempre parte em busca do reconhecimento pelo seu trabalho.

Por quê? Um dos maiores poetas brasileiros, Vinicius de Moraes, diz em uma de suas letras de música:

E no entanto é preciso cantar
mais que nunca é preciso cantar.

Vinicius de Moraes é brilhante nestas frases. Lembrando Gertrud Stein, no seu poema “Uma rosa é uma rosa, é uma rosa”, apenas diz que é preciso cantar. Não dá explicações, não justifica, não usa metáforas. Quando me candidatei a esta Cadeira, ao cumprir o ritual de entrar em contato com os membros da Casa de Machado de Assis, ouvi do acadêmico Josué Montello algo semelhante. Disse-me ele: “Todo homem tem o dever de seguir a estrada que passa pela sua aldeia.” Por quê?

O que existe nessa estrada?

Que força é essa que nos empurra para longe do conforto daquilo que é familiar e nos faz enfrentar desafios, mesmo sabendo que a glória do mundo é transitória? Creio que esse impulso se chama: a busca do sentido da vida. Por muitos anos, procurei nos livros, na Arte, na Ciência, nos perigosos ou con-

fortáveis caminhos em que percorri uma resposta definitiva para essa pergunta. Encontrei muitas, algumas que me convenceram por anos, outras que não resistiram a um só dia de análise; entretanto, nenhuma delas foi suficientemente forte para que agora eu pudesse dizer: o sentido da vida é este.

Hoje estou convencido que tal resposta jamais nos será confiada nesta existência, embora, no final, no momento em que estivermos de novo diante do Criador, compreenderemos cada oportunidade que nos foi oferecida – e então aceita ou rejeitada.

Em um sermão de 1890, o pastor Henry Drummond fala desse encontro com o Criador. Diz ele:

Neste momento, a grande pergunta do ser humano não será: “Como eu vivi?”

Será, isto sim: “Como amei?”

O teste final de toda busca é a dimensão de nosso Amor. Não será levado em conta o que fizemos, em que acreditamos, o que conseguimos.

Nada disso nos será cobrado, mas sim nossa maneira de amar o próximo. Os erros que cometemos nem sequer serão lembrados. Não seremos julgados pelo mal que fizemos, mas pelo bem que deixamos de fazer. Pois manter o Amor trancado dentro de si é ir contra o espírito de Deus, é a prova de que nunca O conhecemos, de que Ele nos amou em vão.

Lendo a vida e obra daqueles que, antes de mim, ocuparam a Cadeira 21, independentemente de acreditarem ou não naquele encontro com o Criador, este é o primeiro elemento mais presente: amor. Todos buscaram um sentido para suas vidas, mas, enquanto o procuravam, souberam transformar seus passos em manifestações de amor ao próximo. E aí o amor é entendido como algo mais amplo do que o simples ato de gostar. Martin Luther King lembrava que os gregos possuem três palavras para designar esse sentimento: a primeira é *Eros*, o amor saudável e necessário entre dois seres humanos, que se buscam, se encontram, ou se desencontram. A segunda palavra é *Philos*, a paixão que nos empurra ao encontro da sabedoria, dos amigos, da filosofia, dos legados que nos deixaram as gerações anteriores. Finalmente existe a palavra *Ágape*, o amor maior, aquele a que – como bem lembra Martin Luther King – Jesus se referia quando disse: “Amai vossos inimigos.” Um amor que está além do ato de gostar, porque não podemos gostar de quem nos agride, nos ofende, é injusto em seus comentários, leviano em suas acusações, preconceituoso em

seu julgamento. Não podemos gostar, mas podemos amar e, através do amor, entender que por detrás de cada atitude mesquinha e destruidora está um imenso desejo de ser compreendido, aceito, apreciado.

Então, a essência de *Ágape* está não apenas nos que aqui me precederam nesta Cadeira 2I, mas em todos, em todas as cadeiras desta Casa, deste auditório, em todas as cadeiras do mundo. Basta apenas reunir coragem suficiente para lutar por seus sonhos e – de novo me apoio em uma expressão cunhada pelo apóstolo São Paulo – “combater o bom combate, e manter a fé.”

Em 1986, quando fazia o Caminho de Santiago em busca de uma espada, a mesma espada que daqui a pouco me será de novo entregue, simbolicamente, pelo Acadêmico Josué Montello, eu compreendi pela primeira vez o sentido dessa expressão.

O Bom Combate é aquele travado, porque o nosso coração pede. Nas épocas heroicas, no tempo dos cavaleiros andantes, isso era fácil, havia muita terra para conquistar e muita coisa para fazer. Hoje, porém, o mundo mudou, e o Bom Combate veio dos campos de batalha para dentro de nós mesmos.

O Bom Combate é aquele que é travado em nome de nossos sonhos. Quando eles explodem dentro de nós com todo o seu vigor – na juventude –, temos muita coragem, mas ainda não aprendemos a lutar. Depois de muito esforço, terminamos aprendendo e então já não temos a mesma coragem. Por isso, nos voltamos contra nós e nos transformamos em nosso pior inimigo. Dizemos que nossos sonhos eram infantis, difíceis de realizar, ou frutos de nosso desconhecimento das realidades da vida. Matamos nossos sonhos, porque temos medo de combater o Bom Combate.

O primeiro sintoma de que estamos matando nossos sonhos é a falta de tempo. As pessoas mais ocupadas que conheci na minha vida sempre têm tempo para tudo e para todos. As que nada fazem estão sempre cansadas, não dão conta do pouco trabalho que precisam realizar e se queixam constantemente que o dia é curto demais. Na verdade, elas têm medo de saber onde vai dar a misteriosa estrada que passa pela sua aldeia.

O segundo sintoma da morte de nossos sonhos são nossas certezas. Porque não queremos aceitar a vida como uma grande aventura a ser vivida, passamos a nos julgar sábios, justos e corretos. Olhamos para além das muralhas do nosso mundo organizado, onde a Ciência e a Filosofia já têm todas as respostas, onde todas as dúvidas já foram resolvidas pelas ideologias, conceitos

e preconceitos. Olhamos e vemos as grandes quedas e os olhares sedentos de conquista dos guerreiros, ouvimos o ruído de lanças que se quebram, sentimos o cheiro de suor e pólvora. Então, dizemos do alto de nossas torres de marfim: “Eles não sabem o que eu sei.” Com essa atitude arrogante, jamais percebemos a alegria, a imensa Alegria que está no coração de quem está lutando, porque para esses não importa nem a vitória nem a derrota, mas apenas olhar o mundo como se fosse uma pergunta – não uma resposta –, e através dessa pergunta tentam dignificar suas vidas.

Raul Seixas descreve bem a alegria no coração dos guerreiros, ao escrever:

Prefiro ser
Uma metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião
Formada sobre tudo.

Finalmente, o terceiro sintoma da morte de nossos sonhos é a Paz. A vida passa a ser uma tarde de Domingo, sem nos pedir grandes coisas e sem exigir mais do que queremos dar. Achamos então que estamos maduros, deixamos de lado as fantasias da infância e conseguimos nossa realização pessoal e profissional. Ficamos surpresos quando alguém de nossa idade diz querer ainda isso ou aquilo da vida. Mas, na verdade, no íntimo de nosso coração, sabemos que o preço dessa paz foi nossa renúncia à luta por tudo que considerávamos interessante e por tudo que nos entusiasmava fazer. Quando encontramos a paz, temos um curto período de tranquilidade. Mas os sonhos mortos começam a apodrecer dentro de nós e a infestar o ambiente em que vivemos. Começamos a nos tornar cruéis com aqueles que nos cercam e finalmente passamos a dirigir essa crueldade contra nós mesmos. Surgem as doenças e as psicoses. O que queríamos evitar no combate – a decepção e a derrota – passa a ser o único legado de nossa covardia. E, num belo dia, os sonhos mortos e apodrecidos tornam o ar difícil de respirar, e passamos a desejar a morte, a morte que nos livre de nossas certezas, de nossas ocupações e da paz das tardes de domingo.

Nenhum dos ocupantes desta Cadeira 2I experimentou – graças a Deus – essa terrível paz. O teatrólogo Dias Gomes, em seu discurso de posse, chamou-a de “A Cadeira da Liberdade”. O economista Roberto Campos a cha-

mou de “Cadeira do Ecletismo”. Eu preferiria chamá-la, entretanto, de “Cadeira da Utopia”. Utopia em seu sentido clássico, referindo-me ao momento ideal da história da civilização na qual todas as conquistas do homem seriam consolidadas entre seus semelhantes; o país imaginário do escritor inglês Thomas Morus, no qual um governo, organizado da melhor maneira, proporciona ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz. O fundador da Cadeira 21, José do Patrocínio, herói da Abolição da Escravatura, diz em um dos seus discursos. Cito:

Dentro em três dias vai começar a história moderna do Brasil e fechar-se a triste história dos tempos bárbaros da nossa terra. Não é demasiado otimismo profetizar que a nossa evolução nacional será feita com a mesma rapidez da dos Estados Unidos. As estrelas do sul dentro em um quarto de século não invejarão o fulgor da constelação do norte.

Um quarto de século se passou, e outro, e muitos outros. Apesar da abolição da escravidão, todos nós sabemos que até hoje o sonho de José do Patrocínio ainda não se tornou realidade. Entretanto, ele nos legou sua utopia, e nós continuamos a lutar por ela. Sucedeu-o o poeta Mário de Alencar, descrito por todos como um homem tímido e recluso, cujo modelo de vida era o corajoso Sócrates. Suas obras só nos chegaram por causa da dedicação de seus filhos. Tinha como ideal a beleza pura e comentava em um dos seus versos:

Goza mulher teus dias
que as puras alegrias
vêm da ilusão.

De novo, a ideia utópica de um mundo no qual é possível, apesar da ilusão, permitir-se o prazer das grandes alegrias. O mesmo acontecia com o poeta Olegário Mariano, que o sucedeu: embora mais extrovertido em seu comportamento – afinal, são dele várias letras de músicas, uma das quais ainda cantamos: “Cai, Cai, Balão” –, leva a sua utopia do terreno literário para o campo político, como antes fizera José do Patrocínio. Luta por um Brasil moldado no ideário de Getúlio Vargas.

Quero fazer uma pequena observação aqui: não me cabe, neste discurso de posse, julgar as afinidades partidárias dos ocupantes desta Cadeira, mas o

empenho sincero que tiveram em procurar uma opção melhor para o Brasil, levando em conta suas convicções pessoais.

Como os seus predecessores, também Olegário Mariano quer seguir um sonho impossível. Ele mantém em seu horizonte os ideais utópicos da existência. Como nos versos a seguir. Cito:

Vida! Quero viver todas as tuas horas,
As que prenti na mão e as que nunca alcancei.

Álvaro Moreyra, o cronista do Rio, é o próximo ocupante, um dos precursores do novo Teatro Brasileiro, que se declara adepto da utopia comunista. Deixa importante legado literário, que inclui um estudo sobre o Teatro Espanhol na Renascença, escrito em 1946, e a peça “Adão e Eva e outros Membros da Família” (1929), que até hoje faz parte do repertório de muitas companhias teatrais. Em seu trabalho poético, de novo o mesmo louvor utópico à vida, que o acompanhou até nos dizeres de seu epitáfio:

Acreditei na Vida, e a Vida em mim.
Depois, desandamos a rir de nós mesmos os dois.

O crítico Adonias Filho, que sucede Álvaro Moreyra, parte para uma utopia exatamente oposta: ex-integralista, defende o golpe militar de 1964. Mas é tão íntegro em suas convicções que merece o respeito de Jorge Amado, militante de campo exatamente oposto, que faz questão de recebê-lo nesta Casa. Provocador, irônico, Adonias Filho declara em um dos seus textos:

Ainda se discute a utilidade dos críticos. Os escritores louvados são a favor. Os outros são contra. O público, felizmente, não se interessa pela discussão. Parece-me que os críticos não deixam de ser úteis. A alguns, eu devo a ampliação dos meus conhecimentos literários. Se eles não houvessem constatado a profunda influência exercida sobre mim por certos autores, com certeza eu nunca os leria depois...

De novo, o pêndulo da Cadeira 21 oscila para uma utopia oposta: é a vez de Dias Gomes entrar para a Academia Brasileira de Letras, trazendo em seu teatro e na sua vasta bagagem literária o sonho de um Brasil redimido pela vitória do oprimido sobre o opressor. Seu nome torna-se mundialmente

conhecido quando uma de suas peças, “O Pagador de Promessas”, é transformada em filme e ganha a Palma de Ouro no Festival de Cannes, na França. Dono de uma linguagem moderna, é levado pelas circunstâncias a escrever para a televisão e o faz de maneira inovadora, criando obras que até hoje permanecem no imaginário do povo, como “O Bem Amado” e “Roque Santeiro”. Em uma de suas peças, “O Santo Inquérito”, a personagem Branca comenta sobre o abismo que separa o sonho da realidade:

Deus deve estar onde há mais claridade, penso eu. E deve gostar de ver as criaturas livres como Ele as fez, usando e gozando essa liberdade, porque foi assim que nasceram e assim devem viver. Tudo isso que estou lhes dizendo, é na esperança de que vocês entendam... Porque eles, eles não entendem... Vão dizer que sou uma herege e que estou possuída pelo demônio.

Com sua morte trágica, prematura, que privou o Brasil contemporâneo de uma de suas inteligências mais brilhantes, o pêndulo torna a oscilar, e, em uma eleição onde a discussão sobre utopias foi a tônica, Roberto Campos consegue a maioria necessária para ocupar a Cadeira 21.

Lembro-me de, ainda jovem, ir para as ruas protestar contra sua política econômica – embora na época não tivesse sequer ideia do que isso significava. Fernando Sabino, porém, cunhou uma expressão primorosa: “Todo homem é incendiário aos vinte anos, e bombeiro aos quarenta.”

Aos quarenta anos, quando resolvi comprar o meu primeiro computador, vi um Brasil paralisado pela Lei da Informática, caminhando a passos largos em direção – não ao futuro, mas ao passado. Essa lei, que Roberto Campos tanto combatera, e que antes era uma abstração para mim, agora se transformava em algo concreto: estava me privando de um instrumento de trabalho. Ainda durante minha transição de incendiário a bombeiro, tive oportunidade de ler muitos artigos seus e – mesmo a contragosto, já que sempre somos mais sectários do que ousamos admitir – terminei por lhe dar razão. O meu suposto inimigo de antes transformava-se em um homem capaz de defender com coerência e responsabilidade a sua utopia, buscando aí todas as tribunas possíveis.

Minha admiração chegou a tal ponto que, sabendo de uma noite de autógrafos de seu livro *A Lanterna na Popa*, fui até a Gávea para encontrá-lo.

Uma chuva torrencial impediu muitas pessoas de comparecer, e eu tive a oportunidade de privar, por meia hora, da sua intimidade e inteligência fulgurante. Firme nas convicções, eloquente nas argumentações, polêmico e provocador, Roberto de Oliveira Campos marcou a história do Brasil moderno. Correndo sempre o risco de não ser compreendido, era capaz de lutar até o fim por tudo aquilo que julgava melhor para nossa Pátria. Poucos foram os que se aplicaram em identificar profundamente o pensamento de Roberto Campos, e, entre estes, encontra-se o jornalista Olavo Luz. Em sua biografia *Roberto Campos, o Homem por detrás do Mito*, Olavo nos deu uma dimensão humana desse Economista, Professor, Embaixador, Ministro de Estado, Senador, Deputado, e Acadêmico. Roberto Campos viveu entre o amor e o ódio.

Despertava a fúria raivosa dos contendores e a paixão extremada, quase uma religião, dos admiradores. Um episódio na vida do meu antecessor merece especial atenção: Corriam os chamados “anos de chumbo”, cujo prolongamento Roberto Campos tanto condenou, defendendo o retorno do poder à sociedade civil, após o Governo Castelo Branco, que chamava de “arrumação da casa”. Carlos Lacerda, também um brilhante político e, naquele momento, em campo oposto ao então Ministro Extraordinário do Planejamento, cunhou uma frase histórica: “O senhor Roberto Campos irrita a todos: mata os ricos de raiva e os pobres de fome”.

Impassível, Roberto Campos respondeu com uma outra frase histórica, que seria também uma declaração honrada de armistício: “A violência da flecha dignifica o alvo”.

Muitas vezes, em momentos em que me sentia julgado com severidade excessiva pela Crítica, me recordava dessa frase. E me lembrava de outro sonho, do qual eu não estava disposto a desistir: entrar, um dia, para a Academia Brasileira de Letras.

Há cinco anos, Maria Eugenia Stein, amiga de longa data, resolveu promover um encontro entre o Acadêmico Arnaldo Niskier e eu. Retirei o sonho do meu coração, convidei-o para tomar um chá em minha casa, conversei abertamente sobre minhas pretensões e tornei a guardar meu sonho em lugar onde pudesse contemplá-lo de vez em quando.

No dia 9 de outubro de 2001, eu participava do Festival de Autores e Cineastas, em Montecarlo. Conversava despreocupadamente com o diretor

americano Sidney Pollack, quando meu telefone celular tocou: Roberto Campos havia morrido.

Pedi licença a Pollack, caminhei até a praia, fiquei contemplando o Mediterrâneo. Nos momentos em que precisamos tomar uma decisão muito importante, é melhor confiar no impulso, na paixão, porque a razão geralmente procura nos afastar do sonho – justificando que ainda não é chegada a hora. A razão tem medo da derrota. Mas a intuição gosta da vida e dos desafios da vida. Eu também gosto, de modo que resolvi me candidatar e confiei em meus amigos da Academia. Pessoas mais próximas me perguntavam: “Mas está mesmo na hora? Por que você não deixa isso para mais adiante?” Eu respondia: “Como é que você sabe que ‘mais adiante’ é a hora certa?”

E segui em frente.

Vez por outra, me lembrava de um episódio de minha adolescência: Com um grupo de amigos da Academia de Letras do Colégio Santo Inácio – onde cursava o ginásio –, vimos até aqui para assistir a uma palestra. Foi preciso vestir terno e gravata, tomar o bonde, viajar muito tempo para chegar ao Centro da Cidade. Não me lembro da palestra, nem do palestrante – mas a primeira impressão desse lugar jamais saiu de minha cabeça.

Hoje, quase quarenta anos depois, estou nesta tribuna, fazendo meu discurso de posse. O que era uma utopia de adolescente virou – no início da década de 1990 – uma verdadeira heresia. Mas, como acontece com algumas heresias, esta também se transformou em realidade. Lutei por esse sonho, confiei em meus amigos, combati o bom combate e mantive a fé. Aprendi com Jorge Amado, o maior escritor brasileiro do século XX, o insubstituível, o grande, o generoso, o digno Jorge Amado, que as utopias são possíveis.

E, hoje aqui com vocês, celebramos juntos.

Antes de terminar, gostaria de citar outros dois escritores que nunca conheceram a glória, mas que realizaram seu trabalho com dignidade e dedicação. Um deles jamais sonhou que um dia seu nome seria pronunciado nesta tribuna, e talvez alguns considerem isso anátema, mas não posso deixar passar a oportunidade: trata-se de José Mauro Vasconcellos. Jamais li um livro seu, mas não posso perder este momento único para agradecê-lo por ter levado seu trabalho aos quatro cantos do mundo, ajudando a mostrar às mais diferentes culturas o que existe na alma intensa e comovente do povo brasileiro.

O outro escritor, um professor de Matemática, escondido atrás de um pseudônimo misterioso, povoou minha imaginação infantil com lendas do deserto, dos céus e da terra, das mil histórias sem fim que o povo árabe conta, e que, mais tarde, estariam na gestação de meu livro mais conhecido: *O Alquimista*. Trata-se de Júlio César de Mello e Souza, conhecido por todos os seus leitores como Malba Tahan. É de sua autoria a história que agora narro, com minhas palavras, e que tão bem reflete a frase de São Paulo sobre a glória do mundo:

Na antiga Roma, na época do Imperador Tibério, vivia um homem muito bom, que tinha dois filhos: um era militar, e quando entrou para o exército, foi enviado para as mais distantes regiões do Império. O outro filho, versado em Letras, virou um poeta famoso, que encantava Roma com seus versos.

Certa noite, o homem teve um sonho. Um anjo lhe aparecia para dizer que as palavras de um de seus filhos seriam conhecidas e repetidas no mundo inteiro, por todas as gerações vindouras. Acordou agradecido e chorando, porque a vida era generosa, e havia lhe revelado uma coisa que qualquer pai teria orgulho de saber.

Pouco tempo depois, morreu ao tentar salvar uma criança que ia ser esmagada pelas rodas de uma carruagem. Como tinha se comportado de maneira correta e justa em toda a sua vida, foi direto para o céu, e encontrou-se com o anjo que lhe aparecera em sonhos.

— Você foi um homem bom — disse-lhe o anjo. — Viveu sua existência com amor, e morreu com dignidade. Posso realizar agora seus desejos.

— A vida também foi boa para mim — respondeu o homem. — Quando você me apareceu em sonho, senti que todos os meus esforços estavam justificados. Porque os versos de meu filho serão passados de geração em geração. Nada tenho a pedir para mim; entretanto, todo pai se orgulharia de testemunhar a imortalidade de alguém que ele cuidou quando criança e educou quando jovem.

O anjo tocou em seu ombro, e os dois foram projetados para um futuro distante. Em volta deles apareceu um lugar imenso, com milhares de pessoas, que falavam uma língua estranha.

O homem chorou de alegria.

— Eu sabia que os versos do meu filho eram bons e imortais — disse para o anjo, entre lágrimas. — Toda Roma se encantava com eles, e sei algumas de suas poesias de cor: gostaria que me dissesse qual delas estas pessoas estão repetindo.

— Os versos de seu filho poeta foram muito populares em Roma — disse o anjo. — Todos gostavam, e se divertiam com eles. Mas, quando o reinado de Tibério acabou, seus versos também foram esquecidos. Estas palavras são de seu filho que entrou para o exército.

O homem olhou surpreso para o anjo, que continuou:

– Seu filho foi servir num lugar distante. Era também um homem justo e bom. Certa tarde, um dos seus servos ficou doente, e estava para morrer. Seu filho, então, ouviu falar de um Rabi que curava os doentes, e andou dias e dias em busca daquela pessoa. No caminho, descobriu que o homem que procurava era o Filho de Deus.

Encontrou outras pessoas que haviam sido curadas por Ele, aprendeu seus ensinamentos, e, mesmo sendo um centurião romano, converteu-se ao seu credo. Até que certa manhã chegou perto do Rabi.

Contou-lhe que tinha um servo doente. E o Rabi se prontificou a ir até sua casa. Mas o centurião era um homem de fé, e olhando no fundo dos olhos do Rabi, disse não ser necessário.

O anjo tornou a mostrar as pessoas e, de repente, todas se levantaram:

– Estas são as palavras do seu filho soldado – disse o anjo ao homem. – São as palavras que ele disse ao Rabi naquele momento, e que nunca mais foram esquecidas: “Senhor, eu não sou digno que entreis em minha casa, mas disse uma só palavra e meu servo será salvo”.

SIC TRANSIT GLORIA MUNDI. A glória do mundo é transitória, e não é ela que nos dá a dimensão de nossa vida – mas a escolha que fazemos, de seguir nossa lenda pessoal, acreditar em nossas utopias e lutar por elas. Somos todos protagonistas de nossas existências, e muitas vezes são os heróis anônimos – como o centurião romano – que deixam as marcas mais duradouras. Conta uma lenda japonesa que certo monge, entusiasmado pela beleza do livro chinês *Tao Te King*, resolveu levantar fundos para traduzir e publicar aqueles versos em sua língua pátria. Demorou dez anos até conseguir o suficiente. Entretanto, uma peste assolou seu país, e o monge resolveu usar o dinheiro para aliviar o sofrimento dos doentes. Mas assim que a situação se normalizou, de novo partiu para arrecadar a quantia necessária à publicação do *Tao*; mais dez anos se passaram, e, quando já se preparava para imprimir o livro, um maremoto deixou centenas de pessoas desabrigadas.

O monge de novo gastou o dinheiro na reconstrução de casas para os que tinham perdido tudo. Outros dez anos correram, ele tornou a arrecadar o dinheiro, e finalmente o povo japonês pôde ler o *Tao Te King*.

Dizem os sábios que, na verdade, esse monge fez três edições do *Tao*: duas invisíveis e uma impressa. Ele acreditou na sua utopia, combateu o bom combate, manteve a fé em seu objetivo, mas não deixou de prestar atenção ao

seu semelhante. Que seja assim com todos nós: às vezes os livros invisíveis, nascidos da generosidade para com o próximo, são tão importantes quanto aqueles que levam escritores a ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. ARNALDO NISKIER

“É no trabalho com entusiasmo que
está a porta do paraíso, o amor que transforma,
a escolha que nos leva até Deus.”

PAULO COELHO

Acadêmico Paulo Coelho,

Como recurso bíblico, posso afirmar de início que são múltiplos os sinais enviados por Deus ao Povo Eleito. Para o Todo-Poderoso, as palavras deveriam ser guardadas no coração e na alma. Assim, serviriam de conselho ou de advertência. Também sou partidário do respeito aos sinais, que podem ajudar a purificar o espírito. É a primeira grande concordância com o novo acadêmico, que faço questão de revelar, nesta solenidade.

Recorro ao Acadêmico e romancista Carlos Heitor Cony para proclamar o valor mais alto da vossa intenção oculta: preencher, via literatura, o vazio da alma humana. A afirmativa é do autor do romance *Quase Memória*:

Sua simplicidade lembra, em alguns momentos, os santos de todas as épocas e de todas as religiões, que dizem as palavras necessárias, as palavras que todos querem

ouvir; de certa forma, essas palavras estão dentro da alma de todos nós. Assim, tentam melhorar o homem e tornam a vida mais suportável.

Nesta Casa pluralista, que cultivava basicamente a Língua Portuguesa e a Literatura Brasileira, como quiseram os seus fundadores, entre os quais Machado de Assis, o mais forte dos sinais é a palavra, especialmente a palavra escrita, aprisionadora de ideias. Nela, os gregos antigos sentiam a existência de “sinais mortíferos”. É o que se pode depreender da vida e da obra do escritor Paulo Coelho, com as suas parábolas magnificamente elaboradas.

Como explicar por que fostes eleito para a Academia Brasileira de Letras exatamente no dia de Santiago de Compostela (25 de julho)? É o santo da cidade espanhola situada na Galícia, onde milhares de peregrinos, desde os tempos medievais, terminam a famosa caminhada mística, na catedral barroca em que o apóstolo foi enterrado. Ele também é conhecido como Maior.

Fizestes esse percurso de 700 quilômetros em 55 dias, no ano de 1986, e a vossa vida mudou completamente. Coincidência? Para Deus, não há coincidência. Adquiristes qualificação a partir da ordenação como Mestre da Ordem Católica de RAM, R de Rigor, A de Amor e M de Misericórdia, que nasceu há cerca de 500 anos. Ganhastes uma espada mágica, a que hoje se agrega uma outra, a clássica da Academia Brasileira de Letras. Se Machado de Assis foi O Bruxo, sois O Mago, como também podem ser todos os seres humanos.

Durante onze anos, estudastes alquimia, às voltas com os símbolos de dragões, leões, sóis e luas. Descobristes que, na complicada linguagem simbólica, havia na verdade uma forma de chegar ao coração. E então resolves, aos 38 anos de idade, depois de percorrer o estranho Caminho de Santiago, tornar-se escritor, vocação que afinal vos projetou no mundo literário internacional.

Sois uma pessoa que vive de sinais, que são mensagens cifradas, no alfabeto secreto do mundo. Eles têm sido preciosos, em vossa existência. Como ocorreu no episódio que envolveu a religiosa Nhá Chica de Baependi, Minas Gerais, que me foi relatado pelo amigo Silvestre Gorgulho. Em pleno período *hippie*, em 1978, convidado por vossa irmã Sônia Maria para batizar a sobrinha, fostes para a região que fica a trinta quilômetros de São Lourenço. Lá pudestes entender melhor quem foi a abençoada Nhá Chica, antes desconheci-

da. Durante trinta anos, a pérola escondida, como era conhecida, construiu com imenso sacrifício a igreja da cidade e colaborou no sustento dos pobres. Viveu de 1808 a 1885. Visitastes a pequena casa, onde, descrente de tudo, fizestes uma promessa: “Se conseguir ser escritor, oferecer-lhe-ei duas rosas vermelhas e uma branca, quando fizer 50 anos.”

Na volta, na estrada, aconteceu o terrível desastre. Vários mortos. Saístes ileso e, ao procurar algo no bolso, encontrastes o retrato de Francisca de Baependi, a Nhá Chica. Silencioso em sua mensagem de proteção. Em meio a tanta dor, entendestes o significado da palavra milagre: é aquilo que enche o nosso coração de paz. Foi o sinal para retornar aos sonhos, à busca espiritual, à Literatura. Cumpristes a promessa de retornar a Baependi em 1998. O processo de beatificação de Nhá Chica encontra-se, hoje, no Vaticano.

Acadêmico Paulo Coelho,

Sois, hoje, oficialmente, um dos nossos confrades. Fostes eleito, como é tradição, na Casa de Machado de Assis, pela unanimidade dos membros efetivos, simbolizada na tradicional queima de votos, após o pleito. As cinzas, no caldeirão aquecido, passaram a ser preciosas testemunhas do que afirmo, com a alegria de quem sente que a vossa colaboração aos projetos e sonhos da Academia Brasileira de Letras será intensa e dedicada.

A vossa responsabilidade é redobrada. Substituíis, na Cadeira 2I, um dos mitos intelectuais da República Brasileira. Roberto Campos, apesar da fugaz passagem pela ABL, deixou no país a marca da inteligência, da Cultura e do sucesso nos muitos e importantes cargos públicos que exerceu.

Cabe aqui uma pequena digressão. Há pouco tempo, com a minha mulher Ruth, visitei o santuário ecológico em que se transformou o Pantanal Mato-Grossense. Próximo a Poconé, naquela imensidão marcada por fluidos especialíssimos, passamos por uma cidadezinha, quase vilarejo, bem pobre, com a glória de ter sido o berço de Roberto Campos. Nascido em Nossa Senhora do Livramento, filho de pais humildes, o autor de *A Lanterna na Popa* dali saiu para o Seminário São José, no Rio de Janeiro, desenvolvendo, depois, uma carreira de fulgor inextinguível.

ÊNFASE NA ESPIRITUALIDADE

Sr. Paulo Coelho,

Sois um cidadão comum? Um especialista em magia? Ou simplesmente um escritor de sucesso?

Carioca de Botafogo, 55 anos, adolescência conturbada, um passado às vezes trágico, autor, no começo da carreira, de 65 belíssimas letras musicadas pelo parceiro Raul Seixas, sonhando com uma utópica Sociedade Alternativa, bem casado desde 1979 com a inspirada artista plástica Christina Oiticica, alcançastes a glória acadêmica com indiscutíveis méritos literários. Vossos livros são compreendidos e amados no mundo inteiro. Quereis dom maior?

Bem sei que vossos pais, Lúcia (já falecida) e o engenheiro Pedro Queima Coelho da Souza, felizmente entre nós, estimavam para o filho uma profissão convencional, na área do Direito. Mas o destino reservava outro caminho e agora vos traz a esta Companhia, onde, segundo o pai, “conviverás daqui para a frente com gente de bem”.

A aceitação em outros países é a melhor prova de que sois consagrado autor, ao lado de John Grisham, um dos dois mais vendidos neste planeta sedento de cultura. Vossa obra traz-me à lembrança o louvor de Antônio Vieira a Luís de Souza, em 1767: “O estilo é claro com brevidade, discreto sem afetação, copioso sem redundância, e tão corrente, fácil e notável que, enriquecendo a memória e afeiçãoando a vontade, não cansa o entendimento”.

É a simplicidade sem superficialidade, por isso fácil de ser traduzida em tantos países de culturas distintas.

Vender 41 milhões de livros (10 milhões só na França), ser traduzido para 56 línguas e editado em 150 países são fatos concretos de uma esplendorosa carreira, sobre a qual desejo avançar em considerações especiais.

Vossa obra, com forte ênfase na espiritualidade, rejeitando gurus, mestres e o fundamentalismo, busca exatamente resposta para essa angústia universal. Talvez aí resida o segredo do vosso êxito planetário, que recusa a expressão de literatura mercadológica. Sois a voz e o anseio de multidões à procura de uma perspectiva mais favorável, que se pode encontrar na leitura, valorizada pela certeza de que o livro jamais será superado pelo computador.

A criação literária tem os seus mistérios. Aceitar as suas diversidades é um exercício democrático. O que o mundo hoje nos pede é mais compreensão e não intransigência. Assim será possível aceitar a diferença. Se o público leitor vai ao encontro de determinada forma literária, a única atitude defensável é respeitar essa preferência, exercida livremente pelos leitores de países culturalmente distintos. E qual a razão do sucesso? Exatamente o fato de a obra do Acadêmico Paulo Coelho tocar em alguns dos nossos inquietos demônios.

Sois aficionado do mar, insondável em sua plenitude, de onde provém boa parte dos misteriosos sinais que balizam vossa vida. Caminhar descalço, na areia, é um dos vossos prazeres. As contemplações são diárias, do privilegiado posto de observação do apartamento de Copacabana. A água tem forte simbologia, por ser um dos elementos básicos da vida e da criação.

Homem de muitas faces e muitos oceanos desconhecidos, na permanente busca do conhecimento de vós mesmos, tendes uma rica bibliografia, a começar em 1974 com *O Teatro na Educação*, seguindo-se *Os Arquivos do Inferno* (1980), uma tentativa bem-sucedida de encarar vosso destino de escritor; depois *O Diário de um Mago*, em 1987, o primeiro de grande vendagem, é vosso encontro espiritual com a simplicidade na busca de Deus; a seguir, *O Alquimista*, em 1988, recordista de vendas, é o vosso percurso metafórico, a histórica peregrinação. Um livro arriscado, passando de um título anterior de não-ficção para um de ficção, sabendo-se que muitos escritores costumam acabar, literariamente, quando fazem essa mudança. Confessais que há muito de Jorge Luis Borges nessa obra, de intensa busca espiritual e conflitos existenciais. Longe da ideia de guru misterioso e enigmático, construístes uma pedra filosofal marcada pelo Brasil.

Brida é de 1990, um livro de nossos dias, grande reportagem de uma vida. É o romance mais longo, onde procurastes dar ideia da busca da mulher pelo conhecimento. Em *As Valkírias*, de 1992, abordastes o vosso casamento. Não era um livro sobre anjos, como muitos chegaram equivocadamente a crer. Seguiu-se, em 1994, o *Na Margem do Rio Piedra Eu Sentei e Chorei*, quando conseguistes realizar sonho antigo, qual seja, aceitar vosso lado feminino e utilizá-lo como forma de expressão. Vieram *Maktub* em 1994 (o que está escrito é sempre real) e *O Monte Cinco*, em 1996, um texto bíblico em que promovestes a incursão na vida de um homem obrigado a seguir o destino. Apresenta-se o tempo todo o equilíbrio entre o rigor e a compaixão. Em *Verônica Decide Morrer*

(1998) lidais com a necessidade de aceitar as diferenças humanas, *O Demônio e a Srta. Pryn* (2000) é um livro sem final maniqueísta; lançastes, em 2001, as *Histórias para Avós, Pais e Netos*, construído com as bem escritas crônicas que publicais semanalmente em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo*.

Com recursos dos direitos autorais, criastes a Fundação que leva o vosso nome e que conta anualmente com expressivas doações. A finalidade? Ajudar crianças carentes das favelas do Rio e adultos desprotegidos, além de promover a tradução de livros brasileiros para outros idiomas. Uma bela iniciativa.

Como fizestes na música, sois capaz de sintetizar numa frase toda uma história vivida, com a convicção de que um guerreiro da luz nunca se perde na análise do passado, vive o presente. Como afirmava São Paulo, o guerreiro da luz ama combater sempre sem se deter na felicidade conquistada.

Em depoimento ao escritor e jornalista Juan Arias, no livro *Confissões de um Peregrino*, afirmastes que “para ser escritor é preciso um pouco de fantasia, de transgressão, de ruptura com os esquemas do saber convencional”. Dessa forma, o vosso estilo mistura rigor e compaixão, operando com a necessária sabedoria. Faz o homem com valores superar o medo pela dosagem adequada de coragem.

O AMOR PELO MISTÉRIO

Fostes aluno do Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, de formação religiosa. Assim, adquiristes a base para resistir aos momentos tempestuosos da crença em seitas e magia negra. Vossos livros despertam o amor pelo mistério e pelo espírito, portanto pela grandeza da alma. Por isso, sois membro da Igreja Católica e também um mago, como todos os que sabem ler a linguagem oculta das coisas em busca do destino pessoal. Com a convicção de que só a palavra salva o homem. Como sempre afirmou Carlos Castañeda, outra de vossas grandes admirações literárias.

A gruta de Nossa Senhora de Lourdes, na França, exerce sobre a vossa personalidade uma grande e decisiva força espiritual, o que justifica a habitual permanência na pequenina e inspiradora cidade de Tarbes, no aconchego do Hotel Henri IV, nos Pirineus franceses.

A cultura enciclopédica de Wilson Martins utiliza o conceito de família espiritual que torna possível reconhecer, em momentos históricos diversos,

autores cujas afinidades eletivas supõem “parentesco” crítico. Assim, identificou as famílias espirituais: gramatical, humanística, histórica, sociológica, impressionista e estética. Tomo a liberdade de incluir-vos na família humanística – e assim terei dado ao vosso estilo uma classificação histórica, penetrando na essência da sua mensagem, na transparência das palavras, qualidade rara num escritor que objetiva, incansavelmente, transmitir ideias desconhecidas, não concebidas. É assim que atingistes a alma de incontáveis leitores, agraciados pelas luzes da esperança.

Como afirmais, a linguagem literária está mudando, e fostes influenciado por autores que procuravam um maior diálogo com o leitor. Correstes sempre o risco de ousar, de ir diretamente à essência do que mais vos interessa: o conflito humano.

Em vosso estilo de escritor, acreditais nas frases curtas, na síntese de ideias e poucas descrições, dando ao leitor o crédito da imaginação, da cumplicidade. Na busca desse estilo, resolvestes contemplar a Natureza e desenvolvestes uma forma de criação literária semelhante a ela: a aragem do campo, um processo de revolução interior, de renovação de valores; a semeadura, a criação que tem origem na vida, que semeia o campo fértil do inconsciente; a maturação, que brota do fundo da alma do escritor – uma espécie de interiorização da mensagem e, finalmente, a colheita, quando a criação torna-se manifesta. É assim que nasce o livro, marcando o vosso estilo diferenciado e personalíssimo.

A literatura mística, em linguagem acessível e direta, revela rituais milenares, exercícios de percepção, um encontro com alguns dos grandes mistérios do Universo. Em vossas narrativas, sempre de modo simples, para atingir todos os públicos, há uma proposta permanente do alargamento da visão de mundo, incluindo o visível e o invisível. Vossa literatura vai ao encontro de um forte anseio de busca espiritual, hoje presente praticamente no mundo inteiro, em que se registra a redução da taxa de racionalidade.

De forma velada, vossos livros provocam questionamentos interiores, de todas as latitudes, ao entrar em outra frequência. Recorro à milenar sabedoria chinesa para afirmar que em todos nós há um oráculo interno, pronto para nos fornecer informações necessárias e precisas a qualquer tempo. Fostes agraciado com o recebimento desses sinais, privilégio de poucos. Aflorou o mago, como se autodefine, identificado com as forças espirituais, livre das barreiras do tempo e do espaço. O misticismo é transmitido com verdadeiro encanto

poético, para que se erga A Grande Obra, onde se identifica a missão divina. Os homens constroem a morada seguindo o caminho da luz. Assim, despojamo-nos do supérfluo, para viver com o essencial. São conceitos que vos fizeram aderir fortemente à cosmogonia indiana.

Na vossa consagração como escritor, a força das palavras ultrapassa os limites do texto. Isso pode ser bem compreendido nesse trecho do *Pirke Avot* (A Ética dos Pais), em que se revela a vivência hebraica de quase 6 mil anos:

Aquele cuja sabedoria excede as palavras, como vive? A árvore pode ter muitos galhos, mas poucas raízes. O vento quando chega pode acabar com ela. Mas quando as palavras são sólidas, mais fortes que o vento, as árvores de poucos galhos e muitas raízes sobrevivem.

Por isso, fostes homenageado com diversas e elevadas distinções internacionais, entre os quais o Prêmio Grinzane Cavour, da Itália; os títulos de Cavaleiro de Letras e Artes e Cavaleiro da Legião de Honra da França e o Crystal Award, concedido pelo Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça.

EM BUSCA DA ALMA DO MUNDO

Millhões de leitores, no mundo inteiro, entre os quais figuras notáveis, como o Presidente francês Jacques Chirac, Bill Clinton e o Chanceler israelense Shimon Peres, demonstram vossa qualidade de narrador, sempre em busca de alguma coisa: o Caminho, a Pirâmide, o Alquimista, a Linguagem Universal, a Alma do Mundo.

O Acadêmico e Crítico Literário Antonio Olinto, ao analisar cuidadosamente a vossa obra, elogiou o perfeito sentido do ambiente nos romances. Segundo Olinto, “um feito literário, que é um dos motivos do seu êxito”. Os passos de Santiago estão gravados para sempre na Alma do Mundo, termo corrente na alquimia, que estima para este século uma forte característica mística e espiritualista.

Não poderá estar aí, na capacidade de antevisão do escritor Paulo Coelho, uma das melhores explicações para o êxito indiscutível? Vossa eleição para a Academia Brasileira de Letras apenas reafirma as qualidades literárias

muito próprias com que sois distinguido em todas as partes. Não existirá melhor embaixador cultural, no mundo agitado por guerras e incompreensões, mas que saberá apreciar um verdadeiro guerreiro da paz.

Apaixonado por borboletas, sem explicação para o sucesso (é mistério), revoltado com a bestialidade nazista e a degradação humana vistas nos campos de concentração de Dachau e de Auschwitz, Conselheiro Especial da UNESCO para diálogos interculturais e convergências espirituais, adota um estilo que ultrapassa as próprias palavras dos livros, por isso excelente matéria de reflexão.

Quanto ao mistério, só Deus poderia dar uma resposta. Ele é a fonte da sabedoria. E sábio é o que fala as coisas mais importantes de forma extremamente simples.

Em Jerusalém, já próximo ao Muro das Lamentações, em 1990, tivestes vontade de rezar. Mas como? Lembrastes, então, de um conto hassídico: na sinagoga, um menino dizia bem alto o nome das letras do alfabeto hebraico: *alef beit, guimel...* Perguntado por que fazia isso, esclareceu: “Não sei ler. Espero que, jogando as letras para o alto, Deus as recolha e complete as frases que revelem a minha espiritualidade.”

O peregrino Paulo Coelho, sem saber hebraico, pegou um livro de rezas de capa preta, abriu sem se preocupar com o conteúdo e começou a dizer uma série de letras, esperando igualmente que Deus as recolhesse para compor frases de paz e concórdia. Nada de muralhas. Elas impedem o crescimento.

“Dai-me, Senhor, um coração que escute.” Foi esse o pedido do rei Salomão, quando Deus surgiu em seus sonhos. Para o nosso novo acadêmico, o mais novo em idade de todos nós, é disso que se nutre a espiritualidade. O Universo vai continuar, os homens terão os mesmos medos, as mesmas esperanças e a mesma vontade de continuar buscando algo que aplaque a sede de infinito, que os impulsiona a buscar o desconhecido.

Ao entrar na Casa de Machado de Assis, podeis recordar o grande poeta Goethe: “Tenho a certeza de que já estive aqui, como estou agora, mil vezes antes. E quero voltar mais mil vezes.”

Assim será – e muito mais –, pois, se tivestes o privilégio de nascer há 10 mil anos, como repete a letra da música inspirada, o nosso desejo sincero é

de que o futuro vos reserve, no mínimo, outros tantos anos de sucesso, sempre na companhia de vossos imortais confrades.

Acadêmico Paulo Coelho,

Sede bem-vindo à Academia Brasileira de Letras, que vos acolhe de braços abertos.

Discurso da
SRA. ANA MARIA MACHADO

e

Resposta do
SR. TARCÍSIO PADILHA

*Sessão solene extraordinária do dia
29 de agosto de 2003*

I

DISCURSO DA SRA. ANA MARIA MACHADO

Dá vontade de chegar aqui como um cantador popular, que toma sua viola ou rabeca e canta em feitio de oração:

À vida e a todos eu devo
por esta hora encantada.
não tenho como pagar
tamanha glória alcançada.
Só me resta agradecer,
os olhos aos céus volver,
e graças a Deus render.
A todos, muito obrigada.

É que lá longe, quando tudo começou, nada faria supor que um dia os caminhos de minha vida me trouxessem a ocupar esta Cadeira I, nesta Casa. A Casa de Machado de Assis. Mas outro Machado desta família literária tão diversificada, o poeta espanhol Antonio Machado, já advertira:

Caminhante, não há caminho.
Faz-se caminho ao andar.

E se nem mesmo havia veredas ou picadas, ou se no meio do caminho só havia pedras, se não havia pontes ou porteiras abertas, se nada conduzia a estradas largas e pavimentadas, hoje olho o percorrido e constato como tantos

fios tão tênues vieram se entretecendo, tramando de modo diferente e me trazendo a este momento. Se os retraço agora, é menos por registro biográfico do que pela evocação de um processo brasileiro comum a tantos de nós, que nos permite diferentes e insuspeitadas ascensões e mobilidades numa sociedade tão desigual. Como nos ensinaram em música outros poetas, (Caetano Veloso e Gilberto Gil), o Haiti é aqui, e, ao mesmo tempo, o Haiti não é aqui. Ou ainda, tudo é tão desigual – de um lado este carnaval, de outro a fome total (Herbert Viana). De todos os lados, somos feitos, aos poucos.

Não para buscar o carnaval, mas seguramente atrás de visões do paraíso e para fugir da fome total, meu bisavô paterno, um menino português com seus dez anos de idade, fez seu caminho sobre o mar e entrou sozinho no porão de um navio. Deixava pais e irmãos na aldeia nos arredores de Vizeu e veio parar na serra fluminense, em Petrópolis, onde trabalhou no comércio e plantou hortaliças, conseguindo depois educar uma filharada. A mais velha delas, minha avó (e bisavó do atual prefeito de Petrópolis aqui presente), estudou no Colégio Sion, falava francês, lia os autores que mais tarde iria discutir com esta neta. E, sobretudo, era uma rebelde. Contra a vontade paterna, casou com um farmacêutico português pobre, que viera trabalhar na Casa Granado e acabou dono da Farmácia Central em Petrópolis. Tiveram oito filhos. Mas, com toda a trabalhadeira, ela conseguia preservar suas leituras e escrever nas horas vagas. Oculta sob pseudônimo, manteve uma coluna em um jornal local, defendendo o voto feminino e os direitos da mulher em geral. Talvez tenha sido lida, eventualmente, por alguns dos grandes nomes desta Academia, então recém-fundada, que costumavam passar o verão no clima ameno da serra. Talvez também alguns deles se alimentassem com as frutas e verduras que o velho Almeida, meu bisavô, cultivava lá em Petrópolis, na chácara do Caxambu, ou se tratassem com cápsulas que meu avô Rozendo Martins preparava na farmácia. Alceu Amoroso Lima os recordava bem, e chegamos a conversar sobre essas lembranças. Talvez esses caminhos tenham se cruzado com os de um dos ocupantes desta Cadeira, o historiador Afonso de Taunay, que estudou muitos anos em Petrópolis... Quem sabe se ele, conservador a ponto de condenar o retrato da Marquesa de Santos nas paredes do Museu do Ipiranga, por ofensivo aos melindres das famílias, não se teria chocado com algumas das irreverências defendidas por minha avó em sua coluna do jornal? Os exercícios de imaginação, que são matéria-prima de qualquer ficcionista,

me permitem enveredar por algumas possibilidades bem divertidas do que estariam achando os dois, Taunay e vovó, agora, ao me ver aqui, “se lá do assento etéreo onde subiram memória desta vida se consente...”. Quem sabe se a garra que constituiu o primeiro fio que me trouxe aqui não terá vindo justamente daí – da força com que minha avó Neném desejava as conquistas femininas, numa época em que mulher não podia nem ao menos estudar latim e grego e assim era impedida de ler os clássicos...

Pelo meu lado materno, não havia inicialmente a menor ligação com este mundo. Era tudo muito rural mesmo. Minha avó só aprendeu a ler e escrever com meu avô, depois de casada. Mas a avó dela ficou conhecida e tem seu nome registrado na história do norte capixaba, porque fez coisas espantosas para uma mulher: chefiava o partido de oposição, e era por seu intermédio que o quilombo local escoava sua produção de farinha de mandioca. Esse apoio aos escravos fugidos acabou lhe dando suficiente destaque para que seu filho, meu bisavô, viesse a ganhar do Imperador, após a Abolição, um título de nobreza, o último concedido pelo Império. Ao se tornar Barão dos Aimorés, incorporou ao nome a lembrança da paisagem humana em que vivia – embora vizinho a Nova Venécia, uma das primeiras colônias de imigrantes do Vêneto em nosso país, passara sua existência junto às matas onde se escondiam esses índios aimorés, então também chamados de botocudos ou coroados, “gente que desde o século XVI infundia terror por suas investidas contra os ocupantes da costa”, no dizer de Darcy Ribeiro. Um mundo bem distante das letras, não? Mas foi daí que vieram dois dos mais fortes fios que me fazem subir hoje os degraus desta tribuna: as histórias tradicionais que me contava minha avó Ritinha, biblioteca viva de sabedoria popular, e o amor aos livros que me transmitiu meu avô, Ceciliano Abel de Almeida, filho de um lavrador que colhia café às margens do rio Cricaré, nas terras do senhor barão. Um menino que usou a leitura e a sede de educação para ir fazendo seu caminho – do mato para a vila, de lá para a escola em São Mateus, e para Vitória, e para a Escola Politécnica no Rio de Janeiro, e em seguida para as inúmeras escolas onde ensinou Física e Matemática em Vitória por mais de cinquenta anos, e depois para a Universidade do Espírito Santo, que ajudou a fundar e onde foi reitor, na mesma cidade cuja prefeitura ocupou por duas vezes. Foi junto à sua escrivaninha de peroba rosa com tampo em esteira deslizante, em frente a suas estantes com portas de vidro, que, ainda menina, pela primeira vez ouvi falar

com admiração na Academia Brasileira de Letras. Compreendi então que muitos daqueles autores de sua coleção *Brasiliana* (ou da *Documentos Brasileiros*, que viria a publicar seu livro *O Desbravamento das Selvas do Rio Doce*) conheciam os dois vizinhos ilustres que meu pai às vezes me apontava no ponto de bonde do Curvelo em Santa Teresa, no Rio, onde eu nascera e passara a infância – e que hoje reconstituo na memória, deduzindo que deviam ser Manuel Bandeira e Ribeiro Couto.

Pelas mãos de um deles é que eu entraria pela primeira vez nas salas desta Casa povoada de História e de histórias. Aí já bem mais tarde. Tempos novos, em que o Rio se preparava para deixar de ser a Capital Federal. Eu era então uma garota praieira, de Ipanema e do Arpoador, típica desta nossa cidade mestiça, de sol na pele e música no corpo. Acabava de entrar no curso de Letras na então Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, fazia parte do ME (como era conhecido entre a militância o Movimento Estudantil) e participava da invasão e ocupação do prédio que havia aqui ao lado, que tinha sido o pavilhão inglês na exposição do Centenário da Independência e onde funcionara um tribunal eleitoral até a mudança da capital para Brasília. A faculdade ficava do outro lado da Avenida Presidente Antônio Carlos, onde fora (e hoje novamente é) a Casa da Itália, que fora tomada de seus donos durante a Segunda Guerra por outra ocupação estudantil. Mas então, início dos anos 1960, abrigava um excesso de cursos, e não havia mais espaço. Daí a nova invasão, e seu reconhecimento oficial, através de uma cessão para que os cursos de letras passassem a funcionar nesse prédio – depois demolido para dar lugar ao Centro Cultural e ao Edifício Austregésilo de Athayde, a partir dos belos traços arquitetônicos de Maurício e Márcio Roberto.

Foi ali (bem aqui ao lado) que, num imenso salão, tive a primeira aula de meu curso. Inesquecível. De Literatura Brasileira, com Alceu Amoroso Lima. Logo de saída, ao anunciar que o curso versaria sobre o Modernismo, evocou outra invasão, de que participara em sua juventude. Entrara à força nesta Casa, carregando Graça Aranha nos ombros, num protesto estudantil contra a Academia – em que, a essa altura dos anos 1960, meu professor às vésperas da aposentadoria ocupava a Cadeira 40 (onde, aliás, tomou posse num 29 de agosto, há exatos 68 anos).

Ao meu fascínio com as aulas do Dr. Alceu, fazia contraponto a decepção por não ter chegado a ser aluna de outro grande mestre, aposentado um

ano antes. Para me consolar, nossa professora de Literatura Portuguesa, D. Cleonice Berardinelli, me levou para visitá-lo. E, atendendo a um convite dele, eu lhe fiz companhia numa quinta-feira, entrando pela primeira vez nesta Casa – de braços dados com meu querido Manuel Bandeira, encantada, cumprimentando pessoalmente cada um dos presentes. Entre eles, estavam alguns a quem eu já fora apresentada, por serem amigos de Mario Martins, meu pai – Álvaro Moreyra, Luís Viana, Raimundo Magalhães Júnior e Afonso Arinos de Melo Franco. Mas não estava o único que então eu já podia chamar de meu amigo, Vianna Moog, com quem alguns meses antes eu tivera o privilégio de explorar as belezas do México, onde passei um mês e ele era adido cultural, cicerone precioso, paternalmente me adotando com saudades da filha com o mesmo nome e quase da mesma idade, então no Brasil. Fios da melhor qualidade começavam a tecer sua trama para me ligar à Academia. Mas ainda muito tênues, de modo muito sutil.

Logo em seguida, recém-formada, fui dar aulas na Faculdade de Letras, que começava a funcionar na Avenida Chile, dirigida por Afrânio Coutinho, com quem fui trabalhar na cadeira de Literatura Brasileira. Paralelamente, eu lecionava também Teoria Literária e fazia parte da equipe de outro acadêmico de quem guardo as melhores lembranças, o poeta Augusto Meyer. Nesse universo, convivi com confrades aqui presentes, que ainda não tinham suas cadeiras nesta Casa, como Evanildo Bechara, Nélida Piñon e Eduardo Portella – com quem trabalhei mais diretamente na editora Tempo Brasileiro. Com ele e com nosso amigo Roberto Pontual, acompanhei muito de perto o desabrochar da luminosa inteligência de José Guilherme Merquior, em reuniões de trabalho, grupos de estudo, cursos, conversas intermináveis.

Mas a situação do país se fazia cada vez mais tensa, e acabei me exilando na França. Saída tumultuada, repentina, sem dinheiro. Tornada possível pela solidariedade de amigos, entre eles meu querido Evandro Lins e Silva, a quem tenho a honra de suceder, mergulhada na tristeza de não tê-lo agora aqui entre nós, com sua inteligência luminosa, seu sorriso brincalhão, sua afetividade contida e sempre solidária. Como comprovei nessa ocasião da partida para o exílio. Além de já ter antes me oferecido, num momento de especial dureza econômica, um apartamento seu para que eu e meu marido morássemos de graça com nosso filho pequenino, nessa oportunidade nos ajudou a poder viajar com alguma reserva financeira para os dias incertos, comprando

alguns de nossos móveis — com o generoso argumento de que era justamente o que D. Musa queria para sua sala.

Em Paris, mais uma vez se estendeu para mim a mão sensível e amiga de um futuro acadêmico. Meu mestre Celso Cunha disfarçou o favor que me fazia, me saudando como se fosse eu um presente caído dos céus para auxiliá-lo, dividindo com ele suas funções e permitindo que tivesse mais tempo livre para explorar a cidade, seus bistrôs e livrarias, seus tesouros artísticos: levou-me para ser sua assistente na Sorbonne e depois me indicou para herdar o cargo quando voltou ao Brasil.

Daí por diante, os fios foram se multiplicando, e não é mais o caso de evocá-los um por um, embora não possa deixar de lembrar carinhosamente meu convívio e amizade com Darcy Ribeiro e Antonio Callado, de quem tenho tantas saudades. Eu então começava a escrever, publicava contos infantis na revista *Recreio*, preparava minha tese sobre Guimarães Rosa, orientada por Roland Barthes e extraoficialmente complementada por meu queridíssimo Antônio Houaiss, então mentor e amigo já de muitos anos e que em suas visitas regulares a Paris para o projeto da Enciclopédia Delta Larousse ia acompanhando de perto meu trabalho. Conversamos muito, do outro lado do Atlântico, quando ele se candidatou e foi eleito para a Academia. Talvez tenha sido essa a primeira vez que me ocorreu que podia ser interessante alguém pretender pertencer ao quadro da ABL e estar aqui entre tantos nomes tão significativos de nossa Cultura. Mas eu estava apenas começando e não achei que fosse para mim.

No entanto, aqui estou.

Caracterizados esses fios que, como o novelo de Ariadne, foram me mostrando um possível caminho, passo a examinar o destino a que estou chegando — esta Cadeira I. É de praxe que cada acadêmico, ao tomar posse, recorde seus antecessores. Até mesmo para mantê-los vivos na memória da sociedade que tem esta Casa como sua Instituição Cultural mais antiga e respeitada. No caso desta Cadeira, por exemplo, há uma noção bastante generalizada, várias vezes encontrada na Imprensa, de que ela teria sido ocupada por Machado de Assis — por ser a número I. Nada disso. Seu primeiro ocupante foi o poeta maranhense Luís Murat, parnasiano fortemente impregnado de romantismo, admirador de Victor Hugo, erudito, republicano militante, exaltado, de temperamento facilmente exasperável, um homem vibrante, envolvido

com política na juventude e, mais tarde, místico inflamado. Toda vez que fiz essa correção, houve uma certa surpresa. Mas como? Não foi Machado de Assis seu primeiro ocupante? Então ele era o patrono? Não. O patrono, escolhido por Murat, foi Adelino Fontoura. Quem? Pois é... Não encontrei quem, ao ouvir essa correção, identificasse o nome. De minha parte, confesso que também mal havia ouvido falar nele, vaga lembrança de algum poema numa antologia. Pois descobri coisas interessantes na magnífica biblioteca desta nossa Academia, aliás aberta ao público para ser utilizada e fruída.

Ao suceder a Luís Murat, o historiador Afonso d'E. Taunay deveria fazer também o elogio de Adelino Fontoura, o patrono desta Cadeira. Não o conseguiu, por mais que fosse um homem afeito às pesquisas em documentos e arquivos e diretor de museu. Limitou-se a fazer uma ironia disfarçada de modéstia, chegando a sugerir a criação de uma cadeira número zero para aqueles ilustríssimos desconhecidos que estivessem numa academia sem ao menos uma magríssima biografia, aqueles sobre os quais nada se descobre em fatigantes buscas em enciclopédias e dicionários literários, “nem a mais pequenina referência, contrariadora do seu como irremediável anonimato”. Realmente, nem Sílvio Romero, nem José Veríssimo, nem Ronald de Carvalho, os grandes críticos historiadores da nossa literatura até então, se referiram a Adelino Fontoura. Por maiores que fossem os méritos e esforços de Afonso d'E. Taunay, o historiador não conseguiu elogiá-lo. Só graças a Múcio Leão, quando chegou a vez do ocupante seguinte, foi possível ir mais além, e Ivan Lins pôde registrar que para Adelino Fontoura “a Academia tem sido, sem dúvida, o seguro de vida literária”. Essa observação se explica pelo fato de que é ele o único patrono da Academia que não deixou nenhum livro publicado, apenas poemas esparsos na imprensa e uma impressão muito viva em seus contemporâneos. Morreu aos 25 anos, antes de romper o ineditismo.

Mas é justamente isso o que eu acho interessante nesse tributo. Na escolha que Luís Murat fez do nome de Adelino Fontoura – e em sua aceitação por seus pares fundadores da Academia –, imprime-se uma dupla marca que define esta Instituição em seu nascedouro: a ousadia de Murat e a juventude de Adelino. Duas características que, em geral, não ficaram associadas à imagem pública corrente da Academia, preferencialmente pintada como um rochedo conservador inabalável. Mas também duas características que, para mim, estão indissoluvelmente ligadas a meu primeiro contato com ela, como

já evoquei – a lembrança de Alceu Amoroso Lima a contar como na juventude invadira esta Casa carregando Graça Aranha nos ombros, em protesto contra o espírito acadêmico. E foi ainda Dr. Alceu quem nos lembrou que

a maior lição que (Machado de Assis) nos deixou é que o grande inimigo das academias é o academicismo. Ninguém menos acadêmico que Machado de Assis. O que ele nos ensina, por sua obra e por sua personalidade, que transcendem as escolas literárias e as dissidências políticas entre irmãos, é que devemos entrar para as academias, contanto que elas não entrem em nós.

E, mais, diz ele:

As academias são como as armas. Só devem ser utilizadas em defesa. Em defesa, antes de tudo, do patrimônio cultural de um povo. Devem representar a memória estética, histórica e intelectual da nacionalidade. A oposição entre gerações faz parte essencial do dinamismo mais sadio dos povos. O choque entre gostos e escolas estéticas, por sua vez, é que alimenta a força criadora das vocações intelectuais. Daí ser o sarcasmo antiacadêmico um dos sinais mais sadios da *Intelligentsia* nacional. [...] É bom que assim seja, pois não há nada mais estimulante do que o epigrama para punir a mediocridade e a vaidade, que são sempre os demônios mais insidiosos das instituições acadêmicas. Ai de nós, porém, se não houver quem preserve os tesouros intelectuais do passado contra a fúria iconoclasta do presente.

Mas se estou podendo hoje pinçar esses traços de ousadia e juventude nesta Cadeira, evocando seu Patrono Adelino Fontoura, devo-o (como já mencionei) a seu terceiro ocupante, Ivan Lins, um humanista raro, de obra vasta e multifacetada, homem de imensas virtudes morais e dotes intelectuais, insuperável “no gosto dos estudos especializados e na ojeriza às improvisações passageiras” – como assinalou Rodrigo Octavio ao recebê-lo nesta Casa. Nas palavras justas de seu sucessor Bernardo Élis, “seus livros abordam setores culturais a que nós luso-brasileiros – tão práticos – não somos muito afeitos, justamente por não frequentá-los”, o que confere a Ivan Lins um lugar à parte na vida espiritual brasileira.

Um lugar muito especial em nossas letras merece também o autor dessa observação, seu sucessor Bernardo Élis. Convido os presentes a fazer um teste, para comprová-lo: o do contato direto com o texto. Leiam um conto seu, qualquer um. Larguem pelo meio, se forem capazes. Experimentem tentar

esquecê-lo. Não conseguirão. A linguagem, a paisagem, a força e a verdade dos personagens do goiano Bernardo Élis passam a fazer parte permanente da bagagem do leitor. Com ele, estamos diante desse raro fenômeno com que às vezes a Literatura nos brinda – sentimos um arrepio na alma enquanto nos olhamos num espelho. Espelho que reflete nossa verdade social de modo irretocável. Calafrio na alma brasileira, captada na essência de nossa língua, que ele registra no difícil equilíbrio do fio da navalha entre o emprego popular e a norma culta, enfrentando com coragem esse desafio exigente com que cada um de nossos ficcionistas tem que se deparar.

Não surpreende que Aurélio Buarque de Holanda tenha assinalado que, de tão numerosos, não conseguiria apontar na expressão literária de Bernardo Élis cada passo que lhe acendeu encanto ou até deslumbramento. Nem que Guimarães Rosa, tomado pelo entusiasmo da releitura de um conto de Élis, tenha escrito: “Ninguém, em país nenhum, nenhum tempo, parte alguma, escreveu coisa melhor.” Ao assinalar a riqueza de seu currículo, seu sucessor nesta Casa, Evandro Lins e Silva, comentou que dificilmente se encontraria intelectual com uma atuação igual à sua, com o reconhecimento ainda em vida da excepcionalidade do seu preparo, da sua competência e da sua criatividade.

Tais observações podem igualmente servir de ponto de partida para a celebração do próprio Dr. Evandro. Impecável exemplo de cidadão, seja atuando como advogado, procurador-geral da República, ministro de Estado, ou ministro do Supremo Tribunal Federal, foi sempre um homem capaz de enxergar os pequenos e de oferecer sua plena capacidade profissional e intelectual ao grandioso serviço da nação. Mas também foi por ela amplamente reconhecido, nas homenagens dos presidentes e no carinho dos humildes, nas honorárias que mereceu e recebeu incessantemente, até o fim da vida, em que o último ato de que participou foi para ser empossado como Conselheiro da República. Sempre atuante, participante, em generosa disponibilidade para as grandes causas. Sempre um modelo. Logo após o atentado de 11 de setembro de 2001, escreveu uma das mais brilhantes reflexões que a imprensa publicou sobre esse grave momento internacional, chamando a atenção para a falta de estadistas no mundo contemporâneo – preciosos por sua atuação e sua exemplaridade, marcos essenciais de referência para os povos. Pouco depois, ao ser nomeado Conselheiro da República, escrevi na revista virtual *No.com* um texto em que o saudava, lembrava esse artigo e destacava a também necessária

exemplaridade dos magistrados, num padrão a que ele e alguns outros nos haviam acostumado e cuja carência tantas vezes sentimos em nossos dias. Ele me telefonou, com a elegância de sempre, para trocarmos ideias sobre isso, e, mais uma vez, constatei o imenso privilégio que tive na vida por tê-lo conhecido de perto e podido conviver com ele.

Essa convivência amiga durante mais de trinta anos talvez prejudique um pouco minha isenção para falar de Evandro Lins e Silva com objetividade, porque a emoção insiste em se misturar com a memória e se somar à justificada admiração pelo grande brasileiro. Mas é que, para mim, este imenso respeito pelo jurista e homem público se teceu dentro do clã, com fios quase domésticos. Fosse ouvindo seus palpites em minhas conversas com minha querida D. Musa, fosse ponderando suas sugestões para as pecinhas que Patrícia, Ana Teresa, Inês e eu ensaiávamos com as crianças da família para o Natal em sua casa, fosse nas discussões domingueiras, comentando as notícias da semana – que muitas vezes nem chegavam a sair nos jornais censurados – à sombra do toldo em seu jardim no Alto da Boa Vista, no final dos anos 1960 e início dos 1970... Nessas ocasiões, ouvi de Evandro Lins e Silva conceitos que nunca mais vou esquecer, sobre a excelência do júri popular, sobre a necessidade de se humanizar o direito penal e abolir a pena de prisão, sobre o risco de o excesso de lei atrapalhar a justiça, sobre a importância crucial da bondade para um juiz – sinal de verdadeira inteligência, segundo ele. Muitas vezes, começando a engatinhar em minhas tentativas de ficcionista, interessada nos meandros da alma humana, eu puxava conversa sobre crimes passionais e percebia o cuidado com que Dr. Evandro respeitava os diferentes lados em jogo em cada questão, a importância de se apurar o fato e seu contraditório para buscar a justiça, a insistência no direito de cada um. O fato é que, para mim, o grande jurista não era apenas um figurão distante e abstrato. Era alguém próximo, vivo, entusiasmado e divertidíssimo.

Tinha sido amigo de meu pai na juventude, seu companheiro em atividades políticas e no Jornalismo. Depois, como durante alguns anos uma de minhas irmãs foi casada com um filho seu, esses laços se estreitaram. Devo muitíssimo à sua generosidade, como já relatei. Conto agora, aqui, algo que também lhe devo e apenas os íntimos sabem: inspirei-me nele para criar um personagem mencionado de passagem em meu romance *Tropical Sol da Liberdade*, contracenando com outro amigo, hoje também escritor premiado por esta

Casa. Ao ler o livro e se reconhecer, fez pequenas correções de detalhes factuais, mas achou divertido. Várias vezes falamos de livros e trocamos impressões de leituras. Era como se as recomendações literárias fossem parte do meu papel em nossa amizade, já que estava acostumado a que a Literatura lhe chegasse por mãos femininas. Tinha recordações muito nítidas e cálidas das histórias contadas por D. Maria do Carmo, sua mãe, uma mulher que estava sempre com um livro nas mãos e reservava toda tarde um momento sagrado para sua leitura de romances. Além dessa lembrança, toda a vida tivera nessa área a preciosa assessoria da esposa. Uma das razões que faziam de D. Musa uma mulher interessantíssima, para mim, além de seu espírito rápido, sua personalidade marcante e sua generosidade, é que foi uma das mais completas leitoras de Literatura que conheci. Atenta, voraz, exigente, crítica, sempre atualizada, capaz de comparar com criatividade e humor, tinha excelente memória para pinçar a citação correta e aproximar diferentes momentos leitores. Conhecia Proust como poucos, movia-se completamente à vontade pela obra dos clássicos (sobretudo franceses e portugueses) e ficava empolgadíssima ao descobrir um contemporâneo digno de entrar em seu panteão literário – lembro muito bem como suas filhas, ela e eu vivenciamos a descoberta de *Cem Anos de Solidão*, recém-saído entre nós. Não é de se admirar, portanto, que personagens e situações vindas da Literatura tivessem inspirado várias das defesas que Evandro Lins e Silva fez no tribunal do júri, desde o Otelo de sua estreia e os ecos de Zola e Eça num rumoroso caso do Crime do Padre de Maria da Fé, até mais recentes descobertas de argumentos contra a pena de morte numa leitura de Leonardo Sciacia. Também em suas incursões pela vida pública, a bagagem literária lhe foi preciosa. Veio somar-se a sua profunda cultura jurídica, sua vasta experiência e à leitura atenta dos jornais, hábito trazido do tempo em que trabalhou na Imprensa, responsável pelo fato de estar sempre ligadíssimo ao dia a dia, absolutamente atestado com o momento presente.

Nada disso lhe serviria, entretanto, se todas essas qualidades não estivessem solidamente ancoradas num fundamento ético monolítico, a embasar todas as suas ações em prol da nação e da cidadania, algo que norteava sua trajetória com uma visão de certo e errado, mais ampla do que limites circunstanciais, conjunturais ou partidários. Nunca foi seletivo no combate ao arbítrio, enfrentando-o em todas as suas manifestações. Contra o Estado Novo, foi da Esquerda Democrática, fundador da União Democrática Nacional –

UDN, e, mais tarde, do Partido Socialista Brasileiro. E em todos os cargos públicos que ocupou – sempre sem pleiteá-los – como bem assinalou Afonso Arinos, filho, “exerceu-os em estado de absoluta consciência cívica, sempre voltado à ética e ao bem comum”. No Governo Goulart, foi sucessivamente procurador-geral da República, chefe da Casa Civil e ministro das Relações Exteriores. No Itamaraty, consolidou a política externa independente (iniciada por Afonso Arinos, pai, em sua breve primeira passagem pela chancelaria) e se orgulhava de que, em sua gestão, pela primeira vez o Brasil teve a oportunidade de votar na ONU contra a pretensão portuguesa de manter as colônias. Com efeito, só então o representante brasileiro Antônio Houaiss pôde realizar um antigo anseio de nossos diplomatas democratas e, cumprindo as instruções precisas da Secretaria de Estado, deu o voto brasileiro nesse sentido – o que depois lhe custaria a carreira de diplomata ao ser cassado pelo regime militar. Mas nem a amizade de Dr. Evandro pelo Presidente Goulart, nem as afinidades com a política das reformas de base do governo impediram que Lins e Silva mantivesse íntegras a inteligência e a clareza de análise daquilo que era essencial. Como bem assinalou Fabio Konder Comparato, sempre

Evandro Lins e Silva soube distinguir os interesses nacionais dos meramente estatais ou governamentais, mostrando por essa forma a governantes e políticos que a fidelidade aos interesses da nação há de ter precedência sobre a fidelidade ao governo de onde provieram as nomeações para esses cargos públicos.

No final da Gestão Goulart, por exemplo, apoiava a política econômica do Ministro da Fazenda Carvalho Pinto, que considerava realista e conduzida com segurança, mas era muito mal vista pela esquerda. Encerrou, então, o Dr. Evandro sua participação no governo e aceitou a vaga que lhe era oferecida no Supremo Tribunal Federal. Na mais alta corte do país, iria defender com coragem a Constituição e o Direito, marcando sua atuação pela nitidez e firmeza com que sempre enfrentou os poderosos. Não é de admirar que, quando em dezembro de 1968 o Ato Institucional número 5 atropelou essa Constituição, uma das primeiras medidas dos militares tenha sido a aposentadoria de alguns ministros do Supremo, entre eles Evandro Lins e Silva. Isso não impediu que ele continuasse atuando como advogado e no júri, de volta ao escritório que sempre dividira com o irmão Raul, companheiro de todas as

horas que ele acabava de perder justamente nesse momento. Ou que, quase um quarto de século mais tarde, somasse sua ousadia e sua juventude às dos estudantes caras-pintadas que tomaram as ruas e levasse a bom termo, com toda sua competência, a tarefa de defender a dignidade da nação no processo de *impeachment* do Presidente Collor. Para isso, chamou a si essa responsabilidade, conferida por “um mandato popular invisível”. Foi o coroamento de sua carreira, a síntese do advogado e do homem público, o ato que graças à televisão o tornou conhecido em todos os lares do país.

Curiosamente em nosso convívio, foi só depois dessa consagração pública e de seu recolhimento posterior (tão relativo que incluiu sua eleição e presença atuante nesta Academia) que eu tive a oportunidade de ter uma forma de relação profissional com Dr. Evandro. Aliás, envolvendo também o nome de um grande escritor, encantador e modelo de tantas gerações de brasileiros, sem dúvida um dos mais célebres e respeitados ocupantes da Cadeira 41 desta Casa – como às vezes é chamada aquela que não chega a ser preenchida.

No final de 1997 fui processada, juntamente com minha editora, pelos herdeiros de Monteiro Lobato, que se sentiram atingidos por meu livro *Amigos Secretos*, que homenageava o escritor paulista, entre outros. Chegaram a me ameaçar de passar da área cível para a do direito penal. Procurei meu irmão e advogado, André Martins, e falei também com meu querido amigo e defensor nos tempos difíceis, Tércio Lins e Silva. Nessas idas e vindas, acabei conversando também com Dr. Evandro, tio e vizinho de Tércio no escritório, onde também a esta altura estagiava Tiago Lins e Silva, meu sobrinho. E meu velho amigo quis olhar o processo. Daí a dias, ligou-me para conversar, entusiasmado com as possibilidades da defesa que construía. Atendendo a um pedido seu, levei-lhe meu livro, a obra de Lobato e exemplos de homenagens semelhantes feitas pelo próprio Lobato a outros autores, e que me haviam servido de modelo – como Peter Pan, por exemplo. Dr. Evandro os leu com presteza e – segundo me disse – com encantamento. Agradeceu-me, como se fosse um privilégio, a oportunidade de mergulhar no mundo da Literatura Infantil nesse momento de sua vida, pela primeira vez podendo apreciar toda a excelência artística do gênero e a riqueza de suas diversas camadas de significado. E reiterou o conselho do Tércio: “Deixe que saia do cível e venha para o penal. Aí nós defendemos.” Por conta disso, começou a rascunhar as linhas mestras da defesa – tecnicamente irresponsável, definitiva, brilhante, como era de se espe-

rar. E com uma reflexão muito fecunda sobre o direito à Cultura e a abrangência da propriedade intelectual. Os advogados da editora, porém, preferiram entrar num acordo que suspendeu a circulação do livro, e a história ficou por aí. Nunca mais voltamos ao assunto.

Meu amigo e conselheiro não chegou a ser meu advogado. Continuou apenas meu amigo e conselheiro. Um grande amigo. O conselheiro de nós todos, e da República, reconhecido pelos chefes da nação. Como todos nós aqui, sinto muita falta dele, de sua orientação clara e corajosa, nítida e justa. E é na reverberação da ética inflexível e exemplar de brasileiros como meu pai e ele que procuro moldar minha atuação.

Assim, como todos nós, aplaudi mentalmente a cena que me trouxe a televisão, quando o Presidente Fernando Henrique empossou Evandro Lins e Silva como Conselheiro de República – da mesma forma que aplaudíamos semanas antes quando o Presidente Lula, recém-eleito, foi visitá-lo em casa e lhe prestar o tributo devido aos sábios tutelares da tribo, em gesto que dignifica quem presta a homenagem e quem a recebe. A nação mal podia imaginar que, enquanto assistia ao noticiário da posse, Dr. Evandro já estava hospitalizado, em consequência da queda que o levaria. Poucos dias depois, voltando de seu sepultamento em estado de orfandade, passei uma noite de sono agitado. Acordei de madrugada, recordando um sonho de extraordinária nitidez em que ele se despedia de mim e no final perguntava: “Gostou de minha defesa?”

Tinha vontade de responder, de dizer bem alto que sim, gostara, de todas as defesas que ele fez de todos nós. Mas não sabia a que se referia meu inconsciente, nem qual o sentido do sonho. Teria que esperar ainda algumas horas. No final dessa mesma tarde, recebi um telefonema surpreendente. Passados cinco anos da ação, de repente, do nada, o representante dos herdeiros de Monteiro Lobato me procurava justamente nesse dia para dizer que eles tinham mudado de ideia, reconheciam que haviam sido mal orientados na ocasião, que não havia motivo para o processo, e me comunicavam que decidiram permitir que meu livro fosse novamente publicado e sua circulação restabelecida. Desliguei o telefone emocionada. Com a certeza de que a justiça fora feita, numa homenagem coincidente.

Por tudo isso, encerro esta evocação com palavras que, mais que de tributo, são de carinho e agradecimento a tudo o que Evandro Lins e Silva fez por todos nós. E que se ampliam para rapidamente incluir tantos outros no

meu coração, que me ajudaram a estar aqui agora, a começar por meus confrades nesta Casa, que hoje abrem as portas para me acolher. E também a meus pais, Dinah e Mario Martins, mapa e bússola de seres humanos íntegros, na certeza do amor e do respeito aos valores que realmente devem contar. Também agradeço a meus filhos, Rodrigo, Pedro e Luísa, amor que não cabe em palavras, e a seus pais Álvaro Machado e Lourenço Baêta, que pela vida afora aguentaram esta mãe e mulher escritora, desligada no dia a dia, difícil, exigente, independente, inflamável. A meus irmãos e irmãs, companheiros de ninhada, na certeza da cumplicidade. A meus sobrinhos e sobrinhas, em cujo delicioso convívio encontro amizade e estímulo vivos e raros. Aos médicos cuja competência me permitiu sobreviver, para estar aqui neste momento e para a alegria de conviver com meus netos, Henrique e Isadora. A meus muitos e sucessivos cunhados e cunhadas que foram virando meus amigos. E a meus amigos mesmo, resultado de uma vida partilhada. Não preciso dizer que tê-los hoje ao meu lado é uma imensa alegria. É isso o que faz a festa, como sabem. Festa de uma glória inimaginada, por ser recebida nesta Casa ao lado de nomes tão expressivos de nossa Cultura, consagrados pelo tempo, agora que vai chegando a vez de minha geração. E, nesta hora de emoção, passo a palavra final a um grande poeta e romancista desta geração, a quem me orgulho de ter tido tantas vezes como porta-voz ao longo da vida e que, mais uma vez, fala por mim num momento intenso. Agora, na Academia Brasileira de Letras, agradeço a Chico Buarque de Holanda por introduzir a necessária humildade neste momento, ao lembrar que a glória não passa de uma companheira das rugas e de um efeito do tempo que nos carrega:

Imagino o artista num anfiteatro
Onde o tempo é a grande estrela.
Vejo o tempo obrar a sua arte
Tendo o mesmo artista como tela.

Modelando o artista ao seu feitio,
O tempo, com seu lápis impreciso,
Põe-lhe rugas ao redor da boca
Como contrapeso de um sorriso.

Já vestindo a pele do artista
O tempo arrebatá-lhe a garganta.
O velho cantor sobe ao palco.
Apenas abre a voz, e o tempo canta.

Dança o tempo sem cessar, montando
O dorso do exausto bailarino.
Trêmulo, o ator recita um drama
Que ainda está por ser escrito.

No anfiteatro, sob o céu de estrelas
Um concerto eu imagino
Onde, num relance, o tempo alcance a glória
E o artista, o infinito.

(“Tempo e artista”, *Paratodos*, 1993)

II

RESPOSTA DO SR. TARCÍSIO PADILHA

Sra. Ana Maria Machado,

Vossa presença entre nós, hoje, é o conseqüência natural e mesmo obrigatório de um percurso pleno de afirmação literária da mais alta qualidade que, de há muito, transpôs nossas fronteiras. Esta é a vossa Casa, que sempre amastes, como se evidenciou em vosso discurso na festa de aniversário da ABL, quando, neste mesmo Salão Nobre, recebestes há dois anos o prêmio maior desta Academia, o Prêmio Machado de Assis.

Sois a sexta escritora a ingressar nesta Casa que tangencia o mito no imaginário do povo brasileiro. Após a alteração regimental ocorrida em 1976, que cedeu afinal à insuperável decisão de acolher escritoras na Academia, aqui aportou, com sua firme personalidade e fina sensibilidade, a primeira imortal, a Confreira Rachel de Queiroz, ícone de nossa Literatura.

Em 1981, a ela se seguiu a doce romancista Dinah Silveira de Queiroz, que, depois de receber o Prêmio Machado de Assis, foi estimulada a ingressar na Academia, por Osvaldo Orico. O escritor paraense, com rara tenacidade, logrou a alteração regimental ansiada. É o momento de volver o olhar para Lúcio de Mendonça, a quem todos devemos a ideia de se fundar esta Academia. Na relação dos primeiros ocupantes possíveis das cadeiras da ABL, Lúcio incluiu o nome de Júlia Lopes de Almeida. Foi vencido duas vezes, mas pela imprensa insistiu na mesma tecla, em favor do ingresso de escritoras na

Casa de Machado de Assis. O registro se faz necessário para repor nos trilhos a história desta conquista *quae sera tamen* (ainda que tardia).

Em 1987, a Casa se viu enriquecida de forma exponencial com a eleição de Lygia Fagundes Telles, esta mulher de riqueza humana ímpar, capaz de detectar os mais tênues fios condutores do humano existir. Celebramos no ano em curso os 30 anos de seu livro paradigmático, *As Meninas*, e de outra efeméride significativa para a interminável coorte dos que a amam e admiram. Para ela, há um mistério em que estamos mergulhados, palavra-chave de seu itinerário, no registro crítico de Eduardo Portella. Lygia sentencia lapidarmente: “A obra de Arte para mim é um imprevisto. Um grande imprevisto de loucura.”

Desde 1990, outra emérita escritora, Nélida Piñon, vem abrillhantando a presença feminina na Academia. Como brasileira recente, segundo se anunciou: “Chego à Academia”, disse ela, “trazida inicialmente pela paixão da linguagem e pela fidelidade à imaginação, este território pelo qual transita a liberdade.” Nesta sentença, está Nélida de alma inteira, ela a quem a Casa deve a ascensão à presidência, por primeira vez, de uma mulher, bem antes de que a Académie Française se atrevesse a romper as barreiras do preconceito.

Em 2002, Zélia Gattai Amado trouxe para esta Casa a leveza de sua narrativa. Parece nos falar ao pé do ouvido, pois seu estilo coloquial situa o leitor quase como interlocutor. Impende recordar que sua presença, além de opulentar este cenário privilegiado das letras, constituiu ainda uma engenhosa e sábia maneira de reter entre nós o grande Jorge Amado.

Sra. Acadêmica Ana Maria Machado,

Ingressais neste recinto, pavimentado por centenária tradição cultural, em presença de vossos oito irmãos e de vossos filhos Rodrigo, Pedro e Luísa, além de amigos e colegas de lides literárias, artísticas e jornalísticas. É um excepcional *flash* da glória que vos acompanha o percurso iniciado há mais de três décadas.

Cuido adequado sublinharmos que tendes um compromisso com a palavra e sabeis preservar o tempo, secretando a inventividade de quem meteu a ombros uma obra ciclópica, com 115 títulos publicados. Seguistes certamente a assertiva de La Fontaine, para quem “o sábio é administrador do tempo e das palavras”.

Talvez se possa inferir do amor que certos escritores devotam à língua pátria a sublimidade de seu estilo e a beleza de sua arte. Fincar as raízes da alma na profundidade do mistério de dizer e de escrever denota intimidade de si mesmo com a cultura que nos impregna a vida, com suas crenças, seus valores, sua tradição e seu ímpeto de criar voltado para o porvir.

Vós vos habituastes a uma fidelidade plena aos valores fundantes da bela língua que nos foi legada, sem incidirdes no equívoco de lhe superdimensionar a correção epidérmica em detrimento da espontaneidade de vossa pena ágil, coloquial e altamente criativa.

Compelida a imigrar, tivestes o cuidado de preservar vossos filhos da pressão dos idiomas dos países em que vos refugiastes, para mantê-los vinculados ao idioma que nos cumpre preservar e que vínheis cultivando com ternura filial e de que vos tornastes sacerdotisa. Sim, porque é de liturgia que se trata, quando nos defrontamos com o desafio de escrever, de expressar conceitos, sentimentos, perfis existenciais que ornaram a paisagem humana.

Sempre soubestes conciliar o respeito devido à norma culta com a abertura à evolução da língua. Timbrastes em reiterar: “falamos Português, sim, mas o Português do Brasil... quero a língua brasileira, com sua flexibilidade, sua variedade, seu ritmo e sua dança, sua ginga inventiva, seu jogo de cintura, sua irreverência”. Isto porque tendes consciência de que “a linguagem não existe só para a comunicação, ela também serve para a expressão – o terreno da criação linguística”. Com isto, se evita a transformação da norma culta numa camisa de força. Vossa obra é autenticamente brasileira, poreja intimidade com a nossa Cultura, em seu dinamismo criativo.

Registro o paralelismo entre vós e a notável escritora Rachel de Queiroz, que, há meio século, respondeu a um editor português que queria publicar um de seus romances, afeiçoando-o ao linguajar lusitano. Naquele então, avançou a aureolada confreira: “sua língua é um patrimônio tanto nosso quanto seu.” Para concluir: “esses pronomes mal postos, [...] essa língua que lhes revolta o ouvido, é a nossa língua, é o nosso modo normal de expressão, é – ousei dizê-lo – a nossa língua literária e artística”.

Da palavra, devemos aproximarmo-nos com o desvelo e o carinho ditados pelo amor essencial ante o mistério inefável da expressividade humana em suas variegadas formas de comunicação. Forçoso é convir que o abuso de palavras, ao explicitar um certo vício de exibição ou um *taedium vitae* muito contri-

buiu para a sua desvalorização. A palavra de que cuidamos concerne ao patamar superior da significação, da mais-valia de sentido, da sintonia com a existência humana em suas manifestações superiores. Pedro Abelardo, famoso filósofo que viveu entre os séculos XI e XII, assentia: “*factis non verbis sapientia se proficitur*” (“a sabedoria tira proveito dos fatos e não das palavras”). Tal compreensão, encontrada também em Terêncio, Cícero, Sêneca e mesmo em escritores consagrados nas línguas modernas, parece olvidar o étimo do vocábulo, de vez que palavra, parola, parole, palabra promanam do latino-cristão parábola, cuja densidade significativa a Cultura tanto reconhece e mesmo enaltece. Tal é o peso da palavra que vale reiterar, com Benedetto Croce, que a palavra é sempre criação fantástica, poesia, e cada consideração não-estética da palavra conduz a algo que não é linguagem mas um ato econômico. Em que pese um certo exagero, é compreensível a tese, a que se poderia acrescentar a conclusão da escritora Flora: “*loquor, ergo cogito et sum*” (falo, logo penso e existo). Ou, ajustando ao ato de escrever, diríamos “*scribo, ergo sum*” (escrevo, logo existo).

Há um encantamento na origem do conhecer e do sentir, do querer e do amar. A admiração é o estágio inicial da abordagem do real, segundo Platão. Vós bem o compreendestes, ao nos revelardes o quanto tal atmosfera perpassou espíritos de escol nos albores de vosso percurso existencial. O fascínio pela narrativa esteve na raiz de muitas vocações literárias. Recordastes o deslumbramento de Carlos Drummond de Andrade com a leitura de *Robinson Crusoe*, de Clarice Lispector com *Reinações de Narizinho*, do vosso diretor de tese, mestre Roland Barthes, mergulhado na mitologia grega com seus argonautas. Vosso antecessor na Cadeira I, o saudoso Mestre Evandro Lins e Silva, também por vós lembrado nesta evocação de encantamentos literários, mencionava o quanto ficara marcado pelos contos de fadas maviosamente narrados por sua genitora.

Monteiro Lobato abriu o espaço inaugural da presença robusta da Literatura Infantil entre nós. Sozinho vendeu, em 1943, mais de 1 milhão de livros, cifra esta, hoje, amplamente sobrepujada por Ruth Rocha, por vós – com mais de 14 milhões de exemplares – e de muitos escritores voltados para a Literatura Infantil, como Ziraldo, Lygia Bojunga e tantos outros.

É curial ligar-vos a Monteiro Lobato, o pai da Literatura Infantil, como se dele fosseis herdeira. Vossas preocupações não coincidem. Reconheceis que ambos se voltam para questões sociais, políticas e filosóficas, e que a discussão

de valores éticos está presente em vossa obra e na do insigne escritor paulista. Mas vós bem demarcais as diferenças: “Ele (Monteiro Lobato) tinha um vasto, oportuníssimo e maravilhoso projeto pedagógico para o Brasil. Eu... apenas quero explorar as potencialidades da linguagem e da narrativa... Fazer brincadeira estética.” Seguramente estamos em presença de perfis diversos, mas a vossa modéstia se imiscui no debate, uma vez que vossa forma de vos valerdes da palavra, em grau de crescente complexidade, configura uma intenção marcadamente pedagógica que não é de confundir-se com um didatismo esterilizante. Vós mesma o sublinhais, ao mencionardes a série Mico Maneco como “uma proposta de alfabetização” nela embutida. E que são vossos ensaios sobre a relevância da leitura senão o fruto de um compromisso com a educação de crianças, adolescentes e adultos para o mundo encantado dos livros, de suas histórias, estórias, fantasias que tanto contribuem para os voos do espírito?

Não raro vos referis ao texto, às texturas, aos fios que tecem vossas histórias. Parece tudo haver principiado no instante em que vós e vossa filha Luísa acompanhastes, maravilhadas, a obra reiterada através dos tempos pela aranha. Sim, a teia bem expressa o trabalho persistente de quem, como vós, ousa criar no universo mágico e instigante da Literatura. É esta constante busca de integração com a natureza que vos alumia a construção artística a que vos devotais com reconhecido talento. Vosso constante convívio com a terra, os animais e as plantas as transformaram em convivas sempre bem-vindos em vosso banquete das letras. E sucedem-se as descrições da Natureza, a revelar invulgar conhecimento de árvores, de peixes, do mar diuturnamente presente em vossos escritos, minúcias da aurora e do crepúsculo. Enfim, o homem não se distancia de seu chão, mas se vê integrado nele, nesta permanente participação que tanto nos enriquece e afasta do beletismo estéril. Comentastes com Roland Barthes que, em nossa língua, falamos em texto com o pensamento em tecido, valemo-nos das palavras novelo e novela.

Vós bem reconheceis o valor perene dos clássicos e ao tema dedicastes vários ensaios. Para vós, “clássico não é livro antigo e fora de moda. É livro eterno que não sai de moda”. Citando Ítalo Calvino, dissestes que “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”. É uma mina inesgotável à qual recorremos com a ânsia de quem descobre ou re-descobre trilhas que nos ensinam maior penetração em nós mesmos e em que tudo e todos que nos circundam. Este conúbio entre a base de sustentação

clássica da Cultura e o aporte da modernidade vos seduz e vos sinalizou a necessidade de adequar os fundamentos aos passos novos em direção ao futuro.

Poucos escritores vêm entre nós realçando com tanto vigor e brilho o valor da leitura na humanização da vida, como vós. Sois, como Alfredo Bosi, uma paladina da cultura de resistência, contra o não das restrições arbitrárias e a imposição do sim dado a obras destituídas de valor, mas postas ao lado dos *best sellers* estrangeiros para disfarçar a censura a obras de autores nacionais de real peso literário.

Vós vos valeis de uma metáfora bem ajustada à escrita como ato de tecer, de fiar, de bordar. E aqui avulta a intertextualidade de que lançais mão, como é o caso de *Bisa Bia Bisa Bel*, em que há patente inspiração de *A Bolsa Amarela*, de Lygia Bojunga. Sempre em obediência a uma reinvenção. Nota-se uma aproximação com a oralidade, o que facilita o acesso do leitor ao texto e lhe confere uma vida espontânea, longe do artificialismo que malbarata muitas obras infantis. Não teríeis alcançado o patamar invulgar de contadora e reinventora de estórias que tamanha atração exercem em crianças, jovens e adultos, não fora o convívio amiudado e enriquecedor de vossas avós Ritinha e Neném. Ao pé da lareira, por assim dizer, elas vos transmitiram toda uma tradição oral contida em relatos de elevado corte no imaginário. Já era o bosquejo de vossa ascensão literária que o País, orgulhoso, celebra. *Bisa Bia Bisa Bel* “brotou da necessidade de explicar para o vosso filho Pedro uma certa avó Ritinha, contadeira de histórias”. Daí para o vosso sonho foi um passo. Sonhastes que “no lugar do coração tinha um retrato oval da avó”. Acordastes com a primeira frase da história: “Sabe? Vou lhe contar uma coisa que é segredo. Ninguém desconfia. É que Bisa Bia mora comigo.” É o encontro de gerações, unidas pela humanidade e pelo afeto que lhes superpõem as vidas e as vivências. É emocionante realçar que o *gap* geracional não obscurece a magia da intersubjetividade entre os seres que, separados pelos anos, coexistem na permuta de suas riquezas. Vivi instantes privilegiados de emoção que não saberia transpor para o papel, tal a beleza da concepção e a arte estilística que dimanam do vosso texto pleno de humanidade.

Nessa obra magistral, livrais o papel infantil de sua subalternidade a adultos autoritários. Trata-se do resgate da memória coletiva. A reescritura da História se vos apresenta como uma tarefa que suplanta as singularidades. A pessoa humana avulta em sua individualidade, mas é herdeira de tradições, que

conglomeram valores, crenças, ideários. Neste sentido, a sociabilidade tem cunho marcadamente ontológico.

Permiti que vos aqueça a memória com o relato de um certo paralelismo entre vós e renomado escritor inglês. Robert Browning, aos 5 anos, surpreendeu o pai lendo um livro e indagou o que estava lendo. Em vez de desvencilhar-se da criança, devolvendo-a aos seus brinquedos, seu culto pai montou o cenário da *Ilíada* e, a partir daí, fez o menino percorrer a imortal obra de Homero. Surgiu assim um gigante das letras universais. Por igual, vosso ilustre pai, o ínclito homem público Mário Martins, abriu-vos as portas da Literatura, aproximando-vos do romance maior, *Dom Quixote*, de Cervantes. Foi o ponto de partida para a grande decolagem literária que extasia os vossos coetâneos de todas as idades. Isto porque a vossa obra, em grande parte nascida aparentemente do desejo maior de encantar os espíritos em tenra idade e aqueles que se aprestam para pervadir o espaço reservado aos adultos, se volta decididamente para o universal que mal se encobre nas densas sortidas do imaginário. Vossas obras se abrem de par em par para leitores de todas as idades, uma vez que o convite que nos dirigis concerne à condição humana envolvida em arte de elevado corte. Penetrar na riqueza desta condição invariavelmente vos vinhou a alma sensível e nos vem propiciando momentos de encantamento, conquanto o vosso estilo nem de longe se escude nas filigranas linguísticas a que se afeiçoam alguns escritores carentes do real intento ou do talento de se comunicarem com seus leitores. Antes, almejam fechar-se em si mesmos e monologar num refúgio que lhes esvazia a alma.

Vós nos vindes enriquecendo o espírito mercê de textos de literatura para crianças e jovens, romances, ensaios, dissertação de mestrado e tese de doutoramento. Principiastes a publicar em 1976. Foi quando, em Paris, fostes escolhida por Roland Barthes para integrar um pequeno e privilegiado grupo de doutorandos. Desde aquele então, vós vos adestrastes nos meandros da Semiótica, da Linguística e esmiuçastes a rica e inovadora linguagem de Guimarães Rosa, marco de nossa Literatura.

Vossa tese revela conhecimento profundo da moderna Semiótica e da Linguística. Trata-se de “uma intraleitura da obra de Guimarães Rosa”, como frisa Houaiss. O *Nome próprio* não se situa no plano impreciso do mero acaso, mas desempenha papel singular e é mesmo inspirador da trama em que está inserido. O Nome questiona o texto, manifesta um sistema de significação e,

pois, um papel classificador. Dissestes que o Nome se desintegra em pequenas unidades de significação, para atestar que eles abrem espaço para a riqueza de sentido do texto literário. É um leque de significações e mal encobre, com suas associações, condensações e deslocamentos, o vínculo do texto com a elaboração do sonho na descrição freudiana. Na esteira de vosso pensamento, concluístes que

o que nos revela uma análise da escrita rosiana é que, no engendramento de seu texto, no trabalho ativo da escrita, o Nome próprio (particularmente o dos personagens) desempenha um papel fundamental: ele guarda dentro de si, sob um aspecto latente, uma profusão de semas que se vão manifestando aqui e ali, através do texto.

Em 1977, veio a lume o vosso primeiro livro infantil, *Bento que Bento É o Frade*. Já nele se encontra bem nítida a vossa face rebelde. Em *Passarinho Me Contou*, desfila ante nossos olhos atônitos todo um cortejo de dados objetivos de nosso próprio percurso nacional. Em *Do Outro Lado Tem Segredos*, o dealbar da curiosidade que vos é permanente desperta para captar a riqueza do real, a consciência do mistério que suplanta a visão imediata e perfunctória tão convidativa e tão destituída de sentido para um olhar imerso na densidade do ser. Prestastes comovida homenagem a José Lins do Rego em *O Menino que Virou Escritor*. O centenário de Portinari também é lembrado em *Portinholas*. *Abrindo Caminho* revela para crianças e jovens todo um roteiro de leituras possíveis, despertado com a menção aos grandes da Literatura Mundial. Bem original é a proposta de jogar com as palavras, unindo-as pelo som que as irmana ou a composição nelas atestada, como se verifica em *Um Avião e uma Viola*. *História à Brasileira* nasceu de uma noite sem luz elétrica, em companhia de seis meninas. Passastes a lhes contar histórias e, “quando o fornecimento de energia elétrica foi restabelecido, elas não queriam que se acendesse a luz. Preferiam fazer de conta que não havia televisão, vídeo, nem videogame – desde que houvesse histórias”. É um turbilhão de modalidades de narrar, de recordar, de sentir, de captar a melodia do mundo mercê da beleza e riqueza das palavras. Certa feita, ao visitar uma escola, sobreveio um comentário risonho de uma menina de sete anos a propósito de vós: “Ela (Ana Maria) vive tanto no meio das palavras que, ao falar, ela rima.”

É mister sublinhar que a Literatura Infantil na América Latina vem revestida de um sinal inequívoco de subversão, apresenta muita vez o sinete inconcusso da denúncia. A Crítica Literária despertou majestosamente para a

nossa Literatura Infantil, designadamente em 1982, quando foi concedido a Lygia Bojunga o prêmio maior deste relevante segmento, o Hans Christian Andersen. E vós por igual lograstes alcançar esta glória imarcescível, no ano 2001. Firmastes o País como palco iluminado da melhor Literatura Infantil dos últimos tempos.

Há muito, porém, que lamentar a barreira que os povos desenvolvidos contrapõem à riqueza de outras culturas. Referistes que a falta de traduções, especialmente para o inglês, gera um crescente distanciamento cultural entre os povos. Recentemente, pesquisa nos deu conta de que, de 5 mil títulos saídos de editoras americanas, apenas cinquenta e quatro foram traduzidos. Como frisastes, na ocasião, registra-se, neste caso, uma “inabalável convicção da superioridade etnocêntrica”.

Como sublinha Maria Nikolajeva, “consciente ou subconscientemente, vossos leitores lhe reconhecem que esquadrinha as questões como poder, autoridade, injustiça social, preconceitos de raça e de sexo”. Não se trata de alimentar o veio meramente didático, senão acima de tudo se alça a força de vossa arte que, como tal, não aceita a imposição de textos concebidos nas oficinas de normas e princípios que vos orientariam os passos, quase sem compromisso com a Arte em si mesma.

Vós recebestes a forte influência de escritores franceses que se firmaram no pós-Segunda Guerra Mundial, como Sartre, Camus e Malraux, depois de haverem se empenhado na luta pela resistência. Em Camus, encontrastes uma alma gêmea no concernente à maneira de definir o sentido da vida do escritor. Haveria razão suficiente para o engajamento do escritor, ou deveria ele cingir-se ao plano da pura estética? Conforme salientastes, para Camus “nenhum escritor deveria colocar sua obra a serviço de nada que seja exterior a suas próprias necessidades criadoras”, até porque “uma obra de Arte é senhora de seu criador”. Isto não eximiu o romancista argelino de inibir o escritor de “ter uma posição definida a respeito de questões sociais e políticas de seu tempo”. Arte e engajamento moldam o perfil do genuíno escritor.

Guiados pela vossa pena, percorremos os espaços criativos da infância, os meandros complexos da adolescência, conduzindo-nos suavemente pelos caminhos de que não nos deveríamos apartar tão radicalmente com o advento da maturidade. Antes, vós preservais o hálito de eternidade presente no imaginário das crianças e dos jovens, cuja mirada volvida para o porvir constitui

aceno e mesmo conselho indireto endereçado a quantos, entrados em anos, por vezes se acomodam e perdem o fio luminoso da criatividade e os anseios prenhes de imaginação do início da caminhada existencial.

Vós nos propondes a percorrer um mundo que rompe as barreiras etárias, porque sintonizado com a consistência ontológica do ser humano, sem prejuízo da indispensável evolução.

Este mérito vos pertence e seguramente se posta no limiar de vossa esplendorosa obra, que hoje vos situa no pedestal da Literatura Infanto-Juvenil, da Ficção Romanceada e da robusta Ensaística, de que é exemplo lapidar vossa tese sobre Guimarães Rosa. Carlos Drummond de Andrade, do alto de sua cátedra literária, emitiu juízo de valor sobre vossa tese, que equivale a uma consagração definitiva, ao escrever: “só lamento duas coisas. Que Guimarães Rosa não esteja vivo para ler e que você não tenha feito isso com uma obra minha”.

O surpreendente é que vós aliais a sutileza e a acuidade especulativa no trato de temas literários com a leveza de vosso estilo, a incomparável capacidade de vos comunicardes com o leitor, que se sente atraído pela familiaridade do diálogo em que se transformam as leituras de vossas obras, com participação crescente de quem penetra em vossos textos. Vossos leitores são imantados pela linguagem coloquial, pela riqueza metafórica, pelo vocabulário ajustado à temática, pela reconstituição de períodos históricos, com todo o seu cortejo de hábitos, valores e crenças, a atestar a amplitude das pesquisas necessárias à elaboração artística a que vos devotais com paciência e competência beneditinas.

Basta inflectir a nossa atenção para os vossos romances para sentirmos a força de vossa narrativa. *A Audácia dessa Mulher*, por exemplo, nos transporta para um clima machadiano, atestando elevado patamar de compreensão da imbricação da ficção com a realidade. *Tropical Sol da Liberdade* imerge na relação tortuosa entre mãe e filha, nos idos da perseguição política. *O Mar nunca Transborda* faz desfilar cinco séculos de história, com seus costumes e valores, mar que é metáfora preferencial de vossa caminhada literária. *Canteiros de Saturno*, romance que tanto me emocionou, nos fala do tempo, tema recorrente na Literatura Universal, que encontrou em Marcel Proust o seu mais qualificado intérprete na modernidade. Não há filósofo digno deste nome que dele não se haja ocupado, mergulhando nas águas profundas e tortuosas de uma temporalidade que nos limita e da qual não escapamos, pois nos cinge, mas

também parece convidar-nos para um altiplano em que pomos muita vez as nossas complacências e nos aventuramos a esperar superações havidas como utópicas ou como finalidade mesma do humano viver e conviver.

A Filosofia convive ora com as ciências, ora com as artes. São tendências que pendem de períodos culturais em que uma ou outra face do real ou do imaginário parece preponderar. Muita vez nos inclinamos para o sentir de Simone de Beauvoir, para quem “se a descrição da essência concerne à Filosofia propriamente dita, somente o Romance permitirá evocar na sua realidade completa, singular, temporal, o surto original da existência”. Cuido que vós vos poríeis de acordo com a escritora gaulesa.

Falemos de vossa formação. Começastes pela Pintura, seguindo o curso de Aloísio Carvão, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Aí vos encontrastes, ao descobrires, deslumbrada, que vos poderíeis expressar sem racionalismos. Fizestes exposições, percorrestes os estágios inerentes aos artistas do pincel. Frequentastes ainda um curso intensivo em pintura no Museu de Arte Moderna de Nova York, não sem aproveitar a viagem para fazeres crescer à experiência, matriculando-vos em outro curso, de História da Arte. Compreendestes, após doze anos de dedicação à Arte Pictórica, que vossa postura era mais emocional que conceitual. Sem abandonardes a arte inicial de vossos sonhos, a genuína paixão se entremostrava claramente, a paixão que, segundo Fénelon, é a alma da palavra. Estava emergindo do casulo a grande escritora que sois.

Vivestes o clima cultural que então criativamente nos modelava o perfil artístico. Programas diários de música na televisão escancaravam as portas para a MPB e o rock brasileiro. Bossa-nova e *jazz* enriqueciam o *script*. Os Beatles pontificavam, além da Jovem Guarda, a que se juntaram em prestígio Elis Regina, Chico Buarque, Edu Lobo, Caetano, Gil, Betânia. Vale recordar o apreço especial de Chico Buarque por vós, ao escrever: “faço uma música e penso: será que a Ana Maria vai gostar dessa?”

À época, o Teatro Opinião era palco de outras afirmações artísticas que comoviam a vossa geração. O cinema igualmente comparecia com presença marcante de Glauber Rocha, Arnaldo Jabor, Cacá Diegues e tantos outros que firmaram o nome do País em telas de outros continentes. Vossa obra *Alice e Ulisses* está para ser transformada em filme. Era uma época em que os artistas se agitavam e faziam jorrar a criatividade bem brasileira. E vós íeis absorvendo

os jatos da torrente cultural que suplantava os limites impostos pelos então donos do poder.

No início de vossos passos, nem pensáveis em escrever. Mas vínheis de rica vivência como professora de Língua e Literatura em colégios e universidades. Lecionáveis Português e Literatura nos colégios Santo Inácio, Our Lady of Mercy, Princesa Isabel e no curso Alfa, do Itamaraty. Na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trabalhastes como auxiliar de Augusto Meyer, ministrando aulas de Teoria Literária, e, com Afrânio Coutinho, de Literatura Brasileira. O exercício da docência vos atraiu graças à “alegria de compartilhar descobertas com a juventude” e, ao que tudo indica, obedeceu ao sentir de Rosa: “Mestre não é quem sempre ensina. Mas quem, de repente, aprende.” Eis o traço de união entre a fase de dedicação ao ensino, como interação entre docentes e discentes, e a abertura de espírito a desaguar na Literatura, como forma de diálogo constitutivo de vós mesma e de vossos leitores. É de registrar-se a vossa palavra, que veio bem do fundo da alma: “O que eu sou mesmo, irrecusável e para sempre, é leitora.” A leitura como alimento do espírito, como vigilante sentinela do espaço da memória, certeza de enriquecimento interior.

Corria o ano de 1969. Aí emergiu o desafio decisivo: o convite para escrever para crianças. Havia nascido a revista *Recreio*, que tinha como editora Sônia Robato. O convite colheu de vós a mesma resposta que já lhe dera Ruth Rocha, outra grande escritora de textos infantis: “mas eu nunca escrevi uma história na vida”. “É justamente por isto que a estou convidando”, redarguiu Sônia, incisiva. Vossa primeira história saiu torta, artificial, moralista. Não era o que a revista *Recreio* esperava, nem desejava. Mas vós não sois de desistir, os desafios vos compelem a enfrentá-los e vencê-los.

É relevante assinalar, com John Rowe Townsend, que “antes que existissem livros para crianças, era preciso que houvesse crianças”, com sua especificidade, seu modo de infantil de ler, de reagir aos textos postos à sua disposição. Na origem, estão as histórias oralmente transmitidas de geração em geração que, de resto, estão no dealbar de vossa vocação literária. Não se poderia idoneamente olvidar o poderoso influxo sobre vós exercido pelo vezo familiar de repassar estórias de geração em geração, marcante hábito em vossa família. Vossa mãe, vossos avós vos fizeram viver e sorver intensamente textos literários que acabariam por se transformar em moradas perenes de vosso filão ima-

ginário. Daí a decolagem para o ato de escrever foi um passo, nascido desta fecunda pedagogia da leitura em que estais empenhada há várias décadas.

Com John Fowles, ligais o livro à árvore. O enraizamento deste, sua capacidade de oferecer abrigo e sombra, a variedade de formas de vida – que nela e à sua volta se aninham – bem dizem da riqueza do livro, suas ideias e valores, sonhos e fantasias, memórias e lirismo, nostalgia e criação, beleza e humanismo.

É recorrente a preocupação ecológica em vossos escritos. A Natureza se manifesta em vosso caminhar, a par de vossa sensibilidade muito particular para o que há de humano no ser homem. Dizia Hans Meier a propósito da riqueza da Filosofia Medieval: vista de longe, ela oferece a impressão de monotonia, de perto é que detectamos a riqueza e variedade de suas correntes em que o intelectualismo, o voluntarismo, o misticismo, o nominalismo, as formas de escolástica e seus momentos se espriam e se estendem por um milênio. Assim são os livros que, bem frequentados, ora nos abrem clareiras nas densas florestas, tudo à disposição de quem se aconchega em seu regaço na busca de deleite e ânsia de beleza, de verdade e de bem.

Com amor, mulheres anônimas geraram a riqueza coletiva deste acervo de narrativas que modelou gerações inteiras de leitores. Aí se criam histórias infantis desvinculadas de quaisquer lições pré-fabricadas na oficina da mediocridade, de que constituem exemplo marcante as obras dos irmãos Grimm e de Hans Christian Andersen. Foi, porém, John Locke quem, por assim dizer, inventou a criança, em seu *Thoughts Concerning Education*, em 1693. Frequentemente, livros escritos para adultos, por sua beleza literária, acabam se transformando em arquétipos de Literatura Infantil ou Juvenil, como *The Pilgrim's Progress*, de John Bunyan (1678), *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (1719), e *Gulliver's Travels*, de Jonathan Swift (1726). Miríades de obras encantam crianças e jovens, que após suplantarem a adolescência, se cingem às leituras obrigatórias de livros essenciais à sua profissão, quando ainda leem. O que causa triste hemorragia no afã inicial de ler. A escola parece não se dar conta de seu papel, no estímulo que deve dar aos seus alunos para que se habituem a ler e, após a aquisição do tesouro inestimável, atinjam o nível ideal da paixão de ler. Teme-se aqui e ali o desaparecimento do livro. À questão, devotastes vários ensaios em que, somente de longe, admitistes a tese e, ainda assim, unicamente por este vexo bem vosso de discutirdes todas as hipóteses num permanente atestado de abertura do espírito. Ainda que tal desenlace

indesejável viesse a ocorrer – e que vós não acolheis –, concluístes por afiançar alto e bom som: “Livros podem morrer. O que não vai morrer é a Literatura.”

A questão básica a cuja análise emprestastes o melhor de vossa argúcia consistiu em saber se há ou não uma ideologia explícita ou subjacente aos escritos. Emerge, com força insopitável, vossa tese basilar: a ideologia está presente ao obrar literário, pois o escritor é um ser situado, alguém que sorveu sua formação numa época, em livros, em valores que pervadiram seus espaços mais íntimos, cinzelando-lhes o perfil intelectual, moral, estético. O problema nuclear promana da pergunta se a obra está ou não a serviço da ideologia, pois esta se vincula necessariamente ao mundo de quem escreve. Subterraneamente, sua atuação é curial, faz mesma parte do tecido do escritor. Artificialmente imposta, gera livros de que não passamos das primeiras páginas, ou então, depois de lidos, não mais figuram em nossa evolução intelectual. Obras que fizeram as delícias de multidões, como as *Mil e Uma Noites*, estão repletas de preconceitos racistas e sexistas, embora se hajam imposto aos leitores pela elevada qualidade de seu estilo, de sua beleza literária. Há que se considerar que isto se deve ao fato de que os autores de tais escritos se prendiam aos preconceitos correntes, que separavam os habitantes do hoje chamado Primeiro Mundo, de homens brancos, educados em escolas de elevado porte, dos negros, pardos, mestiços, enfim, simplesmente havidos como seres inferiores. Cuidais indispensável denunciar a ideologia dominante nesses livros, sem cederdes à tentação de lhes negar o valor literário, sem perderdes os benefícios de sua leitura. É inconcussa e imperiosa a distinção de tais planos, porque, como dissestes, “não existe objeto escrito que seja ideologicamente inocente”. Impende realçar que o leitor igualmente traz em sua bagagem todo um cortejo de valores e vivências, eventualmente de fortes preconceitos, que integram a tessitura da relação autor-leitor. Sua leitura estará carimbada com seu visto de embarque para adentrar-se no mundo encantado e convidativo. Toda leitura é leitura de alguém que impregna o ato de ler de seu próprio universo interior. Não raro as leituras e releituras se modificam em função dos momentos em que antecipamos as narrativas, dando-lhes o colorido do nosso possibilismo subjetivo. Isto permite atribuir sentido próprio à nossa leitura individual e autoriza a recriação pessoal dos textos lidos, numa nova modalidade de interação entre autor e leitor e em inéditas e criativas relações do leitor com o mundo. É imperioso evitar os escolhos de uma utilização mercantil do rico

filão literário a ser posto à disposição de crianças e jovens. Cumpre obviar os terríveis inconvenientes do mercado escolar e do mercado de massa, frisais amiudadamente. A literatura se afirma mesmo pedagogicamente como uma forma de rebeldia, de autonomia do leitor, de contestação ao politicamente correto. Insistis em abrir os espaços da reflexão aos leitores, retirando-os da passividade convidativa. Vosso rosto literário resultou magna parte de vossas leituras. Sois uma leitora voraz. Deveis aos livros o que viestes a ser.

Vós haveis concluído que existe uma maneira feminina de escrever e de ler. Sois, porém, mulher de feminismo aguçado, sem os ademanos daquele travestido de machismo artificial. Tendes transparente compreensão de que “o projeto feminista é da humanidade, não só da mulher”. O que nada obsta a que acrediteis na diferença dos perfis entre homem e mulher e bem saibais administrar as energias e capacidades, os atributos e as virtudes do mundo da mulher. Apontais sem rebuços as qualidades da mulher: paciência, coragem, determinação, amor, simplicidade e capacidade de conviver e sobretudo compaixão. Tais epítetos vos ornem a biografia, com tinturas nítidas de inconformismo, de intuição dos caminhos fecundos por explorar, da opção pelo silêncio criativo e, portanto, da fuga ao rumor dos elogios protocolares, enfim da vossa autenticidade, da vossa fidelidade a valores, sem a rigidez dos espíritos caricatos a prelecionar uma axiologia impositiva e preconceituosa. Sois um espírito aberto à modernidade, à Natureza e à riqueza humana. Certa feita, expressastes, em entrevista, e de maneira espontânea, singela e direta, o mundo que vos atrai: “gente, mar, sol, natureza em geral, música, fruta, salada, cavalo, dançar, carinho” E bosquejastes o vosso próprio perfil: “Tenho em mim uma mistura muito esquisita, misto de rebeldia meio arrogante e petulante, com uma certa sensibilidade deslumbrada.” Revelais, pois, uma personalidade rebelde, infensa a acomodações. E vos deixais guiar pelo pensamento de John Kenneth Galbraith: “Pretendo me divertir e seguir minha filosofia de vida: levar conforto aos aflitos e afligir aqueles que vivem com excesso de conforto.” Há em vosso interior um impulso para vos situardes “contra a corrente e contra o corrente”. É mesmo o título de um de vossos livros que enfeixa conversas sobre leitura e Política.

Como radialista e jornalista, chefiastes o departamento de Jornalismo da Rádio Jornal do Brasil e no *Jornal do Brasil* criastes uma seção pioneira de

crítica da produção cultural para crianças; e, na PUC, o primeiro curso de Literatura Infantil do País em nível universitário.

Vencidos os produtivos anos setenta, a década seguinte será, de outra forma, para vós a década do livro, com a fundação da Livraria Malasartes, a que vos dedicastes durante dezoito anos, totalmente voltada para a Literatura Infantil.

É mister frisar que vós, com jeito para escrever, como bem o reconheceis, já havíeis vencido a barreira de uma tese de doutoramento. Vossa cultura literária, com fulcro numa consistente semiótica e linguística, balizara os vossos passos em terreno de difícil praticagem, em que a espessura dos textos constitui estímulo adicional.

A arte da palavra sempre vos seduziu o espírito inquieto e criativo. Julgais mesmo que “o maior milagre humano continua sendo a linguagem”.

Aqueles que nos moldaram múltiplas visões de mundo e a percepção da realidade, ainda em suas formas singelas, nos ensinaram nossa própria construção pessoal, inoculando em nosso espírito os germes da Cultura. Vieram de longe tais pioneiros e, de forma criativa, firmaram o primado do espírito. Vós vos juntais a esse exército libertador do homem ao asseverardes: “trago uma palavra vinda de longe, renovada pela minha própria voz — palavra que se recusa a morrer, insistindo na necessidade invencível de transpor distâncias no tempo e no espaço”.

A rigor, vós não vos preparais de antemão para escrever livros especificamente destinados às crianças. Partilhais o sentir de C.S. Lewis: “clássico infanto-juvenil é aquele cuja primeira leitura pode ser feita na infância”. É manifesto o preconceito atinente à Literatura Infanto-Juvenil. Muitos adultos não a sabem ler, nela não captam a universalidade que aí se encontra como em terra nativa. São lições imorredouras de vida, sem as farpas afiadas de um cediço moralismo, da *morale close*, de que cuida Henri Bergson. É a vida que pulsa numa união entre o real de que muitos adultos fogem e o imaginário a transbordar a profundidade do humano existir, muita vez recheado de fina e doce ironia. Quem não é capaz de perceber as nuances e modulações dos escritos preferidos pelas crianças que já sentiram a atmosfera diáfana da imaginação literariamente estética ainda não despertaram plenamente para a vida e, assim, não encontraram uma perene fonte de alegria e de prazer. Vossos escritos não têm destinatários definidos. A Arte se abre de par em par à beleza que, no dizer de Dostoyevsky e mais tarde reiterado por Soljenitsyn, salvará o

mundo. Não vos atraem os arreganhos calcados nas certezas apodíticas. Vós bem sabeis que elas se estreitam nos descaminhos do Fundamentalismo, seja ele político ou religioso. Ouso dizer que vós palmilhais as estradas amplas e luminosas da verdade. É com ela que tendes compromissos. Caminhais de mãos dadas com ela. Os que respiram a atmosfera aparentemente remansosa das certezas carecem da indispensável leveza de ser, da consciência de que as âncoras especulativas mais sólidas são contraditórias nos terrenos infensos à cristalização dos saberes. Navegais antes no mar das flutuações variáveis, na convicção de que a rigidez do espírito não se compadece com a grandeza da criatura com proveniência acima da mera fenomenologia do cotidiano.

Para vós, atrevo-me a afiançá-lo, a verdade é uma luz que, conquanto distante, se avizinha sob a égide da Arte. Vosso compromisso com a verdade se vincula essencialmente ao que firmastes com a Arte, pelo que não vos deixais seduzir pela fácil popularidade, pela lei inconsistente do mero sucesso. Sabeis, com base em vivências dolorosas – o exílio, a doença –, que a condição humana é fascinante sempre que suplantamos a epiderme do real e mergulhamos na densidade do mistério de ser. Daí a vossa firme decisão de preservar a vossa visceral intimidade, num resguardo necessário à criatividade, que jamais emerge no bulício dos aplausos, nesta infantil busca de simplesmente aparecer, no que seria uma distorcida hermenêutica da filosofia de Berkeley, com o seu princípio “*esse rerum est percipi*” (o existir das coisas consiste em serem percebidas). Os espíritos de escol sabem o pedágio oneroso que pagam à desintegração de si mesmos sempre que fogem do silêncio interior, em que se abastecem os que cuidam do aprimoramento humano antes do que ao sucesso episódico e infantil. Já há três séculos, Pascal nos advertia de que o grande mal consistia em não saber o homem viver entre as paredes de seu quarto.

Sabeis que a vida é incerteza e risco, como o proclamou Peter Wust, em seu livro título. Não raro tendes reagido ao desafio do existir mercê de abertura para o outro, nesta reciprocidade de consciências que molda o ser pessoal, sempre respeitando as diferenças e assinalando a inadiável afirmação da tolerância.

O verdadeiro escritor, e vós o sois superlativamente, é um inventor de linguagem. Descobrir as palavras que traduzem a complexidade do ser e do existir traduz insofismavelmente a própria compreensão dos desafios que nos são lançados à face nesta senda em que tudo parece tornar-se obstáculo a nossos passos e, portanto, ensejo para todas as afirmações e para todas as nega-

ções. São os instantes aparentemente fugazes e fugidios em que a vida que temos expressa o ser humano que somos. Invenção de linguagem é criação diuturna da própria construção pessoal, é conatural ao ato de ser que se manifesta na ação. Neste sentido, a vossa história é de uma riqueza sem par, pois atingistes o elevado plano de um estilo que parece fluir de todos nós, quando na verdade avulta em vossos escritos com a simplicidade inerente à perfeição possível, vale dizer, à perfectibilidade que incessantemente buscais. Longe de vós, a torre de marfim, o ensimesmamento narcisístico. Cuidais necessário infletir na ação o conteúdo das palavras e valores que cultivais. Sois fiéis ao dizer do Pe. Antônio Vieira, a quem tanto devemos culturalmente. Mestre da língua e expressão superlativa do Barroco em nossa Literatura, consoante nesta Casa proclamou, com competência e paixão, Sergio Rouanet, Vieira escreveu: “O semeador e o pregador é nome; o que semeia e o que prega é ação; e as ações dão o ser ao pregador.”

O vosso roteiro tem sido possível em virtude da aguda consciência de que os saberes não são estanques, de que vos incumbe palmilhar estradas de conteúdo diversificado. É bem nítida em vossa obra e em vós mesma a abertura para, além da Literatura, a Linguística, a Semiótica, a Filosofia da Linguagem, a Filosofia *ut sic*, a Sociologia, a História, como estuário de hábitos e costumes, crenças e valores. Isto sem falar no engajamento político. Adotais a visão global e não globalizante, graças à qual *theoria* e *praxis*, ação e pensamento se ajustam, sem deméritos reciprocamente dardejados. Não há surpresa em haverdes recordado a assertiva de Sergio Buarque de Holanda de que se pode falar de uma “aversão do brasileiro à economia”. Colhestes do historiador ilustre a ideia de que a economia integra o todo cultural, e bem avisados andariam os que se distanciam do real concreto e se refugiam numa retórica vazia, quando sérios desafios nos abalam a consciência, e apenas cruzamos os braços.

Bem sabeis que a interdisciplinaridade se vem impondo gradativamente aos espíritos mais atentos à complexidade do real. Daí a vossa obra refletir esta diversidade de aspectos que tanto a enriquecem e que resultam da consciência de que os saberes não se estratificam, não se cristalizam, mas permeiam todo o múltiplo universo que intentam explicitar. Estou convicto de que vivemos epistemologicamente um momento rico de transição de uma tênue interdisciplinaridade para, adiante, modelar uma transdisciplinaridade. Só então caberá aos pensadores de um futuro, talvez não muito distante, edificar uma

epistemologia da convergência, a partir da antessala de uma incipiente convergência epistemológica. Isto porque não há unicamente no cosmo buracos negros. Identificamos timidamente alguns cones de sombra no amplo estuário dos saberes e cremos que neles pode residir o potencial de saber do homem dos séculos vindouros.

Vossa abertura de espírito bem revela a consciência do enorme potencial que se esconde em vossas arremetidas estéticas que, no meu entendimento, expressam a busca da verdade nas modulações da beleza que tanto vos atraem e mesmo justificam o itinerário artístico. Cuido que vós quereis abraçar o mundo, olhar olho no olho o desfilar dos fenômenos à vossa volta, resguardando aquela inocência da visão para mais bem lhe penetrar no mistério, não sem *pari passu* vos precatardes mercê de exigente espírito crítico. A espontaneidade que se casa com a reflexão bem define a sabedoria dos homens e lhes endereça o convite a que cheguemos ao limiar do instante privilegiado em que queremos o destino que nos cabe como se nós mesmos o houvéssemos escolhido. Em que vocação e destino se superpõem.

Vós secretais uma disponibilidade diuturna ao universo que nos circunda sem fixardes o olhar em nada, na esteira do filósofo Alan Watts, para quem “a atenção ilumina com clareza algum ponto, mas nada nos diz sobre onde realmente estamos”.

Hoje, a leitura é pessoal, silenciosa, reflexiva. Antes, sempre fora coletiva, com poucos livros à disposição de todos. Daí a presença mais profunda das ideias, das crenças, dos valores, da beleza nas mentes e nos corações dos poucos que eram depositários privilegiados do mundo encantado da Cultura. Depois, a leitura passará gradativamente ao alcance de todos, ou de multidões. Avultou no horizonte a democratização da leitura. Contudo, à carência de textos sucedeu a sua proliferação nisto que George Steiner denomina o “dilúvio da escrita”.

Não devemos obliterar vosso engajamento político. Vós éreis estudante e participastes do Movimento de Educação de Base para alfabetizar adultos pelo Método Paulo Freire. Fostes dar aulas para operários num prédio em construção, em Copacabana. Combatestes o regime militar como jornalista, vivestes a dor do exílio, sempre forcejando pelos valores fundantes de vossa filosofia de vida. O Jornalismo, na imprensa falada e escrita, vos moveu a atuar politicamente, com paixão, em prol de vossas convicções libertárias. Daí

à perda da liberdade de ir e vir foi um passo. Pagastes o preço e forjastes a vossa têmpera e afirmastes a vossa vocação democrática voltada para a justiça social, valores constantes em vossa biografia.

Prêmios literários vos enriquecem a exuberante biografia. Jamais constituíram unicamente êxitos de vendas em si — é relevante sublinhar —, são, isto sim, permanentes sucessos de leitura. As listas dos mais lidos não podem emergir como critério valorativo por si mesmo. É um índice quantitativo, que vós atingis de maneira exponencial. O significativo é o despertar, pela leitura, do que há de humano em cada leitor, e os convites que vos endereçam para escrever, para proferir conferências, para transmitir vossas experiências literárias falam por si mesmos como evidências de que, não o sucesso perfunctório, mas a chama de vosso ardor artístico é que vem dimensionado vossa presença cultural, aqui e alhures.

Nada menos de sessenta prêmios literários demarcam a vossa passagem literária no País e no exterior, sem falar nas múltiplas menções honrosas, recomendações constantes de vossos textos, de vossas traduções, dentre as quais impende destacar *Peter Pan* e *Uma História de Natal*, havidos como as melhores traduções dos anos de 1994 e 1995. Foram 45 prêmios nacionais, dentre os quais se destacam os prêmios Machado de Assis desta Academia e da Biblioteca Nacional, o Otávio de Faria, da União Brasileira de Escritores, e três Jabutis. No exterior, avulta, em primeiro plano, o prêmio equivalente ao Nobel de Literatura Infantil, o Hans Christian Andersen. Nada menos de 77 livros vossos foram traduzidos em dezoito países, em onze línguas estrangeiras. Com isto, vós contribuís significativamente para a difusão da Literatura Brasileira pelo mundo.

Vós certamente observastes não haver me norteado a exposição por nenhum critério cronológico. Se o fiz, devo-o a vós, pelo menos em parte. Em *História Meio ao Contrário*, iniciastes a narrativa com as palavras: “Casaram-se e foram felizes para sempre”; e a terminastes de forma igualmente surpreendente: “era uma vez...”. Já se vê que, como vós, também me vali discretamente de uma pitada de Guimarães Rosa. Busquei palmilhar um roteiro de intencional e duvidosa cronologia para vos traçar o perfil e vos saudar na temporalidade deste instante em que, de pleno direito, ingressais na Casa dos Imortais.

Sra. Acadêmica Ana Maria Machado,

Aqui aportais com o valor inquestionável e plenamente reconhecido de vossa obra literária e de vossa densidade humana. Num mundo em compasso de mutação radical, sem ignorar ingenuamente os percalços da caminhada na terra dos homens, acreditais no ser humano e sorveis com alegria a vossa presença nesta época havida por alguns como apocalíptica. Isto porque vos habita o espírito a chama da fé e da esperança que, para vós, não se define, segundo pretende Giovanni Papini, como uma “inocente crueldade dos sãos, que tentam afastar a ideia da morte”. Não, aspirais e respirais o sopro da vida bafejada pelas benesses da Cultura e da justiça social para todos. Enfim, pelo primado do espírito. Nisto consiste a vossa verdade. Ela é prenhe de confiança no porvir, pois bem sabeis que o pessimismo acaba sempre que encetamos a ação, nos engajamos pessoalmente na missão de viver humanamente e alongamos o nosso olhar confiante no futuro.

Sra. acadêmica, a Casa de Machado de Assis, não apenas no futuro que procurais divisar com vosso lúcido olhar, mas *hic et nunc* (aqui e agora) já é inteiramente vossa!

Discurso do
SR. ALFREDO BOSI

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária do dia
30 de setembro de 2003*

I

DISCURSO DO SR. ALFREDO BOSI

A primeira palavra que me cabe dizer aos confrades desta Casa de Machado de Assis é a mais simples e ao mesmo tempo a mais densa: — obrigado! Palavra simples: dizêmo-la a toda hora, sinal de reconhecimento do outro; gota de óleo quase imponderável na leveza da sua matéria, é, no entanto, preciosa no momento de amaciar a difícil engrenagem que são as relações humanas. Moeda corrente do cotidiano, traz, porém, no metal em que se fundiu o compromisso ético que lhe vem da ideia de obrigação. Dizê-la é também um dever.

Agradeço de coração o gesto do voto que me trouxe à vossa companhia. Mas esse mesmo ato, pela honra que confere, leva-me a ir além da cortesia e estender o sentimento de gratidão aos ausentes que ocuparam esta Cadeira, tornando-os vivos e presentes. A gratidão não é apenas um imperativo social, exigência da reciprocidade que deve reger a interação entre seres ditos humanos. O seu alcance ultrapassa a esfera de um regime de trocas em que se afere o valor do obséquio recebido e quitado. A verdadeira gratidão salta as barreiras da sociabilidade convencional, reino do aqui e agora, e alonga o seu olhar para o que não está materialmente presente: esse olhar chama-se memória, que é o outrora feito agora, a voz dos que se calaram para sempre.

Louvo a praxe desta e de todas as academias pela qual cada novo eleito dirige a palavra não só aos confrades que o estão acolhendo, mas também aos companheiros que se foram, convidando-os a retornar, ainda que por breves momentos, à companhia dos que os conheceram em carne e osso, ou apenas pelo testemunho dos seus escritos. A memória que, no verso de Camões, “os

homens desenterra” é, neste caso, o mais grato dos deveres. É minha vez de convidar-vos a me acompanhar nesta viagem de reconhecimento.

Quem ocupou esta Cadeira, cujo Patrono é um dos mais vivos comediógrafos brasileiros, França Júnior? Tudo começou com um discípulo seu, folhetinista zombeteiro como ele, Urbano Duarte; veio depois um poeta melancólico que mal cabia nos limites parnasianos que ele próprio demarcara para si, Augusto de Lima; quem o sucedeu foi um jornalista liberal, amante de Sociologia e de Política, Vítor Viana; depois, um diplomata de peso, Chanceler da Paz, José Carlos de Macedo Soares; em seguida, um poeta vibrante e profundo, tradutor impecável e zeloso educador, Abgar Renault; enfim, um servidor da Igreja, inteligência versátil que deu à sua palavra uma destinação pastoral, D. Lucas Moreira Neves.

À primeira vista, nada parece aproximá-los, tal a diversidade de vocações que seguiram na sua carreira intelectual e no desempenho de missões públicas no Jornal, na Magistratura, na Diplomacia, no Magistério, nos cargos executivos ou no ministério eclesial.

Entretanto, à medida que escavamos o subsolo dos seus textos à procura da inspiração que os ditou, tocamos o fundo comum que atraiu os olhares admirados dos contemporâneos. Em todos, a prática intensa e assídua da linguagem serviu de instrumento dúctil ora para a formulação dos seus projetos, ora para a expressão da sua vida interior. Pelo uso da palavra-ação ou da palavra-reflexão ou da palavra-intuição, cada um deles construiu uma obra pessoal e teve acesso àquela dimensão histórica que transcende os confins temporais da existência e reclama, de pleno direito, o tributo de nossa rememoração.

Em face desse vasto campo comum da linguagem, cumpre à nossa empatia de pósteros apreciar de perto as diferenças dos caminhos percorridos. É a história mesma desta Cadeira que começa com um ostensivo contraste entre os seus dois primeiros ocupantes. Augusto de Lima, no seu discurso de posse, estranhou o fato de que um poeta grave e melancólico (assim ele se via a si mesmo) tenha sucedido a Urbano Duarte, cuja maior glória fora a de ter provocado hilaridade nos leitores dos seus folhetins cariocas.

Urbano Duarte não compartilhou os êxitos de seu mestre França Júnior, nem os de seu amigo e parceiro inigualável, Artur Azevedo. Mas, na modéstia da sua obra, surpreendemos um espírito ousado e penetrante. Foi ele dos primeiros a perceber que a deplorada decadência do teatro literário brasileiro no fim do século XIX se devia à escassez de recursos dos empresários nacionais que, reféns do gosto dos novos públicos menos cultos, não teriam condições de levar à cena textos dramáticos de alto valor estético. O dilema da empresa teatral – ou sustentar a criação independente ou entregar-se ao regime da mercadoria – já repontava nessa fase, renunciando a invasão da cultura de massa. Urbano Duarte comenta desalentado em carta a Coelho Neto: “Não recebendo um real de subvenção dos cofres públicos, os empresários tornam-se escravos do gosto das plateias sob pena de fecharem as portas.” E adiante: “Aquilo é antes de tudo uma indústria, sujeita a mil ônus e despesas. Impossível lhes seria adotar outra orientação que não a seguinte: peças que fazem dinheiro, peças que não fazem dinheiro.” Veremos que, longe de ser um espírito conformista, Urbano Duarte cultivava uma saudável rebeldia em face dos senhores do poder.

Augusto de Lima se dizia poeta soturno ao se comparar com o folhetinista baiano, mestre do riso fácil e da escrita ligeira. A diferença entre os dois existe, de fato, mas não é menos justo dizer de cada um deles o que disse de cada um de nós o mais agudo dos moralistas franceses, La Rochefoucauld: “Somos às vezes tão diferentes de nós mesmos quanto dos outros.”

Os folhetins de Urbano Duarte, os seus *Humorismos*, nos dão o espelho da *belle époque* carioca com todos os vezos das revistas de ano, a variante em forma de crônica dos ridículos flagrados nas comédias de França Júnior e de Artur Azevedo. Mas o mesmo Urbano Duarte escreveu, de parceria com Artur Azevedo, em 1884, “O Escravocrata”, drama em que é o peso da opressão social, e não a fútil passarela da Rua do Ouvidor, que sobe ao primeiro plano do espetáculo.

A peça foi proibida pelo Conservatório Dramático, que, porém, se absteve de declarar os argumentos que justificariam a censura. É hipótese dos autores que o Conservatório tenha julgado indecoroso expor ao público o vexame de um casal da alta burguesia fluminense, cujo filho, já moço, vem a saber que seu verdadeiro pai é o escravo de estimação da família com o qual sua mãe cometera adultério. O ambiente é fosco, saturado de truculências contra os cativos. “O Escravocrata” termina tragicamente com o suicídio do

pai escravo e do jovem bastardo. Não há catarse final. Brecht teria apreciado o didatismo cru desse teatro de crítica social: o espectador assiste direta e brutalmente às mazelas de uma sociedade onde, apesar do triunfo iminente da campanha abolicionista, a instituição do cativo ainda gravava sobre a estrutura familiar brasileira.

O mesmo Urbano Duarte, que nos parece apenas faceto e jocoso, rindo-se ora do homem de cabeleira saindo do chapéu em forma de “S”, ora do janota de brilhante cheirando a heliotropo, foi capaz de cauterizar o absurdo da guerra (ele que chegara ao posto de major da artilharia!), compondo uma página de fogo, “Um homem contra um exército”: a crônica narra a história surreal de um oficial que do alto de uma fortaleza inexpugnável bombardeia a cidade do Rio de Janeiro, massacra o seu exército e, depois dessa vitória cruenta, mata-se dando um tiro na cabeça. Será isso humor negro ou, simplesmente, alegoria do humorista que para vingar-se da humanidade destrói a si mesmo? O riso se faz ríctus: só engana o espectador desavisado que não percebe a amargura da fisionomia mal escondida pela máscara cômica. Somos às vezes tão diferentes de nós mesmos como o somos dos outros.

A frase valerá também para o itinerário de Augusto de Lima. O poeta das *Contemporâneas* estreou na década de 1880 com uma obra que o distingue da tríade parnasiana por um envolvimento franco na batalha das ideias que se travava desde os anos de 1870, o bando de ideias novas caracterizado por Sílvio Romero. Das três correntes filosóficas que disputavam então a primazia na cena intelectual brasileira, a positivista, a evolucionista e a monista, foi a última a que alcançou a adesão incondicional de Augusto de Lima:

Há uma só lei da Existência,
sob a esfera luminosa:
partilham da mesma essência
homem, ave, estrela e rosa...

É raro que a mera intenção filosófica garanta êxito ao poeta quando ele se propõe traduzi-la em imagem e ritmo. A Poesia, em geral, precede o discur-

so abstrato: é linguagem auroral, na bela metáfora de Croce, que retoma as luminosas intuições de Vico. O percurso da Poesia segue antes o rumo traçado pela imaginação do que os passos comandados pelo raciocínio. No entanto, se o poeta desce à riqueza do concreto e o poema toma corpo sob a forma de um motivo inspirador, as suas figuras e melodias exprimirão, no nível analógico, o que o pensamento busca formular no discurso lógico. Assim, a teoria monista professada por Augusto de Lima supõe a vigência de uma unidade profunda abraçando a variedade infinita dos seres. Essa ideia-matriz verteu-se com felicidade neste soneto mediante a imagem de uma concha; encostada ao ouvido do poeta, transmite-lhe o lamento do universo e de toda a humanidade:

Um dia, interrogando o níveo seio
de uma concha voltada contra o ouvido,
um longínquo rumor, como um gemido,
ouvi plangente e de saudades cheio.

Esse rumor tristíssimo, escutei-o:
— é a música das ondas, é o bramido,
que ela guarda por tempo indefinido
das solidões marinhas de onde veio.

Homem, — concha exilada —, igual lamento
em ti mesmo ouvirás, se ouvido atento
aos recessos do espírito volveres.

É de saudade esse lamento humano
de uma vida anterior, pátrio oceano
da unidade concêntrica dos seres...

A doutrina monista com a sua crença na “unidade concêntrica dos seres” apontava para a evolução ascensional do homem, a quem a Ciência prometia o paraíso do progresso em espiral, indefinido. Mas a Poesia Lírica, enquanto refratária à redução ideológica, extraía da mesma fonte teórica a melancolia de uma solidão sem margens, as solidões marinhas que pairam tanto nos abismos do oceano como no coração do homem exilado em um mundo que lhe é estranho quando não adverso. E como não lembrar a poesia

de Augusto dos Anjos, o poeta do *Eu*, estreante na geração que se seguiu à de Augusto de Lima?

O nosso poeta poderia ter-se emparedado nessa contradição e, como Augusto dos Anjos, poderia ter caído no impasse entre uma visão evolucionista do cosmos e uma inflexão subjetiva que encerra o indivíduo no cárcere de ser-para-a-morte. Não foi esta, porém, a diretriz que Augusto de Lima acabou dando à sua vida de cidadão e à sua vocação de escritor. A Política cedo o atraiu e absorveu. Foi presidente do seu Estado, um dos paladinos da construção de Belo Horizonte. Foi parlamentar em várias legislaturas do Congresso Nacional, constituinte em 1934 e batalhador pelo ensino primário e normal. Defendeu o patrimônio artístico de Minas Gerais e restaurou o Arquivo Público Mineiro, essa admirável instituição de que foi diligente diretor. Vejo na sua atividade pública o avesso dialético da situação que marcara a sua juventude apertada entre o monismo e a angústia existencial. A Política, na medida em que é assumida como arte de criar projetos, convida a construir corajosamente um futuro coletivo, não se exercendo sem forte dose de confiança no semelhante e no sentido da História. Quando um escritor de raça a ela se dedica, o uso que faz da palavra volta-se para a ação e salva-o daquele sentimento de impotência que tantas vezes a prática das letras pelas letras provoca nas consciências escrupulosas.

Se foi esse o roteiro de Augusto de Lima cidadão, o do poeta me parece ainda mais feliz. Da estação desolada de onde partira, caminhou para a figuração lírica de dois grandes libertadores, Tiradentes e Francisco de Assis. Ao nosso herói mineiro e ao Poverello da Úmbria, dedicou os seus últimos escritos. A esperança no barro humano, fragilidade que se faz forte pela ousadia de perseguir um ideal, político ou místico, deu à trajetória de Augusto de Lima uma dignidade que suscita neste seu leitor de hoje o desejo de cumprir o mais grato dos deveres, o dever da memória.

Augusto de Lima faleceu em 1934 sem ver promulgada a Constituição para a qual ele tanto contribuíra. Não creio mero acaso o fato de os seus sucessores terem sido intelectuais estreitamente vinculados à vida pública. Vítor Viana ocupou esta Cadeira no breve lapso de dois anos, entre 1935 e 1937. José Carlos de Macedo Soares pôde honrá-la ao longo de trinta anos, de 1938 a 1968. Se lembrarmos que o decênio de 30 foi um tempo de intensas transformações sociais no Brasil e no mundo, entenderemos o porquê da

alta concentração de homens públicos que obtiveram na época o acolhimento acadêmico. Diversamente dos anos da fundação desta Casa, quando prevaleceu o critério literário de escolha, os anos de 1930 e 1940 assistiram à plena abertura a figuras de prol da vida da nação, parecendo seguir, nesse particular, uma sugestão que Joaquim Nabuco dera a Machado de Assis quando ambos discutiam em suas cartas o futuro da Academia. Nabuco propunha ao presidente Machado de Assis que a companhia que ambos haviam criado abrigasse não só puros homens de letras, mas intelectuais que se tivessem notabilizado em suas respectivas carreiras, fossem eles políticos, jornalistas, diplomatas, juristas, médicos, prelados, militares. Lembro que foram aqui recebidos naquele decênio de 30 homens públicos capazes de usar vigorosamente a palavra como instrumento de ação no terreno acidentado dos embates políticos e ideológicos: Otávio Mangabeira, Alcântara Machado, Barbosa Lima Sobrinho, Alceu Amoroso Lima (que dera em 1929 o seu adeus à disponibilidade, marcando a sua opção de intelectual engajado) e meus dois insígnios predecessores, Vítor Viana e José Carlos de Macedo Soares.

As opções doutrinárias de ambos espelhavam, pelo seu nítido contraste, as correntes cruzadas daquele momento crucial em que o Brasil encetava a superação do estágio de país essencialmente agroexportador abrindo as veredas da modernização industrial apoiada pelo Estado. Vítor Viana era sociólogo e jornalista de formação liberal clássica: apologista da ortodoxia financeira, da descentralização, do regime federativo e sobretudo das conquistas democráticas. Um liberal, na mais pura acepção do termo. Macedo Soares, por sua vez, inclinava-se para o modelo vigente do Estado operoso, que planeja e executa e, na fórmula pregnante de Augusto Comte, prevê para prover. O molde positivista foi a arqueologia do Estado-Providência, paradigma que norteou a conduta dos homens que fizeram a Revolução de 1930.

Passados setenta e tantos anos, ao estudarmos a oposição entre liberalismo e Estado forte, entre *laissez-faire* e dirigismo, volta-nos à mente a frase lapidar de Benedetto Croce: toda história é sempre, de algum modo, contemporânea do historiador. Também em nossos dias, vivendo contingências diversas, defrontamo-nos, a cada passo, com o dilema neoliberalismo ou Estado providente, Estado mínimo ou Estado plenamente responsável. O contraste fazia-se particularmente agudo na medida em que a crise mundial de 1929 suscitara regimes intervencionistas, que iam desde os extremos fascista e bolchevista até

as combinações social-democráticas do *New Deal* americano e da Frente Popular francesa.

Vítor Viana permaneceu, apesar desse contexto, fiel às tradições da economia política ortodoxa. É o que se depreende dos seus artigos, datados de 1933, sobre os méritos da Constituição Inglesa (a Magna Carta era seu modelo permanente) e da Constituição Norte-Americana, que ele analisou em profundidade. Macedo Soares, situando-se no polo oposto, fazia, ao tomar posse na Academia em dezembro de 1938, o elogio da responsabilidade do Estado, que entre nós combinava uma política centralizadora com a modernização econômica, o apoio à indústria nacional e uma legislação trabalhista compósita, em parte avançada, em parte tuteladora.

No mesmo discurso, Macedo Soares ressaltava, porém, um elo entre a sua concepção ideológica e a de Vítor Viana: como o jornalista liberal, o diplomata exaltava a liberdade de expressão do pensamento, ponto de honra daquele que fora por longos anos mentor do *Jornal do Commercio*. Ambos tinham-se formado na Primeira República, ambos tinham aprendido com os mestres do nosso pensamento democrático, Rui e Nabuco, a respeitar os direitos individuais consagrados na Constituição de 1891. Mas nem por isso Macedo Soares deixava de admitir que aquele mundo mudara após a crise de 1929. São palavras suas: “O tempo de Vítor Viana tinha passado. Feliz o sociólogo preempto, que não assistiu ao enterro das suas doutrinas.” E linhas adiante: “As instituições se atropelam, os estados sociais se sucedem tumultuariamente. Entre Vítor Viana e seu sucessor quebramos uma esquina da história da civilização.” Segue-se uma curiosa diagnose do Jornalismo do seu tempo, que teria passado da fase de liberdade de opinião, quase absoluta ao longo do século XIX, para os constrangimentos que lhe vinham impondo os interesses dos negócios ou a censura dos regimes totalitários. Assim, a fala de Macedo Soares procurava conciliar o zelo ordenador do Estado e o ideal da liberdade de expressão, o que não deixava de ser, em 1938, um esforço edificante para perfazer a quadratura do círculo...

De todo modo, não devemos temer que o seu discurso resvalasse para a conivência com os regimes de força: Macedo Soares era sempre o humanista que nutria uma saudável desconfiança pelo que chamava “a demagogia dos técnicos”, hoje diríamos tecnocratas, encastelados no poder. “O técnico” –

afirmava – “é a negação do político; o político floresce na praça pública, o técnico isola-se no laboratório.” Proféticas palavras.

O ideal supremo do diplomata é o de mediar conflitos e atingir um estado de paz. Foi este o legado maior do Embaixador Macedo Soares. Não me furto ao prazer de evocar algumas de suas gestões pacificadoras em diversas ocasiões da História Brasileira e Internacional.

Quando a Revolução de 1924 começou a sitiar a cidade de São Paulo, ameaçando a população de privá-la de víveres de primeira necessidade e provocando a fuga de milhares de paulistanos para o interior, Macedo Soares, então presidente da Associação Comercial, decidiu, por sua conta e risco, parlamentar com os rebeldes e com as forças legalistas a fim de obter provisões e amenizar os rigores do cerco militar. Cessada a revolta, Macedo propôs anistia geral, mas a sua ação benemérita foi mal interpretada como colaboracionista com os amotinados. Foi julgado, preso e exilado. Três anos depois, o Supremo Tribunal absolveu-o, e os termos da sentença não pouparam elogios à sua intervenção humanitária. Recomendo vivamente a leitura do seu processo transcrito no volume que ele fez editar com o título de *Justiça*.

Seria sempre a vocação de mediador que iria levá-lo a pugnar pela paz na Conferência Mundial pelo Desarmamento em Genebra. Voltando dessa reunião, passou pela Itália e obteve de Mussolini, em um só encontro, que suprimisse da sua agenda certas propostas constrangedoras para a Santa Sé. O episódio é relatado por Deolindo Couto, a quem cito:

Em 1932, ao regressar da Conferência pelo Desarmamento, onde presidira a Delegação Brasileira, Macedo transitou pela capital italiana, sendo recebido, em audiência especial, por Benito Mussolini. O preparo da entrevista fora esmerado e atendera a todas as minúcias de rígido protocolo. Depois de aguardar alguns minutos na antessala, o visitante haveria de entrar sozinho no comprido salão, ao fundo do qual o Duce se encontraria sentado junto à sua mesa de trabalho. Deveria o embaixador brasileiro ir até o hospedeiro e, somente então, este se levantaria. Nada disso funcionou, entretanto. Mal chegou, o Delegado do Brasil foi convidado a ingressar no lugar do encontro. O capo do Governo italiano saltou da cadeira, e, quase vociferando, rumou para José Carlos, que, assustado, lhe recolheu forte aperto de mão. Sentaram-se os dois, conversaram longamente, ultrapassando o prazo estipulado, e em tal clima que Macedo Soares se aventurou a revelar ao ditador suas preocupações: apurara, nos meios católicos de Roma, sério mal-estar ante a iminência de uma reunião oficial, em cuja ementa figuravam três itens seguramente delicados para as relações do Quirinal

com o Vaticano. Mussolini indagou quais os assuntos e, ao inteirar-se destes, bradou: “TUTTI CANCELLATI!”. E depois de cordial abraço, Mussolini conduziu Macedo até à porta, que abriu, diante dos Secretários da Delegação Brasileira, preocupadíssimos com o vozear que haviam percebido. Sabedor do feliz resultado da intervenção de José Carlos, o Cardeal Eugenio Pacelli, então Secretário do Estado Pontifício (e futuro Papa Pio XII), visitou-o no hotel e pôs-lhe à disposição os arquivos secretos do Vaticano. Macedo aí fez copiar alguns dos importantes documentos que integraram seu precioso acervo destinado à redação dos II volumes que projetara sobre a História da Igreja Católica no Brasil.

Desse trabalho, resultaram as *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil*, que é ainda hoje guia seguro dos pesquisadores de uma área só parcialmente conhecida pela erudição universitária.

Mas nenhuma outra prova do tino conciliador de Macedo Soares supera a sua intervenção decisiva no Encontro Interamericano de Buenos Aires, cujo alvo era pôr fim à Guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai. Corria o ano de 1935. A contenda assumia tais proporções que a imprensa a chamava Tragédia do Chaco. Cem mil vidas tinham sido ceifadas, e dezessete gestões internacionais já haviam malogrado. A palavra do embaixador brasileiro foi certa, não se limitando à discussão dos protocolos de paz, mas descendo à minúcia dos conselhos operacionais, o que atalhou as delongas da negociação *in loco* e impediu que a carnificina se prolongasse. Macedo Soares mereceu então o título de que mais se orgulhava: Chanceler da Paz.

Inspirado pelo dom do equilíbrio, Macedo Soares, nomeado havia apenas uma semana por Getúlio Vargas ministro da Justiça, mandou pôr em liberdade nada menos que 408 presos políticos acusados, sem formação de processo, de participar da Intentona de 1935. Foi a “macedada”! Estávamos em junho de 1937. No dia 5 de novembro, o ministro pediria demissão do cargo, sendo substituído no dia 9 por Francisco Campos. O que aconteceu a 10 de novembro de 1937 é de conhecimento geral e, de todo modo, não figura no currículo deste meu ilustre antecessor.

Peço licença para uma recordação pessoal, a única que guardo de Macedo Soares. Em 1960, a Comissão Estadual de Literatura de São Paulo convidou-nos, ao Prof. Nilo Scalzo e a mim, para organizar uma edição das poesias de José Bonifácio, o Moço. Tivemos dificuldade de encontrar o livro de estreia do poeta, *Rosas e Goivos*, datado de 1848 e não mais reeditado.

Recorremos ao Acadêmico José Carlos de Macedo Soares, em cuja opulenta brasileira talvez se encontrasse um livro tão raro. O embaixador nos recebeu com a sua habitual gentileza: não possuía a obra, mas faria buscas no Instituto Histórico e na biblioteca desta Academia. Obtendo o volume, providenciou um fac-símile que serviu de base para o nosso trabalho de editores. Lembro-me de ter ido à sua residência, o solar da Rua São Luís (havia solares no Centro da Cidade), onde recebi de suas mãos a cópia do precioso exemplar.

Para ele, tinha sido apenas mais um gesto de cortesia. Para mim, recém-egresso do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, era o primeiro trabalho de crítica e edição de texto poético: o passo inicial de uma carreira dedicada às nossas letras e que hoje está sendo tão generosamente recompensada.

A poesia de um homem público, José Bonifácio, o Moço, ligou-me à memória deste outro homem público, que, no entanto, só escreveu em prosa, linguagem das ideias e da ação. Mas o acaso quis que fosse a poesia a mais alta expressão do sucessor de Macedo Soares – Abgar Renault.

Glosando a frase de Antonio Feliciano de Castilho no paralelo que fez entre Vieira e Bernardes, eu diria com a mais cândida das franquezas: a prosa admira-se, a poesia admira-se e ama-se. Foi com emoção que li os textos originais e as versões que Abgar Renault fez dos poetas ingleses e de Tagore: um encontro de maravilha e afeto. E pergunto-me: como um poeta tão denso pôde ficar desconhecido de mais de uma geração de leitores de Poesia? A sua extrema discrição, levada a um escrúpulo tenaz deixou oculto por longos anos um tesouro de beleza que só a conspiração solerte de alguns amigos fiéis alcançou dar a público. Leio na autoanálise desse esquivo autor:

Não serei um marginal da Literatura. Serei, antes, um marginal da Publicidade, pois fui sempre menos cuidadoso de editar que de compor. Não é que desdenhe da publicação: sou possuído continuamente da angústia do pensado à pressa, do indecorosamente composto, do escrito em estilo pedestre. É certo que o prazer de exprimir-se nada tem de comum com o ato exterior de dar a lume o expresso. Em mim aquele prazer, que existe, alguma vez, no compor um poema, exaure-se no próprio ato da escrita.

Essa reserva explica o fato de Abgar Renault, tendo elaborado sonetos camonianos aos 22 anos de idade e continuado a escrever nos anos de juventude e maturidade, só quase septuagenário consentiu na edição do seu primeiro livro de poemas, *A Lápide sob a Lua*, a rigor fora do mercado, pois saiu em diminuta tiragem pela Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Igual condição de semiclandestinidade sofreu o seu original poema longo, misto de vanguarda experimental e classicismo, *Sofotulafai*; o nome estranho evoca uma cidade mítica da Ásia, na verdade a Pasárgada de Abgar Renault. Saiu em 1972 em edição particular. Quanto a outros poemas seus, só receberam letra impressa quando veio a lume a *Obra Poética*, em 1990, isto é, às vésperas do seu nonagésimo aniversário!

Essa modéstia, avessa ao brilho dos fogos de palha, fez com que o poeta desse prioridade à palavra do Outro em vez de a tudo preferir a comunicação da própria subjetividade. Abgar só publicou a sua poesia depois de ter-nos dado a escutar a voz de poetas ingleses que disseram em versos despojados a sua experiência na Primeira Guerra; e só depois de transpor para o nosso idioma a aérea tessitura dos poemas de Tagore, *A Lua Crescente*, *Colheita de Frutos*, *Pássaros Perdidos*.

Traduzir Poesia é empresa ingrata, ao mesmo tempo necessária e desesperada. Wilhelm Humboldt, citado por Abgar, disse drasticamente: “Toda tradução parece-me simplesmente uma tentativa de levar a cabo uma tarefa impossível.” O impasse deriva da essência da linguagem poética na qual som e sentido se acham conjugados de modo indissolúvel. Mas o que importa é criar uma obra que faça entrever a beleza do texto-fonte. Ouçamos o juízo severo de Dante Alighieri: “Nada que seja harmonizado pelo vínculo das Musas pode ser transposto do que lhe é próprio para outra língua sem destruir toda a sua doçura.” E Cervantes não é menos cortante: “A tradução de uma língua para a outra é como olhar pelo avesso uma tapeçaria flamenga.”

Em compensação, Goethe com o seu olímpico equilíbrio atenua a sensação de desalento que esses juízos radicais podem provocar: “Diga-se o que se quiser da inexatidão da tradução, ela continua a ser uma das ocupações mais importantes e dignas dos assuntos universais.” E que assuntos mais universalmente humanos do que os modulados pela Poesia, que Aristóteles considerava mais filosófica do que o discurso da História?

De quantas vozes, Aogar Renault se fez concha de ressonância, de quantas soube captar amorosamente o som e o sentido! Os poetas-soldados, que deram à Literatura Inglesa dos anos 1940 um acento de viril melancolia, falam em nossa língua graças ao sábio artesanato de Aogar. Cito um passo da versão de “Fragmento” de Rupert Brooke:

Esta noite vaguei uma hora no convés,
 por sob um céu nublado e sem lua, e, espiando
 pelas janelas, vi meus amigos à mesa,
 ou jogando, ou de pé na entrada, ou caminhando
 para a treva. Nenhum, porém, podia ver-me.
 Neles (dentro de seis dias iam lutar...
 nem lembravam sequer!) eu pensaria, talvez
 com dó e orgulho do poder e da firmeza,
 da força e igual beleza dos seus corpos... dó
 de a máquina jovial desse esplendor quebrar-se
 esmagada, dispersa, esquecida... Mas, só
 os via — contra a luz, quais sombras a passar,
 coloridas, e mais finas que tênue vidro,
 frágeis bolhas de ar mais fracas do que a do mar
 fraca luz, que na noite em fósforo se espalha,
 perecíveis criações e fantasmas estranhos,
 já prestes a morrer para os outros fantasmas
 — este, ou aquele, ou eu.

(Para a sonoridade do inglês, constante da rima *Soon to die, / this one, or that, or I*, o tradutor explorou a equivalência da rima assonante em /e/: prestes a morrer, / este, ou aquele, ou eu. Creio que o nosso poeta alcançou aqui tecer mais do que o avesso da tapeçaria flamenga, de que falava Cervantes, pois manteve não só o desenho semântico, mas uma rima correspondente dentro das possibilidades de nossa língua.)

Além dos poetas ingleses de guerra, Aogar traduziu vozes menos conhecidas entre nós naqueles anos 1940, como as de Emily Dickinson e de Yeats. Ainda mais notável foi a sua escolha pioneira de poetas negros norte-americanos. Eram anos aqueles de cruel discriminação nos Estados Unidos, de modo que devemos orgulhar-nos de contar entre os nossos confrades sempre vivos com um poeta já então sensível ao canto sofrido de todo um povo. Dentre os

escolhidos por Abgar destaco dois que me impressionaram vivamente: Countee Cullen, morto em 1946, e Langston Hughes. Do primeiro, leio este

ACONTECIMENTO

Andando em Baltimore
repleto de alegria
eis que um menino vi
com insistência a olhar-me.

Eu tinha oito anos, era
pequeno, ele também.
Sorri; mostrou, zombando,
a língua, e disse: “Negro”.

Vi toda Baltimore
de maio até dezembro,
de tudo que aconteceu
eis tudo o que ainda lembro.

De Langston Hugues,

CANÇÃO PARA UMA MOCINHA NEGRA

Lá no sul, em Dixie
(matem meu coração),
enforcaram meu namorado
na árvore de uma encruzilhada.

Lá no sul, em Dixie
(ferido corpo pende no ar),
perguntei a Jesus branco
de que valia rezar.

Lá no sul, em Dixie
(matem meu coração)
o amor é uma sombra nua
numa árvore nodosa e nua.

*(Way down South in Dixie
Break the heart of me
Love is a naked shadow
On a gnarled and naked tree.)*

Mas das entranhas da humilhação pode nascer uma poesia de resistência, um átimo de altiva afirmação da própria identidade de negro e americano. São do mesmo Langston Hughes os versos desta

AMÉRICA

Eu também canto a América
Eu sou o irmão mais escuro,
Mandam-me comer na cozinha
quando há visitas,
mas rio-me,
como bem
e fico forte.

Amanhã,
sentar-me-ei à mesa
quando houver visitas.
Ninguém ousará
dizer-me
então:
“Vai comer na cozinha”.

Além disso,
verão como sou belo
e se envergonharão.
Eu também sou América.

Penso agora na trajetória poética de Abgar Renault, tão lucidamente analisada pela Profa. Solange Ribeiro de Oliveira na sua obra, ainda inédita, *Viver Passou Aqui*, cujos originais a Autora fez a gentileza de me dar a conhecer. É com renovado encanto que lemos os poemas de Abgar, aqueles que traduziram não a voz do outro, o idioma alheio, mas a sua própria subjetividade macerada em nossa Língua Portuguesa, que ele cultivou com zelo inexcedível.

Trata-se de poesia de desengano, poesia que beira a solidão absoluta, imagem de um ser que se sente perdido naquele vasto e estranho mundo de que fala o seu amigo fraterno, Carlos Drummond de Andrade. “Desamparo” é o título de um dos seus poemas livres no metro, mas rimados em dísticos perfeitos:

Estou pobre, triste e nu como no instante em que nasci, / tão desamparado e ausente, que tenho a ilusão de que morri. / Doem na areia os meus olhos sem paisagem e sem porto, / e a vida sabe-me intimamente a um pedaço de mar morto.

O cerne dos significados deste e de outros poemas é o sentimento do irreversível, a lembrança de um tempo remoto, talvez feliz, mas que não se recupera jamais:

Não torna a vida que das mãos íntimas soltamos,
não tornam vozes de aves aos mesmos velhos ramos,
e não beberei jamais em meu nenhum instante
a vida que entornei por sobre um chão distante.

No entanto, esse homem que confessara quase em surdina – “sou uma criança sem mãe e sem brinquedos; / tenho ar, sombra e tristeza entre os meus dedos” – foi, dentre os nossos companheiros ausentes, o mais animoso dos educadores, incentivador de todos os graus e formas de instrução, fosse esta superior ou técnica, profissional ou clássica. São da mais viva atualidade os seus textos sobre o ensino rural enfiados em *A Palavra e a Ação*.

Mais uma vez, somos às vezes tão diferentes de nós mesmos quanto dos outros. Lendo certas passagens do discurso que Abgar Renault proferiu ao despedir-se do Conselho Federal de Educação, compreendo que este educador nato vivia dialeticamente entre a utopia e o ceticismo. Destaco um único parágrafo:

Em 1968, o Delegado do Brasil junto à ONU, Emb. Araújo Castro, um dos cimos da nossa diplomacia em todos os tempos, sugeriu que dos orçamentos militares dos países então representados se deduzisse a importância de um por cento, com a qual demonstrou que seria possível resolver os problemas de Educação e Saúde do mundo inteiro. No final do seu dramático apelo, exclamava: “Senhores! o que vos peço é apenas um por cento da vossa loucura!” E Abgar conclui: “A sua voz afundou sem resposta num vácuo absoluto.”

A concepção humanística da Educação é o traço que aproxima Abgar Renault e o último ocupante desta Cadeira, D. Lucas Moreira Neves. Mineiros ambos como mineiros eram Augusto de Lima e Vítor Viana. Afinidades históricas garantem nossa amistosa companhia: “Minas, fruta paulista”, dizia Mário de Andrade.

Abgar e D. Lucas atuaram em esferas complementares. O primeiro ocupou postos de relevo na administração da sua província e do Distrito Federal, onde foi secretário da Educação; chegou a ministro da mesma pasta e ilustrou por longos anos com seus pareceres os Conselhos nacionais de Educação e Cultura. Entre outras missões, representou o Brasil em vários encontros da UNESCO, organização a cujo nascimento assistiu em 1945. Quanto a D. Lucas, concentrou o seu talento na militância pastoral, atividade própria do homem de Igreja investido do papel de formar almas, logo de educar. Entre as suas numerosas crônicas, reunidas em *O Homem Descartável*, *A Sarça Ardente* e *Memorial de Fogo*, as mais incisivas são as que tratam de Educação, seu tema recorrente.

Se o meu contato com o Acadêmico Macedo Soares resumiu-se a um breve diálogo na sua biblioteca, o meu encontro com D. Lucas nos anos 1950 foi mais significativo. Ele não era ainda D. Lucas, Primaz do Brasil, mas Frei Lucas, da Ordem dos Dominicanos, à qual fora atribuído o papel nada fácil de assessorar a Juventude Estudantil, ramo da Ação Católica.

O adolescente que eu era estava à procura de um cristianismo que não voltasse as costas para o mundo conturbado da História, mas militasse no sentido de humanizar e, no limite, superar as estruturas iníquas do Capitalismo selvagem que já então se fazia visível em toda parte e, especialmente, no Terceiro Mundo, conceito que estava nascendo naqueles anos de pós-guerra. É notória a ação formativa dos pregadores de São Domingos atuantes no Convento das Perdizes, viveiro de uma geração que aspirava a uma reforma da mentalidade estreita que abafava não poucos setores da Igreja. Ora, uma das tônicas do engajamento de Fr. Lucas era a da urgência de uma abertura ecumênica que levasse o jovem militante a aprender com outras igrejas cristãs, sobretudo as protestantes, a prática da liberdade de consciência, base das democracias modernas. O seu ensino visava à superação dos fanatismos e das atitudes de fechamento intelectual que hoje deploramos com o nome de Fundamentalismo. Entre as suas estrelas-guia, figurava Alceu Amoroso Lima, que por tantos anos honrou esta Casa e que estimulava os jovens a ler Péguy e

Mounier, Maritain e Simone Weil, Teilhard de Chardin e um dominicano que deixou marcas indeléveis nos meios progressistas de São Paulo, o Pe. Lebrete, mais tarde consultor ativo do Concílio e principal redator da encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI.

Pessoalmente, não pude acompanhar senão de longe a carreira de D. Lucas, que, chamado a Roma, ocupou cargos eminentes na administração eclesiástica. A imagem que dele me ficou foi a de um frade de maneiras afáveis, olhar atento e fala mineiramente mansa, que nos convidava a franquear aquele divisor de águas de uma cultura passadista para uma cultura aberta aos ideais universais de liberdade e justiça.

Não tendo em momento algum perdido a fé nesses valores, entrei na Universidade de São Paulo onde exerço até hoje o ofício de leitor de Literatura Brasileira. A minha cara Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve como um dos seus fundadores Fernando de Azevedo, o primeiro elo entre a Universidade de São Paulo e esta Academia. Dentre os mestres que me formaram no Curso de Letras Neolatinas, desejo lembrar, ao menos, aquele que me iniciou nos segredos da Poesia Italiana e Universal, Italo Bettarello, de quem fui assistente e a quem presto nesta hora meu tributo de admiração e saudade.

Devo agradecer a Deus ter reencontrado em uma grande universidade leiga e pluralista os mesmos ideais de tolerância e respeito que aprendi junto aos dominicanos, agora tão próximos de novo na figura de Fr. Lucas.

Percorrendo os *Anais* desta Casa, detive-me nos depoimentos que vários acadêmicos prestaram na sessão de saudade em homenagem a D. Lucas, havia pouco falecido. Fiquei sabendo das mostras de solidariedade que o então Bispo auxiliar de São Paulo dera a militantes e intelectuais cristãos do Rio de Janeiro acusados de subversivos pelos órgãos de repressão a serviço da ditadura. Conheci, por esses testemunhos, novas e belas facetas do meu antecessor. E, sobretudo, reafirmou-se, em minha consciência de amador da História, a convicção de que o caráter de um homem é a somatória de todos os seus atos; e que é um grato dever ajuizar o semelhante pelos seus momentos de alta tensão ética, isto é, por aquelas ações cuja prática torna a pessoa digna dos seus próprios valores.

...

Meus caros confrades, França Júnior, Urbano Duarte, Augusto de Lima, Vítor Viana, Macedo Soares, Abgar Renault, D. Lucas, nossos companheiros de outros tempos, nos chamam e pedem que sejamos seus contemporâneos. A resposta que lhes damos deve ser uma só: vós sois também nossos contemporâneos, pois o dom da gratidão torna todos e cada um vivo e presente, abolindo o tempo e vencendo as distâncias que nos separam. A Academia Brasileira de Letras dá exemplo dessa generosa convivência que a memória cria sempre que a exercemos do fundo do coração.

Que uma frase grávida de esperança no ser humano, dita por Teilhard de Chardin, sirva de fecho a estas palavras de reconhecimento daqueles que, na diversidade dos caminhos percorridos, acreditaram na força do espírito: “Tudo o que sobe converge.”

Obrigado.

I

RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

Sei que esta Casa tem sabido escolher, tem procurado acolher personalidades referenciais da vida e da Cultura nacionais. Não sei, não me lembro de momento, se alguma vez escolheu um intelectual do Renascimento. Mas um sábio e severo cidadão da Renascença que, contrariando as indicações predominantes naqueles dias ensolarados e renascentes, se fizesse acompanhar de Deus e mantivesse com Ele as melhores relações. Se isto não aconteceu, como suponho, está acontecendo agora, com a chegada de Alfredo Bosi à Casa do seu amigo, do seu autor preferido, Machado de Assis. Aquele mesmo que soube conciliar as condições aparentemente inconciliáveis de sábio e bruxo. São coisas dos renascentistas e dos seus descendentes diretos ou indiretos.

O Renascimento pressupõe e implica um nascimento que o antecede e apoia. Até mesmo um lugar trepidante e vital de onde ele retira energias insólitas e ao qual ele confere vida nova. Por isso, todo renascimento constitui uma releitura do acervo pretérito, que lhe oferece um mapa e uma bússola. Os demais instrumentos de navegação já se acham nas mãos do navegador, apto e desejoso de encontros previsíveis ou imprevisíveis.

O reconhecimento jubiloso dos predecessores, o vigor expressivo da palavra, o destaque da retórica como disciplina nuclear estão inscritos nesse horizonte de possibilidades da Renascença. É o modelo humanista antropocêntrico em ação. E na mesma linha de força do humanismo vazado de espiritualidade, a que não faltou a cobertura argumentativa do pensamento florenti-

no. Muito distante destes nossos dias de baixa modernidade, onde o messianismo e a filantropia se mascaram de solidariedade.

I

Hoje já se anuncia o Pós-Humanismo. Porque o desconstrucionismo, em uma das suas vozes mais inventivas, que foi Michel Foucault, já decretara a “morte do homem”. Como Friedrich Nietzsche o fizera ao proclamar a “morte de Deus”. Creio que ambos, Deus e o homem, o primeiro mais do que o segundo, embora operando em zonas de turbulência, mostram-se saudavelmente resistentes.

Aliás, resistência é o termo-chave do trabalho crítico do pensador católico Alfredo Bosi. Resistência, convém insistir, e não dissidência. A dissidência cultiva o gosto separatista, não raro excludente. A resistência é confluyente e toda voltada para a inclusão. Ele próprio, o autor de *Literatura e Resistência*, é um resistente, de palavra e de ação. A palavra se encontra nos seus escritos, na sua vasta e consistente obra. A segunda vertente pode ser emblematizada na Vila Yolanda, em Osasco, nas reuniões da casa paroquial assistida pelos padres operários franceses. A essas inflexões, se junta a sua exemplar docência universitária. O resistente, no caso, se vê animado, o tempo todo, pelo valor da compreensão. “Não nos cabe senão compreender resistindo e resistir compreendendo”, diz ele. E para resistir compreendendo, dizemos nós, é preciso estar em permanente estado de alerta, de acolhimento, de hospitalidade, imune ao preconceito, à indisposição ideológica, aos reducionismos de todo tipo. Este é o primeiro compromisso de Alfredo Bosi, todo debruçado, e nunca curvado, sobre o marco de referências que lhe oferecem as letras e a Cultura do seu país e do mundo. Certo de que a depuração ideológica, qualquer que seja ela, nunca apaga nem anistia a injustiça social, logo se desfez “daquela mistura ideológica e datada de mitologia e tecnicismo”, a que se refere no seu *Céu, Inferno*.

Ele começa por valorizar a genealogia distante e a mais próxima, até chegar à modernidade e à contramodernidade da contemporaneidade nacional.

II

O Estado redentor da era tridentina, soldado pela aliança de fé e império, é submetido a um esforço de avaliação que, embora isenta, vem a ser menos risonha e mais franca. A crueldade do processo colonizador nunca foi poupada pela sua pontaria crítica. O percurso da Cultura Brasileira registra, desde cedo, uma série de combinações ou de entrecruzamentos, sintomáticos da diversidade. E deixa ver a rede de contradições, contrastes e confrontos, que a envolve e modela: o contraponto de ação e revelação.

A sua dialética emancipada o ajuda a compreender as contradições do período, e a *negatividade*, “a boa negatividade”, possibilita contornar as armadilhas da própria dialética. Com o que ele alcança sínteses exemplares. “A ação – colonizadora – diz na sua excepcional *Dialética da Colonização* – reinstaura e dialetiza as três ordens: do cultivo, do culto e da Cultura.” A previsível, porém difícil, complementaridade das camadas constitutivas da vida cotidiana, adquire inesperada transparência graças às condições interpretativas. O que é particularmente apreciável em um momento de pouca pluralidade hermenêutica.

A crítica tem sido uma atividade sedentária, talvez mesmo preguiçosa, por mais assídua que seja. Tanto mais sedentária, quanto mais assídua, e tanto mais assídua, quanto mais sedentária. Ela se repete o tempo todo, aprisionada sem resistência a um repertório entrópico. Os críticos dedicados ao regime de exclusividade, que emitem sentenças no singular, infensos às diferenças que os rodeiam, que ignoram a pluralidade do continente literário, terminam sendo apenas observadores insulares. Uma grande Literatura são várias literaturas. E rara é a crítica militante que sabe renascer, diante de cada novo sinal da linguagem. Ela parece preferir a repetição inócua e opaca e habitar, sem o menor constrangimento, o reino das ideias prontas. O oposto do que faz Alfredo Bosi. Ele constrói na outra margem do rio ou, se me permitir o meu saudoso amigo João Guimarães Rosa, na “terceira margem do rio”.

Literatura e Resistência vem a ser, reforçando talvez o que disse antes, a literatura vista jamais do ângulo da acomodação, do registro neutro, da fotografia incolor, porém da perspectiva da insatisfação, do inconformismo, da recusa radical à violência. Bosi sabe que a realização poética, sendo prática estética aliada à compostura verbal – o que não significa, de modo algum, passividade estilística –, é também desempenho ético. A composição ético-estética do

Memorial de Aires, que ele define como o testamento moral e literário de Machado de Assis. E é a ética que alimenta e confere sentido à consequência política.

III

Olhando mais atentamente o retrovisor da História, vamos perceber que essa solidez teórica tem um longo itinerário. Vem do Cristianismo longínquo e acompanha todas as suas mutações ou os seus acréscimos. Passa pela Idade Média, debate em profundidade a Reforma e a Contrarreforma, estaciona detidamente no Renascimento e nos antecipa visões do Maneirismo e do Barroco. Benedetto Croce reprograma a compreensão histórico-estética. Lukács, Gramsci, Dilthey, Weber, Simmel não estão e nem poderiam estar ausentes. Ao longe, se pode notar a silhueta inconfundível de Giambattista Vico. Não creio que se pudesse saltar da duração temporal bersoniana, do neoesteticismo croceano, do culturalismo, da hermenêutica, do raciovitalismo, do existencialismo, para chegar pressurosamente à Escola de Frankfurt. A própria Escola de Frankfurt configura uma discussão interminável sobre os legados de Hegel, Marx, Freud e Heidegger. Que o digam Jürgen Habermas e Sergio Paulo Rouanet. Ou se quisermos precisar um pouco mais o roteiro de Croce a Adorno, tão grato a Bosi, e retomar “a dialética dos instintos”. Compreende-se ainda a importância que confere a Albert Camus na “formação da sua ética de resistência”. Certa ascendência camusiana reacende a flama estilística, que já fora assegurada pelos seus confrades italianos, e bloqueia e anula o corte prescritivo da ética tradicional. O revigoramento sisifiano do recomeço, ou do renascimento, algumas ressonâncias da “estética da revolta” confirmam significativas afinidades eletivas. O vigor teórico, tão raro hoje, se encarrega de pôr cada coisa no seu devido lugar.

A herança historicista e em alguns casos a evolucionista perturbaram insistentemente o desdobramento da nossa historiografia literária. Do mesmo modo, o dualismo indissociável do nosso sociologismo de cátedra. Por isso, Bosi se considera no dever de pregar por um “historicismo renovado”. O protocolo assinado, com extrema coerência, entre a Poesia e a História, entre a Crítica Literária e a Crítica da Cultura, mostra-se altamente fecundo e fecundante — a historicidade sem a reclusão historicista.

Mesmo levando em conta a contribuição valiosa de predecessores respeitáveis, é com Alfredo Bosi que

“toma forma uma nova Historiografia – e aqui recolho palavras do próprio Bosi, dirigidas a outros destinatários ilustres –, para a qual a história das expressões simbólicas se abre para dimensões existenciais e culturais múltiplas que não se reduzem à condição de alegorias ideológicas”.

Em vez da Historiografia transcendentalista, sem muita vontade argumentativa, mas estimulada por todo um cortejo de empreendimentos essencialistas, Bosi coloca a história com a cabeça no mundo e os pés no chão. Com o que ele igualmente consegue o aproveitamento transideológico do capital simbólico. Se é que capital simbólico, expressão tão do agrado de Pierre Bourdieu, não traduz simplesmente a contradição em termos de que fala Immanuel Kant.

IV

O regime de coabitação entre o crítico e o historiador é perfeito. Nos dois casos, ampliado pelo ensaísta, pelo inventor da linguagem, pelo criador de um estilo vertical, sem estilizações e sem concessões ao ornamento ou ao supérfluo, sem arrogância e sem estridência. Como convém aos servidores da linguagem que eclode dos e cria os – caminhos do mundo.

Quando o texto do observador se distancia qualitativamente do texto do observado, rompe-se a rede da conaturalidade. O observador passa a falar da *Poesia* de fora da *Poesia*, exteriormente, longe da sua tensão constitutiva. E nesse caso os resultados argumentativos deixam muito a desejar.

Diante da intensidade poética da prosa exemplar de Alfredo Bosi, confirmo uma velha suspeita que venho propalando pelos quatro cantos do mundo: a Poesia não é propriedade nem privada nem privativa do Poema. Ela habita as mais diversas geografias e os tempos mais presentes, mais passados, mais futuros. Às vezes, pode ser encontrada no assombro da Prosa e desaparecida no desterro do Poema. A Poesia é o Poema menos a sua limitação expressiva. Pode revisitá-la agora, depois de tantas andanças infrutíferas, na criação ensaística de Alfredo Bosi.

É essa agudeza que assegura a especial mobilidade do discurso de Alfredo Bosi, sempre propenso a absorver, com inusual propriedade, choques expressivos, deslocamentos semânticos, alterações sintáticas, percepções várias, subversões temporais e espaciais. O ensaísta que pensa, que sabe utilizar afinadamente os seus instrumentos de reflexão. Nunca o escritor tagarela, porém o parcimonioso gestor da palavra. Ou, como diz Bosi, ainda no marco da Historiografia: “o *historiador* das produções imaginárias familiarizado com a multiplicidade dos processos simbólicos”.

Entre as tarefas relevantes levadas a efeito pelo trabalho do pensador Alfredo Bosi, convém apontar a flexibilização, a desconstrução do conceito de identidade. O conluio desenvolvido pela Metafísica objetiva e a Dialética idealista enrijeceu os movimentos do corpo identitário. Tudo isso aconteceu, coincidentemente, nos instantes matinais das formações nacionais modernas. A serviço dessas construções territoriais, ela recorreu à proteção ideológica, na certeza de se fortalecer e se proteger da dispersão e da cobiça alheia. A ideologia identitária passou a ser uma fortaleza, movida por uma lógica de guerra. Assim, a identidade, nos termos absolutos que a sua genealogia exprime, além de ser uma contrafação teórica, termina sendo o caminho mais próximo para a condução ou o instrumento mais adequado para a produção dos dogmas fundamentalistas.

Já as identidades afins, ou afinadas por dentro e por fora, tendem a construir lugares de convivência altamente criativos. Não é o que acontece com a identidade fabricada nos laboratórios da Metafísica hegemônica. Esta é antes a ilusão de ótica ou a quimera arrogante. A identidade iludida e eludida pela Metafísica foi se afunilando sob o patrocínio da modernidade unanimista. Para se recuperar e saltar o muro por ela mesmo edificado, terá de se desfazer desse fardo analítico, pensando o ainda não pensado. Do mesmo modo que, para decretar o “fim da História”, seria necessário sair da História. O que não é possível pela consagração da mais-valia historiográfica, no espaço supostamente privilegiado do paraíso neoliberal.

Diante deste dilema, a identidade teria de regressar à fonte e avançar sobre o horizonte do possível. Criar, portanto, referências argumentativas outras. Sempre tendo em vista que nada é idêntico a si mesmo. Nem o mesmo, que vem a ser o *mesmo* do *outro*, em cenário em que a recíproca é verdadeira. O mais constante, e idêntico em nós, é esse modo de ser múltiplo e

diverso. Ou os instantes em que nos afastamos da identidade como aquisição natural ou apropriação cultural.

São lições que vamos retirando do ensaio, tão revelador, de Alfredo Bosi.

V

Sob o signo do pluralismo, certamente com a ajuda da Filosofia e da Literatura, e resistente às dicotomias das Ciências Sociais, Alfredo Bosi conduz criteriosamente o seu projeto interpretativo da

nossa produção simbólica, quer ideológica, quer contraideológica; produção – segue ele no Posfácio 2001 à *Dialética da Colonização* – que vem revelando desde os tempos coloniais aspectos contraditórios de nossa vida em sociedade e, portanto, de nossa história cultural. Contradição – é ainda Bosi quem acrescenta – implica multiplicidade e simultaneidade das tendências divergentes.

A concepção plural da Cultura e do texto preserva a sólida aliança. Mesmo que em certas passagens do exercício interpretativo possa destacar-se o pano de fundo sociológico, psicológico, Alfredo Bosi nunca subestima os intercâmbios simbólicos que calibraram proporcionalmente as jornadas do desejo que se infiltram nas jornadas do trabalho, sobretudo na cultura do “múltiplo e mestiço”, como identificara adequadamente. Este “país tupi-barroco-surreal” (são palavras de Bosi), sensível às ordens do *homo ludens*.

Dos tempos da colonização à era da comunicação, da “Galáxia Gutemberg” à “Galáxia Internet”, o percurso é longo e acidentado. E Alfredo Bosi o acompanha, compreende e o faz renascer, com sedimentada acuidade. Combinando Filosofia, Cultura, História, Antropologia, Literatura, fortalecendo interfaces que o Renascimento tanto valorizou.

O sistema colonizador opera, o tempo todo, com argumentos de autoridade, sob a égide do Império e da Fé, por vezes se chocando com o humanismo da Paideia.

O sistema midiático não é menos autoritário. Nem menos veloz e voraz. E não tardou muito o salto para a cultura da publicidade, orientado pelo *vademecum* do consumo. Logo, um salto para trás.

O controle midiático das relações societárias gangrena o convívio interpessoal e encurta ou denega as situações livremente intersubjetivas. O entretenimento puro, os *fait-divers*, a notícia, nivelam por baixo. Os atores sociais são submetidos a um drástico esquema de manipulações, sobretudo advindos do controle publicitário. “O cinema fabrica a rememoração e a televisão, o esquecimento”, distingue o cineasta Jean-Luc Godard. E é porque há diferença que há discussão, diálogo, encaminhamento proveitoso desse debate que já vai ficando ocioso. Em meio à derrocada de todo um conjunto de referências até há pouco vigentes. “Quanto à Poesia – afirma Alfredo Bosi, no texto-manifesto ‘Poesia-Resistência’, incluído no seu *Ser e Tempo da Poesia* –, parece condenada a dizer apenas aqueles resíduos de paisagem, de memória e de sonho que a indústria cultural ainda não conseguiu manipular para vender.” Mas como é preciso resistir, devemos explorar as muitas faces da resistência. Bosi se movimenta entre a compreensão e a resistência. É porque compreende que resiste. E, porque resiste, compreende mais.

Alfredo Bosi, que desmitificara o processo colonizador, sem apelar à lamúria, ou ao ressentimento, afirma com a simplicidade dos não-enfáticos, a verdade serena do observador cuidadoso: “A libido do conquistador teria sido antes falocrática do que democrática na medida em que se exercia quase sempre em uma só dimensão, a do contato físico.” O produto dessas uniões mais ou menos fugazes nunca eram os herdeiros, porém as extensões demográficas. Naquela época, o DNA não decidia o rumo legal das coisas.

Na baixa modernidade, na era dos sem abrigo intelectual, do niilismo que sucede à “grande Literatura”, Alfredo Bosi volta a Machado de Assis e nos oferece esta obra visceral, que é *O Enigma do Olhar*. Às vezes, temos a impressão de que, a propósito de Capitu, ele está escrevendo uma poética despretensiosa, porém extremamente instigante e veraz. O olhar da Literatura é como o de Capitu. Oblíquo, porque não se conecta com a realidade em linha direta, linearmente. Dissimulado, porque o seu discurso, ao mesmo tempo em que expõe, oculta. O que significa dizer, inventa o real. Com o real. Vive dessa crença esquiva, desse segredo instigante, dessa eclosão cifrada. Mas a hermenêutica bosiana não tem a preocupação de expor à visitação pública a análise laboratorial do enigma. Capitu é a Literatura. Decifrar o enigma corresponde a matar a ambiguidade – no caso estruturante –, que é um dos mais vigorosos recursos da linguagem literária.

Cláudio Magris, no seu belo livro *Os Anéis de Clarisse*, identifica no niilismo moderno o sucedâneo inevitável do perecimento do “grande estilo”. Resta, nesse nevoeiro cerrado, a tese mais cara ao resistente Alfredo Bosi – “a resistência da Poesia como uma possibilidade histórica”, entre a emergência e a insolência do novo, e que faz do escritor moderno o estrangeiro, o errante, o expatriado, defendendo, menos do que os seus interesses, a sua liberdade, no mercado comum da indiscriminação vazia ou da homogeneidade esterilizante. Ambas, suicidas.

VI

E agora, para terminar, e levando em consideração que falar de Alfredo Bosi é um empreendimento interminável, vamos encontrá-lo, ele, o crítico moderno, cosmopolita diante do movimento modernista de São Paulo. A modernidade se erguia sob a égide da razão e da universalidade. O nosso Modernismo, vez por outra, sentia enormes saudades do Brasil profundo. E a pergunta retorna, cada vez mais ansiosa: até que ponto os modernistas foram modernos? Bosi nos entrega a excepcional compreensão da Semana de Arte Moderna de 1922. Nem apologética, nem difamatória – apenas criticamente sensata. Ela foi modernista e moderna. É o que nos ensina este intérprete das culturas brasileiras, do Brasil.

Tenho certeza de que Machado de Assis, se aqui estivesse, teria dito, parodiando o poeta Manuel Bandeira, no poema em que São Pedro recebe a preta Irene: entre, Alfredo Bosi, você não precisa pedir licença.

Discurso do
SR. MOACYR SCLIAR

e

Resposta do
SR. CARLOS NEJAR

*Sessão solene extraordinária do dia
22 de outubro de 2003*

I

DISCURSO DO SR. MOACYR SCLiar

Foi uma longa trajetória esta que me trouxe à Academia Brasileira de Letras, e não estou falando apenas dos mil e duzentos quilômetros que separam a cidade de Porto Alegre, onde moro, do Rio de Janeiro. Estou falando daquela trajetória que percorrem todos os escritores, uma trajetória de autodescoberta e de autoaperfeiçoamento e que, às vezes, chega a esta Casa. Quando isto acontece, vive-se um momento de inusitada emoção, um peculiar momento em que, de súbito, descortinamos uma imensa paisagem literária, da qual somos, mesmo na condição de humilde detalhe, integrantes. De repente, nos damos conta de que aqui fomos precedidos por grandes escritores, figuras verdadeiramente lendárias em nossa vida e em nossa formação. Como disse Isaac Newton, nossa visão então se alarga, porque, mesmo diminutos, estamos sobre os ombros de gigantes.

Esta constatação, ao tempo em que aumenta nossa responsabilidade, proporciona-nos a oportunidade de evocar aqueles que nos precederam e de quem, e de alguma forma, somos credores. Aprendemos sempre e descobrimos sempre. Uma das coisas que aprendemos é homenagear os nomes que fizeram a Literatura Brasileira. Neste momento, cabe-me destacar, em primeiro lugar, aquele que me antecedeu na Cadeira 31, o mineiro Geraldo França de Lima, figura exemplar de nossas letras. Nascido no interior de Minas Gerais – Estado cuja contribuição à Literatura Brasileira já é legendária –, Geraldo França de Lima começou a escrever muito cedo. Foi ainda no início de sua carreira que veio a conhecer aquele cuja influência se revelaria fundamental:

João Guimarães Rosa. Depois de estudar Direito e de trabalhar como jornalista no Rio de Janeiro, regressou a Minas Gerais, onde foi nomeado professor de escola pública em Barbacena. Ali, durante a Segunda Guerra, conheceu Georges Bernanos. O autor do celebrado *Diário de um Cura da Campanha* (*Journal d'un Curé de Campagne*, 1936) vivia, desde 1938, no Brasil, numa espécie de autoimposto exílio. Bernanos tinha evoluído de uma posição de militante da Action Française para uma posição independente, que o levava a condenar o regime franquista e o armistício que a França celebrara com a Alemanha nazista. Sobre Bernanos, Geraldo França de Lima escreveu importante ensaio, publicado (1960) por Paulo Rónai em *Comentário*. Trata-se de um trabalho primoroso, que não apenas revela o Georges Bernanos ser humano como descreve a angústia de um intelectual diante de um mundo em que a razão cede à força das armas. É particularmente comovedora a descrição do encontro entre Bernanos e Stefan Zweig, ambos exilados. Zweig, diz França de Lima, “estava desfigurado: triste, abatido, sem esperança”, um prenúncio da situação que o levaria ao suicídio. Bernanos tentou animá-lo, sugerindo uma ação de protesto contra o Holocausto, à época já em curso. Postura generosa, e, na conjuntura política de então, corajosa; bem de acordo com o autorretrato que forneceu ao próprio Geraldo França de Lima:

Quando um dia perguntarem a você o que sou, responda que sou um antifascista que odeia a mediocridade, a falsa modéstia, a virtude fingida e estudada, a mentira e a superficialidade. Sou um antifascista e pouco me importa que o fascismo esteja na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal, na Rússia ou nos Estados Unidos. Sou um homem que acredita em Deus e que acredita que o homem foi feito por Deus para amar, ser amado e respeitado.

Até então, a produção literária de Geraldo França de Lima expressara-se sobretudo em artigos. Mas o ano de 1961 seria decisivo em sua carreira, graças ao acaso, mas graças sobretudo à visão e à generosidade de Guimarães Rosa. Na casa de um amigo comum, o escritor mineiro encontrou os originais de um romance intitulado *Uma Cidade na Província*. Levou esses originais consigo, leu-os e, de madrugada, telefonou à D. Lygia, esposa de Geraldo, dizendo aquela frase que todo ficcionista iniciante sonha ouvir, sobretudo vinda de alguém como Guimarães Rosa: “Ou muito me engano, ou estou diante de um grande romance.” E não se restringiu a essa declaração; sugeriu uma mudança

no título, que ficou sendo *Serras Azuis*, e encarregou-se de levar a obra inédita ao editor Gumerindo Rocha Dórea, que a publicou. Finalmente, no lançamento do romance, na Livraria Leonardo da Vinci, pediu a palavra, ele que não era dado a discursos, saudando o surgimento de um novo talento na Ficção Brasileira. *Serras Azuis* teve imediata repercussão e, naquele ano, ganhou o Prêmio Paula Brito de Revelação Literária, concedido pelo Estado da Guanabara. Mais tarde, seria adaptado inclusive para a televisão.

Serras Azuis é obra extraordinária. Mais que um romance, é um verdadeiro painel sobre a vida em uma pequena cidade brasileira. O que temos aqui é, em realidade, uma sucessão de pequenas histórias, cujos títulos já nos falam de lugares, de situações, de personagens típicos: “As Marcolinas”, “O Bacharel”, “O Assustado”, “Esquina do Pecado”, “À la Mode de Paris”, “O Salão Elite”, “Lino Gago”, “Totó Berruga”. Vejamos, por exemplo, como ele define o caudilho local:

O Coronel Eleodegário Souza não é um coronel das armas, mas vale mais do que um marechal-de-campo: é o chefe único e supremo do situacionismo serrazulense. *Serras Azuis* é um mar e ele um almirante. Concorrências, não as admite: *Serras Azuis* é seu feudo e acabou-se! [...] É o Coronel Eleodegário quem manda e delibera imperativamente. E o faz com jeitinho especial: reúne os amigos e deixa-os discutir. No momento psicológico, intervém com uma fórmula conciliatória e soberana: “Eu sugiro...” É o suficiente: todos batem palmas.

Nestas poucas linhas, está sintetizada a fórmula que permitiu a autocratas sem conta governar municípios, estados, o País: a mistura bem dosada de tolerância e despotismo. Mas a Política não se esgota, claro, no manda-chuva: há grupos e grupelhos, como o dos Tico-Ticos, que se reúnem na botica da Esperança para um café mineiro típico, acompanhado de pão de queijo, broinhas de fubá e biscoitos de polvilho. Ali estão o Fulgêncio, rico proprietário; o Beijo, vereador e dono da Pechincha, armazém de secos e molhados e que enriqueceu, segundo uns, furtando na balança; o Beto Calça-Curta, guarda-livros e beletrista; o Militão Pacheco, que, diferente dos outros, só toma cerveja; o Ló Garnisé, queixando-se de doenças e da crise; e o papa do tico-tiquismo, o Dr. Rivaldino Paleólogo, que usa camisa de peito engomado e abotoaduras de ouro, com monograma de brilhantes. De antiga casa serrazulense, é médico, com ambições políticas e ousou desafiar o Coronel Eleodegário: em vez de desposar a sobrinha deste, casa com uma moça do

Rio, filha de ministro, irmã de deputado. A vingança do coronel é paradigmática: finge apoiar o Dr. Rivaldino em uma eleição local, mas manobrando astuciosamente, consegue derrotá-lo. Comenta um serrazulense: “O Coronel é como pão-de-ló: quanto mais apanha, maior fica. O Dr. Rivaldino é como um balão: quanto mais sobe, menor fica.”

Depois da Política, a vida do intelecto. Que França de Lima assim descreve:

Tem de tudo em Serras Azuis. Em matéria de belas-letas, como expressão de cultura, de inteligência e de talento, o fraco é a oratória: quem falar bem está feito na vida. O serrazulense se derrete por um bom discurso e não pede muito ao tribuno: dispensa mesmo a sintaxe, as boas figuras de retórica: gosta é de ouvir falar alto, empolado, grosso e depressa. [...] Depois do verbo, vem, então, a musa. Nesse campo disputam a primazia o alexandrino e o madrigal. O mundo avança, mas em Serras Azuis o alexandrino se conserva. O Telmo Pleca não deixa passar um domingo sem publicar nas folhas locais pelo menos um alexandrino [...]. Já o Lorzinho Branquela tende mais para o lirismo inocente de um madrigal. Penteia-se à la Castro Alves e as Marcolinas afirmam com certeza que ele toma vinagre para estar sempre magro.

Mas a vida intelectual não se esgota em versos. Há mais. Diz França de Lima: que o estudante serrazulense, mal entra no ginásio, já sabe qual o seu caminho: tem de se formar em Medicina, Direito ou Engenharia. “Profissões de elite. [...] Odontologia, Farmácia são consideradas profissões menores, que não dão direito ao Dr. [...] O lar serrazulense só se completa com um filho doutor. Se não há filhos, a normalista enche a casa.”

Antes da universidade, porém, o Ginásio de Serras Azuis: “Sobradão colonial, vetusto, imponente – glória excelsa da comunidade, templo do saber eclético. Sem biblioteca, sem laboratórios, sem mapas, sem professores. [...] O Ginásio de Serras Azuis: bravatas, impostura, ignorância.” Um exemplo é o Prof. Zequinha, lente do vernáculo: “Afirmava que se devia falar o brasileiro com termos clássicos, caliginosos, de destroncar a língua... Falar bem, dizia, é não se fazer entender.”

Serras Azuis é assim um microcosmo, a síntese de um Brasil que é liricamente, comovedoramente, pateticamente retrógrado. Um Brasil que rapidamente desaparece, numa época em que três quartos da população concentra-se em megalópoles em que a regra são as relações distantes, anônimas, não raro substituídas pela violência pura e simples. Que Geraldo França de Lima tenha

conseguido, com tanta sensibilidade e perfeição, traçar este revelador retrato, deve-se sobretudo a seu grande talento, talento este que se manifestaria em obras como *Brejo Alegre* (1964), *Branca Bela* (1965), *Jazigo dos Vivos* (1969), *O Nó Cego* (1973), *A Herança de Adão* (1983), *A Janela e o Morro* (1988), *Naquele Natal* (1988) e *Sob a Curva do Sol* (1997).

Em 30 de novembro de 1989, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, substituindo aquele outro grande observador de nossa realidade, o José Cândido de Carvalho, notável jornalista, contista e romancista. Admirador de Rachel de Queiroz e José Lins do Rego, José Cândido de Carvalho estreou na Literatura em 1939 com o romance *Olha para o Céu, Frederico!* Só 25 anos depois publicou a obra que representaria sua consagração definitiva, *O Coronel e o Lobisomem*, extraordinário sucesso tanto de crítica como de público e que já ultrapassou quarenta edições. Minha geração literária foi muito influenciada por esta ficção que mistura humor e fantasia e que é profundamente brasileira.

Uma linhagem gloriosa, portanto, que remonta ao Fundador Pedro Luís, tem continuidade com Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior, cujos versos – “Uma ilusão gemia em cada canto / chorava em cada canto uma saudade”, figuravam em todas as antologias escolares brasileiras, com João Ribeiro, historiador e filólogo, com Paulo Setúbal, o popular romancista histórico autor de *A Marquesa de Santos* (1925) e *O Príncipe de Nassau* (1926), Cassiano Ricardo, o modernista poeta de *A Flauta de Pã* (1917), *Martim Cererê* (1928), e *Jeremias Sem-Chorar* (1964).

Como Geraldo França de Lima, venho, não do eixo Rio–São Paulo, ao redor do qual, tradicionalmente, circula a vida cultural do País, mas de um Estado relativamente distante. Que, como Minas Gerais, tem uma cultura própria, expressa numa vigorosa literatura, reflexo, por sua vez, de uma história verdadeiramente épica. Conquistado aos espanhóis, o território rio-grandense foi cenário de ferozes lutas que resultaram em sua incorporação à coroa portuguesa. As vastas extensões territoriais foram divididas entre os conquistadores. Resultou daí o latifúndio, que deu à região a sua primeira riqueza: o gado, criado extensivamente no pampa. E aí surge também o gaúcho, que logo inspiraria os primeiros escritores rio-grandenses, notadamente Simões Lopes Neto.

A partir de meados do século XIX, o eixo econômico do Rio Grande deslocar-se-ia para o Norte, para o planalto central e a região serrana. Nesta região, estavam em curso vários projetos de colonização, destinados a absorver os emigrantes que então chegavam. De uma Europa empobrecida, devastada por guerras e conflitos étnicos, milhões de pessoas atravessavam o oceano, nos navios de emigrantes que Lasar Segall tão pungentemente retratou. Eram alemães, italianos, eslavos e também um grupo de algumas centenas de famílias judias originárias da Europa Oriental (no ano de 2004, a propósito, esta presença judaica no Rio Grande do Sul completará um século). Vinham em busca do sonho americano, simbolizado, no porto de Nova Iorque, pela Estátua da Liberdade (em cujo pedestal, aliás, estão gravados os versos da poeta judia Emma Lazarus: “Dá-me teus exaustos, teus pobres / tuas confusas massas que por ar livre anseiam.”). Na América Latina, continente então escassamente povoado, os imigrantes eram favorecidos por uma política sintetizada na frase do intelectual argentino Juan Alberdi: “Governar é povoar”.

O projeto de colonização judaica no Rio Grande do Sul não foi bem-sucedido. Provindos de pequenas aldeias, os emigrantes não tinham, contudo, experiência com o trabalho da terra, sobretudo numa região de escassos recursos como era então o interior do Estado; breve, eles se juntaram a outros colonos que deixavam o interior rumo à cidade. A família de meus pais, portanto, ficou em Porto Alegre. Radicaram-se no bairro do Bom Fim, onde viviam em casas minúsculas, exercendo profissões como as de marceneiro, alfaiate, vendedores ambulantes. Era uma vida difícil, de muitas carências, mas compensada pelo espírito comunitário, pela coesão familiar. Todas as noites estas famílias se reuniam para aquilo que era quase um ritual: ficavam tomando chá (logo substituído pelo chimarrão) e conversando – contando histórias, em geral sobre suas primeiras experiências de Brasil. Estas narrativas, que me encantavam, despertaram em mim a vontade de contar histórias – mas de contá-las por escrito. Porque eu era, desde cedo, um grande leitor; fui motivado a isto por minha mãe, que, com grande força de vontade, conseguiu estudar; era professora primária e grande leitora. Foi ela quem me introduziu à leitura. E logo eu estava devorando os autores que me fascinavam: Monteiro Lobato, Erico Verissimo, Jorge Amado. Logo estava também colocando no papel as minhas primeiras historinhas, que eram lidas com admiração por meus pais e que passavam de mão em mão no bairro: todos diziam que eu era o “escritorzinho do

Bom Fim”. E a verdade é que nunca pretendi ser mais do que isto. Tudo o que veio depois, os livros publicados, traduzidos, até mesmo premiados, e finalmente a indicação para a Academia Brasileira de Letras representou uma inesperada gratificação. E foi também o resultado de inestimável auxílio. Das pessoas que leram meus primeiros textos, que me ajudaram e aconselharam: professores, amigos, pessoas como o pintor Carlos Scliar e Erico Verissimo. Meus editores, os primeiros dos quais arriscaram num autor desconhecido e de potencial incerto. E os leitores, e aqueles que trabalharam em minha obra – tanta gente, que um grosso volume seria pequeno para listar os nomes.

Chega a hora dos agradecimentos, que são numerosos. Quero manifestar minha gratidão, em primeiro lugar, ao generoso povo do Rio Grande do Sul que, com entusiasmo caracteristicamente gaúcho, fez desta eleição uma causa. Foram incontáveis as manifestações de apoio que recebi, sob a forma de cartas, de mensagens diversas, de listas de assinaturas: apenas uma delas continha 6 mil nomes, isto sem falar nas numerosas pessoas que me procuravam, oferecendo ajuda para aquilo que imaginavam como uma campanha eleitoral. Importante foi o apoio institucional, vindo do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, das bancadas gaúchas na Câmara e no Senado, do Poder Judiciário, de Ministros de Estado, de prefeituras, de universidades e escolas, de instituições comunitárias. A Rede Brasil Sul de Comunicações, da qual sou orgulhoso colaborador, deu à candidatura toda divulgação possível e transformou a cobertura da memorável campanha num trabalho jornalístico de primeira qualidade.

Não menos gratificante foi a repercussão da eleição. As mensagens de congratulações vieram aos milhares; numerosas foram as homenagens, para as quais tive de, verdadeiramente, me desdobrar. Empresas gaúchas presentearam-me com o fardão que estou usando.

Para mim, está claro que aqui estou representando a Literatura Gaúcha. Sou apenas um dos numerosos nomes que integram a extensa lista daqueles que fazem do Estado do Rio Grande do Sul o cenário e a motivação para sua literatura. De outra parte, esta intensa mobilização reflete a importância da ABL no cenário cultural brasileiro. Uma importância que crescerá proporcionalmente ao intercâmbio da Academia com as instituições culturais das diversas regiões. Esta abertura se faz cada vez mais necessária e aponta para novas e promissoras possibilidades.

Quero também agradecer a pessoas. Em primeiro lugar, aos membros da ABL que, desde os primeiros momentos, acolheram-me com calorosa afeição e honraram-me com sua confiança.

O fato de eu morar em Porto Alegre naturalmente dificultaria a candidatura, mas aí pude contar com o precioso auxílio de pessoas como Bella e Georges Jozef e do jornalista Gabriel Oliven. A equipe administrativa da ABL, chefiada por D. Maria Carmen de Oliveira, ajudou-me e orientou-me em todos os momentos.

Enfim, este é um momento de celebração. Entristecido pela ausência daqueles que não estão aqui, celebrando comigo: meus pais, José e Sara, emigrantes que lutaram duramente e que me ensinaram a lutar também e a acreditar. Como um dia acreditou na Literatura aquele gurizinho do bairro do Bom Fim que, de algum lugar do tempo, me olha com seus grandes olhos, um olhar de admiração e de espanto – espanto e admiração à qual junto, neste momento, a gratidão de toda a minha vida.

II

RESPOSTA DO SR. CARLOS NEJAR

Foi com o domínio da palavra simples, humana, ágil, que plasmastes a revolução na ficção contemporânea, sendo apenas quem sois, de dentro para fora, com elementos – não modernosos – mas eternos. Não buscastes o que sois, veio: porque já trazíeis. Não mudastes a linguagem, na verdade foi a linguagem que vos buscou em contágio com a imaginação transfiguradora, nos aspectos sutis, atônitos ou astuciosos dos seres e do mundo, na descoberta de frestas da alma humana, que vos são peculiares. Como Kafka ou Proust não tentaram mudar: foram. Quem pode esquecer, por exemplo, a obra-prima, que é *O Exército de Um Homem Só* (com várias edições, aqui e no exterior) e o tipo notável, que é Mayer Guinzburg, ou Capitão Birodidjan, utópico, solitário, louco, humanista, batalhador por um tempo mais equânime. Basta ler este fragmento de sabor emocionante:

(Birodidjan) o Capitão pôs-se de pé, tratava-se de mostrar firmeza, ele bem o sabia; afinal, ainda não estava convencido que ela não fosse inimiga.

– Como é mesmo o teu nome?

– Santinha.

– Não gosto. É um nome reacionário. Vou te chamar de Rosa de Luxemburgo.

– Rosa de quê? – Ela fez uma careta.

– De Luxemburgo. Nunca ouviste falar nela? [...]

– Não sei de nada disto – disse a mulher desconfiada – Eu não sou daqui, vim de Santa Catarina. Agora, se o senhor...

– Companheiro.

– Sim, se o companheiro acha que este nome é bom, a gente não vai brigar por isto, não é? Como é mesmo o nome?

– Rosa de Luxemburgo. – Não vou me esquecer – soltou um gemido. – Ai, que dor de cabeça!¹

Um judeu aventureiro e universal. O reino é o Bom Fim de Porto Alegre: os habitantes de vossa infância, existentes, existidos ou inventados. Com o princípio norteador: “O que é meu é teu e o que é teu é meu.” Mesmo que as palavras de certo homem santo digam: “O que é teu é teu.” Seres rodeados, portanto, de solidão e fraternidade, unidos pelo processo emigratório, prosperando e fazendo a nova terra prosperar, como uma grande família, cren-do com Max Weber e Adorno, na “utopia de uma ordem social mais justa neste mundo”. Infeliz é aquele que não acredita no que Oswald de Andrade chamava “a caravela das utopias”, mas infeliz também é o que extravia o senso de realidade. Tendes os dois, em alto grau. O que comprova o vosso recente *Saturno nos Trópicos*², ao falar da melancolia do brasileiro, originada dos europeus, irônica como a *humanitas* machadiana, alegre e, por vezes, desvanecedora e irresponsável, tal um *Quincas Berro d'Água*, de Jorge Amado, ou *Polícarpo Quaresma*, de Lima Barreto, esperto e habilidoso qual “o homem que sabia javanês”, sem a “saudades de pedra” pessoana, de um Portugal nutrido da glória do passado, capaz de suportar a adversidade ou a doença, disposto a vencer “o nada, que é tudo”, sem o ritornelo do fado.

Não foi em vão que antes publicastes *Os Trópicos* – com a biografia de Oswaldo Cruz, parâmetro de vossa dimensão – não apenas de médico sanitari-sta – mas de um melancólico esperançoso, inovador, solidário, pronto para concretizar a utopia. E a respeito penso na pergunta de Adorno: “Não será a teoria uma forma genuína da prática?” Outro personagem marcante de vossa invenção, Max (de *Max e os Felinos*³), anda no barco com um jaguar ameaçante. E Max temeroso, cansado, deita e dorme no fundo da embarcação. Desperta com o felino a olhá-lo. Com um remo, golpeia o animal, e ambos se chocam no ar. E surgem marinheiros num navio, que o salvam, enquanto delira. Aporta em Porto Alegre e finda sua existência criando gatos de raça em paz,

1 Obra citada, 6.^a ed., Porto Alegre: LP&M, 1973, pp. 87, 88.

2 São Paulo: Cia. das Letras.

3 Porto Alegre: Ed. LP&M, 1981.

doces gatos angorás. Esse jaguar verdadeiro, simbólico – e por que não dantesco? –, no meio do caminho, na selva escura de seu barco, são os felinos interiores que o enfrentam e os que na vida, cuidadoso, transformou. E o que chamou a atenção, no exterior, de vosso nome e obra, não foram apenas as inúmeras versões de vossos livros a muitas línguas, mas o episódio de haver influenciado um grande premiado em concurso expressivo da Inglaterra, com influência, aliás, confessa. Não seria o Max da novela um embrião inconsciente, o mesmo que atracou no cais, em nevoeiro, no conto “O velho Marx”? “Cada livro rasga com um machado o coração” – afirmava Franz Kafka. E assim criais. Não seria o *Dr. Miragem* (1978) outro rosto da criatura sempre buscada no Capitão Birodidjan, entre loucuras e proezas? Talvez a vossa vocação médica e o conhecimento da alma vos acostumaram com a falha, o limite, o riso, o miserável, o sublime, o sardônico, o enganoso e a doença, o preço da esperança. E pelo lavrar obstinado, todos os vossos personagens possuem essa quixotesca perseverança. “Melhor despensa trago nas ancas de meu cavalo que a de um general quando viaja” – diz D. Quixote a Sancho (Cervantes). Não, não guardais no conto, no romance ou na crônica ilusões com o universo em torno. No encantamento, há um mundo desencantado. Nem tampouco porfiais num pessimismo cáustico, demolidor. Rabelaisianamente, não vos atormentais, mas rides junto. Contador de histórias e aedo de um velocino verbal, que conhece a sombra e o ouro das palavras, administras o real e não saís dele, mesmo com a singularidade dos pontos de vista, machadianamente oblíquos, o fantástico, o divinatório, com escrita econômica e direta, medida certa nas criaturas, hábitos, obsessões e alumbramentos. Sabeis, como o autor de *O Processo*, que “todas as revoluções passam, só fica o lodo de uma nova burocracia”. O que vos importa é que o humano vença o animal e a diferença de cada criatura seja respeitada. Porque trabalhais sobre as diferenças, até que o pó de nossa espécie, de “bichos da terra tão pequenos”, seja desvelado. Assim, o que parece anomalia, sobrevive e se impõe. O anti-herói é o herói, onde o “amar e esperar” de Schiller se individualiza.

Um fantástico renovado, entre as cinzas do poder e o sarro de outros jugos, sem dependência de nenhuma árvore, seja a de Borges, Cortázar, García Márquez ou Juan Rulfo, pelo sotaque peculiaríssimo, senso de fino humor e sátira, que conduzem à bondade da indignação. Desmede-se a fantasia na veracidade. Encanta o que toca, com centelhas repentinas. Reúne com perfeição a

energia poética e o toque reflexivo, confabula, forja arquétipos sob o traço anedótico, o sorriso que lhe brota da perene fonte judaica. É sutil a técnica de narrar, um contar antiquíssimo e lustral, com a Bíblia surpreendida, um bestário luxurioso e variável, um contar de milênios, aliado à simplicidade que amadurece com as flores. Narrador mestre na arte de pôr as pedras de vocábulos, fazendo-os romeiros e pródigos, entre o Artista de Praga e o luminar e onírico violino no telhado. O maravilhoso, às vezes, sobrenatural, de Brueghel ou de Marc Chagall com suas voantes figuras e a indeclinável, pictórica música. O Brueghel dos detalhes da *grande torre de Babel*, sem os *trunfos da morte*, e um Chagall com os pés no chão dos vivos, dos ofendidos e humilhados, dos que não aceitam sem luta o destino.

Eis o núcleo de *O Centauro no Jardim* (1980), livro magnífico (jamais esquecerei a honra que me deu de ali estar a epígrafe de poema meu), onde um homem-cavalo enfrenta as vicissitudes da diversidade, o preconceito que marca, universalmente, os que têm o direito de existir sem as regras impostas aos demais, querendo, como diz o historiador Simon Dubnov: “pão e liberdade, porém mais liberdade do que o pão”. Afim do realismo mágico latino-americano, com marca pessoalíssima, Scliar cria um ser poderoso, especial, que gera suas circunstâncias (sobretudo, o fato de ser diferente num mundo homogêneo), centauro aceito pelos progenitores: chocados, naturalmente, com a insólita aparência, acabam circuncisando-o. Mais tarde, o centauro jovem escapa da casa paterna e se une a uma centaura, fugindo para a Tunísia, onde, operados por um cirurgião, tornam-se pessoas normais, dispostas a viver a passiva e monótona ordem da classe média. Mas o ex-centauro se aflige, se angustia, deseja, arrependido, voltar à forma primitiva. Ao tornar à Tunísia, acha uma esfinge – metade leoa, metade mulher – que por ele se enamora. O amor é cura, enlevo, plenitude? Essa portentosa criação ficcional está entre as melhores de nossa Literatura. Acaso não somos feitos de “uma série de infâncias?” – como queria Machado? Sim, a infância ferida, ou pesadelo scliariano, em que “a vida é regulada por um ciclo aparentemente eterno e imutável” é *O Ciclo das Águas* (publicado inicialmente pela Ed. Globo, em 1977, depois pela LP&M). Baseia-se numa mulher demente, que o autor conheceu, como médico, no Lar dos Velhos: prostituta, dona de bordel. Depois se foi ampliando o ciclo, ou as ramificações da rede do tráfico de mulheres: judias pobres seduzidas pelas falsas e fraudulentas promessas de venturoso futuro.

A Estranha Nação de Rafael Mendes (1983) é um romance histórico que trata do Brasil nos anos 1980, sua corrupção e escândalos financeiros. A nação de Rafael Mendes é o visor da brutalidade social e econômica, alienadamente, a nossa. Não fica aí, sua análise dolorosa. Como Swift, em *Gulliver*, vislumbra um país, o mesmo Brasil, de homens mínimos, em *Cenas da Vida Minúscula* (1991), iniciando, corajosamente, com o aforismo de Franz Kafka, que apresenta “duas possibilidades de ser infinitamente pequeno ou fazer-se infinitamente pequeno. A primeira possibilidade é a perfeição, portanto inação, a segunda é o começo, portanto ação”. A independência coincidentemente se deu em 1882. Ali vige a inércia do tempo, e, depois, a história é ação humana. Letras em caderneta de endereços não correspondem a nome algum. Não se computavam nem meses, nem horas, nem minutos. E é descrito um ser de dez centímetros de altura, o Pequeno Polegar (por sinal, consanguíneo da minúscula mulher criada por Clarice Lispector, num dos contos de *Laços de Família*, embora *O Pequeno Polegar* seja da infância de todos). David une-se a Hiram, rei de Tiro, na Amazônia, com guerreiras amazonas, que perecem num maremoto. A rainha Mirina refugiou-se com as sobreviventes em Atlântida, onde, em batalha memorável, vencem os Atlantes. Foi como essas mulheres combatentes invadiram a Númídia e, em aventuras expedições fenícias, localizaram uma região fluvial caudalosa e lhe deram o nome de Amazonas. O sucessor de David, Salomão, homenageou no Amazonas, o Solimões, como o rio de Salomão. E ele possuía poderes extraordinários, falava a língua dos pássaros, conhecia o poder curativo de certas ervas, privilegiadamente transportado por uma águia a qualquer lugar do universo. Teve, no entanto, de contentar-se com uma altura que, aos seres minúsculos, (“não é o gigante o fragmento de um anão”?) era descomunal, quando o texto usa mescla de tempos, criaturas, figuras bíblicas. Com um segredo que era preciso resguardar para não perder a inocência. Porém, não buscava a inocência, e sim, a verdade. E Salomão encontrou a mulher sonhada, a amazona que cavalgava sobre seus joelhos, quando sentava na cama. E a criança mínima, advinda dessa união, a glória encontrada. Mas a glória, mesmo abrasada, é o sal dos vivos. Glória, aliás, que concedestes a uma mulher, que, segundo vós, escreveu a Bíblia (Prêmio Jabuti, 2000), dentro do mesmo clima miraculoso das fábulas. Não, a glória é o sol dos vivos.

Acadêmico Moacyr Scliar, pedistes para que eu fosse simples, como o sois. Sucede, no entanto, que tendes a simplicidade conquistada, apanágio dos

grandes criadores. Tentei, ao máximo, seguir vosso pedido. Pensando, analogicamente, com Voltaire: “Sócrates tem razão de querer simplicidade, mas ele está errado em ter razão tão em público.” Isso porque nós, escribas do possível, pela curiosidade de inventar, fazemos o que diz Lichtenberg: “Sacrificamos a metade da nossa vida para conhecer a altura média do barômetro no Paraíso.” E não há nada mais complexo do que o simples. Nada mais fantasioso do que um barômetro no Éden.

Trabalhai os mitos, e eles vos trabalham. A mistura do maravilhoso dá a espessura de vossa criação. Pantagruel que se faz Swift e Kafka na alma de Gogol e a pele de Machado; o fantástico da realidade; a verossimilhança mágica, habitante consensual da linguagem, que pode ser, como julgava Proust, o modo de utilizar o guarda-chuva de uma senhora idosa. Em vós, o fabular e alegórico se coadunam com a paródia; a inocência do narrar não perde essência alguma da verdade. Nunca perdeis a inocência, segredo da infância. Porque ela é inventável. Como os sonhos. Vossa obra é vasta e unitária. Há uma consonância interna em vosso cosmos, capaz de engendrar moradores grandiosos, modestos, pobres, grotescos, irônicos, visionários, felizes (“se feliz é o adjetivo que qualifica uma existência sem maiores preocupações ou sobressaltos” – assinalais), todos vívidos, lúcidos, às vezes, agudos, onde o contista singular reconhece as fronteiras da maturidade e é romancista por necessitar de murais do político ou da crueldade humana, exorcizando os malefícios do tempo, como o Goya da última fase. E sempre com lirismo, o dos quadros do Velho Testamento de Marc Chagall: vossa lógica é mágica, uma forte dose de razão para o absurdo, no livro de contos *Um Olho Enigmático* (1986).

Não, não se pode deixar de registrar a reunião valiosa de vossos contos, publicados num volume (pela Companhia das Letras, de São Paulo, em 1995, através deste editor dinâmico, que é Schwarcz), nem o *Carnaval dos Animais* (editado pela Movimento, de Porto Alegre, em 1968), modificado e com novas narrativas (pela Ediouro), em volume musical, com o mesmo nome da fantasia zoológica do compositor francês Camille Saint-Saëns. Num tom misterioso e terrível, onde avultam “O Torneio de Pesca” e “A Casa”, entre outros textos antológicos. O primeiro fala de um Antônio com dentes de ouro, voz baixa, palavras que trazem os braços cheios de peixes (não são as palavras, iscas?) e a expedição punitiva de um desembargador, não menos transgressivo, dominante, que lhe corta os braços e o amarra como prisioneiro.

Paródia e autofagia, carnavalização backtiniana dos animais humanos. Antônio: albatroz de Baudelaire, atado na popa do barco, pelo tamanho das asas. O segundo conto dessa Arca de Noé scliariana, germe de livros futuros, versa sobre um homem que ainda não havia comprado sua casa, ao sofrer um ataque de “angina pectore”. Procura então, com os dias contados, um lar, onde morrer. Vai na imobiliária e fica com uma casa, fazendo, rapidamente, para dentro, a mudança de suas coisas. Ao deitar-se, enrolando-se no sobretudo, as tábuas estalam e ele ouve as vozes de seus pais, a tia, o avô, todos ali. Tal mundo vai-se entreabrindo, com a névoa espessa de um dos filmes de Fellini (“La Nave Va”). E, atrás, há vales, lagos, florestas, o mar com as caravelas. Sim, é outro país – murmura o homem. Tem de começar tudo de novo, sem saber se as horas ainda existem. Assemelha-se ao clima da narrativa borgeana, *O Imortal*. Ou de como um mortal se faz imortal. Como vós, hoje, atrás da névoa espessa de tantas personalidades que desfilaram nesta Casa, há que começar tudo de novo. E Novalis dizia: “O verdadeiro caminho vai para dentro.” Ainda que, com Lichtenberg, percebamos que “toda a nossa história não é senão a história do homem acordado”.

Sr. acadêmico, “companheiro” como exigiu o vosso Capitão Birodidjan, escreveis com a sabedoria que parece loucura iluminada, a sabedoria que a palavra candente insufla no gaúcho, com o Minuano, que tem os seus ouvidos feitos de horizonte e os olhos de profecia e semente. O contista é fabulista com humor e humorista irônico, de afluências riquíssimas, herdadas de Martin Buber, Below, Agnon, Singer, Malamud. Destes vossa irrefutável perspectiva à ficção contemporânea, que não é mais a mesma, a partir de vós. Aprendestes fazendo. De criar, fostes sendo criado. Afirma Arnaldo Niskier, ao analisar a pedagogia no autor de *Quincas Borba*: “Machado foi partidário, muito anos antes, da ideia de John Dewey, que consagrou o ‘*learning by doing*’, ou seja, aprender fazendo.” E aponta uma ditosa percepção de Lygia Fagundes Telles, citando aquele romancista exemplar: “Eu apertei os meus olhos para ver as coisas miúdas, coisas que escapam ao maior número.”

Senhores, há muito a mencionar, muitas coisas que se esquivaram e que apertei com os olhos. Entanto, tomo a liberdade, que será breve, acadêmicas e acadêmicos, de transcrever um fragmento encantatório e feroz, que resume a

poética ficcional de *A Orelha de Van Gogh*⁴, um livro justamente premiado com o Prémio Casa das Américas, de Cuba, no conto que se intitula “Mensagem”:

Um Rei mandava cortar a cabeça dos mensageiros que lhe davam más notícias. Desta forma, um processo de seleção se estabeleceu: os inábeis foram sendo progressivamente eliminados, até que restou apenas um mensageiro no país. Tratava-se, como é fácil de imaginar, de um homem que dominava espantosamente bem a arte de dar más notícias. Seu filho morreu — dizia a uma mãe, e a mulher punha-se a entoar cânticos de júbilo: Aleluia, Senhor! Sua casa incendiou, — dizia a um viúvo, que prorrompia em aplausos frenéticos. Ao Rei, o mensageiro anunciou sucessivas derrotas militares, epidemias de peste, catástrofes naturais, destruição de colheitas, miséria e fome; surpreso consigo mesmo, o Rei ouvia sorrindo tais novas. Tão satisfeito ficou com o mensageiro, que o nomeou seu porta-voz oficial. Nesta importante posição, o mensageiro não tardou a granjear a simpatia e o afeto do público. Paralelamente, crescia o ódio contra o monarca; uma rebelião popular acabou por destituí-lo, e o antigo mensageiro foi coroado Rei. A primeira coisa que fez, ao assumir o governo, foi mandar executar todos os candidatos a mensageiro. A começar por aqueles que dominavam a arte de dar más notícias.

Esse conto é perfeito. Parábola que bem podia ter saído da pena de Kafka; magistral na concisão, denso, racional e paradoxal, brônzeo no ritmo, ardiloso no impacto sobre o leitor. O que afirmastes a respeito de José Saramago, reafirmo a vosso respeito: “Grande escritor é aquele que extrai da palavra, de qualquer palavra, o seu significado maior.” (*O Globo*, 17.8.2003). Carlitos, que descobriu Chaplin, é este império mítico, o bairro do Bom Fim, tão minucioso como o cosmos. Ali se dá uma famosa Guerra. Como a outra na Europa, “A Noite de Cristal”. E nada vos passa oculto: sabeis de todos os viventes e esconderijos; os costumes dos emigrantes judeus, sua capacidade de adaptar-se à tradição gaúcha, até no chimarrão ou na bombacha, sem perder a fidelidade à Torá, aos ancestrais, à milenar tradição. E sois vós que o desvendais:

Nas ruas Fernandes Vieira, Felipe Camarão, Henrique Dias, João Telles e Vasco da Gama — o coração do Bom Fim — predominavam as casinhas de porta e janela. Porta a janelas que estavam sempre abertas; a segurança não era importante

4 São Paulo: Companhia das Letras, 4.^a reimpressão, 1998, pp. 120-121.

naquele tempo, mesmo porque pouco havia para roubar. [...] Todos sabiam de todos, ninguém tinha segredos: a privacidade ali era um conceito estranho, ofensivo até.⁵

E um parêntesis esclarecedor. Morei, em minha infância, na Rua Vasco da Gama – centro de vosso Bom Fim – e, mais velho, residi na Avenida Oswaldo Aranha, confrontando-me com alguns dos personagens a que destes vida. Reconhecíveis – se não pelos semblantes, pela imaginação, que também possui olhos. Outra experiência tivestes, que foi um pouco minha: transitastes pelos municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Passo Fundo, a partir da Fazenda Quatro Irmãos. Exatamente nessas regiões, exerci o Ministério Público, participei com o povo, estive em festas ou em casamento numa das sinagogas. E foi a Erechim que o admirável John dos Passos, romancista norte-americano, visitou. E dessa cidade recolheu a melhor impressão: “Nunca conheci lugar igual, onde todas as raças se harmonizam e coexistem pacificamente.” Isso é o Brasil. Essa é a multiplicidade civilizatória, esta convergência na diferença de ideias e personalidades, esta união de crenças, temperamentos opostos, previsto por Isaías: “Bem-aventurados vós os que semeais junto a todas as águas, e dais liberdade ao pé do boi e do jumento.” (Is, 32:20). Ou o que anotastes: “[...] o que estava ali representado era uma versão da profecia de Isaías: o leão deitará com o cordeiro, e uma criança os conduzirá.” (*Os Profetas de Benjamim Bok*). Acaso não é a mesma criança gerada por Salomão (a sabedoria e a paz), no final de *Cenas de Vida Minúscula*?

Vaticinastes, e assim é tudo o que caracteriza a Casa de Machado de Assis, cujo fundador foi sabidamente mestiço, como é mestiça a nossa condição de “barrocos”, inventores de um novo mundo. E convosco tantos emigram, figuras que o tempo não consegue esquecer: Erico Verissimo (talvez vossa vinda o convencesse, o que não logrou meu saudoso antecessor, Vianna Moog), o contista Samuel Rawet, Noel Nutels (que biografastes na *Majestade do Xingu*, premiado por esta Academia), Clarice Lispector, Josué Guimarães, Quintana, nossos amigos, Lasar Segall, Carlos Scliar (vosso primo pintor), Herbert Caro, Maurício Roseblatt (a quem devemos a Feira do Livro de Porto Alegre), Maurício Sirotsky Sobrinho, com sua estupenda visão empresarial, fundador da RBS. E os escritores e artistas vivos de nossa querência,

5 *Entre Moisés e Macunaíma*, obra com Márcio Souza, pp. 48, 49. Rio de Janeiro: Guaramond, 2000.

com Martin Fierro: “aonde um gaúcho passa / Martin Fierro há de passar!” Chegai junto com o Rio Grande inteiro que vos ama, de todas as escalas e esferas; pampiano chegai, cidadão das palavras, cosmopolita do Arco-Íris. E encontrais, desde a fundação desta Academia, descendentes de tantas nações, todos da mesma estirpe da condição humana, todos vinculados ao amor da Língua Portuguesa, à gramática e à história dos sonhos, que não é só a borgeana “História da noite”, mas a universal “História da aurora”. Todos brasileiros. Escrevestes, com razão, que os emigrantes judeus se esmeravam na fabricação de móveis; era a forma de ganhar dinheiro. Com “a madeira, da qual conheciam cada fibra, mantinham um diálogo silencioso, um diálogo que vinha do *shtetl* (aldeia em iídiche) e talvez de antes, dos tempos bíblicos: Jesus, é bom lembrar, foi carpinteiro (obra citada, pág. 45). E é Nejar, que significa “Carpinteiro”, quem vos saúda, neste insondável e apaziguado mundo de todas as raças. E estão, aqui, presentes na memória, orgulhosos, vossos pais, José e Sara; vossos avós, Ana Scliar, Abraão e Edith, vosso irmão. Sois como o naufrago encontrado, anos depois, vivendo sozinho numa ilha em que construiu duas sinagogas. Ao lhe perguntarem o motivo, respondeu: “Esta é a que frequento. Na outra, não entro.” Vossa obra são essas sinagogas líricas e mágicas, cheias de peregrinos. Só que não naufragastes nunca e ali reinventastes o mundo, o Bom Fim de sempre, o humor, a trilha de um povo, a sinagoga das palavras no seu mais alto sentido e aquelas outras que não entram nas sinagogas: somente no coração do homem.

Duas vezes recebestes prêmios que tivestes de pagar – um era o segundo lugar no Concurso da União Internacional de Contos Tchecos. Ao retirar os discos folclóricos, a que tínheis direito, pagastes taxa de importação, pois até o idealismo tem seu preço. Outra vez, o primeiro prêmio com uma carta escrita ao Pai (vossa vocação kafkiana?). Ao receberdes a premiação, estava anotado: “Vale um par de sapatos.” Escolhestes um belo sapato de couro de crocodilo, e o homem não gostou, porque o prêmio era um sapato com sola de pneu. Com a decepção, foi possível que vosso pai pagasse a diferença. O que faz lembrar o Bruxo do Cosme Velho, que asseverava ser a felicidade “um par de sapatos”. Mas os que agora recebeis são insubstituíveis, com couro de estrelas, sapatos de fábula e mirto, calçados com vossas palavras, com o caminho digno, perseverante e fecundo de ficcionista, ensaísta, cronista, médico voltado ao interesse coletivo, pleno de personagens e símbolos.

Sim, esta é a vossa Casa, a de Machado de Assis, que foi, como vós, escritor. Sucedeis ao mineiro ilustre e lembrado amigo de Bernanos, Geraldo França de Lima, romancista de *Serras Azuis*, que Guimarães Rosa considerava um dos grandes romances da nossa Literatura, e que me citava de cor trechos inteiros do Rodrigo Cambará de *O Tempo e o Vento*. Tomai, portanto, este espaço também povoado de histórias. Com Judith, vossa preciosa companheira, e o filho Roberto, de tantas crônicas. Não precisais ser nem magnânimo, como já sois, nem perdulário, como relatais na experiência do Colégio Júlio de Castilhos. Nada mais tendes a atestar de vossos méritos. Podeis persistir desportista no basquete de tantas efemérides.

Fazeis parte, sim, de uma longa corrente humana. Começastes a escrever para orgulho de vossa mãe, Sara, contadora de histórias, daquelas que gostáreis de contar e tantas vezes contastes e que, ao desenhardes palavras, dáveis a elas, alma. Anotou Wilson Chagas em *Mundo Velbo sem Porteira*⁶, falando de nosso grande Erico Verissimo, que, igualmente, a vós se refere: “Contador de histórias ele sempre foi, de verdade. Amava fazer isso, ou seja, contar as histórias de que tinha conhecimento. Não há caso, pitoresco ou trágico, que saiba ‘por ouvir dizer’ ou tenha presenciado, que ele não incorpore à sua narrativa”. Descritor “de cenas, situações, tipos, ambientes. [...] É isso o que o escritor gaúcho está sempre a reproduzir. Pintando com as palavras. As ideias são uma decorrência, vêm como incrustadas nas imagens.” E a imortalidade – acrescentamos – é este relato que jamais deixará de continuar sendo contado. Indo de geração a gerações – como as fábulas, lendas ou algumas que foram vozes nas areias do deserto, ou promanam dos repuxos do sangue, das lágrimas, angústias, feitos gloriosos.

O poeta ou aedo, em Kierkegaard, ao narrar pela admiração as façanhas dos heróis ou de sua gente, alça-se, celebrando-os com altura, à posição de herói. Portanto, queirais ou não, sois parte integrante e inseparável dessa história, desta SUBIDA. E convosco também sobe o Rio Grande do Sul, sua gente, sua cultura e rios, cidades, montanhas, coxilhas. Bem-vindo! como na porta do pampa, a sineta e o poema: “Chega a esta Casa, / que é tua e de todos; / há muito deixada / aberta aos assombros. / Os nossos arreios, / ninguém os desata, / com ódio e receios. / / O tempo não entra / nas suas

6 Porto Alegre: Ed. Movimento, 2.^a ed., 1999, pp. 132-133.

paredes. / Secou como um frio / nos beirais da sede. / Calou-se nos mapas,
/ na plácida aurora, / nos pensos retratos. // Chega a esta Casa, / tão vasta,
que é o mundo; / pequena aos enganos, / Perdida, encontrada. / Os meses,
os anos são palmos de nada.”

Discurso do
SR. CÍCERO SANDRONI

e

Resposta do
SR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

*Sessão solene extraordinária do dia
24 de novembro de 2003*

I

DISCURSO DO SR. CÍCERO SANDRONI

Senhor Presidente da Academia Brasileira de Letras,

Ars longa, vita brevis. Parece inadequado citar logo no início a tradução latina do aforismo de Hipócrates, numa casa onde se cultua a imortalidade. Mas este lugar-comum colecionado por Flaubert atormenta-me desde quando tomei consciência de sua implacável verdade. Enquanto soava o cantar do doce pássaro da juventude, eu imaginava o contrário, isto é, o tempo de vida seria infinito, ou pelo menos suficiente para escrever todos os livros imaginados, cuja realização sempre poderia ficar para amanhã. Mas depois caí em mim, o que, como já afirmou o primeiro presidente desta Casa, é sempre melhor do que cair de um segundo andar, e senti com amargura a fuga do tempo e a finitude inexorável a nos esperar a todos, sem distinguir entre mortais e “imortais”.

E, ao estudar a vida dos que me antecederam, percebi quão longa e rica é a história da Cadeira 6 da Academia Brasileira de Letras, e quão breve é o tempo de que disponho para contá-la. Além do dever de lembrar todos os que a ocuparam, existe também, no lado pessoal, um profundo sentimento de amizade, respeito, admiração e afeto dedicados aos dois últimos ocupantes desta Cadeira, Barbosa Lima Sobrinho e Raymundo Faoro. Trata-se de fato raro na história da Academia Brasileira de Letras: o recipiendário ter convivido com os dois últimos ocupantes da Cadeira, e de forma tão intensa com um deles, quanto foi a convivência com o presidente da ABI. Ter sido distinguido com a amizade desses dois luminares da vida contemporânea brasileira, autores de

obras tão complexas de decifração do Brasil, constitui um dos orgulhos da minha vida. Falar sobre eles seria tarefa para mais de duas horas, se quisesse fazer aqui o resumo do resumo do resumo da vida e da obra de tão ilustres brasileiros. Mas o primeiro dever de quem ingressa nesta Casa, é cultuar a memória dos pais fundadores e seus sucessores imediatos, o que faço a seguir.

O número 6 dado à Cadeira que me entregastes, estabelecido pelo critério da ordem alfabética, deve-se à escolha do poeta Casimiro de Abreu para Patrono pelo Fundador, José Alexandre Teixeira de Melo. À menção do nome do fundador, penso em duas coincidências: na mesma Cadeira, encontram-se um José Alexandre, o Teixeira de Melo, e um Alexandre José, o Barbosa Lima Sobrinho. E, entre todos os nomes evocados na nominata desta Academia, a 6 teve o patrono, de vida tão curta, desaparecido aos 21 anos de idade e o terceiro sucessor o de vida mais longa, novamente o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, incansável trabalhador, cujo último artigo para o *Jornal do Brasil*, escrito com antecedência, aparece três dias após a sua morte, aos 103 anos.

Os poetas José Alexandre Teixeira de Melo, nascido em Campos, e Casimiro de Abreu, nascido na Freguesia da Sacra Família de Barra de São João, amigos inseparáveis na juventude, dividiram um quarto de pensão na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República em meados do século XIX. A amizade pouco durou, devido ao desaparecimento prematuro de Casimiro, no dia 18 de outubro de 1860, há cento e quarenta e três anos. Quase um século e meio após seu falecimento, Casimiro continua uma forte presença na lírica e no imaginário brasileiro: a morte de um ultrarromântico em plena juventude, poeta que incendiou as mentes femininas e excitou os rapazes com versos a exemplo de “Ai! se eu te visse no calor da sesta, / A mão trememente no calor das tuas, / Amarrotando o teu vestido branco, / Soltos cabelos nas espáduas nuas!...”, consagrou o espírito de uma época, quando a obrigação dos jovens românticos que escreviam versos era partir deste mundo antes dos trinta anos.

Casimiro é de 1839, ano durante o qual também vieram ao mundo outros brasileiros ilustres, a exemplo de Carlos Gomes, Machado de Assis, Tobias Barreto, Pedro Luís e Floriano Peixoto. Completou onze anos em

1850, início de uma década em que, segundo Raymundo Faoro, o quinto e inesquecível ocupante da Cadeira 6, “o País europeizava-se, para escândalo de muitos, iniciando um período de progresso rápido, progresso conscientemente provocado, sob moldes ingleses”. Naquele então, os investimentos surgiram dos capitais antes aplicados no tráfico escravagista, que aos poucos se extinguia, enquanto o café, produzido pelo trabalho do braço escravo existente, estimulava a incipiente burguesia comercial lastreada na exportação da monocultura. Com Mauá à frente e os bancos ingleses à retaguarda, os primeiros capitalistas tentavam os caminhos do lucro e enfrentavam obstáculos criados pelos regressistas.

Aquele decênio também aparece da mesma forma na descrição de outro saudoso confrade, o historiador Francisco de Assis Barbosa. Em seus estudos sobre o século XIX, ele encontra em 1850 a marca de uma arrancada decisiva para o futuro, com o despontar do espírito de empresa, de iniciativas audaciosas, de melhoramentos materiais. Cito Francisco de Assis Barbosa:

Tudo começa em 1850: telégrafos, estradas de ferro, calçamento das ruas, iluminação a gás. O Código Comercial é de 1850. Mauá simboliza essa fase, cujo ponto de partida, nos anos de 1850 e 1851, encontrou seu cronista no jovem José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde de Rio Branco, redator das Cartas do Amigo Ausente, publicadas no *Jornal do Commercio*.

É nessa década progressista do século XIX, cuja recordação nos remete ao desenvolvimentismo dos anos 50 do século seguinte, como se a história, um século mais tarde, se repetisse, que desabrocha a Poesia Ultrarromântica. O saudoso Confrade José Guilherme Merquior, um dos maiores críticos literários brasileiros – assim definido na palavra de Eduardo Portella, a quem peço licença para com ele concordar em gênero, número e grau –, afirmou que nas mãos dos mais importantes ultrarromânticos, entre os quais inclui Casimiro, o verso se despoja do saber clássico e lusitano que ainda conservara em Gonçalves Dias. E foi talvez a influência de Gonçalves Dias, segundo Waltensir Dutra, que despertou em Casimiro a atenção para certos aspectos da metrificação. Múcio Leão também lembra: “ao celebrar, em amorosas estrofes, a terra natal, Casimiro recebia muito a influência de Gonçalves Dias”. De volta a Merquior, ao analisar os poetas daquela geração, ele afirma ainda que,

em face da complexa gama psicológica de Álvares de Azevedo, nem sempre realizada do ponto de vista da expressão, e do fracasso artístico de Junqueira Freire, o sentimentalismo ingênuo de *As Primaveras*, de Casimiro de Abreu, publicado em 1859, figura como o produto mais harmonioso do nosso Ultrarromantismo.

Inspirados na cultura francesa e desprezando a influência comercial inglesa, os poetas ultrarromânticos usavam vastas cabeleiras – mais tarde imitados pelos Beatles – e morriam cedo. A observação percuciente de Sílvio Romero mostra a sociedade brasileira do tempo dividida em dois grandes grupos. Cito Romero: “os primeiros eram os homens sérios, os outros eram os boêmios, os gênios sedentos d’ideal”. Romero os descreve com as seguintes palavras:

aqueles eram os burgueses chatos e estúpidos, na linguagem dos gênios; estes, para seus inimigos não passavam de uns malucos, uns extravagantes nocivos. Literatura e Comércio eram inconciliáveis; Poesia e Negócio eram o cão e o gato, viviam em perpétua luta, as duas profissões eram incompatíveis. Ainda me lembro bem do tempo, em que a condição primordial para ser bem aceito no Comércio, ser logo empregado e ter boa e forte proteção, era ser bem estúpido, ter a cabeça bem fechada às insinuações das letras de forma.

Nesse tempo, o negociante português José Marques de Abreu se esforça para afastar seu filho Casimiro das letras e tenta convencê-lo a dedicar-se aos seus negócios, atividade considerada séria e lucrativa. Tentativa vã, pois o rapaz sentia em si, tal como Castro Alves cantou mais tarde, o borbulhar do gênio; resistia ao pai e deixou em suas lembranças um registro lamentoso da opressão paterna. Tudo indica que, ao sentir-se obrigado a reprimir seus devaneios estéticos atrás do balcão comercial, o poeta fantasiou um pouco o autoritarismo do pai. Segundo José Guilherme Merquior, “a verdade é que o rapaz, que o pai levava consigo aos quatorze anos para Portugal, frequentou desde cedo meios literários, especialmente ao vir morar no Rio, em 1857, e sempre financiado pela bolsa do velho”.

Da mesma forma que os garotos da minha geração que tiveram o privilégio de aprender a ler, aproximei-me da Literatura por intermédio da *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, onde o poema mais popular era “Meus Oito Anos”, de Casimiro, o famosíssimo “Oh! que saudades que tenho

/ Da aurora da minha vida, / Da minha infância querida / Que os anos não trazem mais!” Confesso aos admiradores deste poema que, apesar da sua popularidade, não se encontra entre os meus preferidos. Eu considerava pelo menos esquisita a afirmação de Fausto Barreto e Carlos de Laet na apresentação de Casimiro: “Não é escritor correto, mas poeta cujos maviosos acordes sabem o caminho do coração.” Sem gostar do poema — então estava fascinado com a *Pauliceia Desvairada* de Mário de Andrade —, e dois especialistas do quilate de Barreto e Laet não consideravam Casimiro um escritor correto; e “maviosos acordes sabem o caminho do coração” era demais para mim.

Eu estava então sob a influência das lendas que corriam sobre sua vida — perseguição do pai, amor contrariado ou infeliz, dramas espirituais — e das acusações de descuidado quanto às regras da prosódia e metrificacão. Mas, conforme nota Afrânio Coutinho, a edição crítica organizada por Sousa da Silveira, comemorativa do centenário de nascimento do poeta, em 1939, além de estabelecer em definitivo o texto de suas poesias, que corriam mundo comprometidas por alterações e erros, recolocou, por uma anotação abundante e judiciosa, o poeta no conceito dos estudiosos, ao mostrá-lo perfeitamente enquadrado nas tradições do idioma e da boa técnica do verso, além de possuidor de superior qualidade quanto à força expressiva e ao valor musical de seus poemas, demonstracão de que era uma excelente organizacão de poeta.

Esta não era a opiniao de Sílvia Romero, admirador de Teixeira de Melo, o Fundador da Cadeira:

Teixeira de Melo teve por amigos e companheiros literários Casimiro de Abreu e o Dr. Luís Delfino dos Santos que o ofuscaram inteiramente sem possuir merecimento superior ao seu. Casimiro, primando pela simplicidade, que às vezes chegava ao chatismo, morreu pouco depois de publicar as *Primaveras*, e viu-se repentinamente célebre. Luís Delfino dos Santos, primando pela elevacão que descamba muitas vezes no exagero, no gongorismo esdrúxulo, fez ruidosa cadeira médica, imitou cabedais e aguardou a vinda de um momento propício para alçar-se ao posto de pontífice máximo de um grupo de sectários. Teixeira de Melo, que tem simplicidade sem a chateza e elevacão sem a bombasticidade, não teve nenhuma dessas consagrações entusiásticas: ainda hoje ele é um obscuro.

Ainda hoje é um obscuro, se comparado com a popularidade de Casimiro. Um dos fundadores desta Casa (do grupo dos trinta primeiros),

Teixeira de Melo, 37 anos após a morte de Casimiro, em 1860, presta-lhe homenagem ao indicá-lo como patrono de sua Cadeira. Mais uma razão para lembrar o poeta das *Primaveras*, enquanto Teixeira de Melo hoje é mais conhecido pela rua que leva seu nome, em Ipanema, e só é evocado quando há sucessão na Cadeira 6.

Logo após a morte do pai e na expectativa de tornar-se herdeiro, Casimiro recebeu outra má notícia: estava tuberculoso, na forma que à época chamava-se tuberculose galopante, ou melhor, uma violentíssima tísica, palavra de uso então mais corrente. Tentou ir para a Ilha da Madeira tratar-se, mas, sem a herança paterna, travada pela burocracia cartorial, não dispunha de recursos para atravessar o Atlântico. Refugiou-se em um hotel, em Nova Friburgo. De lá, veio para o Rio uma informação errada, de que Casimiro acabara de expirar.

A notícia era falsa, mas a doença não. E foi implacável: Casimiro morreu às cinco horas da tarde do dia 18 de outubro de 1860. Sobrevivera ao pai somente seis meses e um dia. Morreu o poeta, chorado por todos e, de certa forma, também o profeta. Devemos a R. Magalhães Júnior o resgate de um poema de Casimiro, publicado na revista semanal *O Espelho*, de Francisco Eleutério de Souza, com o qual termino esta recordação:

Horas de Spleen

Às vezes, quando eu cismo no passado,
Nos meus dias de crença e de esperança,
Pergunto a Deus: “— De que me serve a vida?
Melhor me fora falecer criança!” —

A minha mocidade passa estéril,
Já morre a primavera e chega o estio!
Ai de mim! Sou cadáver do que fora!
— Crânio sem fogo, coração vazio!

Vivi? — Passei na terra, como um eco!
Uma vez — uma só — no meu caminho
A virgem que eu sonhara — pensativo
Veio junto de mim falar baixinho!

Era doce essa voz!... Morreu? – quem sabe?!...
Suspirava de amor? – não sei... qu'importa?
Murchos os sonhos dum futuro rico,
Lamento afora a mocidade morta!

[...]

Tão funda a sepultura! – Vou descendo,
A aurora nasce, vou dormir no leito...
– Depois “encontro” uma mulher deitada,
Vestidos brancos – uma cruz ao peito!

Arreda-te, mulher! – filha do vício –
Erraste o teu caminho – é longe a estrada.
Diz: por que nesta noite de tormenta
Na minha cama vim te achar deitada?!...

– Não me toques! – disse ela despertando –
Tenho frio... há muita neve fora;
Nas trevas procurei este refúgio,
Oh! não me mandes, – eu to peço – embora!

Mas a cama é pra mim, pois tu não sabes
Que essa pedra, mulher, é o meu jazigo?!
– Eu sei, mas tenho frio; não te zangues,
A cama é larga... vem dormir comigo!

José Alexandre Teixeira de Melo, nascido em 1833, doutorou-se na Faculdade de Medicina do Rio em 1859. Depois de clinicar na sua cidade natal Campos dos Goytacazes, foi, a partir de 1875, funcionário da Biblioteca Nacional, da qual chegou a ser diretor. Escreveu sobre vários assuntos, sendo a sua obra mais apreciada as *Efemérides Nacionais*, em três volumes, publicada em 1881. Como poeta, publicou *Sombras e Sonhos* em 1858, ainda estudante, e *Miosótis*, em 1877, reunidos em *Poesias*, 1914, com um estudo de Sílvio Romero. Um dos trinta primeiros fundadores da Academia Brasileira de Letras e então nos seus 64 anos, o segundo mais idoso deles, naquele 1897,

Teixeira de Melo escolheu para patrono de sua Cadeira o companheiro de juventude e assim consagrou o poeta de *As Primaveras* no *pantheon* da Academia. Pela ordem alfabética dos nomes dos patronos, sua Cadeira recebeu o número 6, que no momento tenho a honra de ocupar. Faleceu no Rio de Janeiro a 10 de abril de 1907, aos 74 anos.

Na sucessão de Teixeira de Melo, os acadêmicos elegem um militar, Artur Silveira da Mota, mais tarde Barão de Jaceguai, o qual, depois da Proclamação da República, renuncia ao baronato e passa a assinar-se Artur Jaceguai, nome sob o qual ingressa nesta Casa. Militar de formação espartana, admirado por Barbosa Lima Sobrinho, que lhe escreveu a biografia, a guerra contra o Paraguai o encontra no posto de capitão-tenente e no comando do encouraçado Barroso. Seu navio de guerra é o primeiro a passar pelo mais forte obstáculo fluvial que encontrava a esquadra brasileira para atingir Assunção: a poderosa e, por muitos, considerada inexpugnável fortaleza de Humaitá. As dez baterias, com noventa e oito canhões de grosso calibre instaladas na fortaleza, impediam as tentativas da esquadra brasileira de seguir rumo a Assunção. Depois de muita hesitação e de planos para a passagem, na madrugada de 19 de fevereiro de 1868, a terceira divisão da esquadra brasileira designada como Divisão Avançada, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Delfim Carlos de Carvalho, da qual fazia parte o encouraçado Barroso, comandado pelo Capitão-Tenente Artur Silveira da Mota, prepara-se para tentar furar o bloqueio. Desobedecendo ordens do comando da esquadra, o encouraçado Barroso adianta-se e, sob o chumbo grosso paraguaio, consegue passar e posicionar-se em situação de tiro contra a fortaleza. Seu exemplo é seguido pelos outros vasos da Divisão Avançada e logo a esquadra brasileira transpõe o obstáculo. Existem controvérsias sobre o episódio e narrativas conflitantes. Mas, pelo feito, Delfim Carlos de Carvalho foi galardoado com o título de Barão da Passagem. Artur Silveira da Mota ressentia-se do esquecimento; afinal, considerava-se o herói da passagem – e não só ele –, José Bonifácio, o Moço, patrono da Cadeira 22, hoje ocupada por Ivo Pitanguy, escreve um poema em sua homenagem, chamando-o de “O Barão da Frente”.

O título de Barão de Jaceguai lhe é dado mais tarde pelo Imperador D. Pedro II. Depois de fundada a Academia Brasileira de Letras, na correspondência entre Machado e Nabuco, encontramos várias sugestões, partindo do futuro primeiro embaixador do Brasil em Washington, favoráveis ao ingresso do barão nos quadros da Academia. “Desde a fundação”, escreve Nabuco de Challes, em 1903, “pensei que homens como Jaceguai, Lafayette, Ferreira Viana, Ramiz Galvão, Capistrano e os outros que você sabe, deviam ser dos que têm a honra de ser presididos por Machado de Assis.” E em outra carta, referindo-se a outra vaga: “Eu pensei que Jaceguai dessa vez se apresentaria. Ele, porém, achou mais fácil passar Humaitá do que as baterias encobertas do nosso reduto.” (Desde aquela época, existiam as baterias encobertas no nosso reduto.)

Abre-se a vaga de José do Patrocínio, e Nabuco volta a lembrar que o seu voto era para Jaceguai: “Acho que ele deve apresentar-se. Não compreendendo que ele, que não teve medo de passar Humaitá o tenha para atravessar a praia da Lapa.” À época, a Academia instalara-se no prédio do Silogeu Brasileiro, na Lapa, banhada pelas águas da baía da Guanabara, antes dos sucessivos aterros. Jaceguai acaba decidindo-se a atravessar a praia da Lapa e pleitear a Academia na vaga de Teixeira de Melo, obtendo 12 dos 13 votos de acadêmicos presentes e mais onze dos que votaram por carta no dia 28 de setembro de 1907.

O discurso de posse de Jaceguai é antes de mais nada uma justificativa da sua candidatura. Mas nada diz sobre Teixeira de Melo:

Diante deste último nome sou forçado a calar-me destoando, talvez das práticas acadêmicas. Relevar-se-me-á, porém, a singularidade ante a minha confissão ingênua talvez de não haver conhecido o homem nem a sua obra. A minha abstenção, neste caso, creio ser a maior homenagem que prestar possa à sua ilustre memória. Não seria digno dela, nem de mim mesmo, ler apressadamente as produções para vir aqui fazer delas e do autor um panegírico convencional.

Mais tarde, Goulart de Andrade, que o sucedeu na Cadeira 6, explica em seu discurso a omissão de Jaceguai: “É que nas suas *Efemérides Nacionais*, o escritor campista, ao relatar a passagem de Humaitá pela esquadra brasileira, citara o nome do comandante da Divisão, Delfim Carlos de Carvalho, depois Barão da Passagem, omitindo o do comandante do Barroso, Artur Silveira da

Mota.” Jaceguai não o perdoou, mas Goulart de Andrade fez questão de lembrar o fundador da Cadeira 6, dedicando-lhe grande parte de sua oração.

Senhores acadêmicos,

No seu discurso de posse na Cadeira 6 desta Academia, Barbosa Lima Sobrinho começa assim a evocação do seu antecessor:

José Maria Goulart de Andrade aportara ao Rio de Janeiro em 1907. Era pouco mais que um adolescente, no alvoroço dos dezesseis anos. Vinha de Alagoas, esta mesma Alagoas de onde saíra, onze anos antes, e também com destino ao Rio, outro poeta – Sebastião Cícero dos Guimarães Passos, que andava também no verdor dos 19 anos.

Goulart de Andrade nasceu em Jaraguá, a 6 de abril de 1881. Aprendeu as primeiras letras com o Prof. Ângelo Barbosa e com um tio. Completou os estudos primários em Maceió com o Prof. Adriano Augusto de Araújo Jorge. Aos 16 anos, veio para o Rio de Janeiro e matriculou-se na Escola Naval, onde fez o curso prévio de três anos. Não se distinguiu como aspirante de Marinha, mas escreveu seus primeiros versos, doze sonetos, que enviou para o irmão, Eusébio, para serem publicados no *Gutenberg*, de Maceió. Apenas um foi publicado, “Colo”, o primeiro deles, os outros foram devolvidos.

Coestaduanos, admirador e hóspede de Floriano Peixoto, o poeta ainda neófito sentiu-se perseguido pelo oficialato da Marinha ainda com as feridas abertas da revolta de 1893. Não seguiu a carreira de oficial da Marinha, mas, na Academia, viria a suceder a um Almirante, o Barão de Jaceguai, a quem, por sinal, conhecera na Escola Naval, em 1900. Ao abandonar a Escola da Ilha das Enxadas, trabalhou em várias atividades, enquanto cursava a Escola Politécnica, onde se formou engenheiro geógrafo. Casou-se com D. Luísa de Araújo Lima a 3 de outubro de 1906. Nomeado para a prefeitura do Distrito Federal, trabalhou nas obras de reforço do abastecimento das águas da cidade, foi redator de debates da Câmara dos Deputados e diretor do Ginásio Pio Americano.

As atividades profissionais não o impediam de prosseguir na produção de sua obra poética, mas poemas enviados a outro irmão, Manuel Aristeu de Andrade, também não lograram uma crítica favorável; Manuel responde que deveria tentar outra coisa, por lhe faltar a intuição poética. Os fracassos iniciais não o desanimaram. No Rio de Janeiro, alvorecer do século XX, Goulart de Andrade participou de um dos derradeiros cenáculos dos cafés cariocas, o da Confeitaria Colombo.

A obra de Goulart de Andrade não é extensa, mas nela encontramos as *Poesias*, primeira série, publicadas entre 1900 e 1905. Há uma coletânea de *Teatro*, primeira série e segunda série, as *Poesias* da segunda série e os romances *Assunção* (1911) e *Numa Nuvem*, uma fantasia romântica de 1913, publicado em folhetins no *Correio da Manhã*. O seu último livro é *Ocaso*.

...

No seu extraordinário discurso de posse, pronunciado neste Petit Trianon, em 31 de janeiro de 1938, aos 41 anos de idade, alto, elegante, bem-posto e sóbrio no seu fardão verde-ouro, Barbosa Lima Sobrinho discorreu com erudição, para uma plateia onde os homens envergavam casacas e as mulheres vestidos longos, sobre a situação da Literatura Brasileira na época do seu antecessor. Descreveu o tempo literário em que o poeta alagoano viveu e defendeu a existência das academias de letras:

Aqui podem caber todas as escolas. Aqui se fazem representar os diferentes setores da atividade intelectual. E é por isso que lendo, há pouco, os volumes em que se acham reunidos os discursos acadêmicos, tive a impressão de acompanhar nas suas figuras dominantes a própria história da vida mental do Brasil. No entrechoque das escolas poéticas, no trabalho dos romancistas, dos contistas, dos comediógrafos, na Crítica, nas ciências jurídicas, nas manifestações tribunícias, na Publicística, no Jornalismo. Muitos dos patronos desta companhia ilustraram-na com os seus nomes imortais, como Hipólito da Costa, Gonçalves Ledo, Evaristo da Veiga, Joaquim Francisco Lisboa, Joaquim Serra. E que perseverais nessa atitude no-lo provam tantos outros que foram antes de tudo ou quase exclusivamente homens de imprensa, como José do Patrocínio, Alcindo Guanabara, Medeiros e Albuquerque, Constâncio Alves, Félix Pacheco e Vítor Viana. Não fosse o Jornalismo por si mesmo manifestação literária, e ainda se poderia ver, nessas eleições, o reconhecimento dos gloriosos serviços prestados às letras e à inteligência brasileira.

Embora já tivesse publicado sua tese “A Ilusão do Direito de Guerra”, dois livros de contos, *A Árvore do Bem e do Mal* e *O Vendedor de Discursos*, o clássico *O Problema da Imprensa* e seis ensaios sobre problemas pernambucanos, era na condição de jornalista que ele se apresentava para conquistar seu lugar na Academia Brasileira.

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nasceu no Recife, na casa de seus pais, Francisco Cintra Lima e Joana de Jesus Cintra Barbosa Lima, à Rua da Aurora, a 22 de janeiro de 1897, seis meses antes da fundação da Academia Brasileira de Letras. No momento do parto, ouviu-se uma salva de 21 tiros de canhão de um quartel próximo, e a parteira comentou para a mãe: “Está ouvindo os tiros? É para saudar o nascimento. Este menino vai ser um grande homem.”

Esta história faz parte da crônica familiar dos Barbosa Lima e, se não aconteceu exatamente assim, *è bene trovata*. Mas, antes que a profecia se realizasse, o menino crescia no bairro do Recife, naquela área onde teve início a ocupação da cidade, com ruas estreitas e construções do tempo da Colônia, vestígios da história e da vida de Pernambuco dos primeiros séculos, a ambientação de bairro antigo, com sua vida boêmia e velhas construções de armazenagem e instalações portuárias.

Em Pernambuco, o espírito nacionalista se instalou cedo, nas lutas contra o invasor holandês e mais tarde contra a Coroa, fosse a da Corte de Lisboa ou a do Rio de Janeiro. O Dr. Barbosa costumava dizer que a nossa independência teve origem na Batalha de Guararapes.

“No meu tempo de criança” – disse-me ele certa vez – acostumei-me a ouvir histórias sobre as lutas dos pernambucanos em defesa da pátria. Lembro-me de que, eu ainda menino de cinco ou seis anos, estava em casa, sentado numa cadeira quando ouvi uma banda tocar o “Hino Nacional”. No mesmo momento levantei-me e permaneci de pé até o fim do hino. Aquele impulso foi o meu primeiro sentimento de patriotismo.

Nacionalista, mas garoto forte e saudável, hino nacional à parte, seu primeiro interesse era o esporte. A família morava numa casa onde parte da cobertura era de telha vã; o menino amarrou uma corda nas vigas de madeira e com um cabo de vassoura improvisou um trapézio, onde se exercitava. Mais tarde, com amigos, entre os quais o inseparável Múcio Leão, que o recebeu nesta Academia, fundou o Corinthians Olindense Futebol Clube (no qual

jogou como *center-forward*, o *centrefór* da nossa infância, o centroavante de hoje, a posição do Ronaldo). O nome do time era homenagem ao Corinthians da Inglaterra. O clube não tinha sede nem campo, e eles jogavam no campo do Salgadinho, ao lado da praia.

– Quando a maré enchia, o mar cobria o campo, e a gente não podia jogar... Mas o futebol era muito divertido, naquele tempo.

Também gostava de remar e de marcha batida. Certa vez, sempre ao lado de Múcio Leão, foi de Olinda a Goiana, uma distância de sessenta quilômetros, em marcha batida, em dez horas, mas o esporte jamais impediu o menino Alexandre José, Xandre para a família, de estudar muito e crescer inspirado nas lições e no exemplo do tio, o general e tribuno Barbosa Lima. Em seu discurso de posse, prestou-lhe homenagem:

Estimei-o sempre com sentimento filial. Não sei o que nele mais admirava. Se as lições de sua cultura excepcional, lúcida e profunda, se a doçura do acolhimento, que era surpresa encantadora na aparência hirsuta que lhe vinha das atitudes severas, do jeito empertigado do corpo, das barbas apostólicas. O nome que tenho é o dele, nome que meu pai adotou para mim, numa renúncia feita de intenções afetuosas. Minha mãe, irmã de Barbosa Lima, o adorava também.

Alexandre José formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1915 com 17 anos e passou todo o tempo do curso lendo muito na biblioteca. Pretendia fazer concurso para a cadeira de Direito Internacional Público e Privado e ao mesmo tempo de Direito Constitucional. Preparou a tese “A Ilusão do Direito de Guerra”, na qual demonstrava que todos os acordos firmados em Haia foram insuficientes para impedir a Primeira Guerra Mundial. Mas o concurso foi cancelado, e para a cátedra foi nomeado o filho de um juiz seccional da cidade. Escreveu vários artigos contra aquela decisão, incompatibilizou-se com grande parte dos professores da Faculdade e sentiu que não poderia permanecer no Recife.

Veio para o Rio em 1921 com uma carta de apresentação do Barão de Suassuna, que era amigo de seu pai, para o Conde Pereira Carneiro, e logo estava empregado como redator do *Jornal do Brasil*. O salário mal dava para pagar as despesas de aluguel de um quarto que ele dividia com outros dois jovens nordestinos: Oliveira e Silva, que aposentou-se como desembargador em Santa Catarina, e um certo Belarmino, mais tarde conhecido como

Austregésilo de Athayde. A partir de 1927, começou a escrever artigos assinados e conquistou desde então a liberdade de dizer o que pensava mesmo quando o que escrevia se distanciava das teses do editorial do jornal.

Depois de publicar a tese que não chegara a apresentar em Recife, lançou dois livros de contos, *O Vendedor de Discurso* e *A Árvore do Bem e do Mal*; em 1924 aparece a primeira edição do hoje clássico *O Problema da Imprensa*, escrito para combater a lei do Senador Adolfo Gordo, que instituía a censura na imprensa, onde estudou as questões do Jornalismo de sua época. Trecho do livro:

No dia em que o jornalista tiver a noção completa de sua responsabilidade e de sua atuação social, provavelmente se sujeitará a normas escrupulosas de ética. Evaristo da Veiga compreendeu toda essa responsabilidade e por isso se orientou superiormente em meio da agitação do primeiro reinado e da regência. De sua pena saiu certa vez esse precioso código de ética jornalística: “– Respeite-se a lei sem subterfúgios de chicaneria; respeitem-se os cidadãos para que haja tranquilidade e confiança; sirvam os jornais de instruir e não de ofender e perturbar; argumentem mas não insultem. Moderação nos escritos; verdade nas doutrinas; decência no estilo; instrução; moral, mais moral, muita moral.”

A lição de Evaristo, publicada na sua *Aurora Fluminense*, lembrada por Barbosa em 1923, continua atualíssima.

Alexandre José conheceu Maria José em Cambuquira, ela dez anos mais jovem, filha do advogado paulista Horácio Gonçalves Pereira. Quando foi a São Paulo, pedir a mão da moça, o advogado tentou demovê-lo: “Minha filha não sabe costurar, lavar roupa e nem cozinhar. Tem certeza que quer casar-se com ela?” O jornalista respondeu: “Dr. Horácio, eu trabalho num jornal que tem a maior seção de anúncios classificados do Brasil. Se precisasse de empregada doméstica, seria fácil encontrar uma.” E assim casou-se com aquela paulista que transformou sua vida de solteirão no Rio de Janeiro dos anos 20. “Maria José me fez acreditar na existência de anjos” – disse ele, em 1995, ao ser entrevistado pelas biógrafas de sua mulher, Ana Arruda Callado e Denilde Leitão.

Senhores acadêmicos, minhas senhoras, meus senhores. Estamos apenas no início da vida de Barbosa Lima Sobrinho. Infelizmente, neste breve momento não tenho condições de sintetizar a grandeza de sua obra e de seu pensamento. Pretendo propor que a Academia, em colaboração com a UERJ e a ABI, promova um seminário em 2004, para, nos oitenta anos de publica-

ção de *O Problema da Imprensa*, estudar, com uma equipe de especialistas, a vasta obra de Barbosa Lima Sobrinho, com mais de cem títulos – entre os quais destaca-se, nesta primeira fase, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, de 1934, uma análise perfeita do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder.

Eleito deputado em 1934, em 1937 foi indicado por um colegiado para a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool, indicação referendada por Getúlio Vargas. Deputado constituinte em 1946, eleito governador de Pernambuco em 1948, foi obrigado a lutar no Supremo pelo seu mandato, questionado pelos derrotados. Vitorioso, realizou excelente governo; novamente eleito deputado por Pernambuco para a legislatura 1959-1963, ao fim do seu mandato, desistiu da vida parlamentar por não se adaptar a Brasília.

Barbosa Lima Sobrinho teve grande participação nesta Instituição. Foi Secretário-Geral, Presidente e, mais tarde, Tesoureiro, nas diretorias presididas por Austregésilo de Athayde. Grandes amigos, embora suas ideias sobre os problemas nacionais nem sempre coincidissem, Athayde costumava dizer que, sem o aval de Barbosa, jamais teria construído o prédio que, alugado, constitui hoje a principal fonte de renda da Academia. E Barbosa, em conversa com seus companheiros da ABL, contava que sua confiança em Athayde era tanta, que assinava cheques em branco para ele.

Por escrever contra o golpe militar, depois de 1964, Barbosa Lima Sobrinho foi obrigado a responder, como testemunha ou indiciado, a treze IPMs, os tristemente famosos Inquéritos Policiais Militares. De três deles, ele se lembrava bem: o primeiro, chefiado por um major, porque assinara artigos em *O Semanário*, de Osvaldo Costa. No segundo, um coronel acusou-o de ser candidato à direção do ISEB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Aos olhos dos inquisidores, a situação se agravou, quando ficou comprovado que à mesma época Barbosa Lima Sobrinho comparecera a uma feijoada, na casa de Ênio Silveira, em homenagem ao seu amigo Miguel Arraes, deposto do governo de Pernambuco. Perguntado por que comparecera a tal reunião de subversivos, respondeu que jamais, em sua vida, recusara convite para uma feijoada, e não seria daquela vez que deixaria de tomar sua caipirinha e comer seu feijão.

No terceiro, chefiado por um general, seu inquisidor teve a gentileza de considerá-lo apenas testemunha e não indiciado. Aquela atitude respeitosa do general deu lugar a uma conversa sobre os problemas nacionais e ambos terminaram expondo os respectivos pontos de vista. O general inquisidor percebeu

que aquele experimentado jornalista conhecia muito mais o Brasil do que ele – e que suas ideias tinham algo em comum. Terminaram amigos.

Em 1968, aparece *Presença de Alberto Torres*, que, além de biografia do pensador brasileiro, é uma afirmação política. “Quando o entreguismo surgia triunfante, era indispensável que alguém se lembrasse de Alberto Torres, grande brasileiro que sempre defendeu os interesses do país” – disse ele mais tarde, comentando o seu livro. Dez anos depois da publicação, o historiador José Honório Rodrigues afirmava:

As ideias de Alberto Torres – um homem bravo, inconformado e dedicado ao Brasil – são examinadas por Barbosa Lima Sobrinho, outro homem bravo, inconformado e dedicado ao Brasil. Lendo este livro, as gerações, atuais e futuras, não perderão a esperança no país.

Em seu discurso de posse nesta Academia, Raymundo Faoro lembrou seu antecessor:

Barbosa Lima, depois de uma longa jornada de trinta anos de nacionalismo sem espinha dorsal, deliberou criar sua utopia – fonte de futura ideologia. Resgatou Alberto Torres do túmulo conservador onde jazia, para retomar seu reformismo radical. Reconhecia que somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Embora Augusto Comte nunca tenha se detido no estudo do nacionalismo, Barbosa Lima adotou as bases de sua crítica, particularmente no que diz respeito à organização e reorganização da sociedade. Não aceitaria, está claro, o agrarismo de seu modelo – que, como ele, não se preocupa em distinguir o nacionalismo do patriotismo: o nacionalismo seria um dever do patriotismo.

E mais adiante:

A ortodoxia – a inflexível cartilha que privilegiava a hegemonia exterior – deixou perecer as indústrias de Mauá. Barbosa Lima queria que, em lugar de Cairu, estivesse Alexander Hamilton, que, nos Estados Unidos, com seus subsídios e empréstimos de banco para isso criado, gerou a indústria e criou o empresário. Num livro dedicado ao Japão, editado em 1973, demonstrou que o capital estrangeiro não é capaz de gerar os meios necessários ao desenvolvimento. Sem xenofobia, sem chauvinismo, sem patriotadas e sem ufanismo, criaria um novo nacionalismo.

No parágrafo final de sua oração, Faoro pergunta e responde:

Quem era esse homem que viveu mais do que um século, cercado pelo respeito e pela admiração de seus contemporâneos? Foi, sem dúvida, um intelectual situado acima das classes e das ideologias. Mas, foi muito mais: foi o mensageiro de uma terra incógnita, onde estaria banida a miséria e a injustiça. Sua mensagem falava à imaginação dos homens e despertava a esperança das gerações mais novas. A utopia que construiu move a História e exerce fascínio hipnótico sobre os que a conseguem ver. Mas a utopia que move a História não é a história: a utopia não é realizável porque, se realizada, funda-se sobre o despotismo. O homem que foi capaz de desenhar uma época e construir os fundamentos de um país chamou-se – quando virá outro? – Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

Inspirado nas ideias nacionalistas de Alberto Torres, criticou com veemência os autores da política econômica inaugurada em 1964. E assim prosseguiu, nos livros e na ação, defendendo suas ideias. Em *Japão, o Capital Se Faz em Casa*, demonstrou a capacidade da economia japonesa de desenvolver-se com a própria poupança, sem aportes de capitais financeiros de outros países. No episódio da anticandidatura à presidência, com Ulysses Guimarães, quando foi o antecandidato à vice-presidência, na campanha das diretas, no *impeachment* de Collor ele interpretou, como jornalista, os anseios pela fundação de um país independente, forte do ponto de vista econômico, mas solidário e justo com a sua população desamparada e excluída. Tornou-se assim a consciência moral da Nação.

Em 1978, depois da campanha eleitoral em que acompanhou Ulysses Guimarães em pregação cívica pelo Brasil, convocado pela classe dos jornalistas, Barbosa Lima Sobrinho foi eleito pela terceira vez Presidente da ABI. Estava então no vigor dos seus 81 anos, idade em que a maioria absoluta dos que lá chegam já estão aposentados há muito tempo. Depois de ter sido o mais jovem jornalista a exercer o cargo em toda a história da Instituição, em 1926, aos 29 anos de idade, volta à presidência em 1978, então o mais velho dos jornalistas brasileiros a exercer aquele cargo.

Neste momento, permitam-me lembrar, com afeto e saudade, o homem que tanto bem fez à vida pública brasileira e com quem aprendi tantas lições. Sua longevidade levou D. Paulo Evaristo Arns a dizer que ele podia ser imortal por pertencer à Academia Brasileira de Letras, “mas para mim, o que o Dr. Barbosa é, mesmo, é eterno”. Aos 102 anos, fraturou o fêmur e foi obrigado a permanecer em casa, contra a sua vontade. Não pôde comparecer à homenagem que lhe prestou a ABI quando completou 103 anos de idade. Naquela

ocasião, foi saudado pelo Prof. Antonio Candido, e seu discurso de resposta foi lido pelo acadêmico Evandro Lins e Silva. Mais tarde, um grupo de diretores da ABI foi visitá-lo. Convalescendo da fratura, passava os dias lendo livros e os jornais do Rio e de São Paulo. Às quartas, como sempre, redigia seu artigo semanal, para o *Jornal do Brasil*, com a colaboração do filho, Carlos Barbosa, que concorda absolutamente com as ideias do pai. “Ele me ajuda muito”, costumava dizer o Dr. Barbosa. “É o meu braço direito.” Naquela tarde, na Rua Assunção, observei os dois, o Dr. Barbosa e D. Maria José, e ambos me pareciam eternos. Ele se alegra com a visita dos amigos, mas se a conversa aborda momentos felizes do passado, ela derrama algumas lágrimas. Então, o Dr. Barbosa a consola, acaricia sua mão como um namorado à moda antiga, e logo as lágrimas cessam. Faz-se um silêncio só cortado pelos gorjeios de um canário instalado numa gaiola na varanda do quarto de onde canta para o casal. “Ele é um grande companheiro”, comenta o Dr. Barbosa. O canário parece gostar do comentário e aumenta o volume dos trinos. A tal ponto que às vezes atrapalha a conversa, e os visitantes ficam com a impressão de que o passarinho avisa ter chegado a hora de deixar o Dr. Barbosa descansar. Nos despedimos, e à saída, ao passar pela porta, voltei-me e percebi que, com a nossa ausência, os trinos do passarinho diminuem de intensidade e ganham um tom suave, tranquilo. O canário-da-terra agora canta só para o Dr. Barbosa e D. Maria José, que, embevecidos e de mãos dadas, permanecem absortos, ouvindo a sua música.

Foi a última vez que os vi.

Personalidade ímpar na vida brasileira, figura humana impressionante de quem muitos dos que aqui estão presentes se lembram bem, aquele homem de grande altura, não só física mas também moral e intelectual, de quem o jornalista Mino Carta dizia: “o saber brotava dele como a manga nasce da mangueira”, Raymundo Faoro nasceu em Vacaria, no Rio Grande do Sul, no ano de 1925, numa família de agricultores. Aos seis anos, a família mudou-se para o oeste de Santa Catarina, onde seu pai, de quem se recordava como um tipo aventureiro, fundou uma pequena hidrelétrica. O menino Raymundo fez os primeiros estudos numa escola particular cujos professores adotavam um sis-

tema moderno de ensino: proibiam que os alunos decorassem qualquer coisa e exigiam deles comentários pessoais das leituras. Mais tarde, foi matriculado em um colégio dirigido por religiosos maristas, onde o sistema de ensino era outro, na base da memorização, o famoso decoreba da nossa infância. Mas a semente do entendimento havia sido plantada, e o método inicial de educação levou-o a ser um devorador de livros. Viajava muito a Buenos Aires com amigos, frequentava as grandes livrarias da cidade e começou a interessar-se por Max Weber, cujas traduções para o Espanhol ali eram abundantes. Formou-se em Direito e tentou advogar em Porto Alegre, mas os escritórios de advocacia estavam todos tomados. Mudou-se para o interior, chegou a atuar no júri, mas não se adaptou.

De volta a Porto Alegre, Faoro integra o grupo de escritores, poetas e intelectuais da revista *Quixote*, entre os quais Luiz Carlos Maciel, um dos papas da contracultura dos anos 60/70, no Rio de Janeiro, cujo lema era a frase de Unamuno: “Vamos fazer uma barbaridade!” Inquieto, empreendedor, foi um dos seus elementos mais atuantes, segundo Guilhermino César. Não se conformava com a ordem intelectual reinante na província. “Mas seu desgosto” – acentua Guilhermino César –

não se exprimia propriamente em termos de Poesia ou Prosa de Ficção. Carregado de preocupações filosóficas, buscava antes de tudo interpretar as causas do nosso atraso mental, combatendo o empirismo e a rotina. Vinha para inovar. E postulava com ardor a proscrição de todo o sentimentalismo na apreciação dos fatos sociais. Em vez da improvisação brilhante, queria algo de sistemático, que dissesse as coisas cruamente, mas as dissesse de uma vez para sempre.

Mas toda essa visão voltada desde cedo para as Ciências Jurídicas e Sociais não o impediu que escrever a apresentação do número da revista *Quixote* dedicada à nova poesia do Rio Grande do Sul.

Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1952, onde a vocação para os estudos sociais continuou, mas foi atraído, de passagem, pela Crítica Literária e publicou nos jornais de Porto Alegre excelentes estudos sobre Simões Lopes Neto e Erico Verissimo, encarando-os sob prisma inteiramente novo. Ainda segundo Guilhermino César, “no seu exame fez tábua rasa dos valores estéticos para só se preocupar com o ‘documento’ que a obra de ambos os escritores não deixa de oferecer aos gaúchos”. Uma espécie, eu diria, de ensaio para a

sua grande obra *A Pirâmide e o Trapézio*. E no tempo que lhe sobrava começou a escrever *Os Donos do Poder*, cuja primeira edição foi lançada em 1958 pela editora Globo de Porto Alegre.

Na sua primeira edição, um volume de 257 páginas, o livro não teve recepção à altura dos seus méritos. Quem era aquele advogado gaúcho que procurava na dinastia de Aviz e na concentração do poder político e econômico na Coroa Portuguesa as raízes da sociedade brasileira, identificada pelo autor como patrimonialista e estamental, e mais, na qual o poder público era exercido e usado como se fosse privado? A inovadora interpretação surgia exatamente em um momento de exaltação desenvolvimentista, estimulada pelo Estado, quando as mudanças no país se operavam sob o comando do presidente da República a utilizar todos os seus poderes para remover a capital do Rio de Janeiro para Brasília.

Os críticos marxistas da obra foram cruéis. Segundo o próprio Faoro, Nélson Werneck Sodré só faltou insultá-lo com palavrões. Estabeleceu-se em setores da crítica da esquerda o dogma segundo o qual seu pensamento político era ultraliberal, embora Florestan Fernandes, apesar de marxista, considerasse razoáveis suas teses; e Caio Prado Júnior, sem citar o autor, disse que o livro o impressionara muito. Faoro admitiu, em entrevista ao suplemento *Mais!*, da *Folha de S. Paulo*, que os marxistas consideravam-no herético. Não obstante esta artilharia pesada de um lado, intelectuais do outro lado do espectro ideológico também o rejeitaram. Gilberto Freyre chegou a dizer-lhe que um dos dois iria destruir o outro e ameaçou: “Eu aposto que você vai desaparecer.” E Wilson Martins, nas palavras de Faoro, embora mais delicado, “também repudiou tudo o que escrevi”. Mas uma voz, aqui da Academia Brasileira de Letras, se levanta em defesa do livro: a de Barbosa Lima Sobrinho. Relator da comissão de acadêmicos que indicaria o Prêmio José Veríssimo de 1959, sugere o livro de Faoro, e seus colegas de comissão acompanham seu voto. Foi esta Academia, portanto, a primeira instituição a reconhecer o valor de um livro fundamental na Historiografia Brasileira.

Indiferente aos ataques e às críticas, Faoro prosseguiu em seus estudos e em 1960, no primeiro concurso para a Procuradoria do Estado da Guanabara, ingressa naquela defensoria numa turma da qual também fazia parte o meu querido e saudoso amigo Dirceu de Oliveira e Silva. Ambos se tornam, assim,

colegas de Barbosa Lima Sobrinho e trabalharam tenazmente na defesa do patrimônio do contribuinte carioca, em casos célebres, como o da Light.

O golpe militar de 1964 e seus desdobramentos na repressão à sociedade civil levaram alguns críticos de Faoro a rever suas posições sobre *Os Donos do Poder*. O autor do livro, no entanto, com tranquilidade e persistência, imune ao ruído do mundo, tratava de ampliar o seu texto inicial e em 1975, quando surge a segunda edição, foi necessário publicá-lo em dois volumes, com mais de trezentas páginas cada um. Guardo com carinho e respeito os exemplares desta segunda edição com que Faoro me presenteou quando o entrevistei, no seu apartamento no edifício Águas Férreas, no Cosme Velho, com dedicatória na qual utilizou a expressão imerecida para mim, “afetuosa homenagem”. O afeto era também uma das marcas da personalidade desse homem espontâneo, incapaz de uma hipocrisia e sempre pronto a dizer o que pensava — porque pensava o que dizia —, hábito visto por alguns, mal-informados, revelador de um traço rude de sua personalidade.

Jamais rude, mas sempre franco, no primeiro parágrafo do prefácio à segunda edição, Faoro explica:

Montaigne, que nega ao autor o direito de alterar o texto de um livro hipotecado ao público, justificou as suas infidelidades ao princípio com este subterfúgio resvaladio: “*J’adjoute, mais je ne corrige pas.*” Posso afirmar, sem receio ao olho malicioso e zombeteiro do francês quinhentista, que a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável há treze anos de dúvidas e meditação. A forma, todavia, está quase totalmente refundida, outra a disposição dos assuntos, adequado o estilo às minhas exigências atuais.

E em seguida:

Este livro não segue, apesar do seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro as sugestões weberianas seguem outro rumo, com novo conteúdo e diverso colorido. De outro lado, o ensaio se afasta do marxismo ortodoxo, sobretudo ao sustentar a autonomia de uma camada de poder, não diluída numa infraestrutura esquemática, que daria conteúdo econômico a fatores de outra índole.

Faoro introduz na historiografia brasileira dois conceitos: o do estado burocrático e o do Estado patrimonialista. Na análise da obra, Simon

Schwartzmann acentua que para Faoro o Brasil não teve um passado feudal, ou semifeudal, com o predomínio do campo sobre a cidade; ao contrário, o que sempre predominou foi a força do poder central. Não há dúvida que as grandes distâncias, o isolamento das propriedades rurais, os recursos produzidos pela posse da terra e pelas *plantations* de açúcar, tudo levava ao fortalecimento do poder local. Estes eram, no entanto, explica Schwartzmann, citando Faoro:

efeitos inevitáveis, decorrentes do isolamento geográfico, da extensão da costa, capazes de gerar núcleos de autoridade social, sem que a administração real permitisse a consolidação da autonomia política [...] tudo está longe do feudalismo, da aristocracia territorial, dos monarcas latifundiários. Olhos vigilantes, desconfiados, cuidavam para que o mundo americano não esquecesse o cordão umbilical, que lhe transmitia a força de trabalho e lhe absorvia a riqueza. O rei estava atento ao seu negócio.

Essa situação criada desde o início com as capitânias hereditárias, continuaria pelo período imperial, com uma forte presença dos centros urbanos, onde se instalava o poder do Estado, de cujo beneplácito o poder dos donos da terra dependia.

A segunda tese de Faoro, associada a esta, é que o poder político não era exercido nem para atender aos interesses das classes agrárias ou latifundiárias nem àqueles das classes burguesas que mal se haviam constituído como tal. O poder político era exercido em causa própria, por um grupo social cuja característica era exatamente a de dominar a máquina política e administrativa do país, por intermédio da qual fazia derivar seus benefícios de poder, prestígio e riqueza.

O que o livro *Os Donos do Poder* evoca no limiar do sexto século brasileiro? Renato Lessa, estudioso da obra de Faoro, explica:

Antes de tudo o livro de Faoro indica a importância da tradição ensaística brasileira e da intenção autoral de pensar e interpretar o Brasil. Nesse sentido a sobrevida do texto contraria a fragmentação e especialização temáticas, dominantes na prática profissional das ciências sociais brasileiras. A crença nas virtudes da especialização, como sinal de progresso cognitivo, ilumina os pequenos objetos, mas acaba por nos deixar desarmados diante de grandes questões. E são perguntas dessa magnitude gigantesca que são mobilizadas quando se trata de interpretar o Brasil. É claro que sempre será possível atacá-lo por meio de pequenas guerrilhas, de pequenas demonstrações de que vários juízos ali incluídos não resistem à implacável ação dos microespecialistas.

No entanto, o que sustento é que a refutação de uma interpretação do Brasil só é possível através de outra interpretação do Brasil.

Em entrevista concedida à revista *Carta Capital* logo após sua eleição para esta Academia, Faoro respondeu a duas perguntas com respostas que justificam o título de profeta dado a ele pelo jornalista Mino Carta:

Carta Capital: O seu *Os Donos do Poder* é um livro de alguma forma profético no sentido de que, lendo-o, você consegue imaginar tudo o que aconteceu depois.

Raymundo Faoro: A razão é simples, não pelo fato de eu ter adivinhado. Eu suspeito que Hegel, quando diz que a História começa com o Estado, quis dizer que a História começa quando o Estado passa a ser o agente ou o aval, o amparo da sociedade civil. Esse é o momento em que a História começa. Como eu acho que aqui a História, pelo menos a história da democracia, ainda não começou, não é muito difícil prever coisas, prever que daqui a pouco as coisas estarão como estão hoje. Os personagens são sempre os mesmos. Sabemos, por exemplo, que há um componente sempre salvador na sociedade que é massacrada e que é, como dizia Capistrano há cem anos, “sangrada e capada”. Naquele tempo eram quatrocentos, hoje são quinhentos.

Carta Capital: Quem são os candidatos a puxar o pelotão?

Raymundo Faoro: Eles vão se repetir. Basta trocar nomes que as pessoas estarão aí, sempre haverá o candidato salvador da pátria. Haverá um candidato de esquerda que, se chegar ao poder, fará uma política de direita, e haverá um candidato de direita que, chegando ao poder, vai procurar fazer uma política de esquerda. Porque esses nomes não significam nada. Convicções, ideias, partidos não significam nada. Talvez haja uma redução, assim, um maquiavelismo. Porque o poder desempenhava tal importância, tal significação para o político que ele, no poder, ia fazer aquilo que fosse melhor para sua continuidade no poder.

Renato Lessa define *Os Donos do Poder* como “reconstrução retrospectiva da história”; um retorno a um tempo ainda não capturado pelo fatalismo que nos perdeu. Fiel ao seu roteiro, Faoro nos dá a narrativa completa do seu pessimismo sonho. Ao final do livro, nossa veleidade civilizatória não é nada mais do que um “esqueleto de ar”, coberto pela “túnica rígida do passado inexaurível, pesado. Sufocante”.

O pesadelo deriva da visão pessimista sobre o destino do Brasil a nos invadir após a leitura da obra. Aqui permito-me lembrar a sugestão de José Murilo de Carvalho, para quem, apesar do final desalentador do livro, o otimismo racional de Faoro volta à cena, com sua fecunda atividade na recons-

trução democrática do país, após sua eleição, em abril de 1977, para a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil.

Raymundo Faoro era o presidente da Ordem quando o Senador Petrônio Portella deu início ao diálogo com as instituições da sociedade civil. Pouco acostumado com a arte de conversar sem dizer nada, no primeiro momento ele achou que seria enrolado pelos políticos. Nesse momento difícil da História recente e de sua própria biografia, transmitiu sua insegurança a um amigo e recebeu dele um bom conselho. Homem curtido em lutas políticas, Nehemias Gueiros disse-lhe que não deveria temer os políticos e jamais seria enganado, porque era um homem franco e sincero e deveria manter-se assim.

— Aí eles vão se complicar, disse Gueiros, porque o sincero, como você, sempre ganha do esperto.

E foi assim, com sinceridade, franqueza e lealdade que o então presidente da OAB conseguiu avançar, nas conversas com Portella, em direção à abertura política, cujo primeiro passo foi a volta da instituição do *habeas corpus*, que a truculência da ditadura havia banido do direito brasileiro. Está registrado na História o caminho percorrido por Faoro nos encontros e desencontros com os donos do poder de então, no Governo Geisel, para dar este primeiro passo na direção do restabelecimento do estado de direito, isto é, a volta da garantia do *habeas corpus*. Sua atuação, naqueles anos de chumbo, não só na OAB, mas também na ABI, ao lado de Barbosa Lima Sobrinho, constituiu uma das pedras de toque na reconstrução democrática.

E, ao discursar na reunião da OAB em Curitiba, em maio de 1977, Faoro fez uma síntese do seu pensamento sobre a situação do Brasil naquele momento:

Se a realidade não inspira otimismo, não sugere o abandono do bom combate. Os advogados sempre souberam, com bravura e lucidez, fixar sua missão nas situações difíceis, sem enfado cético, e sem dramaticidade retórica. Guardiães da ordem jurídica, sabem eles reconquistá-la, recuperando-a em seus valores racionais, em meio a esta galeria de espantos. Declinável é, desta sorte, a origem de suas preocupações que apontam para a necessária estruturação do estado de direito, preocupações que definem propósitos claros e públicos. Não se há de buscar o remédio na farmacoopia condenada, na utópica construção de uma visão tecnocrática para apagar outra visão tecnocrática. A conciliação dos homens de boa vontade, sem partidarismos e sem temor, há de assegurar um pacto social no consenso pacífico, que se traduza em pacto jurídico. A

República se fundou e se engrandeceu com fundamento numa ampla e livre deliberação constituinte, que é a fonte de todo o poder e a inspiração para todas as perplexidades. Este não é um caminho de retorno, mas mensagem de confiança no futuro, do futuro que se abre na dinâmica da hora atual, sem apelo ao milênio prometido pelo voo dos números em delírio.

A extraordinária personalidade e a obra de Raymundo Faoro exigiriam análises mais demoradas que, neste discurso, condicionado pelo tempo, não terei condições de apresentar aos que pacientemente me ouvem. Mas no convívio desta Academia procurarei manter bem viva a memória do meu ilustre antecessor, não só nos meus estudos, mas também na organização de conferências e seminários sobre seus trabalhos de interpretação do Brasil.

Não poderia, no entanto, deixar de lembrar aqui seu instigante livro *Machado de Assis – A Pirâmide e o Trapézio*, que, lançado em 1974, permanece hoje na condição de um dos maiores e mais completos estudos sobre a obra de Machado. Neste estudo exemplar, Faoro lembra-nos que “é inútil procurar em Machado de Assis a nota de revolta, a denúncia ou a indignação. Com ar de zombaria diz as coisas sérias, sem a cor viva ou vermelha das reivindicações. Não remonta à origem dos fenômenos, não lhes pesquisa a essência e o conteúdo”, vendo, “apenas, o aspecto exterior e decorativo, o lado social e cheio de cores berrantes, extravagantes”.

É este o Machado que Faoro descreve e analisa em *A Pirâmide e o Trapézio*. Com seu olhar percuciente, ele nos revela que, embora tenha passado ao largo de temas como a expansão industrial e a atividade operária, ao concentrar-se em atitudes aparentemente menores, como a de homens que exibem os atrativos das próprias mulheres para ascender socialmente, Machado de Assis apresentou de forma contundente os bastidores da ascensão de uma classe para a qual o lucro soberano sobre todos os escrúpulos é tudo, expondo com todas as letras e humor inigualável “a falsidade íntima de toda a sociedade, seu pecado secreto”.

Assim conseguimos observar, através das janelas abertas pelo estudo e a análise de Raymundo Faoro, a impressionante atualidade da obra, por isso mesmo imortal, do primeiro presidente desta Casa.

Senhores acadêmicos, minhas senhoras, meus senhores,

Não posso terminar este discurso sem lembrar com saudade os acadêmicos que conheci e que não estão mais entre nós. A amizade que tanto Laura quanto eu mantivemos com eles ainda hoje entenece nossos corações e jamais nos esqueceremos deles.

Também quero agradecer aos amigos que aqui vieram e à minha família, irmãos e irmã, cunhadas, filhos, noras, sobrinhos e o primeiro neto, Pedro, cujo nascimento, em agosto passado, constituiu para mim e Laura a grande alegria deste ano. E jamais esquecerei a memória de meus pais, ele, Ranieri, filho de emigrantes que vieram da Toscana, ela, Alzira, de modesta família de Guaxupé. Ambos me ensinaram tudo de bom que eu sei. Fico imaginando, emocionado, a alegria – e talvez a surpresa – dos dois, se pudessem estar aqui presentes; consola-me o fato de minha mãe, aos noventa anos, ter assistido a entrega do Prêmio José Ermínio de Moraes com que esta Academia distinguiu a biografia de Athayde.

Senhoras acadêmicas, senhores acadêmicos. Elegestes para a sucessão de Raymundo Faoro um jornalista pouco conhecido fora do Rio de Janeiro, mas sempre atento aos problemas nacionais; um ficcionista bissexto, um aprendiz de historiador da Imprensa Brasileira e um administrador da área da Cultura. Para agradecer tanta generosidade – o que deveria ter feito desde o início, conforme a tradição acadêmica –, vou utilizar as mesmas palavras de Faoro, quando recebeu o Prêmio Moinho Santista de 1978, outorgado por um júri do qual fazia parte Austregésilo de Athayde: “Recebo esta eleição como estímulo, e não como consagração”, disse Faoro. “Estímulo que recebo – continuou – grato à benevolência dos outorgantes, para dedicá-lo aos companheiros que frequentam essa área de necessário e fértil inconformismo.”

Se pudesse resumir em três palavras e criar uma espécie de *ex libris* para marcar meu ingresso nesta Casa, escolheria estas três, saídas da pena faoriana que, tenho a certeza, receberia a aprovação de Barbosa Lima Sobrinho: “necessário e fértil inconformismo”. É um pouco menos do “vamos fazer uma barbaridade” do grupo *Quixote*, mas muito mais do que ficar balançando a cabeça como se fosse uma vaca de presépio diante das injustiças deste mundo.

Para terminar, desculpando-me por ter abusado tanto da vossa paciência, ainda peço licença para relatar um episódio banal, mas daqueles que per-

manecem gravados na memória, uma obsessão, embora não passe de uma trívia. Na ocasião em que um grupo de escritores levou a Sergio Paulo Rouanet a notícia de sua eleição para o PEN Clube, meu sogro e eu conversávamos, quando alguém chegou até nós e perguntou, em tom de brincadeira:

– Dr. Athayde, quando o senhor levará o Cícero para a Academia?

Athayde fechou o semblante. Em sua face, surgiu aquela expressão grave da qual todos os que o conheceram se recordam, usual quando ele ouvia qualquer brincadeira sobre a Academia, e redarguiu rápido:

– No dia em que, havendo uma vaga, ele trazer os vinte votos necessários à eleição.

Direta e simples mas dura, a resposta repelia a ideia, embutida na pergunta, de que ele poderia apadrinhar o genro e facilitar seu ingresso nesta Casa.

Dez anos após o seu falecimento, onde quer que esteja, e creio firmemente – tal como ele dizia dos acadêmicos mortos, que os via aqui neste recinto –, ele também permanece entre nós, e assim posso dirigir-me a ele.

Aqui estão 36 votos de 36 acadêmicos votantes, Presidente.

Deposito-os nas mãos de Laura Constância – companheira de quase meio século de quem sempre recebi amor, estímulo, apoio e compreensão, sem os quais jamais chegaria até aqui – e os consagro à memória de Austregésilo de Athayde e de Maria José, a Jujuca, na certeza absoluta de que estes votos também pertencem a eles.

Alguns amigos perguntam se a minha vida mudou, depois que me tornei um “imortal”, expressão que abomino por considerá-la inadequada e, muitas vezes, zombeteira. A pergunta, sempre irônica, me faz lembrar a história que meu pai contava, sobre pequena retificação feita entre os limites dos estados de São Paulo e Minas Gerais logo após a Revolução Constitucionalista de 1932. Trabalho realizado, os topógrafos que se ocuparam da tarefa visitaram a fazendola de um agricultor, cuja propriedade passara, depois da retificação, de um estado para o outro. E um deles, com uma ponta de ironia, perguntou:

– Então, meu amigo, está notando alguma diferença depois da mudança?

– Não senhor, respondeu o fazendeiro. Está tudo igual, a não ser... a não ser o clima, que aqui deste lado é um pouco diferente.

Assim, respondo aos amigos: além de usar o fardão e receber a espada, o colar, o diploma e o chapéu de dois bicos – mais emplumado do que o de um mestre-sala de escola de samba –, o fato de ingressar nos quadros da Academia Brasileira de Letras não mudou nada em mim ou para mim, a não ser a circunstância de estar mais próximo de pessoas cuja convivência é extremamente proveitosa em todos os aspectos: o espiritual, o intelectual, o moral e o ético, sem falar no exemplo que nos dão de vidas dedicadas às Letras e ao Brasil. A ilustre Companhia é a melhor parte da glória que fica, eleva, honra e consola, pois, graças a Deus, desfrutamos dela em vida.

Reitero, portanto: passar pela linha imaginária dos limites entre a Avenida Presidente Wilson e o Petit Trianon em nada interferiu no meu modo de ser, que continua o mesmo.

Mas quanto ao clima – bom, creio que o fazendeiro da história de meu pai tinha razão –, o clima às vezes é um pouco diferente.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

A Academia recebe hoje, em Cícero Sandroni, o jornalista. O do tempo integral, no o do eu dividido entre o pensador, o poeta e o romancista, que comanda a nossa Cultura. Vivemos, no escrever essa transação continuada, entre a menagem da torre de marfim e o nervo da hora. Quantos, ao recado maior, deixaram de adicionar na biografia a ranhura jornalística? A de Machado, também cronista do velho Senado, a das laudas abolicionistas de Nabuco, a das polêmicas de Rui, nesse terçar da relevância do instante, que se desprende da obra mesma e do selo da perenidade.

Pela folha diária, passou, nas suas matrizes, essa cultura coloquial, sem vestígio, descartável, própria da *belle époque*, do despontar do século, seus pasquins, suas várias, sua virulência sem amanhã. Cícero, o jornalista por inteiro, na sovela do ofício, no castigo de seu nomadismo, remata-os pelo perfil ético assumido, em que continua seus arcanos, Barbosa Lima Sobrinho e Austregésilo de Athayde. Ambos demarcam esse nosso específico mundo interior, que matura no paradoxo: a militância da palavra a calcar-nos o relevo e também o descarte em que o Jornalismo amarrou o espaço cultural brasileiro, a moeda do intelectual e o seu primeiro reconhecimento.

É quase impossível o escape da passagem fundadora de Alencares, Euclides, Pompeias, pela reportagem, pela crônica, pelos *sueños*. Penaria, com a mudança de nossa subjetividade coletiva, essa emancipação do escritor, tantas vezes confrontado com a ascese de S. Simeão, o estilita; o à vontade, na antesala do poder, ou nos parlatórios das relações públicas, à espera da efetiva civi-

lização do direito autoral. Mas Cícero permanece, fiandeiro desse cesto só. Os dois livros, de contos e romance, *O Diabo Chega ao Meio-Dia* ou *O Peixe de Amarna*, são álibis sabiamente negociados para que não apareçam, sequer, como *internezos*.

Cícero, pertinaz do só mister com que chega à Casa, não precisa de outro papel para as galas ganhas em nosso panteão. Adentra o Petit Trianon, forte da primeira profissão, o Jornalismo, tão devorador em nossas raízes que teimamos em relegá-lo aos bastidores. Invisível como promíscuo, deixado sempre à porta do que entendamos, agora, como o Brasil do cânon e da obra, para além do beletrismo e da proeza, tantas vezes anônima, do dizer da hora.

Nunca fomos, em nossas premissas, uma cultura das universidades, mas sempre da folha como dos grêmios, da garrulagem de povo-menino e prosélito, das Academias – dos Felizes, dos Ansiosos, dos Solitários, dos Renascidos, da Nova Arcádia, da Roma Perene, da Ithaca Brasiliense, dos Ulissiponenses do Recôncavo. Passamos do convescote para o coloquial, em que criamos o cenário interior do Brasil do Império e da Velha República na febre das manchetes; da diatribe; dos a-pedidos e dos “pela justiça”, em que a extraordinária fatura das edições do jornal – matutinos, vespertinos, noturnos – fazia dos cotidianos a razão da impaciência do tempo quase vazio de história.

Essa a colportagem ou a circulação da irrelevância em que Bourdieu reconhece um fruir incessante de eventos mínimos, no pasquim do país do *Correio*, da *Gazeta*, da *Gazetilha*, da *Poção*, do *Grito*, do *Brado*, do *Diário*, da *Tribuna*, do *Alerta*, do *Confidente*, do *Inconfidente*, do *Crepúsculo*, do *Confessor*, até chegarmos às jornadas encompassadas de *A Noite*, do *Correio* de sua manhã, de *O Dia* ou de *A Tarde*, das *Folhas*, do *Jornal do Brasil* ou, de vez, de *O Globo*.

Cícero Sandroni fez-se errância determinada, no contraponto entre a utopia exata e o realismo, no mister sem concessões. Na vigília e disciplina do seu entra-e-sai, foi repórter político de *O Globo*, do *Correio da Manhã*, do *Diário de Notícias*, do *Jornal do Brasil*. Editor da revista *Ficção* e do *Jornal de Debates*. Colaborador do *Jornal do Commercio* e já, num outro desígnio da viagem, seu diretor-adjunto, apartando-se, por uma vez, da ascese visceral do peregrino e da sala de redação. É por uma dialética toda para dentro do mister, gênero dentro do gênero, que nos deu o jornal feito história, no que pode a memória decantada – a de esvaír de todo viés no que relata – do entregar-nos de corpo inteiro o fasto de *O Dia* e, agora, a do próprio *Jornal do Commercio*.

Quem vem para o lugar de Faoro, ladeado dos presidentes perpétuos da ABL e da ABI? Acolhemos em Cícero, no próprio processo de nossa vida do espírito, o reconhecimento do profissional, para além das atmosferas-cúmplices da porta direta entre as redações e o Catete, cuja conversação definia nosso padrão de cultura das elites – ou dos donos do poder –, a postergar o encontro de um cânon brasileiro exatamente pela míngua e pelo tardio da nossa universidade.

Apartamo-nos de Coimbra, que ainda assegurou, no Segundo Império, a geração do Marquês de Paraná, para o desponte de faculdades escassas, afim do mister do advogado, do médico ou do engenheiro, sem o lavro de suas cabeças. Nada da fábrica do *establishment* interior, como permite a praça da Sorbonne, o contraponto de Oxford e Cambridge, o Harvard Square, os portais de Salamanca e Barcelona, para os dissensos e contraditas, o debate infinito, em que se plasma, na bateia histórica, uma geração. Ou a arbitragem invisível, vertida à qualidade intrínseca da obra e da criatividade, demarcando um espaço interior de reconhecimento, suas regras de acesso, seu cânon, enfim.

Vivemos, por quase dois séculos, da tertúlia, à guisa de debate, ou da exasperação do instante, e da crítica, trocadas pela facécia. Jornalismo que se fez do consumo boêmio, ou de vitupério; do elo entre os reis do Brasil e as oficinas invadidas e empasteladas – termo-ferrete da Velha República –, como preço de cada sação eleitoral. Tempos de Floriano, como de Pinheiro Machado, de Edmundo Bittencourt ou de Júlio Mesquita, a preparar, na sua sequência histórica, não menos paradigmática, os *condottieres* do trânsito maior. Da *Folha*, do *Estado de S. Paulo* para os impérios mediáticos de Assis Chateaubriand e, na sua florescência última, de Roberto Marinho.

É do jornalismo que surge o texto brasileiro, da fatura de Euclides nos *Sertões*, rebentados dos estereótipos por quem toma tento do que vê como revelador e escande um discurso da realidade que nos funda, tal como a capturamos. E só o jornalismo poderia dar-nos o cotidiano das parcas, em que Nelson Rodrigues inaugurou, com a tragédia, o tempo maior do teatro brasileiro.

Barbosa Lima Sobrinho e Austregésilo de Athayde servem como ordenada e abscissa, no traço, na marcação do sentido e no recado do acadêmico desta noite. “Não reedito, não corrijo, não guardo mesmo o que escrevo”, disse-me o presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Difícil encontrar-se consciência mais nítida do perecer e do ficar do que naquele artigo do *Jornal do Brasil* dominical. Ao lado do de Alceu, das sex-

tas-feiras, transformou-se e, especificamente durante o autoritarismo militar, no respiradouro da mensagem que não queria o mármore, mas o evento, para manter a vigília do país de fundo. Era o vergaste contra a rotina dos fatos consumados, seus cálculos de oportunidades ou da venerável prudência de tantos, para sobreviver e voltar à tona.

Nenhuma ilusão, de Barbosa, como de Alceu, sobre a chibata do instante, sua perda e seu perdurar na coluna, sempre a pique do protesto. Nem por acaso, Barbosa Lima via num de seus predecessores na Cadeira, Jaceguai, exatamente esse herói de um só gesto intransitivo – no todo que nele arrisca. Entra para o nosso fasto da Guerra do Paraguai, quando aciona os motores de sua nau capitânia, no impasse do Estreito do Humaitá, e rebenta a corrente a trancar o rio no clarão do espanto que quebra, de vez, as certezas do fortim inexpugnável fiador do êxito final de López.

E o almirante homem que gravita em torno de um só feito. Tal como seu sucessor na Cadeira 6, firma a pena a cada dia, como lance único, consumido na hora, frente ao verniz dos conformismos, das estratégias dos sábios tranquilos da resistência, ou dos golpes de vista para a derrubada do Estado de Exceção. É o contravento que levou Barbosa Lima à anticandidatura com Ulisses ou, ao lado de Evandro, a personificar literalmente o Brasil-cidadão, no opróbrio de Collor. No nível de todo dia, de sua ABI, constituiu o Movimento Tiradentes, legado de sua morte ao Brasil-opção, do nacionalismo, do Estado crítico e do desmonte de vez dos *status quo*, do país de amanhã e do trabalho *ex machina* das ideologias.

É Cícero quem está ao seu lado cada instante e em toda conduta, pela qual a Casa da Imprensa organizou o Manifesto dos Mil, documento dos intelectuais que acabou com a censura em 1976, ao seu lado Nélida Piñon, Lygia Fagundes Telles e Hélio Silva. Nosso novel acadêmico vai ao compasso de Alceu Amoroso Lima, na sucessão de abates/rompantes com que o primeiro de nossos leigos transformou-se na primeira resistência dentro do *establishment* à vocalização do dissenso ao 31 de Março. Nem mês após sua condenação do terrorismo cultural, espanta Castelo Branco. Irrompe a denúncia cabal, a mesma de Barbosa, e é a veemência da indignação, retomada a cada dia, que lhes dá o látego da impaciência, como quem cobra o respiro da vida do espírito, sacando a mortalha do AI-5. Claro que o só jornalista canônico, para sê-lo, nos deixaria o exercício único do conto largo: “O Homem que Fazia Discursos.”

Nas cadeiras ovais, Cícero fitará, a partir de agora, o rosto revoltado do sogro, que reparte o muro da glória da Casa, da *belle époque* machadiana, ao entre-guerras do Petit Trianon, e de Afrânio Peixoto, aos quarenta anos de Austregésilo, a nos dar a torre, e a menagem da sua magistratura perene, no perfil de medalha clássica, em que o fixou a Princesa Bibesco, confidente do *Tout Paris* do primeiro meio século passado.

Essencialmente homem do lance e da escrita da hora, Athayde, rangido pelo momento que vem, e do *Memorial da Primeira Vida*, diretor do *Jornal do Commercio* na partilha do espólio de Assis Chateaubriand, atleta na porfia diária com o chefe, das braçadas, de ponta a ponta, do Leme ao Posto 6, terso no confronto, de adversário exilado de Vargas, ou do discurso *princeps*, ao lado de René Cassin, na ONU do após-guerra, no estatuto fundador dos direitos do homem, alçados à plataforma universal.

No contraponto à ocupação plenária de cena da Academia, pelo seu presidente, delineava-se, também, a minudência no diário, como borrão das memórias, instintivamente adiadas, no seu remate, pelo orador, seu opulento direito à apóstrofe, ou ao carão e ao alerta. Começaria essa vocação polêmica pelo seminarista e seu latim de briga, e à marca do humanismo, a incitar-lhe a vida toda. É seu, sempre, o mote. “A fé também não prescinde do intelecto.”

A saída exigida do Convento da Prainha confronta-se com outra pedagogia de ruptura com a vocação religiosa, qual a do confrade, também, objeto de desvelo crítico de Cícero, *Quase Cony*. Não é a militância do intelecto, mas o tédio ou quase a acédia que atinge o autor do *Informe ao Crucificado*, fascinado, de saída, pela pompa e liturgia de uma fé, mãe, e suntuária, de quem acorresse a seu achego e sua entrega. Diríamos que a instância do seminário é a da sedução última de Cícero, o analista dessa trilha tão significativa para a iniciação da cabeça do Brasil, a querer alargar as suas elites tradicionais, e no vinco que trazem, também, ao contemporâneo da Academia Roberto Campos ou Antonio Olinto.

Devemos ao novo ocupante da Cadeira 6 – e impossível a tarefa sem Laura – a armação, já prospectiva, do *Memorial da Primeira Vida*, feito *Austregésilo de Athayde*, o *Século de um Liberal*, e Prêmio José Ermírio de Moraes 1998. Avança-se na mesma arquitetura do pano de fundo de uma época – a primeira metade do século XX – o painel de Nabuco, da plenitude do *establishment*

monárquico. Dá-nos Cícero, entre tantos cortes, e no apelido da infância do sogro, o “Manoca” do rincão cearense, filho de Constância Adelaide e de José Feliciano, neto do capitão Belarmino, ferido de Canudos e que ameaçava dispersar o povo à bala e à faca de ponta, ajuntado em Caruaru, à Rua do Comércio, para ver o bebê gigante, descomunal, o segundo Belarmino, Austregésilo de Athayde.

O livro premiado supunha o trabalho de Maria José, Jujuca, sua mulher, compondo a panóplia integral, ao lado do documento interrompido de Athayde, da massa de todos os artigos, depoimentos, notícias publicadas pela imprensa, em três quartos de século, sobre ele, e ela, e depois sobre filhos e netos. Não faltarão ao *Memorial da Primeira Vida* lances dignos do melhor Bernanos do *Journal d'un Curé de Campagne*, qual o da tragédia do Pe. Telles, suspenso de ordem, a batina desabotoada e preso do álcool – em angústia interior radical – por se achar indigno de permanecer consagrando as espécies eucarísticas.

O Austregésilo da trama de jornalista no prosclênio da vida política brasileira vai ao retrato de revelação mais exigente do Brasil das redações do pós-I4 – do Café Papagaio, da Galeria Cruzeiro, mas, sobretudo, do Café São Paulo. É na intimidade única junto a Athayde que se desenha o Lima Barreto, na contramão precisa do *establishment*, do ódio a Coelho Neto; da raiva ao futebol, cuja “introdução tenebrosa” entre nós atribuía ao primeiro de nossos helenos-tupis e à fixação anatoliana da época; do crítico contundente de Machado de Assis, sem negar-lhe todavia “algum talento, sobretudo nos contos”.

Debruçado sobre o torvelinho das impressões do sogro, Cícero surpreende-o, no laivo mais exigente, na construção da persona. Porque ronda o monumental, há que permanecer inacabado. O *Século de um Liberal* é construção da vida, da notícia, em que o contexto é pseudomoldura para o *sfumatto* final, ou da suspensão da figura, que só assegura a maestria da evocação do novo ocupante da Cadeira 6.

Dela se desprende, como se demarca – em texto distinto –, o *habitat* de Athayde, no *scherzzo* do *Cosme Velho*, da captura do bairro, lugar interior inegociável da nossa cultura metropolitana. Compõe-no, pela própria *persona*, do rio Carioca, a corrente que desce do Corcovado, seu emuramento, sua aflição, seu murmúrio sob o asfalto, a pulsação vitimada pela cidade, como a colhe este

escritor, que entende de como mexer na paisagem para elencar os seus atores. Sabe que o bairro é Swann e não Guermantes, diante das Laranjeiras.

No Cosme Velho do General Hagendorp, ajudante de campo de Napoleão em Waterloo; de Henry Chamberlain, o Cônsul Geral de Sua Majestade; dos vinte e quatro anos de Machado de Assis; de Taunay; de Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça e Marcos; de Alceu, da Casa Azul; de Austregésilo; de Roberto Marinho; de Francisco Otaviano, que no seu Cosme Velho e antes de entregar-se à política, “essa Messalina impura”, foi “quem passou pela vida em branca nuvem [...], quem passou pela vida e não sofreu [...], só passou pela vida - não viveu”.

O autor de *O Século de um Liberal* também é protagonista desta outra originalidade do jornalismo, fundador de nossa cultura, deslizando do fato e da circunstância para assentar a própria arquitetura da nossa subjetividade. E o que lhe empresta a distância interior, onde se operam os reconhecimentos coletivos, a fixação da “regra de ouro” da memória, baseada na contemporaneidade-limite entre autor e personagem. Só aí, e por força dessa nova qualidade de tempo, garante-se a inteligência a mais, em que o horizonte da obra se desfecha sobre vultos-chave, cobra um irresgatável, a embalde repontar na mirada póstuma. Esquecemo-nos, como lembra Ricoeur, de que o tempo longo, de Braudel, não se dá conta de que o memento dos homens é, também, o da autofagia, dos cancelamentos instintivos, em que o lembrar é sempre edição de um inconsciente coletivo.

A História imediata trabalha contra esse rapto de sentido, resistindo à convencionalidade dos cânones externos ao verdadeiro discurso histórico. Nele figuram – para a nova emergência da Cultura Brasileira e ao lado de *O Século de um Liberal*, de Cícero e Laura; – *Chatô, o Rei do Brasil*, de Fernando Moraes; *JK*, de Cláudio Bojunga; *Nelson Rodrigues* ou *Garrincha* de Ruy Castro. Fundam-se essas obras, como se destinam a um cenário brasileiro; quebram a circulação do imaginário das elites, sempre em atraso sobre os verdadeiros padrões de relevância, num país, ainda, de subjetividade prosélita, tardo na tomada de consciência. Subtraem, das regras sem o cânon, o panteão emergente; assentam-se sobre esse novo figurar-se interior em formação eruptiva, saído da defasagem crônica da nossa representação. Sua verdade não é restaurável pelas fontes nem se corrige por uma decantação, como quer a historiografia da modernidade e ainda da *École des Annales*.

Esses Austregésilos ou “Chateaus” – colhem um *epos* à flor nova de um tempo primeiro de reflexão, no enorme planisfério interior que se desprende do país reflexo e da leitura-aprendiz, do que ver e venerar.

Quando teremos, a nos purgar dessa cultura menor ainda, a obra sobre Vargas, no marco da riqueza das figuras ambíguas, ou múltiplas, por excelência, em que se fixa a charneira de um país já de muitos tempos sociais? De assincronias e evanescimentos; de perfis que saltam e capturam, só, numa primeira e muitas vezes fugacíssima rememoração?

Cícero participa da busca dessa pauta de referenciais, como a que nos deu em *O Século de um Liberal*, enquanto perdemos a transparência inocente de país da consciência ingênua, a que se referia Álvaro Vieira Pinto. Já são tempos de uma hermenêutica na vida do espírito, mais do que uma simples exegese nessa tarefa dos reconhecimentos coletivos que cumprem as academias, especificamente, à espera do nosso cânon.

Este Cícero devorado pela vigília, em tempos de transição de fato, não escaparia à *virtù* ou à contração do exercício *in vitro*, ou a seco, do romance. A concessão à trama ou à subjetividade não é incursão à socapa, mas, ainda, paráfrase do dizer de medula, do jornalista sem recreio. Pode enganar-nos até no que esperamos da peripécia, sem transformá-la pelo imaginário. Cícero, tanto em *O Diabo Chega ao Meio-dia* quanto no *Peixe de Amarna*, quer a proeza de um raconto, por definição, nada interior, rente ao fato lá fora e, nele, a recolher a história mesma nos lances opulentos dos nossos pródromos civilizatórios, ou de nossos mitos. As ditas novelas são também o relato da gênese do Dr. Fausto, como da empreitada suprema do monoteísmo egípcio de Akenaton.

Ambas as prosas parecem um policial ou um capa e espada, mas com a garantia das cartas marcadas para sua elucidação. O novo, em Cícero, está nessa transleitura que sugere, para além do jogo da simulação da aventura, de traços e vestígios, ou do interpolar-se no devaneio.

Cumpridos, sempre, são os fatos, no que credenciam os tempos transpostos do jornalista, sabedor dos interditos do romance, senhor das ameaças de seu dizer – que na obra maior do espírito – como o de fundação de um texto – só tem de fato uma *écriture sensible*, como nos lembrou Julia Kristeva. Talvez, em Cícero, a da composição sem trégua venha a ser a do cronista crescido dentro do jornal, nada pretextado como *divertissement*. É o novel acadêmico que nos dará, em semanas, *Um Dinossauro no Leblon*.

Seu contar amestra a intriga múltipla, mas a quer na virtuosidade das simples seriações paralelas – como insinuaria *O Diabo* – ou nos dípticos de vitral do *Peixe*. Fica à soleira dos tempos de arcano ou dos tempos de aventura. Mais ainda, exacerba-se no atalhar a interveniência de toda subjetividade no relato, na composição regimentada do eu do autor, no tentar revelar-se ou fazer da trama o só pretexto de um discurso enigma.

Opera-se, consumado, um exercício radical da destituição do narrador no autoanular-se, em que se executa em bem do jornalista. Convite a quem o lê é descobrir quando Cícero se solta, até, da paráfrase, e ainda, exímio, só como quem contrafaz. Resulta, justamente, quando a obra não implica a trama; expõe-na. Ambos os textos chegam a essa simulação da réplica, que Baudrillard apreciaria e a que Cícero guarnece de novo tropo. E o que acontece com a reciclagem ou o sutil deslocamento interior dos tipos mais crassos, explorando a sua zoeira na memória. Taras Bulba ou Karloff, ou o embaralhamento entre Charlotte Rampling, Edna Pourviance e Margareth Chapmann, na soleira do torpor, são exercícios da purga da complexidade de uma trama, pelo seu atafalhamento, pela superposição dos estereótipos agudamente recrutados da intriga policial. Ou do diorama de tempos históricos antológicos, como o do arranque do mito de Fausto em Staufen, ou da gesta abortada de Akenaton, na XVIII dinastia.

Estão todos expostos ao *film poursuit*, às vezes, em quase catatonia, a todas as sintaxes do melhor sonambulismo tecnológico, à escansão infinita da viagem aérea, ou do périplo em Saqqara, ou no Vale dos Reis, em Tebas. São exercícios da purga de uma subjetividade coletiva, na deformação do seu *imprint* óbvio, e instalação da diferença, e do rasgo da quase leitura.

O jornalista vê, afinal, o diáfano de tudo, ou o mundo dissolvido, de vez, no teatro do virtual, dos “não lugares”, das “salas de espera” dos aeroportos, dos *fingers* ou dos corredores contráteis, de espaço anulado, ou do dédalo do trânsito. Desse excessivo palácio de espelhos, em que preservou a sua mirada e sempre o compromisso do relevo e do alerta, da cutilada ética para o instante. A Academia recebe quem, pelo recado da *bouteille à la mer*, da garrafa a esmo na praia, encontrou o gerúndio da senha. Os *post-facios* dos dois relatos são idênticos no recado – com trinta anos de distância – de que sabem do verdadeiro continuativo da permanência: as histórias não terminaram jamais,

pois, enfim, o autor estava escrevendo, como quem sempre se reinaugura e entra nesta Casa.

Ela é vossa, Acadêmico Cícero Sandroni.

Discurso do
SR. MARCO MACIEL

e

Resposta do
SR. MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

*Sessão solene extraordinária do dia
03 de maio de 2004*

I

DISCURSO DO SR. MARCO MACIEL

Na imortal peça *Diálogo das Carmelitas*, o sempre lembrado escritor francês Georges Bernanos – tão ligado ao Brasil pelo tempo em que viveu no interior de Minas Gerais, durante a ocupação de seu país pelas tropas alemãs – fez a superiora do Convento dizer estas sábias palavras: “o que chamamos acaso talvez seja a lógica de Deus”.

Não tenho a pretensão de chegar ao extremo de considerar como intervenção divina o fato de haver sido pernambucano o primeiro ocupante da Cadeira que tem como patrono o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen. Nem tampouco igualmente ousar comparar-me ao também insigne historiador Manoel de Oliveira Lima. Nanja!

Impensável, todavia, negar a existência de um ufanismo pernambucano, que nada possui da retórica romântica desencadeada pelo Conde Afonso Celso em seu livro *Porque Me Ufano do Meu País*, publicado em 1900. Nosso ufanismo é muito mais antigo, surgido no século XVII com a expulsão dos holandeses, numa guerra planejada e realizada inteiramente à revelia da coroa portuguesa, disposta a negociar o Nordeste Brasileiro. Um dos livros básicos sobre o assunto – o do monge beneditino e meu ilustre conterrâneo Domingos do Loreto Couto – intitula-se significativamente *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Por isso, ao prefaciar o livro de Gilberto Freyre *Região e Tradição*, editado na década de quarenta, o saudoso romancista José Lins do

Rego escreveu que o povo pernambucano foi “capaz de expulsar os holandeses e fazer o carnaval mais alegre do mundo”.

No século XIX, os pernambucanos voltaram a lutar contra a opressão, dessa vez exercida pela própria metrópole, em duas “revoluções libertárias”, como as chamou o poeta Manuel Bandeira no poema “Evocação do Recife”. A guerra dos mascates, uma guerra de “afirmação nacionalista”, como observou Mário Melo, e as revoluções de 1817 e 1824 também suscitaram uma obra clássica de nossa historiografia: *Os Mártires Pernambucanos*, do Pe. Joaquim Dias Martins, somente publicada em 1854, mas escrita vários anos antes. Saliente-se, por oportuno, a insuspeição do autor, que era português. Temos, portanto, ali e acolá, razões de sobra para nos orgulhar de nossa pernambucanidade, palavra inventada pelo Mestre Gilberto Freyre para caracterizar o nativismo de Pernambuco, tão precisamente interpretado por Oliveira Lima.

Oliveira Lima tinha apenas 27 anos de idade e estava no início da carreira diplomática, quando publicou a primeira obra *Pernambuco, Seu Desenvolvimento Histórico*, justamente a respeito de sua amada província. Alguns autores se envergonham dos primeiros livros, por eles considerados “pecados da mocidade”. Não foi esse o caso de Oliveira Lima, em cujo livro de estreia já se revela o eminente e atilado pesquisador, que ultrapassou o mestre Varnhagen na apreciação crítica de nossa literatura colonial e em outros estudos literários – um deles sobre Machado de Assis –, na síntese de nossa formação histórica, na interpretação da cultura das nações em que serviu como diplomata – no Japão, nos Estados Unidos da América do Norte e na Argentina – e, especialmente, na monumental biografia *D. João VI no Brasil*. Como historiador, evitou a retórica dos antecessores, apresentando Pernambuco tanto no contexto brasileiro como no cenário internacional.

Senhor Presidente,

Ao cumprir o rito de entrada, passo a desfrutar da honra de sentar-me entre vós. Esta Casa desde seu nascimento mantém-se fiel aos elevados propósitos de guardar “a cultura da Língua e da Literatura Nacional”, conservar a tradição sem abandonar-se à rotina, viver imersa na história das transformações que se operam no Brasil e no mundo.

Expresso, por essas razões, a gratidão, testemunho pleno de minha consciência e cáldo sentimento de meu coração, pela generosa acolhida que me dispensastes, estimados acadêmicos, ao incorporar-me, de maneira tão desvanecedora, ao vosso convívio.

Exercitar esta comunhão, plenitude da vida, “é – como profetizava o poeta João Cabral – ir entre o que vive”, transformar coexistência em convivência, prática aliás aqui observada desde seus albores, entre aqueles que laboram nos mais variados territórios dos gêneros literários, inclusivamente, se não estou sendo heresiarca, o discurso parlamentar como manifestação cultural que em muitos casos realiza a interseção entre a forma literária e o conteúdo político.

Talvez este tenha sido o motivo de haver Joaquim Nabuco afirmado “nós não podemos matar no literato, no artista, o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor e com ela há forçosamente o político”, advertindo, porém, o autor de *Um Estadista do Império*, “para a política pertencer à Literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objetivo; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata”.

Espaço da palavra, aqui se exercita no perpassar de sua densa história a artesanania da liberdade, através da qual se busca entre o que separa aquilo que nos pode unir, porque se queremos viver juntos na divergência, que é princípio vital da democracia, estamos condenados ao entendimento, sob pena de transformar ideias antagônicas em soluções agônicas.

Apreciar a firmeza das convicções, mesmo quando não são as nossas convicções, pressupõe acreditar no poder das ideias que, antes de ser um empecilho, devem concorrer para melhorar o convívio humano.

É o que diz Norberto Bobbio, no prefácio de *Italia Civile*: “Aprendi a respeitar as ideias alheias, a deter-me diante do segredo de cada consciência, a compreender antes de discutir, a discutir antes de condenar”.

Como acontece nas Casas homólogas, nesta Academia a sucessão é ideográfica: não se estabelece vinculação entre patrono, antecessor e sucessor por gênero literário ou qualquer outro liame, seja por profissão, seja por pertencer a qualquer Estado de nossa Federação. Não existe, a qualquer título, cadeira cativa. João Neves da Fontoura, ao receber Aníbal Freire, frisou que a ABL “sempre se recusou a fazer distinções ou estabelecer categorias de dogma, que Renan denominou de ‘unidade da glória’”. Prossigo citando João Neves da Fontoura:

Como disse o maravilhoso estilista de *A Vida de Jesus*: “Vós considerais que o poeta, o orador, o filósofo, o sábio, o político, o homem que representa, em sua plenitude, a civilidade de uma nação, aquele que ostenta dignamente um desses nomes que são sinônimos de honra e de pátria, todos esses são confrades a trabalhar para uma obra comum...”

Constata-se, entretanto, com relação à Cadeira 39, algo que parece ser a exceção que confirma a regra. Desde seu primeiro provimento, a Cadeira ostenta uma característica comum, a de haver, a partir do Patrono Varnhagen, sido eleitos renomados historiadores, Oliveira Lima, Alberto de Faria, Rocha Pombo e Rodolfo Garcia, ou por acatados jornalistas, Elmano Cardim, Otto Lara Resende e Roberto Marinho.

Coube-me a dupla graça de ocupar a Cadeira cujo fundador é o meu contemporâneo Oliveira Lima e o último ocupante o ilustre jornalista Roberto Marinho.

Atribuo tão imerecido regalo à mão do Criador, para quem, já se disse “nada é coincidência, tudo é providência”.

Conquanto não tenha sido o primeiro a escrever sobre o Brasil – antes já o haviam feito, entre outros, Frei Vicente de Salvador, Southey, Pêro Gândavo –, ninguém pode negar a Francisco Varnhagen, Barão e Visconde de Porto Seguro, ter imprimido caráter à Cadeira 39 com o título de “pai da Historiografia Brasileira”, que lhe foi conferido por João Francisco Lisboa.

Partiu de Oliveira Lima a acertada indicação do nome de Varnhagen para padroeiro. O autor da *História Geral do Brasil*, de fato, foi, como afirma o proponente:

sem contestação o criador da história da pátria, se não em sínteses luminosas, pelo menos na comprovação essencial; é tão somente com respeito que devemos encarar essa figura saliente da nossa Literatura, posto sejamos forçados pela justiça a salpicar das reservas indispensáveis em todo estudo a nossa legítima admiração perante ela.

E prossegue:

O fato é que os fastos literários se não ufanam entre nós de um historiador parecido com qualquer dos espíritos superiores de cujos nomes fiz menção. Francisco Adolfo de Varnhagen foi por certo o mais notório e o mais merecedor dos estudiosos do passado brasileiro: foi um ardente investigador, um infatigável ressuscitador de crô-

nicas esquecidas nas bibliotecas e de documentos soterrados nos arquivos, um valioso corretor de falsidades e ilustrado colecionador de fatos.

Francisco Adolfo de Varnhagen, de origem germânica e educação portuguesa, nasceu em São Paulo; serviu como tenente de Artilharia no Exército de Portugal; E, talvez por estar em sintonia com seus homólogos brasileiros, que consideram como arma de fogos profundos, largos e poderosos, sua obra caracterizou-se pelo poder de seu pensamento, pela profundidade de sua pesquisa e pela larga riqueza documental.

Seu sentimento de nacionalidade se manifesta inclusive nos trabalhos que exitosamente realizou para descobrir, em Portugal, o túmulo de Pedro Álvares Cabral no Convento da Graça, em Santarém.

Diplomata, soube conciliar o exercício das missões no exterior, como o fez em Portugal e Inglaterra, com o ofício de historiador para aprofundar pesquisas e estudos do nosso passado em sua devoção pelo Brasil.

Aliás, com isso, Varnhagen objetivava, consoante suas palavras, transcritas no discurso de posse de Oliveira Lima nesta Casa:

formar e melhorar o espírito público nacional e foi sem tergiversações que desempenhou este papel de moralista, na acepção mais elevada da palavra, a saber, do historiador que faz servir a história de ensinamento para os seus contemporâneos, porque, como Varnhagen disse algures, ‘o presente não é mais do que a repetição do passado’.

A *qualité maîtresse* da Cadeira se mantém em seu fundador, com Oliveira Lima, acatado historiador, diplomata, professor, crítico literário, bibliófilo e jornalista, a quem já tive ensejo de referir-me.

Ao escrever *No Japão*, ao tempo que se encontrava em Tóquio, em fins do século XIX, com a missão de instalar a legação brasileira naquele país, Oliveira Lima demonstra uma atilada percepção a respeito do papel que a nação japonesa iria ocupar no mundo.

Colaborou em jornais de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo; e no campo político, foi republicano durante a Monarquia e monarquista após a proclamação da República, por divergir dos rumos que tomara o Movimento de 1889. Poder-se-ia classificar Oliveira Lima como dotado de “uma índole de controvérsia”, como se autodefiniu o acadêmico Assis Chateaubriand.

Sua obra mais importante é indubitavelmente a biografia *Dom João VI no Brasil*, por traçar-lhe um retrato fiel e um quadro preciso do Brasil do seu breve reinado.

Desiludido com a carreira diplomática, aposentou-se e foi morar nos Estados Unidos. Lá passou os últimos anos de sua vida, lecionou, legou sua biblioteca, acervo estimado em 40 mil volumes e outras artes, para a Universidade Católica da América, com sede em Washington. Em lápide de granito pernambucano, está inscrito o seu lacônico epitáfio: “Aqui jaz um amigo dos livros”.

SUCESSORES

Com a eleição de Alberto de Faria, a Cadeira 39 segue ocupada por historiador.

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, exerceu a profissão e foi também jornalista, produzindo artigos de natureza política inclusive, valendo destacar textos relativos ao candidato Arthur Bernardes à Presidência da República.

Sua principal obra, talvez por haver sido empresário, foi a biografia de Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, publicada em 1926.

Ao ingressar na Academia, expôs a sua satisfação em resgatar a memória de Mauá.

Coube-me — expressou em seu discurso de posse — a fortuna de poder reunir papéis que se perdiam, documentos que se consumiam, de reavivar tradições que iam desbotando, a tempo de fixar as linhas desse vulto extraordinário em estudo que eu mesmo espero completar e que outros hão de embelezar.

Recebido por Hélio Lobo, dele mereceu, sem ser encomiástico, o seguinte elogio a obra: “Em Mauá vistes bem o caráter e a ação, aquele direito em seu rumo, está obrando prodígios para época tão noviça.” Mais adiante, vem salientar o comovedor procedimento que Mauá teve ao ensejo de sua concordata: “Não conheço, na trama esplêndida, coisa mais bela do que a entrega de bens pessoais à concordata, numa renúncia total para salvação do que lhe importava acima de tudo, a honra.”

Além do trabalho sobre Mauá, Alberto de Faria publicou *Política Fluminense* e *A Questão do Banco Hipotecário do Brasil*, havendo pronunciado nesta Academia, a respeito de Rio Branco, palestra ainda hoje muito apreciada. No governo de Washington Luis, foi designado para o cargo de Embaixador do Brasil em Tóquio, não chegando contudo a assumi-lo.

...

José Francisco da Rocha Pombo, paranaense de Morretes, é autor da *História do Brasil*, sua obra mais importante. No Colégio Nóbrega do Recife, dirigido por jesuítas, onde estudei, era o livro frequentemente citado.

Rocha Pombo, nome pelo qual se tornou conhecido, exerceu atividades no Magistério, no Jornalismo e na Política, nesta como deputado provincial (correspondente hoje a estadual), pelo estado de seu nascimento.

Polígrafo, é autor de *História do Paraná*, *História de São Paulo* e *História do Rio Grande do Norte*. Escreveu *Nossa Pátria*, várias vezes reeditada, o *Dicionário de Sinônimos* e contos; além de um romance ou, para alguns críticos literários, novela, intitulada *No Hospício*, na vertente do Simbolismo.

Iniciou o movimento para instalação da Universidade Federal do Paraná nos fins do século XIX, que somente se tornou realidade com a República.

Eleito para a Academia Brasileira de Letras em março de 1933, antes de empossar-se, faleceu no Rio de Janeiro, e ora lhe presto a devida reverência da saudade.

Nascido em Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte, Rodolfo Garcia foi escolhido para a Cadeira 39 em 1934, após o desaparecimento de Rocha Pombo.

Diplomou-se bacharel pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, projetando-se como historiador, jornalista, professor e filólogo.

Hostilizado por Dantas Barreto, por críticas no *Diário de Pernambuco* ao seu governo, sob o pseudônimo de Sargento da Guarda, Rodolfo Garcia transferiu-se na segunda década do século XX para o Rio de Janeiro. Amigo de Capistrano de Abreu, com quem trabalhou na tarefa de anotar a 3.^a edição

da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, completou com denodo e esmero as *Efemérides Brasileiras*, de Rio Branco, então inconclusas.

Entre as suas principais obras, salientaria o *Dicionário de Brasileirismos*. Na introdução do trabalho, o autor opina lucidamente:

De importância incomparavelmente menor para a evolução glotológica do Português no Brasil foi o contingente prestado pelos idiomas africanos para aqui transportados com os escravos pelo tráfico negreiro. Ainda assim, a raça infeliz que foi o principal fator do nosso progresso econômico, até além de meados do século passado, contribuiu para a linguagem brasileira com um vasto acervo de vozes designativas de utensílios do serviço agrário, mineiro e doméstico, de várias espécies de iguarias, de plantas e animais, em uso constante na elocução familiar, chegando mesmo algumas a transpor os lindes da rusticidade para que se incorporem ao léxico literário.

Ao analisá-la, no discurso de posse na Academia, Elmano Cardim diz ser “um excelente esboço que revela a influência da explicação geográfica, tão em voga na época de sua formação mental e mostra, ainda, a decisiva autoridade de Varnhagen, o primeiro a frisar a necessidade do estudo das línguas indígenas”.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, diretor do Museu Histórico Nacional e da Biblioteca Nacional, apelidada, à época, de Academia garciana, em virtude das reuniões que informalmente promovia, para discussão de assuntos culturais.

Publicou inúmeros trabalhos, além dos referidos, tais como *Nomes de Aves em Língua Tupi*, *Notas a um Dicionário-Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, juntamente com Aprígio Garcia, seu irmão, e artigos em revistas sobre assuntos de sua especialidade.

Como notara Levi Carneiro, a eleição de Elmano Cardim interrompe a sequência de historiadores na Cadeira 39. Na sua oração de posse, o novo acadêmico, um jornalista, pontua que

o *fiat* da história está contido no subsídio cotidiano do jornal. O fato, alimento diário da imprensa, constitui, depurado das suas emoções a substância da História. Encadeado na sequência de suas relações, fixa-se nas cores prismáticas que marcam a tonalidade de um momento na transição do efêmero para o duradouro. Quando o historiador o encontra assim estratificado pelo tempo, tem ao seu dispor a matéria-prima para a interpretação de uma época ou para a determinação de um ciclo da evolução da humanidade.

Levi Carneiro, em seu discurso de saudação ao recebê-lo, discrepa desse entendimento: “Em certo sentido, a Imprensa e a História parecem-me quase antagônicas, de sentido e objetivos diversos”. E acrescenta ser o jornalista “antes, um protagonista, um personagem da História, participando dos episódios, influenciando neles”.

É de ressaltar que, além de jornalista, o seu novo ocupante agrega à memorialística pátria expressivas contribuições, como *Vidas Gloriosas*, *Graça Aranha e o Modernismo no Brasil*, *Joaquim Nabuco*, *Homem de Imprensa*, *Na Pauta da História*, *A Vida Jornalística de Rui Barbosa* e *Justiniano José da Rocha*, originada de conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração ao centenário de morte do periodista e homem público do Segundo Reinado. Para Elmano Cardim,

Justiniano José da Rocha teve, no período em que escreveu os seus jornais, uma indiscutível influência nos acontecimentos políticos que se desenrolaram no país. Com sua inteligência e sua cultura, servindo à causa de um partido, muito contribuiu para que na consciência nacional se consolidassem os princípios e postulados que haviam de assegurar à democracia brasileira uma continuidade que não sofreu com a mudança do regime em 1889, nem se alterou com as crises tantas vezes surgidas depois da vida republicana.

Natural de Valença, município do Rio de Janeiro, Cardim era advogado, tendo desempenhado cargos públicos no Arquivo Nacional e participado do *staff* de seis ministros de Estado de diferentes governos e do gabinete do Presidente Café Filho.

Reconhecido como figura de bom trato, a Elmano Cardim, segundo Abgar Renault, se encaixaria com perfeição o brocardo português: “Homem de uma só palavra, homem de um só parecer, antes de quebrar que de torcer.”

Otto Lara Resende, mineiro de São João del Rei, berço também do Presidente Tancredo Neves, nasceu, como se diz no dialeto da Engenharia Genética, com a profissão de jornalista em seu DNA. Seu pai, professor de

Português e autor de uma gramática da Língua Portuguesa, era jornalista e fundou *A Tribuna* em sua terra.

Jornalista a partir dos dezesseis anos, Otto lembra o Cardeal de Retz:

Há coisas impossíveis que só certos homens conseguem fazer; um jornal tem de ser obra deste gênero de homens – o animador, capaz de recrutar, congregar e motivar uma equipe de profissionais reunidos em torno de alguma coisa mais alta do que as mesquinhas vaidades e bem para lá das paupérrimas ambições materiais. O jornal tem alma; tem uma dimensão moral e cultural, por mais escondida que esteja na liça braçal de todo dia. “O jornal é um ser vivo. Age e reage como um ser vivo” – escrevia Edgar (da Mata Machado), no *O Diário de Belo Horizonte*, há quase indelévels quarenta anos.

Formou-se em Direito e desempenhou funções públicas no Brasil e no exterior, como adido cultural em Portugal e na Bélgica. Seu talento de escritor se revela no romance *O Braço Direito*, na novela *A Testemunha Silenciosa* e, de modo especial, no conto, com os livros *O Lado Humano*, *Boca do Inferno*, *A Cilada*, *As Pompas do Mundo*, entre outros, e, no campo da memória, *O Príncipe e o Sabiá* e outros *Perfis*.

Iniciou-se no Jornalismo através de Hélió Pellegrino. Genial frasista, mercê da riqueza estilística, juntamente com os amigos Pellegrino, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos, todos das Alterosas, que integrou “os quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse” – como se autodesignavam.

No Rio de Janeiro, trabalhou em importantes jornais (*Jornal do Brasil* e *O Globo*) e revistas (*Manchete* e *Fatos e Fotos*), fez Jornalismo Político e seus artigos, muitas vezes cáusticos, versavam sobre temas da atualidade.

Para Machado de Assis, as circunstâncias são também fadas madrinhas. Com efeito, elas ajudam a tecer o acaso com invisíveis sinais que permitem descobrir um *continuum*, isto é, uma linha comum, que exibe ao longo do tempo uma identidade entre Varnhagen e os sucessivos titulares da Cadeira 39. Malgrado as acentuadas diferenças entre as duas profissões, é cediço apontar uma certa simbiose entre historiadores e jornalistas, pois se parecem no registro dos fatos e na interpretação dos acontecimentos. O jornalista – aceitai a heterodoxia – em alguns casos seria o historiador com o verbo no tempo presente.

No caso desta Cadeira, acode-me ainda o fato de os jornalistas Elmano Cardim, retratando a figura de Justiniano José da Rocha; Otto Lara Resende, com *O Príncipe e o Sabiá*; e finalmente Roberto Marinho em *Uma Trajetória Liberal*, haverem feito incursões no terreno das memórias.

E, como elucidou André Maurois, toda biografia toca à história, pela reconstituição do momento em que se situa a vida da figura evocada.

Senhor presidente,

“O ato de escrever – afirmou com propriedade Adonias Filho – é o mais público de todos os atos”.

Isso me leva a destacar, na linhagem da Cadeira em que me invisto, outra ainda mais saliente característica comum. Pairando acima da formação intelectual dos seus ocupantes, desvela-se uma estirpe de homens públicos, porque todos atentos à *res publica*, *res populi*. Cícero, o romano, em obra seminal sobre o assunto (*De Republica* I, 25), foi o primeiro a conceituar o sentido de *res publica*, ao estabelecer que há de considerar-se povo “não como toda reunião de pessoas, de qualquer forma congregadas, mas um consórcio sob a égide do Direito, pelos interesses comuns almejados pelas sociedades”. Nicola Matteucci, no *Dicionário de Política*, comenta:

é uma palavra nova para exprimir um conceito que corresponde, na cultura grega, a uma das muitas acepções do termo *politeia*, acepção que se afasta totalmente da antiga e tradicional tipologia das formas de governo. Com efeito, *res publica* quer pôr em relevo a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum, a comunidade, enquanto que, quem fala de monarquia, aristocracia, democracia, realça o princípio de governo.

Cracia, isto é, poder, autoridade.

Na semântica dos nossos tempos, esta palavra encontrou atualidade em Rui, ao dizer: “A Pátria não é ninguém, são todos; cada qual tem no seu seio os mesmos direitos à ideia, à palavra, à associação”. República é assim a cidadania, a coisa do povo, o bem comum.

Inspirado num humanismo integral, o tomismo de Jacques Maritain agrega ao tema uma valiosa contribuição ao inocular no tecido da cidadania o conceito de valor, conferindo-lhe um conteúdo ético pela defesa da liberdade de consciência, sem desbordar no relativismo, e garantia da dignidade de toda pessoa humana.

É com essa concepção que se pode definir a política como ciência, virtude e arte do bem comum.

Tudo assim concorre, na minha opinião, para conferir, na estadística moderna, enquanto ciência de Estado, a condição de homem público a todos quantos, mesmo não havendo exercido função pública ou disputado mandato eletivo, se tenham empenhado no serviço do bem comum.

A vida pública, antes de ser uma profissão, é e deve ser uma atitude de vida a exigir não o diletantismo, mas, como propunha Nabuco, “o interesse vivo e palpitante no destino e na condição alheia”.

Em abono desse entendimento, recorro palestra de cunho autobiográfico de Afonso Arinos de Melo Franco, na Universidade de Brasília:

O homem público não é *apenas* (o grifo é nosso) o que participa da vida pública no sentido de atividade política. O homem público é o que exerce funções ligadas à coletividade, o que inclui o professor, o escritor, todas as formas de submissão da personalidade a um estilo coletivo.

Sem estar contaminado, imagino, pela “doença da admiração” que, segundo o historiador Thomas Macaulay, afeta os memorialistas ao biografar vultos, desejo, sem a pretensão de ineditismo ou de originalidade, destacar alguns aspectos essenciais da estuante vida de meu ilustre predecessor, Dr. Roberto Marinho.

Coerente com a observação anterior, insisto em vê-lo como um homem público inserido na gassetiana moldura das circunstâncias de nossos atribulados tempos. Enfim, um cidadão republicano que vive o século em parceria com o Brasil.

Teve no pai, e dentro da própria casa, o melhor dos paradigmas – na síntese lapidar de Josué Montello ao recebê-lo na Academia.

Irineu Marinho fundou em 1911 o jornal *A Noite*, que tinha sede no Largo da Carioca, de cujo Conselho Diretor se retira em 1924. Ano seguinte, lança, em duas edições diárias, o também vespertino *O Globo* – nome, ressalte-se, escolhido pelos cariocas no concurso “o batismo da simpatia popular”. Seu pai falece vinte e quatro dias após o início da circulação do jornal.

Roberto Marinho, revelando precoce maturidade, ao invés de assumir as funções de Diretor como filho mais velho, conforme apelo de sua mãe,

prefere elevar à chefia do jornal o Secretário de Redação Eurycles de Matos, que permaneceu no cargo cerca de cinco anos. Quando este faleceu, diz Franklin de Oliveira:

Roberto Marinho já tinha o domínio completo do fazer jornalístico. Chegava à redação às 4 horas da manhã e só a deixava à noite. Conhecia profundamente todos os segredos da profissão – do editorial ao flagrante de rua, da grande reportagem à notícia mais singela – além de dominar, com seu senso estético, a produção gráfica do jornal, da diagramação à tipografia.

A palavra *experiência* possui em latim a mesma raiz etimológica de perigo e de prova (por extensão), como explicam os autorizados Ernout-Meillet, em seu *Dicionário Etimológico da Língua Latina*. Desde muito cedo, pois, Roberto Marinho enfrentara riscos e desafiara incertezas e assim acumulara uma boa porção do saber feito, o que muito o ajudou a, *camonianamente*, entender essa estranha máquina que se chama mundo.

Sua conduta parecia inspirar-se na sabedoria de Fernando Pessoa, expressa através de seu heterônimo Ricardo Reis:

Para ser grande, sê inteiro, nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.

Dr. Roberto Marinho encarnava as três qualidades designadamente importantes, segundo Max Weber, para definir a personalidade do homem público: “sentido de responsabilidade”, “senso de proporção” e “paixão”. “Sentido de responsabilidade” manifestado ainda jovem no batente do jornal; “senso de proporção” por compatibilizar seus projetos com as aspirações nacionais; e, finalmente, “paixão”, concebida não como atitude interior que Jorge Simmel chamava de “excitação estéril”, senão como entrega total, integral, à causa que abraça. Paixão foi o que não faltou ao Dr. Roberto Marinho!

Cidadão múltiplo, abrigava várias pessoas em sua personalidade – o jornalista e o escritor, o empreendedor, o amante da Cultura e protetor da Natureza, o acadêmico e, por mais relevantes que sejam todos esses títulos, o

homem público, conquanto jamais haja diretamente desempenhado funções governamentais.

Visão e capacidade de trabalho, coragem e obstinação são qualidades ínsitas no metabolismo dos grandes líderes. Tal como um dodecaedro – figura geométrica de doze faces e que, simbolicamente, exprime uma síntese perfeita –, a tudo isso aliava Roberto Marinho sua excepcional vocação para conceber e executar projetos, simultaneamente e em diferentes áreas, a que se juntava um notável empenho em estabelecer enlaces com todos e cada um.

Possuía o dom – perdoai-me a expressão – de *conglobar*, a um só tempo, atividades e empreendimentos.

Mendès-France, primeiro-ministro da França, cerca de cinco décadas atrás, ponderou lapidarmente que “governar é escolher”. Essa regra de ouro pontuava a competência gerencial do Dr. Roberto.

O seu empreendedorismo revela talento na seleção dos projetos e sabedoria na escolha da equipe de auxiliares, recrutando-os segundo critérios de competência e sem indagar vinculação política, credo religioso ou convicção ideológica, mesmo nos períodos mais agudos de censura à imprensa. Ademais, delegava funções, mormente nas áreas caracterizadas por especializados conhecimentos técnicos, e abria espaço para o surgir de novos quadros, contribuindo para ampliar e qualificar o mercado de trabalho nesse setor estratégico das tecnologias do futuro, já incorporadas ao nosso tempo.

É de se observar que, ao longo de sua existência, Roberto Marinho foi um antecipador, ao valer-se dos recursos que o progresso tecnológico ensejava para expandir sua presença na área da comunicação social.

Por exemplo, ainda na década de quarenta do século passado e em plena Segunda Grande Guerra, Roberto Marinho inaugurava uma emissora de rádio, então o mais moderno veículo de difusão.

O mesmo ocorre na segunda metade do século XX: ingressa na *videoesfera*, obtendo em 1957 concessão para instalar uma emissora de televisão que vai ao ar em 1965, embrião da futura TV Globo. A seguir, constitui uma rede nacional e começa a exportar inicialmente produtos para a América Latina.

As Organizações Globo, então designadas por já incluírem jornal, rádio e televisão, partem para o setor de discos e, através de editoras, lançam livros e revistas especializadas – *Casa*, *Globo Rural*, *Galileu*, *Criativa*, entre outras, e, em 1998, *Época*, dirigida para assuntos de múltiplos interesses.

Novos veículos da mídia *gutenberguiana* passam a ser editados ou incorporados, como *Extra* e *Diário de São Paulo*, ambos de circulação regional; o jornal *Lance* para os desportistas; e o *Valor*, dedicado a assuntos econômicos e negócios, em sociedade com a empresa que edita a *Folha de S.Paulo*.

Permanentemente atento às inovações, transpõe o território das tecnologias analógicas para ingressar no mundo digital com a Globosat, programadora de TV por assinatura; a Net Brasil, multioperadora de TV por assinatura a cabo; Sky, TV por assinatura via satélite; e o lançamento do Globo.com, portal das Organizações Globo na Internet, entre vários outros empreendimentos.

É de se recordar que as suas empresas, ao saírem da *grafosfera* para a *vide-osfera*, ajudaram a integrar o País, até então um arquipélago, no qual não se conseguia falar ao telefone senão com dificuldade, e um telegrama demorava dias para chegar ao destinatário. Essa meta levou Dr. Roberto a dizer, no livro *Uma Trajetória Liberal*:

Somos um país de dimensões continentais, distribuído entre regiões distantes e distintas, ainda que indissolivelmente ligadas por uma quase milagrosa unidade nacional. A era eletrônica veio fortalecer e aprofundar essa unidade. Mais ou menos como em toda parte, o rádio e a televisão no Brasil são hoje onipresentes. Constituem um traço de união e contribuem, decisivamente, para a integração nacional.

E mais: a qualidade da equipe e dos equipamentos veio a permitir à sociedade brasileira desfrutar de comunicação social de primeiro mundo para todo mundo.

A Educação, questão ainda não resolvida no Brasil, o que somente poderá ser vencida geminando governo e sociedade, preencheu igualmente o universo das aspirações cívicas de Dr. Roberto Marinho. Citem-se, a propósito: a Fundação que ostenta o seu nome, entidade privada sem fins lucrativos, com o objetivo de atuar na área da educação, patrimônio cultural e meio ambiente; a Globotec (Sistema Globo de Tecnologia Educacional Ltda.), que produz vídeos educativos; o Telecurso 2º Grau e o Canal Futura, este dedicado 24 horas por dia exclusivamente ao campo da Educação. Isto sem adicionar as campanhas voltadas para a criança carente.

Seu interesse pela Cultura – quer erudita, quer popular – foi igualmente notável. Situei entre muitos que poderiam ser aqui feridos, um ponto que

contribuiu também para melhorar significativamente a nossa imagem no exterior: a Dramaturgia. Ninguém desconhece que as novas técnicas de espetáculo e o aparecimento do cinema e da TV foram fundamentais para a renovação da linguagem cênica e dramática. O espetáculo libertou-se do palco e transcendeu a ação linear.

O espaço que a TV Globo ofereceu ao autor, diretor, elenco, técnicos, enfim a todos nesse setor, foi fundamental. Processou-se uma revolução na telenovela brasileira, atingindo padrões de elevada qualidade, tanto de texto, quanto de imagem.

Essa calculada ousadia de Dr. Roberto Marinho fez brotar no Brasil uma nova dramaturgia, que encontrou seu ápice nos casos especiais e seriados. De mais a mais, as novelas, que chegaram a mais de cem países, deram enorme projeção ao Brasil.

Em visita oficial à China, representando o governo brasileiro, ouvi de professores e estudantes da Universidade Fudan comentários comovedores de nossa história que tomaram conhecimento através de novelas como “Escrava Isaura”.

Inferno ao solilóquio, Dr. Roberto sabia cultivar o diálogo, sempre presto para ouvir e somático no falar, pois, se “viver é a arte do encontro”, como versejou Vinicius de Moraes, nenhum projeto coletivo de largo espectro dispensa a parceria entre empresa, sociedade e governo.

Intuíra, também, que fazer o Brasil passageiro do cometa da globalização, ainda que assimétrica e insolidária, pressupunha posicionar suas empresas no exterior e ocupar nichos para competir mundo afora e assim levar a nossa mensagem aos quatro sóis.

A percepção que hoje se tem do Brasil é quantitativamente maior e sobretudo qualitativamente superior à de trinta anos atrás, mormente no plano cultural, onde se revelam a criatividade e o talento de uma nação multiétnica, diversa na sua unidade e rica na multiplicidade de suas manifestações artísticas. Isso tanto é mais importante por entendermos que os valores se alojam no território da Cultura e embora sejam permanentes não dispensam contínuo *aggiornamento*.

Participantes da virada de um milênio – e as datas inaugurais prestam-se a reflexões e até bizarros exercícios de futurologia –, experimentamos nos pró-dromos do século XXI o desconforto de uma grande aceleração histórica, a gerar interposição entre passado, presente e futuro.

Dr. Roberto Marinho não ficou com os olhos fixos no presente. Com as retinas do humanista, anteviu a necessidade de colaborar na preservação da nossa memória, especialmente “daquele passado que fica do que passou”, como dizia Tristão de Athayde. De igual modo, usou o periscópio para, em mar revolto, enxergar o futuro.

Devo também registrar o seu engajamento no intercâmbio com todos os países da América Meridional, que se espera venha a institucionalizar-se através de uma comunidade sul-americana de nações.

Em obra autobiográfica, De Gaulle tece considerações a respeito de uma “certa ideia da França” que constituíra a razão de ser de sua vida. Transladando, o mesmo se poderia aplicar a Roberto Marinho. Uma *certa ideia do Brasil* também o afligia. A pátria, com suas virtudes e vicissitudes, era tema recorrente em seus pronunciamentos e conversas. Não seria exagero admitir ter consumido grande parte do tempo nessas inquietações, o que afiança sua sensibilidade para a política, entendida como caminho para converter os sonhos possíveis em realidades tangíveis.

Otto Lara Resende, vide *O Príncipe e o Sabiá*, conta que Guimarães Rosa sugeria aos amigos: “não faça biscoitos, faça pirâmides”.

Preconizava o mestre de *Grande Sertão – Veredas* que o escritor devia concentrar-se, condensar-se, viver monacalmente para a sua grande obra, preparar-se longamente para ela e pôr-se ao trabalho sem hesitação ou fadiga. Roberto Marinho foi em toda sua existência um obstinado construtor de pirâmides.

Talento de empreendedor, perseverante e indene ao medo, consciente da imprescindibilidade de atingir metas colimadas, como afirmou Ortega y Gasset ao desenhar os traços biográficos de Mirabeau, “parecia saber-se dotado de alicerces subterrâneos, de invisíveis raízes que sustentam o gigantesco organismo de um grande político”.

Prova-o haver levado ao ar a TV Globo aos 61 anos, já na denominada *terceira idade*, tendo para esse fim hipotecado todos os seus bens, incluindo aí a própria casa do Cosme Velho.

Criou a Fundação Roberto Marinho aos 78 anos e até então – pasmai! – participou de concursos hípicas, deles só se afastando após uma queda da qual lhe resultaram costelas quebradas.

Aos 87 anos, casou-se com D. Lily, a quem tão apaixonadamente amou.

No mesmo ano, depois de incorporar emissoras de rádio em todo o País, criou, iniciativa sem precedentes, a CBN (Central Brasileira de Notícias). Aos 90 anos, inaugurou o Projac (Central Globo de Produção de Televisão) e, aos 93, começou a construir o maior parque gráfico da América Latina, concluído em 1999.

Como mais uma demonstração de sua vitalidade e flama – permiti-me aditar breve testemunho: ao completar 90 anos, foi Roberto Marinho homenageado por amigos em jantar oferecido por D. Lily, filhos, noras e netos. O encontro se prolongou até alta madrugada. Ao saber que pretendia participar dia seguinte do lançamento de livro de Vargas Llosa, em São Paulo, ofereceu-me uma carona, em seu avião. No retorno ao Rio de Janeiro, próximo da meia-noite, após haver ficado obviamente insone o dia anterior pelos festejos do aniversário, convidou-me a ir à redação de *O Globo*.

Entrou pela oficina, não surpreendendo seus funcionários, o que pareceu senão uma rotina, ao menos algo frequente, e entregou-me o exemplar da edição dominical que circularia horas depois. Restou-me, e também a Anna Maria, que acompanhava D. Lily, a convicção de que sua nonagenária juventude subsistia na permanente capacidade de haurir do dever o prazer e de, após um dia de labor, regressar à casa confortado por haver oferecido sua cotidiana porção de trabalho para melhorar o País.

Homem público não por opção, mas por sentimento de brasilidade, não sei se Roberto Marinho desperta mais admiração que simpatia. Porém, ninguém recusa identificá-lo como uma celebridade nacional, cujos dedos colocados construtivamente nos aros da História, desataram novos paradigmas e alargaram as fronteiras do processo de desenvolvimento sócio-político, econômico e cultural do País.

Senhor Presidente,

A Roberto Marinho, se pode aplicar a frase de Terêncio: “nada do que é humano me é estranho”. (*homo sum, humani nihil a me alienum puto*).

Gostava de ler, ir ao cinema, teatro e ópera. Em entrevista a José Mário Pereira, considerou que “a literatura é o retrato de um povo, de uma nação”. Machado de Assis, dizia ele, tanto no Romance, quanto na Crônica, documenta a

história do Brasil e do Rio de Janeiro. Lembrou que sua geração fora educada sob o signo da Literatura Francesa — Balzac, Anatole France, Flaubert. Apreciava Dickens, de modo particular *As Aventuras do Sr. Pickwick*, livro para ele “cheio de lances pitorescos e divertidos”, o que confirma possuir o romancista inglês, segundo seus biógrafos, poderes de hipnotizar leitores e ouvintes.

Deixou, além de rica biblioteca, mais de seiscentas telas, cuja coleção iniciou, ainda solteiro, constituída basicamente de artistas plásticos nacionais, inclusive do amigo Portinari, de quem frequentava o ateliê. “Gosto da Arte da Renascença, mas também admiro imensamente os modernos... Vejo muita criatividade na pintura brasileira de hoje”, afirmou.

Em depoimento no projeto Memória, da TV Globo, falou de suas preferências, especialmente na música erudita, e revelou satisfação de haver assistido a muitos concertos, mencionando óperas de Verdi, Rossini e Puccini, entre outras.

Esportista, lutou boxe na juventude e praticou, por quase toda a vida, o hipismo, além de participar de regatas, uma delas com Nelson Rodrigues, afora caça e mergulho submarinos.

Talássico, ensinou: “foi o mar que me deu uma das ricas experiências de vida: a de saber enfrentar os desafios com a firmeza dos fortes e a serenidade dos sábios”, do que se deduz comportar-se de acordo com a parêmia latina: “*fortiter in re, suaviter in modo*” — firme nos objetivos, e suave no trato.

Exerceu, por essas razões, um papel mais saliente na vida nacional do que muitos próceres políticos e líderes da comunidade.

Otimista, exalava confiança e ao seu nome se associava a certeza do sucesso. Aliás, “condenado ao êxito” era o título que escolhera para sua biografia, que não chegou a escrever. Dr. Roberto, portanto, se identificava plenamente com a alma nacional: o nosso povo, apesar de tantos padecimentos que o estigmatizam, tem como traço positivo de seu caráter algo singular no mundo: não se deixar dominar pelo sentimento de revolta ou abater-se pelo desânimo; não lhe falta humor, irreverente, nunca grosseiro, e jamais destila o fel do pessimismo. Por conseguinte, seu nome não sairá da consciência coletiva de nossa gente, nem será encoberto pelas névoas do esquecimento.

“A morte — sentenciou Rui Barbosa — não extingue: transforma; não aniquila: renova; não divorcia: aproxima”.

O sentimento que se tem, após sua morte, é o de que, quanto mais longe do seu desaparecimento, mais cresce sua exuberante figura, ornada pela sua obra.

De Roberto Marinho, se pode afirmar, repetindo Carlos Drummond de Andrade, in *A Rosa do Povo* (“Resíduo”):

De tudo ficou um pouco

[...]

Ficou um pouco de luz.

Luz para fazer memória de sua vida e, ao mesmo tempo, sinalizar em fulgurante rota a continuidade de sua obra.

A seus filhos – Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto –, que assumiram a missão, a um só tempo árdua e estimulante, sei que não faltará a nabuquiana “provisão de sol interior” para prosseguirem sua obra, sem pressa nem descanso, no pacto que tornaram público, em editorial em *O Globo*, dia seguinte a sua morte:

...com ele aprendemos a lição mais importante: a obra de Roberto Marinho partiu de um ideal dele, mas só pôde ser concretizada porque foi o resultado de uma aliança entre jornalistas, artistas, escritores, profissionais da Cultura e o povo brasileiro. Não somente preservar, mas ampliar essa obra é o nosso compromisso. E ela será ampliada, não apenas porque este é o nosso desejo, mas porque pretendemos manter intacta esta aliança que a originou. Esta é a nossa intenção, esta é a nossa determinação, este é o nosso compromisso.

Esta Casa pode gloriar-se, portanto, de haver admitido Roberto Marinho como um de seus preclaros confrades e, de modo particular, me vanglorio de sucedê-lo.

Senhor Presidente,

A Academia Brasileira de Letras, templo de preservação do idioma, promove o constante alevantamento da Literatura Nacional, zela pela memória de nossa Cultura e, se conosco estivesse, nestes tempos de globalização, Machado de Assis estaria agora regando, na última flor do Lácio, as raízes da nossa latinidade.

Getúlio Vargas, ao ser admitido nesta Instituição, considerou-a “uma espécie de judicatura mental do País, preparando uma atmosfera de interesse e de respeito pelas criações intelectuais, estimulando as vocações e facilitando-lhes o acesso às fontes de revigoramento e renovação espiritual”.

Aqui também já se rememorou, em outra oportunidade, haver Pellison, o primeiro historiador a ter assento na Academia Francesa, que nos serviu de inspiração, comparado seus membros a “operários a trabalharem na exaltação da França”.

Não tem sido outro o múnus deste Sodalício.

Tradição e criação – características de um povo –, esta a renovar aquela, marcam esta Academia, e aqui estou, consciente de que sem a participação de seus membros nada se construiria, mas também nada pervadiria o tempo sem a força da Instituição.

Mercê do idealismo de seus sucessivos dirigentes e integrantes, a ABL desenvolve inúmeras ações, algumas pouco conhecidas conquanto de enorme significação, na difusão do saber literário do País. Promove também o intercâmbio com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e povos de outras falas e culturas.

Agradeço haverdes designado o Acadêmico e Ministro Marcos Vilaça, amizade dos longes da minha infância abrasada com o selo da conterrânia, e a quem tanto admiro, para acolher-me nesta noite marcada pelo sotaque pernambucano.

Manifesto meu reconhecimento também aos conterrâneos que nesta Casa nos precederam, cujas memórias vivas agora recordo no Patrono Maciel Monteiro (médico, jornalista, diplomata, político, orador e poeta) e nos fundadores Joaquim Nabuco (político, diplomata, orador, poeta e memorialista), Oliveira Lima (historiador, escritor e diplomata), Medeiros e Albuquerque (jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista) e Silva Ramos (professor, filólogo e poeta), seguidos pelos acadêmicos Martins Júnior (jornalista, advogado, jurista, político, professor e poeta), Sousa Bandeira (advogado, professor, ensaísta e diplomata), Artur Orlando (advogado, jornalista, político, jurista, crítico literário e ensaísta), Dantas Barreto (historiador, marechal de exército, jornalista, romancista e teatrólogo), Antônio Austregésilo (médico, professor e ensaísta), Ademar Tavares (advogado, professor, jurista, magistrado e poeta), Olegário Mariano (poeta, político e diplomata), Celso Vieira (biógrafo, ensaísta e historiador), Múcio Leão (jornalista, poeta, contista, crítico, romancista, ensaísta e orador),

Barbosa Lima Sobrinho (advogado, jornalista, ensaísta, historiador, professor e político), Manuel Bandeira (professor, poeta, cronista, crítico e historiador literário), Antônio Carneiro Leão (educador, professor, administrador e ensaísta), Álvaro Lins (professor, jornalista, crítico literário, ensaísta e diplomata), João Cabral de Melo Neto (poeta, escritor e diplomata), Mauro Mota (jornalista, professor, poeta, cronista, ensaísta e memorialista), que ao longo da história contribuíram, como hoje o fazem Marcos Vilaça (advogado, professor, escritor, ensaísta e Ministro do Tribunal de Contas da União) e Evanildo Cavalcante Bechara (escritor, professor e filólogo), todos no evoluir da história, aureolando esta Casa.

Menção especial ao caruaruense Austregésilo de Athayde, jornalista, professor, orador, cronista e Delegado do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada na França em 1948, que aprovou a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, para a qual colaborou. A ele, o reconhecimento pelo longo e sobretudo fecundo exercício na Presidência desta Casa, em que serve de inspiração a seus pósteros.

Senhor Presidente,

A pátria começa no solo onde se nasce. O humano é um animal telúrico, e, por mais universal que seja a vocação de cada um, é no arrocho do berço que buscamos inspiração para agir e força na adversidade.

Perpassado de emoção — glória que jamais teriam sonhado os mais elevados devaneios de infância —, aqui estou num dos momentos mais fascinantes de minha vida, envergando o fardão, ostentando o colar e empunhando a espada. Mas não sem saudade, saudades muitas. De minha mãe, Carmen Sylvia, sempre presente na memória e no coração e de quem recebi total afeto e permanente estímulo. Dos idos no velho casarão do Colégio Nóbrega, onde menino comentava as vitórias do meu Santa Cruz, sob os apartes dos torcedores do Náutico e do Esporte; onde os jesuítas inculcaram, juntamente com meus pais, formação intelectual e sólida fé cristã.

Saudades dos tempos dos bancos universitários da tradicional Faculdade de Direito, a Casa de Tobias Barreto, o fundador da Escola do Recife e especialmente da minha turma de 1963, cujo Patrono, o Papa João

XXIII, na encíclica *Pacem in terris*, afirmou: “A paz será uma palavra vazia de sentido se não se fundar na ordem: ordem fundada na verdade, constituída na justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade”. Ao lado dos estudos, recorro toda uma geração dos tempos da política estudantil no Diretório Acadêmico, no DCE da Universidade Federal, na UEP e, em menor escala, na UNE.

Depois de breve exercício do Magistério, a vida pública, mais pública do que vida, à qual me consagrei integralmente, como a um sacerdócio.

A Política sem o desconfiar, o meu endereçamento futuro, era o ar que respirava em casa, haurindo lições probas e lúcidas de meu pai, José do Rego Maciel, das quais ainda venturoso desfruto.

Alegro-me parafrasear Norberto Bobbio: considero-me um homem de sorte. Sorte pela família na qual nasci. Sorte pela família que Anna Maria e eu construímos, mais méritos de minha mulher do que meus. Sorte pelos professores que tive, pelos amigos que tenho e também por ter nascido no Recife, tesouro dos meus sonhos. Sorte por esses anos aos quais chego, limado pelo tempo, mas plenamente motivado para exercitar a convivibilidade acadêmica.

Por fim, aprendi que não se pode – porque não se deve – refugir ao destino.

Fata viam invenient – o destino encontrará seu caminho –, dizia Virgílio em sua *Eneida*. Não se trata de fatalismo ateu, nem politeísmo, pois esclareceu Santo Agostinho, em *De Civitate Dei*, que o destino coincide substancialmente com a vontade do próprio Deus.

Espero, finalmente, nesta Casa continuar honrando as tradições de Pernambuco, que irrigou com o sangue de heróis e mártires as virtudes cívicas de nossa gente. Tenho, por isso, orgulho de ser parte desta herança que legamos ao Brasil e a ela tenho buscado ser fiel, pois, para mim, como reza o hino de nosso Estado, Pernambuco é “um sol a brilhar no infinito”.

II

RESPOSTA DO SR. MARCOS VINICIOS VILAÇA

“Eis uma pessoa quase sobrenatural... não podia defini-lo melhor já que se move e fala constantemente. E monstruosamente alto e magro... um ar cavaleiresco de D. Quixote, qualquer coisa de apostólico... sempre transbordante de vida e sempre a contar histórias interessantes...”

Dá para pensar ser um desenho de Marco Maciel, mas não é. Trata-se de Bernard Shaw, visto por Bertold Brecht.

Depois de Brecht, Mano Vargas Llosa principia *A Guerra do Fim do Mundo*, a saga de Canudos, com esta frase: “O homem era alto e tão magro que parecia sempre de perfil.”

Não parece Marco Maciel?

É que Marco Maciel é magro como relíquia de sacrário. Magro e alto.

O novo acadêmico chega à Academia Brasileira de Letras, alto e magro, mas não de perfil. Entra de frente, sob o pátio de valores fundamentais à convivência em nossa Casa: brasilidade, serviços à Cultura, produção intelectual, honradez irretocável, grande vida de político.

Ressalto, desde logo, a sua vertente de político, recordando Carnelutti, uma das leituras indispensáveis dos nossos tempos da Faculdade de Direito, que disse assim: “Admiro os políticos porque escolheram como profissão conviver com gente.”

Não causaria nenhum mal se este fosse o seu único título. Aqui, nunca deixamos de ter a grande cota de políticos. Todos, como no seu caso, de densa vida dedicada às Letras.

A Política é a sua vocação. Jorge Semprun conta que na admissão aos horrores de Bunchenwald indagava-se da profissão, mas profissão no sentido burocrático de produzir algo material para o campo de concentração. Quando disse: “Sou filósofo”, a reação foi brava. Isto não é profissão, rebateu a voz de censura. Retrucou Semprun: “Pode não ser profissão, mas é vocação.”

No caso de Marco Maciel, poderia proclamar em nosso pórtico compromissos com a vida pública como a sua grande vocação. Seria bem aceito. A Academia não é política mas não é apolítica, nem politófoba. Esta Instituição estaria desinteressada dela própria se estivesse desinteressada do destino da Pátria. A Academia é um espaço de liberdade e convívio. E de solidariedade. Tanto que, passada a eleição, queimadas as cédulas, todos se proclamam eleitos por unanimidade. É da tradição. Dizemo-lo alto e bom som.

Aqui, só se fala baixinho quando a gente escreve. Aí sim, a gente fala baixinho.

Como a modéstia é título que lhe cai muito bem, sinta-se confortável. Deste ambão, não toleramos exibicionismos, mas estimamos testemunhos de humildade, naquela mesma moldura doutrinada na Sétima Regra de S. Bento, que ouvimos dos monges, nos serros libertários da nossa Olinda, Olindíssima.

Se há cidades orais, Lisboa, do fado; Buenos Aires, do tango; o Rio, do samba; o Recife e Olinda são do frevo. Ao lado dessas oralidades musicais, nós sempre ouvimos ali a oralidade cívica das ideias libertárias.

Senhoras, senhores,

Grande entre nós, ninguém. Grande é a Academia.

Gosto de contar e vou contar novamente.

Quando esse suave e convergente homem público, esse poeta que parece vem sendo superado pelo romancista e pelo cronista, nosso José Sarney foi eleito para a Academia, teve o cuidado, neto carinhoso, de avisar ao avô, lá nas lonjuras maranhenses. O velho chamou o fogueteiro e deu-lhe ordem: solte

uma dúzia de rojões. Juntou gente à porta, naquela ruazinha da cidade de Pinheiro, a indagar:

“Seu Assuero, que comemoração é essa?”

E ele:

“Meu neto José foi eleito para a Academia.”

E todo mundo:

“O que é que é Academia?”

Assuero ensinou:

“Não sei. Só sei que é coisa grande.”

Está explicado. Só a Academia é grande.

Reconheço no confrade hoje empossado o apetite preferencial pela ação pública, até mesmo porque do outro apetite não há nada a se registrar. Esta não é uma gloriola. Procede alardear-lhe vitórias, tenacidade, noites indormidas, auxiliares exaustos e desnutridos, modernidade no jeito de administrar, propostas bem maturadas. Tudo misturado adequadamente.

Bergson lembra que o intelectual na Política realiza-se em homem completo, aliando o pensamento à ação, e Max Weber, como o próprio Marco Maciel acabou de lembrar, arremata que a Política exige paixão, senso de responsabilidade e senso de proporção. Bergson e Weber sobram em Marco Maciel.

A leitura dos discursos, conferências e livros que nos oferece mostra a sua superfície e o seu símbolo, a ética.

Marco Aurélio de Alcântara, há poucos dias, aplicava-lhe, com propriedade, o conceito do ensaísta português Luís Bliroco, constante de livro recentíssimo: “Política não se faz sem pessoas, mas as pessoas de nada valem em Política se não se batem por ideias.”

Com isto, não quero dizer que Marco Maciel descarte o pragmático. Isto, nunca.

São clássicos dois bordões das suas conversas: “Quem tem prazo não tem pressa”; “Fique atento, pode acontecer tudo, inclusive nada”.

Com tiradas desse tipo, o novo acadêmico alinha-se a Machado de Assis. O Bruxo sentenciou: “O imprevisto é espécie de Deus avulso que pode ser voto decisivo na assembleia dos acontecimentos.”

Luís Octavio Cavalcanti observa o modo perdulário com que Marco Maciel gasta silêncio, sem deixar de ser um crente na alquimia da conversa. Integra, entre os pernambucanos a cota dos moderados na Política, porque também temos os de pavio curto. Ou mesmo, sem pavio.

Ele é como que a versão moderna do Marquês de Olinda, para quem Câmara Cascudo reservava essa observação: “Araújo Lima não acelera, não retrograda, mas também não para.” Por isso, o estilo de Marco Maciel não tem nada de *Opus Dei* e tudo de “*opus by day and by night*”.

Por outro lado, a tradição pernambucana é a dos intelectuais engajados na Política, de que Nabuco é o exemplo básico. Como Nabuco, Marco Maciel chega à Academia sem trazer da Política nenhuma decepção, nenhum amargor, nenhum ressentimento.

K. Mehnert, numa verdadeira contramão, argumenta que o intelectual nunca deveria meter-se em política, já que lhe faltam senso de oportunidade e capacidade de tomar decisões.

Bobbio diz diferente: “Na medida em que se faz político, o intelectual trai a Cultura; na medida em que se recusa a fazer-se político, inutiliza-a. Ou traidor ou inutilizador.”

Gustavo Krause apreendeu muito bem o pensamento de Bobbio de superação do dilema, pois o que há nisto é distinção e integração recíproca, portadora de uma força não-política, uma força moral, sobre a qual repousa a missão política do homem de cultura.

O intelectual é espectador ativo da cena cultural, consequentemente apto a perceber que o ato público abrange raio muito mais amplo do que o ato meramente intelectual.

A convivência da Política com a atividade do intelectual splende nesta Casa. Machado de Assis afirmou: “Na Academia (a Política) é o sentimento mais ativo de todos e a ABL, graças ao seu quociente de mortos, jamais foi uma academia morta. Os abençoados mortos deram-lhe a mais preciosa das vidas – a vida eleitoral.”

A Política concedeu a Marco Maciel, assim como a muitos dos nossos confrades, a boa oportunidade de ouvir o povo, conhecer-lhe as agruras, acumular experiências. Esse cabedal apresenta-se nos seus textos onde o político não apenas reclama direitos, mas assume responsabilidades.

Ao se sentar neste cadeiral, José Sarney perguntou: “A ação política não é, em grande parte, tanto a que se diz e a que se cala, como a que se ouve e a que se guarda; a que se imagina ter sido silenciada como principalmente a que se cumpre?”

Foi muito bom que Marco Maciel buscasse a nossa companhia. Era natural que o escritor, o professor universitário, o conferencista, o pensador, conhecesse saudações de chegada em mais uma academia, pois já as ouviu ao ser introduzido na Academia Pernambucana de Letras. Naquela ocasião, escutou de um confrade este prognóstico: “Foi natural que integre a Academia, a Pernambucana. Isto, por enquanto.” Pois bem, o “por enquanto” acabou. Marco Maciel chegou à Academia Brasileira.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Muito aprecio a postura que tomou, em particular ao tempo de Ministro da Educação, na defesa da ideia de interar Educação e Cultura. São palavras suas: “A Educação é uma verdadeira interiorização da razão. Nela se conjugam admiravelmente os valores da tradição e do progresso, visto que por ser capaz de receber a herança dos seus antepassados, de compreendê-la e assimilá-la, é que o homem se capacita a melhorá-la e desenvolvê-la.” E mais adiante, no mesmo livro *Educação e Liberalismo*, endossa a visão da Cultura não apenas como conceito amplo, mas de abrangência, onde consideram-se tanto os bens móveis e imóveis plenos de valor histórico e artístico, quanto os bens de produção cultural. Desde então, torna-se possível partir para uma política de desenvolvimento do fazer cultural de uma gente.

Na Humanidade, cabe a cada um o dever de transmitir aos vindouros aquilo que recebeu dos antepassados – e aperfeiçoá-lo. É o tempo trúbio.

Marco Maciel acredita na Cultura como fonte de criatividade, dinamizadora da sociedade moderna, reordenadora dessa sociedade no sentido, inclusive da superação de crises. É o passado funcionando como ponto de referência e não como algo a ser repetido.

O futuro, creio, fica desdobrado em três momentos: o futuro passado, aquele que, imaginado, não aconteceu; o futuro presente, o que hoje vem sendo concebido para o amanhã; o futuro futuro, aquele que ainda não forma-

tamos. Para enfrentar esse futuro, uma senda está aberta; se não a seguirmos, ninguém esperará por este “país do futuro”: a senda do conhecimento.

Esse conhecimento é a Educação galgada degrau por degrau. Exames de admissão, cursos, aprovação, medindo conhecimento. Pode ser atingido, como atualmente é proposto, também com o auxílio de discriminação positiva, passo na luta pelos direitos universais de cidadania. No entanto, como adverte Ralf Dahrendorf, sem que se torne um princípio permanente, a fim de escapar de três dúvidas.

A primeira: não haverá risco de uma espécie de injustiça invertida pela qual os tradicionalmente privilegiados se tornem os novos subprivilegiados?

A segunda: será a representação igualitária a todos os níveis realmente aquilo que todos os grupos querem ou precisam?

A última dúvida: a discriminação positiva, em alguns casos, não estaria a produzir um novo tipo de segmentação rígida que destrói a própria sociedade civil que pretende criar?

Octavio Ianni, logo quem, em entrevista já hoje clássica ao nosso confrade Alfredo Bosi, foi categórico ao dizer: “Em vez de enfrentarmos o problema na raiz – melhorando as condições sociais de brancos e negros de diferentes níveis sociais – se estabelece a cota.”

Bem, eis aí um tema para reflexão e futura avaliação do novo acadêmico, no âmbito da Educação, uma das suas maiores dedicações.

Senhoras, senhores,

Nas academias, é lição de Alceu de Amoroso Lima, são de duas ordens as funções – de tradição, de manutenção do que ficou de bom e merece preservação; e de criação, de renovação da Cultura.

O Brasil precisa investir na Cultura e carece dos que se dediquem a ela.

Para tanto, a Academia conta com a sua participação. Não lhe faltam as qualificações, e não foram escassos os sofrimentos em desafios superados. Regue as nossas raízes. Carlos Castello Branco, prefaciando-lhe *Ideias Liberais e a Realidade Brasileira*, louva sua compreensão de Cultura integrada à Educação, que vem muito do que aprendemos em nossa terra.

Quem nasce em Pernambuco nasce no meio da história brasileira. A nossa pernambucanidade tem espírito de província, sem provincianismo e sem melancolias. Resulta da assimilação cultural que só nos faz levar à coexistência. E a História tanto avança pelo movimento dos vivos como acontece sobre o pó dos mortos.

Já disse a prócer da República que veio ironizar a suposta mania de grandeza dos pernambucanos, ao repetir aqueles refrões de “Pernambuco falando para o mundo”, “O Capibaribe e o Beberibe se juntam para formar o oceano Atlântico”, que não temos a tal “mania de grandeza”. E um equívoco. O que temos é grandeza mesmo.

Os pedágios que a vida pública nos obriga a pagar, o caso de Frei Caneca é um deles, pagamo-los, como gosta de falar Josué Montello, deixando pelo caminho pedaços de indulgência.

Aconteceu-nos o exílio do estômago, somos pobres, mas não nos toca o desterro do espírito.

Marco Maciel, em coerência, vem expressando essas ideias uniformemente, desde os tempos, bons tempos, de aluno dos jesuítas no Colégio Nóbrega. Continuou na Faculdade de Direito, nas associações estudantis de âmbito estadual e federal, no cargo de Secretário de Estado, na Assembleia Legislativa, na bancada e na Presidência da Câmara dos Deputados, nos Ministérios da Educação e da Casa Civil, no Senado Federal, no Governo do Estado, na Vice-Presidência da República, nas organizações internacionais em representação do Brasil, nas campanhas políticas, em múltiplas tribunas, na cátedra de Direito Internacional Público.

É um coerente. É um discreto, mas sem o pecado da omissão. E tenham certeza de que continua a espionar o que ainda lhe reserva o tempo, sem pressa e sem descanso.

Marco Maciel é teimoso. Não parece, mas é. Só que a sua teimosia é de utilidade pública.

Uma das coerências da obra escrita de Marco Maciel é o reconhecimento ao que aprendeu em Gilberto Freyre. É raro texto seu em que não haja pinçado uma lição gilbertiana.

Por isso, incomoda-nos tanto, a ele e a mim – no meio século de amizade que a cada dia fortalecemos, nos modos diferentes de como somos em tanta coisa – certas críticas feitas a Freyre de modo nada feliz.

Eduardo Portella, nosso confrade, mestre, mestríssimo, a esse propósito escreveu recentemente, com a precisão que lhe é tão própria, o seguinte:

As operações hermenêuticas (de Gilberto Freyre) puderam contar com o aval e o apoio do escritor, do imaginoso da linguagem. A prosa, a vida, calorosa, colorida, oxigenavam o seu desconcertante conjunto interpretativo. A ociosa separação entre o escritor e o pensador sofreu aqui os seus primeiros abalos. Na verdade ela sempre decorreu de uma insuficiência crítica – a que consiste em retirar o pensamento da linguagem, ignorando a sua parceria constitutiva.

E segue:

Já é hora de retirar as interpretações de Freyre, pensador ostensivamente relacional, das velhas e cansadas dicotomias... o forte de Gilberto Freyre são as correlações, as trocas não apenas materiais porém imateriais, as infiltrações e os intercâmbios simbólicos, as jornadas do desejo, todas essas instâncias da alteridade que permaneciam escondidas ou emudecidas. Ou antes de tudo permaneciam proibidas pela moral prescritiva e inabilitadas pela nossa ciência social monodisciplinar... Gilberto contribuiu para desmitificar as crenças epistemológicas das ciências sociais monodisciplinares. O que acontece é que elas jamais foram capazes de acompanhar a pluralidade das diferentes intervenções. Se Freyre fosse um sociólogo puro e duro jamais teria dado conta da diversidade brasileira, porque o sociologismo acadêmico tem se distinguido por irresistível inapetência diante do outro, do não idêntico.

IDEÁRIO MACIELISTA

De todos os seus textos editados e ofertados à leitura da nossa gente, em *Democracia e Brasilidade*, encontro o melhor cariz do seu ideário. Do plano democrático, guardo expressivas sentenças:

Não podemos pensar em democracia se não tivermos uma sociedade partícipe. Não podemos ter uma sociedade de excluídos. Dar o voto ao analfabeto é importante, mas não lhe assegura o direito à cidadania.

Ou,

[...] a atividade política é uma atividade dialógica, é uma atividade que pressupõe a discussão para que cheguemos à solução dos problemas.

E ainda:

Não seremos uma Nação justa, equilibrada e solidária, enquanto o direito à vida, à Educação, à saúde, ao trabalho e à Cultura não forem assegurados a todos os brasileiros.

Como que, para exemplificar o comportamento a adotar em nosso Plenário:

Devo também dizer que sempre tive presente — isso para mim é uma regra de conduta — que conviver não é concordar. Podemos e devemos conviver bem sem que isso signifique necessariamente concordâncias.

Do seu sentimento do arrocho pernambucano, sem queda da expressão da brasilidade:

O sacrifício supremo de Frei Caneca há de estar sempre presente na consciência nacional, como exemplo da dedicação pernambucana à causa da nacionalidade e das ideias liberais.

Ou esta outra declaração:

[...] perguntaram a Carlos Drummond: Por que você não volta a Itabira? Ele disse: porque nunca saí de lá. Com isso, Drummond queria dizer que tinha dentro dele uma alma telúrica; que estava preso à sua terra, à sua gente.

É difícil selecionar as sentenças no plano geral da Política, mas não evito reproduzir algumas.

O Liberalismo que defendo é o Liberalismo social, que nada tem a ver como estilo de vida com o *laissez-faire*, *laissez-passer*.

E prossegue:

Não prego o Estado mínimo, nem acredito que a “mão invisível do mercado” seja capaz de regular com eficiência os conflitos sociais. Acredito, como Popper, que o importante em Política não é saber quem deve governar, mas sim que parcelas de

nossa liberdade devemos ceder no governo. Liberalismo é humanismo, anterior a qualquer ideologia.

Ou essa confissão do modo de idealizar e agir:

Deve o político – como aprendi com o Pe. Lebrez – procurar andar mais depressa que os acontecimentos, ver com antecipação a realidade e agir prontamente sobre a causa dos problemas.

Das valiosas e numerosas publicações sobre a questão educacional, observo o prazer intelectual com que parece resumir tudo o que ansiou doutrinar e fazer, nesta constante citação de H.G. Wells:

A civilização é uma corrida entre a Educação e a catástrofe.

Mais duas assertivas, estas, reveladoras da fé e do espírito de família. A primeira:

Repito com Isaías, todo ser humano é como erva, e toda a sua glória como flor do campo. A erva seca, a flor fenece e somente a palavra de Deus permanece.

A segunda:

[...] meu pai, para mim, é modelo de homem público e de quem aprendi, desde muito cedo, lições do civismo.

JORNALISMO

A Cadeira que lhe confiamos, Acadêmico Marco Maciel, tem um forte acento jornalístico, como bem ressaltou no seu discurso. Dá chances para revelar companheirismo com o brasileiro singular a quem sucede.

Roberto Marinho, muito moço, tornou-se homem de jornal. Marco Maciel, a mesma coisa. Com graduação, é muito óbvio, diferente, contudo igual na percepção do papel enlaçador do Jornalismo, sob o ponto de vista econômico, social e cultural. Enquanto um assumiu *O Globo*, o outro, aos 14 anos, em abril de 1955, faz quase 50 anos, colaborava em *O Tic Tac*, com cir-

culação entre colegas, no entorno da Rua Afonso Pena, onde morava. Lema do jornalzinho, datilografado e rodado em mimeógrafo: “O jornal que não diz o que pensa porque não pensa o que diz.”

À moda Roberto Marinho, chega à direção. Foi eleito presidente. Obteve 14 votos; e o adversário, Adilson Codeceira, 13. A primeira eleição, a única delas, difícil. Muda o lema do jornal para: “O jornal que diz o que pensa porque pensa o que diz.” Muito próprio dele. Como Roberto Marinho, torna clara a orientação do jornal, agrega ilustrações e *charges*, proíbe personalismo no noticiário, sobretudo porque o leitor percebeu que o nome do novo Presidente não consta mais nos anúncios do curso de halterofilismo. Como acabou de fazer Marco Maciel, lembro que Roberto Marinho não foi só do hipismo. Também foi boxeador.

O *Tic Tac* disputa leitores com jornais de bairros recifenses: *Pataco Taco*, *Ziz-Zag*, *Raio* e outros mais.

Adiante, outro jornal é cria sua, *A Voz do Grêmio*, dos alunos do Colégio Nóbrega, com estatuto, política de comunicação a cumprir, eleição de diretoria, tudo aquilo tanto do seu gosto.

Mais à frente, dirige revistas acadêmicas e de partidos políticos.

Nos dias de hoje, seu comparecimento de articulista nos grandes jornais do país tem frequência, tem leitor, tem respeitabilidade e se afina com uma certa coincidência nos mais recentes ocupantes da Cadeira 39. Digo coincidência, pois exclusivismos do tipo naturalidade, profissão predominante, não existem na seleção de nossos pares. Seria improcedente alegação dessa natureza.

Aqui não há capitâneas hereditárias.

Aqui não há Cadeira de jornalista, de teatrólogo, de gaúcho, de baiano, de sacerdote, de parente, de militar, como observa em seu discurso o novo confrade.

Há Cadeiras para intelectuais merecedores, desejosos da convivência, sabedores de que quem importa é a Academia e não o transitório passageiro das glórias de Machado. Eu, e falo exclusivamente por mim, também não me apetece ter na confraria gente complicada, anticonvivial, arestosa.

Quando voto, seleciono num vestibular para as letras e noutro para a convivência. Não há distrato no contrato entre “imortais”.

O seu caso, Acadêmico Marco Maciel, é do acadêmicoíta inteiramente academiável, como Roberto Marinho, por quem todos na Casa tinham respeito e admiração.

Pessoalmente, nunca achei jeito de, entre todos os confrades, tratar a dois deles, a não ser por doutor. Dr. Barbosa Lima e Dr. Roberto.

Muito já se disse daquele nosso confrade, e o seu elogio máximo acabamos de ouvir. Mas não sonego o desejo de dar-lhe o meu juízo, apenas em duas de suas tantas vertentes.

Roberto Marinho não confundiu Arte e Educação com entretenimento. Distinguia-os. Roberto Marinho reagiu às censuras. Não aceitou espartilho econômico imposto às manifestações artísticas, a partir do comando pessoal para que se respeitassem as identidades culturais e se promovesse a interação Educação e Cultura.

Roberto Marinho sabia que a integridade humana também depende da imaginação, da criação, do espetáculo das emoções, do espetáculo da vida.

Roberto Marinho tinha a percepção de que a gente não pode ver sozinho. Certo dia, fui ao seu gabinete. Queria porque queria ele que Parati entrasse na lista dos bens reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. O processo dependia de passar por mim, Secretário Federal da Cultura. Na oportunidade, não havia condições técnicas. Fui lá dar-lhe um drible de corpo. Coisa difícil. Creiam, consegui. E ainda não éramos confrades, nem amigos, simples conhecidos.

Começou, como fazia com os visitantes, a mostrar, da grande janela envidraçada do escritório no Jardim Botânico, uma das mais espetaculares vistas desse nosso tão espetacular Rio de Janeiro.

Lembrei-me do poeta uruguaio que, chegando ao Rio, foi ao Corcovado num finalzinho de tarde. O sol descendo, as luzes começando a acender lá por baixo, pelas praias, ruas, morros, casinhas, edifícios e mansões. Encantou-se. Ao lado, uma criança. Chamou a brasileira e lhe disse:

– Venha ver comigo. Ajude os meus olhos. Eles precisam ver isto. Sozinhos, é impossível. É a beleza.

Roberto Marinho gostou do que ouviu. Disse, cerimonioso e categórico:

– Dr. Marcos, vou reunir os filhos, para juntos vermos o Rio. É verdade. É preciso juntar as retinas.

Roberto Marinho valorizava o ver junto. Queria os olhos dos filhos para ajudá-lo a ver, aqueles filhos que o ajudaram, aprenderam com ele e hoje, de forma salutar e competentes, fazem por ele, em nome dele.

Outra coisa: os amigos mais próximos habituaram-se, nas reuniões sociais, nos encontros históricos e de bom gosto no Cosme Velho, entre uma conversa e outra, ouvi-lo a repetir o bordão do coração:

“Cadê Lily?”

O “Cadê Lily” era a voz interior, ostensivamente de bem-querer, de partilha, de segurança, de opção feita em diversos tempos e numa só e definitiva consagração.

D. Lily precisava estar perto, a fim de ajudá-lo a escutar. Pareceu-me a cena em que Shakespeare põe Marco Antônio, com César aos braços, bradando no discurso estupendo:

“Amigos, romanos, emprestem-me os seus ouvidos.”

D. Lily, Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto continuam ouvindo e vendo por Roberto Marinho.

HOMEM DE FÉ

Acadêmico Marco Maciel,

Já se foi o tempo em que a folhagem do arvoredo da Rua Afonso Pena e as mangueiras do pátio do Colégio Nóbrega abanavam o tempo, que fluía macio para a nossa juventude.

Oscar Wilde garantia que a tragédia da velhice é que continuamos jovens. Sessentões, na descendente da parábola já estamos nos longes da saudade. A sua expressão da saudade deve ter dado um jeito de estar aqui, acolitada por Gisela, Christiana, João Maurício, seus genros, seus netos, ao comando de Anna Maria. A minha expressão de saudade também deve estar por aqui. Ele foi seu xará e muito seu amigo. Admirava-o.

Mia Couto, nosso confrade e grande escritor moçambicano, escreveu que um morto amado nunca para de morrer. No meu coração, há um gemido do inacabado. É a saudade do filho. O seu coração também geme. E a saudade da D. Carmen.

Sorte nossa é que o frescor das emoções desta noite suplanta o nosso envelhecimento físico, convive com as saudades e nos lança ao desafio de roer o tempo, em atitude de paciência e persistência.

Nesta fase da vida, não podendo dar maus exemplos, damos conselhos.

Marco Maciel tem visível e praticante acento eclesialístico. Sua convicção religiosa é exemplar. A formação, uma apoteose cristocêntrica de serenidade e conhecimento. Apreciam-na de congregados marianos a incréus.

Desconfio que se houvesse escolhido o sacerdócio, hoje o saudaria assim:

D. Marco Antonio, Cardeal Maciel.

Imagino, só por provocação, o brilho nos Concílios, as articulações nos corredores do Vaticano, o contributo espiritual à redação das Encíclicas, a oportunidade do solidéu e a impossibilidade da tonsura, o séquito de mitríferos, baculíferos e turibulários, tudo encimado pelo exemplo das virtudes teológicas.

Mas foi bom que Deus o tenha destinado para ser pai de família, grande pai de família. Foi muito bom!

Em verdade, em verdade a todos digo que fascina a sua postura de católico. A sua Igreja é a da mão estendida, a do amor. Não posso, jamais, imaginá-lo em atitudes de intolerância, de má vontade, afastando fiéis, sem compreender sentimentos de jovens, desatento aos motivos dos mais velhos, marginalizando sonhos familiares de sadia construção, ignorante dos serviços prestados por membro da comunidade, encharcado de preconceitos, confundindo arte com lascívia, como certos mentecaptos que, trepados em autoridade eclesialística, são contra museus de arte sacra, dizendo que lugar de imagem é nos altares.

A sua Igreja tem *éclat*. Não é a distorção da Igreja. Não atemoriza, não estimula diáspora, não escurece, não separa.

Cedo, Marco Maciel tornou-se notoriedade sem restrições. Tem dignidade exemplar, na sua modelagem de discrição e modéstia.

Mas como identificar o balizamento da conduta de Marco Maciel sem os pais, D. Carmen e Dr. Maciel, e a mulher Anna Maria, a admirável Anna Maria?

Heine estava certo ao reconhecer que o escritor, em casa, precisa contar com o silêncio da companhia. O político também, digo eu. Não só do silêncio mas da palavra que, não o quebrando, ajude na hora polêmica; que, não o violando, seja a confiança ante ameaça de tropeços.

E Anna Maria nunca faltou.

E o pai, o quase centenário e tão lúcido Dr. Maciel?

O filho mesmo pode explicar, como neste texto:

E no seu exemplo (do pai), aprendi a identificá-la (a Política) como uma síntese de desprendimento e coragem, conhecimento e ação, de ousadia e prudência, de inteligência, discernimento e responsabilidade.

Já da D. Carmen quero contar cena que mantenho na mente e que faz parte daquela conversa do coração de mãe, a desfibrar fibra por fibra.

Era época de vestibular para a Faculdade de Direito. Muita queima de pestana. Madrugadas de olho aberto. Alegrias adiadas. A casa repleta de colegas para estudos em grupo, desatentos à alimentação e concentrados nos livros. Ele fugindo de D. Carmen. Ela implora, sem sucesso, que tome, pelo menos, um copo de leite. Vencida, desabafa:

Quando passar o vestibular, vou tomar conta da alimentação deste menino.

Ao que parece, o vestibular continua...

Acadêmico Marco Maciel,

O seu discurso é um ato de fé, aquela operária de todas as vitórias. A fé, o povo, o sol das praças são imagens da sua fala.

O Brasil confia, ainda que dessangrado, despossuído, nos seus filhos, nos seus líderes. Se já não temos heróis, pelo menos que nos protejam os líderes, no esforço de olhar para os humildes destinos dos que deslizam em nosso derredor.

Bernard Shaw dizia que só temos tempo bastante para pensar no futuro quando já não há futuro em que pensar.

Então, cuidemos. Não consintamos que a oportunidade vá fluindo lentamente como o tempo dos meninos. Há que vigiar o amanhecer. É preciso buscar novas alvoradas. Poentes não tem intimidade com o futuro. Sonhemos. O sonho é o olho do futuro.

Senhor Presidente, confrades,
Família Maciel, família Marinho,

Senhoras, senhores,
Dileto Confrade Marco Maciel,

Vida que segue.
Para Vinicius de Moraes, em pessimismo:

Tem dias que eu fico
Pensando na vida
E sinceramente não vejo saída
Pois é: a vida tem sempre razão
Pois é: a vida é que está com razão.

Para João Cabral, igualmente lúcido:

Sei que traçar no papel
é mais fácil que na vida
Sei que o mundo jamais é
a página pura e passiva
O mundo não é uma folha
de papel, receptiva
Mas o sol me deu a ideia
de um mundo claro algum dia.

Já para Drummond, em conformismo:

Êta vida besta, meu Deus.

Vou terminar. Mas só o faço juntando o futebol, que nos une e nos separa. Eu sou do Náutico. Ele, do Santa Cruz. Falamos de futebol todo o tempo e juntos gostamos de recordar, rindo do seu tom apaixonado, a frase excessiva de Albert Camus: “Tudo o que sei sobre a moral, o comportamento e as obrigações do homem, eu devo ao futebol.”

Olavo, zagueiro do Olaria, aqui do Rio de Janeiro, na década de 1960, ainda que de um time perdedor, só enxergava otimismo. É dele a frase:

“Tudo *fazeremo* pela vitória.”

Eu, me segurando nos comigos de mim, sugiro ao Acadêmico Marco Maciel: siga o Olavo.

Discurso do
SR. ANTONIO CARLOS SECCHIN

e

Resposta do
SR. IVAN JUNQUEIRA

*Sessão solene extraordinária do dia
06 de agosto de 2004*

I

DISCURSO DO SR. ANTONIO CARLOS SECCHIN

A interminável música

Como os poetas que já cantaram,
e que ninguém mais escuta,
eu sou também a sombra vaga
de alguma interminável música.

Cecília Meireles

Agradeço a todos os membros da Academia Brasileira de Letras que me honraram com seu voto, possibilitando que eu acesse a esta Casa para nela ocupar a cadeira de número 19. Agradeço também àqueles que, manifestando outra opção no pleito do dia 3 de junho, igualmente contribuíram para cancelar os procedimentos regimentais das sucessões acadêmicas.

A cadeira 19 figura entre as poucas a jamais haverem sido ocupadas por um escritor preponderantemente voltado à ficção ou à poesia. Não obstante, fui buscar a epígrafe deste discurso num poema de Cecília Meireles, ganhadora póstuma do Prêmio Machado de Assis, da ABL, em 1965. Versos que, se

de um lado, com resignado lamento, parecem confinar os escritores à contingência de uma “sombra vaga” “que ninguém mais escuta”, por outro nos alçam à condição de elos necessários a “alguma interminável música”. Ainda que não alocados no pódio de solistas, participamos de um concerto para muitas vozes – e talvez seja esta uma das mais nobres missões da Academia: convocar à vida os nossos mortos, despertar contra o esquecimento as palavras represadas no sono dos livros, fazê-las fluir para que venham integrar-se à “interminável música” da literatura.

O Fundador da cadeira I9 foi Alcindo Guanabara, que escolheu como Patrono Joaquim Caetano da Silva. D. Silvério Gomes Pimenta ocupou a vaga de Guanabara e foi sucedido por Gustavo Barroso. A Gustavo Barroso, seguiu-se Antônio da Silva Melo, substituído por Américo Jacobina Lacombe. O sucessor de Lacombe foi Marcos Almir Madeira.

Cada um desses nomes se relacionou de modo bastante peculiar com o universo das letras, dificultando uma pretensão de todo novo acadêmico: a de lastrear um fio condutor que o destino porventura houvesse tramado para enlaçar com alguma coerência pessoas e obras de natureza tão díspar. Ainda assim, examinando a bibliografia do patrono e a do derradeiro ocupante, e tentando aproximar essas extremidades cronológicas da cadeira, pude constatar entre Joaquim Caetano e Marcos Almir ao menos uma clara convergência, sobre a qual falarei no final do discurso.

Duas vias se franqueiam a quem estude a produção dos acadêmicos: uma, abastecida em fontes primárias, na prospecção direta de suas biobibliografias; outra, que não exclui a anterior, baseada no conhecimento dessas vidas e obras já no âmbito da própria dinâmica sucessória, ou seja: nas análises que os novos titulares foram consecutivamente formulando a propósito dos membros que os precederam. Além de se marcarem como ritual de passagem, os discursos revelam não só os valores pelos quais um acadêmico é acolhido, mas também a releitura que o recém-ingresso opera do legado cultural de sua cadeira. Nessa operação, podem ocorrer deslocamentos de hierarquias e de prioridades. O que hoje se minimiza na avaliação de um escritor talvez seja exatamente o aspecto que amanhã nele mais se releve. Passaremos a ler, portanto, um outro autor, que, do antigo conserva o nome, mas é dele diverso ou até antagônico. Por existirem camadas potenciais de sentido na obra literária,

cada época irá trazer à tona aquelas que mais lhe digam respeito, como espelho em que verá impressa a sua própria face.

A escolha dos intelectuais que compuseram o primeiro conjunto acadêmico, como observou Joaquim Nabuco, efetuou-se através de um amplo consenso interpares, e não mediante candidaturas avulsas; tal processo de constituição, seguramente, ainda terá sido preferível ao estabelecimento da imortalidade por meio de ato do Executivo. Igualmente pelo livre arbítrio do quadro inicial de membros, procedeu-se à indicação dos patronos, recrutados entre escritores mortos e, em boa proporção, de reconhecido mérito. Desse modo, os fundadores, antes de serem, eles próprios, sucedidos no fluxo do tempo, desfrutaram da rara oportunidade, num viés quase borgiano, de gerar quem lhes antecedeu. Os patronos forneceram séculos de passado a uma Academia com meses de vida.

Nem patronos nem fundadores foram alvo de saudação acadêmica individualizada. Assim, uma sessão que comportasse o elogio do antigo ocupante só poderia forçosamente ocorrer quando da primeira substituição de um fundador, celebrada em 30 de novembro de 1898. O eleito, João Ribeiro, assumiu a vaga de Luís Guimarães Júnior e foi recebido por José Veríssimo. Naquela noite, inaugurou-se a cerimônia das orações de posse e resposta, desencadeando-se o protocolo discursivo que até hoje vigora, reiterado nas 181 recepções subsequentes à admissão de Ribeiro.

Da herança de Joaquim Caetano da Silva, Patrono da Cadeira 19, quase nada se encontra à disposição do leitor de hoje. Sua única imagem corrente, acessível na página eletrônica da Academia, revela um homem de ar austero, em tudo consoante ao retrato que faríamos de um fiel e probo funcionário do Segundo Reinado. Nasceu em Cerrito (atual Jaguarão), Rio Grande do Sul, em 2 de setembro de 1810. Dos 16 aos 27 anos, morou na França, onde se graduou em Medicina. Retornando ao Brasil em 1838, foi professor de Português, Retórica e Grego do Colégio de D. Pedro II. No ano seguinte, já se tornaria reitor da instituição, tendo nela implementado, em 1841, uma pioneira reforma curricular, com ênfase na área das humanidades.

Especialista em Geografia, disciplina que elevou à categoria de ciência na grade do ensino colegial, Joaquim leu em 1851, diante do imperador Pedro II, uma “Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa”. No mesmo ano, ingressou na carreira diplomática, como encarregado de negócios

na Holanda. Em 1853, na cidade de Haia, participou das tratativas dos limites brasileiros com Suriname. É de 1861 sua obra principal, redigida em francês: *L'Oyapoc et l'Amazonie*, onde retoma e aprofunda, num alentado estudo com mais de um milhar de páginas, as argumentações da “Memória” de dez anos antes. Em 1900, o Barão do Rio Branco, apoiado nos subsídios de Caetano da Silva, terminaria por obter, num foro internacional, a vitória que selaria em definitivo o conflito de nossas fronteiras com a Guiana Francesa.

Na condição de inspetor geral de Instrução Pública, Joaquim Caetano criticou, num relatório de 1863, a qualidade do ensino brasileiro, denunciando que “o aparato era grande, grande era também a despesa e o resultado pequenino”. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Entre 1869 e 1873, dirigiu o Arquivo Nacional, então denominado Arquivo Público do Império. Faleceu em Niterói, no dia 28 de fevereiro de 1873. Seus restos mortais, no entanto, não repousam em solo fluminense, no cemitério de Maróí, Niterói, onde Caetano foi sepultado. Encontram-se na Fortaleza de São José de Macapá, numa urna abrigada pelo Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva – justa reverência àquele que ajudou a incorporar ao território brasileiro uma zona litigiosa, hoje parte integrante do estado do Amapá. A gratidão do Brasil para com o geógrafo e diplomata materializou-se ainda num decreto do Executivo, de 15 de junho de 1959, pelo qual foi concedido crédito de 15 milhões de cruzeiros para a Comissão do Monumento a Joaquim Caetano da Silva, a ser erigido em Macapá. Seu nome foi atribuído a uma avenida no centro do Oiapoque e, no berço gaúcho, a uma Sociedade Cultural. Parodiando o clichê, podemos dizer que as homenagens a Caetano se estendem do Oiapoque ao... Jaguarão. Mas é forçoso constatar que o importante papel por ele desempenhado nas áreas da educação e da diplomacia permanece insuficientemente reconhecido. A razão para isso talvez consista no fato de que o mármore, o cimento e o bronze não são os melhores materiais para imortalizar um escritor. O grande monumento que se pode erguer à sua memória é de natureza mais modesta e frágil, sustenta-se na palma da mão. Esse monumento, que em sua precariedade física se sobrepõe a todos os outros, se chama livro. E o maior tributo que se presta a um autor consiste em repô-lo sem cessar na vida, através das reedições que o fazem perpetuamente contemporâneo de novos leitores.

Ao contrário do Patrono, discreto funcionário na órbita do poder imperial, Alcindo Guanabara, nascido em Guapimirim, Magé, estado do Rio, em 19 de julho de 1865, destacou-se como jornalista imerso com desassombro nas grandes questões nacionais, por ele retratadas de forma candente e partidária. O risco de um tal procedimento reside no fato de que, pela ausência de salvaguarda crítica, o ímpeto ao partidarismo compulsório pode induzir-nos a embarcar na plataforma errada. Guanabara, declarando-se hostil à abolição da escravatura, acabaria tomando o trem no sentido oposto ao da História. Certa inconstância na escolha da plataforma, aliás, parece marcar a trajetória desse nosso publicista, fornecendo-nos a imagem de um indivíduo versátil, antes propenso a transigências eventuais do que propriamente defensor de convicções arraigadas. A fama de tal flexibilização de valores remonta, provavelmente, ao famoso episódio em que Alcindo, instado, às vésperas da Semana Santa, a escrever editorial sobre Jesus, teria arguido: “A favor ou contra?”. Não sendo, talvez, verdadeira, a anedota propagou-se, por verossímil. Em prol de Guanabara, circulou a atenuante de que não formulara a pergunta movido pela cobiça de propina vultosa em caso de ataque à figura divina, e sim pelo desejo de evitar atritos com José Carlos Rodrigues, proprietário do jornal e seguidor do protestantismo anabatista.

Antes de abraçar o jornalismo, Alcindo deixou inconclusa a Faculdade de Medicina. Trabalhou como inspetor no Asilo dos Menores Desvalidos e como faxineiro na *Gazeta da Tarde*, de José de Patrocínio, onde travou contato com Raul Pompeia e Luís Murat. Num dia em que a redação estava em greve, redigiu sozinho todas as matérias do jornal, conquistando no mesmo passo a admiração de Patrocínio e um emprego na folha. Defendeu com vigor a causa abolicionista, mudando de opinião aos 22 anos, quando, após romper relações com José do Patrocínio, passou a dirigir a folha escravagista *Novidades*. Em artigo estampado dois dias após a promulgação da Lei Áurea, justificava seu ponto de vista, argumentando que a extinção da escravatura desencadearia uma incontrollável convulsão social:

Nós gastamos boa parte da nossa atividade fazendo sentir que a abolição radical devia trazer consequências funestíssimas ao país; e agora que ela está feita pela pior das maneiras, seremos talvez o único jornalista que assim pensa! mas pensamos que essas consequências serão inevitáveis e fatais.

Posteriormente, sem ambiguidades, engajou-se na causa republicana, trabalhando no *Jornal do Commercio* e no *Correio do Povo*. Deputado na Constituinte, reelegeu-se em 1894, na segunda legislatura republicana. Três anos depois, seu nome, bem como os de José Veríssimo e José do Patrocínio, constaria de um documento em apoio a Cuba, no turbulento período em que o país caribenho lutava pela consolidação de sua independência. Ainda em 1897, Alcindo, opondo-se a Prudente de Moraes, recebeu a pena de confinamento na ilha de Fernando de Noronha, de onde saiu graças a *habeas corpus* impetrado por Rui Barbosa. Guanabara persistiu na oposição com o jornal *A Tribuna*, fundado em 1898. Transformou-se em voz situacionista na presidência de Campos Salles (1899-1902), quando criou *A Nação* e colaborou em *O Dia*. Ocupou o cargo de redator-chefe de *O País*, até 1905. Fundou *A Imprensa*, onde liderou a campanha por Pinheiro Machado. Eleito para o Senado, morreu no dia 20 de agosto de 1918, alguns meses após o início da legislatura.

A relação (não exaustiva) de tantos títulos de periódicos em que Alcindo Guanabara atuou fornece um pouco da dimensão superlativa de sua figura no meio jornalístico do país. Para melhor lhe dimensionarmos a importância, basta dizer que na *História da Imprensa no Brasil*, de 1967, Nelson Werneck Sodré, num impressionante índice onomástico, arrola nada menos do que 1940 nomes; desses, apenas 13 são citados 20 ou mais vezes; Alcindo Guanabara é um deles. Foi, aliás, precisamente em louvor ao poder da imprensa que Alcindo escreveu uma de suas mais vibrantes páginas, publicada em *O País*, de 3 de novembro de 1904:

É graças a ela [imprensa] que o pensamento se liberta, que o espírito humano se emancipa de preconceitos/.../, que a prepotência dogmática se atenua e que o livre exame surge, como alicerce e fundamento de uma nova moral social/.../. O panfleto, clandestino e anônimo, é ainda uma arma de rebelião; o jornal só vive numa atmosfera de liberdade.

Estampava a manchete do jornal *A Razão*, no dia seguinte à morte de Alcindo: “Uma perda insubstituível no nosso patrimônio moral. O falecimento do maior dos jornalistas brasileiros”. A matéria detalhava:

é sobretudo como jornalista que o nome de Alcindo Guanabara se perpetuará na nossa história. A sua pena maravilhosa representava, por si mesma, o próprio jornal, porque produzia tudo de quanto ele precisasse, desde o artigo de fundo até ao noticiário de polícia.

Curiosamente, nem *A Razão*, nem *A Notícia*, tampouco o *Jornal do Commercio* sublinharam o fato de Guanabara ter pertencido aos quadros da Academia Brasileira de Letras, preferindo reverenciá-lo como um grande jornalista subtraído pelas lides políticas e lamentando que a atividade parlamentar houvesse, já há alguns anos, abafado o escritor em prol do deputado. Alcindo Guanabara tornou-se nome de colégio estadual, de rua e já o foi de sua cidade natal, que voltou a chamar-se Guapimirim.

A produção de Alcindo encontra-se resgatada, ainda que parcialmente, graças a uma iniciativa do Senado Federal, que republicou em 2002 – um século após a edição original – o livro *A Presidência Campos Salles*. Apesar de Guanabara proclamar-se, orgulhosamente, jornalista, é inegável que se sobreleva uma dimensão literária, no sentido estrito, em alguns textos de sua lavra, a exemplo da conferência “A Dor”, pronunciada em 1905. As conferências sobre temas abstratos ou genéricos, aliás, estiveram em grande voga no início do século XX. Vários membros da Academia aderiram à atividade, que, ao que consta, era bem remunerada e visava sobretudo ao público feminino. Citemos, entre as contribuições mais destacadas, as de Olavo Bilac, com as *Conferências Literárias*, de 1906; de Medeiros e Albuquerque, cujos *Pontos de Vista* vieram a lume em 1913; e de Coelho Neto, autor de *Falando*, de 1919.

Alcindo Guanabara proferiu o elogio fúnebre de Machado de Assis na Câmara, em 1908. De seu elogio póstumo e acadêmico, incumbiu-se o sucessor, Arcebispo D. Silvério Gomes Pimenta, empossado em 28 de maio de 1920. Se Guanabara já fora controverso em vida, continuou a sê-lo em morte. A recepção a D. Silvério ficou a cargo de um desafeto do falecido jornalista: o escritor Carlos de Laet, monarquista e católico. D. Silvério, elegantemente, realçara as qualidades do antecessor e ainda tentara localizar, em seus escritos, declarações ou indícios que lhe contradissem a arraigada fama de ateu. Mas Laet, polemista de verbo afiado e verve ferina, insinuou, com demolidora ironia, tratar-se de um curioso caso de conversão religiosa *post-mortem* e, omitindo o nome de Alcindo, destilou toda a causticidade do famigerado episódio do “a favor ou contra Jesus Cristo”.

D. Silvério, nascido em Congonhas do Campo em 12 de janeiro de 1840, tornou-se não apenas o primeiro prelado a ingressar na Academia, mas também, em 1890, o primeiro sacerdote consagrado bispo na vigência do regime republicano. Negro, de família humílima, órfão de pai aos 4 anos, foi

caixeiro e sapateiro. Estudou graciosamente em escolas religiosas. Aos 16 anos, já ministrava aulas de Latim; algum tempo depois, dedicou-se igualmente ao magistério de Filosofia e História Universal. Na docência do Latim, teve entre seus alunos Augusto de Lima, futuro membro da Academia Brasileira de Letras.

Na bibliografia que deixou, destaca-se, de 1876, a *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana e Conde da Conceição*. D. Antônio ordenara Silvério Gomes Pimenta na cidade de Sabará, em 1862, e seria um de seus antecessores no bispado de Mariana. Em 1906, o papa Pio X elevou a diocese da cidade à categoria de arquidiocese. D. Silvério, à época o nono bispo de Mariana, transformou-se, assim, no seu primeiro arcebispo. Sua obra, cujo padrão estilístico é comparado ao de Fr. Luís de Sousa, não foi contemplada com reedições e tornou-se de difícil acesso, quer em alfarrabistas, quer em bibliotecas públicas ou particulares. Todavia, a devoção ao arcebispo foi bastante para perpetuar-lhe a memória numa cidade mineira, a antiga Saúde, situada na Zona da Mata e que desde 17 de dezembro de 1938 se denomina D. Silvério. Outro registro a não se negligenciar é o da viagem que, em 1919, Mário de Andrade realizou a Mariana. Além de protagonizar um célebre encontro com Alphonsus de Guimaraens (poeta que, certamente, merecia ter figurado entre os membros da A.B.L.), Mário também visitou o arcebispo.

Menos de 24 meses ocupou D. Silvério a cadeira 19. Falecendo em 30 de agosto de 1922, foi sucedido em 7 de maio de 1923 por Gustavo Barroso, de 34 anos. Apesar de jovem, Barroso já se havia candidatado à Academia em diversas ocasiões. Sua vitória na quarta tentativa, além de premiar-lhe o tenaz temperamento, representou o reconhecimento acadêmico a uma trajetória inegavelmente precoce e operosa.

Nascido em Fortaleza, no dia 29 de dezembro de 1888, bacharelou-se em Direito no Rio de Janeiro em 1911. A partir de então, e até 1913, foi colaborador do *Jornal do Commercio*. Aos 23 anos, estreou em livro com *Terra do Sol*, que versa sobre paisagens e costumes do sertão cearense. Nesta que, para muitos, é sua melhor obra, assinou-se “João do Norte”.

Ainda está por ser feito um levantamento que dê conta dos inúmeros “Joões” (e alguns “Josés”) sob os quais, nas primeiras décadas do século XX, se ocultavam os verdadeiros nomes dos autores. Houve pseudônimos para todos os gostos e regiões: João do Rio, de Minas, do Sul; João das Regras e João dos Gatos. O português João Grave, que escrevera *Gente Pobre – Cenas da Vida Rural*,

mereceu do brasileiro José da Costa Sampaio, autor de *Gente Rica – Cenas da Vida Paulistana*, uma dedicatória que se tornou antológica pelo fato de Sampaio tê-la subscrito com seu nome literário: “A João Grave, oferece José Agudo”.

Antes do ingresso na Academia, Barroso atuou, sucessiva ou simultaneamente, como professor da Escola de Menores; secretário do Interior e da Justiça do Ceará; redator da revista *Fon-Fon*; deputado federal pelo Ceará. Além disso, no que se constitui talvez em seu maior legado, foi o idealizador do Museu Histórico Nacional, que dirigiu (com pequenas interrupções) desde a fundação, em 1922, até falecer, no dia 3 de dezembro de 1959.

Ao assumir a cadeira I9, já havia publicado cerca de 15 livros, e seu intenso ritmo de produção o fez atingir, em 1959, a espantosa cifra de 128 títulos. Gustavo Barroso foi um polígrafo, na plena acepção do termo: escreveu romances, contos, poemas, ensaios, biografias, memorialismo, lexicografia, textos sobre folclore, museologia, história e política. Sua faceta política, decerto, é a mais polêmica, em decorrência do antissemitismo que dela transpira. Na década de 1930, foi ostensiva a participação de Barroso na ação integralista, onde se situava como o segundo nome do movimento, abaixo apenas do líder Plínio Salgado. Várias obras do período, da autoria de Barroso, concorreram para a divulgação e a apologia da doutrina. Na biografia elaborada por seu sucessor acadêmico, Antônio da Silva Melo, ressalta-se a incontida atração de Gustavo, desde a infância, pela vida militar e pelos princípios do comando e da autoridade. Mas, aceitando-se ou não a premissa de que no menino estaria o homem, deve-se por justiça reconhecer que sua vida, ensombrecida embora pelo equívoco do preconceito racial, não pode a ele ser reduzida. Quando aderiu ao integralismo, em sua vertente mais áspera, Barroso já se notabilizara por uma série de realizações como homem público e escritor. Foi um dos pioneiros no reconhecimento do valor cultural e literário dos cantadores nordestinos. Com Ribeiro Couto, fundou, em 1932, a Editora Civilização Brasileira. Em 1934, ministrou o primeiro curso de museologia do país, no Museu Histórico Nacional, instituição pela qual incansavelmente se bateu, dedicando-se à preservação da memória de um país acusado de desprezá-la. Igualmente profícuo foi o trabalho de Gustavo Barroso nos seus 36 anos de atuação acadêmica. Duas vezes presidente da Casa, em outras ocasiões secretário ou tesoureiro, já em 1923, recém-admitido, lhe fora atribuída uma delica-

da missão, da qual se desincumbiu com êxito: administrar a transferência da sede da Academia, do Silogeu Brasileiro para o prédio do *Petit Trianon*.

Próximo ao fim da existência, voltou-se, ternamente, para a Fortaleza natal, escrevendo, em 1957, a letra do hino da cidade:

No esplendor das manhãs cristalinas/ Tens as bênçãos dos céus que são teus/ E das ondas que o sol ilumina/ As jangadas te dizem adeus/.../ Onde quer que teus filhos estejam, / Na pobreza ou riqueza sem par, / Com amor e saudade desejam/ Ao teu seio o mais breve voltar./ Porque o verde do mar que retrata/ O teu clima de eterno verão/ E o luar nas areias de prata/ Não se apagam no seu coração.

Vida e obra de Gustavo Barroso foram minuciosamente descritas por Antônio da Silva Melo, na sua oração de posse, realizada em 16 de agosto de 1960. Para se ter uma ideia da exaustividade da pesquisa, basta dizer que no volume XVII dos *Discursos Acadêmicos* seu texto se estende por 104 páginas, das quais cerca de uma dezena dedicadas a patrono e primeiros ocupantes, e nada menos do que 90 ao antecessor. Consta ter sido o segundo mais longo discurso de toda a história da Academia, suplantado apenas pelo de Álvaro Lins. Silva Melo o pronunciou em versão condensada, porque, apresentado na íntegra, demandaria em torno de 4 horas de leitura.

A oscilação pendular entre jovens e idosos manteve-se, na cadeira 19, com a eleição de Antônio. Ele, aos 70 anos, substituiu Gustavo Barroso, que entrara com 34, que substituiu D. Silvério, que entrara com 80, que substituiu Alcindo Guanabara, que entrara com 32.

Silva Melo nasceu em Juiz de Fora, no dia 10 de maio de 1886. Temperamento inquieto, curiosíssimo, voltou-se desde a adolescência para a área médica e logo demonstrou insatisfação com a má qualidade do ensino de Medicina no país. Decidiu prosseguir os estudos na Alemanha. Em 1916, defendeu, em Berlim, tese intitulada “A influência do tório X sobre o sangue”. Especializou-se em clínica médica. A experiência mais dramática de sua vida provavelmente terá sido a de um naufrágio, quando o navio em que viajava de regresso ao Brasil foi torpedeado no Mar do Norte. Antônio salvou-se, mas tudo o que trazia – uma vasta biblioteca, seu laboratório, vários trabalhos inéditos – foi por água abaixo. Impedido de retornar à Alemanha, devido à deterioração das relações teuto-brasileiras na I Guerra Mundial, acabou permanecendo por mais dois anos na Suíça. Retornou ao Brasil em 1918. Foi aprova-

do em concurso para a cátedra de Clínica Médica na então Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Aprofundou-se na área da nutrição e desenvolveu inúmeros estudos sobre as consequências da radioatividade no organismo humano. Deve-se a ele a divulgação dos efeitos benéficos das areias negras e monazíticas de Guarapari, região que frequentou na década de 1930 e a que consagrou artigos de grande sucesso, publicados em *O Cruzeiro*, no *Jornal do Brasil* e no livro *Guarapari, Maravilha da Natureza*, de 1971. Nessa cidade, em preito de gratidão, Silva Melo é hoje nome de escola e de rua.

Passando das areias monazíticas da praia às areias metafóricas da ampuhlheta do tempo, permito-me incluir, aqui, um pequeno excursão de natureza sentimental e biográfica. A vida me reservou a extraordinária felicidade de contar com a presença, na cerimônia de hoje, de meus pais, Sives e Regy, que se conheceram em 1944 no balneário de Guarapari, tão louvado por meu antecessor. O primeiro mar que vi foi o da praia espírito-santense de Marataízes. Homenageio assim, por extensão, o estado do Espírito Santo, em que, por casualidade, não nasci, mas onde aprendi a ler e iniciei, fascinado, essa viagem sem volta na direção da escrita e da leitura – nessa mesma terra capixaba que mereceu de um crítico severo, Osório Duque-Estrada, no livro *O Norte*, de 1909, um fulminante juízo: “Não há literatos nem cultores da arte no estado do Espírito Santo”. Quatro anos após o drástico veredito, nasceria, em Cachoeiro de Itapemirim, aquele que seria aclamado como o maior cronista do país: Rubem Braga.

Silva Melo fundou, em 1944, e dirigiu até o fim de seus dias – morreu no Rio, em 19 de setembro de 1973 – a *Revista Brasileira de Medicina*. Citam-se, entre seus principais livros, *O Homem – sua Vida, sua Educação, sua Felicidade*, de 1945; *Mistérios e Realidades deste e do outro Mundo*, de 1948; *Nordeste Brasileiro*, de 1953; *Estados Unidos – Prós e Contras*, de 1958; *Estudos sobre o Negro*, de 1958 e *A Superioridade do Homem Tropical*, de 1967. A observar, em sua obra, a ênfase positiva atribuída à etnia negra e à cultura mestiça e tropical do brasileiro. Ainda que supervalorizando aspectos do instinto e da constituição física do homem dos trópicos, a posição de Silva Melo não deixa de ser bastante provocativa, a ponto de podermos interpretá-la como a trincheira bioantropológica do discurso histórico-sociológico de Gilberto Freyre. Essas afinidades, aliás, já foram salientadas pelo cientista social Gilberto Vasconcellos, num simpático perfil que traçou de nosso antecessor: “foi o crítico da ideologia do colonialismo na esfera da medicina, ideologia essa que calunia o sol, o trópico e o

homem mestiço. Ele negou peremptoriamente a tese equivocada de que o calor ou o clima quente seja um fator desfavorável à cultura e ao desenvolvimento da inteligência”. Esse traço contestador reflete-se em muito do que escreveu. O título de uma de suas obras – *Estados Unidos, Prós e Contrás* – fez alguns leitores pensarem que ele se havia esquecido de encaminhar à gráfica os capítulos dos “prós”.

Silva Melo dedicou-se a uma pormenorizada investigação acerca dos mistérios deste e do outro mundo, para concluir que em nenhum lugar havia mistério algum. Américo Jacobina Lacombe, que o sucedeu na cadeira I9, não deixou de registrar no discurso de posse que, apesar do espírito incrédulo de seu antecessor, patente na exaltação da ciência como a única via da verdade, Antônio poderia servir de comprovação a um axioma de Elisabeth Leseur, segundo o qual não haveria ateu lógico. Para corroborar a afirmativa, Lacombe leu um trecho do livro mais conhecido de Silva Melo, *O Homem*:

Fui invariavelmente levado à convicção de que os fantasmas não existem e que, portanto, não me devem amedrontar. Mas, apesar disso, continuo a ter medo deles./.../ Por essa simples razão nunca ousei dormir sozinho numa casa isolada, ou mesmo num quarto afastado de outros habitados. Eis a situação em toda sua ridícula simplicidade.

Américo Jacobina Lacombe assumiu a cadeira de Antônio da Silva Melo em 2 de julho de 1974, a cinco dias de completar seu sexagésimo quinto aniversário. Nascido no Rio de Janeiro, cresceu no interior de um estabelecimento de ensino – o célebre Jacobina –, mas a saúde frágil o levou a prosseguir os estudos em Belo Horizonte, onde conheceria João Guimarães Rosa. Regressou ao Rio, concluindo, em 1931, a Faculdade de Direito, sem que jamais viesse a exercer a advocacia. Professou por toda a existência a religião católica. Frequentou o Centro D. Vital, tornando-se amigo de Jackson de Figueiredo e do Pe. Leonel Franca. Com Alceu Amoroso Lima e outros intelectuais, foi um dos mentores do projeto de criação, no Rio de Janeiro, da Pontifícia Universidade Católica.

Eram nítidas, em Lacombe, as vocações para o serviço público, a pesquisa e o magistério. Em 1939, foi nomeado diretor da Casa de Rui Barbosa, instituição em que trabalharia até o fim de seus dias, transformando-a num avançado e prestigioso centro de documentação. Seu talento, porém, não se revelou apenas na inegável competência e operosidade com que administrou a

Casa; estampou-se do mesmo modo na qualidade de sua produção ensaística, centrada na História do Brasil, e no desvelo com que se votou a um gigantesco empreendimento na área jurídica: a publicação das obras completas de Rui Barbosa, ainda em curso, com 151 volumes editados, vários deles enriquecidos com prefácio ou notas do próprio historiador. Também em prol da memória de Rui, colaborou nos *Escritos e Discursos Seletos* (1960), da editora José Aguilar. Em excelente estudo introdutório, Lacombe defendeu com vigor o estatuto especificamente literário da escrita de Rui, contra os que nela enxergavam apenas traços convencionais da retórica forense.

Américo Jacobina Lacombe foi membro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coordenou a cadeira de História, no Instituto Rio Branco, do Itamaraty, e dirigiu, a partir de 1957, em substituição a Fernando de Azevedo, a famosa coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, referência indispensável em qualquer bibliografia que se elabore sobre o nosso país.

Dentre o que legou, sem falarmos nos inúmeros estudos avulsos dedicados a Rui, destacam-se: o livro de estreia, de 1942, *Um Passeio pela História do Brasil*; a *Introdução ao Estudo da História do Brasil*, de 1974, contribuição de peso na área da metodologia historiográfica; e *Afonso Pena e sua Época*, de 1986.

Faleceu no dia 7 de abril de 1993, ainda na presidência da Casa de Rui Barbosa. A pesquisadora Isabel Lustosa evocou-lhe a figura num delicado artigo intitulado “Um homem admirável”. Após ressaltar, em breves linhas, alguns episódios da vitoriosa trajetória intelectual e administrativa de Lacombe, concluía:

A grande obra de Américo Lacombe é a Fundação Casa de Rui Barbosa. Sua vida, dedicou-a inteira a ela. Justo é que seja a Casa Rui também o seu memorial. Que ali fiquem, para a formação das gerações futuras, seus livros, suas anotações, seus arquivos. Que a memória deste homem admirável não se perca dispersa em bibliotecas estranhas.

O voto aí formulado acabou por materializar-se, e hoje a fundação é a guardiã do arquivo de um homem que tanto trabalhou como guardião da memória de todos nós.

Marcos Almir Madeira sucedeu a Américo Jacobina Lacombe em 19 de novembro de 1993. No início da oração, saudou Niterói, cidade em que nascera

no dia 21 de fevereiro de 1916. Após examinar, numa síntese feliz, a vida, a obra e a herança do antecessor, encerrou o discurso com uma atilada análise da contribuição de Rui Barbosa à vida pública brasileira – e o epílogo não foi arbitrário, pois, ao lado da francofilia, o jurista baiano sabidamente ocupava o mais elevado patamar das afinidades eletivas entre Marcos e Lacombe.

Observa-se uma coincidência na biografia dos quatro últimos titulares da cadeira 19: todos, a seu modo, se irmanam por terem-se consagrado à idealização e/ou à manutenção de um consistente e duradouro projeto cultural. Gustavo Barroso criou o Museu Histórico. Silva Melo, em terreno mais específico, fundou a *Revista Brasileira de Medicina*. Américo Jacobina Lacombe dirigiu a Casa de Rui Barbosa. E Marcos Almir Madeira tornou-se quase sinônimo de PEN Clube, associação que presidiu durante um quarto de século. A biografia de Marcos, todavia, ultrapassa tal referência, por mais fecunda que haja sido sua extensa gestão à frente desse grêmio literário.

Graduou-se em Direito no ano de 1939. Foi professor de Português, História e, a partir de 1950, de Sociologia, na atual Universidade Federal Fluminense – disciplina que introduziria, a partir de 1952, na Fundação Getúlio Vargas. Também lecionou Sociologia na PUC do Rio de Janeiro e no Instituto Rio Branco. Como educador, visitou, em missões oficiais, a Alemanha, a França, Israel e o Japão. Na qualidade de delegado regional do MEC, lutou pela preservação do mobiliário de Machado de Assis, hoje incorporado ao acervo da Academia Brasileira de Letras. Dirigiu a Casa de Oliveira Vianna, de quem foi dileto amigo, e o Arquivo Público. Foi membro e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Estreou em livro com *A Ironia de Machado de Assis e outros Estudos*, de 1944. Dentre seus títulos mais relevantes, encontram-se *Homens de Marca* (1979) e *Fronteira Sutil entre a Sociologia e a Literatura* (1993). Na publicação comemorativa do centenário da Academia Brasileira de Letras, foi autor do ensaio “Os cientistas sociais”. A bibliografia de Marcos recobre os domínios da sociologia, da pedagogia, da crítica literária e dos estudos biográficos. Deixou inéditas suas memórias, a serem publicadas por esta Casa tão logo se conclua o estabelecimento do texto. As reminiscências, com o título de *Na Província e na Corte*, privilegiam, num saboroso relato, a fase “na província” (entenda-se: em Niterói) de Marcos, mas também alcançam, sem o desdobramento que a morte houve por mal obstar, seu período carioca.

Almir Madeira era um orador refratário ao dó-de-peito retórico; exatamente por isso, lograva ser mais insinuante e persuasivo. Nascido no mesmo dia e mês de outro notável conferencista da Academia – Coelho Neto –, Marcos refugava a hipérbole, na fluidez de um tom que sabia, desde o início, cativar a plateia. Exibia uma satisfação quase voluptuosa pela palavra precisa. A elegância e a perspicácia que afloravam de seus discursos talvez tenham empalidecido a apreciação dos méritos – ofuscados pelo próprio brilho do orador – de sua obra escrita. É verdade que, a rigor, alguns textos de Marcos parecem mais sugerir a audição do que a leitura, de tal modo neles transparecem as marcas de uma prazerosa oralidade, sustentada por uma leveza estilística a convidar, ou quase a convocar, o público a deixar-se envolver pelos meandros de sua bem urdida sintaxe. Conforme se pode verificar nos ensaios que dedicou a Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Augusto dos Anjos, Afonso Arinos, Antonio Candido, entre vários outros, a palavra de Almir Madeira, na tribuna ou no livro, era sempre portadora de uma lucidez ao mesmo tempo amena e aguda.

A esses dotes, se adicionavam a sólida cultura de base francófila e o gosto pelas incursões ao domínio histórico. Sirva de exemplo a reabilitação que empreendeu do ideário de Oliveira Vianna, ao comprovar, nas manifestações tardias do pensador, a ultrapassagem de posições racistas abonadas em seus primeiros trabalhos. É ler *Oliveira Vianna – Vulnerabilidades da Crítica* (1999), em que, baseado em ampla documentação, Madeira reavalia o legado do amigo e “quase” mestre. Apesar da amizade e da reiterada admiração por Vianna, Marcos insistia em declarar-se um cultor não ortodoxo do sociólogo, sobretudo no que tangia às considerações acerca do papel do estado. À veia liberal de Marcos, soava excessivo o incremento da autoridade estatal propugnado por Oliveira Vianna, adepto de uma política exercida por um poder antes unitário e aglutinador do que federativo e descentralizado.

Se eu tivesse de caracterizar Marcos Almir Madeira como um personagem da literatura brasileira, não hesitaria em recorrer ao machadiano Conselheiro Aires, pela sutileza, pelo trato lhano, pelo tédio à controvérsia. Isso não o impedia, se necessário, de ser incisivo, mas sempre no diapasão da polidez, zeloso de que as discordâncias não derivassem para o destempero. Leia-se, por exemplo, sua conferência sobre Manuel Bandeira, em que elogia o poeta pela simplicidade e pela veia comunicativa, em oposição à vertente do

que denomina “modernismo predatório”. Num tom algo acima do que lhe era habitual, situam-se as veementes conclusões do seu discurso de posse, quando, respeitando embora a grandeza de Rui Barbosa, distingue duas faces no pensamento do jurista: uma, digamos, mais formalista; e outra, próxima da realidade concreta do país. Sem tergiversações, Marcos afirma:

Já me vou cansando, Senhores, dessa liberdade apenas declarada, declamada, verbal, a produzir uma democracia de superfície, formal/.../ O Estado liberal teria de ser, antes de tudo, um Estado justo. E, mais do que nunca, este é o problema capital do Estado brasileiro na hora que passa/.../ Já não me entusiasma o artífice da Constituição de 1891, de costas para a realidade social em carne viva; Constituição omissa, demissionária, perfeita na técnica jurídica, mas lastimável na visão (ou não visão) do homem brasileiro, da problemática do meio e suas urgências./.../desse Rui eu de fato me despedi. Reverencio sinceramente a outro/.../ que pregava a ampliação dos benefícios judiciais do *habeas corpus*, o que libelava o arbítrio, os desmandos/.../ ficou-me também profundamente aquele outro, que magnificamente projetou a renovação de métodos e processos de ensino nos três níveis, madrugando, em 1882, para uma filosofia e nova política de educação.

Conheci Marcos em 1994, e logo desenvolvemos uma amizade fundada em instantânea e recíproca simpatia. Com seu voto e apoio, fui eleito para o PEN Clube em 1995, na vaga do Prof. José Carlos Lisboa. Segundo informação de suas filhas, Cristina e Maria Ângela Madeira, as memórias paternas se iniciam, precisamente, pela ida de Marcos à minha residência, no âmbito da tradicional visita que o presidente efetuava à casa de escritor recém-eleito, a fim de comunicar-lhe o resultado do pleito. Posteriormente, por diversas vezes, atendi a seus convites para proferir palestras na sede da instituição, à Praia do Flamengo, onde me recebia com a afabilidade, a fidalguia e o bom-humor que lhe eram característicos. Tratava-se de um refinado mestre-de-cerimônias, impecável na condução dos cursos e mesas-redondas que desde 1978 promovia no seu PEN Clube. Mais do que apenas cordial, adjetivo com que muitos o caracterizavam, Marcos foi, essencialmente, um homem conciliador, pronto a acolher o outro e a ele predispor-se.

Em uma ou outra ocasião, cheguei a divisar no seu semblante um leve traço de melancolia e me perguntava se, no fundo, não faria parte da personalidade de Marcos Almir Madeira uma inextinguível nostalgia de galã, ou

galanteador, da *belle époque*, a vincar, no seu rosto risonho, o rictus elegíaco de um ser desconfortável frente ao recrudescimento da incivilidade no campo das práticas cotidianas.

A última vez que o vi ainda lúcido foi, como de hábito, num evento literário: tratava-se do lançamento do romance *Damas de Copas*, de Cecília Costa, numa livraria do Leblon. Achei-o tenso, abatido. Na manhã seguinte, entraria em coma – duas semanas após haver perdido Duhília, a companheira de toda a existência. Pouco depois, um livro de minha autoria foi contemplado com o Prêmio Nacional do PEN Clube. Comentei com suas filhas que para mim a maior dádiva seria receber das mãos de Marcos o diploma da vitória. Não foi possível. Acabei recebendo-o da arqueóloga Maria Beltrão, sua substituta na presidência do Clube. O destino, num lance de dura sabedoria, fez Marcos morrer de amor. Ao despedir-se da mulher, despedia-se da vida.

Para a cadeira I9, foi eleito com I9 votos num dia I9. Tomou posse noutro dia I9. E morreu no Rio de Janeiro, em I9 de novembro de 2003. Cabe-me a honra de sucedê-lo.

Recordamos Marcos Almir Madeira, Américo Jacobina Lacombe, Antônio da Silva Melo, Gustavo Barroso, D. Silvério Gomes Pimenta, Alcindo Guanabara e Joaquim Caetano da Silva. De certo modo, cada cerimônia de posse na Academia Brasileira de Letras ritualiza o enlace do passado – os antecessores – com o futuro, na figura de um novo acadêmico. Nesse mecanismo, regido pela inexorabilidade de Chronos (afinal, somos todos provisórios operários da palavra na construção de alguma “interminável música”), não poderia omitir os elos do presente. Saúdo os escritores e expoentes que, com seus feitos e obras, elevam o nome e respaldam a força e a respeitabilidade de uma instituição a que, nesta noite de 6 de agosto de 2004, eu me orgulho de associar: uma Casa que simboliza o retrato instantâneo e multifacetado da cultura brasileira, numa vigorosa demonstração de polifonia e diversidade.

Por fim, de volta ao começo. Referi-me, no início, à obra mais importante de Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazonie*, que tratava dos limites entre o Brasil e a Guiana. Um dos últimos livros de Marcos Almir Madeira se denomina *Fronteira Sutil entre a Sociologia e a Literatura*. Coincidentemente, o patrono e o derradeiro ocupante da cadeira I9 se debruçaram sobre limites e fronteiras.

Não interpreto os limites como região de plácido descompromisso entre o lá e o cá, mas como um tenso território em cujas bordas vivenciamos o risco e o fascínio do duplo. Dissolvida a confortável ilusão da unidade, aprendemos a confrontar-nos com o território do que desconhecemos. Defrontar o intervalo não é abrigar-se entre dois espaços, é expor-se a ambos. É aceitar o assédio e o aceno de tudo aquilo que, em nós ou fora de nós, se recusa à apropriação apaziguadora da identidade.

Assim gostaria de entrar na Academia Brasileira de Letras: entendendo-a como fronteira franqueada ao livre trânsito de todas as temporalidades. De um lado, receptáculo de nossas mais fundas, atávicas, heranças; de outro, passagem para a paisagem do novo. Neste discurso, balizado por dois poetas, a primeira palavra, acolhendo o passado, foi de Cecília Meireles. Que a última seja de Carlos Drummond de Andrade: “Ó vida futura! nós te criaremos”.

II

RESPOSTA DO SR. IVAN JUNQUEIRA

Senhores acadêmicos,

Embora não seja a regra — e esta, se existe, prevê de quando em vez a exceção —, cabe-me nesta noite, na condição de Presidente da Casa de Machado de Assis, receber o Acadêmico eleito Antonio Carlos Secchin. O mesmo já se dera há poucos anos atrás, mais precisamente em 7 de junho de 1999, quando o então Presidente Arnaldo Niskier acolheu no *Petit Trianon* o Acadêmico Murilo Melo Filho. E assim também já ocorrera em passado distante, quando o Presidente Carlos de Laet recepcionou o Acadêmico D. Silvério Gomes Pimenta, na noite de 28 de maio de 1920, nesta mesma Cadeira 19, na qual a partir de hoje toma assento o novo imortal que elegemos no último dia 3 de junho. Confirma-se, portanto, aquele antigo conceito de que a exceção legitima a regra. É possível até que outros casos tenham ocorrido na história já centenária da Academia Brasileira de Letras, mas o que importa nesta noite é menos o esquecimento que tenho desses fatos do que o imperativo de relembrar o precedente que se registra na Cadeira cujo patrono foi o polígrafo Joaquim Caetano da Silva e que teve como primeiro ocupante o jornalista Alcindo Guanabara.

Nascido em 10 de junho de 1952, sois hoje, aos 52 anos de idade, o mais jovem dentre nós, além de o primeiro acadêmico que conheceu a luz do mundo na segunda metade do século XX. É grande, pois, a vossa responsabilidade, e longa será, como todos esperamos, a vossa contribuição intelectual e

literária à Casa que vos recebe nesta noite de festa e de glória. Muito embora a grave solenidade do instante recomende a adoção de um tom impessoal, quero aqui recordar o nosso primeiro encontro, em 1992, quando o que nos unia — e continua a unir, e decerto nos unirá para sempre —, era o interesse pela Literatura, mais exatamente a Poesia e a Crítica Literária que escrevíamos à época e os pontos de vista estéticos de que partilhávamos. Éreis então ainda mais jovem e no entanto já despontava em vós esse pendor pela astúcia da análise textual, pela palavra exata e escorreita, pela limpidez do estilo e pela clareza da expressão, atributos que, segundo penso, são o apanágio do poeta que se faz crítico e do crítico que subjaz em todo aquele que se torna, quase por fatalidade, um poeta de poetas. E assim tiveram início essa amizade e essa admiração recíprocas que se prolongam até os dias de hoje e que agora mais uma vez nos aproxima no momento em que conquistais a glória suprema do homem de letras que fostes desde sempre.

Quero aqui recordar aos presentes um pouco de vossa trajetória como poeta, como ensaísta, como crítico literário e como professor universitário, já que, na qualidade de titular de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sois o herdeiro do grande e inesquecível Afrânio Coutinho. E dispensa acrescentar que deste mesmo berço ilustre procedem os acadêmicos Alceu Amoroso Lima, Celso Cunha, Eduardo Portella e tantos outros que ali deixaram as indeléveis marcas de sua sabedoria. Vindes de uma família de imigrantes italianos do Veneto que se estabeleceram no estado do Espírito Santo desde os fins do século XIX, mas corre também em vossas veias o generoso sangue de um avô português que era poeta e leitor assíduo de Camões, de Guerra Junqueiro e de Antero de Quental. Apesar de carioca — ou *homo copacabanensis*, como gostais de dizer —, vivestes até os cinco anos em Cachoeiro de Itapemirim, onde aprendestes a ler e escrever. E esta primeira infância é que inerva o amor que guardais por vossas raízes mais remotas.

Mais adiante, aos 17 anos, ingressastes na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde fostes discípulo, entre outros, dos acadêmicos Eduardo Portella, Afrânio Coutinho, Evanildo Cavalcante Bechara e Oscar Dias Corrêa. Seis anos depois, em 1975, vos tornastes professor de Literatura e Cultura Brasileira da Universidade de Bordeaux, na França, e em 1977 obtivestes o diploma de Estudos Aprofundados na Sorbonne. De volta ao Brasil, trabalhastes com a futura Acadêmica Nélida Piñon e o escritor

Rubem Fonseca no Departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro. Lecionastes ainda, ao longo destes 34 anos de magistério, não apenas no Brasil, mas também, como professor convidado, na França, na Itália, em Portugal, na Venezuela e nos Estados Unidos. Mestre em Literatura Brasileira em 1979 e doutor em Letras em 1982, com teses sobre a poesia de João Cabral de Melo Neto, conquistastes em 1993, em concurso público que vos atribuiu a nota máxima, a cátedra de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual sucedestes a Alceu Amoroso Lima e Afrânio Coutinho. Era o coroamento de vosso percurso magisterial, e o lograstes na condição de o mais jovem catedrático dessa especialidade entre vossos pares na instituição de ensino superior que foi sempre uma espécie de segunda residência para vós. E agora começais a morar em vossa “terceira residência”, aquela que foi o exílio para Pablo Neruda e que será para vós, *ad immortalitatem*, a Academia que agora vos recebe.

Não me alongarei mais em vossa biografia, já que os muitos anos de vida que vos restam se encarregarão de fazê-lo. Que baste por hora este precário e lacunoso bosquejo. Quero antes deter-me em vossa obra, a do ensaísta laureado de *João Cabral – a Poesia do Menos*, contemplado em 1987 com o Prêmio Sílvia Romero da Academia Brasileira de Letras; a do crítico literário que nos legou *Poesia e Desordem* e *Escritos sobre Poesia & Alguma Ficção*; a do organizador de diversas antologias de poetas brasileiros e das edições da poesia completa de Júlio Salusse, Cecília Meireles e Mario Pederneiras, bem como dos melhores poemas de João Cabral de Melo Neto; e, finalmente, a do poeta de *Todos os Ventos*, no qual reunistes toda a vossa poesia e que, num único ano, o de 2003, conquistou nada menos que três importantes prêmios literários: os da Academia Brasileira de Letras, da Fundação Biblioteca Nacional e do Pen Club do Brasil, durante tantos anos presidido pelo Acadêmico Marcos Almir Madeira, a quem agora sucedeis na Cadeira que lhe pertenceu por toda uma década ao longo da qual nos deu uma inextinguível lição de vida e de fraterno convívio.

É sobre o poeta que sois – e sem o concurso do qual jamais seríeis o crítico e o ensaísta em que vos tornastes – que pretendo me deter um pouco durante o tempo que me resta. Já o fiz, aliás, em 1997, no Centro Cultural de São Paulo, onde pronunciei uma conferência sobre esse poeta que vos ilumina os textos em prosa e que muito me lembram aquela exigência que nos impunha Baudelaire num dos fragmentos de *Mon Coeur Mis à Nu*: “*Sois toujours poète*,

même en prose”. Disse eu na ocasião que, por serdes até aquela data essencialmente um crítico de Poesia, tal condição vos inibiria no que toca à arte de escrevê-la. É bem de ver que tal conjectura tem lá o seu grão de verdade, pois o pleno e ininterrupto exercício de vossas demais atividades, às quais se acrescentava então a espinhosa e multitudinária responsabilidade que vos cabia como editor da revista *Poesia Sempre*, da Biblioteca Nacional, decerto vos levaria, como de fato vos levou, à fímbria de uma outra exigência, esta de Leonardo da Vinci, quando aludia ao *ostinato rigor* com que deve proceder o artista em tudo o que faz. E esse rigor, se não inibe, sem dúvida concorre para que qualquer escritor só dê à estampa o que julga digno de si e de sua pena.

Muito embora o que acabamos de dizer contribua para caracterizar a escassez de uma poesia do pouco, como então a batizei glosando aquilo que definistes como “a poesia do menos” no que respeita à severa arquitetura verbal de João Cabral de Melo Neto, pareceu-me que o fio da meada principiava com o vosso próprio comportamento de autor, que se ocultava, de todo arredio às efêmeras gloriéticas literárias, sob o manto de uma quase paradoxal e extrema sociabilidade mundana. É que, num dos poemas de vosso segundo livro, *Elementos*, que absorve a poesia do primeiro, *Ária de Estação*, “revisitada e diminuída”, como a corroborar aquela tendência ao menos e ao pouco a que já nos referimos, encontramos estes versos: “Na sonância do que vive, / minha fala é resistência, / e dizer é corroer o que se esquia.” Comportamento idêntico é o que se vê nas últimas linhas da estranha novela metapoética *Movimento*, onde confessais: “Coloco uma folha na máquina. Penso no que vou escrever. Por alguns segundos fico indeciso. É preciso contar. Meu corpo treme de frio, o papel parece aumentar seu limite em branco nas minhas mãos. Mas eu resisto.” Resiste, claro está, como resistia Mallarmé quando escreveu o célebre verso: “*Sur le vide papier que la blancheur défend*.” De tanto lidar com as palavras, passastes a duvidar delas. Por isso mesmo, ainda em *Elementos*, aludis à “língua iludida da linguagem”, pois aquilo a que almejáveis era o que se situava “aquém do nome, / movendo a voz que se / publica enquanto cala”. É tanta a vossa pudicícia diante da sacralidade do verbo poético que chegais a nos pedir: “me emudece para o jogo desse dia, / resgata em prosa o que eu perco em poesia”. Vossa metalinguagem está crivada de versos que comprovam à saciedade essa desconfiança quanto à eficácia das palavras, tema com que T.S. Eliot, aliás, conclui o último movimento do primeiro de seus *Four*

Quartets. Sem incidirmos aqui em nenhuma estapafúrdia ou abstrusa comparação, o que lemos em vós é, *mutatis mutandis*, quase o mesmo, sobretudo quando dizeis: “enquanto na garganta do meu canto / um sol solene me assassina.” Ou quando, desolado, confessais:

O que faço, o que desmonto,
são imagens corroídas,
ruínas de linguagem,
vozes avaras e mentidas.
O que eu calo e que não digo
entrelaçam meu percurso.
Respiro o espaço
fraturado pela fala
e me deponho, inverso,
no subsolo do discurso.

É claro que, ao “*purifier les mots de la tribu*”, qualquer poeta – e o próprio Mallarmé é o exemplo supremo dessa escassez no que toca ao volume da obra poética – tende não apenas à concisão de tudo o que escreveu, mas até mesmo à redução daquilo que se entende como o *corpus* poético de sua produção. A rigor, o exemplário vem desde Leopardi, cujos *Canti* somam apenas quarenta poemas. O conjunto de *Les Fleurs du Mal*, de Baudelaire, totaliza somente 167 poemas, e nele está tudo o que o autor escreveu em verso, se aqui desprezarmos sua irrelevante *Juvenília*. E é pequena, também, a obra poética de Valéry, o mais ilustre dos discípulos de Mallarmé. Pequena, entre nós, é a obra fundamental de Dante Milano, que morreu aos 91 anos de idade e nos deixou uma exígua produção de 141 poemas. Esse Dante Milano que Drummond, ao fim da vida, considerava o maior dentre todos os poetas brasileiros do século passado. E se os cito aqui, é porque todos encarnam essa poética do pouco, que teria a coroá-la aquele juízo do poeta expressionista alemão Gottfried Benn, segundo quem o que de fato permanece para sempre de cada grande poeta não chega a oito ou dez poemas dignos desse nome.

Não quero dizer com isto que esse reducionismo seja, necessariamente, sinônimo de qualidade estética: pode-se escrever pouco e, ainda assim, escrever mal. O que quero dizer é que, quando se trata de um grande e verdadeiro poeta, essa avarícia equivalerá, quase inevitavelmente, a um salutar exercício de

concentração intelectual que tende a expurgar o que não presta. E é isto o que vemos desde o vosso primeiro livro, onde já se lê muita poesia que merece esse nome, sobretudo, por exemplo, no poema que dedicais a João Cabral de Melo Neto e naquele que leva o título de “Onde este fardo molhava”, cujos versos aparecem algo modificados (vale dizer: reduzidos) em *Elementos*. Não resisto aqui, muito a propósito, a transcrever os esplêndidos versos de sabor camonianos que abrem a terceira parte desse poema que nos recorda também certa ambiência que Jorge de Lima criou na *Invenção de Orfeu*:

E olhamos a ilha assinalada
pelo gosto de abril que o mar trazia
e galgamos nosso sono sobre a areia

num barco só de vento e maresia.
Depois, foi a terra. E na terra construída
Erguemos nosso tempo de água e de partida.

Sonoras gaivotas a domar luzes bravias
em nós recriam a matéria de seu canto,
e nessas asas se esparrama nossa glória,

de um amor anterior a todo estio,
de um amor anterior a toda história.

Dizem alguns que vossa poesia paga tributo à sintaxe desértica de João Cabral. Por mais que essa dívida fosse algo previsível, já que mergulhastes mais fundo do que ninguém nas vísceras do verso cabralino, não vemos dela qualquer indício em vossos poemas, já que soubestes vos manter incólume ao jugo dessa influência, à qual, diga-se logo, sucumbiram incontáveis epígonos do autor de *Uma Faca só Lâmina*. É que não se deve confundir a poesia do menos com a poética do pouco, muito embora sejam ambas quase tangenciais. E mais: há que se entender que os processos verbais de João Cabral e os vossos são inteiramente distintos. A poesia daquele primeiro é essencialmente visual e guarda poucas relações com aquilo que poderíamos definir como a música da língua, com essa melopeia que nos vem desde Camões e Sá de Miranda e que entranha boa parte de vossos versos, nos quais a todo instante

aflora a chamada índole da língua, como o vemos, de forma cabal, na primeira estrofe do poema “Vou armar as margens dessas lendas”, na qual se lê:

Vou armar as margens dessas lendas
alugadas pela garra da alegria.
Sobre o cimo de uma voz zombada
Avisto o nada, e meu avesso me recria.

E surpreende até que assim o seja, pois quem frequenta a poesia de João Cabral – ou, mais grave ainda, quem a estuda a fundo, como o fizestes – conhece como ninguém o seu fundo e insidioso poder de contaminação estilística. Conviver com essa poesia, sobretudo quando se é poeta, é como anular-se na fimbria de um sortilégio que se quer impor e imprimir seu estigma sobre tudo o que porventura medre ao seu redor. Penso que todos nós já corremos esse risco, e alguns foram por ele devorados. Estranhamente, não o fostes. E é possível, neste caso, que nos devais uma explicação. De nossa parte, arriscamos aqui um paradoxo: talvez justamente por conviverdes à exaustão com a poesia de João Cabral é que pudestes vos furtar ao seu traiçoeiro fascínio.

Depois de *Ária de Estação* e de *Elementos*, somente retornastes à poesia publicada em 1988, e, ainda assim, de raspão. Ou *en passant*, como sugere o título de uma plaquete que vos reuniu apenas oito poemas e que leva o título de *Diga-se de Passagem*. É bem de ver aí vossa preocupação metalinguística, já que quatro desses oito poemas de algum modo a ilustram, conquanto em dois deles, “Notícia do poeta” e “Remorso”, predominem antes o humor e o sarcasmo antiparnasianos, como naquele segundo, onde se lê: “A poesia está morta. / Discretamente, Alberto de Oliveira volta ao local do crime.” Interessa-nos mais de perto, entretanto, o primeiro poema do livro: “Biografia”. É que sua primeira estrofe proclama uma poética que jamais poderia ser endossada pela *raison raisonnée* que preside a poesia de João Cabral de Melo Neto:

O poema vai nascendo
num passo que desafia:
numa hora eu já o levo,
outra vez ele me guia.

No processo cabralino, o que se percebe é a mão tenaz e dominadora do poeta, de modo que o poema jamais o guia, sendo antes por ele controlado e mesmo subjugado. É claro que sobre esse assunto de precedências caberia aqui toda uma discussão que este breve discurso não comporta. O que quero deixar claro, mais uma vez, é que, embora haja analisado com rara acuidade a poética de João Cabral, é outra a matriz a partir da qual se articula o vosso processo poético, tal como o vemos, ainda em *Diga-se de Passagem*, num belo poema veladamente metalinguístico que tem como título “Cintilações do Mal”, cujas duas primeiras estrofes tomo aqui a liberdade de citar:

Cintilações do mal. Precipício de poemas,
travessia para um sol que vem de longe.
Minha sombra aparecendo na calçada
repentina feito a mão de um monge.

Enroladas nos panos da cama,
na malícia de serpente e lã,
dormem as mulheres que não tive
na delícia vermelha da maçã.

Vejam bem que, neste caso, o tom seria antes bandeiriano do que cabralino. Ou mesmo eliotiano, se nos lembrarmos daqueles “Preludes” que constam de *Prufrock and Other Observations*. E isso atesta aquilo que costumamos chamar de boa formação poética. Em outras palavras: quanto mais influências ou pontos de tangência, tanto melhor para a saúde literária de qualquer autor.

Os poemas até então inéditos que, juntamente com os que já se encontravam publicados, reunistes em *Todos os Ventos* vos confirmam todas as anteriores virtudes, além de acrescentar-lhes outras. Assim, paralelamente ao domínio cabal da língua e da linguagem poética, assiste-se ao vosso amadurecimento como artista, essa maturidade que não se deve apenas a uma conquista do espírito e da alma, mas também a uma refinada educação sentimental, como nos sugere o romance de Gustave Flaubert. Percebe-se nesses poemas que renunciastes a qualquer artifício verbal ou pompa estilística, o que os leva àquela difícil comunhão entre o que e o como da expressão poética. Não há neles nem sobras nem arestas: são apenas exatos, como exatas são a vida e a

morte. Sua música weberiana já não mais recorre àqueles traiçoeiros e amiúde fáceis artifícios da paronomásia ou da aliteração. Nota-se ainda que vossa poesia se avizinha cada vez mais daquela concepção wordsworthiana segundo a qual o fenômeno poético poderia ser entendido como uma “*emotion recollected in tranquility*”. É pelo menos isto o que comprovam pelo menos dois dos “Dez Sonetos da Circunstância”, cuja pompa é nenhuma e cuja poesia é absoluta. Assinale-se em ambos o misterioso estigma de um tempo que passou e deixou suas marcas, essas marcas que devem aqui ser compreendidas como uma “busca do tempo perdido”, na qual o ser humano se redescobre, porque alcança a dimensão estética do tempo, como no ápice do romance proustiano. Nesse sentido, é exemplar o primeiro quarteto do soneto “O menino se admira”, no qual se lê:

O menino se admira no retrato
e vê-se velho ao ver-se novo na moldura.
É que o tempo, com seu fio mais delgado,
no rosto em branco já bordou sua nervura.

Há também nesses poemas uma vertente a que jamais renunciastes: a do humor. Se é verdade que ela aflora mais intensamente em vossos ensaios críticos, nem por isso podemos desconsiderar sua existência desde os primeiros textos poéticos que escrevestes. Essa “rebelião do espírito contra a miséria da nossa condição”, como escreveu certa vez Aníbal Machado a propósito do humor, faz-se visível em dois de vossos últimos poemas: aquele em que explorais um breve episódio das peregrinações azevedianas, quando o grande poeta romântico cumpre certa visita no Catumbi; e um outro em que confessais não poder vos dar “em espetáculo”, pois “a plateia toda fugiria / antes mesmo do segundo ato”. Não bastasse essa fuga, teríeis ainda contra vós um crítico que, “maldizendo a sua sina / rosnaria feroz / contra a minha verve / sibilina”. Mas é antes final do que sibilina a verve com que descreveis a tal visita de Álvares de Azevedo naquele primeiro poema, cujos últimos versos dizem:

Ao sair, deixa de lembrança
ao sono cego do parceiro
dois poemas, um cachimbo e um estilo.

Sim, um estilo. E eis aqui uma das chaves, se não a principal, para que possamos entender não apenas a vossa poesia, mas também a prosa e o ensaísmo que escreveis. Esse estilo austero e de poucas palavras que cultivais em vossa linguagem poética e que não se pode dissociar daquele que ilumina vossos textos ensaísticos, nos quais, como sublinha Antônio Houaiss, “há um lastro preciso de elegâncias (na linguagem, nas imagens, no encaminhamento das ideias, no respeito ao leitor, no pudor para com os criticados). Esse estilo, remata ainda Sergio Paulo Rouanet, que “mantém uma misteriosa afinidade” com a “matéria poética que trabalha”. Refiro-me aqui a tais circunstâncias, porque é amiúde importante, para compreendermos a poesia de determinados autores, que lhe examinemos mais de perto a prosa estético-doutrinária que nos legaram. É isso, por exemplo, o que acontece com Horácio, Boileau, Coleridge, Baudelaire, Valéry, Eliot, Leopardi, Paz, Borges e tantos outros cuja crítica literária tem a iluminá-la a condição de poetas que sempre foram. E mais crucial ainda do que todas essas ponderações que faço aqui para vos compreender melhor o estro poético seja talvez esmiuçar-vos o próprio pensamento doutrinário a respeito do assunto, ou seja, o que entendeis por poesia.

No ensaio “Poesia e Desordem”, que abre vossa penúltima coletânea de *Escritos sobre Poesia & Alguma Prosa*, dizeis que “a Poesia não pretende ser o espelho do caos, hipótese em que, ausente qualquer padrão de reconhecimento, tudo, isto é, nada, seria poético.” É ainda nesse ensaio que nos esclareceis quanto à vossa própria concepção do fenômeno poético quando sustentais que “a Poesia representa a fulguração da desordem, o ‘mau caminho’ do bom senso, o sangramento inestancável do corpo da linguagem, não prometendo nada além de rituais para Deus nenhum”. Ou seja, o ato poético, como o compreendeis, seria uma espécie de “desordem sob controle”. E argumentais que, nessa perspectiva, “a poesia poderia ser também encarada como uma espécie de grande metáfora da língua, um discurso que, simulando ser a imagem do outro, já que dele utiliza as palavras e a sintaxe, acaba produzindo objetos que desregulam o modo operacional e previsível da matriz”. E, como que para confirmar vossa atitude exegética, dizeis ao fim do segundo ensaio do volume: “Por isso, desconfio da crítica que escamoteia, por pudor epistemológico, sua condição de navegante à deriva do texto, na busca infatigável da invenção do sentido.”

Temos aqui, efetivamente, o que sois ou, na pior das hipóteses, o que vossa escolha estética nos leva a crer o que sejais: um poeta de poetas e um crítico de poetas. E não apenas vossa poesia como também vossa prosa o atestam. E há nessa mesma poesia um dado que talvez a explique melhor. Aludo aqui a uma breve e concisa inscrição a partir da qual se articula vossa meditação pré-socrática sobre aqueles quatro elementos que serviram de base à especulação filosófica dos primeiros pensadores daquela colônia grega de Mileto, na Ásia Menor:

O real é miragem consentida,
engrenagem da voragem,
língua iludida da linguagem
contra a sombra que não peço.
O real é meu excesso.

É graças a esta inscrição, verdadeira declaração de princípios poéticos, que se pode começar a entender o vosso pensamento sempre avesso à evanescência da música simbolista ou à fantasmagoria da ilusão romântica. Vossa preocupação é antes com a palavra concreta, e não com o vazio de um “signo precário”. Em certa medida, reagis contra aquele esforço no sentido de dizer o indizível que caracteriza quase toda a poesia rilkiana. E não creio que assim o seja apenas por influência da dura e áspera sintaxe cabralina, mas por algo que já preexistia em vós, quer como crença estética, quer mesmo como desígnio poético, ao vosso monumental estudo sobre João Cabral de Melo Neto. É que supomos que essa aproximação com a poesia do autor de *Pedra do Sono* resultaria antes de uma goethiana afinidade eletiva. A mesma, por exemplo, que levou Baudelaire a difundir na França o *Poetic Principle* de Edgar Allan Poe e a traduzir-lhe para o francês quase toda a obra ficcional. E no que toca a essa vossa obsessão pela visibilidade concreta do signo poético ou à vossa desconfiança com relação a tudo o que não seja emocionalmente tangível, se aqui não me derem ouvidos, não os façam moucos para o que escrevestes no primeiro poemas de *Elementos*:

Palavra,
nave da navalha,
gume da gaiola,
ave do visível.

Se me permitem os confrades e os amigos que vieram aqui esta noite para vos saudar e aplaudir, gostaria de dizer ainda algumas poucas palavras sobre *Todos os Ventos*, volume em que reunistes toda a vossa poesia, pois é nele que melhor se pode observar a cristalização de todos esses processos estilísticos e verbais a que já aludi, como o atestam, muito particularmente, aqueles modelares “Dez Sonetos da Circunstância”. E se digo modelares, faço-o apenas porque neles não se percebem aquelas fraturas e fissuras que nos levam às vezes a concluir que se rompeu a indissolúvel comunhão entre forma e fundo, como se vê amiúde nos poemas dos autores que não alcançaram ainda a sua maturidade. Nesses sonetos, ao contrário, vemos confirmada aquela concepção de que forma e fundo são uma coisa só, tamanho e tão íntimo se revela o matrimônio entre o que se quis dizer e o que efetivamente se disse. É de tal modo austera e solene a vossa linguagem que, em seu prefácio ao livro, Eduardo Portella nos assegura que nele estão “todos os ventos e nenhum vendaval”, exceto “a serena percepção do precipício, esse núcleo tenso e intenso que promove a dispersão e a coesão”. Outro ilustre acadêmico e astucioso crítico literário, Alfredo Bosi, sustenta que, em *Todos os Ventos*, lograstes “alcançar o nível raro da expressão singular, forte e desempenada” e logo em seguida se refere aos “belos sonetos ingleses” de que há pouco me ocupei. E reservo-me aqui, por uma questão de estima pessoal, o direito de escolher apenas um desses dez soberbos sonetos, aquele que me dedicais e que leva o título de “À Noite o Giro Cego”. Nele dizeis:

À noite o giro cego das estrelas,
errante arquitetura do vazio,
desperta no meu sonho a dor distante
de um mundo todo negro e todo frio.

Em vão levanto a mão, e o pesadelo
de um cosmo conspirando contra a vida
me desterra no meio de um deserto
onde trancaram a porta de saída.

Em surdina se lançam para o abismo
nuvens inúteis, ondas bailarinas,
relâmpagos, promessas e presságios,

sopro vácuo da voz frente à neblina.
E em meio a nós escorre sorrateira
a canção da matéria e da ruína.

Pouco depois, em 2003, haveríeis de nos brindar com outra coletânea de ensaios críticos: *Escritos sobre Prosa & Alguma Ficção*. E mais uma vez comprovastes aquela exigência baudelariana de que, se formos poetas verdadeiros, haveremos de sê-lo também em prosa. Disse-o depois Fernando Pessoa, quando afirmou que somente os poetas são capazes de escrever boa prosa. E disse-o também Alceu Amoroso Lima ao sublinhar que “todo grande poeta é um grande crítico, como todo grande crítico é um poeta, ou em perspectiva ou em ação”. É vasta e complexa a matéria de que vos ocupais nestas páginas, que reúnem ensaios, estudos críticos, conferências, palestras, prefácios, textos jornalísticos e comunicações universitárias sobre alguns dos mais insignes escritores brasileiros, entre os quais se incluem Machado de Assis, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Cruz e Sousa, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Cecília Meireles, Raul Bopp, João Cabral de Melo Neto e Carlos Drummond de Andrade, além de vários outros autores contemporâneos. E não esqueçamos aqui os assuntos temáticos que foram objeto de vossa argúcia, como é o caso da poesia que se produziu entre nós durante o Romantismo, o Simbolismo, o Parnasianismo e o Modernismo.

Como sempre, vossa crítica literária encontra-se instrumentada não apenas por um “esplêndido domínio verbal”, como certa vez observou Antônio Houaiss, mas também pelo pleno conhecimento que tendes da matéria de que tratais, virtudes a que se soma um outro tempero: o do humor. Não surpreende, portanto, que esses textos de crítica tenham sido louvados por alguns dos mais lúcidos e exigentes ensaístas brasileiros, como José Guilherme Merquior, Sergio Paulo Rouanet, Benedito Nunes, José Paulo Paes, Alfredo Bosi, Ivo Barbieri, Miguel Sanches Neto e Eduardo Portella, que certa vez disse de vós: “Além do mais, em Secchin convivem, dentro das mais harmoniosas regras de convivência, o poeta e o crítico”. E logo depois remata: “Secchin é poeta não só porque escreve poemas convincentes, mas porque o seu ensaio se nutre da relação fundadora com a palavra.” E eis aí confirmados aqueles conceitos tão caros a Baudelaire, a Fernando Pessoa e a Alceu Amoroso Lima.

Senhores acadêmicos, esta é uma Casa de autores e livros, na feliz expressão de Múcio Leão, tanto assim que hoje dispõe de duas opulentas e seletas bibliotecas: a Biblioteca Acadêmica e a Biblioteca Rodolfo Garcia, que reúnem cerca de 150 mil volumes e cujos acervos incluem incontáveis raridades bibliográficas que demandam o zelo de todos aqueles que amam o livro. Ao elegermos Antonio Carlos Secchin, elegemos também um dos maiores e mais obsessivos bibliófilos brasileiros. Curioso, pertinaz, maníaco, ciumento e detetivesco como todos os de sua espécie, fostes capaz, entre outras notáveis proezas, de recuperar toda a poesia de Júlio Salusse, dada como perdida, mas afinal resgatada por vós num caderno manuscrito adquirido em sebo e depois publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Não contente com tal façanha, reunistes a obra completa do poeta simbolista Mario Pederneiras, que será em breve reeditada pela Academia Brasileira de Letras, e conseguistes ainda descobrir o derradeiro exemplar do livro *Espectros*, que assinala a estreia de Cecília Meireles, em 1919, e cujo total desaparecimento era um desafio para bibliófilos, pesquisadores e leitores. E o encontrastes a tempo de incluí-lo na monumental edição do centenário de nascimento da autora, que organizastes em 2001 para a Editora Nova Fronteira.

Autor do já clássico *Guia dos Sebos*, do qual há pouco se deu a lume a 4.^a edição revista e aumentada, e que mapeia de forma cabal e exhaustiva as velhas lojas dos alfarrabistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Fortaleza, Curitiba, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre e São Luís do Maranhão, sois hoje, talvez, o mais aplicado e tenaz guardião de nossas joias bibliográficas, o que decerto muito convém à Casa de Machado de Assis e à preservação de seu riquíssimo acervo. Em vossas mãos — e sob vossa obsidiante e zelosa tutela —, todo esse tesouro estará mais bem guardado do que nunca.

Sr. Antonio Carlos Secchin — o poeta, o ensaísta, o crítico literário, o bibliófilo, o mestre exemplar de nossa Literatura —, sede bem-vindo ao nosso convívio, que, como sabeis, se estenderá para o resto dos tempos. *Per omnia saecula saeculorum*, diz a surrada, e talvez por isso mesmo verdadeira, expressão latina. Esta é a Casa que o tempo escolheu para erguer a sua morada, que é também a do ser que se resolve em palavras. É nela que haveis de conquistar aquele tempo que, como diz o poeta, somente através do tempo será conquistado. A isto, chamamos memória: a dos que já se foram e ainda doem em nós como eternas cicatrizes, e a dos que, como vós, lograram transpor a soleira da imortalidade. Sede bem-vindo.

Discurso do
SR. JOSÉ MURILO DE CARVALHO

e

Resposta do
SR. AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

*Sessão solene extraordinária do dia
10 de setembro de 2004*

I

DISCURSO DO SR. JOSÉ MURILO DE CARVALHO

Senhores Acadêmicos:

É grande a honra que me conferis admitindo-me a vossa companhia, ao seio desta centenária Instituição. Na qualidade de historiador e de cientista social, sinto-me alçado aos ombros de gigantes desses dois campos de conhecimento, não mencionando as letras que constituem o núcleo central das atividades desta Casa. Para citar apenas alguns mortos, vejo-me, no campo da História, na companhia de João Ribeiro, Rio Branco, Oliveira Lima, Pedro Calmon, José Honório Rodrigues. No campo do Ensaio Sociológico e Político, na de Joaquim Nabuco, o maior de todos, José Veríssimo, Sílvio Romero, Eduardo Prado, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Gilson Amado, Fernando de Azevedo, Oliveira Vianna, Raymundo Faoro, Affonso Arinos de Mello Franco. Em qualquer das costumeiras listas dos dez principais intérpretes do Brasil, pelo menos cinco pertenceram à Academia.

Fundada nos tempos conflituosos e intolerantes do início da República, a Academia sobreviveu como república alternativa onde a convivência de contrários era a regra básica de convivência. Ao longo do tempo, a diversidade e a renovação continuaram sendo suas marcas registradas. Ao me ver a ela associado, imagino que tendeis levado em consideração algo mais do que meus méritos pessoais, afinal de pequena monta. Imagino que talvez tendeis tido em vista o que ou quem eu pudesse repre-

sentar. Quem posso representar, embora mal, está presente aqui nesta sala nos colegas historiadores e cientistas sociais de nossas universidades, nos confrades da Academia Brasileira de Ciências e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Posso representar a geração de historiadores e cientistas sociais formada após a implantação da moderna pós-graduação no país, verificada ao final da década de 1960. Ao incorporardes à Academia não a mim, mas aos que possa representar, vós reafirmaríeis a capacidade da instituição de absorver variados estilos de pensamento, reafirmando-se como autêntico intelectual coletivo, para usar a expressão de Gramsci.

O estilo intelectual de minha geração caracteriza-se pela busca de especialização e rigor científico. Apesar dos méritos que possa ter, tal busca implica a perda de virtudes características da formação mais eclética e humanista de muitos dos que engrandeceram e ainda engrandecem a Academia. Refiro-me, sobretudo, à abrangência do conhecimento, à criatividade da imaginação, à qualidade literária do texto. Quero homenagear a todos na pessoa de Affonso Arinos de Mello Franco, a quem sou grato por me ter dado a primeira carta de voto e a quem devo o privilégio de me receber nesta Casa. Affonso Arinos é diplomata, jornalista, político, escritor, memorialista. Conheci-o quando era, ele não eu, embaixador na Holanda. Aproximou-nos, além de sua gentileza e da fidalguia dos Mello Franco, a admiração que tinha, e tenho, por seu pai, o senador Afonso Arinos, que conhecera em mesas redondas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Fundação Getúlio Vargas. Já tendo abandonado meu udenismo de juventude, de origem familiar, não compartia as ideias políticas de Affonso Arinos, mas respeitava sua figura de homem público dotado de verdadeira vocação para a Política, no sentido weberiano da expressão. Sobretudo, lhe era grato por ter escrito o que considero um dos melhores ensaios produzidos no Brasil: *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. O livro examina o imaginário europeu sobre nossos índios, desde os cronistas coloniais, como Jean de Léry e André Thevet, passando por Thomas Morus, Montaigne e Shakespeare, até chegar a Rousseau e a sua ideia do bom selvagem. Peço-vos, Acadêmico Afonso Arinos, Filho, que, à honra que me concedeis de me receber, permitais que acrescente a de me imaginar sendo recebido também pelo senador Afonso Arinos.

ANTECESSORES

Entre os seis predecessores que tive na Cadeira 5, incluído o patrono, três foram juízes, dois foram médicos e uma foi romancista e jornalista. Seria artificial buscar pontos de contato entre pessoas de tão variada formação e atuação. Algo, no entanto, os unia: a ampla formação humanista a que já me referi. Os três juízes foram, ao mesmo tempo, poeta e romancista, caso do patrono, Bernardo Guimarães; poeta, caso do fundador, Raimundo Correia; ensaísta, biógrafo e memorialista, caso de Cândido Motta Filho. O médico Aloísio de Castro era poeta e compositor. Rachel de Queiroz desdobrou-se na atividade de romancista, jornalista, tradutora, teatróloga e autora de livros infantis. Destoa apenas o médico Oswaldo Cruz, que já prefigurava o moderno cientista e especialista.

BERNARDO GUIMARÃES

Patrono da Cadeira, Bernardo Guimarães nos fascina ainda hoje pela riqueza de sua personalidade, pouco menos que escandalosa. Parecia um mineiro do tumultuado século XVIII, perdido na mais comportada segunda parte do século XIX. Foi juiz que desrespeitava a Lei quando a via contrariando a Justiça; professor que com frequência faltava às aulas; poeta que tangia ao mesmo tempo a lira romântica e o rabecão da pornografia; boêmio que bebia éter e militava em causas sociais. Exímio contador de casos, foi um tradutor da cultura mineira assim como Rachel de Queiroz o foi da cearense. O romance de militância abolicionista, *A Escrava Isaura*, publicado em 1875, foi, depois do poema “O navio negreiro” de Castro Alves, e dos contos de Joaquim Manoel de Macedo, reunidos em *Vítimas Algozes*, a terceira manifestação de abolicionismo, com repercussão nacional, na Literatura Brasileira. As três obras se anteciparam à decolagem do movimento abolicionista, liderada no Rio de Janeiro por Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, e foram escritas na mesma época em que José de Alencar combatia a abolição nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, dirigidas ao Imperador, e ao mesmo tempo em que Sílvio Romero defendia posições racistas. Antes deles, só aparecera Luis Gama com suas *Trovas Burlescas*. As *Trovas*, no entanto, eram mais que pregação abolicio-

nista. Tinham por alvo muitas outras mazelas de uma sociedade em que, segundo o autor, todos eram bodes, os brancos, os negros e os mulatos: “Aqui nesta boa terra / Marram todos, tudo berra”. Note-se que, dos oito participantes do debate abolicionista aqui mencionados, todos foram, à exceção de Luis Gama, ou fundadores, ou patronos de cadeiras da Academia. Era intensa a participação dos futuros acadêmicos no debate social e político da época.

A Escrava Isaura lê-se hoje com alguma dificuldade devido ao exagero do sentimentalismo, já ridicularizado, aliás, por Mário de Andrade. Mas o livro está longe de ter sido superado, como indica o êxito nacional e internacional da novela nele baseada. São de notar as táticas distintas adotadas no combate à escravidão por Castro Alves, Joaquim Manoel de Macedo e Bernardo Guimarães. Castro Alves dirigia-se de preferência a estudantes, declamando seus poemas em teatros e praças públicas e usava como argumento a indignação moral diante da violação dos valores liberais do século; Macedo visava os proprietários de escravos, a quem tentava aterrorizar com descrições de crimes hediondos cometidos por escravos; Bernardo Guimarães dirigia-se aos brancos, cujos sentimentos buscava atingir pelo artifício de mostrar a escravidão vitimando uma pessoa de aparência e educação brancas. Nenhum dos três conseguiu igualar com seus livros o impacto causado por *A Cabana do Pai Tomás*, publicado em jornal em 1851, que vendeu 300 mil cópias em um ano. O total de leitores no Brasil não atingia essa cifra. Mas em sociedade em que valores escravistas estavam profundamente enraizados, em que a liberdade individual não era tida como valor universal, eles tiveram o mérito de contribuir para o despertar da consciência moral do País.

RAIMUNDO CORREIA

Raimundo Correia, Fundador da Cadeira, tinha personalidade diametralmente oposta à de Bernardo Guimarães. Unia-os apenas o fato de terem sido ambos juízes e poetas. Nada em Raimundo Correia lembrava a boêmia e a iconoclastia do mineiro. Seguiu o percurso típico de um membro da elite da época, iniciando a carreira com o título de bacharel, conseguido na Faculdade de Direito de São Paulo. Seguiram-se as nomeações de praxe para juiz municipal e de Direito, intercaladas por breves incursões no Ensino e na administra-

ção pública de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Tendo viajado a Paris para tratamento de saúde, realizou, sem o planejar, um dos sonhos dos escritores da *belle époque*, como Guimarães Passos: morrer na Cidade-Luz.

Publicou obra poética não muito vasta, mas de extraordinário apuro formal, sobretudo em sua fase parnasiana. Nele, no entanto, talvez graças às origens românticas, a perfeição da forma nunca ocultou ou substituiu a força do sentimento. Haverá poucos brasileiros que não tenham lido, se não declamado, alguns de seus sonetos, obras-primas da poesia escrita em Português. Não mencionarei o mais famoso deles, porque Raimundo Correia detestava ser chamado de poeta das pombas. Leio, ao invés, como exemplo de sua poética, alguns versos de *Plenilúnio*:

[...]
Há pó de estrelas pelas estradas
E por estradas enluradas
Eu sigo às tontas, cego de luz
Um luar amplo me inunda, e eu ando
Em visionária luz a nadar,
Por toda a parte, louco arrastando
O largo manto do meu luar.

A contínua popularidade de seus versos, eis o que se pode chamar de autêntica imortalidade.

OSWALDO CRUZ

Ninguém também tão diferente de Raimundo Correia quanto seu sucessor, o médico e cientista Oswaldo Cruz. O grande pesquisador aliava a prática do laboratório à preocupação com o papel social da Medicina. Filho de médico, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Três anos no Instituto Pasteur de Paris completaram seu treinamento de pesquisador no novo e revolucionário campo da Microbiologia. De volta ao Brasil, envolveu-se logo no combate às epidemias que periodicamente devastavam a população urbana. Seu primeiro combate foi contra a peste bubônica em Santos. Em 1903, a convite de Rodrigues Alves, assumiu a direção do serviço de saúde

pública no Rio de Janeiro e deu início à memorável batalha contra a febre amarela e a varíola.

Uma lei de 1904, por ele patrocinada, decretou a vacinação obrigatória contra a varíola, provocando grande revolta popular, de que resultaram 23 mortos e 67 feridos. A cidade ficou paralisada por uma semana. Foi um trágico equívoco protagonizado por dois heroicos combatentes. De um lado, Oswaldo Cruz, missionário da Ciência, decidido a acabar com uma epidemia que matava milhares de pessoas e tornava o Rio de Janeiro uma cidade perigosa. De outro, a população, não suficientemente esclarecida sobre a natureza da vacina e sobre os métodos de vacinação, disposta a resistir tenazmente ao que considerava arbítrio governamental. Atacado por todos, inclusive pelos positivistas, ridicularizado pela imprensa, Oswaldo Cruz foi derrotado na batalha de 1904, mas acabou ganhando a guerra. Em 1907, recebeu consagração internacional ao lhe ser concedida a medalha de ouro para a seção brasileira da Exposição de Higiene do XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Três anos após a revolta, regressou ao Brasil coberto de glória. Na mesma data, foi eleito para a Academia Nacional de Medicina. Pela primeira vez no Brasil, a Ciência se tornava motivo de orgulho nacional e um cientista era sagrado herói cívico. Em 1912, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras derrotando o poeta satírico Emílio de Menezes.

Além do trabalho de pesquisador e higienista, Oswaldo Cruz teve ainda papel importante na institucionalização da moderna investigação médica no Brasil. O Instituto de Manguinhos, depois de Oswaldo Cruz, transformou-se no mais importante centro de pesquisas do País, voltado para a saúde pública e para a produção vacínica. Antes dele, apenas o Museu Nacional no Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto qualificavam-se como centros modernos de investigação científica.

ALOÍSIO DE CASTRO

Outro médico, Aloísio de Castro, substituiu Oswaldo Cruz em 1917. Aloísio era filho de médico e literato ilustre, Francisco de Castro, que ocupou a Cadeira 13. Estudou no prestigioso colégio Kopke e formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dedicou a vida ao ensino da disci-

plina e foi presidente da Academia Nacional de Medicina. Tomou posse em 1919, sendo recebido por Afrânio Peixoto, outro médico.

Chama a atenção a presença de tantos médicos na Academia no início do século XX. Aos três já mencionados, devem-se acrescentar Miguel Couto, ocupante da Cadeira 40, que foi também presidente da Academia Nacional de Medicina e Clementino Fraga, eleito para a Cadeira 36. Poderiam também ter feito parte da Academia Carlos Chagas, Artur Neiva e Belisário Pena, colaboradores de Oswaldo Cruz. Carlos Chagas descobriu a doença que lhe leva o nome; Belisário Pena, incansável sanitarista, foi responsável pela correção que Monteiro Lobato fez de sua visão racista do caipira. Lendo Belisário, Lobato passou a atribuir à doença o que antes debitava à raça. Essa revoada de médicos explica-se pelo prestígio adquirido pelos pesquisadores de Manguinhos no campo das descobertas científicas e da saúde pública. O prestígio foi aproveitado pelos médicos para valorizar a profissão e ampliar sua influência na Política e na Cultura. Pertencer à Academia era uma das estratégias dessa batalha.

Aloísio de Castro distinguiu-se dos colegas cientistas por sua formação e interesses variados. Além de artigos científicos, publicou livros de Poesia, discursos acadêmicos, *Crítica Musical*. Foi compositor e excelente pianista. Entusiasta de Chopin, dedicou ensaio crítico ao mestre dos noturnos.

CÂNDIDO MOTTA FILHO

Cândido Motta Filho substituiu Aloísio de Castro em 1959. Formado em Direito em sua cidade natal, São Paulo, Motta Filho foi outro acadêmico multifacetado. Foi advogado, jornalista, professor de Direito, crítico literário, ensaísta, político, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Dentre suas realizações, escolho enfatizar uma quase desconhecida. Refiro-me à criação, em 1955, quando ministro da Educação de Café Filho, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O projeto fora concebido dentro do Ministério, um ano antes, por sugestão de Helio Jaguaribe e com o apoio de Gilberto Amado, chefe de gabinete do Ministro Antônio Balbino. A ideia original era criar um Colégio do Brasil nos moldes do Collège de France e do Colégio do México.

Para surpresa do próprio Helio Jaguaribe, o novo Ministro deu sequência aos planos e criou o Instituto, posto que em escala mais modesta. Durante

dez anos, o ISEB exerceu controvertido mas poderoso impacto sobre o debate político nacional. Dele, fizeram parte figuras importantes de nossa inteligência, como o economista Roberto Campos, que ocupou a Cadeira 21, o sociólogo Guerreiro Ramos, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, até hoje sem o reconhecimento que merece, e os cientistas políticos Helio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida, atuais ocupantes das Cadeiras II e 35.

Pode surpreender o fato de o ISEB ter sido criado por um ministro liberal que, na década 1930, tivera simpatias pelo Integralismo. Note-se, no entanto, que o primeiro diretor do Instituto, indicado pelo Ministro, foi Roland Corbisier, um ex-integralista. E note-se, sobretudo, que Cândido Motta Filho certamente criou o ISEB pensando na proposta de Alberto Torres, feita em 1914, de se criar um Instituto de Estudo dos Problemas Nacionais, que também chamou de Centro de Estudo de Problemas Brasileiros. Cândido Motta Filho era grande admirador de Alberto Torres, como deixa claro em seu livro *Alberto Torres e o Tema da Nossa Geração*, publicado em 1931, com prefácio de Plínio Salgado. Depois de ter participado do grupo modernista Verde Amarelo, criara em 1929, em São Paulo, a Ação Nacional do Partido Republicano Paulista, grupo também inspirado nas ideias de Torres. Em 1932, foi um dos fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada para promover estudos sobre o País. Cândido Motta Filho acabou fazendo, via ISEB, a ponte entre duas épocas. O ISEB foi, de alguma maneira, a concretização à esquerda, quarenta anos mais tarde, da proposta de Torres.

É pouco relevante, para o que me interessa, saber se Alberto Torres, Cândido Motta Filho e o ISEB eram de esquerda ou de direita. Importa o fato de que todos se preocupavam em pensar o Brasil. Torres retomara essa prática, interrompida após a adoção do federalismo republicano. Em *A Organização Nacional* e em *O Problema Nacional do Brasil*, ambos de 1914, recolocara no centro da agenda intelectual o debate sobre a Política e a organização nacionais. A insistência de Torres em estudar o Brasil, em recusar o mimetismo de ideias estrangeiras, em valorizar a Política como instrumento de organização nacional, em promover o nacionalismo, eram, segundo Motta Filho, a receita de que sua geração precisava para sair da perplexidade e da paralisia em que se achava. As forças centralizadoras dos anos 1930, à direita e à esquerda, reforçaram a preocupação com o nacional e com o político. Não por acaso, Torres mereceu também um estudo de Barbosa Lima Sobrinho, indicação

segura de que suas preocupações permeavam a direita e a esquerda. Cada um a seu modo, integralistas e comunistas, a direita e a esquerda, tinham sua visão e seu projeto de país.

RACHEL DE QUEIROZ

Rachel de Queiroz substituiu Cândido Motta Filho em 1977, em memorável eleição que marcou o fim do veto às mulheres na Academia. Não tive o privilégio de conhecê-la pessoalmente e com ela conviver, apesar de ser leitor de seus romances e crônicas. Se tal condição reduz a capacidade de produzir uma homenagem emocionada gerada pela relação pessoal, ela permite o que a proximidade não favorece, um tributo *raisoné*.

A vida de Rachel de Queiroz é bastante conhecida. Além das biografias já publicadas, ela própria forneceu vasto material autobiográfico em entrevistas a jornais e revistas. Graças à pertinácia de Maria Luíza, irmã mais nova, deixou-nos o livro de memórias, *Tantos Anos*, escrito a quatro mãos pelas duas irmãs, rico em informações. Muito útil também me foi a longa entrevista que concedeu a Isabel Lustosa, a que tive acesso por gentileza da entrevistadora. Retiro dessas fontes os principais marcos da trajetória de Rachel de Queiroz.

Sua origem familiar e social, ela nunca o negou, marcou-a profundamente e imprimiu selo indelével em sua vida e obra. Era filha de pai Queiroz e mãe Alencar, ambos oriundos de importantes famílias cearenses. A base econômica das duas famílias era a propriedade rural. Um tio de seu avô paterno possuía dezoito fazendas. Mas, como era comum na época, vários de seus antepassados fazendeiros eram ao mesmo tempo bacharéis ou engenheiros, sobretudo do lado Queiroz. A peculiaridade dos Alencar era serem quase todos ateus, apesar de parte da família descender de padres. Pai e mãe de Rachel eram leitores vorazes e contrários à educação formal. A mãe, Clotilde, importava diretamente de Paris livros da Editora Plon. Rachel foi criada nesse ambiente de muita liberdade e muita leitura. Aprendeu a ler sozinha. Aos 11 anos, scandalizou a avó paterna fazendo o sinal da cruz com a mão esquerda. Só então foi mandada para um colégio de freiras, onde em quatro anos completou o antigo curso normal. Foram seus únicos anos nos bancos escolares.

Neles, se inspirou para escrever *As Três Marias*, livro mais tarde transformado em novela de televisão.

Devoradora de livros, Rachel também madrugou na escrita. Aos 16 anos, já escrevia para *O Ceará*, jornal anticlerical de Fortaleza. Aos 19, aproveitando-se de repouso forçado para se recuperar de uma infecção pulmonar, escreveu a lápis num caderno escolar *O Quinze*, seu primeiro livro, cujo título é referência à grande seca de 1915. Pai e mãe aprovaram, e o pai financiou a primeira edição de mil exemplares. Mandado para jornalistas e escritores do Rio e São Paulo, teve recepção entusiástica e ganhou o prêmio para romance da recém-criada Fundação Graça Aranha. Daí em diante, a vida da mocinha provinciana mudou radicalmente. Veio ao Rio para receber o prêmio, fez amizades que durariam a vida toda, algumas à esquerda, outras à direita, sem faltar as de centro. À esquerda, o grupo de Bruno Lobo, à direita, o futuro integralista Adonias Filho e o fascista (são palavras de Rachel) Otávio de Faria, ao centro, Graça Aranha, Jayme Ovalle, Manuel Bandeira. Sobre Bandeira, conta que era o querido das mulheres. Onde aparecia, elas enxameavam à volta, para grande ciúme e despeito de outros homens, sobretudo de Gilberto Amado.

Nos poucos meses que morou no Rio, viveu vida dupla. De noite, com escritores, de dia, com os camaradas do Partido Comunista do Brasil. De regresso, ajudou a organizar o Partido no Ceará. No ano seguinte, já rompia com os camaradas em protesto contra a censura imposta a seu segundo romance, *João Miguel*. Os camaradas vetaram o enredo, argumentando que campesino (assim diziam) não podia matar campesino, proletária não podia ser prostituta. Rachel tornou-se trotskista. Em 1932, casou-se com o poeta José Auto e até 1939 levou vida agitada, de muitas mudanças e duas rápidas passagens pela prisão. Mais do que mudanças de endereço, marcaram-na profundamente as mortes da filha e do irmão, ambas em 1935. Trabalhou três anos no comércio e publicou mais dois romances, *Caminho de Pedras*, em 1937, cujo tema foram suas brigas políticas na época, e *As Três Marias*, em 1939, de natureza mais autobiográfica.

Nesse último ano, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro. Logo a seguir, separou-se de José Auto e passou a viver com Oyama de Macedo, médico assistente de Pedro Nava. Sua vida entrou em remanso poucas vezes perturbado, em contraste com os revoltos e revoltosos anos de juventude. Trabalhou intensamente como jornalista, tradutora e autora de peças teatrais. Foi em suas traduções que muitos brasileiros, inclusive quem

vos fala, tiveram o primeiro contato com a obra de Dostoyevsky e outros clássicos. A partir de 1945, e por trinta anos, ocupou com suas crônicas a última página de *O Cruzeiro*. Parecia que a vocação de romancista a tinha abandonado. Só em 1975, 36 anos depois de *As Três Marias*, não computando os folhetins de *O Galo de Ouro*, retornou ao romance com *Dôra, Doralina*. Seguiu-se nova interrupção de dezessete anos, até a publicação do coroamento de sua obra romanesca, o *Memorial de Maria Moura*. Nesses anos de Rio de Janeiro, levou intensa vida social dentro da república das letras, ampliando as amizades feitas nos anos 1930. A livraria de José Olympio, seu editor, era um dos principais pontos de encontro do grupo.

Não abandonou o forte interesse pela Política. Mas agora, mudados os tempos, a antiga comunista e trotskista adotou postura liberal ao estilo da União Democrática Nacional. O que não mudou desde a década de 1930 foi seu nunca disfarçado ódio a Getúlio Vargas e a seus herdeiros políticos, João Goulart e Leonel Brizola. “Eu nunca tolerei o Getúlio”, disse em entrevista. “Eu prefiro um tirano mesmo” (CLB, 109).

Apoiou Café Filho em 1954, opôs-se ao contragolpe do general Lott em 1955, conspirou com os militares para derrubar Goulart em 1964. No governo de Castelo, seu grande amigo, recusou posições políticas, como já tinha recusado no governo de Jânio Quadros, exceto a de membro do Conselho Federal de Cultura.

Sua consagração literária se deu quando foi eleita para a Academia em 1977. Via a Instituição como um Clube do Bolinha e nunca pensara em se candidatar. Mas seus muitos amigos literatos, vários deles já acadêmicos, Adonias Filho à frente, resolveram tentar quebrar a já então inaceitável discriminação contra as mulheres. Bem a seu estilo, Rachel não se submeteu ao ritual de visitar os acadêmicos para pedir votos. Mais ainda, foi-se embora para sua fazenda no Ceará. Na eleição, derrotou o grande jurista Pontes de Miranda e fez história ao se tornar a primeira mulher acadêmica. Barbosa Lima Sobrinho, que era contra a mudança, penitenciou-se mais tarde por não lhe ter dado seu voto: “Rachel, disse ele, fui a maior besta quadrada deste País!”. A eleição fez justiça ao mérito literário da obra, a uma vida de afirmação feminina e à forte presença de personagens femininas em seus romances. A partir da eleição, continuou a viver no Rio, mas sem nunca cortar os laços com o sertão. A fazenda Não me Deixes, desmembrada da grande Fazenda do

Junco, de cinco mil hectares, tornou-se o refúgio sertanejo a que recorria com frequência. Rachel nunca deixou de ser uma sertaneja no Rio. À diferença da Minas de Drummond, para ela o Ceará sempre houve e nunca foi apenas retrato na parede. Tampouco doía.

OBRA

Rachel escreveu sete romances, duas peças teatrais e cerca de duas mil crônicas, muitas delas reunidas em livros. Pela predominância da crônica em sua obra, definia-se antes de tudo como jornalista: “[...] me sinto mais jornalista do que ficcionista”, disse em entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, acrescentando: “Na verdade, minha profissão é essa, jornalista”. A longa prática e o profissionalismo com que trabalhava fizeram dela verdadeira mestra da crônica. Desenvolveu um estilo enxuto, preciso, fluente, saboroso. Nesse gênero, seu interesse ampliou-se. Não abandonou o Ceará, mas passou a incluir temas cariocas, nacionais e internacionais, a comentar o cotidiano, os dramas urbanos, a política nacional.

Os principais romances, *O Quinze*, *As Três Marias* e o *Memorial de Maria Moura*, e as peças de teatro, “Lampião” e “A Beata Maria do Egito”, no entanto, são, sobretudo, ela mesma e o Ceará. Não há, aqui, muita discordância entre a autoavaliação de Rachel e a opinião da maioria dos críticos. Repetidas vezes, em entrevistas e crônicas, a escritora insistiu na ideia de que o romance deriva da experiência pessoal e do meio ambiente. Como disse a Isabel Lustosa: “[...] o dom de ser artista se forma na infância, na puberdade”. Outras afirmações são ainda mais fortes: “Todo personagem tem a ver com a gente”; “[...] meu personagem mais parecido comigo era o João Miguel”. Sobre *As Três Marias*, disse em entrevista: “[...] é o meu romance mais autobiográfico” (CLB, 31). Também deixou clara sua concepção do romance: “Ninguém inventa nada”; “[...] a ficção funciona assim, você não sai da sua origem, não importa onde você esteja” (CLB, 36).

Com esta visão de sua prática romanesca, concordam vários críticos. Seu grande amigo, Adonias Filho, disse em introdução a *O Quinze*: “É o documentário nordestino, enxuto e realista, nascendo para espelhar uma região de sofrimentos”. Gilberto Freyre afirmou dos romances nordestinos de 1930 em

geral, inclusive os de Rachel, que tinham a marca de reportagem social, de documento sociológico: “Quase nada nesses ‘romances’ é obra de ficção”. Augusto Frederico Schmidt, entusiasta imediato de *O Quinze*, dele disse: “Não é precisamente romance”. Por outro lado, o crítico Haroldo Bruno chama de “estranha incompreensão” a avaliação de Schmidt e não duvida do caráter ficcional de *O Quinze*.

Parece-me que Rachel, sem dúvida, recriava literariamente a realidade. Ao escrever *O Quinze*, buscou explicitamente afastar-se da crueza naturalista de Rodolfo Teófilo, autor de *A Fome*, romance publicado em 1890, inspirado na seca de 1877-1880. Na obra de Rodolfo Teófilo, segundo ela péssimo romancista, havia cadáver demais, urubu demais. Queria mostrar uma seca mais *clean*, mais *light*. Uma seca *light*, talvez esteja aí uma chave para entender a ficção de Rachel.

Seja como for, todos reconhecem a qualidade literária dos romances de Rachel e sua capacidade de apresentar e representar a cultura, os tipos humanos e os dramas da sociedade sertaneja. Foram essas qualidades que deram a seus livros a popularidade sustentada até hoje, como o atestam as constantes reedições e as adaptações para novelas e seriados de televisão. *O Quinze* transformou-se em ícone da Literatura Nacional. Outra razão do êxito talvez seja o fato de que Rachel escrevia dentro da tradição ficcional brasileira que sempre vinculou Literatura e Nação. Em seu caso, a vinculação era entre Literatura e Região, mas a região era vista como componente da Nação. Tal região, qual romance, talvez dissesse Flora Sussekind.

Mas o que é o regional em Rachel? Ouso dizer que não é o Nordeste. O Nordeste, como identidade política e cultural, foi inventado na década de 1920. Até então, o Brasil era dividido em Norte e Sul. Em 1924, Gilberto Freyre começou a falar em Nordeste e a organizar centros regionalistas. A ideia pegou, e surgiu uma nova subidentidade brasileira. A obra de Rachel, iniciada em 1930 com *O Quinze*, fez parte deste movimento cultural, ao lado da de José Américo, que publicara *A Bagaceira* em 1928, das de José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado. Mas assim como a identidade brasileira envolve e encobre várias identidades, o mesmo acontece com a identidade nordestina. O mundo sertanejo de Rachel pode ser o mundo de Graciliano Ramos, mas não é o de José Lins do Rego ou de José Américo, muito menos

o de Jorge Amado ou de Gilberto Freyre, esses últimos todos centrados na economia e na cultura do açúcar.

O Ceará distinguiu-se, desde a colônia, por outra economia e outra cultura. Foi sempre marcado pela pecuária, pela produção agrícola não monocultora, pela baixa concentração da mão de obra escrava. Em 1873, dois anos após a lei do Ventre Livre, a província tinha apenas 2% dos escravos do País, em contraste com 10% da Bahia e 6% de Pernambuco. Quando a província se antecipou ao País abolindo a escravidão em 1884, restavam nela apenas 34 mil escravos. A escassa presença escrava tornou a sociedade cearense menos hierarquizada, menos desigual. Como anotou com razão a própria Rachel, a escravidão, além de menos difundida, era menos violenta do que em outras partes do nordeste. O escravo ou dormia na casa-grande, ou era vaqueiro solto. Era a casa-grande sem a senzala, na precisa definição da escritora (*100 Crônicas Escolhidas*, 135).

Tratava-se de sociedade muito distinta da que se formara nas grandes concentrações de escravos do complexo açucareiro da mata pernambucana e do Recôncavo Baiano. Descrita nas crônicas, a sociedade cearense é retratada também nos romances e nas peças teatrais, sobretudo em *O Quinze* e em *Memorial de Maria Moura*. Neste último, passado no século XIX, chamam a atenção a reduzida presença de escravos e de negros e a predominância de vaqueiros de descendência indígena. As relações entre esses vaqueiros e seus superiores lembram aquelas descritas por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Se agregarmos a tais características a incidência periódica da seca, teremos um quadro social em que relações mais igualitárias se juntam à dureza da luta pela sobrevivência. A relação com a terra se torna, então, vital. “[...] sou extremamente presa à terra”, “[...] tenho a terra no sangue”, diria Rachel. Em *As Terras Áspers*, fala na “simbiose da terra com a gente. Vem na composição do sangue” (p. 19).

Essa cultura sertaneja que, por certo, abrangia partes de outros estados da região, marcou a personalidade, as ideias, os temas e o estilo de Rachel de Queiroz. Quanto à personalidade, eu diria que seu traço mais marcante foi o quase feroz sentimento de independência individual, a bravura pessoal e política. “O nordestino é, antes de tudo, um individualista”, disse, parodiando Euclides da Cunha (*Tantos Anos*, 152). A Isabel Lustosa, confessou: “gosto de ser espírito de porco”. Vários episódios de sua vida ilustram essa característica. Em 1932, rebelou-se contra a censura dos camaradas do PCB; mais ou

menos na mesma época, foi expulsa por indisciplina da Academia Cearense de Letras; em 1933, espancou um desafeto em plena luz do dia em uma rua de Fortaleza; em 1939, separou-se de José Auto.

Quero crer que no forte sentimento de independência individual esteja também a chave para entender suas ideias políticas. Da filiação ao PCB em 1930 até o apoio ao golpe de 1964, parece ter havido uma grande guinada ideológica. Talvez não seja esse o caso. Rachel esteve comunista por pouco tempo, talvez por simples rebeldia juvenil. Reagiu logo à tentativa de controle e se juntou aos trotskistas de São Paulo, distantes da disciplina stalinista. Sua ojeriza a Getúlio Vargas foi sempre justificada como defesa da liberdade contra a repressão política. A adesão ao udenismo nos anos 1950 e 1960, inclusive o apoio ao golpe de 1964, estaria na mesma linha. A mudança não teria sido de Rachel, mas do País. Muitos de seus amigos da década de 1930, quando ou se era comunista ou integralista, mudaram de posição política, alguns da esquerda para a direita, outros da direita para a esquerda como D. Hélder Câmara. Rachel permaneceu sempre intransigente defensora da independência individual e da liberdade.

Seu estilo também é sóbrio, despojado, sem floreios e gorduras, sem sentimentalismos, tal uma paisagem sertaneja. Está a léguas de distância do de Jorge Amado, ou mesmo do de José Lins do Rego. “Tenho quase uma obsessão de limpar o texto, podar a língua de todos os excessos” (CLB, 125). Para a segunda edição de *O Quinze*, cortou mais de cem palavras. Era uma exterminadora de palavras inúteis. Tentava reconstruir literariamente o linguajar popular. Comparando-se com Guimarães Rosa, revelou ela mesma em *O Caçador de Tatu* que, ao escrever, o romancista mineiro compunha, enquanto ela tocava de ouvido. Seu objetivo declarado era escrever como testemunho, como depoimento, sem sensacionalismo, sem os exageros do naturalismo. Tal estilo, presente desde *O Quinze*, fez com que alguns leitores, inclusive Graciliano Ramos, duvidassem da autoria do romance. Aquilo não era linguagem de mulher que, no estereótipo da época, deveria ser açucarada, floreada, sentimental. Era estilo masculino, linguagem de macho, na expressão da própria Rachel. O machismo da época teve pelo menos a vantagem de facilitar a ampla aceitação do romance.

Falando em machismo, chegamos, por contraste, a um dos temas prediletos de Rachel, se não o predileto, a mulher. De novo, a força feminina exibida em sua própria vida e na de suas personagens não deixa de ser também um

traço da sociedade sertaneja. “Minhas mulheres são danadas”, diria (CLB, 26). Essas personagens fortes, de Conceição de *O Quinze* a *Maria Moura*, inspiravam-se em figuras históricas do sertão e eram, ao mesmo tempo, ela mesma, Rachel. Maria Moura deveu ainda o nome a Maria Lacerda de Moura, líder feminista da década de 1930. Mas Rachel desapontava as militantes ao dizer que não era feminista, que odiava as feministas. Aqui, de novo, não me parece haver contradição. As mulheres da ficção de Rachel são ela mesma, ou são seus modelos de mulher. “Maria Moura é tudo que eu queria ser e não consegui”, disse em entrevista (CLB, 113). E Rachel, ela mesma, estava dentro da tradição familiar, sobretudo dos Alencar, e da tradição da mulher sertaneja em geral. Ao refletir em seu comportamento e em suas personagens esse tipo de mulher, ela se colocava além do feminismo: “Nunca fui feminista, disse. Não acredito nessa entidade particular ‘a mulher’, diferenciada da outra entidade ‘o homem’”.

Rachel sempre rejeitou cargos políticos, dizendo que não nascera para mulher pública. De outro lado, definia-se como um “animal político”. Teve o bom gosto de não misturar militância partidária e Literatura. Não escreveu romances sociais, no sentido de literatura-denúncia. A única vez que o tentou foi com *João Miguel* e ela mesma reconheceu que não deu certo. Mas a militância política esteve sempre presente em suas crônicas e em sua vida. Rachel de Queiroz participou intensamente da vida política e cultural do país durante os últimos dois terços do século XX. Como animal político, ajudou a forjar o País. Como romancista, contribuiu para redefinir a identidade nacional. Fugindo do monolitismo de Alberto Torres e de Cândido Motta Filho, ajudou a dar ao Brasil uma cara multifacetada que incorporava a gente e a cultura sertanejas.

Senhores acadêmicos,

Vós me concedestes o privilégio de pertencer a esta Academia e de nela conviver com grandes nomes das letras e do pensamento nacional. Machado de Assis conquistara o direito de ver a Academia como “glória que fica, eleva, honra e consola”. Eu não tenho este direito. Não a posso ver, nem a quero ver, como local de fruição de glórias, que as não tenho. Vejo-a antes como

instituição cultural nacional, das mais respeitáveis do País, onde pelo discurso e pela criação literária se pensam e se representam o Brasil e a condição humana. Faço parte de duas outras Academias, a Brasileira de Ciências, a que também pertence o Acadêmico Celso Furtado, e a Academia Universitária. São instituições menos abrangentes, com regras distintas de ingresso, de trabalho e de convivência, mas igualmente importantes como fontes de criação intelectual.

Além de continuar meu trabalho de historiador e cientista social, gostaria de contribuir para promover o diálogo entre as três academias, secundando o esforço já empreendido por outros acadêmicos. Entendo que tal diálogo poderá ser benéfico para a vida cultural do País. Imagino que Joaquim Nabuco o aplaudiria; a Machado de Assis talvez não parecesse ocioso.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

Sr. José Murilo de Carvalho, quando me fizestes o honroso convite para receber-vos, não ocultastes que um dos motivos que o levavam a outorgar-me tal distinção era a comum mineiridade. De fato, somos ambos da região serrana, do coração montanhês, para lá da Mantiqueira. Porém, as lembranças mais caras me vêm menos da minha Belo Horizonte, onde pouco vivi, que das felizes férias infantis passadas na fazenda de Virgílio de Melo Franco, em Barbacena, com suas noites frias e estreladas, no meio de morros cobertos pelas capoeiras e capões de mato, entremeados por frescos vales, em cujos campos abundavam, para meu encanto de colecionador ornitológico, canários da terra, pintassilgos, curiós, azulões, gaturamos, coleiros do brejo, sabiás e galos da campina. Um dia, Virgílio levou-me a caçar às margens do Rio Grande. Por ali, tínheis vindo ao mundo, noutra fazenda, em Piedade do Rio Grande.

“Minhas raízes estão plantadas na fazenda de Santa Cruz, onde nasci e cresci” – recordais.

Lá, [...] levantava cedo, andava descalço, campeava gado no pasto, ajudava a tirar leite, caía de cavalo, levava coice de vaca, ouvia histórias à beira do fogo. A Piedade ia por ocasião das festas religiosas, sapato apertando o pé, fascinado com as procissões e o foguetório. Mas guardo de Piedade algo mais importante que as lembranças de infância: a simplicidade de seu povo, sua dedicação ao trabalho honesto, seu senso de humor. Esses valores ficaram comigo e entrarão comigo na Academia, representando lá dentro o espírito de Piedade.

Antes, havíeis acentuado:

Diferentemente do que se passou nos engenhos, nas grandes plantações de café e nas cidades, a escravidão não degradou o trabalho manual nessa região de fazendas produtoras de queijos e cereais. A mão calejada não era o que distinguia proprietários e não proprietários. Mas este puritanismo mineiro não se aliava ao espírito do Capitalismo, para mencionar a clássica dobradinha de Weber. O trabalho duro, de sol a sol, não se destinava à acumulação de riqueza como prova da salvação. Era um puritanismo católico, para o qual o prêmio do trabalho honesto era apenas a sobrevivência e a paz de espírito.

Ao explicar vossa origem em *Pontos e Bordados* – coletânea de ensaios e artigos, cujo título se inspirou nos desenhos trabalhados em duas toalhas por João Cândido, o marinheiro rebelde da revolta da chibata –, fizeti-o de forma a que me associo plenamente:

O mineiro na diáspora torna-se mais sensível à questão da sua identidade, mesmo porque ela lhe é frequentemente lembrada como elogio ou como acusação. Pessoalmente, sempre me incomodou a autoimagem do mineiro como um ser único, vivida seja como narcisismo, seja como culpa. Daí a satisfação ao assistir recentemente à defesa de uma tese de doutorado [...], na qual a mineiridade é vista como integrando os dilemas da modernidade, isto é, como parte de um diálogo de alcance universal.

A proveniência regional vem, convosco, redourar os brasões da representação acadêmica de nossa província natal, unindo o vosso nome de historiador consagrado aos de Antonio Olinto, Ivo Pitanguy, Oscar Dias Corrêa e Sábato Magaldi, que ora ilustram, entre nós, as melhores tradições da Literatura, da Ciência, da Política, do Direito e do Teatro em Minas Gerais. O governo do nosso Estado já o havia reconhecido, agraciando-vos com as medalhas de Santos Dumont e da Inconfidência, bem como o Itamaraty, com a Ordem de Rio Branco.

Aquelas tradições mineiras, embora, enriquecidas por vossa presença, sigam brilhando no plenário desta Academia, pecam, hoje, pela ausência no cenário federal. A ponto de não ser despropositado recordarmos, aqui, as imagens famosas com que Francisco Otaviano deplorou, um dia, a mesma carência:

Estrela brilhante do sul, formosa província de Minas, por que desmaias no azul da nossa pátria, quando ela precisa que cintiles com toda tua pureza antiga? [...] Tu que tiveste por largo tempo a primazia no paço dos césaes e nos comícios do povo, por que te aniquilas na indiferença e no desânimo? [...] Onde estão teus filhos? [...] Formosa província de Minas, surge, surge; não te é lícito tão longo repouso.

E José Sarney, ao receber-me nesta Casa, tão insuspeito quanto Otaviano, pois nenhum dos dois por lá nasceu: “Quando Minas se enfraquece, o Brasil definha. Minas é a união, é a liga inquebrantável que une as fissuras dos Brasis: o do norte, sertão agreste, e o do sul. Minas não tem mar porque o mar é salgado. Minas é doce. Suas águas são as águas da unidade nacional.”

Antes de perpassarmos algumas obras por vós publicadas, cumpre lembrar sempre que nós, acadêmicos, como titulares oficiais da Cultura, não podemos esquecer as angústias, os dramas e sofrimentos da gente brasileira, refletidos não só na Literatura, mas em nossa História, Sr. José Murilo de Carvalho. Vós não a resumis à descrição dos feitos heroicos de uns poucos escolhidos. Sem olvidardes os píncaros, ides além, buscais o fundo dos grotões, a fim de descobrir e valorizar, para redimi-la, a vida dos milhões de humilhados e ofendidos. Dedicai-vos menos aos frequentadores das cumeadas da glória que aos desaparecidos na obscuridade e na miséria. Atentais aos trabalhos do povo, antes que aos interesses das elites. Analisais o Brasil real, de preferência ao Brasil legal, utilizando, com grande rigor e acuidade, fontes primárias de informação.

Os vossos títulos historiográficos desafiam exposição minuciosa, tal a quantidade e importância com que se apresentam. Vamos resumi-los mais adiante. Pois, sendo esta uma Academia de Letras, será lógico, sem mencionar artigos e ensaios, que se aproximam da centena, começar pelos livros principais: *A Escola de Minas de Ouro Preto – o Peso da Glória*; *A Construção da Ordem – a Elite Política Imperial*; *Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a República Que não Foi*, premiado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais como o melhor livro em Ciências Sociais de 1987; *Teatro de Sombras – a Política Imperial*; *A Formação das Almas – o Imaginário da República no Brasil*, agraciado com o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro e o Prêmio Banorte de Cultura Brasileira; *A Monarquia Brasileira*; *Pontos e Bordados – Escritos de História e Política*; e *A Cidadania no Brasil – o Longo Caminho*, a que foi atribuído o Prêmio Casa de las Américas. Caberia acrescentar, ainda, *As Forças Armadas na Primeira*

República — o Poder Desestabilizador, parte integrante da *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Bóris Fausto.

Em *A Escola de Minas de Ouro Preto — o Peso da Glória*, evocastes a origem e a influência de uma instituição demarcadora do pensamento científico entre nós e de larga repercussão na vida econômica e política do País.

A tese de doutorado por vós apresentada, em dezembro de 1974, na Universidade de Stanford, o mais conceituado centro de excelência dos estudos de Ciência Política nos Estados Unidos, seria editada, posteriormente, em dois livros, *A Construção da Ordem* e *Teatro de Sombras*. Neste trabalho de vasta pesquisa e erudição, revelais o prosclênio e os bastidores da vida pública no primeiro e no segundo reinados, estudando a atuação decisiva da elite sobre a manutenção da integridade territorial do Império. A representação política traria consigo elementos comparáveis à representação teatral, onde a primeira ficção seria a própria ideia de representação. Pois a elite imperial nunca refletiu, de fato, a população brasileira.

Mas, aqui, tampouco vos privastes de observar que o nosso caminho para a civilização não seguia, necessariamente, as direções apontadas pela Economia Política. Nem o Estado Republicano, mais liberal que o do Império, viria a ser mais democrático, pois, nele, a dominação social se espelhou ainda mais abertamente na ação partidária. A eliminação, pela República, do Poder Moderador Imperial resultou na extinção dos partidos nacionais atuantes nas províncias, substituídos por partidos únicos nos estados que as sucederam. As novas feições da Política se ajustaram melhor, em consequência, à fisionomia real do País.

A união da elite imperial não significava unidade. Tal divergência se pode exemplificar na diferença de pontos de vista entre liberais, para quem, conforme Thiers, o imperador reinava, mas não devia governar, e conservadores, adeptos da fórmula de Guizot, segundo a qual ele podia reinar, governar e administrar. Mas aquela solidariedade foi importante para evitar que a antiga América portuguesa se estilhaçasse em vários estados, como a espanhola. Por outro lado, a centralização, sustentada pela Monarquia, era um meio de preservar a ordem escravocrata em todas as províncias.

Não hesitastes em recordar o poder desestabilizador de *As Forças Armadas na Primeira República* em 1974, quando elas se encontravam em plena faina de desestabilizar a quinta República — se as enumerarmos pela quantida-

de de constituições republicanas que tivemos, inclusive a de 1937, a Carta ditatorial do Estado Novo. A primeira já fora delimitada por duas intervenções armadas, a de 1889, derrubando o Império, e a de 1930, que a encerrou.

Na Proclamação da República, os oficiais oriundos das escolas militares, positivistas e pacifistas, contribuíram com ideias, porém nada de prático teriam obtido sem o apoio de última hora dos veteranos, que mobilizaram a corporação. Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca foram os paradigmas dessas duas correntes tão dissímiles, que se uniram para acabar com a Monarquia.

O recrutamento evoluiu então, na República, no tocante aos oficiais, de aristocrático para endógeno de classe média. Mas, imposto pela força às classes mais baixas, resultou na má qualidade das praças. O poeta e Acadêmico Olavo Bilac contribuiu para aproximar o Exército do povo e multiplicar-lhe o poder político, com a campanha que fez pelo sorteio, visando o alistamento universal.

O Exército preponderava no Rio Grande do Sul e na capital federal, o Rio de Janeiro, com maioria de gaúchos, acarretando ausência quase total de paulistas e mineiros na liderança militar republicana. E a grande predominância numérica dos tenentes, bem como a lentidão nas promoções, favoreceram as rebeliões do tenentismo – vitoriosas, afinal, em 1930, mas logo emascaradas pelo caudilhismo civil.

Enumerastes em três linhas doutrinárias distintas as tendências que dividiam, na primeira República, o Exército Brasileiro: a do soldado-cidadão, batalhador incansável pela intervenção reformista; a do soldado profissional, propugnador da não intervenção; e a do soldado-corporação, partidário da intervenção moderadora. A consequência deste poder moderador das Forças Armadas seria o conservadorismo social das suas intervenções. Passou-se da política na organização para a política da organização. O que acarretou, entre 1964 e 1985, uma ditadura corporativa, sem ditadores individuais. Um ditador, por definição, permanece indefinidamente no Poder. Nenhum dos nossos generais-presidentes logrou este feito.

Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não Foi alude à frase famosa com que Aristides Lobo qualificou a forma pela qual a população da capital assistiu ao golpe militar que derrubou o Império. Ali assinalais, com precisão, o pecado capital do movimento: a indiferença popular. Diríeis, mais tarde, que a República fracassou, porque a nação não esteve presente. Tampouco diversa fora a distância com que o povo testemunhou a indepen-

dência. Esta e a República partiram de dois gritos, o de um jovem príncipe e o de um velho marechal. Não se ouviu, porém, em nenhuma das duas circunstâncias, de um povo heroico o brado retumbante. Já a campanha abolicionista permitira que a opinião pública se manifestasse, pela primeira vez entre nós, refletindo a vontade nacional. Mas, com o movimento antiescravagista, ficou exposto, por outro lado, o núcleo da oposição entre os polos do poder da Coroa: o burocrático, encabeçado pelo próprio imperador, e o econômico, representado pelos grandes proprietários rurais.

Optastes, ao mesmo tempo, pela transição da Monarquia para a República como a melhor ocasião de estudar as relações entre o cidadão e o Estado. Ao centrar a vossa análise na capital de então, o Rio de Janeiro, mostrais como a República remodelou cidades, mas não permitiu que se formassem cidadãos.

Em *Os Bestializados*, exemplificais como, entre nós, o formal não era levado a sério, nem a lei se adotava para valer. O regime republicano consolidou-se excluindo o povo de participação no governo. Vigorava o conluio da ordem com a desordem, da norma com a transgressão. A Capital, a República e a cidadania permaneciam dissociadas. E o que escrevestes sobre aquela época de transição permanece até hoje, quando o jogo do bicho foi alcançado pelo narcotráfico. Há dez anos, dizíeis que

o bicho, agigantado pela incorporação do crime, do tráfico e do contrabando, penetrou no coração da Política e da sociedade, invadiu o mundo da criatividade popular, o samba e o futebol, comprou autoridades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário [...]. A cidade, no sentido cívico da palavra, está bichada.

A alma encantadora das ruas, que inspirava João do Rio, tornou-se uma lembrança distante, irreal.

A Primeira Constituição Republicana, de 1891, negou o voto aos analfabetos e desobrigou o Estado da instrução primária, regredindo, nestes pontos, com referência à Constituição Imperial de 1824. Suas inovações em benefício da cidadania reduziram-se a baixar a idade mínima dos eleitores e eliminar o limite de renda. O mecanismo eleitoral afastava da participação política grande parte da população do Rio de Janeiro, e muitos dentre os demais não se interessavam em exercê-la. Mas os cidadãos inativos chegaram a defender

ferozmente o que consideravam seus direitos, conforme ocorreu, há exatamente um século, com a revolta da vacina. Então, como Getúlio Vargas cinquenta anos mais tarde, o Presidente Rodrigues Alves recusou-se a abandonar o Palácio do Catete, afirmando ser aquele o seu posto – de combate, se necessário. Contudo, ao contrário de Vargas, preparou a resistência e venceu.

Os princípios de preservação da liberdade individual e do respeito à privacidade do lar atuaram como pretextos morais da rebelião. O levante militar com que esta culminou foi derrotado, mas, em verdade, caiu drasticamente o número das pessoas vacinadas. Enfim – resumis –, a revolta da vacina poderia ser interpretada como uma manifestação cidadã em negativo.

Em *A Formação das Almas – o Imaginário da República no Brasil*, o trato constante do simbólico não nos conduz a um mundo de falsas aparências, pois simbólico não quer dizer obscuro. No caso de que vos ocupais, os símbolos são a metáfora da História. Interpretais imagens, alegorias e mitos da época buscando avaliar como as visões republicanas atingiam as populações em geral.

Definis a natureza da República Brasileira quando foi proclamada, mostrando a disputa por três correntes pela legitimação do novo regime: o Jacobinismo idealizava a democracia direta, o governo através da participação da cidadania, inspirado na revolução francesa; o Liberalismo, de inspiração norte-americana, visando uma sociedade de indivíduos autônomos, com interesses orientados pela “mão invisível” do mercado, a que aludia Adam Smith; e o Positivismo a imaginar a futura idade de ouro, através de uma ditadura republicana, plebiscitária e benévola e da humanidade mitificada.

Às correntes liberais, positivistas e jacobinas entre as quais se dividiam os propugnadores do novo regime, somaram-se anarquistas e socialistas, alimentando o caos financeiro com que o encilhamento encarnava a vitória do espírito capitalista, desacompanhado da ética protestante.

A República foi proclamada no momento de maior popularidade da Monarquia, do imperador e da Princesa Isabel, consecutivo à abolição da escravatura. A grande população negra era simpática à Coroa. Mas o grosso do Exército e da Marinha, estacionado no Rio de Janeiro, facilitava as pressões e intervenções militares.

A postura liberal pressupõe a liberdade de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião, de participar coletivamente do governo. Isto se dá pela representação. Porém, o liberalismo conduziu de fato, em sua prática brasilei-

ra, à consagração da desigualdade, como imposição do interesse do mais forte, numa espécie de darwinismo social. Acoplado ao presidencialismo, teve em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime autoritário, em que a sociedade caracterizou-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. O que levou Alberto Torres a exclamar: “Este Estado não é uma nacionalidade; este País não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos.”

Entre os republicanos históricos, que eram liberais, os positivistas e os jacobinos militaristas, o debate sobre a origem da República ficou inconcluso, como inconclusa, até hoje, permanece a nossa *res publica*. Euclides da Cunha trouxe ao prosclênio da opinião e da Literatura nacionais o drama do sertanejo; Graça Aranha, o do imigrante; Monteiro Lobato, o do caipira; Gilberto Freyre, o do negro; mas a República Brasileira ainda não os tornou cidadãos ativos. Contra os que lutam por democratizá-la, insistem outros em mantê-la privatizada. Noutro contexto, iríeis referir-vos ao divórcio estabelecido, no pensamento republicano, entre democracia e reforma social.

Para evitar a divisão originária entre os partidários de Deodoro, Floriano e Benjamin Constant, o herói militar republicano veio a ser um soldado do Império, Caxias; e o mártir da República, um alferes da Colônia, o Tiradentes. Quanto ao imaginário feminino, a Virgem negra de Aparecida simbolizaria muito melhor a Nação Brasileira, na República, que qualquer figura jacobina, com ou sem barrete frígio, ou positivista, à imagem e semelhança de Clotilde de Vaux, a musa de Augusto Comte, cujos seguidores, entretanto, conseguiram incluir o lema “ordem e progresso” em nossa bandeira.

A República, para se popularizar, apelou assim à independência, obra do Império, e à religião, através da analogia do martírio do Tiradentes com o de Cristo; aos símbolos monárquicos, mantendo o formato e as cores da bandeira imperial; e à tradição cívica, ao resgatar a música do hino nacional. Daí para a metáfora que criastes foi um passo: a *pietà* cívico-religiosa da República, tão pouco republicana, simbolizada pelo mártir Tiradentes nos braços da Virgem Aparecida. Desta forma, ficava sintetizado, na sua expressão mais pura, o imaginário nacional.

Vosso estudo sobre o longo caminho de *A Cidadania no Brasil* traz-nos logo à lembrança a retórica da Carta Magna que ora nos rege, a “Constituição cidadã”. Ele se focaliza nos problemas que retardam a vivência plena da cida-

dania pelos brasileiros, pois os direitos civis, políticos e sociais do cidadão garantem, respectivamente, a vida, a liberdade, a propriedade, a igualdade, a influência da sociedade no governo, através do voto, e sua participação na riqueza coletiva. Aponta, também, para a falsificação das vontades no processo eleitoral, que vem do bico de pena até, em nossos dias, à influência determinante do poder econômico. Entre nós – protestais –,

povo e Estado [...] juntaram-se apenas nas núpcias adulterinas do clientelismo e do populismo. [...] Clientelismo e populismo não são democracia nem produzem democracia. Neles, nem é o povo soberano, nem é o Estado democrático. Do lado do Estado permanecem o arbítrio e o paternalismo, do lado do povo a fisiologia e a lealdade personalizada.

O conceito de cidadania, que começais por resumir em quem pode votar e ser votado, é mais do que uma presença constante na totalidade da vossa obra, a recordar-nos que as instituições têm sempre o homem como sua primeira razão de ser, seu fim último. Constitui o fulcro de como encaraís a missão do historiador. Sintetizais a ideia de pátria na família, na integração, na comunidade, ao passo que cidadania implica cálculo, pacto, construção, defesa de interesses. Mas essas noções não se excluem, antes se complementam, para configurar o Estado.

A constituição da cidadania – afirmais – não dispensa o Estado, e, portanto, não prega sua dissolução em nome das forças da globalização. Mas ela exige um novo Estado, que terá por tarefa básica garantir os direitos, que será um instrumento da realização humana, e não um fim em si [...]. O fortalecimento das redes de relações sociais, de identidades coletivas intermediárias, [...] é o que garantirá a construção do novo Estado, é o que garantirá sua legitimação.

Em consequência, concluí que

as bases do orgulho nacionalista terão que se deslocar da mera posse e controle de recursos materiais, frutos da tradicional valorização da natureza combinada com a competição internacional, [...] para a qualidade de vida dos cidadãos que compartilham o espaço nacional. A garantia das liberdades civis, o acesso à Educação, a proteção à saúde, a garantia de emprego, a capacitação tecnológica, serão mais importantes para a sustentação da solidariedade nacional [...].

Em mais de três séculos de colonização, Portugal legou-nos um país enorme, dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas também uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. Não existira sentimento nacional durante a Colônia. Os inconfidentes de 1789 referiam-se a si próprios como americanos ou imaginavam uma pátria mineira. Como, para os revoltosos de 1817, a pátria era Pernambuco. O principal fator de produção da identidade brasileira viria a ser, já mais para o fim do segundo reinado, a guerra do Paraguai.

A única alteração relevante nos direitos da cidadania, durante o Império e a primeira República, consistiu na abolição da escravatura. O Brasil foi o último país de tradição cristã e ocidental a libertar os escravos. Porém, para concluí-la e lhe dar sentido prático, faltaram a reforma agrária e a educação dos libertos, problemas até hoje não resolvidos. “A escravidão desapareceu, foi abolida” – reconheceis –, “mas as características hierárquicas e autoritárias permaneceram. A batalha da abolição, hoje, é a batalha pela eliminação dessas características, responsáveis, entre outras coisas, pela preservação da marginalização do negro.” Pois temos, conforme asseverais, o dever de “completar a tarefa inconclusa da abolição, pela absorção da população negra dentro da comunhão plena da cidadania brasileira”.

Desde o Império, o coronelismo vigente no interior negava os direitos civis e anulava os políticos. O governo se firmava pelo reconhecimento de limites estritos ao poder do Estado. Ao manter privado seu conteúdo, restringia a extensão da cidadania.

Os principais obstáculos à cidadania civil centraram-se na escravidão e na grande propriedade rural. O Movimento Abolicionista significou um começo de cidadania ativa. Outro foi o Tenentismo, iniciado em 1922, ao atacar oligarquias políticas estaduais. Pois nem o Centralismo trouxera a educação cívica, nem o Federalismo, a garantia da liberdade. O Centralismo tendeu ao despotismo do governo, o Federalismo, ao do poder privado dos “coronéis”.

A Revolução de 1930 representou um divisor de águas, acelerando transformações sociais e políticas. O povo dela não esteve ausente, como em 1889, quando da Proclamação da República. Já agora era ator, posto que coadjuvante, de um movimento nacional, reagindo contra mais uma eleição fraudulenta. Até então, como bem lembrais, “havia fraude na ins-

crição dos eleitores, fraude na votação, fraude na contagem dos votos, fraude no reconhecimento dos eleitos”. Ficava abolido, doravante, o sistema de capitânias hereditárias virtuais, implantado pela política dos governadores, que Campos Salles instituiu.

Após a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, as mulheres teriam reconhecido o direito de voto. Mas o governo autocrático de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, com o curto de intervalo constitucional de 1934 a 1937, legou-nos uma cidadania sem democracia, limitada por restrições políticas, passiva e receptora, antes que ativa e reivindicante. Era a ditadura republicana, inspirada pelo positivismo gaúcho.

Lembraís, com justiça, que os positivistas haviam sido os primeiros a considerar benéfica a contribuição da raça negra para a formação da sociedade brasileira, além de defenderem a política de proteção dos índios, encarnada no General Rondon. Mostrou-se também meritória sua influência sobre a legislação social, ao preconizarem a incorporação das camadas oprimidas à sociedade nacional. Mas eles foram, por outro lado, responsáveis pela separação dos ideais de reforma social e democracia representativa, ao defenderem um regime autoritário e se oporem à representação parlamentar.

No Estado Novo, o povo não falava por si mesmo. Sua identidade era-lhe outorgada pelo regime, que o silenciara, abolindo os partidos políticos, fechando o Congresso, cancelando eleições, proibindo greves e implantando o sindicalismo corporativista, dependente do governo.

Restabelecida a democracia em 1945, readquirimos a cidadania, embora sem maior evolução social. A resistência libertária responsável pela fundação da União Democrática Nacional fora a principal responsável pela derrubada da ditadura civil do Estado Novo. Observais, contudo, que

o liberalismo da década de 1950, através da UDN, [...], recuperou muito o Rui Barbosa de antes da descoberta da questão social. [...] Ele acabou dando ênfase muito grande ao problema da ética e da moral. Trata-se, sem dúvida, de questão importante, que está sendo retomada hoje, mas [...], de alguma maneira, ele a esterilizou, desvinculando-a da questão social.

Aqui, no entanto, cumpre insistir na importância de uma administração íntegra, que impeça o desvio fraudulento de recursos destinados ao bem-estar da coletividade.

Aos nossos direitos políticos, não correspondera o desenvolvimento prévio dos direitos civis. Lembrais que, para a grande maioria dos brasileiros, existe o Código Penal, mas não o Código Civil. De 1964 a 1985, os direitos civis e políticos dos brasileiros foram restringidos pela violência da ditadura militar, através do Ato Institucional n.º 1, de 1964, do n.º 2, de 1965, e, mais duramente ainda, do n.º 5, de 1968. Já os direitos sociais, como sói acontecer durante os regimes autoritários, dada a menor resistência encontrada pela sua aplicação, se alargaram, com a unificação e universalização da previdência, através da inclusão, nela, dos trabalhadores autônomos, rurais, e das empregadas domésticas.

A Constituição vigente, de 1988, tornou facultativo o voto dos analfabetos, reduziu a idade para o seu exercício, continuou estendendo os direitos sociais. Os direitos civis vigentes antes do estabelecimento do regime militar, que os cerceara, foram restabelecidos e ampliados, com as inovações do *habeas data* e do mandado de injunção. Contudo, a sociedade brasileira segue estigmatizada, em termos de justiça social, por uma das piores repartições de renda vigentes no mundo. Permanecemos, por definição, um país injusto. Em relatórios e estudos recentes sobre a desigualdade social no planeta, o Brasil aparece, no tocante à distribuição de renda, à frente, apenas, de quatro estados africanos. Mas estes, tomados em conjunto, totalizam cerca de quinze milhões de habitantes. O que permite considerar-nos, com os nossos cento e oitenta milhões, a grande nação mais desigual da Terra.

Sr. José Murilo de Carvalho, desde a fundação da Academia Brasileira, o seu secretário geral perpétuo, Joaquim Nabuco, deixou claro, conforme o exemplo da Academia Francesa, que lhe servira de modelo, não devermos cingir-nos à Literatura pura e simples, mas nos enriquecer incorporando ao convívio acadêmico individualidades notáveis pelo aporte trazido à nossa Cultura em seus diversos campos de atuação.

Entre essas, fazia-se premente dar continuidade à permanência, aqui, de sábios cultores da História. Apenas para exemplificar, lembremos nomes ilustres, como os do Patrono Francisco Adolfo de Varnhagen, dos Acadêmicos Oliveira Lima, Rocha Pombo, Rodolfo Garcia, Afonso de Esagnolle Taunay, Pedro Calmon, Afonso Arinos de Melo Franco, José Honório

Rodrigues, Américo Jacobina Lacombe, Raymundo Faoro. A eles, permiti-me acrescentar dois outros, dos maiores, que não foram membros desta Casa, mas aos quais me ligavam laços familiares de profundo afeto, ora transfigurados em lembrança e saudade constantes: Otávio Tarquínio de Sousa e Sergio Buarque de Holanda.

Mas, após o desaparecimento daqueles, carecíamos de um historiador em tempo integral. E, para estudar e divulgar a nossa História, os vossos títulos, internos e internacionais, são abundantes. Desde o bacharelado em Sociologia e Política na Universidade Federal de Minas Gerais (onde vos beneficiastes da sabedoria e privastes da amizade do ilustre Francisco Iglésias), passando pelo mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciência Política e História na Universidade de Stanford, pela especialização em Metodologia de Pesquisa na Universidade de Michigan, por outro pós-doutorado na Universidade de Londres, vos dedicastes a atividades de docência e direção na Universidade Federal de Minas Gerais, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual sois professor titular.

Como pesquisador e docente, vossa peregrinação estendeu-se à Fundação Casa de Rui Barbosa, à Fundação Getúlio Vargas, às universidades de Princeton, de Londres, de Oxford, de Leiden (na Holanda, onde, como embaixador do Brasil, tive o prazer de receber-vos), da Califórnia, de Notre Dame. Pesquisastes e lecionastes, ainda, na Maison des Sciences de l'Homme, no Centre d'Étude des Mouvements Sociaux e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris.

Membro titular do PEN Clube do Brasil, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, membro da Academia Brasileira de Ciências, adentraís agora, com merecimento total e para honra nossa, os umbrais da Academia Brasileira de Letras. Historiador José Murilo de Carvalho, intérprete fecundo do Brasil, esta Casa de grandes historiadores é naturalmente, de direito e de fato, a vossa Casa.

Discurso do
SR. HELIO JAGUARIBE

e

Resposta do
SR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

*Sessão solene extraordinária do dia
22 de julho de 2005*

I

DISCURSO DO SR. HELIO JAGUARIBE

Sr. Presidente,
Autoridades,
Embaixadores,
Querida Rosa Freire d'Aguiar Furtado,
Estimados confrades,
Senhoras e senhores,

Ser eleito para esta Academia constitui, para qualquer intelectual brasileiro, a mais alta distinção. Fico imensamente grato aos preclaros confrades por sua generosidade. Não posso deixar de referir, pessoalmente, esse quinteto mozartiano da Cultura, composto por Afonso Arinos, Alberto Venancio, Candido Mendes, Cícero Sandroni e Pe. Fernando Bastos de Ávila, amigos que tanto se empenharam para que eu ingressasse nesta Casa.

Como todos aqui presentes, estimaria que não me tocasse suceder Celso Furtado, porque ele continuaria vivo entre nós, nos brindando com sua lucidez. Uma vez que nos antecedeu na saída deste mundo, nada me poderia ser mais grato do que sucedê-lo. Mantive com Celso estreita amizade por mais de meio século, identificado com suas ideias e projetos e por ele tendo tão grande estima quanto alta admiração. Há autores que se tornaram grandes, porque escreveram grandes obras. Proust e Joyce, entre outros. Bem mais raro é o grupo dos que escreveram grandes obras, porque eram grandes homens. Celso Furtado é certamente um desses.

Sr. Presidente,

Nesta Casa, a Cadeira II tem como Patrono essa amável figura de romântico tardio que foi Fagundes Varela e por primeiro ocupante Lúcio Furtado de Mendonça, intrépido militante da República e principal instigador da fundação desta Academia. Sucede-lhe o preclaro jurista Pedro Lessa. Eduardo Pires Ramos, fino espírito satírico, não chega a ocupar a Cadeira, na sucessão de Lessa. A ele, se segue esse alegre trovador que foi Adelmar Tavares, e, depois dele, o eminente neurologista Deolindo Augusto Nunes Couto.

O cintilante Darcy Ribeiro será o sétimo ocupante da Cadeira II. Personalidade exuberante, com chispas de gênio e espantosa vitalidade, Darcy foi, ao mesmo tempo, um grande antropólogo e educador e um homem de ação. Agregou à sua obra antropológica a fundação da Universidade de Brasília e a militância trabalhista, ao lado de João Goulart. Foi Ministro da Educação no gabinete parlamentar de Hermes Lima, quando Celso Furtado ocupava a pasta do Planejamento. Amigo e admirador de Darcy, Celso teve muito trabalho para conter, dentro das modestas possibilidades do orçamento federal da época, as chamadas “metas educacionais mínimas”, de Darcy, cujo atendimento comprometeria quase que a totalidade do orçamento.

Afetado por gravíssimo câncer pulmonar, Darcy, então no exílio, proscrito pelo regime militar, recebeu autorização para voltar ao Brasil, para o que todos supunham seria sua eminente morte. Com sua indomável energia e espantosa vitalidade, Darcy fugiu da sua segunda internação no hospital e logrou, por conta própria, equilibrar sua saúde por bastante tempo.

É para mim, como cientista social, extremamente auspicioso o fato de estar sucedendo, na Cadeira II, a dois dos mais eminentes cultores dessa matéria. Essa sequência, de que tanto me regozijo, é uma demonstração, entre muitas outras, da medida em que, não obstante sua natural preferência pelas letras literárias, esta Casa confere a outras disciplinas humanas particular atenção.

VIDA E OBRA DE CELSO FURTADO

Senhor presidente,
Senhoras e senhores,

Estimaria, agora, delinear, com nostálgicas saudades, alguns breves comentários sobre Celso Furtado e sua obra.

Celso Furtado foi uma personalidade multifacética, que deixou profunda marca nas muitas dimensões do espaço que ocupou. Salientaria, como principais, a do teórico e a do planejador do desenvolvimento, a do militante da democracia social e a do humanista. Influenciado pela preocupação positivista com o rigor científico, pelo pensamento histórico-sociológico de Marx, por Keynes e sua escola e, particularmente, por Raúl Prebisch, Celso sempre considerou, seguindo Max Weber, a necessidade de se compreender historicamente o social e sociologicamente o histórico. Como teórico do desenvolvimento, insistiu na importância de se inserir, nos esforços sincronicamente analíticos da Economia, uma visão diacrônica, de caráter histórico-sociológico. Por outro lado, Celso sempre entendeu que a realidade social, como processo histórico, era mutável e susceptível de uma intervenção orientadora e reguladora do Estado, sempre que este dispusesse de satisfatória autonomia decisória. Daí sua ênfase na preservação da autonomia de Estado e no planejamento indicativo.

Concomitantemente, Celso Furtado era profundamente motivado pela necessidade, no caso de um país como o Brasil e, de um modo geral, da América Latina, de se mudar seu extremamente injusto perfil social, o que lhe parecia exequível por via de uma ativa democracia social. Era radicalmente oposto a todas as formas autoritárias e cético das revoluções, que tendem a descambar para o autoritarismo. Acreditava na eficácia da militância reformista por via democrática. E nisso intervinha seu profundo humanismo.

No curso de seus profícuos 84 anos, a vida de Celso se desdobra em cinco períodos bem diferenciados: (1) o período formativo, de seu nascimento em Pombal, no sertão da Paraíba, em 26 de julho de 1920, a seu ingresso na CEPAL, em 1949; (2) o período cepalino, daquela data a 1958, quando se desliga da Instituição; (3) o período brasileiro, em que exerce relevantes funções públicas, até o Golpe Militar de 1964; (4) o período de exílio, de grande fertilidade intelectual, predominantemente passado na Sorbonne, em Paris, até seu regresso ao Brasil, em 1985; e (5) finalmente, seu novo período brasileiro, até seu falecimento em 2004.

No período formativo de Celso Furtado, dos estudos iniciais na capital da Paraíba a seu ingresso na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1940, e, por concurso em 1943, no DASP, destaca-se

sua atuação na Itália, na Segunda Guerra Mundial, como Aspirante a Oficial, integrante da FEB. Dessa época, surge seu primeiro livro, *Contos da Vida Expedicionária*, de 1946.

Em 1946, ingressa no curso de doutoramento em Economia da Sorbonne e se diploma, em 1948, com a tese “L’Économie Coloniale Brésilienne”, sob a direção do Prof. Maurice Byé. Em agosto desse mesmo ano, retorna ao Brasil e se junta ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas.

A fase cepalina de Celso Furtado será decisiva na ultimação de sua formação intelectual. Nela, lhe é dado manter um convívio assíduo com Raúl Prebisch, dele absorvendo um dos marcos de seu pensamento, a díade “centro-periferia”. Nos seus dez anos de CEPAL, Celso teve a oportunidade de estudar ampla e profundamente os problemas da América Latina e de manter frequente contato com relevantes personalidades da região. Datam desse período seus livros *A Economia Brasileira*, de 1954, o importante estudo *Uma Introdução à Técnica de Programação*, de 1955, *Uma Economia Dependente*, de 1956, sua conferência no ISEB, “Perspectivas da Economia Brasileira”, de 1958, e, no curso de um estágio na Universidade de Cambridge, seu clássico *Formação Econômica do Brasil*, de 1959.

A fase “brasileira” de Celso Furtado será a mais importante, no que se refere à sua atuação como planejador do desenvolvimento e como militante de uma reforma social democrática. Designado, pelo Presidente Kubitschek, interventor no Grupo de Estudos do Desenvolvimento do Nordeste, elabora “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, que dará origem ao Conselho do Desenvolvimento do Nordeste. No ano seguinte, de passagem pela Universidade de Cambridge, seu já referido clássico *Formação Econômica do Brasil*.

Em 1960, o Congresso aprova a Lei da Sudene, e Celso é nomeado superintendente da nova agência, com sede em Recife. Nesse mesmo ano, publicou *Subdesenvolvimento e Estado Democrático*. Concomitantemente com sua profícua atividade na direção da Sudene – que imprimirá ao Nordeste uma taxa de desenvolvimento superior à média brasileira –, Celso publica, em 1961, o livro em que desenvolverá sua original visão do problema, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

No governo parlamentar, sendo Primeiro-Ministro Hermes Lima, Celso exerce a pasta de ministro do Planejamento. É nesse período que prepara um importante projeto, o Plano Trienal, em que indicou as medidas neces-

sárias para retomar, nas difíceis condições daquele momento, o esforço de desenvolvimento nacional. O Golpe Militar de 1964 impediu a execução do plano. Celso, que então já havia retornado para a direção da Sudene, é cassado e parte para o exílio.

O período do exílio o manterá fora do País, predominantemente na Sorbonne, em Paris, de 1964 a 1985.

Esse período, para Celso, diversamente do ocorrido com outros proscritos do País, foi da mais intensa atividade intelectual. No curso de seus vinte anos de exílio, Celso publicou *Teoria e Política do Desenvolvimento*, em 1967. No ano seguinte, *Um Projeto para o Brasil*. Em 1969, *Formação Econômica da América Latina. Análise do Modelo Brasileiro* aparece em 1972. No ano seguinte, *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Em 1974 surge *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Segue-se *A Economia Latino-Americana*, de 1976, *Prefácio a uma Nova Economia*, do mesmo ano, *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, de 1978, *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*, de 1980, *O Brasil Pós-Milagre*, de 1981, *A Nova Dependência, Dívida Externa e Monetarismo*, de 1983, e *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, de 1984.

Em 1985, com a anistia e a restauração democrática, Celso Furtado retorna ao Brasil. Nesse último período de sua vida, Celso voltará à atividade pública, como Embaixador junto à Comunidade Europeia, em 1986, e ministro da Cultura, no Governo Sarney, de 1986 a 1988. Em 1997, é eleito para a Academia Brasileira de Letras e, em 2003, para a Academia Brasileira de Ciências. Nesse período, publica *A Fantasia Organizada*, em 1985, *Transformação e Crise na Economia Mundial*, de 1987, *A Fantasia Desfeita*, em 1989 e, nesse mesmo ano, *ABC da Dívida Externa*. Seguem-se, em 1991, *Os Ares do Mundo e Introdução ao Desenvolvimento*, em 2000, *O Capitalismo Global*, em 1998, e, em 2002, *Em Busca de um Novo Modelo*. Sua obra autobiográfica seria reunida em três tomos, por sua segunda esposa, Rosa Freire d'Aguiar, sob o título *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*, publicada em 1997. Celso falece subitamente no dia 20 de novembro de 2004.

O que empresta a maior originalidade à teoria do desenvolvimento de Celso Furtado é o fato de que, alicerçada em ampla cultura histórica, sociológica, econômica e política, sua contribuição, tratada com superior inteligência e elegante estilo, introduz um novo entendimento da Economia, que é abordada, concomitantemente, a partir de uma diacrônica visão histórica e de uma

rigorosa análise sincrônica. Dentro dessa perspectiva diacrônico-sincrônica, Celso se vale do conceito prebischeano de “centro-periferia” para lhe conferir um sentido muito mais amplo, o que lhe permitirá uma nova compreensão da díade “desenvolvimento-subdesenvolvimento”.

Essa nova visão do complexo desenvolvimento-subdesenvolvimento permite a Celso a definitiva superação do tratamento clássico da questão, de Ricardo a Keynes. Celso mostra que o desenvolvimento não é uma fase “madura” do subdesenvolvimento, nem este uma fase “primitiva” daquele. O que ocorre é algo de muito diferente. O que ocorre é que as economias da Europa Ocidental, a partir dos descobrimentos marítimos e da Revolução Mercantil, são conduzidas a formas de acumulação do excedente social que lhes permitirão incorporar as inovações técnicas que surgem dos séculos XVI a XVIII e encontram, na segunda metade deste, grande aceleração, na Revolução Industrial. Esse processo de acumulação do excedente, sob forma mercantil, inicialmente, e a partir de fins do século XVIII, sob forma crescentemente industrial, conduz esses países a instituir, com os países que se conservam meramente produtores de bens minerais ou agrícolas, um regime assimétrico de trocas que maximiza, naqueles países, os lucros e benefícios do intercâmbio, convertendo-os em países centrais e tornando os outros numa periferia. Naqueles, se processa um crescente desenvolvimento. Estes permanecem estagnados na condição de subdesenvolvidos.

Desenvolvimento-subdesenvolvimento é o resultado histórico, econômico e sociológico de um longo processo diferenciado de acumulação do excedente, favorecedor dos países centrais, em detrimento dos periféricos. Naqueles, o progresso técnico se efetua mediante modalidades cada vez mais eficazes de produção. Nestes, o progresso assume a forma de mera “modernização” e se manifesta na crescente sofisticação no consumo dos bens importados pelas minorias dominantes dos países periféricos.

Essa visão do processo de desenvolvimento comandará a atuação de Celso como planejador do desenvolvimento do Brasil do Nordeste. Seus projetos se orientam no sentido de transferir o progresso técnico do produto para a produção.

Profundamente motivado para contribuir para a modificação do pérfido perfil social brasileiro, Celso, como militante democrático-social e como humanista, se empenha no sentido de que os projetos de desenvolvimento, ademais de orientados para a crescente eficácia dos modos de produção,

sejam, igualmente, orientados para maximizar a inclusão, em melhores níveis de educação, de capacidade de trabalho e de vida, das imensas massas marginais do Brasil.

Como tive a oportunidade de dizer, ao iniciar esta exposição, Celso não foi apenas o autor de uma grande obra, mas a produziu, porque foi um grande homem.

A personalidade e a obra de Celso Furtado constituem uma indicação, dentro da extrema heterogeneidade que caracteriza a sociedade brasileira, da medida em que nela continuam a surgir, como ocorreu em seu passado, pessoas que se revestem da maior universalidade. Se, no caso de alguns como, por exemplo, Tobias Barreto ou Farias Brito, seu universalismo decorreu da completa assimilação de uma das grandes vertentes culturais do Ocidente, a alemã, naquele, a francesa, neste, o universalismo de Celso Furtado se revela na medida em que uma profunda identificação com suas raízes regionais e nacionais o leva ao mais compreensivo entendimento do mundo.

Subsistem, na personalidade de Celso Furtado, as grandes características do sertanejo nordestino, como a sobriedade da conduta, a austeridade dos hábitos, ou o entranhado amor à própria terra e aos seus costumes. Todas essas características, entretanto, são administradas por uma alta cultura universal e uma penetrante lucidez, o que o leva ao alto nível de universalidade que lhe foi internacionalmente reconhecido.

CONSUMISMO INTRANSITIVO

Sr. Presidente,

Como sucessor de um homem de espírito tão universal como Celso Furtado, continuamente atento a tudo o que ocorria no mundo e a seus reflexos sobre o Brasil, não poderia deixar de considerar, ainda que brevissimamente, os sérios problemas com que o Brasil e o mundo se defrontam, neste início do século XXI. Creio que, dessa imensa problemática, possam ser destacadas duas questões particularmente relevantes, aquela que se refere ao destino dos Estados nacionais, confrontados com o processo da globalização, e a que se refere às sociedades ocidentais, nas quais a erosão dos valores religiosos e tra-

dicionais, ademais de outros fatores, suscitaram um consumismo intransitivo, adverso à preservação da transcendência do homem.

Não me proponho, nas sucintas considerações que se seguem, discutir em termos mais profundos a problemática da transcendência. Considerada, de um modo geral, transcendência, como nos ensina Santo Agostinho, é o processo em virtude do qual um ser, permanecendo o que é, se ultrapassa a si mesmo. Dar-se-á tal fenômeno, porque um ser absolutamente transcendente, Deus, se encontra, como dizia Teilhard de Chardin, no início e no fim de tudo, como *alfa* e *omega* do universo? Ou, segundo outra visão filosófica, de que pessoalmente participo, porque o cosmos contém, como uma de suas propriedades ou constantes, uma transimanência, em virtude da qual, entre outros efeitos, surgiram a vida, neste planeta e, nele, um ser dotado de liberdade racional, como o homem? Aqui deixando sem resposta esta magna questão, observarei apenas que nenhuma antropologia filosófica consistente pode omitir a constatação de que ocorreu, na extraordinária série evolutiva da vida, no curso de cerca de 3,5 bilhões de anos, algo que, a partir de uma emergente protobactéria originária, conduziu, há cerca de 70 milhões de anos, ao aparecimento de animais dotados de superiores qualidades, como os primatas, e dentre estes à emergência, há cerca de 2 milhões de anos, de uma linha que conduziu ao *homo sapiens*, dotado de liberdade racional.

O exercício da liberdade racional requer uma complexa pauta de valores, que historicamente se configuraram a partir de diversas e sucessivas mitologias e teologias, culminando com as grandes religiões monoteístas, entre estas sobressaindo o Cristianismo. O curso do pensamento filosófico e científico, no Ocidente, a partir, notadamente, do século XVIII, suscitou sérias críticas às concepções religiosas do mundo. À crise resultante do conflito entre a razão e a fé, de que há esparsas manifestações desde a Antiguidade Grega e no Renascimento, conduziu, sob o influxo de outros fatores, ao consumismo intransitivo que caracteriza os setores afluentes das sociedades ocidentais contemporâneas.

O completo relativismo do chamado pensamento pós-moderno coonestta, teoricamente, esse consumismo intransitivo. Não se consome para viver. Vive-se para consumir. Nesse contexto cultural, a transcendência humana fica submergida no imediatismo do consumo e soçobram os valores superiores de que depende a viabilidade de formas igualmente superiores do convívio humano. Daí surge uma cultura da fraude e da violência, que ameaça se generalizar

no mundo civilizado. Pode-se esperar, realisticamente, uma saída desse imanentismo, que restaure, não arbitrariamente, uma hierarquia de valores compatível com formas superiores de sociabilidade?

Escaparia às dimensões convenientes para esta exposição qualquer intento de mais profunda discussão dessa questão. Limitar-me-ei, por isso, a duas ordens de considerações. A primeira consiste em recordar o fato de que o consumismo intransitivo não é uma invenção de nosso tempo, dele havendo numerosos vestígios históricos. Assim ocorreu no primeiro período intermediário do Antigo Egito, de 2200 a 2050 a.C., algo de que nos dá notícia o “Canto do harpista”. Assim ocorreu na Babilônia de Baltazar, de cuja condenação a Bíblia nos narra a terrível inscrição que surge nos muros do palácio real, *mene, tekel, phasin*. Assim na Roma de Nero, como nos conta o *Satyricon* de Petrônio. Assim muitos outros exemplos. O que ocorre, em síntese, é o fato de que as sociedades de cultura intransitiva não perduram a longo prazo. Ou se autorreformam como, para o caso romano, contribuíram o Estoicismo e o Cristianismo, ou são destruídas por outras sociedades, como na Babilônia.

Já é manifesta, no mundo contemporâneo, a ocorrência de um autocorretivo ao consumismo intransitivo, com a emergência de uma elite de poder, mais visível nos EUA de Bush, mas igualmente existente nos demais países ocidentais, que conduz ao domínio dos consumistas intransitivos por diversas modalidades de controle social. Por outro lado, emerge, concomitantemente, uma nova ética social, um neo-humanismo social e ecológico, de que são mensageiros os grandes pensadores de nossos dias, de Karl Jaspers, Max Scheler e Cassirer a Habermas, e de que são veículos diversos movimentos populares, dos “verdes” às várias modalidades religiosas de neofideísmo. Ao consumismo intransitivo, no Brasil e no mundo, está se opondo esse emergente neo-humanismo, como alternativa a uma mera elite de poder.

Instituições como esta Academia, ademais de suas funções de preservação da Língua e da Cultura de que somos portadores, são agências a que cabe a alta tarefa de conservar e difundir os valores superiores do Humanismo. Esse humanismo que mantém o legado do Humanismo clássico e renascentista, de Sócrates a Montaigne, bem como do Humanismo contemporâneo de Ortega, Horkheimer e autores já mencionados, assim como, entre nós, Sergio Rouanet, Mario Vieira de Mello e Miguel Reale, com o indispensável agregado, em nossos dias, de um sentido social e ecológico, como no caso de Celso Furtado.

DESTINO NACIONAL

A outra grande dimensão dos problemas com que atualmente se defrontam o Brasil e o mundo diz respeito à situação do Estado nacional, ante o acelerado processo de globalização de nossos dias. A concentração de poder econômico-tecnológico, cultural, político e militar na única remanescente superpotência, os Estados Unidos, permitiu a esse país se apropriar do processo de globalização e fazer de sorte a que, na atualidade, os processos de modernização se confundam com os de americanização do mundo.

Ante esse processo, as nações do mundo, com poucas exceções, estão perdendo a possibilidade de preservarem, isoladamente, sua identidade nacional e seu destino histórico. Estão se convertendo, rapidamente, em meros segmentos indiferenciados do mercado internacional e em províncias do “Império Americano”. Um império distinto de todos os precedentes históricos, do Romano ao Britânico, porque não se realiza sob a modalidade de uma dominação formal, exercida por um procônsul ou vice-rei, mas sob a forma de constrangimentos irresistíveis, de caráter econômico, tecnológico, financeiro, cultural, político e, quando necessário, militar. Suas “províncias” conservam as aparências da soberania, hino nacional, bandeira, exércitos de parada, até, nos países democráticos, eleições. Os dirigentes desses países, todavia, independentemente da forma como assumam o poder, se defrontam com um intransponível conjunto de constrangimentos que os compelem a atender às exigências do mercado internacional e, em última análise, de Washington.

Os países europeus, apesar de seu alto nível de desenvolvimento, tiveram, para escapar a esse destino, de se integrar na União Europeia. Países continentais, como China e Índia, logram preservar sua identidade nacional na medida em que mantenham, como o estão conseguindo até agora, uma acelerada taxa de crescimento econômico e de desenvolvimento próprio.

Um país como o Brasil, a despeito de sua condição semicontinental, sofre de uma terrível deficiência de integração social. Para lograr, isoladamente, um nível de integração social que lhe assegurasse um desenvolvimento sustentável, o Brasil necessitaria do transcurso de, pelo menos, três gerações, ou seja, de cerca de meio século, e isto se lograsse, no curso desse período, manter satisfatórias taxas de crescimento econômico. A História não nos dá esse

prazo. Não dispomos de mais de vinte anos para alcançar esse desejável patamar de desenvolvimento autossustentável.

Depara-se, assim, nosso país com um gigantesco desafio. Ou adota, pronta e eficazmente, medidas que lhe permitam enfrentar o desafio de uma globalização americanizadora e alienante, ou, a relativamente curto prazo, se converterá, como está ocorrendo com tantos outros e do que já há muitos indícios no nosso, em mero segmento indiferenciado do mercado internacional e província do império.

Ante esse terrível desafio, surge a pergunta: “O que fazer?” Mais uma vez as dimensões desta exposição não me permitiriam mais ampla discussão dessa decisiva questão. Seja-me permitido, assim, dar-lhe uma resposta sintética, que contenha o essencial daquilo que está em jogo. Essa resposta tem duas dimensões, uma interna, outra externa. A dimensão interna consiste em retomar, energicamente, o caminho do desenvolvimento, tal como magnificamente ilustrado pelo Governo Kubitschek. Algo que requer apropriado ajustamento às novas condições do mundo. Algo que tem como premissa fundamental o fato de que todas as grandes reformas de que necessita o Brasil têm, como pressuposto, uma pronta e profunda reforma política. A dimensão externa é a integração sul-americana, a partir da consolidação de Mercosul e, esta, da constituição de uma séria, confiável e reciprocamente vantajosa aliança argentino-brasileira.

Mencione-se, a respeito de nosso sistema político, que a redemocratização não instituiu, no Brasil, uma democracia representativa, e sim uma democracia de clientela. Daí a escandalosa situação que está sendo presentemente revelada. O atual sistema político brasileiro nos proporciona uma classe política extremamente deficiente. É surpreendente que, assim mesmo, surjam alguns homens públicos de alta qualidade. Cabe reconhecer que se não introduzirmos, urgentemente, amplas e profundas reformas, que instituam o regime distrital misto e o financiamento público das eleições, que conduzam à eliminação dos partidos anões, que são balcões de negociatas políticas, que imponham a fidelidade partidária e que adotem medidas que levem, para cada legislatura, à formação de uma coalizão partidária estável, dotada de programa e liderança únicos, e que assim assegurem maioria parlamentar responsável, nada se poderá fazer.

O prazo é igualmente curto para que aceleremos o processo de integração da América do Sul. Um importante passo, nesse sentido, foi dado com a recente constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações. Importa

agora, a partir de uma sólida e reciprocamente benéfica aliança do Brasil com a Argentina, consolidar o Mercosul e consolidar essa Comunidade. Se o fizermos, nos situaremos, com os demais países da região, entre aqueles aptos a preservar suas identidades nacionais e seus respectivos destinos históricos. Se não o fizermos, nos converteremos em mera geografia, num grande espaço territorial ocupado por um povo que perdeu relevância histórica.

Obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

HELIO JAGUARIBE E A MILITÂNCIA DA RACIONALIDADE

Helio Jaguaribe e Roland Corbusier visitaram Karl Jaspers em Basileia, em 1955. Mais do que um encontro com o filósofo, marco da perspectiva existencial no recado maior do século XX, o que os brasileiros buscavam, instintivamente, era a noção da relevância em que uma primeira geração nossa se rebelava à cultura ornamental, típica da vida do espírito do país ainda dependente, e à própria convenção de sua ruptura. Nenhum grande pensador do século XX foi tão longe em trazer a procura do sentido à História, em toda a sua dorsal. Jaspers atentava a como esse percurso se devolve e se corrige em saltos, impelido por uma nova inteligência, pela qual se cria uma mundanidade, e se escreve a aventura, sobre a crônica do homem.

A História tem, pois, relevo e se pauta pelo “tempo-eixo”, frente ao qual uma leitura interna renovada a define, em contracampos, épocas canônicas, como de esterilidade, de ruptura, como da quebra dos supostos dessa trajetória, na retomada de um questionamento de certezas, reconhecendo-se a infinita querela do seu fundamento. Rematava-se, nessa ideia-força, a tradição herdada, de Dilthey e Husserl, do novo referencial epistemológico como passo decisivo da modernidade na desconfiança radical do *cogito* e do discursivo, se não da arrogância ingênua do Humanismo Renascentista.

A noção do tempo-eixo guarnecia, nessa hermenêutica emergente do cuidado e na percepção de realidade, a busca do significante que o processo da nossa cultura prosélita reclamaria. Este, nós o viveríamos até a caricatura, quando a Semana de Arte Moderna, nos anos 1920, protagonizou a modernização como pantomima, no cenário mais que adequado do Teatro Municipal da Pauliceia, com a repetição da pirueta cansada de Marinetti, no confronto à *belle époque*, ao fim da primeira década do século.

A “Semana” da Pauliceia desempenhava ainda o último lance do mundo interior da dependência, tão bem assinalado por Henri Michaux: “Oh! o beletrismo tropical, sempre em reflexo, jamais em reflexão.”

Helio chega à Academia no ano do cinquentenário do ISEB. O Instituto que ele criou nascia, historicamente, da percepção do impacto do desenvolvimento, como desatar do imobilismo ou saída de nossa história circular. Expressou o meio século um primeiro confronto determinado com a inércia de um pensar brasileiro, à falta ainda de uma tradição humanista universitária, e no avanço pontual do seu conhecimento científico, de castigado pioneirismo ou sôfrega canonização.

Esse sentimento irrompia no Rio dos filhos-família, do Santo Inácio, das Faculdades Católicas, do Palácio Joppert, do Pe. Franca, onde Helio continuava a interpelação contra o peso das apologéticas da cultura confessional brasileira. Da leitura do Pe. Lahr, da veemência catequético-metafísica do Pe. Arlindo Vieira ou Pedro Cerruti; ou, no plano dos cânones imitativos, dos clichês da “Águia de Haia”, da confusão da Cultura com o prodígio linguístico, ou com a erudição, no seu viés tão inútil quanto retórico, do atletismo dos dicionários estacados na letra A, como os infindáveis cantos do *Mahabharata*.

Por uma vez, entretanto, tratava-se de um “mal-estar” contagiante, capaz de associar o Clube Pégaso dos rapazes cariocas – de Helio, José Paulo Moreira da Fonseca, Roberto Paulo César de Andrade, Jorge Hue – a um inconformismo paulista, insatisfeito com a acalmia pós-modernista. Nascia – com a iniciativa inédita entre as inteligências das duas megalópoles – o Grupo de Itatiaia, cioso de sua perfeita fronteira, buscando rever os conteúdos de uma interpretação do País. Pretendia quebrar o discurso da contemporaneidade, preso àquelas constantes de um universal acrítico, exposto pela hermenêutica jasperiana. Marcavam-no a enciclopédia marxista, como a permanência do

Positivismo – em si mesmo, sintoma da nossa excessiva mimese – e o começo de pergunta pela realidade, de Oliveira Vianna a Sergio Buarque de Holanda.

Helio, Roland Corbisier, Almeida Sales, Guerreiro Ramos, José Ribeiro de Lyra, Paulo Edmur de Souza Queiroz e Rômulo de Almeida se associavam no recado da grande e exata pretensão: a dos *Cadernos de Nosso Tempo*, onde se encontra, talvez, a única e efetiva colaboração entre uma inteligência paulista e uma carioca, em pensar o contexto malbalizado do país partido, ainda, tão impressentido, nas suas contradições.

O ISEB seria o resultado, nascido quase armado, de uma exigência da nossa nascente interpelação interior, irrompida quando o juscelinismo nos inseria no “tempo-eixo”, dos “50 em 5”. Guardava como pano de fundo o primeiro momento de maturação, súbita e única, de uma consciência brasileira acicatada pelo suicídio romano e fundador de Getúlio Vargas. O ISEB nascia contra o torpor universitário – palavra tão cara a Roland Corbisier – e frente ao último proselitismo da busca da tecnicidade e do cientificismo demandado no exterior, da fascinação pelas Ciências Exatas.

O impacto dessa aceleração histórica não só forçava o destaque de órbita da dependência, como pedia um novo referir brasileiro. Expressia – sob a consciência jasperiana – o começo da política de “toma de consciência” na percepção do processo social. No seu recado de hoje, mais que nunca, Helio herdou esse imperativo de ver o nosso tempo escandido em prazos históricos, momentos de decisão ou desfecho, tanto passava a reclamá-lo uma coletividade “para si” e não “para outrem”. Não era outro o novo mordente de geração, ou do “ser de risco”, da demanda de Sartre, a se somar à reflexão existencial, ibérica ou alemã, ao levar à reflexão radical o que representavam os colonialismos, seus sistemas e sua alienação.

Na perspectiva da crítica paulista, passada outra trintena, Caio Navarro de Toledo denominaria o ISEB de uma “fábrica de ideologias”. Na verdade, tratava-se de integrar, de vez, o racionalismo ao desenvolvimento, no que o querer político – segundo a concepção heideggeriana da verdadeira *poiesis* – labora um “ser de fundação” e exige, para gerações implicadas pela mudança radical, uma denúncia dos voluntarismos ingênuos, do alcance das reformas das instituições, ou o desatar-se mesmo da sociedade, na palavra intraduzível da *mouvance*, de Lévi-Strauss, ou do “inacabado perene”, de Pierre Bourdieu. É o Helio de *Cadernos de Nosso Tempo* que nos deixa com as primeiras visões semi-

nais da verdadeira arquitetura das causações sociais, em que desponta uma cultura crítica e a percepção, em ato, de um tempo de mudança, como pedido pelo desenvolvimento brasileiro.

Aí estão os textos canônicos, também de 50 anos, “O Moralismo e a Alienação das Classes Médias” e “Política de Clientela e Política de Ideologia”. A revista morreria – como é próprio das publicações inaugurais – no seu quinto número. Mas não sem plantar o caminho discrepante à convenção do pensar as nossas categorias de “ver o mundo” e emprestar-lhes o começo dessa reflexão referida em tempos ainda desmunidos da hermenêutica da desconstrução, de Jacques Derrida, ou dos “reconhecimentos” de Paul Ricœur. É a etapa de *A Redução Sociológica*, de Guerreiro Ramos, e, sob a melhor gnose crítica, da dialética da ingenuidade da nossa representação coletiva, na obra-matriz de Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*.

O programa isebiano trabalhava a marca clássica de uma propedêutica humanística brasileira. Queria-se inclusive eclético, sem se aperceber dos limites de ruptura imposto por essa abordagem. Nela, todo o referir-se à realidade está permeado por uma *intentio* escrutinadora; por um depósito cultural, para se dar conta da apropriação de uma modernidade, no conteúdo da Ciência Política ou da Sociologia. O *intento* ia à retorsão sobre o compreender, a resultar na literal metanoia de Vieira Pinto, o comentador do *Timeu*, de Platão, antes de se abrir à epistemologia radical de seu cometer-se, do ver de novo para entender o Brasil.

Helio Jaguaribe associou mais do que o rasgo de um tempo-eixo brasileiro, como presa acabada, trazendo-o à Rua das Palmeiras. Expôs-se, na cumulação da consciência e suas reificações instantâneas, às próprias polêmicas redutoras dessas ideologias, que marcaram o debate do seu *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* e a fatura do primeiro ISEB.

O pensador que rompe e sai do Instituto, no movimento em que o acompanhamos – Evaldo Correia Lima e eu mesmo –, como que ganha o largo compasso de uma atualidade internacional. É o seu tempo de Harvard, e onde pode nos dar o que, unanimemente à época, se reconheceu como a obra-chave da teoria política no desenvolvimento. O texto transformou-se no vade-mécum de toda a geração subsequente dos *brazilianists*. Tornou-se a interpretação continuada daquele Brasil “para si”, que prossegue, frente ao inverno militar, à cassação da reflexão crítica, ao exílio dos membros do CEBRAP, ao

começo do IUPERJ, como esforço de reflexão proibida pela própria sintomática da nova representação e da prática da mudança, vencida à contra ideologia, em que a Escola Superior de Guerra replicaria ao ISEB, primeira organização cultural fechada pelo governo de exceção, dispersa a sua biblioteca, no minucioso esquartejamento simbólico.

Nesse encontro do Brasil-projeto, como permitem o desenvolvimento e a irrupção de modelos diante de uma sociedade vista como aberta, a geração isebiana deparou o papel do intelectual, ou da *intelligentsia*, ao assumir, com todo o risco da conduta ideológica, a busca de um quefazer histórico. Ficávamos entre a aspiração, o conselheiro do príncipe e a imersão, sem retorno, no próprio processo político, enfrentando a representação eleitoral e as lacerações da campanha, na servidão da legenda, da frustração com o desempenho parlamentar, de que, anos antes, Santiago Dantas nos dera, como deputado pelo PTB de Minas Gerais, o mais contundente dos depoimentos.

Em tempos latentes de tantos protagonismos — e sem recorrer ao insuportável chavão do homem renascentista —, Helio viu-se urgido, também, no melhor modelo schumpeteriano, pelo comportamento empresarial. Não só na reformulação da Companhia Ferro e Aço de Vitória, inaugurada a semanas do colapso do Governo Goulart, mas, sobretudo, no propósito, insidiosamente criativo, da Latinequip ou de uma primeira empresa que juntaria a produção de um saber-fazer, valorado em todo seu intangível, a uma dimensão precursora, em fins dos 1950, de um mercado latino-americano.

Foi, ao mesmo tempo, na expressão dessa latinidade brasileira, derramada sobre a Argentina, sem dúvida, hoje, o mais exigido dos nossos pensadores, ao formular a visão nodular do continente, a partir de Buenos Aires. Com Aldo Ferrer, Torquato di Tella ou Natalio Botana, deu-nos essa rede de contato e sobretudo de interpelações, a envolver com a capital, Córdoba, Rosário e Mendoza a pergunta continuada por uma visão-matriz da mudança, capaz de vencer em definitivo as confrontações compulsórias com a comparação a menor e os fracassos periódicos, dos desenvolvimentos brasileiro e argentino.

Mas é um Helio pertinaz, esse, também, da conversação contínua com o Uruguai de Enrique Iglesias, com o Chile de Gabriel Valdez e Aníbal Pinto, ou o México de Porfirio Muñoz Ledo, então presidente do PRI. Desenvolvia-se, com o confrade que hoje recebemos, uma verdadeira pedagogia do poder latino-americano, amigo e confidente de Raúl Alfonsín ou, no México, de

Miguel de la Madrid e Luis Echeverría Álvarez, disputando a contínua interlocução sobre os modelos de desenvolvimento. Defrontava-se o repto do neoliberalismo, sempre mensurado ao limite da *Realpolitik*, a efetiva plataforma de que pudesse resultar, ainda, o Estado-nação entre nós, no arranco do novo século, nesse percurso final, ao lado do Brasil, do México ou da Argentina.

O mesmo Helio jasperiano é também o do fascínio original por Ortega y Gasset, de cuja leitura vivíamos, todos, nas então Faculdades Católicas, e na insatisfação com os saberes oficiais da Suma, que o maritainismo nos oferecia para um tempo prospectivo, como o dos anos 1960. Beneficiávamo-nos, à época, da cópia das traduções espanholas do grande pensamento alemão da modernidade, pelos exilados republicanos do Fondo de Cultura no México, a partir de José Gaós, responsáveis por este verdadeiro *curto-circuito*, no acesso internacional ao pensamento europeu, vulnerado pela II Guerra Mundial.

Vivemos uma contemporaneidade com *O Ser e o Tempo*, ou com a *Teoria da História*, ou com *Verdade e Método*, antes mesmo de que as traduções francesas e inglesas desses textos criassem a consonância esperada com a possível paidéia do nosso pensar, até o terceiro quartel do último século.

Helio, de mais e mais, enjeitaria a carreira modelar do exilado voluntário – tal como Celso Furtado – para fazer do seu Instituto, na volta, a retomada da tarefa interrompida pela dupla radicalização do compreender brasileiro do começo dos 1960, do marxismo ressurrecto e da geopolítica da ESG. O IEPES vai permitir a fixação da memória e da interlocução das grandes conversas sobre o Brasil, então interrompido, de Santiago Dantas, Roberto Campos ou Rômulo de Almeida.

Helio não enjeitaria a grande convocatória política quando o Governo Collor, à exigência ainda de responder à expectativa de seu mandato, fora de todas as rotinas eleitorais, constituiu o Ministério de Notáveis, com Marcílio Marques Moreira, Celso Lafer e Célio Borja, ocupando ele a pasta de Ciência e Tecnologia. Não se repetiu, então, a síndrome descrita por Santiago, dos intelectuais no poder travados pela opacidade ínsita à trama palaciana. Deve-nos a História contemporânea o relato dessa consciência, se não da tragédia, da chegada a Palácio de uma equipe capacitada à dialética real da vigência política, sem concessões, trazida ao impasse da credibilidade, ao abate-cidadão do Príncipe.

Nessa etapa, em que as “vozes fundadoras” da nossa mudança passam, no trânsito canônico das gerações, a pedagogos de um destino, Helio desdo-

braria, com Celso na sucessão da mesma Cadeira, o chamado à urgência do desenvolvimento, como seu antecessor nos repetia, na importância da tônica nacional contra a voragem da globalização.

De livro a livro, não ainda como Cassandra, nosso novo confrade nos adverte do castigo do não atingirmos a sustentabilidade do desenvolvimento, que tem prazos infranqueáveis para escapar do círculo vicioso da torna à inércia social, ou à frustração das *salidas* – outra palavra de Santiago –, para atingirmos a aura das derradeiras possibilidades de um Estado-nação, neste arranço do século. No perseverar dos fundadores, o Helio da grande maturidade vai ao repto radical, do maior entender. Entrega-se à tarefa única, que é em si mesmo um exemplo do adensamento da Cultura Brasileira e também dos riscos do seu grande impulso.

Não temos, no repertório de nossa vida do espírito, tarefa da magnitude de *Um Estudo Crítico da História*. É como se a voracidade do sentido e o desatamento do compreender de uma inteligência, sucessivamente coartada do seu projeto, impelisse ao despojamento das últimas miradas. Helio vai a Toynbee, exatamente, no que marca o quadro de um pensamento do Brasil-projeto, após o vir-a-ser orteguiano, que nos mobilizou sem retorno. Manifesta-se na ambição da obra a máxima guinada sobre o que importa a uma geração crítica: o desenho da totalidade, por mais que temerária, para definir o portento do lance e, a seguir, o destamar de sentido. O paradigma toynbeeano de Helio – sem paralelo em todo cometimento das ciências históricas do Brasil – não se demite em nada do esforço meticuloso dos aspectos inéditos que apresentou, entre nós, de busca das fontes, interpelação das competências especializadas, continuada autocrítica dos seus resultados. A vencer uma síndrome da subcultura, *Um Estudo Crítico da História* trouxe, à sincronia do nosso tempo, a participação de uma mesma problemática e seu pulsar.

O empenho do novo confrade vai além de uma etapa da maturidade de nossa Cultura no plano da História e das Ciências Sociais, em que o sério pode se identificar com o estrito apuro das fontes; com a nitidez do dado, sobre o impressionismo mesmo da conjuntura, sobretudo no contexto de uma história rala, pobre de lances, e de brechas de sentido, da nossa pertinaz condição semicolonial.

Helio nos convoca ao enciclopedismo diante do monográfico, para além da bateia estrita da informação, cujo afinco pode crescer, de par, a insen-

sibilidade com a relevância. À grande teoria, Jaguaribe propõe outro e voraz empenho: o do sustento da racionalidade no acontecer, a partir do princípio antrópico, com todos os riscos, na plena consciência do questionamento pós-moderno de uma teleologia, ao se perder na complexidade de nosso tempo. A crítica a essa mesma pós-modernidade não se furta ao questionamento da hermenêutica aberta, que impõe a verdadeira desconstrução continuada do *cogito*, em nossos dias, de Lyotard, Derrida, Jean Baudrillard, ou mesmo de Gilles Deleuze.

A contestação do relativismo absoluto por Helio se mostra eivado de uma nostalgia do *lógos*. No seu entendimento da causação, apetrechada por fatores, ideais materiais, o acaso ou a liberdade, ele se perguntaria até onde a proposta sartriana da “tomada de consciência fundadora”, do *in promptu* da liberdade sobre o acontecer, evade, continuamente, a singularidade de onde se faz, inescrutável, o desfecho final do sentido. Um *Estudo Crítico de História* leva Helio a reencontrar, sempre em termos cautelosos, na forma de “condições de possibilidade”, essa busca do advento do homem a partir das culturas, sem deixar de impor-lhe a finitude de paradigmas e seu clímax, seu repetir e sua destruição.

A História fez-se para Helio, e como a vê Heidegger, com essa toma de posse da “Casa do Ser”, em que, de toda forma, confina a busca do sentido. Não temos êmulo, na ambição do seu questionamento, que melhor se inscreva como uma virada de página da nossa cultura prosélita.

Nesse remate, como que deságua a fidelidade de Helio à luta contra o depósito das ideias recebidas ou o argumento de autoridade que só se fortalecia no quadro em que a excelência do ensino, para a elite da época, se vinculava ao confessionalismo da formação. No próprio Santo Inácio, Helio, para espanto dos seus colegas, se identificava à prematura afirmação de um agnosticismo que resiste até hoje como linguagem da modernidade humanista, do questionamento do “ser no tempo”, para se perguntar de sua historicidade e da transcendência. Ou, hoje, na sua defesa da transimanência, que vê como a verdadeira moção do homem no cosmos pelo princípio antrópico, na superação continuada, pela liberdade racional, da inércia circundante.

Nesse rigor da provação do absoluto, Helio não se satisfaz com o descompromisso perpétuo da filosofia analítica, nem com os avatares do materialismo novecentista, nem, sobretudo, com o fascínio fácil do teilhardismo, nas versões simplificadas do mesmo princípio antrópico, que levará às últimas

consequências. No mesmo laivo, ainda, da mimese, continuamos, no Brasil, teilhardianos, como fomos positivistas tardios.

A amplitude da perspectiva de Helio seria necessariamente cobrada pela intransigente racionalidade, em que baliza o próprio contorno do comportamento significativo e da aventura do homem. Jaguaribe configurou-a contra todo ímpeto ou contra toda exigência da “finitude inconclusa” a que se referem Ricoeur, Lyotard ou Baudrillard, a expor-se mais, ao que a liberdade dê ao real concreto toda a dialética aberta da diferença. O *lógos* intransigente de Helio nos leva sempre de volta à menagem da natureza. E não escapa da aporia de que o homem se garante sempre de um sistema interno de ajuste à realidade; aos jogos, pois, de interação com a circunstância e ao *caveat* que Helio impõe à afirmativa de Protágoras de que o homem é a medida de todas as coisas, “mas se esta afirmativa se restringe aos limites da esfera antrópica”.

Para além do cutelo analítico de Jaguaribe, indagaríamos do *différent* lyotardiano para se configurar a História como o resultado da interação dos ditos fatores reais, ideais, da liberdade e do acaso. É essa concausalidade homogênea que se altera, por exemplo, frente ao impacto do inconsciente coletivo. Permanecemos numa visão do contínuo do nosso tempo de sentido, mal exposto ainda aos fractais da sua sequência? Ou, como querem os pós-modernos, uma contabilidade estocástica do evento nos exige mais na definição dessa liberdade como “acidental necessário”, quando os atos fundadores vão para além do luxo do cálculo ou da vontade?

Na riqueza sutilíssima de seu percurso da razão, Helio, afinal, contingencia o implícito na sua regra de entender o mundo e ver-nos no seu imo. É o ajuste estrutural do homem a seu *dintorno*, a nos dar a cadência passiva à primeira determinação, a talvez deixar de lado esse “mais” de adaptação, por onde irromperam, na inércia do cosmos, a vida, a consciência e o tonel das Danaides da complexidade.

À meditação dramática da contingência a que nos convida Jaguaribe, ficou-lhe talvez a demasiada sedução pelo *lógos* e a trazer o belo a períodos absolutos, onde se tornou prisioneiro, exaustivamente saciado, da Renascença e do Iluminismo. E seu veredicto é também o da definitiva expressão apolínea para o Humanismo contemporâneo. Os limites impostos pelo princípio antrópico excluem a possibilidade de um contínuo progresso qualitativo da Arte e têm outras implicações mais amplas. A consequência desses limites da

excelência da ação humana – conclui Jaguaribe – está em que a Cultura só pode repetir os padrões já atingidos, ou destruí-los.

O mais articulado dos pensadores do ser histórico entre nós, o confrade que hoje recebemos, exaure a sua lição na defesa agonal da racionalidade, para garanti-la por toda leitura da História como “condições de possibilidade”, distinta e definitivamente assentada. Expõe-se o jogo dessa trama à corrosão do negativo, de Slavoj Žizek, no acontecer, ou às dialéticas do tempo débil, de Gianni Vattimo, ou ao impacto do reducionismo, de George Lukács, por sua vez oferecendo novos cenários ao dizer do homem, para além do “à-vontade do *cogito*” em meio ao contraponto totalitário da contradição. É a Helio que devemos a resposta em defesa da complexidade, diante da tentação da racionalidade linear, na acolhida do aleatório, da retroação e no verdadeiro vestibulo da historicidade. O que fica, à frente, na visão de Lucien Sève ou de Camille Ripoll, é a dialética cumulativa, a nos permitir, para além da concasualidade, o conceito de emergência e suas variáveis, não só abertas, mas a superar a dicotomia entre o universal e o singular.

O acadêmico que hoje recebemos nos garante essa grande interlocução contemporânea, e exatamente no chão mesmo do sentido, da premonição de Jaspers às grandes leituras e seu processo. Seu novo passo vai a Scheller, para nos dar a posição do homem no cosmos. É como se ficasse como legatário do cursivo completo do pensamento do século XX, a nos arrimar para o salto mais brutal do acontecer de que somos contemporâneos, na aceleração ou na ruptura em que, após Hiroshima e a queda do Muro, deparamos a sublevação do racional, após o abate das torres de Manhattan. Eis-nos no advento a reptar a antropia do irracional dos inconscientes coletivos, da luta pela diferença, baixada à identidade escura do homem, como a matéria invisível do cosmos, cativa da “civilização do medo” e dos discursos fundamentalistas da hegemonia.

À frente do portento de sua obra e do que nos promete exatamente pelo excesso de lucidez, aguardam os contemporâneos de Helio que possa, para além das seduções, por Toynbee, por Sorokin ou, sobretudo, Weber, e valendo-se da desconstrução epistemológica contemporânea, explorar plenamente a tensão entre a identidade e a diferença. O Helio goethiano que ora começa, equipado de maneira incomparável para esta reflexão e a para o compromisso da hermenêutica do nosso tempo, nos repta a esse “estar no mundo” que efetivamente se modifica e nos expõe, enfim, à perturbadora verdade da História.

Esta é a sua Casa, Acadêmico Helio Jaguaribe.

Discurso do
SR. NELSON PEREIRA DOS SANTOS

e

Resposta do
SR. CÍCERO SANDRONI

*Sessão solene extraordinária do dia
17 de julho de 2006*

I

DISCURSO DO SR. NELSON PEREIRA DOS SANTOS

Esta é a segunda vez que tomo posse da Cadeira cujo patrono é Castro Alves. A primeira aconteceu em São Paulo, em outra academia é claro, a Academia Nativista de Letras do Colégio do Estado Presidente Roosevelt, presidida pelo então colega Dante Moreira Leite que se revelaria alguns anos depois eminente sociólogo, autor de extensa obra na área da Psicologia Social, na qual se destaca *O Caráter Nacional Brasileiro*. Era o ano de 1946, e me preparava para o vestibular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

A velha escola do Largo de São Francisco atraía os colegiais pela sua tradição libertária. Ainda era muito comentado nos recreios escolares o episódio, ocorrido em 1944, da resistência dos estudantes de Direito à polícia da ditadura do Estado Novo, a famigerada polícia especial, impedindo-a de invadir o sagrado território livre das Arcadas. Embora mais afastada no tempo, também era muito lembrada a participação da juventude acadêmica nos acontecimentos de 1932. E, na história da Cultura, mantinha-se fiel à herança literária dos grandes românticos do século XIX que por lá passaram.

O projeto de ingressar na Faculdade continha também uma motivação pessoal e, por isso, predominante. Desde menino, frequentava a Faculdade, porque o meu padrinho de batismo, José Epaminondas de Oliveira, era o porteiro das Arcadas e seu filho, Joaquim de Oliveira, bedel da Casa. Sempre que me dirigia ao Centro da cidade, passava pelo Largo de São Francisco para pedir a benção ao padrinho. De sua sala, bem à entrada do prédio, podia

enquadrar, no alto de uma coluna, as placas que homenageiam até hoje três ex-alunos: Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves. Desde então, sentia-me motivado para seguir um caminho na vida que, mesmo sem saber ainda qual seria, tinha a certeza de que começaria ali, sob as Arcadas.

Estou ciente de que neste ato solene de hoje o que mais conta é o desejo da Academia de homenagear o Cinema Brasileiro, como reconhecimento pela sua participação na vida cultural do País. Estou certo de que a generosa amizade de meus colegas cineastas me autoriza a manifestar, em nome de todo o Cinema Brasileiro, profundo agradecimento à Academia Brasileira de Letras, aos acadêmicos que sufragaram o meu nome e, de modo muito particular, aos que me incentivaram a candidatar-me à ABL: Lêdo Ivo, em 1992, quando celebrava-se o Centenário de Nascimento de Graciliano Ramos, e, desde 2004, Ana Maria Machado, Tarcísio Padilha, Cícero Sandroni, Alberto Venancio Filho, José Murilo de Carvalho, Ivan Junqueira e o Mestre Eduardo Portella.

Sinto-me imensamente honrado, porque o que serve de pretexto para a homenagem é a história deste cineasta veterano e profundamente feliz por estar tendo o privilégio de tornar-se confrade de grandes brasileiros, entre os quais alguns teve a sorte de conhecer antes e fora da ABL:

Zélia Gattai, em incontáveis encontros ao lado do amado Jorge, em diversos lugares do Brasil e do mundo e especialmente nos tempos das filmagens na Bahia, onde também conheci João Ubaldo e seu Sargento Getúlio, que virou filme dos bons; Lygia Fagundes Telles, nos encontros da Cinemateca e na memória de Paulo Emílio de Salles Gomes, fundador do primeiro curso de graduação em Cinema na Universidade de Brasília, a Universidade de Darcy Ribeiro, onde também se achava Affonso Arinos de Mello Franco, cinéfilo corajoso que ousou participar do júri do agitado Festival de Cinema Brasileiro de Brasília; Candido Mendes de Almeida, de quem recebi em 1958 aulas inesquecíveis no efêmero Instituto Superior de Estudos Brasileiros, na mesma classe em que nos honrava a presença do então deputado José Sarney; Ivo Pitanguy, confrade da Associação Brasileira da Legião de Honra e a quem devo até hoje a generosidade de ter acolhido, em 1966, em sua casa, durante duas semanas, minha devastadora equipe de filmagem, acompanhada de exi-

gentes atores e ruidosa figuração; Marco Maciel, quando Presidente da Câmara Federal, ao apoiar a criação da lei que regulamenta a profissão de ator e técnicos de Teatro e Cinema, e, em outros momentos de grata memória, como o dia em que se iniciou na Fundação Gilberto Freyre a produção do filme “Casa-Grande & Senzala”; Sergio Paulo Rouanet, com quem tive o prazer de colaborar com seu esforço, como Secretário de Cultura da Presidência da República, para restabelecer as relações do Estado com o Cinema Brasileiro, e quando, Cônsul do Brasil em Berlim, recepcionou a delegação brasileira ao Festival Internacional de Berlim de 1993; Arnaldo Niskier, nos meados dos anos 1980, quando trabalhávamos na TV Manchete, sob o teto da Casa de Adolfo Bloch, onde também atuavam Murilo Melo Filho e Carlos Heitor Cony; o nosso presidente, Marcos Vinícios Vilaça, quando Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura ao participar, com brilhante depoimento, do programa inaugural da TV Manchete de Pernambuco e Cícero Sandroni, quando ainda muito jovens, compartilhamos ideias e projetos cinematográficos.

Foi Rodolfo Nanni quem me abriu a porta para o “outro lado da tela”, convidando-me, em 1952, para assistente de diretor do filme “O Saci”, uma feliz adaptação do livro homônimo de Monteiro Lobato. Em seguida, a convite de Ruy Santos, fotógrafo e documentarista, vim para o Rio de Janeiro, para ajudá-lo a completar o filme “Aglaia”. Fui assistente e discípulo de Alex Vianny, o crítico, historiador e diretor, que me acolheu na equipe de “Agulha no Palheiro”, obra marcante dos anos 1950. Tive o privilégio de conviver com Alinor Azevedo, um dos fundadores da Atlântida, roteirista de “Moleque Tião” e “Somos Todos Irmãos”, filmes corajosamente inovadores na temática do Cinema Brasileiro. E conheci Humberto Mauro, que emprestou em 1954 a câmara para filmar “Rio 40 Graus” e que, em 1970, escreveu os diálogos em Tupi para o filme “Como Era Gostoso o Meu Francês”.

Participo, pois, há meio século, do processo de crescimento e afirmação do Cinema Brasileiro, apesar dos acidentes de percurso em suas relações imprescindíveis com o Estado. O que importa, porém, é que o Cinema Brasileiro atual demonstra vitalidade, potência criativa e pluralidade temática,

tornando-se cada vez mais representativo da múltipla e rica Cultura do País. No plano da linguagem, é também um cinema que procura inovar e renovar-se, preservando a sua originalidade artística, tradição fundada por Mário Peixoto e Humberto Mauro e recriada por Alberto Cavalcanti e Glauber Rocha.

Quero lembrar que, ao lado dos grandes cineastas de todas as épocas, podemos encontrar sempre um empresário de atuação tão ousada quanto a dos artistas renovadores, como o foram, por exemplo, os produtores Adhemar Gonzaga, que fez a Cinédia, Franco Zampari, o engenheiro da Vera Cruz, e Mario Audrá, da Maristela, que produziu Alberto Cavalcanti no Brasil.

CINEMA E LITERATURA

O Prof. João Manuel dos Santos Cunha, em sua tese de Doutorado, “Uma Lição Aprendida”, faz um excelente resumo de todas as abordagens teóricas sobre o assunto. Demonstra exaustivamente que é mais do que consagrada a constatação de que o Cinema influenciou as artes narrativas, em especial o Romance.

Em contrapartida, cita autores que apontam a influência da Literatura no Cinema, especialmente no Cinema de vanguarda e nos filmes pós *nouvelle vague*, enquanto outros provam que a linguagem cinematográfica está presente na Literatura, desde a Antiguidade Clássica. João Manuel dos Santos Cunha registra em seu trabalho que o teórico francês Paul Léglise escreveu um “ensaio de análise fílmica do primeiro canto de Eneida”, de Virgílio, e cita, a propósito, outro importante teórico da Sétima Arte, Henri Agel, que afirmou: “[...] existe um cinema em estado latente, presente desde sempre, e de forma especial, nas literaturas antigas.”

No lugar de textos da Antiguidade Clássica, pode-se também exemplificar a questão com a análise que o ilustre confrade Alberto da Costa e Silva fez do poema “O navio negreiro” em seu afetuoso ensaio biográfico de Castro Alves recentemente publicado.

Se “O navio negreiro” tivesse sido escrito atualmente, diríamos que Castro Alves utilizou, no curto terceiro movimento, técnica cinematográfica: a câmara, funcionando como o olhar do espectador, começou a baixar lá do alto, de onde se via o

barco pequenino, e a dele se aproximar, até chegar às personagens no convés. Ou se poderia imaginar, de uma perspectiva mais moderna, que o poeta empregou um *zoom*. É o albatroz, que Castro Alves invocara no fim do primeiro movimento, que faz o papel da câmara:

Desce do espaço imenso, ó águia do oceano!
Desce mais, inda mais... não pode o olhar humano
Como o teu mergulhar no brigue voador.
Mas que vejo ali... que quadro de amarguras!
É canto funeral!... Que tétricas figuras!...
Que cena infame e vil!... Meu Deus! Meu Deus! Que horror!

E as relações do Cinema Brasileiro com a Literatura Brasileira? No começo, não foram boas. Um renomado escritor cujo nome não me foi possível conferir, mas que nas citações orais designa-se como Olavo Bilac, manifestou-se com algum rigor contra “a utilização dessa máquina maravilhosa (o cinematógrafo) para reproduzir aspectos negativos da nossa realidade. Não foi para isso que inventaram o cinema.”, protestou. Referia-se aos filmes “naturais”, os documentários que, esgotados os assuntos urbanos, buscavam nos ambientes rurais cenas realistas, inéditas mas reveladoras da pobreza e da existência degradante dos ex-escravos.

Os modernistas, que tanto buscavam assimilar a linguagem cinematográfica, desconheciam o cinema feito no Brasil ou, antes, o desprezavam. Mário de Andrade, cinéfilo, era vítima de escárnio por parte dos amigos, porque, ávido de cinema, assistia também aos poucos filmes brasileiros que surgiam esporadicamente. Por sua vez, os cineastas brasileiros importantes, como Mário Peixoto e Humberto Mauro, nunca ouviram falar da Semana de Arte Moderna nem do Movimento Modernista. Humberto Mauro, por exemplo, vivia em Cataguazes, na mesma cidade onde repercutiu o Modernismo na obra e na atuação de Rosário Fusco com a Revista *Verde* e, no entanto, encontrava-se distanciado do movimento, ignorando-o e ignorado por ele.

Em relação a Mário Peixoto, afirma Ismail Xavier em seu livro *Sétima Arte – Um Culto Moderno* que o filme “Limite”, acontecimento isolado no contexto brasileiro, “confirma a defasagem entre o Cinema Brasileiro e outros

setores da Cultura na terceira década do século”, visto que foi obra de um jovem poeta “muito mediatizada com o modernismo dos anos vinte”, mas desenvolvida completamente à margem do ideário modernista dos paulistas.

Em *Cinema – Trajetória no Subdesenvolvimento*, Paulo Emílio de Salles Gomes conclui: “os modernistas ignoraram o cinema nacional, ao mesmo tempo em que os cineastas brasileiros não sabiam sequer que o Modernismo existia.”

Esse distanciamento entre Cinema Brasileiro e Literatura Brasileira verificava-se na área dos autores: se por um lado os escritores assim agiam, os cineastas, diga-se a seu favor, sempre cortejaram a Literatura. São muitas e frequentes as tentativas de adaptação cinematográfica de obras literárias, feitas por cineastas, mas poucas as participações de escritores na criação de roteiros e diálogos de filmes.

Exemplos: *A Carne* de Júlio Ribeiro; *Lucíola* de José de Alencar; *São Jorge de Ilhéus*, de Jorge Amado (no cinema, “Terra Violenta”). No segundo caso, Rachel de Queiroz, que escreveu os diálogos do clássico *O Cangaceiro*, de Lima Barreto.

Desde o começo do cinema “posado” (Cinema de Ficção) no Brasil, os cineastas procuravam nos autores consagrados da Literatura o que seria a “alma brasileira”, o “conteúdo nacional”, a “temática nacional” e, principalmente, a sempre controvertida “realidade brasileira”. Apoiando-se na Literatura, acreditavam superar as barreiras do preconceito e da extensão oficial deste, a censura. Os temas mais ousados – raciocinava-se – poderiam ser apresentados na tela, desde que já devidamente tratados por consagrados escritores...

“A ideia do cinema” – diz José Carlos Avellar em *Cinema e Literatura no Brasil* – “tão logo iluminou a tela se refletiu na Literatura – renovou a escrita, permitiu a descoberta de novas histórias e de novos modos de narrar, que por sua vez, mais adiante, iluminaram a renovação da escrita cinematográfica”.

Além de adaptações, cujos títulos originais eram anunciados como chamariz para o público que se supunha também leitor, sempre foram realizados filmes com histórias originais mas visivelmente inspirados por livros ou por escritores.

Meu primeiro filme, “Rio 40 Graus”, é um caso de adaptação de obra literária não declarada. Argumento e roteiro são de minha autoria, mas é transparente a influência de Jorge Amado: os principais personagens, que conduzem todas as histórias e sub-histórias do filme, são meninos que vivem no morro, negros e pobres, bem como o olhar amadiano de *Jubiabá* e *Capitães da*

Areia da cidade dividida entre ricos cínicos e pobres honestos, sobre a qual paira a nuvem vermelha da Revolução...

Ao lembrar-me de “Rio 40 Graus”, sinto-me no dever de manifestar a minha gratidão aos intelectuais, a maioria escritores, pelo apoio à campanha pela liberação do filme que fora proibido pelo Chefe de Polícia. Sob a liderança do Jornalista Pompeu de Souza e com a assistência jurídica dos eminentes Evandro Lins e Silva e Victor Nunes Leal, a campanha terminou vitoriosa na Justiça.

EUCLIDES DA CUNHA

Quando surge esse nome, não consigo evitar a lembrança de mais uma proeza que cometi nos tempos de estudante do Colégio Presidente Roosevelt. No curso clássico, havia um professor de Português e de Literatura da Língua Portuguesa que incentivava os alunos a ler os clássicos da História Luso-Brasileira, de Alexandre Herculano a Euclides da Cunha. *A História de Portugal* não atraía muita gente, enquanto *Os Sertões* tornou-se o preferido, especialmente o capítulo “A Luta”, o que desagradava um pouco o nosso professor.

“– Quem não leu o livro inteirinho, desde ‘A Terra’ até ‘Últimos Dias’ não pode dizer que leu *Os Sertões*.”

Aceitei o desafio do mestre. Fui um dos poucos a realizar a leitura completa de *Os Sertões*. Tinha para me ajudar o *Dicionário Enciclopédico Lello Universal*, comprado em fascículos por meu pai.

Na Faculdade de Direito, filiei-me, logo no primeiro ano, a um grupo de colegas que se dedicava a estudar a obra de Euclides da Cunha e participei da romaria anual dos “euclidianos” à Cidade de São José do Rio Pardo, onde aconteciam os seminários e debates sobre grandes questões nacionais.

E *Os Sertões* nunca mais saiu da minha cabeça.

Educou o olhar de forma a fazê-lo reconhecer em qualquer cena do cotidiano signos da dicotomia básica da sociedade brasileira. Serviu-me para criar o roteiro de “Rio 40 Graus”. Descontado o radicalismo de primeiro filme, nele está bem evidenciado o conflito interminável entre sertão e litoral.

Como não lembrar de Canudos quando, recentemente, vimos blindados invadirem favelas, reproduzindo, ou modernizando, a “matadeira”, o canhão que ameaçava os casebres de Canudos, do cimo do morro da Favela? Junto

com esse humilde topônimo, reproduziu-se nas grandes cidades o modo de tratar a questão social. Impossível deixar de citar o próprio Euclides, que diz, na Nota Preliminar de *Os Sertões*, que a destruição do arraial de Antônio Conselheiro “foi, na significação integral da palavra, um crime”, crime – acrescenta – cometido pelos próprios brasileiros, os do “litoral” que exerceram o “papel singular de mercenários inconscientes”.

O mesmo interesse por Euclides da Cunha fui encontrar na Bahia em meados dos anos 1950, no grupo de jovens intelectuais liderados por Glauber Rocha. Discutia-se muito a história de Canudos, e havia uma onda artística inspirada nesse acontecimento histórico, especialmente nas Artes Plásticas, onde se destacavam Calazans Neto, Dante Sacaldeferri e Rogério Duarte.

Desde “Deus e o Diabo na Terra do Sol” – afirma Ismail Xavier em *Cinema Brasileiro Moderno* –, “é nítida a influência de um velho debate sobre as formas de consciência do oprimido. Tais preocupações, no caso de Glauber, derivam de seu diálogo com *Os Sertões*, de Euclides da Cunha”.

Pode-se concluir que é o livro que se encontra nos fundamentos do Cinema Novo.

Estamos na Bahia, com Euclides da Cunha e Glauber Rocha...

A cena pede a presença de Castro Alves.

É Euclides da Cunha quem o recebe com as palavras que empregou em *Castro Alves e seu Tempo*, palavras que poderiam servir também para ele mesmo ser apresentado aos brasileiros:

O aparecimento de Castro Alves, certo e oportuno, como o de todo grande homem, é, em grande parte, inexplicável. Ele não teve precursores, na sua maneira predominante. Os grandes pensamentos sociais e políticos que agitou não lhe advieram, como em geral sucede, de longas ou bem acentuadas correntes, nos agrupamentos que o rodeavam. Pertenciam generalizados à sua época. Nasciam do patrimônio comum das conquistas morais da humanidade. A sua grandeza está nisso: ele os viu antes do que os seus contemporâneos.

Habituei-me a ouvir os versos condoreiros desde os tempos em que visitava com meus pais, aos domingos, a casa do padrinho Epaminondas, no

então distante Bosque da Saúde de São Paulo. Nas festas de aniversário, sempre havia um conviva para assumir o palco e declamar “O navio negreiro”. O mesmo ritual já presenciara na casa de companheiros da Rua Genebra, no cortiço do Anhangabaú.

Não se restringia às casas dos afrodescendentes o hábito de declamar Castro Alves em festas familiares. Na família de Laurita, minha primeira mulher, o declamador era seu pai, o saudoso Prof. João Gabriel Sant’Anna, ilustre genealogista e historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nos saraus lítero-musicais da Juventude Comunista, repetia-se a devoção ao poeta, muito incrementada, é bom lembrar, pela publicação de *ABC de Castro Alves*, apaixonante biografia escrita por Jorge Amado.

Cultivava-se sem pudor entre os estudantes o estereótipo de ter Castro Alves, o poeta do povo, como estandarte em todas as lutas consideradas políticas, desde a defesa da meia-entrada nos cinemas até a campanha pela Defesa do Petróleo ou pela Paz no mundo. Ou nos comícios de campanhas eleitorais. Repetia-se como refrão: “A praça é do povo...”

O Poeta dos Escravos, o romântico intelectual militante, era portanto o modelo a ser seguido. Acrescente-se a isso que a sua invejável popularidade, hoje muito diminuída, era comprovada em pesquisas acadêmicas, das quais *Leituras de Operárias*, de Ecléa Bosi, foi a mais concludente.

Com tais antecedentes, não poderia recusar o convite de Rudá de Andrade para escrever e dirigir um filme de ficção com o tema “Castro Alves em São Paulo”. Uma pesquisa sobre a trajetória do poeta na vida paulista foi realizada pelos seguintes especialistas: Ilka Brunhilde Laurita, professora de Literatura na Universidade de São Paulo; Ricardo Maranhão, historiador, professor de História na Universidade Estadual de Campinas; José Roberto Graciano, arquiteto e urbanista; professor da Fundação Armando Álvares Penteado; Plácido de Campos Jr., professor de Produção Cinematográfica na Faculdade Álvares Penteado; Dalton de Luca, professor da Fundação Armando Álvares Penteado e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O coordenador geral da comissão, o próprio Rudá de Andrade, cineasta, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e, na época, diretor do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Como consultor, o poeta, escritor e crítico de cinema Francisco de Almeida Salles e Guilherme Lisboa como produtor executivo.

O trabalho integrado das diversas áreas (História, Literatura, Arquitetura, Fotografia e Música) permitiu um rico detalhamento da pesquisa, uma vez que cada proposta apresentada por uma área exigia levantamentos e respostas das demais.

Desde a sua chegada a São Paulo, ao lado de Eugênia Câmara e acompanhado do colega Rui Barbosa, Castro Alves enredou-se na agitada vida política da província. Era o ano de 1868, o quarto da guerra no Paraguai. O prolongamento do esforço bélico descontentava os fazendeiros de café, por causa dos impostos elevados, e aos brasileiros livres pelo recrutamento forçado de soldados para as forças armadas. O desejo de paz refletia-se no seio do partido liberal e nas páginas da imprensa ligada ao partido, ao qual pertencia o Chefe do Gabinete Ministerial, Conselheiro Zacarias de Góis.

Já na semana seguinte, compõe e declama “As duas Ilhas” e “A Visão dos Mortos”, em Sarau realizado no Salão do Clube Concórdia. Colabora com Eugênia Câmara na preparação da montagem de sua peça “O Gonzaga” – A Revolução de Minas”, ao mesmo tempo em que produz os poemas de *Os Escravos*, como “Lúcia”, “Prometeu”, “Vozes d’África” e os líricos “A canção do boêmio”, “Fábula” e “O pássaro e a flor”.

Esse conflito político mobilizava a juventude acadêmica através das lojas maçônicas, que funcionavam como verdadeiros partidos políticos clandestinos. O poeta logo ingressou na loja América, ao lado de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e do poeta satírico, rábula e ex-escravo, Luis Gama.

A crise política agravou-se em nove de junho, quando, no Parlamento, o deputado José Bonifácio, o Moço, o professor e líder dos acadêmicos, pronunciou veemente discurso para denunciar a corrupção nos negócios da guerra e propor a paz com Solano Lopez, a fim de, liberada a nação do esforço bélico, pudessem cuidar das grandes questões internas, de alta prioridade, como a questão do trabalho escravo.

Os poemas muito inspirados nos acontecimentos políticos do momento brotaram em reuniões públicas, nos salões e teatros da cidade. As mais destacadas e ruidosas foram: a de desagravo pela queda do Gabinete Liberal em 22 de agosto, no Ateneu Paulistano, onde vibraram as estrofes de “Pedro Ivo”.

República! Voo ousado
do homem feito condor!

E, como síntese dos acontecimentos, em plena comemoração do 7 de setembro, o poeta declama “O navio negreiro”:

Meu Deus! Meu Deus! Mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?!...
Silêncio! Musa! Chora, chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto...

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
Tu, que da liberdade após a guerra,
foste hasteado dos heróis na lança,
antes te houvessem roto na batalha,
que servires a um povo de mortalha.”

Para o poeta, a abolição era a questão básica da nacionalidade, acima mesmo de patriotismo guerreiro nacionalista.

A pesquisa indicou que o universo político do poeta, “o bardo que fulminou a escravidão e a injustiça”, segundo Antonio Candido, não era formado apenas pela sua imaginação e conhecimento histórico-literário; na sua lira refletiam-se os acontecimentos dos quais foi testemunha e protagonista.

“Ele foi” – disse Jorge Amado em *ABC de Castro Alves* – “o poeta da Abolição, da República e da Liberdade, além de ter sido o mais enternecido poeta de amor”.

No lirismo de Castro Alves, encontram-se os mais sublimes pensamentos de devoção à mulher. Se o poeta foi um corajoso tribuno popular com a sua arte participante, nos seus poemas líricos legou aos jovens modelos de comportamento amoroso e de respeito à personalidade feminina. Versos “de exemplar simplicidade” – disse Manuel Bandeira – que só podem ser a expressão de vivências reais desse “poeta de comício e de alcova”, conclui Lêdo Ivo.

OS ANTECESSORES

Do primeiro ocupante da Cadeira 7, o poeta Valentim Magalhães, disse o seu sucessor, Euclides da Cunha:

Destacara-se na faculdade de Direito de São Paulo entre companheiros que se chamavam Júlio de Castilho Silva Jardim, Eduardo Prado, Ezequiel Freire, Raul Pompeia, Lúcio de Mendonça, Assis Brasil, Afonso Celso, Luis Murat, Júlio de Mesquita, Raimundo Correia. Ora, Valentim foi a figura representativa no meio de tão dispares tendências, por isto mesmo que lhe faltou sempre uma diretriz à atividade dispersiva.

A produção literária do Valentim foi múltipla e variada: dedicou-se à Poesia, ao Conto, à Crônica, ao Romance e ao Teatro. Como diretor da revista literária *A Semana*, que além de servir à Literatura, fazia propaganda do Abolicionismo e da República, tornou-se o baluarte dos jovens escritores e poetas.

A partir de 1911, a Cadeira 7 foi ocupada por Afrânio Peixoto, escritor e médico legista, o mesmo que assinara, em 1909, o laudo cadavérico de Euclides da Cunha, seu antecessor. Além de importante contribuição à Medicina Legal, foi político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário e primoroso conferencista.

Deve-se a Afrânio Peixoto a primeira edição das obras completas de Castro Alves, com minuciosas anotações, bem como uma biografia intitulada *Castro Alves, o Poeta e o Poema*, uma das leituras obrigatórias quando dos primeiros passos nos estudos de Literatura Brasileira.

O *site* da ABL nos informa que, quando Presidente da Casa em 1923, Afrânio Peixoto promoveu, junto ao embaixador da França, Alexandre Conty, a doação pelo governo francês deste prédio, o Petit Trianon, construído para a Exposição da França no Centenário da Independência do Brasil.

Em prefácio a *Arte de Furtar e o seu Autor*, na edição comentada por Henrique Leal, Sergio Correa da Costa caracteriza como “um monumento que enriqueceu a nossa Cultura” a pesquisa de Afonso Pena Junior, à qual dedicou vinte anos de sua vida.

Ao recebê-lo na Academia Brasileira em 1948, assim se expressou Alceu Amoroso Lima: “Vosso livro é um modelo de pesquisa literária feito com grande estilo [...] trabalho rigoroso e impessoal [...] sois um pesquisador de

palhetas espirituais e a pepita que restituístes ao verdadeiro dono enaltece a vossa longa vida de sábio e batalhador.”

De Hermes Lima, o terceiro ocupante desta Cadeira, a primeira imagem que me vem à mente é a da figura construída por Graciliano em *Memórias do Cárcere*.

Foi a pessoa mais civilizada que já vi. Naquele ambiente, onde nos movíamos meio nus, admitindo linguagem suja e desleixo, ele vestia pijama – parecia usar traje rigoroso. Amável, polido, correto de amabilidade, polidez e correção permanentes.

Jornalista, jurista, professor, ensaísta, memorialista e, sobretudo, político, fundador da Esquerda Democrática, Hermes Lima foi Ministro do Trabalho, Presidente Primeiro Ministro do Conselho de Ministros, Ministro das Relações Exteriores do Governo João Goulart e, finalmente, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Em seu discurso de posse, Dinah Silveira de Queiroz reproduz a descrição de como vivia e trabalhava o jurista Pontes de Miranda, o quarto ocupante da Cadeira 7, seu antecessor: “É um ambiente de artista que conduz a uma biblioteca de 70 mil volumes, do direito mundial e ciências matemáticas, físicas, biológicas, antropológicas e sociológicas, distribuída em dois pavimentos, nos quais, o mestre circula lepidamente, sem dificuldades.”

Na sua obra imensa, destaca-se a bibliografia jurídica, de espírito múltiplo: concepção científica do direito, progresso científico, liberdade, humanismo, visão poética, antitotalitarismo, senso de democracia, inspiração filosófica, preocupação ética.

A segunda mulher a ser aceita pela Academia, a autora de *Floradas na Serra*, *A Muralha*, *Eles Herdarão a Terra*, Dinah Silveira de Queiroz, foi recebida pelo acadêmico Raimundo Magalhães Júnior com estas palavras:

Impressiona a qualquer observador atento a multiplicidade de vossa obra, a variedade de vossa inventiva, a segurança com que passais destramente de um a outro gênero, do Conto ao Romance, da Crônica à Biografia, da Literatura Infantil ao Teatro, da recriação do nosso passado histórico às projeções futuroológicas da Ficção Científica e aos temas religiosos, na reinterpretção da vida de Cristo.

Ela havia registrado em seu discurso de posse que: “O destino, aliado a meus confrades, permitiu-me que eu fosse o sétimo ocupante da Cadeira 7,

neste dia sete” (ela tomou posse no dia 7 de abril de 1981), “e que por uma dessas incríveis e misteriosas destinações chegasse aqui trazendo o próprio nome de Castro Alves, pois pela lei assim me chamo.”

(Dinah Silveira de Queiroz referia-se ao fato de estar casada com o escritor e diplomata, Dario de Castro Alves).

Senhores acadêmicos, senhoras acadêmicas, meus amigos,

Sinto também algo “incrível” e “misterioso” nos caminhos que me conduziram até aqui para ganhar o privilégio da imortalidade acadêmica. Mas, se me fazem sentir quase um predestinado a flutuar na glória machadiana, a que honra, [...], consola e eleva, me trazem também a lembrança de que estou assumindo o compromisso de honrar a Cadeira 7, tal como o fez o ilustre historiador, escritor e diplomata Sergio Corrêa da Costa, meu proeminente antecessor.

Em seu discurso de posse, ele apontou, como “denominador comum”, no patrono e nos sete acadêmicos que o antecederam na Cadeira 7, “um traço vigoroso de nacionalismo, de exaltação da terra e do homem, de amor romântico pelo Brasil, de afirmação do singular destino brasileiro”.

Como historiador, combinou essas características com a racionalidade do pesquisador desde o início de sua “longuíssima carreira” diplomática, quando foi designado para cuidar do precioso arquivo histórico do Itamaraty. Segundo revela no capítulo inicial de *Brasil, Segredo de Estado*, deparou-se naquela ocasião com “avenidas de estantes de metal abarrotadas, de alto a baixo, de embrulhos de papel pardo, cuidadosamente alinhados. No lugar de fichários, livros de registros, cadastros, apenas etiquetas com três tipos de classificações: “Vários”, “Diversos” e “Miscelânea”.

Graças ao imenso apetite de trabalho dos seus vinte anos, dedicou-se a classificar os documentos acumulados há séculos. Identificou e reconstituiu o chamado Arquivo Militar de Lisboa, esquecido no Brasil por D. João VI e considerado perdido; reuniu mais de 300 cartas do Marquês de Pombal, documentos devolvidos a Portugal por proposta sua; reconstituiu o arquivo do Conselho de Estado da Monarquia, o que resultou em seu primeiro trabalho histórico, publicado sob o título *Pareceres do Conselho de Estado e do Consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros – 1842 – 1889*; encontrou a documentação

inédita que proporcionou a elaboração de seu livro de estreia, *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, seguido de *Dom Pedro e Metternich*, *Traços de uma Guerra Diplomática*, *A Diplomacia Brasileira na Questão de Letícia*, *A Diplomacia do Marechal – a Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada*, em que desvenda a figura enigmática de Floriano Peixoto.

Segue-se um livro originalíssimo, *Palavras sem Fronteiras*, um livro de linguística cujo autor não é um linguista, mas antes um humanista, e um humanista do seu século – afirma Maurice Druon, da Academia Francesa, no prefácio dessa obra que qualificou de “inteiramente original”.

Após a aposentadoria como Embaixador, Sergio Corrêa da Costa mergulhou no vasto material de arquivo acumulado, para escrever *Brasil, Segredo de Estado – Uma Incursão Descontraída pela História do País*. Original e descontraído, esse livro apresenta novas versões e revelações surpreendentes para acontecimentos históricos.

No prefácio, o ilustre confrade Eduardo Portella conclui:

Brasil, Segredo de Estado concilia, de maneira exemplar, a veracidade da documentação (history) com a versatilidade do estilo narrativo (story). A história narrada jamais avilta a história acontecida. Pode e costuma iluminá-la, torná-la mais fascinante e convincente. Os grandes escritores sempre foram admiráveis narradores, que escreveram identificando e criando o discurso da História. É o que ocorre quando o historiador dispõe de elevada ética, solidez argumentativa, prosa fluente no melhor registro ensaístico – como é o caso de Sergio Corrêa da Costa.

Somente alguém possuído por um “amor romântico” por seu país teria ousado viver a aventura da mocidade que resultou, “no ocaso da vida”, a “Crônica de uma Guerra Secreta”, livro que focaliza a presença do Nazismo na América, durante e após a II Guerra Mundial.

A aventura, que conservou em segredo absoluto, até mesmo de seus familiares, aconteceu nos tempos de Perón e Evita. Conseguiu penetrar nos recintos mais vigiados do Arquivo Nacional Argentino e fotografar documentos ultrassecretos, altamente comprometedores do governo argentino. Isso aconteceu, fez questão de salientar em entrevista por ocasião do lançamento do livro, “muito antes de James Bond nos ter ensinado o caminho”.

Na mesma entrevista, explica que preferiu chamar o ensaio de crônica, porque gostaria de juntar a evocação de experiências pessoais ao resultado de pesquisas sobre a penetração nazista no continente.

“Reflete também – continua – minha preocupação com o desconhecimento da nossa mocidade sobre os riscos que rondaram o País na década de quarenta”.

A elaboração do livro custou-lhe imenso esforço, “que foi reviver aquela experiência no panorama da guerra secreta que se travou naqueles anos e da qual não extraímos ainda as lições que pode nos oferecer”.

Quais são essas lições?

“A mais importante – legou-nos Sergio Corrêa da Costa – é a de que não se pode brincar com a democracia. Nela se encontra a vocação legítima do Brasil”.

“Não há segredo para a História” – advertiu.

Gostaria de homenagear na pessoa de Sergio Corrêa da Costa, pelo seu histórico nas fileiras do Itamaraty, a figura do diplomata brasileiro, aquele profissional de altas e complexas qualidades que se ocupa do Brasil no Brasil e fora do Brasil, na Política, na Economia e na Cultura.

Quantas figuras ilustres das fileiras do Itamaraty, no trânsito de suas ocupações rotineiras, se dedicaram a expandir as fronteiras do País através das imagens cinematográficas brasileiras, aproximando a nossa Cultura dos povos mais distantes.

Foi através desses embaixadores que chegamos com nossos filmes aos principais festivais de Cinema e pudemos dialogar em igualdade de condições com as diferentes linguagens cinematográficas de tantos países em todo o mundo.

Devemos a dedicação de tantos deles, que se torna difícil enumerá-los, mas não podemos esquecer de Raul de Sá Barbosa, Vinicius de Moraes, de Arnaldo Carrilho, do Wladimir Murtinho, Vera Pedrosa, Antonio Houaiss, Celso Amorim e tantos outros que, no anonimato de suas funções, ajudaram a difundir pelo mundo a língua falada do povo brasileiro.

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. CÍCERO SANDRONI

Sr. Nelson Pereira dos Santos,

Nos meses finais de 2003, quando o poeta Ivan Junqueira, presidente da Academia Brasileira de Letras, pediu aos seus colegas de diretoria, o Acadêmico Evanildo Bechara e este orador, um programa de conferências para o ano seguinte, lembrei-me de que em 2004 o filme “Rio 40 Graus”, de Nelson Pereira dos Santos completaria meio século de existência e que o cineasta, no curso de sua carreira, realizara pelo menos uma dezena de filmes baseados em romances e contos de autores brasileiros. Sugeri então a inclusão, no programa, de um ciclo dedicado à obra de Nelson, homenagem que a Academia prestaria não só ao cineasta hoje por todos os méritos o patriarca do Cinema Brasileiro, mas também ao Cinema, uma expressão artística de valor universal.

A sugestão do ciclo sobre o cinema de Nelson e a Literatura foi aceita com entusiasmo, mas... há sempre um mas quando se discute uma quebra da ortodoxia. Cinema na ABL? Vou explicar: para Glauber Rocha, o autor de um filme, isto é, aquele cineasta que trabalha segundo sua própria estética, suas ideias e seu modo de ver o mundo, este artista independente e muitas vezes irritadiço e ríspido, embora genial, surge aos olhos de muitos produtores como um monstro. Consagrado na galeria dos imortais, mas ele mesmo um dos animais desse bestiário criado pelo mercado, Glauber tinha consciência de que o monstro, para os financiadores do Cinema, é aquele devorador dos

recursos do fechado sistema industrial, ávido por conquistas comerciais ou então das verbas liberadas por um sistema de poder que exige e enquadra o Cinema no figurino do proselitismo das políticas do momento.

Neste sentido, sob esta ótica feroz dos adoradores do dinheiro, daqueles para quem o ter é muito mais importante do que o ser, discípulos fiéis do deus mercado, o cineasta Nelson Pereira dos Santos talvez fosse parecido com o monstro glauberiano.

Por ser um dos acadêmicos que o conhecia há mais tempo, eu sabia que, se ao dirigir e produzir seus filmes a independência artística era ponto de honra para Nelson, a convivência com ele constituía um doce privilégio.

Fizemos o ciclo com grande sucesso de público, e aconteceu o que eu previra: surgiu um caso de amor entre Nelson e a Academia, um encantamento das acadêmicas e acadêmicos por aquele senhor gentil, afável, engraçado, inteligente, culto, autor de obra fundamental, patrimônio da Cultura Brasileira, enfim alguém que, ao reunir tantos atributos, poderia ser um dia, candidato perfeito à nossa enganosa e tão frágil imortalidade. Lembramos naquele então que no correr de três séculos a história da nossa instituição registrou e registra a presença de inúmeros acadêmicos - patronos, fundadores e sucessores ligados ao Teatro, a exemplo do nosso querido companheiro Sábato Magaldi, crítico, ensaísta e historiador do Teatro Brasileiro, cujos primeiros oitenta anos de vida, quase todos dedicados às Artes Cênicas, estaremos celebrando com alegria em 2007. Mas não encontramos um sequer ligado ao Cinema.

Quando após a Sessão de Saudade em homenagem ao grande homem que nos deixara o embaixador e historiador Sérgio Corrêa da Costa sugerir candidatura de Nelson, lembramos que a Academia Francesa elegera para os seus quadros o cineasta René Clair. E o sucessor de Clair na Poltrona I9 daquela Academia é Pierre Moinot, intelectual intimamente ligado ao Cinema e à Televisão da França, responsável por vários programas de apoio do governo ao audiovisual francês e autor de mais de uma dezena de filmes para a Televisão. E também pertenceu ao quadro da Academia Jacques Cousteau, cujos estudos oceanográficos filmados sob sua direção, constituem precioso tesouro cinematográfico. No sítio da Academia Francesa, Cousteau aparece como *oceanographe, cinéaste et essayiste*.

Sr. Nelson Pereira dos Santos,

Fundada na última década do século XIX, a Academia Brasileira de Letras celebrará o seu centésimo décimo aniversário em 20 de julho de 2007 dentro de um ano, portanto. Mas a invenção do Cinema, precedeu a Academia Brasileira de Letras em dois anos. A primeira demonstração pública do cinematógrafo, aparelho inventado pelos irmãos Auguste e Louis Lumière ocorreu a 22 de março de 1895, e a primeira sala de cinema foi aberta em Paris a 28 de dezembro do mesmo ano, no subsolo do Grand Café.

Ao registrar os primeiros fotogramas pela sua câmara, Lumière imaginava estar inventando uma nova brincadeira para divertir as crianças, desde as primeiras rodadas da manivela sabia que trabalhava em uma nova forma de arte. Uma arte hoje centenária, globalizada, admirada por bilhões de pessoas e capaz de se apoderar de tal forma dos artistas dedicados a criá-la, ao ponto de um dos grandes cineastas do nosso tempo, Federico Fellini, declarar que fora do estúdio, fora das luzes da sala, da materialização de fantasias ou sonhos, da maquiagem dos atores, da criação de uma ordem estética, fora da atmosfera de um momento de filmagem, se sente um pouco vazio. Em suas palavras: “quando não estou filmando sinto-me no exílio.”

Fellini resumiu o Drama, a Tragédia e até a Comédia do cineasta impedido de realizar sua obra, manietado por razões econômicas ou políticas, muitas vezes ignorado em seu próprio país ou garroteado por esquemas comerciais que impedem a distribuição dos seus filmes. Uma das vítimas desse assassinato cultural foi, sem dúvida, Glauber Rocha. Faço questão de transcrever suas palavras:

O drama de Eisenstein no stalinismo não é diferente daquele de Orson Welles com a RKO ou de John Huston com a Metro: o autor é um individualista feroz e agressivo, mas sua sobrevivência depende de integração numa prática coletiva: tem de ceder para não morrer (como John Huston) ou morrer para não ceder (como Eisenstein) ou fugir, driblando, para não morrer nem ceder (como Buñuel). Chaplin, Rossellini, Welles — os mais agressivos — são cercados a cada passo: Bergman, num caso excepcional, é o único que, na Suécia, consegue uma manifestação tranquila: como Antonioni ou Resnais, Bergman é um tranquilo e simultâneo cantor da decadência burguesa.

Esta fúria incontida, este desejo de criar novos mundos começa a partir das primeiras cenas de “Le Voyage à la Lune”, de Meliès ou de “2001 – Uma Odisseia no Espaço”, de Stanley Kubrick. Sugere novas ideias, capazes de revolucionar o mundo com uma tomada na escadaria de Odessa no filme “Couraçado Potemkin”, como o fez Einstein; alimenta sonhos por um mundo melhor ao mostrar as lágrimas de uma jovem que descobre no vagabundo de Chaplin o seu benfeitor ou nas ilusões construídas por Frank Capra para amenizar a recessão americana de 1929, tão bem descrita nas “Vinhas da Ira”, de John Ford. Tudo o que é humano acontece, seja na cena de amor de “Les Amants” que escandalizou nossos pais, nas imagens inolvidáveis de “Terra”, de Dovjenko, nas palavras eternas de Shakespeare pronunciadas por Olivier no seu “Hamlet”, na amplidão neorrealista da cena final de “Roma Cidade Aberta”, de Rossellini, nas delirantes coreografias de Babsy Berkeley, no estilo elegante e leve de Fred Astaire e na beleza melancólica de “Armacord”, de Fellini ou de sua Gelsomina, na música de Stokowski ilustrada pela “Fantasia”, de Disney, nos movimentos de câmara de Hitchcock em “The Rope”, no memorável “Festim Diabólico”, no “Nosferatu” de Murnau, na “Intolerância” de Griffith, na navalha no olho do leão andaluz criado por Buñel.

E a luz. A luz do sol em “Vidas Secas”, de Nelson ou em “Deus e o Diabo”, de Glauber, luz e sombra do expressionismo alemão, o claro-escuro de Ingmar Bergman ou o zigoma iluminado de Ingrid Bergman em “Casablanca”, a luz opaca de Gregg Toland no “Cidadão Kane”, de Orson Welles, a iluminação de Fritz Lang, ao inventar, com “Metropolis”, a cidade do futuro, a luz e as cores esmaecidas de Kubrick em “Barry Lindon”, e até mesmo a luz quase borrada do technicolor de Nathalie Kalmus nos filmes de Carmen Miranda, a luz, enfim, como se Goethe intuisse a invenção do Cinema ao pedir mais luz, mais luz em seus momentos finais.

Os cineastas citados até aqui, um pouco *a la diable*, são alguns dos meus preferidos, mas existem outros, é claro, esqueci muitos, seria infundável lembrar aqui o nome de todos os que elevaram o cinema ao patamar de Arte imortal. E é escasso o tempo para falar do cineasta, que apesar de ter visto todos os filmes importantes e fundamentais da história do Cinema, absorveu tudo, antropofagicamente, à maneira de Oswald de Andrade, mas não se ligou a qualquer escola: criou seu estilo, sua linguagem cinematográfica, seu dizer fílmico, enfim, sua arte, a qual hoje consagramos com o adjetivo imortal,

embora em substância já estivesse destinada a perdurar, agora apoiada pela restauração de todos os seus filmes sob o patrocínio da Petrobrás.

Se foi longo o caminho da foto em movimento à moviola, a novidade chegou com rapidez ao Brasil e no dia 8 de julho 1896 realizou-se a primeira sessão pública, numa sala de projeções instalada na Rua do Ouvidor. Citar todos os pioneiros do Cinema Brasileiro levaria meia hora. Para homenageá-los, lembro Humberto Mauro, Mário Peixoto, Alberto Cavalcanti, Luiz de Barros. Poderia citar tantos mais, mas para ligar o Cinema à Academia, permita-me neste momento contar a história do filho de um dos fundadores desta Casa, José do Patrocínio Filho, um apaixonado pela nova arte.

Nos Idos de 1909, o empresário Cristóvão Guilherme Auler, dono do Cine-Teatro Rio Branco, instalado na então Avenida Central, resolveu fazer cinema sonoro à sua maneira. Com uma câmara do cinema mudo, filmou resumos de “A Viúva Alegre” e “Sonho de Valsa” com os cantores acompanhados por piano, com a recomendação de que deveriam articular bem as palavras das letras das canções e dos diálogos. Quando o filme mudo era exibido, os artistas permaneciam ao lado da tela e do pianista, para dublar a eles mesmos, obedecendo rigorosamente ao movimento labial do momento da filmagem. E assim nasceu no Rio de Janeiro o Cinema Sonoro. As fitas-faladas, nome pelo qual ficaram conhecidas, demonstraram que o gênio brasileiro e a nossa capacidade inventiva, embalados pelo famoso jeitinho pátrio, anteciparam-se ao método rudimentar do Cinema Sonoro Americano que só em 1927 conseguiu fazer com que seus atores falassem e cantassem nas telas, na exibição de “O Cantor de Jazz”, estrelado por Al Jolson. E hoje, diga-se de passagem, estouram os tímpanos dos nossos ouvidos com o exagerado som Dolby Stereo, que, até quando um lenço cai no chão, dá a impressão de que o Apocalipse começou.

No dia 14 de junho de 1909, morre o Presidente Afonso Pena e assume o poder o vice-presidente: Nilo Peçanha. No seu primeiro discurso, o Presidente Nilo declara que não tem outro programa, que não seja, em suas palavras, a política da “paz e amor”, expressão também muito em voga na Política Brasileira dos nossos dias, quase um século depois. A frase é logo glosada pela imprensa da época e acaba dando título a um filme-revista “gênero absolutamente novo e original” escrito e dirigido por José do Patrocínio Filho e lançado, com grande publicidade, no Cine-Teatro Rio Branco.

O roteiro de Patrocínio Filho para a fita-falada “Paz e Amor” foi talvez o primeiro texto escrito por um autor brasileiro diretamente para o Cinema e obteve êxito “retumbante, extraordinário e consagrador” na descrição do nosso Confrade Raimundo Magalhães Júnior. Êxito tão grande que chegou até nós, na última campanha eleitoral.

Não obstante as implicâncias de escritores brasileiros do início do século e até de alguns fundadores da Academia com o Cinema, é bom não esquecer que os nossos cineastas desde os primeiros tempos procuraram nas grandes obras da Literatura Nacional inspiração para realizar seus filmes. José de Alencar, escolhido por Machado de Assis para Patrono de sua Cadeira, será talvez o escritor brasileiro com maior número de livros levados à tela. Sua obra literária constitui um veio inesgotável para os cineastas de todos os estilos, mas eu ousou sugerir que o romance de Alencar com mais qualidades cinematográficas é a sua própria vida.

Mas, se Alencar é o romancista mais filmado, Nelson Pereira dos Santos é o cineasta brasileiro em atividade mais empenhado em filmar livros de autores brasileiros. Seu primeiro trabalho em cinema foi o de assistente de direção do filme “O Saci”, de Rodolfo Nanni, baseado no livro infantil de Monteiro Lobato. Em seguida, para citar apenas os filmes baseados em obras literárias vêm a lume “Boca de Ouro”, de 1962, baseado em peça de Nelson Rodrigues; “Vidas Secas”, de 1962/1963, baseado no romance de Graciliano Ramos; “El Justicero”, de 1966/67, baseado na novela “As Vidas de el Justicero” de João Bethencourt; “Fome de Amor”, de 1967/68, inspirado na novela “História para se Ouvir de Noite”, de Guilherme Figueiredo; “Azylo Muito Louco”, de 1969/70, adaptação livre do conto “O Alienista” de Machado de Assis; “Tenda dos Milagres”, de 1975/77, baseado no romance de Jorge Amado; “Memórias do Cárcere”, de 1983/84, baseado no romance de Graciliano Ramos. “Jubiabá”, de 1985/86/87, baseado em novela de Jorge Amado; “A Terceira Margem do Rio”, de 1993/94, inspirado em contos do livro de Guimarães Rosa; “Cinema de Lágrimas”, de 1995, baseado na obra de Silvia Oroz. Curtas-metragens: “Um Ladrão” baseado no conto de Graciliano Ramos; “Missa do Galo”, baseado no conto de Machado de Assis. Como produtor: “A Dama do Lotação”, de Neville d’Almeida, baseado na peça de Nelson Rodrigues. Documentário para a televisão: “Casa-Grande & Senzala”, série em quatro capítulos baseado na obra de Gilberto Freyre; “La

Drôle de Guerre”, de 1986, baseado no diário de guerra do escritor Raymond Queneau, produzido na França para o Centro Georges Pompidou.

Em 2003, realizou o documentário lançado em 2004, “Raízes do Brasil”, sobre a vida e a obra de Sérgio Buarque de Hollanda, em particular o livro cujos setenta anos de existência a ABL homenageará em seminário a realizar-se em novembro na cidade de São Paulo em coordenação com o Itaú Cultural.

Segundo sua biógrafa, Helena Salém, autora do excelente livro *Nelson Pereira dos Santos, o Sonho Possível do Cinema Brasileiro*, o nosso novo confrade nasceu de um parto difícil. Profissional hábil, a parteira resolveu o problema, e assim D. Angelina Binari dos Santos, filha de pais italianos, emigrantes da região do Veneto, e natural de Caçapava, no interior de São Paulo, deu à luz ao meio-dia de 22 de outubro de 1928 em São Paulo. Ela desejava batizar o filho com o nome de Marco Antonio, “como marcava na folhinha”: devia ser o santo do dia. Mas o pai, Antônio Pereira dos Santos, paulista de Vargem Grande do Sul e alfaiate de profissão com oficina instalada em São Paulo, preferiu que fosse Nelson. Apaixonado por Cinema, cujas salas frequentava todas as noites, seu Antônio se encantara com um filme mudo, cujo personagem principal era o Almirante Nelson, o intrépido marinheiro inglês que derrotou a esquadra francesa de Napoleão em Trafalgar. E assim o menino foi batizado com o nome do Almirante, o que poderia tê-lo predestinado para uma carreira na Marinha: mas o nome Nelson chegou ao menino pelo Cinema, e, assim, foi o Cinema que o marcou. Todos os domingos, seu Santos levava a família para assistir a uma maratona de filmes à tarde em um camarote no Cine-Teatro Colombo, no Brás. Nelson, o caçula, embora ainda fosse um bebê, também ia. Sua mãe, precavida, levava a mamadeira. Para o casal e os filhos mais velhos, garrafas de água, leite, queijo, pão, salame e guaraná. Quatro horas de sessão, da uma às cinco, durante anos. Assim a família Pereira dos Santos viu todos os filmes considerados hoje os clássicos da época. A paixão pelo Cinema iniciou-se pela emoção e pelo prazer de conviver com a mágica dos filmes que Nelson viu na infância.

Cito palavras de nosso novo confrade:

Meu pai adorava Cinema, sabia tudo sobre os filmes e foi ele quem me iniciou nos mistérios da Arte Cinematográfica. Eles eram espectadores normais, não eram cinéfilos eruditos. iam ao cinema por prazer, reconheciam e vibravam com os seus ído-

los, os grandes atores da época. A minha primeira relação com o Cinema foi essa, o resto veio mais tarde; o cineclube, a consciência de fazer Cinema e a possibilidade de fazer Cinema no Brasil.

Com a iniciação cinematográfica em tenra idade, quando chegou ao Colégio Paulistano e mais tarde à Escola Estadual Presidente Roosevelt, já era um “cineasta”, que se politizou e aderiu ao Partido Comunista. Lia Jorge Amado e Graciliano Ramos, escritores que tiveram grande influência na sua formação. Para ajudar no orçamento familiar, trabalhava como revisor no *Diário da Noite*, antes de ir para o colégio. Ainda estudante, foi preso por pichar muros em prol da campanha pela Constituinte de 1946. Mais tarde, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo, celeiro de um sem-número de artistas e intelectuais e polarizava a vida política dos estudantes no Centro Acadêmico II de Agosto. Nelson redigia matérias para o jornalzinho comunista da faculdade e, depois, críticas de Cinema para o *Hoje*, diário do Partido. Participava ainda do grupo de teatro Os Artistas Amadores, trabalhando como uma espécie de “ponto” nos ensaios.

Aos vinte anos, viajou para a Europa num cargueiro com amigos, acolhidos em Paris por Carlos Scliar. Por esse tempo, descobre a obra do documentarista holandês Joris Ivens, a grande influência dessa época entre os jovens aspirantes a cineastas. As ideias de Ivens valorizavam o conteúdo dos filmes e pregavam mensagens de confiança para os homens na luta por uma vida melhor. Nelson absorveu bem essas ideias e incorporou-as em seus filmes mais tarde. No entanto, a notícia inesperada da gravidez de sua namorada – a antropóloga Laurita Sant’Ana, falecida em 1999 – e o CPOR não concluído mudam os planos de Nelson de ficar dois anos em Paris e cursar o IDHEC (Institut des Hautes Etudes Cinematographiques). De volta ao Brasil, casou-se com Laurita: casado e com um filho, Nelson começou a trabalhar em jornais, como inúmeros outros cineastas de sua geração.

O primeiro contato com o fazer Cinema aconteceu em 1950, com *Juventude*, documentário em dezesseis milímetros sobre os jovens de São Paulo, que se destinava ao Festival da Juventude de Berlim. No ano seguinte, foi convidado por Rodolfo Nanni para ser assistente de direção em “O Saci”. Logo depois, partiu para o Rio de Janeiro a convite de Rui Santos e trabalhou como assistente de direção do filme “Agulha no Palheiro”, de Alex Vianny, o

crítico de Cinema que passara anos em Hollywood como correspondente da revista *O Cruzeiro*. Gostou tanto do Rio de Janeiro que resolveu trabalhar aqui e hoje faz parte da bancada da pauliceia desvairada desta Academia.

Nelson era assistente de direção de Paulo Wanderley no filme “Balança Mas Não Cai”, baseado no famoso e popularíssimo programa da Rádio Nacional. Algumas cenas rodadas em favelas impressionaram o jovem vindo de São Paulo, extasiado com a beleza da paisagem em contraste com a pobreza dos morros. E logo surgiu a ideia de mostrar aquele descompasso em um filme de ficção. A intenção era grandiosa, como ele mesmo lembrou mais tarde: “O Cinema era o meu objetivo, mas a Literatura me influenciava muito, eu lia muito. Para filmar ‘Rio 40 Graus’, eu queria fazer uma obra inspirada na construção holística de James Joyce em *Ulysses*, criando um dia no Rio de Janeiro com muitos personagens, com muitas crianças vagando pela cidade [...]”

Embora mais tarde confessasse que não atingiu seu objetivo, pois não conseguiu estabelecer o nível de consciência desejado entre os personagens, Nelson admite que desenhou um mosaico da cidade, dos seus habitantes, do que eles poderiam estar pensando e sonhando.

Todos os que conhecem “Rio 40 Graus” sabem que Nelson fez muito mais do que isso. Mas o modo pelo qual conseguiu produzir e dirigir aquele filme inovador, no precário cenário da nossa Cinematografia da época, lembra uma epopeia tropical, um enredo de escola de samba ou um romance tragicômico de peripécias, onde tudo pode acontecer. Nelson tinha uma ideia na cabeça, e uma boa ideia, mas faltava uma câmara na mão, isto é, faltavam recursos para financiar aquele filme pleno de calor e crítica social, imaginado por um paulista que, quando não pensava no filme, passava o tempo todo lendo, especialmente os autores brasileiros de esquerda, que os banqueiros, possíveis financiadores, queriam ver bem longe e se possível na cadeia.

A solução foi organizar uma cooperativa, na qual atores e técnicos trabalhariam num sistema de quotas, também compradas pelos amigos e pelas famílias dos amigos. Com este esquema, Nelson começou a filmar no dia 20 de março de 1954, ano de grande convulsão política e social que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas cinco meses depois. A primeira locação, no Estádio do Maracanã, durou apenas dois dias: o dinheiro para a produção acabou, e só foi possível retomar as filmagens três meses depois, a 26 de junho,

quando a situação política, tendo como palco a cidade do Rio de Janeiro, começava a se agravar.

E agora dou a palavra a Helena Salém, biógrafa de Nelson, para se ter uma ideia das condições precárias em que o filme foi realizado. Reproduzo este trecho para deixar registrado nos anais da Academia Brasileira de Letras alguns detalhes da “indústria” do Cinema Brasileiro, em contraste com as milionárias produções de Hollywood que na época invadiam sem cerimônia o nosso incipiente mercado e, para não perder o hábito, continuam, meio século depois, se comportando da mesma maneira.

Diz Helena Salém:

O núcleo da equipe de Nelson, cuja idade média era de 23/24 anos, passara a morar junto, num apartamento de dois quartos e sala, perto da Praça da Cruz Vermelha, e naquela comunidade surgiram as maiores confusões. “É de se imaginar”, lembra o fotógrafo Hélio Silva. “Oito a dez homens jovens entre moradores fixos e flutuantes, sem dinheiro, fazendo um filme independente...” Segundo Zé Ketí, [...] Nelson procurava manter a ordem, “pois gostava das coisas certas, nas horas certas”. Então ele deu uma função para cada um: dentro da equipe de cinema e dentro de casa.

O fotógrafo Hélio Silva relata como era a vida no apartamento: “A gente se levantava mais ou menos às cinco e meia, fazia um café puro, ia para as filmagens e voltava às cinco horas da tarde, sem café, geralmente sem almoço. Quando tinha, o cardápio era macarrão ao alho e óleo, quase sempre.”

Como a maior parte do filme era rodada em exterior, nas ruas, à luz do sol, as filmagens dependiam essencialmente do bom tempo. Se chovesse, a equipe permanecia em casa, às vezes ficava-se até quase um mês sem filmar. E mesmo assim o filme foi feito.

No dia 26 de agosto de 1955 a Censura Federal liberou o filme para exibição, proibindo-o apenas para menores de dez anos. Nelson negociou com a Companhia a distribuição em todo o País, e só faltava acertar a data do lançamento quando veio a notícia que abalou a todos: o chefe do Departamento Federal de Segurança Pública decidira proibir o filme, sob alegação de que era perigoso; por mostrar apenas os aspectos negativos do Brasil, seu conteúdo tinha potencial para gerar convulsões populares. E, além disso, afirmava o chefe de Polícia, jamais a temperatura do Rio de Janeiro chegara aos quarenta graus, e, dessa forma, o próprio título do filme do cineasta paulista, suspeito

de pertencer ao Partido Comunista, já começava com o propósito de ofender a Cidade Maravilhosa. A proibição de “Rio 40 Graus” causou grande polêmica nacional, e o escritor Orígenes Lessa, mais tarde membro desta Academia, também publicitário e, portanto, conhecedor das leis do mercado, afirmou que a censura era burra, mas traria um benefício, pois, quando liberado, o filme bateria recorde de bilheteria. Na realidade, o nosso querido Orígenes enganou-se, não foi bem assim. Liberado em 1956, no primeiro ano do mandato do Presidente Juscelino Kubitschek, “Rio 40 Graus” teve realmente um bom público nos primeiros dias, mas, segundo o próprio Nelson, logo o boca a boca passou a informação de que a censura proibira o filme, não pelas cenas de sexo, mas porque só filmava gente pobre. E muitos críticos não gostaram do filme. O do vespertino *O Globo* terminou assim sua análise, iconograficamente resumida num bonequinho dormindo na poltrona:

Outrossim, não se pode deixar de focalizar o sentido intencionalmente negativo e faccioso da fita, tudo de acordo com os interesses do mencionado sectarismo ideológico que aniquila a escola neorrealista. Em suma, ‘Rio 40 Graus’ é, antes de tudo, um filme maçante, conquanto seja panfletário, também.

Cacá Diegues disse sobre o filme:

Mais até do que uma experiência artística, “Rio 40 Graus” era um programa de vida ao qual seu autor nunca seria infiel, mesmo que seu cinema sofresse tantas transformações no futuro. Um programa de vida ao qual aderiu toda uma geração de adolescentes e universitários cinéfilos que juntos se tornariam, em breve, cineastas brasileiros que marcariam a história de nosso Cinema de modo seminal. Se as telas do País, tomadas pela produção internacional e sobretudo americana, eram as janelas através das quais esses jovens aprendiam a amar o Cinema, “Rio 40 Graus” foi a porta luminosa pela qual eles o invadiram.

Depois de “Rio 40 Graus”, nunca mais a Cultura Brasileira poderia ser a mesma. Ela tinha sido levada para as ruas em busca da verdade e da compaixão, em nome da justiça e da beleza, dos sonhos que alimentaram o que de melhor fizemos em nosso Cinema. Se sua contemporânea Bossa Nova era, na Música, o que aquela geração sempre sonhara para o Brasil, um projeto de harmonia e elegância para um país miserável e em chamas, o cinema inaugura-

do por “Rio 40 Graus” nos exibia a face dolorosa do Brasil que não queríamos mais que existisse e que, portanto, não devíamos esquecer.

“Rio 40 Graus” fazia ressurgir um Cinema Brasileiro tantas vezes morto e ressuscitado ao longo do século XX, inaugurando um ciclo que, mais tarde, se encerraria como modelo econômico, mas que estaria sempre vivo e presente em tudo o que se fez depois dele até nossos dias. Um filme, portanto, fundador. Do Cinema Novo à atual pós-retomada, nenhum filme, nenhuma ideia cinematográfica, nada foi feito entre nós sem que de algum modo, direta ou indiretamente, se levasse em conta a obra de Nelson Pereira dos Santos.

De que forma Nelson se relacionou com o Cinema Novo? Cito suas palavras:

O Cinema Novo gerou um grupo de cineastas dinâmico. Cada um buscou, à sua maneira, uma forma de investigar nossa realidade com estilo próprio. Na verdade, eu comecei a esquecer o Cinema que não era feito aqui. Ficou muito mais interessante saber o que o Glauber Rocha estava escrevendo, ou o que o Leon Hirzman ou o Joaquim Pedro ou o Carlos Diegues estavam fazendo, em oposição ao que estava sendo feito pela *nouvelle vague* ou qualquer outro trabalho de qualquer outro diretor em qualquer parte do mundo, independentemente da importância de cada um deles. Estávamos muito ligados à nossa própria experiência. Entre nós mesmos a troca de ideias, de informação era tão prazerosa, tão gratificante, que trabalhávamos mais ou menos juntos, especialmente no começo.

Em “Vidas Secas”, filme de Nelson baseado na obra de Graciliano Ramos, o diretor estabeleceu pela primeira vez uma ideia clara de iluminação, com grande contribuição do fotógrafo Luiz Carlos Barreto. Assim como José Medeiros, Barreto era seguidor da escola de Cartier Bresson. Os dois vinham da revista *O Cruzeiro* e, segundo Nelson, apresentaram a fotografia europeia ao Cinema Brasileiro, até então baseado na escola do Cinema Norte-Americano. Palavras textuais de Nelson:

Luiz Carlos Barreto trouxe a luz de Cartier Bresson a ‘Vidas Secas’. Foi uma experiência chocante, revolucionária, radical, filmar sem filtro, com a lente nua, deixando-a brilhar diretamente sobre o rosto dos personagens. Essa foi a grande experiência do filme. Nada foi feito com luz artificial, tudo com a luz de Deus.

E assim, com a colaboração do Todo-Poderoso, acrescento eu, Luiz Carlos Barreto realizou seu trabalho exemplar, hoje um marco na história do Cinema mundial.

Quando resolveu adaptar o romance de Graciliano, Nelson ouviu vários avisos: “Você nunca será capaz de fazer a cena com a cadela Baleia porque não existe nela a consciência do ser humano. É a consciência de um cão. Como você vai transmitir o que Graciliano escreveu?”. E ele empresta, atribui um aspecto psicológico ao animal, à cadela Baleia. A cada momento que passa a participar da vida da família, ela tem o seu próprio universo, suas próprias visões, as quais o escritor descreve com grande precisão e sentimento. “Então” – conta Nelson – “eu me senti obrigado a fazer o mesmo no filme. E foi realmente um grande desafio. Desafio vencido, pois a presença de Baleia pode ser sentida até o clímax do filme – sua morte. Ela vive essa cena como se fosse um ser humano”.

Nelson encontrou dificuldades para trabalhar, pois segue outra linha, na qual apenas os personagens tentam expressar seus sentimentos. Ele se preocupa com a linha de pensamento, não apenas nas relações humanas, amor, conflitos de interesses, conflitos sociais, conflitos morais, mas também no nível das ideias, como as ideias se relacionam, como elas entram em conflito com outras ideias. Por exemplo, o filme “Memórias do Cárcere” é um trabalho construído mais sobre o pensamento do personagem do que sobre os relacionamentos que ele mantém na prisão. E essa é a ideia de “Memórias do Cárcere”: uma viagem pelo plano mental.

Em 1979, um jovem diplomata cinéfilo e candidato a cineasta foi indicado para dirigir a Embrafilme. No tempo em que administrou a empresa, prestou bons serviços ao Cinema Brasileiro, mas, ao apoiar a produção de “Pra Frente Brasil”, de Roberto Farias, o primeiro filme a tratar do horror dos anos de chumbo vividos no Brasil, foi demitido, voltou aos quadros do Itamaraty e seguiu brilhante carreira até o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores, que hoje ocupa pela segunda vez. Em seu livro *Por uma Questão de Liberdade*, ensaios sobre Cinema e Política, lançado em 1985 pela Editora Tempo Brasileiro, do nosso Confrade Eduardo Portella, Celso Amorim analisa o filme “Memórias do Cárcere”:

Uma qualidade – dentre tantas outras – aproxima especialmente o cineasta Nelson Pereira dos Santos e o escritor Graciliano Ramos: o amor à verdade. E é este

amor à verdade, que já se anuncia na maneira de refletir a face exterior dos objetos, mas que penetra também na intimidade das pessoas e das coisas, que faz de “Memórias do Cárcere” um dos maiores filmes inquestionáveis da nossa Literatura, certo que Nelson e Graciliano diferem um pouco no estilo: a realidade que o romancista nos transmite é áspera, seca, cheia de arestas. Já em Nelson, os seres tendem a ser apresentados de modo mais suave, como se o olho da câmara aparasse seus traços mais angulosos. Se o amargor com que Graciliano vê o mundo não exclui a ternura por seus habitantes (vivos), em Nelson este último sentimento é que dá o tom. E por isso talvez a união dos dois se tenha provado tão fecunda. A resultante final destas duas visões superpostas é uma radical honestidade na aproximação dos personagens e situações, impregnada de uma simpatia não menos profunda pelo destino do ser humano.

Não poderia dizer mais ou melhor sobre o filme cujos momentos iniciais, na apresentação do título e dos créditos, evocam o estranhamento do Brasil, um Brasil onde escritores, professores, médicos, cientistas, artistas e intelectuais passavam meses nas prisões. Entre eles, ao lado de Graciliano, como Nelson bem assinalou em seu discurso, esteve Hermes Lima, de pijama, mas tão elegante e ereto como se estivesse, talvez, intuindo o futuro, no seu fardão de acadêmico. Enquanto surgem os títulos, a música de fundo – a “Fantasia sobre o Hino Nacional Brasileiro”, de Louis Moreau Gottschalk – sugere o precoce modernismo na Música ao mesmo tempo em que anuncia, nos primeiros acordes, a desconstrução de um símbolo nacional, diante da desordem a que fora submetido o País, por uma suposta ordem, injusta e cruel.

A filmografia de Nelson Pereira dos Santos inclui outros títulos, além dos já citados no início, baseados em obras literárias. São nove filmes com roteiros originais, a saber: “Rio Zona Norte”, “Mandacaru Vermelho”, “Fome de Amor”, “Como Era Gostoso o Meu Francês”, “Quem é Beta”, “O Amuleto de Ogum”, “Estrada da Vida”, “Cinema de Lágrimas”, e o último, “Brasília 18%”. Mas, como o tempo é curto para estudar tantos filmes, reservo alguns momentos para falar de dois, baseados em romances de Jorge Amado, “Tenda dos Milagres” e “Jubiabá.”

Jorge Amado confessou que *Tenda dos Milagres* é um livro de grande importância:

Porque eu creio – afirmou o escritor – que nele se discute o problema do povo brasileiro, o problema da Cultura Brasileira e da originalidade do brasileiro. Quando eu era muito jovem, em 1935, escrevi um livro em que minha preocupação já era a

mesma. O livro se chamava *Jubiabá* e o problema era colocado apenas por um jovem escritor de 23 anos, cuja experiência humana, literária e política era ainda muito limitada. Vinte e cinco anos depois escrevi *Tenda dos Milagres* [...]. Nada do que está no livro, do que está no filme é inventado. São coisas que se passaram e que foram recriadas por mim e depois por Nelson. Eu recriei no livro, dentro das minhas limitações, e Nelson recriou no filme, com seu imenso talento e sua grande qualidade de cineasta. Nossa relação durante a adaptação de “Tenda dos Milagres” foi ótima. Porque Nelson não briga. Nelson concorda e depois faz o que quer. A relação foi inteiramente diferente. Porque eu nunca me meto em adaptação de livro meu, para nenhuma forma de comunicação [...]. Mas com o Nelson não, com ele eu discutia muito, conversei muito, palpitei muito. Mas o Nelson fez uma coisa inteligente, me botou para trabalhar, enquanto isso ele filmava. [...] Ele fez exatamente o que deveria ter feito – fez a sua adaptação. Ele conversou muito comigo, discutiu muito comigo. Eu disse tudo o que pensava e como pensava, e ele fez exatamente o que achou que deveria fazer. [...] O filme “Tenda dos Milagres” é uma obra de Nelson Pereira dos Santos, pensado, criado e concebido por ele. Mas não deixa de ser meu. Afinal, no sangue de Nelson que corre ali dentro, há um pouco de meu sangue.

Jubiabá foi o livro com o qual Jorge Amado, na época com 22 anos, se firmou no panorama literário brasileiro. Ao adaptá-lo, Nelson Pereira dos Santos realizou, como sempre, algumas modificações. A trama do livro se orienta pela trajetória do personagem Baldo – que após a internação da tia em um hospício vai ser criado por uma rica família, abandona-a, vira mendigo, *boxeur* e, posteriormente, encontra a razão de sua existência nos movimentos dos trabalhadores.

Jorge Amado diria ainda: “*Jubiabá* é fundamentalmente uma história de amor. Através dela quis abordar o problema racial brasileiro, principalmente do negro, do ex-escravo. A ideia do filme é contribuir nesse sentido, retomar essa questão da maneira mais simples possível”.

Na realidade, Nelson não foi apenas um adaptador de romances para Cinema, mas também amigo de Jorge e de Zélia. Conheceu o casal ainda nos tempos de militância de esquerda, em São Paulo, e mais tarde manteve com eles laços de amizade, que se estreitaram quando começou a rodar “O Amuleto de Ogum”, em Salvador.

Senhoras acadêmicas, senhores acadêmicos, minhas senhoras, meus senhores, em mais de meio século de atividades ininterruptas, Nelson não foi apenas o cineasta. Durante muitos anos, exerceu a profissão de jornalista e era

excelente copidesque. Trata-se também de um escritor, autor e coautor de livros sobre o Cinema e conferencista cujas reflexões ajudaram a encontrar caminhos para o desenvolvimento do audiovisual no Brasil. Fundador de cursos de Cinema em duas universidades brasileiras, foi professor desses cursos, nos quais se formaram numerosos cineastas hoje em atividade. Produtor de Cinema, ofereceu emprego a centenas de atores, cinegrafistas, iluminadores, técnicos, artistas e operários.

Seus filmes foram apresentados no exterior, receberam prêmios e produziram divisas para a nossa balança comercial.

Trata-se de artista que contribuiu, portanto, ao seu modo, para dar uma ajuda à economia nacional. Diante de uma trajetória tão fecunda, diante deste exemplo seguido por tantos realizadores, muitos deles aqui presentes, vemos como é indispensável pensar o Cinema Brasileiro como arte, técnica, indústria e comércio, mas também como fator de identidade nacional. O termo lembra um clichê, é certo, mas o Cinema é a arte que, por sua popularidade e caráter global, acessível a bilhões de seres humanos, pode oferecer, em um instante, o reconhecimento de uma civilização no caso a civilização brasileira, em escala doméstica e universal. Civilização, e cultura com muitos problemas, mas estampando uma face própria, única, com seus pecados e virtudes, sua originalidade e seu marasmo nas telas do Brasil e de todo o mundo. Para se alcançar este objetivo, torna-se indispensável manter e ampliar uma política de apoio ao audiovisual, a exemplo do que fizeram todos os países hoje grande produtores, a começar pelos Estados Unidos.

Neste momento de homenagem a Nelson Pereira dos Santos, não posso deixar de pensar como seria bom se o Cinema Nacional pudesse chegar a todos os brasileiros, como seria bom se os nossos filmes estivessem ao alcance de todos os bolsos e não de uma parte mínima da população, como seria bom, enfim, se o mercado interno brasileiro pudesse sustentar o nosso Cinema. Gostaria de ver nossas crianças e jovens assistindo a produções com dicção brasileira como nós, os das gerações mais velhas, vimos – e mantivemos em nossa memória colonizada – os desenhos animados de Walt Disney, as aventuras de Tom e Jerry, os musicais em technicolor e com som estereofônico da Metro Goldwyn-Mayer, os dramas históricos em cinemascope da Twentieth Century Fox, os policiais *noir* da Columbia Pictures, os filmes de mistério da RKO

Pictures e os *westerns* de todos os tipos, desde os da classe B da Republic, com Vera Rubra Ralston, até os clássicos de John Ford com John Wayne.

Sr. Nelson Pereira dos Santos, os ilustres brasileiros que passaram pela Cadeira 7 contam uma história rica a partir do seu Patrono, o Poeta Castro Alves, escolhido pelo Fundador, Valentim Magalhães, seguido por Euclides, Afrânio Peixoto, Afonso Pereira Júnior, Hermes Lima, Pontes de Miranda, Dinah Silveira de Queiroz e Sergio Corrêa da Costa. Este último, diplomata ocupante dos mais altos e relevantes cargos, historiador capaz de fazer-nos entender os meandros da história do passado e dos eventos recentes. Foi também um incansável pesquisador das palavras. Mas antes de tudo, Sergio, nesta Academia, representou um tempo em que a convivência viu-se elevada aos melhores *momentos*, pois estar com ele constituía para todos nós a certeza de uma conversa estimulante, um colher de experiências e sabedoria, no trato afável, no olhar sincero, no conselho sempre sensato. Sua memória, tenha certeza, será sempre cultuada e lembrada com profunda admiração nesta Academia.

Algumas vozes estranharam o fato de um diplomata e historiador ser sucedido por um cineasta. Logo se calaram, pois não há, nesta Academia, necessariamente, sucessão por afinidades intelectuais, ou vaga cativa, embora não se exclua a possibilidade de um perfil parecido entre sucessor e sucedido. Mas no caso de Sergio e Nelson existem pontos de contato. Seus filmes, quando exibidos no exterior, são embaixadores da Cultura Brasileira; e todos eles, mesmo na ficção mais fantasiosa, como no caso de “Asylo Muito Louco”, baseado em “O Alienista”, de Machado de Assis, também falam da nossa história; história dolorosamente narrada em “Memórias do Cárcere”, hoje um filme clássico da nossa Cinematografia.

É hábito, no fecho dos discursos de recepção, o orador que recebe dirigir-se ao recipiendário para convidá-lo, de forma afetuosa: entre, a casa é sua. Antes de repetir o conhecido fecho, eu gostaria de lembrar mais uma vez neste momento as palavras do nosso comum amigo Glauber Rocha: “um filme se faz com uma câmara na mão e uma ideia na cabeça. Câmara na mão e ideias na cabeça.”

Aqui mesmo, embora as câmaras estejam em outras mãos, sei que na cabeça de Nelson fervilham ideias sobre como aproveitar todo o material registrado até agora para fazer um filme. Seja documentário ou delirante ficção, o filme certamente não terminará neste momento, no Salão Nobre do

Petit Trianon da Academia Brasileira de Letras, quando se encerra a cerimônia, com a palavra “fim” sobre a cena dos presentes aplaudindo a consagração. Agora, Sr. Nelson Pereira dos Santos é hora de dizer “luz, câmara, ação!”, pois no momento em que o Presidente Marcos Vinícios Vilaça encerrar a sessão solene, a palavra “início” deve aparecer sobre a cena que a estamos assistindo. Agora começa o filme que contará a sua vida.

Muito obrigado.

Discurso do
SR. DOMÍCIO PROENÇA FILHO

e

Resposta do
SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

*Sessão solene extraordinária
do dia 28 de julho de 2006*

I

DISCURSO DO SR. DOMÍCIO PROENÇA FILHO

Vivo de meia dúzia de ideias e de algumas palavras. E é a palavra, aliada à ação criadora e pedagógica, base do meu percurso de vida que me traz a esta Casa das Letras. A mais relevante do País. A essas dimensões associa-se, cúmplice, o beneplácito da amizade. Que a Casa de Machado de Assis é uma Casa da Convivência. Enriquecida democraticamente pelo jogo dialético da convergência e da divergência. Viva, intensa, imune à corrosão da aura. Ao longo de mais de um século, Mobilizadora. Congregadora de gente da Cultura, gente das Letras. E o culto do verbo, em espaços que não se excluem, é que aproxima os ocupantes da Cadeira 28 para a qual fui eleito. Com a consciência, sobretudo, do que representa, comunitariamente, o raro privilégio.

Seja-me permitido, no cumprimento do rito da tradição, a assunção do vezo didático na recordação breve de traços que lhes marcam a atuação no processo da Cultura Brasileira. Que a sinceridade da homenagem compense o risco da redução e a horizontalidade do discurso.

Conheci-o nas minhas primeiras andanças pelos auditórios e corredores desta Casa. Aos poucos, me aproximei de sua mineirice desconfiada. Para descobrir-lhe a afabilidade, a simplicidade, a excelência do humor. E a acolhida conselheira a quem já começava a sonhar alto. O convívio estreitou-se ao longo dos ciclos de conferências do auditório José de Alencar.

Falo do saudoso e estimado Dr. Oscar Dias Corrêa, o jurista, o magistrado, o professor, o poeta, o ficcionista, o ensaísta, o tradutor, o cidadão de intensa e coerente ação política. Homem de fé assumida e dedicação acendra-

da à família. Ao lado de D. Diva, companheira atuante de dedicadíssimos cinquenta e sete anos de casamento, felizes e mineiramente vividos. A quem, nesse momento, rendo minhas sinceras homenagens.

Itaúna, a cidade de seu nascimento, em 31 de janeiro de 1921. E dos primeiros estudos. Continuados, no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, hoje Estadual. Já se configurava o futuro tribuno: no concurso de oratória, vencido pelo jovem ginasiano, com um discurso sobre “A Paz no Chaco”, coroado com publicação no *Minas Gerais*. No complemento da formação, o Curso Pré-Jurídico e o Curso de Bacharelado, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais atualmente Universidade Federal. O orador emerge e prenuncia-se o ensaísta: ganha o Concurso Nacional de Oratória e o Concurso Nacional de Monografias, de relevância assegurada pelo órgão instituidor: o Instituto dos Advogados Brasileiros.

Árduo, o começo. Avalie-se pela atitude: jovem estudante, dá-se conta da importância, para seus estudos superiores, de dois volumes de trezentas páginas, de autoria de Pedro Lessa: na impossibilidade de adquiri-los, e com a cópia xérox ainda abrigada no ventre do futuro, não vacila: copia-os a mão, para acesso imediato. O testemunho agradeço à gentileza de D. Diva.

1946 marca o início da vida pública e da advocacia. Como oficial de gabinete de João Franzen de Lima, secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais.

Deputado, ei-lo, no ano seguinte, na Assembleia Legislativa Estadual. Com reeleição e novo mandato de 1951 a 1954. Ano em que chega à Câmara Federal. A consagração do alto desempenho traduz-se na reeleição para os dois mandatos seguintes: de 1955 a 1963, de 1963 a 1967. Em 1961, o legislador, licenciado, cede espaço ao administrador da causa pública: assume a Secretaria de Educação de Minas Gerais, no governo de Magalhães Pinto, cargo em que permanece até 1962 quando volta à Câmara. Até 1966. Tempos brasileiros redemocratizados e de aguda efervescência e turbulência políticas. Identificado com o seu partido, a antiga UDN, a União Democrática Nacional. Um *homo politicus* como raros.

O coroamento da carreira do jurista vem com o seu chamado a integrar o Supremo Tribunal Federal, indicação do ministro Bilac Pinto. Em 1982. Nessa condição, é nomeado ministro do Superior Tribunal Eleitoral. Eleito Vice-Presidente da Suprema Corte do País, não assume o cargo: a convite do

Presidente José Sarney, ei-lo nomeado Ministro de Estado da Justiça. Em janeiro de 1989.

Suas palavras, num trecho da carta em que se despede da Suprema Corte, permitem uma visão de seu percurso e de sua alta competência:

Aqui cheguei após quase quarenta anos de Advocacia, vinte e sete anos dos quais exercidos também perante este Pretório e mais de vinte de atividade política, intensa e trepidante. Pois a Corte, com a sua tradição de serena superioridade, de exata ponderação na interpretação do Direito, de retidão na exegese das normas jurídicas, sem esquecer nunca o indeclinável interesse nacional, deu ao noviço nas hostes da magistratura ânimo para dominar a veemência do temperamento e das lutas políticas anteriores, para vencer-lhe o ímpeto que os anos não arrefeceram, ensinando-lhe a ouvir as manifestações contrárias ao seu pensamento, a acatar os argumentos adversos às suas opiniões, a respeitar pronunciamentos e decisões sem ressentimentos ou irritação.

Mais: vencido, aprendi a estimar a vitória da maioria adversa, ao raciocínio de que deveria estar certa; e meu voto serviria de argumento aos que, mais tarde, nele encontrassem fomento de Direito ao exame das teses em confronto.

Fiel aos princípios éticos que cultua, solicita imediatamente, diante da nomeação para o Ministério, sua aposentadoria da alta Corte. Por consequência, afasta-se também do Superior Tribunal Eleitoral. Empossado, promete restabelecer no País o “reino da justiça” e reitera a fidelidade à “disciplina da lei”. Atua com intensa atividade, até julho do ano da posse, quando renuncia ao cargo.

Longe da ação pública, volta-se para a Advocacia: abre escritório, em Belo Horizonte, escritório, com o filho Oscar Junior, que, a exemplo do pai, ingressa na Política, com mandatos nas esferas estadual e federal, de 1979 a 1991.

Inúmeras obras revelam a excelência do seu saber jurídico, a percuciência de seus estudos. Entre elas *Introdução Crítica à Economia Política*, (1957), *Alcance e Compreensão dos Direitos do Homem*, 1968, *A Defesa do Estado de Direito e a Emergência Constitucional*, 1980, *Autoritarismo*, no mesmo ano, *A Constituição Federal de 1988 - Contribuição Crítica*, (1991), *O Supremo Tribunal Federal, Corte Constitucional do Brasil*, (1987), *O Sistema Político-Econômico do Futuro - o Societarismo*, livro de 1994.

Devoção aos princípios do Direito e da Justiça e à prevalência da democracia marcam a sua atuação. Um fato, por indiciador: edita-se, em 1965, o Ato Institucional n.º 2. Nas determinações, entre outras medidas, a extinção

dos partidos políticos existentes. Autorizada apenas a existência dual da ARENA e do MDB.

Numa afirmação de coerência e de personalidade forte, o udenista convicto assume desassombrada atitude de protesto: renuncia ao seu mandato de deputado. E com elegância, mas com firmeza, explicita a sua indignação no último pronunciamento na Câmara Federal:

– O que nos repugna é que o governo queira impor duas organizações irreais, inviáveis, provisórias e que, para isso, obrigue todos os homens públicos desse País a uma opção impossível.

Há nove anos, Sr. Presidente, disputando a cátedra de Economia Política da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, escrevi uma tese – “Introdução à Crítica e à Economia Política” – em que sustentava que o objeto da Ciência Econômica era a opção onerosa socialmente avaliável, dizia eu, para caracterizar bem os termos dessa opção, que me parece e me parecia fundamental.

Agora, sem blague, poderia dizer que, nove anos depois, a Política, não a Economia, me impõe uma opção, também onerosa, a mais onerosa de quantas pensei fazer; a tal ponto que me recuso a fazê-la, e deixo a Política pela Economia.

Era o dia 23 de março de 1966. Perdia a Política Brasileira, ganhava a Economia, e ganhavam ainda mais a prática e a ciência do Direito.

O Magistério: outra de suas paixões. Luminoso, o começo: a conquista, por concurso de provas e títulos, da citada Cátedra de Economia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, atualmente Universidade Federal. Aos 29 anos de idade. Torna-se, então, o mais jovem professor catedrático de seu Estado natal. E acumula concursos e cadeiras em inúmeras instituições de ensino superior: Faculdade de Ciências Econômicas da antiga Universidade do Brasil, Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A que se junta a intensa atividade pedagógica em outros estabelecimentos públicos e privados: leciona, ao longo dos anos, Economia, na Universidade de Brasília, em 1966; mais tarde, nas Faculdades Integradas Bennett (1971); Direito do Comércio Exterior, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Direito do Trabalho, na Universidade Católica de Minas Gerais, entre outros. Em paralelo, a ação administrativa: a direção da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, em 1968; o Decanato do

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da mesma Universidade, de 1971 a 1980; a direção da Faculdade de Direito da UERJ, de 1976 a 1980.

Invulgar, sua capacidade de trabalho: a jornada, iniciada nas primeiras horas do dia, estende-se regularmente até II horas da noite.

A seu lado, sempre, D. Diva. O dinamismo suavemente abrigado nas dobras da discrição. Destacado o apoio logístico ao homem público. Desde o tempo em que os parlamentares não dispunham de assessorias e gabinetes. E não nos esqueça do cuidado com os dois filhos do casal, Ângela e Oscar Junior.

A ação política intensa, o magistério, a dedicação ao Direito não diluem a fidelidade às Letras, nas quais se inicia desde os bancos escolares do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. A Literatura integra antes uma comunhão de afetos intensamente cultivados.

E, à lucidez do jurista, alia-se o ficcionista, autor de *Brasílio*, publicado em 1968, e de *Quase-ficção*, 12.º volume da Coleção Austregésilo de Athayde, da Academia, coordenada pelo dinamismo de Ivan Junqueira, editado em 2003.

Brasílio, romance de costumes políticos, espelha, na transfiguração da Literatura, aspectos da vida pública brasileira, de 1930 a 1950. Uma história nuclearizada no personagem-título, um político. Que começa prefeito de Rio do Morro, pequena cidade interiorana, é eleito deputado estadual e, na sequência, federal, chega a Governador do Estado e culmina com uma cadeira no Senado da República. Na base da criação, a experiência vivenciada pelo autor, a sua intimidade com os seus pares e com os fatos da vida pública brasileira. Na tecedura da trama, simples, ressalta a qualidade do narrador na articulação das ações e na perspectiva crítica marcada de ironia. Na linguagem, a fluência e o coloquialismo. Uma passagem, por exemplificadora:

Mas não era possível descrever-se toda a fauna humana que Brasília encontrou na Casa do Povo, como se chamava a Câmara. Eram cinquenta e quatro figuras diversas, cada qual com um jeito, uma cara, assentando-se ou se levantando ao comando da intimação do presidente e dos líderes.

Muito mais proveitoso seria contar-se, por exemplo, o que se passava na Secretaria, de onde saíam pratinhos, estandardizados, os pareceres das Comissões. Na maioria, é claro.

(....)

Você sabe, leitor amigo, o que é bancada da imprensa? Pois vou dizer-lhe, em poucas palavras: são uns senhores que ficam, em geral, defronte dos deputados, quan-

do eles falam, ou estão calados; que tomam, ou não tomam notas em papel sem pauta, de preferência; que trocam ideias entre si, muito cordialmente, sem dar nenhuma ideia nova em troca da que não recebem; e que, no dia seguinte a gente fica sabendo da opinião que tinham do que se passou na sessão a que assistiram, ou que não tinham e a direção do jornal entendeu que era bom ter. (*Brasilio*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 147)

Quase-ficção: o título indicia o rigor da caracterização do texto que se propõe: apoiado no realismo de detalhe e na aguda observação de pessoas e acontecimentos. Quatro histórias bem urdidas, reveladoras de domínio do narrador, astucioso, na explicitação merquioriana da mímese.

Na primeira, um discurso à beira do túmulo de um amigo, a pedido da comoção da viúva em prantos, e eis o personagem tomado pelo delírio do necrológio.

Narrador e protagonista dividem o discurso. O deste último, reflexivo, autoquestionador. Nuclear, a presença da morte, inexorável, sempre impactante. E, a cada passo, o alívio da tensão por meio da ironia bem-humorada. O comportamento do personagem vai, humanamente, do horror à natureza do texto à gradual aceitação, a cada solicitação nova e diante dos aplausos da fama à assunção plena e entusiasmada. Já agora marcada pelo prazer do discurso. Vicissitudes da alma humana, flagradas pelo ficcionista. Na culminância, a instauração da função de uma ideia fixa. No silêncio da estrutura, a relação intertextual com *O Alienista*. Em paralelo, a exaltação da amizade, memórias de passado comum que une o vivo e os mortos louvados. Nostalgias. Nem falta o realismo de detalhe, como garantia de verossimilhança. O riso, racionalizador e amortecedor da tensão, pontua o fim e a perda. A moral da história, a carga do leitor. Que a ambiguidade do texto, por literário, possibilita: *ridendo castigat mores* ou *Vanitas, vanitatis*, ou ambas.

Perda e morte voltam na segunda narrativa. Agora de um cão. Cheio de ideias. Na verdade, um cão eruditíssimo. Com nome de economista famoso: Keynes. E com as memórias transcritas pelo melhor amigo da espécie. Enfim, um cão literariamente antropomorfizado. Com uma história que, por vezes, serve de pretexto para reflexões sobre a realidade brasileira. E um desfecho carregado de emoção. Um texto-espelho da realidade urbana do país, espaço assumido pelo escritor e indiciado pelo título do livro.

“Currículo”, o terceiro conto. A partir de inesperada demissão, a *via-crúcis* do personagem na busca de um novo emprego. Depois de uma vida de dedicação e eficiência. A alta qualificação, a experiência, o domínio das línguas estrangeiras, as várias obras publicadas, o currículo exemplar não abrem as portas do espaço privado ou público. A militância e o exílio emergem, contrapontantes, no desfecho, irônico. E a visão crítica, sempre. Agora tendo por alvo o mercado editorial brasileiro. Quem escreve conhece.

Na última história, o percurso de um candidato à Academia Brasileira de Letras. Li e reli, com redobrada atenção. Quase realidade? Lição. O texto: um divertido roteiro a ser cumprido, os procedimentos, os envolvimento. Hiperbolizados. O final, surpreendente, acentua a frustração.

A linguagem revela a elaboração cuidada, o domínio da frase curta, a presença da erudição do autor, as animizações bem trabalhadas.

O prefácio de Eduardo Portella acentua a linha de força dominante: histórias de perdas. Irreparáveis. Perdem-se amigos, perde-se a companhia amiga do cão estimado, o emprego, a ansiada eleição para a Academia. Com as consequências decorrentes. Na alma.

Perder aproxima-se de situações trágicas. No sentido grego do termo. Não se pense, entretanto, em retratos carregados de lamúria. O autor, ciente de que integram, inexoráveis, a humana condição, dilui a tinta da melancolia nas águas do humor. A reflexão, nesse sentido, a cada passo pontua as peripécias da ação. O narrador exorciza a tragicidade do fim implacável com a distensão pelo riso. Ao fundo, a consciência do efêmero: tudo passa sobre a Terra. No fundo a fé: perder acontece e está longe de ser verbo definitivo.

A sensibilidade do poeta presentifica-se desde a juventude. E, em especial, na sua atividade de tradutor, que pode ser admirada no volume intitulado *Meus Versos dos Outros*, lançamento da ABL, na Coleção Afrânio Peixoto. E no seu último livro, *Viagem com Dante*, 2005, centrado na *Divina Comédia*, cujos versos sabia no coração.

Obra de uma vida inteira, pois que se iniciou, a rigor, quando Oscar Dias Corrêa, então com 16 anos, foi apresentado aos versos da *Vita Nuova* pelo Prof. Tancredo Martins do Curso Pré-Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, assinala o poeta e também exímio tradutor Ivan Junqueira, na apresentação da obra. Obra e paixão. E o autor acompanha o Poeta e seu Guia, Virgílio, até o XXXIV Canto do Inferno, reencontra-os

na chegada de Beatriz, nos Cantos XXIX e XXX do Purgatório e, por fim, vê *l'inspiratrice* conduzindo-a ao Empíreo no Canto XXXIII do Paraíso. Não sem antes dizer da musa na transcrição, mantida a língua do tempo, e na transcrição do soneto de louvor e encantamento, que recordo, por sua força poética:

*Tanto gentile e tanto onesta pare
la donna mia quand'ella altrui saluta
ch'ogne língua devem tremando muta
e li occhi no l'ardiscon di guardare.*

*Ella siva, sentendosi laudare,
benignamente d'umiltà vestuta:
e par che sai una cosa venuta
da cielo in terra a miracol mostrare.*

*Mostrasi sì piacente a chi la mira
che à per li occhi una dolcezza al core
ch'entender non la può chi non la prova.*

*E par che da le sua labbia si mova
un spirito soave pien d'amore
che va dicendo al'anima: sospira!*

Tão gentil e tão cândida parece
A amada minha em seu cortês saudar
Que nossa boca, trêmula, emudece
E os olhos não a ousam contemplar.

Ela se vai, sentindo-se louvar
E de humildade seu olhar se tece,
Como se um anjo que, do céu, viesse,
Para milagre à terra demonstrar.

Mostra-se tão graciosa que quem a mira
Que dá à nossa alma seu olhar dulçor,
Que não pode entender quem não a prove.

Parece que dos lábios seus se move
Um espírito suave, todo amor,
Que vai dizendo ao coração: suspira!

A sua sensibilidade guia o entendimento do leitor por esses espaços e fecha o livro com notícia da viagem existencial do grande poeta.

Nem a saúde combalida impediu-o de autografar, cuidadoso, em sua última noite terrena, cinquenta exemplares destinados a amigos de fé. Até as 23 horas. Como sempre. Adormeceu definitivamente na véspera do lançamento. Esperado com entusiasmo.

Sua eleição para esta Casa se dá em 6 de abril de 1989, na vaga de Menotti del Picchia, amigo antigo. Revelador, um trecho do seu discurso de posse:

Lembra-me perfeitamente – vejo a cena nas luzes da memória: discutia-se a chamada “Emenda dos Conselheiros”, que instituía, com os ex-presidentes da República, um conselho Superior de assessoramento do presidente da República.

A UDN combatia o projeto. E, nesses casos, éramos os mais ousados – e a ousadia sempre foi o meu fraco, disso sabeis! – escalados para o debate.

Chegou a minha vez: fui à tribuna e desincumbi-me da missão.

Ao descer para o plenário, encontro no meio do corredor, caminhando na minha direção, o nobre deputado Menotti del Picchia, que me diz em tom quase fraternal: “Menino, quando você foi à tribuna, perguntei-me: que que esse menino vai falar, depois de Capanema, Arinos, Baleeiro, Aduato, Lacerda. E sabe de uma coisa? Gostei do seu discurso!”

Agradei-lhe o cumprimento espontâneo e insuspeito, envaidecido e acanhado. E ganhei-lhe a estima e o direito à prosa, nos momentos em que um orador mais monótono ocupava a tribuna e me acercava dele para ouvir-lhe a palavra fascinante.

O ficcionista e poeta paulista, por seu turno, é uma das militâncias atívisimas na instauração do Modernismo nas nossas Letras. Seu poema “Moysés” de 1917, junta-se aos textos prenunciadores da grande ruptura que começa a concretizar-se. No mesmo ano, data literariamente afortunada, vêm a público *Há uma Gota de Sangue em Cada Poema*, de Mário de Andrade, *A Cinza das Horas*, de Manuel Bandeira, *Nós*, de Guilherme de Almeida, *Carrilhões*, de Murilo Araújo. Anita Malfatti faz sua segunda exposição de pintura. Aquela que tanta celeuma iria causar e que seria, inclusive, responsável, na sua reper-

cussão, pelo mau juízo que muitos fariam da proposta modernista. Sobre-
tudo pela violência da crítica de Monteiro Lobato, expressa no título do artigo
dedicado à mostra e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição da noite,
do dia 20 de dezembro: “Mistificação ou Paranoia”.

O mesmo ano de 1917 marca também o lançamento de *Juca Mulato*,
onde se destaca o espaço concedido à sensibilidade da etnia afro-brasileira.
Abertura propiciada pelas diretrizes do movimento, que privilegia o olhar crí-
tico sobre a realidade do País. O poema busca evidenciar a presença mestiça
na Cultura Nacional. Identificada a dor ingênua do personagem-título, com o
canto, na ótica do autor, do “gênio triste da nossa raça e da nossa gente”. Dor
de amor. Impossível. Porque tem por alvo a “filha da patroa”.

Juca Mulato pensa: a vida era-lhe um nada...
Uns alqueires de chão: o cabo de uma enxada;
Um cavalo pigarço; uma pinga da boa;
O cafezal verdoengo; o sol quente e inclemente...

Nessa noite, porém, parece-lhe mais quente,
o olhar indiferente
da filha da patroa...

Vamos, Juca Mulato, estás doido? Entretanto
tem a noite lunar arrepios de susto;
parece respirar a fronde de um arbusto,
o ar é como um bafo, a água corrente um pranto.
Tudo cria uma vida espiritual, violenta.
o ar morno lhe fala; o aroma suave o tenta...
“Que diabo!” Volve aos céus as pupilas, à toa,
e vê, na lua, o olhar da filha da patroa...

(PICCHIA, Menotti del. *Juca Mulato*. 3.ed. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1921. p. 14)

O sentimento intenso mobiliza e fragiliza o vigoroso caboclo, “forte
como a peroba e livre como o vento”. E ele sofre a coita amorosa, no limite. E
com ele chora a natureza solidária e consoladora. E é essa mesma natureza que
o livrará e ao poema de um trágico desfecho carregado de romantismo, como
demonstra a fala atribuída à floresta antropomorfizada:

Juca Mulato olhou a floresta; os ramos, nos espaços,
Pareciam querer apertá-lo entre os braços.

Filho da mata, vem! Não fomos nós, ó Juca,
O arco do teu bodoque, as grades da arapuça,
O varejão do barco e essa lenha sequinha
Que de noite estalou no fogo da cozinha?
Depois, homem já feito, a tua mão ansiada
Não fez, de um galho tosco, um cabo para a enxada?

(*Id.*, *ib.* pp. 41-2)

E Juca Mulato, conformado,

Consolou-se depois: O Senhor jamais erra...
Vai! Esquece a emoção que na alma tumultua.
Juca Mulato! Volta outra vez para a terra,
Procura o teu amor, numa alma irmã da tua.

Esquece calmo e forte. O destino que impera,
Um recíproco amor às almas todas deu.
Em vez de desejar o olhar que te exaspera,
Procura esse outro olhar, que te espreita e te espera,
Que há por certo um olhar, que espera pelo teu...

(*Id.*, *ib.* p. 45)

O livro foi acolhido com entusiasmo pelo público-leitor. E pela crítica. O longo poema, permito-me aduzir, caracteriza-se por uma visão distanciada, um dos posicionamentos ligados à presença do negro no processo literário brasileiro. Literatura sobre o negro. Configurada em textos nos quais os representantes da etnia reconhecidos como tal são referidos como “personagens”. Ou em que aspectos ligados às vivências do negro e seus descendentes no Brasil se tornam assunto ou tema. Envolve procedimentos simpáticos e solidários, mas que, implicitamente, com poucas exceções, indiciam estereótipos e reduplicam perspectiva ideológica tradicionalmente introjetada na sociedade brasileira. Inatingível a “filha da patroa”. Por força do distanciamento social. Valoriza-se, entretanto, o mestiço, destacado o seu modo de ser sentimental,

identificado com dimensões do jeito de ser brasileiro, da nossa gente, e por mobilizar a reflexão.

O amor ainda será, na obra de Menotti del Picchia, núcleo de *Máscaras*, de 1920, versos molhados de estética simbolista, em que dialogam “Arlequim, um desejo, Pierrô, um sonho, Colombina, a mulher”. Num texto carregado de sentimentalismo. Como explicita a fala de Colombina, conciliatória, num exemplo de multiplicidade existencial, singularidade do poema dialogado:

Pudesse eu repartir-me e encontrar minha calma
Dando a Arlequim meu corpo... e a Pierrô minh’ alma!
Quando tenho Arlequim quero Pierrô tristonho,
Pois um dá-me o prazer, o outro dá-me o sonho!
Nessa duplicidade o amor todo se encerra:
Um me fala do céu... outro fala da terra!
Eu amo porque amar é variar, e em verdade
Toda a razão do amor está na variedade...
Penso que morreria o desejo da gente
Se Arlequim e Pierrô fossem um ser somente.

(PICCHIA, Menotti del. *Máscaras*. Editora Nacional, sd. s.p.)

O escritor logo se revelará um prestigiado ativista do Modernismo nascente. Nesse sentido, esclarecedora é a conferência que pronuncia, no dia 15 de fevereiro, no Teatro Municipal de São Paulo, terceira noite do festival de três dias que constituiu a Semana de Arte Moderna de 1922, texto intitulado “A Arte moderna”, em que explicita o ideário artístico do movimento:

A nossa estética é de reação. Como tal, é guerreira. O termo *futurista* com que erradamente a etiquetaram, aceitamo-lo porque era um cartel de desafio. Na geleira de mármore de Carrara do parnasianismo dominante, a ponta agressiva dessa proa verbal estilhaçava como um aríete. Não somos nem nunca fomos. Eu, pessoalmente abomino o dogmatismo e a liturgia da escola de Marinetti. Seu chefe é, para nós, um precursor iluminado, que veneramos como um general da grande batalha da Reforma, que alarga seu *front* em todo o mundo. No Brasil não há porém, razão lógica e social para o *futurismo ortodoxo*, porque o prestígio do seu passado não é de modo a tolher a liberdade de sua maneira futura. Demais, ao nosso individualismo estético, repugna a jaula de uma escola. Procuramos, cada um, atuar de acordo com nosso temperamento, dentro da

mais arrojada sinceridade. (In: TELLES, Gilberto Mendonça. *Modernismo Brasileiro e Vanguardas Europeias*. 3.ed. rev. e aum. Petrópolis: Vozes: Brasília: INL, 1976, p. 228.)

A história demonstra que o movimento, no processo de sua instauração, seguiu caminhos múltiplos e vários.

Paralelamente, o jornalista faz da sua coluna no *Correio Paulistano* o mesmo que Oswald de Andrade da que assina no *Jornal do Commercio*: espaço de divulgação das ideias renovadoras que agitavam aquele tempo brasileiro. E logo fundará, com Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, na busca que queriam os propositores do movimento, o Verde-amarelismo e a Revolução da Anta, marcados pelo nacionalismo literário.

Em Poesia, sua primeira incursão efetiva no Modernismo vem com *Chuva de Pedra*, em 1925. Com a imagística a marcar de novo forte presença, aliada à assunção do verso livre.

O verde-amarelismo explicita-se pleno em *República dos Estados Unidos do Brasil*, de 1928. Onde vários poemas ideologicamente coerentes exaltam a formação do nosso país, o patriotismo, a escola, a paisagem brasileira, além de retratar, à luz de juízos de valor, figuras históricas, como Anchieta, O Aleijadinho, Fernão Dias, Euclides da Cunha e Rui Barbosa.

Na obra do ficcionista, muitos títulos. Entre eles, romances. Nem falta à sua pena a presença do memorialista. Era consequência natural do dinamismo de sua profícua atuação cultural. E ela se corporifica em *A Longa Viagem*.

Do homem público, disse com precisão o Dr. Oscar no citado discurso de posse. Ali estão destacadas com percuciência e minúcia características de seu ideário sobre temas públicos e sociais, sobre a realidade brasileira, a sua atuação como político. A ele remeto, atento ao conselho antigo do pintor Apeles, destacado por Valério Máximo e lembrado pelo Pe. Manuel Bernardes: *Ne sutor supra crepidam*: não sapateiro além de suas sandálias. Limiteme a reproduzir texto em que, na Câmara Federal, o fundador do movimento “Verde-amarelo” alude a um Congresso Cultural realizado no Chile, quando um jornal indaga, em comentário sobre seu posicionamento ideológico:

(...) nunca fui “integralista” – como poderão atestá-lo os que com todo o direito nesta Câmara o foram.

Não sou “comunista”, porque, como o próprio Lênin, compreendo que a socialização integral é fruto de supermaturação econômica, etapa final de uma evolu-

ção material e cultural, que estabeleceria no mundo a utópica “idade do ouro”. Não se comuniza a miséria. Socializar o precário — isso que está aí — seria, entre nós, desorganizar o início de uma débil estrutura econômica que devemos, ao contrário, amparar e estimular de todas as formas.

Minha posição doutrinária ficou expressa em livro, hoje superado, mas continua na necessária coragem de revisar valores procurando libertar-nos do medo de esquadriñar conceitos a que demos solenidade mística: “fascismo”, “comunismo”, “democracia”, liberdade”, “liberalismo”, “sufrágio universal”, alusões que existem e não existem, que funcionam a meio do caótico ecletismo desta hora de transmutação de um ciclo histórico, hora crucial em que o mundo que demograficamente cresceu demais mercê da Ciência e da Técnica, continua metido na roupa estreita de instituições que já não funcionam com muita fome, pouca comida e violentas contradições sociais entre a miséria que mendiga e o plutocrata que esbanja.

O antecessor de Menotti del Picchia é outro escritor de ação multifacetada: o baiano Xavier Marques, Francisco Xavier Marques.

Sua literatura envolve representação do regionalismo baiano de marcada especificidade. Em que pese a complexidade que envolve o conceito do primeiro termo desse sintagma classificatório. Exemplo de autodidata determinado. Que, da escolaridade dos primeiros estudos de Latim, Francês e Português, orientados pelo Cônego Bernardino de Sousa, ascende à condição de professor, de jornalista, poeta, ensaísta, biógrafo, ficcionista. Alicerçado no trabalho, como condição para dedicar-se aos estudos. Foi funcionário público e chegou, na vida política, à condição de deputado federal. Mas é sobretudo a sua pena de escritor que ilumina mais intensamente a sua representatividade e também o historiciza no espaço das letras. Destacada a vinculação à Bahia, notadamente ao imaginário peculiar de quem convive com a Ilha de Itaparica, onde nasceu. É ver a novela “A noiva e o golfinho”, marcada de mitificação, a partir de dimensões eróticas e fantásticas. E o texto que o rigor impiedoso de Agripino Grieco admitiu caracterizar-se por dois terços de obra-prima: “Jana e Joel”, ambientada na Ilha dos Frades, na Baía de Todos os Santos, e no bairro soteropolitano de Calçada. Ambiência insular valorizada, em contraste com a realidade urbana. Numa história de amor, destacada a vida simples dos pescadores. De par com o caráter documental e a cuidada linguagem de tom parnasiano, um cheiro antigo de leite romântico, que evolva mais notadamente dos seus romances históricos, *Pindorama*, centrado na época do descobrimento, e

Sargento Pedro, em que se destaca a Independência. Em certo sentido, as histórias curtas antecipam a amplitude que será conferida à miticidade e à folclorização da ilha pela obra de João Ubaldo Ribeiro. Como se depreende, tem-se, pelo menos, a coincidência de uma experiência em comum: afinal, cada um vive, a seu modo, a realidade insular que o destino lhe reserva nas andanças da vida, seja vivida, seja literária.

Dinamismo e ação multifária marcam intensamente a vida do fundador, o paraense Herculano Marques Inglês de Sousa.

A ele, se deve a produção de obras literárias que a historiografia legitima e situa entre as manifestações relevantes da presença do Realismo-Naturalismo na nossa Literatura. A ponto de disputar, com Aluísio Azevedo, a condição de autor da obra-marco do estilo epocal no Brasil. Pelo menos na leitura crítica de Lúcia Miguel Pereira, que, nessa direção, destaca *O Coronel Sangrado*, de 1877. *O Mulato*, do escritor maranhense, é de 1881. Sua inscrição plena no estilo afirma-se consensualmente, como é consabido, com *O Missionário*, lançado em 1888, na esteira da tradição realista-naturalista, de linhagem francesa. Pano de fundo, a influência de Émile Zola e de Eça de Queirós. O romance singulariza-se, na obra do autor, por privilegiar o indivíduo, e não grupos humanos, como nos demais que escreveu. O personagem nuclear é um religioso, o Pe. Antônio. Que, “farto das beatas de lenço branco na cabeça de andar miúdo e língua viperina; cansado de ensinar o catecismo às crianças; enjoado das ladainhas”, resolve enfrentar as dificuldades da catequese na distante e difícil Munduracânia. E que, a meio do caminho, é surpreendido pela força da atração feminina. E cede. Um personagem em luta contra o determinismo biológico e social e que acaba vencido. Essa a tese depreendida da trama. Que perde sustentabilidade, na medida em que, na verdade, o que o move, na direção da catequese de índios bravios não é o propósito religioso. É o desejo de se tornar uma celebridade. Que se pretendia, no mínimo, tornar-se um São Francisco Xavier brasileiro. Orgulho, a mola mestra do seu comportamento. Ao fim e ao cabo, um sacerdote sem vocação, como o Pe. Amaro do romance eciano. O que também dilui a configuração de anticlericalismo no romance. Mais caracterizador de um estudo psicológico. *História de um Pescador* e *O Cacauleta* completam a sua produção no gênero, centrada na vida amazônica, de que, segundo Sergio Buarque de Holanda, é o primeiro a tratar literariamente.

A fortuna crítica dos romances ensombrece a significação dos seus *Contos Amazônicos*, recentemente relançados. Povoados de tapuias, violência, cabanagem, vivências de tempos rudes, lendas locais e a paisagem. Em histórias a que não faltam ritmo e suspense. Marcadas por descrições minuciosas de ambiente, caracterização detalhada de personagens, acentuado o determinismo social. Na linguagem, a fluência do narrador seguro.

De par com a atividade de escritor, Herculano Marques Inglês de Sousa destaca-se por sua dedicação ao Jornalismo e à Política, à Advocacia e ainda ao Magistério. É fundador de jornais, como o *Diário de Santos* e a *Tribuna Liberal*, e revistas, como a *Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras* e a *Ilustração Paulista*; membro do Partido Liberal, presidente do Espírito Santo. Abandonada a Política, a conselho médico, não perde o dinamismo e, com residência em São Paulo, foi fundador do Banco de Melhoramentos de São Paulo, um ano antes da publicação de *O Missionário*. No ano seguinte, abre escritório de Advocacia no Rio de Janeiro, para um começo de três anos difíceis. Depois, é a alta reputação conquistada no exercício da profissão.

Na Academia, é o redator do projeto dos Estatutos que a regem e seu primeiro tesoureiro. Naqueles tempos pioneiros em que aos acadêmicos cabia um estipêndio mensal. Vale lembrar, a propósito do seu desempenho, trecho de sua carta ao presidente Machado de Assis, quando deixa o cargo em 1907, texto citado pelo acadêmico Alberto Venancio Filho, em conferência sobre os juristas pronunciada no âmbito do ciclo de conferências comemorativas do I.º centenário da Instituição:

Deu-me algum trabalho e sobretudo muita despesa, porque os acadêmicos, como literatos em geral, salvo honrosas exceções, não gostam de pagar. E eu tinha que fazer face a uma despesa anual de cerca de um conto de réis com as mensalidades recebidas de dez a doze sócios a cinco mil réis para cada um, e muitas irregulares. (VENANCIO FILHO, Alberto. “Os juristas”. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Cem Anos de Cultura Brasileira*. Ciclo de conferências do I Centenário da ABL. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. p. 106).

A tradição e a excelência da administração não consagraram a prática. Felizmente, o jurista deixou marcas de sua alta capacidade no livro de 1898, intitulado *Títulos ao Portador* e no projeto de Código Comercial, ainda que não aprovado.

Ao falecer, em 6 de setembro de 1918, é conduzido à última morada, no Cemitério de São João Batista, pelo acompanhamento que o jornal *O País* registra como um dos maiores de que se tinha memória até então. O fato dá a medida de sua presença e de sua respeitabilidade pública, num tempo de fundas modificações na sociedade brasileira: Segundo Reinado e começos de República.

Deve-se à sensibilidade de Inglês de Sousa a indicação do Patrono da Cadeira, o responsável por um dos textos fundadores da nossa Literatura. Falo de Manuel Antônio de Almeida, o autor das *Memórias de um Sargento de Milícias*, o diretor da Tipografia Nacional cuja sensibilidade estimulou um certo aprendiz de tipógrafo, que surpreendera lendo durante o expediente, a continuar a prática da saudável transgressão, com saudáveis consequências: o jovem funcionário chamava-se Joaquim Maria Machado de Assis.

O romance, único livro dado a público pelo autor, emerge inicialmente, como é consabido, sob a forma de folhetim, publicado de 27 de junho de 1852 a 31 de julho do ano seguinte, no suplemento chamado *A Pacotilha*, lançado também em 1852, pelo importante jornal domingueiro *Correio Mercantil*, sediado no Rio de Janeiro.

A estória, vale reavivar a memória das nossas coisas literárias, teve boa aceitação. Do público. E, com algumas modificações textuais e na ordem dos capítulos, ganhou roupagem de livro. Em dois volumes, sintomaticamente assinados por “Um Brasileiro”: o primeiro em 1854 e o segundo no ano seguinte.

O brasileiro que assinava o texto era, àquele tempo, um jovem de vinte e um anos: nascera em 1831, na cidade do Rio de Janeiro. De família modesta. Cursara preparatórios e tinha-se formado em Medicina, carreira sem muito prestígio na realidade brasileira de então. Culminou por abandonar a profissão. Além do folhetim que fazia para o jornal, onde se empregou como forma de subsistência, escreveu poemas, não muito felizes, crônicas, dedicou-se à tradução, exerceu a Crítica Literária e chegou a ser Diretor da Academia Imperial de Música e Ópera Nacional. Faleceu no navio *Hermes*, em que viajava para Campos, a cidade fluminense.

O romance, lembro, apenas como motivação para a leitura ou releitura, centraliza-se nas deliciosas aventuras e vicissitudes vividas por dois personagens, um meirinho conhecido como Leonardo Pataca e, em plano destacado, seu filho, também Leonardo, este desde a infância até a idade adulta. No tempo do rei, D. João VI. Nas terras cariocas. No curso da estória, o convívio

com a realidade popular de então: seus tipos, suas festas, procissões, súcias, fados, danças, as relações familiares, os pequenos jogos de influência. À luz desses aspectos da vida provinciana, uma divertida visão de mundo, relativizadora dos valores preconizados pela classe dominante e, nessa direção, diversa da tensão maniqueísta que então caracterizava as manifestações literárias.

Um texto de forte originalidade, diante da incipiente ficção brasileira do tempo.

A singularidade da obra presentifica-se basicamente em três dimensões que se integram: a configuração dos personagens, a internalização do social, a técnica que evidencia.

Imersos numa atmosfera de espontaneidade e humor, os personagens tendem para a tipificação e para o caricatural.

Leonardo pai, por exemplo, é apresentado, entre outros traços, como uma rotunda e gordíssima personagem, de cabelos brancos e carão vermelho, sempre envolvido em paixões devastadoras e avassaladoras que terminam por colocá-lo em situações ridículas e desconfortantes.

O filho, decorrência endiabrada de “uma pisadela e um beliscão”, herda do pai a fraqueza sentimentalóide, envolve-se em complicações ainda maiores, embora todas superáveis.

Ao redor de ambos, movimentam-se personagens-tipo, complementadores da pequena burguesia que se representa no romance. Todos vivem o pequeno cotidiano da província, entre as festas, os amores, os conflitos. E carecem, o que é comum na prosa ficcional da época, de profundidade psicológica. Ganham, entretanto, relevância, ao serem construídos sobretudo em termos do que representam como categoria geral, situados basicamente em função do lugar social que ocupam, na maioria identificados pela profissão, indiciadora do *modus vivendi* da cidade, no âmbito do segmento da comunidade privilegiado no romance. Por força dessa construção e da dinâmica da narrativa, revestem-se de significação peculiar e altamente representativa, em termos da relação que se estabelece entre o romance a realidade brasileira a que se vincula.

No plano de superfície, destacam-se no romance o anti-heroísmo do protagonista e a presença mimética do referente, reforço da verossimilhança, prática que se tornará comum, ao longo da narrativa brasileira do século XIX e ainda, hiperdimensionada, em inúmeros textos do século seguinte e ainda no atual.

Por força desses dois aspectos, fixou-se, durante longo tempo, na tradição da Crítica Brasileira, a tentadora vinculação do texto à narrativa picaresca e a valorização da dimensão documentária do romance, esta última base para considerá-lo precursor do Realismo, como estilo de época.

Entendo, com Antonio Candido, que não são esses os pontos de relevância valorativa do romance. Leonardo filho não é um pícaro, sua história não é um romance picaresco, embora ambos, pai e filho, apresentem alguns pontos em comum com aquelas modalidades de personagem e de narrativa, fixadas pela tradição literária europeia... Como demonstra com percuciência o professor e crítico brasileiro, trata-se do “primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira, vindo de uma tradição quase folclórica e correspondendo, mais do que se costuma dizer, a certa atmosfera cômica e popularesca do seu tempo no Brasil” (Cf. CANDIDO, Antonio. “Dialética da Malandragem”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1970, (8): 116).

Por força da gratuidade que o caracteriza, o anti-herói das *Memórias*, assim situado, esclarece ainda o mesmo estudioso, vincula-se, sobretudo, às histórias populares, de grande sucesso, e a uma tendência ao cômico, ao satírico e ao caricatural, que tinha forte presença no espaço cultural brasileiro coetâneo, seja na Poesia, no Teatro ou no Desenho, por força da influência francesa, em cuja imprensa proliferou entre 1830 e 1850 (Cf. CANDIDO, Antonio. *Op. cit.* p.116 e segts).

Acrescento que Leonardo não é o malandro brasileiromente carregado de valentia. Sua malandrice se situa mais no convívio com a astúcia, com o amoralismo inofensivo. Um malandro na sua dimensão divertida, suavemente marginal. Afinal, a história termina com um final feliz. E não abriga maiores tragédias.

Nesse sentido, o romance de Manuel Antonio de Almeida é o primeiro a retratar muito do que se concretizaria como marcas do carioca, ou do carioquismo, se o neologismo me é permitido: o humor, a malandrice gozadora, sem consequências drásticas, o machismo, o “jeitinho”, a sedução como arma, a alegria de viver.

Representa-se ainda, na profundidade do texto – sigo a leitura de Antonio Candido – a dialética da ordem e da desordem, que comanda a movimentação e a configuração dos personagens em ação (cf. CANDIDO, Antonio. *Id. Ib.* p. 121 e segts. E SCHWARTZ, Roberto. Pressupostos, salvo

engano, de “Dialética da Malandragem”. In: _____. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 131).

No plano superficial da trama, a opção do autor privilegia a pequena burguesia metonimicamente e caricaturadamente caracterizada. Burguesia e nobreza estão ausentes da história. Decaídas e criminosos também. Os negros, pouquíssimos, apenas atuam como figurantes eventuais: são as baianas e as crias de D. Maria. Em ação, apenas um pardo, o desordeiro Juca. O espaço da ação também é limitado. Reduz-se às áreas atualmente centrais do Rio de Janeiro, naquela época núcleo da vida citadina local. Esses procedimentos relativizam a apontada fidelidade ao real.

O posicionamento do autor diante da condição escrava, praticamente ausente da narrativa, acrescento, reforça essa relativização. Tanto mais que os negros eram maioria na população daquele tempo.

A dimensão documental presentificada no texto assume alguma pertinência, segundo entendo, na descrição das festas populares, onde o cronista parece sobrepor-se ao romancista. A natureza dos relatos de Manuel Antônio de Almeida é tal, que o seu contemporâneo Joaquim Manuel de Macedo, o autor de *A Moreninha*, chegou a considerar os capítulos das *Memórias*, como artigos do jornal.

Por outro lado, o texto parece reproduzir, e no caso com maior fidelidade e com acentuada perspectiva irônica, o padrão social de moralidade dominante, que condenava as “súcias” e as “festas”, a desocupação. Nem falta o controle policialesco e arbitrário do temido Major Vidigal. Curiosamente, depreende-se da história uma preocupação moralizante, na medida em que todos os atos de ruptura são situados em sua dimensão transgressora e passíveis de punição. Um bom exemplo são as detenções e humilhações vividas pelo Leonardo, quando é surpreendido na consulta ao feitiçeiro e mesmo na festa condenável pelo chefe de polícia. Ainda que as disfarce o efeito humorístico.

Nesse percurso, o autor intensifica o retrato dos tipos e dos usos, sobretudo aqueles que se marcam de pitoresca peculiaridade. E, de certa forma, seu texto deixa perceber traços de carnavalização, no sentido bakhtiniano do termo.

Assinalem-se ainda, no romance, o predomínio do lúdico, a complacência relativizadora da lógica das categorias de bem e mal, virtude e vício, a excentricidade de certos procedimentos do personagem nuclear, marcado por elementos antitéticos, tais como nobreza e abjeção, afirmação e negação, trágico

co e cômico, ainda que, nesse último caso, em escala bem menor. Acrescente-se o tratamento do sentimento amoroso, dividido entre a desmitificação ridicularizadora da primeira parte do livro e o tom sério de várias passagens da segunda.

As *Memórias* envolveriam, na verdade, a partir de afirmativa de Mário de Andrade, com base em testemunho de Melo Moraes, a transposição literária de recordações de um sargento veterano contadas por ele ao escritor (Cf. ANDRADE, Mário. “Introdução” In: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Martins, 1952. p. 9.). Trata-se do português Antonio César Ramos, que foi diretor do escritório do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio*. Consta que foi soldado na Guerra Cisplatina, em 1817, integrado ao Regimento de Bragança, e chegou, posteriormente, ainda no Brasil-Colônia, a sargento de milícias. Seu comandante, nessa instância, foi nada menos do que o major Vidigal, durante muitos anos senhor todo-poderoso da polícia colonial nas terras cariocas. Ao dar baixa, Antônio César Ramos empregou-se naqueles jornais e, amigo do jovem companheiro, passava-lhes reminiscências do seu tempo de caserna. A partir desse material, Manuel Antônio de Almeida teria composto suas histórias. Esse dado ajuda a esclarecer a ambiguidade do título, uma vez que o protagonista só ingressa nas milícias na proximidade do final da estória. A maioria de suas aventuras se passa anteriormente.

O romance, em termos de técnica, talvez por força da condição de folhetim, com capítulos publicados semanalmente, acabou constituindo um conjunto dinâmico de várias micronarrativas. A unidade é assegurada basicamente pela estória-eixo do Leonardo filho. Em função dela, alteram-se descrições – narrações de aspectos e fatos característicos da vida carioca.

Em termos de comportamento, os personagens deixam perceber, ainda que de modo estereotipado, traços que passaram a ser frequentemente identificados como marcas típicas do brasileiro, em especial do natural do Rio de Janeiro: a sensualidade acendrada, o gosto do ócio, a astúcia, a agilidade da inteligência, a simpatia, o bom-humor. De certa forma, o romance sintetiza elementos configuradores da identidade carioca comunitária e cultural.

O texto faz-se de narrativas paralelas, mas interligadas, que alternam descrições e ajuizamentos do narrador. O procedimento realiza-se num jogo que assegura o ritmo da obra e mantém o interesse do leitor. Apresenta descrições de marcada plasticidade, linguagem gestual, coloquialismo no discurso

dos personagens. E o humor domina, com algum travo de acidez e ironia cruel, a atmosfera da história, atitude estranha ao espírito do tempo. A carga humorística emerge da ação e de situações do discurso. O humor verbal é conseguido por meio de recursos à antífrase e ao duplo sentido.

A linguagem coloquial traz para a Literatura o uso popular, descontraído, da Língua Portuguesa do Brasil, logo preocupação de outros escritores.

Todos esses elementos contribuem para a construção da estória de um anti-herói assumido, o que contrasta com a tendência da Literatura da época, no país, centrada na exaltação do heroísmo, da fantasia, do sentimentalismo, do subjetivismo, da imaginação criadora e da mitificação. Por outros traços, porém, mantém aspectos que o vinculam ao ideário romântico. Entre eles, destaca-se a centralização na dimensão individual dos dois Leonardos, cujas estórias correm paralelas, a exaltação, com seriedade em determinados momentos, do sentimento amoroso, capaz de provocar mudanças significativas no comportamento dos personagens. Por outro lado, como assinala a saudosa professora e crítica brasileira Samira Nahid de Mesquita, configura-se no texto um existência dialética de aspiração ao sublime, de nostalgia do absoluto, como o apelo do circunstancial, do histórico e do material (Cf. ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Notas e orientação didática por Samira Nahid de Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 85). Mesmo a preocupação com realismo de detalhe é marca romântica. E aparente objetividade da obra não esconde a visão subjetiva do narrador, ideologicamente reduplicadora.

Não se trata de um texto antecipador do Realismo, como estilo epocal, mas de um romance romântico, de marcada peculiaridade. Um produto cultural raro, na medida em que, de forma pioneira, revela muito da sociedade e do caráter brasileiro em formação.

Assim situado, o texto difere do romantismo sentimentalizante dos precursores *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa, lançado em 1843 e *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1844. Interrompe o veio que será predominante na prosa de José de Alencar e Bernardo Guimarães, entre outros, cujas obras marcam a ficção da época.

Converte-se, entretanto, em texto pioneiro em termos de centramento na matéria de memória, motivo que ganhará boa fortuna na Arte Literária Brasileira, com altos exemplos posteriores como as *Memórias Póstumas de Brás*

Cubas e Dom Casmurro, de Machado de Assis, *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, e *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

As observações sobre o romance, cumpre esclarecer, emergem do diálogo com os estudos citados e ainda com os seguintes textos integrantes da fortuna crítica do autor: MONTELLO, Josué. “Manuel Antônio de Almeida”. In: COUTINHO, Afrânio. (dir.) *A Literatura no Brasil. Romantismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul-Americana, 1969, v. II, p. 325-31; GALVÃO, Walnice Nogueira. “No Tempo do Rei”. In: _____. *Saco de Gatos. Ensaio Crítico*. São Paulo: Duas Cidades / Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1962. pp. 27-31; MERQUIOR, José Guilherme. “A Literatura dos Anos 50-60: Costumismo, Ultrarromantismo, José de Alencar”. In: _____. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977. pp. 70-73; REBELO, Marques. *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*. 2.ed. rev. São Paulo: Martins, 1963; GOMES, Eugênio. “Manuel Antônio de Almeida”. In: *Aspectos do Romance Brasileiro*. Salvador: Livraria Progresso, 1958; NEGRÃO, Maria José da Trindade [org.]. *Manuel Antônio de Almeida. Textos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, Nossos Clássicos, 1966.

Senhoras acadêmicas, senhores acadêmicos, senhoras e senhores,

Oscar Dias Corrêa, Menotti del Picchia, Xavier Marques e Inglês de Sousa aliam o exercício do Magistério e da prática literária à militância política e à Advocacia. Minha tribuna é apenas a cátedra. Meu parlamento, a sala de aula. Congresso, o que trata de Língua e Literatura. Sou, em primeira e orgulhosa instância, professor. Em paralelo, poeta menor, confortável crítico do texto alheio e, eventualmente, contador de histórias. E, vez por outra, animador cultural. Sem falsa modéstia, com alguma galhardia. Verdade que, em certo dia, em meio ao entusiasmo da ação docente, uma jovem frase afiada degolou os resquícios da tardia ilusão de permanência e juventude: “— Minha avó foi sua aluna...” — Aposentei-me. Mas não consegui evitar as recaídas. Frequentes. No âmbito do elo comum que une os ocupantes da Cadeira: a intimidade com a Literatura, o culto da nossa Língua Portuguesa.

Essa Língua ameaçada. Pela despreocupação com o conhecimento e pela globalização. Língua mátria, em suas variantes que nos singularizam, sem nos desunir. Posto que unos somos na nossa diversidade multicultural. Língua de cultura.

Nesse tempo agora, de crise e de questionamentos que acompanham os estudos da Língua Portuguesa e da Literatura no Brasil, permito-me, *venia concessa*, embalado pela representatividade do rito, trazer a esta festa acadêmica um convite à reflexão.

Bem houveram os fundadores, ao fixarem no artigo primeiro e cláusula pétrea do Estatuto, a partir do projeto de Inglês de Sousa, o culto de ambas como preocupação precípua. Culto e defesa. Com a consciência de sacerdotes da palavra e do conhecimento. Iluminados pela tradição aberta ao novo. Abertura que revivifica e atualiza. E que, seguramente, lhe garante a permanência da aura, no reconhecimento da gente do Brasil que se acostumou a reverenciá-la.

Abro aspas para Nélida Piñon: “Nada mais fez a Academia Brasileira de Letras [...] desde a sua fundação, que honrar a aventura do espírito sob o vertiginoso impulso do idioma. Sempre soubemos que não há pátria sem a defesa da língua.”

Palavras que subscrevo. Na crença de que a vida é uma partilha de discursos. Na medida em que a fala de cada um é iluminada por outros discursos, que, ao longo da existência, vão constituindo o nosso domínio da língua que falamos. Língua, forma de organizar o mundo e de tornar comum a outrem o que apreendemos. Língua, elo fulcral da integração entre passado, presente e futuro, na dinâmica que preside o processo instaurador da Cultura. Núcleo de nossa competência linguística, que integrada à competência comunicativa e à competência cognitiva possibilita ao indivíduo a condição de cidadão... Não tenhamos dúvidas: neste amanhecer de um século de progresso cada vez mais acelerado, a competência emerge como o único aval seguro da sobrevivência digna. E competência implica um saber e um fazer. E bem sabido e bem feito. A realidade mundializada não abrirá espaço para improvisações e despreparos. Quem sobreviver verá. Cumpre, pois, manter acesa a chama do fogo inaugurado, também a duras penas, pelo mitológico Prometeu, o Previdente. Com mais rigor e cuidado, que os deuses são outros e bem mais sutis. Afinal, integramos a grei dos especialistas do pensar, prometeicamente cultores do extraordinário da vida.

A Língua é também suporte da Literatura, arte da palavra.

O texto literário constitui, sabemos todos, uma forma específica de comunicação que evidencia um uso especial do discurso, posto a serviço da criação artística reveladora. Entenda-se revelação nesses espaços semânticos, como configuração mimética do real.

O que me parece decisivo – como garantia motivadora do texto literário e de sua validade como fator de formação e de ampliação da competência cognitiva, da competência linguística e mesmo da competência taxionômica – é a compreensão de sua significação e importância para a nossa condição de seres humanos, de seres sociais e para a Cultura em que nos inserimos.

Impregnado ou não da ideologia dominante, o texto de Literatura leva o leitor a questionar a realidade social que o cerca, propiciando abertura para a transformação enriquecedora ou até para a assunção consciente de identidades. A Literatura continua sendo um dos meios mais eficazes de que se vale o ser humano para conhecer a si mesmo e à realidade.

É sempre útil lembrar que o escritor, o poeta “falam pela cidade”.

O escritor é poderosa testemunha do seu tempo e de sua gente. E, se nem todos leem, quem lê converte-se em voz ativa na formação da opinião pública. E leva outros a lerem.

A História – e ela insiste em existir – tem provado que a perspectiva humanística da realidade é mais eficaz do que a objetividade pragmática cuja eficácia só se efetiva se a ela se associa. O texto literário possibilita à excelência tal perspectiva. Manter o seu lugar comunitário é uma questão de sobrevivência cultural.

É preciso insistir ainda que só há Literatura onde existem um povo e, consequentemente, o desenvolvimento de uma Cultura. A matéria literária é cultural. Uma das mais relevantes funções do artista, afirma T. Hall, é ajudar o leigo a estruturar o seu universo cultural.

E não nos esqueça de que o texto literário envolve, como se evidencia nas considerações sobre os que me antecederam na Cadeira 28, dimensões históricas e ideológicas. E vai além: sendo a obra de Arte Literária matéria ficcional, a realidade nela revelada não se confunde com a realidade socialmente dada, mas é capaz de iluminá-la na direção de uma apreensão mais profunda.

A linguagem literária”, assinala Maurice-Jean-Lefbve, “abre-se sobre o mundo e põe diante dele uma questão que não é daquelas que podem ser respondidas pela Ciência, pela moral ou pela Sociologia. [...] Ela interroga o homem sobre sua obsessão de uma adequação perfeita ao ser do mundo. Não é uma solução, uma fuga para fora da linguagem e do humano: ela encarna uma nostalgia. (LEFBVE, Maurice-Jean. *Structure du Discours de la Poésie et du Récit*. Neuchâtel: Éditions de la Baconnière, 1971. p. 28-9).

Já se percebe – e importa reiterar – a importância da leitura. Uma prática que se impõe como fonte de ampliação e atualização dos saberes e fazeres que constituem a plenitude das nossas competências. Para além do suporte em que se inscreve o texto. Seja a página do jornal ou da revista, a tela do computador, e ainda, conviva maior, o livro. E assumo a afirmação, o livro de literatura, nutriente poderoso do nosso imaginário.

E assim me posiciono, desde este primeiro momento, porque me proponho efetivamente, juntar forças, nesta Casa de Letras, a partir da preocupação estatutária primeira.

Senhoras acadêmicas, senhores acadêmicos, minhas amigas, meus amigos,

Felicidade é memória. Seja-me permitido deixar aflorar a subjetividade, para lhes falar de um menino e sua ilha, introjetada, em seus olhos antigos, na sua clara geografia.

Do menino, como muitos que tiveram e têm o privilégio de viver numa ilha – paraíso. Conhecida como Pérola da Guanabara. Onde a via flui ao ritmo das marés. E as velhas barcas congregavam conversas e estreitavam afetos. Ali a vivência em que se lhe avam o imaginário e a sensibilidade. Alicerçada no Jardim de Infância da Escola Paroquial, à frente o carinho de D. Rosinha, a burilar as primeiras letras, a orientar leitura, a revelar o maravilhoso mundo da escrita. *Tibicuera*, de Erico Verissimo, *Cazuza*, de Viriato Corrêa, e muitas, muitas histórias em quadrinhos.

Esse menino ainda acaba na Academia Brasileira de Letras! Assim diziam os professores da Escola Joaquim Manuel de Macedo, onde fez o curso primário. E repetiam os pescadores e a conversa solta e livre do Viracanto.

E o menino ouvia e não sabia bem de que se tratava, na inocência dos seus verdes anos. Conhecia, isto sim, que era alguma coisa de muita importân-

cia. No tecido das lembranças, o sorriso cúmplice e gratificado da queridíssima e afetuosíssima Profa. Gisela Maia Pires de Carvalho.

Lá fora, a figura indecifrável de Getúlio Vargas, o Pai dos Pobres, seguia metonimizando a vida do País. Galvanizadora, aurificada pela condicionadora presença imposta às mentes e aos corações. O tempo da inocência impedia a claridade do juízo crítico. A ambiguidade sinuosa do poder inebriava as massas e disfarçava as duras sombras do regime. E o menino e seus colegas, mobilizados pelas professoras, seguiam celebrando, nas escolas, a mitificação. Como a maioria do povo brasileiro. Fraturada diante da queda do ditador amado e da descoberta deslumbrada de um vento novo e melhor chamado democracia! E mudaram as festas cívicas e as comemorações. Sub-reptícia, a imagem do caudilho permanecia, plena de liderança.

Certo dia, a notícia. O pai não voltaria do hospital. Voltou. Na lancha especialmente contratada. Levaram-no para o derradeiro repouso sob as frondosas árvores do cemitério-jardim. Partia, inexoravelmente, dos espaços desta vida. Cedo. É sempre cedo para os pais partirem. O menino chorou para dentro. Sem lágrimas. Como o pai gostava. E a mãe assumiu a família. Com sacrifício e determinação. D. Maria, mãe-coragem. Lúcida, na sua convicção da relevância do conhecimento. Lucidez que ilumina sua decisão de assegurar a qualquer sacrifício, a educação dos quatro filhos menores. E de matricular o menino no Internato do Colégio Pedro II, padrão da Educação Brasileira, fundamental na sua formação.

Ali foi aluno gratuito, ali foi inspetor, ali descobriu a magia de ser professor. Desde os 12 anos, em aulas particulares aos colegas das turmas anteriores. O lendário casarão amarelo de São Cristóvão! onde lia diariamente, na parede no pátio interno que congregava as turmas várias vezes por dia, a frase-estímulo, adaptação de versos de Virgílio, poderosa, na língua com que o familiarizam as aulas de Latim e a vivência de coroinha da Igreja Matriz da sua Ilha: *Macte animo, generose puer! Sic itur ad astra!* Bravo, jovem magnânimo! Assim se vai aos astros! Era preciso seguir o rumo das estrelas, o menino sabia. Como garantia de sobrevivência, como assunção prazerosa do saber a vida. A intuição antecipava a lição aristotélica que logo aprenderia nas aulas de Tarcísio Padilha, seu mestre de Filosofia: “Todos os seres humanos desejam naturalmente conhecer”. Conhecer a si mesmo; conhecer o mundo; conhecer o outro, e a sua relação com o outro e com o mundo; conhecer a sua circunstância.”

O velho Pedro II! Onde se sedimentaram amizades — irmãos para toda a vida —, e onde também despontaram suas primeiras grandes admirações: Olmar Guterres da Silveira, o professor exemplar, o orientador, que lhe apontou o caminho da Faculdade de Letras; Afrânio Coutinho, primeiro deslumbramento diante da Literatura Brasileira, mestre e modelo; Leônidas Sobrino Porto, que lhe revelou o encantamento da Língua e da Literatura de Espanha. E o menino declamava, fervoroso, nas reuniões do Grêmio, que ajudara a fundar, com seus irmãos do internato, os versos canhestros, mas mobilizadores, atribuídos a Castro Alves e que, certamente, ele nunca assinou: “O que é belo é sempre novo / é ver o filho do povo / saber lutar e subir / para o Panteão da História / para conquistar o porvir”. Verdade que se ouviam também as “Vozes d’África” e os versos de “O navio negreiro”, compensatórias. No pátio interno, a frase de Virgílio incentivava. E a biblioteca oxigenava o processo de formação.

E dizia a ironia simpática dos colegas, a cada boletim com as notas mensais: assim você acaba na Academia Brasileira de Letras! E o menino descobriu então, que, entre os fundadores daquela Academia, estava o criador de uma das paixões que povoavam o seu imaginário, Capitu, a moça dos olhos de água. E conheceu a relevância da Instituição anunciada.

E veio a Faculdade. E nela, as lições de Celso Cunha, Alceu Amoroso Lima, Thiers Martins Moreira, José Carlos Lisboa, Manuel Bandeira, Ernesto de Faria, Roberto Alvim Correa. Iluminadores, a abrir perspectivas e oportunidades. A concretizar aprofundamentos na direção da lição aristotélica aprendida. Ao mesmo tempo em que ofertavam ao jovem discípulo amplos e generosos espaços de amizade.

Getúlio volta, embalado pela legitimidade do voto. Eleições: participação, Diretório, União de Estudantes. Politizações. E Vargas sai da vida para entrar na História. O que vem depois, sabemos todos.

A esse tempo, o menino cresceu, tornou-se em homem. Mas desacreditou os versos do poeta, de Carlos Drummond de Andrade: não perdeu o sonho.

E, eis que de repente ela, a Academia, ganha concretude e realidade. Ali, ao lado da Faculdade de Letras, emerge, entre as sombras do mito, o *Petit Trianon*. Era o seu primeiro deslumbramento. A aproximação, lenta, cuidadosa. A começar pela frequência assídua aos cursos promovidos pelo mítico Presidente Austregésilo de Athayde, que o menino conhecia como o tio devo-

tado do seu colega petrossecundense, o hoje diplomata José Constâncio Austregésilo de Athayde, primo da honorável Laura Sandroni. Cursos de Romance, de Conto, de Poesia, de Crítica. Era o começo. Isento de qualquer expectativa. Aprendizagem. No percurso, família, livros. E os filhos. Três. O caçula partiu. Cedo como partira o pai. Tão claro, tão rico de esperança, a palavra-energia nos seus textos jovens, levemente anunciados, seu verbo florindo liberdade, acalentada à seiva dos seus dezoito anos. Seja-me permitido recordar seu dia luminoso, agasalhado na saudade, órfão no deserto, conviva de uma sede sem oásis. Secas, as lágrimas, por muito tempo incontidas. E a cicatriz que, por vezes, ressangra. Mas a fé na plenitude luminosa do Reencontro. E a certeza de sua alegria diante destas galas.

Nas esquinas da Ilha, as vozes, mais seguras, diante do percurso universitário e dos primeiros e canhestros ensaios na arte do verso – de amor e paixão, naturalmente – unanimizavam-se: desse jeito, o filho de D. Maria acaba mesmo na Academia.

Não era um equívoco: era um vaticínio. Inescrutáveis os mistérios das palavras premonitórias! O menino antigo chegou. Trazido pelo estímulo das amizades com que a vida o presenteou ao longo do percurso. Chegou e aqui está. Tornado em homem. De letras. Aqui está. Aqui estou. Consciente da honra e da responsabilidade de ocupar a Cadeira 28. E, se aqui me encontro, devo, como tantos outros brasileiros como eu, à escola pública e gratuita, fundamental, ontem como hoje como garantia do direito de todos à Educação.

E agradeço. A Deus e à Senhora Maior, em testemunho de Fé. Pela graça desta consagração, enriquecida pela presença de minha mãe, na lucidez dos seus 97 anos; aos meus filhos, Domício Júnior e Adriano, amigos, cúmplices, a eles, por serem como têm sido. Desde sempre. A essa belamente maravilhosa – e corajosa – Rejane, companheira de retomada do Amor em tempo de maturidade e em plenitude depurada, na perigosa mas felizmente vigorosa reta dos sessenta.

Aos meus professores da gloriosa Faculdade Nacional de Filosofia, minha gratidão e a homenagem do meu reconhecimento. Em especial à Mestríssima, iluminada, aqui presente, que segue fiel à sua vocação de formadora de gerações de docentes e que honrou o seu sempre aluno com o prefácio consagrador do livro de estreia: a Profa. Cleonice Berardinelli.

Gratíssimo aos muitos amigos e amigas, companheiros de navegação nas águas desse rio, em permanente fluir que, em muitos momentos, me

ajudaram na ultrapassagem das pedras do percurso, e a resistir, e , em certos momentos, a re-existir.

Agradeço, *in memoriam* ao meu saudosíssimo amigo Adonias Filho, integrante desta Casa, o primeiro que me fez vislumbrar a mosca, não azul, como a do poema machadiano, mas verde, asas de ouro antigo e de esperança, que, de repente, não mais que de repente, passou a voar e revoar em torno da frase-vaticínio. E Mestre Josué Montello, professor de Academia e de Machado de Assis.

Agradeço aos prezados acadêmicos e acadêmicas por me permitirem concretizar o sonho. Tenaz e pacientemente cultivado. Sem a preocupação de desvendar o mistério do que se vislumbrava nas asas do inseto, aquele. Mobilizador, Insistente, no instante em que Arnaldo Niskier, ao tempo de sua presidência, entronizou-me nas conferências da Sala José de Alencar, coordenadas pelo entusiasmo de Antonio Olinto. Tempo que propiciou o cultivo de novos amigos e ampliou admirações. Agradeço-lhes e aos demais pares desta Casa, de quem ao longo dos oito anos de pastor, sempre recebi provas de acolhimento e receptividade. Pastoreio árduo, realimentado pela lição plantada nos longes da ancestralidade: “Se fores à caça e não tiveres êxito, não partas a flecha e o arco; o Destino recomenda repousares para os retomares no dia seguinte”.

Agradeço, em especial, o empenho de Cícero Sandroni, de Eduardo Portella, de Ana Maria Machado, de Nélida Piñon, de Lygia Fagundes Telles, de Sábato Magaldi, de Zélia Gattai Amado. No momento certo.

Agradeço, comovido, a Evanildo Bechara, amigo há mais de trinta anos, a generosidade de me receber.

Aos funcionários da Casa, pela expectativa solidária sempre presente.

Agradeço, em especial, ao Prefeito César Maia, pela oferta deste fardão, que me engalana e me torna ainda mais identificado com a minha Cidade Maravilhosa. E aos irmãos do meu velho Pedro II, pelo colar com que metonimicamente se integram, solidários, a esta festa.

E agradeço a todos os que se congregam na celebração deste momento, culminância da eleição que consagra. E que, segundo a tradição e o aval das gentes, congrega imortais. Palavra exorcizadora, forma de conjurar, disfarçar e compensar a certeza implacável da finitude, legado da humana criatura. Pois para isso fomos feitos. Para o convívio com o transitório. Na expectativa, para os que cremos, da plenitude na eternidade. E para os que não creem, da sisífrica ilusão tão bem caracterizada por Albert Camus, de buscar a felicidade

enquanto cumprimos a missão de levar a pedra existencial ao cume do seu destino e nos imaginamos felizes no percurso. Como aqui e agora, nessa instância que honra, eleva e consola. Mas que, ao mesmo tempo, amplia a responsabilidade de quem, como tantos de nós, se preocupa com levar adiante a chama prometeica, e com a Cultura da pátria em que nascemos e que é nossa. E, em especial, com a cultura da Língua Portuguesa e da Literatura Brasileira, objetivo primeiro da existência desta Academia. Brasileira. De Letras. *Sic itur ad astra!*

Muito obrigado.

II

RESPOSTA DO SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

“Este menino ainda chega à Academia Brasileira de Letras”, vaticinava, pela boca de um anjo, a Profa. Rosinha, da escola pública de Paquetá, diante da voracidade com que o pequeno aluno Domício se aplicava à leitura dos livros da biblioteca da escola, desde *As Aventuras de Tibicuera*, de Erico Verissimo, e *Cazuza*, de Viriato Correia, até as revistas em quadrinhos.

E eis que, quase 65 anos depois da profecia, dá esse passo largo na estrada da existência aquele menino nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1936, e logo transferido à idílica Ilha de Paquetá, por cujas ruas e praias correram histórias de amor, algumas vazadas em memoráveis páginas literárias. Tudo isso sob os olhares vigilantes e maternais de D. Maria de Lourdes que, nos 97 anos, assiste embevecida a este ato solene de posse de uma das suas obras-primas, fruto de sacrifícios e renúncias que só os pais sabem avaliar e administrar, no estreito corredor do sacrifício.

O aluno estudioso e aplicado que fostes abriu-vos as portas do Internato do Colégio Pedro II, que vos garantiu um honesto curso de humanidades; sois, assim, um produto da escola pública de boa qualidade quando são oferecidas aos professores, alunos e funcionários as condições adequadas. O passado pode ser revivido, como demonstraram recentemente os bons resultados revelados recentemente em um artigo do Acadêmico Arnaldo Niskier, obtidos estes resultados pela escola pública do Rio de Janeiro e de outros Estados no exame Prova Brasil, promovido pelo Ministério da Educação a

três milhões e trezentos mil estudantes brasileiros de quartas a oitavas séries do curso fundamental, de 41 mil escolas do País. E esses resultados se podem repetir quando a Política menos escrupulosa deixar de fazer da Educação desses brasileirinhos – esperança da nossa sociedade – moeda eleitoral de propagandas enganosas.

Aluno exemplar, desde cedo vos aplicastes a dar explicações a colegas que delas necessitassem, e tal atividade deixou patente em vós o prazer de levar as luzes do saber a outrem. Ao terminar o clássico do Pedro II, partiu do vosso professor de Latim, o saudoso Olmar Guterres da Silveira, a ideia, logo abraçada, de um curso de Letras.

No curso de Neolatinas da Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil, recebestes vosso preparo para o exercício oficial de Magistério. Por essa época, quase a Literatura Brasileira e a Língua Portuguesa perdem seu futuro especialista; e a Academia Brasileira de Letras, o integrante que hoje acaba de tomar posse. Isto porque, ao término do curso, o professor de Espanhol, o também de saudosa memória José Carlos Lisboa, vos convida para exercer as funções de Auxiliar de Ensino da cadeira de Língua e Literatura Espanhola, trabalho não remunerado, à espera de uma oportunidade mais compensadora. Aí começastes a conhecer, sobre ser honroso o convite, os perigos da mais estupidamente deliciosa das naus dos insensatos em que vos metestes, que é o magistério brasileiro de todos os escalões. Na senda desse desvio, a seguir seria o Instituto de Cultura Hispânica e a Faculdade Santa Úrsula, a que chegastes pela mão de outro amigo e mestre, sempre lembrado com saudades, Leônidas Sobrino Porto.

A verdade é que vossa atividade como professor de ensino fundamental e médio, que conquistastes, nos colégios oficiais, mediante concurso de provas e títulos, era mais intensa nas classes de Língua Portuguesa e Literatura. O curso de Mestrado *lato sensu* em Literatura Brasileira, na então recém-criada Faculdade Federal do Rio de Janeiro, pelo talento e prestígio do inigualável Afrânio Coutinho, selou definitivamente a vossa área de atuação universitária, cujo complemento natural foi o Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, com uma tese sobre a ficção de Adonias Filho, já acadêmico, e que vos fez, pela primeira vez, olhar a Casa de Machado de Assis com olhos que não eram nem oblíquos nem dissimulados.

O sucesso e o brilho da atividade no ensino superior vos foram abrindo as portas, mediante concurso de provas e títulos, para professor titular de Literatura da Universidade Federal Fluminense, por onde vos aposentastes e da qual sois hoje Prof. Emérito. Durante mais de 38 anos, fostes professor de Literatura Brasileira, Língua Portuguesa e Didática em várias das instituições de nível superior: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PUC do Rio de Janeiro, Santa Úrsula, Hélio Alonso, e, em nível fundamental e médio, no Colégio Pedro II, Andrews, Bennet e colégios estaduais.

Vosso exercício magisterial não se limitou às instituições brasileiras; fostes chamado a exercer as funções de Professor Visitante (*Gastprofessor*), durante o semestre de verão, na Universidade de Colônia, e, em 1980, no Institut für Romanische Philologie der Rheinisch Westf. Technischen Hochschule, em Aachen, ambos na Alemanha e em ambos lecionando Literatura Brasileira, e para cujas instituições preparastes *A Poesia Brasileira do Modernismo* e *Tendência da Prosa Brasileira Contemporânea*.

No domínio da Língua Portuguesa, em parceria com a Profa. Maria Helena Marques, escrevestes uma renovadora coleção didática, depois revisitada com as mesmas qualidades pedagógicas, só sob vossa responsabilidade, além de mais duas obras: *Gramática da Língua Portuguesa*, em tom de conversa, 2004 e *Por Dentro das Palavras da Nossa Língua Portuguesa*, 2003.

Marcou um lugar à parte como clássico na literatura didática o vosso *Estilos de Época na Literatura* que, no juízo autorizado do confrade e mestre Eduardo Portella, “transpõe as suas aparentes demarcações temáticas para se converter numa rigorosa e matizada teoria da Literatura”.

Se pautasse apenas pelo campo da formação acadêmica, da atividade magisterial e da prolífica produção de livros mais relacionada a essa mesma atividade no âmbito da Literatura Brasileira e da Língua Portuguesa, teria a Casa de Machado de Assis sobejas razões para vos integrar ao seio dos seus Acadêmicos; todavia, ainda convém ressaltar a este seletó auditório mais duas atividades do nosso recipiendário desta noite festiva: a ação como promotor cultural e o namoro nada bissexto com a Literatura.

No primeiro domínio, fostes o criador do Projeto Bienal Nestlé de Literatura Brasileira, além de outras dezenas de projetos desenvolvidos pelo Departamento Cultural da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, entre 1975-79, e por esta mesma Casa.

Como consultor editorial, organizador de obras de autores da Literatura Brasileira para as editoras Artium, Ática e Global, ressaltando-se, ainda, a organização e prefácio, entre outras, de *A Poesia dos Inconfidentes*, pela Nova Aguilar, em 1996.

Ledor assíduo e fervoroso das produções literárias, não seria de admirar que estariéis um dia picado pela inebriante tentação da mosca azul que habita os textos de que sois crítico e apaixonado contumaz. E eis que chega a vez da primeira experiência poética com *O Cerco Agreste*, em 1979, impregnada de visível presença de João Cabral. Prefaciada a obra pelo saudoso Antônio Carlos Villaça, elege, dentro do conjunto de poemas, como preferidos os versos de “O canto”:

O Canto
Se diz
macio
garoando
na alma,
o canto.

O canto
se diz
irmão.

O canto
deságua
como um rio
acalentado
e vem do fundo:
canto
de berço.

O canto
se diz
de sofrência
de desnudo
canto

O canto
sem retorno
se deixa ver
no fundo

O canto
é o rio.

(pág. 28)

O filão poético aflora outra vez em 1984, com *Dionísio Esfacelado* (Quilombo dos Palmares), um canto que canta, entre amor, nostalgia e soluços, a presença do negro na formação da nacionalidade brasileira. É o vosso tributo a um povo de antigas sofrências. Num encobrimento disfarçado do mitológico grego Dionísio Crucificado, ousa enxergar em *Dionísio* do vosso *Dionísio Esfacelado*, o criptônimo de *Domício*, o autor. *Se non è vero...*

Desses poemas multifacetados, relembro aqui os versos de “Ecos”.

Ecos
Quatro milhões de negros
seiva
avinagrada
barro ferido
assustado
sangrada carne
acesa
viva
mutilada
na alma
a corrosão
da ira
a miséria
sopro
o poço
e a falsa
alforria
alegria
irmanada três dias

em falso espaço
de sonho.

Longe
O horizonte verde
Do Quilombo.

(pág 22)

Entre outras produções, no campo da ficção – e ficção engenhosa – citarei apenas *Memórias Póstumas de Capitu*, compilado, nesta redução, pelo cuidado de não fatigar este seletto auditório, se enveredara por escorço mais longo.

Nesta obra ficcional, tentastes resgatar Capitu dos desvãos secretos da casa em que Bentinho aprisionara sua mulher adúltera, para dardes, a esta, voz e direito de defesa, apresentando aos devotos de Machado de Assis, estupefatos, a versão de Capitu, antes condenada, ou, miseravelmente suspeita, aos olhos dos leitores mais inteligentes de *Dom Casmurro*, e agora pondo seu marido à execração.

O vosso romance nos apresenta uma Capitu cheia de viço e vigor, a nos contar os fatos de que foi palco a casa da Rua de Matacavalos. A vossa personagem quebra o encanto do discurso poético em que Machado soube envolver no manto da fantasia o triângulo Bentinho-Capitu-Escobar, preferindo, vós, substituí-lo pelo discurso da comunicação quotidiana assentado na visão biografista.

Até aqui a vossa trajetória vitoriosa como professor de Literatura Brasileira e de Língua Portuguesa, concretizada em quarenta obras entre originais e aquelas que enriqueceastes com o comentário das pertinentes introduções. Agora, ao entrardes nesta Casa de Machado de Assis, vosso talento, vossa inteligência, vossa operosidade e vossa competência serão convocados para a finalidade maior da instituição exarada no dispositivo primeiro do seu Estatuto: “a cultura da Língua e da Literatura Nacional.”

Vale a pena aprofundar o entendimento do artigo, visto denunciar claramente um conceito e uma política de Língua, nem sempre postos à luz nesta

Casa. Ao atentarmos para o fato de que o adjetivo *Nacional*, no singular, está apontado exclusivamente para *Literatura*, enquanto *Língua* não se acompanha de qualquer modificador, “a cultura da Língua e da Literatura Nacional”, isto é prova inequívoca de que nossos fundadores viam a Língua como um patrimônio comum a Portugal e Brasil. Está evidente que não desconheciam que nas duas bandas do Atlântico havia particularismos linguísticos que cumpria respeitar, mas, como dizemos hoje, havia unidade na diversidade. É o destino natural de todas as línguas nacionais, quer faladas num só país, quer divididas entre nações, como é o caso da Língua Portuguesa, patrimônio comum a Portugal e ao Brasil, ou, no pronunciamento de nosso primeiro Secretário-Geral, Joaquim Nabuco, no discurso de inauguração desta Academia, aos 20 de julho de 1897:

A Língua há de ficar perpetuamente *pro indiviso* entre nós; a Literatura, essa, tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios. A formação da Academia de Letras é a afirmação de que literária, como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com os seus recursos próprios, só querendo, só apurando a glória que possa vir de seu gênio.

Este artigo pétreo de nossa Instituição resulta da preocupação sentida desde muito por seus fundadores, especialmente por Machado de Assis, que, em artigo datado de 1873, escrito para a revista *O Novo Mundo*, tecendo considerações sobre nosso Instinto de Nacionalidade, comentou:

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta a da excessiva influência da Língua Francesa. Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência, digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio. (*Crítica*, 25-26).

E continua, emitindo parecer mais lúcido do que os que se veem às vezes na lição de muitos linguistas que ensinam em faculdades de Letras, parecer que não faz má figura, pelo pioneirismo e pela profundidade, quando confrontado com a lição de dois grandes linguistas do século XIX, o sueco Adolf

Noreen, em 1888, e o francês Michel Bréal, em 1897, que ressaltam o papel social e civilizatório da língua escrita, mormente da literária:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa Língua pare no século de 500 é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer locuções novas que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (*Crítica*, 26).

Refletindo acerca de tais precedentes comentários, facilmente nos situamos nos propósitos que orientaram a Academia, quando firmou o artigo I.º dos Estatutos da Casa: “a cultura da Língua”.

Isto significa tão somente que à Academia não caberá o papel da investigação e pesquisa da Língua em todas as suas manifestações, populares e literárias, orais e escritas; esse é o papel dos especialistas, que atuarão nas universidades, nas academias de Língua, nas atividades que objetivem seu estudo e ensino.

A Academia, ainda na sábia lição de Machado de Assis, em pronunciamento com que encerra as atividades da Casa, em 7 de dezembro de 1897:

[...] buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa Língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas — o povo e os escritores — não confundindo a moda que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois, para guardar uma Língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige e é definitiva (*Outras Relíquias*, 97).

Passados mais de cem anos, os conceitos emitidos por Machado de Assis e Joaquim Nabuco, duas personalidades que, não sendo linguistas ou

filólogos, tinham a justa percepção da unidade idiomática, são hoje repetidos, com motivações diferenciadas, pela voz e responsabilidade de dois especialistas portugueses no campo da Língua e da Literatura. O primeiro testemunho pertence à Maria Helena Mira Mateus, mestra de jovens gerações universitárias, em recente entrevista a *Palavras* n.º 29, órgão da Associação de Professores de Português:

O fato de as pessoas dizerem que alguém fala “brasileiro” não tem grande importância e apenas mostra que os falantes são sensíveis a diferentes variedades da Língua [...]. Uma coisa diferente é considerar que a Língua que se fala no Brasil já não é a Língua Portuguesa. Para mim, a utilização do termo “língua portuguesa” é importante para todos aqueles que se encontram sob esse “guarda-chuva”, pois trata-se de uma convenção que tem vantagens no funcionamento socioeconômico e cultural em termos planetários. Não vale a pena, portanto, estarmos a querer diversificar criando outros termos quando este é de grande utilidade para todas as partes: os brasileiros terão o maior interesse em ter como língua oficial uma língua da União Europeia falada em vários outros países, enquanto que para os portugueses, a vantagem de a língua que se fala no Brasil ser a mesma que se fala em Portugal advém da dimensão demográfica que essa língua adquire.

O outro testemunho é da lavra de Aníbal Pinto de Castro, durante recente Colóquio Internacional sobre “A Língua Portuguesa no Mundo da Lusofonia”, promovido pelo Liceu Literário Português do Rio de Janeiro:

Pelo que toca ao Brasil, pediria licença para lembrar a fundamental necessidade de entre nós reforçarmos os elos seculares de ligação linguística e de estudos literários, não deixando de diminuir o espaço concedido nos programas de Português aos clássicos portugueses, que brasileiros são também, pois neles está a fonte perene do mais puro vernaculismo. Não para nos acantonarmos num purismo que se reveja numa caça passadista aos infratores da norma, por pecados de barbarismos ou de solecismos, mas para aí retemperarmos as energias e sobretudo a salutar disciplina a observar na adoção de neologismos, mesmo que de estrangeirismos se trate, absolutamente indispensáveis à modernização da Língua que partilhamos e do sistema em que ela se organiza, de modo especial no que toca a novos conceitos e realidades da vida, cujo curso não para, ou ao vocabulário científico e técnico.

Do lado português, será a todos os títulos necessário reforçar o lugar da Literatura Brasileira nos programas das nossas Faculdades de Letras e aumentar a

representação de autores brasileiros nos manuais e seletas usados no Ensino Preparatório e Secundário (*Confluência*, n.º 29 e 30, pág. 36).

É neste sentido que já operam as ações da Academia Brasileira de Letras para trabalhar em prol da Cultura, da ilustração e do relevo da Língua Portuguesa escrita, exemplar e literária.

E é para entrar em nosso seio e partilhar do nosso trabalho que acolhemos hoje o vosso saber, a vossa competência e a vossa operosidade. Hoje é um dia de festa para a Língua Portuguesa nesta Academia!

Temos a certeza, outrossim, de que vosso empenhamento honrará a trajetória luminosa de Oscar Dias Corrêa nesta Casa de Machado de Assis.

Sede bem-vindo!

Discurso do
SR. JOSÉ MINDLIN

e

Resposta do
SR. ALBERTO DA COSTA E SILVA

*Sessão solene extraordinária
do dia 10 de outubro de 2006*

I

DISCURSO DO SR. JOSÉ MINDLIN

Senhor Presidente, senhoras e senhores acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores. Meu querido amigo Acadêmico Alberto da Costa e Silva, que gentilmente se dispôs a me receber nesta noite.

Seja-me permitido, antes de mais nada, evocar a figura de Guita Mindlin, minha mulher e querida companheira de quase setenta anos. Ela participou do festejo de minha eleição no dia 21 de junho, aqui no Rio, mas o destino trouxe um contraste entre uma grande alegria e uma tristeza profunda, arrebatando-a de nós poucos dias depois. Não podia deixar de lhe render esta lembrança saudosa.

Um discurso de posse na Academia Brasileira de Letras envolve uma grande responsabilidade, qual seja, satisfazer a expectativa de um texto que, de certo modo, justifique a eleição do novo acadêmico. Quando, em 1979, recebi o Prêmio João Ribeiro outorgado pela Academia como reconhecimento de atividades intelectuais, não podia nem de longe imaginar que, passadas quase três décadas, estaria falando, talvez até da mesma tribuna, sobre o prêmio maior, que é o de passar a pertencer ao quadro dos acadêmicos.

Devo, naturalmente, de início, agradecer às senhoras e senhores acadêmicos a generosidade do irrecusável convite que recebi de alguns deles para me candidatar ao preenchimento da vaga da Cadeira 29 e, em seguida, pelo carinhoso acolhimento com que minha candidatura foi referendada por expressiva votação. A tradição da Academia é que o novo membro, ao ingressar no quadro social, faça o elogio ou referências aos seus antecessores. Essa tradição

vem da origem de formação da Academia Brasileira de Letras que seguiu o modelo da Academia Francesa, onde esse tema constitui o principal requisito. Poderia segui-lo, tanto mais que foram muito poucos os meus predecessores, a começar pelo patrono Martins Pena e pelos acadêmicos Artur Azevedo, Vicente de Carvalho, Cláudio de Sousa e, finalmente, o saudoso acadêmico Josué Montello.

Pareceu-me, entretanto, que isso não seria suficiente, e em conversa com o grande crítico e meu grande amigo Antonio Candido, a quem disse que queria tratar de um tema mais amplo, ele não só concordou comigo, como me lembrou o precedente deixado por Buffon, o grande naturalista francês que, ao tomar posse de uma cadeira na Academia Francesa no século XVIII, resolveu tratar em seu discurso apenas de um tema completamente estranho à tradição, fazendo uma conferência sobre o Estilo, da qual a frase lapidar “o estilo é o homem” permanece até hoje como profunda verdade. Buffon não chegou a falar sobre seus predecessores, mas eu não vou tão longe, pois falar dos que me precederam é não apenas um dever de gratidão, como atende a uma preferência pessoal minha. Depois disso, no entanto, minha proposta resultante da conversa com Antonio Candido foi de convidar a audiência, parodiando o velho Xavier de Maitre, a uma viagem em torno de minhas atividades culturais e da Biblioteca, que está completando 79 anos de formação neste ano. Espero que a exposição que daí surgir seja do agrado dos que me estão ouvindo. Coisa semelhante foi feita, de certo modo, pelo novo acadêmico Nelson Pereira dos Santos, que concentrou no Cinema a maior parte de seu discurso. A razão de minha ideia é o pressuposto de que o meu amor de vida inteira à leitura e ao livro tenha sido uma das razões que levaram as senhoras e senhores acadêmicos a me eleger. Antes disso, no entanto, vamos olhar um pouco para o passado da Cadeira 29 que neste momento estou passando a ocupar.

Creio que é importante assinalar que as obras, tanto de Martins Pena, patrono da Cadeira 29, como as de Artur Azevedo, seu primeiro ocupante, foram leituras que me encantaram em minha remota mocidade e, até hoje, uma releitura é sempre fonte de prazer. Não vou me deter na enumeração e análise de suas obras, assim como das de meus outros predecessores, porque isso já foi objeto não só de muitos discursos acadêmicos, como de grande número de estudos literários que meus ouvintes certamente conhecem. Vicente de Carvalho foi um grande poeta paulista, hoje injustamente menos

lido e ouvido, mas que inegavelmente é um dos grandes nomes da Poesia Brasileira. Cheguei a saber de cor um grande poema seu, “Palavras ao mar”, e “O pequenino morto”, do qual possuo, aliás, o original manuscrito autógrafo publicado em 1904 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que alegando não publicar Poesia, abriu exceção para o primoroso “Pequenino morto”, que só foi incluído em livro em 1908, na primeira edição de *Poemas e Canções*. A tendência de diminuir a importância do Parnasianismo me parece um grande equívoco, pois não foram poucos os poetas que o engrandeceram. O falecimento de Vicente de Carvalho deu lugar à eleição de Cláudio de Sousa, escritor e teatrólogo que teve grande voga na primeira metade do século passado. Uma de suas obras – *De Paris ao Oriente* – teve uma particularidade curiosa: foi a narrativa de uma viagem que Cláudio de Sousa fez ao Oriente, em companhia de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade. Este se inspirou, com sua irreprimível irreverência, na pessoa de Cláudio de Sousa quando escreveu *Serafim Ponte Grande*.

Também de Josué Montello parece-me desnecessário enumerar e/ou analisar suas obras que ainda estão muito vivas no interesse do público literário. Tive com ele vários encontros cordiais, nos quais descobri em Josué Montello o erudito bibliófilo e, como acontece nas conversas entre bibliófilos, ele me falava de manuscritos que possuía, deixando-me com água na boca, e que eu procurava compensar com outros de nossa Biblioteca que faltavam na dele, e quem ficava com água na boca nessas ocasiões era ele e não eu. No entanto, o mais importante nos contatos que tive com Josué Montello foi descobrir nossas grandes afinidades literárias, pois ele tinha ilimitada admiração pelos *Ensaio*s de Montaigne que foram também, através da vida, uma de minhas leituras favoritas, tanto assim que uma filha minha, Diana, arquiteta que se dedica às artes gráficas, me fez a surpresa de desenhar meu *ex libris* tendo como divisa a frase de Montaigne do capítulo sobre os livros: *Je ne fay rien sans gayeté*. Nem sempre é possível fazer tudo com alegria, mas pelo menos procuro percorrer sempre esta trilha. Um dos orgulhos da Biblioteca é, aliás, a primeira edição completa dos *Ensaio*s, incluindo pela primeira vez o terceiro livro, publicada em Lyon, em 1588. Não foi apenas em Montaigne, entretanto, que nossos caminhos se cruzaram. Houve inúmeros outros, como Stendhal e Flaubert, e diria que, principalmente, com Marcel Proust, autor que até hoje me seduz, desde os anos 1940, quando li pela primeira vez sua obra fundamental *A la Recherche du Temps Perdu*. Já a li cinco vezes, com dez anos de inter-

valo entre cada leitura, e todas elas trazem descoberta e deleite. Falar de Josué Montello apenas mencionando suas obras seria uma injustiça, pois suas preferências literárias devem tê-lo, certamente, influenciado. Não sei se seria o escritor que foi se não tivesse lido a obra dos autores em que nossos interesses coincidiram.

Vamos agora, se meus ouvintes concordarem, à viagem em torno da Biblioteca e de meus interesses culturais.

Tendo tido o privilégio de crescer num ambiente cultural, meus pais e irmãos mais velhos lendo permanentemente, passei também a ler as obras chamadas “sérias” depois das leituras infantis, começando com as *Lendas e Narrativas*, *O Monge de Cister* e *O Bobo*, de Alexandre Herculano, aos doze anos de idade. Foi ele o primeiro autor que criou em mim o gosto pela Literatura de Ficção. Esta foi uma das vertentes de minhas leituras que continua viva até hoje. Duas outras vertentes são a História, principalmente a História do Brasil, e o gosto pelos autores clássicos que me levou à paixão pelo livro raro. São, pois, três vertentes que constituíram o fulcro da Biblioteca que vim a formar através da vida. Curiosamente, esses interesses se definiram muito cedo, pela ficção literária aos doze anos de idade, pois na mesma ocasião li *O Ateneu*, de Raul Pompeia, e as duas outras aos treze anos, puramente por acaso. O acaso teve, aliás, um papel extremamente importante em tudo e para tudo que me aconteceu na vida.

Aos treze anos, quando comecei a frequentar os sebos de São Paulo, encontrei uma edição portuguesa do *Discurso sobre a História Universal*, de Bossuet, publicado em Coimbra, em 1740, data que me fascinou. Foi a semente da busca de livros raros, embora mais tarde tivesse aprendido que a data das edições é um elemento secundário em sua importância. Mas a semente foi Bossuet, que floresceu e cresceu muito além do que eu poderia ter imaginado. No mesmo ano, recebi de presente de aniversário um exemplar da *História do Brasil*, de Fr. Vicente do Salvador, o grande cronista do século XVII que detonou meu interesse pelos estudos brasileiros. Era uma edição simples, comercial, da Companhia Melhoramentos, mas muito comentada e trazendo uma considerável bibliografia de obras sobre História do Brasil. Ingenuamente, procurei consegui-las naquela época, mas já eram todas raras e

de acesso difícil. Mesmo assim, fui, aos poucos, conseguindo exemplares, e hoje a maior parte das obras constantes daquela edição de Fr. Vicente se encontram na Biblioteca.

Uma facilidade que tive foi de ler indistintamente em Português e Francês, que aprendi aos seis anos de idade e se tornou meu segundo idioma e, a partir dos quinze anos, também o Inglês. Italiano e Espanhol vieram depois, sem maiores problemas.

A partir desse início inesperado, surgiu o processo de formação da Biblioteca sem que, no entanto, ela tivesse sido planejada. Cresceu ao sabor de minhas leituras, e a leitura continuou sendo o fulcro e a razão de ser de sua existência. Para seu crescimento, no entanto, foi importante que ela se tivesse tornado um interesse central de vida. Exigiu a leitura de obras de referência sobre a história literária brasileira e estrangeira, leitura de catálogos e na, base disso, o exercício da garimpagem. Os livros não caem do céu: a gente os procura, e, coincidentemente e principalmente em matéria de livros raros, eles também nos procuram. A aventura da garimpagem provoca, mesmo em céticos como eu, a suspeita de que alguma coisa sobrenatural possa estar protegendo as buscas do leitor apaixonado. Chego a pensar que, embora a leitura seja uma fonte inesgotável de prazer, a garimpagem provoca um prazer diferente, às vezes superior ao outro. Quando se encontra uma obra procurada durante décadas, o coração bate mais forte (felizmente o livreiro antiquário não percebe esse batimento cardíaco...), ao passo que, depois de adquirido o livro, já acomodado na estante, seu manuseio e leitura proporcionam prazer, mas a emoção propriamente dita deixa de existir ou não é a mesma.

São numerosos os casos que evidenciam a existência do fator sorte, além do conhecimento. Se os que me ouvem tiverem um pouco de paciência, poderia dar alguns exemplos dentre muitos, em que se pode ter ideia do que representa a atração da garimpagem. Quando chego numa cidade estrangeira, uma das primeiras coisas que faço é procurar nas páginas amarelas os principais livreiros antiquários. Certa vez, em Santiago do Chile, onde só encontrei o nome de um antiquário, fui procurá-lo, mas esbarrei na porta fechada. Voltei mais tarde e, vendo uma pessoa dentro da livraria, fui abrindo a porta de vidro quando o livreiro me barrou: "*Estamos en vacaciones*". "*Yo también*", respondi. E isso estabeleceu logo uma relação informal. Perguntei se tinha obras sobre o Brasil, mas ele me disse que a especialidade da livraria era Literatura e Teatro

Francês, nada tendo sobre o Brasil. Enquanto falávamos, no entanto, vi numa das prateleiras do alto *A Arte da Língua Guarani*, do Pe. Montoya, e disse ao livreiro que aquilo era uma coisa de interesse brasileiro. “Isso”, disse ele, “é o resto da biblioteca de um historiador brasileiro que comprei há muito tempo, um tal de Porto”. “Porto Seguro?”, perguntei eu. O que ele confirmou. “E onde estão esses livros?” “Num depósito, mas não dá para ver agora nas férias”. Sem perder a coragem, insisti e acabei conseguindo marcar uma visita ao depósito no dia seguinte, onde se achavam os livros que Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, tinha em seu escritório quando faleceu em Viena em 1878. Sua biblioteca tinha ido para o Itamaraty, mas os papéis e livros mais próximos dele foram levados para Santiago por sua viúva, que era chilena. Ali encontrei coisas preciosas, como provas de folhetos corrigidas por ele e que tinham permanecido inéditas e a segunda edição da *História do Brasil* com numerosas alterações manuscritas que não figuram nas edições subsequentes. Um manancial, enfim, dos tais de fazer o coração bater mais forte.

Outra coisa se deu em Paris, em 1946, para onde eu tinha ido formar o estoque de uma livraria de livros raros que um amigo meu, também bibliófilo, me propusera abrir. Inicialmente, ao receber a proposta, eu tinha dito que interessante seria, mas inviável, pois nem ele nem eu tínhamos o dinheiro necessário, ao que ele esclareceu que um primo dele se dispusera a entrar no empreendimento com quinhentos contos de réis, o que mudou o quadro completamente. Lá fui eu passar três meses na Europa comprando livros escolhidos um a um. Dediquei-me especialmente à vertente brasileira, mas trouxe assim mesmo coisas importantes de literatura estrangeira, como a primeira edição ilustrada dos *Triunfos*, de Petrarca, publicada em Veneza em 1488, ou a *Crônica de Nuremberg*, publicada em 1493. Mas eu queria especialmente trazer um exemplar da *Viagem Pitoresca*, de Debret. Acontece que havia muitos brasileiros em Paris, pois, além de tudo, estava em curso a Conferência da Paz. E, quando se entrava numa livraria pedindo livro sobre o Brasil, a resposta invariável era ou que nunca tiveram nada, ou que o que possuíam tinha sido vendido. Assim mesmo, na Rue Bonaparte, resolvi entrar numa livraria, embora na vitrine só houvesse obras estrangeiras. À minha pergunta sobre a existência de obras sobre o Brasil, o livreiro disse que provavelmente eu só estava interessado em obras importantes, mas aí não tinha nada para oferecer. Assim mesmo, pedi que mostrasse o que tinha, e ele me deixou por uns quinze minutos no

escritório, voltando com uns quinze ou vinte livros empilhados sobre os três grandes volumes do exemplar de Debret. Eu estava disposto a pagar, o que naquela época era substancial, 150 mil francos. Mas, quando vi o exemplar e perguntei quanto ele pedia, fui surpreendido com uma declaração categórica: “Esta obra, meu senhor, só posso vender por 10 mil francos!” Provavelmente a obra estava havia anos no depósito, e a operação tornou duas pessoas felizes, ele e eu.

Comprei alguns milhares de livros, e, quando chegavam os pacotes, nossa alegria era grande em ver o que eu tinha adquirido. Acontece, porém, que, quando entrava um cliente, ficávamos aborrecidos, pois a ideia de vender não era nada sedutora. Só que tínhamos obrigação moral de vender obras que gostaríamos de conservar, em virtude da contribuição financeira do terceiro sócio. Tive o cuidado de pedir a cada comprador que falasse comigo se algum dia quisesse vender o que estava comprando, e isso valeu para que nos quinze ou vinte anos seguintes (a livraria já não era nossa havia muitos anos) conseguíssemos recomprar a maior parte das boas obras que tinham sido vendidas para nossa tristeza. Um grande amigo meu, Luiz Camillo de Oliveira Netto, tinha me ponderado que colecionar livros e vendê-los eram duas coisas incompatíveis. Sua observação se mostrou plenamente verdadeira, ou se compram livros, ou se vendem, mas as duas coisas juntas só muito excepcionalmente funcionam.

Foi, aliás, naquela viagem que conheci Guimarães Rosa, que fazia parte da delegação brasileira à Conferência da Paz. Fizemos logo boa camaradagem e, como os trabalhos da Conferência só se iniciassem à tarde, encontramos-nos várias vezes durante o mês em que permaneci em Paris, percorrendo livrarias e tendo boas conversas. Eu o tinha achado simpático e inteligente, mas ele não me deu a menor indicação de que fosse escritor. Sua preocupação com a elegância fez com que eu achasse que não valeria a pena ler *Sagarana* que, na ocasião, estava fazendo grande sucesso. Só o fui ler quando se publicaram *Corpo de Baile* e *Grande Sertão*, por insistência de um amigo grande leitor. Inútil dizer que as obras de Guimarães Rosa passaram a ser, durante toda a vida, leituras apaixonadas e constantes.

A livraria, que se chamou Parthenon, foi, no entanto, apenas um acidente na formação da Biblioteca cujo crescimento foi se processando continuamente, desde 1927, tanto com aquisições no Brasil como no exterior, nas viagens que minha mulher e eu fazíamos e onde ela me encorajava nas extravagâncias que eu hesitava em fazer. Parece-me interessante falar mais de leituras

e de minha relação com escritores e leitores amigos. Antes disso, no entanto, creio que devo mencionar a importância de 1930 em minha vida. Ainda outra vez por acaso, entrei na redação de *O Estado de S. Paulo* com quinze anos e meio, sendo o mais moço dos redatores e repórteres do jornal. Esse trabalho teve grande importância em minha vida, não apenas porque aprendi a escrever com simplicidade e clareza para ser acessível a um público médio, como comecei a adquirir uma visão da vida brasileira em que a Revolução de 1930 modificou a conformação do País. O *Estado de S. Paulo* foi, aliás, um núcleo da conspiração da Revolução de 1930, e aí se deu um episódio curioso. Eu era o único na redação a falar Inglês, e por isso o Dr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal, me chamava para sua sala para transmitir mensagens a Vivaldo Coaracy, chefe da redação do Rio, a fim de driblar a censura que era feita por escuta telefônica, sem que os censores soubessem Inglês, pois a língua estrangeira predominante na época era o Francês. Com isso, eu menino de quinze anos e pouco fui tendo conhecimento de mensagens confidenciais. Passei a conhecer os meandros da Política e da Sociedade, o que me proporcionou a possibilidade de acompanhar desde aquele ano o desenvolvimento brasileiro, suas lutas e conquistas. Vivi duas ditaduras — o Estado Novo e o Regime Militar —, e minha tendência liberal me direcionou politicamente para a oposição ao autoritarismo e para o respeito aos direitos humanos, violados tanto num regime como no outro.

O jornalismo da época era bastante distinto do de hoje em dia. As redações eram menores, o *Estado* era visitado diariamente por políticos de oposição e pelos principais intelectuais da época, o que tudo ajudou bem cedo meu desenvolvimento pessoal. Assim como o ano de 1927 permitiu a formação das vertentes principais da Biblioteca, o ano de 1930, e os que se lhe seguiram, foi fundamental para meu conhecimento da Literatura Brasileira e Estrangeira. Já mencionei a leitura, aos doze anos, de Alexandre Herculano e Raul Pompeia. Logo em seguida li *Iracema* e *O Guarani*, de Alencar, assim como *A Retirada da Laguna*, do Visconde de Taunay. Ele me entusiasmou a ponto de ler toda a sua obra, o que valeu a pena, apesar de um tanto excessivo. Comecei a ler os autores nordestinos — José Lins do Rego, Jorge Amado, Amando Fontes, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, entre outros. Paralelamente, nessa década li integralmente a obra de Anatole France e os principais romances de Romain Rolland, o grande escritor pacifista que na Primeira Guerra teve de deixar a França por essa sua convicção política. A leitura desses dois

autores teve aspectos curiosos. Estava no maior entusiasmo com Anatole France quando dei com uma observação de Romain Rolland sobre ele, dizendo que Anatole podia ser comparado aos gigantes que, não conseguindo romper as cadeias que os prendem, divertem-se com elas. Isto amainou um pouco meu entusiasmo por Anatole France, mas voltei a considerá-lo um escritor muito sedutor e, nos dias de hoje, a meu ver, injustamente esquecido, pois suas sátiras políticas e descrições históricas, como *Les Dieux ont Soif*, sobre o terror na Revolução Francesa, são magistrais. O destino de Romain Rolland foi, aliás, parecido com o de Anatole, pois seus grandes romances *Jean Christophe* e *L'Âme Enchantée*, obras admiráveis, também hoje estão injustamente esquecidas.

A década de 1930 foi profícua em matéria de leitura brasileira e estrangeira. Dos nossos, além dos ficcionistas nordestinos, li *Casa-Grande & Senzala* e *Os Sertões*. Lembro-me que achei empolada e de leitura difícil a linguagem de Euclides, e um tanto prolixa a de Gilberto Freyre, mas em releituras posteriores consegui ver a importância destas duas obras, assim como das de Sergio Buarque de Holanda. Na leitura dos *Sertões*, creio, aliás, embora isso possa parecer uma heresia, que não seria nada mau começar a leitura pela parte da Guerra, depois o Meio e, por fim, o Homem. Na leitura convencional, imagino que muita gente não vá até o fim.

A leitura incluiu os principais autores brasileiros do século XIX e os grandes romances da Literatura Francesa de Stendhal a Flaubert. Foi, como se vê, uma leitura um tanto desordenada, mas que me deixou um resíduo cultural básico, mesmo em minha visão de hoje. Em meio aos que posso classificar de modernos, houve também Platão, Plutarco, o Teatro Grego e Romano, Homero e Virgílio, de quem ainda hoje sei de cor alguns trechos em Latim. Naturalmente, não faltou Shakespeare, a trindade francesa Molière, Racine e Corneille e os grandes autores russos, especialmente Tolstoi e Dostoyevsky. Boa parte desses autores, li durante as aulas na Faculdade de Direito que frequentei de 1932 a 1936. A maior parte dos professores lia durante cinquenta minutos, em voz monótona, suas preleções, cujas apostilas eu lia em casa em quinze minutos. Sentava-me, pois, no fundo da sala e mergulhava nas leituras de minha preferência. Ia me esquecendo de Montaigne que, na faculdade, li pela primeira vez.

Não é fácil esquematizar a sequência das leituras década por década, mas parece-me que vale a pena tentar algumas indicações. Marcante na década

de 1940 foi a descoberta de Proust. Quando iniciei sua leitura, esbarrei no que me parecia ser uma dificuldade insuperável – a falta de parágrafos. Deu-se então uma coisa curiosa. Em casa de Luiz Camillo de Oliveira Netto, encontrei uma noite Tristão de Athayde, nosso grande Alceu de Amoroso Lima, que tinha sido, com Rubens Borba de Moraes, um dos introdutores de Proust no Brasil, já nos anos 1920. Mencionei a dificuldade que sentira e, numa tentativa de ser espirituoso, que geralmente não funciona, disse que Proust descrevia o sono tão bem que o leitor adormecia. “Você está muito enganado rapaz”, disse-me Tristão de Athayde. “Você deve ler as cinquenta primeiras páginas com toda a dificuldade que possa encontrar e, se no fim dessas cinquenta páginas, não tiver penetrado no universo de Proust, leia mais cinquenta com o mesmo esforço e nunca mais você deixará de ler Proust”. Segui o conselho e vi que ele tinha razão, tanto que, como disse lá atrás, já li cinco vezes a *Recherche*, com dez anos de intervalo entre cada leitura.

Autores menores, mas mesmo assim ótimos, como André Gide e Roger Martin Du Gard, também foram descobertas da década de 1940, assim como as *Mil e Uma Noites* e o *Decameron*, de Bocaccio. Na década de 1950, li toda a *Comédia Humana*, de Balzac, o que me permitiu ver o gigantismo do escritor. Sua descrição da sociedade, dos tipos humanos, das intrigas do funcionalismo, entre muitas outras coisas, é ainda hoje de surpreendente atualidade. Lidando com mais de 2 mil personagens, algumas aparecendo em primeiro plano e outras como pano de fundo, o que se reverte em outras obras, vê-se claramente a incrível fertilidade de Balzac. É surpreendente como ele, não tendo filhos, pôde escrever, por exemplo, o *Père Goriot*, onde penetra nos mais profundos arcanos da maldade humana.

Na década de 1960, as principais leituras foram de autores latino-americanos, de Borges a Octavio Paz, com os principais autores de cada país entre eles. Continuar a sequência cronológica tornaria a lista de leituras grande demais, de sorte que só vou destacar mais alguns nomes, ficando subentendido que li as principais obras de Literatura Inglesa, Italiana, Russa, Alemã e Espanhola, além da Literatura Portuguesa, de onde Camões e Gil Vicente não podem ser ignorados, e Saramago entrou nos anos oitenta, já eliminada a dificuldade da falta de parágrafos que eu tinha vencido com a leitura de Proust. Saramago, a meu ver, bem mereceu o prêmio Nobel, e, se praticamente todos os seus livros são bons, o *Memorial do Convento* e o *Evangelho Segundo Jesus Cristo* se

destacam esplendorosamente. De Saramago, tenho uma carta enviada enquanto ele escrevia o *Evangelho*, curiosamente dizendo que este lhe metia medo. Ficamos amigos através dos livros, como aconteceu com vários escritores, mas não vou entrar nessa seara, lembrando apenas o saudoso Francisco de Assis Barbosa que foi, aliás, quem me saudou quando recebi, aqui na Academia, a Medalha João Ribeiro, além de Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Manoel de Barros.

Falando da Biblioteca, seria cansativo para os que me ouvem, ou talvez até pretensioso, estar mencionando as principais raridades, mas, além das duas versões da primeira edição dos *Lusíadas*, uma com o pelicano à direita do leitor e a outra à esquerda, creio que deve ser dito que a Biblioteca possui o *Sonho de Poliphilo*, publicado em 1499, por Aldus Manucius, erudito editor de Veneza, que revolucionou o mundo editorial da época, tornando-se um dos mais belos livros publicados em todos os tempos.

A descrição da Biblioteca também seria fastidiosa, mas creio que uma referência ao critério com que foi sendo formada seria necessária. Disse, de início, que ela cresceu ao sabor de minhas leituras e que estas foram indisciplinadas, mas cedo me convenci de que alguma ordem deveria existir sob pena de ela se transformar numa acumulação desordenada de livros. Isto me levou a estabelecer certas vertentes que são basicamente as seguintes: livros sobre o Brasil, dos mais variados assuntos, para formar um acervo de estudos brasileiros. Esta vertente, que inclui Literatura, História, Viagens, História Natural, Arte etc., é quase por si só uma biblioteca. As outras vertentes são a Literatura Universal, as obras de referência e a história do livro, com exemplares do que este foi desde o século XV até os nossos dias, pois tenho especial interesse pela Arte Gráfica, não sabendo se fui gráfico numa encarnação anterior ou se virei a ser numa encarnação futura.

O setor de obras de estudos brasileiros acabou formando um conjunto indivisível, o que levou muitos amigos a nos perguntarem qual seria o seu destino. Isso também nos preocupou durante muitos anos, e chegamos à conclusão de que um conjunto dessa natureza deveria se tornar um bem público, pois tinha excedido o que seria razoável para uma propriedade particular. Além disso, não podia correr o risco de ser fragmentado, pois o material nele contido constitui fonte de pesquisa que, sem falsa modéstia, acho que posso qualificar de importante. Decidimos então, Guita e eu, e nossos quatro filhos,

doar nossa Brasileira à Universidade de São Paulo, que está construindo um prédio para recebê-la e formou uma unidade universitária denominada Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Com isso, esperamos formar no futuro um centro de estudos brasileiros composto por nossa Biblioteca, pelo acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP e pela Biblioteca de Rubens Borba de Moraes, de quem adiante falarei, tudo representando uma fonte de estudo e pesquisa que não existe em nenhuma outra universidade brasileira e, muito menos, fora do Brasil.

Tive a veleidade de ser uma espécie de editor bissexto, publicando fac-símiles de obras difíceis de se encontrar de Literatura Brasileira, especialmente do Modernismo, pois que, não tendo sido este tomado a sério pelo grande público na ocasião, as obras não se conservaram e se tornaram raridades, como a *Revista de Antropofagia*, a *Verde* de Cataguases ou *A Revista*, de Carlos Drummond de Andrade, além de outras. Essas reedições foram feitas sempre com a colaboração e programação gráfica de minha filha Diana. Quando fui Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, publiquei uma série de obras de problemático sucesso comercial mas de grande interesse intrínseco, como a obra completa de Amadeu Amaral ou as *Memórias* de Paulo Duarte, assim como ensaios literários sobre o Modernismo e Guimarães Rosa.

Tenho também uma desculpável obsessão por manuscritos e procurei reunir, na Biblioteca, alguns de destacados escritores da era pré-computador. Posso mencionar originais manuscritos ou datilografados com numerosas correções autógrafas de *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, *Banguê*, de José Lins do Rego, *Olhai os Lírios do Campo*, de Erico Verissimo, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade, *O Louco do Cati*, de Dionélcio Machado, *Epigramas Irônicos e Sentimentais*, de Ronald de Carvalho, e isto sem falar de duas estrelas que são *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e *Grande Sertão*, de Guimarães Rosa. São numerosos também os manuscritos históricos e cartas e documentos autógrafos dos principais escritores brasileiros.

Classifiquei a Biblioteca de indisciplinada, porque considero que os livros são feitos para nós e não nós para os livros, de sorte que as vertentes não são rígidas, e, quando encontro alguma obra que me seduz mas não se enquadra em qualquer das vertentes, nem por isso deixo de comprá-la. Da vertente Literatura, não falei em Poesia que tem um papel importante na Biblioteca e em nossa vida. Tanto a Poesia Brasileira, desde Gregório de

Matos e autores mineiros, até os principais poetas do século XIX e do Modernismo Brasileiro se encontram nas estantes, assim como os grandes nomes da Poesia Universal, da qual se tivesse de destacar um nome, escolheria Baudelaire, de cujas *Flores do Mal* a Biblioteca possui a edição original com as peças censuradas e até uma pré-edição parcial publicada na *Revue des Deux Mondes*. Sempre tive a mania de ler poesia em voz alta, com a sorte de minha mulher preferir ouvir a ler poesia, o que permite imaginar quanta poesia foi lida em casa nestes quase setenta anos de convivência.

Tive dois grandes interlocutores durante a formação da Biblioteca, que me fazem falta até hoje: Luiz Camillo de Oliveira Netto, que foi diretor da Biblioteca do Itamaraty, da qual foi demitido por ter sido um dos autores do Manifesto dos Mineiros, escrito em 1943, contra o Estado Novo, químico de formação, homem de grande cultura literária, histórica e musical, com excelente biblioteca. O outro – o primeiro, aliás – foi Rubens Borba de Moraes, autor da *Bibliographia Brasiliana* que contém a descrição de todas as obras raras sobre o Brasil, de 1504 até 1900, obra que se pode classificar de monumento de erudição, e de outros livros sobre bibliografia brasileira, além de um delicioso livrinho publicado em 1924, *Domingo dos Séculos*, em que já fala de Proust. Rubens possuía uma excelente biblioteca brasileira que nos deixou em testamento. Foi diretor da Biblioteca Nacional, onde o substituiu Josué Montello e logo depois convidado para formar e dirigir a Biblioteca da ONU. Foi um leitor incansável da Literatura Universal, como Luiz Camillo, ambos dotados de grande senso de humor, o que certamente foi um dos elementos de nosso fraterno entendimento.

Um terceiro amigo que foi muito mais do que interlocutor, um verdadeiro irmão mais moço, é nosso grande Antonio Candido. Nossas afinidades se encontraram quando ambos ainda éramos solteiros e se prolongaram através da vida inteira até hoje. Foi esta amizade que me levou a conversar sobre minha entrada nesta Academia e a trocar ideias com ele sobre o discurso de posse em que ele deu o palpite que de início mencionei. Uma de minhas frustrações na vida foi não ter sido seu aluno, mas creio poder dizer que com ele aprendi muita coisa em nossos frequentes encontros, que espero se prolonguem ainda por alguns bons anos.

Falando sobre amizade, ia me esquecendo de mencionar aqueles autores que conheci quando trabalhava na redação de *O Estado de S. Paulo*, dos quais me

tornei amigo, por exemplo, Guilherme de Almeida, Antônio de Alcântara Machado, Léo Vaz e Affonso Schmidt, entre outros. Os amigos que tive através da vida são numerosos mas, se se considerar que a leitura de um bom livro faz sentir uma afinidade e uma amizade virtual com o autor, então meus amigos, como resultado da leitura, são inúmeros. Tenho pena, por exemplo, de ter tido apenas um contato superficial com Mário de Andrade, mas isso não impede que de certo modo ele faça parte de minha vida. Ora, posso dizer que o mesmo acontece com Machado de Assis ou Proust, em que a falta de conhecimento pessoal não diminui o papel que até hoje exercem em minha vida. E isso, multiplicado pelos milhares de livros que li no curso da existência, faz com que eu pertença, na realidade, a este mundo admirável que é o mundo dos livros e que também virtualmente tenha contato através dos livros com numerosas academias de letras pelo mundo afora. Isso acontece aliás, também com as senhoras e os senhores acadêmicos. Daí o prazer que senti ao ser eleito para esta casa onde, aliás, tenho a alegria de contar com muitos e bons amigos. Mas estou consciente de que isso envolve uma grande responsabilidade. Ainda não tenho uma ideia clara dos trabalhos que aqui se processam, mas os de que tenho conhecimento são de alto nível cultural e declaro-me pronto a colaborar em tudo quanto esteja ao meu alcance, para dar a esses trabalhos e a outros que venham a ser empreendidos minha colaboração. O estímulo à leitura e ao livro está na ordem do dia como uma responsabilidade social interativa. Teria grande interesse em saber se uma atividade neste sentido faz parte dos programas culturais da Academia. Se faz, tanto melhor, mas se isso ainda não está sendo feito, gostaria de encerrar este pronunciamento com uma primeira proposta de cooperação, pois despertar na grande massa o interesse pela leitura, antes de tudo como fonte de prazer, constitui, a meu ver, um fator essencial de desenvolvimento.

Aqui se reúnem grandes valores literários a que estou longe de poder me comparar, mas será para mim motivo de prazer participar de trabalhos que pretendam realizar.

Agradeço, mais uma vez, senhoras e senhores Acadêmicos, sua generosa acolhida.

II

RESPOSTA DO SR. ALBERTO DA COSTA E SILVA

Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras, Sr. Fábio Magalhães, secretário de Cultura do Estado de São Paulo, representando o Sr. governador; Acadêmico Arnaldo Niskier, secretário da Educação e representante da Sra. governadora do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Secretário-Geral da ABL, senhores acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores,

Olho para o alto e vejo o teto forrado de bandeirinhas. Se não ouvirem, como ouço, a banda lá fora com os foguetes a quebrarem o ritmo do dobrado, é porque eu trouxe para esta sala tudo o que na minha alma enroupa a festa. E no meio dela, Acadêmico José Mindlin, reparo que se pergunta por que o vivam e o levantam nos ombros, quando não passa, desde rapazola, de um amador de livros. Seria preciso que alguém lhe revelasse o que não é segredo: que o laço mais forte que nos une é termos sido, todos os quarenta, adolescentes que amavam os livros e que disso jamais se corrigiram.

Um dos nossos, que tenho sempre perto do coração, Herberto Sales, certo dia me disse ser todo leitor um escritor em potencial, que, não podendo redigir *Crime e Castigo*, lê o livro de Dostoyevsky como se o estivesse a escrever. Somos todos, assim, coautores das obras que lemos. E nelas nos pomos inteiros como naquelas que saem de nossas mãos.

Se, hoje, recebemos o escritor que nos deu *Uma Vida entre Livros*, José Conta Suas Histórias, *Memórias Esparsas de uma Biblioteca* e os belos textos de *Destaques da Biblioteca Indisciplinada de Guita* e José Mindlin, o memorialista que dos

amigos só guarda os gestos bons e os momentos afetuosos, o editor de domingo que, confiando no saber gráfico de sua filha Diana, nos ofereceu alguns dos mais belos livros já impressos no Brasil, o empresário que fez da sua indústria exemplo de eficiência, criatividade e harmonia nas relações de trabalho, o homem público que jamais desmereceu o homem de cultura — e a ambos o país tanto deve —, acolhemos também o grande leitor, atento e sensível, incansável e voraz, o grande leitor que se aproximaria de suas numerosíssimas estantes, desalentado e entristecido por não conseguir ler todos os volumes que nelas se encontram, se não tivesse escolhido a alegria como farol da vida, conforme deixa claro na frase de Montaigne que pôs em seu *ex libris*: *Je ne fay rien sans Gayeté*.

Numa página de seu *Journal*, André Gide nos conta que, tendo um visitante lhe perguntado se havia lido todos os livros que tinha em casa — e eram algumas dezenas de milhares —, deu-lhe a resposta que daríamos: não, mas algum dia talvez os leia, e é bom que estejam ali. José Mindlin, por sua vez, diria: é bom que estejam ali, ainda que sequer sonhe um dia a todos ler, porque cada um deles me deu o contentamento de encontrá-lo e adquiri-lo, muitas vezes após uma procura e de um noivado de muitos anos. E, ademais — acrescentaria Mindlin —, não estão ali apenas para mim, mas também para os outros, pois, se não os li, alguém um dia os lerá. E estão ali para tê-los à mão e acariciar-lhes as encadernações, sentir na ponta dos dedos as diferentes texturas dos papéis, admirar a diagramação e o talho das letras, esta gravura em preto e branco e aquela outra que se completa em aquarela, e as inscrições em ouro das lombadas, e o carinho com que foi feito e conservado o que por si só, independentemente de seu conteúdo, pode ser, e muitas vezes é, uma obra de Arte.

José Mindlin seria, assim, não apenas o coautor de todos os livros que leu, mas também o coimpressor e o coencadernador de todos os livros que possui, numa biblioteca que tem o seu quê de mágica e sussurra feminina e poeticamente na alma de todos os que têm o privilégio de conhecê-la. E essa impressão de plenitude acrescenta-se naqueles que alguma vez foram acompanhados na viagem pela leveza amorosa de Guita Mindlin, tão presente na saudade desta sala.

É Guita a personagem principal dos reencontros com o tempo de José Mindlin. Não precisa ele mencioná-la expressamente, porque está, discreta, quase a esconder-se, nos melhores momentos de suas memórias, desde o dia em que a conheceu, caloura, na Faculdade do Largo de São Francisco. Ela nos

chega, de mansinho, nesta e naquela página, a pôr as mãos em cada um dos livros que José Mindlin logrou obter e a recompô-los, quando machucados pela umidade, o uso, o desleixo ou o tempo. Pois são os livros que marcam o ritmo dessas escavações no passado, muitos deles com histórias a pedirem para ser contadas – e, se esta é esquecida em *Uma Vida entre Livros*, procura espaço em *Memórias Esparsas de uma Biblioteca* ou num dos textos dos *Destaques de uma Biblioteca Indisciplinada*. Outras, menos venturosas, não passaram ainda da lembrança para o papel.

Os escritos autobiográficos de José Mindlin – e o discurso que há pouco pronunciou é mais um deles – não se corrigem uns aos outros; completam-se. E ficam a pedir mais. Porque contam histórias que, sendo dele, são também, muitas vezes, nossas. Como tantos memorialistas, ele fala mais dos outros que de si próprio e se demora, sobretudo, nos livreiros, nos bibliófilos e nos escritores com quem privou. Nos abençoados pelo vício do livro, como ele. Ao fazê-lo, restaura os muitos anos que se foram e que eram menos apressados e, por isso, nos parecem mais longos, e neles repõe as emoções que lhe deram os grandes livros, e os livros raros, e os livros de todos os dias, e os livros sobre ameríndios escritos por sua filha, Betty Mindlin, de quem sou, eu também, leitor cativo e devoto. De volta, traz-nos as alegrias dos grandes encontros e das grandes amizades. E amizade é, de resto, a palavra que lhe marca a vida.

José Mindlin não se confessa o que é, um escritor. Quase que nos pede desculpas por escrever. Mas é um escritor. Um escritor que segue a lição de Almeida Garrett, nas *Viagens na Minha Terra*: isto pensava, isto escreve, isto tinha na alma, isto põe no papel, que de outro modo não sabe fazer. Daí a fluência de seus parágrafos, a naturalidade de sua narração, que jamais se afasta do ritmo e das entonações da fala. Nós o lemos como se o estivéssemos ouvindo, e ouvindo alguém que sabe, e admiravelmente bem, ler em voz alta. Quem duvidar da excelência do leitor, ouça José Mindlin a recitar, entre outros, Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e João Guimarães Rosa nos CDs *O Prazer da Poesia* e *Sete Episódios de Grande Sertão – Veredas*. Não resisto a dizer que reli *Uma Vida entre Livros*, a ouvir em cada palavra impressa a sua voz. Sem ênfase maior, limpa e correta, a voz de quem conversa.

Entra José Mindlin nesta Casa como escritor. Entra também como uma personagem paradigmática da Cultura Brasileira, como um dos grandes nomes de nosso tempo, como aquele que escolhemos para suceder a um outro gran-

díssimo homem de cultura, alto em nossa admiração, em nosso afeto e, sobretudo, em nossa saudade: Josué Montello.

Todos sabem o quanto me é difícil falar, sem comover-me, sobre Josué Montello. Foi meu amigo desde os meus dezenove anos, uma amizade que era ainda mais antiga, porque eu a herdara de meu irmão Mário, que dele fora companheiro de carteira escolar no Liceu Maranhense, convívio que se alongava no casarão de minha tia Sinhá da Costa e Silva Pacheco, na Praça da Alegria, que antes se chamava Praça da Força Nova. Ou da Força Velha, não sei mais. O primeiro livro que dele li, mais menino do que moço, *A Luz da Estrela Morta*, causou-me uma funda impressão. E os que vieram depois – especialmente *Cais da Sagração*, *Os Tambores de São Luís*, *A Noite sobre Alcântara* e *Largo do Desterro* – fazem parte do melhor da história de minhas leituras. São esses quatro romances grandes livros, densos, vividos, humanos. *Os Tambores de São Luís* é a mais bela obra de ficção sobre o regime escravista no Brasil e suas consequências, um romance tão bem ancorado na realidade histórica quanto *Rei Negro*, de Coelho Neto, por trás de cujos parágrafos podemos ouvir o que lhe contaram sobre a África e o exílio os escravos africanos.

José Mindlin sucede a um romancista que era, como ele, um servidor dos livros. Também Josué Montello tinha o gosto pelos livros raros e pelos livros belos, pelos volumes em que encontrava correções do autor ou dedicatórias curiosas, e pelos originais manuscritos ou datilografados, e pelas provas tipográficas depois de revistas. Vários dos seus achados hoje se encontram nas bibliotecas desta Academia – e muitos de nós recordaremos sempre a felicidade com que nos surpreendia com as doações. Outros continuam sob a guarda carinhosa de sua companheira bem-amada, a nossa Yvonne. E outros ainda foram parar, com milhares de outros volumes que passaram pelas suas mãos, nas estantes do Centro Cultural que, em São Luís, leva o seu nome.

Por suas mãos passaram, aliás, quase todos os livros de Literatura que saíram dos prelos brasileiros e portugueses no século XX. De muitas de suas leituras, deixou testemunho em incontáveis ensaios e artigos de Crítica – se não incontáveis, pelo menos difíceis de se contarem, porque era rara a semana, desde os dias da mocidade no Maranhão, em que não os estampassem, e, às vezes, mais de um, as revistas e os jornais. De outras, falou-nos, breve ou longamente, nas três mil páginas de seus *Diários*, de percurso indispensável a quem quiser conhecer não só a história cultural, mas também a história política bra-

sileira dos últimos cem anos. Embora o primeiro deles, *Diário da Manhã*, só comece em junho de 1952, em muitas de suas páginas as observações sobre o presente vão buscar origem, semelhanças, comparações e contrastes no passado, quando este não é o principal tema da anotação diária. Nos *Diários*, estão as memórias de Josué Montello e as memórias de nosso tempo.

José Mindlin,

Essa Cadeira 29 bem o merece. Nela, sentou-se, durante cinquenta anos, quem, para nós, chegou a personificar a Academia. Amou-a sempre, desde antes de nela ingressar, e a serviu e protegeu, convicto da importância das instituições, sobretudo num país com um estranho desapego ao passado. Que um homem do livro suceda a outro homem do livro. Que um grande leitor chegue depois de outro grande leitor. A mão de um sustenta a mão do outro a tirar um volume da estante. São tão diferentes entre si, na altura, na compleição, nos gestos, no andar, na fala e na maneira de sorrir, e, no entanto, um quase se superpõe ao outro, e com ele se confunde, no devotamento à Cultura, no amor às criações do espírito e, sobretudo, ao que a alma do homem põe no papel.

Muitos nos procuram; por uns poucos esperamos. E, quando um desses chega, como é, José Mindlin, o seu caso, acende-se ainda mais a festa. Peço a mim mesmo que fale mais baixo, para que possamos melhor ouvir os tambores e os taróis, os metais e as madeiras, e, finalmente, claro, vibrante, dourado, o ressoar dos pratos. Estamos felizes demais para as palavras. E a nossa alegria chega ao pé de mim e manda que me cale.

Discurso do
SR. CELSO LAFER

e

Resposta do
SR. ALBERTO VENANCIO FILHO

Sessão solene extraordinária
1.º de dezembro de 2006

I
DISCURSO DO SR. CELSO LAFER

- I -

O conhecimento está ao nosso alcance. O reconhecimento não. É algo a que podemos aspirar mas que não nos cabe reivindicar. É um dom, um prêmio que nos é conferido pelos outros na pluralidade da condição humana. Assim se manifestou Hannah Arendt em 1969 ao receber a Medalha Emerson-Thoreau da Academia Americana de Artes e Ciências, discorrendo tanto sobre a distinção que lhe era conferida quanto sobre o significado da sua integração nos quadros de uma instituição cultural de reconhecida importância pela qual tinha o maior respeito. Acrescentou que, se era bom ser reconhecida ainda melhor era ser bem-vinda, pois a escolha, somada ao reconhecimento, representava um galardão especial que estava recebendo de ilustres pares do mundo das artes e das ciências.

Recorro à sabedoria da lição de Hannah Arendt, que tanto inspirou o meu percurso, para agradecer aos acadêmicos, agora, para minha satisfação, confrades da Academia Brasileira de Letras, a generosidade ímpar com a qual, com tanta simpatia, acolheram-me para suceder a Miguel Reale na cadeira I4. Permito-me agradecer a todos na pessoa do Acadêmico Alberto Venancio Filho — querido amigo, parceiro de pesquisas e de compartilhados interesses intelectuais, cujo discurso de recepção estará permeado pela largueza da boa-vontade de quem, no correr dos anos, afetuosamente estimulou a possibilidade do meu ingresso na Casa de Machado de Assis.

“*Sedis animi est in memoria*” – a sede da alma está na memória – é uma afirmação de Santo Agostinho. Desta afirmação, vou valer-me como orientação na procura que ora enceto da memória e, por isso mesmo, do espírito da Cadeira I4 que estou assumindo.

- II -

Franklin Távora é o patrono da Cadeira I4. Devo o meu primeiro contato com o significado da sua obra à leitura, em 1959, de *Formação da Literatura Brasileira* de Antonio Candido. Neste livro, marco da cultura nacional, Antonio Candido realça a importância do projeto estético proposto no prefácio de *O Cabelo* publicado em 1876, de um romance de feição original, no qual o senso da terra, que condiciona estreitamente a vida do Nordeste e o conhecimento da História da região e do seu papel na vida brasileira, seriam os grandes e poderosos estímulos da criação literária.

Octavio Paz, refletindo sobre as nossas literaturas na América Espanhola e Portuguesa, qualificou-as de literaturas de fundação. São uma resposta dos americanos à concepção utópica europeia de um mundo novo instigado pelo concreto da realidade. Representam a procura de uma tradição que, no seu processo criativo, a inventa, resgatando e inovando uma realidade.

Antonio Candido – de quem tive o privilégio de ser aluno de Teoria Literária na USP e cuja amizade reputo “um dos bens da minha vida” para valer-me das palavras de Fernando de Azevedo, um dos meus ilustres antecessores na Cadeira I4 – aponta que o projeto de tradição proposto por Franklin Távora é uma faceta da formação da literatura brasileira que se revelou fecunda no tempo. Desdobrou-se na alta qualidade do romance do Nordeste do século XX e integrou-se na tradição cultural desta Casa que acolheu entre seus membros, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e incorporou este ano Graciliano Ramos, por via da transcrição cinematográfica de Nelson Pereira dos Santos.

Franklin Távora é um dos muitos epígonos da Escola do Recife – do “bando de ideias novas” que agitou o país no dizer de Sílvio Romero e que emanou da sua Faculdade de Direito. Representou, na vida brasileira, um renovador movimento intelectual, vigoroso e crítico, com identidade própria,

que perdurou além da geração de seus iniciadores. A este movimento, Miguel Reale dedicou numerosos e significativos estudos com especial atenção para a obra de Tobias Barreto, na qual identificou as origens do culturalismo no Brasil.

Clóvis Beviláqua, o acadêmico-fundador da Cadeira I4, é um dos eminentes filhos da Escola do Recife, e foram as afinidades da Escola e da mentalidade que o levaram a escolher o patrono da Cadeira. Os caminhos do acadêmico-fundador no horizonte aberto pela Escola do Recife foram, no entanto, distintos dos do patrono da Cadeira. No seu livro *Juristas Philosophos* de 1897, diz Clóvis que Tobias Barreto, ao perfilhar a orientação de Jhering, influenciou “na mentalidade brasileira precipuamente como transformador da concepção do direito”.

Como é sabido, um dos extraordinários feitos de Clóvis foi a transformação do Direito brasileiro por meio do Código Civil de 1916. Este, como aponta San Tiago Dantas, resultou da “acumulação de forças” proveniente de uma unidade de concepção e de interpretação do mundo derivadas da mentalidade da Escola do Recife, com a precisão dogmática que a doutrina jurídica de Jhering, esposada por Clóvis na esteira de Tobias, conferiu ao evolucionismo. Sustentou-se no conhecimento que Clóvis tinha do direito brasileiro, com o lastro adicional da sua condição de estudioso de legislação comparada, atento ao trabalho histórico que engendrou as instituições do direito privado e permite aperfeiçoá-las pela codificação.

Devo o meu primeiro contato com a obra de Clóvis ao meu pai, A. Jacob Lafer, que se formou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1930. Foi o meu Pai – cuja memória evoco com gratidão, saudades e admiração – quem me recomendou, quando ingressei, em 1960, na sua Faculdade, a leitura dos vários volumes dos Comentários de Clóvis ao Código Civil e da *Teoria Geral do Direito Civil*. Li e anotei, com proveito duradouro, nos exemplares paternos, estas e outras obras de Clóvis, que possuem a destilada sabedoria dos jurisconsultos da sua geração que meu pai, com toda razão, apreciava, e aos quais recorria quando pensava os problemas jurídicos, para encontrar caminhos e soluções, como era do seu feitio de advogado e empreendedor.

Clóvis foi professor, e a Cadeira I4, no correr das sucessões, acabou sendo uma cadeira de professores. Professores foram Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, Miguel Reale, numa tradição à qual muito me honra dar continuidade. Clóvis, no entanto, era mais que um indivíduo-professor. Era um símbolo de aspirações coletivas pelo exemplo de trabalho, tenacidade, modés-

tia, elegância mental, despreocupação personalista, amor à ciência – atributos da sua autoridade de doutrinador no mundo jurídico brasileiro, realçados pelo Prof. Spencer Vampré em 1937, quando da solenidade de entrega a Clóvis do título de professor-honorário da Faculdade de Direito da USP. Esta condição de professor honorário me vincula, juntamente com o meu antecessor Miguel Reale, ao Acadêmico-Fundador da Cadeira I4, como também nos aproxima a dedicação de Clóvis à Filosofia, matéria da qual foi professor na Faculdade do Recife.

O Direito Civil e a sua codificação, pelo vínculo entre o Código de 1916, que se deve a Clóvis, e o de 2002, supervisionado na sua longa elaboração por Miguel Reale, é outro traço de união entre os que ocuparam a Cadeira I4, que cabe recordar.

Clóvis, na amplitude da sua obra, além de civilista, filósofo do Direito e estudioso da cultura e da literatura brasileira, foi também um internacionalista. Neste campo, atuou não só na condição de doutrinador mas igualmente de formulador da prática brasileira do Direito das Gentes, pois o Barão do Rio Branco, seu confrade nesta Casa, com o discernimento que o caracterizava, convidou-o para ser o Consultor Jurídico do Itamaraty. Clóvis exerceu esta função de 1906 a 1934, lidando com sucessivos Ministros, cada qual com suas características próprias. Como antigo titular da pasta, bem avalio o privilégio representado pelo respaldo jurídico dado por ele a tantas gestões. Como estudioso do Direito Internacional, encontrei, nos seus pareceres e nas soluções que encaminhou, diretrizes de condução diplomática com as quais me identifico na linha posteriormente propugnada em *O problema da Guerra e as Vias da Paz* e *A Era dos Direitos* por Norberto Bobbio – o grande pensador italiano que soube associar a Teoria Jurídica à Teoria Política, e é uma referência constante do meu percurso.

Destaco a condenação da guerra e a defesa da paz pelo Direito e pela promoção de uma cultura de paz, argumentos por meio dos quais Clóvis, em pareceres de 1932 e 1934, sustentou a aceitação, pelo Brasil, do tratado antibélico proposto pela Argentina e a adesão do nosso país ao Pacto Briand-Kellog voltado para a proscrição da guerra. Não posso deixar de mencionar, como defensor da plataforma emancipatória representada pela afirmação de uma era de direitos humanos e sua vinculação à democracia e à paz, a admirável visão que Clóvis manifestou em parecer de 1932, época de xenofobia e racismo crescentes como a nossa. Cito:

O arbítrio dado ao Governo, para limitar ou suspender a entrada, no território nacional, de indivíduos pertencentes a determinadas raças, ou origens, não conquista a minha adesão.

Não me parece fundada em bons motivos morais e científicos a classificação das raças em superiores e inferiores; e deixar à fantasia de dominadores de ocasião o direito de selecionar, depreciativamente, os grupos étnicos não se harmoniza, creio eu, com a boa política, segundo a definiu José Bonifácio.

Carneiro Leão foi o sucessor de Clóvis e, como seu antecessor e como o Patrono da Cadeira I4, não só se formou na Faculdade de Direito do Recife como também se viu impregnado pela mentalidade suscitada pelo “bando de ideias novas”. No percurso de Carneiro Leão, a vertente que o norteou foi o interesse pela sociologia, na qual deixou pioneira obra de relevo – um desdobramento do seu magistério na então denominada Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi, também, um destacado educador, voltado para a prática e não apenas para os problemas teóricos do ensino, pois atuou como um reformador, cabendo lembrar seu papel como Diretor-Geral de Instrução Pública no Rio de Janeiro – o então Distrito Federal – de 1922 a 1926, cargo no qual teve Fernando de Azevedo como sucessor. É autor, no campo dos estudos literários, de um livro importante e laboriosamente pesquisado sobre a recepção de Victor Hugo no Brasil.

Carneiro Leão foi sucedido, na Cadeira I4, por Fernando de Azevedo, um defensor da aproximação entre os homens de letras e os educadores como disse, ao receber em 1945, o prêmio Machado de Assis desta Casa, com a autoridade de quem associava a condição de educador à de escritor de estilo ciceroniano e gosto pelos clássicos. Sociólogo e humanista de larga visada e notável atuação, Fernando de Azevedo foi um dos fundadores da USP – a minha “*alma mater*” e uma das suas mais expressivas personalidades. Daí também um vínculo de Fernando de Azevedo com Miguel Reale que foi, com destacada liderança intelectual e vigoroso descortínio administrativo, por duas vezes Reitor da USP.

O meu primeiro contato com a relevância de Fernando de Azevedo, como ocorreu no caso de Clóvis, deu-se no âmbito familiar. Minha mãe, Betty – cuja memória evoco com saudades pois foi, nos 97 anos da sua existência, um apoio constante e uma inspiração permanente –, cursou a Escola Normal, trabalhou como professora primária e exerceu funções nas delegacias de ensi-

no de Araraquara e Campinas na década de 1930. Na década de 30, implantou-se em nosso país uma nova mentalidade em matéria de educação. Fernando de Azevedo foi, pela sua reflexão e ação, uma das grandes lideranças deste processo de renovação e minha mãe, no seu empenho pedagógico e nas suas subseqüentes atividades na promoção do bem estar social na cidade de São Paulo, foi marcada pelas propostas do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, por ele redigido.

Fernando de Azevedo, como educador, tinha o domínio técnico da administração da organização educacional e um atualizado conhecimento dos métodos pedagógicos adequados à instrução moderna. Não se considerava, no entanto, um técnico da educação, mas sim um político da educação, como disse em carta de 1936 a seu fraternal amigo, Francisco Venancio – pai do nosso Confrade Alberto Venancio. Com efeito, os meios técnicos, em Fernando de Azevedo, estavam a serviço de uma política de educação. Esta, muito bem estudada nos seus sucessos e dilemas por Maria Luiza Penna em livro de 1987, era a expressão de um projeto de reconstrução nacional, voltado para a transformação do Brasil pela escola para todos, como caminho para a necessária e efetiva democratização do nosso país. Daí a importância que atribuiu ao ensino primário, secundário e técnico para o povo, como via para lidar com a injustiça e as desigualdades da sociedade brasileira.

Esta visão, de tanta atualidade, da educação como política pública republicana, pode ser considerada expressão de um “socialista-liberal”, na linha de Carlo Rosselli e Bobbio, segundo Antonio Candido, que foi dedicado amigo e assistente de Fernando de Azevedo na Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

A profundidade desta visão caracteriza um acabado pensador. Era o desdobramento de quem, em *Sociologia Educacional*, estudou com originalidade na esteira de Durkheim, os fatos educacionais como fatos sociais. E possuía o lastro de quem, em *A Cultura Brasileira*, depois de tratar dos fatores da cultura e dela própria – inclusive a científica e a artística –, concluiu sua abrangente e erudita síntese da vida social e espiritual do nosso país pelo estudo da transmissão da cultura, ou seja, pela educação. Observa Antonio Candido, em artigo de 1994, a dimensão inovadora desta terceira parte do livro de Fernando de Azevedo, na qual a educação é tratada como força explicativa da trajetória histórica do Brasil.

Nesta evocação do percurso deste meu eminente antecessor na Cadeira I4, há um dado adicional de proximidade que vai além do vínculo uspiano de respeito por um dos fundadores da minha Universidade e da afinidade social-democrática com a sua política de educação. Conheci pessoalmente Fernando de Azevedo, pois participei das atividades do Centro Cultural Brasil-Israel de São Paulo por ele presidido até o fim da sua vida. Muitas vezes fui a reuniões na sua casa na Rua Bragança, 55. Era do seu feitio combinar as relações de trabalho com as de afeto, e promovia, assim, na sua casa, o encontro dos amigos, membros do grupo-diretivo do Centro, entre os quais figuravam Sergio Buarque de Holanda, Paulo Mendes de Almeida, Luiz Martins, Alberto da Rocha Barros, Antonio Candido, Moisés Gicovate, Moisés Cutin e os seus dois colaboradores, animadores do Centro, Romeu Mindlin e José Nemirovsky. Para o jovem que eu era, participar do descontraído clima das conversas, foi uma experiência da qual guardo saudades. Lembro, neste contexto, que secretariei, com o maior proveito intelectual, a Comissão Julgadora presidida por Fernando de Azevedo e integrada por Sergio Buarque de Holanda e Antonio Candido que conferiu, em 1964, o prêmio do Centro à melhor obra sobre assuntos históricos publicados no quadriênio 1960–1963. O vencedor foi Herman Lima, pela sua monumental *História da Caricatura no Brasil*.

- III -

Lauro Müller, que chefiou o Itamaraty de 1912 a 1917, referindo-se ao Barão do Rio Branco, seu antecessor imediato que falecera, afirmou, ao empossar-se, que o sucedia mas não o substituía, pois Rio Branco, pela magnitude de sua obra e de sua ação, era insubstituível. Lauro Müller reiterou esta avaliação ao suceder a Rio Branco nesta Casa, como titular da Cadeira 34.

Esta ponderação me ocorre ao iniciar o elogio e pensar sobre o legado do meu antecessor, o querido Prof. Miguel Reale. Faço-a com o afetuoso e devotado conhecimento do alcance intelectual da trajetória de um grande Mestre. Conheci-o desde menino, pois os meus pais, nos anos 40 e início dos 50, foram vizinhos, na então mais pacata Av. 9 de Julho, da família Reale, com a qual sempre tiveram uma boa relação de amizade. Dele, fui aluno nos anos 60, assistente na docência universitária nos anos 70, colaborador nas suas

meritórias atividades de presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, amigo de Ebe, Livia Maria, Miguel, seus filhos, apreciador das qualidades de D. Nuce – “valor invariante” do seu percurso, – frequentador da sua casa e da sua admirável biblioteca. Ademais, em 1988, passei a ser, com o seu confiante endosso, o responsável pela continuidade das suas funções de magistério como titular de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da USP. Como é notório, este foi um campo do conhecimento que Miguel Reale, com insubstituível ressonância nacional e internacional, renovou mediante a sua teoria tri-dimensional do Direito que lida com a complexidade da experiência jurídica, integrando, por meio de uma dialética de mútua implicação e complementaridade, Fato, Valor e Norma.

Emerson, ao discutir os que caracteriza como *Representative Men*, diz que são definidores e construtores de mapas das latitudes e longitudes da nossa condição. Miguel Reale se enquadra nesta definição, pois a sua múltipla obra de pensador desvendou novas latitudes e longitudes do conhecimento.

Alceu Amoroso Lima, uma das figuras tutelares da nossa Academia, tratando do território do pensamento, que dominava com plenitude, escreveu em 1980 que no Brasil “nenhuma figura até hoje conseguiu manter uma linha de unidade e variedade globais tão nítida, tão coerente, tão original e tão profunda como a de Miguel Reale”.

Meu querido e fraternal amigo José Guilherme Merquior, a mais completa figura intelectual da minha geração – que honrou a nossa Academia com o seu fulgurante talento –, escreveu, pouco antes do seu prematuro falecimento, um admirável estudo situando orteguianamente a obra de Reale. Nele, afirma, com a amplitude da erudição que o singularizava, que Miguel Reale é “um dos poucos filósofos latino-americanos capazes de se imporem à consideração ocidental”.

A obra de Miguel Reale tem como lastro que a permeia a coragem intelectual de uma poderosa inteligência, aparelhada por um grande saber, que sustentou com vivo interesse pelo mundo da cultura e da vida, e sem ingenuidade, a capacidade sintetizadora-nomotética da Razão, apta a integrar, sem reducionismos simplificadores, a multiplicidade da experiência. Esta postura é o que revela o seu poema, significativamente intitulado *Confissão*: “Nunca fui homem de uma nota só/embrenhado num único problema – amo a integralidade dos assuntos/o horizonte tomado em conjunto”. Foi esta também a sua

mensagem de educador e, por isso, como esclarecido Reitor da USP, inscreveu ao pé da torre da praça central do campus uma frase síntese, de reminiscência pascaliana, do compartilhado significado interdisciplinar da vida universitária: “No universo da cultura o centro está em toda parte”.

A aspiração da abrangência de Miguel Reale e as suas formulações iniciais foram buriladas por uma concepção da natureza crítica da Filosofia, por ele concebida e praticada como questionamento e indagação sempre renovados de pressupostos. É por este motivo que, no seu percurso, o seu pensamento foi se atualizando e beneficiou-se do contínuo aprofundamento da reflexão. Daí, no trato dos seus temas recorrentes e na vocação de abrangência, um pertinente pluralismo cognoscitivo sempre apoiado em conceitos integrativos, como apontou Alceu Amoroso Lima.

Uma ilustração das mais esclarecedoras do que Miguel Reale entendia como paradigma “do horizonte tomado em conjunto” é a sua devoção a Dante Alighieri, explicitada no ensaio “O meu Dante”. “Dante, para Miguel Reale, foi o mentor, o modelo, o verdadeiro poeta-filósofo insuperável”, como apontou nosso confrade Evaristo de Moraes Filho – este admirável “*scholar*” que iluminou com percuciência e erudição todos os muitos assuntos sobre os quais se debruçou e que conhecia e escreveu tão bem sobre o meu antecessor, de quem foi amigo e parceiro de atividades intelectuais.

Não é difícil compreender o porquê da devoção de Miguel Reale a Dante: no grande poeta-pensador, encontrou a profunda ressonância das afinidades. Com efeito, a obra de Dante está permeada pelo integrativo “*argumentum unitatis*”. É precursora de um humanismo jurídico, pela inovação que trouxe ao pensamento político medieval com a noção de “*humana civilitas*”. É também inauguralmente reveladora do poder de nomear poético da língua italiana, e o seu uso criativo fez de Dante um dos maiores poetas da humanidade. A isso cabe agregar que a *Divina Comédia* é, segundo Auerbach, um marco na representação da ideia de que o destino individual não é sem sentido. É signifiicante e figurativo, pois todo o contexto do mundo nele é revelado. Dante também não se isolou numa torre de marfim. Foi em Florença um ator político de primeira plana, que viveu os sucessos e amargou os dissabores do infortúnio político.

“... quem não sabe a arte, não na estima” diz em *Os Lusíadas*, (V, 97) Camões, que evoco neste momento pois, na sua experiência de leitor de Dante, Miguel Reale descortinou, desde jovem, como aluno do secundário no Colégio Dante Alighieri em São Paulo – onde também estudei – a abertura para a convivência lírica, a compreensão filosófico-poética e a meditação filosófico-política. Como apreciador da poesia das ideias admirava o engenho e a arte com a qual Dante transformou os temas filosófico-teológicos em criação poética e transpôs muitos dos motivos da escolástica para o plano da “*Lebenswelt*” – o mundo da vida de que falava Husserl. Chamava a atenção para o modo como Dante deu um novo sentido, de caráter axiológico, à problemática do Ser. Via, na obra de Dante, neste sentido, algo que falava muito diretamente a ele como pensador contemporâneo que, no dizer de Jean Wahl, que endossava, se sentia mais um cavaleiro do Valor do que um servidor do Ser.

Da leitura de Dante, Miguel Reale colheu duas lições permanentes. A primeira é a do entendimento da Filosofia como “*uno amoroso uso di sapienza*”, identificando, na correlação “*amoroso*” e “*studio*”, apontada no *Convívio*, uma feição do que une a teoria e a prática, ou seja, a sabedoria mais o propósito de torná-la real, explicativa do seu contínuo intento de “teorizar a vida e de viver a teoria na unidade indissolúvel do pensamento e da ação”.

A segunda é o alcance e a atualidade da visão de Dante sobre o bem do Estado e o fim do Direito, que o levou a definir o Direito no *De Monarchia* como uma proporção real e pessoal de homem a homem que, conservada, conserva a sociedade; corrompida, corrompe-a. Esta proporção – expressão de medida “*inter homines*” e não entre homens e coisas – é, como diz Miguel Reale, de pertinente modernidade, pelo profundo sentido social que revela; pela composição que propõe entre os valores da pessoa com os da comunidade na qual se insere e pela compreensão do Direito como instrumento de vida e da intersubjetividade da convivência humana.

O tempo histórico de Dante teve como indicação da “prevalência de sentido” cultural maior aproximação entre as palavras e as coisas. Por isso, a sua linguagem de grande e criativo poeta-pensador retém o poder de nomear a realidade como totalidade.

Não é esta a experiência da modernidade na apreensão da “grande máquina do Mundo” de que fala Camões, pois o século XX percebeu, para lembrar Drummond, como hermética “essa total explicação da vida”.

Neste sentido, Octavio Paz, que foi um grande poeta-pensador, observa que a “*quête*” do poeta contemporâneo é a de tentar, por meio dos signos em rotação, redescobrir a figura do mundo na dispersão dos fragmentos, procurando um significado para as estruturas que perderam seu centro na “*Waste Land*” do mundo contemporâneo.

Faço este registro observando que Miguel Reale tinha especial apreço pela linhagem dos poetas-pensadores do século XX e lembrando que, para ele, o “ato poético é um ato de rebeldia, de não conformidade com o que é predeterminado”. Neste contexto, diria que o percurso do seu pensamento é metaforicamente um ato de rebeldia em relação ao “predeterminado” da dispersão dos fragmentos que caracteriza a experiência do século XX. Rebeldia que se traduziu num embate intelectual com a incongruência por meio da busca de uma racionalidade concreta, ordenadora do pluralismo centrífugo das tendências.

Fernando Pessoa era um poeta que Miguel Reale apreciava. Citou no seu ensaio sobre José Guilherme Merquior e gostava de evocar, nas suas aulas, como posso testemunhar, o que considerava uma grande intuição de verdade contida nos versos de Álvaro de Campos – o heterônimo da angústia moderna que acompanhou Fernando Pessoa até os últimos meses de sua vida:

... no desenvolvimento da metafísica
De Kant a Hegel
Alguma coisa se perdeu

Este algo que se perdeu foi o que Miguel Reale, no seu percurso, se empenhou em procurar. O seu ponto de partida permanente e recorrente foi Kant e a lição do criticismo, voltada para as condições e possibilidades do conhecimento. Kant, diz ele, “é um depósito de soluções e a todo instante podemos volver a ele para descobrir coisas novas”. Daí o seu interesse especial, que se insere no âmbito da sua permanente preocupação com a história das ideias no Brasil, com a recepção da obra de Kant em nosso país. Como mostrou nas suas pesquisas, esta remonta a Martim Francisco de Andrada, desdobra-se nos cadernos do Pe. Feijó e transita pela presença de Krause na Faculdade de Direito de São Paulo, no século XIX.

Hegel parte de Kant, porque reconhece o poder nomotético do Espírito, capaz de integrar em nova unidade significativa os elementos disper-

sos da experiência. Dele, discorda ao rejeitar a dicotomia kantiana entre o pensar e o conhecer, pois, para Hegel, os conceitos do conhecimento e as ideias do pensamento não estão separados. Realizam-se dialeticamente no universal concreto. A identificação hegeliana entre o real e o racional no processo histórico é uma admirável construção, mas, para Reale, nela algo muito relevante se vê sacrificado: o valor do particular, a singularidade empírica do concreto. Em poucas palavras, a identidade do real e do racional, do ser e do dever-ser no monismo hegeliano, diz Reale em *Experiência e Cultura* parodiando Vico, dissolve e não converte o “*factum*” no “*verum*”. Alcançar o “*verum*”, por meio da capacidade nomotética da Razão, sem perder a especificidade do “*factum*” no horizonte de uma compreensão “plural do processo histórico”, é o que Miguel Reale procurou, nisto que se perdeu entre Kant e Hegel. Esta é a proposta do seu historicismo-axiológico.

Na sua empreitada intelectual de largo fôlego, Reale valeu-se de Husserl e do conceito da intencionalidade da consciência que leva à ideia do objeto para lidar com o processo do conhecimento. Postulou uma dialética de mútua implicação e polaridade, propiciadora de sínteses abertas na análise da História e das situações. Trabalhou com originalidade a dimensão epistemológica e existencial da experiência e propôs, com inspiração kantiana, uma discussão criativa do conceito de conjectura.

Instigado por Scheler e Hartmann, elaborou uma teoria própria dos valores, como bens culturais que são “intencionalidades objetivadas” dialeticamente no processo histórico. Constituem, deste modo, apropriados objetos do conhecimento. Para Reale, os valores são realizáveis, porque se referem à realidade, que é o seu suporte, mas ao mesmo tempo a ela não se reduzem. Têm um significado vetorial, que se projeta para o futuro, para o dever-ser da sua inexauribilidade. Reale transita, assim, do problema do conhecimento para o da conduta, a partir de uma perspectiva culturalista, que é pluralista, mas não é relativista. Tem como critério ontológico ordenador o valor-fonte da pessoa humana, cujo ser é o seu dever-ser.

Esta exposição muito concisa das linhas mestras da meditação de Reale tem apenas o objetivo de confirmar a avaliação, que endosso plenamente, na esteira de Alceu Amoroso Lima e José Guilherme Merquior e de tantos outros, que a sua obra tem o significativo *plus* da originalidade. É o amadurecido e refletido fruto de uma criativa tomada de posição perante o pensamento

alheio que não é — como tantas vezes ocorre — apenas um aperfeiçoamento hermenêutico.

“Sê plural como o universo” é a incitação de um dos aforismos de Fernando Pessoa. Miguel Reale seguiu à risca esta máxima. Daí a abrangência da sua ação e da sua obra. Esta, além da reflexão filosófica na qual me detive, cobre, como é sabido, vários campos. Entre eles, a Filosofia do Direito, na sua especificidade própria; o Direito, em todos os seus quadrantes; a Teoria Política; a História das Ideias; a História do Pensamento Brasileiro; a Memorialística; a Poesia.

Esta abertura em relação à diversidade dos interesses no campo do conhecimento teve uma congruente e meritória dimensão no campo da conduta intelectual e docente de Miguel Reale que cabe realçar, pois esteve presente mesmo nos momentos difíceis do autoritarismo militar em nosso país. Relembro, neste sentido, o clima aberto e de opções livres, inclusive em matéria política, que caracterizou a sua atuação na cátedra da qual um desdobramento extrauniversitário foi o pluralismo e o empenho de abrangência nacional que o norteou na criação e na liderança do Instituto Brasileiro de Filosofia. No âmbito desta postura não dogmática, evocada por Tércio Sampaio Ferraz Jr. — meu amigo de toda vida e parceiro de reflexão e docência na Faculdade de Direito da USP —, tratei, em recorrente diálogo com Miguel Reale, da sua obra, examinando com liberdade os assuntos nela versados, que estavam vinculados às minhas preocupações voltadas para a confluência do jurídico e do político.

No seu pensamento, encontrei instigações e caminhos para lidar com temas como Direito e Poder, Justiça e Legitimidade, Direitos Humanos, hermenêutica de princípios. Miguel Reale, com efeito, com seu magistério alargou as latitudes e longitudes do mapa do conhecimento jurídico. Foi o que procurei mostrar em texto recente publicado logo após o seu falecimento e redigido com o senso da responsabilidade de ser seu sucessor na cátedra de Filosofia do Direito.

Não é o caso de reiterar estas análises, mas cabe mencioná-las neste momento, dada a relação entre os juristas e a Academia, entre as letras jurídicas e as letras propriamente ditas que foi examinada, com tanta pertinência e acuidade pelo nosso Confrade Alberto Venancio Filho, com o lastro do conhecimento de quem propôs uma interpretação do Brasil, tendo como base a história do ensino jurídico em nosso país.

O que me parece pertinente sublinhar no desdobramento deste discurso de posse na Cadeira I4 é outra vertente da obra do meu antecessor: o expressivo vínculo que tem com os objetivos da Academia: a defesa da língua e o empenhado interesse na literatura brasileira e na cultura nacional.

A defesa da língua é, para Reale, um imperativo filosófico. Resulta da sua convicção de que o idioma é o solo da cultura e que a nossa língua portuguesa, com as suas peculiaridades e potencial, é, nas suas palavras, “uma condicionante do nosso ser pessoal e do nosso ser filosofante, da nossa própria capacidade de pensar e de filosofar”. Daí também sua ativa participação nas atividades do Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro, pois entendia que o diálogo com os colegas portugueses era um caminho para alargar os horizontes e vivificar a reflexão filosófica em nossa língua comum. Nesta empreitada, teve como grande parceiro Antonio Braz Teixeira, o titular da Cadeira 4 do quadro dos nossos sócios-correspondentes.

O empenhado interesse na literatura brasileira e na cultura nacional, em Miguel Reale, é um desdobramento do seu culturalismo filosófico. Este, como verifiquei em 1964 assistindo, a seu convite, como ouvinte de graduação, às suas aulas de pós-graduação, tem um dos seus pontos de partida em Vico. Para Reale, Vico entreabriu à nossa cogitação elementos para o entendimento do mundo feito pelo homem, que não é redutível ao mundo da natureza.

O mundo da cultura – que Vico descobriu como campo próprio do conhecimento – é, para Reale, tudo aquilo que a humanidade vem constituindo através da história no plano da religião, das ciências, das artes, das técnicas bem como do que ela realizou e continua realizando no mundo da vida em comum – a *Lebenswelt*. Neste sentido, é que discute a dimensão epistemológica de um “*a priori* cultural”.

Cultura brasileira é, para ele, mais especificamente, o conjunto de conhecimentos e valorações convertidos em patrimônio intelectual da gente brasileira. Ela é fruto de vivência e convivência expressa na nossa língua, na qual se imbricam as formas de vida e as expressões da cultura. Ela enseja a autoconsciência da especificidade no diálogo com outras culturas, que dão margem a distintas formas de criação literária e estilos de pensamento. Ela abre espaço para a “atitude de filosofar” e para uma preocupação não apenas com os focos irradiadores das influências recebidas, mas com o que condicionou determinada receptividade. Daí, para Reale, a importância de captar o

“sentido” das recepções filosóficas, artísticas e literárias para desvendar as raízes e o desenvolvimento da cultura brasileira. Foi por isso que se empenhou, desde a década de 1940, em pesquisar e resgatar a memória do pensamento brasileiro no qual identificou especificidades próprias. Estas especificidades têm a “originalidade da cópia” para recorrer a uma formulação de Fernando Henrique Cardoso que, a partir de outros pressupostos, discutiu *As Ideias e seu Lugar* em livro de 1980, que tem este título.

É neste contexto que, com simpatia e genuíno interesse, escreveu e refletiu, sem juízos depreciativos ou apologéticos, sobre autores brasileiros – tanto os que cuidaram especificamente de problemas de filosofia como Farias Brito, quanto os que, na condição de escritores de visada ampla, lidaram com questões filosóficas, como Oswald de Andrade e Gilberto Freyre. Nesta vertente da sua obra, tratou circunstanciadamente de inúmeros patronos e membros da nossa Academia. Entre eles, destaco: Gonçalves de Magalhães, Tobias Barreto, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Pedro Lessa, Pontes de Miranda, Cândido Motta Filho, Menotti del Picchia, Fernando de Azevedo, Paulo Carneiro, José Guilherme Merquior.

Miguel Reale tinha o gosto da convivência acadêmica, pois estava imbuído do seu significado cultural concreto. Por isso, frequentava as sessões e dialogava amplamente com os temas dos confrades do passado e do presente. Um exemplo, diria, paradigmático, desta postura, é o seu estudo sobre Machado de Assis, a começar pela dedicatória impressa no livro: “Aos caros confrades da Academia Brasileira e Paulista de Letras”. A esta última, também pertenceu. Nela, foi sucedido pelo meu querido amigo, Miguel Reale Jr., companheiro de docência na Faculdade de Direito da USP, parceiro em embates jurídicos como o do enquadramento do antissemitismo no crime da prática do racismo pelo Supremo Tribunal Federal no caso Ellwanger e com o qual, no correr da vida, compartilhei atividades políticas na esteira de associações no espaço público da palavra e da ação com Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

A dedicatória aos confrades tem o significado que provém de um fato cultural de maior envergadura: Machado de Assis é o nosso clássico. Alcançou o patamar da permanência pois, simultaneamente, é um sutil e autêntico intérprete do seu tempo; instiga constantes e distintas interpretações da sua obra, no Brasil e no mundo, e é lido de geração em geração, porque na criativa poli-

valência do seu texto literário cada época e seus distintos públicos nele encontram a fruição das suas necessidades de expressão.

É por isso que o nosso fundador e primeiro Presidente vem fascinando os membros desta Casa. Do Conselheiro Lafayette e Alfredo Pujol até os trabalhos publicados neste ano por Sergio Rouanet e Alfredo Bosi, é múltiplo e recorrente o impulso de escrever sobre Machado de Assis.

A faceta com a qual se preocupou Reale no seu livro de 1982 foi “mostrar o que a inquietação filosófica representou na obra literária de Machado de Assis, influenciando no fundo e na forma”, ciente de que “Filosofia e Arte são irmãs gêmeas, mas falam línguas diversas” podendo-se, no entanto, esperar “que a primeira nos auxilie a compreender a segunda”.

O livro de Reale é o de um leitor que com desvelo frequentou toda a obra de Machado, como indica a antologia filosófica por ele preparada, que integra o seu livro. É o de um pensador aberto que, como era do seu feitio, dialogou com os trabalhos dos que o antecederam no trato do tema, como Afrânio Coutinho, Barreto Filho, Augusto Meyer, Sergio Buarque de Holanda, Eugênio Gomes, Raymundo Faoro. É mais especificamente o do estudioso que, com a segurança da sua “robusta organização de filósofo” – para usar palavras de José Guilherme Merquior –, mostrou o sentido que teve na obra de Machado o influxo de suas múltiplas leituras de cunho filosófico. Este sentido está contido na sua obra – e é um componente do porque Machado é um clássico da literatura brasileira –, mas vai além disso, pois, como conclui com acuidade Miguel Reale, é ao bruxo do Cosme Velho que efetivamente se deve “o fermento crítico injetado no cerne da nossa cultura”.

Unir pensamento e ação, instigado por um fermento crítico, foi o intento permanente do meu antecessor, que se casava com a sua maneira de ser. Por isso, devo, ainda, neste discurso, apontar duas características relevantes do seu percurso, que disso são uma expressão.

A primeira é a recorrente contribuição que, como jurista, deu à elaboração de normas no Direito brasileiro. A mais notável destas contribuições foi a que resultou do seu papel como Supervisor da Comissão Elaboradora e Revisora do Anteprojeto do Código Civil. A esta tarefa, que foi uma empreitada que reuniu vários eminentes juristas, Miguel Reale, liderando-a, dedicou-se durante décadas. Ela chegou a bom termo com a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – a lei do novo Código Civil, que ele qualificava como a

“constituição do homem comum”. Não cabe, neste momento, uma discussão deste importantíssimo diploma legal, mas cabe dizer, nesta Casa, que assim como o Código Civil de 1916 está impregnado, como aponte, da visão de Clóvis Beviláqua, o Acadêmico-Fundador da Cadeira I4, o Novo Código carrega no seu bojo a inovadora concepção de Direito do meu antecessor. Na elaboração do Novo Código, Reale buscou a proporção real e pessoal “*inter homines*” de que falava Dante e que, como observei, o marcou. Atento aos fatos sociais, procurou uma atualizada correlação do Código com a sociedade brasileira dos nossos dias. Ao mesmo tempo, ponderou o alcance da “*vis directiva*” dos valores na experiência jurídica e o seu papel propiciador da expansão não apenas lógica mas axiológica de um ordenamento legal. Daí, no Novo Código, a relevância normativa atribuída a três valores: a eticidade, a sociabilidade e a operabilidade. Isto está explicitado pela presença de cláusulas gerais de escopo mais amplo, como a da boa-fé e por meio da superação do forte caráter individualista do Código de 1916, pelo reconhecimento do imperativo da sociabilidade, no tratamento dado, por exemplo, à função social do contrato e à natureza social da posse.

A outra característica diz respeito à dimensão de Miguel Reale como filósofo militante, pois, à semelhança de Croce, Ortega, Raymond Aron, Bobbio, Alceu Amoroso Lima – com os quais tinha afinidades –, interveio no debate ético-político das várias circunstâncias históricas do seu tempo. Participou, assim, da agenda pública brasileira. Destaco, nesta linha, os artigos que nos últimos 25 anos publicou na grande imprensa brasileira, com realce para os estampados em *O Estado de S. Paulo* do qual foi colaborador até os últimos dias da sua vida. Nestes artigos, boa parte reunidos em livros, Reale, no kantiano “uso público da razão”, pensou os acontecimentos do Brasil e do mundo. Estes artigos são, para usar a sua própria formulação numa analogia com a música, variações. Representam a unidade da sua reflexão trabalhada pelo repertório de problemas induzido pelos eventos. Exerceu, assim, no pluralismo aberto do seu pensamento maduro, um magistério de reflexão de alto nível na vida brasileira contemporânea.

Registro que, no exercício deste magistério, Miguel Reale enfrentou com elevação a opacidade de um latente mas persistente “patrulhamento ideológico”. Esta desconfiança de certos círculos e circuitos intelectuais tem basicamente a sua origem no seu passado integralista. Sofreu, em função disso, a

“asfixia dos rótulos”, para valer-me do verso de Paulo Bomfim em seu poema “Prece”. O rótulo acompanhou-o injustificadamente em vista da revisão das suas posições iniciada em 1940, com a publicação da *Teoria do Estado e do Direito* e da sua tese de cátedra *Fundamentos do Direito*, que são os pontos de partida da sua obra madura. O padecimento da “asfixia dos rótulos” foi apontado por Alceu Amoroso Lima em 1980 com uma compreensão e simpatia que comoveram a Miguel Reale, como consignou nas suas memórias, que são uma esclarecedora narrativa do seu percurso.

- IV -

Franklin Távora, Clóvis, Carneiro Leão são parte integrante do grande legado da Faculdade do Recife, como são o nosso caro presidente Marcos Vilaça e o amigo e confrade Marco Maciel. Miguel Reale e eu somos herdeiros do legado de outro polo histórico de formação da mentalidade brasileira: a Faculdade de Direito de São Paulo. Nas Arcadas de São Francisco, mesclaram-se na trama e na aura da sua tradição, o direito, as letras, a filosofia e a política.

Esta polivalência animou as múltiplas vertentes de membros da Academia Brasileira de Letras desde a sua fundação. Propiciou um cineasta como Nelson Pereira dos Santos e um bibliófilo devotado às letras e à leitura como José E. Mindlin – para mencionar os que se empossaram este ano nesta Casa. Instigou esta admirável criadora que é Lygia Fagundes Telles, que vem desvendando com fôlego inspirador o mar oculto do mundo da ficção.

Esta polivalência pode ser explicada pelo substrato da nossa língua que, com os verbos ser, estar e ficar, descomprime as amarras da ontologia e permite lidar com o pluralismo da existência sem as dificuldades hermenêuticas do “*sein*” alemão ou do “*être*” francês, como apontou Vilem Flusser que integrou o Instituto Brasileiro de Filosofia e foi um pensador da relação Língua e Realidade. Do esplendor ontológico da língua portuguesa, valeu-se nosso confrade Eduardo Portella, em frase famosa, para diferenciar, política e filosoficamente, o estar ministro do ser da pessoa.

Como sói acontecer – para valer-me das virtualidades do verbo soer, poeticamente exploradas por Camões –, esta polivalência da tradição da

Faculdade de Direito de São Paulo, que tantos impregnou, também me moldou. É o que verifico ao parar para pensar no meu percurso.

A devoção às letras é constitutiva na minha vida, e sua primeira exteriorização é o meu livro *O Judeu em Gil Vicente*, publicado em 1963 com generoso prefácio de Antonio Candido e ofertado, naquela ocasião, à biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Esta devoção foi alentada pelo privilégio de ter sido, em Cornell, aluno de Octavio Paz. No trato amigo com a pessoa e a obra do grande poeta-pensador mexicano, entendi que “A forma que se ajusta ao movimento/é pele – não prisão do pensamento”. Tenho, por isso mesmo, consciência da estranha potência das palavras que Cecília Meireles evocava afirmando que “Todo o sentido da vida/principia à vossa porta”. Daí a minha admiração pelos eminentes criadores e críticos literários do passado e do presente desta Casa – partícipes todos da gesta da palavra, como diria Nélide Piñon.

A dedicação ao Direito – no âmbito do qual, na linha que vai de Grócio a Kelsen, venho associando o Direito Internacional e a Filosofia do Direito – é parte fundamental da minha vida. Integro, dessa maneira, uma dimensão desta Casa que está no espírito e na memória da Cadeira I4 que teve como ocupantes Clóvis e Miguel Reale.

No âmbito do pensamento, a Filosofia do Direito e a Filosofia Política, na sua relação de mútua complementariedade, têm sido, por excelência, os campos da minha reflexão. Os dois campos, a partir de suas próprias denominações, colocam um problema de equilíbrio na determinação do seu alcance. Com efeito, como Filosofia, tendem a ser investigação teórica. Entretanto, como Direito e Política, são uma atividade prática. É por isso que quem a elas se dedica não deve ser nem exclusivamente teórico nem exclusivamente prático, pois são áreas do conhecimento que constitutivamente postulam o nexo pensamento e ação e se beneficiam, epistemologicamente, da experiência.

A “*forma mentis*” da reflexão se liga à forma da vida. Esta é uma das razões que explicam uma dimensão do meu percurso: o do intelectual militante. Nesta linha, uma referência constante, desde o meu tempo de estudante, é o confrade Helio Jaguaribe – querido amigo, permanentemente preocupado com a responsabilidade do intelectual na vida brasileira. O seu livro de 1962, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, que li instigado por Israel Klabin – meu primo e seu companheiro de toda a vida –, me marcou, porque

colocava de forma superior uma questão que me acompanha: como promover a efetiva convergência entre democracia e desenvolvimento? Foi esta questão que inspirou, em 1970, na época dos tempos sombrios do regime autoritário, a feitura da minha tese, de doutoramento sobre o Programa de Metas e, subsequentemente, o meu empenho na redemocratização e na luta pelos direitos humanos. Na minha tese, busquei mostrar como o presidente Juscelino Kubitschek, com admirável imaginação política, tolerância liberal e inequívoca capacidade de decidir e mobilizar confiança, logrou conjugar o desenvolvimento econômico com a democracia política descortinando, para o Brasil, um horizonte de progresso e esperanças.

O uso público da razão de um “observador participante” no âmbito da agenda dos debates nacionais, não foi a única dimensão do meu percurso. Como tantos confrades desta Casa, do passado e do presente, transitei do pensamento para a ação. Neste capítulo, a referência familiar foi Horácio Lafer, também um herdeiro do legado da Faculdade de Direito de São Paulo. Dele, recebi estímulo para a vida do Espírito – pois foi um homem de inquietações filosóficas e o primeiro que, em livro de 1929, examinou, no Brasil, o significado de Dilthey, Simmel e Husserl. Por isso, integrou posteriormente o Instituto Brasileiro de Filosofia, associando-se à obra cultural de Miguel Reale. Dele, recebi igualmente o estímulo para participar da vida da *polis*. Nele, encontrei – na sua atuação parlamentar e de Ministro da Fazenda do segundo governo Vargas e das Relações Exteriores do governo de Juscelino – um exemplo de como lidar com os instigantes desafios e as duras vicissitudes da vida política.

Integrei, em 1992, um ministério de alta qualidade. Vivi, como chanceler, um grande momento da diplomacia brasileira que foi a Conferência do Rio da ONU sobre desenvolvimento e meio ambiente. Esta conferência, sediada no Brasil por prévia e oportuna iniciativa do confrade José Sarney quando Presidente da República – uma das muitas relevantes alterações do rumo que imprimiu à diplomacia brasileira –, consagrou o abrangente conceito do desenvolvimento sustentável, inserindo-o como tema global na vida internacional, conceito cuja relevância nesta era de perceptíveis mudanças climáticas e precária governança global não é necessário realçar.

Compartilhei com Marcílio Marques Moreira, Célio Borja e nossos confrades Helio Jaguaribe e Sergio Paulo Rouanet o desenho e a execução do

compromisso da governabilidade. Este compromisso, por uma ação conjunta do Ministério, logrou credibilidade pública, interna e internacional, para lidar com os desafios do dia a dia em meio a uma crise política de grandes proporções que atingiu o Presidente Collor. Deste modo, contribuímos para que o encaminhamento de uma grave situação tivesse um desfecho no quadro da legalidade democrática.

Ocupei posições de responsabilidade no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Reitero que foi um privilégio intelectual e político ter participado do governo liderado por este querido amigo desde os tempos da USP e do CEBRAP – um governo de inspiração republicana, com sentido de direção, comprometido com a institucionalização da democracia, a valorização dos direitos humanos, a agenda ambiental, a criação de uma inovadora rede de proteção social e voltado para o desafio de se valer da globalização para ampliar o poder de controle da sociedade brasileira sobre o seu próprio destino.

A experiência de Embaixador em Genebra, de 1995 a 1998, e a de Chanceler em 2001–2002 aguçaram a minha percepção de como é inerente à prática diplomática o cotidiano cotejo da nossa perspectiva brasileira sobre o mundo e o seu funcionamento, com o de outros países e sociedades. Esta aca-reação é indispensável para identificar os interesses nacionais, diferenciá-los daqueles dos demais atores que operam na vida internacional para apropriadamente traduzir necessidades internas em possibilidades externas num contexto no qual se movem tanto as forças de cooperação quanto as de conflito. Esta identificação parte de uma visão, de uma ideia, de qual é o bem comum do nosso país. Daí o meu alto apreço pelos membros desta Casa, do passado e do presente, que se dedicaram a pensar o Brasil.

Esta experiência no trato dos contextos históricos internacionais, nos quais se imbrica a história nacional, me ajudou a compreender melhor o empenho no bem comum do país, tal como se colocou em distintas conjunturas, que norteou os chanceleres que integraram esta Casa – do grande Rio Branco a Afonso Arinos, passando por Lauro Müller, Domício da Gama, Félix Pacheco, Otávio Mangabeira, José Carlos de Macedo Soares e João Neves da Fontoura.

A diplomacia brasileira e a cultura nacional têm vínculos próprios instigados pelo cotejo acima mencionado, inerente à atividade diplomática. Foram discutidos num livro organizado pelo nosso Confrade Alberto da Costa e

Silva, ele mesmo, como Sergio Paulo Rouanet expressões superiores do potencial criativo que une a palavra e a diplomacia. Na apresentação deste livro – *O Itamaraty na Cultura Brasileira* –, na qual colaboraram os confrades Alberto Venancio Filho, Affonso Arinos de Mello Franco, Antonio Carlos Secchin e Ivan Junqueira, realcei que, a despeito da variedade das personalidades e das obras discutidas, têm todas em comum o tema da identidade, projetando uma busca constante do que é o Brasil. Por isso mesmo, na dialética nacional/universal do processo da cultura, expressam o que Haroldo de Campos qualificou de movimento dialógico da diferença. Guimarães Rosa, para dar, lembrando Ana Maria Machado, o recado do nome, dizia “aprendi línguas estrangeiras apenas para enriquecer a minha própria”.

Falei em movimento dialógico da diferença. Como observou Norberto Bobbio, a política divide; a cultura une, pois a política vive do conflito, e a cultura vive do diálogo. Esta afirmação em *Il dubbio e la scelta* – um dos mais argutos livros sobre os intelectuais e o poder na sociedade contemporânea – me vem à mente ao pensar a sabedoria com a qual Machado de Assis, no seu discurso de posse na presidência desta Casa, em 1897, colocou como objetivo “conservar, no meio da federação política, a unidade literária”. No seu discurso de encerramento das atividades da Academia, em dezembro de 1897, ao tratar do programa de atividades, Machado disse que nos cabia “trabalhar pela extensão das ideias humanas”.

Este trabalho, de natureza institucional, a ser desenvolvido no pluralismo de nossas perspectivas e sensibilidades individuais, penso eu, passa por um empenho numa política de cultura, vale dizer, para continuar com a lição de Bobbio, pela dedicação e defesa das condições de existência e do desenvolvimento da cultura, como um programa de ação estrategicamente voltado para a preservação da liberdade. Isto requer uma cultura livre, não tolhida por impedimentos materiais e políticos. Exige espírito crítico, para não transformar a palavra em precária sapiência profética; empenho na veracidade, para resistir à mentira e ao engano e vocação de probidade, no rigor do método e na seriedade que deve proceder o criar, o julgar e a tomada de posição.

Expliquei experiências. Tratei de conceitos. Articulei a narrativa de percursos. Encerro com os afetos. Relembro meus pais – Betty e A. Jacob Lafer – já evocados neste discurso, que sempre afetuosamente me apoiaram e a quem devo o que sou. Penso nos que me cercam no cotidiano com amor, estímulo e

carinho: Mary, minha mulher, tradutora de Hesíodo, professora de Língua e Literatura Grega na USP, que reforça o vínculo das letras, povoando o nosso dia a dia com a presença do mundo clássico; Manuel – Manu –, meu filho, médico pediatra de dedicado espírito público, criador de música e de letras de sopro poético; Inês, minha filha, psicóloga de formação, empenhada em atividades de cunho social, voltada para a efetivação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes; Tiago, meu caçula, estudante universitário, de múltiplos interesses e fina sensibilidade, com o qual dialogo sobre o pluralismo da existência, dele ouvindo pertinentes citações de Shakespeare. Penso na minha irmã, Marina, herdeira e continuadora, como eu, do belo legado de nossos pais.

Olho para a fotografia, tirada no início do século XX na Rua XV de Novembro 10, em São Paulo, do meu bisavô Selman Lafer sentado de sobre-casaca, cercado pelos seus filhos e sua mulher, e ouço o “soluço de vida” que dele provém. Escuto, neste soluço, a narrativa de quem veio para o Brasil, da restrita e pequena comunidade judaica de Podzelwa, da Lituânia, na última década do século XIX, por iniciativa de seu sobrinho Maurício F. Klabin – o pioneiro da minha grei, que desembarcou em Santos em 1890 e abriu, com o seu talento, horizontes para toda a família. Imagino que Selman Lafer, como caixeiro-viajante e representante comercial da então modesta empresa Klabin Irmãos & Cia., não terá notado a fundação da Academia Brasileira de Letras na qual hoje o seu bisneto se empossa. Penso também nas “estórias” da minha família mais ampla – que hoje, para minha alegria, me acompanha nesta cerimônia – e que na passagem das gerações, superando os desafios da imigração e da necessidade, encontrou, ao enraizar-se no Brasil, um espaço de liberdade para empreender e criar tantas coisas em tantas áreas na vida nacional. Penso, concluindo, no que diz o *Pirkei Avot* – a *Ética dos Pais* – quando compara as ações às raízes das árvores e a sabedoria às suas folhas, indicando que, quando sopra o vento das tempestades, são as raízes e não as folhas que sustentam a árvore.

II

RESPOSTA DO SR. ALBERTO VENANCIO FILHO

Numa noite de março de 1978, em instituição cultural de relevo e mais antiga, o Instituto dos Advogados Brasileiros, tive o privilégio de vos receber e então examinar aspectos da obra do jurista e do cultor do direito.

Já então a vossa obra se estendia em matérias afins, a teoria política, a sociologia e as relações internacionais. O vosso interesse era atraído, especialmente, para o direito internacional público, que seria de serventia na futura atuação internacional como Embaixador do Brasil e Ministro das Relações Exteriores.

Cabe mencionar dessa fase o texto de vossa autoria “Ordem, Poder e Consenso, Caminhos do Direito Internacional”, incluído no volume *As Tendências Atuais do Direito Público* em 1975, que tive a honra de organizar com o saudoso Prof. Celso de Albuquerque Mello, em homenagem ao grande acadêmico e meu preclaro Mestre Afonso Arinos de Melo Franco, no qual colaboraram os acadêmicos Cândido Motta Filho e Hermes Lima e os futuros acadêmicos Evaristo de Moraes Filho e Pontes de Miranda.

Ao vos saudar naquela cerimônia, já se estabelecera amizade iniciada doze anos antes no prédio da Fundação Getúlio Vargas na Praia de Botafogo. Dirigia eu o Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED), iniciativa pioneira e inovadora da metodologia do ensino do direito e cuja repercussão se projetou por outros estados.

Recebíamos a visita de jovens professores de direito da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, que pretendiam iniciar trabalho semelhante. Foram dois dias de intenso proveito intelectual, e, do grupo,

impressionou-me pela inteligência e pela cultura, o mais moço, Celso Lafer, e daí surgiram daí laços de sólida amizade.

Quando mais tarde em 1973 fui para São Paulo realizar pesquisas nos arquivos e na biblioteca da Faculdade de Direito, com vistas à preparação do livro *Das Arcadas ao Bacharelismo*, socorri-me de vossos préstimos. Recordo-me do almoço que me oferecestes no Automóvel Clube, presentes alguns de vossos amigos, figuras expressivas da intelectualidade paulista: Alcides Jorge Costa, Fábio Konder Comparato, Antônio Angarita Silva, José Gregori, Tércio Sampaio Ferraz e o mais atuante de todos, o vosso pai, Dr. A. Jacob Lafer, figura importante na vossa formação, que impressionava pela forte personalidade e com quem aprendestes que “pensar é pensar em profundidade” e que com sua mãe D. Betty, grande incentivadora de vossos trabalhos, recentemente falecida, constituía um casal harmonioso.

Assim, ao cabo de quarenta anos de convívio, aliado à amizade e admiração, tenho a satisfação de vos receber na Academia.

Ao ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a vossa precocidade se revelou logo. Em aula de direito, os alunos se agitavam entre pendências ideológicas, e nomes como Celso Furtado suscitavam discussões. Pedistes a palavra e, com precisão e conhecimento, para surpresa do mestre e dos colegas, fizestes uma apreciação pertinente e crítica da obra de Celso Furtado. Revelastes já o traço marcante de vossa personalidade, o exercício da capacidade de julgar e a faculdade de ver os fatos na exata perspectiva.

Na escola do Largo de São Francisco, dois mestres vos influenciaram fortemente, um no início do curso, outro ao seu término. Em primeiro lugar, Goffredo Telles Júnior, espírito aberto a todas as tendências e a quem a Academia concedeu o Prêmio Senador José Ermírio de Moraes pelo livro *A Folha Dobrada*; outro, ao final do curso, detentor da Cadeira que hoje ocupais na Faculdade e vindes a ocupar nesta Casa, a Cadeira do nosso saudoso confrade Miguel Reale.

Outra influência marcante foi Horácio Lafer, que chamais carinhosamente de tio, primo-irmão de vosso pai. Com a singularidade de ambos terem ocupado a pasta das Relações Exteriores, desde menino convivestes com ele, que acompanhava vossos estudos e prestigiou vossas iniciativas em longas conversas sobre filosofia, livros e vida política.

Iniciastes, ao mesmo tempo com o curso de direito, os estudos de teoria literária com o Prof. Antonio Candido, cuja presença permanente entre nós tanto nos alegrará, que se tornou seu grande amigo, mestre e conselheiro até os dias de hoje. O entusiasmo pelos estudos foi grande, leitura até altas horas da noite, desinteresse por outras atividades, que levou os pais preocupados a consultar o professor, que comentou:

Na minha atividade de professor tenho sido solicitado por pais empenhados em que os filhos estudem mais. Pela primeira vez me pedem que o aluno estude menos.

Ainda estudante universitário, redigistes dois trabalhos de crítica literária, *O Judeu em Gil Vicente* e *O Problema dos Valores nos Lusíadas*. No primeiro, ao estudar a figura do judeu como personagem, confirmava o relacionamento com os judeus e a sociedade em período da história e tal como aparece no contexto imaginário da obra de Gil Vicente. A época em que Gil Vicente viveu foi a transição entre a Idade Média e o Renascimento, e Gil Vicente comportou-se como um autêntico espírito medieval. Analisastes os autos em que a figura do judeu está mais retratada: “Auto da Barca do Inferno”, “Inês Pereira”, “Juiz da Beira” e “Auto da Lusitânia”, examinando em cada um deles os vários comportamentos do personagem. Afinal, com a obra de Gil Vicente, segundo vosso exame, se comprova que o judaísmo peninsular caracterizou-se diferente de outras partes do mundo e como a literatura expressa essa situação.

O estudo *O Problema dos Valores nos Lusíadas* (subsídios para o estudo da cultura portuguesa no século XVI) já revela pelo subtítulo a extensão do tema. Considera em primeiro lugar que dentre as manifestações artísticas do Renascimento a que melhor captou esta complexa realidade foi a literatura e dentre os gêneros literários a épica; e, como característica dos fundamentos dessa realidade, a burguesia comercial na ordem sócio-econômica, a razão de estado na ordem política e o empirismo na ordem cultural, Portugal realizou a expansão ultramarina, e as grandes navegações foram uma grande empresa racional quanto aos seus meios e racional quanto aos seus fins. Mostrastes como a experiência, fundamento das grandes navegações, foi a tônica dominante nos *Lusíadas*.

Aduzistes neste trabalho uma comparação entre Camões e Maquiavel, ambos desejando a alteração das situações nacionais. Maquiavel pretendeu

auxiliar o Príncipe a atingir o bem comum, e Camões cantou os feitos da grande empresa portuguesa, visando através do exemplo acordar o povo.

Mostrastes que Camões propôs cantar os grandes feitos portugueses, mas partindo de uma visão indutiva, e não de um sistema de valores absolutos. Os valores são relativos e só podem ser referidos à História.

Ao comentar o trabalho sobre Gil Vicente, Mestre Antonio Candido, diria:

Poucas vezes um estudioso tão jovem terá começado tão bem a sua produção quanto Celso Lafer com esta monografia sobre o judeu na obra de Gil Vicente. Um gosto acentuado pela investigação; a inteligência atilada para penetrar nos textos; certa ousadia no manipular os dados; a extrema vivacidade da exposição. Eis alguns traços que desde logo predispõem o leitor favoravelmente e que ocorrem em todo o desenvolvimento do trabalho.

Agora uma nota pessoal, quem me chamou a atenção para o estudo sobre os Valores há muitos anos, destacando-lhe os méritos, foi meu saudoso amigo e o futuro confrade Celso Cunha.

Ao terminar o curso nas Arcadas do Largo de São Francisco, vários caminhos se vos abriram: na advocacia, com Rubens Gomes de Souza e Alcides Jorge Costa; nas atividades empresariais em empreendimentos familiares e nas Indústrias Klabin; na crítica literária, com a vocação revelada nos dois ensaios. Mas o caminho trilhado, atraído pelos desafios da teoria política, foi a realização do curso de pós-graduação em ciência política na Universidade de Cornell, e ali vossas inquietações intelectuais encontrariam diálogo em figuras da mais alta expressão intelectual, Octavio Paz e, especialmente, Hannah Arendt.

Foi com interesse e curiosidade que matriculastes no curso que Hannah Arendt iria ministrar como professor visitante no semestre acadêmico do ano de 1965.

A personalidade de Hannah Arendt desde logo impressionava. Uma indumentária discreta, mas elegante, com aparência forte, mas feminina de uma senhora madura, uma presença pessoal e rigorosa e uma frase, cujo sotaque revelava em inglês a presença latente do alemão.

As propostas oferecidas dos cursos eram fascinantes, e, finalmente, foram escolhidos dois cursos contemporâneos, “Experiências políticas do século XX” e “O Regime Totalitário”.

Hannah Arendt permitia e incentivava o contato e o diálogo, também fora de aula, e com ela discutistes vários temas como a relação entre a arte, a política e a filosofia política.

Numa tarde de inverno, não se furtou ela em ponderar com tato, mas com firmeza que o tamanho da vossa barba crescera em demasia e não contribuía para a estética, o que levastes a apará-la imediatamente, na convicção antecipada de que a aparência coincide com o ser, como mencionou em um dos seus livros.

A tese de doutoramento “JK e o Programa de Metas”, aprovada pelo Departamento de Governo daquela universidade em 1970, mas só publicada em português em 2002, examinava o sistema político brasileiro e o processo de estruturação do planejamento econômico, a partir da análise do Programa de Metas do Presidente Kubitschek. Na apresentação do Programa de Metas e das soluções utilizadas, chamou vossa atenção o uso criativo pelo governo Kubitschek da chamada administração paralela – integrada por órgãos tais como o BNDE, a CACEX, a SUMOC e os Grupos Executivos que conseguiam controlar a execução do Programa de Metas, afastando a inércia da máquina administrativa tradicional.

Voltastes à teoria política em 1975 com o livro *Sistema Político Brasileiro*, análise teórica do problema e estudo da realidade política brasileira, com críticas severas ao regime militar e que mereceu de nosso saudoso confrade Raymundo Faoro a expressão de tratar-se de um livro de coragem.

De retorno ao país, a vocação do ensino logo se revelou ao ingressar no magistério de direito internacional público da Faculdade de Direito de São Paulo. Tivestes o interesse voltado para tema novo, o direito internacional econômico, do qual nos aproximamos pelo estudo afim do direito público econômico.

Dizia o nosso confrade Afonso Pena Júnior, ilustre jurista e autor da grande obra de crítica de atribuição, *A Arte de Furtar e seu Autor*, que “a literatura jurídica brasileira era basicamente dedicada ao óbvio”. Os autores examinam a lei e comentam literalmente artigo por artigo, sem atentar para os problemas que os dispositivos legais apresentam.

Ao contrário, escolheste um caminho pioneiro ao apresentar tese sobre “Da Reciprocidade no Direito Internacional Econômico – O Convênio do Café de 1976”, o direito internacional econômico um ramo novo do direito internacional. Do Convênio de Taubaté de 1976 no plano interno aos vários

convênios internacionais, uma gama de problemas surgiu. O Convênio de 1976 mereceu uma análise profunda, em estudo extremamente original.

Tive a feliz oportunidade de assistir à vossa defesa de tese, em que o candidato se portou com grande competência, merecendo a nota máxima. Registro que na banca examinadora se encontrava renomado professor, jurista ilustre, mas adepto de uma concepção conservadora do direito internacional, e em argumentação cerrada quis demonstrar que a tese não era de direito. O candidato, com calma e tranquilidade, contestou de forma cabal esta afirmação, que não se coadunava com as novas tendências que o direito internacional apresentava.

O livro resultante da tese para a cadeira de professor titular, tem o título “A Reconstrução dos Direitos Humanos (diálogo com o pensamento de Hannah Arendt) e dedicado “a Miguel Reale, a Goffredo Telles Júnior e a Vicente Marota Rangel, professores e amigos, patronos da minha carreira universitária na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo”.

Esta tese representava nítida evolução na carreira universitária e no vosso pensamento. A primeira sobre o sistema político, estudo monográfico de período chave para o entendimento da modernidade do Brasil.

A segunda tese, o estudo do Convênio Internacional do Café, representava o alargamento de escopo com passagem da ordem interna para a internacional, tendo como tema subjacente o destino do Brasil.

A terceira se situa num plano de maior abstração, uma passagem do mais específico para o mais genérico. Tendo como ponto de partida o pensamento de Hannah Arendt, a tese examina as condições e possibilidades da afirmação dos direitos humanos. Colocava-se, portanto, na interação da filosofia do direito com a teoria política.

Convém assinalar que, enquanto o mestre Antonio Candido apresentou o prefácio do primeiro livro, agora assinava a orelha e mostrava como nesses vinte e cinco anos de pensamento, a linha mestra permanece a mesma. “Como jurista, ensaísta e pensador, uma das suas características tem sido o interesse por temas que lhe permitam ressaltar a dignidade do homem e a crítica aos fatores que envenenam as relações das sociedades”.

A vossa tese representa um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt, mas apresenta originalidade de pensamento, ao destacar o tema dos direitos humanos.

Analisa o primeiro grupo de direitos considerado inicialmente os direitos individuais inatos, depois os direitos de segunda geração, os direitos de crédito, de feição social, e, afinal, os direitos da terceira geração, representado pela família, o povo, as coletividades.

Na apreciação dos direitos humanos, considera a cidadania como o “direito a ter direitos”, pois sem ela não se constrói a igualdade que requer o acesso ao espaço público. Também aponta a repressão ao genocídio como um crime contra a humanidade, crime estruturalmente ligado à gestão totalitária e a ofensa a esses direitos. Nesta ótica, importância especial é dada ao direito de intimidade como parte integrante do direito da personalidade, tutela o direito do indivíduo de estar só.

De volta ao Brasil, quisestes partilhar com amigos e professores o conhecimento de Hannah Arendt e dispusestes a trabalhar seriamente na divulgação entre nós da sua obra.

Promovestes a publicação do livro *Entre o Passado e o Futuro* para o qual escrevestes o prefácio.

Ao receber o livro, ela escreveu:

“Tentei o melhor para tropeçar através de sua introdução, mas apesar disso só pude ler um pouco, com o auxílio do meu latim, o que não é suficiente para entender o texto. Mas tenho confiança e muito agradeço”.

Em 1973, seria publicado pela Editora Perspectiva *A Crise da República*, e em 1975 terminastes o prefácio para o volume *Antissemitismo e Instrumento de Poder*.

Por ocasião da sua morte, escrevestes sob o calor da emoção para o *Estado de São Paulo*, necrológio sobre a trajetória de sua obra. Em 1978, para o livro *A Vida do Espírito* realizastes mais um estudo, todos reunidos no vosso volume *Hannah Arendt, Pensamento, Persuasão e Poder*.

Outra grande influência que recebestes foi a de Norberto Bobbio, pensador italiano, que viveu na segunda metade do século XX.

Encontrastes com ele grande coincidência de pontos de vista, seja na visão da política, do direito e da filosofia, e considerastes que poucos estudaram tão bem o tema da democracia, quantos foram aptos na crítica ao socialismo, sem ser um antissocialista, e poucos fizeram uma análise das insuficiências do marxismo, sem nenhum antimarxismo.

Os trabalhos de filosofia do direito tinham um campo muito amplo, pois era o jurista que parou para pensar nos problemas jurídicos, e suas respostas precisas e rigorosas se tornaram fonte de referência fundamental para o mundo jurídico.

O estímulo intelectual que a obra de Bobbio teve para vós, tanto no campo acadêmico quanto no posicionamento político, decorreu tanto na leitura de livro como nos diálogos que mantivestes em Turin e depois no encontro em 1982 no Brasil. Tornastes um grande vulgarizador das suas obras e prefaciador de muitas delas no Brasil.

Nesse contexto, a recepção da obra de Bobbio para setores mais amplos da sociedade ocorreu também no Brasil. E pode ser acentuado pelo prestígio das várias reedições que tinham por base as carências teóricas da ciência política no Brasil e que essas obras tiveram a virtude de preencher.

Em 1982, em viagem ao Brasil, realizou-se um encontro em Brasília, com vossa participação, onde foram apresentadas várias contribuições sobre a obra de Bobbio. E, por vosso intermédio, veio dar conferências na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Tanto Hannah Arendt como Norberto Bobbio inspiraram vossos estudos dos direitos humanos.

A preocupação com os direitos humanos se acentuou com o término da 2ª Guerra Mundial e teve marco significativo com a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, relatada pelo jurista francês René Cassin e na qual teve atuação destacada o nosso confrade Austregésilo de Athayde.

Estabeleceste uma observação sobre os critérios de interpretação dos direitos humanos. Os direitos humanos são representativos de uma grande mudança, na concepção da organização da vida coletiva, pois, como assinalou Bobbio na passagem da perspectiva do dever do súdito para a perspectiva do cidadão. Por essa razão, sua interpretação deve partir da compreensão de que numa democracia só os direitos humanos legitimam o sistema político. E, por esse motivo, a interpretação dos direitos humanos deve ter como critério favorecer sempre, em todo caso concreto, da melhor forma possível, o conteúdo do direito tutelado pela lei.

A vossa atuação na matéria não foi apenas teórica, mas de caráter prático, quando do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, de *habeas corpus*

82.424/RS, referente a um editor de Porto Alegre que se dedicava de forma sistemática a reeditar livros de nítido antissemitismo. Por essa conduta, foi condenado por crime de racismo, e se discutia no caso se antissemitismo constituiria crime de racismo.

O Supremo Tribunal Federal analisou amplamente a matéria. Inicialmente o voto relator – Ministro Moreira Alves foi de que os judeus não constituíam uma raça e não se podia qualificar o crime como de racismo. O voto vencedor do Ministro Maurício Corrêa, apontando que não se reconhece qualquer subdivisão de raça humana, mas que o racismo persiste como fenômeno social, e em consequência houve no caso prática de racismo. Participastes do processo como “amicus curiae” e elaborastes parecer que teve ampla citação por vários Ministros.

O tema do liberalismo mereceu também a vossa atenção e nos vossos livros *Ensaio Liberais* e *Ensaio sobre a Liberdade* são expostos os grandes temas sobre a questão, concluindo que não se deve falar em liberalismo no singular mas liberalismos no plural, pela variedade de vertentes que apresenta.

O chamamento para o serviço público se deu em 1992, quando fostes convidado para exercer o Ministério das Relações Exteriores, gestão curta, devido o impedimento do Presidente Fernando Collor de Mello, mas, entre outras tarefas, presidistes com grande êxito a Conferência Eco-92.

Ministro das Relações Exteriores na ocasião, chegastes à conclusão, juntamente com os Ministros Célio Borja, Marcílio Moreira e Sergio Rouanet, diante da crise institucional, que os ministros, para o bem do país, deveriam se manter nos seus cargos e tentar manter a governabilidade. O documento então elaborado permitiu uma transição fácil e harmônica quando do impedimento presidencial. Na pasta das relações exteriores que ocupavas, a gestão da crise traduziu-se no esforço constante em sustentar a credibilidade internacional do país, o que ocorreu com êxito.

Em 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vos convidou para chefiar a Delegação do Brasil junto aos Organismos da ONU em Genebra. Vossa atuação foi relevante, e no curto período de dois anos fostes eleito para a Presidência do Órgão de Solução de Controvérsias, e para a Presidência do Conselho Geral. Sobre solução de Controvérsias proferistes conferência em 1996 na Gilberto Amado Memorial Lectures, homenagem anual que a Comissão de Direito Internacional da ONU presta ao nosso ilustre confrade.

Nesta conferência examinastes a importância do papel de Gilberto Amado na Comissão, participante da criação da Comissão e da redação do seu estatuto e membro atuante até o falecimento.

Dessa experiência diplomática proveio o livro “A OMC e a regulamentação do comércio internacional – uma visão brasileira”. Juntamente com outros estudos tratastes do tema, apresentando etapas de um “parar para pensar” com o significado das novas vertentes da OMC.

Após um curto período como Ministro do Desenvolvimento, voltastes no Itamaraty num trabalho incessante da diplomacia itinerante. Os dois volumes “Mudam-se os Tempos” espelham esta atividade. Entre os temas de sua atuação, assinala-se os esforços da consolidação do Mercosul, uma atuação ativa na questão do meio ambiente em decorrência do Protocolo de Kioto, e as questões decorrentes das consequências do atentado de 11 de setembro.

O vosso interesse pelos direitos humanos se exerceu também na gestão como Ministro das Relações Exteriores.

No empenho da aprovação da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, envidastes todos os esforços, logrando depositar o instrumento de ratificação. Dissestes então: “Mesmo num período curto consegui levar este processo que estava amarrado”.

Na vossa vasta cultura tendes mantido fiel à formação religiosa, entendendo o judaísmo como uma tradição ética, pois a memória desta tradição, encarada como sentimento do passado, volta-se para o futuro, projetando valores morais. Examinando o judaísmo, desde a sua origem, através dos séculos, existe na trajetória judaica uma dialética fecunda entre o particularismo e a tribo e o alcance universal da mensagem. Posso ver em vossa atividade intelectual a junção desses dois elementos, fiel às suas origens religiosas, mas na perspectiva do mundo.

Ao assumir a Cadeira de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo, encontrastes uma tradição de estudos iniciados desde a lei de 1827 com a Cadeira de direito natural no primeiro ano. Nomeado catedrático Avelar Brotero, nascido em Portugal. Formou-se em Coimbra, era de temperamento difícil e se indispôs com os colegas e funcionários, falava em borbotões e suas falhas eram conhecidas como broteradas.

No final do século XIX um jovem de vinte e oito anos assumia esta mesma Cadeira. Dele se disse que “deu logo a impressão de uma rajada de ar

fresco e oxigenado a varrer as vetustas e sombrias salas do antigo convento. Pode-se dizer que com ele penetrou no adormecido recinto da Faculdade paulista o espírito do século, com tantas ânsias de aspirações humanas e suas largas visões de futuro”. Tratava-se de Pedro Lessa, que honrou aquela Faculdade, o Supremo Tribunal Federal e esta Casa.

Posteriormente, a Cadeira foi ocupada pelo saudoso confrade Miguel Reale que a exerceu durante quarenta anos com o brilho de sua competência e cultura.

Com vosso ingresso nesta Casa, mantém-se a tradição da presença de um professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Desde o grande Pedro Lessa, de Cândido Motta Filho e Miguel Reale, cujo perfil primoroso acabastes de traçar. Avulta também a figura de Alcântara Machado, o primeiro bacharel em direito professor de medicina legal, que, fiel às suas origens, pronunciou aqui um expressivo texto:

“Paulista sou, há quatrocentos anos. Prendem-me no chão de Piratininga todas as fibras do coração, todos os imperativos raciais. A mesa em que trabalho, a tribuna que ocupo nas escolas, nos tribunais, nas assembleias políticas deitam raízes, como o leito de Ulisses, nas camadas mais profundas do solo, em que dormem para sempre os mortos de que venho. A fala provinciana, que me embalou no berço, descansada e cantada, espero ouvi-la ao despedir-se do mundo, nas orações da agonia. Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido; e, incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la quanto posso”.

É preciso salientar que o paulistanismo não se adquire apenas pela hereditariedade, mas também pelos esforços de mobilidade social que trouxeram a esta Casa, entre outros, Afonso Taunay, Menotti del Picchia, Alfredo Bosi, Cícero Sandroni, José Mindlin e aos quais vos juntais.

Concorrestes à sucessão de vosso fraternal amigo José Guilherme Merquior em 1991, mas a eleição não teve vitorioso. Depois desse interregno, inscrevestes agora na vaga da Cadeira I4, ocupada pelo nosso saudoso Confrade e vosso Mestre e colega Miguel Reale. A disputa se avizinhava renhida, mas os competidores perceberam a tendência da Casa e se retiraram elegantemente para propiciar a unanimidade, que a atitude de dois acadêmicos desinteressados e omissos não conseguiu deslustrar.

Sr. Celso Lafer.

A sucessão nesta Casa não exerce sempre com uma coerência intelectual. A sucessão da Cadeira I4, entretanto, corresponde a uma exceção. A partir do Fundador Clóvis Beviláqua esta característica esteve sempre presente, podendo chamá-la a cadeira do pensamento social. Clóvis Beviláqua, grande jurista, autor do projeto do Código Civil, cujos comentários se constituíram a glosa do Código, oriundo da escola do Recife, destacou-se também na filosofia, na sociologia e no pensamento social, e com uma coerência de vida pessoal inatacável. Destaco que participou pouco das atividades da Casa, e em 1920 se afastou em definitivo, em episódio de recusa de inscrição numa vaga de sua mulher.

Ocupando a Cadeira por quase cinquenta anos, foi sucedido por Antônio Carneiro Leão, professor pernambucano, reformador da educação em seu estado, professor de sociologia e educação comparada, com grande prestígio nas universidades europeias e americanas, e autor de numerosas obras sobre o pensamento social.

A. Carneiro Leão sucedeu Fernando de Azevedo, ilustre professor da Universidade de São Paulo e notável humanista. Tivemos ambos o privilégio de conviver com este grande mestre da sociologia e da educação. Autor do Estatuto da Universidade de São Paulo, atuou no setor público. Mas independente destes títulos honrosos, queremos vos receber como o perfeito sucessor de Miguel Reale. Paulo é um dos seus fundadores, durante anos exerceu o primado na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Foi o redator do Manifesto dos Pioneiros da educação nova de 1932 e em permanente luta pela renovação da educação no país. E a ele veio suceder o saudoso acadêmico Miguel Reale.

Registra a crônica que D. João VI costumava frequentar as peças de teatro, e tinha o hábito de dormir. Ao acordar, indagava: “Os noivos já se casaram?” Na solenidade de hoje, não há casamentos, mas é prudente concluir:

Sr. Celso Lafer:

Chegastes a esta Casa credenciado por uma brilhante carreira no magistério, no direito, na filosofia e com significativa atuação no setor público. Mas independente destes títulos honrosos, queremos vos receber como o perfeito sucessor de Miguel Reale.

Discurso do
SR. LUIZ PAULO HORTA

e

Resposta do
SR. TARCÍSIO PADILHA

*Sessão solene extraordinária do dia
28 de novembro de 2008*

I

DISCURSO DO SR. LUIZ PAULO HORTA

Este é um ano solene para a Academia Brasileira de Letras, em que ela completa III anos de existência ao mesmo tempo em que registramos o centenário de falecimento do nosso Patrono e Fundador. Por todo este ano, descrevemos círculos em torno de Machado de Assis, sem que a esfinge machadiana, como de hábito, e apesar da qualidade das palestras e debates, revelasse os seus últimos segredos. Com esse mistério ainda conviveremos, ao que tudo indica, por muitos e muitos anos.

José Barretto Filho, em sua *Introdução a Machado de Assis*, publicada em 1947, me parece ter ferido uma nota justa. Ele escreve:

O centenário de nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis, ocorrido em 1939, foi unanimemente celebrado como um grande acontecimento nacional. Nenhum escritor reuniu entre nós um interesse tão generalizado em torno de sua vida e de sua obra. Decorridos mais de trinta anos de sua morte, esse homem que parecia distante e isolado na nossa história literária mostrou-se mais próximo de nós do que todos quantos procuraram, intencionalmente, fazer obra representativa da nossa nacionalidade. Destoante, como se pensava, pelo pensamento e pelo estilo, da nossa tradição literária, verifica-se agora que é o prolongamento de sua linha mais pura. Isento de participação ativa nos acontecimentos históricos que presenciou, querendo parecer que se colocava em face deles como um simples espectador, aparecia então, à luz daquelas comemorações centenárias, como uma força espiritual poderosa e eficaz. Que ocultas teclas de nossa sensibilidade pôde ele percutir na sua surdina? Que filões recônditos veio a descobrir na alma brasileira, para ficar assim tão entranhado no gosto comum?

É o problema machadiano. Em que é que este grande artista nos fascina, sendo tão diferente do que imaginaríamos como um típico autor brasileiro? Somos apressados, enquanto que, em Machado, o que vemos é a lenta e metódica construção de uma vida. Estamos sujeitos, na sociedade contemporânea, a muita coisa que é vulgar, fútil, efêmera; enquanto que em Machado, o que assistimos é a uma progressiva aristocratização do espírito, um refinamento constante, sendo ele mesmo, como Goethe, uma de suas maiores obras.

Essas diferenças produzem estranhezas. Nunca faltou, desde o início, quem reagisse à presença dominadora de Machado no nosso universo cultural. E eu nem falo de um Sílvio Romero, por exemplo, que não tinha grandes afinidades com Machado. Mas como explicar o caso do finíssimo Augusto Meyer, que foi cruel num ensaio publicado em 1935?

Ele escreve:

Quase toda a obra de Machado de Assis é um pretexto para borboleteios maliciosos, digressões e parênteses felizes. Nesse sentido ele realmente se aproxima da “forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre”. Mas a analogia é formal, não passa de superfície. Em Machado, a aparência de movimento, a pírqueta e o malabarismo são disfarces que mal conseguem dissimular uma profunda gravidade. Podemos dizer que há nele uma letargia indefinível, a sonolência do homem trancado em si mesmo, espectador de si mesmo, incapaz de reagir contra o espetáculo da sua vontade paralisada.

Meyer cita a frase do próprio Machado, em Brás Cubas: “Grande lascivo, espera-te a voluptuosidade do nada.” E compara Machado ao “homem subterrâneo” de Dostoyevsky. Prossegue Meyer:

Insular-se, para ele, não significa acreditar na vida interior e nas suas virtudes contemplativas: meditação, oração, intuição do mistério individual, poesia da consciência que procura reconhecer-se. É um movimento reflexo, provocado pelo tédio de tudo, principalmente pelo ódio. Há em Machado de Assis um ódio entranhado da vida, uma incapacidade radical de aceitação ou até mesmo de compreensão, pois, para compreender, é indispensável postular antes de tudo um motivo de compreensão, e o que ele faz é resolver todas as questões suprimindo-as.

De um homem tão gentil quanto Augusto Meyer, de um espírito tão elevado, de onde pode ter vindo tanta virulência? Creio que, antes de mais nada, da idade. Meyer tinha 33 anos quando se pôs a escrever este livro de

ensaios. Era um jovem; e eu nunca achei que Machado de Assis fosse feito para jovens.

Em segundo lugar, o espírito altíssimo que foi Augusto Meyer tinha, me parece, bastante do próprio Machado, na sua reserva, no esconder o ego sob infinitas camadas de refinamento, reação dos hipersensíveis ao desafio vital. Reagindo a Machado, não estaria Meyer reagindo a si mesmo?

Vinte anos depois, ele escreve, mais pacificado: “Os anos vão passando, e Machado de Assis cresce cada vez mais. Avulta e abre em redor um vazio de solidão, como certas árvores gigantescas da selva que, fundidas de perto na mesma profusão de troncos e folhagens, contempladas a grande distância, esgalham lá no alto e dominam o recorte das grimpas mais sobranceiras”. Mas ele ainda podia usar de muitas restrições no *À Sombra da Estante*, que é de 1947, onde se socorre, inclusive, de outro crítico importante que é o escritor gaúcho Alcides Maya.

A verdade é que há tipos de autores e tipos de leitores. De um Machado de Assis, não devemos esperar o contato direto com a vida que vem da tradição homérica, tão esplendidamente desenvolvida por um Tolstoi. Na nossa Literatura, contato direto com a vida têm José Lins do Rego, Jorge Amado, Erico Verissimo. São os grandes narradores, imbuídos em certos casos de uma veia épica.

Machado pertence a uma outra família: ele é um reflexivo. Pode ser posto na linha da *wisdom literature* de que fala Harold Bloom. Como um Cervantes, como George Eliot. Eu quase diria que ele é o nosso sábio nacional, assim como o foi Montaigne para os franceses, Goethe para os alemães, Emerson para os norte-americanos.

Paga-se um preço por isso, um certo resfriamento na recepção direta da vida. São escritores onde a consciência avulta sobre a simples representação da realidade. Penso num Henry James, quatro anos mais moço do que Machado; e entre os dois há mais do que semelhanças casuais. Também Henry James queria aplicar à sua arte um tipo de consciência para a qual nada se perdesse. Por causa disso, seus últimos livros foram considerados excessivamente cerebrais – obras sofisticadíssimas como *The Ambassadors*, *The Wings of the Dove*, *The Golden Bowl*. Mas isso não o impediu de escrever um livro como o *Portrait of a Lady*, onde não há uma linha que não pulse com o sentimento da vida. Apenas, ele não era Tolstoi, não era Turgueniev: era Henry James.

Algo mais o aproxima de Machado. Ele escreveu certa vez para um amigo: “Eu tenho a imaginação do desastre – e vejo a vida, realmente, como

algo de feroz e sinistro.” Podia ser o Shakespeare da “*story told by an idiot, full of sound and fury*”. Unindo James e Machado, há o senso do desastre sempre possível, e o que se poderia chamar de “síndrome da traição”. Em *The Portrait of a Lady*, o personagem magnífico que é Isabel Archer faz uma escolha errada, e a vida se fecha sobre ela. Ela é traída pela vida, como Bentinho também é, como Rubião.

A síndrome da traição, em Machado, poderia ter alguma dessas origens ocultas que os psicanalistas gostam de pesquisar. Seria a epilepsia? Mas pode ser algo de mais amplo e de mais profundo, algo que tenha origens imemoriais, que pertença à própria condição humana. Também aqui Barretto Filho me parece acertar no tom.

Ele escreve:

As fontes do ressentimento machadiano não são as deficiências reais, de cor ou de condição social, que ele superou com tanta facilidade, e com o auxílio de tantas condições favoráveis. O seu ressentimento é mais profundo, é uma queixa da vida pela sua contradição intrínseca, pelo grande amor que ela desperta sem ser capaz de dar a isso uma resposta cabal.

Barretto considera Machado um representante do espírito trágico, no que ele tem de mais puro e mais clássico. Para espíritos superiores, a tragédia tem um efeito purificador, catártico. É perfeitamente possível fazer um paralelo, aqui, entre Machado e o seu querido Beethoven — a única diferença sendo que Beethoven compensava as suas dores puxando para o titânico e o dionisíaco, enquanto em Machado a compensação sempre veio pelo lado do humor.

Mas também se pode buscar compensação em antigas sabedorias. Machado foi um leitor assíduo do *Eclesiastes*, que ocupa, na Bíblia, o lugar reservado à chamada literatura sapiencial. Pode parecer um livro muito escuro. Eu recordo os primeiros versículos, tão famosos:

Vaidade das vaidades, diz o *Eclesiastes*, tudo é vaidade. Que proveito tira o homem de todo o trabalho com que se afadiga debaixo do sol? Uma geração passa, outra vem; mas a terra sempre subsiste. O sol se levanta, o sol se põe. Apressa-se a voltar ao seu lugar; em seguida se levanta de novo. O vento vai em direção ao sul, vai em direção ao norte, volve e gira nos mesmos circuitos. Todos os rios se dirigem para o mar, e o mar não transborda. Em direção ao mar, para onde correm os rios, eles continuam a correr. Todas as coisas se afadigam, mais do que se possa dizer. A vista não se

farta de ver, o ouvido de ouvir. O que foi é o que será; o que acontece é o que há de acontecer. Não há nada de novo debaixo do sol. Se é encontrada alguma coisa da qual se diz: “Veja, isto é novo”, ela já existia nos tempos passados. Não há memória do que é antigo, e nossos descendentes não deixarão memória junto àqueles que virão depois deles.

Isto seria um tratado do desespero, à maneira de Kierkegaard? Mas desespero num livro como a Bíblia? Um pouco adiante, outra passagem muito célebre, e o tom alivia um pouco:

Para tudo há um tempo, para cada coisa há um momento debaixo dos céus.
Tempo para nascer e tempo para morrer.
Tempo para plantar e tempo para arrancar o que foi plantado.
Tempo para matar e tempo para sarar.
Tempo para demolir e tempo para construir.
Tempo para chorar e tempo para rir.
Tempo para gemer e tempo para dançar.
Tempo para atirar pedras e tempo para ajuntá-las.
Tempo para dar abraços e tempo para apartar-se.
Tempo para procurar e tempo para perder.
Tempo para guardar e tempo para jogar fora.
Tempo para rasgar e tempo para costurar.
Tempo para calar e tempo para falar.
Tempo para amar e tempo para odiar.
Tempo para a guerra e tempo para a paz.

Com um pouco de esforço, não poderiam ser passagens machadianas? Ou essa impressão vem do fato de que Machado de fato impregnou-se dessa sabedoria antiga?

O que essa sabedoria ensina não é o desgosto: é o desprendimento. Nisto se poderia aproximar o Eclesiastes da filosofia budista, tantas vezes confundida, erroneamente, com uma visão negativa da vida. Todos os sábios do mundo souberam que o desprendimento é o que dá o verdadeiro sabor à vida, afrouxando as garras do desejo.

O desprendimento de Machado de Assis, bebido em fontes como o Eclesiastes, é que pode ter sido confundido muitas vezes com desamor, e com desafeição à vida.

Escrever é um ato de amor. Um verdadeiro cético não nos legaria a obra que é hoje o cânone fundamental da Literatura Brasileira. E se há o Machado melancólico do *Dom Casmurro* e do *Quincas Borba*, há o Machado dos contos, o Machado inesgotável das crônicas, e o Machado final do *Memorial de Ayres*, que eu leio como se fosse pura música.

Machado sempre gostou de Música. Em sua mocidade, quando ele era o Machadinho, cheio de vida e de entusiasmo, chegou a puxar o carro de uma cantora lírica que ele idolatrava. Mas naquele tempo, ele gostava de ópera italiana. Depois, aproximou-se de Beethoven. Se o casal de velhos, no *Memorial*, é a transposição do amor entre Machado e Carolina (como ele mesmo confessou a Mário de Alencar), os dois jovens que se enlaçam trazem nomes de óperas alemãs: Tristão e Fidélia. E se Tristão é a imagem do amor mais desabrido, Fidélia é o símbolo da constância, na ópera de Beethoven a que ela solicitou o nome. É a história da esposa que arrosta todos os perigos para salvar o marido na prisão. São projetos de vida; e mesmo esse Machado final, vergado sob o peso de uma dor incontornável, era capaz de ser terno, como sabemos pela maravilhosa correspondência com Joaquim Nabuco. Vindos de extremos opostos da sociedade, Machado e Nabuco encontram-se no meio do caminho, estimaram-se como irmãos, e à sua grandeza de espírito – dos dois – devemos essa obra que é a Academia Brasileira de Letras, lugar de congraçamento, de amor às Letras, de dedicação à nacionalidade através da Língua. Mais uma obra do laborioso Machado; também ela, uma obra de amor.

Machado foi substituído na Cadeira 23 por Lafayette Rodrigues Pereira, figura notável do II Império; e é pena que o tempo escasso não nos permita ficar aqui contando histórias do Conselheiro Lafayette. Ele foi político importante, foi ministro, presidente de província, mas sua fama deriva sobretudo de dois trabalhos jurídicos notáveis: *O Direito das Coisas* e o *Direito da Família*. Lafayette também se envolveu com o mundo literário, e coube a ele (sob o pseudônimo Labieno) sair em defesa de Machado de Assis quando o mestre foi alvo de um ataque desabrido de Sílvio Romero. Terminou os seus anos como um verdadeiro filósofo em sua chácara da Tijuca. Mas também podia ser sarcástico, quando necessário. Sendo ele estrábico, uma vez foi interpelado por um aluno mais afoito: “Professor, o seu estrabismo é convergente ou divergente?” Resposta de Lafayette: “É de ver burro.”

Sucessor de Lafayette em 1917, Alfredo Pujol foi um brilhante jornalista e advogado, amigo dos livros, que se apresenta à nossa admiração, entre outras qualidades, por ter sido o autor de sete conferências para a Cultura Artística de São Paulo que, reunidas em livro, fornecem a primeira visão abrangente da obra de Machado, seguindo-se aos estudos parciais de um José Veríssimo, de um Araripe Júnior. Seu “Machado de Assis” continua interessante e válido, sobretudo para os anos de formação do nosso maior escritor.

Depois de Pujol, vem ao nosso encontro a figura cheia de vida de Otávio Mangabeira. Com esse homem nobre começa a dinastia baiana que durante 78 anos governou a Cadeira 23 – diga-se logo, com imenso charme e talento. Otávio foi um político às antigas, na sua dignidade, na sua honestidade, na sua eloquência. Foi ministro do Exterior de Washington Luis, entrou em choque, em seguida, com o regime getulista, e assim começaram seus períodos de prisão e de exílio. Com a redemocratização de 1945, voltou à Política como primeiro presidente da UDN e, logo em seguida, como governador da Bahia. Jorge Amado, em seu discurso de posse na Academia, se emociona quando fala de Otávio, e diz:

[...] se eu tivesse de buscar uma única imagem para definir Octavio Mangabeira, eu vos diria que ele é a Bahia. A Bahia em suas melhores e mais generosas qualidades, aquela finura de civilização que era dele e é do último homem do povo baiano. A Bahia da grande oratória e da extrema habilidade política; a Bahia da delicadeza, da gentileza, da ternura humana [...]

– e assim vai Jorge Amado traçando o perfil de Otávio Mangabeira.

Mas há uma característica dele que nos interessa muito, se estamos falando dos sucessores de Machado de Assis. Ele prestou a Machado uma homenagem que eu diria comovente: em um de seus períodos de prisão, ele quis ler e reler todo o Machado, o das crônicas, o dos contos, o dos romances. Não contente com isso, propôs-se a fazer o resumo de todas as obras de Machado, das menores às mais volumosas, de modo a abrir caminho a quem desejasse uma orientação nessa vasta biblioteca. E envolveu-se de tal modo nessa tarefa que, em determinado momento, chegou a temer que a prisão terminasse antes que ele concluísse o seu trabalho franciscano (o que nos faz supor que, pelo menos, era uma prisão decente). Que homenagem maior se

pode prestar a Machado? E como dizer que era contrária à vida uma obra que assim veio preencher o vazio de um confinamento forçado?

Nada mais justo que a esse grande baiano sucedesse um Jorge Amado. Com Jorge Amado, temos todos uma dívida enorme... Primeiro, pelas histórias que ele nos contou, pondo em cena figuras que entraram para o nosso cotidiano: Tieta, Gabriela, Quincas Berro d'Água, D. Flor e seus dois maridos... Depois porque, num país que ainda lê pouco, ele ensinou muita gente a ler, trouxe muita gente para o espaço mágico da leitura. Antonio Candido lembrou como isso é importante para a formação de uma literatura nacional.

Como ele conseguiu? Com os seus incríveis dons de fabulação. Mas também porque encontrou uma linguagem com a qual as pessoas se identificavam facilmente – e continuam se identificando. Ao lado de Gilberto Freyre, ele pode ter resolvido aquele problema que inquietava os modernistas: como conseguir, em nome da dignidade nacional, uma linguagem que fosse mesmo nossa, que se afastasse dos cânones eruditos sem cair na pura oralidade? Mario de Andrade tentou, no *Macunaíma*, que ficou só como uma experiência. Jorge acertou em cheio. Ainda por esses dias eu relia o *Quincas Berro d'Água* e, tanto quanto, pela qualidade da história, eu me deixava levar, arrebatado, por aquele estilo caloroso, sedutor, tão completamente brasileiro...

Jorge fez com que fosse fácil ler um romance – e, por causa disso, foi lidíssimo. Mas isso teve um outro efeito: ele passou, nos meios intelectuais, a ser tido como um autor fácil – com tudo o que esse termo pode conter de desdenhoso.

Ana Maria Machado, no magnífico estudo que é *Romântico, Sedutor, Anarquista*, lembra um outro aspecto: Jorge fez um imenso sucesso lá fora – o primeiro autor brasileiro a ser realmente lido no exterior, a aparecer nos balcões das livrarias francesas; e nós aqui, tradicionalmente, suspeitamos de quem faz sucesso lá fora. Aconteceu com Villa-Lobos, aconteceu com Carmen Miranda, por que não aconteceria com Jorge? Se ele era lido com delícia pelos franceses, não seria porque ele escolheu mostrar, do Brasil, o que é típico, o que é exótico, superficial?

O colorido brasileiro, de fato, está presente em Jorge, de maneira feérica. Foi Glauber Rocha quem lembrou os aspectos cinematográficos desta arte. Em artigo sobre Gabriela publicado em 1960, ele faz questão de destacar que a obra de Jorge é antidiscursiva, pois apresenta largos painéis cinematográficos, desenhando um cenário particular de cada um de seus personagens. Mas

esse impacto visual, feérico, não é o que acontece quando se faz a experiência da Bahia? Não é o que nós extraímos do encontro com a música e as letras de Dorival Caymmi? Em que estaria, assim, errada a apresentação de Jorge?

A verdade é que os doutos, os eruditos, também implicavam com o povaréu que vinha vindo nos romances de Jorge: a periferia, os marinheiros, as mulheres da beira do cais. Não havia nisso um toque de vulgaridade, e até de mau gosto?

Nisso, Jorge foi, mesmo, pioneiro – uma deslocação de ênfase como talvez se possa encontrar no Rio de Janeiro visto por Lima Barreto. Mas se ele faz um romance popular – e não populista – é porque ele quis pensar a partir do povo, e sabia pensar do meio do povo, no meio daquele vozerio do cais. O seu lado popular não era populista porque era autêntico. Escreve Ana Maria Machado:

O que o romance amadiano nos traz são personagens marginais, injustiçados pela sociedade, que se recusam a continuar excluídos da Literatura ou vistos de cima com um olhar condescendente. Conquistam seu próprio espaço e avançam para o primeiro plano. Dominam toda a cena com suas falas que soam verdadeiras e fortes, suas ações cheias de heroísmo, sua luta para sair da condição de vítimas sociais, sua busca de liberdade e justiça, seu incontrolável erotismo. Nesse processo, são ajudados por lances do acaso, por vias que se entrecruzam com as suas, pela solidariedade e amizade dos que com eles compõem um coletivo popular.

Jorge via de perto esse povo miúdo; neste e em outros pontos, ele lembra um Dickens, que também teve uma visão social, ou o Victor Hugo dos *Miseráveis* (e, para quem gosta de coincidências, podemos lembrar que a mãe de Zélia Gattai, a notável dona Angelina, era leitora fervorosa dos *Miseráveis*, o que não deixou de preparar o grande encontro de que falaremos mais adiante).

Jorge enxergava tanto o povo miúdo que, aspirando à sua libertação, jogou todas as fichas, quando jovem, num projeto revolucionário. Em seu discurso de entrada na ABL, ele explica aos que o elegeram que ele foi um jovem como se deve ser, inconformado com as injustiças deste mundo. Foi rebelde na Literatura, e aderiu de corpo e alma ao ideário da revolução social. Ele chegou a dizer: “Eu fui estalinista de conduta irreprochável, subchefe de seita, se não bispo, ao menos monsenhor. Descobri o erro, custou trabalho e sofrimento, deixei a missa no meio, saí de mansinho.”

Claro que isso deveria influir sobre a sua primeira produção literária. É ele quem diz, num depoimento: “Na primeira parte de minha obra, escrita

quando eu tinha trinta e poucos anos, a ação era sempre acompanhada de um discurso político. Eu queria convencer o leitor, e não acreditava que a ação fosse suficiente. Por isso, fazia uma espécie de discurso político ao lado. Esse discurso desapareceu, depois, da minha obra.”

E um dia veio o desencanto. Em *Navegação de Cabotagem* ele conta como teve um pesadelo em seguida à descoberta de que havia tortura na Budapeste de 1951: “Com febre e frio, atravesso a primeira noite de dúvida, o coração transpassado, o estômago embrulhado, ânsias de vômito. A polícia comunista me espanca e pisoteia, obriga-me a confessar o que eu não fiz. Assim começou minha travessia do deserto.”

Jorge e Zélia ficam sabendo, também, do processo sofrido, na Tchecoslováquia, pelo grande amigo Artur London. E em 1956 já não era possível duvidar, com os fatos relacionados ao XX Congresso do Partido Comunista russo. Depõe Darcy Ribeiro: “O discurso de Kruschov no XX Congresso do Partido, desmascarando Stalin como genocida, matador de milhões de pessoas, foi um soco na cara de Jorge Amado”. Ele deixou o PC, e passou a manter distância de tudo o que fosse sectarismo de esquerda.

O que surpreende é que, mesmo na primeira fase da sua obra, o caldo doutrinário não apague o fogo poético de obras como *Jubiabá*, *Mar Morto*, *Capitães da Areia*. Neste sentido, ele entronca na vertente alencarina de que fala com eloquência em seu discurso de posse, e que eu me permito citar com uma certa liberalidade, porque aqui não é só Alencar que está em jogo.

Cito:

A grandeza de Alencar resulta de certos valores que marcam e definem toda uma vertente da nossa Ficção, assim como a grandeza de Machado é consequência de valores que caracterizam uma outra vertente do Romance e do Conto Brasileiro. Um é a força do povo, bravia, descontrolada, enchente e enxurrada, árvore nunca podada, jequitibá gigante, floresta enredada de cipós, grávida de cores violentas, rumorosa de vozes de pássaros, espalhando-se sem fronteiras como um rio em cheia, banhada de sol e de luar, excessiva e deslumbrante. Tentando transpor para o plano literário a língua doce e musical de nossa gente, longe da Gramática Portuguesa e da limitação dos clássicos, numa liberdade própria das grandes massas e das nações jovens. De valores assim é feita a obra de Alencar e seus defeitos e limitações provêm da terra onde está plantada, da pujança de suas raízes e de sua condição revolucionária. Sua permanência e sua universalidade, seu tempo e seu espaço, independem dos críticos, dos filósofos,

dos professores, dos estudos, dos ensaios, das palmas dos intelectuais, do elogio dos pedantes e aristocratas. Independem do papel escrito, pois os escritores dessa família de Alencar escrevem menos com tinta do que com sangue, menos com as regras da Gramática do que com o conhecimento da vida. Por isso, se sofrem o nariz torcido de certa crítica esteticista, arrastam consigo o amor do povo, e é nas mãos do povo que partem para o futuro, para serem amanhã os clássicos de seu tempo. Que importa a Alencar o persistente silêncio de nossos ensaístas e críticos, a desconfiança com que olham o mundo por ele criado, amedrontados ante as picadas por ele abertas, que importa a Alencar essa conspiração de silêncio se suas edições crescem e se multiplicam com o passar dos anos, se cada homem do povo conhece e estima seu nome, se a cada dia batizam-se dezenas de Iracemas, se os índios de seus romances viraram folclore, dança e carnaval, habitam para sempre em nossos corações? Sua imortalidade não é a das edições críticas, não é conservada nas bibliotecas. Sua imortalidade é viva, está nos trens dos subúrbios, nos alucinados lotações, nos bondes lentos, na bolsa do estudante, na noite pobre da costureirinha, no despertar do adolescente, nos milhares e milhares diariamente debruçados sobre livros seus, comovidos com a leitura. Esta é a glória que corresponde aos escritores da família de Alencar.

Eu leio com uma emoção especial essa defesa de Alencar, que é defesa do próprio Jorge Amado, porque (se me permitem a confissão) sou Alencar por parte de mãe, e primo em quarto ou quinto grau do nosso grande romancista. Mas também leio com emoção porque isso me lembra muito coisas que Villa-Lobos disse dele mesmo, quando precisou se defender da crítica “esteticista” a que se refere Jorge Amado. Jorge e Villa-Lobos são da mesma raça dos criadores telúricos, que acabam se tornando intérpretes de uma nacionalidade.

Jorge encontrou seu padrão de liberdade quando escreveu a *Gabriela* de 1958. Figura de sonho e de realidade, figura feminina desenvolvendo sementes mais antigas e anunciando outras grandes mulheres da ficção amadiana. É a história de como o sírio Nacib, homem bom, fracassa na domesticação de Gabriela. Ela chegara aos seus braços por espontânea vontade, num transbordamento de paixão. Até que um dia Nacib a encontra nos braços de outro homem. Pelos padrões da época e do lugar, isto seria pretexto para um drama italiano, regado a sangue. Em vez disso, o que acontece é uma negociação, em que Gabriela recupera a sua liberdade sem com isso dizer adeus a Nacib. Solução brasileira? Anúncio do compromisso de dona Flor? Nada é ortodoxo nessa história onde o clima poético e simbólico quase que toma a frente da

realidade. Nada é ortodoxo na ficção madura de Jorge Amado. Ele explica assim a sua oficina romanesca:

O personagem atinge sempre mais além de nós, criadores. Há uma parte do seu ser que jamais se entrega, que persiste misterioso, desconhecido mesmo para o romancista. Há sempre um momento em que o personagem escapa das mãos e do comando do seu criador e vai sozinho em frente, fazendo o que bem quer e decide – seja homem, seja mulher. Aliás, para mim – ele continua – a melhor prova de que o romance se põe de pé é exatamente essa: quando o personagem torna-se independente do autor, anda com os seus próprios pés, constrói ele próprio o seu destino.

Nessa aventura da liberdade está o segredo dos grandes personagens de Jorge Amado, passando pelo incrível Quincas Berro d'Água, que quer morrer à sua maneira peculiar. Mas em autores como Jorge Amado, as generalizações têm uma eficácia relativa. Cabe ainda a Ana Maria Machado uma das mais belas análises de como Jorge, crescendo colmo artista e como ser humano, refina constantemente os seus processos até chegar à complexidade narrativa e temática da *Tenda dos Milagres*, onde aparece o Pedro Archanjo.

Diz o próprio Jorge: “De meus livros, é o meu preferido, cuja temática mexe muito comigo. Talvez Pedro Archanjo seja, de todos os meus personagens, o mais complexo. Questões importantes são abordadas através dele: o não sectarismo, a consciência de que as ideias não devem consumir o homem.” Quando lhe perguntaram – continua Jorge – como ele conseguia ser materialista e, ao mesmo tempo, exercer suas funções no Candomblé, ele respondeu: “Meu materialismo não me limita.” Frase que poderíamos aplicar ao próprio Jorge.

E surge, então, essa criação complexa, eu diria polifônica, que é o Pedro Archanjo, mulato elegante, personagem de um autor que já não está trabalhando com linhas muito nítidas. Há um primeiro narrador, que está fazendo uma pesquisa sobre a obra de Pedro Archanjo, a pedido de um professor da Universidade de Columbia, para servir de prefácio à publicação dessa obra em Inglês. Só por aí já vemos a expansão do território romanesco de Jorge Amado. Há um *flash back* para a reconstituição da morte de Pedro Archanjo, ocorrida 25 anos antes – um Pedro Archanjo velho, pobre, cachaceiro, doente do coração. Aparecem os mais diversos depoimentos construindo uma imagem caleidoscópica do nosso herói. Ficamos sabendo dos seus muitos estudos, dos seus amores, das suas teorias que celebram a mestiçagem e a cultura mesti-

ça, contra intelectuais da época que defendiam a eugenia (um capítulo hoje um pouco esquecido da História do Brasil). Há um conflito crescente entre as ideias de Pedro Archanjo e o que se queria fazer passar, então, por científico. Pedro não é só o nacionalista instintivo: é o estudioso que vai buscar livros que possam ajudá-lo a defender suas ideias. Mas acaba preso como desordeiro, seus livros confiscados. É todo o corte seccional de um período que mexe com Jorge Amado, e que ele dramatizou de maneira brilhante.

Há uma constante, em tudo isso, que é uma fidelidade à Cultura Popular. Eu diria que Jorge Amado consegue fazer, na Literatura, o que Villa-Lobos fez na Música: derrubar as barreiras entre o que vem das raízes e o que pertence a uma vivência culta. O que foi o folclore para Villa-Lobos foi, para Jorge Amado, aquele universo baiano que ele conhecia em todas as suas dimensões, com os seus tipos característicos, sua força, suas paixões, seus sofrimentos. E assim como Villa-Lobos usou o folclore, usou as nossas tradições melódicas, Jorge Amado utilizou, sem a menor cerimônia, ingredientes da arte popular como a Literatura de Cordel e o estilo dos folhetins. Como se vê até em cabeças de capítulo como este, de *Gabriela*: “Aventuras e desventuras de um bom brasileiro (nascido na Síria) na cidade de Ilhéus, em 1925, quando florescia o cacau e imperava o progresso. Com amores, assassinatos, banquetes, presépios, histórias variadas para todos os gostos [...]”

Ou este outro, de *Tieta*:

Morte e ressurreição de Tieta, a filha pródiga, contendo introdução e palpites do autor, inesquecíveis diálogos, finos detalhes psicológicos, pinceladas de paisagens, segredos, além da apresentação de algumas figuras que desempenharão destacado papel nos acontecimentos passados e futuros narrados neste apaixonante folhetim [...].

É a Literatura Popular, nesse tom melodramático que hoje identificamos nas novelas. Podia ser só um melodrama; mas nas mãos de Jorge Amado vira uma outra coisa, assim como, nas mãos de Villa-Lobos, um simples tema nordestino pode ser o alicerce de uma das Bachianas Brasileiras.

Faltou falar de Zélia. Mesmo se ela não fosse a sexta ocupante da Cadeira 23, seria difícil, ou impossível, falar de Jorge sem falar de Zélia. É uma das características da Cadeira 23 que ela tenha produzido não só personalidades marcantes, mas também casais marcantes. Jorge e Zélia fazem *pendant*

como Machado e Carolina. Dois exemplos desse amor que move o sol e as estrelas – para citar o Dante tão apreciado pela mãe de Zélia.

Zélia Gattai aparece na vida de Jorge bem antes *del mezzo del camin*, como a companheira perfeita. Grandes criadores às vezes têm esta sorte. Aconteceu com Villa-Lobos, que teve duas extraordinárias esposas. Zélia foi o sustentáculo de Jorge quando o casal teve de largar-se pelas estradas do mundo, ao sopro amargo do exílio. Era dela a reserva inesgotável de otimismo. Ela foi a mulher forte de que fala a *Bíblia*, ao longo de mais de cinquenta anos. Depois, superadas as dificuldades, ela continuou a criar em volta dela aquele lar com que sonhamos todos. E isso era uma coisa tão rica que eles – Jorge e Zélia – tiveram a bondade, a generosidade de partilhá-lo com os amigos. Sabem disso os que os visitaram em Paris; e, mais ainda, os que participaram da vida colorida na residência do Rio Vermelho. Eram festas do coração, que se prolongaram por muitos e muitos anos.

Falando de Zélia, essa palavra me vem à mente: coração. Quando eu era um menino de escola, circulava nos ambientes familiares um livro que se chamava *Coração* – o extraordinário *Cuore*, de Edmundo de Amicis, aqui publicado na digna tradução de João Ribeiro. Era a história de uma escola italiana, e do menino que ali fazia o seu aprendizado de vida. O menino contava em casa o que vivenciara na escola. O pai, modelar, comentava os acontecimentos, em cartas afetuosas. Era a educação do coração.

Onde anda ela, nos tempos modernos? A vida ficou rápida demais. A televisão criou uma realidade paralela. Os pais nem sempre têm tempo ou paciência para conversar com os filhos – e os filhos nem sempre estão dispostos a conversar com os pais.

Graças a Deus, ainda temos afetividade na nossa vida brasileira. Há pouco tempo, estive com uma senhora brasileira que passara cinquenta anos em Paris sem voltar ao Brasil – filha do insigne musicólogo Luiz Heitor Correa de Azevedo. Encontrei-a, achei-a simpaticíssima, e perguntei-lhe o que lhe chamara a atenção ao reencontrar o Brasil depois de tanto tempo. E ela me disse, com um meio sorriso: “Vocês aqui têm coração”. E eu fiquei tocado pela resposta, porque nós somos sentimentais.

Mas coração não é sinônimo de sentimentalismo. É o mais alto órgão do conhecimento, como gostam de explicar algumas doutrinas orientais. É uma intuição que vai muito além da razão; que é capaz, por exemplo, de per-

ceber o outro, a fantástica realidade do outro, e, em condições favoráveis, estabelecer um verdadeiro encontro de pessoas.

Quem falou disso, no Brasil, com uma profundidade e uma intensidade peculiares, foi o nosso grande filósofo Farias Brito, cearense, hoje esquecido. Ele gostava de lembrar, já no começo do século XX, que nós éramos diferentes dos norte-americanos, e não precisávamos nos envergonhar disso. Ele mostrava a diferença entre o pragmatismo anglo saxão e a nossa maneira de ser, mais lírica, mais contemplativa, menos comprometida com a embriaguês da ação.

Naquela época, décadas atrás, os Estados Unidos já eram uma potência, e é óbvio que o pragmatismo tem aspectos muito interessantes, é até necessário. Mas não devíamos perder de vista que isso não é tudo na vida; talvez não seja nem o principal. Porque a vida humana não se resume numa corrida em direção ao sucesso; e quando nos atiramos nessa corrida, o vizinho do lado passa a ser um obstáculo, alguém a ser derrotado, e não um ser humano. Por tudo isso, devemos aplaudir o Pof. Candido Mendes quando ele trabalha denodadamente a sua Academia da Latinidade; a nossa tradição que vem de Roma, e que é uma outra maneira, original e importante, de estar no mundo.

Tudo isso eu aprendi, ou reaprendi, lendo os livros de Zélia – começando com o primeiro, o admirável *Anarquistas, Graças a Deus*. Não por acaso, esse livro esgotou uma edição após a outra. Ele nos mostra de dentro essa grande realidade que é a imigração italiana, um dos fatores de transformação do Brasil moderno. Foi um influxo de vida, de animação, de colorido – e o Brasil inteiro sentiu esse sangue novo. Na Música, ele se traduziu em alguns dos pilares do nosso Modernismo: Guarnieri e Mignone em São Paulo, Gnattali no Rio Grande.

Contando a história da sua família, Zélia tem o *feeling* da vida – num toque tão leve, tão autêntico, que me faz lembrar esse outro clássico que é o *Minha Vida de Menina*, de Helena Morley. Uma e outra tinham a percepção desse mistério em que estamos mergulhados; que pode às vezes ser sofrido, e até trágico. Mas, lá no fundo, brilha sempre a esperança, e a vida está sempre disposta a começar de novo.

Esta é a literatura de Zélia, que depois se desdobra numa grande história de amor. Seus livros formam o romance da vida que ela partilhou com Jorge Amado, e que, com a generosidade que os caracterizava, eles abrem também para nós. Não há quem não tenha ficado mais rico com essa convivência.

Senhores acadêmicos, senhoras acadêmicas,

Permiti-me algumas palavras sobre a indigna criatura a quem concedestes o governo provisório da Cadeira 23. Nasci músico, tenho vivido na Música, na Música pretendo morrer. Que mistério é esse que nos envolve, e nos abre as portas da transcendência? Beethoven disse uma vez que a Música é uma revelação mais alta do que toda Filosofia. Podeis concordar ou não com essa frase; mas é fato que a magia da Música rompe as fronteiras mais recônditas, talvez porque ela seja mesmo um idioma universal. Veja-se, em anos recentes, como a Música Ocidental penetrou na Ásia, sobretudo no Japão, onde compositores nossos como Pixinguinha e Nazareth são imensamente populares!

A riqueza da musicalidade brasileira é extraordinária, vindo lá das cabeceiras da nacionalidade, viajando do povo até a sua expressão mais culta. E neste sentido eu quero prestar aqui minha homenagem ao grande compositor cujos cinquenta anos de morte celebraremos em 2009: Heitor Villa-Lobos.

Foi com Villa-Lobos que veio abaixo o Muro de Berlim que separava artificialmente os gêneros. Foi em Villa-Lobos que as raízes musicais brasileiras completaram a sua migração até os tipos mais sofisticados de produção artística – bastando citar como exemplo a série colossal dos “Choros”.

E Villa-Lobos foi um dos muitos compositores brasileiros em quem a Música deu a mão ao texto literário: temos, de sua autoria, o poderoso “Poema de Itabira”, sobre texto de Carlos Drummond de Andrade. Temos Claudio Santoro fazendo as suas “Canções de Amor” sobre poemas de Vinicius de Moraes; temos Camargo Guarnieri musicando Manuel Bandeira, Cecília Meireles; temos Tom Jobim na sua fecunda parceria com Vinicius de Moraes; temos Chico Buarque dialogando com ele mesmo. E aqui nesta sala estão alguns dos continuadores dessa lição de Villa-Lobos: lição de vida e de nacionalidade.

Ao oferecer-me a honra de vosso convívio, satisfizestes um desejo de Manuel Bandeira expresso em crônica de 1959. Grande amigo da Música, Bandeira dizia, então, que já estava na hora de termos, na Academia, um representante da Música, e ele citava os importantes críticos musicais daquela época: um Ayres de Andrade, um Andrade Muricy, que foi grande crítico de Música e de Literatura, autor de um monumental Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro. Que eu tenha sido o primeiro a ser chamado para repre-

sentar a Música na vossa egrégia Assembleia é fato que me enche de alegria e de um sentimento de responsabilidade quase esmagador.

Mas eu queria falar também de uma outra paixão da minha vida, que tem garantido até hoje a minha subsistência. Nesse terreno, eu não inovo em nada, porque esta Casa tem sido pródiga em bons jornalistas. Mas, a cada geração, o Jornalismo é chamado a renovar-se, a responder às necessidades da hora.

Ele nem sempre é estimado pelos poderosos, e eu diria mesmo que há uma superstição que fala da Mídia como de uma coisa assustadora. Mas acho que é função dos jornalistas ser, mesmo, aquela mosca varejeira, incômoda, que Sócrates queria ser para os seus conterrâneos de Atenas. De um modo geral, os governantes não gostam de críticas. Muitos anos atrás, a condessa Pereira Carneiro, diretora do *Jornal do Brasil*, encontrou-se, entre outros diretores de jornal, com o presidente Costa e Silva, e solicitada a prestar a sua colaboração aos assuntos nacionais (é bom lembrar que isso foi antes do AI-5), disse ao presidente, para ser gentil, que prometia uma “crítica construtiva”. Ao que Costa e Silva respondeu, naquele seu jeito meio folclórico: “Crítica construtiva não, eu quero é elogio, mesmo.”

É o que os governantes desejam, com as boas exceções à regra. É o que o Presidente Lula tem cobrado da Imprensa. A isso temos de responder que Jornalismo a favor dificilmente é bom Jornalismo. E basta comparar, olhando o mapa-mundi, os países que têm Imprensa livre com os que não têm para perceber, imediatamente, quem está em situação mais favorável.

Em 45 anos de jornal, acho que conheci todos os aspectos da profissão, e aprendi a amar esse trabalho tantas vezes áspero, onde pode haver deslizos, claro, mas onde somos chamados permanentemente a um exercício de objetividade. Os filósofos discutem sobre o que é a verdade. No Jornalismo, temos de decidir sobre isso todos os dias, se queremos prestar um bom serviço, se queremos ser úteis à coletividade. E creio que, de um modo geral, não temos fracassado nesse esforço: não me consta que a imprensa brasileira tenha do que se envergonhar, se comparada ao que se faz nos centros mais desenvolvidos.

Eu queria terminar essas palavras, que já vão longe, com três homenagens. A primeira delas, ao meu tio bisavô Afonso Celso, filho do Visconde de Ouro Preto, que me antecedeu nesta Casa, e que foi um homem profundamente dedicado às coisas brasileiras. Ele costuma ser lembrado por um pequeno livro, *Por Que me Ufano do meu País*, e como o brasileiro é irônico e descon-

fiado, Afonso Celso é acusado, às vezes, de ter sido muito otimista quanto às nossas possibilidades. É uma discussão em aberto; mas eu partilho com ele o amor ao Brasil que ali se reflete. Pertencemos, ele e eu, ao time de Gilberto Amado, que dizia, com a sua ênfase característica: “Quem não gosta do Brasil não me interessa.”

Queria também prestar uma homenagem ao saudoso Evandro Carlos de Andrade, diretor de redação de *O Globo* e depois da TV Globo, que me abriu novas perspectivas num momento em que eu hesitava quanto aos meus rumos profissionais. E, finalmente, deixo aqui minhas homenagens ao meu mestre José Barretto Filho, cujo centenário de nascimento comemoramos neste ano da Graça de 2008, e em quem eu encontrei, na bela expressão de Raíssa Maritain, a alegria da inteligência.

II

RESPOSTA DO SR. TARCÍSIO PADILHA

Um menino ouvia rádio, sem cessar, até que a isso fosse compelido por sua mãe. E ele ouvia um simples sanfoneiro. Aos cinco anos recebeu de presente um acordeom. E, sem professor, aprendeu a tocá-lo por conta própria. E dedilhava o seu novo brinquedo no portão de sua casa, em Laranjeiras. Até que o levaram a se exibir numa quermesse que pretendia levantar fundos para a construção da Igreja do Cristo Redentor. O hoje mestre do Jornalismo e da Música, Luiz Paulo Horta, acadêmico, descendente de José de Alencar e do Visconde de Ouro Preto, disse à época a respeito: “Sempre penso em invocar esta cena quando chegar ao Juízo Final. Ajudei a construir uma igreja!”

Acadêmico Luiz Paulo de Alencar Parreiras Horta,

Vossa vida ganhou novo impulso musical, quando, aos oito anos, recebestes um piano de presente de vosso avô paterno, Paulo Parreiras Horta, médico pesquisador que trabalhou com Oswaldo Cruz. Frise-se que a vossa avó materna era excelente pianista e o vosso pai, apaixonado por ópera.

Ao ver o neto dedilhando com agilidade o piano, o generoso avô aconselhou-vos a estudar com Magda Tagliaferro. A família, com temor pragmático de que um artista não teria condições de se sustentar, esfriou a sugestão. O que não vos impediu de seguir em frente com a vossa vocação e frequentar a Pro Arte. E assim, ignorando os conselhos divorciados de vosso pendor,

tocáveis de ouvido Chopin, sinfonias de Beethoven, os concertos de Brandenburgo.

Aos dezessete anos, sobreveio uma situação-limite de que jamais vos recuperastes completamente: a perda de vossa mãe. Naquele então, começastes o curso de Direito, sem convicção, ou qualquer laivo de entusiasmo. No horizonte, uma nova luz vos atraiu – o Jornalismo. Com armas e bagagens partistes para o novo desafio ao qual vos mantendes fiel há 45 anos. Registre-se que, desde os dez anos, vínheis vos devotando à leitura com afinco, a revelar as duas faces de vossa vida intelectual e profissional articuladas: as Letras e o Jornalismo, numa imbricação indissociável.

Sobre a nova vida de jornalista, escrevestes: “Por incrível que pareça, foi a minha salvação: foi um fio-terra, num período de angústia e desorientação.”

Outro dado relevante viria se somar ao ingresso nas lides impressas: a Rua da Matriz. Deram-se dois encontros decisivos, o primeiro com a família Barretto Filho, cujo *pater familias* haveria de se tornar o vosso mestre incontestado, ao longo de toda a vida, em que pese a diferença de trinta anos entre vós. José Barretto Filho, professor e escritor de fôlego, era homem de vasta cultura e superior inteligência, que tem sua biografia condecorada com um texto sobre a sofrida correspondência entre Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, um belo e consistente estudo sobre Machado de Assis (a merecer reedição), além de romances e ensaios de múltipla natureza. Este ano se celebram os cem anos de seu nascimento. Professor da PUC, jurista de raro talento, educador, filósofo e historiador da Cultura Hindu, dele fui colega no Conselho Federal de Educação e no Magistério Superior e posso testemunhar a grande lacuna que significou o seu desaparecimento. Pois foi ele quem orientou em vosso percurso intelectual os passos mais consistentes, designadamente na problemática filosófica e nas questões de fronteira entre a Filosofia e a Religião.

Entre vós e Barretto Filho, havia uma geração de diferença o que jamais constituiu óbice a uma relação intelectual e espiritual particularmente frutífera. O Oriente perpassava a *Weltanschauung* do velho mestre. Para vós, o Oriente, longe de vos distanciar de vossas convicções mais impregnadas da fé em que fostes educados, vos sussurrava um fenômeno religioso totalmente despojado da rotina, do hábito. É que, por vezes, o Cristianismo poreja em alguns fiéis uma espécie de banalização indevida, longe da solidez teórica e espiritual que herdamos dos grandes luminares, designadamente dos místicos

que, segundo Henri Bergson, eram dotados de um bom senso superior. Dissestes certa feita que foi nas tradições mais profundas do Oriente que havíeis encontrado o vosso nervo metafísico. É que tais descobertas reveladoras não se haviam submetido ao dogmatismo da razão, ou melhor, a um racionalismo pretensioso e mesmo pueril. O mistério conservou toda a sua inteireza em vosso espírito e vos propiciou uma abertura de espírito, sem a qual, nem a Filosofia, nem a Religião, nos permitem respirar o ar puro de uma verdade que para nós acena como forte luz a balizar nossos caminhos. Mas o velho Barretto haveria de vos ensejar outro encontro decisivo para a vossa vida, com Cecília, diletta filha do mestre. Os Barrettos moravam perto da vossa residência. Rua surpreendente, porquanto nela habitavam famílias particularmente numerosas. Além dos Barrettos, que tinham doze filhos, os Lacombe abrigaram um pequeno clube de treze filhos e os Assis Ribeiro doze e vós éreis nove irmãos. Pudera, era a Rua da Matriz!

Cecília, filha de Barretinho, como o chamávamos, era toda graça e pureza angélica. Ela e vós vos destes às mãos e percorrestes um caminho pleno de felicidade, até que o Senhor a chamou para o seu convívio. Um ilustre monge me disse recentemente que a presença de Cecília no Colégio Santo Bento foi uma luz que lá penetrou profundamente e deixou marcas indeléveis.

A perda de vossa mãe vos fez com que vos afastastes da fé familiar. Vosso pai quase se tornou monge beneditino, ao tempo em que uma leva de homens talentosos tomou hábitos, como D. Marcos Barbosa, Dom Irineu Pena (há pouco falecido, aos 92 anos), D. João Evangelista, oriundos de profissões diversas. Vossa formação católica sofreu abalos e vos levou à contestação radical e ao cultivo do Marxismo, à época quase inevitável. Era o vosso tributo a um sarampo ideológico, à época, manifestamente epidêmico.

A Filosofia fez parte de vosso cardápio, mas alguma voz vos sibilara que o racionalismo não dava conta das profundas indagações do espírito humano. Seria talvez uma espécie de geometria do espírito, e não o seguro condutor da inteligência ao núcleo dos problemas essenciais com que se defronta o homem. A razão raciocinante e suas deficiências vos conduziram intuitivamente a dela vos apartar em suas pretensões excessivas à explicação do real em sua inteireza. Isto sem jamais negar o valor da inteligência, em seu sentido etimológico.

É quando ingressa em vossa vida intelectual e espiritual o casal Maritain, cujos livros à época eram muito lidos nos meios católicos. Raissa

Maritain, em *Les Grandes Amitiés*, traça um retrato fidedigno das oscilações espirituais e das conquistas do chamado *Renouveau Catholique*. Isto após o difícil momento existencial vivido por Jacques e Raissa, no Jardin des Plantes. Ali, bem perto da casa em que Peter Wust se hospedou para frequentar os intelectuais católicos franceses, concluíram os jovens pensadores que, se a vida carecesse de sentido, como então acreditavam, nada mais racional do que pôr fim à existência. O gélido pacto de morte se viu superado pelo fogo da fé que incendiou suas almas jovens.

Adiante se dará a ruptura dos intelectuais católicos com o historicismo impositivo e mesmo uma avaliação desfavorável da preeminência da própria História. Delineando o perfil dos *sorbonards*, Raissa escreveu:

[...] a História tornara-se para eles uma espécie de ciência-rainha, que herdava, sem poder carregá-los, todos os direitos da Metafísica repudiada; e eles ainda a tornaram mais arrogante ao pretender transformá-la em ciência exata, cobrando dela a explicação definitiva da vida do pensamento, através de uma pesquisa das fontes que fugira sem fim de causa accidental em causa accidental.

Deu-se então o encontro com o fogoso Léon Bloy que, em vez de teoria, trazia o seu compromisso sem volta com a plena doação de seu viver ao Caminho, à Verdade e à Vida. Vós dissestes que Léon Bloy “não era uma teoria, e sim uma grande verdade de carne e osso”.

A decepção com o racionalismo vos fez volver os olhos para a vossa infância, quando, deslumbrado, observáveis as formigas e aranhas do jardim e o barulho dos bambus sacudidos pelo vento que deixava vossa alma em enlevado estado poético.

Cabe aqui devolver-vos a palavra para narrardes o milagre de uma descoberta transcendente que vivenciastes:

[...] passeando uma tarde pelo terraço de nossa casa, notei que o brilho do sol poente e a luz pálida do crepúsculo se combinavam, imprimindo à aproximação da noite uma beleza fora do comum e um encanto desconhecido. As próprias paredes da casa vizinha pareceram transfiguradas. Erguendo o véu da vulgaridade que envolve o mundo cotidiano, seria acaso o poente o mago autor desse milagre? Não. Eu bem discernia a causa de tudo na impressão produzida em minh'alma por esse espetáculo: aquela visão de beleza eclipsara a minha consciência de mim mesmo. Até então, ao ritmo diário da

vida, o Eu me atravancava a consciência, alterando e encobrindo toda a perspectiva. Naquele instante, ao contrário, esse Eu passara para o segundo plano, e pude então distinguir o mundo sob seu verdadeiro aspecto. Tudo nele cintilava de beleza e de alegria. Morreria a vulgaridade.

É um instante privilegiado que experimentastes e que fala fundamente da densidade do mistério que se aninha no mais recôndito de nosso ser. Daí vossa visão do Cristianismo que “não foi inventado para ser o governo do mundo”, porque “continua a ser um mistério”. Para “penetrar esse mistério [...] o orgulho da inteligência é um obstáculo real”.

A força gravitacional da imanência não se aninhara em vossa alma, mesmo em instantes cinzelados pelos apelos da desesperança. É que uma inspiração maior se alojara nas fimbrias do vosso ser a falar de valores superiores. Como olvidar o pensamento atual de Jean Baudrillard: “o velho sistema de valores substituído pela troca generalizada de mercadorias só nos levou à impossibilidade de troca?”

O trecho de vossa experiência quase mística é o início de uma caminhada, prenúncio de um encontro definitivo com a fonte única de toda a inteligibilidade e de toda a bondade. É todo um roteiro ajustado à forte palavra de São João da Cruz: “Para que possa ser tudo, deseje ser nada. Para que possa ter tudo, deseje ter nada.”

Não se cuida aqui de despojar o homem de sua dignidade, de sua autonomia, de sua liberdade. Menos ainda de lhe cortar as asas para os grandes voos existenciais. E sim de retirar-lhe os grilhões que o prendem à epiderme da realidade, às conjunturas passageiras e fugazes que nos desviam o olhar do genuíno foco — o núcleo do nosso próprio ser, aquele que nos permite uma aproximação ontológica com o outro e, sem a qual, a vida fenece, se estiola e mesmo murcha. Bem sei que vós subscreveríeis tais veredas conducentes ao grande sertão que nos espera (rosianamente falando), o plano em que nosso destino poderá superpor-se à nossa vocação.

O novo século nos vem revelando um mundo conexo e interdependente. É o momento de homens e mulheres embebidos numa visão humanista forçarem por tornar mais amiudado o diálogo interpessoal e entre nações aptos a lograrem o entendimento, a concórdia e a paz. A voz dos humanistas se faz crescentemente necessária.

Se for verdade que o pensar e o ler vivem e respiram uma circularidade mutuamente enriquecedora, cabe perquirir o sulco de vossas leituras. Voraz leitor sempre fostes, desde o dealbar de vossa vida intelectual. Aos dez anos, a História Romana desfilava seus capítulos em vosso espírito ávido de abarcar o sedutor universo à vossa volta.

A filosofia que temos depende do filósofo que somos, repetia Georg Simmel, e encontrá-la no recesso do nosso ser implica em acompanhar delicadamente os momentos em que a criação começa a fazer morada em nosso espírito, sem nos darmos conta das sementes que se vão plantando sub-repticiamente em nosso espírito.

Quais teriam sido as sementes que se alojaram nas dobras de vossa alma? Vós mencionastes a trindade universal do vosso mundo de leituras, Cervantes, Dostoyevsky e Thomas Mann. Escritores de ideias (mesmo Cervantes) abriram de par em par as portas para a complexidade da alma humana, apresentando-a em suas células mais recônditas, por vezes com uma tocante simplicidade.

O romance *Dom Quixote* talvez seja uma espécie de introdução quase obrigatória para se penetrar nos recantos mais profundos da alma humana, como que sintetizando a *bellum intestinum* entre o realismo e o sonho, o racionalismo e a livre imaginação, a filosofia lastreada no puro bom senso e aquela que se abre ao mistério e aos desafios das dúvidas que precedem as adesões à busca de horizontes sem limites, da prosa que poetiza as belezas do existir.

Páginas de Dostoyevsky nos falam de uma sofrida existência imersa em tragédias cercadas de lances do cotidiano, em que emerge, com frequência, uma abertura de almas, com diálogos de raro alcance ontológico. Vós sentistes o baque causado pela leitura de *O Idiota* do escritor russo. E não resististes à tentação de ler muitas outras obras do romancista russo, dentre as quais há que citar *Os Irmãos Karamazov* e *Crime e Castigo*. Estavam lançadas as bases sólidas para outras buscas que geraram o Jornalismo Literário que encarnais com *aisance* inconfundível.

A atração pela obra de Thomas Mann, vós o confessais sem rebuços, promanou da vossa paixão pela Música. O escritor alemão, que abandonou a Alemanha para fugir da tirania dominante no País, e que haveria de horrorizar o mundo inteiro, proferiu, em Zurique, uma conferência intitulada

“Sofrimentos e Grandeza de Richard Wagner”. A fúria despertada pelo pronunciamento do escritor levou-o a buscar abrigo no exterior.

Mais tarde, Thomas Mann publicaria o seu último livro, o famoso *Doktor Faustus*, em que o herói, Adrian Leverkühn, é um compositor em crise existencial, vítima de impiedosa sífilis (vós vistes aí o símbolo para a doença da própria Alemanha). É a barganha faustiana. No entanto, o que importa é frisar que o aureolado romancista alemão buscava um novo sistema de composição. O que gerou um sério problema, pois fora perseguir um sistema de composição que outro não era senão o dodecafonismo, a música dos doze sons. Sobreveio a acusação de plágio de Schoenberg, quando a desarmonia entre dois gigantes entrou pela porta dos fundos.

Na verdade, vós avaliastes Thomas Mann como uma mistura de lirismo com uma certa seriedade alemã que havíeis encontrado na Música. Fostes pinçar no século XVII (no vosso entender mais rico do que o subsequente) Fénelon, místico que escreve com a dignidade de um Racine, assentistes. Outro místico vos atraiu a atenção, Newman, que sacudiu os ingleses com a sua conversão ao Catolicismo, ao abandonar a Igreja Anglicana, após anos de estudo, reflexão crítica e permanente oração.

Podemos mencionar, em obediência ao paralelismo Música/Literatura, vossa admiração por Jane Austen. Escrevestes: ela “parece realizar nas letras um certo ideal mozartiano – leveza, graça, espírito, tudo isso embrulhado no mais puro Classicismo. E como o Classicismo é necessário para temperar os nossos ardores românticos”, concluístes. Chesterton e seu estilo original atraíram vossa atenção pela surpresa dos paradoxos criativos e a mestria de uma dialética primorosa.

Frequentastes famosos romancistas católicos, como François Mauriac, para quem “o romancista é, de todos os homens, aquele que mais se parece com Deus: é o imitador de Deus”, além de Georges Bernanos e Graham Green. Sem mencionar aquele que fundamente penetrou na alma de várias gerações pela radicalidade de seu compromisso com a fé, o já citado Léon Bloy. A turbulenta e vivaz caminhada espiritual do trágico romancista constituiu para vós “uma aventura pessoal de que Eu não conheço limites”. Em vosso baú de admirações há um lugar especial para Jorge Luís Borges.

Fixando o olhar em nossa Literatura, avulta com vigor em vossa admiração Machado de Assis, o verdadeiro milagre brasileiro e fundador da Cadeira que hoje passareis a ocupar.

Lima Barreto é também objeto de vossa atenção e integra a trindade literária tão identificada com a alma da Cidade Maravilhosa, juntamente com Machado de Assis, Lima Barreto e Carlos Heitor Cony.

A Academia Brasileira de Letras vem abrigando, desde sua fundação, há III anos, literatos e cultores das mais diversas áreas do saber e das mais diversas profissões. Com Machado de Assis, Joaquim Nabuco e outros escritores de nomeada, a novel instituição entendeu de gerar um convívio culturalmente múltiplo entre seus membros por maneira a se constituir num grupo representativo dos valores intelectuais da vida brasileira. Romancistas, poetas, críticos literários, contistas aqui convivem com sociólogos, historiadores, cientistas, filósofos, teólogos, cultores de Ciências Humanas e Sociais e de diversas artes. E também profissionais da Educação, da Medicina, do Direito, da Comunicação, e de numerosos outros campos da atividade humana.

Vós ingressastes no Jornalismo em momento de desencanto e dele colhestes a emulação para superar o *non sense* daqueles dias cinzentos. Pudestes trabalhar nos grandes jornais desta cidade trepidante. Astros da profissão, muitos dos quais escritores renomados, chefiavam redações e, assim, contribuíam para a formação de novas gerações de jornalistas. Podeis dizer que Elio Gaspari, Wilson Figueiredo, Luiz Alberto Bahia, Heráclio Salles e Luiz Garcia vos deram o fulcro de sua experiência e vos prepararam para as jornadas que iríeis trilhar e de que vos tornastes um dos expoentes. O *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil*, o *O Globo* marcaram os 45 anos de vossa atividade jornalística. Os fatos relevantes do País e do exterior pervadem o espaço jornalístico e demandam interpretações. Daí a extensão cultural que se exige dos profissionais da Comunicação.

Cabe recordar a palavra de Wickham Steed, um antigo editor do *The Times*, de Londres:

o jornalista ideal seria aquele que, tendo dominado e assimilado a sabedoria dos antigos, as filosofias dos mais modernos, o conhecimento dos cientistas, a mecânica dos engenheiros, a história da sua própria e a das outras épocas, bem como os principais fatores da vida econômica, social e política, fosse capaz de guardar todas essas coisas

em sua mente e fornecer tanto quanto delas pudesse ser prontamente digerido por seus milhões de leitores, em proporção a um desejo que ele adivinharia.

Há uma pressão constante nas redações o que levou T.S. Eliot a obter: “há espíritos com os quais tenho uma estreita afinidade; não se põem a escrever senão sob a pressão de uma oportunidade imediata, ou somente sob essa pressão atingem o seu melhor rendimento. É tal disposição de espírito que me proponho considerar como característica do Jornalismo”.

Entre nós, o Jornalismo se transformou na ponte conducente às Letras. Escritores nasceram na desafiante tarefa de comunicar fatos e opinar nas redações dos periódicos. A Academia Brasileira de Letras acolheu até agora 278 escritores, cerca de uma centena e meia dos quais provieram da Imprensa. Houve acadêmicos que nasceram como escritores nas redações de jornais e revistas. Outros foram articulistas sistemáticos ou esporádicos. Todos se beneficiaram do dinamismo do cotidiano do Jornalismo.

Do passado, luziram na Mídia Impressa, dentre muitos outros, os nomes de Sílvio Romero, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Adonias Filho, Afrânio Coutinho, Álvaro Lins, Austregésilo de Athayde, Alceu Amoroso Lima, Assis Chateaubriand, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Castello Branco, Marques Rebelo, João Ribeiro, Odylo Costa, filho, Raimundo Magalhães Júnior, Ribeiro Couto, Roberto Marinho, Josué Montello.

Sr. Acadêmico Luiz Paulo Horta,

Ao longo de mais de quatro décadas vós vindes espraçando as chispas de talento de vossa pena brilhante. Escrever é um ato existencial prioritário nas curvas da historicidade dos autenticamente vocacionados para as lides literárias. Vós o sois, porque escrever é comunicar-se, é estender a mão ao outro para tocá-lo em sua sensibilidade. É convidar o próximo para o diálogo silencioso e fecundo de almas em busca de comunhão. Cuido caber repisar a respeito a pergunta que o saudoso amigo e escritor Antonio Carlos Villaça formula para si mesmo: “Que é escrever, para o escritor? Escrever é, para mim, a única forma de conviver. E, pois, de viver e de conviver. Transviver”.

Escrever é, para vós, uma constante busca da verdade e não das certezas periféricas que nos iludem a inteligência e a distraem da tarefa mais consistente de perquirir e sondar o núcleo do ser que, essencialmente, se situa no imo d'alma e está aberto ao outro e à Transcendência. Ninguém possui a verdade, ela vive dentro de nós e pervade todos os nossos espaços. Como sentenciou Hans Urs von Balthasar, "a verdade é sinfônica". Ela unifica a multiplicidade de dimensões da pessoa e lhe dá respaldo ontológico e vivificador. A orquestra precisa de um maestro, mas também de cada instrumento com funções bem definidas e sem qualquer deles o conjunto sinfônico não nos oferta a harmonia que nos encanta. A verdade por igual carece de espaço e de amplitude para a sua vigência em nosso espírito, sem as limitações de uma visão fundamentalista que lhe tolhe a torrente de energia que nos enche a alma de enlevo.

Não foi à toa que vós partistes do Jornalismo Cultural para a Filosofia e a Teologia, além de vos haverdes devotado à Música como linguagem divina.

Vós sois um ponto de encontro do jornalista com o literato. As fronteiras entre ambos nem sempre são nítidas. Isto porque o Jornalismo é encarado como uma forma de, sem adiposidade, revelar os dados em sua pureza quase absoluta. Para Emile Boivin, citado por Helio Consololaro, Homero é visto como o primeiro repórter ao narrar na *Ilíada* os combates entre gregos e troianos. A verdade é outra: a obra é perenemente literária, como, entre nós, o são *Os Sertões* de Euclides da Cunha, os romances de Rachel de Queiroz, as obras de Guimarães Rosa e de Machado de Assis, nascidas muita vez em jornais e revistas.

Alceu Amoroso Lima visualiza o Jornalismo como um gênero literário e, efetivamente, o é, pelas peculiaridades das escritas que nos chegam, em periódicos de boa feitura, regadas de figuras de retórica e com fluência natural.

É bem de ver que, hoje, o Jornalismo retrata a fugacidade do dia-a-dia. As interpretações constituem um bálsamo para mitigar a massa de informações que superlotam a nossa retentiva e atulham a nossa memória.

Vós sois um jornalista pleno que, partindo de dados objetivos, palmilhais a via opinativa de uma rica muticulturalidade. Assim, é que literatos, filósofos, teólogos, cultores das Ciências Humanas e Sociais pululam em vosso universo jornalístico a revelar a amplitude de vossa cultura e a marcante sensibilidade em cinzelar o perfil daqueles que merecem o destaque que lhes atribuis.

Vós certamente não partilhais da assertiva de Flaubert e Proust que desmerecem o papel do Jornalismo. Pelo contrário, tendeis a concordar com o

parecer de Paulo Mendes Campos que não acreditava no talento do escritor sem que ele tivesse passado pela Imprensa.

As Artes vêm ganhando crescente espaço na Academia. Recentemente, o Cinema teve o reconhecimento de seu valor nesta augusta Casa mais que centenária. Já a Música ensaiou seus primeiros passos há menos de uma década, com a implantação do projeto Literatura e Música de Câmara e, desde então, vem ampliando sua presença entre nós. Convosco, a Música entra triunfalmente na Academia Brasileira de Letras e nos acena com uma programação mais rica e variada a atestar o seu papel de relevo na vida cultural da Cidade Maravilhosa, com reflexos em todo o País. Especialmente graças à internet que permite a todos o acesso às atividades de nossa programação.

A Música preenche largos espaços de nossa intimidade espiritual. Ela tem o condão de abrir a porta do céu, no sentir de Beaudelaire. Sentenciou Marcel Proust que “a Música é talvez o exemplo único do que teria podido ser – se não tivesse havido a invenção da linguagem, a formação das palavras, a análise das ideias – a comunicação das almas”.

Vossa obra musical é consistente e se desdobra em muitos livros, sem falar em crônicas que os aficionados acompanham com desusado interesse, dada a extraordinária sensibilidade que revelais e um conhecimento penetrante do tecido musical.

Citemos as obras mais importantes: “Música Clássica em CD – Guia para uma Discoteca Básica”, “Sete Noites com os Clássicos – para Entender os Estilos Musicais da Renascença ao Modernismo”, “Villa Lobos – uma Introdução”, “Música nas Esferas” e o “Dicionário Grove de Música”. O dicionário foi editado em vinte volumes. É bem curial assinalar o desafio de reduzi-lo a um volume, com as opções acertadas para o registro dos vultos da Música em obediência a uma justa hierarquia.

Vossa opção radical pela Música tem um sabor platônico: “ginástica para o corpo, música para o espírito”. É uma visão de quem absorveu plenamente a tese basilar do primado do espírito. Assim é que Platão fala da Música como “amor da beleza”. E infere daí que “aquele que tem alma musical poderá amar todos os homens”. Esta é a essência do vosso modo de ser: buscar a harmonia entre os homens mercê da prévia harmonia dos espíritos que a Música possibilita.

Na galeria dos grandes da Música Clássica, em que caminhaís com a desenvoltura de quem se reclina em sua poltrona favorita, é manifesta a preferência pela trindade Bach, Mozart e Beethoven. Ficamos a dever a Bach a edificação de uma estrutura que orientou os pósteros de maneira decisiva. Qual um balizamento indispensável ao caminhar da Música em sua crescente afirmação do Barroco ante o Classicismo e o Romantismo.

No estudo das correntes musicais mais relevantes ao longo do tempo, soubestes apontar em Haydn o verdadeiro pai do Classicismo – a base sobre a qual se assentaram as inovações revolucionárias de Mozart e de Beethoven. Ao último, frisais, trata-se de “um caso único”, pois ele fez “a ligação entre o antigo e o moderno”. Beethoven é uma de vossas paixões. Para vós, o velho mestre “continua a usar tudo o que o Classicismo tem de bom. A saber, um admirável sentido da forma e a capacidade de dominar as emoções”. Beethoven soube temperar o seu mundo tempestuoso e a serenidade que se lhe seguiu, à semelhança de Goethe.

Coube a Schopenhauer “assegurar à Música um primado absoluto em relação às demais artes pelo seu inconfundível caráter metafísico”. É imediata a ilação de que as filosofias e as artes mantêm um vínculo por vezes mal encoberto, mas nem por isso menos relevante.

Vossa atenção jamais olvidou a Música Brasileira e, nela, sempre destacaís o vulto sem rival de Villa-Lobos. Escrevestes: “Villa-Lobos está para a Música Brasileira como Bach para a Música Alemã: tudo parece começar por ele”.

A vossa rica biografia no Jornalismo e na Música já vos situa no elevado conceito em que vós sois tidos pela *intelligentzia*. Mas vós ainda nos reservastes uma surpresa: durante dez anos formastes grupos voltados ao estudo da *Bíblia*. Os encontros ocorriam às segundas-feiras, à noite, em vossa residência, com cerca de quarenta participantes, em média. As portas da casa ficavam abertas e qualquer pessoa podia comparecer aos encontros, sem convite prévio. As sessões eram precedidas de minuciosa preparação dos textos a serem lidos e comentados, dos comes-e-bebes e, surpreendentemente, sempre apareciam cadeiras qualquer que fosse o número dos presentes. Havia como que o milagre da multiplicação de cadeiras. Em tudo vós e Cecília evidenciáveis a riqueza de vossa fé e a plena abertura de alma aos outros.

Os círculos bíblicos se tornaram famosos e a leitura de trechos do livro sagrado conduzia maviosamente a interpretações e análises múltiplas, com a

participação de todos, bem ao seu feitio aberto ao outro. Esta riqueza nos será revelada em vosso próximo livro, que virá a lume brevemente.

Certa feita, uma das participantes não pode sopitar uma observação, quando vivíeis momentos tempestuosos. Vós lhe dissestes: “eu entendo a vida como um dom e tudo isto que venho sofrendo faz parte deste dom maravilhoso”. Vós estais retratados neste pensamento de raro peso existencial.

Foi um itinerário luminoso em que a Cultura e a fé se uniram e propiciaram um enriquecimento espiritual que gerou significativo aumento no número de vosso já grande contingente de admiradores. Isto porque nada mais profundo do que o transbordamento do Eu quando nele avulta a verdade que escapa à visão epidérmica do mundo e das pessoas. E vós porejais este universo que preserva a autonomia do pensar e do crer e entre ambos estabelece os elos recônditos nem sempre percebidos. Com criatividade buscastes sempre construir uma ponte entre o *Antigo* e o *Novo Testamento*, frequentemente havida como inexistente ou, pelo menos, insuficientemente sólida para evidenciar a continuidade de um processo que nos levou ao Cristianismo.

Sr. Acadêmico Luiz Paulo Horta,

A Academia Brasileira de Letras vos acolhe de braços abertos na plena convicção de que vós lhe aportareis a preciosa contribuição de vossa cultura e de vosso ameno convívio. Totalmente empenhado em prosseguir na senda até aqui trilhada, com patente privilégio conferido ao Jornalismo, à Música e à vossa confissão religiosa, vós refizestes o vosso itinerário afetivo com a alegre, vivaz e gentil Ana Cristina Reis, que tanto estimamos, e vos reencontrastes consigo mesmo no patamar da grande paz e alegria a que a fé e o amor inevitavelmente conduzem.

Discurso da
SRA. CLEONICE SERÔA DA MOTTA BERARDINELLI

e

Resposta do
SR. AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

*Sessão solene extraordinária do dia
05 de abril de 2010*

I

DISCURSO DA SRA. CLEONICE SERÔA DA MOTTA BERARDINELLI

Sr. Presidente, Marcos Vinícios Vilaça; Senhoras e Senhores Acadêmicos; Autoridades presentes; queridos Colegas e Amigos:

De Cláudio Manuel da Costa, falarei em primeiro lugar. É ele o patrono da Cadeira 8, para a qual me elegestes, numa demonstração de confiança que me enche de um justo orgulho – orgulho de pertencer a esta Casa, da qual só agora me aproximei por uma espécie de timidez que me tolhe o impulso de tentar algo que me parece ambicioso de mais. E ides permitir que lembre aqui, neste momento solene, um fato antigo, de que é personagem central o poeta português quinhentista, Sá de Miranda, ou, como era mais frequentemente chamado, o Dr. Francisco de Sá, irmão do nosso terceiro governador geral, Mem de Sá, e tio do fundador da nossa cidade, Estácio de Sá. O que talvez vos seja novidade é o fato do qual ele foi personagem quando, vencendo a sua timidez, decidiu, já entrado em anos, endereçar, àquela que queria para sua mulher, um pedido de casamento a que ela, surpresa, respondeu: “Senhor, por que vindes tão tarde?”

Por que lembrar este fato, num momento grato ao meu coração e à minha inteligência? Porque me pareceu ouvir uma voz coletiva, vinda em minha direção, a questionar-me: “Senhora, por que tão tarde? Por que mais tarde que qualquer um de nós outros?” E, enchendo-me de coragem, respon-

der-vos: “Pelo mesmo motivo que levou o velho poeta a retardar o tempo da sua plena realização.”

Aceitai-me tal como sou e permiti-me dizer algumas palavras antes de voltar ao meu ilustre Patrono, escolhido pelo Fundador da minha Cadeira, com refinada competência. São palavras simples, de agradecimento.

As primeiras serão endereçadas a meus pais, Emídio e Rosina, e a meus irmãos, Nilda e Adilson, que fizeram da minha vida em família uma consonância de paz e alegria, de carinho recíproco e amizade total. Poderíamos todos dizer, se não se tivessem ido à minha frente: fomos uma família feliz.

E há mais o agradecimento a meu marido que, interpelado por mim quando o casamento ficou marcado: “Acho que devemos definir o que você aceitará que eu continue a fazer daqui em diante.” me respondeu que não gostaria que eu continuasse a dar aulas no ensino secundário. Continui: “E a Faculdade?” “A Faculdade é sua vida.” E seguimos juntos até à sua partida: nós dois, meus cursos, meus alunos do ensino superior.

A todos os Acadêmicos digo “obrigada, obrigadíssima”, pelo simpático acolhimento que me dispensaram, nesta confraria de cunho muito especial, em cujo convívio me enriquecerei, sem sombra de dúvida.

Aos funcionários da Casa, sobretudo às secretárias Maria Carmen Oliveira e Lúcia Deppe da Costa, agradeço a imensa ajuda dada pessoalmente, a mão estendida, o ouvido alerta, a resposta pronta e competente. Mas já é tempo de voltar ao meu grande Patrono.

A poesia lírica de Cláudio se compõe de cem sonetos, alguns epicédios, élogos e epístolas, alguns romances em redondilha maior e uma série de canções, dialogadas duas a duas, estrofe a estrofe, em contraponto, como num dueto em que os respectivos cantores, ou o mesmo em dois tempos diferentes, se contradizem. O par mais curioso talvez seja o primeiro, cujos poemas se intitulam: “À lira desprezo” e “À lira palinódia”. Constituído de dezoito quartetos, em nove grupos de dois, e escritos em hexassílabos, um metro ágil e gracioso, têm como locutor o poeta e como alocutária muda a lira. Porque esta não o consola, rejeita-a; arrependido, retrata-se. Na primeira edição, infelizmente não seguida pelas outras, os quartetos correm paralelos nas páginas que, no livro aberto, ficam lado a lado. Eis o primeiro grupo de dois quartetos, dispostos numa e noutra coluna:

À LIRA DESPREZO

Que busco, infausta lira,
Que busco no teu canto,
Se ao mal, que cresce tanto,
Alívio não me dás?

A alma, que suspira,
Já foge de escutar-te:
Que tu também és parte
Do meu saudoso mal.

À LIRA PALINÓDIA

Vem, adorada lira,
Inspira-me o teu canto:
Só tu a impulso tanto
Todo o prazer me dás.

Já a alma não suspira,
Pois chega a escutar-te:
De todo, ou já em parte
Vai-se ausentando o mal.

Como se vê, os versos de um e outro grupo, terminam, um a um, com a mesma palavra, posta no segundo para negar o que foi dito no primeiro. Sob o disfarce de um desentendimento e uma decepção com a lira, o que neles se canta é um desengano amoroso ao qual o instrumento não pode dar remédio. Sendo a leitura feita *pari passu*, como insisto em repetir, não há propriamente dois tempos diversos: o da repulsa e o da reconciliação. Há, isso sim, uma oscilação entre os dois sentimentos contraditórios que assaltam o poeta e que o fazem chamar à lira *infausta*, e logo *adorada*; fugir-lhe e chegar-se a ela; considerá-la parte do seu mal e contributo para a ausência dele. Oscilação que se prolonga até aos últimos versos, engenhosamente tecidos pelo poeta num vai-vem de lançadeira, a tramar o texto poético que nos envolve, a nós. Fiz questão de chamar a atenção para este virtuosismo de Cláudio, assumindo, como fazem alguns dos que lhe estudam a poesia, a inclusão do nosso poeta entre aqueles que conservam características positivas do movimento poético anterior – o barroco.

Muito haveria ainda a destacar na produção lírica de Cláudio, mas me deterei num único soneto, que considero dos mais primorosos jamais escritos em nossa língua, dirigido a uma Nise que povoa insistentemente as suas páginas:

Nise? Nise? Onde estás? Aonde espera
Achar-te uma alma, que por ti suspira,
Se, quanto a vista se dilata, e gira,
Tanto mais de encontrar-te desespera!

Ah se ao menos teu nome ouvir pudera
Entre esta aura suave, que respira!
Nise, cuido que diz; mas é mentira.
Nise, cuidei que ouvia; e tal não era.

Grutas, troncos, penhascos da espessura,
Se o meu bem, se a minha alma em vós se esconde,
Mostrai, mostrai-me a sua formosura.

Nem ao menos o eco me responde!
Ah como é certa a minha desventura!
Nise? Nise? onde estás? aonde? aonde?

O cenário onde se desenrola a busca – busca dolorida e vã do objeto amado – leva o leitor a revestir o sujeito lírico de vestes pastoris, sob as quais desponta uma sensibiliade em que já se prenuncia o romantismo nascente. O pastor chama por Nise nos versos extremos; em ambos pergunta onde ela está; em ambos fica sem resposta. Busca-a com a alma e com os olhos que se dilatam e giram, no esforço de ver mais e em toda parte. Pensa ouvir seu nome, sussurrado pela brisa, “mas é mentira”. Pergunta por ela à natureza e nada lhe responde. E o pastor amoroso, reconhecendo a sua desventura, volta a chamar pela amada. E continuará a chamar e a não ter resposta, pois o soneto, como uma *canção redonda*, sugere a possibilidade de recomeçar pelo mesmo verso com que terminou, indefinidamente.

Saldada a dívida com o meu Patrono, passo a falar do Fundador desta Cadeira, o grande poeta parnasiano Alberto de Oliveira, que nela antecedeu a Oliveira Vianna, a quem darei, frequentemente, a palavra, já que este, seu incondicional admirador, em seu discurso de posse, começa por acentuar o ambiente familiar em que o poeta foi criado, uma verdadeira tribo patriarcal, unida e numerosa, mais que isso, uma espécie de pequena Academia de Letras, concluindo que aí estaria o segredo da postura desse que “poderia ter sido tudo neste país [...], entretanto, não quis ser nada disto: insulou-se na Arte e não foi outra coisa durante a sua vida senão exclusivamente o poeta Alberto de Oliveira”.

Mergulhado numa época fértil em novas escolas filosóficas, literárias, artísticas em geral, políticas, mas limitadamente permeável às suas influências,

assistiu ao começo e ao fim da poesia condoreira, passou pela parnasiana, pela simbolista, viu chegar o Modernismo e o Futurismo, e continuou parnasiano, apurando as suas qualidades artísticas. Um clássico, pois, considera-o o seu sucessor em nossa Cadeira.

Referindo-se às obras mais maduras de Alberto — *Sonetos* e *Poemas*, considera-o “inteiramente livre de todas as fraquezas e dubiedades da primeira fase, afirmando-se não só magnífico pelo brilho, pela precisão, pelo colorido, como admirável pela música e vernaculidade da expressão. E ainda acrescenta: “Este fascínio pela beleza do idioma é que o levou, provavelmente, quando teve de escolher patrono, a recuar ao século XVIII, à Escola Mineira — e a fixar-se em Cláudio Manuel da Costa. [...] Alberto foi um árcade e continuou a tradição de Gonzaga e de Cláudio; mas a continuou com muito mais brilho, mais inspiração, mais variedade de ritmos e motivos.”

Minha concordância quase total com as opiniões expendidas pelo historiador é aqui *in totum* coincidente. Como ele, eu também diria que (e cito): “O que ele amava na nossa língua, como a expressão do Classicismo, era algo mais do que a expressão da sua época: nela encontrava o que não está sujeito às contingências do tempo, porque é o que há de permanente e eterno na língua, e que é a sua essência, o seu espírito, em suma, o que chamamos o seu gênio. Na sua tersa e castiça linguagem, há a língua portuguesa em tudo o que ela tem de essencial no seu ritmo, na sua força, na sua delicadeza, na sua harmonia vocabular, na sua beleza plástica, na sua elocução pura e forte, no tesouro das suas riquezas sônicas. Nela, encontramos o português na sua genuinidade clássica, entremeado do português que aqui falamos, com termos buscados à nossa fauna, à nossa flora, à nossa geografia, ao nosso folclore, alguns deles — muitos deles! — saídos da maloca tupi ou mesmo vindos da cubata africana, mas todos vernaculizados pela tradição local e popular.”

Buscando analisar as obras de Oliveira Vianna, o jurista, o professor de Direito Criminal, o sociólogo, o membro de Institutos de História, Geografia e Antropologia, o ideólogo da eugenia racial no Brasil, a primeira obra sua posta à minha disposição foi, porém, a cópia do seu discurso de posse na Academia. Nenhuma das faces que acabo de citar encontrei no belo e inteligente texto em que ele fazia a análise literária da

poesia de seu antecessor – análise em largas pinceladas, por vezes, e por outras, de pincel fino, sensível em extremo.

Confesso-vos que foi um encontro prazeroso: preferi logo esta face que se me revelava à outra, em que me era difícil, por exemplo, admirar-lhe a xenofobia. Este meu primeiro contato com Oliveira Vianna causou-me, pois, uma grande surpresa: deu-me, em corpo inteiro, o retrato de um sensível crítico literário, capaz de “penetrar no reino das palavras”, ouvir-lhes a voz, decifrá-las, saboreá-las e, mais que tudo, compartilhar conosco, seus leitores, essas experiências auditivas, gustativas, quase tácteis, que nos chegam filtradas pela palavra sábia do que soube ler e sabe dizer o que soube entender.

Foi assim que me reaproximei de um poeta que conhecia de há muito e que muito admirava, e foi assim que descobri em Oliveira Viana um invejável leitor e analista deste mesmo imenso poeta. Foi assim que reuni, numa só apreciação, o historiador *doublé* de crítico literário e o poeta.

Não terminarei aqui pelas apreciações deste leitor especial, alternadas com as minhas próprias. É preciso dar-vos, a todos que me ouvís, ao menos um poema do poeta tão merecidamente louvado e o escolhido dentre os sonetos do livro *Sol de Verão*, de 1904:

Horas Mortas

Breve momento, após comprido dia
De incômodos, de penas, de cansaço,
Inda o corpo a sentir quebrado e lasso,
Posso a tí me entregar, doce Poesia.

Desta janela aberta à luz tardia
Do luar em cheio a clarear no espaço,
Vejo-te vir, ouço-te o leve passo
Na transparência azul da noite fria.

Chegas. O ósculo teu me vivifica.
Mas é tão tarde! Rápido flutuas,
Tornando logo à etérea imensidade;

E na mesa a que escrevo, apenas fica
Sobre o papel – rastro das asas tuas,
Um verso, um pensamento, uma saudade.

Um soneto perfeito, dirigido a uma figura feminina que chega, como um bálsamo, ao fim de um dia penoso. Figura etérea, entra pela janela, trazida pelo luar. Toda leveza, envolta em luminosidade, chega, beija o poeta e volta a perder-se na imensidade. Um rastro, porém, fica da visita. Onde? No papel em que ele escreve. É um rastro também leve, – rastro de asas que o afluaram, deixando, apenas, quase imponderável, no fecho de ouro do soneto, “Um verso, um pensamento, uma saudade.” Uma saudade! É uma revelação a presença, em lugar de honra, deste sentimento tão ligado ao Romantismo, tão ligado, que está presente no momento em que este movimento artístico surge em Portugal, com Almeida Garrett, na introdução do seu poema *Camões*:

Saudade! Gosto amargo de infelizes,
Misterioso pungir de acerbo espinho,
É dor que os seios d'alma dilacera,
Mas dor que tem prazeres... saüdade...

Já compareceram aqui, trazidos pela minha voz, três expressivas figuras da nossa cultura: Cláudio Manuel da Costa e Alberto de Oliveira, poetas; Oliveira Vianna, leitor finíssimo de poesia.

A seguir, estará conosco o quarto convidado, Austregésilo de Athayde.

Pernambucano de Caruaru, nasceu Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde no dia 25 de setembro de 1898, tendo falecido no Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1993. Uma longa vida, produtiva, eficiente, rica em atividades várias, entre as quais se foi dividindo, sempre apaixonado pelo que fazia, mas mais constantemente pelo jornalismo, tendo colaborado nos mais importantes e lidos jornais de sua época – ou de suas épocas? pergunto-me, já que muitas foram as faixas etárias que percorreu a trabalhar na profissão preferida, dos vinte e poucos anos, até aos 60. Na década de 50, deixou-se atrair pela Academia à qual, desde então, passou a dedicar-se com grande interesse, tendo sido eleito presidente em 1959 e sucessivamente reeleito para dirigi-la por longos 34 anos, até ao fim de sua vida. Sua atuação nesta

Casa foi extremamente produtiva. Foi nela que o jornalista, formado em direito pela antiga Universidade do Distrito Federal, colaborador dos mais importantes jornais do país, diretor-secretário d' *A Tribuna*, colaborador do *Correio da Manhã*, diretor d' *O Jornal* – órgão líder dos Diários Associados –, que viajou pelo mundo, tendo tomado parte na III Assembléia da ONU, em Paris, onde foi membro da comissão que redigiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em cujos debates teve papel decisivo; que, em 1952, recebeu, na Universidade de Columbia, EUA, o Prêmio Maria Moors Cabot, por sua destacada atividade jornalística, este cidadão multímido que, diplomado pela Escola Superior de Guerra, em 1953, se tornou seu conferencista e que, depois da morte de Assis Chateaubriand, passou a integrar o condomínio diretor dos *Diários Associados*, como presidente da ABL se revelou o administrador inteligente, capaz, sempre presente, o que justifica as suas sucessivas reeleições, e o sucesso de suas múltiplas e variadas realizações.

Publicou, a partir de 1921, uma dezena de livros – de ficção, de reflexão, de crônicas, um ensaio filosófico, alguns de assunto político. Plurifacetado, lúcido, de escrita apurada, elegante, clara, fazia plenamente jus ao título de *acadêmico*, recebido em honrosa eleição. Feliz a Academia que pode contá-lo entre os seus.

Conheci-o em sua casa, recebida pelo casal Jujuca-Austregésilo, em ambiente familiar, no qual seus dois netos – Felipe e Maria – nos aproximavam ainda mais, por serem também meus sobrinhos-netos, netos de meu irmão Adilson Serôa da Motta, e filhos de minha sobrinha Regina e seu filho Antonio Vicente.

De Austregésilo de Athayde, passo a Antonio Callado, que lhe sucedeu e que, como seu antecessor, teve uma atividade múltipla, fixando-se, no entanto, na criação literária, em que tinha começado, nela permanecendo até ao fim da vida.

Sua estreia fora em peças teatrais, nos anos 50, quando encenou a que lhe deu o maior sucesso: “Pedro Mico”, dirigida por Paulo Francis, com uma cenografia assinada por Oscar Niemeyer, na única atuação desse gênero do grande arquiteto.

Antes disso, porém, formara-se em Direito, nunca tendo exercido a atividade. Ainda estudante, trabalhara como repórter e cronista n' *O Globo* e n' *O Correio da Manhã*. Contratado, em 1941, pela BBC de Londres, dela foi redator até 1947, quando, convidado pela *Enciclopédia Britânica*, chefiou a seção da nova

Enciclopédia Barsa, publicada em 1963. Trabalhava, em 1968, no *Jornal do Brasil*, que o enviou ao Vietnã em guerra. Em 1975, aposentou-se como jornalista, mas continuou a colaborar na imprensa.

No mesmo ano de 1975 foi à Universidade de Cambridge, Inglaterra, como *Visiting Scholar*; em 1981, à Universidade de Columbia, em Nova York, como *Visiting Professor*. Em 1992, tornou-se colunista d'*A Folha de S. Paulo*.

Paralelamente a essas funções variadas que exerceu, escreveu obras literárias, sobretudo de ficção, marcadas, quase sempre, pela ojeriza ao regime militar, o que lhe custou duas prisões – em 1964 e 1968, esta última após o fechamento do Congresso com o AI-5.

Situando-se sempre entre os intelectuais que se opunham ao regime militar, tendo sido preso duas vezes, Callado revela em seus romances seu compromisso político, sobretudo no que é considerado por muitos o mais engajado das décadas de 60 e 70, *Quarup*.

Se voltarmos atrás mais de 20 anos, vê-lo-emos na Paris libertada, em 1944, trabalhando no serviço brasileiro da *Radio-Diffusion-Française*. Se a Paris voltarmos mais uma vez, em 1987, encontrá-lo-emos a participar do “*Salon du Livre*”, a convite do Ministério da Cultura de França. Mais algum tempo e de novo lá estará, em 1990, representando o Brasil na semana “*De Gaulle en son siècle*”. Recebeu várias condecorações e prêmios, no Brasil e no exterior.

Na Europa, se dá conta da sua (como ele diz) “tremenda fome de Brasil”. Lê incansavelmente literatura brasileira, sentindo crescer o seu desejo de conhecer o interior do país. Datam de sua volta as grandes reportagens sobre o Nordeste, o Xingu e outras.

De toda a sua produção literária, é *Quarup* o livro mais famoso. Publicado em 1967 e traduzido para várias línguas, reflete o seu interesse crescente pelo Brasil interiorano que muito amava e muito estudou. Seu protagonista, Fernando (sempre chamado Nando), é um padre que aguarda a realização de um sonho utópico – criar, no seio da Amazônia, um novo paraíso, tal como teriam sido as missões jesuíticas no sul do país. Sonho que não consegue realizar, acabando por abandonar o sacerdócio.

Eleito para a Academia Brasileira de Letras em sucessão de Austregésilo de Athayde, foi recebido em 12 de julho de 1994.

Morreu em 28 de janeiro de 1997, dois dias antes de completar os oitenta anos, tendo permanecido apenas dois anos e meio na ABL.

Nascido em 1919 em Ubá, Minas Gerais, Antonio Olyntho Marques da Rocha é o quinto ocupante da Cadeira, eleito em 1997, na sucessão de Antonio Callado. A ele sucedeu, com a responsabilidade de vir em seguida a um acadêmico com um currículo invejável.

Iniciou seus estudos no Seminário Católico de Campos, onde concluiu o curso secundário. Prosseguiu-os nos Seminários Maiores de Belo Horizonte e de São Paulo. Desistindo da carreira eclesiástica, passou a ser professor, dando, durante dez anos, aulas de Português, Latim, Francês, Inglês, História da Literatura e História da Civilização, em colégios do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que se dedicava ao jornalismo e à publicidade.

Desde então escreveu poesia e prosa, tendo publicado *Presença*, sua estréia poética, e *Jornalismo e Literatura*, adotado em cursos de jornalismo em todo o país, além dum conjunto de ensaios, o *Diário de André Gide*.

Começa então sua carreira de conferencista. Convidado pelo Governo da Suécia para as comemorações do cinquentenário do Prêmio Nobel, fez conferências em Estocolmo e Upsala; a convite do Governo Americano, percorreu 36 estados, dissertando sobre cultura brasileira; nomeado Adido Cultural em Lagos, fez cerca de 120 palestras na África Ocidental. Participou de Seminários no Brasil e no exterior e em mais de 40 universidades e entidades culturais ao redor do mundo.

Grande divulgador da nossa cultura, como Diretor do Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, lançou a coleção Mauá de livros técnicos, promoveu exposições de pintura relacionada aos setores abrangidos pelo Ministério, dirigiu a revista *Brasil Constrói*, lançou mais de 30 concursos literários, culminando com a criação do prêmio nacional Walmap.

Como Adido Cultural em Lagos, promoveu uma grande exposição de pintura sobre motivos afro-brasileiros, colaborou em revistas nigerianas e mergulhou tão fundo nos assuntos da nova África independente, que desse convívio resultaram seus três livros mais importantes, a trilogia constituída por: *A Casa da Água*, *O Rei de Keto* e *Trono de Vidro*.

Publicou também *Brasileiros na África*, resultado de pesquisa e análise sobre o regresso dos ex-escravos brasileiros ao continente africano. Este livro tem sido motivo de teses, seminários e debates.

Casou-se, em 1955, com Zora Seljan, e, a partir de então, trabalharam juntos em atividades culturais e literárias – ele, como crítico literário, ela, como crítica teatral – no jornal *O Globo*. Em 1973, os dois criaram juntos um jornal, em Londres, e em inglês, *The Brazilian Gazette*.

Bem mais haveria a dizer deste notável acadêmico que se distinguiu pela sua diversificada, contínua e qualificada atuação, em numerosas áreas, sempre com igual destaque. Na Hora da Saudade a ele dedicada, o então presidente Cícero Sandroni disse que a sua ausência abriria uma lacuna na Academia, e estava plenamente certo.

Minha missão estaria cumprida neste momento, se não tivesse de realizar um desejo de, pela segunda vez, homenagear o Fundador da Cadeira 8, contando-vos uma *petite histoire* que redigi para lê-la nesta ocasião.

Em março de 1926, em São Lourenço, estação de águas minerais, estávamos nós quatro – mamãe e seus três filhos –, por três semanas. A essa altura do ano, seria impossível a papai, capitão do exército, tirar férias para acompanhar a família. Era a véspera do regresso, à tardinha. Sentados na agradável varanda que abrangia toda a frente do hotel – uma antiga casa de fazenda, simples, mas aprazível, àquela hora banhada pela brisa do fim de tarde, reuniam-se os hóspedes para assistir à chegada dos novos companheiros de estada – um hábito e uma distração, onde poucas havia.

Os passageiros, em táxis, paravam diante da escada de poucos degraus que dava acesso à varanda, como que dividindo-a ao meio. Num dia que já não posso fixar, chegou, entre vários outros futuros hóspedes, um senhor distinto, de certa idade, com bela cabeleira toda branca e largos bigodes negros, cujas malas foram postas pelo porteiro junto à entrada, enquanto ele ia à recepção do hotel.

Entre os hóspedes, sobretudo entre as jovens, passou um murmúrio de curiosidade: “Quem será esse senhor tão distinto?” Ato contínuo, perguntaram a uma das meninas que também ali estava, e que preferia a companhia das mais velhas para conversar, se queria dar uma olhada nos cartões das malas para satisfazer a curiosidade de todos. A garota não se fez de rogada: discretamente, olhou para um dos cartões e veio, triunfante:

“É o Alberto de Oliveira!”

Não se espantem de ouvir que uma garota de nove anos sabia a importância da sua descoberta. Ela pertencia a um grupo bastante grande de meni-

nas de classe média que, àquele tempo, aprendiam declamação e, como em casa também o gosto pela poesia era alimentado pelos pais, não só conhecia o nome do grande poeta – “o príncipe dos poetas brasileiros” – mas sabia alguns de seus poemas de cor. Foi, pois, grande a sua emoção ao descobrir que ele ali estava, ao alcance dos seus olhos e da sua voz. Mas já era a hora da refeição vespertina. Todos foram para a sala de jantar.

De volta à varanda, agruparam-se no lado direito da escada, o mais iluminado. No outro, num solitário sofá, numa penumbra discreta, sentou-se o poeta.

Ninguém se conformou com a sua segregação e novamente apelaram para a garota: “Você se importaria de ir convidá-lo a vir para junto de nós?” “Claro que não.” Era o que ela mais queria. E lá se foi. Aproximou-se dele, que a olhou, divertido; convidou-o: “Dr. Alberto de Oliveira, vim pedir-lhe que venha para o outro lado, conversar conosco.” “Minha menina, que graça tem conversar com um velho?” “O senhor não é nenhum velho e estamos todos querendo a sua companhia.” Estendeu-lhe a mão, que ele tomou, afetuoso, e foram para o grupo que o acolheu com expressiva simpatia. Facilmente entabulou-se a conversa, que foi passando de um a outro assunto, fixando-se na poesia. Alguém disse que a menina declamava muito bem e ele, delicadamente, quis ouvi-la. Ela não se fez rogar. Apresentou-lhe uma pequena lista dos poemas que sabia de cor; ele escolheu um, pareceu gostar e pediu mais; mais outro, mais outro, ainda outro. Ela protestou: “Não é justo. Eu já disse uma porção e o senhor não disse nenhum. Agora é a sua vez.” “Eu não tenho graça. Sou um velho poeta. Você, sim, que é uma menininha...” mas, enfim, depois de muitas negaças, aquiesceu: “Você é terrível! Vou dizer um, mas não meu. Vou dizer um soneto de Olavo Bilac.” E disse um dos mais felizes sonetos do grande Parnasiano, mas que, como eu penso – não sei se com razão –, é parnasiano no significante, mas ainda romântico no significado: “Maldição”. Na voz grave e pausada do poeta, o poema ganhava relevo e transmitia com mais intensidade a maldição de um apaixonado infeliz, desesperado. Ecoaram as palmas pela sala; delicadamente as interrompeu, perguntando à garota: “Não quer dizer-nos mais um poema?” Ela não sabia mais nenhum. Ele, insistente: “Procure bem, nesse precioso escrínio da sua memória, mais um diamante precioso.” E ela, com pena, esforçando-se para lembrar: “Qual... Nem uma turmalina quebrada...”

Já eram horas de dormir. A mãe lhe lembrou que voltariam a São Paulo no dia seguinte. O poeta teve pena de interromper tão rapidamente o convívio que apenas tinha começado. Também ele iria a São Paulo nos próximos dias e se hospedaria no hotel Esplanada. Convidou-a a ir visitá-lo. “Se a mamãe me levar...” A mamãe disse que sim. Combinado. Deram-lhe o telefone de casa. Ela lhe disse ainda que tinha um livro de lembranças dos amigos, que ganhara como prêmio no Colégio. Gostaria de ter algo escrito por ele. “Mande levá-lo ao hotel e prometo escrever-lhe uns versinhos. Depois você irá visitar-me e eu lho entregarei de volta.”

Assim foi. E até hoje a menina daquele tempo guarda, como relíquia, o caderno no qual Alberto de Oliveira escreveu esta pequena joia de afeto e simplicidade, oferecida numa data que marcará, 84 anos depois, um acontecimento decisivo na vida da menina:

À Cleonice

*Pouco te importe o meu nome.
Não vale nada.
E nada que é, se consome
E apaga. Aqui
Vale apenas, enlevada,
A alma que deixo ajoelhada
E a Deus, lembrando o teu nome,
Reza por ti*

Alberto de Oliveira

S. Paulo, 16 de Março de 1926

A menina ficou encantada e encantada continua quando lembra os dois breves encontros com o Poeta. E nem podia prever, àquele tempo, que, mais de oitenta anos depois, se sentaria numa Cadeira 8, de que ele era o Fundador e que poderia chamá-lo, com imenso carinho: “Meu caríssimo confrade.”

II

RESPOSTA DO SR. AFFONSO ARINOS DE MELLLO FRANCO

Era uma vez um menino que, muito pequeno ainda, chegara ao Rio de Janeiro das Minas Gerais. Estudou sempre em Copacabana, em colégio onde, mais para o fim do curso, teve uma professora bonita, nascida em Botafogo. Adolescente, quando ele já acalentava a pretensão de julgar-se rapaz, aquela grande preceptora, e outro professor – igualmente ilustre, embora chamá-lo belo seria exagerar-lhe os atributos –, aprofundaram no aluno o prazer da leitura e da escrita em língua portuguesa. A jovem, formosa e querida mestra contribuiu para nele acentuar, desde então, o gosto por estudos que, também por sua causa, o têm acompanhado pelo resto da vida. A tal ponto que, embora sem o tornarem mais que um aprendiz de escritor, confessadamente bissexto, acabaram por trazê-lo a este plenário prestigioso de grandes cultores do idioma. O caro professor se chamava Carlos Henrique da Rocha Lima. A mestra amada, Cleonice Serôa da Motta, depois Berardinelli, a quem tenho, hoje, a honra desvanecedora de aqui receber.

Nossa docente maior diz ter sido “empurrada” para cá pelos seus “meninos”. Entre estes, naturalmente liderados pela discente Ana Maria Machado, nos alinhamos, discípulos de sempre, Antonio Carlos Secchin, Domício Proença Filho e o que vos fala, e não precede os demais por merecimento, senão pela antiguidade, pois é estudante há mais tempo. Ainda falta um, o mais dotado, que fulgurava intensamente, lembrando lâmpada ligada a

voltagem superior à sua, e, por isso mesmo, logo extinta, aos 49 anos: José Guilherme Merquior. Nós todos fomos alunos de Cleonice, e os outros, mais literatos que eu. Aqui, todavia, me reservo o direito de aceitar a precedência que me confere a ancianidade, atribuindo-me o privilégio de saudar Cleonice Berardinelli como decano dos seus pupilos nesta casa.

Suas contribuições à nossa língua foram tais, tais os seus títulos eméritos em português, que surpreende haver sido ela, somente agora, chamada a integrar uma casa que “tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional”, conforme reza seu Estatuto.

Quando a mestra eminente completou cinquenta anos do magistério superior de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, os professores daquela disciplina, seus colegas, publicaram um livro denominado *Cleonice – Clara em sua Geração*, lembrados que estavam das palavras de Fernão Lopes sobre o condestável Nuno Álvares Pereira: “Como a estrela da manhã, foi claro em sua geração, sendo de honesta vida e honrosos feitos, no qual parecia que reluziam os avisados costumes dos antigos e grandes varões.”

É curioso recordar que a grande cultora da língua e da literatura portuguesas sempre se mostrou excepcionalmente dotada para matemática e para a música. Tencionava tornar-se engenheira, e sonhava também com a orientação de Lorenzo Fernandez, que lhe fora oferecida pelo maestro, por considerá-la uma virtuose ao piano. Mas, sob a influência de professores e familiares, acabou cursando Letras Neo-Latinas na Universidade de São Paulo, onde teve mestres da envergadura de Rebelo Gonçalves, Pierre Horcade, Michel Berveiller, Fidelino de Figueiredo e Giuseppe Ungaretti (privei com este grande poeta italiano na Embaixada do Brasil em Roma, que ele frequentava assiduamente nos anos cinquenta). Cleonice reconhece ter-se apaixonado pelas disciplinas linguísticas – que segue estudando sem cessar – ao ouvir Fidelino, seu mestre maior. E, ao louvar o ilustre lente lusitano, ela não só manifestou a mais firme profissão de fé antifascista, como, enquanto recordava o suave relacionamento mantido pelo professor com os alunos, indicou, também, a disposição com que viria a lecionar até hoje: “Nosso ponto de maior confluência foi um mestre muito especial, que, português, era um cidadão do mundo. O mundo o acolhera quando a pátria o rejeitara. A pátria não, o regime que a dominara, o execrado salazarismo, que ele criticara, e contra o qual se insurgia. A Universidade de São Paulo o convidou, e nós recebemos com simpatia cres-

cente a cada nova aula, a cada encontro. A par do afeto, a admiração. Admiração pelo saber, pela capacidade de transmiti-lo, pela inteira simplicidade. Viamo-lo lá no alto da sua competência, e nos sentíamos pequenos. Ele, porém, nos dava a mão, acercando-se de nós, buscando uma relação que nos aproximasse, sobretudo, pela afeição.”

A literatura portuguesa começou a ser ensinada em nível universitário, no Brasil, por Fidelino de Figueiredo. Pode-se imaginar como Cleonice recebeu dele, encantada, o convite para ser sua assistente. Mas, ao chegar a casa, no mesmo dia, teve a decepção de saber que o pai militar fora transferido para o Rio de Janeiro. Prosseguiu, assim, a carreira universitária na Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil. No teatro estudantil, coube-lhe representar, no “Auto da Alma” de Gil Vicente (que, daí em diante, ela nomeou seu padrinho literário), o personagem do anjo da guarda – papel que lhe coube como uma luva, pois o seria sempre para cada um dos seus discípulos. Quanto à atividade letiva, tornou-se assistente de Thiers Martins Moreira, que lecionava Literatura Portuguesa no Departamento de Letras. E foi Thiers quem lhe abriu o espírito para o mundo poético de Fernando Pessoa.

Na Faculdade, Cleonice apresentou tese de livre docência intitulada *Poesia e Poética de Fernando Pessoa*. Passaria, com o tempo, de assistente a adjunta e titular. Tornou-se doutora em Letras Clássicas e Vernáculas, lecionou nos cursos de mestrado e doutorado, foi orientadora, conselheira, pesquisadora, crítica e ensaísta, culminando a carreira como professora emérita da, já então, Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ainda ensina. Universidade, aliás, em cuja área administrativa participou do Conselho de Ensino e Graduação, do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, atuou como diretora adjunta e coordenadora da Pós-Graduação na Faculdade de Letras.

Aliás, seria de perguntar onde Cleonice não lecionou, onde não se encontram ex-alunos seus, que tanto ficaram a dever-lhe pela vida afora. Ela os teve na Universidade Federal Fluminense, pois ali daria cursos de pós-graduação, e fora aprovada em primeiro lugar no concurso para titular de Literatura Portuguesa; na Universidade Católica de Petrópolis; na Universidade Santa Úrsula.

Em 1963, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro convidou-a para coordenar a área de Literatura Portuguesa no Departamento de Letras da sua Faculdade de Filosofia, e, nos anos setenta, a mestra ilustre par-

ticipou do programa de pós-graduação. Já aposentada, um convênio firmado entre o Instituto Camões e a Universidade Católica criou nesta última, especialmente para a sua professora emérita, a Cátedra Pe. Antônio Vieira de Estudos Portugueses, a fim de promover pesquisas, seminários, palestras, cursos e a edição de publicações. E, ao opinar sobre Vieira, Cleonice revelou, tanto quanto o padre jesuíta, os seus princípios éticos e a sua forma de julgar a ação política: “Eu me interessei muito pelos sermões engajados, em que ele defende uma contraideologia, e enfrenta os senhores de engenho. Imagine o que é um jovem sacerdote diante do poder econômico que representa os tais senhores de engenho, para defender diante deles, acusando-os, senão direta, indiretamente, de tudo que se fazia contra os negros. Ele defendeu os índios, os menos favorecidos, defendeu os judeus, num momento em que isso era perigoso.”

Recebido o Diploma de Mérito do Instituto Camões, ela seria ainda homenageada pelo primeiro livro editado por aquela instituição na série *Figuras da Lusofonia – Cleonice Berardinelli*.

Foram diversas as universidades brasileiras, americanas e européias em que Cleonice proferiu conferências, ministrou cursos, integrou congressos e seminários, presidiu bancas examinadoras. Em 1972, designada pelo Ministério da Educação e Cultura, foi membro da Comissão Especial Brasileira do Quarto Centenário de Os Lusíadas. Em 1985, participou do Segundo Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos, e, em 1988, de conferência reunida para celebrar o centenário do poeta, ambos em Lisboa, onde teve editados os seus *Estudos de Literatura Portuguesa*. De 1985 a 1989, seria professora visitante nas universidades da Califórnia e de Lisboa, ministrando cursos de pós-graduação em Literatura Portuguesa.

Cleonice presidiu a Associação dos Professores de Literatura Portuguesa do Estado do Rio de Janeiro, foi membro-fundador da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa, é vice-presidente da Associação Internacional de Lusitanistas. Hoje, aqui no Rio, prepara cursos para a Casa do Saber, onde, faz pouco, dissertou sobre “Sete Séculos de Poesia Portuguesa” – a trovadoresca, a palaciana, as dos séculos XVI, XIX e XX. Já orientou mais de cem dissertações, ensinou a mais de mil alunos. Nunca tirou férias, licença-prêmio, licença especial. E, como se os seus inúmeros títulos fossem poucos, esta stakhanovista do trabalho intelectual a eles acresce os de pesquisadora do Conselho Federal de Desenvolvimento Científico e Tecno-

lógico, consultora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, a FAPERJ, que lhe outorgou a sua Medalha do Mérito Científico.

Das tantas obras de Cleonice – que não elencaremos, evitando transformar esta saudação em catálogo de livraria –, cumpre destacar, como simples exemplos entre as mais desenvolvidas, que o seu ensaio camoniano mais antigo data de 1963, quando ela já havia publicado desde dez anos antes, por iniciativa do Prof. Thiers, uma coletânea de cantigas medievais transpostas para o português moderno, uma antologia comentada de Mário de Sá-Carneiro, e uma edição crítica de auto quinhentista anônimo. Publicaria, ainda, as *Poesias* de João de Deus e o *Teatro de Gil Vicente*, além de elaborar a edição crítica das obras dramáticas de Antônio Ribeiro Chiado. Em 1973, vieram os *Estudos Camonianos*, focalizando a épica, a lírica e o teatro do poeta imenso; com introdução e notas apareceria, em 1975, a *Obra em prosa* de Fernando Pessoa, e, em 1980, o *corpus* dos *Sonetos de Camões*, por ela considerado a “obra mais extensa e de maior responsabilidade que até hoje preparei”; os amplos *Estudos de Literatura Portuguesa* surgiram em 1985; vieram, em 1988, a edição crítica de *A Passagem das Horas de Álvaro de Campos*, e, em 1990, a dos *Poemas de Álvaro de Campos*.

Aqui, torna-se significativa a atenção prestada por Cleonice a este heterônimo do poeta, que se indagava: “O que é a necessidade de escrever versos, senão a vergonha de chorar?” Heterônimo a quem o autor emprestou o seu poema que mais me atrai, “A tabacaria”. Atrai e inquieta, como o *Livro do Desassossego*, do heterônimo Bernardo Soares.

A Secretaria de Estado da Cultura de Portugal patrocinou a edição crítica da obra pessoana, de autoria da nossa mestra. E ensaios de Cleonice Berardinelli sobre o grande vate português foram ainda publicados em *Fernando Pessoa – Outra Vez te Revejo...*, de 2004.

A própria Cleonice justifica suas preferências, confessando “o muito amor que dedico aos dois poetas exponenciais de Portugal – Camões e Pessoa”. Ela considera que nenhum outro dos seus ensaios lhe deu a satisfação proporcionada pela “Leitura do Adamastor”, extraído d’*Os Lusíadas*: “É minha. Ninguém, que eu saiba, a fez antes de mim. Gosto do meu Adamastor, com suas duas faces, antes e depois de Vasco da Gama, a que inspirava medos e a que causa compaixão. O Adamastor, desvendado, revelou a outra face, a face da fraqueza, até aí irrevelada. Não se mata, na verdade, mas perde a sua unida-

de aparente, passa a ser a imagem do povo que o decifra e que nela se projeta, para nela se reconhecer.”

Não ousei indagar-lhe para qual dos bardos, entre ambos, *son coeur balan-
ce*. Pois ela afirma que, na leitura do grande épico camoniano, “era preciso vol-
tar e voltar, a percorrer caminhos, a descobrir recantos, por vezes de difícil
acesso; que o texto do poeta maior se desvelava aos poucos, sempre guardando
segredos a serem decifrados. E, depois de tantas navegações pelos seus versos,
ainda continuo a ter revelações.” Mas tampouco desconheço que, ao lado da
sua cama, dormem as obras de Fernando Pessoa. Nem que, durante a primeira
visita a Portugal, Cleonice reconhecia: “No princípio era o sonho... Mas,
agora, já começou a ser realidade... (...) Será que eu não posso dizer, ver ou
pensar, sem que Pessoa se intrometa?” Isso desde que conviveu com os papéis
do poeta, reunidos no espólio da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ela também publicou *Os Melhores Poemas de Bocage*, uma antologia dos
versos de José Régio, e prefaciou Miguel Torga. Nem se cuide, porém,
que a atenção e admiração da professora ilustre se concentram, apenas,
nos grandes bardos lusitanos. Cleonice, cultora dos maiores poetas brasi-
leiros (afirmou, certa vez, que “a poesia de Machado de Assis nada fica a
dever à sua prosa”), era, também, por eles justamente admirada. Manuel
Bandeira, em crônica, assim se referiu às palestras que ela proferia, na
Rádio Ministério da Educação, de 1962 a 1982: “Meus amigos, meus ini-
migos, aos sábados, (...) sintonizem pois os seus rádios (...) e ouçam
‘Camões, poeta de todos os tempos’, na voz bonita e no comentário claro
e sábio de Cleonice Berardinelli.”

Já Carlos Drummond de Andrade dedicou o seu *Fazendeiro do Ar &
Poesia até Agora* à nossa nova companheira:

Deixarei minha fazenda
perdida nos mapas do ar,
para, em singela oferta,
constante me dedicar
a Cleonice Berardinelli.

E a ela voltava:

Com respeitoso carinho
trago pois minha oferenda
de bem humilde vizinho (...)
(a justiça é que me impele)
à genuína fazendeira
Cleonice Berardinelli.

Mas tampouco poderíamos reduzir o interesse agudo e penetrante de Cleonice aos poetas. Pois, nas “Linhas mestras da literatura portuguesa”, que organizou para lecionar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluiu-se apresentarem como seus aspectos mais marcantes o subjetivismo, o nacionalismo (forma mais ampla do subjetivismo, tomado em duas vertentes, a laudatória e a crítica), o saudosismo e o messianismo. Por consequência, os autores mais representativos daquelas linhas mestras seriam, para ela, o historiador Fernão Lopes, os dramaturgos Gil Vicente e Bernardo Santareno, o poeta lírico e épico Luís de Camões, o ficcionista Eça de Queirós, e o poeta e prosador Fernando Pessoa. Os maiores, porém – insiste –, foram Camões e Pessoa.

Em seu ensaio “Para uma análise estrutural da obra de Eça de Queirós”, Cleonice dissecou livros que me encantaram a juventude, como atraíram a geração precedente (recordo-me de Afonso Arinos citando, de cor, longos trechos da prosa do extraordinário escritor). À nova acadêmica pareceu “lícito, se não aconselhável, considerar a obra de Eça como uma grande narrativa, cujo tema seria – para empregar um termo científico, do agrado do naturalista que ele era à altura em que concebia o projeto – a biópsia da sociedade portuguesa. (...) A conclusão-síntese, que o leitor já tirou por conta própria (...): situado em nível social cada vez mais alto, com antecedentes que o tornam consciente e responsável, o personagem-título – que acaba por ser comparado a Portugal – comete faltas cada vez mais graves e menos justificáveis. Girando em sua volta num mundo sempre mais representativo da totalidade, mais válida também será a crítica social. A par deste agravamento de juízo, irá surgindo (...) a sua atenuação por uma espécie de fuga para o passado (...). Unindo-as, temos o lado positivo em que (...) se insinua uma solução menos pessimista.”

Cleonice foi chamada por Aníbal Pinto de Castro, lente em Coimbra, “a grande senhora dessa universidade do mundo lusófono”. E ela explica por que: “Batalhamos pela expansão da cultura e, especialmente, da literatura por-

tuguesa, em territórios onde a língua é a mesma, ou onde as línguas são outras.” O professor luso, ao se estender sobre a nossa recente e ilustre companheira, julgaria que “a figura e a ação de Cleonice Berardinelli, que podemos considerar, sem lisonja nem hipérbole, uma das personalidades que mais longe e com maior altura alcançou nos doutorais dessa grande universidade do mundo lusíada, cujas paredes se alargam por mares, continentes e nações, aliando, em suma gentileza e elegância, a dignidade de uma grande senhora com o saber feito de honesto estudo, só é possível aos mestres de rara e excelsa estirpe. E muito importa salientar, neste momento em que a homenageamos em Portugal, o quanto Portugal lhe deve, sem que para merecer essa dívida tenha postergado, em qualquer momento, a sua alma brasileira, e o espaço que nela ocupou sempre o conhecimento e o culto dos grandes textos e das grandes realizações do espírito da sua pátria.”

Ivo de Castro, da Universidade de Lisboa, fez-lhe coro: “A norma culta a que pertence a língua de Cleonice integra-se, assim, na variante nacional brasileira, ocupando dentro dela a posição mais ligada à variante portuguesa, mas, mesmo assim, dela se distinguindo.”

A alegria de aqui saudar Cleonice Berardinelli me traz à memória saudososa a lembrança de outra figura admirável da nossa vida literária que, infelizmente, já não se encontra entre nós. Essa amiga querida, herdada do convívio quase diário que mantivemos, em Roma, com o poeta Murilo Mendes, de quem era discípula dileta e confidente, viria, no futuro, responsabilizar-se pela organização, publicação e divulgação da obra do grande escritor mineiro, exaustivamente coligida e organizada em *Poesia Completa e Prosa*. Acolher Cleonice recorda-me Luciana Stegagno Picchio, por quem fui igualmente distinguido a fim de recebê-la nesta Academia como membro correspondente. A Luciana, muitos laços de grandes serviços prestados à literatura brasileira e portuguesa unem Cleonice.

Ao integrá-las entre nós, acolhemos um espírito que, encarnando toda a herança humanística da latinidade, as tornou filhas de Roma e da Lusitânia. E, quando as abrigamos entre nós, nada mais fizemos além de reconhecer o empenho extraordinário com que, durante décadas, essas duas estudiosas infatigáveis se entregaram ao estudo e difusão da cultura literária do Brasil e de Portugal, como professoras, investigadoras, ensaístas, críticas, filólogas, historiadoras e editoras.

No ensaio *Uma Ilha para Cleonice*, constante do livro *Figuras da Lusofonia – Cleonice Berardinelli*, Luciana afirma que a nova acadêmica, “dentro da nossa literatura luso-brasileira, foi sempre uma ilha. Uma ilha de cultura portuguesa dentro do mundo acadêmico brasileiro. E, na Europa, uma ilha de cultura e de doce fala brasileira dentro do mundo acadêmico português.”

Se a italiana participou, em Lisboa, do Congresso Internacional por ocasião do quinto centenário do nascimento de Gil Vicente, e preparou verbete sobre ele para a *Enciclopedia dello Spettacolo* de Roma, a brasileira recuperou, em edição nacional, uma coletânea da obra do eminente teatrólogo português. A propósito de Gil Vicente, observa Cleonice, “o grande poeta que, mesmo no teatro, escrevia sempre em versos, jamais utilizou a medida clássica dos versos decassílabos, estabelecida na época. Continuou escrevendo as obras à sua maneira.”

Luciana e Cleonice se aproximaram de Jorge de Sena, batalhador incansável contra a ditadura fascista de Salazar, e que, obrigado por isso a deixar Portugal, se refugiou entre nós, lecionando em universidades paulistas, e adquirindo a nacionalidade brasileira. Luciana chegou a traduzi-lo para o italiano, e Cleonice, na pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ofereceu disciplina sobre “O poliédrico Jorge de Sena”. Legou sua biblioteca particular à Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros, de cujo Conselho Administrativo participava no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde, a partir de 2002, instituiu e financiou uma bolsa de pesquisa com o seu nome.

A propósito de José Saramago, Luciana escreveu *Instantanee per um ritratto*, e Cleonice foi com ele, quase simultaneamente, eleita para esta casa. O prêmio Nobel português disse, desta amiga, que “ela faz parte da aristocracia do espírito, essa que, sim, é necessária para a evolução da sociedade.”

Luciana preparou verbetes sobre Luís de Camões para a *Enciclopedia Europea Garzanti*, e acerca de Fernando Pessoa para a *Cultura del Novecento*, ambas editadas em Milão, enquanto Cleonice elaborou edições críticas sobre os dois poetas maiores de Portugal. “Na universidade, graças à Profa. Cleonice Berardinelli, descobri a beleza que havia no magistral épico de Camões”, reconhece o discípulo Zuenir Ventura.

Enquanto Luciana Stegagno Picchio era acolhida pela Academia de Ciências de Lisboa, e premiada com doutorados *honoris causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela Universidade Clássica e pela Universidade

Nova de Lisboa, Cleonice se tornava membro correspondente daquela Academia de Ciências, em sua Sessão de Letras, e, titular, da Academia Brasileira de Filologia. Portugal outorgou a Luciana, pelas mãos do então-presidente Mário Soares, membro correspondente da Academia Brasileira de Letras, a Ordem de Santiago da Espada. A italiana benemérita receberia ainda, do Brasil, as ordens do Cruzeiro do Sul e de Rio Branco.

O Conselho de Cultura do Rio de Janeiro atribuiu a Cleonice o Golfinho de Ouro. Ela é doutora *honoris causa* pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo sido condecorada com as ordens portuguesas do Infante D. Henrique e de Santiago da Espada, ao passo que o Itamarati se honrava em conceder-lhe a Ordem de Rio Branco, como justa retribuição aos méritos de quem lecionara no curso para formação de diplomatas do Instituto Rio Branco em 1961 e 1962 (anos estes, permito-me recordar, em que Afonso Arinos foi ministro de Estado das Relações Exteriores).

Last but not least, aproxima-as mais ainda a beleza da *top model* brasileira, iluminando a capa de *Cleonice: clara em sua geração*, e a da formosa enfermeira ruiva, a encantar os espectadores dos filmes neo-realistas na Itália do pós-guerra. E se alguém duvidar do que vos conto, torno prudente, como Gonçalves Dias: “Meninos, eu vi.”

Não abusemos, porém, do tempo que, nesta noite de gala, poderia ter sido ocupado, quase exclusivamente, pela aula magna a nós ministrada pela nova acadêmica e educadora de sempre. Assim, tenta-me parafrasear o velho amigo, grande diplomata, grande filólogo, grande lexicógrafo Antônio Houaiss, que lecionou no mesmo colégio onde fui aluno de Cleonice, seria recebido na Academia Brasileira de Letras por Afonso Arinos, e foi meu saudoso predecessor nesta casa: “Se algumas lições a vida me deu, uma é esta: em momentos assim, é mister ser breve. No caso, a brevidade se me impõe por muitos motivos: a riqueza da personalidade e da obra da minha homenageada; a circunstância de que não quero agradecer-vos a atenção e a presença com pagar-vos de uma digressão que vos venha a ser enfadonha. Entre o pecado do excesso e o pecado da carência, buscarei ficar neste, por mais leve, creio.”

Ninguém melhor do que a própria dona desta bela festa para resumir afinal, simples e objetiva como sempre, o que tem sido o seu itinerário admirável, a sua demorada travessia: “Neste momento, a que cheguei por um longo caminho, que passou por uma vida familiar feliz, por um percurso escolar afe-

tuosamente estimulado por meus pais e seguido lado a lado com meus irmãos, por um casamento bem sucedido, por um convívio afetuoso com sobrinhos de sangue, com filhos, netos e bisnetos (não nascidos de mim, mas assim amados, num amor por eles retribuído), por uma vida universitária em que, como discente, tive mestres inesquecíveis, em que, como docente, consegui fazer uma carreira que, em extensão e dedicação, desafia paralelos, e ao longo da qual transformei alunos em colegas e amigos os mais queridos, um percurso que passou por muitas alegrias e tristezas, com feridas ainda não cicatrizadas.”

Mas sinto, agora, que o reconhecimento acadêmico, embora tardio, das suas virtudes excepcionais, terá o condão de esparzir, enfim, um bálsamo definitivo sobre a alma da mestra amada. Podemos dar graças a Deus por haver-nos presenteado esta mulher generosa e incansável, esta existência fecunda em que tantos discípulos puderam valer-se dos seus ensinamentos sempre apurados, sempre cuidados; por esta trabalhadora impecável no cumprimento da tarefa, na simplicidade, na coerência, na dignidade, na dedicação, na integridade, na abnegação, na lealdade; por esta estudiosa incessante que prestigiou nosso país em tantos congressos, simpósios, colóquios, palestras e outros encontros acadêmicos, no Brasil e pelo mundo afora; por esta autora e editora crítica de tantos livros publicados entre nós e em Portugal, de ensaios e conferências com que enriqueceu os estudos do idioma; por esta grande dama da literatura brasileira e portuguesa que é Cleonice Berardinelli; por esta professora que definiu, numa frase, seu destino e sua vida: “Descubro que o magistério, para mim, não é apenas o solo de origem, mas também o espaço de realização do desejo. Princípio e fim.”

Discurso do
SR. GERALDO HOLANDA CAVALCANTI

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária
do dia 18 de outubro de 2010*

I

DISCURSO DO SR. GERALDO HOLANDA CAVALCANTI

É a Academia Brasileira de Letras um *continuum*, no qual nós, os acadêmicos, constituímos o estofo de que se compõe a sua perenidade. Daí a tradição esperar que o acadêmico que toma posse faça, no seu discurso, a genealogia de sua Cadeira. Ainda são pouco numerosos os que fizeram a história da Cadeira 29, embora muitos, se de cada um quisesse fazer o perfil. Mas, ao deles herdar o privilégio de ocupar o assento que agora me cabe, sinto-me compelido a evocá-los, pois com eles componho a linhagem na trama que constitui a história da Academia. Falarei deles, portanto, mas serei breve, e, destarte, necessariamente omito no que alguns pudessem esperar que de um ou de outro recordasse.

A Cadeira 29, da qual me honra hoje assumir a sucessão, teve como Fundador Artur de Azevedo que para ela escolheu Martins Pena como Patrono. A Martins Pena, pois, minhas primeiras palavras.

Nosso patrono surge em cena, meteoricamente, aos 23 anos, com a peça “O Juiz de Paz na Roça”, levada ao palco pela companhia teatral de João Caetano, o maior ator e encenador da época no Brasil. Toda sua obra, de cerca de trinta títulos, Martins Pena a produziu nos oito anos que se seguem. Em grande parte foram comédias que expunham os costumes urbanos e rurais da sociedade de sua época. Com elas criava situações e tipos, nos quais os espectadores se reconheciam, e que davam aos atores a possibilidade de explorar a

empatia com o público. Não foi o Molière brasileiro, como o chamou João Caetano, mas, um digno sucessor das duas vertentes pelas quais fluiu a comédia desde seu aparecimento na Grécia antiga, fundindo em suas peças, de autêntico sabor nacional e popular, a tradição da comédia de situações, que vinha de Aristófanes, com a de criação de tipos, na linhagem do mestre francês. É a “espantosa atualidade” de suas peças que leva Antonio Candido, de quem tomo a expressão, a poder dele dizer ter sido, “talvez, o maior escritor do teatro brasileiro”. Usando a linguagem de suas criaturas, estabelecia uma comunicação fácil com a plateia que, mesmo quando desnudada, em cena, nas suas fraquezas e pequenas vilanias, se via reconfortada pelos finais felizes de seus singelos, mas arrevesados e frequentemente inverossímeis enredos. O gênero por ele introduzido, com as adaptações exigidas pela evolução dos costumes e as exigências de plateias mais apuradas, perdura vivo até hoje, responsável pelas melhores bilheterias.

Martins Pena morreu em 1848.

Dez anos depois um talentoso jovem escritor de 17 anos ensaiava suas armas de crítico, no jornal *A Marmota Fluminense*, com um artigo que se intitulava, nada mais, nada menos, “O passado, o presente e o futuro da literatura”. Chamava-se Joaquim Maria Machado de Assis, e o que ele diz do teatro da época é ser “palpável que a esse respeito somos o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas. Dizer que temos teatro é negar um fato, dizer que não o temos é publicar uma vergonha.” Segue o crítico neófito, com o vigor dos verdes anos, referindo-se à qualidade do que se apresentava nas salas de teatro do Rio de Janeiro: “A tradução é o elemento dominante, nesse caos que devia ser a arca santa onde a arte pelos lábios de seus oráculos falasse às turbas entusiasmadas e delirantes. Transplantar uma composição dramática francesa para a nossa língua é tarefa de que se incumbe qualquer bípede que entenda letra redonda”. E indica a solução: “A sociedade – escreve – é uma mina a explorar, é um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar, analisar um aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias. Estudem-nas, eis o que aconselhamos às vocações da época”. Ora, o que estava o jovem crítico a ensinar, se não, precisamente, o que fizera Martins Pena, cuja obra, naquele intervalo, pelo visto, não houvera deixado marca sensível nos palcos e na crítica fluminenses. Ou a teria Machado apresentado, se não como modelo, pelo

menos como a exceção. Como veio a fazer seu desafeto, Sílvio Romero, vinte anos depois, ao escrever:

se se perdessem todas as leis, escritos, memórias da história brasileira dos primeiros 50 anos desse século XIX, que está a findar, e nos ficassem somente as comédias de Martins Pena, era possível reconstruir por elas a fisionomia moral de toda uma época.

Fundador da Cadeira 29, Artur de Azevedo foi uma das personalidades mais ativas na história literária brasileira. Poeta, contista, crítico, cronista e teatrólogo, deixou uma obra vasta e respeitável em todos os campos em que atuou.

Não vou me deter nos quatro primeiros aspectos, bastando-me dizer que, como poeta, foi por Olavo Bilac considerado “um poeta lírico como poucos, e isso – acrescenta Bilac – em uma terra em que há tantos poetas líricos de primeira ordem. Há sonetos de Artur de Azevedo – continua Bilac – que sempre hão de figurar em todas as antologias da nossa língua”. O mesmo podemos dizer de alguns de seus contos, gênero em que se inicia aos 16 anos, e que, duas ou três gerações após a sua morte, ainda tinham presença obrigatória nas antologias escolares. Como crítico e cronista, deixou mais de quatro mil textos, dos quais um quinto de crítica ou crônica teatral. É ainda Bilac, no necrológio do amigo, que anota: “A Crônica está de luto: perdeu um de seus melhores servidores – talvez o melhor, porque foi de todos o que mais soube tratá-la, como ela quer ser tratada, com um espírito onímodo, dando a todos os assuntos uma leve graça fugitiva, e pondo a arte do dizer ao alcance de todas as inteligências, sem prejuízo da correção do estilo.”

Mas é do teatrólogo que quero dizer algumas palavras.

É Machado ainda, em 1873, um quarto de século após a morte de Martins Pena, quinze anos depois de suas objurgatórias juvenis, que diz do teatro brasileiro poder “reduzir-se a uma linha de reticência. Não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. (...) Hoje, que o gosto público tocou o último grau de decadência ou perversão, nenhuma esperança teria quem (se) sentisse com vocação para compor obras deveras de arte. Quem lhes receberia se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores?” Nesse mesmo ano chega do Maranhão Artur de Azevedo para renovar, mesmo recriar, o teatro nacional. Tinha 18

anos e já trazia na bagagem uma peça de sua autoria, “A Baronesa de Caiapó”, representada na capital maranhense centenas de vezes.

Ensaia Artur de Azevedo uma produção inovadora, que traga ao teatro realismo dramático. Mas logo se desespera. E diz ter de recorrer à comédia ligeira para sobreviver. Lamenta-se: “o teatro que mais convém nos países novos como o Brasil é o teatro de costumes, e esse, deixem lá, é o verdadeiro teatro.” Autor de mais de cem textos para a cena e de uma trintena de traduções de peças francesas, sua prolixidade assusta e favorece a crítica apressada que condena a ligeireza de suas peças e acusa-o de não haver produzido um teatro literário. Tal não era, de fato, a intenção do autor. “Tentei fazer teatro literário e (o) fiz”, diz ele. Mas constata a pouca receptividade do público às suas comédias mais refinadas, assim como às traduções que fez de Molière, enquanto suas adaptações de operetas francesas lotavam as plateias. “Ora aí tens!”, exclama. E assim retoma a tradição do teatro ligeiro e, nas suas peças, introduz números de música ou partes cantadas, como no modelo francês, apelidando-as de burletas, e inicia, no Brasil, o teatro de revista. Era o de que o nosso público gostava, disse, “e razão tem ele ... situações claras que não o obriguem a uma grande ginástica de raciocínio.”

Sua grande alegria de viver, seu espírito humorístico, sua vida boêmia não apagavam as qualidades de uma grande simpatia com os problemas humanos, uma ironia saudável e generosa. Sua boêmia nada tinha a ver com o escapismo em que muitos medíocres se refugiavam. Era vivida como uma condição quase que obrigatória da vida literária do Rio de Janeiro da época, como retrata Brito Broca, e que em nada afetava ou diminuía sua rotina de escritor. Usava-a na medida justa.

O teatro. Sempre o teatro e até os seus últimos momentos no delírio da morte. E não o queria só para a própria fama, mas para o benefício da sociedade, tanto estava convencido da sua necessidade como fator de educação popular. Grande incentivador da ideia da construção de uma sala de teatro oficial, defendeu, ardorosamente, a edificação do Teatro Municipal. Mas seu projeto era mais ambicioso. Queria que ele fosse o reduto para a ação do Estado na criação de escolas, para educar o gosto pelo bom teatro, e de laboratório, para a formação de profissionais de alto nível em toda a gama da profissão. Com a mesma determinação, lutou para que fosse conferida à Biblioteca Nacional uma sede compatível com o seu excepcional acervo e seu

papel social. Ao tomar conhecimento do cinematógrafo nascente, nele viu o potencial educativo para as gerações futuras, levando-lhes ao alcance os grandes momentos da sua arte.

Espírito generoso, empenhava-se na divulgação das obras de outros dramaturgos e comediógrafos nacionais. É Bilac ainda quem observa, no necrológio citado:

A quantos outros escritores novatos Artur não deu, como me deu a mim, o amparo de sua popularidade, o prestígio de seu nome, a proteção de sua bondade generosa!

Profundamente enraizada na realidade brasileira, ou, mais precisamente, na carioca, sua atilada percepção psicológica do comportamento individual e social da sua época dele fez um colecionador de tipos que, na verdade, com vestes diferentes, repetem-se e permitem a algumas de suas comédias resistirem ao tempo e despertarem ainda o interesse como se fossem atuais. Isso vimos confirmado, há apenas poucas semanas, quando sua peça “O Mambembe” foi reencenada, com grande sucesso de público, no teatro SESC Ginástico, no Rio de Janeiro.

Quando eu morrer, — escreveu — não deixarei o meu pobre nome ligado a nenhum livro, ninguém citará um verso, nem frase, que saísse do cérebro; mas com certeza hão de dizer: “Ele amava o teatro”, e este epitáfio moral é bastante, creiam, para a minha bem-aventurança eterna.

A rigor, deveria, agora, voltar minhas atenções para Vicente de Carvalho que a Artur de Azevedo sucedeu como titular da Cadeira 29. Peço licença para fazer diferente e tratar imediatamente do sucessor do poeta paulista, Cláudio de Souza, também paulista, para não deixar em meio uma reflexão sobre os caminhos do teatro brasileiro. A Vicente de Carvalho regressaremos depois. E o faço, também, porque é o próprio Cláudio de Souza que assim o requer, ao dizer, no seu discurso de posse, que, com sua eleição, a Academia o permitia reconquistar para o teatro a poltrona que a ele havia concedido no ato de sua criação.

Notamos que há uma continuidade entre a obra de Martins Pena e a de Artur de Azevedo. E de que fala esse teatro que vem do século XIX? Do dia a dia de uma sociedade que busca sua identidade numa cultura que se estrutura-

va, principalmente, no cotidiano da sociedade pequeno-burguesa citadina, e, quando no da rural, por suas reações no contato com a sociedade urbana.

Vimos tanto Martins Pena como Artur de Azevedo a lastimar a impossibilidade de uma dramaturgia séria no palco brasileiro pela incapacidade cultural do público para apreciá-la. Cláudio de Souza já no início do século XX, dá outras razões. Não tinha havido, na história do teatro brasileiro, e não havia ainda no seu tempo, lugar para o teatro dramático – diz –, pois a vida, e agora o cito, “corre-nos serena, tranquila, blandiciosa, abundante nos celeiros da província com frutos nativos e terra dadivosa. (...) Nosso teatro não pode, pois, ser mais do que é, expressão da alma popular, sincero, risonho e despreocupado.” E, enfaticamente, declara: “Não se compreende, pois, que o teatro, reflexo do meio e da civilização, venha pôr-nos em cena embates, conflitos, desequilíbrios morais e sociais que devemos pedir emprestado a outros povos, para fingir requintes e vícios iguais ou maiores do que os deles.”

É forçoso reconhecer que essa visão idílica não correspondia à realidade social da Primeira República. Wilson Martins refere-se à sociedade da época como “pesada de crises e inquietações”. Tragédias ainda recentes revelavam os efeitos de um patriarcado remanescente que dilacerava a paz doméstica, esta, em grande número de casos, não mais do que a máscara decente para dramas que desfiguravam a alma de seus integrantes. Nada disso aparece no teatro de Cláudio de Souza. O drama que se insinua nas suas comédias é o do descompasso entre a moral pequeno-burguesa que predomina na nascente classe média urbana e na pequena aristocracia rural que domina a roça, para utilizar a expressão da época, e os inovadores hábitos do mesmo extrato social na cidade.

Comparada à de seus antecessores, a obra de Cláudio de Souza difere apenas na tentativa de buscar um certo realismo psicológico mais elaborado nos seus personagens. Mas repete a inevitável concessão ao gosto das plateias pouco ilustradas de que já se queixavam Martins Pena e Artur de Azevedo há mais de cem anos. A tonalidade nova é dada pela mordacidade das alusões aos costumes contemporâneos na forma de chistes intercalados nos diálogos, um expediente importado da comédia contemporânea francesa. Homem culto, rico, de hábitos requintados, genuíno praticante da linguagem educada, não era fácil a Cláudio de Souza alcançar nas falas de seus personagens uma autêntica reprodução da maneira de falar, e até mesmo de pensar, dos seus personagens populares.

Cláudio de Souza escreveu 29 peças, a última das quais, “Pátria e Bandeira”, em 1942, se excluirmos “Le Sieur de Beaumarchais”, escrita em francês, ainda no mesmo ano. No ano seguinte, nascia em São Paulo o moderno teatro brasileiro com a encenação, pelo grupo *Os Comediantes*, de “Vestido de Noiva”, de Nelson Rodrigues, sob a direção do polonês Zbigniew Ziembinski. Quem teve a oportunidade de assistir a esse espetáculo, viveu um dos maiores momentos do teatro no Brasil.

Não posso abandonar Cláudio de Souza sem mencionar, de seu legado no mundo das letras, sua obra mais original e permanente: a criação, em 1936, do PEN Clube do Brasil. Dos objetivos originais do PEN Club internacional, guardou, para o rebento brasileiro, aquele de congregar escritores e profissionais da palavra com vistas a estimular a criação literária. Deu de si muito de dedicação e dos bens de sua fortuna pessoal. Tomou emprestada da Academia Brasileira de Letras, à qual já pertencia desde 1924, a rigidez institucional que o distingue das associações congêneres em outras partes do mundo. Nas mais de sete décadas desde então passadas o PEN Clube do Brasil vem prestando inestimável contribuição às letras brasileiras.

Volto no tempo para restaurar, no seu lugar, Vicente de Carvalho que, eleito para a Cadeira 29, em sucessão a Artur Azevedo, nela nunca se sentou. Tomando posse por carta — não foi o único —, faltaram-lhe o discurso de inauguração e o de recebimento. Este se dará, na verdade, postumamente, quando, no dia 8 de outubro de 1924, sobre seu antecessor, falará o acadêmico Cláudio de Souza, seis meses após a morte do poeta. Não foi um necrológio. Não cabia. Foi um panegírico, como convinha à circunstância e à oratória do novo acadêmico.

À circunstância digo, e paro para uma reflexão. A sucessão acadêmica é obra do destino. As cadeiras, se têm patronos, não são dinásticas por profissão ou sobreexcelência em algum gênero literário. Vimos Cláudio de Souza dizer que ao suceder a Vicente de Carvalho recuperava para o teatro a Cadeira 29. Mas essa recuperação era circunstancial e não uma herança devida.

À oratória acrescentei. Por necessidade. O estilo sublime ainda encontrava cultores na época em que viveu e falou Cláudio de Souza, e nenhum mais a ele devotado do que o novo acadêmico.

Quem foi Vicente de Carvalho? Dizem os resumos biográficos que foi um poeta parnasiano que podia ombrear-se a Olavo Bilac, Raimundo Correia e Alberto de Oliveira. É pouco e é muito.

Vicente de Carvalho foi advogado, político, deputado constituinte, magistrado, ministro do Tribunal de Apelação de São Paulo, empresário, fazendeiro, jornalista. Escreveu contos e poesias. Com essas criou a sua reputação de poeta parnasiano.

Essa qualificação, repetida quase como um lugar comum, é uma imprecisão. Escreveu, sim, poesias parnasianas, como todos os poetas seus contemporâneos, mas a parte substancial de sua produção foi de um romantismo tardio na temática e na forma, onde havia uma predileção pelos ritmos e os gêneros populares, a redondilha maior e a trova. De início, não apenas não era parnasiano como, ao parnasianismo se opunha com veemência. “Prefiro o obscuro rouxinol mavioso de *Menina e Moça* aos pavões bizarros do parnasianismo”, escreve ao tempo de seu segundo livro de poemas, *Relicário*, em 1889. No mesmo texto, acrescenta que a poesia parnasiana “faz-me lembrar os manequins destinados ao reclamo dos alfaiates: por fora desenham-se as formas corretas da roupa bem talhada, dentro dorme um pedaço de pau toscamente ajestado ao feito do corpo humano ... não quero que por amor ao apuro casquilho se faça da poesia o manequim do verso.” Seu verso era limpo, transparente, acessível no vocabulário, despretensioso nas imagens, ricas embora, muitas vezes brilhantes, razões para seu permanente sucesso. E só cantava o amor e a natureza, até que, na maturidade, deu um tom mais filosófico e naturalista à sua poesia, deixando-nos ora suas reflexões sobre a morte, assumindo o naturalismo macabro de um Augusto dos Anjos, como no terceiro poema de *Avulsos*, ou tocando-nos com a sua dor pela morte de um filho, como em “O pequenino morto”, ora exprimindo, como em seu pungente “Fugindo ao cativo”, o drama épico da escravidão.

Ninguém podia ser mais diferente do que o seu sucessor. Da recorrente evocação da natureza em seus primeiros poemas, diz Cláudio de Souza, no panegírico já mencionado: eram esses os tempos em que na sua poesia “cada colina tinha sua oréade, cada rio uma náiade, cada arbusto uma dríade, cada angra uma nereide, ... e vivia a natureza a sorrir o riso dos deuses, e eram os vales frescos e umbrosos, as montanhas pitorescas, os vales férteis, o mar cerúleo, o firmamento limpo e anilado”, uma anáfora seguida de uma seriação sin-

dética – desculpem-me essa investida no vocabulário técnico dos manuais de oratória, mas estimo ter sido essa a intenção do autor, a de que fosse reconhecido o seu domínio dos recursos estilísticos das *belles lettres*, e volto à frase interrompida –, helênicas alusões que nada tinham a ver com a poesia de Vicente de Carvalho, onde oréades, náíades, dríades e nereides não são mencionadas uma só vez. Encontraremos sim, a natureza real que comungava o poeta, com sua flora, sua fauna, seus habitantes e artefatos, o coqueiro, o jameiro, a aroeira, a garça, a araponga, a juriti, o caitetu e a cascavel, os canoeiros, o puçá, o candeeiro, e até as panelas que cham ao fogo, nada disso, que eu saiba, conhecido no Parnaso.

Bem ao contrário de um parnasiano reticente, era Vicente de Carvalho um poeta cuja simplicidade de linguagem, cujo avesso à obscuridade, ao rebuscado, à alusão literária, mais se prestava a uma apreciação oposta, a de um sentimentalismo, por vezes até mesmo um tanto raso, pelo menos em sua obra de mocidade. Donde poder ver Mário de Andrade na sua poesia, “um parentesco assaz tênue ... com o parnasianismo”, e Manuel Bandeira, que chega a igualá-la, e até superar, à da trindade parnasiana canônica, a afirmar que a ela “mal se pode aplicar o rótulo” de parnasiana.

No longo prefácio à primeira edição de *Poemas e Canções*, o livro máximo, e quase poderíamos dizer o livro único de Vicente de Carvalho, pois nele está reunida toda a obra considerada definitiva pelo poeta, diz Euclides da Cunha:

Nas várias escolas esporádicas – que vão do parnasianismo, com a idiotice de seu culto fetichista da forma, ao simbolismo, com a loucura de suas ideias exageradamente subjetivas –, o que parece a decadência da poesia é apenas o desequilíbrio e as emoções falsificadas dos que não podem mais compreendê-la na altitude a que chegou o nosso pensamento.

E chegamos a Josué Montello.

Montello nasceu fadado a pertencer à Academia.

Precoce em tudo o que fazia, aos 14 anos tornou-se professor na escola em que era aluno. Aos 15, lança seu primeiro livro de poemas. Aos 18, é eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Transfere-se para o Rio de Janeiro, inicia sua carreira jornalística e é nomeado Inspetor Federal do Ensino Comercial. Aos 19, obtém, por concurso, o cargo de Técnico de Educação. Aos 23, publica seu primeiro romance, *Janelas Fechadas*. Aos 26, vê

representada sua primeira peça teatral, “Precisa-se de um Anjo”. No mesmo ano, prepara o plano de reforma da Biblioteca Nacional, da qual se torna de imediato Diretor dos cursos e, finalmente, aos 31 anos, Diretor Geral. Ninguém parará esse dinâmico homem público e homem de letras que irá, de cargo em cargo, no Brasil, a Secretário Geral do Governo do Maranhão, Subchefe da Casa Civil do Presidente Juscelino Kubitschek, Diretor Geral do Museu Histórico Nacional, Fundador e Diretor do Museu da República, Presidente do Conselho Federal de Cultura, Reitor da Universidade Federal do Maranhão, e, no exterior, a Adido Cultural junto às embaixadas do Brasil em Lima, Lisboa, Madri e Paris, para terminar seus cargos públicos como embaixador do Brasil junto à UNESCO.

Neste recinto da Academia falará, pela primeira vez, aos 22 anos, para pronunciar uma conferência por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis, iniciando uma relação intensa que desembocará na sua eleição para membro titular aos 37 anos. Entre uma data e outra, a Academia editará, aos seus 26 anos, o ensaio bibliográfico sobre Gonçalves Dias, de sua autoria; aos 31 lhe concederá o Prêmio Sílvio Romero, de Crítica e História, por sua *História da Vida Literária*; dois anos depois, o Prêmio Artur Azevedo, por sua peça “Escola da Saudade”, e em mais seis anos, o Prêmio Coelho Neto de Romance, por seu *Labirinto de Espelhos*. Estava mais do que pavimentado o caminho para sua admissão como acadêmico. Da Academia, veio a tornar-se Presidente em 1994 e 1955.

Relembrado, mais que tudo, por sua imensa produção na área da ficção, especificamente na do romance, Montello poderia ter ficado reconhecido, igualmente, como homem de teatro. A tese com a qual obteve aos 21 anos o cargo de Técnico de Educação tratava, precisamente, de “O Sentido Educativo da Arte Dramática”. Muito cedo, estreia nos palcos com a peça “Precisa-se de um Anjo”, em 1943, após haver publicado apenas um primeiro livro de poemas, seu primeiro romance e um livro de ensaios. Tinha 26 anos. Sua última peça é de 1997, quando o escritor completava 80 anos. Escreveu nove peças ao longo da vida, o que demonstra um interesse constante pelo gênero. Tinha títulos, portanto, para reivindicar a linhagem teatral da Cadeira 29. Não o esquece Montello em seu discurso inaugural e se felicita de que o receba Viriato Corrêa “autêntico homem de teatro, dos maiores que o Brasil tem tido”, nas suas palavras.

Montello foi tudo, além do ensaísta, do dramaturgo e do romancista de que já falamos. Foi poeta (o que as biografias resistem em registrar, mas Viriato Corrêa, no discurso de saudação ao novo acadêmico fez questão de ressaltar); jornalista (deixou marcada a sua presença em revistas e jornais que já se foram - *Dom Casmurro*, *O Malho*, *A Careta*, *A Ilustração Brasileira*, *Manchette*, ou jornais, como o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, e o *Jornal do Brasil*, que acaba de finar-se, bem como no sobrevivente *O Globo*); cronista, diarista, memorialista, novelista, autor de livros para crianças, historiador, orador, tradutor, que mais... Dele escreveu seu grande amigo e nosso Confrade Evaristo de Moraes Filho que tudo o que dele se diga ou é de mais ou é de menos. Certamente, dele nada disse eu de mais. Estas poucas linhas, ou estes poucos minutos, nem mesmo permitiriam enunciar os títulos de sua vastíssima obra de cerca de 150 volumes. A única maneira de não ser injusto à sua memória é dizer que Josué Montello foi o escritor por antonomásia. Graças a seu enorme talento, à sua cultura universal, à sua inquebrantável disciplina, produziu uma das mais abrangentes obras da literatura brasileira. Disse ele certa vez, desta mesma tribuna, citando Mallamé, que tudo neste mundo se acaba em livro. E, noutra ocasião, "Sou um escritor. (...) Sou assim por determinação da natureza."

Está aí Josué Montello, de corpo inteiro.

Suceder a José Mindlin é algo que me toca profundamente. Nossa amizade iria comemorar em breve as bodas de ouro de uma convivência amável e fraterna. Desde sua eleição, costumava dizer-me, quando neste recinto nos encontrávamos: "Quero vê-lo aqui – e acrescentava – de preferência com o meu voto." Deu-me a sua vaga.

Não se pode falar de José Mindlin sem falar de Guita. Formaram um só ser em duas pessoas distintas desde o dia em que, ainda estudantes, não sabendo Guita, referindo-se às facções políticas universitárias que disputavam a sua adesão, a que partido filiar-se, recebeu do colega José a proposta de filiar-se a ele próprio. Viveram casados e complementados por quase 70 anos. A perda da companheira, dias depois de sua eleição para esta Academia, levou-lhe o gosto de viver que sempre havia caracterizado aquele que "nada fazia sem alegria", divisa retirada de Montaigne - *Je ne fay rien sans gayeté* - que José tomou como *ex libris* de sua famosa biblioteca, porque era sua palavra de vida. Guita e José Mindlin. Seus nomes continuarão unidos, como queria José, prolongando a união exemplar de suas existências, na Biblioteca que será conservada no

campus da USP para abrigar a magnífica Brasileira que ele, com seu tino para encontrar a obra rara e sua persistência para adquiri-la, conseguiu reunir num trabalho de mais de sete décadas.

São conhecidas as muitas histórias relacionadas à constituição da biblioteca Guita e José Mindlin que não vou aqui evocar, pois, com graça e humildade, o próprio José inúmeras vezes as reconstituiu em documentos publicados, entrevistas concedidas, e resumiu na obra *Uma Vida entre Livros*. Documentos fundamentais para conhecer algumas das descrições episódicas de momentos grandiosos de sua vida de colecionador encontram-se, igualmente, no catálogo da exposição de 110 exemplares de sua coleção no Museu Lasar Segall, em São Paulo, realizada em 1999, que os cariocas puderam ver, depois, no Museu da Chácara do Céu, e, com perfeita memória e rara erudição, ele próprio anotou na monumental obra editada pela Biblioteca Nacional, por ocasião dos seus 90 anos, *Destakes da Biblioteca Indisciplinada de Guita e José Mindlin*. O que quero ressaltar neste momento é o inabalável bom humor com que sempre relatou suas aventuras e desventuras como colecionador de livros.

Diferentemente de seus congêneres mais célebres, José não era um bibliômano, mas autêntico bibliófilo. Amava os livros e com eles convivia. Dizia que sua biblioteca era indisciplinada. Não era. Ou o era apenas no sentido de que construí-la não obedecia a um programa. Seguiu o que ele chamava de vertentes, linhas de interesse que por vezes se desdobravam, por vezes se extinguíam. A vertente Brasil, por exemplo, se ramificou em Literatura, História, Viagens, História Natural, Arte etc., como disse no seu discurso de posse nesta Academia, e incluímos no seu “etc” a Poesia, que sempre teve um lugar muito especial entre os seus livros. Vertentes subsequentes foram, por exemplo, as obras de referência, a história do livro e as artes gráficas, inclusive a tipográfica, ou a do livro em si, como objeto, em particular pela arte da encadernação. Novas vertentes surgiam constantemente, a dos periódicos, a dos manuscritos originais, a de roteiros cinematográficos, a da literatura de cordel, e as de cartas, dedicatórias, provas tipográficas, proclamas, alvarás, documentos históricos da Imprensa Régia, mapas, calendários, catálogos, regimentos de irmandades, catecismos, enfim toda sorte de “papéis velhos” originais que pudessem ser úteis ao pesquisador da história literária, política e social do Brasil.

Não tinha corretores, *book dealers*, para alertá-lo ou substituí-lo. Cada livro adquirido foi por ele examinado, apreciado para ter a certeza de que seria

bem acolhido, pelos demais, na biblioteca, como se merecesse a sua companhia. E cada um foi, ou era, frequentemente visitado, folheado, contemplado, e, sempre que possível, lido. Não os lia todos. Seria impossível. Desejo talvez não lhe faltasse. Dizia que, ao adquiri-los, tinha pelo menos a intenção de lê-los. E chamava de “loucura mansa” o que reconhecia ser seu vício incurável: comprar livros. Loucura, talvez, mas havia método em sua loucura.

Alberto Manguel faz uma distinção entre bibliotecas com livros entronizados e bibliotecas com livros lidos. A de José Mindlin não tinha livros entronizados. Mesmo as joias da coroa estavam expostas à consulta do leitor interessado, ele próprio em primeiro lugar, que as visitava regularmente, e a quem quer que se beneficiasse de sua generosa acolhida para realizar trabalhos de pesquisa. Sua enorme biblioteca surgiu, aliás, como um produto quase diria secundário do seu amor pela leitura. Ele próprio o diz ao evocar o nascimento de sua coleção a partir da leitura de obras específicas que o levavam a procurar outras obras do mesmo autor e depois obras sobre aquele autor e assim por diante.

Mindlin costumava dizer que não tinha tempo para ler os bons livros porque existiam os ótimos, citando, e propositadamente distorcendo, uma *boutade* de Thomas Mann. E não era verdade, pois ele próprio se orgulhava de haver feito belas descobertas através da leitura de autores desconhecidos que lhe chegavam às mãos pelo acaso.

Gostava de ler em voz alta. “Para mim – escreveu – “a poesia é, de certo modo, uma partitura cuja musicalidade só a leitura em voz alta faz aparecer.” Guita era sua ouvinte predileta, porque constante e sempre atenta. Fazia-o com uma evidente satisfação e orgulhava-se de sua voz. Sua impostação solene e cadenciada pareceu-me, à primeira vista – ou devo dizer à primeira audiência – datada, mas vim a descobrir, depois, que devia estar impregnada no seu gene russo, pois era a mesma entonação que encontrei nas gravações de Ana Akhmátova ao ler os próprios poemas.

Do amor e do carinho que tinha pelos livros dizem muito as palavras com que procura justificar-se perante os que não foram selecionados para figurar na exposição do Museu Lasar Segall ou entre os *Destaques* da edição da Biblioteca Nacional, seleções que teve que fazer enfrentando “muitas ciúmeiras e muitas queixas” dos livros que delas foram excluídos.

A imagem de José Mindlin está associada ao livro, à biblioteca. Mas Mindlin foi muito mais do que o bibliófilo. Foi o empresário sempre disposto

a pôr a sua empresa a serviço das artes, o editor, o incentivador da esposa no árduo e exigente trabalho de restauro de livros e obras de arte, o administrador vigilante da proteção do patrimônio cultural quando em cargo executivo no estado de São Paulo, o zelador dos manuscritos de grandes escritores brasileiros e o mecenas para a divulgação desse patrimônio.

Em 2004, para comemorar os seus 90 anos, a EDUSP, da qual era Mindlin o presidente da Comissão Editorial, decidiu publicar uma obra que fizesse recordar os livros dos quais houvesse sido ele editor, co-editor ou patrocinador, muitas delas publicadas pela Metal Leve, ao tempo em que ele presidiu a famosa empresa produtora de autopeças, por ele mesmo fundada. Sob protestos do homenageado, a EDUSP produziu o catálogo *José Mindlin, Editor*, preciosa recapitulação de um dos aspectos mais fascinantes da obra de José, infelizmente só conhecida por um número reduzido de seus amigos e dos beneficiários de seu generoso apoio e interesse pelas artes gráficas aplicadas ao livro. São 60 obras de primoroso acabamento gráfico, a primeira das quais, as *Elegias de Duino*, de Rainer Maria Rilke, em tradução de Diva Ferreira da Silva, foi publicada em 1951. Mas não data daí a incursão inicial de Mindlin nas artes tipográficas. Aos 14 anos de idade, já demonstrara sua preocupação com a qualidade da impressão como editor da revista *Rio Branco*, que levava o nome da escola em que estudava em São Paulo. Na década dos 50 colaborou estreitamente com o grupo pernambucano *Gráfico Amador* cuja atuação revela uma das páginas mais originais da arte gráfica no Brasil. E aqui não posso deixar de evocar a figura fidalga de Aloysio Magalhães, seu grande animador, tão prematuramente desaparecido, morto em Veneza – como Aschenbach – enquanto defendia, em reunião da UNESCO, a inclusão de Olinda na Lista do Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. A partir da década dos 60, de início em colaboração com Gastão de Holanda, ex-participante do grupo *Gráfico Amador*, no Recife, primeiro, e no Rio de Janeiro depois, inicia um projeto ao qual estarão associados os nomes de João Câmara, João Cabral de Melo Neto e Haroldo de Campos, este como tradutor de Octavio Paz. As publicações patrocinadas pela Metal Leve terão um destino mais especial: reeditar, em edições fac-similadas, revistas e livros tornados raridades, relativos, sobretudo, ao período modernista nas letras nacionais. Assim ressurgem *A Revista*, de Carlos Drummond de Andrade, a *Revista Anual do Salão de Maio*, de Flávio de Carvalho, a revista *Verde*, do Grupo de

Cataguazes e a *Revista de Antropofagia*, consequência e seguimento do Manifesto de Oswald de Andrade. Durante sua breve passagem como Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, a par de uma atividade administrativa rigorosa de desburocratização dos processos da Secretaria, criação de projetos de preservação do patrimônio cultural, estruturação da carreira de pesquisador, dirigiu, ainda, a publicação de uma vintena de livros em co-edições, uma bibliografia de editor bissexto, como se intitulava, que encheria de orgulho qualquer casa editorial.

Como preservador e difusor da cultura nacional, permitam-me introduzir aqui uma palavra de louvor e reconhecimento pela contribuição inestimável por ele prestada à União Latina, ao tempo em que eu a tinha a meu cargo, para a realização do que foi a maior e mais bela exposição da arte barroca brasileira jamais realizada no exterior, entre 1999 e 2000, no *Petit Palais* de Paris, intitulada *Brésil Baroque – Entre Ciel et Terre*, com a apresentação de mais de 600 obras de arte de coleções oficiais e particulares do Brasil inteiro. Sem sua mediação para a obtenção dos recursos necessários a essa prestigiosa apresentação, a exposição possivelmente, não teria chegado a realizar-se.

Escreve Mindlin na introdução aos *Destques*: “Não tenho o fetiche da propriedade, porque, em matéria de raridade, considero-me mais um depositário do que um proprietário, uma vez que, para mim, o outro papel da biblioteca, além da leitura, é o da preservação da cultura – a gente passa, mas os livros ficam”. Há cerca de um ano, dizia numa entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*: “Nunca me considere o dono desta biblioteca. Eu e Guita éramos os guardiães destes livros que são um bem público”. E isso demonstrou, exemplarmente, ao doar os 26.000 livros que consistem a sua Brasileira, a maior parte de sua biblioteca, à Universidade de São Paulo, num digno e raro exemplo de mecenato no Brasil, último grande gesto de um grande homem, um grande brasileiro.

Cito mais uma vez Alberto Manguel, que de livros e bibliotecas muito sabe: uma biblioteca é “um monumento incumbido de derrotar a morte”. Guita e José derrotam a morte ao ficarem recebendo com seus nomes no portal da futura biblioteca que abrigará os seus livros no campus da USP, por muitos e muitos anos, muitíssimos espero, todo aquele que neles for buscar inspiração e sabedoria.

Antonio Candido observa com precisão que quando um homem é capaz de combinar harmoniosamente os traços de inteligência e sensibilidade demonstrados por José Mindlin para construir ao longo da vida uma biblioteca valiosa, “vai além da categoria de colecionador e se torna plenamente o seu autor, como um escritor é autor daquilo que escreve”. Assim soube nele reconhecer a Academia Brasileira de Letras ao elegê-lo em 2006. Homem de letras no sentido mais amplo da palavra, homem da palavra no sentido mais amplo do termo.

Muitas coincidências dizem respeito à Cadeira que hoje ocupo e às minhas relações com a Academia. De Cláudio de Souza, sou sucessor duas vezes: primeiro como presidente do PEN Clube do Brasil, e agora, por ocupar-lhe a mesma Cadeira nesta Academia. De Josué Montello, fui antecessor na UNESCO. À UNESCO, igualmente, estão ligados os nomes de outros ilustres acadêmicos, alguns meus antecessores, como Paulo Berredo Carneiro e Carlos Chagas, outros meus sucessores como, além de Josué Montello, José Guilherme Merquior. Ainda na UNESCO, tive o privilégio de ter como colaborador o acadêmico Abgar Renault na crucial XXI Conferência Geral, realizada em Belgrado, em 1980.

Esta breve, brevíssima, evocação de pessoas que me precederam na Academia Brasileira de Letras, às quais estive ligado, é, por si mesma, demonstração da sua plurivalência. E do sentido exato de sua divisa.

Se é missão da Academia a cultura da língua e da literatura nacional, tem ela que ser dinâmica e corresponder às vocações naturais de uma e de outra. O idioma de um povo ou de uma nação é algo vivo, evolutivo, maleável. Que as palavras envelhecem já o sabia Horácio que diz, na sua *Arte Poética*: “Como as folhas na mata, as palavras envelhecem e caem (...). Algumas renascem, outras, agora em voga, cairão, se o uso assim o quer, o uso ao qual pertence, nas línguas, a soberania, o direito, a regra.” E isso se aplica tanto à palavra isolada, nas suas conotações, quanto a seu emprego na frase, no seu uso sintático, semântico, estilístico. E é, então, a literatura que é afetada. A norma culta, que cumpre aos gramáticos detectar, proteger, tampouco é marmórea, e é por saber como transgredi-la que, muitas vezes, de algum escritor que a dome, pode surgir uma nova linguagem literária. Vimos como isso souberam fazer, de forma magistral, em seu tempo, o nosso Confrade Guimarães Rosa, e, mais recentemente, o escritor português José Saramago, que há tão pouco se despediu de nós. O que isso tem a ver com a Academia? Precisamente ser ela a

zeladora de que esse processo, a evolução do idioma e a transmissão da literatura se faça de modo a preservar a singularidade e a autenticidade de uma e de outra. Atentemos serem objetivos da Academia a “cultura” do idioma e da literatura. E cultura, no sentido etimológico quer dizer “amanho”.

Isso me leva à consideração final desta breve reflexão sobre o que pensa da Academia este que foi por ela honrado ao admiti-lo em seu seio.

A nós, que nestas cadeiras nos sentamos, atribuem-nos, os de fora, pretendemos ser imortais. Ora somos mortais como qualquer um e a imortalidade que se inscreve na divisa da Academia está mais referida a ela como instituição, com tudo o que a palavra tem de exacerbação do contingente, do que a cada um de nós como contribuintes para sua continuidade. Aqui estamos apenas para demonstrar quão passageiro é o renome que ela nos possa dar. Ela, a Academia, é que perseverará, recolhendo a contribuição que cada um de nós lhe possa prestar na realização de seus cometimentos. E sua missão nunca terminará ... eterna enquanto dure, diria o poeta.

Desejo, ao terminar, deixar o registro de meu profundo reconhecimento a todos os acadêmicos que me acolheram à sua companhia. Serei assíduo em procurar justificar sua confiança. A todos os que aqui me cercam, unidos no gesto de amizade que essa presença significa, minha enorme gratidão. Esta entrego, muito especialmente, a minha mulher, meus filhos, meus netos, minhas irmãs, meus sobrinhos e aos demais familiares que, aqui presentes ou de longe, estão comigo neste momento.

Agradeço, orgulhoso, a atenção especial que me concede o Exmo. Sr. Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco, ao designar o Sr. João Lyra Neto Vice-Governador, para representar o Governo do Estado nesta cerimônia. A ele e à sua Exma. esposa, Sra. Leila Queiroz agradeço a presença neste recinto. Comove-me, igualmente, que aqui esteja representada a Academia Pernambucana de Letras, na pessoa de seu Presidente, o Sr. Waldênio Porto, cuja recente obra “Violinos no Coque” relata a bela experiência social e cultural que vem sendo realizada em Caruaru, sua cidade natal, com a Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque.

Não terminei, ainda. Tinha dois compromissos com respeito a este discurso. Um era comigo mesmo: fugir ao usual recurso retórico de iniciar ou terminar o discurso duvidando do discernimento dos que me elegeram, o que me parece uma injuriosa ingratidão. Outro era com uma pessoa aqui presente,

e que não preciso nomear. Disse-me ela, quando pela primeira vez nos encontramos após a minha eleição: “E fale, Geraldo, de Pernambuco, em seu discurso de posse!”

Não foi fácil cumprir a promessa que lhe fiz no texto de uma oração que só trata de paulistas e de maranhenses. Procurei um jeito de atendê-la, como terão notado, ao referir-me, em várias oportunidades, a pernambucanos ilustres. Foi o máximo que conseguiu este modesto pernambucano que aqui cessa suas palavras. Percebo, no entanto, que, ao assim me caracterizar, descumpro o outro compromisso, o assumido comigo mesmo, e incorro o risco de ver-me desacreditado pelo nosso presidente que não considerará válido o bizarro oximoro no qual incorro ao acoplar os dois adjetivos que me apliquei, porque, mais do que desconjuntados, ele os considerará contraditórios.

II

RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

A nossa Academia, a casa de Machado de Assis, recebe hoje o escritor Geraldo Holanda Cavalcanti. Sensibiliza-me particularmente poder dizer estas poucas palavras nesta noite muito especial.

Acompanho Geraldo desde a nossa mocidade na querida cidade do Recife, nos corredores, nas salas, na biblioteca da emblemática Faculdade de Direito, antigo reduto de intelectuais ativos, de escritores ou candidatos a escritores, não menos motivados. Ainda me lembro da sua silhueta esguia atravessando a Praça Adolfo Cirne, com o violino na mão esquerda, e na outra, um livro volumoso, provavelmente um código. Entre a suave melodia da música e a aspereza da normatividade, ele equilibrava as suas assonâncias e dissonâncias. Aí começamos uma conversa, um diálogo aberto e até agora sem interrupções.

A nossa interlocução girava em torno da literatura, da filosofia, da política e, frequentemente, das artes, não fora Geraldo o escritor, o artista plástico, o músico, sempre discreto. Como discreto continuaria a ser a vida inteira, mesmo em outros ofícios menos discretos.

A Academia Brasileira de Letras, ao receber Geraldo Holanda Cavalcanti, acolhe um verdadeiro poeta.

Ele tem sabido cultivar outras espécies literárias, e menos literárias. Para todas, carrega consigo a inabalável vontade de inventar o mundo, inventar e se deixar inventar pela realidade – essa trama complexa de homens e coisas, esse caminho tenso, pontilhado de obstáculos. A poesia

tem sido sempre, basta observar a cronologia da sua produção poética, a inseparável companheira de viagem.

O seu primeiro livro, de poesia, *O Mandioccal de Verdes Mãos* (1964), foi editado na Coleção Tempoesia, das **Edições Tempo Brasileiro**, casa editorial cinquentona, presidida até bem pouco pela competência do meu querido e saudoso irmão Franco Portella. Os originais me foram trazidos pelas mãos diligentes da sua admirável companheira, de vida, de artes e ofício, Dirce Cavalcanti. Logo em seguida, comecei a receber recomendações entusiásticas de colegas que não sabiam das nossas pré-históricas ligações recifenses, e se dispunham a alertar-me sobre a grandeza do poeta. Todos eles enfatizavam a qualidade da sua poesia e, os nomes maiores que mais me tocaram foram os de João Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, José Guilherme Merquior. Não precisava. Mas foi bom saber que eles também reconheciam o superior fazer poético do Geraldo. O poeta José Paulo Moreira da Fonseca, diretor da coleção, nos trouxe a sua incondicional acolhida. O livro foi lançado sem pompas e circunstâncias, mas logo obtendo a mais criteriosa adesão crítica.

Depois a carreira diplomática o levou pela vida afora. E sempre nos reencontramos nas mais diversas geografias. Voltei a publicar os seus belos poemas “O elefante de Ludmila” e “A palavra” na *Revista Tempo Brasileiro*, e posteriormente incluídos nas suas *Poesias Reunidas*.

Sobre a sua brilhante carreira de diplomata já falei nas palavras de recepção ao presidente do PEN Clube. Agora, preferiria falar somente do escritor, para mim o seu traço mais distintivo. Pretendia ater-me apenas ao intelectual. Mas, a sensatez de minha mulher, Célia Maria, também pernambucana de quatro costados, entendeu que eu devia referir-me mais uma vez ao diplomata tão exemplar quanto polivalente, que nele, por discrição estrutural, ficou menos conhecido. Ou porque dispunha igualmente da antevisão de que no poder eventualmente **estamos**, e na vida e na poesia constantemente **somos**. Compreendo e me identifico com essa posição. A proximidade do poder, aqui e lá fora, só me facilitou, entre um ou outro raro clarão, a leitura de algumas parcas apostilas sobre a miséria humana. O poeta, aquele que vê antes, certa vez registrou, com inigualável propriedade:

Meu heroísmo é viver
imune ao incenso da inveja

ao halo fugaz das vitórias
às pérfidias regalias do poder
Meu heroísmo é sobreviver

Já disse e repito. O nosso encontro começou há algumas décadas, quando dois jovens estudantes se cruzaram nos corredores da tradicional Faculdade de Direito do Recife. O primeiro estava de partida; o segundo apenas chegara. Um vinha de Olinda, e como que atravessara a rua. O outro veio da Bahia, transpôs o tempo no espaço. Nem por isso deixaram de criar o MRI - Movimento Renovador Independente. A proposta do grupo era razoavelmente inovadora e incomodamente independente. A renovação não foi bem entendida e a independência logo deixou de ser suportada. Mas por aí se iniciou o diálogo, o intercâmbio, a interlocução, que perduraram e perduram, e que foram reabastecidos ao longo do tempo e dos mais diferentes cenários, nacionais e internacionais. E que prossegue aqui, nesta Casa de tradições vivas, e não apenas de comendas ornamentais.

A discrição, a polidez nata, o cuidado ético, tornaram-se responsáveis pela pouca visibilidade da admirável trajetória profissional e intelectual do Acadêmico Geraldo Holanda Cavalcanti. Por isso, procurarei reconstituir o seu percurso.

Embora formado em Direito, nunca praticou qualquer das profissões para as quais os cursos jurídicos lhe haviam preparado. Sua predileção pelo Direito Internacional Público o fez pensar, desde cedo, que era na diplomacia que encontraria sua vocação. E assim foi, e assim tem sido.

Entrou no Itamaraty por um concurso direto, no qual tirou o primeiro lugar.

Depois de um estágio na Divisão Cultural, para onde foi distribuído por ninguém mais, ninguém menos, do que João Guimarães Rosa, em função da nota que havia tirado na prova de Cultura Geral, logo foi chamado a trabalhar com o Chefe do Departamento Econômico, Embaixador Edmundo Barbosa da Silva, o que, de certo modo, determinou o início de sua carreira, pois teve uma sucessão de cargos e postos orientados para os problemas econômicos e financeiros. Assim, como Secretário de Embaixada, em seus primeiros desempenhos no exterior, na Embaixada em Washington, na missão em Genebra, e novamente em Washington, foi com problemas econômicos,

comerciais e financeiros, que lidou. Dessa época, guardou especial memória da colaboração que prestou na elaboração dos estatutos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da participação nas negociações financeiras para consolidação das dívidas do Brasil com os credores europeus, no Governo do Presidente Jânio Quadros, e da contribuição prestada para a formulação da plataforma dos países em desenvolvimento, na questão agrícola, durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Os anos em Moscou o aproximaram dos assuntos políticos, mas logo foi chamado pelo Governo a colaborar, como Chefe do Escritório do Instituto Brasileiro do Café, em Nova Iorque, na época das difíceis negociações a respeito da entrada do café solúvel brasileiro nos Estados Unidos, voltando a tratar de temas comerciais.

Trouxe-o de volta às questões políticas o Embaixador Mário Gibson Barbosa, convidando-o para assumir o Consulado Geral em Hong Kong, com a função não declarada de observador da República Popular da China. Nessa qualidade, empreendeu as gestões iniciais junto às autoridades chinesas que culminaram no estabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China-RPC, quando já estava na Secretaria de Estado, no início do Governo Geisel, numa antecipação premonitória da importância que esse país viria a ter no cenário internacional.

Na Secretaria de Estado, ocupou-se da condução da unidade de planejamento estratégico da política externa e das negociações internacionais com ela relacionadas.

Nomeado Embaixador junto à UNESCO, e eu o pude ver diretamente em ação, teve a oportunidade de dar sua decisiva contribuição às gestões em favor da inclusão de Ouro Preto e de Olinda na lista do Patrimônio da Humanidade.

No México, considero ter sido relevante, ao lado da atuação bilateral que aprofundou no campo cultural – pude constatar pessoalmente a excelente penetração que tinha nesse meio –, sua participação como Presidente do Comitê Indigenista Interamericano, em defesa das culturas indígenas do continente.

Em Bruxelas, ao lado do trabalho de esclarecimento e defesa da imagem do Brasil junto ao Parlamento Europeu, veio a articular os passos iniciais para o diálogo Mercosul-União Europeia. Isso o levou a ser convidado para atuar

como Conselheiro para Assuntos do Mercosul do Instituto de Relações Euro-Latino Americanas (IRELA), de Madri, mesmo depois do seu afastamento da carreira.

Retirado de suas funções diplomáticas com o advento do Governo Collor, por uma medida provisória que inabilitava os Embaixadores após quinze anos de exercício, apresentou sua demissão dos quadros do Ministério, havendo sido imediatamente convidado a assumir a Presidência da Ericsson Telecomunicações do Brasil, onde lhe coube a delicada tarefa de defender os interesses nacionais, por ocasião da implantação da telefonia celular em nosso país.

Em 1994, foi convocado pelo Governo a novamente colaborar em questões diplomáticas, na qualidade de Representante Pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Grupo de Chefes de Estado e de Governo em Apoio ao Multilateralismo (Grupo Carlsson) que, entre outros assuntos, tratava do tema da revisão da Carta das Nações Unidas. Recebeu ainda a incumbência de colaborar na criação da Comissão de Vizinhança com a Colômbia, e de assumir sua gestão como Representante do Presidente, destinando-se a Comissão a desenvolver programas com o objetivo de dirimir os problemas de fronteira e estabelecer, nessas áreas, projetos de cooperação de impacto social nos dois países. Em seguida, voltou a atuar no plano multilateral chefiando as delegações do Brasil nas conferências mundiais sobre população (Cairo, 1995) e sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1996).

Em 1997, foi eleito Secretário Geral da União Latina (Paris), cargo que exerceu até o fim do ano 2000. Muitas são as atribuições da União Latina, como, inclusive, a concessão do prestigioso Prêmio de Roma, que anualmente consagra um novelista dos países membros. Mas o marco definitivo de sua passagem pelo organismo pode ser considerado a série de grandes exposições de arte, realizadas na França, na Itália, na Espanha, e em vários países da América Latina. No Brasil, o público carioca pôde visitar a bela exposição de arte barroca boliviana no Museu Nacional, e o de São Paulo, a grande exposição de pintores do Século de Ouro espanhol, na Pinacoteca, ambas trazendo pela primeira vez ao espectador brasileiro obras primas da pintura dos dois países. Mas, a excepcional exposição do barroco brasileiro no *Petit Palais*, em Paris, a mais completa já realizada no exterior, a cuja inauguração compareci,

foi o grande momento do programa de difusão cultural empreendido na sua administração.

Vale a pena mencionar que, além de haver recebido as mais altas condecorações do Governo brasileiro, é detentor, igualmente, de algumas das mais distinguidas condecorações estrangeiras.

Ele prefere dar especial destaque à comenda da Ordem dos Caetés, que recebeu de Olinda, pelo seu trabalho em favor da inscrição dessa cidade, que quase pode considerar como o seu berço – pois para ela se mudou com menos de dois anos de idade e dela somente sai vinte anos depois – na lista do Patrimônio da Humanidade.

Como se vê, a sua agenda internacional aponta para um novo internacionalismo, capaz de compreender certas emergências apenas esboçadas, bem como valorizar o jogo não raro tenso das diferentes identidades culturais. Sobre tudo com relação à Ásia, à África e à América Latina.

Apesar de todos esses cargos e encargos, o escritor latejava, pulsava dentro do seu corpo e de sua alma.

O seu primeiro livro, *O Mandioccal de Verdes Mãos*, já era uma poesia de corte vertical, mas sem qualquer cerebralismo inócuo. Apenas a recusa do desperdício verbal, da dilapidação retórica, da estridência oca. A argúcia crítica de José Guilherme Merquior constatou logo esse percurso silencioso, procriativo, no interior do qual o próprio lirismo habita descontraidamente. Lembro-me bem de um poema-poética da “Vigésima estória”:

o ofício de ver por dentro
as coisas que não tem fora
de ouvir sons que não vigoram

o ofício de não ter medo
das coisas que não existem
e das que nos circuntolhem
conhecer do quanto doem
na malha que nos reprime

o ofício de abrir palavras
que delgadas como pontes
reliquem as coisas sem nome
ao mundo das coisas dadas.

Não é difícil perceber que o poeta, na melhor tradição ocidental, reflete o tempo todo sobre o seu fazer, sobre essa poesia entretextual que dialoga com os seus companheiros de ofício, passados e presentes. E mesmo quando escreve não apenas **sobre**, concede voz **ao** poeta, furtivo, dividido, o sujeito cindido nos tempos modernos, todo quebrado entre a memória e a evidência, ele sabe reunir pedaços de vida atravessados de lirismo. Lirismo ativo, interpe-lativo, associativo. Jamais contemplativo ou dissociativo. O que me leva a acreditar que existem poetas por dentro, e fazedores de versos por fora. O comedimento, nessa hora, se choca com o histrionismo. O histrionismo vem a ser o homicídio da representação. O mais que é menos, porque é excedente. Quando o histrionismo entra por uma porta a representação sai pela outra.

Na *Revista Tempo Brasileiro* publicamos igualmente dois textos referenciais do trabalho poético de Geraldo Holanda Cavalcanti. Esses textos, já citados, são “A palavra”, uma espécie de metalinguagem vitalizada, e “O elefante de Ludmila”, talvez a versão irônica da vontade de poder. Todos esses poemas, e outros inéditos, passaram finalmente a fazer parte do seu *Poesia Reunida* (1998), que mereceu, em 2000, o Prêmio Fernando Pessoa, da União Brasileira de Escritores. O volume contém introdução de Álvaro Mutis, na qual o escritor internacionalmente consagrado considera o texto do nosso poeta, cito, “uma obra-prima da poesia brasileira, ou mesmo ibero-americana”.

Mas Geraldo Holanda Cavalcanti é ainda, e como se não bastasse, o excepcional tradutor de Eugenio Montale, Salvatore Quasimodo, Giuseppe Ungaretti. Com a tradução de Montale ele obteve, em 1998, o prestigioso “Premio internazionale di letteratura Eugenio Montale”, de Cremona, Itália. Vale acentuar que não se traduz apenas o vocábulo ou o verso. Traduz-se principalmente a experiência intersubjetiva, traduz-se a vida da poesia que é a vida do mundo. E para isso é imprescindível elevar-se ao núcleo da irradiação poética originária. Indagando, perguntando, interpelando até.

É este o intelectual sem adjetivos, Geraldo Holanda Cavalcanti, o escritor convincente e o servidor público que se faz acompanhar de exemplar folha de serviços prestados ao seu país, um intelectual de hoje, denso, aquele que se encontra em condições éticas e técnicas, para levar adiante a ação-reflexiva e a reflexão-ativa, para defender e promover a liberdade de expressão.

É na poesia que Geraldo Holanda Cavalcanti se dá por inteiro, mesmo que aos pedaços. O seu discurso nada tem de contínuo, e muito menos de

contíguo. O arco temático projeta um raio extenso que vai desde o amor, ou seja, a vida, até o espectro indecifrável da morte, com quem um dia se deparou diante do corpo inerte da mãe:

É a morte assim, tão parecida à vida?
Um sopro mais forte como de cansaço
e súbito o silêncio, as unhas brancas e
o frio
Minha mãe nem me viu. Me ouviu? Quem sabe!
Haveria o que dizer se me olhasse?

O tenaz “aprendizado do impossível” (a expressão é do poeta) jamais resvala na poética do luto, porque cultua o enfrentamento da dor sem pranto e sem lamúria. Nele, a esperança alterna a todo momento com a melancolia. E se, como diz o poeta, na sua “receita de sabedoria”, “o que morre primeiro é a esperança”, a melancolia é a primeira que chega, talvez para aguçar ou compensar a perda da esperança. A melancolia não exclui de todo a esperança.

Poucas vezes me vi diante, tão verticalmente, do saber-fazer da construção poética, chegando até o limite ilimitado do silêncio, como no poema de alta voltagem lírica “Em louvor do silêncio”:

Fiquemos calados, querida
se é o amor tão evidente
o que acossa nossas bocas

Pois que palavra mais rica
do que a lúcida sintaxe
que maneja nossos corpos?

Roço tua pele e tua vida
e em nosso silêncio explodem
cometas enlouquecidos

O poeta ama, e ama tão completamente, que prefere calar, o amor que deveras sente. Sou levado a imaginar que inaugurou o amor silencioso, tão proscri-to na alma dos amantes tagarelas, e procurou conduzir até a fronteira

do impossível, a gestão impulsiva e escrupulosa do afeto, como naquele segmento do misterioso poema “Clarice”:

O que queremos dar
é no silêncio que

entregamos. Somente
o silêncio é inteiro

O silêncio, ninguém duvide, é uma caixa de surpresas. De afetos conturbados e afeições bem administradas. Somente o silêncio pode dizer as palavras que não conseguimos falar. Bem aventurados aqueles que alcançam guardar o silêncio repleto, ou “repleno”, como dirá agora o nosso poeta. Parentes próximos daqueles que auscultam os batimentos cardíacos da vida que circula pelas frestas, pelo sistema sanguíneo, pelos escaninhos do silêncio. Aliás, falando deles me vem logo à mente o nome dos poetas Joaquim Cardozo, João Cabral, Ferreira Gullar, Félix de Athayde.

Porque nunca acreditou na verdade completa, na “cidade inteira”, na paisagem fixa, ele não perde de vista a realidade, e percebe que o real se move o tempo todo, pelas ruas e curvas da cidade, e distribui, com igual espessura pictórica, a opacidade do asfalto e os verdes de todas as cores da Zona da Mata. Aliás, o artista plástico que um dia montou a bem-sucedida capa de *O Mandioccal de Verdes Mãos*, está sempre presente nas suas decisões visuais. No seu **descreviver**.

Não é possível discernir sobre o trabalho infatigável do escritor Geraldo Holanda Cavalcanti sem mencionar o tradutor vingado. Nas línguas italiana, inglesa, francesa, espanhola, ele nos trouxe autores admiráveis. Os desafios, as armadilhas, os ganhos do tradutor, como ele nos fez ver, no volume de sua autoria, *Memórias de um Tradutor de Poesia*. Ele conhece o que se propõe a ser o respeito e a independência frente ao original. O que torna a tradução, quando bem realizada, um trabalho de coautoria, de interpretação. Como sempre conseguiram os seus companheiros de esporte radical, Abgar Renault, Ivan Junqueira, Ivo Barroso, Mário Chamie, Haroldo de Campos, Marco Lucchesi, Alberto Pucheu. Mas ele, que aprendeu com a boa modernidade a noção do limite, dirá mais adiante: “Minha primeira tentação é dizer que não há tradução de poesia. Há tradução de poemas”.

Vale lembrar que, ao longo do itinerário criativo, como autor e tradutor, em nenhum instante se deixou levar pela avareza da influência, sobre a qual tanto tem se equivocado o notório, embora não notável, ensaísta americano Harold Bloom. O nosso tradutor em questão parece adotar sempre a mesma postura: manter a distância regulamentar ou a fidelidade altiva.

Poucos conseguem subverter o papel da influência: o importante não é investigar o que o modelo, nem sempre inquestionável pode ditar, mas pensar o que o possível influenciado fez da influência. O mais revelador do acompanhamento desse processo imprevisível é a fascinante reinvenção da influência. O nosso Machado conhecia muito bem esse trajeto inóspito. E quem buscar outros esclarecimentos procure o ensaísta Sergio Paulo Rouanet, o autor de *Do riso à melancolia*.

Cabe aqui uma pequena pausa para reverenciar a erudição respeitável e bem comportada, avessa ao luxo e à ostentação: a magnífica edição de *O Cântico dos Cânticos*, famoso e enigmático poema bíblico, o *Ensaio de Interpretação através de suas Traduções*. Esta vem a ser a sua maior obra de erudição. Jamais da erudição costumeira, exibicionista, convencional, e provavelmente inútil. É antes a erudição a serviço da elucidação e do conjunto da obra. O uso da erudição, tão superior quanto criterioso, fortalece em nós o entendimento e os laços de cumplicidade. O livro bíblico até hoje cercado de interrogações, revela e se revela. É quando se aliam, coisa rara, a percepção do poeta e o conhecimento do *scholar* bem plantado. Um novo jato de luz ilumina zonas que pareciam inevitavelmente soterradas.

Merece destaque a série narrativa de *Encontro em Ouro Preto*, reunião dessas, agora quem esclarece é o narrador, “artimanhas que o inconsciente elabora à nossa revelia”. O poeta Marco Lucchesi com a sua reconhecida probidade crítica, vê aí a “prosa calibrada, na fronteira, no claro-escuro da palavra, na ambiguidade que parece brotar de situações apresentadas”. A ambiguidade, como se sabe, nunca é o desvio ou a ocultação, porém o modo de ser plural da linguagem literária. Como aquela famosa Capitu, de olhar “oblíquo e dissimulado”.

O dedicado trabalho da linguagem leva o narrador compulsivo a dar vida aos mínimos detalhes, a agarrar o instante pelos cabelos: o encontro desencontrado, os sonhos descarrilhados, o mistério da troca de nomes, a descoberta de Agnes, a miragem mobilizadora de Helena, a bendita maldição do

violino, a autoconcentração de Augusto, a irrupção fracassada do improvável colega de escola, até a 49ª vítima.

Às vezes chego a ler *Encontro em Ouro Preto* – vacilo – como o conjunto narrativo movido pelo realismo imaginário ou um longo poema em prosa, lírico e curvilíneo. Até porque os padrões narrativos institucionalizados já não conseguem manifestar a multivivência da realidade.

Já foi possível observar que o lirismo se afirmara desde a elevada interlocução com as histórias de Guimarães Rosa. Agora, essas saídas “fantásticas”, configuram e aceleram o que prefiro designar como realismo imaginário, sintagma pleonástico, mas nem por isso menos convincente.

Chegamos agora às suas memórias escritas no volume *As Desventuras da Graça*, que viemos a ser informados tratar-se de memória-ficção, capaz de combinar perigosamente a “vertigem do tempo”, nas palavras do memorialista, e as ficções do real, no registro do espectador. Há, sobretudo o equilíbrio instável, no roteiro arriscado de quem se dispôs a saltar por cima das armadilhas das lembranças perdidas, que aqui não é tão somente a rememoração, o inventário, a revelação. Nem a queima de arquivos, nem o ajuste de contas, abusos ilícitos da prática memorialista. Os seus autores, os seus interlocutores, os seus desencontros, as suas variadas cidades desfilam tranquilamente pelas suas páginas.

Permitam-me uma pequena digressão. Tenho para mim que a guerra do Médio Oriente é uma guerra de memórias. Cada um dispara contra o outro o seu arsenal memorialístico. Ninguém está disposto a esquecer nada. E juntos, estranhamente unidos, ameaçam a paz de todos nós.

O autor de *As Desventuras da Graça* não esconde nada, nunca trapaceia. Mesmo sabendo que “toda história narrada é uma interpretação”, ele procura deixar bem claro que “tudo o que neste livro está escrito é verdade, e nada do que aqui está escrito posso (diz) garantir que foi assim que ocorreu”.

Ele está longe da “vida passada a limpo”, como queria o nosso grande poeta, porque está perto da vida paradoxal, a uma só vez em baixo e alto relevo.

Convém insistir que a poesia nunca será propriedade privada do poema. Ela pode ser descoberta em muitos outros lugares.

O católico familiarmente cuidadoso, solidamente plantado, cultor das práticas e cerimônias religiosas, jamais imaginaria que teria bem adiante, não sei se sob o calor dos trópicos ou o frio moscovita, o seu encontro, ou desen-

contro, com *As Desventuras da Graça*. Criado no código de chumbo do jesuitismo inaciano, detentor do poder cultural desde a colônia, desde os idos e havidos da *Ratio Studiorum*. As cenas e contracenias dessa experiência marcariam para sempre a “tumultuada aventura de minha (sua) vida religiosa”. Mas nunca deixou de abrir o maior crédito de confiança ao anjo da guarda. Também como ele, não me furtei, em conferir especial papel a esse generoso personagem místico. Foram a minha mãe, Maria Diva, e a minha mulher, Célia Maria, quem introduziram em minha vida, os prestimosos e valiosos serviços do anjo da guarda.

É enriquecedor poder compartilhar da densidade intelectual, da amplitude existencial do olhar agudo ao recolher poeticamente os pedaços de vida que se cruzam e se fragmentam sobre e sob os endereços diversos da realidade. Dele, também se poderia dizer que nada do que é humano lhe é indiferente.

Talvez ele surpreenda com a construção antecipada da estrutura simultânea do tempo. O tempo nunca foi uma série compartimentada de presente, de passado e de futuro. Suponho que estamos diante da primeira memória não sucessiva. Logo, convém prestar atenção na sentença que ele nos adianta: “Construo o passado à medida que o reconstituo”.

Quando a memória e a ficção se unem lealmente os resultados literários chegam a ser surpreendentes.

Antes de concluir, não querendo abusar da paciência geral da nação literária, gostaria de salientar a consistência argumentativa na obra monumental de elucidação reflexiva: *A Herança de Apolo* (Poesia Poeta Poema), livro substancial, compêndio involuntário, porém compêndio, em vias de publicação. Todo esse movimento de construção, de desconstrução e de reconstrução da aventura poética chega a seu estuário complexo, culto e compreensivo. Aí se configura e se desfigura exaustivamente o espólio cifrado da metáfora. Essa linhagem que se estende desde os apologistas até os denegadores da ocorrência metafórica, como o grande poeta espanhol Antonio Machado, que não se exime de afirmar: “Bons poetas são parcos no seu uso”. Que não ouçam, ou que ouçam essas afirmações os vates estridentes, servidores insidiosos da poluição sonora. Ainda bem que, ao lado das explosões escandalosamente metafóricas, insistem e persistem as edificações silenciosamente metonímicas.

A Herança de Apolo, largo itinerário percorrido por poetas e pensadores na tentativa vã de definir a poesia. Palavras, palavras, acionadas pela ambição

malograda. Porque toda definição termina sendo reducionista. Aproximar-se, viver junto, contar com razoável repertório de referenciais, vem a ser o modo mais indicado de compreender. É o que faz Geraldo Holanda Cavalcanti nesse empreendimento substancial, astuciosamente culto, constituído por fragmentos da lucidez matizada. Mostra ele os vários cognomes do poeta, mostra, sobretudo, as variações viscerais dessa interminável peripécia, harmoniosamente distribuída entre a poesia, o poeta e o poema.

As insuficiências teóricas, o analfabetismo, induzem a confundir, simploriamente, poesia e poema. Como se uma não fosse parceira – mais até, instância constitutiva – da outra. Tudo isso se esclarece nessa consolidação das leis, mais do que legais, legítimas, da poética de todos os tempos. No entanto, o nosso poeta sabe, e deixa transparecer limpidamente, de forma interpelativa, na metalinguagem do poema “A palavra”, tão festejada por Mestre Abgar Renault:

Quanto carrega cada
palavra proferida
e de quanto se alarga
quando ouvida?

Quanto dura a palavra
que da boca ferida
no instante se apaga
recebida?

Quanto deixa gravada
a palavra colhida
na memória apagada
esquecida?

Ao falar do poema, previsível morada da poesia intermediada pelo poeta, Geraldo Holanda Cavalcanti faz uma severa advertência: “deixar a definição do poema aos poetas é rodar num círculo vicioso”. É um dos pontos altos dessa articulação persuasiva, ampla, geral e irrestrita, da *Poética* e da *Retórica* de Aristóteles com as inflexões sancionadas pela *Enciclopédia* francesa.

A *Herança de Apolo* é o manual, talvez um pouco volumoso, mas em nenhum momento dispensável, que os poetas deverão carregar consigo. A pan-

teonização precipitada do poeta corre o risco de autorizar o esbanjamento falimentar. A todo instante é urgente tomar decisões sobre o inesperado ou o esperado da palavra caprichosa. Da palavra esquiva e raramente explícita no interior da qual significado e significante pactuam a sua contemporaneidade. A poesia, basta observar atentamente, deve ser a promessa e a instigação que o poeta recolhe e conduz ao poema, no jogo crispado de metáforas e metonímias. Sem concessões à grandiloquência.

O exercício bem-sucedido da consciência crítica, em meio à liberdade conquistada pela linguagem, será certamente um valioso suporte dessa jornada. A liberdade da palavra nunca deixou de existir, nem debaixo das formas paleo ou neoconservadoras. O que se torna inadiável é evitar as derrapagens irracionais. O impulso “arreatador”, por exemplo, não pertence à esfera da racionalidade. A oportuna dessublimização deve ser lícita, prudente até, e não escandalosa ou abjeta. Caso contrário pode cair na vulgaridade.

A busca valéryana da correspondência entre o pensamento e a linguagem logo se transforma em ponto de honra. Responde assim à formulação de Ezra Pound, por ele veiculada, segundo a qual o “poeta precisa conhecer o seu ofício assim como o músico conhece a sua teoria”. Fica difícil aprovar as contas do poeta analfabeto, em matéria de poesia. Como não raro acontece.

O poema é o domicílio da poesia. Quem dirige essa arriscada travessia vem a ser o poeta. Se ao condutor faltar aptidão, mesmo tocado pelas melhores intenções, a poesia pode se perder no meio do caminho.

Além do mais a poesia não envelhece. Já o poema envelhece, está sujeito à esclerose múltipla da palavra. O desequilíbrio entre forma e conteúdo alimenta essa ameaça, e pode estimular a agonia. Daí a repulsa que ainda provoca, agora mais do que nunca, a formatização. Já a forma, ao contrário, confere vida ao conteúdo, e existe por causa dele.

É mais do que coerente o longo percurso poético de Geraldo Holanda Cavalcanti. Sessenta e tantos anos de reflexão densa, **sobre** e **com** a poesia, da dessacralização da palavra até a desmitificação do poeta.

Os momentos finais de *A Hberança de Apolo* são incisivos: “Não é por ser poeta — conclui ele — que o poeta é superior a quem quer que seja. Muito menos deve sentir-se ele, legitimamente, “escolhido” por forças superiores para cumprir uma missão em virtude de sua qualidade de poeta. Não existe uma missão do poeta, como não existe uma missão do músico, do pintor, do

romancista. Não estão os seus ofícios governados por categorias éticas estranhas ao próprio universo da arte”. E acrescenta: “Nenhuma razão existe, pois, para que o poeta se sinta sagrado, divino, profeta, ou o que mais seja que lhe confira o direito a uma especial reverência por parte dos demais seres humanos”.

Foi com este verdadeiro poeta que iniciei um diálogo, ininterrupto, respeitoso, profícuo, em dias longínquos, nas margens do rio Capibaribe, e que prossegue, e prosseguirá sempre, à beira da baía de Guanabara, nas janelas entrecruzadas dessa nossa outra cidade querida.

Poeta Geraldo Holanda Cavalcanti, a Casa de Machado de Assis, do bruxo enigmático e sábio, a partir de agora é sua também.

Discurso de
SR. MARCO LUCCHESI

e

Resposta do
SR. TARCÍSIO PADILHA

*Sessão solene extraordinária
do dia 20 de maio de 2011*

I

DISCURSO DO SR. MARCO LUCCHESI

Posso dizer, como Nélide Piñon, que sou um brasileiro recente. Nasci anfíbio. Tenho duas línguas e dois corações. Metade adesão. Metade abandono. Trégua feroz. E surda guerra. Um solo a duas vozes. O violino e o contrabaixo. E já não sei qual dessas vozes melhor me pronuncia. Um verso de Luzi e outro de Drummond. O Maracatu de Mignone e os crisântemos de Puccini.

DUAS PÁTRIAS E DUAS LÍNGUAS

A primeira veio dos olhos castanho-claros de minha mãe, onde sorvi a língua toscana: a melodia sinuosa das colinas que impedem que os de Lucca vejam os de Pisa, como disse Dante; o aroma puríssimo do azeite das terras de Massarosa e o céu em chamas, à beira do crepúsculo; verbos e palavras antigas, como *acquaio*, *augello*, *polla*, que se entrelaçam com a vegetação do lago de Massaciuccoli; a altura das vogais, como a da torre da igreja de Pieve a Elici, onde me perco num sonho de ascensão. Minha memória absorve passagens da *Divina Comédia*, como a de Paolo e Francesca:

*Quando leggemmo il disiato riso
esser baciato da cotanto amante,
questi, che mai da me non fia diviso,*

*la bocca mi basciò tutto tremante.
Galeotto fu 'l libro e chi lo scrisse:
quel giorno più non vi leggemmo avante.*

*Mentre che l'uno spirto questo disse,
l'altro piangëa; sì che di pietade
io venni men così com' io morisse.*

E caddi come corpo morto cade.

A outra língua é a portuguesa, a que aprendi a amar duas vezes, como brasileiro e filho de italianos. Língua de matriz antiga, de ínvios mares e sertões bravios, do *Esmeraldo de situ orbis*; subúrbios da Leopoldina e praias antigas, como Icaraiá, Adão e Eva, Jurujuba; língua de nações indígenas e africanas; língua de Vieira, contra as armas de Holanda; do magma de Guimarães Rosa; das tempestades que varrem a obra de Clarice; do abismo em que flutua o delírio de Brás Cubas. Todos repercutem em meu destino de escritor. Como esquecer, afinal, a insuperável lição de Tétis?:

Vês aqui a grande Máquina do Mundo,
etérea e elemental, que fabricada
assi foi do Saber, alto e profundo,
que é sem princípio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
globo e sua superfície tão limada,
é Deus: mas o que é Deus ninguém o entende,
que a tanto o engenho humano não se estende.

São estes os fantasmas que habitam minha nau peregrina. Vivo um atlântico de extremos. Naufrágio e calma. Destino e perdição. *Qualquer coisa de intermédio que vai de mim para o outro*. Da máquina do mundo ao amor de Francesca. Onde essa paixão visceral por Dante e Camões. Sou como um duplo cercado de espelhos. Imagem perdida na Ilha dos Amores ou nas praias do Purgatório. Vasco e Virgílio. Afinal, *amor meus, pondus meum*. *Meu amor é meu peso*, como lemos nas *Confissões*. E quanto a mim, não tenho outra saída senão a de multiplicar por dois minha densidade rarefeita.

A cadeira quinze resgata o quociente parcial da soma desses duplos. O Patrono é Gonçalves Dias e o Fundador, Olavo Bilac. Quase um compêndio de dois séculos. Seguem-se Amadeu Amaral, Guilherme de Almeida, Odylo Costa, filho, D. Marcos Barbosa e o Pe. Fernando Bastos de Ávila. Modifico o verso de Dante, no Limbo, e, dessa cadeira, posso dizer, com modéstia e galhardia, que “io son *settimo* tra cotanto senno”.

Chego a Gonçalves Dias com oito anos de idade. O sortilégio de sua redondilha foi a escola onde matriculei meus versos da infância. Da “Loa da Princeza Sancta” sublinho essa passagem:

Quando o Rey tinha-los juntos
Começava a discursar:
‘Os iffantes já são homens,
Vou-me ás terras d’alem-mar
Armal-os hy cavalleiros;
Deos senhor m’ha de ajudar’.

Decidi-me pelas terras de além-mar. Como um vassalo da língua portuguesa. Já, com Olavo Bilac, guardo a poesia do espaço e das estrelas, com que pretendo encerrar o discurso desta noite. Se com Amadeu Amaral partilho o amor pelo poeta de Florença, com Guilherme de Almeida abraço a coincidência dos opostos, em que corre a poesia, varada de rigor e paixão. De Odylo Costa, filho sinto o acento das coisas que deixaram de ser, com algum lirismo bandeiriano. E de D. Marcos Barbosa evoco as crônicas matutinas da rádio Jornal do Brasil e a refinada tradução dos Salmos, que me faz pensar em Merton e Claudel. Cada qual mereceria longas digressões, pontuadas pelo mérito e pela biodiversidade de suas respectivas aventuras intelectuais. Decido-me, no entanto, e em consonância com o regimento da Casa, a tecer o elogio do Pe. Ávila, não sem antes referir as razões que dele me aproximam.

Desde menino, eu me senti convocado pela distância, medida em quilohertz ou anos-luz. Com o rádio de ondas curtas, eu pescava no oceano da estática, as estações dos quatro continentes. E o pendor para as línguas se fortificou naquela babel eletrônica. Com o telescópio, tive a emoção de contemplar as luas de Júpiter e os anéis de Saturno. Tudo era motivo de júbilo e de espanto. Mas foi com a *Divina Comédia* que a paixão da distância, ou a

nostalgia do mais, adquiriu uma terra definitiva, essencialmente literária. Terceira pátria. Ou margem. A filosofia da Idade Média marcou o início da demanda rumo ao Todo Diferente. Eu mergulhava no oceano da *Suma teológica*, nos tratados de Bernardo e Boaventura, Anselmo e Agostinho. A teologia era condição necessária, embora não suficiente, para adentrar a selva claro-escuro da *Comédia*.

Aos poucos, e na faixa dos dezesseis anos, comecei a migrar para os contrafortes da teologia moderna, escalados nas férias de verão, em planos diversos e alturas: a teologia da morte de Deus, a teologia da cruz, da libertação e da esperança. Hoje me volto aos estudos da mística comparada e ao diálogo interreligioso, percurso que me levou ao amigo Faustino Teixeira, poeta do diálogo, como também a Leonardo Boff, Arturo Paoli e ao caríssimo Frei Betto. Não posso esquecer do jesuíta Paolo dall'Oglio, do mosteiro de Deir Mar Musa al-Habashi, no deserto da Síria, de que guardo a imagem tremenda do *Alcorão*: Deus está mais próximo do que a veia jugular (بَرَقَ أَنْ نُحْنَوَ) (ديروا لبلبح ن م هي ل).

Nasci na tradição católica e mediterrânea, dos santos e dos místicos, no encontro da cultura erudita com as formas populares da devoção, fascinado pelo mistério do Rosto. Vivo com adesão as páginas de Emmanuel Lévinas. E sob a influência de Massignon, visitei o morro do Horto, com os romeiros do padre Cícero, a mesquita de al-Ualid, em Damasco, o mosteiro de Sfânta Ana, em Orşova, as sinagogas de Jerusalém, cidade três vezes santa, além de Shirâz e Isfahân, o santuário de Aparecida e a catedral de São Pedro. Nessas estações, sondo o *tremendum et fascinans* dos filhos de Noé ou de Abraão. Sou tomado pelo canto 33 do Paraíso de Dante, quando o amor se transforma em luz intelectual e avança Universo adentro. Sondo a luz tabórica da mística ortodoxa (a таборский свет) e o sabor do Cântico de Salomão, do *mel et lac sub lingua tua*, na sensação das coisas primordiais. Nesse percurso, busquei a poesia do diálogo, a terra sacra da Diferença.

Precisei daqueles estudos para me acercar do Inferno, Purgatório e Paraíso. Ao fim e ao cabo, fui tomado pela poesia do Empíreo, onde se plasma o desafio de pronunciar o inefável e de traduzir o que deixa a esfera do silêncio. Procuro a dimensão da lírica na interface com a mística, para atingir a segunda navegação platônica, a poesia da poesia, para correr melhores águas,

sob o signo do inefável, da palavra áspera e sutil, segundo os referentes da treva superluminosa, de Dionísio Areopagita.

Importa sublinhar a densidade do diálogo, mesmo que se busque uma mística seca, desprovida de Deus ou de transcendência pessoal. Em todo o caso, o princípio mínimo da ética da leitura consiste na suspensão da descrença (*suspension of disbelief*), de modo que, como leitor, creio no céu descrito por Ptolomeu, na função dos motores celestes e no motivo das manchas da Lua. A literatura é o *ágon* do saber ecumênico, que me leva à cova de Montesinos, com dom Quixote, ao mundo da Lua, com o paladino Astolfo, ou aos sertões, onde refulge o rosto luminoso de Diadorim.

A literatura e o rosto!

Minha *suspensão da descrença* aumentou após a grande tempestade de areia, que me envolveu em 2009 na Arábia Saudita. Uma nuvem de trezentos metros de altura, com velocidade aproximada de trinta nós. Meus olhos se tornaram outros. Algo excessivos, talvez. Marcados pela urgência de uma nova educação dos sentidos, como queria Dante na viagem para Beatriz.

Chego ao Pe. Ávila, portanto, levado pelas mãos dessas afinidades eletivas. Sem descurar da cultura laica, absorvo essas questões de fundo *sub specie intellectualis*.

Valho-me das memórias de Fernando, *A Alma de um Padre*, de leve sotaque agostiniano, ao indagar a voragem da memória e sua intensa prospecção:

Sinto-me descer como que por um poço vazio que, de repente, se abre para uma grande nave subterrânea [...] Esses espaços interiores são como galerias noturnas iluminadas apenas pelo meu próprio olhar.

E, contudo, o livro não se mostra varado por uma áspera beleza, como Papini, dramático e noturno, como no admirável *O Nariz do Morto*, de Antônio Carlos Villaça, ou ainda harmonioso e ensolarado, como em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. É, antes de tudo, um livro apolíneo, com ligeiras encrespações, que se dissolvem, tão logo se desvelam, na superfície do fluxo narrati-

vo. Um livro quase sereno: a história de uma alma, o prefácio de uma segunda vida, interminável, perfeita e simultânea, conforme a expressão de Boécio.

Mas voltemos à Terra, para a história de uma alma, sim, mas dentro de um corpo, o *software* e o *hardware*, como propôs Umberto Eco, não sem uma ponta de ironia, ao amigo e cardeal Martini.

Filho de José Bastos de Ávila e de Cinyra Muniz Freire, Fernando nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de março de 1918, numa Copacabana, hoje, impensável:

A rua em que nasci era tranqüila, com casas esparsas que tinham jardins e quintais com árvores de abio, cambucá, abricó, sapoti. Grandes terrenos baldios separavam as residências e nas minhas incursões nunca ia além do traçado da rua Barata Ribeiro, onde começava o deserto residencial até a rua Tonelero.

Uma percepção da natureza avulta em seu diapasão lírico, que o acompanhará, sem interrupção, até os últimos dias de vida, quando completou a viagem de volta para a última Roma, em seis de novembro de 2010. Noventa e dois anos de vida – setenta e cinco dos quais dedicados ao sacerdócio, sem dispensar os embates da História com a Metafísica, *all'eterno dal tempo*, na dialética de Dante.

Fernando completou o antigo primário na escola Sarmiento, de cujo passado restaram flashes de sonhos e folguedos infantis. O Colégio Santo Inácio veio depois, trazendo-lhe os germens impressentidos da vocação.

Em 1930, Fernando ingressou na Escola Apostólica de Nova Friburgo, partilhando a mesma emoção de Sérgio, às portas de *O Ateneu*:

Na tarde daquele dia, minha mãe me levou à estação de Mauá. Quando da plataforma do trem, eu a vi sumindo, desatei a chorar. Na inocência de meus 11 anos, talvez eu pressentisse que um novo destino começava para mim.

Segue-se um período de formação, em que permanece afastado da família e sob árdua disciplina, livre, contudo, de américos e aristarcos da obra de Raul Pompeia, que lhe toldassem o delicado horizonte em que havia de crescer.

O noviciado veio cinco anos depois, ainda sob o guarda-chuva da *ratio studiorum*, dos últimos raios de uma escolástica crepuscular, ávida de coligir etíquetas e aplicá-las ao coração de universais e transcendentais, fora dos rumo-

res do mundo, alcançado melhor a priori, no manejo de uma lógica sem nervos, em território de escombros, por onde vagam esqueléticos fantasmas.

Mais que censurar uma razão desenganada (antes do socorro de Garrigou-Lagrange ou de Jolivet), tratava-se de levar a cabo uma ansiada quebra de paradigma, que se fazia urgente para alcançar, de modo frontal, os desafios de um mundo em conflito e tensões ideológicas. A *philosophia perennis*, como queriam Farges e Barbedette, apostilando o alto pensamento de São Tomás, dispunha da mesma consistência de uma bolha de sabão, não passando de um raso anteparo, que pretendia isolar, ou antes, proteger o sujeito do contágio dos modernos, tal como vemos em *Mundos Mortos*, de Otávio de Faria, na figura complexa e, até certo ponto, fascinante, do Pe. Luís, afogado, muito embora, nas águas mornas de um labirinto pietista.

Fernando recebe sólida formação clássica, de que muito se vale na parte mais espessa de sua obra. Soube reunir dois mundos que se pensavam irreduzíveis. E, de ambos auferiu visadas abertas. Não só não se fechou para a modernidade, como decidiu arrostar as demandas sociais e filosóficas da *era dos extremos*, para tomar a fórmula de Hobsbawm.

Fernando viajou em 1945 para Roma, cidade declarada aberta, como no filme de Rossellini, e por onde passavam, entre as ruínas morais e políticas do Pós-Guerra, não apenas Anna Magnani e Aldo Fabrizi, mas, sobretudo, para o nosso homenageado, Giorgio La Pira e Giuseppe Dossetti. No tempo em que o futuro acenava com uma longa duração, Fernando terminou o mestrado em Filosofia e Teologia na cinco vezes centenária Universidade Gregoriana, *di quella Roma onde Cristo è romano*, sobre a qual, aliás, escreveu Affonso Arinos páginas gloriosas.

Sentia por Roma uma atração plural, como humanista e homem da Igreja, a Roma de Gibbon e de von Pastor, a cidade de César e do Papa, as antighalhas do fórum e o altar de Bernini: Uma das coisas que mais me deliciava em Roma era subir até a Igreja de Santa Maria in Ara Coeli. E completa: “deslumbrava-me a Roma clássica [...] uma verdadeira emoção em ver com meus olhos o cenário onde ocorreram os grandes lances da história.”

Vencido o abismo da vocação, foi ordenado sacerdote em 1948, quando sopravam os ventos da teologia de Chenu, Congar, Rahner e de Lubac, arautos do Concílio Vaticano II, que a Igreja não conseguiu de todo absorver, criando, em muitas partes, uma certa eclesiologia do impasse.

Como sacerdote, Fernando defendeu sua tese de doutorado, “L’immigration au Brésil”, junto à Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Lovaina, de cujo percurso textual emerge uma vasta saudade do presente, bem como uma premência irremovível dos problemas de nosso país. Da riqueza dos estudos na Bélgica, aprofundados na França, responde a *Introdução à Sociologia*, compêndio que formou toda uma geração de cientistas nos anos sessenta e setenta. Aflorava no espírito de Fernando o interesse crescente pelo social, na ótica dos mais pobres, dos *anawim*, dos que vagam nos livros do Antigo Testamento e se multiplicam na periferia do capitalismo.

A publicação do Manifesto Solidarista respondia pelos anseios de mudança, ao mesmo tempo em que pensava uma alternativa aos projetos então considerados radicais. De base estritamente reformista, o programa tomou distância do conflito entre Capital e Trabalho, ou das teses de livre mercado, onde predomina a *invisible hand*, colocando-se o drama da desigualdade social entre parênteses, segundo as tendências conservadoras daquele período.

O manifesto de Fernando constitui uma declaração de princípios, que, se hoje pode soar tímida, não esconde a nobreza de propósitos, na defesa das liberdades individuais, em conjunção com a doutrina social da Igreja, que começava a ocupar boa parte de sua redação. Assim, ao redigir *Antes de Marx – as Raízes do Humanismo Cristão*, Fernando cobrava do autor de *Das Kapital* uma suposta dívida contraída com os pensadores católicos, que o precederam:

A crítica do capitalismo como sistema global já se consumara, antes da publicação do Manifesto do Partido Comunista, em 1848. Todos os pontos vulneráveis do modelo tinham sido denunciados com clareza inequívoca, pelo catolicismo social. Muitos elementos integrados por Marx em sua síntese, como dados originais, de fato ele os encontrou elaborados numa corrente de pensamento que inundara o espaço cultural europeu. Antes de Marx, pensadores cristãos já conheciam o mecanismo da plus-valia e tinham descoberto, no processo espoliador do capitalismo, a causa secreta da questão social.

Mesmo que bem comprovadas tais aproximações, nenhuma delas poderá embargar a energia e a imaginação dialética de Marx, eliminando-lhe a espessura filosófica e a densidade, que faltou, com efeito, aos que o teriam precedido, no plano rigoroso de uma elaboração sistêmica, operando apenas com uma semântica de conceito nômades e dispersos. E, no entanto, o estudo

se revela singular, por trazer ao debate como que um grande arquipélago, senão de todo esquecido, ao menos raramente visitado.

Como homem do diálogo, Fernando convocou a sociologia para examinar as cordas vocais do sujeito teológico. E tomou distância, tanto da *perspectiva* de Mannheim (do *Standortsgebundenheit des Denkers*), quanto do marxismo mecânico, segundo o qual a literatura não passa de falsa consciência, e *a fortiori*, a teologia, não passando de uma desprezível monstruosidade. O livro *Fé cristã e compromisso social*, escrito em parceria com Pierre Bigo, releva os condicionantes da produção teológica:

Ainda que a teologia seja uma só, existem modos diversos de realizar a tarefa teológica. A razão pela qual se constrói a teologia é sempre uma razão histórica. O teólogo não é um ser errático, desarraigado da realidade. Ele participa dos condicionamentos de seu tempo tanto materiais como espirituais. A elaboração teológica é sempre afetada pelo lugar social que ocupa o teólogo dentro da Igreja e dentro da sociedade.

De acordo com essa hermenêutica, aponta-se para a relação delicada, entre o núcleo duro da teologia clássica e as nascentes teologias, que desejo aqui chamar de regionais. Todas marcadas pela crítica do sujeito, por uma demanda de novos olhares.

Parece-me oportuno abordar o sentimento teológico, por onde se espraia a obra do Pe. Ávila, como parte de um diálogo radial ou multidisciplinar, que lhe é caro. Sublinho, para tanto, um episódio de sua infância, agora na casa de Botafogo, quando subia a pedreira, desde o quintal:

até um alto patamar de onde descortinava quase todo o bairro. Ali, do alto, eu me perdia a contemplar aquele horizonte de casas simples e pequenos jardins [...], as tardes de São João com os deslumbrantes ocasos que palpitavam com as dezenas de lanterninhas dos balões.

Da precisão dessa reminiscência, desprende-se um lirismo das alturas. Como se inaugurasse o colóquio da misteriosa transparência do mundo, sem tirar daquele episódio a trama social que o circunscreve, nas festas de São

João, na pedreira dos fundos da casa, diante de cujos detalhes atingimos uma chave de leitura que explica algo daquele menino, sem esgotar, contudo, o sentimento de uma tarde antiga.

Feita a ressalva de ordem sociológica, urge perscrutar a transparência em que flutuam aqueles balões peregrinos.

Subir e descer, como nas festas de São João, os mistérios da teologia, eis o que fazem os estudiosos, quando optam pela forma alta ou baixa da cristologia, partindo do Verbo ou de Jesus, sem perder de vista o espaço de transição das coisas terrenas e celestes, anjos e estrelas, tempo e eternidade, refletidos no espelho da criação, no meio intradivino.

Para o teólogo Gisbert Greshake, não se deve perder a ideia da criação no seio trinitário, a partir do Verbo, que responde pela gênese do Universo. Seria preciso ultrapassar o recorte excessivamente biográfico, uma bela, embora limitada, expressão jesuânica, que dilui seu alcance universal. Todo um cuidado para não raptar a profusa dimensão do Logos em Jesus. Os pensadores cristãos da primeira década deste século tendem a referendar a idéia de um Cristo cósmico, mediante uma teologia dupla, alta e baixa, *positiva e negativa*, que se comove com o rosto humano de Jesus no mistério trinitário, tal como disse Dante: “or fu sì fatta la sembianza vostra!”.

Trata-se de uma forma de migração do imanente para o transcendente, suprimindo-se o abismo feroz da exegese que os separou durante séculos, com uma barreira de todo intransponível. A categoria da transparência surge como forma de articular a passagem entre esses dois reinos, à primeira vista irreduzíveis. A transparência não é um ponto cego, mas um olhar transitivo.

Diante de uma possível história da transparência, Teilhard de Chardin mereceria um capítulo a parte, ao definir o problema nesses termos:

Como essas matérias translúcidas que ficam todas iluminadas por um raio de luz que nelas se encerra, o mundo, para o místico cristão, aparece banhado da luz interna que lhe intensifica o relevo, a estrutura e as profundezas.

Tese fundamental para ampliar a tensão atópica da imanência com a transcendência, e, sobretudo, para combater a negação do mundo, a morte dos

sentidos, que, desde o *Fédon*, inauguram uma tradição, dentro do Ocidente, tornada mais aguda com Plotino, na desleitura do *Parmênides*.

A transparência é o centro da visão da natureza, que inspira o Pe. Ávila, ideia que o leva a atingir as partes dispersas do texto do mundo, feito de múltiplas camadas, segundo a tradicional exegese cristã, como quando, *mutatis mutandis*, Dante se vale de um repertório de formas análogas às da Terra, com as quais elabora o terreno evanescente do Paraíso. A transparência é um dos maiores trunfos da poesia dantesca, a que lhe facultou diluir o impacto de uma elevada taxa de abstração, que pudesse anuviar a transparente beleza da última Cantiga.

O Pe. Ávila insiste naquele modo diáfano de interpretar o livro do mundo, para além de balões peregrinos e lanterninhas, quando aborda, por exemplo, um variado acervo de temas ligados à natureza, como no elogio da palmeira:

admirável sucesso arquitetônico da natureza. De tronco tão longo e duro, como é que
chegam, com tanta perfeição, até a flecha no alto as mensagens enviadas pelas raízes
obscuras?! Quando as vejo alinhadas em fila dupla, elas me lembram a coluna perfeita
de uma catedral invisível a céu aberto.

Eis um condensado de imagens, em que a palmeira traduz a um só tempo sua condição vegetal, ao lado da vertente arquitetônica e da *figura* teológica. A transparência desenha uma superfície metafórica, ao longo da qual se projeta uma igreja invisível, marcada por dois planos interagentes, das raízes obscuras à pura altitude, com a misteriosa flecha ascensional, teilhardiana, a celebrar os mistérios da criação, como nas sinfonias de Olivier Messiaen, nas vozes dos pássaros imateriais, que também voam nos versos de Hopkins e Jorge de Lima.

A dimensão da natureza ameaçada levou estudiosos das mais diversas áreas ao conceito da transparência. A ela se referem essencialmente os teólogos da libertação, que entendem o planeta como protagonista de um drama árduo, da Terra crucificada, como Cristo, no calvário dos rios e dos mares poluídos, junto aos pobres de todos os quadrantes, com os quais o planeta se identifica, dos que esperam e forjam a libertação. Para esses teólogos, o pecado social ou estrutural levou a *sora nostra madre terra* aos limites da sobrevivência, no rastro de uma constelação pós-capitalista.

Em paralelo, Hans Küng esboça um projeto ambicioso, de uma ética planetária, vivida nos extremos da modernidade, como forma de criar um mundo em diálogo, sem elidir o acervo das diferenças que unem os povos.

Desde os anos de 1990, o Pe. Ávila condena a corrosão do caráter no mundo capitalista, quase que ao lado de Richard Senett, chamando a atenção, no livro *Meio Ambiente*, para o fato de que a Igreja sempre defendera a natureza, a partir de um *ethos* difuso, longe das escolhas de um museu natural ou de um quadro redutor de mera preservação. A Igreja, segundo Fernando, “já alertara para a exaustão dos modelos quantitativos, já denunciara o egoísmo dos grupos e nações, já fizera apelos patéticos em favor da solidariedade”.

Um quadro terrível, é bem verdade, que não dilui o domínio da espera, cuja dicção ressurge, mais uma vez, na coletânea de ensaios *Folhas de Outono*, onde Fernando sublinha três tendências que parecem alvissareiras: a consolidação da dignidade da pessoa humana, a compreensão de uma ampla interdependência dos povos e a convicção do valor inestimável da ecologia. Seguindo de perto as intuições de Teilhard de Chardin, ele sublinha as ideias gerais de *O Fenômeno Humano*. O homem não é o fim da evolução, mas a flecha ascendente de um processo que se aterra no ponto Omega, na supercentração de tudo em Deus, de acordo com a primeira epístola de São Paulo aos Coríntios – *εν πάσι πάντα θεό* –, a nostalgia do transparente, na comunhão do mundo com Deus.

A esfera da consciência é a razão primeira da gênese humana. Para Teilhard,

hoje mesmo, para qualquer marciano capaz de analisar tanto psíquica como fisicamente as radiações siderais, a primeira característica de nosso planeta seria certamente o fato de este lhe aparecer não com o azul dos seus mares ou com o verde de suas florestas – mas fosforescente de Pensamento.

Uma espécie de salto sem precedentes da natureza, um mistério irrevogável. E prossegue:

O que pode haver de mais revelador para a nossa ciência moderna é saber que todo o precioso, todo o ativo, todo o progressivo originariamente contidos no retalho cósmico de onde saiu o nosso mundo, se acha, agora concentrado na ‘coroa’ de uma Noosfera.

Essa grande poética da vida, com sua feição, ao mesmo tempo severa e apaixonada, repousa no conceito de finalidade, que tanto aborreceu Jacques Monod, em *Le Hasard et la Nécessité*, igualmente revisto, por sua vez, e criticado mais tarde por Ilya Prigogine, com *A Nova Aliança*. Mas é assunto que levaria longe demais. Importa fixar a poesia da vida, em Teilhard e em nosso homenageado.

Ainda em *Folhas de Outono*, Fernando sublinha a causa final da antropogênese, em Teilhard, destinada ao nascimento de Cristo “o mais prodigioso evento na história do cosmos”, que prepara “a realização progressiva do plano do amor infinito de um Deus, que é a própria transcendência”.

O resumo teilhardiano do Pe. Ávila, acerca da plenitude dos tempos, encerra-se com a expressão do amor, que move o sol e as demais estrelas. E lembro com Olavo Bilac:

Quem poderá contar tantas estrelas?
Toda a abóbada está iluminada:
E o olhar se perde e cansa-se de vê-las.

Surgem novas estrelas imprevistas...
Inda outras mais despontam...
Mas acima das últimas que avistas,
Há milhões e milhões que não se contam...

Milhões de estrelas, que na cosmologia atual revelam, no desvio para o vermelho, a velocidade de fuga das galáxias, que se deslocam entre nuvens de aglomerados estelares, segundo o modelo atual do Universo. Ou, mais propriamente, do Multiverso, com seu volume de infinitos, pontes de Einstein-Rosen, viagens ao passado, de acordo com os cálculos de Kurt Gödel, nas curvas de tempo fechado.

Um cosmos regido pela teoria das supercordas, que promove o diálogo possível e desafiador entre a relatividade geral e a mecânica quântica, como no livro do físico Brian Greene, *The Hidden Reality*. Hoje, o maior fantasma da física não é Deus, mas uma certa desconfiança, em níveis bem demarcados, da matemática.

Feito este comentário *a latere*, sabemos quanto é preciso abraçar uma economia de pressupostos auto-sustentáveis para que o planeta não se reduza, no terceiro milênio, ou bem antes disso, a um estranho fragmento sideral,

como no desenho “Futurama”, de Matt Groening, em que os animais, que hoje conhecemos, convivem com espécies híbridas, mutantes e extraterrenas, ao lado de uma bizarra população de robôs, movidos a etanol.

Para pensar a vida no planeta, deve-se olhar para o céu, como fez Bilac, na contemplação da Via Láctea que “como um pálido aberto cintila.” E, ainda, nesta senda de esperança – na trama de uma ecologia cósmica – sigo o altíssimo poema de Joaquim Cardozo, na última viagem do trem subindo ao céu, em sua propensão para o infinito, sob a chuva torrencial de zeros. A viagem segue

no âmago desse espaço, último e total
Sem métrica e metria, sem ordem física,
Sem orientação e sem origem;
- No centro dos centos, do anúncio de todos os possíveis,
Erguido em Glória, em Majestade, em Grandeza,
O acontecimento Branco
Divino? Eterno.

Na luz difusa da Terra e da poesia, o mistério abraça o imponderável. E como Dante, frente à beleza de Beatriz, devemos realizar uma espécie de salto, à beira de um precipício descontínuo - *saltar lo sacrato poema*.

Para não encompridar a viagem, no trem de que vos faço passageiros, informo que chegamos ao destino.

O modo generoso com que fui recebido nesta Casa me emociona. Não pelos 34 dos 38 votos possíveis, ou pelo fato de entrar aos 47 anos. Mais que os números, que se apequenam diante “desta abóboda infinita”, comove-me o afeto que venho recebendo. Tenho pouco a oferecer. Não passo de um leitor voraz. Sempre curioso. E em tudo independente. Com saudades de Machado e do futuro. Meu lema para o mundo dos livros e para as formas do diálogo é o de Alfieri: *io volli, e volli sempre, e fortissimamente volli*. Não me inclino a distinguir a idade ou geração de meus interlocutores. O pensamento habita o tempo *aion*. Assim, sou o acadêmico mais velho desta Casa, ao passo que Cleonice Berardinelli ou Evaristo de Moraes Filho são os mais jovens. Na “minha faixa etária”, aproximo Lygia e Ana Maria, Cony e Rouanet.

Desejo evocar Evandro Lins e Silva, uma das figuras de proa da história do Brasil, que há mais de uma década lançou meu nome para a ABL. Lembro igualmente de três acadêmicos que me conhecem há mais de vinte anos. Nélida Piñon: com sua inteligência meridiana e generosa, a pentear-me os cabelos, desalinhados pelo regime de ventos que sopram em *A República dos Sonhos*. Sua leitura confirmou o estatuto de duas línguas e uma amálgama superior; Eduardo Portella: na Biblioteca Nacional ou no encontro, tramado pelo acaso, na porta da livraria La Hune, num fim de tarde em Paris. Declaro-me aqui atento leitor de sua obra e nutro a esperança de que me considere amigo, dentro e fora da página; e para não aumentar a *vertigem da lista*, termino com Tarcísio Padilha: homem de absoluta integridade, da família dos raros pensadores, cuja visão de mundo coincide com a própria vida. O princípio-esperança o representa de forma inadiável.

Não posso não assinalar, no livro imaterial das grandes amizades, meu reconhecimento a Luciana Villas-Boas e Sérgio Machado, pela cumplicidade refinada, constante e generosa. Aos amigos desta noite, de tantas línguas, países, religiões, agradeço comovido. Saúdo os funcionários da Biblioteca Nacional, de que destaco o trabalho admirável de Célia Portella. Cumprimento, em nome dos que trabalham na Academia Brasileira de Letras, nossa querida D. Carmen.

Termino com um poema de *Meridiano Celeste & Bestiário*, através do qual declaro parte de minhas dívidas, nomeando meus amáveis credores: Constança Hertz, a irmã Rosalie Baptista, Elizabeth Paulon, Ana Miranda e Sauro Lunardini. Não me esqueço da memória de Nise da Silveira. E, particularmente, de Quintília Lorenzoni, Egidio Lucchesi e Elena Dati:

Obrigado
céu em chamas
infância melancolia

obrigado
gerânios antúrios
quintais infinitos
praias do Leme e Arpoador

obrigado
rádio relógio
movendo meus anseios
e eu não dando pelas horas

*(depois do sol
quem ilumina seu lar
é a galeria silvestre*

obrigado por tarefa
tão sublime
essa de iluminar
todas as casas)

obrigado
parque xangai
largo da penha dezenove

obrigado
tardes e madrugadas
bazares especiarias
amores e devaneios

obrigado
línguas e povos
de todos os quadrantes
objetos do céu profundo
anéis de Saturno
crateras da Lua
e espinhas no rosto adolescente

obrigado
febres pela herança
de torpor e imprecisão
que deixais ao partir

obrigado
Vieira e os dias
que passei guardando
as armas
de Portugal contra as de Holanda

obrigado
 sonhos noturnos
 igrejas barrocas e mesquitas
 primeiras orações e terço azul escuro

obrigado
 cães gatos passarinhos
 que por mim passaram
 e me fizeram mais sutil

obrigado
 inocência que me resta
 e cinismo que me atenta

obrigado sangue
 difamação joelhos feridos
 ao cair da bicicleta
e de há muito cicatrizados

desertos e façanhas
 breves e bizarras
 mas que me são
e me atravessam

obrigado
 amigos
 não tenho palavras e silêncios
 espadas flamejantes
e mares de calor

muito obrigado
 obrigado de verdade

Marco Lucchesi
 agradecido

II

RESPOSTA DO SR. TARCÍSIO PADILHA

Sr. Acadêmico Marco Lucchesi,

Olhar e rosto constituem palavras-chave de vosso itinerário. Empreendestes um vôo de largo fôlego entre os dois conceitos, configurando um percurso lítero-metafísico raramente encontrado na cultura brasileira.

Após haverdes singrado múltiplos mares bravios, estais ancorando maviosamente no porto mítico da nossa cultura, a Academia Brasileira de Letras. Depois de um trilhar fecundo pela diversidade de planos de atuação cultural, bem assim pela acuidade e criatividade de vossos escritos ingressais em nosso recinto acolhedor. Vossa incorporação aos quadros da ABL traduz a sinalização em se beneficiar a Casa de Machado de Assis da aragem da juventude, identificada com as marcas da modernidade. A propósito não seria desarrazoado relembrar a palavra prudente e mesmo sábia de Romano Guardini: “a idade avançada só alcançará um sentido positivo na medida em que o homem tenha assumido nos anos anteriores uma atitude diante da morte que não seja um mero desviar de olhos”.

Despertastes para o mundo em 1963 como filho único de pais italianos oriundos de Massarosa, província de Lucca, na Toscana. O sobrenome de vossa mãe, Dati, é originário de uma nobre família florentina de escritores e jaz imorredouro no inferno de Dante. A cidade de Lucca por igual frequenta as páginas da *Divina Comédia*. O estabelecimento de vossa família no Brasil se prendeu ao conhecimento de vosso pai com Assis Chateaubriand e ao traba-

lho marcante por ele desenvolvido na história da radiodifusão no Brasil. A mudança do Rio para Niterói ocorreu quando tínheis apenas oito anos.

Antes dos 12, iniciastes os estudos de piano com vossa mãe. Com razão dissestes que “o piano, o mundo e a literatura operam no campo das grandes amizades”. Ao piano adicionastes uma nova devoção: o canto lírico.

Um forte impulso interior vos levou a, desde cedo, vos interessardes por línguas estrangeiras. Aos nove anos já vislumbráveis o horizonte que o conhecimento de outros idiomas vos proporcionaria.

O grego e o latim serviram de base para muitas de vossas arremetidas em busca da expansão de vosso especial domínio de línguas estrangeiras.

Dedicastes oito anos ao estudo do russo e do alemão. O árabe vos atraiu de modo particular, levando-o ao deserto e a Beirute. Para vós o árabe é “de uma beleza espantosa, língua de flechas e de arqueiros”. As línguas eslavas, em grande número, vos enriquecem a coleção de idiomas que dominais. Sem falar nas línguas neolatinas, pelas quais surfaís com desenvoltura.

Vós vos insurgíeis contra o estudo formal e convencional de idiomas, daí buscando, como autodidata, vos ampliar os horizontes com o aprendizado pessoal de numerosas línguas, confiando na palavra de Goethe de que cada idioma incorporado ao patrimônio cultural descortina para o estudioso nova janela para o mundo. E assim atingistes o conhecimento de cerca de dezoito idiomas.

Encarais com naturalidade a vastidão de vosso tirocínio para outros falares e escritas. Tanto que citais um caso especial, o do Cardeal Giuseppe Mezzafanti, bibliotecário-chefe do Vaticano no século passado que, ao que se dizia, falava 50 línguas com fluência, e era capaz de traduzir outras 114.

De 1975 a 1982, frequentastes o Colégio Salesiano, onde concluístes os então os cursos ginásial e científico.

Vosso foco maior eram a leitura e a escrita, trabalho árduo principiado aos 12 anos, ao colaborardes para o boletim do colégio. No tradicional jornal O Fluminense, de Alberto Torres, publicastes vosso primeiro artigo, aos 15 anos, evocando os 2000 anos da destruição de Herculano e Pompéia sob as lavas do Vesúvio.

Aos 19 anos concluístes o vosso primeiro livro, *Breve Introdução ao Inferno de Dante*, publicado dois anos depois. Desde os 20 anos pertenceis a numerosas instituições culturais de vossa cidade adotiva, e também destaca-se o vosso ingresso no tradicional Pen Clube.

É relevante assinalar vossa amizade com Antônio Carlos Villaça e Nise da Silveira. No primeiro caso, as afinidades avultaram nas esferas literária, filosófica e teológica. Nise da Silveira, em carta a vós endereçada, escreveu: “você escolheu o certo. Até o alemão de Hölderlin você conseguiu amaciar”. E, com propriedade, a ilustre psiquiatra avançou que vós fostes alfabetizado na *Divina Comédia*. Dois espíritos lúcidos e marcados por tocante sensibilidade se encontraram e teceram um roteiro de reciprocidades eletivas. Publicastes a reunião de correspondência por vós recebida de Nise da Silveira sob o título de *Viagem a Florença*, em 2003.

Aos 26 anos ingressastes, por concurso, como professor de graduação e pós-graduação no Departamento de Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na mesma universidade concluístes o mestrado e o doutorado em Ciência da Literatura, com textos dedicados à *Divina Comédia*, que configura vossa “Paixão pelo Infinito”. O pós-doutorado em Filosofia do Renascimento foi obtido na Universidade de Colônia, na Alemanha, em 1994, com tese devotada ao estudo de Marsílio Ficino, alçando-vos à condição de pesquisador do CNPQ.

Vós conciliais a *theoria* com a *praxis*, infletindo no concreto vossas criações vigorosas. Dentre vossas atividades mais recentes, pinçamos a edição da revista *Poesia Sempre* e a coleção de fac-símiles da Biblioteca Nacional, na qual constais como curador dos centenários de morte de Machado de Assis e de Euclides da Cunha e do bicentenário desta tradicional guardiã de nossa cultura. Sois também redator-chefe da revista *Tempo Brasileiro*, de tão relevantes serviços prestados à cultura brasileira, há mais de quarenta anos, sob a inspiração criativa de Eduardo Portella. Assumistes a direção acadêmica do Colégio Brasil, por igual fundada pelo referido mestre da crítica literária, que enalteceu vossa direção segura. Professor da pós-graduação do Museu da Vida, na Fundação Oswaldo Cruz, espargistes o vosso talento como professor visitante em diversas universidades da Europa.

Uma vida em que o concreto e o abstrato mantêm sadio equilíbrio rejeita a tentação de vivermos o paradoxo de julgar que o imaterial deve expulsar o material e vice-versa, quando a verdade é que o sensorial atrai o nosso ser imediatamente, mas possibilita adiante o despertar da inteligência, a partir do mesmo concreto, para pincelar de universalidade o individual.

Não pode passar sem registro a vossa participação na criação da Universidade do Professor, no Paraná. Sem falar em vossa atuação preciosa na organização de seminários para diversas instituições.

O reconhecimento do valor de vossas obras se traduziu em prêmios literários como o Prêmio Alceu Amoroso Lima – Poesia e Liberdade 2008 pelo conjunto da obra poética; Premio Nazionale per la traduzione (2001) do Ministero dei Beni Culturali da Itália; Prêmio Marin Scorescu, na Romênia; o Mérito da União Brasileira de Escritores; o Premio San Pablo, da Cidade de Torino.

Participastes por duas vezes do júri do Prêmio Camões (2008-2009), da última edição do Prêmio Literário Massarosa (da cidade de vossos pais e o terceiro prêmio mais antigo da Itália), além das últimas edições do Prêmio Nápoles de Literatura.

De vossos livros de ensaios, destacam-se *Ficções de um Gabinete Ocidental* (prêmio Ars Latina, da Romênia e prêmio Orígenes Lessa da União Brasileira de Escritores, UBE) e *A Memória de Ulisses* (Prêmio João Fagundes de Meneses da UBE 2007), onde avultam ensaios de crítica literária, história, filosofia, teologia, música e matemática, ordenados sob a metáfora e um título, de um sentimento, como aliás em toda a vossa ensaística, como em *O Sorriso do Caos* (em torno dos fractais) e *Teatro Alquímico* (Prêmio Eduardo Frieiro 2000 da Academia Mineira de Letras).

Cada livro de ensaio dialoga com outros livros vossos, de poesia ou de ficção, como se houvesse uma ligação entre todos eles, às vezes com um evidente sentido de continuidade. A aconchegar todos estão a consciência do leitor e a inserção do sujeito na hermenêutica ou na história de suas leituras.

Ao final de 2010, embelezastes o vosso rico filão literário com a ousadia de um primeiro romance, *O Dom do Crime*. A partir de um crime passionnal do século XIX, estabelece-se um diálogo com personagens reais e fictícios, que transitam pelo Rio de Janeiro da época de Machado de Assis, acolhendo ótima crítica.

Publicastes em poesia alguns livros relevantes, como *Meridiano Celeste & Bestiário* (Prêmio Alphonsus de Guimaraens 2006 da Biblioteca Nacional, finalista do Prêmio Jabuti 2007) obra em que o eu-lírico se mostra mais intenso e com uma presença musical mais determinada, como escreve Letícia Malard no prefácio. Já *Sphera* (Menção Honrosa do Prêmio Jabuti 2004, Prêmio Da Costa e Silva da UBE 2004) tece um diálogo maior com a filoso-

fia, mas de modo sutil, como escrevem Eduardo Portella e Antonio Cícero. Poemas reunidos (finalista do Prêmio Jabuti 2002) guarda vossa produção anterior e reúne importante fortuna crítica. Vosso primeiro livro de poesia, *Bizâncio* (Comenda Espatário da Trebizonda), reflete a cidade de Istambul e a busca de novas raízes de identidade. Destacam-se os sonetos barrocos, escritos em italiano e português antigos.

Recebestes, quando muito jovem, mais de uma carta e dedicatória de Drummond e Maria Julieta, que vos encorajaram na tradução e na poesia.

Em italiano publicastes os livros: *Poesie* (Prêmio Cilento 1999), *Lucca Dentro* (Prêmio da Câmara de Comércio de Lucca), *Hyades e La Gioia del Dolor*, que levaram a integrar diversas antologias de poesia italiana moderna. São poemas que refletem a nostalgia bilíngüe e o denso diálogo com a poesia naquela língua, com Dante, Leopardi, Petrarca, Ungaretti e Campana, poesia visionária, como foi definida, e de forte lirismo. Ressalta a vossa amizade com o grande poeta da segunda metade do Novecento, Mario Luzi, de Florença, bem como de vossa relação quase que igualmente visceral com a poesia da Romênia e vossos amigos, dentre os quais Marin Mincu e George Popescu. Também ligada a essa relação com a Itália, correspondem as edições que organizastes no Brasil, da *Jerusalém Libertada*, de Torquato Tasso, da obra de *Leopardi*, esta pela Nova Aguilar, bem como as traduções que realizastes de *A Ilha do Dia Anterior e Baudolino*, de Umberto Eco, de quem sois amigo, *A Scienza Nuova*, de Vico (Prêmio União Latina 2000, Premio Speciale del Presidente della Repubblica Carlo Ciampi: Prometeo d'Argento) traduções de grande complexidade, como reconhece a crítica, além de *A Trégua*, de Primo Levi, dentre outros.

Ainda no campo da tradução e sempre com desafios, publicastes dois livros dedicados a Rûmî – o primeiro, *A Sombra do Amado – Poemas de Rûmî* (Prêmio Jabuti 2001), e o segundo, *O Canto da Unidade – em Torno da Poética de Rûmî* (Prêmio Mário Barata da UBE).

Vossa primeira tradução foi concluída aos dezesseis anos, com o *Cântico Espiritual de San Juan de la Cruz*, que inseristes em *Faces da Utopia*. A tradução dos poemas de Hölderlin foi elaborada aos 23 anos, revista depois e republicada.

Traduzistes, também, *Poemas à Noite*, de Rilke e Trakl (Prêmio Paulo Rónai da Biblioteca Nacional 1996), dentre outras obras do francês e do romeno, além da *Teologia Mística*, do Pseudo-Dionísio Areopagita, transposta

do grego e do latim, que vos ajudaram na compreensão dos aspectos neoplatônicos da obra de Dante.

Os “Versos de Iúri Jivago”, do romance *Doutor Jivago*, de Boris Pasternak, fazem *pendant* com a tradução dos poemas de Khlebnikov e do capítulo “Visitações”, do já citado livro *Bizâncio* e de vosso grande amor pela cultura russa.

O livro *Bizâncio* reforça a vossa vizinhança com o Oriente. Sobretudo o Oriente Médio, na cultura árabe, mas também turca e persa. Essa aproximação pode ser apontada em *Saudades do Paraíso*, em que vemos, dentre outros, o vosso encontro no Cairo com o prêmio Nobel Nagib Mahfuz, além do Marrocos. Em *Os Olhos do Deserto*, livro que abrange também a Palestina, nas diversas viagens que realizastes, de 1997 a 1999, e que se completou afinal com vossa pesquisa sobre Rûmî (que vos levou ao Irã), é um livro que reitera vossa grande afinidade com Beirute e mais especialmente com Damasco. Escrevestes poemas diretamente em árabe, revistos por Ibrahim Khalil.

Organizastes ainda *Caminhos do Islã*, primeiro livro lançado no Brasil com textos da alta qualidade de conhecidos islamólogos, como Louis Massignon, pouco depois do atentado às torres gêmeas. Conhecestes os poetas Adônís e Unsi Al-Hajj, dentre outros, como declarastes em palestra na feira do livro de Riyadh em 2009, quando mergulhastes na tradição de diversas tribos da península arábica, reunidas no encontro da “Janadria”, ocasião em que saudastes em árabe, de improviso, o ministro do Reino.

Com o tempo, passastes a serdes traduzido. E a primeira tradução veio de Curt Meyer Clason, a quem agradecestes, com um poema em alemão, em que sublinhastes o mistério da transposição de idiomas. Seguiram-se versões de vossa obra em uma dezena de línguas.

Vosso percurso é aureolado por uma nítida presença da simplicidade. Dissestes que “a casa em que morei quando menino hoje em dia mora em mim”. Mas a seriedade do existir comparece diuturnamente em vossa biografia, como vossa admiração pelo silêncio. É a falta deste que Pascal profliga com vigor. “Tenho abismos”, declarastes, atestando a vossa vocação poético-metafísica. “Quero sentir-me prisioneiro de um nomadismo absoluto”. A densidade do humano existir está configurada em vossa observação de que “não consigo imaginar-me sem Dostoyevsky”.

A vossa acolhida ao próximo parece emergir espontaneamente de vossa natureza. Daí a tolerância com o diverso, sobretudo levando em conta a riqueza de experiências e contatos freqüentes com outras culturas e seus valores díspares, quando não conflitantes. É certo que os preconceitos nos batem às portas no afã de nos subjugar aos seus imperativos até por vezes aparentemente éticos. Na verdade o preconceito é uma falha geológica em nossa estrutura anímica. Infelizmente, muita vez, povoa a nossa mente e teima em nela fazer sua morada.

Vós tendes consciência dos enormes desafios lançados à face do homem contemporâneo ao assentirdes que “o ocidente perdeu o sentimento da unidade com a natureza e o divino. Desejou transformar tudo em propriedade”. A assertiva evocou em mim o pensamento sempre agudo de Paul Ricoeur, para quem não faz sentido afirmar-se que o homem possui a verdade, pois ela penetra no tecido existencial do ser humano e se faz presente na totalidade da vida.

A consistência da existência e suas situações-limite levam-me a referir aqui vossa menção penetrante ao filósofo dinamarquês: “não ter desespero para Kierkegaard é uma forma de desespero”.

É o momento de nos adentrarmos na fortuna crítica de vossa obra.

Assim, Ivo Barroso afiança que sois um “espeleólogo da solidão, escandrista das profundezas do multiego...” E adiante: “quis encontrar seu caminho nos seus descaminhos, e partiu aparentemente à cata de Deus, mas vê-se que é de si mesmo que estava à procura”. Para adiante completar: “toxicômano do livro, adicto terminal da cultura”

É de Umberto Eco o juízo de valor: “Seu trabalho intenso, criativo, resultou numa obra belíssima”.

Michel Mafesoli, da Académie Française, atribuiu à vossa obra uma comovente ária de ópera.

Para Antonio Cícero, “a poesia de Lucchesi é a um só tempo essencialmente cosmopolita e essencialmente solitária”. Daí as fragmentações observadas ao longo de seus poemas.

Fábio Lucas vislumbra “a justaposição do silêncio eterno das esferas e do questionamento interminável do eu poético”.

Wilson Martins surpreende em vós um goetheano integrado na *Weltliteratur*.

Toda a vossa trajetória, no sentir de Nello Avella, é marcada pela nostalgia do mais.

Em prefácio de *Sphera*, Portella “detecta um Lucchesi que consegue alcançar “a espontaneidade sábia ou a sabedoria espontânea”.

Assente Constança Hertz que vossa obra “ensina que o impossível existe e assume a forma perene de sua Poesia”.

E Vós, como vos definis? “Sou uma nuvem de livros e ideias fervilhantes”.

Cuido necessário recordar que vos sentis prisioneiro de um nomadismo absoluto. Jamais vos deixais coartar. Sois um espírito liberto de entraves ao vosso pleno desabrochar existencial. Por isto cultivais a distância, até porque sabeis ser esta a melhor forma de se falar de Deus. “Quero apenas a distância”. Tal assertiva me recorda a clássica obra de Jean-Luc Marion, *L’idole et la distance*.

Vós caminhais pela tradução, crítica literária, ensaio, como editor de revista, curador de exposições, - sempre premiado – transitis por essas distintas formas de pensar e sentir com plena coerência e rigor metodológico. Tudo se encaixa neste vórtice criativo invulgar na ânsia de encontrar um sentido aparentemente perdido para o mundo que habitamos com perplexidade. É de interpretação do mundo que se trata quando pusestes vossa pena ágil a serviço, eu diria, da verdade e não das certezas. Da verdade como pureza do olhar que constrói o mundo dentro de si e à sua volta, numa torrente literária de forte ímpeto e de uma rara consistência entre pensadores com genuína densidade intelectual. Tudo isto impregnado por um impulso dialogal que há de ser sempre considerado pilastra de sustentação ontológica do eu profundo a se constituir no trilhar do espaço-tempo com que modelamos nossa existência.

A multiplicidade de gêneros frequentada por vós não nos veda o olhar para as interfaces que ocorrem a todo momento entre as áreas de vossa atuação intelectual, assim como a presença de temas que pervadem igualmente diversos gêneros. Poesia, ensaio, crítica literária, tradução não formam compartimentos estanques em vossos escritos. Vós sois um raro exemplo concreto da disquisição de Eduardo Portella sobre os gêneros literários, ao apontar a interação entre os mesmos, sem a rigidez de fronteiras nitidamente demarcadas.

O caminho entre o olhar e o rosto foi o escolhido por vós para criar o périplo de rara beleza em que a poesia e prosa convivem harmoniosamente, pois jamais perseguem as sombras das diferenças, senão que se deixam ventilar pela sadia vizinhança.

O olhar principia no plano sensorial. Sensação, percepção, intelecção é a ascensão cognitiva tradicional. Mas o olhar pode significar a admiração de que cuidava Platão. Ou nos conduzir suavemente à distinção tomista entre *curiositas* e *studiositas*. São maneiras de aprofundar o olhar que não nos deve orientar na direção de um cemitério de objetos mencionado por Baudrillard.

Mas o olhar pode e efetivamente se volta continuamente para si mesmo a fim de constituir um referencial necessário à posterior construção existencial almejada.

Na verdade vós nos descreveis vosso percurso em que o olhar inicial aparentemente ingênuo será ultrapassado pela penetração na esfera ontológica e, portanto, constitutiva do mais-ser. No fundo, a vossa perquirição deita raiz mais ancorada no solo firme do real, já agora estendendo seus tentáculos à subjetividade. É a busca nunca olvidada da autenticidade da investigação da interioridade, a intimidade de si para consigo mesmo na ânsia de que o olhar, que perpassa a chamada realidade objetiva, sobe ao eu profundo para, afinal, se expressar num Rosto que lastreia o nosso próprio perfil, neste amplexo em que a nossa vocação se une ao nosso destino, mercê da liberdade que molda o nosso ser, através dos atos livres postos à nossa disposição por uma benemerência do Criador. Assim, vós transitais pela estrada real que parte de um olhar ao encontro de um rosto, que ao termo da caminhada será um Rosto. É a Transcendência de que cuidais com engenho e arte a modelar vossa *Weltanschauung*. É a paixão do Absoluto “que marca o olhar de Beatriz e o rosto de Deus”.

Vós tendes nítida consciência da fragilidade dos ombros humanos para enfrentar os desafios do mistério da existência e do Ser. Mas também sabeis que não podemos fugir ao apelo da vida e da vida em plenitude. É por isto que a filosofia e a poesia continuarão presentes em vossa caminhada, nas amplas estradas ou nos atalhos da capilaridade poético-metafísica, invariavelmente em busca de sentido, de razão de ser, de perseguição ao mais-ser do homem.

Antônio Carlos Villaça, mais de uma vez referiu o vosso nome ao lado do de José Guilherme Merquior, uma das mais potentes inteligências de nosso panorama cultural e afiançou que “Marco tem a vantagem da leitura teológica, que Merquior não tinha, com o seu iluminismo”.

Em vossa obra se vislumbra uma articulação substancial entre a poesia e a metafísica, hoje por vezes relegada ao olvido.

Mas vós bem sabeis que há um refúgio ante as nuvens sombrias que cercam o homem contemporâneo: é o recurso às armas encantadas da poesia que não abandona o ser humano em sua luta cotidiana pela busca, no mínimo, de um lugar no cosmo, quando não ao superar a fenomenalidade, abrindo-se ao grande Encontro.

A riqueza, a consistência e o estilo inteiramente original de vossos escritos atraíram as atenções dos verdadeiros humanistas que a natureza dotou de sólido embasamento cultural, baseado num despojamento pessoal que apenas salientou o vosso perfil humano, demasiadamente humano.

O sempre citado Villaça volta ao cenário para asseverar que vós sois um dos maiores leitores da história brasileira. “Um mestre renascentista”, ao lado de Rui Barbosa, Pontes de Miranda, Alceu Amoroso Lima, San Tiago Dantas e José Guilherme Merquior.

Sois um peregrino, sedento de conhecer outras plagas, outros costumes, beber na fonte de outras culturas. Mas o solo pátrio muito vos atraiu a atenção. Pinço um exemplo, mercê da importância que atribuis a *Os Sertões*, quando contáveis 17 anos. Canudos e sua tragédia vos tocaram fundamente, a ponto de haverdes descrito o espaço-tempo da grande tragédia: “tudo submerso. O cemitério, a cultura, a história. O que resta de Canudos é um sentimento doloroso de que o futuro não chegou aos sertões. Passaram cem anos, mas foi ontem.” É um toque ajustado ao estilo sempre surpreendente de Guimarães Rosa.

Deus, presente em vossa obra, era pura altitude, pura vertigem... Inicialmente, escrevestes que “Deus era para mim um esplêndido dicionário bilíngue greco-latino.”

Cabe aqui recorrer à forte assertiva de Unamuno: “Aquele Deus lógico, obtido *via negationis*, era um Deus que, a rigor, não amava, nem odiava, porque não gozava, nem sofria, sem pena nem glória, inumano, e sua justiça, uma justiça racional ou matemática, isto é, uma injustiça”. Vós queríeis um Deus solar. Um incêndio.

A causa perfeita e unitária de todas as coisas está acima de toda afirmação, e a existência d’Aquele que está absolutamente separado de tudo e acima de tudo supera toda negação.

Não há encanto em manipular conceitos, deixando o coração deserto.

Concluístes acertadamente que nenhum sistema leva a Deus.

Por vezes ofereceis a falsa impressão de que o vosso trilhar se choca frontalmente com a metafísica. Obtemperastes sem reboços: “metafísica, teu nome é uma pedra”. Assertiva que não deve ser compreendida superficialmente, uma vez que aquilo que nos move é a busca incansável de um plano não abstracionista para o percurso metafísico, que é o vosso, por incontida vocação. A metafísica não é um saber puramente abstrato divorciado do real, senão que um modo de percorrer os escaninhos do real, com intuição privilegiada e o incontido desejo de ir além do que se nos apresenta de modo meramente fenomênico. Isto porque as categorias tradicionais da metafísica jamais vos satisfizeram a inata e torrencial *studiositas*.

Hoje, falar de metafísica é temerário e atrai críticos inflamados e plenos de racionalização da razão. Pobre razão, quando não se opulenta com a sensibilidade superior, com a intuição intelectual, volitiva ou emotiva. Sem falar no plano desafiante do mistério. As chamadas potências do eu se somam e se enriquecem num olhar mais envolvente em que o real, em acepção mais abrangente, não é apenas uma aparência, mas transita nos altiplanos que tanto nos atraem. Especialmente a quantos não se contentam com a veste que encobre a genuína realidade não nos permitindo sentir o fragor do que se tenta esconder de nós a ambição desmedida, e mesmo insensata, de geometrizar a filosofia ou de logificá-la nos manuais didáticos de escassa densidade.

No sentir de Edgar Morin, a racionalização “é o delírio lógico, o delírio da coerência que deixa de ser controlada pela realidade empírica”. Isto equivale a dizer que a razão é dinâmica, o que se observa pelo vosso cuidado metodológico para quem não há rigidez nas categorias lógicas que presidem ao desabrochar de vosso pensamento robusto a vos inflamar a veia poética de largo espectro.

Desde cedo vistes com olhos de lince a profundidade do mistério que não se deixa penetrar por visões perfunctórias. A riqueza do mistério nos atrai o espírito pela força imperiosa que ele mal consegue ocultar. Os que lhe negam o peso e a significação respiram a atmosfera rarefeita dos negativismos e niilismos.

É raro lobrigar-se escritores que tenham a coragem de desafiar os acenos de uma contínua e progressiva desconstrução, vez por outra e, raramente, oferecida com requintes hermenêuticos.

Não foi à toa que Peter Wust nos legou sua *Die Aufsteherung der Metaphysik* (A ressurreição da metafísica) e que, na França, René Le Senne e Louis Lavelle inauguraram a coleção *Philosophie de l'Esprit*.

Sr. Acadêmico Marco Lucchesi:

Diz-se que todo filósofo é um pedagogo. Atirando a barra mais longe, quando à riqueza especulativa se acrescenta o filão poético, o impacto produzido por tal densidade de comunicação atinge o paroxismo. Eis o vosso caso. Daí a vossa nomeada cultural, que já transpôs nossas fronteiras, alargando o raio de ação de nossa cultura neste mundo superlotado de desafios.

Hoje, ingressais nesta Casa de Cultura ímpar com títulos extremamente significativos, com a publicação de numerosos e ricos poemas, ensaios e críticas literárias de fina sensibilidade, traduções cuidadosas e com plena consciência da dificuldade da transposição de idiomas, e mesmo um romance, a par de superior exercício docente em centros universitários do país e do exterior.

A Academia Brasileira de Letras vos recebe com incontido júbilo na certeza de que estará mais enriquecida com a vossa presença entre nós.

Bem-vindo àquela que, a partir de hoje, é também a vossa Casa ainda mais luminosa com o vosso olhar em busca de novos rostos.

Discurso do
SR. MERVAL PEREIRA

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária
do dia 23 de setembro de 2011*

I

DISCURSO DO SR. MERVAL PEREIRA

Quis o destino que eu ocupasse, graças à vossa generosa acolhida, a Cadeira 31 da Academia Brasileira de Letras, já ocupada anteriormente por vários jornalistas, a começar por seu Patrono, Pedro Luís Pereira de Souza, jornalista, poeta, político e ministro de Negócios Estrangeiros. Considerado orador excepcional, foi grande amigo de Machado de Assis, o Fundador de nossa Casa.

Em *O Velho Senado*, texto clássico de Machado de Assis, está relatado que ele, Pedro Luís e Bernardo Guimarães começaram a “cobrir” o Senado praticamente juntos, em 1860 ou 1861. Machado, pelo *Diário do Rio de Janeiro*; Pedro Luís, pelo *Correio Mercantil*; e Bernardo Guimarães, pelo *Jornal do Commercio*.

Jornalistas também foram Luis Pereira Magalhães, José Cândido de Carvalho, Paulo Setúbal, Cassiano Ricardo, e Moacyr Scliar, a quem sucedo mas não substituo, assíduo cronista de jornais, que definiu o jornalismo como “um espaço literário”.

Todos os meus antecessores, no entanto, foram eleitos para a Academia graças a outros dons: foram grandes historiadores (Paulo Setúbal), grandes poetas (Cassiano Ricardo), grandes romancistas (José Cândido de Carvalho e Moacyr Scliar).

Embora tenha já escrito alguns contos, e continue a escrever outros tantos, quase na clandestinidade, sei que eles não me levariam tão longe. Ser um ficcionista é, para mim, uma doce utopia. Aqui chego como jornalista pura e simplesmente.

Na história da ABL, está registrada a presença de grandes jornalistas como Joaquim Nabuco, Hipólito da Costa, Austregésilo de Athayde; João Neves da Fontoura, Pedro Calmon, Alceu de Amoroso Lima, Carlos Castello Branco, Antonio Callado, Otto Lara Resende, Odylo Costa, filho, Roberto Marinho, Assis Chateaubriand, Barbosa Lima Sobrinho, para ficarmos apenas em alguns que já não estão entre nós.

Ao ver-me alçado a essa turma, e diante de tantos outros grandes jornalistas sentados à minha frente, toma conta de mim um orgulho que não consigo esconder.

A própria ABL nasceu em uma redação, a da *Revista Brasileira*, fundada por José Veríssimo. O historiador Helio Vianna afirmava que, sem a história do jornalismo brasileiro, não seria possível a elaboração da verdadeira História do Brasil independente, desde a chegada do Príncipe Regente D. João ao Rio de Janeiro em 1808.

Para Peregrino Júnior, a imprensa no Brasil foi sempre uma escola de escritores. João Francisco Lisboa, José de Alencar, Machado de Assis, Coelho Neto, Olavo Bilac, Euclides da Cunha são apenas alguns escritores cujas obras aparentemente pouco devem ao jornalismo, mas que inicialmente foram jornalistas militantes.

Trago o jornalismo, a literatura e a política em meu sangue, nas minhas raízes. Meu avô materno, Clodomir Cardoso, foi senador da República, interventor no Maranhão, constituinte de 1946.

Atuante jornalista, participou como redator e diretor do jornal *A Pacotilha*. Grande intelectual, foi membro fundador da Academia Maranhense de Letras, onde foi sucedido pelo poeta e jornalista Odylo Costa, filho, também membro desta Academia. Traduziu *A Imitação de Cristo*, foi professor fundador da Faculdade de Direito do Maranhão.

Em 1917, eleito prefeito de São Luís, introduziu a iluminação elétrica na cidade, fato registrado no romance *Degraus do Paraíso*, do acadêmico Josué Montello.

Em outro romance, *Coroa de Areia*, Montello coloca as características físicas de meu avô em um personagem da sua história, caminhando pelas ruas de São Luís.

Graças a meu pai, Merval, médico de clínica geral, os cada vez mais raros “médicos de família”, e a minha mãe, Lenita – aqui presente, no esplendor de seus 93 anos –, vivi minha infância e adolescência entre livros.

Marca minha juventude uma coleção mais velha que eu três anos, de couro vermelho, comemorativa do centenário de nascimento do grande autor português, na qual li toda a obra de Eça de Queiroz.

Ainda guardo nas mãos, cujos dedos hoje repassam páginas de livros digitais nos *Ipads* da vida, a memória daquele manuseio.

Gosto de lembrar duas iniciativas, partes de um mesmo processo, mas que muitos ainda querem ver em lados opostos: o mundo dos computadores e o mundo dos livros.

A modernização de *O Globo* exigiu de nós estarmos ainda mais atentos ao espírito de nossa época. Foi assim que, como editor-chefe, fui um entusiasta do lançamento do caderno “Informática Etc”, em 1991, quando os computadores pessoais apenas engatinhavam, e era preciso difundir esse novo mundo para que um número cada vez maior de pessoas se familiarizasse com revolução digital.

Foi uma iniciativa pioneira do saudoso amigo Evandro Carlos de Andrade, então diretor de redação de *O Globo*, mesmo se levarmos em conta jornais americanos, que apenas tardiamente seguiram o mesmo caminho.

Ao mesmo tempo, tão logo assumi a direção de redação do jornal em substituição a Evandro, que fora para a televisão, em 1995, fiz questão de lançar, com o apoio irrestrito do João Roberto Marinho, um suplemento literário, o “Prosa e Verso”, dedicado àquilo que, em qualquer plataforma, mostra-se insubstituível, o livro, tão caro a todos os aqui presentes.

Não é o papel ou os *chipes* que importam, mas o mundo que os livros trazem consigo, seja em celulose ou em *bytes*.

O Patrono da cadeira que ocuparei, Pedro Luís, foi escolhido por Luís Guimarães Jr., o primeiro a sentar na Cadeira 31. Quando ocupava a função de ministro de Negócios Estrangeiros de D. Pedro II, temporariamente Pedro Luís teve que acumular essa função com a de ministro de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, devido à morte do ocupante anterior.

Como não tinha muito tempo para exercer as duas funções, alçou Machado de Assis, que já trabalhava no Ministério da Agricultura, a oficial de seu gabinete, fazendo com que se sentisse, nas suas palavras, “quase ministro”.

Se foi Machado de Assis quem apoiou Luís Guimarães, incentivando sua literatura, foi Pedro Luís quem levou Luís Guimarães para a diplomacia.

Machado gostava de Pedro Luís como poeta de cunho social e político, colocado entre os “condoreiros”, precursor de Castro Alves.

Mas o julgamento de Machado parece ter sido dominado pela amizade, a julgar o que dele disse José Veríssimo:

Deixou meia dúzia de poemas, os melhores no tom épico (“Os voluntários da morte”, “Terribilis Dea”), que todo o Brasil conheceu, recitou e admirou. Mas a sua obra dispersa, de mero diletante, se lhe criou um nome meio lendário como os de José Bonifácio e Francisco Otaviano, não basta a assegurar-lhe um posto de primeira ordem na nossa poesia.

Luís Caetano Guimarães Jr., diplomata, poeta, romancista e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 17 de fevereiro de 1847 e faleceu em Lisboa, Portugal, em 20 de maio de 1898. Foi um dos dez membros eleitos para se completar o quadro de fundadores da Academia Brasileira de Letras, onde criou a Cadeira 31.

Aos dezesseis anos, escreveu o romance *Lírio Branco*, dedicado a Machado de Assis, e em troca recebeu uma carta de Machado animando-o a prosseguir na carreira das letras.

Fez o curso de Direito no Recife entre 1864 e 1869, onde assistiu ao desenvolvimento da “escola condoreira”, de que tomou parte.

Ao lado do jornalismo, escrevia contos, comédias e poesias. O poeta e amigo Pedro Luís, então ministro dos Negócios Estrangeiros, ofereceu-lhe um lugar na diplomacia como secretário de Legação em Londres.

De 1873 a 1894, passou por vários outros postos. Suas principais obras são *Corimbos*, que representa a fase em que viveu no Brasil, de 1862 a 1872, e *Sonetos e Rimas*, do período em que residiu na Europa. É considerado um precursor da poesia de Raimundo Correia, Olavo Bilac e Alberto de Oliveira.

O segundo ocupante da Cadeira 31, João Ribeiro, foi jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, tradutor. Desde 1881, dedicou-se ao jornalismo e fez amizade com os grandes jornalistas da época, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Alcindo Guanabara.

Sua primeira coletânea de poesias, os *Idílios Modernos*, mereceu de seu amigo e conterrâneo Sílvio Romero um artigo na *Revista Brasileira* em 1881. Tinha especial predileção por pseudônimos criativos. No jornal *Época*, de 1887 a 1888, escreveu em várias seções, sob diversos pseudônimos: Xico-Late, Y., N., Nereu.

De 1888 a 1889, no *Correio do Povo*, assinava sob o pseudônimo Rhizophoro (o que tem raízes) a seção “Através da Semana”. Em *A Semana*, trabalhou ao lado de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Rodrigo Octavio, entre outros, e publicou os artigos que se constituiriam nos seus *Estudos Filológicos*, de 1902.

João Ribeiro desde cedo dedicou-se ao magistério, em diversas áreas: filologia, história e ensaio. A partir de 1895, fez inúmeras viagens à Europa, ora por motivos particulares, ora em missões oficiais, mas nunca deixou de escrever para jornais brasileiros, através de colaborações no *Jornal do Commercio*, no *Dia* e no *Comércio de São Paulo*. A última fase de atividade na imprensa foi no *Jornal do Brasil*, desde 1925 até a morte.

Na Academia, fez parte de numerosas comissões, entre as quais a do Dicionário e a de Gramática. Foi um dos principais promotores da reforma ortográfica de 1907.

Uma curiosidade: em 22 de dezembro de 1927, depois de ter recusado por diversas vezes, a Academia o elegeu presidente. João Ribeiro apresentou, imediatamente, sua renúncia ao cargo.

Terceiro ocupante da Cadeira 31, eleito em 6 de dezembro de 1934, na sucessão de João Ribeiro, Paulo Setúbal, advogado, jornalista, ensaísta, poeta e romancista, nasceu em Tatuí, SP, em 1.º de janeiro de 1893, e faleceu em São Paulo, SP, em 4 de maio de 1937.

Órfão de pai aos quatro anos, mudou-se com a família para São Paulo, e foi no Ginásio Nossa Senhora do Carmo, dos irmãos maristas, que Paulo Setúbal começou o interesse pela literatura e pela filosofia. Leu Kant, Spinoza, Rousseau, Schopenhauer, Voltaire e Nietzsche.

Na literatura, influenciou-o sobretudo a leitura de Antero de Quental e Guerra Junqueiro, clara influência de seu primeiro livro de poesias, *Alma Cabocla*.

Era a época da campanha civilista quando foi procurar emprego no diário *A Tarde*, enquanto cursava a Faculdade de Direito. A publicação de uma de suas poesias no jornal deu-lhe notoriedade imediata, e ele ganhou sua primeira coluna.

A saúde precária, com os primeiros sinais da tuberculose, o obrigaria a frequentes interrupções no trabalho, para repouso.

Advogado bem-sucedido, iniciou sua produção literária especializado no romance histórico, que escrevia de maneira a tornar agradável a leitura, longe dos academicismos, o que o levou a ser o escritor mais lido do país com *A Marquesa de Santos* (1925) e *O Príncipe de Nassau* (1926).

A série de livros sobre o ciclo das bandeiras, começando em 1933 com *O Ouro de Cuiabá* e encerrando dois anos depois com *O Sonho das Esmeraldas*, levantava o orgulho paulista na fase pós-Revolução constitucionalista de 1932.

Na definição do poeta Cassiano Ricardo, que o sucedeu na Cadeira 31,

quando o chão brasileiro ainda estava povoado de napeias, hamadriadas, nereidas e egípcas, ele já se havia colocado ao lado dos sacis, dos juruparis, das uíaras e dos caaporas. O romancista histórico surgiu, pois, com a sua posição definida. Num momento muito claro de afirmação brasileira.

Em 1935, Paulo Setúbal, ao mesmo tempo em que chega ao apogeu com a eleição para a Academia Brasileira de Letras, entra em profunda crise existencial, que terá repercussão em sua literatura.

Ele, que era expansivo e frequentador de festas, passou a frequentar a igreja da Imaculada Conceição, a ler a *Bíblia* e livros como a *Psicologia da Fé* e *A Imitação de Cristo*. É quando escreve o *Confiteor*, livro de memórias, a narrativa de sua conversão, que ficou inacabado.

Cassiano Ricardo, jornalista, poeta e ensaísta, o quarto ocupante da Cadeira 31, nasceu em São José dos Campos, SP, em 26 de julho de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de janeiro de 1974. Aos 16 anos, publicava o primeiro livro de poesias, *Dentro da Noite*.

Foi um dos líderes do movimento da Semana de Arte Moderna de 1922, participando ativamente dos grupos “Verde Amarelo” e “Anta”, ao lado de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Raul Bopp, Cândido Motta Filho e outros.

No jornalismo, Cassiano Ricardo trabalhou no *Correio Paulistano*, como redator, e dirigiu *A Manhã*, do Rio de Janeiro. Também foi o criador das revistas *Planalto* (1930) e *Invenção* (1962).

Em 1937 fundou, com Menotti del Picchia e Motta Filho, a “Bandeira”, movimento político que se contrapunha ao Integralismo e que tinha o

jornal *O Anhanguera*, para defender sua ideologia, assim definida: “Por uma democracia social brasileira, contra as ideologias dissolventes e exóticas”.

Adota a posição nacionalista do movimento de 1922, revelando-se um modernista ortodoxo até o início da década de 40.

Em 1924, fundou a *Novíssima*, revista literária dedicada à causa dos modernistas e ao intercâmbio cultural pan-americano.

As obras *Vamos Caçar Papagaios*, de 1926, *Borrões de Verde e Amarelo*, de 1927, e *Martim Cererê*, de 1928, estão entre as mais representativas do Modernismo.

Com *O Sangue das Horas*, de 1943, inicia o que a crítica classifica de “uma nova e surpreendente fase”, um lirismo introspectivo-filosófico que se acentua em *Um Dia depois do Outro*, de 1947, obra considerada o marco divisório da sua carreira literária.

Acompanhou de perto as experiências do Concretismo e do Praxismo, movimentos da poesia de vanguarda nas décadas de 50 e 60. A sua obra *Jeremias Sem-Chorar*, de 1964, é bem representativa desta posição de um poeta experimental.

Essa sua permanente busca pelo moderno fez com que, na Academia Brasileira de Letras, como relator da Comissão de Poesia em 1937, concedesse a láurea a *Viagem*, de Cecília Meireles, o primeiro livro da corrente moderna consagrado na Academia.

Na década de 30, Cassiano dedicou-se à pesquisa histórica, interrompendo por quase um decênio sua atividade propriamente poética.

Defensor dos postulados do Estado Novo, foi assessor de Getúlio Vargas, tendo trabalhado no Departamento de Imprensa e Propaganda, o famigerado DIP, ocasião em que dirigiu o jornal *A Manhã*, de propriedade do governo, que possuía dois suplementos literários, *Autores e Livros*, dirigido por Mucio Leão, e o *Suplemento da América*, dirigido por Ribeiro Couto, ambos acadêmicos.

Publicou em 1940 um livro de grande repercussão, *Marcha para o Oeste*, em que estuda o movimento das entradas e bandeiras.

Cassiano Ricardo, aliado e propagandista da figura de Vargas, em suas pesquisas históricas e estudos focalizava o que considerava elementos definidores da cultura brasileira e suas implicações na esfera política.

Foi através da imprensa, e dentro desse espírito de brasilidade, que Cassiano Ricardo travou um célebre debate com Sergio Buarque de Holanda sobre “o homem cordial”.

Coube a ele inaugurar a polêmica, através de um artigo de 1948 publicado originalmente na revista paulistana *Colégio*, defendendo a “bondade fundamental dos brasileiros”.

Declarando-se pouco propenso às “esgrimas literárias”, o historiador Sergio Buarque de Holanda rejeitou o que considerou o caráter deformador que Cassiano impôs às suas ideias, a noção do brasileiro como “homem cordial”, aquele que, na sua concepção, age segundo o “coração” – não no sentido de ser bondoso, mas por pautar suas ações pelo afeto e pela intimidade e ser incapaz de separar vida pública de vida privada.

Quinto ocupante da Cadeira 31, eleito em 23 de maio de 1974, na sucessão de Cassiano Ricardo, José Cândido de Carvalho, jornalista, contista e romancista, nasceu em Campos, RJ, em 5 de agosto de 1914, e faleceu em Niterói, RJ, em 1.º de agosto de 1989.

José Cândido, entre 1930 e 1939, exerceu funções de redator e colaborador em diversos jornais de Campos, como a *Folha do Comércio*, onde trabalhava um dos jornalistas mais brilhantes de sua geração, R. Magalhães Júnior, *O Dia*, onde comentava a política internacional, e ainda a *Gazeta do Povo* e o *Monitor Campista*.

Começou a escrever, em 1936, o romance *Olha para o Céu, Frederico*, publicado em 1939, pela Vecchi, na coleção “Novos Autores Brasileiros”. Formado em 1937, pela Faculdade em Direito do Rio de Janeiro, entrou para a redação de *A Noite*, um jornal de quatro edições diárias.

Com o desaparecimento de *A Noite*, em 1957, vai chefiar o copidesque de *O Cruzeiro* e dirigir, substituindo Odylo Costa, filho, a edição internacional da revista, então a mais importante do país.

Somente 25 anos depois do primeiro romance, José Cândido de Carvalho publica, em 1964, pela Empresa Editora de *O Cruzeiro*, o livro *O Coronel e o Lobisomem*, uma das obras-primas da ficção brasileira, que teve imediatamente grande sucesso, com sucessivas edições até hoje e traduções em diversos idiomas.

Obteve o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, o Prêmio Coelho Neto, da Academia Brasileira, e o Prêmio Luísa Cláudio de Sousa, do PEN Clube do Brasil.

José Cândido de Carvalho foi diretor da Rádio Roquette-Pinto, do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC; presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro; da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e do Instituto Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Rioarte).

José Cândido publicou também dois livros de “contados, astuciados, sucedidos e acontecidos do povinho do Brasil”, e reuniu, em *Ninguém Mata o Arco-Íris*, uma série de perfis jornalísticos.

Sexto ocupante da Cadeira 31, eleito em 30 de novembro de 1989, Geraldo França de Lima, romancista e professor, nasceu em Araguari, MG, em 24 de abril de 1914, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 22 de março de 2003.

O seu primeiro escrito, descrevendo a viagem de cinco dias pela antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, de Uberaba a Belo Horizonte, foi publicado no jornal *Araguari*. Em 1932, os estudantes do último ano do ginásio criaram o grupo literário Arcádia Ginásiana de Letras, e Geraldo França de Lima foi eleito seu presidente e diretor do jornal *O Kepi*, onde publicou suas primeiras poesias.

Em 1934, no Rio de Janeiro, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e obteve o primeiro emprego, como revisor do jornal *A Batalha*, de Júlio Barata, estreando também como articulista.

Em 1935, Bastos Tigre publica suas poesias na revista *Fon-Fon*. Em Barbacena, durante a Segunda Guerra Mundial, conheceu o escritor francês Georges Bernanos, de quem se tornou amigo e confidente.

O autor do *Diário de um Cura de Aldeia* vivia, desde 1938, no Brasil, numa espécie de autoexílio, depois de condenar o regime franquista e o armistício que a França celebrara com a Alemanha nazista.

Geraldo França de Lima escreveu importante ensaio sobre Bernanos, publicado por Paulo Rónai em *Comentário* de 1960. Nesse trabalho, revela a definição que Bernanos fazia de si mesmo:

sou um antifascista que odeia a mediocridade, a falsa modéstia, a virtude fingida e estudada, a mentira e a superficialidade. Sou um antifascista e pouco me importa que o fascismo esteja na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal, na Rússia ou nos Estados Unidos.

Geraldo França de foi membro da Procuradoria Geral da República e da Consultoria Geral da República e assessor do Presidente Juscelino Kubitschek e do presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves.

O ano de 1961 marca o ingresso de Geraldo França de Lima em definitivo na vida literária.

Guimarães Rosa, a quem conhecera ainda em Barbacena em 1933 como capitão-médico do 9.º BCM da Força Pública Mineira, encontrou na escrivãinha do amigo os originais do romance “Uma cidade na província”, e estimulou-o a publicá-lo. Mudou o nome para *Serras Azuis* e o indicou ao editor Gumercindo Rocha Dórea dizendo que estava diante “de um grande romancista”.

Seu último romance *O Sino e o Som* foi lançado em 2002.

Minhas amigas, Meus amigos,

A primeira vez em que encontrei Moacyr Scliar fui surpreendido por um gesto afetoso de um desconhecido. Estava aqui mesmo na Academia Brasileira de Letras, numa homenagem ao historiador José Murilo de Carvalho, quando o avistei de longe, fazendo sinais para mim.

Achei que era um engano, mas ele se aproximou, gestos largos, para dizer: “Sou seu fã”. O espanto não impediu que respondesse de pronto: “Há um engano aqui. Eu é que sou seu fã”.

A partir desse diálogo inicial, criamos uma relação que, se não era nada íntima, era proveitosa para mim sempre que nos encontrávamos.

Conversávamos sobre política, ele tinha sempre um comentário a fazer sobre minhas colunas — dizia que eu era o Thomas Friedman brasileiro —, me cobrava um livro de ensaios sobre os temas de que trato no cotidiano: democracia, ética, liberdade, direitos humanos, comunicações, livro que ainda pretendo organizar.

Tinha um especial gosto pelo jornalismo, tratava-o como um espaço literário, mas se interessava vivamente pelos aspectos éticos da profissão, dava a ela uma importância ampla dentro da democracia.

Foi colunista do jornal *Zero Hora* e colaborou com a *Folha de S. Paulo* desde a década de 70, onde assinava uma coluna no caderno “Cotidiano” com crônicas em que romanceava fatos reais publicados pelos jornais.

Sétimo ocupante da Cadeira 31, eleito em 31 de julho de 2003, Moacyr Scliar, um dos escritores mais representativos da literatura brasileira

contemporânea, nela introduziu a temática do imigrante judeu e urbano, mas fazia questão de esclarecer que não se considerava um escritor judeu, como Isaac Bashevis Singer – de cujo livro *47 Contos*, da Companhia das Letras fez o prefácio –, mas “um escritor brasileiro de ascendência judaica”.

No contato com os imigrantes, ouviu muitas histórias interessantes, e vem daí a influência da condição judaica na sua ficção. Estudou em uma escola íídiche, que Singer definiu como “um idioma do exílio, não ligado a um território, não amparado pelo poder estatal, um sábio e humilde idioma, o idioma de nossa atemorizada, mas esperançosa, humanidade”.

O rico folclore íídiche inclui numerosas anedotas, e, segundo Scliar, considerado o escritor brasileiro que melhor se utilizou do humor judaico, esse é “um humor peculiar, contido, melancólico, filosófico. Não é um humor para gargalhadas, antes para um sorriso”.

Seus pais, José e Sara Scliar, oriundos da Bessarábia (Rússia), chegaram ao Brasil em 1904, e seu nome, escolhido por sua mãe após a leitura de *Iracema*, de José de Alencar, significa “filho da dor”.

Ele próprio dizia: “os nomes são recados dos pais para os filhos e são como ordens a serem cumpridas para o resto da vida”. E ele cumpriu à risca, com uma literatura de cunho humanista, próxima dos excluídos sociais.

A família acabou indo do interior para Porto Alegre, radicando-se no bairro do Bom Fim, onde, segundo sua descrição, viviam em casas minúsculas, exercendo profissões como as de marceneiro, alfaiate, vendedores ambulantes.

Uma vida difícil, de muitas carências, compensada pelo espírito comunitário, pela coesão familiar. Todas as noites, estas famílias se reuniam para aquilo que era quase um ritual: ficavam tomando chá (logo substituído pelo chimarrão) e conversando – contando histórias, em geral sobre suas primeiras experiências de Brasil.

“Estas narrativas, que me encantavam, despertaram em mim a vontade de contar histórias - mas de contá-las por escrito”.

Segundo o crítico literário José Castello, três grandes influências marcam a literatura de Scliar: a presença contínua de Franz Kafka, como ele um judeu deslocado de sua condição; a escrita fantástica de Julio Cortázar; e a leitura laica da *Bíblia*, em particular do Novo Testamento, em que as parábolas proliferam.

Castello lembra que em *Manual da Paixão Solitária*, de 2008, vencedor do Prêmio Jabuti de Melhor Livro do Ano de Ficção em 2009, Scliar utiliza-se

da *Bíblia* para falar de Judá, o quarto filho de Jacó, e de seus três filhos, Er, Onan e Selá e suas difíceis relações com o amor.

Seu mais importante romance, *O Centauro no Jardim*, de 1980, incluído na lista dos 100 melhores livros de temática judaica dos últimos 200 anos organizada pelo National Yiddish Book Center, dos EUA, usa a figura do centauro, metade cavalo, metade homem, para abordar a divisão da alma humana.

Nasceu de um texto que escreveu para jornal, sobre uma corrida de cavalos que se realiza todos os anos em Porto Alegre. Por uma associação de ideias, pensou no centauro – o gaúcho é chamado de o centauro dos pampas –, o que o levou ao conflito de identidade, pela simbologia mitológica do centauro, entre os aspectos racionais e irracionais, “entre o judaísmo e a brasilidade, o homem do campo e o da cidade, o pacato cidadão da classe média, acomodado, e o aventureiro que há em todos nós”.

Sua condição de filho de imigrantes aparece em obras como *A Guerra no Bom Fim*, *O Exército de um Homem Só*, *O Centauro no Jardim*, *A Estranha Nação de Rafael Mendes*, *A Majestade do Xingu*.

A outra influência é a sua formação de médico de saúde pública, que o levou a uma vivência de dor e sofrimento que já carregava com seu nome.

Esse conhecimento da realidade brasileira aparece em obras, como *A Majestade do Xingu*, *A Paixão Transformada – História da Medicina na Literatura*. Seu primeiro livro, publicado em 1962, foi *Histórias de Médico em Formação*, contos baseados em sua experiência como estudante. Ainda menino, gostava de ir ao pronto-socorro do Bom Fim para acompanhar o atendimento aos pacientes.

Especialista em Saúde Pública e Doutor em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública, exerceu a profissão junto ao Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU).

Tinha obsessão pela ciência e pelos grandes cientistas, e não é por acaso, portanto, que dois de seus livros tenham como personagens o médico e indigenista Noel Nutels, em *A Majestade do Xingu*, romance de 1997, e o sanitarrista Oswaldo Cruz, de *Sonhos Tropicais*, de 1992.

Foi professor visitante na Brown University (Department of Portuguese and Brazilian Studies) e na Universidade do Texas (Austin), nos Estados Unidos.

É autor de 74 livros em vários gêneros: romance, conto, ensaio, crônica, ficção infanto-juvenil. Obras suas foram publicadas em muitos países: Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha, Portugal, Inglaterra, Itália, Rússia, Tche-

coslováquia, Suécia, Noruega, Polônia, Bulgária, Japão, Argentina, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Canadá e muitos outros, sempre com grande repercussão crítica. Teve textos adaptados para o cinema, teatro, tevê e rádio, inclusive no exterior.

Scliar recebeu três vezes o Prêmio Jabuti, a mais tradicional distinção literária do país: em 1988, pelo volume de contos *O Olho Enigmático*; em 1993, pelo romance *Sonhos Tropicais*; e em 2009, pelo romance *Manual da Paixão Solitária*. Pelos contos de *A Orelha de Van Gogh*, ganhou o prestigioso prêmio Casa de Las Americas em 1989. Também recebeu o Prêmio José Lins do Rego, da Academia Brasileira de Letras, pelo romance *A Majestade do Xingu*, em 1998, entre outras honrarias.

O espírito generoso de Moacyr Scliar teve chance de ser testado em um episódio de repercussão internacional: o escritor canadense Yann Martel recebeu o Booker Prize em 2002 pelo seu romance *A Vida de Pi*, claramente inspirado no livro de Scliar *Max e os Felinos*.

Ambos os livros tratam do mesmo tema: um naufrago num escaler diante de animais: no de Scliar, um jaguar, no de Martell, um tigre e outros bichos. Para Moacyr Scliar, o jaguar era a imagem de um poder absoluto e irracional. “Como foi o poder do nazismo, por exemplo. Ou, numa escala bem menor, o poder da ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964”.

O canadense Martel dá uma conotação religiosa à imagem. Ao contrário do que a maioria esperava, Scliar não o processou por plágio, e em um texto que revela pontos importantes de seu pensamento, como ser humano e como escritor, que aparece como introdução nas edições de *Max e os Felinos*, ele explica por que:

A pergunta que mais me faziam? e, nos Estados Unidos, faziam-me de forma insistente? dizia respeito a um processo judicial. Algo para o qual eu não tinha a menor disposição. Não só porque demandaria tempo e energia, como também porque minha atitude não era, e nem nunca foi, litigante. (...) Se, ao tempo em que começou a escrever seu livro, Yann Martel tivesse entrado em contato comigo dizendo que queria aproveitar a ideia, eu teria concordado, e de bom grado.

Ele não o fez, o que pode ser considerado inadequado? mas, ilegal? Eu relutava em ver a coisa dessa maneira.

Se é possível definir uma característica principal da literatura de Moacyr Scliar, essa seria o humanismo. E, para mim, nenhum outro livro reflete tão

bem esse seu sentimento do que *Os Voluntários*, de 1982, que narra a história da tentativa frustrada de um moribundo para ver Jerusalém antes de morrer e a solidariedade de amigos, a bordo de um velho rebocador que sai de Porto Alegre com destino ao porto de Haifa, em Israel, numa viagem utópica que mal se inicia.

Na zona portuária de Porto Alegre, entre as décadas de 1930 e 1970, desenrola-se a história de um grupo de amigos, vizinhos do bairro, o narrador Paulo, de pais imigrantes portugueses chegados ao Brasil em 1935, proprietários do bar-restaurant Lusitânia.

Benjamim, amigo de infância de Paulo, filho dos proprietários de uma loja próxima à Lusitânia, sofre de problemas afetivos derivados da superproteção materna, marca do folclore judaico, é obcecado por Jerusalém, obsessão que herdou dos pais, imigrantes judeus nascidos na Polônia. Sua obsessão doentia acaba lhe provocando um câncer.

Samir é um palestino cristão oriundo de Jerusalém, comerciante ambicioso, que chega a Porto Alegre depois de 1967, em consequência da Guerra dos Seis Dias. Monta seu negócio ao lado da loja de Benjamim, o que estimula a reprodução do conflito do Oriente Médio na pitoresca Rua Voluntários da Pátria, que Paulo tem que mediar.

O projeto utópico desde o princípio está destinado ao fracasso e é frustrado de maneira insólita: ao zarpar o rebocador é atacado por uma lancha onde está Cachorrão, o gigolô de Elvira, amante de Paulo, que quer impedir que ela siga viagem com o grupo.

Uma verdadeira batalha naval acontece, e o rebocador “Voluntários” vai a pique, com vários mortos, entre eles Benjamim. Para completar a bizarrice do episódio, e como estamos nos anos 1970 do regime militar, a polícia confunde a tosca expedição com um plano subversivo de comunistas.

É este grande escritor que sucedo na Cadeira 31, mas, volto a ressaltar, não substituo. É esse homem generoso que hoje homenageamos aqui.

Minhas amigas, meus amigos,

É como jornalista que me apresento a esta Casa, um jornalista que acredita ser um imperativo ético da profissão a responsabilidade com o cidadão.

O filósofo alemão Jürgen Habermas se refere à dupla função que a imprensa de qualidade desempenha: atender a demanda por informação e for-

mação. Ele ressalta que, para o leitor enquanto cidadão, a imprensa de qualidade, que ele chama de “jornalismo argumentativo”, desempenha um papel de “liderança”.

É como jornalista comprometido com esses princípios que me apresento nesta Casa, e é exatamente por isso que desejo destacar a questão ética, base do êxito no jornalismo.

É nossa atribuição fazer com que o Estado conheça os desejos e intenções da Nação, e com que esta saiba os projetos e desígnios do Estado.

“Um bom jornal é uma nação conversando consigo mesma”, na definição do teatrólogo inglês Arthur Miller.

Para nosso confrade Rui Barbosa,

a imprensa é a vista da nação. Através dela a mão acompanha o que se passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que ameaça.

O presidente americano Thomas Jefferson entendeu que a imprensa, tal como um cão de guarda, deve ter liberdade para criticar e condenar, desmascarar e antagonizar. “Se me coubesse decidir se deveríamos ter um governo sem jornais ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento em preferir a última solução”, escreveu ele.

No sistema democrático, a representação é fundamental, e a legitimidade da representação depende muito da informação. Os jornais nasceram no começo do século XIX, com a Revolução Industrial e a democracia representativa. Formam parte das instituições da democracia moderna. A “opinião pública” surgiu através principalmente da difusão da imprensa, como maneira de a sociedade civil nascente se contrapor à força do Estado absolutista e legitimar suas reivindicações no campo político.

Não é à toa, portanto, que o surgimento da “opinião pública” está ligado ao surgimento do estado moderno. O jornalista espanhol José Luis Cebrian, diretor do *El País*, talvez o jornal mais influente hoje da Europa, considera que os jornais perderam a exclusividade da formação da opinião pública, com o surgimento de novas tecnologias de comunicação, mas continuam

sendo um “contrapoder”, com uma enorme influência, importantes para a institucionalização democrática dos países.

É o jornalismo, seja em que plataforma se apresente, que continua sendo o espaço público para a formação de um consenso em torno do projeto democrático. E é nos jornais que ainda se abriga maior parte do jornalismo de qualidade.

O jornalismo profissional tem uma estrutura, uma deontologia, uma forma profissional de colher e checar informações que a vasta maioria dos blogueiros não tem.

Da mesma maneira que a internet e as novas mídias sociais permitem que as informações circulem mais largamente, com versões de várias fontes, elas também levam as reportagens da grande imprensa aos recantos mais longínquos do país.

As reportagens da grande imprensa são replicadas no *Facebook*, no *Twitter* e em outras mídias sociais, amplificando sua repercussão.

Exatamente por isso, a questão ética está em primeiro plano. O problema da ética jornalística tem uma complicação própria, o fato de que enorme parcela da informação de interesse público atinge a privacidade de alguém.

Decisões irresponsáveis e levianas produzem o sensacionalismo, os escândalos gratuitos e, em pouco tempo, a desmoralização da imprensa.

A gravidade do que aconteceu no *News of the World* na Inglaterra, com escutas ilegais e chantagens, liga perigosamente a prática de crimes comuns ao jornalismo, o que é inaceitável e põe em risco a própria essência da liberdade de expressão.

O jornalismo, instrumento da democracia, não pode se transformar em atividade criminosa. É uma decisão ética quotidiana e obrigatória do jornalista determinar se o interesse público é servido ou não pela invasão da privacidade de alguém.

Vivemos novos desafios, como o de explorar uma intensa variedade de meios de levar informação ao leitor (e a oferta de informação só tende a crescer) sem ao mesmo tempo sufocá-lo com informação demais.

“A desinformação vem da profusão da informação, de seu encantamento, de sua repetição em círculos”, dizia o filósofo francês Jean Baudrillard.

Nicholas Carr, ex-diretor da *Harvard Business Review*, é mais pessimista. Para ele, a internet permeia de tal modo o cotidiano, que estaríamos cami-

nhando para uma capacidade cada vez maior de consumir informação fragmentada e desconexa. Mais informação e menos conhecimento, e, sobretudo, pouca reflexão. A internet estaria induzindo a um pensamento raso.

Para o Prêmio Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa, por outro lado, a revolução digital que estamos vivendo significa uma transformação tão grande em nossa vida cultural e na maneira de operar do cérebro humano quanto a descoberta da imprensa por Gutenberg no século XV, que generalizou a leitura de livros, até então exclusiva de uma minoria insignificante de clérigos, intelectuais e aristocratas.

Como todos os jornalistas no mundo, nós na América Latina enfrentamos os novos desafios do mundo multimídia. A Revolução Digital está transformando profundamente o mundo em que vivemos e tem como impacto mais importante a repartição de poder dos meios de comunicação de massa com os indivíduos.

A sociedade civil global que está se formando, segundo a definição do sociólogo Manuel Castells, da Universidade Southern Califórnia, nos Estados Unidos tem agora os meios tecnológicos para existir independentemente das instituições políticas e do sistema de comunicação de massa.

Como ficou demonstrado nas recentes manifestações populares que desaguaram na Primavera Árabe ou na vigorosa ação dos “indignados” na Espanha e outros países europeus.

Aqui no Brasil, estamos vendo os primeiros efeitos, ainda incipientes, dessas mobilizações pelas redes sociais contra a corrupção.

Ao mesmo tempo, na América Latina, espalha-se pela região um movimento de contenção da liberdade de imprensa em diversos países, como Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador, onde televisões, rádios e jornais vão sendo fechados sob os mais variados pretextos, e muitos outros são ameaçados com diversas formas de pressão, seja financeira seja através de medidas judiciais.

No Brasil, uma exceção em um continente cada vez mais dominado por governos autoritários ou simples ditaduras, também enfrentamos ameaças à liberdade de expressão. Os mesmos grupos tentam mais uma vez aprovar no Congresso uma legislação que controle os meios de comunicação, embora a própria Presidente Dilma já tenha declarado que a liberdade de expressão é fundamental na democracia.

O jornalismo é uma forma de conhecimento, uma forma de apreensão da realidade.

É a verdade imediata, o primeiro indício de verdade, Estará sempre longe, muito longe, de encontrar toda a verdade. Mas buscá-la é o seu propósito.

Trago comigo um exemplo de como o jornalismo pode auxiliar essa busca da verdade. Em 5 de maio de 1981, eu escrevia a coluna política de *O Globo* chamada “Política Hoje Amanhã” e tive acesso à informação de que o laudo da explosão do Riocentro, ocorrida dias antes, no dia 1.º de maio, havia confirmado a presença de outras duas bombas no Puma dirigido pelo Capitão Wilson Machado.

A notícia foi manchete de *O Globo*, deixando claro que a versão oficial de que a bomba fora colocada no carro por terroristas de esquerda apenas encobria a verdade da tentativa do atentado.

Dezoito anos depois, em 1999, *O Globo* deu outro “furo”, que provocou a reabertura do caso. A série de reportagens de Ascânio Seleme, Chico Otavio e Amaury Ribeiro Jr. ganhou o Prêmio Esso de Reportagem daquele ano e reabriu o caso, transformando o Capitão Wilson Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário de vítimas em réus.

O crime prescrevera, mas a verdade estava restabelecida. Eu era o diretor de redação de *O Globo* naquela ocasião e senti como se um ciclo histórico tivesse sido fechado, com a minha participação.

Iniciei-me nesse ofício aos 18 anos e ainda era estagiário quando trabalhei na edição extra de *O Globo* que anunciou a chegada do homem à Lua. Fui à rua para fazer o que o jargão da profissão chama de “povo fala”: colher opiniões dos cidadãos sobre aquele grande feito da Humanidade.

Era uma pequena tarefa, que abracei com enorme entusiasmo, já com a consciência de que estava participando de algo realmente importante, ajudando, de algum modo, a registrar a História, a produzir conhecimento.

É engraçado quando leio algum livro sobre a missão heroica de Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins e me deparo com o registro de que muitos acreditavam então que tudo não passava de uma encenação. *O Globo* daquele dia já registrava essa descrença.

De lá para cá, como repórter ou editor, sempre com a ajuda valorosa de muitos colegas, cobri ativamente os grandes acontecimentos da história do Brasil e do mundo. Acompanhei como repórter credenciado no Palácio do

Planalto o passo a passo da abertura política do Governo Geisel, que culminou com a anistia no Governo Figueiredo, que também acompanhei de perto como diretor da sucursal de *O Globo* em Brasília.

Vieram, então, a luta por eleições diretas, a eleição de Tancredo Neves, sua tragédia pessoal e política, que deixou a nosso hoje Decano, José Sarney, a tarefa de, com todas as dificuldades, garantir a transição para a democracia, tarefa fundamental que proporcionaria a realização da primeira eleição democrática para presidente depois da ditadura. E cobri também o *impeachment*, também democrático e dentro da lei, do primeiro presidente eleito.

Acompanhei, com preocupação, o fracasso de cada plano econômico que visava dar fim à chaga da inflação, um mal que parecia não ter fim. Mas que se exauriu graças ao Plano Real, que, estabilizando a moeda, permitiu organizar o país de modo a colocá-lo no rumo de resgatar da miséria alguns milhões de brasileiros, tarefa que vem sendo levada a cabo pelos últimos governos, a começar pelo de Fernando Henrique, seguido pelo de Lula, e agora, o da Presidente Dilma.

No campo internacional, cobri ou editei revoluções, golpes de estado, atentados, guerras, tragédias naturais, mas também o avanço da ciência, com benefícios incontáveis para o ser humano.

Uma das primeiras páginas que fechei com o espanto de quem registra e tenta entender o mundo em mudança radical foi a que estampou a queda do Muro de Berlim, em 1989, que pôs em movimento o último ato para o fim do bloco comunista.

Teria aquela edição um gosto especial para mim porque, dois anos depois, eu estaria no meio de uma pós-graduação em Stanford de política internacional, aprendendo história em tempo real, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos que levaram ao fim da União Soviética. O interessante é que as aulas, ao lado de livros, usavam como base para o estudo as edições diárias do *New York Times*.

Em 2008, acompanhei vivendo em Nova York a campanha histórica para a presidência dos Estados Unidos vencida por Barack Obama e a crise financeira mundial iniciada com a quebra do banco Lehman Brothers.

Enfim, se acompanhar os fatos tão de perto me deu a certeza e o otimismo de que não há entrave que não possa ser superado, deu-me também a convicção de que as conquistas só perduram à custa de muita vigilância.

Se, hoje, no exercício diário do meu ofício, vivo a chamar a atenção para os riscos de retrocessos, quando os vejo no horizonte, não é por pessimismo ou militância: é porque aprendi no dia a dia de minha profissão que o jornalismo tem por obrigação defender valores sem os quais não pode existir, o maior deles a liberdade.

É só ela que nos permite produzir o conhecimento necessário para que os povos se autogovernem, em sistemas plenamente democráticos.

O jornalismo, contudo, exerce essa função também nos acontecimentos da vida cotidiana, prosaicos, do país e do mundo. Se mencionei aqueles que marcaram a História, foi apenas porque eles vêm mais facilmente à cabeça de todos nós.

Mas o registro de todos os fatos, mesmo os mais mezinhos e a análise deles são fundamentais para que nós, cidadãos, nos movamos em sociedade: o bueiro que explode, o crime de grande repercussão, a nova praça que se inaugura, a cidade, o país e o mundo em seu fluir ininterrupto.

A especificidade de nossa profissão é que cobrimos os grandes e os pequenos eventos, com os mesmos propósitos: conhecer, informar, contextualizar, para que todos possam formar as suas convicções e viver em harmonia democrática.

Se lanço mão das situações que vivi, é para mostrar o que penso do jornalismo, definir as suas características, o seu modo de ser e de fazer. E também para dizer que, embora não seja mais aquele menino que foi às ruas colher as reações à chegada do homem à Lua, ao iniciar minha vida nesta Academia, meu sentimento é o mesmo de 42 anos atrás: entusiasmo diante de uma jornada que cobrará muito de mim, mas também a consciência de que agora faço parte de uma Casa cujo propósito é aquele que busquei a vida inteira, com meu ofício: produzir conhecimento e difundir-lo, para o bem de nosso país, de nossa cultura.

Prometo honrar a confiança que depositaram em mim.

II

RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

A Academia Brasileira de Letras, pela decisão soberana dos seus integrantes, recebe hoje Merval Pereira. Acolhe o jornalista, o escritor, o publicista.

O jornalista é hoje, mais do que nunca, se me permitir o idioma midiático, o escritor em tempo real.

O escritor nele, surgido nos dias matinais do narrador ficcionista, foi tomado pela voracidade do tempo do jornal. Ficou, não se sabe até quando, aquela saudade latente da literatura. A prosa transparente e equilibrada, mesmo hoje, não consegue esconder esse incontido objeto de desejo.

Já o publicista é antes o jornalista que se acompanha visceralmente de ideias e leva adiante uma linhagem muito grata a esta Casa de Machado de Assis e que remonta a João Francisco Lisboa, fundador do *Jornal de Timon*, Patrono da Cadeira I8, e depositário autorizado da consciência crítica da época. Torna-se fácil identificar no publicista o traço literário individualizador. O publicista nada tem a ver com o publicitário, esse extrovertido personagem dos nossos dias.

O jornalista é aquele que se debruça cotidianamente, infatigavelmente, sobre a notícia da hora, limitado pelo instável serviço de meteorologia da vida política. Não é esporte para ser praticado por amadores, por melhores que sejam as condições físicas do suposto atleta. A sua condição de escritor em regime de urgência aumenta ainda mais os seus desafios. Esse trabalho é uma atividade arriscada e, não raro, temerária. O seu horizonte corta a linha move-

diça do efêmero. A aposta maior consiste em contribuir com algo mais, que o habilite a transpor a fugacidade da manchete, a revitalizar a permanência do instante. Tudo com a necessária rapidez, mas sem perder de vista o olhar da história. Nunca a escravização à ocorrência, porém o fato e o horizonte do fato. Ou seja, o feito do fato.

A corrida de obstáculos da democracia de massas é produtora de ruídos e armadilhas imprevisíveis. Mas a imprensa, falada, escrita e televisionada tem resistido a essas perturbações incessantes. Continua sendo a tribuna, insubmissa, enérgica, demarcada hoje nos tempos nublados da derradeira modernidade, que de há muito prefiro chamar de baixa modernidade. Quem tiver alguma dúvida, leia ou escute a palavra elucidativa de Merval Pereira.

Ela e ele são protagonistas veementes dessa narrativa democrática, justamente agora, quando a indiferença e a agonia começam a anunciar a pós-democracia. A imprensa independente tem conseguido barrar a corrida frenética do “hiperpresidencialismo”, do parlamentarismo desidratado e dos aparelhos ideológicos de Estado. A tripartição dos poderes, que foi um dia o sonho republicano, não se encontra menos abalada.

Merval Pereira pratica o jornalismo de qualidade. Atravessa a fronteira, ainda persistente, entre a sociedade da informação e a sociedade do conhecimento, reconhecendo ser fundamental evitar que se choque a expansão virtual da mídia eletrônica com o que fora sua base virtuosa. Esse jornalismo nunca deixou de instaurar o saber propedêutico dos homens, das coisas, do viver do mundo. E Merval Pereira não se cansa de predicar pela relevância da informação, pelo “papel educativo”, pela “função social” da imprensa. E também não deixa de rejubilar-se diante de ações, como é o caso do combate à corrupção, onde “a sociedade e a imprensa – são palavras suas – estiveram muito próximas uma da outra”. Muito menos transige com o esfacelamento dos partidos políticos.

Merval Pereira se preparou pacientemente, aqui e no exterior, para sua opção profissional. Trabalhou em diferentes órgãos da imprensa e escolheu *O Globo* como a sua morada preferida. Aí escalou todos os degraus, até chegar e se dedicar ao jornalismo de opinião.

Descende de uma linhagem de político e de educadora. Porque já houve época, neste país tão exilado de si mesmo, na qual educadores e políticos caminhavam lado a lado.

O papel da imprensa, agora só comparável ao período que antecipou a abertura democrática e a campanha que possibilitou a destituição de um governo eleito, vem sendo vigorosamente exemplar. E os combatentes desse bom combate ético têm nomes bem conhecidos: o próprio Merval Pereira, Jânio de Freitas, Elio Gaspari, Miriam Leitão, Boris Casoy, Villas-Boas Correia, Clóvis Rossi, Eliane Cantanhêde, Fernando de Barros e Silva, Otávio Frias Filho, para citar alguns nomes mais regulares. Eles sabem informar e analisar criteriosamente, com o saber agudo e ágil do imprevisível, e levar a efeito o cuidadoso e isento acompanhamento moral dos passos em falso da política doméstica, a propósito do que a palavra antecipada do Prof. Francisco de Oliveira sobre a “irrelevância da política”, insiste em ressoar como verdade incômoda.

O publicista, nascido do direito de cidade, desde a *pólis* grega a *civitas* romana, é o servidor devotado da *respublica*.

Quando tudo se confunde, quando os homens e as coisas vão perdendo a singularidade, em meio ao nevoeiro que encobre a cena pública baixo moderna, o publicista se destaca como o vigilante incansável do cotidiano democrático e dos bons costumes éticos, na mesma hora em que a moral privada, ou privatizada, parece substituir a ética pública.

Aliás, a cada dia, somos perigosamente tolerantes com a ausência de delimitação de fronteiras entre o público e o privado.

São subprodutos da ciclotimia do poder, que vai desde a anorexia intelectual generalizada até o neopopulismo expansionista, na verdade o paleopopulismo, orientados e conduzidos pela propaganda enganosa. Os produtos oferecidos nas prateleiras eleitorais estão, em geral, falsificados. E, porque falsificados, falsificam. É quando imaginamos oportuno recorrer à competência de algum especialista em teoria do caos. Porque a democracia brasileira vem operando no vermelho. Até quando? Não se sabe. Ela tem fôlego de gato.

O mais recente livro de Merval Pereira, *O Lulismo no Poder*, corresponde à radiografia reveladora, ao retrato sem retoque, ao rosto sem maquiagem, do teatro político brasileiro nos últimos períodos. Perpassa por suas páginas o fio da navalha ético, em franco dissídio com a amnésia moral que parece institucionalizar-se. Ele analisa, avalia, pesa cuidadosamente. Sem ceder à crise de nervos, como nos esclarecera metaforicamente o timoneiro espanhol Pedro Almodóvar. Tudo serenamente, criteriosamente. No que a coragem moral se

distingue radicalmente da bravata, uma vez que a primeira é substantiva, enquanto a segunda é tão só adjetiva. Daí a alta credibilidade que o rodeia: o reconhecimento da enérgica tomada de posição toda vez que desponta qualquer sinal de degradação dos valores.

Democracia, mais do que um conceito, é o caminho. Por isso, devemos percorrê-lo com severa honradez. Sei que o vocábulo honradez é velho; mas estamos falando de velhos hábitos, que acreditamos devam persistir.

Dizem que a democracia traz consigo, desde cedo, desde a academia grega, graves defeitos de fabricação, sobretudo na hora de falar a verdade. Isso, contudo, não nos autoriza a ampliar a lista de inverdades. Quando a democracia se mostra infensa aos questionamentos, as taxas de racionalidade se reduzem substancialmente. Merval Pereira afirma que, quando se tem opinião, “não há temas tabus”.

A morte da opinião, o controle do repertório temático, camuflado ou explícito, conduzirá inevitavelmente à parada cardíaca da democracia representativa. A própria ideia de representação vai sendo acometida pela falência múltipla dos seus órgãos. Apagam-se as diferenças, e promove-se a coalizão das colisões, em meio ao carnaval das impunidades. No lugar de uma sólida democracia representativa, o que se percebe é o baixíssimo nível da representatividade, a produção viciada dos diferentes poderes, apontando para a decisão dos patrocinadores, sejam eles laicos ou religiosos.

A corrupção na democracia e, o que é mais grave, a corrupção da própria democracia estimulam distúrbios e transtornos de consequências imprevisíveis.

Não é justo deixar de garantir a justiça redistributiva, legal e legítima; instaurando instâncias de responsabilidade que passarão normalmente pelo crivo dos meios de comunicação. A guerra ao jornalismo é uma guerra inglória, porque a opinião pública independente participa do mesmo compromisso com a verdade. De nada adiantará ocultar e dissimular, vigiar e espionar. É inadiável dialogar, compreender e encaminhar, em regime realmente aberto.

Constantemente, nos deparamos com a máquina insana de desmantelamento da democracia. Mas ela só se desmantela quando, insisto, a representação é ilícita; e a representatividade, ilegítima.

Na outra margem do rio, aguarda a convocação da consciência emancipatória, necessariamente dialógica e múltipla, em condições de sustentar o avanço histórico. Como consequência primeira, devemos pôr no lugar da

assembleia de locutores desconectados o pódio de interlocutores qualificados. A velha contenda maniqueísta entre liberdade e igualdade, que já havia excluído a fraternidade, merecerá o tratamento novo, sob os auspícios da negociação equânime da cidadania verdadeira. Aí se impõe, como item prioritário, evitar misturar negociação e negócio. Porque é comum confundir-se os dois níveis. A negociação é um instrumento hábil da democracia, uma via autorizada para a obtenção de consensos livres. Já o negócio tende a resvalar, com licença da palavra, em negociata.

A organização partidária vem sendo naturalizada, em vez de historicizada. Vai se tornando natural o uso abusivo do aparelho administrativo público, das licitações fraudadas, do lobismo desfigurado, dos discutíveis, até hoje jamais discutidos, díizimos partidários. A transparência se assemelha àquelas moedas que foram retiradas de circulação. Basta tentar decifrar a gestão, indigesta, dos fundos de pensão públicos e privados.

Em nossa pré-história colonial, houve uma aparição estranha, conhecida como os “bolseiros do Rei”, que parece ressurgir. A ação cultural como distribuição de brindes e a bolsa família sem monitoramento e sem avaliação vão nesse rumo. Não está de todo descartada a hipótese de uma sociedade saudavelmente de trabalhadores vir a ser, em grande parte, reduzida a uma sociedade de bolsistas. Falo apenas dos bolsistas ociosos, evidentemente.

A aceleração inóspita do Estado provedor traz, dentro de si, as ameaças do Estado autoritário, sem os benefícios do Estado previdência. Enquanto isso, o país se apresenta como forte candidato à medalha de ouro na olimpíada internacional da sobrecarga tributária.

O pleito sobre a liberdade de expressão, bem ostensivo nas propostas de regulamentação dos veículos de comunicação, conforme o seu andamento, provavelmente nos dirá a quanto andamos. É possível notar, em vários campos da atividade societária, fortes taxas, diretas ou indiretas, de violência. A ponto de se tornar impossível saber quem detém o monopólio da violência. Muitas vezes sob a forma de defesa da pátria. A pátria, convenhamos, sempre alvo de patriotadas, ou patriotices, inócuas.

O tão louvável sufrágio universal – marca registrada do republicanismo – tem perdido força no expediente retórico de mercadores inescrupulosos e no vazio deixado pela insuficiência educacional. Equivocam-se os que concluem que a economia dispõe, em suas contas bancárias, de todas as respostas

para nossos problemas sociais. Observe-se que as pautas do aumento salarial do servidor público, em qualquer escalão, sem dúvida inadiável, ignoram a qualidade e a lisura do desempenho. E a esdrúxula reforma eleitoral em curso, a uma só vez retardatária e apressada, prefere fazer vista grossa. Daí a objeção que vem provocando na imprensa.

Merval Pereira sabe, ou aprendeu com Gabriel García Márquez, por ele citado, quando “a realidade beira a ficção”. De minha parte, como profissional da área, e prestando atenção à contracena política, ousaria acrescentar: às vezes ultrapassa a ficção.

O jornalismo não deixou de ser uma pedagogia pública, e a questão da qualidade se encontra no cerne do seu projeto. O novo acadêmico valoriza, porque tem consciência do seu alcance social, tudo o que diz respeito à cultura e à educação. A degenerescência do espaço público político decorre muito da fragilização do espaço público cultural. A própria cisão dos dois lugares já foi consequência do fosso estabelecido.

A correlação entre sociedade moderna e tempo livre abriu possibilidades e gerou desafios existenciais. A modernidade performática se expandiu incontrolavelmente, e o saldo desse empreendimento continua insatisfatório. Como preencher o tempo livre? A cultura nos oferece um leque variado de opções, para além das soluções salvacionistas, emergenciais e transitórias.

Como a Casa de Machado de Assis é também casa do livro e da leitura, vale destacar, até segunda ordem, que a leitura é uma dimensão constitutiva da experiência humana. Não devemos subestimar a sua complexidade. A leitura pode ser interessada ou instrumental, prazerosa ou simplesmente vital – ler para viver. Ler não apenas para ter ou para fazer, mas para ser. Longe de uma estratégia pedagógica fechadamente funcionalista, caudatária de uma estreita política de resultados. Importa assim proteger e desdobrar a qualidade da leitura. O que implica reescolarizar a leitura e até reescolarizar a própria escola. A escola nunca é a estação de chegada, porém o ponto de partida. E neste momento deve reprogramar o leitor inerte ou refém, aquele que se entrega ao consumismo passivo. Não basta quantificar a leitura; é urgente qualificá-la. Os gestores culturais de plantão se esforçam em esquecer esse dever de casa e se dedicam a alardear os índices quantitativos. O silêncio é amplo, geral e irrestrito quanto aos indicadores qualitativos.

Em vez disso, esses gestores anônimos inventam a roda a cada novo dia e põem em circulação bravatas midiáticas, sejam com relação ao preço unitário do livro ou à normatividade dos direitos autorais, sem a audiência prévia e larga dos diferentes atores envolvidos nessa cenografia sensível. O que é válido para outras emblemáticas áreas culturais, como o teatro, o cinema, a televisão, o rádio, o circo, as festas populares e todo o seu cortejo lúdico. Merval Pereira conhece por dentro essa trama delicada e fascinante. Temos muito que aprender com ele. Com este leitor compulsivo desde os arredores da adolescência.

Com a despolitização da esfera pública e o depauperamento do espaço cultural, crescem o vazio e a indiferença, apontando para o que já chamei de baixa modernidade. O esvaziamento cultural do espaço público, na sua versão majoritária e menos sigilosa, mal resiste aos abalos sísmicos que o cercam e repercute diretamente na queda qualitativa da democracia.

A cultura é plural, sim. Mas sem permitir que o pluralismo se desvirtue na versão demagógica do politicamente correto. Convém resistir ao domínio do capitalismo tardio sobre o inconsciente coletivo, uma vez que o capital simbólico deve se manter imune às infiltrações indevidas do capital financeiro. O empobrecimento do capital simbólico, o propalado desencantamento do mundo, deságua na representação servil ou descalibrada. Cabe educar e reeducar para libertá-lo da fúria burocrática, da blindagem mercantilista, da opção instrumental, de tantas outras patologias que o século XX não conseguiu curar.

A educação sem qualidade, tão presente nas estatísticas oficiais e oficiosas, no lugar de promover a inclusão social – ferida aberta –, realimenta a exclusão, especialmente em tempos globalizados, quando a competitividade adquire contornos mais alarmantes. Logo, a inclusão desqualificada é sinônimo de exclusão.

Em recente artigo sobre “A qualidade em xeque”, Merval Pereira, acompanhado de interlocutores qualificados, transmitiu, com um realismo incômodo porém oportuno: “não há nada no panorama educacional brasileiro que justifique razão para o otimismo”.

Pelo visto, os sinais trocados da mobilização social não foram satisfatoriamente corrigidos, pesando seriamente sobre a qualidade da própria vida democrática.

Além do mais, surgem no ar algumas irrupções menos aguardadas: a radioatividade do saber e do parecer, a revitalização da espionagem, o sigilo

desvendado ou vazado, a sua propagação vertiginosa, para intranquilidade dos governos e das corporações. A coabitação entre o virtual e o virtuoso, o formato e a forma, o discurso e o desempenho, não conseguiram ainda estabelecer complementaridades criativas, no interior das quais venham a ter lugar as recíprocas reoxigenações.

Não se podem desconhecer, na sociedade dos nossos dias, os impulsos não raro insólitos, das redes sociais. Nada disso tem passado despercebido às antenas parabólicas do jornalista multimidiático Merval Pereira.

Seus olhos abertos para o instante não significam investir no espontaneísmo predatório, nem se entregar à estratégia orgiástica do entretenimento. O homem moderno reconhece a necessidade compensatória do divertimento. Mas todo cuidado é pouco para dosar o exagero do presentismo, a mais-valia da urgência e o delírio da velocidade. O Império Romano declinou com a mímica da representação, patrocinada pelo pão e o circo. Essa lição Merval Pereira sabe de cor e salteado e ministra diariamente na sua idônea pauta jornalística.

O livro de Merval Pereira traz a valorização do melhor universalismo, aquele que procura afastar-se da sua ancestralidade puramente idealista e abstratizante. Parte da constatação implícita de que foi perdendo vigor a estrutura imunológica de que dispunham o Estado e a nação.

Não se trata simplesmente de recusar o paradigma globalizador, mas de substituir a ideia de paradigma, troféu de guerra da hegemonia das ciências sociais, por um conjunto de referências críticas plausíveis, por um elenco de instrumentos argumentativos distantes da ditadura epistemológica. Menos ainda de repelir a globalização com as ferramentas da própria globalização. Trata-se também de desprovincianizar a nação, absorvendo a emergência do espaço público transnacional. Sem qualquer concessão ideológica, o que não implica que sejamos liberados para aceitar resignadamente o vaticínio de que perdemos a nação sem ganhar o mundo. Convém se proteger, é claro, contra as sentenças daquele universalismo, filho dileto da autossuficiência eurocêntrica, inabilitado para a partilha e o reconhecimento do outro. Não tem faltado a Merval Pereira a compreensão sutil do xadrez internacional, da relativa despontencialização das potências ou da eclosão internética, como comprova a sua interlocução com pensadores do porte de Jürgen Habermas, Alain Touraine ou Manuel Castells. Já dialogara com Max Weber e Norberto Bobbio.

O mais recente livro de Merval Pereira chega a ser um programa de governo. E, quando falo de programa de governo, nunca tenho em mente a sequência de iniciativas desgarradas, porém o conjunto sistemático e coerente, socialmente plantado. O que assume papel relevante especialmente em geografia onde se multiplicam os governos sem programa.

Ao cair o nível qualitativo da educação, ou do seu correlato, a democracia de qualidade, ou ainda do vigor da representatividade política, sobe o número de eleitores inertes, terreno propício para a prosperidade da propaganda enganosa, da marquetagem desenfreada. Em meio a essa subversão cênica, entra no palco o previsível ator, embora superestimado pelo caixa dois; um prestidigitador até aqui bem sucedido. É o marqueteiro, indecifrado herói do colapso político.

Já é hora de pensar com e para além da política. A nossa dieta reflexiva tem sido extremamente ascética. É inadiável retirar a política do seu gueto eleitoral. E esta constitui uma tarefa de todos nós, jornalistas ou simples leitores. Em qualquer hipótese, desde que sejam cidadãos, no exercício emancipado da cidadania. O cidadão é o homem que fez, acidentada e demoradamente, o trânsito da consciência solitária para a existência solidária. Por todos os lados, ganha corpo e alma a exigência de democratizar a democracia. Começando por isolar as zonas de sombra que se projetam sobre a luminosidade do que seria a democracia tropical. Merval Pereira jamais vacila na sua denúncia tranquila.

Com o alargamento digital do horizonte individual, outros parâmetros se impõem, intensificando os abalos e as turbulências do mundo da vida. As promessas “divinas da esperança” foram desacreditando-se. E desacreditaram a imaginação. A tecnoburocracia deletou o encanto do mundo e, sem matizar, propalou o fim da utopia. Preferiu desconhecer que toda construção que se quer viável necessita recorrer a doses razoáveis do impulso utópico.

Muitos consideram essa aspiração como ambição ilusória, completamente desdatada. Uns poucos se inclinam em confiar na esperança concreta e, a partir dela, e das batidas cardíacas da história, reinventar a democracia, sob o signo do risco e a inteligência serena das ameaças crescentes. Advindas sobretudo, não da filosofia, das artes, da literatura, porém dos caminhos frequentemente tortuosos e peremptórios da tecnologia performática. Quem viver verá.

A nação adiada espera, ansiosamente, concretizar a previsão generosa de Stefan Zweig, aquele que em dias distantes sonhou com o “país do futuro”.

A história vem privilegiando situações de fronteira; e a literatura, criando outras territorialidades. Merval Pereira se fez beneficiário dessa localização ou dessa instabilidade estável. É um dos últimos passageiros da galáxia de Gutenberg e dos primeiros a ter entrada franca no ciber mundo. É um operário da construção do amanhã.

Não posso concluir sem destacar um traço marcante de sua personalidade, hoje tão escasso nestes nossos dias de baixa modernidade. É claro que estou salientando a civilidade, essa força motriz da convivência. Do viver com, fraterno e íntegro.

Procurei, nesta exposição, seguir o roteiro temático oferecido pela obra de Merval Pereira. Se não consegui, não foi por culpa dele, porém somente minha.

Esta Casa sempre se constituiu de jornalistas referenciais: Austregésilo de Athayde, Roberto Marinho, Odylo Costa, filho, José Cândido de Carvalho, Antonio Callado, Carlos Castello Branco, para exemplificar com alguns nomes emblemáticos, que partiram deixando muitas saudades.

Ela, a Casa de Machado de Assis, agora é sua Casa também, Acadêmico Merval Pereira.